

ANAIS DA

33^a REUNIÃO BRASILEIRA
DE ANTROPOLOGIA

DEFENDER DIREITOS

E FAZER

ANTROPOLOGIA

EM TEMPOS **EXTREMOS**

UFPR | 2022

ISBN no 978-65-87289-36-6

ABA PUBLICAÇÕES
COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS DA ABA



Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6



A 33ª edição da Reunião Brasileira de Antropologia, com o tema “Defender direitos e fazer antropologia em tempos extremos”, aconteceu entre os dias 28 de agosto e 03 de setembro de 2022. Organizado pela ABA, em conjunto com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia (PPGAA) e o Departamento de Antropologia (DEAN) da Universidade Federal do Paraná, o evento foi realizado em modo remoto.



Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

Sumário

Comissão Organizadora.....	1
Conferências	2
CF01: Agradecimentos de uma antropóloga	2
CF02: Os Espíritos da Lei : « Tudo tem dono »	2
CF03: Perspectivas subjectivas e humanísticas em contextos de violência	2
CF04: Escrever etnografia em tempos conturbados	3
Grupos de Trabalho	4
GT01: A universidade como local da alteridade	4
GT02: Antropoéticas: outras (etno)grafias	12
GT03: Antropologia (Audio)Visual) e Ciências Sociais: experiências de ensino e pesquisa	22
GT04: Antropologia da criança	29
GT05: Antropologia da Economia	32
GT06: Antropologia da Escrita	46
GT07: Antropologia da percepção e dos sentidos	51
GT08: Antropologia da Técnica	60
GT09: Antropologia das Emoções	64
GT10: Antropologia das Mobilidades	75
GT11: Antropologia das práticas esportivas e de lazer	87
GT12: Antropologia das Relações Humano-Animal.....	97
GT13: Antropologia Digital: processos, dinâmicas, usos, contra-usos e contenciosos em redes sociotécnicas	104
GT14: Antropologia dos Grandes Projetos: efeitos, conflitos e práticas de poder... 123	
GT15: Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Disputas Identitárias e Conflitos	136
GT16: Antropologia e Alimentação: diálogos sobre cultura, identidade e direitos . 141	
GT17: Antropologia e Educação Popular.....	149
GT18: Antropologia e Estudos Ciganos: perspectivas etnográficas, desafios teóricos-metodológicos e mediações nas esferas públicas	156
GT19: Antropologia e pesquisas no continente africano: diálogos críticos contemporâneos	157

GT20: ANTROPOLOGIA ENGAJADA: relatos de pesquisa sob as perspectivas teórico-metodológicas e éticas	163
GT21: Antropologia(s) Contemporânea(s) e Sofrimento Psíquico	167
GT22: As Festas na pandemia de Covid-19	177
GT23: As migrações e a perspectiva antropológica em contextos de mobilidades e imobilidades	184
GT24: Assentamentos rurais e o combate à fome: desafios e resistência.	195
GT25: Atos de Estado, conflitos e resistências quilombolas em tempos extremos .	196
GT26: Biodiversidade, territorialidade e saúde nas terras indígenas da Amazônia .	207
GT27: Como morrem as políticas públicas: etnografia de transições de governo e de (des) montagens políticas	209
GT28: Corpo, reprodução e moralidades: disputas de direitos e resistência à onda conservadora.....	215
GT29: Deficiência e Antropologias: perspectivas críticas e contemporâneas	220
GT30: Desenvolvimento, Etnicidade e Mega Empreendimentos na Amazônia e no Cerrado	223
GT31: Diálogos antropológicos com o fazer científico, literário, artístico ameríndio	226
GT32: Diálogos entre Antropologia e Educação: Perspectivas sobre a Formação de Professores em debate.	230
GT33: Direito à cidade: engajamentos, resistências e lutas por direitos sociais em espaços urbanos.	236
GT34: Direitos e Patrimônios culturais em tempos extremos.....	251
GT35: Drogas, saberes e direitos.....	258
GT36: Ensinar e aprender Antropologia	266
GT37: Ensino e aprendizagem da antropologia na educação básica.....	276
GT38: Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas.....	282
GT39: Espiritualidade na Cidade	297
GT40: Esportes, autoritarismo e pandemia: problematizações e resistências em tempos extremos	307
GT41: Estudos Etnográficos sobre Cidadania.....	312

GT42: Experiências contra-hegemônicas em Memória Social e Patrimônio Cultural	326
GT43: Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos poderes executivo e legislativo	349
GT44: Gênero, geração e saúde: experiências, narrativas e itinerários	353
GT45: Gênero, sexualidade e subjetividade em contextos transnacionais	369
GT46: História(s) da(s) Antropologia(s): temas e tendências	382
GT47: Igualdade Jurídica e de tratamento: etnografias de narrativas, produção de provas, processos decisórios e construção de verdades	401
GT48: Infraestruturas na antropologia: perspectivas teóricas, etnográficas e políticas	429
GT49: Integrando biologia e cultura: história, pesquisas atuais e perspectivas futuras	449
GT50: Jê no Sul: estudos, pesquisas e atuações com os Kaingang e Laklanõ/Xokleng	453
GT51: Materialidades do Sagrado: ambivalências e ambiguidades entre	455
GT52: Memória e reconstrução de mundos: práticas etnográficas frente às situações limite	462
GT53: Mercados culturais e trabalho: desafios e fazeres etnográfico	472
GT54: Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos	477
GT55: Monumentos e espaço público: abordagens antropológicas	480
GT56: Museu Afro-Digital, Cultura e Educação	482
GT57: O papel da antropologia nos estudos sobre o turismo no Brasil: desafios e possibilidades	484
GT58: Pandemia silenciosa: o impacto do novo coronavírus na saúde mental em tempos de pandemia e pós-pandemia de Covid-19	487
GT59: Patrimônio cultural imaterial para além da institucionalidade: apropriações, ressignificações, usos e efeitos	494
GT60: Patrimônio, conflitos e ressignificações	499
GT62: Perspectivas decoloniais na antropologia dos patrimônios	502
GT63: Pesquisas sociais no mundo dos psicoativos	506
GT65: Políticas reprodutivas: imperativos, violação de direitos e antropologia em tempos extremos	510

GT66: Povos indígenas isolados e de recente contato contra a aliança governo/agronegócio/missões: desafios perante a retomada da ideologia de integração e o desmonte da política de proteção.....	518
GT67: Reduções, missões e aldeamentos indígenas nas américas: um percurso entre a antropologia e a história	521
GT68: Reflexões e práticas sobre a restituição de dados da pesquisa antropológica.....	523
GT69: Regimes de alteridade e construção de antropologias nacionais: Um exercício de antropologia histórica	526
GT70: Remoções forçadas: povos indígenas desterrados no Brasil contemporâneo.....	535
GT71: Retomadas e autodemarcações de terras indígenas: processos de luta, memória e ritual.....	539
GT72: Retomadas e tessituras no fazer antropológico	546
GT74: Ritmos da Identidade: Música, Juventude e Identidade.....	548
GT75: Sobre comer e viver na Amazônia: memórias, afetos e territorialidades.....	552
GT76: Sujeito e religiosidade: práticas, representações e experiências	556
GT77: Técnica, emoção e poder: uma abordagem processual	563
GT78: Visualidades Indígenas	567
Mesas Redondas	571
MR01: 150 anos de Marcel Mauss: uma obra em constante desdobramento	571
MR02: A colonialidade da escrita: Antropologias não textuais na América Latina	572
MR03: A Descolonização do Conhecimento na Antropologia	574
MR04: A vida em questão: conflitos que atravessam fronteiras	576
MR05: Acervos de antropologia: experiências institucionais e possibilidades de uso	577
MR06: Agenciamentos coletivos e pluralismo terapêutico nas redes de cuidado....	578
MR07: Antropologia digital: etnografia e tensionamentos teóricos, éticos e políticos	580
MR08: Antropologia e Curadoria: Dilemas e Derivas da Tradução	582
MR09: Antropologia, Estado e Mediação de Conflitos em perspectiva comparada	584
MR10: As emoções em processos judiciais e seus rendimentos analíticos.....	587
MR11: Astronomia cultural e patrimônio: questões em torno da base espacial em terras quilombolas em Alcântara	589



Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

MR12: Atos do Estado, grandes projetos e conflitos territoriais.....	591
MR13: Avaliação da implementação e resultados das políticas de inclusão racial nas Universidades Federais do Sul do Brasil.....	592
MR14: Circuitos de criminalização: refletindo com gênero, sexualidade e raça	594
MR15: Criando gentes e antropologias: maternidades dentro e fora das universidades	595
MR16: Desafios contemporâneos sobre a ética em pesquisa: o plural em questão em tempos inquietantes!.....	597
MR17: Desafios éticos e metodológicos enfrentados por pesquisadores nos estudos sobre os usuários de substâncias psicoativas.....	598
MR18: Deslocamentos, apropriações e disputas ao redor dos	599
MR20: Direitos Humanos e educação sob ataque: neoliberalismo, conservadorismo e governo de subjetividades	600
MR21: Do Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil aos desafios de uma rede nacional de colaboração.....	602
MR22: Duzentos anos do Tribunal do Júri no Brasil: gênero, mídia e direitos em disputa.....	603
MR23: E se a culpa não for só dos evangélicos?	605
MR24: Emoções, Instituições e Temporalidade.....	606
MR25: Etnografia das águas urbanas: tempos, escalas e desigualdades na produção das cidades.....	607
MR26: Etnografias do/no sistema prisional: Método, campo, reflexividade e ética	610
MR27: Genocídio encoberto: os povos indígenas isolados no Brasil	613
MR28: Habitar em meio a precariedades	614
MR29: :Ilegalismos, circulações e Pandemia: etnografias possíveis em mercados instáveis	617
MR30: Indigenismos no tempo recente, no tempo presente: experiências e expectativas	619
MR31: Interculturalidade, Confluências e Narrativas Contraloc Coloniais	620
MR32: Interfaces entre História e Etnologia Indígena: abordagens contemporâneas	622
MR33: Interpelando a categoria de gênero a partir dos estudos africanos: Cabo Verde, Serra Leoa e Moçambique em perspectiva.....	624



Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

MR34: Lugares, paisagens e territórios em disputa: negociações e rearranjos em situações de restrições, de perdas e de desastres	625
MR35: Materialidades etnográficas: fabular com as coisas	628
MR36: Mineração e Povos Tradicionais: as ameaças representadas pelo proposto novo Código de Mineração e o futuro dos territórios.....	632
MR37: Mobilidades transnacionais, gênero e sexualidade: agenciamentos possíveis	633
MR38: Mobilização Política e Resistência Quilombola Face aos Direitos Ameaçados	635
MR39: Morrer em tempos de pandemia Covid-19.....	637
MR40: Movimentos sociais na Amazônia: cenários de conflito, resistência e mudança social.....	639
MR41: Nas malhas da covid-19: fazendo antropologia da saúde em contexto pandêmico no Brasil e no México	640
MR42: O trabalho animal e o trabalho com animais: possíveis leituras nas Ciências Sociais brasileiras	643
MR43: Paisagem, dinâmicas territoriais, processos identitários e conflitos socioambientais	645
MR44: Paisagens das águas e territórios pesqueiros	648
MR45: Patrimônios mundiais em perspectiva comparada	650
MR46: Povos ciganos, contranarrativas ciganas, produção de conhecimento e perspectivas comparadas.	651
MR47: Práticas antropológicas na produção audiovisual.....	652
MR48: "Política de Terreiros": entre os conflitos, violações e as mobilizações por reconhecimento de direitos dos povos tradicionais de matriz africana	654
MR49: Racializar a África: reflexões, mudanças e contribuições a partir da Antropologia negra brasileira	655
MR50: Religião & Sociedade: 45 anos de pesquisas sobre religião no Brasil.....	656
MR51: Religião e conflitos político-morais: (re)pensando desigualdades a partir da América Latina	659
MR52: Todos no mesmo barco? Saúde e migração no contexto da Covid-19.....	661
MR53: Vinte anos de diálogos: os esportes na Antropologia brasileira.....	663
MR54: Violência de gênero na academia e na pesquisa antropológica	664



Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

MR55: Vozes das indígenas mulheres: luta e cuidado em redes de mobilização	666
Minicursos	668
MC01: Experimentações etnográficas: inovações, possibilidades e estilos de criatividade	668
MC02: Interpretação socioantropológica dos Sonhos	669
MC03: Ritual, performance e etnografia: abordagens contemporâneas.....	670
MC04: Sistematização e análise de dados na pesquisa antropológica	673
Oficinas.....	675
OF01: Conversa com autores/as da Mostra de Desenhos do Prêmio Pierre Verger	675
OF02: Mostra de Ensaios Fotográficos do Prêmio Pierre Verger: conversa com autores/as	676
OF03: Podcasts e Antropologia: formas de produção, possibilidades de uso no ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica	676
OF04: Ponto a ponto: a poética das agulhas no registro criativo de percursos etnográficos	678
OF05: Mostra de Filmes do Prêmio Pierre Verger: conversa com autores/as.....	679
Prêmios	680
Prêmio Heloísa Alberto Torres 2022 (V Edição)	680
Prêmio Pierre Verger 2022	680
Prêmio Lélia González 2022 (II Edição).....	682
Prêmio de divulgação científica - 2022 (I Edição)	686
Prêmio ABA de Ensino de Antropologia - 2022 (II Edição)	687
Prêmio Antropologia e Direitos Humanos - 2022 (X Edição)	688
Prêmio Lévi-Strauss - 2022 (IX Edição)	689
Simpósios Especiais e Rodas de Conversa.....	691
SE01: 10 anos das Ações Afirmativas no Brasil: Permanência, Continuidades e Perspectivas numa prática de uma Antropologia Antirracista - PARTE 1.....	691
SE02: 10 anos das Ações Afirmativas no Brasil: Permanência, Continuidades e Perspectivas numa prática de uma Antropologia Antirracista - PARTE 2.....	692
SE03: 100 anos de Argonautas do Pacífico Ocidental: considerações sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano	693



Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

SE04: A gente fala com quem? Desafios da comunicação e da divulgação científica no campo das Ciências Sociais brasileiras	698
SE05: Antropologia em Tempos Extremos: desmonte ambiental, privatização das terras comuns e grandes projetos.....	699
SE06: Antropologia nas encruzilhadas: O descarte das políticas públicas e pautas autoritárias no atual contexto político	700
SE07: Antropologia, Ciências Forenses e movimentos sociais: fazer política, fazer justiça.....	700
SE08: Antropologías Latinoamericanas y Sistemas Científicos: Entre Disciplinamiento, Circulación y Conocimientos Insumisos.....	702
SE09: Aportes de las perspectivas marxistas y feministas en Antropología en relación al contexto actual en Latinoamérica	703
SE10: Arquitetura da destruição? Diálogos interinstitucionais sobre assédio institucional e violações às liberdades acadêmicas	704
SE11: As ciências Sociais em tempos extremos: desafios	704
SE12: As grafias da antropologia e suas costuras	705
SE13: As/Às margens do Ipiranga: o bicentenário brasileiro, a construção de Nação e as existências contra-hegemônicas	706
SE14: Campos de atuação da antropologia no Brasil: regulamentação, representatividades e modos de inserção profissional.....	707
SE15: Desafios do fazer antropológico: pesquisa e ensino em Brasil e Portugal	708
SE16: "De dentro e de fora": pensando (sobre) a Associação Brasileira de Antropologia.....	708
SE17: Dinâmicas de Internacionalização da Antropologia Brasileira.....	709
SE18: Editando Antropologias	710
SE19: Estudos do Cuidado, da Deficiência e da Ciência e Tecnologia: diálogos interdisciplinares e práticas de pesquisa emancipatórias.....	711
SE20: Etnografia, compromisso e colaboração: desafios para uma antropologia contemporânea.....	712
SE21: Ex-Presidentes da ABA falam sobre a Internacionalização da Antropologia Brasileira.....	713
SE22: Gênero e Sexualidade: desafios, transformações e agenciamentos em tempos extremos	714
SE23: Guerras, Refúgios e Direitos Humanos: Diálogos Transnacionais.....	715



Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

SE24: Laicidade e Democracia em Perspectiva	716
SE25: Maternidades destituídas, violentadas e violadas	717
SE26: Migrantes (In) Desejáveis, Regimes De Fronteira E Movimentos Sociais: Pesquisadores E Ativistas Em Diálogo	718
SE27: Morte durante a Pandemia de COVID-19: luto e tragédias.....	719
SE28: Múltiplos olhares sobre as Antropologias Latino-americanas : a Coleção editorial da ALA.....	720
SE29: Nas artimanhas do poder: novas elites e produção de desigualdades no Brasil	721
SE30: Os ataques à Antropologia, os laudos antropológicos como instrumento para a garantia de direitos e o universo dos contralaudos: um debate	722
SE31: Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação .	722
SE32: Quilombos, Meio Ambiente e Patrimônio	723
Realização.....	725
Apoio	725
Organização	725
Contato	726

Comissão Organizadora

DIRETORIA DA ABA

Presidente: Patricia Birman (UERJ)

Vice-Presidente: Cornelia Eckert (UFRGS)

Secretaria Geral: Carla Costa Teixeira (UnB)

Secretaria Adjunta: Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Tesoureira: Andrea de Souza Lobo (UnB)

Tesoureiro Adjunto: Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Diretor: Fabio Mura (UFPB)

Diretora: Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA)

Diretor: João Frederico Rickli (UFPR)

Diretora: Luciana de Oliveira Dias (UFG)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA ABA

Secretária Administrativa: Carine Lemos

Assistente Administrativo: Roberto Pinheiro

Auxiliar Administrativa: Silvane Xavier

COMISSÃO EXECUTIVA

Coordenação: João Rickli (UFPR)

Cornelia Eckert (UFRGS)

Carly Machado (UFRRJ)

Carol Parreiras (UNICAMP)

Camilo Braz (UFG)

Ciméa Bevilaqua (UFPR)

Paulo Guérios (UFPR)

Ricardo Cid Fernandes (UFPR)

Laura Perez Gil (UFPR)

Conferências

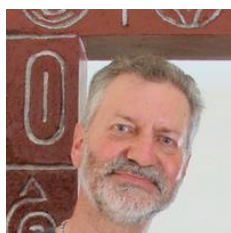
CF01: Agradecimentos de uma antropóloga



Lila Abu-Lughod (Universidade de Columbia) - Apresentação de Andrea Lobo (UnB)

Link da conferência: <https://youtu.be/rzAWjb9Eig8>

CF02: Os Espíritos da Lei : « Tudo tem dono »



Robert Crépeau (Universidade de Montreal) - Apresentação de Ricardo Cud Fernandes (UFPR) e Rogério Rosa (UFPel)

Link da conferência: <youtu.be/gRvIIQ-ip4I>

CF03: Perspectivas subjectivas e humanísticas em contextos de violência



Esmeralda Mariano (Universidade Eduardo Mondlane) - Apresentação de Laura Moutinho (USP)

Link da conferência: youtu.be/1vLUYm_IQF4

CF04: Escrever etnografia em tempos conturbados



Paul Stoller (Universidade de West Chester) - Apresentação de Maria Elvira Benitez (MN-UFRJ) e Marcelo Mello (UFBA)

Link da conferência: youtu.be/NzAyJW9EPaI

Grupos de Trabalho

GT01: A universidade como local da alteridade

A ampliação da universidade pública brasileira, somada às políticas de ação afirmativa, possibilitou mudanças profundas na composição do corpo social das instituições. Os estudantes comumente excluídos deste espaço de formação, chegam com histórias ativas que mostram uma complexidade de agendas, significados políticos e audiências, representando grupos que sobreviveram às invasões coloniais, à assimilação forçada e à escravização e que hoje lutam dentro de regimes dominantes, em resistência e reconexão aos seus valores ancestrais. O conhecimento produzido por eles nessa nova arena é resultado de situações existenciais, muitas vezes expressas por meio de histórias de vida, e reformulado nas relações interculturais e intercientíficas do cotidiano de ensino. Essas manifestações e formas de fazer mostram uma vitalidade cultural sentida dentro das universidades brasileiras que têm sido provocadas a pensar outras modelagens dadas por uma relação dialógica e a possibilitar outros pontos de vista e modificações no espaço de formação. Este GT convida pesquisadores e pesquisadoras a enviarem trabalhos que apresentem descrições, comparações e experiências sobre a universidade como o lugar da alteridade. Nos diferentes espaços da pesquisa, do ensino e da extensão há vivências distintas e inter-relacionadas sobre formas de conhecer, de sentir e de agir sobre o mundo que permitem um deslocamento do olhar docente em busca da construção de espaços mais democráticos.

Palavras chave: Universidade; Alteridade; Conhecimento

Susana Abrantes, Carla Dias

Apresentação Oral

Trânsitos acadêmicos e a produção de conhecimento: Notas sobre a migração e as políticas da prática científica entre doutorandos brasileiros em Portugal

Antonio Pedro de Barros

A comunicação proposta é a parte inicial de uma pesquisa etnográfica em andamento acerca dos efeitos epistemológicos da migração para investigadores brasileiros em Portugal. As sucessivas crises políticas que se aprofundaram no Brasil a partir de 2015, com a abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, e a posterior consolidação institucional da extrema-direita, em 2018, provocaram transformações drásticas na condução de algumas políticas públicas. O campo da ciência e da educação, em especial, foram marcados por cortes

sucessivos de financiamento e pela intensificação do processo de precarização das condições de trabalho. Diante desse quadro, houve um crescimento no fluxo de emigração de pesquisadores, em especial daqueles em fase de formação ou em estágios iniciais da carreira e Portugal se configurou como um dos principais destinos para aqueles das áreas das Ciências Sociais e das Humanidades. O número de brasileiros na academia portuguesa vem subindo num ritmo próprio e constante, independente das ondas de migração no geral. Apresento uma breve contextualização deste fluxo migratório, baseado em alguns dados estatísticos e históricos sobre como as transformações conjunturais no Brasil afetaram as condições materiais e simbólicas de trabalho científico e podem estar associadas a esse fenômeno. Junto a isso, busco apresentar a sua singularidade e como a migração acadêmica recente se distingue perante as outras formas de mobilidade acadêmica financiadas pelo Estado brasileiro, que já foram majoritárias nas interações científicas entre os dois países. Esse material é enriquecido com dados etnográficos reunidos na pesquisa de campo em andamento em alguns centros de formação avançada na área das ciências sociais em Lisboa. Tenho tido especial atenção às dinâmicas de organização e de interação dos ambientes acadêmicos em Portugal, às representações acerca do significado do Brasil e de Portugal enquanto locais de produção e enunciação do conhecimento científico, e, sobretudo, às objetivações discursivas dos processos vividos subjetivamente de deslocamento de classe, status, gênero e raça decorrentes da experiência migratória.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661456472_ARQUIVO_f3559ec32e4c5c096a60999fde0c4d58.pdf

Apresentação Oral

A presença de estudantes indígenas na universidade: reflexões a partir da interculturalidade e diversidade

Cíntia, Maristela Oliveira de Andrade, María Elena Martínez-Torres

Este trabalho traz a discussão do conceito de interculturalidade e diversidade, como alicerces que fundamentam a construção de espaços acadêmicos mais plurais etnicamente, a partir da reflexão da universidade como lócus do repasse de saberes e práticas hegemônicas colonialistas. O conceito de interculturalidade, entendido a partir da concepção de que há um saber dominante que precisa ser descolonizado e desconstruído, leva ao questionamento: Qual o significado da presença dos estudantes indígenas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e como essa presença é capaz de questionar as teorias "científicas" postas como universais? A pesquisa bibliográfica, aliada à prática profissional da autora como assistente social na Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante da UFPB, onde é operacionalizado o Programa Bolsa Permanência e como doutoranda no PPGA/UFPB

trouxeram subsídios para refletir sobre questões relacionadas à alteridade na Universidade. Ferramentas como a observação participante e entrevistas viabilizaram tal estudo, considerando que nos espaços profissional e acadêmico foi possível a convivência da autora com estudantes indígenas. Dentro desse contexto, o Sistema de Cotas e o Programa Bolsa Permanência constituem-se como avanços na discussão sobre a diversidade nas Universidades, sendo considerados pilares para a diversidade na Universidade, com forte apelo ao exercício da alteridade em todas as instâncias institucionais. A diversidade ainda representa um desafio para as IFES, quer para consolidação de uma universidade menos hegemônica como pela capacidade de romper paradigmas e abrir espaços de convivência, com práticas interculturais, onde há trocas de saberes e não imposição de um saber único!

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1663615368_ARQUIVO_d0e752adcd76d07e23f22769704f04f0.pdf

Apresentação Oral

Ser, falar e pertencer: ativismo de intelectuais negras

Debora Simões de Souza Mendel

O objetivo desta comunicação é refletir sobre os processos de tentativas de silenciamentos das vozes das intelectuais negras. Estou interessada aqui na transformação das universidades brasileiras tendo em vista a implementação e desenvolvimento das ações afirmativas na modalidade das reservas de vagas para estudantes negros. Utilizarei três conceitos-chaves a ideia do Movimento Negro como educador (GOMES, 2017), autodefinição (COLLINS, 2019) e narrativa na primeira pessoa (XAVIER, 2019). Tendo em vista que o meu ponto de análise é minha experiência enquanto cotista na pós-graduação e atuação como professora na rede federal de ensino. Não pretendo apresentar um texto/apresentação que denuncia a construção da universidade como espaço que exclui os corpos das mulheres, pois isso já está posto. Estou interessada, em caminhos a serem traçados com objetivo de fazer emergir das nossas aulas saberes emancipatórios. Compreendo que as nossas histórias precisam ser contadas por nós mesmas, dou ênfase no ato de fala como uma ferramenta importante para a luta contra as diversas opressões, como de raça e gênero. Desejo que possamos, enquanto intelectuais negras ativistas, combater o projeto de silenciamento criado pela colonização e levado adiante pela colonialidade e que possamos falar, sermos ouvidas e, conseqüentemente, possamos pertencer (KILOMBA, 2020). Minha voz só pode ser ouvida hoje, e escrever este resumo é uma maneira de ser ouvida porque outras mulheres negras lutaram. Nesse sentido, vou destacar a ideia de trajetória individual e coletiva, apresentando conceitos de outras duas autoras fundamentais para o feminismo negro no Brasil: Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro para juntas teorizarmos sobre o eu e o outro; as repressões sistemáticas das nossas vozes, entre outras questões.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477275_ARQUIVO_b78dc56e6a3f4df30f472a23f82dcc5d.pdf

Apresentação Oral

A identidade étnica no ensino superior: o caso dos estudantes indígenas da Unicamp

Iandra Moretti

Este trabalho investiga os processos de reelaboração da identidade étnica no ensino superior, tendo em vista principalmente o caso da Unicamp. Na Unicamp, o vestibular indígena aparece como uma proposta somente após a greve estudantil ocorrida em 2016. Tal greve tinha como uma de suas pautas a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas. Depois de um longo debate que sucedeu a greve, com uma forte presença da experiência da implementação do vestibular específico indígena na UFSCar, em 2017 é aprovado o vestibular indígena na Unicamp. Aplicado pela primeira vez em 2018, a primeira turma ingressa no ano de 2019, ou seja, a universidade possui uma experiência recente com a crescente entrada de estudantes indígenas. São ao todo, atualmente, 234 estudantes indígenas matriculados nos dois campi da universidade. Com isso, procura-se expor, para além dessa contextualização da implementação recente do vestibular indígena na Unicamp, um balanço bibliográfico das formas com que o ingresso na universidade mobiliza, para o conjunto dos estudantes, uma reflexão sobre projeto profissional que pode implicar em ponderações a respeito do seu lugar no mundo e seu projeto de vida num sentido mais amplo. A maioria das pesquisas feitas sobre estudantes indígenas, no Brasil como em outros países, concernem universidades públicas. Depreende-se dessa literatura que há uma politização do "ser estudante indígena". Constituem-se com frequência associações de estudantes indígenas, na maioria das vezes envolvendo diversas etnias, favorecendo a produção de identidades pan-indígenas. As lideranças dessas organizações reivindicam políticas específicas de acesso e permanência, questionam a falta de diálogo com saberes indígenas na universidade, articulam-se com organizações indígenas nacionais e regionais. São frequentemente evocados por essas lideranças a importância da manutenção do contato com (ou do retorno às) suas comunidades. Observa-se ainda, de maneira recorrente, a apropriação por estes estudantes de instrumentos e técnicas de comunicação nas redes sociais e uma importante visibilidade e valorização da participação das mulheres indígenas. Neste trabalho, para além desse lugar militante na universidade, procura-se expor a existência de outras formas de experimentar a universidade pelos estudantes indígenas ao levar em consideração a heterogeneidade desse grupo, indicando que as relações construídas na e com a universidade não é unívoco ou homogêneo, mas depende tanto de repertórios, redes de contatos e desejos de diferentes estudantes, assim como dos distintos convites e oportunidades que as universidades oferecem.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468814_ARQUIVO_5dc4252b6cfc3c9979c025262fa92aa1.pdf

Apresentação Oral

A construção do Laboratório de Interseccionalidades, Equidade e Saúde: os nossos corpos implicados em pesquisas e práxis críticas

Laura Cecilia López, Milena Cassal Pereira, Cauê Rodrigues, Natália Inês Schoffen Corrêa, Sabrina Feiber da Silva, Daniel Passaglia Junior

O Laboratório de Interseccionalidades, Equidade e Saúde (LabIES), certificado pelo CNPq em 2021, é produto de construção coletiva iniciada quando nossos corpos diversos convergiram no espaço da Unisinos. Somos um grupo que produz pesquisa e práxis críticas, entrelaçando diferentes áreas de conhecimento, espaços de vida e de resistência. O grupo propõe intervenções sociais interseccionais e o uso de metodologias participativas para a elaboração de diagnósticos, bem como o delineamento/aplicação de ferramentas de avaliação e promoção da equidade em diálogo com problemáticas concretas levantadas por diferentes coletivos. Congrega-nos realizar pesquisas com abordagem interseccional de gênero, sexualidade, raça e classe, baseadas na contribuição de três intelectuais: as antropólogas negras latino-americanas Lélia Gonzalez e Mara Viveros Vigoya, e a socióloga trans australiana Raewyn Connell. A publicação no Brasil do livro *Interseccionalidade*, de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) deu um impulso renovado às ideias do Laboratório, sendo que as autoras reivindicam a interseccionalidade como investigação e práxis críticas. À luz destes aportes, analisaremos três percursos dentro do grupo. O primeiro deles pode ser nomeado como o do "acesso afirmativo à universidade". Muitas/os das/os discentes que compõem o grupo acessaram a universidade graças a políticas de redistribuição e de reconhecimento que ampliaram o acesso ao ensino superior operantes com maior força na primeira década do Século XXI. Outro percurso é a contribuição para efetivação de políticas e direitos da população LGBTQI+ na cidade de São Leopoldo. E o terceiro relaciona-se com a realização de pesquisa-ação em um bairro periférico, sobre equidade de gênero e cuidados comunitários. Com esta reflexão, pretendemos ressaltar a relevância da produção de conhecimento que entrelace não só áreas de estudo diferenciadas, mas fundamentalmente baseada em epistemologias que abram caminhos para a investigação colaborativa, para corpos engajados nas micropolíticas cotidianas, com vistas às transformações e a justiça social. Apostamos pela mudança de paradigmas para a valorização da ciência comprometida com as realidades sociais e com posturas cada vez mais dialógicas e inclusivas em relação às demandas de uma pluralidade de atores da sociedade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661455332_ARQUIVO_84946c184269b46bfc810cb2670e1b06.pdf

Apresentação Oral

Relação entre estudantes no espaço privado e público na pandemia: reflexões a partir do Gilberto Velho

Mamadú Cissé

A concepção de que ser humano é interdependente, logo, não consegue se reproduzir social e culturalmente caso seja isolado do restante do seu entorno social tem sido um dos postulados em torno do qual se reúne um amplo consenso dentro das Ciências Sociais de forma geral. Não obstante, se esta afirmação possui argumentos que o torna justificável per si - teórica e empiricamente - também não deixa de ser verdade que a referida convivência inter-humana é permanentemente pautada por conflitos, cedências, convenções e outras formas de viabilizar uma mediação com máxima viabilidade possível dessas relações sociais. É a partir destes pressupostos que o presente trabalho reflete acerca das tensões entre as esferas privada e pública durante a pandemia da Covid-19. Para o efeito, utilizei a base teórica dos estudos da Antropologia Urbana e também me servi de dados coletados a partir da aplicação de entrevistas online com estudantes do ensino superior a nível de graduação na UNILAB - Campus dos Malês, localizado na Bahia, Brasil. Em termos dos elementos constatados e meus achados, na sessão das considerações finais, aponta-se que as situações ou potenciais contextos de conflito têm sido mediadas e apaziguadas por estratégias definidas e ou em definição durante a convivência cotidiana entre os estudantes que integram o público selecionado para a entrevista.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1655067400_ARQUIVO_37d71bd9abade6f67cff137d95cad8cf.pdf

Apresentação Oral

É Subalterno ou Subversão?: Das Ações Afirmativas ao Rompimento com o Epistemicídio

Rafaela Rodrigues de Paula, Steffane Pereira Santos

Com a aproximação dos 10 anos da implementação da Lei 12.711/2012 mudanças foram colocadas em curso na operação e nos modos de fazer epistemológico dentro das universidades públicas brasileiras. O que, enquanto estudantes negras, temos executado na universidade, é um processo continuado de formação de redes de alunes negres (CASSIANO, 2022) que engendram, por sua vez, um espaço confortável para a autodefinição, criando uma

centralidade subversiva, como aponta Sofia Maria Nicolau (2021). Assim, não somente socialmente e espacialmente o âmbito das universidades é modificado, como também as produções que são realizadas por estudantes negres e indígenas. Isto posto, por meio de um revisão teórica que discute a colonialidade do saber (MIGNOLO, 1995) estabelecida ao longo do tempo, seus efeitos na prática da produção acadêmica e no estabelecimento do epistemicídio (CARNEIRO, 2005). O presente trabalho objetiva traçar como a Lei de Ações Afirmativas, ao promover a inserção de alunes negres nas universidades, conseqüentemente propõe um giro epistemológico nas produções da universidades, que são questionadas e interpeladas por esses estudantes ao ocuparem uma nova posição enquanto produtores e não objeto do conhecimento (KILOMBA, 2019), bem como, propicia a permanência e criação de redes de apoio para esses no ambiente acadêmico. Assim incorpora-se duas perspectivas de análise, a saber: (1) o lugar da experiência (SCOTT, 1998) e posicionalidade (HARAWAY, 1995) de nossa trajetória de estudantes negras cotistas em uma universidade federal, e (2) a revisão e mobilização de epistemologias contra-hegemônicas e decoloniais manipuladas por intelectuais negres na área das Ciências Sociais que travaram embates frente ao epistemicídio que silencia as nossas vozes, constituindo parte da resistência e da materialização do sonho insubmisso dos nossos, que foram potentes vetores para que possamos estar ocupando este espaço atualmente, construindo redes de resistência e permanência. Rompendo com assim com a lógica de operação do silenciamento de corpos subalternizados e iniciando passos para que corpos subalternos possam falar (SPIVAK, 2010).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661465231_ARQUIVO_3977ff16c761452cb9116341e8637e7d.pdf

Apresentação Oral

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO EAD PARA AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA: uma abordagem sobre o curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social - UFF/CEDERJ

Thayná Moreira Cardoso de Carvalho Grandin

Resumo: O trabalho terá por objetivo discutir como a Educação a Distância possibilitou a inserção daqueles que, em razão de alta demanda de trabalho e regimes de escala, possuem dificuldade de frequentar um curso de nível superior no modelo de ensino presencial. Nesse sentido será destacada a relação civil-militar no âmbito universitário, e mais especificamente, será demonstrado o processo acadêmico de socialização dos agentes de Segurança Pública como alunos da Universidade, a partir da observação do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social, ofertado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em parceria com o consórcio Centro de Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro

(CEDERJ/CECIERJ), que proporciona ensino público de qualidade para profissionais da área de segurança pública, promovendo a inclusão social desses profissionais no ambiente acadêmico e contribuindo para a democratização do ensino em nosso país. E atuando como tutora presencial e tutora-coordenadora no Polo Regional de São Gonçalo, município da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, pretendo desenvolver o estudo com base nas entrevistas e observações etnográficas realizadas a partir do lugar que ocupo neste ambiente de aprendizagem. Palavras-chave: Inclusão Social, Segurança Pública; EAD. Referências Bibliográficas: ARAGON, Luiza A. A memória que não leva à justiça: uma etnografia das moralidades e dos discursos presentes no Tecnólogo em Segurança Pública e Social da Universidade Federal Fluminense. 2018. Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2018. CASTRO, Celso. O Espírito Militar: um antropólogo na caserna. 2ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 GERALDO, Pedro. H. B. e KANT DE LIMA, Roberto. Conflitos em formação: A experiência da convivência civil-militar no Curso de Tecnólogo em Segurança Pública a distância da Universidade Federal Fluminense. In: GT01 "Administração de conflitos em perspectiva comparada" 39º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais, MG: Outubro, 2015. KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. Revista de Sociologia e Política, Curitiba - Paraná, n.13, p. 23-38, 1999 SILVA, Robson. R. d. et al. Entre a caserna e a rua: o dilema do "pato". Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói/Rio de Janeiro: Ed. UFF. 2011 VERÍSSIMO, Marcos. et. al. Quando a polícia vai à Faculdade: "inclusão social" ou "choque cultural"?. In: XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2015.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661453258_ARQUIVO_59ab289b9d723922a474b7415cd2eca7.pdf

Apresentação Oral

Estudantes universitários indígenas do Oiapoque: apropriação de espaços acadêmicos e produção de conhecimento

Vinícius Cosmos Benvegnú

Este trabalho integra a pesquisa de tese de doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas, que foi desenhada a partir de minha experiência enquanto professor substituto no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), entre os anos de 2017 e 2019, no município de Oiapoque, estado Amapá. O CLII surge, em 2007, de uma demanda direta dos povos indígenas do Oiapoque, que

buscavam acesso à universidade e capacitação de seus professores e jovens. O curso vem oportunizando uma apropriação de conhecimentos, das linguagens e dinâmicas acadêmicas que possibilita, não somente uma reelaboração e reescrita dos processos históricos locais pelos próprios indígenas nos termos da academia, mas também legitimidade e protagonismo perante a sociedade de Oiapoque e do Amapá. A primeira parte da pesquisa da tese foi ler, sistematizar e analisar alguns Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos dos quatro povos indígenas do Oiapoque - Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi Kali"na e Palikur. Nessa etapa busquei analisar a produção de conhecimento indígena acadêmico, e compreender como a universidade têm possibilitado que os indígenas se apropriem desses espaços e passem a produzir materiais e conhecimentos próprios e legítimos sobre si e sobre a história local, que no limite, vêm acarretando diretamente nas suas realidades. Foram analisados 21 TCC"s da área de Ciências Humanas, que relatam experiências próprias dos autores e de pesquisas históricas e etnográficas. Uma infinidade de temas e orientações apareceram, contudo alguns tiveram maior ocorrência e se sobrepuseram a outros. Entre eles destacam-se: História indígena, Processos de escolarização e Educação escolar indígena, Relações com o Estado e missões religiosas, Organização Política. Ao por em análise esses documentos vemos que muitas das histórias, narrativas e fatos dialogam, descortinando dados e histórias em comum. É a partir dessas histórias particulares e dessa história em comum, que vemos como os indígenas vão historiografando as lacunas de alguma "história oficial". Após as análises e reflexões, iniciei uma série de conversas com esses autores indígenas para conhecer suas trajetórias de vida e escolar-acadêmica, entender os processos de pesquisa e elaboração dos TCC"s, e os vínculos e relações de pesquisa dos pesquisadores. Nas conversas busco, outrossim, compreender os efeitos sociais que os TCC"s têm ocasionado tanto nas comunidades, como no ambiente universitário. Por fim não menos relevante, a pesquisa conduz a reflexões e problematizações acerca do meu lugar enquanto professor e a prática docente, que expõem as lacunas da formação acadêmica para me relacionar e trabalhar didático-pedagógicamente com estudantes indígenas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660311002_ARQUIVO_9528010a858b0937459fa5d47e6b00f9.pdf

GT02: Antropoéticas: outras (etno)grafias

Formas de expressão e materiais sensíveis, gráficos e audiovisuais têm constituído parte significativa dos processos de pesquisa antropológica, presentes não somente pelo que "mostram" de modo objetivo, mas também pelas texturas, autorias, sensações e pela receptividade ao caráter experimental do pensamento. Entre recursos diversos, como desenhos,

montagens, fotografias e filmes/vídeos, propomos acolher discussões sobre sensibilidades e sensorialidades no fazer etnográfico-antropológico, assim como contribuições analíticas sobre a construção do conhecimento científico a partir da produção de materiais sensíveis diversos, de modo colaborativo entre interlocutoras/es e o meio acadêmico. Sendo assim, a proposta deste GT é reunir pesquisadoras/es que promovam em seus trabalhos a relação entre poética e Antropologia, de modo a estimular discussões sobre as múltiplas potencialidades narrativas acionadas nos atos de observar, registrar, descrever, criar, imaginar e compartilhar, permeadas por sentidos e sensibilidades. Se dão em meio a campos de forças, relações de poder e conflitos, que dizem respeito tanto à própria constituição da Antropologia Audiovisual e da Imagem, quanto aos inumeráveis temas e campos de pesquisa nos quais podemos atuar. O GT dá continuidade a eventos anteriores - como o 18º Congresso da IUAES, a 31ª e 32ª RBAs e a XIII RAM, que por sua vez contribuíram para a formação do GT homônimo na Associação Latino-Americana de Antropologia Social (ALA).

Palavras chave: Poéticas; etnografia; audiovisual

Patrícia Pinheiro, Alexsânder Nakaóka

Apresentação Oral

Por uma Antropologia da Montagem: narrativas e grafias nikkeis

Alexsânder Nakaóka

Este trabalho parte da pesquisa de pós-doutorado que atualmente realizo junto ao Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL) da UFRGS, e busca evidenciar como a relação entre distintas formas de narrativas e grafias é capaz de potencializar a confecção do saber antropológico, tensionando a prática e a escrita etnográfica por meio da montagem. Para tanto, tenho realizado trabalhos de campo multissituados (Marcus, 1995) com interlocutoras/es nikkeis na minha região de origem, Vale do Aço-MG, e no Rio Grande do Sul, em especial na maior colônia japonesa do estado, localizada na zona rural da cidade de Ivoti. Tais interlocuções levarão em conta a existência de um estilo de vida ou ethos (Bateson, 1936; Mead e Bateson, 1942) dos japoneses e seus descendentes no Brasil. Como se dá o conjunto de vivências partilhadas entre o antropólogo e os grupos/indivíduos com quem ele estuda? A partir do estabelecimento das imbricações possíveis entre diversas formas de expressão (verbais e imagéticas-gráficas), quais formas de conhecimento são geradas? A questão central, portanto, será investigar como relacionar as complexas experiências intersubjetivas estabelecidas em campo, a partir da coleta e da produção de grafias e narrativas, para compor e experimentar o saber antropológico. Dessa forma, pretendo revelar a existência desse ethos alicerçado nas imbricações entre a verbalidade e a visualidade, duas formas de conhecimento ontologicamente distintas: a primeira corresponde a uma forma de narrar. Já a segunda, a uma

forma de fazer narrar. Logo, o procedimento epistemológico da montagem se fará duplamente potente: primeiro, porque tomá-la como um modo de pensamento sui generis é instigante para relacionar elementos heterogêneos dentro da "antropografia" (Ingold, 2015). Além disso, pois buscarei estabelecer um conhecimento por e com imagens, que será obtido a partir de experimentações visuais/gráficas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661448868_ARQUIVO_97a8988571db55efcf0691f8dc4075ed.pdf

Apresentação Oral

Vivências sensoriais e a produção de sentidos a partir do som: Primeiros episódios

Daniele Borges, Pedro Henrique Guatura Darlan

Neste trabalho discutiremos, a partir de nossas primeiras experimentações, enquanto editores do Podcast Caraminholas, algumas ideias acerca da produção de sentidos relacionada à sonoplastia neste contexto narrativo em que se privilegia o som como meio de comunicação. Inicialmente pensado como dispositivo de restituição em processo, o podcast tornou-se, já em sua fase inicial, parte importante do campo de pesquisa, configurando-se como um meio privilegiado de interlocução, que ocorre sobretudo nos bastidores da produção, envolvendo pesquisadores, profissionais da saúde e clientes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Além de ser um espaço para ventilar a produção antropológica além da academia (FLEISCHER, MANICA, 2021), está ética e politicamente engajado ao Movimento da Reforma Psiquiátrica. Logo, os debates refletem (e refratam) sobre a descolonização (FANON, 1968; MEMMI, 2021) da Saúde Mental (SM), o fortalecimento das novas abordagens em SM, a valorização e a transmissão das vivências, a defesa dos direitos, a dignidade e a autonomia de quem busca outras explicações —que não apenas a biomédica— para os acontecimentos em sua vida. Sinteticamente o Caraminholas valoriza os diversos significados dados por cada pessoa às suas experiências com os sentidos. Ao deslocar as vivências sensoriais do seu contexto significativo tradicional, sintomático e negativo, para pensá-las enquanto variações da experiência humana, parece fundamental pensarmos o tipo de experiência sonora que cada episódio oferece. Pois, os estímulos auditivos, sejam eles ruídos ou melodias, despertam sensações arquivadas em nossa memória que, ao serem evocadas, criam uma ambiência emocional imersiva que atua sobre os sentidos transmitidos. E isso será determinante para o tipo de narrativa que estamos construindo e sobre o modo como alcançaremos o público. Assim, além de não estereotipar a narrativa é necessário que ela faça sentido tanto para quem vive as experiências narradas, quanto para quem não está familiarizado com o tema. Os aspectos relacionados à sonoplastia, portanto, não são menos importantes que as informações comunicadas ao longo do episódio, mas somam-se a elas.

Pois, é a partir da construção de uma ambiência sonora (VEDANA, 2018; INGOLD, 2015), que vai sendo modelada na edição, que convidamos os ouvintes a imergir no ambiente que conecta as nossas subjetividades às suas, fazendo interagir informação, percepção e imaginação. As imagens mentais criadas a partir do som, sugerem percursos imaginativos que produzem sentidos e quando pensamos na articulação entre as dimensões ética, poética e política do fazer antropológico precisamos problematizar toda produção de sentido e suas possíveis reverberações, sobretudo em se tratando de narrativas com potência dialógica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661512136_ARQUIVO_2589f622029fad5fef7e7568c2074b8.pdf

Apresentação Oral

O Eu e o Outro em Campo: experiências metodológicas

Giovanna Olinda dos Santos Bernardino

Um dos meus pânicos acadêmicos sempre foi fazer entrevistas. Esteve incrustado na minha cabeça que, para realizar um bom trabalho de campo, eu precisava ter: um roteiro definido, com perguntas suficientemente interessantes, a ponto de serem a chave para abrir um tesouro que meu interlocutor guardava; áudios gravados em ambientes silenciosos e calmos; e um tempo de permanência muito grande junto aos interlocutores com quem eu desenvolveria a pesquisa. Entretanto, na travessia acadêmica, o real aconteceu e ruiu a maioria dessas construções. Minha temática de pesquisa, desde a Iniciação Científica em 2015, trata daqueles que fazem da rua sua morada e, já de início, levei alguns tombos por tentar encaixar os meus ideais metodológicos nesse universo rotineiramente caótico (no sentido dado por José Saramago: ordem por decifrar). A rua me ensinou, não sem eu teimar, que existem tempos diferentes e que a quantidade dessa temporalidade não está associada à qualidade dos encontros. Os pensamentos metodológicos pré-estabelecidos me faziam temer a pesquisa de campo. Porém, ao sair do cinema, andando pela cidade, indo para o trabalho, voltando da faculdade, descendo para pegar comida, encontrando amigos ou indo ao mercado: "meu campo" se mostrava pra mim e eu interagia com ele nos termos da vida. Ou seja, não como pesquisadora, mas como pessoa encontrando outra pessoa. Depois dessas interações, muitas reflexões surgiam e eu escrevia sobre elas para que ficassem registradas não apenas em minha memória. Assim, minha constância no campo começou a ser mensurada pela minha vida inteira e não apenas no momento em que eu vestia a máscara de pesquisadora e saía em busca de algo ou alguém. O movimento metodológico se fez em vias distintas daquelas que eu considerava corretas: deixei a vida acontecer, o campo se mostrar, me permitir viver as experiências, sem me preocupar com nada mais além daquela conversa, e - depois disso - retornei à minha versão acadêmica e utilizei as construções teóricas para dialogar com o

vivido. Certamente esse caminho não chega aos mesmos resultados daqueles em que as entrevistas são pré-estruturadas e gravadas, porém, percebi o potencial acadêmico diferencial desses encontros, que são feitos mais de sensibilidade do que racionalidade. E foi justamente com uma ferramenta artística que consegui fomentar cada vez mais essas experiências. Com a fotografia, o campo se ilumina entre as sombras e seu registro se faz pela imagem. A câmera pode assustar alguns ou pode ser uma ponte para uma rica interação. Troquei as vestes acadêmicas pelas roupagens ligadas à arte, e percebi que, por esses caminhos do sensível, existe a diminuição das distâncias construídas entre semelhantes, possibilitando real experiência, que se faz a base do "meu campo".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661456169_ARQUIVO_32bf3c743b1114abfb9b5ae8030d4fd0.docx

Apresentação Oral

Claude Lévi-Strauss: cidades, viagens e imaginações

Jeferson Carvalho da Silva

Muitas são as cidades descritas e relatadas pelo antropólogo Claude Lévi-Strauss ao longo de suas viagens e trajetória, no Brasil e em outras partes do mundo. Para citar algumas, temos São Paulo, Rio de Janeiro, Cuiabá, Londrina, Nova York, Tóquio, Paris, Fort-de-France, Calcutá, Lahore. Tomando como laboratório suas descrições e relatos sobre cidades, feitos em textos e imagens, este trabalho tem como objetivo especular formas pelas quais a antropologia pode ser capaz de contribuir e criar imaginações acerca dos modos de construção e habitação de nossas cidades contemporâneas, atentando para os desafios e questões suscitados pelo Antropoceno. Trabalhar com esse material é uma forma de adentrar cidades outras, aproximando-se de cidades imaginárias, tal como as "cidades invisíveis" de Italo Calvino, experimentando ficções durante esse processo. Nesse sentido, questiona-se: como é possível caminhar pelas cidades descritas e imaginadas por Lévi-Strauss ao longo de suas obras e trajetória? Como essas descrições podem inspirar e contribuir com a forma com que a antropologia trabalha e se relaciona com o fenômeno das cidades? De que maneira a descrição dessas cidades, feitas por Lévi-Strauss em textos e imagens, deixam ver a construção do olhar do antropólogo com relação aos espaços urbanos? Longe de querer responder essas perguntas, o que pretendo é seguir em suas confluências, colocando as cidades em questão. Assim, por esse caminho, apresento experiências onde modos de conhecimento se conversam e as imaginações se tornam valores heurísticos aos fazeres antropológicos, trilhando na composição de proposições onde a realidade é colocada em tensão, bem como as próprias categorias metodológicas da disciplina. Com isso em mente, busco entender como as cidades

de Claude Lévi-Strauss nos permitem (re)pensar e (re)imaginar as nossas próprias cidades e as formas como as percebemos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661130229_ARQUIVO_60442fb5f3d843553682152d4a10e2e6.pdf

Apresentação Oral

Conhecendo a Antropologia pelo desenho: experimentações pedagógicas e metodológicas

Katianne de Sousa Almeida

Este trabalho compartilha abordagens preliminares da pesquisa de doutorado sobre o uso do desenho como artifício pedagógico para a formação antropológica dentro da estrutura disciplinar acadêmica em Universidades brasileiras, especificamente inserido nos cursos de Antropologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Federal de Goiás (UFG), quanto em um curso de extensão (Desenho etnográfico), este em parceria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) com a UFRJ. O objetivo é divulgar estratégias de ensino de Antropologia utilizando o desenho para se compreender de forma prática as diversidades, as sutilezas e as temporalidades existentes no trabalho de campo antropológico. Foi importante identificar nas aulas e atividades do curso de extensão a relação histórica, em que desde a concepção da Antropologia como campo do conhecimento, do uso do desenho como ferramenta de pesquisa e auxílio à compreensão das expressões culturais de grupos sociais registradas nos diários de campo, aos dias atuais em que o desenho saiu do diário e assumiu um lugar de destaque na produção de ideias e síntese de conceitos. A Antropologia feita com desenhos coloca em diálogo linguagens e metodologias diversas, o que pode provocar uma produção de conhecimento científico mais dinâmico e acessível, conseqüentemente, a ampliação dos horizontes epistêmicos da disciplina, assumindo os riscos da experimentação no desenvolvimento da Antropologia na contemporaneidade. As produções das alunas, alunos, alunes e cursistas dentro das disciplinas e no curso de extensão evidenciaram o engajamento das(dos) pesquisadoras(es) em evocar a linguagem do desenho em suas investigações ou observações, buscando ampliar o debate acerca das diversas possibilidades de comunicar seus trabalhos para além das palavras. O diálogo proposto entre desenho e Antropologia vem portanto, construindo importantes fundamentos teóricos e imagéticos para potencializar a elaboração do pensamento antropológico não apenas como ferramenta de pesquisa, mas um método capaz de mostrar outros caminhos para as etnografias.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661456922_ARQUIVO_2f2a7107294811b0bfc92ba88af57570.pdf

Apresentação Oral

"El candombe no se escribe en un papel": dilemas da escrita etnográfica e da gravação sonora na prática musical do candombe afro-uruguaio

Lisandro Lucas de Lima Moura

O trabalho propõe uma discussão a respeito da escrita etnográfica e da gravação sonora no contexto das "llamadas" de candombe, evento musical coletivo próprio das comunidades negras do Uruguai. As "llamadas" são realizadas no ambiente da rua, por meio de desfiles e cortejos, e a execução musical é protagonizada pelos tambores afro-uruguaio, denominados "chico", "piano" e "repique". A manifestação musical e cultural do candombe requer, de nossa parte, uma atenção especial às interações que ocorrem entre os sons dos tambores, o ambiente acústico das ruas e avenidas e as sensações do público participante. Estamos falando de fenômenos sonoros e vibracionais que ocorrem por meio de junções públicas e de experiências participativas pulsantes e dançantes que tomam a forma de uma "ondulação energética" (Ferreira, 1999). Tudo isso é descrito por tamborileros e candomberos como um fenômeno que flui e que "no se escribe en un papel", porque "es un sentimiento". A execução polirrítmica dos tambores resulta, pois, em estados emocionais coletivos ("la magia del candombe") difíceis de transcrever racionalmente por meio da linguagem acadêmica. Essa ideia indica, pois, os limites da escrita etnográfica e das formas de comunicar ao público leitor as sensações vividas em trabalho de campo. Desse modo, como desdobramento de pesquisa de doutorado, e em diálogo com as proposições recentes de Ferreira (2021) sobre o assunto, o presente trabalho discute se a gravação sonora e a escuta posterior desses registros podem ser um caminho metodológico no sentido de permitir o acesso às práticas e conhecimentos próprios do universo musical candombero.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661484341_ARQUIVO_c3b5248b3f04dd5c256903a0a0d7a55e.pdf

Apresentação Oral

"O Corpo Dela é Uma Ocupação": activismos e mulheridades

Luciana Ribeiro

Eu tenho uma amiga Dj. Até aí, nada de novo, além do meu privilégio de circular pelas festas virtuais que se multiplicaram rapidamente durante o isolamento social deflagrado pela pandemia da Covid19 em março de 2020. Ela é uma Dj feminista. E, foi com ela e com outras amigas artistas cantoras, compositoras e performers que pude perceber mais atentamente tanto as letras, melodias e batidas presentes em algumas das músicas que escutava. Nas festas virtuais que fui (e ainda vou), procuro estar atenta ao que escuto e de como as mulheres presentes se comportam quando as melodias, consideradas por mim como feministas, são

tocadas. De início, havia apenas um interesse despretenso em escutar as músicas e observar o que dali emergia em meio aos sons, imagens e pessoas (na maioria desconhecidas) que surgiam nas janelinhas do Zoom, plataforma usada para festas virtuais diante de sua maior aplicabilidade no uso de imagem e som. Aos poucos, fui conhecendo e reconhecendo uma série de artistas que tratavam de formas diferentes o debate feminista e transfeminista contemporâneo, com destaque para o contexto de corpos, identidades e sexualidades dissidentes. Experimentações que ajudaram na construção de um projeto de pesquisa para um pós-doc, ainda em fase embrionária. O texto que proponho trazer para este GT advém de uma dessas experimentações. Trata-se de um bate papo sobre música e feminismo na Rádio Cafuné (@radiocafune), em um programa que as mulheres da rádio estavam começando a construir: a "Cafunelas". Minha participação incluía conversar sobre música e feminismo e, entre um bate papo e outro, tocar algumas músicas de uma setlist montada por mim. Dessa forma, este texto tem a intenção não só de contar como foi esse bate papo feminista musical na Cafunelas, mas também, de como surgiu meu interesse sobre músicas, feminismos, mulheridades e corpos dissidentes a partir de algumas das melodias produzidas no Brasil nos últimos dez anos (de 2010 até 2020) por mulheres e/ou outras pessoas da comunidade LGBTQIA+ que, de alguma forma me chamaram atenção por abordarem tais questões. Assim, este texto tem um recorte pessoal, destacando o que encontrei de mais expressivo em minhas buscas como consumidora a partir de minhas pesquisas nos apps: Spotify, Youtube e Instagram. Para isso, uso, como base de observação e análise, autoras contemporâneas que trabalham com questões ligadas a feminismo, feminismo negro, transfeminismo, arte e ativismo, tais como: Heloisa Buarque de Hollanda (2018), Silvia Federici (2017), Djamila Ribeiro (2018); Jaqueline Gomes de Jesus (2014), Maria Cristina do Nascimento (2014) e Duda Kuhnert (2018). A proposta agora é apresentar tal experimento e, na sequência, expandir a pesquisa para além das festas virtuais. E segue o baile!

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661264002_ARQUIVO_4a2d471fc31b1e415312aed91600b9f9.pdf

Apresentação Oral

Poemas Dançando: o diálogo entre dança, poesia e tecnologia na preparação do espetáculo na Gaya Dança Contemporânea.

Marília Melo

Este trabalho visa dialogar dança, técnica e emoções, através de uma etnografia do processo de criação do espetáculo na Gaya Dança Contemporânea/UFRN, que atua na cidade de Natal/RN. Opto por focar no desenvolvimento dos trabalhos coreográficos que abordam questões existenciais (angústia, solidão, medo, alegria, relação entre vivos) e sensoriais (por

parte dos sentidos: visão, tato, olfato e audição). Colocando ênfase, nesse momento, nos trabalhos coreográficos apresentados durante a pandemia da COVID-19, dialogando a dimensão estética que baseia a produção da dança contemporânea, com as propostas técnicas para a vídeodança e a coreoedição, presentes nos recortes cênicos de *Corpo Isolado*, *Para quando o verão chegar* e *Poemas Dançados II e III*, apresentados através da plataforma do Youtube, nos canais de 72^a SBPC Cultural e Gaya Dança Contemporânea. Enriquecido também por uma prática pessoal de dança, esta pesquisa nasce de uma antropologia interpretativa e colaborativa. A proximidade com o grupo, através da prática de pesquisa, transformou a pesquisadora em intérprete-criadora na Gaya Dança Contemporânea, compartilhando as alegrias e as tristezas dos corpos afetados pelo período instaurado pela pandemia em 2020 e também na criação coreográfica em período de isolamento social. Como o próprio nome sugere, *Corpo Isolado* mexe com as emoções e imaginários a respeito das sensações do corpo obrigado a isolar-se socialmente. Para quando o verão chegar e *Poemas dançados II e III*, narram as descobertas do próprio "eu", frente as tantas reflexões trazidas pelo momento, sob a narração de poesias de Clarice Lispector, na voz, no olhar e nos gestos dos intérpretes-criadores da Gaya Dança Contemporânea. Nesse contexto de grupo, apresento os corpos que criam, improvisam, sentem e refletem questões sociais que habitam nos gestos da dança em preparação da série de vídeodança "Poemas Dançados". A bibliografia perpassa antropologia da dança, do visual e da emoções, traçando também uma relação entre a antropóloga-bailarina e suas afetações como intérprete-criadora. PALAVRAS-CHAVE: Antropologia; Dança; Poesia; Tecnologia; Covid-19.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661510430_ARQUIVO_74e2b95567c8f9eb035e65cf00b2a31e.pdf

Apresentação Oral

Aprender na Prática: experiência com afeto e educação no contexto das autorrepresentações fotográficas de mulheres em Maceió/AL

Tayná Almeida de Paula

No estudo antropológico desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGAS/UFAL) trato da experiência de pesquisa com as autorrepresentações fotográficas de mulheres na cena contemporânea em Maceió/AL. Movida pelo reconhecimento das assimetrias de gênero no campo artístico da fotografia, categoria da qual também faço parte, tenho por objetivo compreender como as autorrepresentações visuais criadas por fotógrafas mulheres produzem fraturas no regime ocidental de representação dominante, caracterizado por tradicionalmente subjugar a imagética das mulheres. Para tanto, baseada na "educação da atenção" observada por Tim

Ingold (2010) e no processo em "ser afetada" pela experiência de campo, nos termos de Favret-Saada (2005), busco evidenciar nesta exposição a possibilidade metodológica de aprender na prática com as parceiras de pesquisa, através de meu engajamento criativo em espaços de aprendizagem orientados por elas. Nesse sentido, considerando o contexto de enfrentamento à pandemia da Covid-19 em que a pesquisa emergiu e, conseqüentemente, a impossibilidade de presença física em campo, devido ao isolamento seguido de distanciamento social, apresento uma possibilidade de pesquisa no período epidemiológico, em particular, e em períodos de desterritorialização de campo, em geral. Mas sobretudo, apresento uma produção de conhecimento antropológico pela etnografia visual na qual a base epistemológica de distinção entre eu e outra/o, sujeito e objeto, arte e ciência pode ser repensada, suscitando questões éticas, metodológicas e políticas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481508_ARQUIVO_52a91b0409583837df84c9f39396e187.pdf

Apresentação Oral

A agência social das fotografias

Vanessa Lopes da Silva

Esta pesquisa iniciou vinculada ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, no projeto intitulado de "Etnografias e Comparações: Regimes das Artes, Memórias e Imagens" na Universidade Federal do Ceará, na qual pesquiso a "fotografia" como objeto de estudo no âmbito da antropologia. Primeiramente, a minha reflexão é despertada ao observar que estamos inseridos em uma sociedade repleta de fotografias, algumas são efêmeras, outras permanentes. Ademais, partindo do pressuposto que as fotografias são um reflexo das relações sociais, investigo a "agência social" mediada pelas fotos reveladas, tendo como o principal objeto de pesquisa uma foto que registrei em 2014. Portanto, o referencial teórico basilar desta pesquisa é a antropologia da arte proposta por Alfred Gell, tensionada por outras abordagens que contribuem para pensar a fotografia. Além disso, o trabalho ampliou-se para pesquisar outros desmembramentos de vida das fotos, investigando-a como artefato, seja pelas trocas de retratos ou quando proponho pensá-la como "agente paciente" que sofre intervenções sociais. Para tanto, o trabalho se vale das discussões em torno da "noção de pessoa" na antropologia, de modo a operacionalizar a ideia de agência nas fotografias. Portanto, as conclusões parciais desta pesquisa em desenvolvimento é que as fotos medeiam relações em diversos contextos sociais, desse modo, se relaciona com questões fundamentais que tange a análise antropológica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661508041_ARQUIVO_aa467c102b2b7cff5bf54853fb87eed.pdf

GT03: Antropologia (Audio)Visual e Ciências Sociais: experiências de ensino e pesquisa

As experiências que envolvem a Antropologia (Audio)Visual no âmbito da pesquisa e do ensino têm sido tema de Grupos de Trabalho e Simpósios Temáticos organizados pelo Comitê de Antropologia Visual em diversos eventos científicos. Nesse GT esperamos discutir o uso das imagens nas diferentes articulações possíveis entre ensino e pesquisa no campo das ciências sociais. Como desdobramento de uma reflexão em desenvolvimento desde a publicação do livro *Antropologia Visual: perspectivas de ensino e pesquisa* (Ferraz & Mendonça, 2014), esperamos estender a discussão sobre o uso de imagens do campo da antropologia visual, para as outras áreas das ciências sociais, como forma de dimensionar as limitações e potencialidades epistemológicas e metodológicas no tocante ao uso das linguagens visual, gráfica e audiovisual na sala de aula bem como na pesquisa e resultados elaborados nesses termos em vista de sua aplicabilidade no ensino. Esperamos trabalhos que versam sobre antropologia audiovisual, ética de abordagens com imagens, produção, memórias coletivas, etnografias participativas em imagem e som, uso de mídias, acervos, interlocuções com os campos da política, da performance, da fotografia e do cinema, da curadoria e da experimentação dos modos de narrar e ensinar ciências sociais, tanto no Ensino Básico, quanto no Ensino Superior.

Palavras chave: Antropologia Audiovisual, etnografia, ensino

Denise Machado Cardoso, Nilson Almino de Freitas

Apresentação Oral

Protagonismo e participação política de povos indígenas no ciberespaço

Cristiane Modesto do Nascimento

O objetivo do presente estudo foi a análise do Movimento Indígena e a interação dos povos indígenas com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), identificando como o uso dessas ferramentas contribuem para a organização, comunicação e mobilização destas sociedades. Tomando por base a etnografia em ambientes virtuais, ou seja, aquela em que se utilizam comunicações mediadas por TIC como fonte de dados, realizou-se a análise de perfis nas mídias digitais (facebook, sites, blogs) para a coleta de informações. Partindo de tais investigações foi possível observar que, atualmente, os povos indígenas estão cada vez mais

organizados e encontram nas TIC condições necessárias para se manifestarem, sem a interferência dos novos "órgãos tutelares". Palavras-chave: Movimento indígena; Ciberativismo; imagens

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482550_ARQUIVO_018965884d621d3a31a12009dc4bd84b.pdf

Apresentação Oral

Entre Permanecer Ou Evadir: Estudo Acerca Das (Des)Mobilizações E Do (Re)Desenho Dos Modos De Vida Da Juventude Universitária A Partir Do Isolamento Social Provocado Pela Pandemia Covid-19

Isabel Linhares

Este estudo se propõe abordar as vivências e táticas da juventude universitária, no sentido de compreender o que (des)mobiliza seus modos de vida e/ou afeta e a desliga da vida universitária, observando como esses jovens atualizam formas de resistência ou se "perdem" em seus percursos, cujos trajetos, previamente traçados, estão sob ameaça nesse longo período de isolamento social provocado pela pandemia do COVID-19. Nesse sentido, busca-se conhecer quais táticas são utilizadas pelos jovens da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), na construção de condições para produzir a vida em tempos de pandemia, identificando implicações econômicas, sócio/culturais e políticas nos modos de ser e resistir, bem como o que os (des)mobiliza nesse novo cenário. O estudo emerge diante de resultados preliminares da pesquisa "Cartografias dos Afetos Juvenis: reinvenções dos sentidos do ser e viver em tempos de isolamento social" (2021). Referida pesquisa revelou que esse período interferiu negativamente no bem-estar dos(as) discentes, os(as) quais relatam sintomas como falta de concentração, medos, apatia e ansiedade, sendo esta última a mais citada. Estar afetado emocionalmente, trouxe várias implicações para a vida acadêmica e a relação com a universidade foi prejudicada, visto que muitos não tiveram condições para executar suas atividades. Ratificando a relevância da escuta das falas da juventude universitária, no sentido de compreender seus anseios, dilemas e modos de existir e resistir, propõe-se realizar essa escuta a partir de um viés metodológico (auto)biográfico, recorrendo a técnica da colcha de retalhos e produção de narrativas visuais. Para isso, realizar-se-á rodas de conversas e entrevistas narrativas, em ambiente virtual e/ou presencial, com discentes de diversos cursos da UVA, em um movimento de escuta atenta para o que dizem, de modo a identificar os elementos que mobilizam ou desligam essa juventude, no que diz respeito ao enfrentamento das questões da permanência na Universidade, no período de pandemia e pós-pandemia. Também será fundamental um levantamento de dados sobre o perfil dessa juventude universitária, sobre ingresso, permanência e/ou abandono, dando especial atenção aos últimos

três anos (2020-2022). O estudo em pauta ganha relevância ao considerar que a questão da permanência universitária já anunciava fios de esgarçamento, mesmo antes da pandemia, agora agravada por outros fatores e condicionantes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480297_ARQUIVO_89d7d5f0884d786c2196ba93a42d2090.pdf

Apresentação Oral

Considerações sobre ensino e história da antropologia visual

João M B Mendonça

O ensino de antropologia nos cursos de graduação em Ciências Sociais brasileiros geralmente envolve componentes curriculares de Teoria Antropológica, os quais incluem diferentes perspectivas teóricas. A tendência principal na organização dos assuntos desses cursos de Teoria consiste em adotar uma cronologia, a qual vai de fins do século XIX, com Lewis Morgan, James Frazer e Edward Tylor, até o período contemporâneo, a partir de Clifford Geertz e outros autores. Esse conteúdo costuma ser dividido entre duas ou três disciplinas e ao longo de quase dois anos estudantes são levados à prática de leituras desses diversos autores, de modo que sua formação seja marcada pela história do pensamento antropológico. Esse mesmo tipo de perspectiva serviu de base para a estruturação curricular de um curso de graduação em antropologia que funciona em Rio Tinto-PB desde 2007, seja em relação às disciplinas de Teoria Antropológica como, mas também, em relação às disciplinas de Antropologia Visual I e II. Neste último caso, de modo mais ou menos similar às disciplinas de Teoria Antropológica, dois períodos procuram abranger as obras fundadoras do campo, desde fins do século XIX ao momento contemporâneo. Passa-se portanto, dos usos paradigmáticos da fotografia aos usos do cinema para chegar ao universo digital atual, de modo a que obras e autores "clássicos" do campo sejam abordados. Se por um lado, podemos nesse tipo de currículo, trabalhar também a relação entre autores como Margaret Mead ou Malinowski, desde o ponto de vista da Teoria Antropológica ao da Antropologia Visual, por outro lado, encontramos dificuldades em termos de conciliar aquilo que seriam as demandas e características próprias do ensino de antropologia visual dentro do espaço curricular representado por apenas duas disciplinas (dois semestres). Essa comunicação visa levantar alguns destes problemas relacionados ao ensino de antropologia visual em nível de graduação, em especial aqueles que dizem respeito à história da antropologia visual. Como, por exemplo, superar a concepção maquínica que às vezes caracteriza o ensino, como se a disciplina tratasse apenas de ensinar como se usa uma câmera para fazer bons filmes? Ou ainda, em que medida a perspectiva cronológica adotada acaba por ser mais ou menos eurocêntrica e em quais condições seria possível construir alternativas? Enfim, como a própria história da antropologia

visual, em diferentes países, tornaria possível equacionar melhor as modalidades e desafios do ensino nessa área?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476968_ARQUIVO_8261bd886577eff22801695ccef5c957.pdf

Apresentação Oral

Ensinamentos da Antropologia Visual: experiência docente na graduação

José Muniz Falcão Neto

Numa trajetória e relação difícil (NOVAES, 2009) a antropologia e a imagem produziram diversos saberes no âmbito das Ciências Sociais, gerando discussões epistemológicas, estéticas, técnicas, culturais e etnográficas. Nas últimas décadas, vários laboratórios de antropologia visual foram criados no Brasil, onde propuseram-se trabalhar com a fotografia e o cinema na etnografia (ECKERT; ROCHA, 2016; PEIXOTO, 1995, 2019). A formação dos grupos e laboratórios de pesquisa são de grande importância no desenvolvimento da própria antropologia brasileira, pois foram eles que iniciaram as discussões teóricas e metodológicas das imagens nas pesquisas sociais (BANKS, 2009) em território nacional. Fruto destas intersecções é o grupo de pesquisa AVAEDOC (Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários) localizado na UFPB cidade de Rio Tinto, que desde 2009 contribui com inúmeras pesquisas na região do vale do Mamanguape (Mendonça, 2012, 2014). Sendo integrante deste grupo de pesquisa, graduado em Antropologia pela UFPB campus Rio Tinto, com habilitação em Antropologia Visual e mestre em Antropologia pela mesma instituição, participo do processo seletivo para professor substituto da UFPB desse campus no ano de 2019. Classificado e aprovado para suprir a vaga específica de um docente da Antropologia Visual, ministrei duas disciplinas: Introdução à Etnodocumentação e Antropologia Brasileira. Dito isto, o objetivo deste trabalho é traçar um panorama da formação antropológica num campus do interior da Paraíba, especificamente, da Antropologia Visual e suas potencialidades na formação antropológica e pedagógica. Portanto, pretendo apresentar a experiência da docência no curso de bacharel em Antropologia, expondo os estudos desenvolvidos no plano de aula (discussões de textos, fotografias e filmes) com os(as) discentes na disciplina de Introdução à Etnodocumentação, os(as) quais no final do curso como nota final da disciplina, produziram 12 ensaios visuais de diferentes contextos sociais e culturais do vale do Mamanguape - PB.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661544934_ARQUIVO_38b5e064e26700669b6a8351528780d2.pdf

Apresentação Oral

Reflexões sobre o processo de produção da hipermídia na pesquisa antropológica

Maria Grazia Cribari Cardoso

O artigo avalia a utilização da hipermídia e sua linguagem na divulgação dos trabalhos científicos. Resultado de projeto de pesquisa sobre o trabalho feminino nas religiões afro-brasileiras, construímos um site a fim de comunicar os resultados da pesquisa empírica. "Obrigação" no candomblé se refere a todas as atividades realizadas para a realização das cerimônias e a obrigação principal é a preparação das comidas sagradas para o sacrifício aos deuses, posteriormente repartida com a comunidade. Equiparamos esses trabalhos nos terreiros com os trabalhos domésticos relacionando-o com a condição do trabalho feminino no cenário local para mostrar o caráter voluntário e de resistência à exploração quando realizado na comunidade religiosa afro-brasileira. A hipermídia foi composta em formato de mosaico de fotografias acrescido por uma diversidade de imagens (vídeos, áudio, fotos, slides e textos escritos) que versam sobre as várias faces das atividades das cozinheiras de religião afro-brasileira desde sua família e seus afazeres domésticos no lar ao seu trabalho remunerado. A exibição dos resultados da pesquisa na hipermídia segue o mesmo fundamento da investigação científica, ou seja, ambas são reconstruções da realidade social elaborada para responder ao problema levantado. Assim como a linguagem escrita não substituiu a linguagem falada, o relatório audiovisual não substitui o relatório escrito, ele é complementar a este. Porém, diferentemente deste, representa o conceitual através da experiência do sujeito no mundo. Enquanto instrumento de comunicação científica, contribui com novas condições de diálogo observador/observado porque favorece a todos os envolvidos na investigação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661366591_ARQUIVO_80e6ac6a90b909ed337fe0925ce68530.docx

Apresentação Oral

Educação não-formal nas "quebradas": visualidades, pesquisa compartilhada e experimentação pedagógica na periferia de Sobral-CE

Nilson Almino de Freitas, Jayanara Oliveira Fernandes, Quintino Silva

A pesquisa aborda experiências compartilhadas de educação não formal a partir de execução de planejamento de produção de material didático com áudio, vídeo e avaliação compartilhada com o grupo pesquisado, constituído por membros de coletivo cultural denominado Movimento Social FOME, de inspiração anarquista, organizado por jovens moradores de bairro periférico de Sobral que atuam no campo da produção cultural, especialmente a partir do Hip Hop. O experimento está sendo aplicado em escolas de ensino médio em Sobral, nas disciplinas de sociologia e será avaliado com base na forma de recepção por parte de

professores e alunos. Portanto, é uma investigação que sai da escola como lugar central da relação ensino e aprendizagem, já que o coletivo escolhido para compartilhar esta experiência não faz parte necessariamente de uma comunidade escolar, e volta para ela. É uma pesquisa também que se faz a partir de uma metodologia que se propõe a construir uma relação simétrica entre pesquisador e pesquisado, envolvendo bolsistas, professores e alunos vinculados ao Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidiana - LABOME, da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, IES com sede em Sobral, cidade do estado brasileiro do Ceará. O projeto foi iniciado em 2020 e já produziu uma série de obras(áudio)visuais. O acervo já existente no LABOME, por este motivo, está sendo usado para produção dos trabalhos que faltavam, e resolveu-se incluir outros produzidos pelo próprio FOME, como a Cypher (clipe com vários MCs) e podcast. Já contamos com a parceria do PIBID e do PROFSOCIO para isso. Alunos vinculados a estes dois programas se comprometeram a usar o material produzido Palavras-chave: educação não formal; periferia; Movimento Social FOME

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1652475598_ARQUIVO_e0a2a39eafc9c8a0e5bc718312cfb58d.pdf

Apresentação Oral

Vivendo e aprendendo : imagens de uma viagem à "campo".

Petronio Potiguar

Este texto é fruto de preparação da primeira etapa da pesquisa de campo rumo a aldeia Mapuera, na cidade de Oriximina, noroeste paraense, em 2018, para tese de doutorado, pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFGA). A pesquisa diz respeito à concepção de saúde/doença/cura entre os homens indígenas nessa aldeia, cujas subjetividades tornaram-se chaves centrais de análise. No entanto, o foco aqui é difundir essa experiência iniciada em 2018, em um contexto indígena, por acreditar que as referências sobre metodologia e instrumentos da pesquisa, em particular, a etnografia e as imagens, mostraram que o campo se faz presente, a partir do momento em que você decide desenvolver uma pesquisa, cujo local da investigação é mais um componente nesse processo e que os preâmbulos, antes de chegar "lá", são também partes deste campo. A escrita desse texto revela os meandros que antecedem o estar no campo, propriamente dito e como esse contexto pode se transformar em conteúdo para reflexões, em especial, para os iniciantes na pesquisa científica. E foi sob essa perspectiva que resolvi apresentar ao leitor essa experiência, que contribuiu para os campos posteriores a pesquisa em si, que se deu de janeiro a maio de 2020 e que, se não fosse as experiências vividas nos antecedentes para chegar na aldeia Mapuera, em 2018, não teria tanto êxito, como ocorrera em 2020 e 2021 (via

watzap), momentos finais da pesquisa de campo. Nesse contexto, as narrações, imagens, anotações no caderno de campo e, fundamentalmente, os ouvidos e olhares treinados, foram importantes nesse processo e que deram base para essa produção acadêmica, direcionada aos alunos de graduação e mestrado, cuja iniciação científica é presente. Por fim, a intenção aqui é levar os neófitos da pesquisa científica à compreender que os antecedentes à chegada ao campo de pesquisa, as vezes, considerados "não importantes", podem passar despercebidos sem um tratamento adequado para a composição e preparo de pesquisas e que, se não for tratado com cautelas, podem provocar entraves em suas futuras investidas ao campo de estudo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661369538_ARQUIVO_524fc6128a76f3b1be71ce33df5231b8.pdf

Apresentação Oral

Inventários fotográficos e preservação digital de coleções antropológicas na Paraíba e no Rio Grande do Sul: Práticas e reflexões pedagógicas em Antropologia Visual

Yuri Schönardie Rapkiewicz, José Muniz Falcão Neto

Neste trabalho mobilizamos a experiência da oficina inserida no projeto cultural "Inventários fotográficos e preservação digital de coleções antropológicas na Paraíba e no Rio Grande do Sul" que foi contemplado na Bolsa Funarte de Estímulo à Conservação Fotográfica Solange Zúñiga - 2020. A atividade pedagógica enfocou a organização, curadoria, catalogação e digitalização de fotografias de interesse antropológico, à partir da expertise de gestão de acervos de imagens (fotografias, desenhos, vídeos e sons), por meio de práticas colaborativas desenvolvidas no âmbito dos núcleos de Antropologia Visual e da Imagem participantes, sendo eles, respectivamente: o grupo de pesquisa "Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários" (AVAEDOC/UFPB) e o "Núcleo de Antropologia Visual" (NAVISUAL/UFRGS). A oficina trimestral, ministrada entre Março e Junho de 2021, foi composta por seis encontros síncronos, quinzenais e virtuais, em que contamos com a participação de diferentes convidados com experiência na área, que compartilharam os seus conhecimentos com os vinte alunos inscritos, provenientes das regiões Nordeste, Sudeste e Sul. Como resultado final, os participantes da oficina organizaram suas próprias coleções fotográficas e disponibilizaram as mesmas, de forma pública, através do site do projeto: www.ufrgs.br/pavi. Assim, ao longo da formação, utilizamos, de forma intensiva, múltiplas ferramentas de comunicação e produção digital compartilhadas, tais como o Google Apps (Meet, Documentos, Planilhas), e redes sociais (Instagram), fomentando a catalogação de coleções digitais fotográficas e permitindo socializar importantes conhecimentos teóricos e metodológicos associados à Antropologia Visual e da Imagem durante a pandemia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661034226_ARQUIVO_666ebe2e0f4e97dc7df8e4f20cee8e97.pdf

GT04: Antropologia da criança

Este GT visa agregar pesquisadores que tenham se dedicado a pesquisar com e sobre crianças com o intuito de reunir as pesquisas da Antropologia da Criança e áreas afins. Esperamos poder contribuir para a compreensão da atuação das crianças, como sujeitos, na sociedade atual, especialmente através de perspectivas críticas e anti-coloniais, que apontem para uma saída viável para o capitalismo. A multiplicidade das infâncias, enquanto categoria estrutural dentro do ciclo geracional, através de suas vivências e contextos indígenas, quilombolas, ciganas, camponesas, em reservas extrativistas, ribeirinhas ou nas cidades estará presente. Selecionaremos propostas que tratem dos aspectos ético-metodológicos das pesquisas com crianças, contemplando o uso do método etnográfico e da observação direta, métodos experimentais, dentre outros. Temas como educação, mobilidade, produção dos corpos, ludicidade, aprendizagens, trabalhos, religiosidades, políticas públicas e usos dos espaços públicos estão entre os que esperamos receber. Infâncias institucionalizadas em casas de acolhimento ou abrigos também serão consideradas. As experiências com a infância de quaisquer minorias ou em condição de migrantes ou refugiadas também serão contempladas.

Palavras chave: Crianças. Experiências. Multiplicidade. Métodos de pesquisa.

Emilene Leite de Sousa, Flávia Pires

Apresentação Oral

Na beira da beira: condições de vida das crianças que vivem às margens da BR-101 em Teixeira de Freitas-BA/Brasil.

Ananda da Luz Ferreira, Herbert Toledo Martins

Nesse trabalho apresentamos uma investigação sobre crianças que vivem nas margens da BR-101, no trecho que corta a cidade de Teixeira de Freitas, no Extremo Sul da Bahia - Brasil. As crianças vivem na beira da estrada com suas famílias que ocupam as faixas laterais de terra de domínio da União. As condições que as crianças e suas famílias vivem são desfavoráveis no que diz respeito aos seus direitos, pois vivem sem água potável, energia elétrica e banheiro dentro de casa. Trata-se, portanto, de uma população em situação de risco e extrema vulnerabilidade social. A partir de um olhar interdisciplinar com aportes teóricos da Antropologia e Sociologia da Educação pretende-se investigar como as crianças se percebem

e criam saberes sobre seus modos de vida, a partir das suas próprias narrativas e da compreensão do contexto socioeconômico que estão inseridas. A estratégia metodológica recai sobre o método qualitativo com a realização de encontros em formato de oficinas para que as crianças tenham a possibilidade de narrar, de diferentes formas, suas percepções e visões sobre o que é morar na beira da BR-101. Com os resultados alcançados buscaremos evidenciar, a partir das narrativas das crianças, a ausência de Políticas Públicas que assista e proteja essa população. Palavras-Chaves: Infâncias; Crianças; BR-101; Narrativas; Teixeira de Freitas-BA.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660829365_ARQUIVO_9cb21649cfd783a88545d6a90edec6f8.pdf

Apresentação Oral

Desafios de crianças e adolescentes com doença falciforme no brincar

Bruna Tavares Pimentel

Algumas das importantes contribuições dos estudos antropológicos e sociológicos da criança e das infâncias, é considerar a agência das crianças (CORSARO, 2011; PIRES, 2008) e reconhecer a infância na sua pluralidade (PINTO, 1997). Com base nessa abordagem teórica o texto busca compreender o brincar na infância e adolescência de crianças e adolescentes com doença falciforme, considerando a subjetividade, a realidade de cada uma (um) e os marcadores sociais de raça e classe. A doença falciforme é uma doença genética que para evitar o agravamento dos sintomas são necessárias algumas restrições, que são mais evidentes e questionadas na infância. A pesquisa é resultado de um trabalho de campo, e recorte da pesquisa de mestrado, realizada com crianças e adolescentes no estado da Paraíba em 2019. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, e para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas durante a produção de desenhos. O resultado do estudo aponta que as formas de lazer e o brincar são as maiores queixas das crianças e adolescentes, no que tange às restrições, algumas delas são: não poder brincar tomando banho de chuva, não participar de brincadeiras que exigem esforço físico, não brincar na rua, entre outros. Além disso, a pesquisa mostra a perspectiva/ótica das crianças e adolescentes sobre o que é brincar.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661365180_ARQUIVO_c07b3e9c6504fdf99d5044e3cd74026d.pdf

Apresentação Oral

No campo com (das) crianças: o tecer de uma horizontalidade etnográfica

Gabriela Najara Zonin Frantz

Esta proposta de comunicação trata-se de um recorte da dissertação de mestrado na qual descrevo os passos da pesquisa com crianças pequenas realizada na Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo (UEIIA), escola-pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), composta por turmas multietárias. Discorro sobre o primeiro contato com as crianças, a entrada no campo, a aceitação, os ajustes do olhar e da conduta do pesquisador adulto no campo com (e das) crianças. Com base na abordagem antropológica delineada por Clarice Cohn (2005; 2013) que se movimenta no afastamento do referencial adultocêntrico junto ao modo de pesquisa "com" e não "sobre" crianças indicado por William Corsaro (2005; 2011), busca-se a construção de uma horizontalidade etnográfica na qual o pesquisador adota a conduta da equiparação e envolvimento com as crianças. A partir dos registros do diário de campo foi possível compreender que a horizontalidade etnográfica proporciona um contexto de correspondência e estabelece a primazia da perspectiva das crianças. Este estudo visa fomentar os debates acerca da conduta investigativa na pesquisa com crianças e de um fazer antropológico, nos passos de Tim Ingold (2019), mobilizado em tornar as crianças visíveis.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472014_ARQUIVO_c1a547f52f4467a89383e20f231a61c2.pdf

Apresentação Oral

"Porque criança cresce, né?": reflexões antropológicas sobre a Síndrome Congênita do Vírus da Zika a partir da ciência feita com a população pediátrica*Thais Maria Moreira Valim*

O ano de 2015 foi palco de um evento que marcou o Brasil, sobretudo as mulheres brasileiras e seus filhos e filhas, de inúmeras formas: a epidemia do vírus da Zika. Esse patógeno, originalmente identificado em Uganda no ano de 1947, chegou aos trópicos trazendo consigo uma novidade nunca antes registrada na literatura médica: o nascimento de crianças com alterações no desenvolvimento fetal, quadro que se estabilizou na literatura científica como a Síndrome Congênita do Vírus da Zika (SCVZ). Esses recém-nascidos apresentavam um quadro de múltiplas deficiências que envolviam desde alterações neurológicas até manifestações oftalmológicas, cardíacas, ortopédicas, entre outras. Essa consequência reprodutiva levou a OMS a classificar a situação como uma emergência em saúde a nível global, movimentando inúmeros investimentos para responder à situação (Diniz, 2016). A ciência, sobretudo nas especialidades clínicas, foi diretamente convocada na resposta a essa epidemia (Simas, 2020), levando inúmeros pesquisadores e pesquisadoras até essas crianças e suas mães, em uma tentativa de compreender como estava ocorrendo o desenvolvimento desses bebês recém-nascidos. Como a síndrome demandava uma atenção de múltiplas

especialidades para um grande volume de crianças, nem sempre as cientistas envolvidas na resposta ao Zika vírus e a síndrome a ele associada tinham experiência prévia com a população pediátrica. A partir de um conjunto de entrevistas realizadas com cientistas diretamente envolvidos na resposta à epidemia do Zika na região metropolitana de Recife em 2018 e em 2022, procuro, neste trabalho, analisar de que forma a infância, enquanto categoria estrutural (Qvortrup, 2010), atravessou o fazer científico desse amplo conjunto de pesquisadoras e pesquisas. O objetivo principal do paper é, por um lado, refletir sobre as particularidades e especificidades do corpo infantil para diferentes especialidades da ciência, e, por outro, pensar em como a situação de epidemia modificou, aperfeiçoou, atualizou ou inovou tais especialidades. Um segundo objetivo é pensar sobre como as contribuições da Antropologia da Criança podem adensar a reflexão acerca de metodologias e ética em pesquisas feitas com essa população.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661458784_ARQUIVO_ec0df237e27fc95b2af5112c9faceb90.pdf

GT05: Antropologia da Economia

A tematização da "economia", incluindo-se o debate sobre o significado do termo, tem adquirido notoriedade na antropologia contemporânea, com a realização de teses, grupos de pesquisa, eventos e publicações. Desde o nascimento da disciplina, os intercâmbios de objetos e riquezas, mediados ou não pelo dinheiro, bem como as formas de valoração e de provimento das condições materiais da vida, foram descritos pelas etnografias. Tais produções geraram debates acerca do lugar da economia nas sociedades, uma vez que as investigações antropológicas, realizadas junto a comunidades distantes, ofereciam novas questões e por vezes contrapontos às teorias econômicas produzidas na sociedade de origem da antropologia enquanto disciplina. Nas últimas décadas houve uma renovação deste debate, acompanhando a expansão capitalista dos intercâmbios de pessoas, mercadorias, ideias e infraestruturas. A Antropologia da Economia vem ganhando espaço no Brasil e a procura pelo GT nas RBAs de 2018 e 2020 são prova disso. O objetivo do GT é continuar o fomento do diálogo entre pesquisadores e explorar etnograficamente a multiplicidade de sentidos da economia, as diversas escalas de observação que ela permite, com suas ambiguidades e fluxos que colocam em questão as fronteiras e limites do econômico com outras esferas tais como: as práticas familiares, o meio ambiente, as religiões, as artes, a religião, as moralidades, o Estado e assim por diante.

Palavras chave: economia, dádiva, mercado

Arlei Damo, Gustavo Onto

Apresentação Oral

O "Bolsa Família" nativo: monetarização, risco e distribuição de renda entre os Rikbaktsa da Amazônia brasileira

Adriana Athila

Há escassez de estudos sobre economias e monetarização entre povos indígenas amazônicos. As etnografias disponíveis, ao mesmo tempo em que assumem que o dinheiro tem esperados efeitos (deletérios) sobre a vida aldeã, pouco os enfatizam analiticamente. Tudo se passa como se o mercado e o dinheiro permanentemente ameaçassem corromper um universo harmônico, resultando em etiquetas sociais perturbadoras e desconhecidas até então. Os mecanismos relacionais protetivos próprios ao parentesco, contudo, obliterariam as esperadas tensões conflituosas, através do imperativo moral de partilha entre um coeso bloco de parentes próximos. Se as pesquisas investigam o modo pelo qual o dinheiro e o mercado interagem com as relações comunitárias e sociocosmologias indígenas, assumem também a incomunicabilidade das noções sobre, por um lado, o parentesco e, por outro, o mercado. Características do primeiro, relações fundadas na pessoalidade, operadas pela troca recíproca justa, harmônica e não conflituosa, contrastariam com o cálculo auto interessado e egoístico, característicos do segundo. Este trabalho dialoga com estas ideias, a partir do caso dos Rikbaktsa, povo com cerca de 1800 pessoas, habitantes do noroeste de Mato Grosso. A pesquisa é parte de um conjunto de estudos sobre os impactos de políticas de transferência de renda entre indígenas de diferentes regiões do país. Com o objetivo de avaliar a grandeza da participação do dinheiro na vida dos indígenas, pesquisadores com longa experiência entre os povos participantes construíram questionários específicos, associados também a estudos etnográficos em campo. Entre os Rikbaktsa, o dinheiro era proveniente de fontes híbridas, estado presente nas diferentes classes de idade de entrevistados, a maior parte deles dividida entre dois perfis distantes de renda. As operações de compra e venda entre parentes eram abundantes e a renda estava desigualmente distribuída entre os domicílios. Etnograficamente, contudo, aquelas transações eram descritas como de ajuda, enquanto as casas tinham estrutura material e hábitos de consumo muito semelhantes. Uma etnografia da praxis das transações dentro e entre comunidades demonstrava, ainda, que elas nem sempre eram harmônicas ou justas, possivelmente, desde antes do contato com os brancos ou com o dinheiro. Sem terem sido introduzidas por ele, a ajuda e a generosidade vinham sendo estimuladas de maneira talvez inédita pela monetarização, intensificando também o risco das relações e a possibilidade de conflitos. O caso Rikbaktsa complexifica a compreensão da esfera econômica, como dos fatores que pesam à calculabilidade de transações, dentro dos diversos

contextos socioculturais onde elas emergem e, em última análise, dentro do que chamamos de capitalismo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662077122_ARQUIVO_948c98959ac8d8aa79d94e1974a0356f.pdf

Apresentação Oral

Reflexões sobre as condições e motivações que levam mulheres ao empreendedorismo

Ana Carolina Machado Fernandes

Virginia Woolf (2014) em "Um teto todo seu" faz um questionamento sobre porque as mulheres não escreviam ficção tanto quanto os homens. E destacava se haveria entraves encontrados por elas que teriam tornado esse ofício tão difícil. Ela se faz uma pergunta constante: "Qual é o estado de espírito mais propício para o trabalho criativo?". Teriam as mulheres condições para criar? E quais condições seriam essas? Esse trabalho tem como objetivo refletir sobre a experiência de algumas mulheres com o "empreendedorismo". Digo algumas levando em consideração que as experiências são múltiplas e distintas, mas que também apresentam similaridades e padrões em alguns tópicos. Ser uma empreendedora no âmbito dessa pesquisa envolve liderar um negócio próprio. A partir de entrevistas em profundidade com mulheres que tinham negócios próprios busquei compreender algumas questões: Quais são os desafios que elas encontram? Quais são as suas motivações? Quais entraves atravessam suas trajetórias? E como elas constroem suas próprias noções sobre empreender? Lima (2008) em "Sujeitos e objetos do sucesso: antropologia do Brasil emergente", diz que só os homens eram vistos na mídia como batalhadores, mas essas empreendedoras muitas vezes se auto nomeiam dessa forma. Mas como Denise disse durante a nossa conversa, muitas vezes são batalhas diferentes, que partem de realidades e contextos muito distintos. O número de mulheres empreendedoras no Brasil é alto, mas não necessariamente porque elas optam por esse caminho como uma escolha pessoal livre de pressões. Muitas empreendem por não terem muitas oportunidades em empregos formais e com carteira assinada. Outras porque precisam estar com os filhos, não podem se ausentar da criação deles, pois não tem como custear que sejam cuidados por outras pessoas. Nem sempre é uma escolha por ideal de vida, mas sim por necessidade e falta de outras oportunidades. Mas mesmo as que têm mais condições de escolha encaram muitos dilemas na caminhada "empreendedora".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481824_ARQUIVO_0b2710e4b61cfd833949bc62c697781f.pdf

Apresentação Oral

"Movimento bom e movimento ruim": os tempos da pandemia a partir de um pequeno salão de beleza na Maré.

Ananda da Silveira Viana

A pandemia de Covid-19 trouxe inúmeros novos desafios e reacendeu outros antigos. A economia de pequenos negócios foi diretamente afetada por uma má gestão de governo em um período de crise, cujo ficar em casa era essencial para a manutenção e preservação da vida de milhares de pessoas. Neste trabalho, trarei alguns desafios enfrentados por minha interlocutora em uma pesquisa etnográfica desenvolvida no Complexo da Maré, conjunto de favelas situado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, tanto em seu pequeno negócio, quanto em sua motivação frente às crises e incertezas deste período. Jussara tem um pequeno salão de beleza na varanda de sua casa, vivendo há três anos de seu trabalho como autônoma após ter perdido seu emprego que, com o dinheiro da rescisão, pôde comprar sua casa própria e, assim, montar um pequeno negócio ali. A partir de nossas conversas, fui percebendo como Jussara descreve o fluxo de clientes e o movimento dentro de seu salão, destacando principais eventos como períodos festivos, o Auxílio Emergencial e seus momentos pessoais e o recente desemprego de seu marido. Nos primeiros meses da pandemia, manteve o salão fechado, pois ficou com sintomas da doença, mas que, ainda assim, "o telefone não parava de tocar". Pouco tempo depois, voltou a atender, mas a partir daí apenas com hora marcada e pedindo que as clientes fossem sem acompanhantes. Quando o movimento volta a uma maior atividade, Jussara atribui este fenômeno ao Auxílio Emergencial. Apesar do desemprego de seu marido, o dinheiro do auxílio, do salão e o que ele conseguia com uns bicos de biscate foram suficientes para pagar as contas (que são poucas, já que a casa é própria e não pagam água e luz), fazer o mercado, comprar o que as crianças precisavam e ainda guardar um bocado. Ela também conseguiu cestas básicas através do Redes da Maré, o que "aliviou" as despesas, principalmente em virtude do aumento no preço dos insumos (uma questão constantemente levantada pelos interlocutores). Contudo, tal estabilidade não se manteve por muito tempo. O fim da primeira versão do Auxílio Emergencial prejudicou tanto a renda de Jussara e de seu marido, quanto o movimento no salão. Para ela, o fim do auxílio e a sua versão em um valor menos impactaram diretamente seu negócio. "Unha e cabelo acabam sendo supérfluos", me afirma, em um momento de forte queda no poder de compra. Nesta direção, este trabalho tem como objetivo descrever, a partir de minha interlocutora, os "movimentos" pelos quais seu salão foi passando a partir dos tempos da pandemia, as micro crises em sua vida e a dinâmica do fluxo de dinheiro do salão e da casa, bem como a gestão de uma economia da casa que tem no trabalho informal e na política de transferência de renda a sua centralidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661442052_ARQUIVO_ba968897d24b315bd2dbe7d2408f2a6a.pdf

Apresentação Oral

Dinâmicas econômicas no âmbito da casa : uma análise das estratégias de vida de uma família na Maré

Brauner Geraldo Cruz Junior

O presente artigo tem como objetivo analisar as estratégias de vida da família de Simone, residente de uma favela do complexo da Maré, onde desenvolvo, há cerca de um ano, uma pesquisa sobre dinâmicas econômicas das famílias em meio à pandemia. Busco mobilizar as práticas circunscritas a um terreno "econômico" e que envolvem a gestão dinheiro da casa: as prioridades daquilo que deve ser pago primeiramente, a rede de ajudas formada em torno da família de Simone, as formas de ingresso de renda dos diferentes membros da casa e as estratégias utilizadas para gerir as dívidas e cobrar credores. Essa abordagem se insere nos estudos sobre a importância da casa para analisar a reprodução social das famílias. Como ressaltava Motta (2020), "casas são espaços de cuidado, construções materiais, mercadorias, espaços de negócios, lugares imaginados, espaços de construção de familiaridades. Não apenas podem ser, como frequentemente são isso tudo, ao mesmo tempo." (p. 778). Assim, convém explorar uma antropologia da casa como forma de entender as dinâmicas econômicas familiares de Simone. Valho-me também dos estudos de Machado da Silva (2018) sobre as estratégias de vida traçadas por indivíduos e suas escolhas de formas de trabalho e organização do tempo e espaço individual e familiar. Numa perspectiva sobre a rede de ajudas formada em torno de Simone, é útil a ideia de Marcelin (1991) sobre "configuração de casas", também mobilizada por Motta (2014). Já L'Estoile (2020) nos permite compreender o papel desempenhado por relações de amizade na sua fronteira com as relações econômicas. E Fernandes (2018) elucida pontos importantes sobre o endividamento, um tema bastante recorrente no cotidiano de Simone. Assim, ao trazer os relatos de campo que estou colhendo junto de Simone - até aqui foram cinco entrevistas via WhatsApp e uma visita presencial na Maré - busco articular os achados e observações junto à literatura relacionada, para identificar pertinências e novos pontos de encontro. É, portanto, um trabalho ainda em construção, mas que está intimamente ligado ao propósito deste GT de explorar a multiplicidade de sentidos da economia, em especial, aqui, a sua vinculação às práticas familiares e o âmbito da casa como locus privilegiado de análise.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661465363_ARQUIVO_75300a11f2c10e836fa6e5477a50bc4e.pdf

Apresentação Oral

Territórios, mercados e casas: conexões a partir do futebol

Bruno Guilhermano Fernandes

O trabalho a ser apresentado é decorrente de uma pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que tem como foco o estudo de práticas econômicas e a mutabilidade de casas, em um território situado. Trata-se de uma investigação etnográfica que valoriza fluxos ordinários e extraordinários em um contexto urbano, caracterizado pela presença de um estádio de futebol, projetado como uma arena multiuso. Empiricamente, almejo analisar dinâmicas e aspectos que singularizam o bairro Farrapos, onde se localiza a chamada Arena Porto-Alegrense (estádio do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense), na zona norte de Porto Alegre/RS. Para fins analíticos, considero efeitos do processo de arenização do futebol profissional, não somente como uma mudança radical nas práticas clubísticas e nas formas de gestão esportiva e de fidelização de torcedores. Busco destacar as conexões territoriais, mobilidades e possibilidades de integração do estádio com seus arredores - suas conexões com o tecido urbano -, sugerindo que apropriações são feitas pelos torcedores e pelas populações que residem, ou frequentam, determinada localidade. No caso da Arena do Grêmio e em seus espaços adjacentes, localiza-se uma rede de casas com comércios e estabelecimentos variados, os quais compõem mercados locais. Essas casas, além de serem espacialmente definidas, nutrem ligações com as temporalidades do estádio e dos eventos. Um ponto de partida, à investigação, é de que a capacidade do grande empreendimento de gerar mudanças à população vinculada e aos usuários do estádio se torna um caminho possível para se estudar as práticas econômicas de casas, dinâmicas familiares e transformações residenciais. Diante do cenário pandêmico, ainda em curso, a suspensão da presença de público no estádio afetou de formas diferentes os comércios investigados (sobretudo de março de 2020 até dezembro de 2021). É possível apontar que o momento de crise sanitária restringiu e alterou atividades econômicas familiares atreladas aos eventos - fomentando incertezas e modificando projeções. Assim, identificando desdobramentos de um estádio de futebol para um contexto urbano, primordialmente, o trabalho elucidará conexões entre casas e práticas econômicas familiares em um bairro periférico, em constante modificação e marcado por grandes empreendimentos (públicos e privados). Palavras-chave: Práticas econômicas; Casas; Arena do Grêmio; Bairro Farrapos; Futebol.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661450889_ARQUIVO_f2a397f5c04c8a10a66278a9510f6143.pdf

Apresentação Oral

Casas, dinheiro e parentesco entre famílias não assalariadas

Daniela Ramos Petti

O presente trabalho aborda a coprodução da casa e do parentesco (Carsten, 2018) a partir da análise das relações entre as obrigações sociais e financeiras (James, 2014) entre famílias não assalariadas. As qualidades sociais do dinheiro, bem como suas temporalidades tornam-se objeto privilegiado da reflexão. Esse tema será tratado a partir do ponto de vista de Clara, minha principal interlocutora de pesquisa, com quem coabito há 8 meses com vistas à realização de trabalho de campo. Nesse texto, realizo um primeiro esforço de análise de uma pequena parte de minhas notas de campo, a fim de investigar as formas de solidariedade que constituem as casas (Douglas, 1991) não assalariadas, bem como as tensões e conflitos que atravessam a vivência do parentesco. Esses processos de produção de relacionamentos são, fortemente, marcados por fluxos monetários que revestem as casas e as pessoas de moralidades e significados sociais simbolicamente densos. Para grupos sociais não assalariados, o dinheiro se torna um elemento central que estrutura as relações, tanto na família, como na vizinhança. Assim como em outros contextos e territórios, quanto mais a falta de dinheiro se apresenta como um problema social, maior relevância ele ganha nas narrativas, práticas e modos de circulação locais (Neiburg, 2019). O dinheiro, enquanto elemento central da vida social no capitalismo, intermedia diferentes tipos de relações de proximidade em comunidades. É protagonista nas dinâmicas de parentesco, ao estar no cerne dos conflitos familiares, por um lado, e das ajudas entre parentes que coabitam ou habitam casas em configuração. Assim como costura relações, o dinheiro também as desgasta e deteriora. As relações de vicinalidade fazem circular não apenas serviços e objetos, como também quantias em dinheiro. O dinheiro é uma infraestrutura da existência coletiva (Hart, 2007. p.15) que, ao interconectar casas e pessoas, produz relações sociais marcadas por papéis de gênero e outras relações de poder estruturadas por diferenças (Zelizer, 1999). À medida em que o dinheiro circula, essas relações são atualizadas. Como as obrigações relativas ao parentesco se traduzem em obrigações financeiras? Como o dinheiro participa dos processos de produção das relacionamentos? Como o parentesco é vivido nas dinâmicas de configuração de casas (Marcelin, 1999; Motta, 2014)? O objetivo do texto é refletir sobre as relações entre casas, dinheiro e parentesco de um ponto de vista etnográfico. Além de suas temporalidades serem objeto de técnicas de gestão doméstica, o dinheiro aparece como mediador da coprodução da casa e do parentesco e, ao mesmo tempo, como um fator da produção das tensões, suspeições e desconfiâncias que se incorporam à experiência cotidiana das relações de proximidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659661462_ARQUIVO_d7a5ee6dd6686028a6d6a1b6bd368b67.docx

| Apresentação Oral

E como fica o Bolsa Família na pandemia?

Guilherme de Matos Floriano

O principal objetivo desta pesquisa é seguir os atores envolvidos no Programa Bolsa Família (PBF) e delinear a rede que forma o programa. Assim, objetiva-se pensar o PBF a partir da etnografia. Na medida em que o PBF é dotado de agência, ele constitui um espaço social específico - uma rede sociotécnica - que mobiliza categorias e gera alterações e impactos na sociedade. Assim, cumpre seguir seus atores e mapear sua rede, portanto. É híbrido. É rede, conforme passa pela ciência, pela sociedade e pelo discurso - real, coletiva e discursiva. É social, portanto, nos termos de Latour. O que se coloca enquanto um possível entrave para a etnografia é o advento da pandemia da COVID-19. Então, percebe-se que o próprio Programa transformou-se, ficando praticamente congelado por quase dois anos. Tudo o que habitualmente separamos são, para Latour (2016) cosmogramas que devemos descrever - que é o que exatamente buscamos, mesmo que tendo que mudar um pouco o curso da pesquisa: à distância e tomando alguns discursos e reportagens jornalísticas como locus etnográficos (GIUMBELLI, 2002). Sendo a Secretaria Municipal de Assistência Social, o local em que as famílias entram em contato com os programas sociais do Estado - assim como os CRAS, mas na SMADS, está alocada a gerência do Cadastro Único e a gestão do PBF -, ela se constitui, juntamente dos CRAS, enquanto o local de referência da proteção social no Brasil e, por isso, espaço empírico crucial desta pesquisa. O que se coloca, portanto, é que tal visão permitirá perceber os fenômenos sociais, econômicos, culturais, etc. que o constituem em sua magnitude, bem como, perceber o PBF enquanto um encontro entre beneficiários e o Estado o que, por fim, permitirá compreender como se delineia a rede e o cosmograma do PBF durante o período de maior impacto da pandemia da COVID-19 (2020/2021).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1657548284_ARQUIVO_36577f1d94105a22a8676f003a2fab44.pdf

Apresentação Oral

Afroempreendedorismo em uma loja colaborativa, quilombismo e sentidos de economia

Juliana Silva Chagas

Esse texto nasce de reflexões feitas após a pesquisa de mestrado, na qual analisei as relações envolvidas na produção de pessoa negra desde um olhar sobre a moda afro na cidade de Fortaleza/CE. Partindo de uma rede de afroempreendedoras que reúnem suas produções de indumentárias (peças de roupas, como camisas, batas, vestidos, calças, etc.) e acessórios (bolsas, brincos, calçados, turbantes, etc.) afro elaborados por elas de maneira autoral na loja Cearafro, como também nas plataformas digitais, como Instagram e Facebook dessa loja,

acompanhei como a afirmação da identidade negra perpassa noções de colaboração e de autoria, tanto no âmbito econômico, como nos âmbitos político e social, resultando na noção de afroempreendedorismo, engendrada pela produção da moda afro nesse recorte espacial. A CearAfro, situada no Centro, bairro predominantemente comercial da cidade, é única loja colaborativa de moda afro da capital cearense e reúne a produção das afroempreendedoras, bem como se institui como um espaço de afirmação das subjetividades negras, reveladas por meio da variedade de mercadorias ali produzidas, as quais mantêm um vínculo contínuo entre a produtora e seu produto. Dessa forma, me debruçando sobre os sentidos de economia que podem ser encontrados na noção de quilombismo cunhada por Abdias Nascimento (1980), partindo da experiência de afroempreendedorismo engendrada pelas interlocutoras da pesquisa, viso analisar o quilombismo sob a perspectiva de um modelo econômico afrocentrado de produção, distribuição e consumo, orientador de modos de trocas econômicas horizontais, não exploratórias, que partem dos processos de subjetivação das pessoas negras e de organização de experiências coletivas que atualizam e reafirmam vínculos de negritude, não se limitando a estabelecer relações apenas entre pessoas negras, de modo que o afroempreendedorismo figura como um aspecto do quilombismo, como um eixo de mobilização de práticas econômicas dialeticamente presentes na contemporaneidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461446_ARQUIVO_3a209adb471b4dcd88a120ef816c191c.pdf

Apresentação Oral

Territorialidades das Feiras Populares Norte Mineiras

Letícia Aparecida Rocha, Luzinete Aparecida Alves Rocha, Alenice Moreira da Silva

A história nos expõe, a possibilidade dos primórdios do comércio a partir de processos de trocas na antiguidade, quando coletividades trocavam suas produções por outras. E sendo a troca, ideologia basilar do comércio, essa foi aprimorada pelo sistema capitalista de modo a garantir o objetivo principal deste sistema, o lucro. Contudo, as relações de troca ultrapassam a dimensão do capital, e outras motivações podem ser observadas. Nesta perspectiva, algumas inferências antropológicas, abstraídas de observações participantes no cotidiano das feiras populares no sertão Norte Mineiro em diálogo com o referencial teórico no texto apresentado, entrevistas semiestruturadas realizadas junto a alguns protagonistas da ação semanal de feiras populares podem subsidiar uma análise qualitativa de discussões, que possibilitam o evidenciamento de singularidades das territorialidades das feiras populares no Norte do Estado de Minas Gerais. Em plena modernidade coexistem, se relacionam com as instituições capitalistas modernas, assumindo um processo híbrido, ambíguo e em constante transformação, são identidades, territorialidades ressignificadas em meio a sociedade

envolvente. As feiras livres ou populares, como espaço de compras, vendas e trocas de mercadorias diversas, reúnem tradicionalmente, diversidades de classes, identidades tradicionais e suas resiliências, bem como ruralidades em meio aos espaços globalizados. Elas constituem espaços de diversas teias de relações que vão desde a dimensão comercial à cultura. Nas territorialidades dos feirantes nos espaços populares das feiras encontramos a resiliência reconstrutiva e ressignificativa de culturas populares. Estas relações, nos interstícios econômicos da sociedade envolvente, possibilitam observarmos a luta cotidiana por sobrevivência permeadas por relações sociais de reciprocidade, cabendo à dádiva um papel importante na formação de confiança entre os feirantes e consumidores. Os resultados desta inferência antropológica refletem sobre como no cotidiano, os feirantes no Norte de Minas buscam, através das feiras populares, formas de geração de renda coletivas ou individuais para sobreviverem e se reproduzirem socialmente, preservando características camponesas, como a produção de subsistência, e neste caminho de busca por sobrevivência, desempenham um metamorfosear-se para se adequarem às regras do mercado, e conseqüentemente fazer a manutenção de seus modos de vidas, ressignificando os espaços urbanos do Sertão Norte Mineiro. Palavras-chave: Feirantes; Tradicionalidade; Reciprocidade; Norte de Minas

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660518040_ARQUIVO_d55537f4a63fba16bb2782a8fbbd182a.pdf

Apresentação Oral

O dilema do dinheiro da passagem: mobilidades, ganhar a vida e infraestruturas urbanas

Marcos Vinicius Lopes Campos

O artigo esboça uma etnografia sobre os modos de se fazer o dinheiro da passagem e seus efeitos na vida cotidiana e para o acesso à infraestrutura de transportes por moradores de favela e subúrbio no Rio de Janeiro. Partindo da passagem e da antropologia do dinheiro, proponho um encontro entre as discussões da antropologia da casa e das infraestruturas urbanas, com base em cenas das estratégias para a locomoção envolvidas em distintos planos da vida, como o trabalhar, se alimentar, acessar serviços públicos e manter a casa. Defendo que a categoria permite etnografar aspectos estruturantes da experiência fenomenológica da cidade entre os pobres urbanos. O artigo é parte de pesquisa mais ampla acerca das formas de se ganhar a vida com arte por jovens artistas e negros, moradores de favela e periferias no Rio de Janeiro. Se a antropologia da casa partiu da categoria nativa do dinheiro da casa para a compreensão de como as pessoas geram e fazem suas casas, planejam futuro, ganham e gastam dinheiro e cuidam da família, nesta pesquisa, parto do dinheiro da passagem como

ponto de vista de onde etnografo o ganhar a vida. Isto significou que ao invés de partir das "pessoas e casas que cuidam" para analisar as configurações de casa, este trabalho partiu da locomoção de meus interlocutores e das infraestruturas de transportes. A etnografia desnaturaliza o dinheiro da passagem como algo dado no cotidiano entre os pobres e negros. Atravessar a catraca nos ônibus, trens ou metrô (seja pagando, dando o calote ou pedindo carona) não é um evento desimportante, mas um "quase-evento". Fazer o dinheiro da passagem envolve diferentes conversões de relações de ajuda e obrigação mútua, transações mercantis, materialidades, moralidades e valorações monetárias e sobre pessoas, que viabilizam estrutural e conjunturalmente a locomoção. Este estrutura ritmos e espacialidades para manter a casa e a vida. A temporalidade do ganho de dinheiro é uma das chaves para a sua produção. Por outro lado, fazer a passagem remete a uma experiência situada e coletiva, onde o valor econômico "não conta", mas sim configurações de pessoas, casas e moralidades. A etnografia sugere que a tarifa e dinheiro da passagem não são categorias intercambiáveis, mas remetem à planos distintos da experiência da cidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660937691_ARQUIVO_0a5150518e249e53934cfda1b491e2af.pdf

Apresentação Oral

Linguagem e "espírito" do capitalismo. Uma etnografia sobre as narrativas de transformação do capitalismo a partir de um evento sobre empreendedorismo e inovação

Nicolás de Arriba

Esta etnografia entrelaça conteúdo, performance e linguagem do "espírito" do capitalismo a partir de duas edições do Hacktown, festival de inovação, empreendedorismo e criatividade que se realiza em Santa Rita de Sapucaí, cidade localizada ao sul de Minas Gerais. Com a intenção de debater questões relativas ao "espírito" do capitalismo manifestadas no evento, empreendi um registro etnográfico imagético e textual que envolve a experiência com o festival e entrevistas com organizadores, público e santa-ritenses de modo geral. O trabalho foi realizado visando a conclusão do curso de Ciências Sociais pela UFRGS e o desenvolvimento do projeto de mestrado. Seu enfoque se direciona especialmente para a linguagem enquanto fenômeno, e a análise é colocada em diálogo com estudos de Luc Boltanski e Ève Chiapello sobre "o novo espírito do capitalismo", provocações de Nicole Aschoff acerca dos "novos profetas" do capital e a categoria de economias espirituais, de Daromir Rudnykyj. Mesmo priorizando métodos e técnicas qualitativas, incluindo diário de campo, observação participante e conversas informais, empreguei outras competências aprendidas em minha formação acadêmica e profissional, inclusive recursos quantitativos e

softwares, para desenvolver o argumento de que, tratando-se de narrativas de transformações de negócios, pessoas e instituições públicas e privadas presentes no festival, introduzir a linguagem como um elemento que constitui o processo de disseminação do "espírito" do capitalismo se faz necessário, pois é parte do que caracteriza o festival, e não apenas um meio de diálogo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660069964_ARQUIVO_8c53208137c55a85040800178a857059.pdf

Apresentação Oral

Terceirização nos Sistemas Plataformizados do trabalho em Campo Grande - MS

Ranielly Silva Leite, Amanda Yumi Miyazato, Ricardo Luiz Cruz

A Plataformização do Trabalho materializa a racionalidade neoliberal do on-demand e as alterações da morfologia do trabalho. A plataformização, isto é, o trabalho mediado pela tecnologia, o qual tem a Uber e o Ifood como formas paradigmáticas, caminham junto com as transformações nas relações de trabalho, apresentando um contexto autônomo via trabalhador em contraponto ao controle e gerenciamento da empresa-aplicativo mediadora. Uma dimensão importante dentro desse contexto, é destacar conceitos como a precarização, flexibilidade e vulnerabilidade que constituem esses desdobramentos de modo a questionar em que medida são entendidos e/ou negados nesse meio. O presente artigo tem por objetivo trazer reflexões sobre a terceirização do trabalho plataformizado, no contexto das empresas-aplicativos simultaneamente à agudização das mudanças tecnológicas no capitalismo contemporâneo, partindo de análises acerca de entrevistas realizadas com motoristas e entregadores de aplicativos em Campo Grande-MS.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475425_ARQUIVO_e60d11972d8f971d729261cd7614d700.pdf

Apresentação Oral

Animais de corrida: uma discussão referente aos mercados voltados para a produção de cavalos e homens para o espetáculo do turfe.

Rômulo Bulgarelli Labronici

As corridas de cavalo, denominadas de turfe, se enquadram no aspecto de uma prática, apreendida como uma atividade esportiva sui generis, que demanda a necessidade de uma relação imanente entre homens e cavalos para a sua realização. Uma prática que se destacava pela sua organização de calendários de competição, formação de clubes, pelo

desenvolvimento de um corpo técnico especializado e por sua adesão popular, fato este que gerou um enorme mercado ao seu redor. Assim, este trabalho tem como objetivo discutir algumas das percepções referentes aos sentidos dos cavalos tanto para o espetáculo quanto para o mercado de criação e produção de animais para a indústria das apostas, que são, em muitos casos, similares, tanto entre os que estão mais diretamente envolvidos com a produção efetivamente das corridas, quanto mais distante dela. Aqui, entende-se que para a produção de um cavalo de corrida uma série de atores humanos e não-humanos estão associados em distintas "redes sociotécnicas" (CALLON, 1989, 2006a, 2006b; CALLON e LATOUR, 1991, LATOUR, 2000) contendo agentes que compartilham técnicas específicas para a reprodução, criação, treino, cuidado, compra e venda de animais; e que transformarão o cavalo na mercadoria privilegiada de circulação. O cavalo é assim transferido por pontos da cadeia de produção de acordo com o período de maturação e de acordo com os planejamentos estipulados para a trajetória da carreira de cada animal. Enquanto alguns atores podem estar em quaisquer pontos dessa cadeia, outros se encontram em quase sua totalidade. Aqui, a noção de natureza, no mercado de produção de animais do turfe, não é considerada como uma condição universal (ou como uma categoria holística) sobre a qual estão estabelecidas descontinuidades culturais e não pode ser entendida, em geral, como um domínio ontológico externo que é distinto do mundo dos seres humanos (DESCOLA, 1986). Com isso, objetivava-se aqui explorar, a partir de pesquisas etnográficas prévias com apostadores e aficionados do turfe, alguns dos modos de produção (tanto material quanto simbólica), os sentidos e os usos desses equinos para a consolidação de um mercado voltado para o espetáculo apreciado por um público cada vez mais especializado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661368154_ARQUIVO_ad95f3ac66340bf14aaf947b086cd835.pdf

Apresentação Oral

Feira Cultural e do Afroempreendedorismo: Uma etnografia das relações entre economia feminina e resistência negra em Curitiba

Suelen Karini Almeida de Matos

A Feira Cultural e do Afroempreendedorismo acontece mensalmente em Curitiba desde 2017 e vêm ocupando espaço no cenário de eventos cuja finalidade é de fomentar a cultura afro-brasileira e africana em uma cidade que invisibiliza a população negra. A proposta deste artigo, que é um resumo de minha dissertação de mestrado concluído em 2021, é de trazer, brevemente a compreensão da luta e a importância deste evento que é organizado e ocupado por mulheres negras. Essas, que são militantes e atuantes na resistência local desde os anos oitenta, trabalham bravamente para abrir caminhos para outras mulheres de todas as gerações.

Com apoio do Instituto Afro-Brasil do Paraná e ocupando a Praça Zumbi dos Palmares, localizada no bairro Pinherinho, o evento contribui para o fortalecimento do movimento black money através do ato de empreender e da construção da identidade política negra através das apresentações culturais. Neste trabalho, trago narrativas e vivências dessas mulheres que têm reescrito a história negra da cidade, lutando contra as burocracias estatais que fortalecem o racismo estrutural e institucional, construindo, assim, uma utopia quilombista que projeta um novo cenário de existência para esse coletivo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661292391_ARQUIVO_27ceb2b758d693469cef0ff4147c7fff.pdf

Apresentação Oral

Bolsa família e auxílio brasil, usos do dinheiro no contexto da casa, expectativas e incertezas.

Thais Lopes Silva

O bolsa família por 18 anos foi o principal projeto de redistribuição de renda do país, com seu último pagamento realizado no dia 29 de outubro de 2021, o programa contemplou cerca de 14,6 milhões de família ao longo do tempo. O bolsa família, através da medida provisória (MPV 1061/2021) que tinha como objetivo ampliar o valor pago, foi então substituído pelo programa auxílio brasil, que segundo a definição encontrada na página oficial do Ministério da Cidadania é como um braço social do Governo Federal, programa de transferência direta e indireta de renda destinado a famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (Ministério da Cidadania, 2021), a medida provisória garante aos beneficiários o recebimento mensal de um valor mínimo de 400 reais até dezembro de 2022. Por se tratar de um projeto que até então possui um "prazo de validade" muitas questões foram levantadas pelos beneficiários, como vai ficar em 2023, porque encerraram o bolsa família e o que fazer depois. A partir dessas questões pretendo nesse trabalho apresentar e discutir os usos do dinheiro no contexto da casa de duas famílias beneficiárias do Auxílio Brasil, como se planejam, manejam e utilizam o dinheiro. As expectativas e incertezas que possuem em relação ao futuro do programa, como a ausência dele pode impactar suas vidas e como esses sentimentos norteiam a forma como as famílias lidam com o dinheiro no cotidiano.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661370321_ARQUIVO_0b0568b4b8b4113c813cae92eb83c59b.pdf

Apresentação Oral

TRABALHADORAS AMBULANTES E PANDEMIA: Uma atividade econômica atravessada por níveis diversos de vulnerabilidade.

Vanusia M. S. Drumond

O trabalho a ser apresentado busca compreender, através de método etnográfico, como a pandemia do COVID-19, expôs os níveis de vulnerabilidade vivenciados pelas trabalhadoras ambulantes da cidade de Niterói- RJ. Pretendo com isso, contribuir para o debate acerca do comércio ambulante, onde me proponho a discorrer sobre algumas questões relacionadas às vulnerabilidades vivenciadas por trabalhadoras ambulantes dessa cidade. Proponho ainda reflexões sobre os processos institucionais e sociais de estigmatização (GOFFMAN, 1998) que recaem sobre a atividade laboral dos vendedores ambulantes, bem como, os conflitos decorrentes dessa prática na cidade, que versam desde o direito à cidade à direito ao trabalho e condições dignas de sobrevivência. Nesse panorama pretendo abordar o impacto causado especificamente nas trabalhadoras ambulantes, que além de enfrentarem questões conflituosas diárias inerentes à desigualdade de gênero, se veem diante de um novo desafio, advindo das dificuldades ocasionadas pela pandemia do COVID-19, acentuando os conflitos no âmbito laboral e dificultando sua busca pela subsistência e condições dignas de trabalho. Outra questão importante de se considerar, é como a economia do cuidado pode impactar na vida dessas trabalhadoras, associada à divisão social e sexual do trabalho, onde, mulheres sem rede de apoio durante a pandemia tiveram que lidar com o cuidado com os filhos e ente queridos com algum nível de vulnerabilidade. Escolas e creches fechadas significaram em alguma medida um fator de desgaste para essas trabalhadoras, onde muitas não puderam contar com ajuda companheiros, seja financeira ou no âmbito doméstico. Palavras chave : Trabalhadoras ambulantes; conflito; pandemia; economia informal.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661454347_ARQUIVO_d76450e9d8d05321d25d9cef503a6e4f.pdf

GT06: Antropologia da Escrita

Nesse GT pretendemos fomentar a discussão crítica acerca dos regimes, práticas e usos da escrita sob o ponto de vista da antropologia e nas suas interseções com a história e os estudos literários e culturais. Assumimos a escrita como objeto e ferramenta do conhecimento, crucial para as relações sociais e central na formação e transmissão destes. Nós a concebemos como práticas - coisas que as pessoas produzem e fazem - que abrigam e expressam marcas, vozes, significados e intenções - presenças e ausências/silêncios- das pessoas que as produzem e manuseiam, no passado e no presente. A perspectiva que propomos terá em conta uma diversidade de práticas de escrita em discussões que endereçam problemas em perspectiva

interseccional e em diferentes escalas: (a) as relações entre escrita e fontes de pesquisas na história; (b) entre escrita e autoria/autoridade acadêmica, etnográfica e literária; (c) os registros e arquivamentos pessoais e familiares, escritas cotidianas, as escritas de si e as (auto)biografias (cartas, diários, bilhetes, notas, blogs); (d) memórias, esquecimentos e identidades (e) os documentos escritos do Estado e da burocracia; (f) a escrita médica dos prontuários, códigos e classificações; (g) a escrita jurídica e a produção de sujeitos e seus direitos; (h) os regimes denominados linguagem simples e acessível; (i) as relações entre escrita, tecnologia e ambientes digitais, entre outras formas de escrita que produzem e reproduzem sujeitos e relações.

Palavras chave: Etnografia; Escrita; Arquivos.

Paulo Augusto Franco, Julian Simões

Apresentação Oral

A trajetória política e intelectual de Lélia Gonzalez sob uma perspectiva biográfica (e os desafios metodológicos da etnobiografia)

Ana Carolina dos Reis Fernandes, Ana Lúcia de Castro

A proposta deste trabalho é apresentar a articulação existente entre a biografia e a trajetória política e intelectual de Lélia Gonzalez, com as trajetórias de vida de militantes feministas negras que atuam hoje na cena política institucional do país, ressaltando a importância da pesquisa biográfica para a compreensão não apenas de um "universo" individual, mas também das possibilidades existentes no mesmo no que toca suas contribuições para as transformações sociais e políticas como um todo. Desse modo, Faremos o exercício metodológico de situar a pesquisa biográfica a partir de discussões recentes sobre o tema, ressaltando assim a importância da escrita da vida para a compreensão de uma trajetória, não no sentido individual que a expressão (biografia) acaba assumindo de modo distorcido - como se traçasse uma linearidade sobre a vida - mas também pelas possibilidades políticas e intelectuais que esta poderá apresentar.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1653586088_ARQUIVO_87c7a6b9c6d7b0f9e15fa33ad2d966c4.pdf

Apresentação Oral

Literatura e Autoridade Etnográfica: Diálogos Possíveis

DÉBORAH MARIA DA CUNHA LIMA

Esta proposta de trabalho busca apresentar relação entre escrita etnográfica e dimensão literária, meu interesse no tema surgiu a partir das leituras para minha tese e das aulas de uma

das disciplinas do meu doutorado em ciências sociais. As discussões aqui pontuadas consideram, principalmente, a inclinação de Clifford Geertz e James Clifford em estabelecer afinidade entre a escrita etnográfica e as discussões da crítica literária sobre imaginação moral. Esses autores demarcam diálogo com os críticos literários da época, tornando possível uma relação entre antropologia e literatura. Especificamente, seus textos fazem referências a Lionel Trilling, crítico literário estadunidense. A perspectiva literária da abordagem etnográfica pode trazer consequências nos paradigmas do campo antropológico. As discussões sobre a representação das culturas e a autoridade etnográfica, tendo como pano de fundo uma abordagem sobre a escrita e referências literárias, parecem ter destaque em Geertz e Clifford. Traçamos alguns aspectos sobre esse possível diálogo entre literatura e escrita etnográfica. Inicialmente, objetivamos enquadrar o debate etnográfico dentro da perspectiva literária que considera as construções semânticas das narrativas, dando prioridade a dimensão da representação do real. A partir daí, aproximamos o tema da autoridade etnográfica, ou seja, das mudanças no campo antropológico e dos recursos de escrita e linguagem, dando destaque ao diálogo de Clifford e Geertz com as questões trabalhadas por Lionel Trilling. Na formação da identidade do antropólogo, ocorre a distinção científica em detrimento dos viajantes e missionários que também tinham uma experiência no campo e escreviam seus relatos. O estabelecimento da autoridade etnográfica traz mudanças nos recursos literários utilizados nos relatos, bem como em seu caráter editorial. Geertz trabalha as noções de estética e imaginação moral, sendo esta uma concepção utilizada por Trilling para tratar da literatura europeia moderna. Clifford também utiliza o conceito de imaginação moral, além das noções da desintegração do eu e do seu caráter fictício e modelado, ao analisar a experiência de Bronisław Malinowski na escrita dos Argonautas do Pacífico Ocidental.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481379_ARQUIVO_cfdbcb80d60739a597af688ce2ed6cd4.pdf

Apresentação Oral

Mitos, encontros, e outras falas, a grafia da vida social Jamamadi

Hugo Ciavatta

Quem conta os mitos ameríndios produz uma grafia da vida social ameríndia? Com a pesquisa de campo com os Jamamadi do Alto Purus, mais especificamente de Massekury, o objetivo de minha proposta é, conceitualmente, explorar a noção de momento etnográfico (STRATHERN, 2014), ao lado da descrição de um encontro tenso de Mauani, contadora dos mitos de seu povo, com Tatiarabu, ex-Pajé da mesma comunidade indígena, encontro este, claro, que pude acompanhar. Com isso, contar os mitos, ocupar a posição de quem conta os mitos, mediar o conhecimento então se tornaram artefatos de análise e da escrita antropológica

para os quais eu me volto desde então, e que me permitem eliciar relações (WAGNER, 1986) de outros encontros, de outras falas vivenciadas durante a pesquisa. Aquele encontro, desse modo, tornou-se uma performance de Mauani, conectando muitas imagens, muitos acontecimentos; a reação de Tatiarabu e as questões, as repetidas questões que ele direcionou à pesquisa ao longo de nossa convivência; as demais práticas de Mauani, suas atividades, suas "histórias de antigamente", ou seja, os mitos Jamamadi, quando, onde e como aparecia Mauani em meio às relações na aldeia de seu povo, tudo isso compõe uma grafia (KOFES, 2014) da vida social indígena que a escrita antropológica procura acompanhar.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481234_ARQUIVO_bc208f7b1970a7c35ec779cc822b07bb.doc

Apresentação Oral

De "Policial Antropólogo" a "Antropólogo Policial": o retorno ao campo, reminiscências e percepções autoetnográficas sobre o uso da força.

José Soares de Morais

Trata-se de uma pesquisa, fruto da elaboração de uma tese de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Cujo propósito se apresenta sob a forma de um olhar mais atento à utilização da força em seu nível mais extremado, pelos integrantes da Polícia Militar de Pernambuco, a partir da realização de uma autoetnografia - como forma de "escrita de si" (FOUCAULT, 1992), a qual combina características da autobiografia e da etnografia, no sentido de descrever e analisar (grafia) a experiência pessoal (auto) com o objetivo de compreender a experiência cultural (etno) (ELLIS, 2004; HOLMAN JONES, 2005), com o objetivo de investigar as impressões provocadas por suas (nossas, e minhas) atuações. É nesse contexto que me incluo enquanto integrante da organização que ainda permite a alcunha da dúvida, entre o impedir à violência, e o seu patrocínio. E me coloco como sujeito da pesquisa, que ora se fundamenta na análise interpretativa e reflexiva sobre as percepções do uso da força. A pesquisa está calcada na perspectiva teórico-metodológica fornecida pela antropologia, de caráter autoetnográfico, e cotejada num recorte empírico direcionado aos que exercem (e exerceram) suas funções em unidades denominadas de "especiais" (as quais, dentro das categorias nativas estudadas, também chamaremos de "comunidades", pois assim são conhecidas no âmbito interno do convívio profissional e da "mística" que é cultuada), com atividade em todo território pernambucano: BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais (antiga 1^a CIOE - Companhia Independente de Operações Especiais) e o BEPI - Batalhão Especializado de Policiamento do Interior (antiga CIOSAC - Companhia Independente de Operações de Sobrevivência na Área de Caatinga). Cujas intenção visa compreender como as construções

mentais sobre o uso da força são percebidas, em meio aos procedimentos e atitudes, e em que medida as crenças são produzidas e representadas, inclusive, incluindo o "eu" (trajetória policial militar), hoje, antropólogo, onde escrevo e analiso minhas experiências pessoais, no sentido referido por Foucault (1992, p.156): "Escrever é, portanto, "se mostrar", se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro". Enfim, para justificar esse intento autoetnográfico, ressalte-se a imersão na memória do grupo a que ainda hoje pertencço, projetando uma aventura antropológica que acena para o reviver, retraduzir, e reproduzir o horizonte de tempo onde convivi com os responsáveis pela árdua tarefa da manutenção da ordem pública em seu nível de maior criticidade, os quais chegam a introspectar o sentimento do herói descrito em Joseph Campbell (1949).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659572695_ARQUIVO_bf9ab3313dd8f07a939c7d7263095ec0.pdf

Apresentação Oral

Travestilizar o heroísmo: metáforas bélicas, adoecimento e luto na escrita da biografia de Fernanda Benvenutty

Lux Ferreira Lima

O presente trabalho se propõe a refletir sobre uma recorrência narrativa no processo de escuta da história de vida da carnavalesca, parteira e militante travesti Fernanda Benvenutty, e de sua tradução em texto escrito por mim e minha orientadora Silvana Nascimento desde 2016: metáforas bélicas utilizadas por Fernanda para atribuir sentido à descoberta de um tumor maligno e à experiência de tratamento médico. Também tem como objetivo pensar sobre o lugar de tais metáforas após seu falecimento, e em meio à imperatividade de conclusão do projeto biográfico em face do luto e da ausência de sua idealizadora. Parte de minha pesquisa de doutorado, que se debruça em perspectiva comparada sobre a trajetória de redes de produção de conhecimento produzidas por auto/biografias elaboradas ou idealizadas por pessoas trans e publicadas no Brasil e nos Estados Unidos, nesta proposta me concentro na descrição de uma empreitada coletiva e sucessiva de inscrições que foi a articulação entre expressão oral elaborada por Fernanda sobre a própria vida e a sua passagem para o papel - bem como na interrupção brusca de tal empreitada, e na impensabilidade de sua retomada diante da morte de Fernanda em 2020. Valendo-me da autoetnografia, de pesquisa documental e de teoria antropológica acerca da morte, bem como de referências interdisciplinares sobre metáforas de adoecimento, oralitura e modelos narrativos atravessados por gênero, promovo uma reflexão em diálogo com epistemologias transfeministas que permitiu converter uma dissonância tradutória, um ruído de comunicação, em forma possível de escrita da vida, ainda que atravessada pelo sofrimento da perda. Argumento que a recusa da ausência, do

esquecimento, e do protagonismo da morte na memorialização pública de Fernanda fazem parte de uma política mais ampla e sistemática de recusa de modelos representacionais da travestilidade racializada. Tal desenrolar da experiência de luto levou a um redimensionamento não só do papel da escrita biográfica como também do processo de reconfiguração narrativa da imagem de Fernanda, de sentidos de presença e ausência, e de sua interpelação que convidava à inscrição e fissura de imaginários.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661512136_ARQUIVO_52585fecc66a99a0c0491fb1992e1d7f.pdf

GT07: Antropologia da percepção e dos sentidos

A percepção é um fenômeno que depende tanto da fisiologia quanto de um processo de orientação. Ao mesmo tempo em que se define pela variação de estímulos que os órgãos dos sentidos são capazes de responder, o próprio grau de sensibilidade dos órgãos é em parte modulado e modelado pelo ambiente cultural. O contínuo processo de modulação das percepções sensoriais resulta das interações entre os seres, humanos e não humanos, em diferentes ambientes e de um processo de aprendizagem, que acontece de forma implícita ou deliberada. A percepção é uma forma de ação que se dá no movimento do fazer, nas práticas exploratórias dos seres em relação ao ambiente, objetos ou outros seres. O objetivo do GT é reunir contribuições de diferentes horizontes etnográficos que se dediquem à temática, considerando, em alguma medida: 1) os mundos perceptivos e universos sensoriais criados por diferentes grupos; 2) as práticas e articulações entre os seres - máquinas, instrumentos, animais, plantas, substâncias, tecnologias - capazes de ampliar as formas humanas de perceber e os meios de agir no mundo; 3) os modos de educação da atenção para a percepção e os sentidos, e o papel do sensorial nas práticas de ensino/aprendizagem; 4) o descentramento sensorial nas experiências etnográficas, que ensinam a sentir outramente a relação com o mundo e com os outros; 5) as formas estéticas de evocar, na escrita ou outras modalidades de registro, as atmosferas sensoriais vividas no encontro etnográfico.

Palavras chave: percepção; ambiente; práticas

Olivia von der Weid, Viviane Vedana

Apresentação Oral

Sonoridades, escutas e aprendizados com o uso de podcasts em sala de aula

Anita Ferrari Pereira da Silva, Daniela Tonelli Manica, Soraya Fleischer

Nesta apresentação, serão analisadas as possibilidades sonoras de um programa de podcast científico, o Mundaréu, para o aprendizado de Antropologia em sala de aula. Ao ouvir um podcast, instigamos o ouvido e a escuta, por isso, as características dos sons, das falas, dos silêncios e das músicas são muito importantes. Discutiremos algumas das percepções dos estudantes sobre esses sons e sua influência nos seus processos de aprendizado. Reunimos um conjunto de dados durante o primeiro semestre de 2020, com a participação de integrantes do Mundaréu em aulas de 14 disciplinas ofertadas na Universidade de Brasília (UnB). O experimento gerou um extenso formulário com 122 respostas de estudantes e uma avaliação do experimento com 35 respostas, além de uma avaliação específica, produzida por uma das professoras em sua disciplina. Daremos enfoque às questões perceptivas evocadas pelos estudantes em relação à mídia sonora, às suas experiências de escuta, e às oportunidades que o podcast oferece para entender mais "de perto", isto é, com mais intimidade, histórias e experiências.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661474353_ARQUIVO_dfcbf3e863725a45a7e046c2f63170aa.pdf

Apresentação Oral

A modulação da memória, atenção e sentidos em grupos de estimulação cognitiva para pessoas com a Doença de Alzheimer

Bárbara Rossin

As experiências classificadas pela biomedicina como "doença", "distúrbio" e "deficiência" parecem estar assentadas sobre um paradoxo (SACKS, 1995). Ao mesmo tempo em que comunicam a devastação ou alteração de determinado registro de existência, elas também revelam formas novas e, por vezes, criativas de viver, sentir e perceber o mundo. Nas "doenças neurológicas", como o Alzheimer, isso não é diferente. São muitas as novas possibilidades de reorganizar o corpo-mente-ambiente, de se orientar no tempo, localizar-se no espaço, de imaginar cenários possíveis e de se emaranhar às coisas. Neste artigo, reflito sobre o trabalho de reconstrução e modulação da memória, atenção e sentidos de pessoas diagnosticadas com a Doença de Alzheimer e/ou outras demências em um serviço multiprofissional em saúde. A partir de uma pesquisa etnográfica realizada nos grupos de estimulação cognitiva do Centro de Referência em Atenção à Saúde do Idoso (CRASI), da Universidade Federal Fluminense (UFF), examino as dinâmicas conduzidas e os agenciamentos produzidos entre pessoas-materiais-ambiente. Procuro investigar como utensílios domésticos, cartões com palavras, músicas, adereços, frutas, flores e temperos agenciam e (co)produzem sentidos (visão, audição, tato, olfato, paladar), memórias, corpos, contextos sintáticos e semânticos. Ao descrever as práticas laborais dos profissionais de saúde e a execução das tarefas, argumento

que não apenas os enquadramentos perceptivos que governam os sentidos e a memória estão sendo (re)desenhados, mas a própria ideia de pessoa e os mundos a ela associados.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482456_ARQUIVO_6be1aa9b01229e0315cb43d103becf19.pdf

Apresentação Oral

Corpo-espaço: entre surdos e ouvintes, fragmentos de espaço e percepções de mundo

Cibele Barbalho Assensio

Este trabalho é uma reflexão sobre relações corpo-espaço solidárias a modos de perceber e de se relacionar com o mundo através de comunicação na modalidade gestual-visual atribuída geralmente a pessoas surdas. O sentido da visão, formas de se valer das mãos, expressões faciais e corporais estão no escopo desta proposta, bem como as espacialidades que nelas se criam e delas derivam. De que modo se desenha a relação corpo-espaço entre pessoas surdas e entre pessoas surdas e não-surdas para que a comunicação gestual-visual seja utilizada no lugar da comunicação oral-auditiva? Que percepções são notadas e encadeadas por essa relação corpo-espaço? Proponho a presente discussão a partir de dois eixos: i) aspectos de historicidade relativos à comunicação gestual-visual, envolvendo reflexões sobre processos de disciplinarização e institucionalização de pessoas surdas ii) análise da corporificação de gestualidades e visualidades relativas à Língua Brasileira de Sinais (Libras). Para tal debate, utilizo-me do mapeamento de bibliografia interdisciplinar e das ciências sociais, bem como discuto experiências anteriores de aprendizado, ensino e pesquisa que obtive, por meio do qual discuto a intercorporalidade própria da comunicação em questão e, ainda, questiono certos dualismos corpo/mente e corpo/sociedade, bastante recorrentes quando se trata do tema deficiência.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661818883_ARQUIVO_d3576d6bdbacb0f7d2cf31fa5e29f1a7.pdf

Apresentação Oral

Sobre as formas de sentir o vento ou ficções criativas: notas sobre relações entre vigilantes, casarões e seres intangíveis em São Luís

GABRIELA LAGES GONCALVES

: Este ensaio etnográfico tem como ponto de partida minha pesquisa de doutoramento situada no Centro Histórico de São Luís (Maranhão) - cidade intitulada Patrimônio Mundial da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura

(UNESCO). Desde 2017 tenho me dedicado a pensar relações sociais entre os casarões históricos e agências espirituais diversamente nomeadas pelas pessoas (espíritos, fantasmas, assombrações, visagens). Com base em pesquisa etnográfica junto aos profissionais da vigilância, pude ter acesso a experiências cotidianas que se manifestam de diferentes formas - vozes, aparições, cheiros, temperaturas, entre outras formas de afetação. Neste ensaio, reflito sobre uma sutil forma de manifestação das visagens, os ventos que costumeiramente agem sobre espaços, objetos e pessoas. A proposta do texto é um exercício de desnaturalização de um fenômeno tido como natural, porém num contexto recheado de particularidades que fazem dos ventos "ficções criativas" no Centro Histórico em São Luís.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660692391_ARQUIVO_5a9a1b86991721292cae3200628da20a.docx

Apresentação Oral

Aprendendo a ler o mundo: educação da atenção e percepção parapsíquica do ambiente

Gustavo Ruiz Chiesa

"O parapsiquismo aumenta a condição de entendimento do mundo", me disse um dos membros fundadores da ECTOLAB: Associação Internacional de Pesquisa Laboratorial em Ectoplasmia e Paracirurgia, uma instituição de pesquisa sem fins lucrativos, localizada em Foz do Iguaçu e formada por médicos, psicólogos, engenheiros, biólogos, neurocientistas interessados em aprofundar suas reflexões e experimentações em torno das ideias de saúde, cura, bem-estar e equilíbrio físico, mental, emocional e espiritual, cujo foco encontra-se na tentativa de compreender, mensurar e identificar o "ectoplasma" e os efeitos que tal substância provoca nos organismos vivos e no ambiente. Tal "substância", "fluido", "energia", "coisa", "semi-material" ou "material-espiritual" seria encontrada em todos os seres vivos e supostamente possibilitaria o aumento das percepções parapsíquicas do ambiente na medida em que seria ela quem favoreceria a conexão ou mediação entre os planos material e espiritual. Nesse sentido, na visão desses pesquisadores, a percepção parapsíquica, potencializada por essa substância fluídica, possibilitaria uma leitura adequada do mundo justamente porque permitiria ver aquilo que ninguém vê ou ver além do que normalmente se vê. No entanto, acrescentam eles, "é preciso saber ver sem se perder", o que implica num processo de educação da atenção parapsíquica. Devemos estar atentos, nos deixar levar e nos afetar por tudo aquilo que nos envolve, mas com a habilidade para não perder o controle, a lucidez e o discernimento nesse envolvimento. Em outras palavras, devemos seguir o fluxo de percepções e afecções com a atenção dividida - ou seja, estar atento ao corpo e com o corpo - e a concentração necessária para interromper o fluxo e estabilizá-lo quando for preciso. Tais

conselhos poderiam ser facilmente indicados a qualquer antropólogo que desejasse iniciar seu trabalho de campo, especialmente para aqueles que procuram fazer da participação total o seu método primordial de investigação etnográfica. Tal foi minha intenção na pesquisa que realizei junto a esse grupo de pessoas interessadas em investigar uma série de fenômenos difíceis de serem compreendidos pelo simples uso da razão. Procurei, desse modo, compreender e ser afetado por uma experiência e uma visão de mundo em que saber e sentir são percebidos como partes de uma única e indivisível totalidade. Inspirado em grande medida em um conjunto de ideias e formulações bastante caras à chamada "virada experiencial" na Antropologia, procurei não só participar intensamente de suas atividades, mas também sentir ou experimentar na própria pele certos fenômenos que, apesar de invisíveis, eram perfeitamente percebidos ou sentidos por todos aqueles que estivessem dispostos a ver um pouco mais, ou a ver além do que se vê.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659458944_ARQUIVO_29e803fc1da147bb06cb5ce106a71576.pdf

Apresentação Oral

A escuta dos skatistas: a sonoridade ambiente para um engajamento/affordance.

Julio Cesar Stabelini

Resumo O objetivo deste resumo é explorar as implicações/relações entre habilidades perceptivas em jogo na relação entre sujeitos e ambiente a partir da prática do skate na cidade de São Paulo, tendo os usos dos recursos dos registros audiovisuais como forma de representação etnográfica. O skateboarding não é apenas um esporte, é mais que uma prática física, envolve todo o conjunto perceptivo, toda uma experiência individual e também coletiva de construção de corporalidades, sociabilidades, entre produções de vivências no ambiente da cidade - pensada aqui não como algo pronto, disponível para ser ocupada, mas como algo que emerge de fluxos, do entrelaçamento de trajetórias diversas (Ingold, 2011). Partindo do fato de que a percepção envolvida na prática do skate combina audição, visão, equilíbrio, propulsão, etc., a pesquisa que venho desenvolvendo no PPGAS/USP procura explorar a hipótese de que algo que podemos chamar de uma "escuta" com o corpo tenha um papel importante e pouco estudado no engajamento do skatista nas affordances urbanas. Embora a maioria das pessoas associe a prática do skate com as imagens visuais, há nela uma relação importante entre som e ritmo. Segundo Borden (2001), quando se anda de skate no ambiente urbano o som das rodas sobre o concreto é uma das primeiras percepções dos skatistas. E, mais do que isso: esses sons de atrito em diferentes superfícies (não só concreto, mas também madeira, metal, mármore, asfalto, etc.) fazem parte do universo do skatista (IDEM). Ao deslizar pela cidade, ou ao andar nas pistas, o conjunto skate/praticante cria ritmos únicos que

revelam muito sobre as condições da superfície e do ambiente. Padrões rítmicos podem ser criados quando se desliza por rachaduras no asfalto, ou por um tipo de calçamento com um padrão específico. Esses sons são amplificados e ressoam através da madeira do shape, transmitindo as vibrações para o corpo do praticante. O resultado disso, afirma Borden (idem), é que o skatista interioriza o terreno físico e a textura da cidade através desses sons. A escuta dos skatistas é treinada para reconhecer um tipo de sonoridade específica em meio à totalidade de sons presentes no ambiente. A prática do skate envolve uma habilidade de identificar e compreender certas estruturas sonoras: uma escuta atenta e treinada que torna possível usar a sonoridade ambiente para um engajamento/affordance. Mas ela envolve também a produção de um ritmo que se desdobra ao longo das linhas executadas pelos praticantes: um groove, que estou entendendo como uma forma de musicar/ou de engajamento musical. A prática do skate também produz sons: uma sonoridade específica, constitutiva da ambiência sonora de certas localidades - ou da cidade em geral.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661474200_ARQUIVO_f31495fa8e5c4feb01b9d51fce6f5ae4.pdf

Apresentação Oral

Cultura material e percepções: a experiência sensorial com os vestígios arqueológicos da Casa da Torre e do Galeão Sacramento, Bahia

Leandro Vieira da Silva

Ao contrário de outras disciplinas que incorporaram os aspectos sensoriais em suas investigações, a Arqueologia até o presente momento ainda não explorou toda a potencialidade dessa linha de pensamento. Do pouco que se têm na Arqueologia, os estudos concentram-se principalmente em duas áreas: a arqueologia da paisagem e, de forma secundária, a arqueologia dos tecidos. Nos dois campos predominam em absoluto a visão e o tato, deixando o cheiro, o som e o paladar praticamente inexplorados. Dessa maneira, apresentamos neste trabalho um relato de nossa experiência durante a pesquisa de doutorado, no qual foram analisados os vestígios arqueológicos associados ao domínio das práticas alimentares da Casa da Torre de Garcia D'Àvila, cuja fundação remonta o ano de 1551, localizado no município de Mata de São João e do Galeão Santíssimo Sacramento, afundado em 1668 no litoral de Salvador, ambos situados no Estado da Bahia. Nesta explanação, buscamos demonstrar experiências ligadas ao tato, à visão, à audição, ao olfato e ao paladar durante a pesquisa de doutoramento e como esses sentidos esclareceram ou complexificaram as análises. As categorias de vestígios que serão apresentados neste trabalho são vidros, porcelanas chinesas e faianças portuguesas. E além dessa cultura material, também serão abordados os relatos históricos sobre o consumo de carne de baleia e como ela se inseriu nas

questões ligadas às percepções do tempo passado e aos julgamentos de valor no tempo presente.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481266_ARQUIVO_9a1be6cb333e1fcb668ad05d76c8c1ad.pdf

Apresentação Oral

Resonancias generativas: oír, sentir, fluir con las múltiples vidas del bosque nativo a los pies del volcán Villarrica (Chile).

Mariana León Villagra

¿Como sentir el bosque nativo? fluir y conectarse con su biodiversidad poniendo foco en el oír como proceso de conocimiento. Es parte del proyecto "Caminar el Bosque", una experiencia piloto con 7 personas (no artistas) que caminaron en el Parque Nacional de Villarrica (Chile) para percibir el bosque. Se creó una metodología etnográfica apuntado a la percepción de los sentidos y propiciar capas de experiencias que se incorporaban corporalmente en la acción en movimiento del "caminar" fluyendo en/con el bosque. Abordamos 3 ejes: 1) la percepción plena, usando baños del bosque; 2) el registro de soundscape y creación de arte sonoro por los/las participantes; y por medio del proceso creativo-reflexivo desde el oír-estar-fluir, 3) observar la conexión entre las memorias y emociones de que afloraron en los participantes con la concepción del bosque nativo que dichas experiencias generaron, apuntado a otro modo de entender los aspectos de la biodiversidad, como una vivencia incorporada para, desde ahí, la valoración de las diversas vidas y agentes humanos y no humanos que en él habitan. Esta ponencia compartirá la experiencia y método, como a sus principales reflexiones: que las personas fueron capaces de comprender el oír y la escucha como elementos vitales de su concepción de mundo y su forma de actuar en él; a la vez, como aspectos de salud y regeneración que a todos nos suscitó el estar en esa conexión con los sonidos de la "naturaleza" del bosque y sus agentes. Por último, habiéndose realizado en un territorio mapuche, marcado con un volcán "Rukapillan" en el centro de este Parque Nacional, siendo un espíritu protector importante en la cosmología mapuche, se hace interesante como las mismas personas participantes (mapuches y no mapuches) a través de este método llegaron a una conexión con esa totalidad y sabiduría del bosque que denominaron "Nguzum Tañi Mawiza" o reflexionar de la montaña, como una esencia que trasciende lo humano y refiere a la vida misma del bosque y naturaleza.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661380025_ARQUIVO_83cb48ceb7df75a53ab782e222d26138.pdf

Apresentação Oral

Gravidez de bicho: misturas indesejáveis em Santarém Novo, PA

Natália Abdul Khalek Mendonça

Traço, nesta etnografia, comparações entre os sentidos do sangue menstrual e do igarapé em narrativas de moradores de Santarém Novo (PA), àqueles que aparecem em etnografias com povos indígenas e ribeirinhos amazônicos, e propõe um exercício de pensamento perspectivista. A figura da Mãe do Rio, que é ou mora no "olho" do igarapé, diferencia-se em corpos variáveis de animais (cobra, peixe, sapo), percebida como um "dono". O contato entre sangue da mulher e sêmen da cobra ou peixe pode gerar uma gravidez de bicho, com futuro incerto. Pajés e benzedeiras, alguns em parentesco com os "seres do fundo", parteiras, com seu conhecimento quanto ao fechar e abrir o corpo, assim como mulheres em suas práticas de cuidado durante a menstruação, compõe as relações com bichos. A produção e alterações de gente ou bicho dependerá do manejo de fluidos corporais, do resguardo enquanto técnica de distanciamento, e está imbrincada à manutenção da vida dos igarapés e à saúde porvir das mulheres. Palavras chave: sangue menstrual, igarapé, gravidez de bicho, Santarém Novo, perspectivismo amazônico

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662646563_ARQUIVO_c6312a78d8a603abb4ddad27e5dcc607.pdf

Apresentação Oral

O saber agroflorestal: aprendizado através da atenção

Tatiana Porto de Souza

Em busca de desenvolvimento, os impactos ambientais e sociais estão cada vez mais presentes. Na agricultura não é diferente, a grande produção agrícola acarretou desigualdades no campo, com contaminação e concentrações de terras, com plantios de monocultura, não priorizando a produção de alimento, mas com o objetivo de reprodução do próprio capital, além de provocar grandes impactos diante dos saberes tradicionais em comunidades agrícolas. Com isso, alguns agricultores familiares, não estiveram dispostos em abdicar de seus saberes e desenvolverem a absorção das novas tecnologias em seus territórios. A terra tem diferentes significados, dependendo do grupo social que a detém ou pretende ter. Os grupos mais envolvidos nas dinâmicas dos territórios, em muitos casos veem como uma extensão de seus mundos, enquanto que outros, veem a terra como uma oportunidade de mercado. Nesse sentido, a educação ambiental se mostra como uma ferramenta para diminuir esses abismos sociais e ambientais, que, em outra perspectiva, a complexidade do significado da natureza, se difere diante de diferentes contextos, tendo valores distintos. Assim, o conhecimento, e consequentemente a prática ambiental, não é transmitido, a educação é originada pela atenção.

Além disso, as agroflorestas, vistas como um novo paradigma na agricultura, consistem no cultivo de espécies agrícolas e pecuária juntamente com áreas de florestas, desenvolvendo um sistema autônomo. No âmbito social, proporcionam novas formas de relações, sejam com humanos ou não humanos, com incremento de formas de reprodução social, propiciando inclusão social e valorização do agricultor e do ambiente. Com base nessa discussão, esse texto busca apresentar uma reflexão sobre a construção dos saberes agroflorestais, estimulada pelos alicerces da educação ambiental e baseada na educação pela atenção. O saber agroflorestal, intimamente ligado à educação ambiental é um processo que envolve mudanças culturais de existência, refletindo sobre seus propósitos existenciais a partir de seu modo de ser e estar no mundo como um processo educador. As técnicas aprendidas e compreendidas nesse ambiente de policultivo, a partir das mudanças no meio físico e das relações existentes, implicam nesse modo de habitar o mundo na ruralidade. Nesse sentido, o saber agroflorestal pode ser o que está de mais íntimo nessa relação cultura e natureza, pois é baseada no sentir e transformar e ser transformado pelo outro, como uma gama de experiências e informações existentes no ambiente e interconectadas, cada um com suas vivências e individualidades. Assim, as agroflorestas se constituem como importantes meios de educação pela atenção, estimulando a educação ambiental, principalmente por seus componentes físicos, biológicos, sociais e ambientais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661306266_ARQUIVO_2334247f270b8ca0527b76d494543393.pdf

Apresentação Oral

O corpo encantado: reverberações do chão afro-brasileiro na escola de samba Acadêmicos do Salgueiro

Vítor Gonçalves Pimenta

Neste trabalho, evoco o "corpo encantado" da minha vivência corporal e dos demais componentes da escola de samba Acadêmicos do Salgueiro, na tentativa de descrever essa experiência coletiva via "corpo comunitário". Assim, narro o chão afro-brasileiro da escola de samba em performance no dia oficial do desfile. A escola de samba, tradicionalmente, localiza-se no Morro do Salgueiro, mais precisamente, em termos geográficos, na Serra da Carioca, maciço da Tijuca, também chamada de Morro do Mirante. O acesso principal ao morro é pela Rua General Roca, que se inicia na famosa Praça Saens Peña, coração do bairro tijucano, localizado na Zona Norte carioca. Desde a sua origem, a comunidade do Morro do Salgueiro destaca-se por ser uma fonte irradiadora de tradições culturais de origem africana. Uma das tradições que marcam a história do Morro do Salgueiro é a escola de samba. O Salgueiro como escola de samba caracteriza-se por ter um "chão forte", ou seja, uma

comunidade formada por um grande grupo de corpos, que se subdivide nas diversas alas que compõem a agremiação, sendo responsável pelo seu assentamento. A comunidade da escola de samba é formada pela ala das baianas, a ala da Velha Guarda, os casais de mestre-sala e porta-bandeira, a ala dos/as assististas, a ala da bateria, ala dos compositores, as alas que contam o enredo da escola, os/as componentes das alegorias, e a equipe do carro de som, composta por instrumentistas, intérpretes e os/as diretores/as de harmonia. O objetivo é evocar os movimentos do corpo encantado em conexão com os corpos da comunidade que fazem o carnaval na sua dimensão performática, refletindo sobre as potencialidades e os encantamentos do corpo. E, ainda, reverberar as potências perceptivas do "corpo encantado" conectadas com o "corpo comunitário" no interior de um desfile de escola de samba, na busca de descrever a relação entre os/as componentes e outros/as componentes, componentes e público, e componentes e as "coisas", por meio dos sentidos corporais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660662972_ARQUIVO_66981f35359f1116b9e8a8cd49d39721.pdf

GT08: Antropologia da Técnica

A 5^a edição deste GT busca dar continuidade às reflexões e discussões iniciadas na 29^a RBA, contribuindo para a ampliação do interesse pelo tema e a consolidação desta área de estudos na antropologia brasileira. Quando tratamos de técnica no sentido maussiano, como "ato tradicional eficaz" é necessário, seguindo Sigaut, sempre lembrar que não temos acesso direto às técnicas em si. O que vemos são pessoas fazendo coisas. Nesse sentido, este GT tem um interesse particular nas mais diversas práticas e fazeres, que implicam na relação direta ou indireta entre humanos e não-humanos (artefatos, plantas, animais, minerais e ambiente de modo geral) e envolvem habilidades, escolhas, hierarquias e transformações. Tais fazeres parecem ser uma chave importante para o entendimento das diferentes formas de se perceber e habitar o mundo. A partir de uma abordagem dos processos técnicos e seus efeitos se busca refletir sobre esses fazeres em sua dimensão social, inseridos em composições sociotécnicas e políticas complexas mais que humanas. Considera-se, assim, de grande relevância os trabalhos que dialoguem com essas temáticas e que privilegiem aspectos etnográficos e análise descritivas de processos técnicos em escalas e temporalidades diversas.

Palavras chave: técnica; redes sociotécnicas; cadeia operatória

Júlia Brussi, Rafael Devos

| Apresentação Oral

Articulando percepção e movimento: técnicas de navegação e manuseio em um laboratório de Astrobiologia

Ana Paula Henrique Salvan

Um laboratório é um ambiente heterogêneo por natureza, podendo ser lido como um cenário polirrítmico composto por um emaranhado de trajetórias humanas e não humanas. Um laboratório de Astrobiologia - ciência emergente que postula a vida como um fenômeno cósmico em vez de uma exclusividade terrestre - é ainda mais, já que nele convergem diferentes projetos, interesses e formações. Navegar por seus espaços requer uma educação do corpo e da atenção, da mesma forma que o manuseio de uma miríade de frascos e recipientes (i.e., placas de Petri, tubos de ensaio, pipetas, béqueres, provetas etc.) requer um tipo de afinação dos gestos e da sensibilidade. Aqui, a etnógrafa propõe acompanhar os deslocamentos e afazeres dos pesquisadores que atuam nesse ambiente, bem como descrever os movimentos envolvidos na execução de determinadas ações, levando em conta seu encadeamento em sequências operatórias. Ações não são atos isolados. No laboratório, elas estão inseridas em um contexto, obedecem a um propósito, seguem um ritmo e podem ser enquadradas de acordo com as conexões que ensejam. Abrir, segurar, pressionar, raspar, pingar, soltar, fechar, enfileirar e até esperar tornam possíveis a realização de experimentos e o desenvolvimento de pesquisas, autorizando certos modos de relação com elementos não humanos, incluindo microrganismos e minerais, além do taskspace em si. Busca-se também analisar as posturas e os gestos adotados pelos pesquisadores em termos de prática adquirida, aprimorada com o tempo. Especialmente no que tange às habilidades manuais, será interessante analisar as variações entre pesquisadores experientes e iniciantes na execução das tarefas. Por fim, o papel do risco e sua relação com a escolha de certos procedimentos em detrimento de outros no desenrolar de um experimento também serão abordados. O relato etnográfico tecerá diálogos com François Sigaut, Tim Ingold e Bruno Latour. O objetivo é trazer as práticas e os enredamentos dos quais elas participam para primeiro plano, apresentando-as como elementos fundamentais para a condução das atividades dentro do laboratório.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661467286_ARQUIVO_808e19d8ef6596e9f41d7ad650cf1e92.pdf

Apresentação Oral

Trabajo de hormiga: la apropiación de los sistemas vivientes en las acciones técnicas

Gabriela Schiavoni

Los insectos sociales habitan desde hace tiempo la imaginación sociológica. Empezando por la abeja—convocada por Marx para señalar la irreductible especificidad del trabajo humano

—, passando por el vínculo acronímico que la teoría del actor red (ant) mantiene con las hormigas, hasta llegar a la araña, que le permite a Ingold desarrollar la noción trans-humana de trabajo. Identificadas por Deleuze y Guattari como un "rizoma animal", las hormigas desafían las tentativas tendientes a su eliminación. Aún así, desde fines del XIX y comienzos del XX se patentaron en Argentina varias máquinas y productos hormiguicidas que se arrojan ese poder. Más recientemente, la agroecología y el manejo forestal responsable han subrayado las ventajas biológicas derivadas del mutualismo y la simbiosis entre plantas y hormigas. Esta última perspectiva desbroza el camino para proyectos técnicos basados en la imitación de lo viviente, orientados a neutralizar los desequilibrios ambientales mediante la interacción con la tecnicidad de los no humanos. Nuestro trabajo describe las acciones técnicas de control de hormigas a lo largo del siglo XX en la provincia de Misiones (nordeste de Argentina). Su proceso de individuación como plaga fue concomitante del desarrollo de la agricultura en la región, desatando un vínculo antagónico en el que participaron artefactos y sustancias. Las innovaciones actuales, encaminadas a neutralizar los daños mediante la coordinación entre sistemas vivientes, plantean el problema de la autoría de las acciones técnicas imbricadas en procesos vitales.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660247339_ARQUIVO_377b710855830ca6d020222fac9ab97e.pdf

Apresentação Oral

Plantas que fazem arte: As criações trans-específicas na Arte Contemporânea e os trânsitos entre práticas e técnicas artístico-científicas

Joaquim Pereira de Almeida Neto

Nesta apresentação, procuro trazer algumas reflexões iniciais acerca e uma pesquisa de doutorado atualmente em curso no PPGAS da Universidade de São Paulo. O objetivo da pesquisa é estudar os trânsitos de conceitos, conhecimentos e práticas entre arte, ciência e antropologia a partir da análise de criações artísticas contemporâneas que exploram dimensões multiespécies e colaborações trans-específicas entre humanos e plantas. Interessado pelo uso renovado que artistas têm feito das plantas em suas criações - retirando-as da condição de meio ou de matéria e concebendo-as como co-criadoras de obras de arte - e pela atenção às práticas e técnicas acionadas em criações artísticas trans-específicas, apresento alguns materiais de campo coletados junto a três artistas latino-americanos atuantes hoje, que trabalham diretamente com plantas vivas, são eles: Aniara Rodado (Colômbia), Guto Nóbrega (Brasil) e Ximena Garrido-Lecca (Peru). O que está em foco nesta apresentação é um primeiro esforço de detalhamento técnico, que fala do fazer em si, de práticas de colaboração entre humanos e plantas. Trago tais descrições para chamar a atenção de dois pontos: o primeiro é

o fato de que tais composições criativas mais que humanas tendem a emergir diante de relações de dupla mão entre artes e ciências (os artistas se valendo de técnicas e teorias científicas e fornecendo também subsídios para a reflexão teórica) e o segundo, por sua vez, é o imbricamento constitutivo entre criação artística e criação de mundos, algo que coloca em suspeição as fronteiras entre arte, ciência e política.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661532897_ARQUIVO_7fc7e97f315c1d9a1307a6a3a421ffe8.pdf

Apresentação Oral

Vida social dos artefatos de palha: desde a feira livre às oficinas de produção

Lucas Barreto de Souza, Lucas Barreto de Souza

Discutimos, em "A Vida dos Artefatos: Arte/artesanato de Palha na Feira de São Joaquim, Salvador, Bahia", dissertação de mestrado, UFBA, 2020, a partir de uma abordagem biográfica, aspectos relacionados à vida social dos produtos/fabricos resultantes do fazer artesanal, em circuito, na etapa de circulação. A palha é um tipo de material de expressão notável nos mais variados espaços da Feira de São Joaquim, na Bahia. É parte constituinte de uma infinidade de objetos com as mais diversas finalidades de uso: diferentes tipos de palha compõem inúmeros produtos à venda ou em uso. Os artefatos de palha, que em suas linhas de vida passam por essa feira, estão imersos em constantes processos de interação social, enredados que estão, envolvidos por uma grande teia de relações sociais, nas quais exercem seu poder de agência, influenciam ações humanas ao mesmo tempo em que são receptáculos dos efeitos da ação humana, sendo portanto parte desta rede e enredando outros/as atores/as em jogo. Atualmente, o intuito é promover uma investigação que enfatize a etapa de produção desses artefatos, tomando como local referencial, para observação, a Ilha de Maré, mais especificamente a Praia Grande, nesta ilha, e a Cidade de Palha, micro local nesta praia, para proceder às descrições mais detalhadas da produção do artesanato de palha que encontramos na Feira de São Joaquim, pois parte da produção artesanal com palha que circula naquela feira é oriunda da Ilha de Maré. A proposta é contextualizar o projeto, com um relato sobre a experiência anterior, na Feira de São Joaquim, expondo sobre o destaque dado à palha, enquanto material, e aos objetos produzidos a partir dos seus diferentes tipos, e sinalizar intenções e ideias que são parte de um projeto cujo horizonte aponta para a etapa de produção da vida social dos artefatos. Desse modo, dedicar atenção às oficinas, às artesãs e artesãos e ao modo de fazer artesanal, em Ilha de Maré. Para tanto, pretende-se estudar as relações sociais em torno desse trabalho, observando as condições ambientais do entorno, na Ilha e na Baía de Todos os Santos, destacando influências e interferências do desenvolvimento industrial e turístico na região sobre os modos vida no local, área quilombola, cuja população

é majoritariamente negra (e que, ao mesmo tempo, comporta o maior percentual de albinos da cidade de Salvador), sobre a qualidade da água e do ar, dos pescados e mariscos - pesca e mariscagem constituem atividades tradicionais de geração de renda e subsistência; e sobre a saúde da população de modo geral.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482510_ARQUIVO_33623d6c9530769131d4a3e6b8e010e1.pdf

Apresentação Oral

Fazendo quintais agroecológicos: técnicas de cultivo e organização de hortas entre mulheres rurais em um assentamento no Ceará

Vitória de Fátima dos Santos Sousa

Realizada no interior do Ceará, na região noroeste do Estado, na Serra da Ibiapaba, este trabalho tem como objetivo apontar técnicas agroecológicas desenvolvidas por agricultoras de um assentamento rural, chamado Santa Madalena. O trabalho mostra que fazer agroecologia requer experiências realizadas nos quintais e trocas constantes de conhecimentos entre as mulheres. Este trabalho aponta a centralidade dos quintais produtivos, dado que é neles que "o de comer" começa a ser feito. Dessa maneira, para as interlocutoras o quintal é diferente do roçado, já que no roçado se costuma "plantar só no inverno", no entanto, nos quintais é preciso "tá sempre mexendo", "sempre cuidando, aguando, olhando se tá com formiga", como elas afirmam. Os quintais, também, trazem para as mulheres noções de liberdade, pois em tais espaços elas podem cultivar como querem e o que querem. Além disso, se busca, também, apresentar perspectivas sobre as cadeias operatórias que determinam o entrelaçar de mundos muito mais que humanos. Diante disso, o trabalho buscou analisar sobre as técnicas agroecológicas e como tais saberes constroem mundos repletos de relações multiespécies, para tanto, é mostrado como são feitas as hortas e organizados os quintais produtivos. Por fim, também é apontado as formas como elas lidam com "as pragas", sobretudo as formigas e com a falta de água, já que é o principal entrave para o desenvolvimento da agroecologia no assentamento. PALAVRAS-CHAVES: técnicas; quintais; agroecologia; mulheres.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661473450_ARQUIVO_ea4b606f77772e6f003edc7e16865071.pdf

GT09: Antropologia das Emoções

O objetivo deste grupo de trabalho é reunir pesquisas que tenham como foco analítico a compreensão da maneira como as dimensões emocionais integram a vida social e dão sentido às experiências dos sujeitos. As pesquisas em Antropologia das Emoções se consolidaram no Brasil nas últimas duas décadas - a partir de perspectivas de campo variadas e com linhas teóricas específicas -, problematizando oposições centrais no pensamento antropológico, tais como indivíduo versus sociedade, natureza versus cultura, micro versus macro, mente versus corpo, privado versus público, interno versus interno, entre outras. Esse grupo de trabalho elege três focos principais do debate sobre emoções: a) sua capacidade micropolítica; b) a dimensão moral da vida emocional; e c) a relação entre emoções e temporalidades. As principais temáticas a serem contempladas são: a) emoções, gênero e sexualidade; b) emoções e religiosidades; c) emoções, geração e curso da vida; d) emoções e política; e) emoções e movimentos sociais; f) emoções e discursos/práticas profissionais; g) emoções, consumo e lazer; h) emoções, sofrimentos e adoecimentos;

Palavras chave: emoções; micropolítica; temporalidades

Maria Cláudia Coelho, Raphael Bispo

Apresentação Oral

A experiência ansiosa: tratado de relatos emocionais do retorno às aulas em uma escola pública do Ceará

ALEF LIMA

Contemporaneamente é difícil abordar com exatidão os efeitos da crise pandêmica (2020-2022) ainda em processo de dissolução no mundo. No campo da educação os chamados "prejuízos de aprendizagem" são apontados a partir de gráficos numéricos, tabelas de rendimentos, ranqueamento de desempenho que procuram situar quantitativamente os impactos educacionais em termos de performance acadêmica do alunado no período de Ensino Remoto e o quanto tal contexto desestabilizou, no caso do Estado do Ceará, um avanço progressivo nas áreas de língua portuguesa e matemática. Do outro lado da questão, o sujeito do desempenho, o sujeito da aprendizagem. O que fica dele, além do número? Este trabalho procura interpretar a experiência ansiosa de um conjunto de alunos e alunas da rede pública estadual cearense, tomando como protótipo de reflexão seus relatos emocionais acerca da angústia vivenciada no retorno as aulas, que ocorreu no final de 2021. O material empírico desse artigo ancora-se em duas fontes: tanto minha participação como professor da educação básica que presencia de perto a angústia dos/as adolescentes; quanto os depoimentos coletados dos/das discentes em que descrevem as sensações e a dimensão emocional de sua, assim chamada, ansiedade. Por mais que não haja nenhum laudo diagnóstico específico assegurando um quadro psicopatológico, muitos/as jovens dissecam uma constelação de sintomas comuns:

boca seca, dor de cabeça, choro, falta de ar, sensação impulsiva de tristeza e inutilidade, perda momentânea da consciência em alguns casos. A proposta do texto, em um tom etnográfico é desvelar com ajuda da antropologia das emoções as imbricações entre a experiência emocional e, simultaneamente, corporal relatada pelos/as discentes e o próprio processo de escolarização no clima pós-pandemia. Parte dos resultados estabelecem duas possíveis causalidades: 1. A pandemia não acabou, há uma continuidade temporalizada nas emoções e 2. A escolarização não funciona apenas como forma de recalçamento emocional e controle institucional - ela, propicia, à revelia de sua intencionalidade, chorar um luto de alguma coisa que não se sabe que foi perdida.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1658253596_ARQUIVO_cd1470ff4e6086aa57b0d86b6e59809c.pdf

Apresentação Oral

O sofrimento na experiência do cuidado de pacientes com doença de Alzheimer

Charles Antonio Pereira

O objetivo deste trabalho é pensar os aspectos emocionais do cotidiano daqueles que oferecem seus cuidados a indivíduos com Alzheimer. Para isso, acompanhei os relatos realizados por cuidadores em um grupo de uma rede social. Ao longo desse acompanhamento alguns padrões foram se delineando, em especial a predominância de uma gramática emocional para relatar as experiências vividas na tarefa do cuidado. Muito se falou sobre amor, sofrimento e humor na tecitura dessas experiências entre os cuidadores marcadas pela doença de Alzheimer. Neste trabalho especificamente, será discutido o sentimento que aparece predominantemente no discurso desses cuidadores: o sofrimento. Narrativas de sofrimento têm orquestrado diversas reflexões antropológicas que buscam uma compreensão de experiências de adoecimento e de processos sociais relacionados a elas. No grupo aqui investigado, essas narrativas do sofrimento são tematizadas de diversas formas. Por vezes aparecendo de forma explícita nos discursos, outras presentes nas sutilezas do narrar cotidiano. O sofrimento em narrativas será aqui entendido como um processo, isto é, obedecendo um percurso lógico em relação a forma e os momentos em que vão aparecendo nas narrativas dos cuidadores. Os primeiros aparecimentos geralmente ocorrem nos relatos sobre a morosidade de se obter um diagnóstico preciso da doença de Alzheimer. Em seguida, falar sobre o sofrer vai se tornando mais presente a medida que são percebidos os avanços da doença e sua maior interferência nas dinâmicas do cotidiano e, por fim, culminam em narrativas que tematizam a desesperança em relação a uma melhora da doença e o efeito dela em suas vidas enquanto cuidadores.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660948087_ARQUIVO_86a99fe81d0ff55b1767e81392ad84f6.pdf

Apresentação Oral

As emoções e o câncer: "Trilogia feminina do sofrimento oncológico".

Cícero José Alves Soares Neto

Esta análise se propõe abordar a temática da patologia do câncer, sob a ótica de três olhares femininos, desvelados por mulheres acometidas pelo problema de saúde vital para a vida das pessoas na realidade. O foco desta interpretação privilegia três registros memorialistas elaborados por pelas autoras que deixaram seus relatos pessoais das suas experiências com o problema oncológico vivenciado por elas, em momentos distintos das suas trajetórias individuais. Assim, a unidade dos registros memorialistas passa pela identidade feminina e com a experiência vivencial interativa com o problema patológico. Teoricamente, a proposta analítica se fundamenta nos paradigmas da Medicina Tradicional Chinesa que, estrategicamente, articula as emoções, de forma fisiológica, aos órgãos do corpo humano, provocando uma linguagem somática do problema emocional vivenciado e registrado de forma materialista no corpo humano. A questão central desta investigação, essencialmente documental, que tem como fonte os registros memorialistas das autoras que, existencialmente, experimentaram a comunicação do processo vivencial com o problema de saúde oncológico, busca compreender quais as mensagens emocionais emitidas pelas mulheres-autoras das obras memorialistas da experiência oncológica? Metodologicamente, esta reflexão privilegia a análise de conteúdo como método, para decifrar o universo emocional manifestado pela trilogia feminina sobre o sofrimento oncológico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1657465680_ARQUIVO_c9a98df2f8057bde03db76162ad856d0.pdf

Apresentação Oral

Filha, mãe, avó e puta: Gabriela Leite, uma mulher de família(s)

Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro

A partir do livro de Gabriela Leite, intitulado "Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta", proponho uma análise reflexiva sobre o parentesco, somada a uma perspectiva da antropologia das emoções. Gabriela faleceu em 2013, acometida por um câncer de pulmão. Sua história é marcada pela militância, autonomia e cotidiano de uma mulher comum que, apesar de autodeclarada puta, permitiu que sua vida íntima se tornasse pública. Meu interesse é refletir a respeito de relações de parentesco em um contexto de marginalidade.

Para isso, meu olhar se volta às relações consanguíneas e de afinidade da autora, intrinsecamente permeadas pelas emoções que deram sentido à sua experiência particular, bem como de sua família. Para além do conteúdo do livro, curiosa sobre os destinos desta família, cheguei ao nome de Tatiany Leite, neta de Gabriela, em pesquisas na internet. Decidi procurá-la em redes sociais e arriscar um contato. Tatiany respondeu prontamente às minhas perguntas e suas informações, além de preencherem as lacunas que ficaram na minha interpretação das relações de Gabriela, atualizaram como está a família hoje. Numa trajetória em que se entrecruzam liberdade, renúncias, militância, amores e dores, os processos de distanciamentos, aproximações, rupturas e alianças colaboram para se pensar em sentidos de fazer família (LOBO, 2020). Não obstante, inspirada em Lila Abu-Lughod (2018, 2020), é possível pensar no livro de Gabriela como uma narrativa do cotidiano, que conta uma história particular, que possibilita perceber "o outro" (Gabriela) como "menos outro". É importante informar que esta proposta de trabalho é um exercício reflexivo que inspira o futuro desenvolvimento da minha tese de doutorado, na qual me dedicarei ao estudo de relações de parentesco entre trabalhadoras sexuais. Referências: ABU-LUGHOD, Lila. A Escrita contra a cultura. Equatorial, Natal, v. 5, n. 8, p. 193-226, 2018. _____. A escrita dos mundos de mulheres: histórias beduínas. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020. LEITE, Gabriela. Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. LOBO, Andréa. Entre a casa e o mundo. Pertencimentos e mobilidade na sociedade cabo-verdiana. Revista Lusotopie, Leiden, vol. 19, n. 2, p. 285-313, 2020.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661460131_ARQUIVO_edadd9e3ecc6eda3eb7907b666e0c653.pdf

Apresentação Oral

Aplicativos e emoções: a quantificação da felicidade

Elaine da Silveira Leite

A presente comunicação aborda o advento dos aplicativos digitais que visam promover o bem-estar psíquico e emocional, respaldados pela psicologia positiva, que garantem melhorar as habilidades emocionais através de um dispositivo neutro (aplicativo) que alimenta-se de dados diários do "eu", isto é, estimulam práticas de automonitoramento constante, e fornecem indicadores, gráficos que possibilitam a visualização do "eu autêntico". Neste sentido, buscaremos apresentar os primeiros resultados da pesquisa, via a perspectiva da sociologia econômica e das emoções, com inspiração na pesquisa etnográfica no aplicativo Happify. O referido aplicativo projeta gráficos e indicadores do nível da felicidade via inserção diária de informações pessoais sobre a frequência de sentimentos como alegria/tristeza, solidão, irritação, autorealização, e satisfação/insatisfação seja nos âmbitos - pessoal, afetivo e

profissional. Assim, a lógica dos algoritmos passa a direcionar os usuários/consumidores a atividades e programas específicos ofertados pela plataforma relacionados a afetos, relacionamentos, finanças, trabalho e carreira, sugerindo, portanto, mudanças de hábitos/rotina com o intuito de que o usuário/consumidor conquiste indicadores de alta performance da felicidade. Neste caso, tem-se que a felicidade é resultado de habilidades pessoais/psíquicas que perpassam pela materialização em números e estatísticas de fatores como saborear, agradecer, almejar, dar e empatizar - que são indicadores da felicidade. Deste modo, as primeiras evidências nos levam a discutir o consumo de dados da quantificação das emoções, a precificação da felicidade e os impactos do automonitoramento do "eu" na sociabilidade cotidiana.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1658769637_ARQUIVO_2e414589794555bc786141e39171d751.pdf

Apresentação Oral

EMOÇÕES REGISTRADAS, O QUE PODEM NOS DIZER: uma análise de dossiês institucionais a partir da Antropologia das Emoções

HANDIARA OLIVEIRA DOS SANTOS

O presente resumo tem como objetivo abordar o estudo em que desenvolvo uma análise de registros das emoções em dossiês institucionais ao longo do processo de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Os registros analisados foram feitos por profissionais da equipe técnica (assistente social e psicóloga) de uma instituição específica designada como casa de passagem localizada na região metropolitana de Porto Alegre. Buscou-se contextualizar os registros das emoções na trama das relações envolvidas em todo o processo de acolhimento. A análise parte da corrente teórica contextualista da Antropologia das Emoções que utiliza o conceito de micropolítica das emoções para abordar as relações de poder existentes na sociedade, considerando os indivíduos como singulares, que expressam suas emoções a partir da cultura, da sociedade, da família e da época em que foi desenvolvido, considerando também o momento e ambiente em que está e com quem está dialogando. Para desenvolvimento deste estudo utilizo diferentes autores para complementar as discussões, inclusive da antropologia da criança, porém meu foco recai nas contribuições teóricas sobre antropologia das emoções de Maria Claudia Coelho e Claudia Barcellos Rezende, para refletir sobre estas relações de poder existentes no âmbito do acolhimento institucional. Serão apresentados os resultados da pesquisa de levantamento dos registros das emoções, assim como sua análise abordando a teoria da micropolítica, consistindo nas localizações dos mecanismos de controle e relações de poder. Também será tratado neste trabalho a metodologia usada nas análises, a saber, a etnografia documental, que busca abordar os

registros documentais, dando ênfase em quem, onde e para quem foram escritos. Cabe ressaltar que esta pesquisa foi desenvolvida para a minha tese de conclusão de curso de bacharel em Ciências Sociais, durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19) sendo necessário a reformulação da metodologia, pois a ideia inicial era efetuar observação participante na instituição de acolhimento onde já desenvolvia uma pesquisa de iniciação científica junto da professora Fernanda Bittencourt Ribeiro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661431149_ARQUIVO_a21d776070d315133ad7ea7aa34d4366.pdf

Apresentação Oral

Afetações da intimidade: dimensões emocionais na caracterização do consentimento e da violência sexual entre casais.

Iaci Jara

O "estupro marital" é um tema cuja visibilidade social vem crescendo nos últimos anos. As tentativas de nomeação e caracterização desse ato têm mobilizado noções complexas e polissêmicas, algumas delas são: indivíduo, família, direitos, deveres, espaço público e privado, desejo e crime. Todas essas noções, emaranhadas por laços de afeto, comensalidade e conjugalidade, são tensionadas na produção de sentidos do cotidiano. Orientada pela abordagem etnográfica, analiso narrativas de mulheres, tendo como foco a forma como acionam e articulam emoções, gênero e sexualidade para qualificar consentimento e violência no interior das suas relações íntimas. As gramáticas em questão, por vezes posicionam a legitimidade da troca sexual como trabalho emocional, noutras reconhecem a violência sexual a partir da violação emocional, e um mesmo ato pode transitar entre o consentimento e o abuso. Essa dimensão vivencial da "violência", em seus deslocamentos e complexidades, nos mostra como o sentido da experiência não é autoevidente e nem pode ser tomado como acabado. Pelo contrário, a história se mantém viva nos sujeitos e faz parte do devir presente porque é socialmente afetada. A emergência da temática do estupro marital pode ser considerada como decorrência de um contexto histórico de ampliação da pauta de reivindicações sociais por direitos, lidos especialmente na chave dos direitos humanos, a partir da qual a vivência da sexualidade passa a ser compreendida como parte dos direitos e liberdades fundamentais para uma vida digna. Em outro nível da escala, esse fenômeno é lido também como consequência do percurso do movimento feminista de politizar as relações pessoais, que tem como uma de suas metodologias o esforço de reconhecer, classificar e nomear como violência atos do cotidiano. Voltar o olhar para a vivência da intimidade no cotidiano possibilita a observação de negociações de fronteiras simbólicas e morais a partir de balizas subjetivas acerca dos desejos, das expectativas e das ansiedades que envolvem a

experiência sexual. Observa-se que o alargamento das noções morais que informam o sentido da violência tem como um de seus resultados o deslocamento das emoções. Esse movimento coloca em evidência conflitos que disputam os contornos simbólicos do cotidiano e que produzem, em seu bojo, novas formas de subjetivação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482643_ARQUIVO_245ade5e0cab0b710f490ff7ff937a22.pdf

Apresentação Oral

"O teatro funciona para mim de forma terapêutica. Como algo que me faz bem, onde eu posso trabalhar minhas emoções e me conhecer melhor": Notas etnográficas sobre Teatro, Emoção e Indivíduo

João Pedro de O. Medeiros

"Onde eu posso ser eu mesmo". "Enriquece a alma". "Onde me descubro a cada dia". Os qualificativos em questão acionam os diferentes valores introspectivos suscitados pela inserção em um curso de iniciação ao teatro. Por parte daqueles que não cultivavam interesses artístico profissionais, os usos lúdicos da prática teatral pareciam identificar nela uma instância com altas propriedades solucionadoras, ou ao menos apaziguadoras, de problemas e peripécias de suas vidas íntimas. Se não dessa forma, simplesmente, uma constante fonte de competências extensamente positivas que refletiam no bem-estar geral do indivíduo. Fruto de uma pesquisa etnográfica realizada entre fevereiro de 2021 e fevereiro de 2022 em uma escola de teatro em Niterói (RJ), este trabalho busca compreender o que os interlocutores queriam dizer por "fazer teatro" e os usos que faziam dele. Mais precisamente, me atenho a "recomposição interior" suscitada por tal envolvimento que, por sua vez, fornecia as coordenadas para o que parecia ser uma "nova vida exterior". No decorrer dessas considerações, Emoção e Indivíduo se destacam como eixos interpretativos cruciais para a empreitada antropológica alçada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661277801_ARQUIVO_67c9c76e5497b7afaecbee9274f1dafcf.pdf

Apresentação Oral

Canto, toque e dança afro-brasileira: o engajamento político a partir do corpo, estética, emoções e sensações

Livia Rabelo

Neste trabalho reflito sobre formas de engajamento político de mulheres negras quilombolas que articulam corpo, arte, estética, política, emoção e cultura através do canto, do toque de tambores e da dança afro-brasileira. O Grupo Afro Ganga Zumba (GAGZ) foi fundado em 1988 a partir de uma apresentação de dança em comemoração municipal dos cem anos de "abolição da escravatura". Sua sede está localizada na Comunidade Quilombola do Bairro de Fátima (reconhecida em 2007), no município de Ponte Nova Minas Gerais, tendo sido reconhecido em 2015 como Patrimônio Imaterial Municipal. As mulheres foco deste trabalho são as fundadoras (ou gerações posteriores) do GAGZ. As atividades são baseadas no cuidado e no afeto, compondo uma proposta de transformação da indignação e da raiva - diante da discriminação racial - em luta antirracista, valorização dos saberes locais, autoafirmação identitária e sentimentos característicos da comunidade como a alegria, o entusiasmo, o humor e a esperança. Assim, ao valorizar a cultura afro-brasileira, contribui para a formação de subjetividades moral e emocionalmente instruídas sobre a questão racial. É nessa dinâmica emocional que vão se tecendo ou destecendo relações de afeto, confiança e pertencimento à comunidade. Inspirada por uma perspectiva da corporeidade, mostro outra linguagem política a partir do corpo, sensações corporais, movimentos e emoções. Uma ferramenta de comunicação que não é necessariamente e apenas falada, mas dançada, cantada, tocada e sentida no cotidiano. É a resistência de existir, de ensinar estas atividades para a comunidade, de ser exemplo de admiração, beleza, reconhecimento e respeito. O corpo é resistência não apenas pela memória e oralidade, mas também pelos movimentos das cordas vocais, dos braços, mãos e pés. Movimentos que não puderam ser totalmente calados porque não eram falados. Atualmente resido na comunidade e faço aulas de percussão e dança afro-brasileira, o que contribui para minha compreensão das emoções nestas atividades e de como são narradas. Assim, analiso narrativas sobre o início do bairro e do grupo, narrativas durante os ensaios e aquelas estimuladas por fotos dos eventos e apresentações. Assim, tenho buscado compreender a capacidade micropolítica da articulação entre corpo, estética, movimentos, sensações e emoções na tessitura de novas relações, ou no fortalecimento e nas alterações de relações e hierarquias já estabelecidas. Dito de outro modo, como sentimentos e emoções nos cantos afromineiros, na percussão e na dança afro-brasileira afeta e coparticipa da conformação de ser gangazumbeiro, ser quilombola e ser negro no Grupo Afro Ganga Zumba. Palavras-chave: Corpo; Emoções; Grupo Afro Ganga Zumba.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661470319_ARQUIVO_43091bcaaf4819d632197922005c1db7.pdf

Apresentação Oral

Do medo ao engajamento político: emoções e subjetividades a partir da militância materna entre integrantes do coletivo Mães pela Liberdade

Maria Alice Magalhães da Silva Batista

O presente trabalho propõe reflexões tecidas a partir da interlocução com quatro integrantes do coletivo mineiro de mães e pais de pessoas LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e demais minorias de gênero e sexualidade), Mães pela Liberdade, realizada através de entrevistas em profundidade durante os anos de 2020 e 2021. Pretende-se refletir sobre os processos de adesão das Mães ao coletivo, bem como sobre as narrativas acerca das transformações em suas subjetividades a partir do engajamento político, abordando o modo como tais falas são permeadas por uma gramática das emoções. Destacou-se, por exemplo, como o medo quanto a possíveis violências que poderiam ser cometidas contra as/os filhas/os LGBTQ+ foi um impulsionador à entrada de tais mulheres na militância. Através das falas das interlocutoras, foi possível perceber como a participação em um grupo, o qual se coloca como parte de um movimento social, atuou enquanto uma espécie de "escola política" para tais mulheres, as quais passaram a vivenciar e agenciar reelaborações de suas subjetividades, que implicaram em reformulações de suas visões de mundo. A partir de intensa percepção e produção de discursos sobre suas emoções e relações familiares, a adesão à militância materna atuou na metamorfose da tessitura das subjetividades e relações dessas mulheres, em um processo "de dentro para fora", concomitante a outro "de fora para dentro". A "saída de dentro do armário" por parte das/dos filhas/os LGBTQ+ transformou, em diferentes níveis, as dinâmicas familiares, impulsionando essas mulheres rumo a atuação política para fora do espaço doméstico, a qual, por sua vez, operou na transformação das relações internas a tal âmbito, especialmente através do contato com a alteridade, corporificada nas vivências LGBTQ+ com as quais passaram a ter contato. Nesse sentido, pretendo abordar o processo de reinvenção da gramática materna, em que tais mulheres evocam em seus discursos e atuação, categorias como acolhimento, orgulho, amor, aceitação, liberdade e respeito, para assim construir estratégias de empoderamento e de defesa de seus/suas filhos/as e de si mesmas. Por fim, pretendo abordar o modo como a evocação dessas emoções deve ser pensada levando-se em consideração as construções sociais em torno da categoria maternidade, na medida em que tais mulheres se apropriam de um discurso que coloca determinadas emoções e atributos como inerentes às mães e à maternidade, para assim subvertê-lo em favor de sua luta pelos direitos dos/das filhos/das e de toda a comunidade LGBTQ+.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661193857_ARQUIVO_f2eb1a05785c4fe17622fa3bf29f9fb9.pdf

Apresentação Oral

Femicídio e o suicídio dos homens que matam mulheres: perspectivas familiares e borramento de conceitos

Natascha Castro

Este artigo propõe um exercício reflexivo a partir do material etnográfico desenvolvido com familiares de vítimas de feminicídio no Uruguai. Com base no universo etnográfico das conversas com mães e irmãs de mulheres assassinadas, procuro abordar a dimensão moral da vida emocional dessas famílias e sua relação com o destino dos feminicidas. Nesse sentido, apresento como o suicídio e/ou a prisão dos feminicidas aparece nas narrativas de familiares de vítimas. O mesmo Uruguai que vive sob o signo de um "mito de igualdade" em decorrência principalmente do progressismo de suas leis, também vive as dificuldades relacionadas ao alto índice de violência de gênero, especialmente de feminicídios. Compreender as diferentes chaves de leitura manejadas pelos familiares e por referentes do movimento feminista sobre os suicídios dos homens que matam mulheres pode contribuir para a reflexão sobre os borramentos provocados pelo suicídio dos feminicidas na concepção das ideias de justiça, de responsabilidade e de tragédia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661466061_ARQUIVO_1d1144d3bec25baf129266d91bd4c2f5.pdf

Apresentação Oral

"Desaprendendo emoções indesejáveis": O ciúme nas relações não-monogâmicas

Rhuann Lima Fernandes Porto

Neste trabalho, reflito como o ciúme é pensado e articulado no universo de não-monogâmicos negros em suas relações afetivo-sexuais monorraciais. Para tal, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo no interior do grupo de Facebook Afrodengo - Amores Livres, o maior grupo de não-monogâmicos negros do Brasil. Foram utilizadas como técnicas a observação participante no grupo citado e entrevistas semiestruturadas com seus fundadores. Percebi que o arranjo não-monogâmico é valorizado por duas características gerais: a) por ser um modelo crítico à monogamia e de seus "valores convencionais", como a ideia de "amar apenas uma pessoa de cada vez"; b) por se tratar de uma orientação relacional aberta à possibilidade de estabelecer e manter vínculos amorosos e de intimidade com mais de uma pessoa ao mesmo tempo. Tal arranjo é entendido como proveitoso e benéfico, contanto que haja consentimento informado entre as partes, isto é, as pessoas envolvidas na relação, partindo dos pressupostos de "honestidade" e "sinceridade", devem saber que estão engajando-se nesse tipo de relacionamento não exclusivo do ponto de vista afetivo e sexual. Ao investigar as tensões e estratégias mobilizadas pelos meus interlocutores para desenvolverem uma ética amorosa não-monogâmica, testemunhei que eles classificam o ciúme como um dos maiores malefícios da "herança monogâmica", que traz consigo a ideia de posse sobre o outro. Assim sendo, partem do princípio de que o ciúme é construído, ou, mais precisamente, "inventado". Muitos

comentam sobre a importância de "desaprender" esse sentimento para afastarem-se dos "fantasmas da monogamia", sendo tal atitude interpretada como o principal desafio na prática não-monogâmica, revelando também o quanto os sujeitos estão preparados para assumirem esse modelo de relação. Então, o diferencial da não-monogamia em relação à monogamia seria a sua disposição em rever criticamente tal sentimento e repensá-lo, na tentativa de "desfazê-lo". Nessa direção, artifícios para o controle de ciúme são desenvolvidos. Um exemplo disso, seria a noção de "compersão", categoria afetiva que pode ser entendida como uma aversão reflexiva ao ciúme, o seu verdadeiro oposto. Assim, não-monogâmicos não se deixam "dominar" pelo ciúme e procuram visualizar o parceiro com outra(s) pessoa(s), sentindo-se bem com esse posicionamento. Dessa forma, a análise sobre o ciúme neste contexto permite mostrar, especificamente, as negociações e as dinâmicas de interação estabelecidas em torno do arranjo não-monogâmico de modo mais amplo, sendo a desnaturalização e a tentativa de "superação" de tal sentimento algo que legitima o próprio arranjo afetivo-sexual em questão.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481933_ARQUIVO_82174aad93d76b8a41735d1d1bafc_a33.pdf

GT10: Antropologia das Mobilidades

Este grupo de trabalho pretende abrigar e pôr em relação pesquisas que tenham as mobilidades como objeto etnográfico. É nossa pretensão dialogar com trabalhos que abordem as formas, significados, experiências, narrativas e práticas de mobilidade em contextos os mais diversos: nas grandes metrópoles ou nas roças, nas matas ou águas, em aldeias ou instituições modernas, nas estradas e caminhos conectando ou localizando-se "entre" lugares como esses. Buscaremos assim aproximar trabalhos oriundos de distintos subcampos da antropologia: a etnologia indígena; a antropologia urbana ou feita nas cidades; os estudos do campesinato e dos povos e comunidades tradicionais; a antropologia da economia, da política, do estado ou da ciência. Inspirados por certas abordagens pioneiras surgidas nos estudos sobre o campesinato brasileiro, iremos privilegiar investigações onde a análise dessas múltiplas formas e modalidades de movimento esteja orientada pelas reflexões, linguagens e formas expressivas de que se servem aqueles (ou aquilo) que se encontra em movimento. Sugerimos igualmente que os trabalhos apresentados contemplem questões referentes à articulação das mobilidades com a organização de coletivos, identidades e institucionalidades; às desigualdades nas capacidades diferenciais dos sujeitos de se mover (ou não se mover) decorrentes de diferenças de classe, gênero, geração, etnia ou filiação religiosa; ou às inovações e problemas metodológicos associados ao estudo das mobilidades.

Palavras chave: Mobilidades; Movimentos; Antropologia

André Dumans Guedes, Candice Vidal e Souza

Apresentação Oral

Cativeiros, Correrias, Velocidades. Algumas Concepções Nativas sobre a "Liberdade" na Descrição de Mobilidades

André Dumans Guedes, Ana Raquel Rosa do Couto

Este trabalho considera, numa chave comparativa, dois universos sociais onde a questão da mobilidade se coloca de forma crucial. Num caso, levamos em conta os impasses, dramas e dilemas vivenciados por pessoas atingidas por barragens reunidas num movimento social. No outro, tratamos das experiências de trabalho de mulheres motofretistas entregadoras de comida. Numa situação como na outra, essa centralidade da mobilidade se expressa através de linguagens e gramáticas onde abundam termos associáveis às ideias de movimento e daquilo que o dificulta, atrasa, barra ou obstaculiza. Tomando tais formas de expressão como objetos de análise etnográfica, estamos interessados aqui em pensar como, de modo mais específico, veiculam-se aí diferentes concepções do que é "liberdade" - ou daquilo que é pensado como o contrário dessa "liberdade". Ideia central na cosmologia e na filosofia política ocidental, a "liberdade" vem sendo objeto de investimentos etnográficos que assinalam não apenas a multiplicidade dos seus sentidos possíveis como tal abertura semântica vincula-se a uma diversidade de práticas criativas e de resistência. Inspirados sobretudo pelas análises de Anna Tsing, mostraremos aqui como esse investimento direcionado às concepções de liberdade revela-se uma entrada privilegiada para pensarmos as formas, significados, transformações e variações das mobilidades e movimentos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661440753_ARQUIVO_a89a911d9c5b6634a96efc7d16267184.pdf

Apresentação Oral

Linhas travestis: deslocamentos além das redes

André Rocha Rodrigues

As travestis que estão inseridas nos mercados do sexo demonstram existir uma íntima relação entre a atuação nestes mercados e deslocamento territorial. Situado na discussão sobre o vínculo entre mobilidades e travestis e baseado no conhecimento produzido pelas travestis, apresento os mecanismos de construção das relações que possibilitam os deslocamentos. Destaco que "fazer a linha" e "sair doida" são metáforas de movimento criadas pelas travestis que ajudam a perceber o deslocamento como relação e como sentido. A autonomia destas

metáforas comporta diálogos, aproximações e distanciamentos de outros conhecimentos, como o conceito de rede desenvolvido por Barnes (1987) e as reflexões sobre linhas, o fazer a vida e a malha de Tim Ingold (2007; 2012; 2015).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659461435_ARQUIVO_62b84e9f284bdc7ace851e2620ced734.pdf

Apresentação Oral

Mulheres entre regras e redes: o entra e sai do jumbo nas unidades prisionais de Guarulhos

Anna Clara Pereira Soares, Aymê Brito Mendes de Oliveira, Gabriella Cordeiro Costa Ferreira, Diana Maria Barros Pestana

Como se dá o "entra e sai" e as relações estabelecidas ao redor do "jumbo" nas penitenciárias masculinas de Guarulhos? Com essa pergunta em mente buscamos compreender as circulações do jumbo, caixa de papelão ou bolsa transparente com itens alimentícios, de higiene pessoal, roupas, medicamentos, cigarros, produtos de limpeza e papelaria, que são regulados e estabelecidos previamente, por meio de listas disponibilizadas no site da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), repassadas em grupos de WhatsApp ou em dias de visita e enviados por mulheres familiares de pessoas presas, previamente cadastradas nas unidades prisionais. O objeto é fundamental para a existência da prisão e para a manutenção de suas lógicas socioeconômicas internas de funcionamento. Nosso foco é demonstrar as teias de relações, de reestruturações e conflitos que têm que ocorrer do "lado de fora" para que o jumbo fique pronto. Realizamos durante a pesquisa cinco entrevistas semiestruturadas, nossas interlocutoras são familiares de algum homem em situação de cárcere que enviam ou enviaram jumbos para unidades prisionais de Guarulhos entre 2019 e 2021. Entramos em contato com as nossas interlocutoras por meio do Grupo de Whatsapp dos CDPs de Guarulhos, em que uma integrante da pesquisa fazia parte. As entrevistas ocorreram todas de forma online, por meio do google meet, por ligação ou audios de Whatsapp. Além disso, acompanhamos os fluxos de informações e conversas nos grupos de WhatsApp e de Facebook, a produção de vídeos no tiktok e YouTube e manifestações artísticas culturais, como músicas e documentários sobre o objeto. Ao longo do trabalho buscamos demonstrar as relações e tensões envolvidas no processo de montagem e envio do jumbo. Identificamos que a presença da prisão modifica a rotina e tem impactos sobre a renda, a relação da mulher com a família, com a pessoa privada de liberdade e com as outras mulheres familiares de pessoas privadas de liberdade. A partir das análises das entrevistas concluímos que: i) o poder que a prisão exerce está vinculado ao controle da mobilidade e imobilidade das coisas, informações e corpos (tanto das mulheres, quanto da pessoa privada de liberdade); ii) as mulheres criam

outros canais para que o fluxo de informações e coisas corram mais livremente entre elas, sem o controle da prisão; iii) montar e enviar o jumbo é um trabalho reprodutivo feito pelas mulheres que mostra como a presença da prisão atravessa os muros institucionais e entra dentro da casa dessas mulheres; iv) ter ou não ter o jumbo modifica profundamente a experiência de quem está em situação de cárcere; v) a montagem do jumbo é por vezes justificada pelo "não-abandono" do familiar, objetivando demonstrar o afeto e o cuidado com o parente que está preso.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1654733298_ARQUIVO_25d4a1a592de7c2ee00cb721baa97840.pdf

Apresentação Oral

"Aqui é uma estação de trem": fazendo a vida a partir das casas de santo

Daniele Ferreira

Para definir o funcionamento de uma casa de santo, um dos meus interlocutores a comparou com uma estação de trem, referindo-se ao vai e vem de pessoas, seus conflitos e necessidades diárias. O trem como meio de transporte das massas trabalhadoras traz a dimensão vital da mobilidade. Uma estação é um lugar de encontro e despedida; de circulação não só de pessoas, mas de uma série de elementos imprescindíveis à vida. A figura do trem também remete ao aspecto onírico do sonho, da busca por uma vida melhor, dos projetos de futuro. O objetivo do trabalho é refletir sobre a configuração dos terreiros afro-brasileiros do Rio de Janeiro como lugares a partir dos quais pessoas e divindades fazem a vida. Os terreiros, também chamados casas de santo, equivalem aos templos religiosos dos cultos de matriz africana e ao local de moradia de divindades e de pessoas, sendo locais onde os integrantes da família de santo podem viver de forma permanente ou transitória. Ao longo da história republicana do Rio de Janeiro, o processo de re-territorialização dos terreiros acompanhou os fluxos de ocupação urbana da cidade pelas populações mais vulneráveis. As casas de santo que se concentravam nas áreas centrais tenderam a se dispersar em direção às regiões mais afastadas, seguindo a expansão das linhas férreas no subúrbio e na Baixada. Os membros das famílias de santo habitam as casas de candomblé de forma sazonal, de acordo com o calendário das obrigações rituais, períodos chamados de funções. Nessas ocasiões, as pessoas ficam "em função dos orixás", convivendo ao longo de vários dias para alimentá-los com oferendas sacrificiais e realizar suas cerimônias públicas. O calendário litúrgico relaciona o culto das divindades a determinadas épocas do ano. Porém, os terreiros estão voltados para a realização de muitas outras atividades de cunho econômico, social e recreativo, configurando cronogramas paralelos. Existe uma série de movimentações entre os habitantes dos terreiros. Pessoas são acolhidas em situações de crise ou recolhidas para cumprir preceitos; orixás são

feitos (nascem) pelas mãos dos sacerdotes e se manifestam nas cerimônias; entidades chegam para dar recados e tratar das pessoas; clientes buscam e pagam por serviços espirituais; amigos e visitantes colaboram e participam de festas e eventos socioculturais; trabalhadores atuam na manutenção e nas obras de edificação e reforma. Logo, a casa de santo é um lugar estratégico a partir do qual se pode conseguir alimento, abrigo e proteção em momentos difíceis; apoio psicológico e tratamento de enfermidades; ajudas em formas de dinheiro, de cuidados e de trabalhos; contatos profissionais; prestígio entre a comunidade; pertencimento identitário e familiar; projetar a vida e construir suas próprias casas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660840025_ARQUIVO_ca71bf90cb309f285783c6851fcd9634.docx

Apresentação Oral

Uma visita nunca é só uma visita: hospitalidade, movimento e sociabilidade em uma Comunidade Quilombola

Daniella Santos Alves

Esse texto é parte da minha tese de doutorado ainda em andamento, feita a partir de uma imersão etnográfica - presencial e remota - dentro de uma Comunidade Quilombola, localizada no Estado do Tocantins, a partir do ano de 2019. Os dados aqui apresentados são frutos de entrevistas semiestruturadas, observação participante e as anotações do diário de campo. O objetivo do trabalho é o de entender a dinâmica do movimento nas/das visitas entre os moradores e as pessoas de fora que circulam no quilombo. Viso mostrar tanto as conversas e os gestos que acontecem no espaço das casas, entre quem recebe e quem é recebido, mas também no espaço de caminho, no percurso daquele que desloca de um lugar ao outro. O interesse por investigar esse movimento se dá pelo destaque que a receptividade - o receber bem - tem para o grupo, e isso acontece por ao menos duas razões: a) honrar a ancestralidade da finada Vó Antônia que ensinou sempre a tratar bem e a dar o último; b) por entenderem que receber bem não só aproxima os distantes, mas permite vigiar e controlar o perigo especialmente de quem vem de fora. Logo, destratar alguém significa se não desonrar a Vó Antônia e ficar com a fama de pessoa ruim, mas também de uma vulnerabilidade diante dos interesses daqueles que ali adentram e dos que já circulam. Esse movimento que envolve afeto, controle e perigo se constrói no fluxo de pessoas nas/das residências, permitindo como mostrou (COMERFORD, 2003, 2014; CARNEIRO, 2010; DAINESE, 2011; 2016) toda uma sociabilidade dada pelas narrativas, vigilâncias e julgamentos feitos sobretudo no ato de visitar. Na Malhadinha, essa mobilidade se estende e se retrai em várias categorias com diferentes significados: visitar, ir ali, dar um recado, fazer bestagem, fazer a ronda, entrar e sair na casa de fulano ou fazer uma visitinha rápida. Pode ser feito a pé, de carro ou de moto;

rápido ou devagar; com ou sem propósito; para vizinhar, pedir voto, por amizade ou alguma rusga, por brigas e/ou fuxicos. Busco mostrar a composição, o significado e a articulação dessas e outras categorias a partir das observações e narrativas de três figuras centrais: uma que pouco sai, mas se movimenta ao receber muitas pessoas, outra que pouco fica, muito anda e muito sabe ao fazer a sua ronda; e por fim de uma liderança da comunidade que ao mesmo tempo que recebe muitas pessoas precisa transitar para visitar os moradores e entender as suas demandas. É possível concluir que muito embora a receptividade seja um lugar comum às famílias quilombolas, ela se faz de distintas maneiras e é construída através dos julgamentos morais sobre o modo como o outro não só recebe, mas sobre como ele pensa e age ao circular e ao receber, mostrando que na Malhadinha uma visita nunca é só uma visita.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661449146_ARQUIVO_d43278ee9d7d2141eb7ba0545c4341d6.docx

Apresentação Oral

Entre ativismos, projetos e caminhadas: primeiros passos de uma etnografia com os agrupamentos de mobilidade a pé em São Paulo.

Douglas Delgado

A presente pesquisa se propõe a investigar os agrupamentos de mobilidade a pé em São Paulo, de maneira a apreender a cidade e suas relações a partir de seus pontos de vista. Estes agrupamentos surgem no contexto das Jornadas de Junho de 2013, e se fortalecem nos últimos anos, a partir da execução projetos que geram visibilidade e da conquista de espaço em instâncias de participação social. Estão inseridos num movimento contemporâneo de ativismos urbanos, que têm lutado por mudanças concretas nos usos regulares do espaço público. Ainda em estágio inicial, a pesquisa tem sido conduzida por meio da observação participante com a associação Cidadeapé, que desde de 2015 tem pautado políticas públicas para mobilidade a pé no Conselho Municipal de Trânsito e Transportes (CMTT) da Prefeitura da Cidade de São Paulo. A partir da constatação de que os agrupamentos vinculados a este movimento se propõe a tornar a cidade mais favorável para a mobilidade ativa e sustentável, meu problema inicial se concentra em compreender como a Cidadeapé mobiliza relações, práticas e discursos para promover a mobilidade a pé.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479829_ARQUIVO_b5e4488c06446c6862e440c9701a8d16.docx

Apresentação Oral

Daniel e os "esquemas": ilegalismos e transporte complementar de passageiros no subúrbio do Rio de Janeiro

Eduardo de Oliveira Rodrigues

As cidades por todo o mundo possuem diferentes tempos que são articulados na construção do seu cotidiano. Essa dialética entre velocidade e lentidão pode ser percebida por vários caminhos, entre eles a observação atenta dos seus modais de transporte. Eles permitem a operação de diferentes regimes de circulação de pessoas e mercadorias, e que, no caso de uma cidade como o Rio de Janeiro, não podem ser compreendidos sem a contribuição das vans e kombis para o seu sistema de transporte. Esses modais complementares reproduzem ainda mais claramente a dialética entre velocidade e lentidão, sobretudo por um elemento que conforma uma diferença: a conjugação de uma série de ilegalismos na sua operacionalização. Neste sentido, o presente paper objetiva compreender as táticas que possibilitam o enredamento de um "esquema" de transporte complementar no subúrbio do Rio de Janeiro - região da capital fluminense que abarca dezenas de bairros distantes geograficamente e simbolicamente do "centro" da metrópole e das suas vizinhanças turísticas mais abastadas. Busco descrever a operação deste mercado encravado nas fronteiras do legal/extralegal como forma de pensar os diferentes tempos que conformam os ilegalismos atravessadores da relação de Daniel (um motorista de van que objetiva ser policial militar) com a cidade. Tal exercício permite iluminar algumas dimensões do mercado de transporte complementar carioca do ponto de vista de um possível futuro "polícia" que já experencia um cotidiano laboral marcado pela precariedade e violência. Este texto apresenta parte dos resultados da minha tese de doutorado, construída sobre trabalho de campo etnográfico realizado no ambiente de um "cursinho preparatório" para o próximo concurso da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Meus interlocutores não são "recrutas" já matriculados nas escolas de formação da polícia, mas sim simples jovens de 18 a 32 anos que objetivam, por vários motivos, entrar para a PMERJ. Ao longo de quinze meses ininterruptos (nove presenciais e seis "à distância"), procurei compreender as motivações que levam esses jovens a quererem seguir tal profissão antes de qualquer contato formal com a corporação militar. Sendo assim, a estrutura do texto procura delinear um recorte analítico mais enxuto desta problemática, trazendo os interesses na carreira policial sob a perspectiva de um motorista de van. A narrativa se desenvolve por meio do acompanhamento de uma tarde na van de Daniel, quando fui designado seu "cobrador de passagens" dentro do trajeto percorrido por ele diariamente no âmbito do seu trabalho.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660868080_ARQUIVO_2f6af425a8b1432f35ba3fe9ee0e4a2e.pdf

Apresentação Oral

Mulheres habitando a estrada: etnografando formas de permanecer e se deslocar nas rotas da América do Sul

Ester Corrêa

Este trabalho segue a trilha do tema dos deslocamentos e mobilidades das mulheres viajantes de mochila. Habitar a estrada é (re)inventar mundos. Os deslocamentos por entre as fronteiras e estradas latino-americanas, tem sido parte de uma invenção cultural com distintos sentidos, formas e movimentos. Nesses movimentos, cruzamentos de rotas e de fronteiras, as mulheres ocupam distintas posições em termos de nacionalidade, idade, classe, raça, dentre outros marcadores, o que pluraliza a experiência da viagem. Nesse sentido, este artigo pretende dar conta, por uma perspectiva feminista, de permear as singularidades e pluralidades dos deslocamentos e tem como objetivo atravessar as experiências de movimentos e de permanências de mulheres viajantes sul-americanas, destacando as estratégias e agências que impulsionam as viagens de mochila, registrando as práticas e os significados das experiências de trânsito e pouso. O artigo é parte de uma pesquisa etnográfica que está se construindo metodologicamente, no âmbito do curso de doutorado, por meio de incursões a campo nas estradas de diferentes países sul americanos no ano de 2019, e no Brasil, no ano de 2022 - assim como incursões virtuais no Instagram. Caracteriza-se como uma etnografia viajante que adotou o deslocamento como método principal de observação e de promoção de encontros no sentido de obter narrativas de experiências sobre e durante os trajetos. Dentre os vários aspectos que revelam sobre as formas de deslocamentos e permanências das mulheres viajantes, é possível destacar que a experiência espacial, o ato de chegar e sair de um lugar é feito por meio de uma conexão, como disse Doreen Massey, de uma associação às histórias das quais o lugar é feito. Os achados da pesquisa dão conta de que, as práticas e as formas de mobilidades que envolvem a experiência de se movimentar entre histórias-lugares das interlocutoras da pesquisa, são trajetos combinados de ônibus, caronas em caminhões e carros, caminhadas, voos. As rodoviárias, postos de combustíveis, entroncamentos, tornam-se lugares de negociações dos embarques, que levam os fluxos entre países/cidades/ruralidades onde as permanências são propiciadas pelos pousos em distintos espaços. Na dimensão do encontro, é nos campings, mocós, alojamentos, hostel, hospedagem solidária acontece um fluxo e uma fricção entre ideias, imagens e pessoas de diferentes lugares do mundo. Todo esse movimento complexo entre meios de transporte e meios pousar produz significado espaço-temporal que faz das experiências das viajantes um importante dispositivo para refletir sobre os sentidos das viagens das mulheres. Palavras-chaves: Mulheres viajantes; mochila; deslocamentos; América Latina.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661493819_ARQUIVO_804ad27e89b864e14c627c527efa8e8c.pdf

Apresentação Oral

O mal que vem de longe: cidade, mobilidade e alteridade Wassu-Cocal

Evaldo Mendes da Silva

O objetivo deste trabalho é debater a relação entre territórios indígenas e espaços urbanos. O foco principal são as relações de grupos familiares Wassu-Cocal com a cidade e o modo como interpretam suas experiências de morar em áreas urbanas. A Terra Indígena Wassu-Cocal se localiza na Zona da Mata do estado de Alagoas, possui 2.758 e conta com aproximadamente 2.234 habitantes (IBGE, 2010). A história dos índios Wassu-Cocal, bem como de boa parte dos grupos indígenas no nordeste brasileiro, tem sido marcada por diversos processos de "mistura" e de "territorialização" vivenciados nos contextos colonial e pós-colonial brasileiro (Oliveira, 1998). Até meados do século XIX, os Wassu-Cocal ocupavam uma área de aproximadamente 57 mil hectares (Beltrão, 1980; Antunes (1984). No entanto, ao longo deste período aquelas terras foram sistematicamente invadidas e usurpadas por usineiros de tal forma que, em meados década de 1980, restavam apenas pequenas áreas de ocupação cercadas por extensos canaviais. Em 1985, um estudo proposto pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) avaliou que cerca de 70% da população Wassu-Cocal havia migrado para áreas urbanas e que somente 400 moradores permaneciam vivendo em pequenos lotes de terras (Mendes, 1985). Em 1991, após a demarcação e a pacificação dos conflitos, diversas famílias que viviam em áreas urbanas iniciaram um movimento de retorno à Terra Indígena. São famílias que viveram por anos ou décadas em pequenas cidades vizinhas, na capital, Maceió (que fica a aproximadamente 80 km de distância) e em grandes capitais como São Paulo e Rio de Janeiro. De modo geral, os "parentes de fora", como são chamados aqueles que vêm da cidade, são bem acolhidos por seus grupos familiares locais passando a viver em um dos quinze núcleos populacionais que compõem o aldeamento. A partir destas experiências vividas na cidade, pretende-se aqui oferecer perspectivas etnográficas que se distanciem da visão integralista que pressupõem que a vida na cidade "apaga" ou "dissolve" os marcadores de diferença e de alteridade indígenas. O trânsito entre a cidade e a aldeia é parte da vida cotidiana dos Wassu-Cocal e o objetivo deste trabalho é trazer à reflexão estas experiências que, aos nossos olhos, podem parecer modos de socialização incompatíveis. Dentro desta perspectiva, a "cidade" como um espaço físico e social será um elemento chave para compreendermos como os Wassu se relacionam e dão sentido a estes fluxos e movimentos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477474_ARQUIVO_8c3ed997df141b947dadb74e39c92b32.docx

Apresentação Oral

"Os agiotas ficam sempre por aí": algumas considerações sobre a "dinheiro na rua" da prática de agiotagem popular na cidade de São Paulo

Fernanda de Gobbi

O presente trabalho se inscreve na literatura emergente que analisa as transações informais-ilegais que compõem mercados legais e ilegais, em diferentes escalas, debate que vem sendo construído contemporaneamente no Brasil. A proposta aprofunda analiticamente uma pesquisa etnográfica sobre a prática de agiotagem popular na cidade de São Paulo, e tem como proposta central discutir as histórias das dívidas e conectar biografias, trajetórias e os caminhos do dinheiro em diferentes escalas. Nessa pesquisa, a história das dívidas em andamento é minha unidade analítica. Em torno desse histórico, estudo a circulação do dinheiro entre os agiotas e as redes de proteção, mobilização de recursos e de clientes. O trabalho de campo está sendo desenvolvido considerando especialmente a observação dos laços sociais pelos quais se movimentam recursos reais (Granovetter, 1973; Marques, 2003) e possibilitam as transações que viabilizam a prática de agiotagem popular. Considero a prática de agiotagem popular não apenas como uma relação de crédito, mas como uma relação de acumulação de capital moral, na qual confiança, honra e reputação entre os agiotas e suas redes são essenciais, dada uma constante avaliação econômica e moral (Zelizer, 2011). Nesse sentido, proteção, mobilização de recursos e indicação não são artifícios demandados apenas pelo agiota ou pelos outros membros da rede, mas são relações de dupla-troca, não necessariamente lineares e planejadas, e sim "relações sociais de circulação" (Urry, 2007: 197). Assim, o dinheiro que circula da casa do vizinho à casa do traficante de drogas, do salão de beleza ao desmanche de carros, viabiliza a construção e manutenção das redes do agiota. Trato aqui dos conceitos de rede (Castells, 1999) e circulação (Appadurai, 1986) enquanto chaves interpretativas que consideram que as relações estabelecidas dentro das redes são relações não verticalizadas e que não obedecem a um único comando ou a uma hierarquia (Freire-Medeiros e Lages, 2020). Desse modo, pode-se dizer que a circulação do agiota entre as redes e na cidade, constrói teias que amparam relações baseadas interesses mútuos que viabilizam as alianças e produzem reciprocidades. APPADURAI, Arjun (org.). *The Social Life of Things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. GRANOVETTER, Mark S. *extend access to American Journal of Sociology*. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973. MARQUES, Eduardo César. *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2003. URRY, John. *Mobilities*. Cambridge: Polity Press, 2007. ZELIZER,

Viviana. *Economic lives: how culture shapes the economy*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661455237_ARQUIVO_59f61a75caeacf35cb526551d00b4bc4.pdf

Apresentação Oral

Entre Uruguai, Brasil e Espanha: a expansão da Umbanda a partir da trajetória de um sacerdote

Lorran Lima

Crenças e práticas religiosas acompanham o deslocamento humano, seja internamente, em território nacional ou em contexto transnacional. Partindo dessa afirmação e considerando o trabalho de pesquisa que venho realizando, a presente comunicação tem como objetivo refletir sobre a experiência de mobilidade vivida por um sacerdote afro-religioso e a dinâmica de transnacionalização da Umbanda que acompanha o sacerdote em seu percurso. Pai Walter Egea teve o primeiro contato com religiões afro-brasileiras no Uruguai, seu país de origem. Posteriormente, esteve por dez anos no Brasil, onde estabeleceu contatos religiosos e atualmente reside em Madrid (Espanha), onde fundou e dirige um terreiro, inclusive reconhecido pela Federação Brasileira de Umbanda. O sacerdote realiza celebrações de Umbanda, Quimbanda e Nação Gêge-Ijexá. Sua comunidade religiosa é composta por membros de diferentes nacionalidades. A pesquisa vem sendo construída a partir do trabalho etnográfico, revisão bibliográfica sobre o tema, entrevistas, análise da trajetória religiosa do sacerdote e práticas ritualísticas. A ideia é pensar sobre o movimento de pessoas e de formas de religiosidade, na medida em que o deslocamento de sujeitos possibilita o fluxo e expansão de práticas religiosas, transformações e ressignificação do mundo da cultura.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661470270_ARQUIVO_39940d7506e8c2b551c7d12b1363e58b.pdf

Apresentação Oral

Paisagens e circuitos em Mérida, México

Marcos H. B. Ferreira

Este trabalho é fruto de uma tese defendida no PPGAS/UFG em 2021, com base em uma etnografia realizada em Mérida, capital do estado mexicano de Yucatán, entre janeiro de 2018 e março de 2019. Partindo da noção de "taskscape", de Tim Ingold, que trata as paisagens como registros de práticas sociais cotidianas; e da noção de "circuito", de Magnani, que

designa um uso do espaço urbano por meio de encontros, comunicação e sociabilidade, penso a produção das fronteiras urbanas e a forma como elas se relacionam com a questão da etnicidade. Meu foco é sobre as práticas cotidianas de morar, trabalhar e mover-se na cidade, e os significados que o racismo em relação aos mayas produziu em torno destas práticas ao longo de séculos de exploração e exclusão. Meu objetivo é compreender como o racismo influencia a produção do espaço urbano de Mérida, produzindo diferentes "padrões de segregação" (CALDEIRA, 2011). E compreender a maneira como os mayas lidam com isso, tanto no que se refere aos significados construídos diante da segregação, quanto no que se refere às mobilizações identitárias produzidas em diferentes momentos da história.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661370020_ARQUIVO_7f21bd904b0c7cf256d2aa6997155d7b.pdf

Apresentação Oral

Casa e mobilidade em São Luís do Maranhão: uma abordagem antropológica

Martina Ahlert, Nicole Pinheiro Bezerra

Desde 2016 acompanhamos alguns moradores do Centro Histórico de São Luís, capital do Maranhão, em seus engajamentos relacionados à luta por moradia. Enfatizamos, especialmente, três bairros - a Praia Grande, o Desterro e o Portinho, locais de atuação da União de Moradores da região. Esse perímetro corresponde, em grande parte, à área de tombamento federal, reconhecida, em 1997, pela UNESCO, como Patrimônio Cultural Mundial. Na pesquisa conhecemos concepções e práticas relacionadas à casa; experiências em torno da moradia em uma área regada por normativas diversas dado seu caráter de patrimônio; e formas de socialidade e ajuda mútua. Além disso, percebemos como a casa e a mobilidade, antes do que representativas de polos opostos (estabilidade e movimento) são articuladas no cotidiano das pessoas que vivem no Centro Histórico. Casa e mobilidade aparecem nas "observações" realizadas pelos moradores para saber qual casarão ocupar, haja vista a presença de famílias em edifícios históricos de proprietários desconhecidos ou ausentes. Surgem nas práticas de trabalho com a venda de comidas e bebidas, feitas nas ruas e praças. Se colocam nas constantes trocas de local de residência, movimento que se relaciona com o trabalho, o parentesco e a melhoria das condições de habitação. E podem ser pensadas em contraposição às normativas que regem o patrimônio, uma vez que os casarões se alteram com o tempo, tornando-se ruínas ou ainda sendo transformados pela circulação de objetos que, reinventados em novos espaços, passam a compor velhas/novas casas. No trabalho aqui proposto nos interessa mostrar que obliterar a associação entre casa e mobilidade reforça argumentos expressos por políticos locais sobre o "vazio" do Centro e a necessidade de "repopoá-lo". Sugerimos que, nessa forma de conceber o espaço há uma dificuldade em

perceber o movimento das pessoas como constituinte da sua relação com os bairros. Apesar do reconhecimento da casa como escopo da luta política dos moradores, parece operar, por parte do Estado, uma lógica de controle da mobilidade e da experiência da moradia. Nas palavras de uma das nossas interlocutoras, "se dá casa, mas não liberdade". Desta maneira, exploramos a ambiguidade presente na disposição protocolar de promover a habitação social e, ao mesmo tempo, não perceber parte dos atuais ocupantes do Centro (e suas práticas) como moradores legítimos do local. Para finalizar, buscamos analisar a forma como os nossos interlocutores respondem ao Estado. Apesar de haver diversos serviços governamentais nos bairros estudados e de existir uma constante interação de alguns dos nossos interlocutores com os funcionários estatais, o que eles narram, reiteradamente, é a sua ausência.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661436446_ARQUIVO_7d31b6a41a49539801088f1baa3d7123.pdf

GT11: Antropologia das práticas esportivas e de lazer

O presente Grupo de Trabalho propõe dar continuidade e ampliar as reflexões realizadas em mais de vinte anos de reuniões anteriores da RAM e RBA nos diversos grupos de Antropologia das práticas esportivas e de lazer. Nesse sentido, tem por objetivo reunir antropólogos e demais cientistas sociais que realizam pesquisas no campo de estudos das práticas esportivas e do lazer. Os estudos desse campo antropológico permite diálogos e reflexões de dimensões plurais. Deste modo, as dimensões entre esporte, lazer e política; a defesa de direitos das práticas esportivas e de lazer de diversos grupos sociais e suas relações e articulações com a formação das identidades sociais (gênero, etária, étnica, nacional), as territorialidades urbanas e naturais, as maneiras de sociabilidade, as adaptações, as emoções e afetividades, as moralidades, a construção de corpos, a produção social de jogadores e atletas, a violência, o parentesco, os eventos e práticas esportivas ou de lazer englobam o escopo das investigações que constituem esse Grupo de Trabalho.

Palavras chave: esportes; lazer; praticas e discursos

Leonardo Turchi Pacheco, José Ronaldo Fassheber

Apresentação Oral

Ocupantes da altura: práticas verticais na cidade

Bárbara Côrtes Loureiro

Esta apresentação tratará dos resultados da dissertação de mestrado "Pendências: como corpos que se penduram usam e fazem a cidade", defendida em 06 de maio de 2022. O trabalho compreende os efeitos das práticas verticais - um conjunto de maneiras desportivas e artísticas de deslocamento pedestre pelo eixo vertical, com uso de equipamentos para suspensão do corpo, como arneses, fixados a cordas por meio de mosquetões - sobre as percepções do espaço urbano e as relações corporificadas com esse contexto. Para tanto, a discussão parte do caso peculiar de ocupação do viaduto Sumaré, na zona oeste da capital paulista, por essas práticas. O estudo do caso toma tal recorte devido às particularidades de sua ocorrência: no local em questão há praticantes dessas modalidades comparecendo diariamente para atividades sem vínculo institucional, de modo contínuo desde os anos de 1990. A pesquisa descreve e analisa situações do caso a fim de identificar o que as estabelece, como as práticas significam a si mesmas, à cidade, suas estruturas e seus usos. Como resultado central, sugere uma identificação dos usos não-previstos da cidade como expressão cidadina do caráter incapturável da movimentação corporal autônoma.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661483197_ARQUIVO_c99ac826bbccf933a5ec64fedff1dc67.pdf

Apresentação Oral

As agarradas corporais indígenas e caboclas: as lutas ikindene, piãguá e marajoara.

FABIO JOSÉ CARDIAS-GOMES

O objetivo deste trabalho é apresentar dados de estudos e coletas em campo sobre as lutas agarradas corporais conhecidas como ikindene, piãguá e marajoara. O enfoque da pesquisa envolve o desenvolvimento da psicologia do etnoesporte (Fassheber, 2006; Kylasov, 2012) e dos jogos e esportes tradicionais (JETs), em estágio pós-doutoral na USP, como diálogo entre a antropologia e a psicologia das práticas esportivas e corporais dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Metodologia qualitativa, bibliográfica, etnográfica e diário de campo. A primeira modalidade, o ikindene hekugu, é praticada por indígenas do Território indígena do Alto Xingu, localizado no Estado do Mato Grosso, porção sul da Amazônia brasileira. Há pouco material sobre esse modo de lutar-ritualizar, sendo mais recente a tese doutoral de Carlos Eduardo Costa (2013) e a dissertação de mestrado de Leandro Paiva (2021), das quais destaco impressões dos seus aspectos etnográficos e etnoarqueológicos, relacionado com os mitos, os ritos, a pessoa-comunal e o lúdico desta modalidade luta-luto. Em segundo lugar, a luta corporal do piãguá dos indígenas Maraguá do Estado do Amazonas, totalmente desconhecida pelo público leigo e acadêmico, até então. A dissertação de mestrado de Núbia Lira Cintrão (2012), sobre a farinha em território indígena (TI) Maraguá é um raro trabalho que faz menção à manifestação cultural da luta piãguá. Desconhecida

mesmo entre estudiosos das lutas corporais em ciências do esporte e educação física, muito menos citada como luta indígena na Base Nacional Comum Curricular, como é o caso das duas outras modalidades aqui em estudo. Ressalta-se a literatura escrita pelo escritor maraguá/saterê mawé Yaguarê Yamã, em especial o seu livro, dentre vários, intitulado Maraguápéyára (2014) no qual há uma breve descrição da luta chamada de piãguá, e toda sua função ancestral de ritos de poder, que foi modificada até sua versão contemporânea, reduzida ao ritual-lazer. Em terceiro, e com coleta de dados avançada, com indas e vindas aos territórios remotos do arquipélago do Marajó, com o estudo das primeiras obras, como a pioneira em José Wildemar Paiva de Assis (1997) até as comunicações recentes, e crescentes sobre a luta marajoara. Assim, apresento dados sobre a agarrada/luta marajoara, com mais de 200 anos, que recentemente se institucionaliza como esporte de rendimento e esporte escolar na educação física escolar. Destas leituras, estudos e coletas iniciais eu comunico algumas análises, interpretações e reflexões sobre modalidades de lutas agarradas brasileiras pouco conhecidas, e como parto também delas na construção de uma antrop-psicologia social do etnoesporte, dos jogos tradicionais e das práticas esportivas e corporais dos povos e comunidades indígenas e tradicionais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661467407_ARQUIVO_25b9cf139f698296377928cbb5512bf2.docx

Apresentação Oral

Do lazer convencional a outras formas de diversão: entendimentos que conduzem o lazer na periferia de Belém (PA)

Flavio Henrique Lobato, Juliana Azevedo Hamoy, Mirleide Chaar Bahia

Historicamente, no contexto globalizado, capitalista e eurocêntrico, foram concebidos conceitos e práticas próprios de uma concepção hegemônica de lazer, a qual conformou entendimentos convencionais do que seria, de como deveria ser e em que espaços e tempos deveria ocorrer o lazer, bem como quem dele poderia ser beneficiário. Diante disso, o presente trabalho objetivou analisar as experiências e os entendimentos que conduzem o lazer de uma comunidade periférica de Belém-Pará-Brasil. Metodologicamente, a partir de uma abordagem qualitativa, foram empregadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Em um exercício do fazer etnográfico, foram realizadas conversas informais, observação participante, entrevistas semiestruturadas e anotações em caderno de campo. Entre os resultados, evidenciou-se que os moradores dessa periferia, frequentemente, associam o lazer a pelo menos cinco aspectos: 1) dinheiro - somente pode usufruir do lazer quem pode pagar por ele; 2) tempo - quem não trabalha ou não tem uma rotina muito cansativa consegue ter tempo para o lazer; 3) espaços - praças, orlas, parques de diversão, cinemas, shoppings etc. foram

apontados como sinônimos de lazer; 4) práticas opostas ao trabalho - descanso, repouso, ficar em casa sem fazer nada, viajar, jogar futebol etc.; e 5) sentimentos, sensações ou emoções - diversão, alegria, felicidade, satisfação etc. No geral, essas e outras narrativas, em grande parte, fazem referência à lógica do lazer convencional, a qual chega numa comunidade periférica de Belém-Pará, denominada "Mata Fome", por meio da mídia e das ações governamentais, que ditam o que é e o que não é, o que pode e o que não pode ser considerado lazer. Mais contemporaneamente, as redes sociais alimentam a vontade incessante por festas, viagens e cruzeiros marítimos para se desfrutar das experiências de lazer. Desse modo, muitas vezes guiados por essas visões totalizantes, os moradores da periferia de Belém - Pará não conseguem enxergar ou considerar as suas experiências cotidianas como uma forma de lazer. Com efeito, a compreensão, o desejo e a luta pelo direito ao lazer são, com frequência, circunscritos a determinadas formas legitimadas socioeconomicamente como lazer.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472966_ARQUIVO_8e4f58a071353b611068baae1e80db15.pdf

Apresentação Oral

Pelota dividida, Etnografia sobre fútbol en el "interior" Argentino

Francisco Monteverde

Esta ponencia deriva del trabajo final de grado de la licenciatura en sociología titulado: "Pelota dividida, identificaciones en las hinchadas de futbol de monte buey" La misma propone un análisis desde el deporte hacia la realidad local de la capital nacional de la "siembra directa", en Monte Buey, pueblo del interior cordobés, indagando hacia nuevas territorialidades el fenómeno global del futbol. A partir de un trabajo etnográfico, se esboza el campo social del futbol como un importante espacio de socialización y configuración cultural en estas latitudes, donde se ponen en juego las identificaciones, motivadas por racialidad, clase, género y edad, propias. En este recorrido se ponen en relieve las relaciones entre las hinchadas de los dos clubes de futbol locales, San Martin y Matienzo. Al "agro negocio" y los marcos territoriales propios como trasfondo estructurante de desigualdades que se reconstruyen en los entramados culturales en cuestión propiciando divisiones y jerarquías. La "cultura del aguante" aparecerá como variable con sus particularidades locales, en las estrategias de las hinchadas para posicionarse en los marcos culturales locales, transitando limites de legitimidades y violencias. La pelota dirime disputas que van más allá de la idealizada igualdad de competencia perfecta del deporte moderno.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661434546_ARQUIVO_44f5d98547205ebd3e6cc3e8b5922286.docx

Apresentação Oral

Torcer na Pandemia: Uma etnografia sobre as dinâmicas dos torcedores organizados durante a pandemia de covid-19 em Maceió- Alagoas.

João Victor Mendes

No início de 2020, o Brasil se viu assolado pela pandemia de covid-19, que já causava desordem em todo mundo. Aqui o "lockdown" chegou de maneira tardia, porém contribuiu significativamente para modificar as dinâmicas da nossa sociedade. Sair a rua era perigoso, ir ao mercado, ao shopping ou em um jogo de futebol. Somos conhecidos mundialmente como o país do futebol, clubes e torneios movimentam semanalmente milhares de torcedores, que se deslocam de suas casas até as arenas esportivas, para confraternizar e apoiar seus clubes. Com a pandemia, toda essa circulação ficou suspensa durante meses, os torcedores não tinham como externar a paixão pelos seus clubes, em detrimento dos protocolos de saúde. Este artigo, surge de observações participantes e etnografias, oriundas da minha pesquisa de mestrado na cidade de Maceió-Al, acompanhando de perto as atividades da Torcida Organizada Mancha Azul, principal instituição torcedora do Centro Sportivo Alagoano (CSA). A torcida organizada é vista como um importante ponto de sociabilidade, que agrupa indivíduos heterogêneos, em torno de um único objetivo (SIMMEL, 2006). Impossibilitados de frequentar os estádios de futebol, esses torcedores criaram estratégias, até então, inéditas para apoiar seus clubes e manter a sociabilidade torcedora. Essa nova dinâmica, consistia em colocar as faixas e bandeiras da torcida nas arquibancadas vazias dos estádios de futebol, sem cânticos, ou performances, a colocação desse material representava simbolicamente o domínio da torcida naquele espaço de concreto, que mesmo vazio, continuava sendo seu pedaço (MAGNANI, 2002). Pude acompanhar de perto toda a preparação do material da Mancha Azul, desde a escolha do material na sede da torcida, o trajeto onde os torcedores se apropriaram das ruas da cidade em comboio (MAGNANI, 2002), até sua colocação e retirada no estádio Rei Pelé. Dito isso, o objetivo é demonstrar com relatos etnográficos, como os torcedores organizados em Maceió, driblaram as adversidades impostas pelo covid-19, e resignificaram sua maneira de torcer e representar sua torcida.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661473962_ARQUIVO_de2be3dd8dc4669bac4acc6aa900f1e5.pdf

Apresentação Oral

Educação esportiva como projeto social: uma análise do Instituto Guarani (São Luís - Ma)

Juliana Carvalho, Antonio Paulino de Sousa

Este artigo é um desdobramento da minha pesquisa de mestrado sobre "As escolhas das escolinhas de futebol e a reprodução da desigualdade social em São Luís - Ma", pelo programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, no âmbito da antropologia e sociologia do futebol. No desenrolar da pesquisa, que investiga a escolinha Grêmio Maranhense, entrevistei um técnico que já trabalhou nessa referida escolinha e nessa conversa fui apresentada a um projeto social chamado "Instituto Guarani", no bairro da Cohab, em São Luís. Esse técnico é um dos dirigentes e fundadores. Esse instituto tem como proposta principal ajudar jovens adolescentes para que eles não entrem e/ou não sigam no mundo da criminalidade. As atividades no futebol contribuiriam para a educação desses jovens, além de ser um meio no qual eles podem aprender técnicas esportivas e serem vistos por "olheiros" de outros times que podem investir na carreira deles como jogadores profissionais. A metodologia se deu através de uma entrevista online via aplicativo zoom no mês de novembro de 2021. Ao fim da conversa com o técnico se percebeu que o trabalho do Instituto Guarani tem sido um diferencial na vida desses jovens envolvidos no esporte, podendo ajudar a pensar o papel das instituições esportivas e na educação como fundamento de base para jovens. Palavras - Chave: Instituto Guarani, Educação, Escolinha de futebol.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477067_ARQUIVO_21b208b777ef0054e03c64273883d7b9.pdf

Apresentação Oral

Pavilhão 9: estigma e liminaridade urdididos entre carnaval e futebol

Julio Cesar Valente Ferreira

O trabalho tem como objetivo etnografar as sociabilidades configuradas na torcida organizada Clube Desportivo Pavilhão 9, dedicada ao Sport Club Corinthians Paulista (ou, simplesmente, Corinthians), fundada na cidade de São Paulo em setembro de 1990 e que, já a partir de 1991, participa oficialmente do carnaval paulistano como bloco especial, sendo então denominada como Grêmio Recreativo Cultural Social Bloco Torcida Clube Desportivo Pavilhão 9. Durante os anos de 2020 e 2022, a pesquisa foi empreendida através de visitas à sede da torcida (onde também se realizam os ensaios no período pré-carnaval), aos espaços de produção das fantasias e alegorias, entrevistas com integrantes da torcida e da direção de carnaval da agremiação e observação participante dos eventos promovidos na sede, das idas ao estádio para partidas do Corinthians, do desfile e da apuração das notas do concurso. A pesquisa em curso ancora-se nas conclusões do estudo empreendido por Ferreira (2020), o qual mostra que, em São Paulo, a relação entre o futebol e o carnaval no interior das torcidas organizadas não ocorre nas mesmas condições de contorno, apesar da literatura escassa sobre o assunto assumir um construto semelhante identificando tão somente quem são estas

agregiações (CAMPOS e LOUZADA, 2012) e em que grau estes torcedores organizados aderem ao carnaval de sua torcida organizada (HOLLANDA e MEDEIROS, 2018). Sobre estas condições de contorno, apenas os trabalhos de Bueno (2015) e Souza Junior (2020) versam sobre como estas duas cosmovisões se imbricam no caso de uma única torcida organizada específica, focando os mecanismos conciliatórios dos discursos de virilidade da torcida organizada e de confraternização preconizados pelo carnaval. No decorrer do estudo, verificou-se que, apesar de identificar os mesmos mecanismos conciliatórios, as mudanças empreendidas na participação no carnaval nos últimos três anos, quando se alterou a gestão de produção do desfile, vêm possibilitando à Pavilhão 9 ocupar o espaço urbano de outras formas para além do já estabelecido como torcida organizada, marcado profundamente pelo estigma e pela posição de liminaridade no próprio universo das torcidas organizadas em virtude de uma série de eventos trágicos (internos ou externos relacionados) ao longo da existência. Por fim, destaca-se que, mesmo com as consequência oriundas das mudanças na gestão do carnaval, o discurso norteador sempre é honrar o nome e a instituição Corinthians, que internamente caracteriza-se como manifestação de uma estrutura teleofetiva.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482557_ARQUIVO_a00d6aa1451d79aea928f69ffebbb460.pdf

Apresentação Oral

Memórias e identidades entre torcedores organizados do Riograndense Futebol Clube (Santa Maria-RS)

Mateus Cordenonsi Bonez, Maria Catarina Chitolina Zanin

O presente trabalho tem o propósito de apresentar parte de uma pesquisa de doutorado em Ciências Sociais, a qual tem como norte o intento de compreender a construção e a negociação de identidades de torcedores/as do Riograndense Futebol Clube, instituição fundada em 1912 na cidade de Santa Maria-RS. Este clube tem origem ferroviária e participou por diversas vezes de campeonatos oficiais, tendo se sagrado campeão do interior, bem como vice campeão gaúcho em 1921. No entanto, desde 2017 não atua como time profissional de futebol, mantendo somente atividades nas categorias de base. Sendo assim, partindo de um esforço metodológico que coloca em relevo o "encontro etnográfico" (CRAPANZANO, 1980) e as narrativas sobre si características da etnobiografia (GONÇALVES, 2012), esta proposta de trabalho apresenta uma reflexão acerca da produção de identidades de um grupo de torcedores/as organizados do Riograndense, membros da T.O.R (Torcida Organizada do Riograndense), fundada em 2012, ano do centenário do clube. No primeiro semestre de 2022, foram realizadas entrevistas etnográficas (GUBER, 2001) e encontros etnográficos que erigiram narrativas biográficas demonstrativas de, principalmente, construções identitárias

concernentes com o bairro Perpétuo Socorro, local da sede do clube, e a família, esta vinculada ao trabalho ferroviário e seus coletivos. Enquanto dados preliminares, pode-se dizer que as identidades dos torcedores/as, nas narrações orais e nas práticas de lazer oriundas do ato de torcer, reforçam constantemente os laços familiares e a comunidade (bairro) enquanto alicerces do clube e da torcida. As memórias de vinculação territorial e familiar sobrepujam, assim, as memórias dos jogos, dos ídolos e dos títulos. Além disso, no que concerne às significações de lazer, este trabalho interessa-se não em concebê-lo perante o mundo do trabalho e o tempo de trabalho, mas em compreender as relações que se estabelecem entre práticas de lazer, modos de vida e vida ordinária (MAGNANI, 2018). Desta feita, essa torcida organizada evoca identificações que se mantém demasiadamente por meio de memórias, assim como outros/as interlocutores/as da pesquisa, mais velhos/as. Identidades ferroviárias, operárias e periféricas se aglutinam e roteirizam as práticas de lazer da torcida, que ocorrem no estádio e fora dele, em encontros casuais ou em jogos das categorias de base.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479419_ARQUIVO_efa7ae2ff01fff71dff2f849f9a9abac.pdf

Apresentação Oral

Redes de Sociabilidade, Lazer e Consumo como processadores de Subjetivações LGBTQIA+ nos Municípios de Araraquara e São Carlos

Mateus Rodrigues dos Santos

Este trabalho propõe compreender as variadas formas como indivíduos de gênero e orientações sexuais consideradas dissidentes, moradores dos municípios de Araraquara e São Carlos, constroem relações entre si, tecem redes de sociabilidade e elaboram práticas culturais que produzem suas subjetividades e identidades no cotidiano, em contextos de lazer. Tais locais e seus itens de consumo, serão concebidos como mediadores e comunicadores sociais que instrumentalizam estes processos. Por conta dos grupos identitários em análise, torna-se necessário realizar um mapeamento histórico da Comunidade LGBTQIA+ no país e fomentar a discussão reconhecendo as abordagens principais dos Estudos de Gênero e Sexualidade. Em seguida, lançar mão ao conceito de Sociabilidade e mobilizar o repertório de investigação da Antropologia do Consumo, dando fundamento teórico para as problematizações propostas. Influenciado por categorias da chamada Antropologia Urbana, como estratégia metodológica, propomos trabalho de campo etnográfico em bares e casas noturnas frequentados, predominantemente, por integrantes da comunidade LGBTQIA+ nas duas cidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661464130_ARQUIVO_2583193f58c23503398337a63d260f6f.pdf

Apresentação Oral

Valentia e ancestralidade - pressupostos para uma genealogia do boxe baiano

Michel de Paula Soares

Na Bahia, tanto na capital como na região metropolitana e Recôncavo, o boxe é uma atividade popular, prática amplamente disseminada na paisagem, na música, na memória e na corporalidade soteropolitana (com a clara exceção das elites e da pequena classe média branca que vive em enclaves fortificados, seja na orla, seja em condomínios mais distantes da região central), encontrada em dezenas de bairros, favelas e quebradas. As teorias locais para a popularidade do boxe em Salvador, como escutei em meu trabalho de campo, revelam que a prática do boxe está intimamente associada à cultura da dança, ao carnaval popular dos blocos de rua (popularmente conhecidos como a "pipoca" do carnaval) e das práticas corporais populares do corpo, como a capoeira e suas ramificações, de uma forma mais ampla. Conforme escutei de um dirigente da Federação Baiana de Boxe, e meu principal anfitrião em Salvador, sobre a época em que viveu em São Paulo: "estranhei que o pessoal tinha dificuldade para fazer um ritmo de batucada no banco do ônibus; aqui em Salvador toda criança aprende algum tipo de ritmo desde que nasce, isso é fundamental para a aprendizagem do boxe". Assim, a partir de meus dados de campo, buscarei entender e analisar estas influências, saberes expressivos do cotidiano nos bairros populares, que indicariam uma pré-disposição à prática, aprendizagem e eficácia do boxe na Bahia - responsável pelas únicas duas medalhas de ouro do Brasil na modalidade. Ou seja, defenderei a tese, ainda provisória, de que sua genealogia está ancorada em performatividades de gênero e raça, encorporada no aspecto viril e guerreiro que atualiza e compõe modelos de dignidade da masculinidade negra dentro de um contexto urbano de racismo estrutural. Tudo isso regido pelo ideal heroico e universalizante que representa a prática olímpica da modalidade em questão. Em Arqueologia da Esquiva, minha tese em construção, busco contextualizar a formação de masculinidades racializadas no contexto urbano das metrópoles brasileiras, suas implicações e contradições que possibilitam a inserção de jovens - em sua maioria negros e periféricos - na prática do boxe. Desde as publicações de Loïc Wacquant (2002) a partir de uma academia em Chicago/EUA à etnografia de Osmundo Pinho (2017) em bailes de pagode baiano em Cachoeira/Bahia onde se dança "botando a base", sabemos que o boxe é uma modalidade atravessada por ideais de coragem, valentia corporal, simbólica e uma postura corporal agressiva, destemida e associada à favela, que mimetizada a violência sob a performance da ginga, da esquiva, da dança e do desafio.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661527627_ARQUIVO_b8ec9375d7ce9762d99dc582fe176976.pdf

Apresentação Oral

Uma febre do Padel: olhares etnográficos sobre esta prática esportiva em Santa Maria

MORGANA MACHADO

A temática do esporte enquanto matéria de lazer e prática tem seu espaço significativo no campo da Antropologia, e é do "metier" do antropólogo ousar olhar para enxergar (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996). Assim, o fenômeno esportivo é observado partindo do entrelaçamento de uma série de escopos multifacetados e atravessados pelos olhares teórico-metodológicos, traduzindo pontos de vista privilegiados sobre diversos desdobramentos do tema, tais como apropriação nas cidades e as territorialidades, os rituais e as performances, a corporeidade e as construções de suas identidades e alteridades, o campo de disputas e suas linguagens e simbologias, bem como emoções, pertencimentos, laços, ostentações e modismos sócio-culturais. Para tanto, por meio deste relato de experiência, realizado com base no olhar de autores como Thomas Csordas, Pierre Bourdieu, Lévi-Strauss, Tim Ingold, Donna Haraway, dentre outros tantos teóricos, me permito aqui abordar algumas destas questões pretendo a partir de procedimentos metodológicos adotados que consistem tanto em revisão bibliográfica sobre o tema, quanto em observação parcialmente participante e em passante sobre a prática do Padel e seu "ressurgimento" em Santa Maria - RS. Palavras-chave: Padel, Antropologia do Esporte, Práticas urbanas, Corporeidades. Referências: BOURDIEU, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011. CRAPRANZANO, Vincent. Diálogo. Anuário Antropológico/88 Editora Universidade de Brasília, 1991. CSORDAS, Thomas. Corpo/Significado/Cura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever. Revista de Antropologia. SÃO PAULO, USP, 1996, v. 39 n ° 1. FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis In: Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1997. GOFFMAN, Erving. Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face. São Paulo: Vozes, 2011. _____, E. Comportamento em lugares públicos. São Paulo: Vozes, 2010. HARAWAY, Donna. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano / organização e tradução Tomaz Tadeu - 2. ed. - Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009. INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. Porto Alegre: Educação, v.33, 2010. LÉVI-STRAUSS, C. A Ciência do Concreto In: O pensamento selvagem. Campinas: Papirus, 1989. SIMMEL, Georg. PARK, Robert E. WEBER, Max. WIRTH, Louis. CHOMBAR DE LAUWE, P.H. O Fenômeno Urbano. RJ: Zahar Editores, 1967.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661214191_ARQUIVO_0b6f0ab61bd83ca937b4dbfc384f4f2d.docx

Apresentação Oral

A produção de corpos atléticos: uma análise do regulamento antidoping da FINA

Pedro Diniz Marques Vieira

Este trabalho pretende analisar o documento de controle de doping da Federação Internacional de Natação (FINA), buscando refletir sobre as premissas básicas que embasam a existência deste conjunto de regras. A natação como modalidade competitiva é regulamentada através de uma cadeia burocrática que parte do Comitê Olímpico Internacional (COI), ao qual a FINA está associada e que, por sua vez, atua como monopólio que unifica as regras que devem ser seguidas pelas federações nacionais em suas competições. No que tange as regras antidoping, esta cadeia unifica a regulamentação imposta pelo COI através da World Anti-Doping Agency (WADA), criada para desenvolver a base científica que sustenta a política antidoping no esporte. A WADA é responsável por divulgar anualmente o World Anti-Doping Code e a atualizar a Lista de Substâncias Proibidas. Estes documentos possuem validade legal para todos os esportes ligados ao COI, de modo que as federações internacionais devem seguir estas deliberações, fazendo-as valer dentro de sua jurisdição. O documento que irei analisar é a aplicação direta destes documentos no universo da natação a nível internacional. A hipótese de que parto é de que o documento funciona como uma tecnologia disciplinar, que produz a norma da corporalidade atlética a partir da cristalização de pressupostos discursivos sobre o corpo, que tomam a forma de "verdades", como a clássica dicotomia entre corpo e sujeito.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660916336_ARQUIVO_48948d4e9e038dc97b1411ce7b96fe6f.pdf

GT12: Antropologia das Relações Humano-Animal

O campo das relações humano-animal, ou Animal Studies, teria emergido na década de 1970 em meio a movimentos de proteção animal que, não obstante, remontam ao século XIX. Na verdade, os animais participam das análises antropológicas há muito tempo. Algumas análises identificaram dois paradigmas correntes: um que pode ser chamado de materialista, em busca do animal "real"; e outro semiótico, pós-estruturalista ou simbólico, em busca de representações. Mais recentemente, a emergência de reflexões sobre o perspectivismo ameríndio realçou a centralidade dos animais em aspectos da vida religiosa e cosmológica de populações ameríndias, com um forte impacto nas conhecidas relações entre natureza e cultura. O presente Grupo de Trabalho pretende ser um espaço para reflexões teóricas e pesquisas empíricas acerca das relações entre animais humanos e não humanos, a partir de um viés antropológico. Serão aceitos trabalhos tanto sobre as percepções simbólicas quanto sobre relações concretas materiais entre ambos. Entre eles, destacam-se produções voltadas aos animais de estimação, de abate, de tração, animais da fauna silvestre brasileira ou estrangeira,

caça, criações, rinhas, concursos, turismo, animais de laboratório; em meio urbano, rural ou entre populações ameríndias e mesmo fora do continente americano; relações cotidianas, científicas, religiosas, alimentares, ideológicas, morais, artísticas, legislação, políticas públicas, saúde, entre outras possibilidades.

Palavras chave: Relações humano-animal; multiespécies; simbolismo.

Andréa Osório, Flávio Silveira

Apresentação Oral

Os Segredos que as Águas Escondem: Cartografias Antropológicas do Mar

Fagner Carniel, Eliane Sebeika Rapchan

As chamadas "Blue Humanities" ou "Oceanic Humanities" foram constituídas nos anos recentes como uma resposta crítica às dualidades modernas que constituem o pensamento ocidental. Para isso, propõe outras maneiras de mergulho no mar que enfatizam as relações históricas, culturais, sociais e políticas entre humanos e outros seres a partir de perspectivas inspiradas em concepções de fluidez, fluxo, rotas e mobilidade. Desse modo, as relações entre coletividades humanas e o mar passaram a incluir outros entes, tais como os peixes e moluscos, mas também as areias, o mangue, os ventos e as marés. Essas relações contemplam atividades de produção da vida por meio da pesca, da arte, da culinária, do culto, da organização familiar, concepções de espaço, de memória e de tempo. Nesta comunicação, procuramos refletir sobre o modo como tais perspectivas poderiam dialogar com o ensino a fim de contribuir com futuros diagnósticos que favoreçam a sensibilização de estudantes e promovam a inclusão de repertórios inspirados em saberes, artes e técnicas produzidos por populações litorâneas. O objetivo é estimular a incorporação de percepções e conhecimentos oriundos das epistemologias litorâneas do sul para contribuir com a visibilização de outros modos de partilha de territórios e de recursos marítimos que considerem o direito das comunidades multi espécies que habitam os litorais e promover iniciativas que possam mitigar os efeitos do aquecimento global e da destruição ambiental. Palavras-chave: teoria antropológica, pós-antropoceno, mar, oceanização do ensino.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661394495_ARQUIVO_679097cdc7b7d5574c0565d303274a88.pdf

Apresentação Oral

Relações humano-animal e a convivência com as secas no sertão do Nordeste brasileiro

Janice Alves Trajano, Guilherme Rodrigues de Rodrigues

Durante anos utilizou-se o termo "combate às secas". Contudo, recentemente ocorreu uma mudança de paradigma ao tratar a questão, passando-se a falar em "convivência" com as secas. Ou seja, os humanos devem se relacionar com o meio de forma harmônica, entendendo que tentativas de sobreposição a elementos não humanos conjecturam um esforço que gera poucos resultados satisfatórios ao ambiente como um todo. Por esse motivo, a seca se constitui como um desastre ambiental que tem agravamento antropogênico. Tentativas humanas de controle da paisagem do sertão a partir de métodos pouco adaptados ao meio exigem o uso de insumos que degradam o ambiente, trazem malefícios à saúde das pessoas e, ainda, não garantem a segurança alimentar da população. Enquanto isso, formas de cultivo e criação tradicionais se perdem devido à tecnificação da agricultura, pautada por concepções limitadas sobre desenvolvimento, alinhando-se a valores do capitaloceno. Nesse cenário, a pesquisa propõe analisar relações humano-animal em situações de seca como desastre ambiental. O sertão é pesquisado há décadas por antropólogas/os brasileiras/os, versando sobre relações de trabalho, parentesco e constituição de patrimônio, a exemplo dos trabalhos de Beatriz Heredia (1979), Maria Ignez Paulilo (1987), Ellen Woortmann (1995) e Ana Claudia Marques (2002). No entanto, na última década, tem crescido na antropologia o interesse nos estudos multiespécies (SUSSEKIND, 2018; DOOREN, 2016), assim como a perspectiva do antropoceno (TSING, 2019). Novas metodologias de produção e análise de dados conduzem a uma forma inovadora de compreensão do campo de pesquisa proposto: o sertão paraibano. Voltando-nos aos estudos com animais, Vinciane Despret (2016) chama a atenção à possibilidade de humanos, incluindo aqueles pesquisadores, se transformarem com os animais, em co-becoming, reconhecendo a potencialidade deles como seres que possuem capacidades distintas das humanas. O cuidado, a atenção e a responsabilidade dessas relações são agregadoras ao debate sobre a ética da reciprocidade ecológica. Eduardo Kohn (2016) sugere uma antropologia da vida que abrange relações humano-animal de forma para além da cultural, incluindo a dimensão biológica, mas que essa não se restrinja aos corpos. Comunicação, políticas, negociações e maneiras de exceder os limites de ser humano ou de ser animal são aspectos relevantes a serem explorados. Por fim, Donna Haraway (2016) utiliza o termo "chtulucene" para categorizar uma forma de encontrar o espaço para apreender a permanecer com o problema, desenvolvendo "response-ability", ou habilidade de respostas, ao lidarmos com uma Terra ferida. Com esses pressupostos, buscamos reflexões relevantes aos estudos de composições multiespécies nas secas do sertão.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479665_ARQUIVO_3da68efd39fd2968e12cb85634bed6d.pdf

Apresentação Oral

Memórias de borboleta e outras memórias: um estudo sobre a reestruturação da coleção entomológica do museu nacional - ufrj

Líbera Li de Lima Nunes

Também as borboletas e mariposas apresentam memória, capacidade que perpassa até mesmo seu processo de metamorfose. Durante a fase de casulo, os tecidos do corpo da lagarta se reorganizam na forma de indivíduo adulto. Em alguma parte desse processo certas aprendizagens se mantêm. Sob a inspiração do artigo de Douglas Blackiston (2008), que testou a hipótese de que Lepidópteros, grupo de insetos que inclui borboletas e mariposas, apresenta memória associativa. Ou seja, pode recordar por associação. E de uma lembrança pessoal na qual guardei uma borboleta em um caderno por 20 anos e ela permaneceu com suas cores íntegras; passei a refletir sobre a formação da memória em grupos não-humanos, humanos, suas relações e o quanto dura o corpo de uma borboleta guardada. Por conta disso, esta pesquisa retoma minha formação como bióloga, desbravando a antropologia da ciência, a fim de estudar a reconstrução da coleção de Lepidopteros do Museu Nacional da UFRJ. Trata-se de uma coleção reconhecida, a 3^a maior da América Latina, e que perdeu 98% do seu acervo no incêndio de 2018. Trago aqui uma proposta de diálogo entre ciências, as sociais e as biológicas, ao elaborar a temática do patrimônio de um Museu de História Natural em seu processo de renascimento. Contudo, reconstruir caracteriza estar em um outro tempo do que quando foi construída. O Museu Nacional iniciou sua coleção entomológica no século XIX, as perspectivas eram outras. Iniciar novamente significa novas técnicas e novas prioridades. A coleção só existe por conta da borboleta e da mariposa e de sua interação com o cientista e o museu só existe por conta da coleção e essas relações são influenciadas por aspectos como a política. Não falo apenas do ambiente do laboratório e da história científica, mas da questão afetiva com a instituição, da memória coletiva e individual, assim como da memória carregada na coleção em si e do papel que o próprio animal pode ter nesse processo de emaranhamento. Desse modo, a partir do trabalho de campo e da descrição etnográfica das atividades do Laboratório de Pesquisa em Lepidopteros do MN, no qual possuo vínculo como estagiária, discuto a questão da fragilidade da borboleta, enquanto objeto de trabalho do cientista no âmbito da salvaguarda, o aspecto da perda e da reconstrução da coleção como importante para o que chamamos de preservação da biodiversidade e manutenção de uma história evolutiva, e a perspectiva da reestruturação da coleção para o curador. Falar de memória é falar principalmente de esquecimento, visto que lembrar é um ato eternamente preso em sua incompletude, assim como o colecionar. Contudo podemos falar do que se consegue guardar e do que se guarda para direcionar próximos voos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475211_ARQUIVO_a02cfd897cd20d6a0e2bb45b010dd9b9.pdf

Apresentação Oral

TEMPO "BODÍSTICO": a interação do tempo entre animais humanos e não humanos

Mauricio Guedes de Melo Júnior

Ao chegar na cidade de Cabaceiras, anfitriã da maior festa brasileira em homenagem ao caprino, A Festas do Bode Rei, com o intuito de descrever a relação que a população tem com o bode, observei, na verdade, uma interação entre caprinos e humanos. O primeiro ponto de reflexão, se deu pela noção de tempo, que para o cabaceirense, é vista a partir da natureza do animal não humano. Se minha rotina é pautada pelo calendário gregoriano e pela "hora de relógio", no município em questão, o tempo é do bode/cabra. De laboro à festividade, o animal humano se guiará pela lógica do "tempo bodístico". Desse modo, o presente trabalho visa descrever a noção de tempo entre caprinos e humanos, no município de Cabaceiras-PB. E por discussão central, a noção de tempo e como ele é entendido pelo local. Descrevo como o tempo ecológico é utilizado para nortear as atividades da cidade. Esse tempo, que chamarei de bodístico, mostrou-se norteador para as atividades da Roliúde Nordestina. Na primeira parte do estudo, discutirei os termos "tempo ecológico" e "tempo moderno" tomando como inspiração a obra clássica, Os Nuers, do antropólogo inglês E. E. Evans-Pritchard, e no segundo momento, trago uma descrição etnográfica de como a população humana pauta sua rotina a partir do ciclo de vida do bode/cabra. Descrevo como a população utiliza a noção de tempo ecológico para programar suas escolhas em torno das celebrações, laboro e calendário. Tudo parte desse tempo, a festa do Bode Rei é programada para o período que o animal está com a pelagem mais bonita, o laboro inicia-se e termina com o cortejo do bode pelo pasto nativo do cariri, o artesanato se ajusta ao período de embelezamento da pelo, e o comércio alimentar segue o ritmo natural do animal para utilização da carne e do leite. Por fim, concluo propondo uma reflexão referente a terminologia relação e interação, a partir da vivência no cariri paraibano.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468837_ARQUIVO_33c5ee70df9e32a73447cd8e3b52bcbf.pdf

Apresentação Oral

O Ethos Camponês: moralidades, sentimentos e afetos envolvidos nas relações entre humanos e não-humanos no mundo rural brasileiro

Monique Batista do Nascimento

Nas sociedades ocidentais modernas, as discussões em torno da violência e sofrimento causados aos animais têm gerado debates sobre uma responsabilização moral dos humanos em garantir o bem-estar das outras espécies. O movimento em defesa dos animais vai além ao propor uma sensibilidade ecológica que busca cessar as atividades de exploração animal e

outorgar-lhes direitos básicos aos moldes dos direitos humanos. Fazendo uso dos saberes científico-filosóficos, esses grupos postulam críticas à formulação da racionalidade enquanto um critério fundamental para a distinção entre humanos e não-humanos, acusando tal premissa de causar a submissão e morte dos animais. Neste sentido, eles procuram impor novas formas de agir e pensar ao reivindicar uma alteração conceitual a respeito da realidade ontológica dos animais, encarando-os como sujeitos morais dotados de consciência. No entanto, a partir das contribuições etnográficas sobre o mundo rural brasileiro, podemos observar que é justamente por pertencerem à uma comunidade moral que se há uma necessidade de matar certos animais em contexto campestre. As formas de violência permitidas contra os "bichos de criação" e/ou os "bichos do mato" são formuladas e reformuladas cotidianamente por uma gama de possibilidades de relação intersubjetiva entre humanos e não-humanos. Além do mais, é preciso levar em consideração que as manifestações de afeto e simpatia com os animais, tanto em contexto campestre quanto na ética dos defensores, possuem uma escala de valor que se define a partir de seu suposto grau de proximidade com a espécie humana. O antropocentrismo vai, portanto, constituir tanto as sensibilidades ecológicas quanto a ética camponesa. Sendo assim, o presente trabalho tem como proposta entender, a partir de etnografias sobre o mundo rural brasileiro, os afetos cotidianos com relação ao sofrimento animal, focando em como a morte dos não-humanos são mobilizadas no universo campestre, apontando aproximações e distinções da ética dos defensores. Para isso, será necessária uma análise das relações cotidianas entre humanos e não-humanos no ambiente rural, para refletirmos sobre como é construída uma concepção ética em torno dos animais - e também direcionada a eles - e para entendermos como as ambiguidades e contradições se conectam com a forma em que os sentimentos e afetos são geridos. Vale ressaltar ainda que a relação entre humanos e animais, especialmente os de "criação", também nos ajuda a compreender estratégias individuais e coletivas das comunidades campestres no que diz respeito à reprodução familiar, relações de trabalho, festividades e rituais religiosos, formas simbólicas de classificação espacial de gênero, dentre outros, compondo, assim, um amplo universo de discussão a respeito do ethos camponês.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479879_ARQUIVO_9d203686f1fe16cc3efaaa710a9186b8.pdf

Apresentação Oral

Um polihíbrido no sertão do Piauí: apontamentos sobre o encontro entre humanos e abelhas em condições precárias

Rebeca Hennemann Vergara de Souza

Atualmente, as abelhas ocupam o centro de um importante debate sobre capitalismo, ecologia e sobrevivência. A transformação dos produtos das abelhas em commodities alterou a natureza, compreendida nos termos propostos por Anna Tsing. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a relação entre as abelhas africanizadas e o capitalismo, focando as relações históricas no semiárido piauiense no Antropoceno. Para tanto, nos valem de dados secundários, através de pesquisa bibliográfica, e de pesquisa de campo, realizada com apicultoras e apicultores do semiárido no Estado do Piauí. As abelhas africanizadas chegaram ao Piauí no final dos anos 1960. Esse inseto é uma novidade biológica e sociocultural não intencional, de múltiplos encontros, humanos e não humanos. Sua chegada produziu o cercamento das terras e, enquanto essas abelhas migravam, os sertanejos circulavam menos livremente entre as terras agora cercadas. A descoberta do potencial econômico do mel dessas abelhas agenciou uma série de atores coletivos, estatais e privados, produzindo uma cadeia produtiva e um arranjo econômico e uma nova figura humana, o apicultor. O mel se tornou produtor de realidades sociais no Piauí, como renda e oportunidades de vida, mas também se ajustou a formas de vida já existentes, como a divisão sexual do trabalho no campo. A sinergia entre a hibridização genética, a diversidade e abundância de flora apícola e a profissionalização do apicultor não apenas representou uma oportunidade comercial. Progressivamente, representou a apreensão das abelhas pelo agronegócio, as introduzindo no rol das "plantations de ecologias simplificadoras". Ao mesmo tempo, as abelhas estão desaparecendo. De um lado, isso produz precariedade, distribuindo desigualmente o bem estar econômico advindo da apicultura, bem como as oportunidades de reagir ao avanço do agronegócio. De outro lado, nos confronta com aquilo que Judith Butler nos provocou a enxergar, as possibilidades de uma existência precária como condição de uma vida boa em uma vida ruim. Quanto mais o projeto colonial/neoliberal representa Caatinga como inóspita e improdutiva, mais as estratégias de colaboração mútua são afetadas. O sucesso da abelha africanizada no semiárido nordestino é o sucesso de um polihíbrido capaz de se manter em movimento, curto e longo, e se adaptar às condições locais. Da mesma forma, as pessoas vivem apesar e contra o projeto colonial, produzindo outras formas de vida, não apreensíveis pela lógica colonial, produzindo e sendo produtoras de uma diversidade contaminada. A comunidade de humanos e não humanos no semiárido é, então, um rastro da possibilidade de afirmação da condição precária como existencial e do trabalho criativo possível diante das precariedades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660760880_ARQUIVO_5fe306f5174e76bf773fb64b039e5f64.pdf

GT13: Antropologia Digital: processos, dinâmicas, usos, contra-usos e contenciosos em redes sociotécnicas

A Internet permeia hoje praticamente todas as áreas da vida social, propiciando novos modos de uso e de relacionamento - participação, interação, engajamento, conexão, presença, envolvimento, imersão, incorporação. Esses processos trazem mudanças nas preocupações e objetos de estudo da Antropologia em função da emergência de diferentes configurações de experiências e subjetividades, que passam a ser moduladas (e modulam) por tecnologias digitais. Os temas são ampliados e o ente tecnológico, bem como as relações que o permeiam, é utilizado para tentar compreender fenômenos mais amplos da cultura. As abordagens etnográficas têm se mostrado valiosas para dar conta de processos, dinâmicas, usos, hibridismos, agenciamentos e contenciosos em torno das redes sociotécnicas. O GT pretende contribuir para o aprofundamento do debate iniciado em outras oportunidades em torno das abordagens sociotécnicas envolvendo a Internet e suas implicações para a pesquisa etnográfica, acolhendo trabalhos cujas abordagens problematizem (mas não necessariamente estejam restritas a): articulações digitais entre público/privado/intimidade; processos de subjetivação que valorizem agências e modos de "presença" e inscrição online; dilemas éticos; usos das tecnologias digitais em contextos específicos de desigualdade e diferenciação e em torno de discursos e práticas políticas; recursos digitais que alargam os entendimentos sobre os significados da etnografia e a própria etnografia como produto.

Palavras chave: Etnografia; Tecnologias Digitais; Redes Sociotécnicas

Patrícia Pavesi, Carolina Parreiras

Apresentação Oral

Redes de solidariedade e práticas de resistência através de interações online e offline no cotidiano de familiares de mulheres encarceradas.

Alana Barros Santos

Diversos trabalhos e materiais têm demonstrado a relevância das redes sociais online como mediadoras e produtoras de vínculos entre pessoas que convivem nos arredores das prisões. Este trabalho é um desdobramento da minha tese de doutorado que se propõe avançar no campo dos estudos prisionais ao olhar etnograficamente para o contexto da Penitenciária Feminina alagoana buscando compreender quais as estratégias que são produzidas pelos familiares e as mulheres encarceradas na relação com a prisão. Refletindo sobre os usos das tecnologias de comunicação, a presente pesquisa propõe analisar, ainda, como as redes sociais e os celulares têm sido articuladores das possibilidades de contato, bem como das formas de

organização e de resistência entre esses sujeitos. O principal objetivo é analisar como são produzidas as relações no grupo de WhatsApp de familiares das mulheres encarceradas e como, através dessa comunidade online, são tecidas redes de solidariedade e organização em prol da defesa de suas parentes em práticas offline. A pesquisa será realizada por meio de trabalho etnográfico; registros de campo escritos, em áudios, vídeos e imagens feitos no acompanhamento do grupo de WhatsApp de familiares de presas e mulheres egressas do Sistema Prisional em Alagoas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661451630_ARQUIVO_efb971ff1103899b6078403ad659b73f.pdf

Apresentação Oral

A visibilidade como troca simbólica e a ética como preocupação na etnografia digital em guildas e redes sociais do game Free Fire

Ana Idalina Carvalho Nunes, Diego Lucas Nunes de Souza

Trazemos, neste resumo, a proposta da apresentação de dois percursos etnográficos situados no ambiente digital do game Free Fire: o primeiro busca compreender a dinâmica das interações sociais em uma guilda e o segundo visa identificar a influência da narrativa audiovisual dos influenciadores da Garena (desenvolvedora do game), através do YouTube, do Instagram e de outras plataformas digitais usadas comumente pelos gamers, sobre a construção do papel social de seus seguidores e seguidoras. A questão central que norteia o estudo é: quais os caminhos possíveis para desenvolver uma etnografia no ambiente digital do game, respeitando os preceitos da ética na pesquisa antropológica? Trata-se de um trabalho que exige criatividade e responsabilidade para criar soluções que possam conceder aos sujeitos a visibilidade que desejam, sem expor determinadas informações que poderiam colocar em risco a sua segurança e seu bem estar. Embora situadas ambas no ambiente digital do jogo, as pesquisas aqui abordadas percorrem caminhos teóricos e metodológicos diferentes, enfrentando dilemas éticos também diversos. Dentro desse contexto, visibilidade é uma moeda de troca valiosa e pode motivar um número maior de gamers a contribuírem com a pesquisa, já que ela garante prestígio social e ganhos financeiros. Trata-se de uma espécie de troca simbólica que, de forma similar ao que ocorria nas sociedades mais primitivas, envolve não apenas os sujeitos, mas as "coletividades que se obrigam mutuamente" (MAUSS, 2003, p. 190). Essas trocas, no passado como no presente, são amabilidades que podem gerar uma ampliação na oferta de oportunidades para ambas as partes. Para tentar compreender o sistema de trocas simbólicas que envolvem a questão da visibilidade no ambiente digital do Free Fire, recorreremos a Marcel Mauss, através da sua obra Sociologia e Antropologia (2003) e, na busca por soluções para as questões éticas que surgem no decorrer da pesquisa, buscamos recursos

teóricos e metodológicos na obra de Robert Kozinets, "Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online" (2014) e na obra "Etnografia Virtual" (2004), de Christine Hine.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461124_ARQUIVO_5c5315b51ded9e313ea25a96909a379e.pdf

Apresentação Oral

'As sugar babies são empresas e os sugar daddies são investidores anjos': uma análise etnográfica sobre os relacionamentos sugar e as suas vinculações com elementos de uma racionalidade mercadológica

Bruno Benichio

Os relacionamentos sugar heterossexuais são compostos pelas sugar babies e pelos sugar daddies. As babies são mulheres jovens de diversas classes sociais e os daddies são homens de meia-idade e de classe média alta ou de elite. Para além da necessidade de existir uma troca de afetos e zelo mútuo entre os parceiros, o dinheiro é um fator indispensável para a constituição dessas relações. Deste modo, o daddy deve auxiliar a baby em suas ambições de consumo e em seus projetos profissionais, ajudando-a, por exemplo, a abrir uma empresa ou pagar mensalidades de faculdades privadas. As redes sociais digitais especializadas para a busca de relacionamentos sugar vendem a ideia de que possuir um sugar daddy é uma possibilidade eloquente de autorrealização pessoal não só pela suposta experimentação de um amor romântico, aspiração que ainda prevalece na contemporaneidade mesmo com o advento de uma racionalidade utilitária (ILLOUZ, 2014), mas também como uma oportunidade de engrandecimento profissional, ao passo que o sugar daddy auxiliaria uma sugar baby em seus horizontes de profissionalização. De qualquer modo, ainda que as redes sugar se comercializem como alternativas para driblar as desigualdades de classe e gênero reproduzidas no cerne do sistema capitalista, elas se inserem em um segmento de exploração comercial de formas de relacionamentos afetivo-sexuais na linha dos aplicativos de busca de parceiros. Para se distanciar de uma perspectiva que decodificaria as sugar babies apenas como inativas nesses contextos, esta pesquisa objetiva analisar os processos de subjetivação, as agências e modos de presença e inscrição online dessas mulheres para compreender as formas pelas quais elas negociam e experienciam os ideários vendidos pelas redes sociais sugar. Esse objetivo almeja ser alcançado pelo intermédio de entrevistas com as sugar babies e mediante uma etnografia em contextos digitais (HINE, 2015), que acompanha e coleta publicações de um grupo sobre relacionamentos sugar no Facebook e postagens de perfis de sugar babies influencers no Instagram. Deste modo, esta apresentação objetiva dissertar sobre os modos pelos quais as sugar babies estrategicamente utilizam e/ou invertem ao seu favor os elementos de uma racionalidade mercadológica que reproduz na esfera íntima os valores que

estruturam o mercado financeiro e o mundo do trabalho precarizado, explicitando os sentidos que essas mulheres empregam sobre as fantasias comercializadas pelas redes sociais customizadas para o encontro de um sugar daddy. Referências bibliográficas ILLOUZ, E. Hard romance: Cinquante nuances de Grey et nous. Paris: Seuil, 2014. HINE, C. Ethnography for the internet: Embedded, Embodied and Everyday. London: Bloomsbury Academic Publishing, 2015.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/713_67671657_288567.pdf

Apresentação Oral

Dinâmicas de visibilidade, mediação cultural e mobilidade social no perfil @blogueiradebaixarenda

Carla Fernanda Pereira Barros

O artigo pretende compreender os sentidos do consumo no perfil @blogueiradebaixarenda presente nas mídias sociais Instagram, Youtube e Tiktok, considerando as percepções acerca da materialidade e suas articulações com dinâmicas de mobilidade social. Trata-se de analisar que elementos compõem o "lifestyle baixa renda" enquanto categoria nativa, dentro do contexto de produtores de conteúdo digital oriundos de famílias de classes populares. Através de pesquisa de observação online (HINE, 2015), foram analisadas publicações, hashtags e comentários nas três plataformas, analisando de que modo práticas de consumo aparecem como mediadoras de processos de hierarquização social e de subjetivação. Aspectos geracionais chamam atenção nesse cenário, onde membros de diferentes grupos criam significados diversos em suas práticas online, envolvendo muito mais que "competências computacionais" (VENKATRAMAN, 2017; SPYER, 2017). A atuação nas mídias sociais revela questões relacionadas ao lugar da @blogueiradebaixarenda na estrutura social e, ainda, como essa autoexpressão vem atrelada a reivindicações sócio-políticas de visibilidade e ascensão. Procura-se compreender, assim, como é construída a alteridade baixa renda x alta renda, de que modo são acionadas a história de origem e a localização social nas vivências online, e de que maneira os diversos capitais configuram-se em um contexto de mobilidade social. Referências do Resumo: HINE, Christine. Ethnography for the Internet: embodied, embedded and everyday. London, UK: Bloomsbury Publishing, 2015. SPYER, Juliano. Social Media in emergente Brazil. London: UCL Press, 2017. VENKATRAMAN, Shriram. Social Media in South India. London: UCL Press, 2017.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481093_ARQUIVO_c9acf3b640f2052c63d319ef6bb69d74.pdf

Apresentação Oral

Memória e matrizes políticas do século XX: etnografia de grupos do Facebook que atuam em torno da memória da FEB (Força Expedicionária Brasileira na 2^a Guerra Mundial)

Carmem Rejane Antunes Pereira

A proposta deste trabalho é apresentar alguns elementos de observação etnográfica abordando os sentidos da memória política do século XX a partir do âmbito digital, tendo como foco imagens, sonoridades e relatos que circulam em grupos formados no e pelo Facebook, tematizando a memória da Força Expedicionária Brasileira. A FEB, como ficou mais conhecida, foi uma força militar aeroterrestre constituída por 25.834 homens e mulheres, que durante a Segunda Guerra Mundial - oficialmente ocorrida entre 1939 e 1945- participaram ao lado dos Aliados na Campanha da Itália nas suas últimas fases. A Segunda Guerra Mundial foi um dos eventos bélicos planetários do século XX. O conflito resultou na morte de cerca de 70 milhões de pessoas e ficou marcado por eventos trágicos como o Holocausto e o uso da bomba atômica. Episódios que antecederam ou acompanharam a sua eclosão mostraram experiências de matrizes revolucionárias e totalitárias que desafiam o pensamento crítico até os dias atuais e também configuram uma corrente de memória que está presente no cinema, televisão e literatura, compondo memórias de gerações que hoje vivenciam registros da época, os quais também circulam pela internet. A pesquisa visa, nessa sua fase exploratória, caracterizar e analisar os grupos citados, seus objetivos, seus critérios, suas regras; selecionar elementos textuais verbais, sonoros e imagens publicados em diversos perfis, que permitam compreender significações sobre o contexto mais amplo da FEB, interações e posições dos participantes, considerando ainda a sua possibilidade como interlocutores/as na investigação sobre a Segunda Guerra nas memórias da recepção em contexto brasileiro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661543733_ARQUIVO_951b0bc90cb46d2bcbd22c1309c552b3.pdf

Apresentação Oral

Feminismos no Instagram: uma análise sobre as construções de "feminismos" e "ser feminista" nesta mídia social.

Clara de Oliveira Coêlho

Em meu mestrado proponho analisar perfis autointitulados ou descritos como feministas na rede social Instagram. Minha questão central é analisar como se dá a produção de teoria e de conhecimento feminista e a construção de identidades feministas nesta rede social, a partir de uma amostra de cinco páginas. Pensando em explorar ainda mais os campos dos estudos feministas e sobre a internet, escolhi analisar cinco perfis diferentes. Selecionei páginas que publicassem textos autorais e tivessem o maior número de seguidores dentro da vertente em

que se declaram estar inseridas - as vertentes selecionadas foram a "radical", a "liberal", a "interseccional", a "marxista" e "feminismo negro" -, de modo a fazer uma análise comparativa entre os discursos feministas desses perfis e compreender como o jogo social está sendo construído. Entendo que a melhor forma de desenvolver a etnografia dessas páginas é realizar uma análise sistemática de suas publicações, depreendendo os temas, as teorias feministas e as pessoas citadas, buscando pontos de convergência e discrepância entre suas análises, ou seja, examinando como cada perfil empenha-se em construir e disseminar o que é "ser feminista" e o que é "feminismo". Trata-se de etnografia digital que se iniciou no final de 2020, na qual, além de analisar o conteúdo produzido para o Instagram, também tenho mantido contato direto com minhas interlocutoras, o que possibilitou videochamadas e conversas por Whatsapp. Aqui, pretendo analisar como estes perfis, ao optarem por abordarem determinadas temáticas e pelas posturas adotadas frente algumas conceituações, acabam propagando, reformulando e moldando novas subjetividades feministas. Assim, pretendo analisar esses perfis como campos discursivos de ação e como lócus da construção de uma nova epistemologia do conhecimento feminista, ou seja, como estes perfis estão se utilizando deste aplicativo para debater e redefinir o que é "a luta feminista". Nesta pesquisa, o Instagram não é entendido apenas como uma plataforma que viabiliza estas disputas de sentidos e a propagação de conhecimentos e discursos, como um espaço neutro, e sim como um ambiente que promove e divulga determinados tipos de discursos, formatos e conteúdos em detrimento de outros, gerando e promovendo uma "economia de visibilidade". Este artigo apresenta análises iniciais de questões que estão surgindo ao longo do meu campo do mestrado, que ainda está em curso.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661350383_ARQUIVO_e7b37d420abbf08cc73c6c410ac10e34.pdf

Apresentação Oral

Redes LGBTQIAP+ e agenciamentos com plataformas digitais sonoras

Danillo Roberto Teodozio Costa Pinto

Os sons, como ecossistemas que habitam a vida humana e não-humana, aglomeram práticas culturais carregadas de mensagens e intenções capazes de agir na comunicação, nas emoções, nos comportamentos e nos processos de subjetivação. No cenário contemporâneo, pessoas LGBTQIAP+ de distintas partes do ecossistema global unem-se a tecnologias sonoras e alargam o compartilhamento de vivências e informações num mundo interconectado pela internet. Este trabalho objetiva, por meio de perambulações na plataforma digital do Spotify, seguir agenciamentos de pessoas LGBTQIAP+ do Brasil que compartilham conteúdos na podosfera. Realizei um mapeamento de podcasts a partir do descritor LGBT, que deu vazão a

991 podcasts e dos quais 190 produzidos por pessoas do Brasil foram catalogados. Na intenção de disponibilizar o banco de dados para acesso público na plataforma, criei um perfil de pesquisador e cataloguei os podcasts em seis playlists identificadas a partir dos anos de lançamento: 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Esta decisão reverberou em dilemas metodológicos que cruzaram a pesquisa ao considerar elementos como algoritmos, historicidade do descritor e as características próprias da plataforma, evidenciando diferentes percursos e o sumiço de alguns podcasts catalogados. Nos fluxos dessas redes em que experiências se coadunam e se co-produzem, atenta-se para a heterogeneidade de intenções agenciadas, seja em projetos profissionais, atividades de coletivos, divulgações de pesquisas, ou mesmo no compartilhamento de contos eróticos. No emaranhado de narrativas que reescrevem memórias, assimetrias nas relações de pessoas com as mídias convencionais das décadas de 80 e 90 no Brasil remetem a processos de silenciamentos, violências e imagens estereotipadas da população LGBTQIAP+, bem como a discursos regulatórios da binaridade de gênero, de patologização da homossexualidade, de chacota, erro, naturalização de corpos e vergonha da família. Em contraposição a esses trânsitos que marcaram infâncias e adolescências de pessoas LGBTQIAP+ no Brasil, se observa desde 2016 no Spotify a emergência de outras narrativas. Nesse sentido, o trabalho demonstra a co-produção de uma rede LGBTQIAP+ que alarga o compartilhamento de vivências narradas e protagonizadas por esses sujeitos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475803_ARQUIVO_9a45cc43e7d7186a6e3e47e9b3081ade.docx

Apresentação Oral

Repertório de ação digital da Malungu durante a pandemia de Covid-19

Gabriel Baena

O presente artigo traz reflexões sobre o uso das tecnologias da informação e das mídias digitais da Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu) para o enfrentamento da pandemia de covid-19, nas comunidades remanescentes de quilombo do Pará. Desde a chegada da doença nessas comunidades, registrada em abril de 2020, o uso desses dispositivos tecnológicos intensificou-se entre os quilombolas, com o objetivo de promover o enfrentamento da doença e o ativismo político da Malungu. Atuando em nível estadual, essa entidade representa, atualmente, mais de 500 comunidades cuja trajetória remonta ao período colonial e às rebeliões e fugas de negros escravizados na região amazônica (SALLES, 2013). Neste trabalho, os estudos de ciência e tecnologia desenvolvidos por Latour (1994) têm fornecido importante contribuição para os estudos de mídia e/ou antropologia digital. Latour nos oferece o conceito de redes

sociotécnicas, segundo o qual, as redes são formadas por associações de humanos e não-humanos, permeadas e imbricadas por várias questões híbridas, tais como a economia, política, ciência, cultura, religião, entre outras. A partir dos pressupostos da Teoria Ator-Rede (TAR), destaca-se que o social está sempre em formação como uma rede de associações de atores sempre em movimento. Sobre a noção de repertório digital, as autoras Jennifer Earl e Katrina Kimport (2011) pontuam duas características para sua emergência: o custo reduzido para criar; organizar e participar de protestos e a capacidade de agregar ações individuais dos indivíduos em ações coletivas mais amplas sem exigir que os participantes estejam no mesmo espaço. Dessa forma, este artigo se concentra em: 1) descrição da ação coletiva da Malungu; 2) os conteúdos informacionais que foram e são disseminados por meio das mídias sociais aos quilombolas; 3) as diferentes campanhas durante o período de pandemia. Defendo que o isolamento e distanciamento social, vivenciado pela pandemia de covid-19, forçou a reorganização e articulação da Malungu, como também alterou sua atuação, criando novas formas de ativismo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477904_ARQUIVO_197db4e2ea6a0a8c857bec4f4abf990b.pdf

Apresentação Oral

Mídias sociais e as diferentes experiências de cura durante a pandemia do novo Corona vírus

Gabriel Ferreira de Brito

objetivo deste trabalho foi analisar mídias sociais compartilhadas por três participantes de uma pesquisa sobre a experiência de residentes da cidade de Olinda com a pandemia de Covid-19 a partir de ambientes digitais. Trata-se de uma etnografia digital e presencial. O marco teórico se baseou nos modos de existência de Bruno Latour. Metodologicamente utilizou-se o programa Atlas ti7 como auxiliar na análise qualitativa dos dados. Assim, o compartilhamento de mídias sociais pelas informantes selecionados era transferido para o Atlas; depois eram codificados em palavras-chave que remetesse a associações em torno da pandemia; depois de definidas as redes de associações, eram finalmente categorizadas as redes de códigos nos modos de existência. Concluiu-se que existem duas formas de lidar com a pandemia, conforme mídias sociais compartilhadas: Na prevenção, é possível seguir a ciência, com medicamentos (tendo eles eficácia comprovada por esse modo ou não); ou com hábitos que cruzam práticas psíquicas e com diferentes espiritualidades. Por outro lado, foi identificado que no hiato da substituição do uso de medicamentos pelo cruzamento de bons hábitos e espiritualidade, os efeitos placebo, fundamentais para a experiência (bio)médica e científica, desaparecem. Eles são substituídos pela correlação entre a experiência de cura

individual, baseada no hábito, com mídias sociais que transportam outras experiências de cura que ratificam a automedicação e os "hábitos saudáveis". Por último: propõe-se, a nível teórico, classificar o animismo como um modo de existência, a despeito do seu equivalente "moderno", o modo de existência da metamorfose.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660395640_ARQUIVO_46dbfd244d070f95390ce93a7747101c.pdf

Apresentação Oral

Analisando os Desafios dos Usos das Tecnologias Digitais por Servidores/as Públicos Idosos/as: uma etnografia no contexto da Universidade Federal de Goiás.

Galba Cristina Bezerra França Scartezini

Devido ao acelerado processo de envelhecimento populacional entrelaçado ao uso de tecnologias e mídias digitais, os quais vem sendo crescentemente analisados pela ciências sociais e mais particularmente pela antropologia, decidimos acompanhar analiticamente as inovações tecnológicas - sobretudo com o impacto da pandemia da COVID-19 na atuação de profissionais da educação em contextos universitários. Este paper tem como objetivo analisar os desafios do aprofundamento da implementação de regimes de trabalho remoto mediados pela internet para a população que envelhece, especialmente tomando as narrativas de servidores/as públicos/as federais na meia idade e velhice. O pano de fundo da análise é a necessidade de investigar as transformações no curso da vida a partir das narrativas de meus/minhas interlocutores/as sobre as formas de adaptação aos programas implantados pela Administração Pública Federal (APF) voltados para modernização e simplificação dos acessos dos servidores, principalmente no contexto pandêmico de 2020 ao contemporâneo. Nos últimos anos, mesmo antes da pandemia, têm sido implementados inúmeros sistemas e programas governamentais digitais aos/às servidores/as públicos/as. Mas será que os/as servidores/as mais velhos/as se sentem preparados/as e adaptados/as às mídias digitais que vem sendo crescentemente impostas? De quais maneiras essas mídias digitais têm reconfigurado e transformado suas trajetórias profissionais? Embora as mídias digitais tenham se inserido no cotidiano da "população 60+" e o uso da internet já pode ser visto como comum e disseminado, é importante examinar mais detidamente às narrativas de meus/minhas interlocutores/as sobre seu processo de adaptação às demandas trabalhistas relacionadas aos programas governamentais que vieram em grande maioria para substituir de forma "digital" atividades que já vinham sendo desenvolvidas de modo "analógico". Deste modo, minha pesquisa envolve uma abordagem antropológica, mediante observação-participante e análise de narrativas, sobre o envelhecimento e velhice e os desafios profissionais e pessoais relacionados aos usos de sites, aplicativos e mídias digitais no contexto de trabalho de

servidores/as públicos/as federais. Uma das contribuições de minha etnografia é oferecer informações institucionais sistematizadas à UFG - e a sociedade, em termos mais amplos - sobre as dificuldades, os desafios e as oportunidades que a digitalização do trabalho na educação pública superior tem produzido nas perspectiva de servidores/as mais velhos/as. Por fim, o tema tem nos instigado, tanto na posição de trabalhadores/as da educação de ensino superior como na perspectiva de contribuir com a análise antropológica destas situações e contextos institucionais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661462954_ARQUIVO_b55bfebedb23842bade4bd5b5ad9a3b1.pdf

Apresentação Oral

Entre saúde, ciência e internet: notas sobre associações canábicas e comunicação científica no Instagram

Hellen Caetano

Neste trabalho, busco demonstrar como a internet e o surgimento de redes sociais têm contribuído ativamente para o compartilhamento de experiências de adoecimento, uso de substâncias, terapias alternativas, compartilhamento e produção de dados científicos. Para isso, analisei conteúdos de divulgação e comunicação científica produzidos por associações de pacientes em torno do uso terapêutico de Cannabis e seus componentes derivados. Essas associações vêm fazendo um trabalho importante, principalmente no Instagram, buscando compartilhar o que está sendo produzido em diferentes áreas de conhecimento com esses compostos, dando uma ênfase maior a área biomédica. Para rastrear as conexões e relações entre as associações, produtos científicos e os seguidores (pacientes, familiares, pessoas próximas a causa), analisei o conteúdo produzido por três associações (Abrace Esperança, Apepi e Cultive) entre os anos de 2020 e 2021 que foram disponibilizados no Instagram. Esses conteúdos foram analisados no programa de análise qualitativa Atlas.ti a partir de codagem de dados. Tomo esses espaços como lugares privilegiados que entrecruzam experiências online e off-line, demonstrando como a ciência e os produtos científicos estão presentes em nosso cotidiano e como o trabalho de comunicação científica realizado por essas associações tem sido essencial para garantir fluxos de informações, expertises e acessos à novas terapias de saúde.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659727163_ARQUIVO_776ea1b11a73fe0d5556014c4002b36c.pdf

Apresentação Oral

Line up: entre Newbie's; Noob's; Nerd's e Npc's. Reverberações antropológicas sobre um bar E-sports em Curitiba-PR

José Ricardo Pacheco, Deiler Raphael Souza de Lima

Este artigo decorre de uma etnografia realizada na cidade de Curitiba-PR, entre o período de julho de 2018 a junho de 2019. A etnografia foi conduzida a partir da observação de um estabelecimento de lazer noturno, especificamente, o bar de E-Sports Cooldown. A priori, tendo como objetivo compreender as questões motivacionais que orientam o público denominado Gamers a frequentar o bar referido, bem como, as relações de sociabilidades e os entrelaçamentos que se estabelecem entre o público frequentador comum, os gamers e o ambiente de jogabilidade. Diante das inferências que circundam esse campo, tais como: construções de identidades e usufruto da vida social a partir do uso das tecnologias e virtualidades. Ademais, há uma intersecção entre o usufruto da vida social e o uso das tecnologias nesse estabelecimento, promovido por meio de competição/disputas de diversos jogos virtuais, tornando-se um denominador importante que contribui para a sociabilidade, visto que, há um público específico para cada categoria de jogos. Palavras-chave: E-sports; Tecnologias; Sociabilidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659559772_ARQUIVO_5200854b6b89146b17a5a21ff90d74a1.pdf

Apresentação Oral

"Diga-me em quem votou que te digo se tem chance comigo": notas sobre usos das mídias digitais, repertórios de amor e política

Juliana do Prado

Este trabalho pretende analisar como os usos das mídias digitais no Brasil têm modulado as buscas por relacionamentos amorosos de modo conjunto com a circulação de repertórios políticos de grupos autodenominados de esquerda. Partindo de reflexões de pesquisa realizada em um grupo de Facebook denominado aqui de ESQ, almeja-se investigar quais repertórios circulam nesses espaços que permitem verificar expectativas sociais em torno do amor que se intersectam com posicionamentos políticos convergentes. O ESQ surgiu em 2019, após alguns meses do acirramento do contexto político polarizado com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Tem como proposta ser um grupo que coaduna sujeitos com posicionamentos políticos semelhantes, de tendências autodenominadas de esquerda. Os sujeitos que se apresentam e participam dessa rede estão em uma faixa etária entre 27 a 60 anos, autodeclarados heterossexuais, brancos em sua maioria, pertencentes à carreiras acadêmicas, de profissionais da educação, liberais, funcionários públicos, entre outros. A sociabilidade produzida opera como triagem, indicando que o entrosamento público propiciado ali tem se

apresentado como fundamental e se diferencia da proposta de aplicativos de busca de parceiros (as/es) por permitir atestar posicionamentos que se configuram como fundamentais nas expectativas por relações amorosas. Assim, o grupo se estrutura em rede em torno de valores em comum, e oportuniza as chances de avaliar publicamente uma série de discursos relacionados ao contexto político em um panorama que se apresenta dividido tanto online quanto offline. Nesse trabalho proponho um enfoque em torno de observações e descrições da dinâmica dessa rede social, tendo em vista as seguintes questões de pesquisa: O posicionamento político em uma esfera pública técnico-midiatizada tem se transformado em ritual de paquera? Quais pautas que têm sido levantadas pelo cenário político se referem à posicionamentos de esquerda e são constantemente mobilizadas como espécie de filtros na busca de parcerias amorosas? No mercado afetivo do ESQ, a pessoa mais atraente parece ser a que se destaca não apenas pela sua imagem, fundamental à sociabilidade online, mas também, pela maneira como consegue elaborar um perfil com uma narrativa centrada em sua atuação e desempenho nas interações sobre pautas políticas presentes naquela rede. Um perfil desejável deve ser compatível com a circulação de conteúdos informados por uma série de demandas políticas consideradas de esquerda. Nessa empreitada, repertórios comprometidos com discursos sobre desigualdade de gênero e sexualidade, Direitos Humanos, feminismos e anti-racismo parecem ganhar mais evidências e se inclinam à posturas não apenas esperadas, como também mais sondadas e averiguadas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661271022_ARQUIVO_dcc9cc70cbc0e0887c062f0ef4bcaa81.pdf

Apresentação Oral

Hashtags e Testemunhos: trajetos do sofrimento entre mulheres evangélicas no WhatsApp

Lorena Mochel

Neste trabalho, fruto do recorte de minha tese de doutorado em andamento, reflito sobre como mulheres de diferentes denominações evangélicas agenciam sofrimentos formando coletividades no WhatsApp. A pesquisa etnográfica se realizou em um ministério não vinculado ao espaço físico e institucional de uma igreja, sendo formado por um casal de pastores negros e pentecostais, mulheres que residem em regiões periféricas de cidades da região sudeste, além de brasileiras migrantes na Europa. Através de um cotidiano que envolve grupos de oração no WhatsApp e a realização de eventos itinerantes voltados para evangélicas, a análise incitou questões a respeito de dois âmbitos da relação com o digital; de um lado, a presença dos smartphones na reformulação de carreiras pastorais autônomas e, do outro, as estratégias elaboradas por estas mulheres para lidar com sofrimentos, em grande

medida atravessados por violências no âmbito conjugal. Meu enfoque será no segundo plano analítico, cujo objetivo é compreender como os usos do WhatsApp nesse ministério criam e transformam redes de cuidado femininas. Se, conforme afirma Fewkes (2019), o caráter de ubiquidade, facilidade de acesso e privacidade são características dos aplicativos móveis que propiciam seus usos religiosos, tais engajamentos no WhatsApp podem ser entendidos enquanto formas de publicizar intimidades de modo seguro e em conformidade com as sensibilidades da ética virtuosa. O caráter interdenominacional e baseado no acolhimento de mulheres de diversos credos torna este um espaço de convívio cotidiano paralelo às igrejas. Enquanto mídia digital, o WhatsApp agrupa narrativas em primeira pessoa que concorrem com outros modos online e igualmente generificados de produzir enfrentamentos no espaço público. Desse modo, cabe perguntar: Que tensões e disputas percorrem engajamentos que não se adequam ao ideal liberatório? De que maneiras a publicização de intimidades através dos grupos no WhatsApp formam ministérios? Em que medida estas coletividades dialogam e disputam com enfrentamentos produzidos nos "feminismos hashtags" (Almeida, 2019)? Como contar testemunhos pelo WhatsApp cria e transforma modos de falar sobre o sofrimento? Ao contrário de perspectivas que identificam o acesso ao divino como solução que fornece respostas fáceis e imediatas para aplacar o sofrimento, as relações digitais estabelecidas com Deus são desenvolvidas através de complexas experiências de "coletividades imaginadas evangélicas" (Sant"ana, 2017). Circular orações, pregações e testemunhos por mensagens de textos e de voz no WhatsApp são dispositivos que, no sentido foucaultiano, acionam disputas no pentecostalismo por coletividades femininas que se engajem no trabalho de "ritualização e (re)narração do sofrimento" (Das, 2020).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482706_ARQUIVO_9370230320173a3feb6fbbd3bd1f6409.pdf

Apresentação Oral

Visão Computacional: Antropologia do Viés Algorítmico em ferramenta de Facial analysis

Mayane Batista Lima

As investigações acerca da Visão Computacional (VC) têm gerado muitos debates contemporâneos acerca do seu uso e do viés inserido na máquina (NOBLE, 2020; TARCÍZIO, 2020; BUOLAMWINI&GEBRU, 2018; RAJI, 2020). Mesmo nas máquinas nomeadas como autônomas (que agem e pensam por conta própria), no entanto, o viés humano (O'Neil, 2020; Christian, 2017) está inserido na rotulação de dados para um aprendizado maquínico eficaz. Deste ponto de vista, Russell (2021) e Lee (2019) argumentam que as redes neurais maquínicas demonstram reconhecimento mais eficaz depois de treinamento adequado através

de exemplos rotulados que conectam os muitos pontos de dados ao resultado esperado, o que exige quantidades massivas de “ dados relevantes” . Mas nem todos são coletados. Se um determinado grupo é incluído e outros o são em menor escala, a programação é vista de um determinado ponto. Isso corrobora para uma visão unilateral, ou seja, contribui para alimentar “ padrão de dados que não são coletados” (ONUOHA, 2018). Ora, crucialmente, dados são também pessoas (LIPPPOLD, 2017). A máquina desenvolve a tomada de decisão algorítmica a partir daquilo que aparece nos dados, já os demais são encapsulados e separados estabelecendo assim parâmetros que expressam os vieses da máquina, tais como diferenças de gênero, raça/etnia, classe e outros marcadores sociais. Nos interessa compreender como a ferramenta de análise e reconhecimento facial Amazon Rekognition, analisa, identifica e classifica as características de pessoas de gêneros dissidentes (PRECIADO, 2021, 2020); pessoas que não correspondem às expectativas das normatividades de gênero “ convencionais” (BUTLER,1990). Questões como essa nos levam a pensar quais corpos são reconhecidos pelas máquinas e como estas são ensinadas a “ enxergar” por meio dos limites biológicos encapsulados no binário “ masculino” ou “ feminino” (PRECIADO, 2021, 2020, ALMEIDA, 2020; STOLCKE, 1991; BUTLER, 1990).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/831_63345515_288567.pdf

Apresentação Oral

Além do sexo: Uma etnografia digital sobre camgirls brasileiras construindo laços afetivos na internet durante a pandemia.

Núbia Sena dos Santos Ramalho

O presente trabalho é parte do desenvolvimento da pesquisa de mestrado inserida no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas e busca compreender, por meio da abordagem etnográfica, como a inserção no trabalho sexual online atravessa o cotidiano e as perspectivas de vida, afetividade e sociabilidade de mulheres brasileiras que exercem o trabalho de camgirl, sobretudo no cenário da pandemia, quando a internet ganhou ainda mais relevância para a socialização dos sujeitos quarentenados. Uma sociedade onde quase qualquer pessoa munida de um smartphone tem uma produtora de vídeo na palma da mão, ou seja, é uma criadora de conteúdo digital em potencial, gera as condições para a busca de outras possibilidades de promover seu sustento material de forma autônoma, dentro do próprio ambiente doméstico, de modo a manter o chamado "isolamento social" exigido durante o auge da pandemia; entre as quais se tornar uma camgirl, como são chamadas as profissionais do camming, atividade que consiste em exibicionismo online, de teor erótico ou não, através de uma webcam. Partindo dessa perspectiva, tal investigação pretende privilegiar as percepções e noções, das mulheres trabalhadoras do camming, refletindo sobre questões relacionadas ao trabalho sexual online num quadro pandêmico e pós pandêmico.

Essa etnografia digital articulará as representações sociais e os discursos sobre as camgirls com os dados etnográficos levantados através das interações sociais com profissionais do trabalho sexual online mediadas pela internet. Nesse contexto etnográfico, o uso das redes sociais é constante e fundamental para construção da pesquisa, que utilizará um referencial teórico que tem como base as linhas teóricas que compõem o arcabouço sobre etnografia digital.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661467477_ARQUIVO_4a6e576fbbf5be91696e57b59f8149e4.pdf

Apresentação Oral

Paisagens-afetivas: a centralidade do visual nas disputas entre feministas e antifeministas em ambientes digitais

Olívia Alves Barbosa

Proponho pensar como a tecnologia das novas mídias sociais se relaciona com o uso cada vez mais acentuado da linguagem visual na ações de ativistas feministas e antifeministas. Para isto realizei uma etnografia digital das interações entre estas ativistas, o que me deu a possibilidade de observar a circulação de imagens e vislumbrar a relevância do visual em disputas sobre questões de gênero. Observei que ativistas feministas e antifeministas têm conta em múltiplas mídias e plataformas digitais, mas movimentam mais ativamente e têm um número maior de seguidores no Instagram. Suponho que a valorização do Instagram se deva à centralidade que a imagem obtém nesta mídia em que se compartilham fotografias, imagens e vídeos. Considerando que as relações sociais no ambiente digital não se dão no vácuo de centralidade à materialidade da infraestrutura digital (designs, algoritmos, funcionalidades), do conteúdo digital (vídeos, textos e imagens) e do contexto digital. Henri Lefebvre, em *A produção do espaço*, mostrou que o espaço não é um fator puramente material, mas um produto social que nunca se constitui como uma obra completa: é continuamente produzido pela sociedade e está sempre ligado ao tempo na forma de processos práticos, discursivos e simbólicos. Esta noção de espaço de Lefebvre possibilita entender o espaço social digital como um produto da sociedade da informação e ao mesmo tempo condição de produção dela. Esse espaço digital abarca processos discursivos e simbólicos específicos, isto é, aspectos pensados e sentidos da experiência social, bem como apresenta uma materialidade própria. No caso em questão, a ação produtiva das ativistas feministas e antifeministas na internet confere materialidade a um espaço social digital que é ao mesmo tempo o meio em que essas disputas se produzem e produto delas. Embora usuários pertencentes a diferentes redes tenham em comum a organização e design das mídias, as paisagens afetivas e sensoriais a que têm acesso são diferenciadas em função de como algoritmos codificam suas ações e,

com base nessa codificação, produzem associações. Por isso, quando agem digitalmente, feministas e antifeministas se voltam para a captura da atenção dos usuários. Isso implica que, para ganharem maior visibilidade e não serem soterradas numa avalanche de informações, as mensagens devem despertar o interesse em frações de segundos. Uma forma de obter esse efeito é agenciar imagens emotivas que provocam o engajamento daqueles que concordam e discordam delas. Se a linguagem do Instagram é majoritariamente visual podemos estar diante de um novo modo de fazer política. Meu interesse, nesse sentido, não é observar a política das imagens nas mídias sociais, mas entender como a partir delas se passou a fazer política por meio de imagens.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661437443_ARQUIVO_8c20d1d9f47f21aff2699c89df4f957a.pdf

Apresentação Oral

As dinâmicas de mulheres gamers e streamers do League of Legends em João Pessoa-PB

Raissa Taimilles Valério Paiva de Souza

Os jogos eletrônicos são imensamente populares na contemporaneidade, levando um grupo grande de pessoas a investir mais tempo conectados nas plataformas dos jogos online do que com outras atividades de lazer e entretenimento. Só no período da pandemia os acessos e menções aos jogos das mais diversas plataformas, assim como o assunto games nas redes sociais cresceu consideravelmente. A Microsoft divulgou que registrou um aumento de 130% no seu serviço de assinatura, o game pass. Uma pesquisa levantada pelo Sioux Group, através da unidade de negócios Go Gamers, ESPM e Blend New Research ouviu 5.830 pessoas em 26 Estados e no Distrito Federal no mês de fevereiro de 2020, e a pesquisa aponta que 73,4% dos brasileiros dizem jogar jogos eletrônicos independentemente da plataforma, sendo 33,6% destes usuários de 25 a 34 anos. Desde 2016 a mesma empresa vem apontando que as mulheres são a maioria entre a comunidade gamer brasileira, tendo uma representatividade de 53,8% deste público. Desta forma o interesse aqui é discutir em torno da presença de mulheres nos espaços dos jogos digitais, mais especificamente o League of Legends, onde tento entender como funciona o processo de participação das mulheres em partidas normais, bem como competições na cidade de João Pessoa-PB. League of Legends é um jogo gratuito exclusivo para computadores, pertencente ao gênero MOBA da desenvolvedora Riot Games, lançado no ano de 2009. A sigla MOBA significa Multiplayer Online Battle Arena (arena de batalha online de multijogadores) e faz referência a um estilo de jogo em que existem dois times adversários compostos de cinco jogadores, cujo objetivo é invadir e destruir o território inimigo através do trabalho em equipe. É muito comum encontrar mulheres jogando partidas

de LoL, e mais comum ainda é ouvir relatos sobre questões de assédio e xingamentos contra elas. Pode-se observar que as práticas no espaço dos jogos são um subproduto das práticas desiguais de um regime machista que vivenciamos em nossa sociedade enquanto mulheres. Aqui preciso acrescentar que também existem outras demandas em relação ao preconceito no espaço dos jogos digitais, mas que para este trabalho especificamente, estou tratando especificamente de mulheres. Nesse contexto, o trabalho também vai tentar analisar em um nível social no sentido de formação, manutenção, organização e dinâmicas, dentro do e-sport no âmbito do gameplay. O gameplay trata-se de um termo que faz referência à totalidade da experiência dos jogadores durante um jogo, envolvendo desde o ambiente, seu sistema de regras, a interação competitiva com outros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475194_ARQUIVO_c94e5cb85556e76d98c57a1bdaf32b4d.pdf

Apresentação Oral

Sobre repovoar narrativas: o trabalho dos criadores de conteúdo a partir de uma abordagem sociotécnica

Stephanie Ribeiro

O presente estudo objetivou elaborar uma revisão narrativa da literatura sobre influenciadores digitais e sugerir uma análise inspirada no campo de Science and Technology Studies. A literatura temática mantém o eixo explicativo das pesquisas centrado na figura do influenciador enquanto produtor da ação e usuário das tecnologias digitais. No entanto, argumento que é possível perceber a construção de influência nas plataformas digitais enquanto efeito de uma vasta rede de elementos heterogêneos e não apenas de um ou mais sujeitos. Proponho que o trabalho dos influenciadores só é possível quando essa rede sociotécnica é acionada de modo que seria interessante do ponto de vista analítico descrevê-la. As vantagens dessa abordagem sociotécnica seriam encontrar respostas sobre como essas articulações acontecem e apontar para outras formas de compreender as associações entre sujeitos e mediações técnicas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661434711_ARQUIVO_d0c3991b49fa98c09066ae79f8b39efd.docx

Apresentação Oral

No Rastro Da AI-Web: Tecno-Atores, Dispositivos Técnicos e Experiências Midiáticas Na Rede Sociotécnica Islâmica No Nordeste Do Brasil

Vanessa K. Mota Lima, Patrícia Lopes Goldfarb

Resumo Para a realização da pesquisa, optamos pelo chamado método etnográfico, com ênfase na "observação participante" e privilegiando a "técnica da análise do discurso". (DURHAM 2004, p. 25-26). A construção do conhecimento é mais do que se pode visualizar materialmente, e, portanto, é impossível construir pesquisa etnográfica sem elaboração teórica (PEIRANO 1992). Neste texto há uma abordagem, a priori, de revisão bibliográfica, mas, também está fundamentada nas técnicas que englobam nossa pesquisa de campo. Para além destas, contamos com computadores e celulares, dispositivos técnicos de mediação da pesquisa e que nos possibilitam uma etnografia virtual através do contato com as "falas" dos sujeitos e suas "ações". São métodos e instrumentos de investigação que julgamos, portanto, necessários a elaboração deste trabalho. O crescimento do número de revertidos brasileiros à religião islâmica no país é decorrente de alguns fatores, dentre eles, o avanço das tecnologias digitais, aliado à pluralização e democratização do acesso à internet (Souza-Lima, 2016). Quando tencionamos criar um vocábulo que englobasse essa teia islâmica, a qual denominamos de AI-WEB, - as agências dos actantes, "círculos de convergências" que conectam a teia e a expandem a partir das reversões, circuitos e trajetos religiosos, além dos acessos a sites, grupos de estudos e redes sociais, formando associações de revertidos islâmicos no nordeste - pretendíamos entender esses trajetos digitais, traçados e percorridos por esses muçulmanos que fazem usos de computadores e da internet a fim de mapear esses fluxos de linhas traçadas pelos actantes nesse "local digital" da fé. Ainda há muito esforço que precisa ser feito para descrever a rede sociotécnica do Islã no nordeste e há muito que precisa ser descrito. É, portanto, uma tentativa de compreender de que modo os "caminhantes da senda reta", traçam seus trajetos digitais (e-Islã) e se tornam mediadores da rede islâmica (AI-Web) neste contexto. São reflexões iniciais, que pretendem contribuir para os estudos da antropologia das associações, do ponto de vista da crença no Brasil. Referências LATOUR, Bruno. Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-Edusc, 400 p., 2012 MARCUS, George. ETHNOGRAPHY IN/OFF THE WORLD SYSTEM: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. Annu. Rev. Anthropol. 1995.24:95-117 https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1897105/mod_resource/content/1/George%20Marcus_Ethnography%20in%20off%20world.pdf SOUZA-LIMA, Vanessa Karla Mota de Souza . A casa da Ummah: comunidades religiosas islâmicas sunitas no Nordeste do Brasil - Paraíba e Agreste de Pernambuco. 2016. 227f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661460219_ARQUIVO_4c65415fe557792190560ceb49efa27.pdf

Apresentação Oral

Sinto vontade de voltar, só não sei para onde

Virgilio Cesar de Mello Libardi, Maria Cristina Dadato

A fotógrafa jordaniana Tanya Habjouqa por meio do audiovisual Syria via WhatsApp, provoca fortes emoções nos espectadores em pouco mais de três minutos de duração. O filme é baseado em narrativas personalizadas de refugiados nas quais são demonstradas as experiências vividas por um pequeno número de indivíduos visando enfatizar uma questão social mais ampla. O uso da câmera fotográfica, aliando a pungência das imagens aos fragmentos de mensagens de voz, desvela a compreensão sobre a situação dos deslocados frente ao conflito sírio. Ao mesmo tempo, revela como refugiados utilizam as plataformas digitais como práticas cotidianas para contatar familiares, criar e/ou participar de comunidades de apoio no processo migratório, e para registrarem suas próprias histórias. Neste sentido, o uso dos dispositivos móveis se converteu em elemento essencial para que os indivíduos migrantes e suas redes familiares, de amizades e ativismo sociopolítico mantenham suas relações de sociabilidades, compreendendo-as como fenômenos de autenticidade análogas nas práticas socioculturais. A partir do curto vídeo de Habjouqa somos provocados a mirar no quase interminável material que circula nas redes e propor uma análise da condição dos imigrantes em uma perspectiva antropológica, a partir das imagens e dos relatos contidos em Syria via WhatsApp.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661453399_ARQUIVO_eef6210e2c1f230a2040a9324c8d8c26.pdf

Apresentação Oral

Os vídeos e a doença: quando médicos se transformam em produtores de conteúdo.

Wagner Guilherme Alves da Silva

A pandemia de Covi-19 no Brasil pôs em curso um amplo processo de acusações e disputa em torno de medicamentos sem comprovada eficácia científica apontados por empresários, médicos e autoridades do governo federal como possibilidade real de enfrentamento da crise. Neste trabalho, busco compreender as modalidades de compartilhamento e comunicação entre médicos defensores do Tratamento Precoce e o conteúdo produzido por eles no instagram. Em minha pesquisa em grupos de WhatsApp, percebi que os vídeos do reels e do IGTV, bem como as caixinhas de pergunta, eram centrais na apropriação da linguagem biomédica pelos defensores da medicação e na produção da pessoalidade do caso que re-situava o TPP como "verdadeiro" porque pessoalizado. Compartilhando o dia a dia do "combate à doença" e dando dicas sobre como manter a imunidade alta associados a "pedagogização" sobre o corpo e os remédios, esses profissionais colocaram em curs concepções de corpo, de saúde, mas também de boa prática médica, pessoalizada e preocupada com a pessoa e não com os números. A valorização da experiência clínica individual e a recusa dos pressupostos de saúde pública se

conjuga a pânico morais e a necessidade de ação imediata em ordem de salvar vidas - nessa perspectiva, os remédios poderiam salvar a nação. Minha principal hipótese é de que o acesso a linguagem biomédica não apenas possibilitou um processo de justificação individual dos usos dos remédios, mas ainda, por meio do fenômeno descrito pela literatura como populismo médico, permitiu que comunidades morais pudessem ser construídas em torno dos remédios de seus defensores. Nesse processo, o corpo surge como metáfora da nação - o corpo biológico passa a ser modo de comunicação do corpo político, sempre reiterado em pequenas denúncias feitas pelos médicos sobre a "grande mídia", a "indústria farmacêutica" e a "indústria do medo". Reflito aqui sobre como o digital modula e reformula a própria prática médica e comunicação em medicina no momento em que médicos se tornam cada vez mais produtores de conteúdo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661379445_ARQUIVO_a448b7bee24092db0f12a60164c58304.docx

GT14: Antropologia dos Grandes Projetos: efeitos, conflitos e práticas de poder

Desde a década de 1980, a antropologia brasileira tem se debruçado sobre os efeitos sociais de grandes projetos, examinando os processos dramáticos de mudança socioambiental desencadeados pela construção de hidrelétricas. Inicialmente com foco sobre a atuação do setor elétrico, as experiências de deslocamento compulsório e as formas de mobilização e resistência organizadas, essa literatura permitiu a problematização da noção gerencial de "impacto" e apontou a importância do exame etnográfico de tais processos eminentemente conflitivos. Mais recentemente, ampliando tais abordagens para os estudos dos conflitos ambientais e das práticas de poder, a temática ganha relevância renovada, tendo em vista a intensificação da desregulação no campo ambiental, o contexto de multiplicação dos grandes projetos - extrativos, de infraestrutura, agroindustriais - e a recorrência dos desastres a eles associados. Este grupo de trabalho pretende reunir pesquisadores dedicados à compreensão dos conflitos ambientais, dos desastres, ao exame dos processos de violação de direitos e das iniciativas e estratégias políticas de enfrentamento mobilizadas pelas populações atingidas. Convidamos, ainda, antropólogos dedicados à análise das práticas de estado, institucionais e empresariais associadas aos grandes projetos, ligadas ao planejamento, à promoção da responsabilidade social corporativa e às estratégias de prevenção, pacificação ou domesticação dos conflitos.

Palavras chave: Grandes projetos; conflitos ambientais; comunidades atingidas

Deborah Bronz, Raquel Oliveira

Apresentação Oral

Tras las huellas del río: violencias y resistencias en el contexto de la implementación de la hidroeléctrica Ituango en el Cañón del Cauca (Antioquia - Colombia)

Ángela Jasmín Fonseca Reyes

Hidroituango, es el proyecto público de producción de energía eléctrica más grande que actualmente se está ejecutando en Colombia y uno de los más ambiciosos de América Latina. Las obras de esta hidroeléctrica se encuentran sobre el tramo medio del río Cauca, en el noroccidente del Departamento de Antioquia, a unos 170 kilómetros de la ciudad de Medellín, en la región correspondiente con el Cañón del Cauca. Es preciso mencionar que desde la mayoría de los municipios que conforman el Cañón del Cauca han sido epicentro de violencias políticas y armadas generadas por diversos actores (guerrillas, paramilitares, agentes del estado, etc.) en el contexto del conflicto armado y social que desde la década de los 80 se ha recrudecido en esa región. Si bien, los idealizadores y ejecutores de Hidroituango calcularon y presupuestaron los efectos socioambientales que este megaproyecto generaría, desde mucho antes de que las obras comenzaran, la vida en el río Cauca no se reduce a las medidas y los mecanismos propuestos en los Planes de Manejo Ambiental, contemplando que para las comunidades ribereñas el río a través del tiempo se ha constituido como una alternativa de sustento, una opción de trabajo, un medio de transporte, un espacio de socialización, un escenario de conflictos y violencias, entre muchas otras cosas. En este sentido, a lo largo de este trabajo proponemos una discusión alrededor las confluencias de los efectos socioambientales generados por el megaproyecto y el conflicto armado a través de la cotidianidad de determinados sujetos individuales y colectivos habitan en el Cañón del Cauca. Palabras clave: conflictos socioambientales, megaproyectos, resistencias.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662403917_ARQUIVO_b7f6e401955298f0d91c9c5ddfcaa857.pdf

Apresentação Oral

Risco como uma categoria em conflito no contexto dos Grandes Projetos em Pernambuco: reflexões a partir do Complexo Eólico Ventos de São Clemente

Flora Clarissa, Vânia Fialho

Este estudo tem como objetivo analisar a categoria risco a partir da retórica tecnocientífica dos defensores dos grandes projetos no contexto de transição energética. Em geral, os projetos hegemônicos incorporam o paradigma do risco, que é associado a uma noção probabilística, quantitativa, objetiva e corresponde a uma perspectiva institucionalizada, uma convenção

cognitiva, legitimada socialmente (DOUGLAS, 2007). A partir do conflito decorrente do Complexo Eólico Ventos de São Clemente, instalado na região Agreste de Pernambuco, observa-se a coexistência de várias percepções de risco desenvolvidas pela população local, por agricultores familiares, poder público e a empresa empreendedora do parque eólico. O conflito denuncia o caráter contraditório do empreendimento eólico e nos aponta a necessidade de problematizar o paradigma hegemônico dos grandes projetos de transição energética. Neste sentido, o estudo se dá à luz da teoria da construção social do risco, das contribuições dos estudos sociais das ciências e das tecnologias e tem como base metodológica: 1) o levantamento dos argumentos tecnocientíficos favoráveis aos parques eólicos; 2) a leitura dos estudos antropológicos dos grandes projetos em Pernambuco, em especial os do contexto de transição energética; e 3) o levantamento das diversas produções bibliográficas ou audiovisuais que retratem as relações em torno do Complexo Ventos de São Clemente. Importa ainda registrar que durante a fase exploratória da pesquisa, algumas hipóteses mobilizam o presente estudo, a saber: a) a noção de risco presente na retórica tecnocientífica negligencia os impactos socioculturais e territoriais provocados pelos grandes projetos, tendo como centro do risco a preocupação com a ocorrência de "desastres ambientais" e "desastres tecnológicos", configurados em eventos extremos; b) observa-se que o discurso tecnocientífico embaraça a compreensão do senso comum sobre risco, escamoteando o caráter desastroso dos grandes projetos que afetam a vida das populações locais mesmo sem o evento extremo acontecer; e c) as populações locais protagonizam o papel de contestadoras dos projetos de transição energética nos moldes dos grandes projetos capitalistas e questionam a imagem das empresas como "agentes privilegiados do progresso". Pôr em relevo as diferentes perspectivas de riscos e as considerações das populações locais atingidas pelos grandes projetos energéticos nos possibilitam problematizar tais empreendimentos no contexto brasileiro e latino americano, possibilitando sendas para a construção de propostas mais democráticas, viáveis e justas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482776_ARQUIVO_ae52182ee54710755d2ae126813e1177.pdf

Apresentação Oral

A negociação entre empresas e famílias na implantação de parques eólicos: Um estudo antropológico no agreste pernambucano

Jeíza das Chagas Saraiva, Vânia Fialho

O setor eólico vem aumentando de forma significativa sua participação na matriz energética brasileira. Na última década houve uma explosão de atividades relacionadas a fontes renováveis com o surgimento de parques eólicos, especialmente na região Nordeste. A energia

eólica é comumente relacionada a uma fonte limpa, de baixo impacto, sustentável e impulsionadora do desenvolvimento local e regional pelas ofertas de empregos e renda fixa para as pessoas que arrendam suas terras. Contudo, à medida que os empreendimentos eólicos se expandem, crescem demandas, contradições e conflitos nos diferentes lugares onde se instalam. Pesquisas desenvolvidas sobretudo na região Nordeste, em zonas costeiras ou rurais onde esses projetos se implantam, têm apontado para impactos socioambientais recorrentes e comuns a esses contextos, presentes em todas as fases dos empreendimentos, da instalação à operação. Além dos impactos ambientais, os parques eólicos modificam o uso e ocupação das terras e as relações e interações dos moradores dessas localidades com o meio que habitam, fatores que têm impactado diretamente na qualidade de vida dessas pessoas. A negociação entre empresas e famílias para arrendamento das terras, efetivada por meio dos contratos, é o principal instrumento para que esses empreendimentos sejam implantados. Desse modo, este trabalho parte da problematização da negociação entre empresas e famílias rurais para implantação de parques eólicos, para pensar como essas relações são estabelecidas e quais são seus desdobramentos. A investigação centra-se em municípios do Agreste Meridional de Pernambuco, primeira região a experienciar a instalação de dois grandes parques eólicos, Ventos de Santa Brígida e Ventos de São Clemente, que juntos, são os maiores empreendimentos eólicos em operação comercial no Estado desde junho de 2016. O complexo eólico Ventos de São Clemente e sua linha de transmissão, focos desse estudo, estão distribuídos em sete municípios do agreste pernambucano e envolvem diversos sítios de famílias rurais. Os dados e análises partem das situações observadas nesse campo, dos relatos de moradores locais sobre o processo negociação com a empresa e pela leitura dos contratos acessados. Dadas as variadas maneiras pelas quais a energia molda continuamente políticas e a vida social, identificar, por meio das respostas locais, as formas e os processos de negociação, as fontes e usos do poder, os padrões de comunicação, as estratégias e táticas desenvolvidas nas negociações para arrendamento das terras, ajuda-nos a compreender e problematizar o que está acontecendo nos lugares de desenvolvimento dessa matriz energética, as práticas adotadas pelas empresas e como as pessoas estão experimentando essas mudanças em suas propriedades e territórios.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661484357_ARQUIVO_7fa0b5d726b8c79b468851363678c0e4.pdf

Apresentação Oral

A porta giratória no campo da reparação: dispositivos de governança e trajetórias profissionais na gestão de desastres minerários. Uma análise desde o caso Samarco/Vale/BHP Billiton em Minas Gerais

Lucila Paula Melendi

Resumo: O trabalho aqui proposto faz parte de uma pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA-UFMG), com ênfase na governança do desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton. Após o rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015, o desastre se configura como um processo em curso que atinge a população de mais de quarenta municípios ao longo da bacia do rio Doce e o litoral do Espírito Santo. Mesmo sem ter recuperado o rio, nem reparado as vítimas, a Samarco obteve as licenças necessárias para voltar a operar. Pela magnitude dos danos causados e o êxito das empresas para manter os níveis de lucro, o desastre constitui um caso crítico para estudar as tecnologias sociais corporativas que governam, pacificam ou domesticam os conflitos sociais em torno de grandes projetos. Busca-se aqui, dessa forma, mapear os circuitos de capital simbólico que moldam o campo da reparação. Levando em conta o fenômeno da porta-giratória, o objetivo é analisar as trajetórias de profissionais na gestão de conflitos e desastres. Para isso, coloco foco na Fundação Renova, organização criada para executar as medidas de reparação previstas numa série de acordos entre as empresas e o poder público, pensando esta como um nó na circulação do capital técnico, social e político envolvido na gestão dos desastres. Para tal, se analisou o organograma da Fundação, se recriaram trajetórias típicas que revelam fluxos na circulação do capital simbólico e se realizaram entrevistas com informantes chave. A partir da socialização de profissionais com trajetórias diversas, através da Fundação Renova são testados dispositivos de governança que posteriormente são disseminados para outros casos. A jornada dos profissionais de e para este nó revela formas de interação entre agentes estatais, movimentos sociais, organizações do terceiro setor, universidades e empresas que estão sendo resignificadas pelo Setor Minerário sob o rótulo do “ESG” (Environmental, Social & Governance).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/676_75393389_160353.docx

Apresentação Oral

Impactos do extrativismo na cidade: Os bairros com fins anunciados e as ruínas a partir do afundamento do solo em Maceió

Luiza Fonseca de Souza

A partir da atividade de extração de salgema para a produção de resinas e insumos químicos realizada pela petroquímica Braskem ao longo de quatro décadas em Maceió, Alagoas, desencadeou-se, de modo mais evidente desde 2018, um processo de afundamento do solo em determinados bairros da capital, localizados próximos às regiões de exploração. A visualização drástica desse conflito desde a imagem de bairros abandonados e com fins anunciados, marcados por rachaduras provenientes da instabilidade do solo, proporcionou um cenário desolador na capital alagoana, implicando na remoção de mais de 55 mil moradores

dos bairros de Pinheiro, Bom Parto, Mutange e Bebedouro, assim como regiões do Farol, destacando-se como “o maior desastre urbano em andamento no mundo”, como aponta o Observatório da Mineração (2021). Sem assumir responsabilidade pelo desastre, a Braskem estabeleceu em 2019 o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), contando com controvérsias a respeito dos critérios e valores de indenização, além do fato da empresa adquirir os imóveis daqueles que são removidos e indenizados e gerir a entrada e circulação de pessoas em diversas áreas apoiada pelo mapeamento de áreas de risco. É do interesse deste trabalho analisar como os processos de desfazer e desocupar um território ocorrem diante dos conflitos entre moradores, empresa e Estado, compreendendo as ruínas enquanto vestígios de espaços de vivência e memória para a população de Maceió e que se constituem, paralelamente, como símbolo de uma crise que se inscreve no espaço e na vida material (MBEMBE e ROITMAN, 1995), promovendo outras circulações de bens e pessoas nesses territórios, além de inseguranças sanitárias e socioeconômicas. Desde a análise das produções sobre o caso e a construção de trabalho de campo a ser realizado na cidade de Maceió, intenta-se compreender como se estabelecem as questões aqui apontadas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/130_30252335_160353.pdf

Apresentação Oral

Mei e Punu: sobre a resistência dos Xikrin do Cateté aos impactos da mineração

Marcelo da Costa Tavares, Voyner Ravena Cañete

A exploração minerária na Amazônia vem desde a segunda metade do séc. XX desenhando e pautando agendas políticas, econômicas e ambientais, desconsiderando os diversos modos de vida de povos originários e populações tradicionais que nela habitam. Por consequência, grandes empreendimentos de mineração desenvolvem nuances perversas, alterando e degradando os recursos naturais elementares para a reprodução da vida dessas populações (RIBEIRO, 2016). Os Xikrin do Cateté figuram, nesse cenário, empreendendo uma forte resistência aos grandes projetos da mineradora Vale S/A no Pará, pois estão localizados nos entornos de seu território os principais projetos da empresa no estado. Este artigo apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado em andamento e está baseado na experiência de trabalho de assessoria antropológica requerida pelos próprios Xikrin do Cateté desde o ano de 2018, com o objetivo de fundamentar suas ações e pedidos na justiça nos vários processos que possuem contra a empresa Vale. Assim, de uma perspectiva privilegiada, pude acompanhar suas estratégias políticas de resistência aos impactos da mineração.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477765_ARQUIVO_152d5a3d1da8a6127ed3bb908750fe31.pdf

Apresentação Oral

O apagamento dos conflitos pelo uso da água associados a grandes projetos na avaliação dos vinte anos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)

Natália Morais Gaspar

Alguns dos mais expressivos efeitos sociais de grandes projetos industriais, agroindustriais, e dos setores elétrico e da mineração no Brasil são os conflitos pelo uso da água. Ao mesmo tempo, a legislação, as instituições e as políticas governamentais brasileiras relacionadas à água são consideradas das mais avançadas, devido ao seu caráter descentralizado e inclusivo, com a implementação de 246 Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) desde a instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), em 1997. A partir da participação no estudo de avaliação dos vinte anos da PNRH, iniciativa da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e executado pelo Banco Mundial (BM) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o presente trabalho visa contribuir para a formulação de uma análise crítica a respeito do tratamento de conflitos pelo uso água como problemas passíveis de serem equacionados mediante intervenções de ordem técnica. É parte de projeto de pós-doutorado no qual proponho investigar a influência da instituição multilateral BM na PNRH e surgiu do meu estranhamento em relação à presença e à influência dessa instituição no estudo contratado pela ANA, agência governamental executora da PNRH. À época da realização do estudo, no ano de 2017, durante a qual atuei como "facilitadora" de grupos focais formados por "atores do SINGREH [Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos]", bem como no planejamento e na análise de resultados, chamou a minha atenção a expressiva influência dos representantes do BM na definição de questões tratadas como problemáticas, na escolha das bacias hidrográficas alvo de oito estudos de caso, na definição da metodologia de pesquisa a ser utilizada e na elaboração de recomendações para aprimoramento da PNRH e do SINGREH, entre outros aspectos. No que tange aos propósitos deste trabalho, cabe investigar o modo pelo qual os estudos de caso e os problemas selecionados, bem como a metodologia empregada, não permitiram que fosse feita uma análise da aplicação da PNRH em casos de conflitos pelo uso da água ocasionados pela instalação e operação de grandes projetos, o que seria um dos aspectos chave para avaliação dessa política pública. Argumento que essa limitação pode em grande parte ser atribuída à atuação do BM, por meio de suas metodologias padronizadas, que guardam grande semelhança com aquelas utilizadas, por exemplo, nas avaliações de impacto ambiental para licenciamento de grandes projetos. O objetivo, portanto, é contribuir para dimensionar o papel de pacotes padronizados aplicados por instituições multilaterais na negação de problemas políticos e estruturais relacionados aos efeitos de grandes projetos, bem como as especificidades dessa aplicação no campo dos recursos hídricos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661470363_ARQUIVO_e807daa61ccf95a5c02cd7a7f4ae5f3f.pdf

Apresentação Oral

"Passando a boiada" na terra do queijo: os des-caminhos da obtenção da conformidade municipal para a mineração no Serro/MG em tempos de pandemia

Roberta Brangioni Fontes, Andrea Maria Narciso

Com a execução da política do atual governo brasileiro, observamos desde 2019, o agravamento dos conflitos socioambientais, relacionados ao avanço da mineração e do agronegócio sobre terras tradicionalmente ocupadas, ao antiambientalismo e ao desmonte da legislação ambiental. Esse quadro configura um período de "violência nua" em contraste com um período marcado pela "violência lenta" no campo dos conflitos ambientais, como analisado por Bronz, Zhouri, Castro (2020). Nesse contexto, buscamos analisar o processo de obtenção da conformidade municipal para atuação das empresas Herculano Mineração e Ônix Mineração no município do Serro/MG, nos anos de 2021 e 2022, respectivamente, em plena pandemia de Covid-19. Para este trabalho, que é parte da construção de uma tese de doutorado, nos apoiamos na análise documental e na etnografia, através da observação participante em audiências públicas, reuniões comunitárias e do CODEMA/Serro. Nosso referencial teórico baseia-se na literatura sobre conflitos ambientais (PINTO, 2019; TEIXEIRA; ZUCARELLI, 2020) e racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). Nossa análise mostra que o modus operandi que levou as mineradoras a obterem a conformidade, deve ser compreendido também em relação com a atuação da empresa Anglo American, que já tentou, sem sucesso, se instalar no Serro anteriormente (FONTES; PAULA, 2021). Compreendemos a atuação dessas três empresas, como faces de um mesmo projeto, que tenta se impor por meio do racismo estrutural - expresso em múltiplas e reincidentes formas de invisibilização e violação de direitos da comunidade quilombola de Queimadas - e do cerceamento do exercício democrático.

REFERÊNCIAS ALMEIDA, S. L. de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018. BRONZ, D., ZHOURI, A., CASTRO, E. (2020). Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (49). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44533> FONTES, R. B; PAULA, A. M. N. R. de. Tensionamentos entre desenvolvimento, natureza e cultura: o caso do Serro/MG frente à expansão minerária no Vale do Jequitinhonha. In: 10^o CONINTER, 2021. Anais do 10^o CONINTER. Disponível em: www.even3.com.br/Anais/xc22021/437539-TENSIONAMENTOS-ENTRE-DESENVOLVIMENTO-NATUREZA-E-CULTURA--O-CASO-DO-SERROMG-FRENTE-A-EXPANSAO-MINERARIA-NO-VALE- Acesso em 9 mai. 2022. PINTO, R. G. Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco. Rio de

Janeiro: Garamond, 2019. TEIXEIRA, R. O. S.; ZUCARELLI, M. C. (2020). A gestão dos conflitos e seus efeitos políticos: apontamentos de pesquisa sobre a mineração no Espinhaço, Minas Gerais. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (49). <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a42125>

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476208_ARQUIVO_d18e82fe9c3f4328c4c318fb8c6288a3.pdf

Apresentação Oral

O cotidiano em risco, os riscos do cotidiano: transformações territoriais e políticas de saúde na comunidade indígena tapuias tarairiús da lagoa de Tapará.

Roberto Carlos Nunes Queiroz de Mendonça

A comunidade indígena Tapuias Tarairiús da Lagoa de Tapará é uma comunidade do Rio Grande do Norte, localizada na zona rural, na fronteira entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Macaíba. Até 2022 as e os tapuias vêm enfrentando impactos socioambientais gerados por um canavial encrustado na comunidade, visto nos efeitos decorrentes da expansão do arrendamento de terras; da produção de uma paisagem de monocultura; no uso de agrotóxicos no solo; e da queima da cana-de-açúcar como método de extração. Em consequência dos efeitos do canavial, há uma nova relação das tapuias com a territorialidade de Tapará. A partir deste quadro, digo que esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2018 à 2021, por meio de atividades pontuais de pesquisa, sendo essas: oficinas, entrevistas e diário de campo. Compreendeu-se ao fim, que as transformações territoriais provocadas pelo canavial, tem construído formas específicas de percepção de risco à saúde pelas pessoas da comunidade, como também gerado uma reorganização das ações individuais e coletivas para atender a saúde (práticas de autoatenção) das e dos tapuias, a fim de atenuar ou resolver as situações danosas. Deste modo, ao subtender a relação direta do território com a saúde indígena, percebo que a insurgência de novos problemas de saúde vem definindo uma relação específica entre as condições sanitárias e ações políticas das pessoas da comunidade, que reflito como sendo parte do desenvolvimento de uma "política de saúde" em Tapará. Palavras-chaves: territorialização; impactos socioambientais; risco; autoatenção; saúde indígena.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661288573_ARQUIVO_15cf58dbc9efa3f19a403d59bbb2fc77.pdf

Apresentação Oral

A centralidade da dimensão ambiental nos conflitos entre o Setor Elétrico, o Estado e movimentos de atingidos - Tucuruí, Pará

Rodica Weitzman

Este trabalho ressalta de que modo a dimensão ambiental ganha centralidade enquanto elemento de argumentação e disputa entre os movimentos classificados como “atingidos”, setores empresariais e instituições estatais, tendo como marco os problemas ambientais decorrentes à obra hidrelétrica em Tucuruí que foram se agravando a partir dos anos 85. O recorte metodológico deste estudo é a construção de uma memória do vivido com base na análise de um acervo arquivístico que é gerado dentro de um processo de interação social. Os conjuntos documentais nos fornecem pistas para demonstrar a evolução das configurações organizacionais, desde as expressões embrionárias de resistência dos “desapropriados”, “expropriados” e “atingidos”, durante as fases iniciais de intervenção da empresa Eletronorte na região de Tucuruí, Pará, até sua adesão gradativa a um movimento abrangente e diversificado que tem como ápice a consolidação de repertórios de ação política face às alterações drásticas no quadro socioambiental. Nos meados dos anos 80, as reivindicações trazidas para o plano político – por parte dos movimentos de atingidos - não eram direcionadas apenas para as lacunas detectadas nas abordagens adotadas, como a insuficiência das medidas compensatórias para atender as populações atingidas. Passaram a ser mais propositivas, a partir de um questionamento dos critérios que determinaram sua eficácia em termos “técnicos”. Logo, novas bandeiras foram erguidas, como a “luta por pesquisas e estudos.” A intenção deste trabalho é decifrar os significados inerentes às estratégias de argumentação que eram construídas pela explicitação de fatos empíricos – se apoiando na visão da “ciência” enquanto um mecanismo de comprovação daquilo que é vivido no cerne da vida cotidiana e que ganha legitimidade por meio de abordagens alicerçadas na pesquisa e na investigação dos fatos. Assim, no cerne de conflitos entre aqueles que coordenam as intervenções e aqueles que são sujeitados/as aos efeitos visíveis e invisíveis deste *modus operandi* do mundo empresarial, a opção pela explicação científica dos efeitos ambientais por meio do desenvolvimento de pesquisas e da documentação cuidadosa destes dados empíricos se torna uma ferramenta potente de contestação das posturas institucionais da Eletronorte e dos seus aliados estratégicos.

Apresentação Oral

Grandes projetos na Amazônia: elementos para compreensão da construção de um consenso desenvolvimentista ao longo do tempo

Tayanná Santos de Jesus Sbrana

O presente trabalho analisa a construção de um consenso desenvolvimentista na Amazônia, mediante investigação da atuação de quatro cientistas inseridos em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento em atividade durante a Ditadura Militar, algumas delas em funcionamento até a atualidade. Os cientistas Clara Pandolfo, da Superintendência de

Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Armando Mendes, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Roberto Santos, do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp) e Marcelino Monteiro, do Banco de Desenvolvimento da Amazônia (BASA S.A.) contribuíram, de distintas formas, para a construção de programas e projetos de desenvolvimento na Amazônia durante os anos 1964 a 1985. Sua atuação nas referidas instituições é compreendida, por nós, como um importante aspecto de uma construção amazônica do pensamento desenvolvimentista, já que conforme Violeta Loureiro (2022), esses cientistas podem ser identificados como uma geração intelectual cujos trabalhos se direcionavam para compreender o desenvolvimento e implementá-lo na Amazônia a partir de traduções regionais dos anseios centrais da Ditadura Militar. No interior dessa elaboração teórica e prática foram construídos elementos que, ao longo do tempo, condicionaram variadas atuações perpetradas por instituições e governos, conduzindo o desenvolvimentismo na Amazônia e construindo um consenso em torno do desenvolvimento enquanto necessidade que dura até a contemporaneidade, embasando a concepção de projetos hoje, como o Matopiba. O trabalho apontará elementos para compreender essa longa duração de um consenso e como o campo científico amazônico, de distintas maneiras, empenhou-se em implementar o desenvolvimento regionalmente, fundamentando ações governamentais e institucionais, cujos frutos são vistos ainda hoje, mediante vários conflitos resultantes dos embates entre comunidades, empresas e governos na Amazônia. O referencial teórico e metodológico é interdisciplinar, construído no âmbito do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma), a partir das ferramentas advindas da História do Tempo Presente, da Antropologia e da Sociologia do Desenvolvimento e da Teoria da História, tendo como fontes básicas documentação escrita, como obras de autoria dos quatro cientistas elencados, produção institucional dos quatro órgãos apontados, o I, II e III Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs) e entrevistas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661365825_ARQUIVO_15f55284f069d1e3bb6f512addad6860.pdf

Apresentação Oral

A luta das populações atingidas por uma política pública nacional: o trabalho da extensão universitária na sistematização das violações de direitos

Tchenna Fernandes Maso, Katya Regina Isaguirre-Torres, Daiane Machado

No ano de 2021 o núcleo de pesquisa e extensão em direito socioambiental EKOA, em parceria com o Movimento de Atingidos e Atingidas por Barragem (MAB), iniciam o subprojeto Política Nacional e Estadual de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB), que faz parte do projeto de extensão universitária "Direitos em Movimento" do curso

de direito da UFPR. O objetivo do projeto é o de produzir conhecimento jurídico acerca dos impactos decorrentes dos conflitos socioambientais envolvendo barragens, através do diálogo com entidades e movimentos para, na articulação pesquisa-extensão, buscar a efetivação de políticas públicas que reconheçam os direitos das populações socioambientalmente vulneráveis. O núcleo EKOA tem acumulado pesquisas sobre os retrocessos ambientais. Suas pesquisadoras tem se debruçado sobre os danos decorrentes de desastres às populações atingidas, e constatado a assimetria de poderes no conflito entre direitos dos atingidos e avanço do poder corporativo. Em 2019, como resposta ao rompimento da barragem de Brumadinho, a Comissão Externa de investigação da Câmara Federal sobre o caso, apresenta como resultado de seus trabalhos o PL n.º. 2788/2019, hoje em tramitação no Senado. Buscando uma assessoria jurídica popular, o MAB entra em contato com o grupo para construção de subsídios técnicos que possam apoiar o avanço de direitos no projeto de lei. Assim, se constitui uma série de oficinas e espaços de formação com a presença de representantes da academia, sociedade civil e movimentos populares para subsidiar a construção de parecer técnico, o qual foi apresentado em audiência pública realizada pelo Grupo de Trabalho de Empresas e Direitos Humanos da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) sob o projeto de lei. Deste modo, nesse artigo pretende-se compartilhar essa experiência de encontro entre a pesquisa-ação desenvolvida pela extensão universitária com o trabalho de incidência política do movimento social, demonstrando o 1 Trabalho apresentado na 33^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022 cenário de disputa, na tramitação do PL, entre os direitos que se pretende estabelecer com o PL e os interesses empresariais na expansão de grandes projetos. Nesse cenário, se pretende ainda, estabelecer um comparativo entre a tramitação da PNAB, e o avanço das mudanças no licenciamento ambiental no Brasil, para demonstrar a captura corporativa, as violações de direitos humanos e da natureza. Dessa forma, trazer as reflexões sobre os limites e possibilidades do uso dessa frente de regulação normativa como estratégia de mobilização da resistência a grandes projetos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468507_ARQUIVO_b2ef0878f0118aade0a2023907988b47.pdf

Apresentação Oral

Interrompidos: violações de direitos e o impacto do pós-rompimento da barragem B1 da mina Córrego do Feijão em Brumadinho entre os Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe localizados as margens do rio Paraopeba.

Vinicius J. R. F. Santos

Este trabalho parte da participação como Antropólogo da Assessoria Técnica Independente (ATI) dos Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe, atingidos em janeiro 2019 pelo rompimento da barragem da Mina B1 do Córrego do Feijão, pertencente a empresa Vale S. A. Três anos após a tragédia-crime, em janeiro deste ano, a inundação do rio Paraopeba invadiu novamente a aldeia com lama, levando a comunidade indígena ao abrigo de uma Escola Municipal. Diante da urgência, no dia 14 de janeiro as Instituições de Justiça (IJs), FUNAI e comunidade indígena oficiaram um pedido de reunião com a Vale, o que viria ocorrer no dia 21 de janeiro. Na reunião gravada, diante de todas as instituições presentes, a representante de responsabilidade social da Vale S. A. disse "não há perigo de contaminação, ninguém vai morrer", quando foi surpreendida ao arrepio pela presença e fala do prefeito de São Joaquim de Bicas. No dia 25 de janeiro a comunidade indígena ocupou por três dias a linha do trem próxima a aldeia. No dia 26 de março uma bebê nasce morta. Nessa linha é observada uma série de violações decorrentes desse acúmulo de tragédias, como a produção de uma lista de pessoas reconhecidas como atingidas, produzida sob pressão e sem a devida identificação pelo antropólogo funcionário da empresa Vale S. A.; da pressão dos funcionários da empresa pela realização dos Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada; e do não cumprimento pela empresa dos acordos estabelecidos pelo TAP-E. Apresentamos três ordens de dados e de análise: primeiro, quem são os Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe atingidos pelo rompimento, as trajetórias familiares com origens no sul e extremo sul da Bahia até a vinda para a Região Metropolitana de Belo Horizonte; da fundação de aldeias, dos impactos e dos efeitos sociais imediatos ao rompimento (como a diáspora de parte da aldeia, da implantação de rixas entre parentes por agentes da empresa Vale S. A.) e de curto e médio prazo (identificados através de um estudo dos critérios para a identificação de danos causados). Segundo, do contexto e da rede de atores que passou a atravessar a vida das comunidades, de uma rotina imposta pelo processo jurídico, do questionamento da autonomia e autodeterminação das comunidades pelas instituições no processo de reparação integral. Terceiro, o que é a empresa Vale S. A., sua trajetória de implantação de conflitos no Brasil e no mundo, como se dá a livre circulação e atuação de funcionários no processo de reparação, com especial atenção ao setor de Responsabilidade Social e de relacionamento com Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. É a oportunidade de pensar nos desafios e obstáculos colocados à comunidade indígena pelo processo da ação civil pública e pelas IJs e FUNAI, e ao antropólogo no âmbito de atuação da ATI.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662403980_ARQUIVO_4d053c5fd87cdc6d8988c8ceac2d8d8f.pdf

GT15: Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Disputas Identitárias e Conflitos

Como é de conhecimento na literatura antropológica, diversos grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras atividades - tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral - foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho tem reunido, de modo bem sucedido, nos últimos anos, pesquisas empíricas e de caráter etnográfico que colocam em evidência tensões, disputas e conflitos entre os povos e comunidades tradicionais e os vários modelos de uso e ocupação de territórios ribeirinhos e costeiros. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destes grupos, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais - sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas - são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta atividade.

Palavras chave: Povos Tradicionais; Regiões Costeiras e Ribeirinhas; Conflitos

José Colaço, Francisca Miller

Apresentação Oral

Pescadores e juventude de Marudá/PA: estão se afastando da pesca artesanal?

Layse Rosa Miranda da Costa

Este trabalho tem como objetivo explicar sobre o fenômeno que foi observado no município de Marapanim/PA, mais especificamente em um de seus distritos, chamado Marudá, que consiste no afastamento de pescadores e das gerações mais jovens da pesca artesanal, a partir da análises sobre como o sistema capitalista transformaram algumas relações socioculturais e econômicas na localidade com o passar do tempo. Estas observações foram possíveis a partir de um trabalho de campo realizado por mim, no ano de 2018, através do projeto chamado Recursos Naturais e Antropologia de Sociedades Pesqueiras. De acordo com as bibliografias, a pesca artesanal é uma das principais atividades econômicas da localidade, e passou por várias transformações no decorrer do tempo, pois a partir da década de 1930, com as construções de estradas que ligavam Marapanim/PA aos grandes centros comerciais, como Belém/PA e Castanhal/PA, a pesca, que era uma atividade voltada para o autoabastecimento dos moradores, passou a ser primeiramente voltada para estes mercados, ocasionando em

mudanças econômicas e socioculturais, que refletiram no modo de vida dos pescadores e moradores, ocasionando a intensificação do trabalho da pesca artesanal. Porém, no ano de 2018, foi possível perceber entre os pescadores, e principalmente as gerações mais jovens, um certo afastamento em relação a atividade da pesca artesanal, e conseqüentemente, a busca por outras estratégias de sobrevivência, pois segundo relatado por alguns, a pesca já não era rentável como ocorria em décadas anteriores. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo explicitar e analisar sobre as motivações do afastamento de pescadores e dos mais jovens em relação a pesca artesanal. Palavras-chaves: afastamento da pesca artesanal; pescadores; juventude; Marudá/PA.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661473627_ARQUIVO_c94e5cb85556e76d98c57a1bdaf32b4d.pdf

Apresentação Oral

A vida social dos peixes: crédito, escassez e raridade na circulação do pescado em municípios do sul dos Espírito Santo

Márcio Filgueiras

A pesquisa que coordeno no Ifes campus Piúma tem como um de seus pontos de atenção a esfera da circulação do pescado. Esta envolve desde doações voluntárias, pagamento pelo trabalho, ofertas religiosas até a comercialização. Estas diferentes esferas de circulação do pescado constituem o que poderíamos chamar de vida social dos peixes, na medida em que estes atuam como mediadores de relações sociais. Ao atravessar as diversas esferas de circulação dos peixes, o crédito aparece como um ponto chave para entendermos a natureza das relações sociais locais. Para compreender o fenômeno do crédito, vou explorar as diferenças entre o princípio da escassez e aquele da raridade. Enquanto o acesso ao crédito bancário está submetido à lógica da escassez, ou seja, é universalmente acessível, desde que o indivíduo demonstre possuir os recursos para pagá-lo, (recursos estes que são sempre escassos por definição, como nos ensina a teoria econômica clássica), o acesso ao crédito pessoal obedece à lógica da raridade, ou seja, não é universalmente acessível, mas apenas àqueles que dentro do sistema local hierárquico da confiança pessoal possuem o prestígio para acessá-lo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661429828_ARQUIVO_4ca69b0c6d9ccc03e12706e0de75cf90.pdf

Apresentação Oral

Moralidades em disputa: pesca, turismo e proteção ambiental na comunidade pesqueira do Araçá, em Porto Belo/SC

Silvia Beatriz Mendonca

A proposta de trabalho é produto de análises preliminares decorrentes de pesquisa de campo em curso na comunidade tradicional da Vila do Araçá, em Porto Belo/SC/Brasil. O objetivo central desta é acessar os sistemas de conhecimento e os modos de organização desse povoado para desenvolver as atividades de pesca que promovem o sustento cotidiano de suas famílias. Procura-se compreender as relações comunitárias e o sentimento de pertença a este espaço geográfico. Acessando então a relação dessas pessoas com o território e uso que fazem do ecossistema, busca-se verificar se há interferências geradas a partir da instalação de Unidades de Conservação no território da comunidade, sua relação com a legislação ambiental que desde a década de 1930 restringem práticas pesqueiras outrora comuns, bem como com os processos de urbanização e turismo da região, que passam a ocorrer a partir da década de 1980. Utilizo os conceitos de "racionalidades" e de "senso de comunidade" para compreender a comunidade do Araçá e os conflitos presentes nesse espaço político ocupado por mim e pelos atores sociais envolvidos no campo durante a minha pesquisa. Tendo em vista que "os problemas de "racionalidade", são, na verdade, problemas em comunicar princípios" (OVERING,1985,p.19) já que, no que diz respeito a legislação ambiental, ambas racionalidades têm preocupações ecológicas, apesar de terem percepções distintas sobre o que são e para que servem os recursos naturais. No que diz respeito ao turismo, com ele chegam na comunidade os "de fora", aqueles que não estão ligados à comunidade por meio de sua família ou história, violentando os costumes daquela população que se vê tendo que lidar com comportamentos que não apenas não fazem parte do seu cotidiano como embriaguez, nudez, músicas em volume exageradamente alto e a própria ocupação dos espaços: das suas terras e das estradas por onde andam.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661433507_ARQUIVO_bdb035d8654cc937274287b560199eee.pdf

Apresentação Oral

Sistema Coral: Linhas de Vida em Assembleia. Uma reflexão sobre o uso dos oceanos, a crise climática, os mergulhadores, os corais e o mundo social existente sob a linha d'água: o Sistema Coral.

Tina Coêlho

Para um mergulhador estar na água é o mesmo que percorrer caminhos de caça em uma floresta tropical densa: sempre imprevisível e habitada. A principal diferença está no fato desta floresta estar submersa, exigindo do caçador habilidades fisiológicas diferenciadas. No

mar tudo é adjacência. Este trabalho pretende comunicar sobre as percepções socioambientais dos mergulhadores de apneia da Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, localizada no Banco de Abrolhos, (Bahia-Brasil), frente ao aquecimento global, às mudanças climáticas e aos desastres ambientais ocorridos no ano de 2019, nomeadamente, o branqueamento dos corais (Duarte, et al., 2020), e o derramamento misterioso de petróleo cru no ambiente (Soares, et al., 2020). Os desdobramentos destes acontecimentos experimentados, podem ser mensurados pela biologia, conforme observado nos artigos científicos, mas como captar as repercussões a nível cultural e socioambiental? A partir do método etnográfico me utilizei das imagens como ferramenta central e articuladora; de forma a dar espaço ao "cruzamento de perspectivas culturais", (MacDougall 1997). A câmara segue as linhas de vida, em busca da malha social. A escolha das imagens em detrimento da escrita foi feita a partir da enorme gama de detalhes e elementos sociais que podem estar contidas e revisitadas, em apenas uma cena (Pink 2001, Rose 2016, Sautchuk 2013). Optei pelo uso do filme como principal forma de recolha de informação pois contém em si a capacidade de oferecer detalhes e de se posicionar de forma eficiente nos múltiplos elementos que compõem esta pesquisa. Conforme referido por Sautchuk (2013) o que se pretende aqui é explorar mais a relação entre etnografia e filmagem, "como um meio potente para o engajamento etnográfico e a compreensão do significado das relações estabelecidas entre seres e coisas." A componente fílmica deste trabalho objetiva comunicar sobre uma realidade pouco visível: o mundo social existente sob a linha d'água, que chamo metaforicamente de Sistema Coral. Para dar conta da diversidade de detalhes e complexos imbricados de vidas e materiais relacionados a esta etnografia proponho a utilização do Sistema Coral como uma janela de observação para compreender o impacto do aquecimento global à escala local proposta. Como o conhecimento tradicional se reorganizará frente ao ambiente de comportamento cada vez menos previsível? A partir deste estudo de caso, tendo em perspectiva a situação de vulnerabilidade da população de Corumbau, pretendo dar visibilidade e aprofundamento à estas questões. Link do filme: <https://tinacoelho9.wixsite.com/sistamacoral> Senha: terraimagem7

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661474845_ARQUIVO_18d226412c76c9f7aa825a5663bcb151.pdf

Apresentação Oral

"Eu gosto daqui": ontologia e escolhas de uma comunidade amazônica na relação entre humanos e natureza

Uriens Maximiliano Ravena Cañete, Voyner Ravena Cañete, SONIA MAGALHÃES

Este trabalho parte da perspectiva de que sociedades alternativas, neste caso uma comunidade costeira na periferia do sistema hegemônico, especificamente na RESEX Mocapajuba,

município de São Caetano de Odvelas, costa paraense, constrói seu conhecimento a partir do afeto, particularmente entretido na relação com a natureza e escolhe permanecer desenvolvendo seu modo de vida particular, distanciando-se da sociedade maior. A pesquisa fez uso de uma etnografia marcada pela condição de ser afetado, portanto, decorrente das próprias trajetórias pessoais do etnógrafo. Ela apresenta um teste teórico que, por meio da alteridade e de conceitos decoloniais, intenta compreender quais são os motivos que levam os moradores da comunidade de Monte Alegre da Barreta, a fazer escolhas que os conduzem a um modo de vida que se diferencia e se opõe à sociedade hegemônica. As reflexões aqui apresentadas alicerçam-se na presença das categorias êmicas percebidas e debatidas a partir dos dados etnográficos, cotejando-os com leituras que discutem a decolonialidade do conhecimento. Duas categorias êmicas - gastura e sossego - emergem e evidenciam uma particular relação entre os moradores (humanos) e a natureza envolvente, a qual os moradores tanto apreciam e se conectam para além da necessidade de satisfação de suas necessidades de sobrevivência humana.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661463618_ARQUIVO_cf05c9b2b9da181173c56923eace167d.docx

Apresentação Oral

Trilhas da vida pesqueira e a rua da cruz: conversas entre pescadores e escolas.

Verônica Gomes de Aquino

No ano de 2020, optei por ampliar a pesquisa, "Quando a ficção atravessa vidas pesqueiras", desenvolvida na Escola Ver. João da Silva Bezerra, localizada na Barra de Maricá. Práticas desenvolvidas por alunos, professores, profissionais e as famílias pertencentes à Barra de Maricá. Após muitas conversas, dentro e fora da escola, fui tecendo novos fios metodológicos, que me levaram a descoberta da população tradicional deste litoral, ou seja, ao encontro das famílias que vivem da pesca por muitas décadas. Ao mesmo tempo que elaborava o mapeamento das famílias, conhecia os contextos de muitos saberes. Famílias, que durante muitos anos, lutam por seus direitos sociais. Pude ainda, saber através das narrativas dos diferentes sujeitos, a ficção produzida no ano de 1974, "Fogo sobre Terra", novela que produziu transformações sociais na comunidade. Objetivando estudar as comunidades pesqueiras dos bairros além, da Barra de Maricá, amplio para Zacarias e Guaratiba. Analisando fotografias que fiz nos anos de 2018 e 2019, capturei a ideia que intitulei como: "Quando a gente das areias conversa com o livro "Gente das areias". Apresentei este trabalho na 32^a RBA 2020. Dando continuidade as reflexões desenvolvidas em 2020, elaborei um novo artigo que foi aprovado para apresentação no CIHELA 2021, na Universidade de Lisboa/Portugal. Buscando descrever as conversas das famílias de pescadores das comunidades

tradicionais, dialogando com livro Gente das áreas, trabalhos de campo, documentos, vejo surgir em nossas conversas mediante a realidade pandêmica, outros temas e preocupações entre nossos interlocutores pescadores. Busco então, escutar os vivos e em suas falas capturar as lembranças dos mortos. Assim, as narrativas no ano de 2021 entre nós, trouxeram um novo elemento para a pesquisa. Quando perguntamos sobre o assunto, identificamos o lugar do suposto cemitério e as algumas histórias, como a de que chegavam de outros bairros mortos enrolados em lençóis e que eram enterrados em covas rasas. Lugar atualmente conhecido como a "rua da cruz" e que, Pedro pescador com seus completos 91 anos, afirmou em uma de suas últimas entrevistas quando registrou e documentou o conhecimento, antes de sua morte em 20 de fevereiro de 2022. O lugar entre os pescadores que parece guardar o segredo do litoral de Maricá no período da gripe espanhola, faz surgir entre os bairros da Barra de maricá e Guaratiba esse novo caminho etnográfico entre escolas, pescadores e comunidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481278_ARQUIVO_0390319368c3d39332210dab8b66ba02.pdf

GT16: Antropologia e Alimentação: diálogos sobre cultura, identidade e direitos

As Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA) congregam há mais de 25 anos Grupos de Trabalho (GT) que se debruçam sobre o fenômeno da alimentação, tendo o primeiro GT ocorrido no ano de 1996, em Salvador/BA. Ao longo desses anos, esse espaço vem gerando profícuas discussões no campo da Antropologia da Alimentação. À vista disso e pela expectativa de contribuir com as reflexões e diálogos até então estabelecidos, propomos para 33ª. RBA percorrer o campo da antropologia da alimentação tomando os avanços e inovações das pesquisas no campo para estudar a cultura e compreender as mudanças sociais, em especial, em tempos que indivíduos e coletivos são alijados dos seus direitos. Compreender como a comida constitui identidades e relações sociais e como práticas alimentares se ressignificam em uma sociedade é imprescindível na constituição de projetos e políticas públicas alimentares e para garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) das populações. Nesse sentido, serão aceitos trabalhos que abordem as mais diversas dimensões socioculturais que tenham a alimentação como objeto de investigação e as tendências e desafios alimentares nas sociedades contemporâneas.

Palavras chave: Alimentação; Cultura; Direitos.

Talita Roim, Fabiana Kraemer

Apresentação Oral

Dinâmicas Sociais da Comida e Agência entre os Quilombolas (MUNDO NOVO/BUÍQUE/PE)

Claudia Maria Moreira Hofmann, Julie A Cavignac

O objetivo desta comunicação é refletir sobre os agenciamentos dos poderes públicos voltados para alimentação e a elaboração de diferenciações valorativas na relação com a produção, consumo e comercialização de produtos no território quilombola Mundo Novo situado no agreste pernambucano. Existe o destaque para as comidas e bebidas concebidas e qualificadas pelos quilombolas como remédios. Os dados estão sendo acessados desde 2021, a partir de entrevistas e conversas mantidas via aplicativo Google Meet, Whatsapp e o levantamento de publicações na internet. Para refletir sobre as dinâmicas constituídas nas relações estabelecidas pelos poderes públicos, nos aproximamos da literatura sobre gastronomização (POULAIN, 2016), patrimonialização (CAVIGNAC et. al., 2016), produção e uso de plantas curativas (PEIXOTO, 2020). O interesse da Prefeitura Municipal na culinária do Mundo Novo se aproxima das ideias que o apreendem como a "gastronomização do terroir" (POULAIN, 2016). A comercialização de determinadas comidas e bebidas, têm sido incentivada pela prefeitura para atender a um público de turistas e às feiras regionais. No Mundo Novo, a experiência com a gastronomização tem se mostrado como uma alternativa para contribuir com a segurança alimentar. Mais do que isso, ela tem aproximado comunidades Quilombolas da região que ampliaram suas relações sociais a partir do fornecimento de matéria prima (grãos de café e milho sem agrotóxico) para confecção dos alimentos específicos a serem comercializados. Palavras-Chave: Alimentação. Quilombola. Agência.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662405647_ARQUIVO_5f303bbb727460a23437330a366fb6b3.pdf

Apresentação Oral

Petit Gâteau Tabajara: a gastronomização da peteca de banana no brejo paraibano

JOSELIO DOS SANTOS SALES, Luciana Chianca

O turismo como fenômeno social tem proporcionado importante intercâmbio cultural, transformando territórios, povos e culturas. É um fenômeno complexo, com dimensões políticas, econômicas, ambientais, sociais e culturais. Localidades em diferentes partes do Brasil usam esta atividade para a divulgação de seus patrimônios, configurando-se como locais de atração turística. Em Bananeiras-PB, não é diferente. Ali comidas cotidianas estão se transformando em produtos turísticos e vem passando por um processo de gastronomização para fisgar o "gosto" dos turistas e divulgar a cidade como produto símbolo do local. Entre esses pratos está a Peteca de Banana, uma iguaria culinária local. A sobremesa é feita a partir

da fritura de uma massa a base de banana, farinha de trigo, leite e ovos, polvilhada com açúcar e canela. Ela pode ser degustada com bolas de sorvete, decoradas com folhas de hortelã e regadas a mel de engenho, pois o município já teve uma grande quantidade de engenhos de cana de açúcar e essa "decoração" contribui para a (re)significação local a partir de sua culinária. A peteca não tinha esse viés gastronômico. Era feita como "engana-bucho" ou "mata-fome", conceitos nativos para alimento que sacia a fome imediatamente, mas sem o "glamour" gastronômico. Além de ser uma "merenda" (lanche) rápida e barata era uma forma de aproveitar os produtos in natura, o município produzia banana em abundância e a fruta é bastante perecível. A partir de 2007, com a criação da Rota Cultural Caminhos do Frio, no brejo paraibano, circuito composto por 8 municípios, que durante o inverno chegam à temperatura de até 14°C, um dos colunistas sociais de um jornal de grande circulação da capital experimentou a iguaria (em um evento realizado para imprensa, para divulgação da cidade brejeira) e comparou-a com o "Fondant au Chocolat", popularmente conhecido como "Petit Gateau", nomeou a sobremesa de "Petit Gateau Tabajara", não por ser falso, "Produtos Tabajara do Casseta e Planeta da Rede Globo, mas devido a etnia Tabajara habitar o Estado da Paraíba. Nomeia uma das mais importantes empresas de radiodifusão do Estado da Paraíba: a Rádio Tabajara. Esse "(re)batismo" deu visibilidade ao prato e a peteca figura, atualmente, entre as sobremesas dos importantes restaurantes, cafés e sorveterias da cidade. O objetivo do presente trabalho, que faz parte de uma pesquisa de doutorado em curso, é compreender o processo de gastronomização da Peteca de Banana no município de Bananeiras-PB e de que forma a Rota Cultural Caminhos do Frio contribuiu para ele, quem foram os principais agentes dessa gastronomização ao ponto de o processo da feitura da sobremesa ser considerado um patrimônio imaterial local.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661388816_ARQUIVO_721d4a49448b9939cf2039224412f254.docx

Apresentação Oral

Da colônia, com afeto: o encontro de comida e memória entre italianos e descendentes

Luiza Giordani

A partir de um trabalho etnográfico realizado com imigrantes e descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul pertencentes a diferentes levas migratórias, este artigo se propõe a apresentar o papel central desempenhado pela comida na relação com a identidade dos indivíduos em relação à cultura italiana. O objetivo é entender a importância da comida nas relações coletivas, as transformações que a comida sofreu após a imigração e colonização, bem como identificar semelhanças e diferenças entre aquilo que é servido na Itália e o que é

oferecido no RS, usando a figura da comida típica ou emblemática para a realização desse diálogo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661546567_ARQUIVO_24ddfdbf225718f6138b7ee1bb63051a.pdf

Apresentação Oral

Da bíblia ao século XXI: lei, comida e identidade judaica

Marta Fran

Dos tempos bíblicos à contemporaneidade as leis dietéticas judaicas, também conhecidas como kashrut, tem mudado significativamente: alimentos novos apareceram em cena, além das mudanças nos contextos geográficos e socioculturais nos quais residiam e residem judeus, obrigando-os a reformular algumas regras. Paralelamente, o incremento da tecnologia na produção de alimentos e a circulação em nível global de certos alimentos exerceu um impacto importante na kashrut, que se manifesta na complexidade dos processos necessários para certificar quais alimentos são proibidos e quais, não, abrindo o caminho para o treinamento e a atuação de peritos em diferentes áreas de kashrut. Um trabalho de campo realizado em Israel e no Brasil entre 2015 e 2017 me levou a esboçar algumas hipóteses em relação ao impacto dessas mudanças na conformação da identidade judaica nos dias de hoje. O objetivo desta proposta é focar a atenção em uma das dimensão das leis dietéticas que sofreu mudanças substantivas nas últimas décadas e que, por isso, questiona a continuidade de uma tradição milenar entre aqueles que, paradoxalmente, se consideram os bastiões na defesa do único judaísmo autêntico e verdadeiro, isto é, os judeus ortodoxos. Se essas hipóteses são corretas, estaríamos diante de alguns problemas para definir os judeus ortodoxos de hoje como um povo santo (vide Douglas 1966). É necessário lembrar que a causa última para seguir as leis dietéticas em todas as épocas é o alinhamento ritualizado dos judeus com os desígnios divinos. Como consta em Levítico (11:44), onde são apresentadas as leis dietéticas com maior detalhe, a existe só uma razão para segui-las à risca: "Eu sou o Senhor, vosso Deus; portanto, vós vos consagrareis e sereis santos, porque eu sou santo". A dimensão da kashrut à qual me referi acima está relacionada ao silêncio das autoridades rabínicas em relação à circulação e consumo de carne não-kasher nas comunidades judaicas ortodoxas de Israel e do Brasil, certificadas como kasher pelas agências responsáveis. Isto acontece porque o ritmo das granjas e frigoríficos modernos tornou-se incompatível com as leis da kashrut. Os trabalhos clássicos de Mary Douglas (1966; 1993), Jacob Milgrom (1991; 1993), Eilberg-Schwartz (1990) e David Kramer (2009) foram o ponto de partida necessário para refletir sobre o objeto de estudo levando em consideração, porém, é necessário lembrar que esses estudiosos

trabalharam o texto bíblico e não a prática da kashrut nos dias de hoje, o que me levou a procurar outra abordagens.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661353572_ARQUIVO_c9347ea2b40d1d86003b41ec129e1605.pdf

Apresentação Oral

Representações artísticas sobre hábitos alimentares e sociabilidades do cotidiano

Mônica Chaves Abdala, Cristiane Fernandes

A proposta é realizar uma discussão relativa às representações sobre alimentos em telas de patchwork. Alimento e arte são dois temas a priori distintos, todavia ambos revelam em suas configurações hábitos, normas, práticas e saberes constitutivos das sociedades que os elaboram e os utilizam. A arte têxtil em patchwork, uma técnica milenar que reúne pedaços de tecidos formando iconografias figurativas, geométricas e abstratas expressa, por vezes, traços nacionais, regionais e locais, inclusive sobre a alimentação. No Brasil, ocorrem feiras anuais com exposições de telas de patchwork, entre as quais o Festival Internacional de Quilt de Gramado e a Brazil Patchwork Show, em São Paulo. Entre os expositores destaca-se o Clube Brasileiro de Patchwork e Quilting de São Paulo, com curadoria de Benigna Rodrigues da Silva e Wagner Vivan, cujo foco expográfico referencia as culturas brasileiras e a sustentabilidade, propondo temas que retratam o Brasil e estimulam o reaproveitamento de tecidos; abordagens pertinentes aos estudos das Ciências Humanas e Sociais. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa são de cunho qualitativo, pautados em referências bibliográficas, análise iconológica e observação participante de uma das pesquisadoras junto às artistas afiliadas ao referido Clube. Produções sobre arte, cultura, artefatos culturais, memória, alimentação e fontes visuais constituem os pilares básicos da reflexão. Em diálogo com autores cujas perspectivas teóricas fundamentam a abordagem dessas temáticas, e por meio da seleção de algumas iconografias de telas das exposições do Clube, busca-se analisar hábitos e sociabilidades emblemáticos do cotidiano do país, apreendendo seus significados histórico-culturais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472815_ARQUIVO_350e44903deb96826660f04ed097d4d8.pdf

Apresentação Oral

Dendê, Dendezeiro e azeite: um estudo etnográfico sobre o dendê

Rafael Camaratta Santos

A presente comunicação trata-se de um empenho inicial de tese de doutorado na qual busco reflexionar sobre o material de pesquisa resultante do trabalho de campo que venho desenvolvendo, desde de 2014, junto ao terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, localizado em Salvador, Bahia, que visava, inicialmente, estudar os sentidos e significados que as interlocutoras e os interlocutores atribuíam à prática de cozinhar para os orixás. Contudo, ainda buscando me distanciar da dissertação que defendi em 2018 e sendo atravessado pela pandemia de covid-19 foi que cheguei ao dendezeiro e ao seu local de cultivo. Eu iniciei o doutorado em antropologia social no museu nacional em 2020 e venho realizando pesquisa etnográfica acerca do sistema alimentar ritual do candomblé. Porém para a tese estou perseguindo outros personagens não humanos que compõem esse sistema, no caso o dendê (dendezeiro e azeite), na perspectiva da vida social das coisas proposta por Appadurai (1981), de olho nas diversas relações que estes seres estabelecem com uma série de outros sujeitos - humanos e não humanos - desde a colheita por produtores, beneficiamento por processadores, a venda, em suas diversas modalidades, a circulação do produto do território do baixo sul até as feiras de São Joaquim e Sete Portas, em Salvador, por fim a sua chegada na cozinha do terreiro. Aqui, a personagem principal é a árvore que produz o fruto. Trazida de África e há séculos aclimatada ao litoral baiano e que dá nome à região turística do estado, a chamada costa do dendê que reúne cidades como Valença, Ituberá, Taperoá, Cairu. É notável a forte presença de comunidades remanescente de quilombolas nessa região, assim como milhares de palmeiras de dendê espalhadas ao longo das rodovias da região. Não há muitos registros sobre a inserção dessa espécie exótica no bioma da região e isso pode ser explicado tanto pelo fato de não ser uma cultura de plantio, ou seja, as sementes são espalhadas por dispersores de sementes e, nesse caso, o urubu é o maior responsável pela dispersão dos dendezeiros pela mata. Por ser um fruto carnudo e avermelhado, chama a atenção de diversos outros animais. Busco, assim, explorar os caminhos etnográficos do dendê, esse fruto avermelhado de origem africana e alimento estruturante do sistema alimentar do candomblé - religião de matriz africana que se estruturou ao longo de toda a costa atlântica brasileira. Os adeptos do candomblé são às vezes conhecidos como "povo do azeite" e as comidas votivas que compõem o seu sistema alimentar ritual são chamadas de "comida de azeite", esta, já há muito tempo, absorvida pelas mesas das casas baianas, tornando-se exemplo da assim chamada comida afro-baiana, ou simplesmente comida baiana.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475895_ARQUIVO_e5814a0f7dfa26096820e97b5e3c6a05.pdf

Apresentação Oral

"Ka"angawa é comida de jabuti, aqui as crianças comem açaí e também comida da roça"

Richelly Costa

A política de alimentação escolar está presente nos ambientes de debates sobre políticas públicas no Brasil, desde meados do século XX. Alguns autores destacam o início dessa jornada associando alimentação à saneamento e higiene, ocorridos nos anos de 1920, outros relacionam a situação de desnutrição, sob a perspectiva de causas sociais e econômicas da fome e da desnutrição, outros referenciam sobre os debates que circulavam a institucionalização da alimentação escolar, durante a década de 1940 (PEIXINHO, 2011; SOUZA, 2017; ROCHA, 2014; SANT'ANA, 2008). A alimentação ofertada nas escolas indígenas sobrevive em um contexto desafiador, necessitando atender aos critérios das orientações nutricionais e de segurança alimentar, associada com o respeito à cultura alimentar desta população. É válido destacar o respaldo das legislações vigentes, que garantem e reforçam o protagonismo cultural, bem como a segurança alimentar, porém ainda há muitos arranjos a serem orquestrados (VIEIRA-FILHO, 2016). Assim, percebe-se as diversas realidades da dinâmica da merenda escolar em escolas indígenas. Apresentaremos, especificamente, a realidade da população Awaeté-Parakanã do Tocantins. Esta população é considerada de recente contato, por deter uma relação tênue com a sociedade ocidental. Seu primeiro contato foi em 1970, no momento da construção da Transamazônica, somando-se, naquela época, cerca de 200 indígenas. Posteriormente, em 1983 foram contactados cerca de 211 indígenas que viviam na região onde atualmente está instalada a hidrelétrica de Tucuruí (FAUSTO, 2001). A educação escolarizada foi implementada somente em 2018, levando até a população políticas públicas que circundam a educação escolar, entre elas a merenda escolar. Em uma visita para realização periódica de diagnóstico escolar, percebemos que alguns itens ofertados para merenda dos escolares estava sendo direcionada para os animais domesticados (como verduras) ou deixados de lado (como o charque), eventualmente atingindo o vencimento. Ao questionar os indígenas ouvimos que os folhosos que estavam indo para os konomia (crianças) não faziam parte da alimentação da população, somente dos jabuti criados pela comunidade. Percebemos que não ocorreu um diálogo prévio, menos ainda consulta à comunidade para reconhecimento do perfil alimentar, considerando a cultura como norte da execução da política de alimentação escolar, para desenho dos itens a serem ofertados à população, ocasionando em desperdício de dinheiro público e não atendimento da segurança alimentar dos escolares. Face ao exposto, realizamos estudo com discussões sobre o fornecimento da merenda escolar para populações indígenas, bem como aspectos relevantes que consideram as especificidades culturais em diálogo com a política.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661460510_ARQUIVO_d74a629630e7a5729c598012bd675824.pdf

Apresentação Oral

As Louças em Barro de Guilherme Tiburtius, expressões materiais dos saberes e fazeres da alimentação de Comunidades Tradicionais e Históricas que viveram no entorno de Curitiba, Paraná

ROSANE PATRICIA FERNANDES, DIONE DA ROCHA BANDEIRA, CLAUDIA PARELLADA, Mariluci Neis Carelli

Os artefatos em cerâmica, desde os tempos arqueológicos, trazem memórias sociais, reverberando informações das relações sociais, territórios e tradições, além de mudanças e interações culturais. Assim, este trabalho traz aspectos referentes à gênese histórica-geográfica das cerâmicas como aporte para discutir as louças de barro, do primeiro planalto paranaense, reunidas pelo pesquisador e arqueólogo amador Guilherme Tiburtius, entre 1941 e 1942, no entorno de Curitiba. Tiburtius coletou 12 mil objetos de valor arqueológico, etnográfico e histórico, enquanto viveu no Paraná e Santa Catarina. O estudo integra a pesquisa/ tese interdisciplinar vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville, com revisões bibliográficas e documentais, e análises estilísticas, morfológicas e das técnicas do conjunto Araucária, coletado por Tiburtius, sob guarda do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. O objetivo é selecionar elementos que estabelecem conexões entre esse acervo e as cerâmicas locais e seus usos na alimentação e preparação de comidas tradicionais. Os artefatos cerâmicos são polissêmicos, com múltiplos significados e usos, e, ao longo do tempo, podem perder funções primárias, adquirindo novos valores simbólicos. Na coleção Tiburtius estão mais de 300 peças, como vasos, com e sem alças, potes de diversos tamanhos, tigelas, torradores, panelas, pratos, jarros, cuscuzeiros e objetos zoomorfos. As proveniências destes vasilhames sugerem que sejam produções domésticas em contextos locais/ regionais, elaboradas por comunidades históricas, com influxos europeus, indígenas e africanos, posteriores ao século XVI, conforme discussões prévias de diferentes pesquisadores. Apresentam elementos híbridos quando analisadas as técnicas de fabricação, os atributos morfológicos, os tratamentos de superfície, bem como aplicações de múltiplos elementos. As memórias e identidades estão materializadas nos objetos. Ademais, nos encontramos em um período que se almeja recuperar os sentidos sociais, as memórias e o patrimônio cultural das populações negligenciadas historicamente, buscando informações sobre suas práticas, seus alimentos, seus ritos e tradições e território. Assim, almeja-se falar dos objetos musealizados e da potência desses acervos para a pesquisa científica, bem como, discutir e quem sabe, compreender melhor os hábitos alimentares atuais, por meio da cozinha e dos utensílios domésticos daquelas comunidades tradicionais que teceram suas louças em barro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661459345_ARQUIVO_09abb24cc0c760ff040acfadc8b091e3.pdf

Apresentação Oral

Santinho em foco: preferências alimentares e afirmações de identidade em um bairro de Florianópolis

Tomaz Xavier de Souza

No bairro do Santinho, em Florianópolis, moradores descendentes de pescadores na sua maior parte de origem açoriana convivem com pessoas de várias localidades, incluindo cidades, estados e países diversos. Através desse artigo, se verifica se o padrão alimentar desses moradores, chamados de "nativos" (como uma categoria própria de identidade nativa) se modificou com o contato com os chamados "de fora". Artigo baseado no meu trabalho de conclusão de curso.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1653720788_ARQUIVO_ed412c3b0dc32a1436a4887059b8e0a2.pdf

GT17: Antropologia e Educação Popular

Este GT busca reunir trabalhos dedicados a explorar aproximações contemporâneas - bem como eventuais oposições ou contrastes - entre os campos da Antropologia e da Educação Popular, a partir de estudos etnográficos e análises antropológicas. A Educação Popular abarca uma multiplicidade de propostas educativas que partem desde (e estão em diálogo com) os saberes dos povos para a construção de um olhar crítico e transformador. Diante do centenário do pedagogo brasileiro Paulo Freire, faz-se necessário pensar sua contemporaneidade, considerando tanto suas contribuições para o campo antropológico como as transformações que a crítica anticolonial produz no campo da Educação Popular. Propomos reunir, então, trabalhos que pensem antropológicamente como coletivos e movimentos leem e se apropriam da proposta de Paulo Freire e dos "movimentos de educação popular"; trabalhos que transversalizem questões entre saberes dos povos e os saberes ocidentais; trabalhos que tenham como protagonistas sujeitos dissidentes e metodologias educativas e/ou antropológicas transformadoras, levando em consideração a crescente participação de estudantes negras/os, indígenas, quilombolas nos espaços educativos; trabalhos que partem da discussão sobre práticas educativas "autônomas", "emancipadoras", "críticas", "anticoloniais"; trabalhos sobre educação escolar indígena, quilombola, camponesa etc. que dialoguem com o campo da Educação Popular.

Palavras chave: Educação popular; descolonização epistêmica; encontro de saberes

Spensy K. Pimentel, Ana Paula Morel

Apresentação Oral

TORNAR-SE TRABALHADORA DOMÉSTICA: como a educação media este processo?

Adara Pereira da Silva

A educação, para além do sistema escolar, engloba diversas instâncias da vida cotidiana, como gênero, classe, raça, trabalho, família, entre outras. A educação também atravessa a vida de mulheres que exercem a função de trabalhadora doméstica. Este trabalho tem por objetivo investigar, etnograficamente, os processos educacionais a partir da trajetória de três mulheres, que desempenham a função de trabalhadora doméstica, em Natal, no Rio Grande do Norte. Inicialmente, ao pensar este trabalho, minha intenção seria averiguar como a escolaridade pode ser um dos fatores que estão relacionados à desvalorização do trabalho doméstico no Brasil, considerando todos os fatores que interferem nessa relação, como desigualdade de gênero e racismo estrutural. Mas, quando iniciei a pesquisa de campo percebi que, antes de responder uma questão tão ampla, seria imprescindível entender como as mulheres, que exercem tal profissão, lidam com questões educacionais, em um sentido mais geral. Isto é, seria preciso compreender como estas mulheres entendem e se relacionam com a educação e o sistema escolar e de que forma estes estiveram presentes em suas trajetórias. Para isso, será apresentada uma breve reflexão etnográfica, que foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com três trabalhadoras domésticas. Ao ouvir as entrevistadas percebi que existiam informações mais densas e, simultaneamente, sutis a serem compreendidas do que: qual o seu nível de escolaridade? Suas relações com a educação se apresentavam entrelaçadas com sua perspectiva de gênero, naturalidade, classe, raça. Além disto sua relação com a educação ocorria de maneira mais ampla do que sua passagem pelo ensino escolar, isto é, caberia analisar seu olhar para a educação, e este olhar não deveria reduzido à quantidade de anos que haviam frequentado o ambiente escolar. Justamente, como apresentou Vera Maria Candau (2012), a educação estaria situada num contexto mais amplo. Neste caso, nos é permitido pensar como as questões de gênero e o trabalho doméstico estariam ligados a este processo educacional e como ainda estariam entrecortadas por outras questões. Para pensá-las seria interessante partir do que propôs Claudia Fonseca (1999) sobre etnografia: realizar um movimento interpretativo que vai do particular em direção ao geral. Ou seja, antes de entender porque a baixa escolaridade poderia estar ligada à desvalorização do trabalho doméstico no Brasil, seria preciso entender de que forma a educação fez parte da trajetória das minhas interlocutoras, em diversas instâncias como trabalho, família, valores. Assim, seria possível, a partir do método etnográfico, realizar um estudo que busque compreender a subjetividade das entrevistadas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659358863_ARQUIVO_ecc1d802a0567a5d4c3f455e0f28a435.pdf

Apresentação Oral

Um terreno de promessas: notas antropológicas sobre trajetos periféricos de educação popular

Anita de Melo Leonel Ferreira

Este artigo pretende levantar algumas questões sobre os papéis que a educação popular e o trabalho de base podem desempenhar em contextos periféricos. O texto é fruto de uma jornada de pesquisa de mestrado feita na Comunidade Portelinha, uma ocupação urbana de Curitiba que há 13 anos reivindica por serviços básicos e regularização fundiária. Os caminhos da pesquisa tiveram como ponto de partida algumas trilhas iniciadas na Comunidade em 2014, por um movimento comunitário e seu grupo de trabalho de educação popular - o Movimento de Organização de Base-PR (MOB-PR) e a "Ciranda". Considera-se aqui que educação popular e trabalho de base são expressões semelhantes de uma mesma proposta: a de uma pedagogia da luta popular. As interpretações feitas partiram de princípios fundamentais a certa tradição popular de luta e tiveram como base para análise aquilo que foi observado durante a observação participante em campo, além dos diálogos construídos com pessoas da Portelinha - doze crianças da "Ciranda" e duas militantes do MOB-PR. Desse modo, ao longo da análise buscou-se construir uma ecologia de saberes (SANTOS, 2009), proposta que se alinha a uma premissa epistemológica da educação popular, na qual se preconiza um conhecimento construído de maneira coletiva e diversa, onde se relacionam diferentes epistemologias, por exemplo, o saber popular, o conhecimento construído pelas lutas sociais e também aquele discutido no âmbito acadêmico. Na medida em que se percebe que os trabalhos de base e de educação popular carregam um potencial de construir não somente novos saberes mas também práticas de conhecimentos, defende-se que estes são como um terreno fértil para a educação do saber-fazer, que, por sua vez, pode ser uma educação para o saber-mudar. Ainda, ao notar que aspectos importantes da prática dos trabalhos do MOB-PR e da Ciranda se relacionam de maneira direta com seu contexto local, é possível percebê-los atravessados por questões de acesso à terra/moradia e sobre a construção de um território. Disso, urge a necessidade de pautar e qualificar estes debates nos trabalhos populares, tarefa com a qual o conhecimento antropológico pode, em muito, contribuir. Conclui-se que dentre os possíveis papéis que a educação popular e o trabalho de base podem assumir, está o de construir momentos que escapam da lógica da exploração e da alienação social, para adentrar um espaço-tempo ou, quem sabe, um território onde as transformações sociais sejam, de alguma maneira, mais realizáveis. Por fim, compreende-se que ao sistematizar e organizar sua prática, a educação popular e o trabalho de base desempenham um importante papel de "presentificar" trechos da

história popular das lutas e, ao mesmo tempo, de construir uma educação para a memória política de seus grupos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661548088_ARQUIVO_fdd24b11ce03b01708e386d4d06ce702.pdf

Apresentação Oral

O Espaço Concórdia - um projeto entre a realidade e o coração para a Educação de Jovens Adultos e Idosos

Bárbara Fernanda Estevanato

Resumo: Com ideias nada complicadas, Paulo Freire e Elza Freire (FREIRE, 1987) contribuíram para pensar uma multiplicidade de propostas educativas libertadoras que tem como base o exercício de diálogo entre educadores e educandos na Educação de Jovens e Adultos e Idosos (EJAI) entre elas, o Projeto EJA Aeroporto Padre Leão Vallerie – Espaço Concórdia, sediado em um salão paroquial e em uma escola municipal, locais de campo da minha pesquisa de mestrado sobre Educação & gênero. Esse projeto acontece na cidade de Campinas (SP), no Núcleo de Ação Educativa Descentralizada (Naed) noroeste, um espaço geograficamente populoso, marcado por uma segregação socio-espacial, contando com muitos moradores de baixa renda, menor escolarização e marcado racialmente. O projeto EJA Aeroporto Padre Leão Vallerie é conhecido popularmente também como Espaço Concórdia por estar localizada no centro do território Campo Grande e por uma liberdade poética: “COM”, juntos, “COR”, coração, “DIA”, eterno/para sempre” Então: “Juntos em coração para sempre!” (LEÃO, 40 ANOS, p.13, 2022). O projeto iniciou-se em 2017 com o objetivo de lidar com a evasão a partir de um formato de educação dialógica e coletivizada, no sentido de trazer estruturas e princípios inovadores oferecendo turmas em todos os períodos e termos do Ensino Fundamental. Um dos maiores princípios do projeto é trabalhar sem hierarquização de disciplinas e com docência compartilhada em turmas multisseriadas e agrupadas. Os docentes são selecionados por processo seletivo e são incluídos em sua jornada de trabalho o TDEP (Tempo Docente Entre Pares) para organização da vida escolar, encontro entre pares na preparação de aulas públicas e docências compartilhadas (SANTOS, 2020). Para se diferenciar da educação convencional oferecida na EJAI regular é oferecido TDIs (Trabalho Docente Individual), tempo pedagógico que os professores/ tutores utilizam para atendimento individualizado aos estudantes com dificuldades. Ademais são organizadas durante os bimestres variadas ações pedagógicas como as assembleias, salas circulares, aulas públicas, estudo do meio e passeios, avaliações coletivas, oficinas artísticas, bazares, cafés pedagógicos, rodas de conversas e até mesmo acompanhamento psicológico gratuito com parceria de projetos de extensão das universidades da região. Referências Bibliográficas:

EQUIPE LEÃO 40 ANOS, revista, 2022. FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. SANTOS, Nelton Miranda Lima Dos. "Humano, Demasiado Humano"- O Espaço Concórdia no Campo Grande: Sujeitos livres, Ensiantes e Aprendentes na Educação Dos sujeitos da modalidade EJA: Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos. Faculdade De Educação, Universidade Estadual De Campinas, Campinas, 2020.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/779_93847057_260452.pdf

Apresentação Oral

Potencialidades da educação popular na pesquisa "Boas Práticas de Enfrentamento à Covid-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará" (2020-2022)

Breno da Silva Carvalho, Ana Gretel Echazú Böschemeier

Derivado da pesquisa "Boas Práticas de Enfrentamento à Covid-19 em Comunidades e Territórios do Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará" (CNPq; período: agosto/2020 a julho/2022), o presente artigo recorre à metodologia da educação popular em saúde e busca o fortalecimento do bem viver em sete comunidades tradicionais e movimentos sociais do Nordeste integrantes do projeto: Comunidade Indígena do Amarelão/RN; Comunidades Indígenas de Amarelão (RN), Quiterianópolis e Mundo Novo (CE); Movimento da População em Situação de Rua/RN; Catadoras da Associação ACREVI - Reciclando para a Vida (Mossoró/RN); Pescadores da Vila de Ponta Negra (Natal/RN); Maricultoras de Pitangui/RN e Comunidade Cigana Calon (Sousa/PB). Em 2021, o CNPq, por meio da categoria ADC-2, permitiu o estabelecimento de vínculos formais das lideranças dos grupos com a pesquisa, tornando-as "lideranças pesquisadoras", também percebidas por suas comunidades como autênticos/as pesquisadores/as. Devido à pandemia, a prática etnográfica demandou a realização de encontros remotos com perspectiva educativa - alguns deles de natureza formativa e outros, voltados à articulação. Esta operacionalização foi possível com o uso de aplicativos de vídeos (Google Meet e Stream Yard), combinados a recursos de geolocalização digital (ex.: mapas webs) e à estruturação de redes sociais com informações e orientações sobre a Pesquisa. Tal dinâmica permitiu reconhecer, a partir do diálogo conjunto com as comunidades tradicionais e movimentos sociais, as estratégias coletivas mobilizadas diante do contexto pandêmico, interessadas em articular os "saberes tradicionais" e os "saberes vindos da experiência" com a "narrativa científica" como expressões do direito dos povos à cultura e à ciência. Nesse sentido, a educação popular assume o papel de mediadora dos esforços metodológicos, capaz de aproximar a vivência de populações vulnerabilizadas com o efetivo propósito da descolonização dos saberes e da produção de uma ciência cidadã.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478542_ARQUIVO_f5d07970ee82aed7ac2a480df6365671.pdf

Apresentação Oral

Desafio da Implantação da Educação Escolar Quilombola no Quilombo de Sibaúma Tibau do Sul/RN

Francisco Cândido Júnior

A pesquisa desenvolvida no Programa de pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tratam de primeiras incursões de minha pesquisa doutoral, tem como objetivo refletir sobre a construção de uma educação diferenciada étnica e a aplicabilidade da lei 10.639/2003 no território quilombola de Sibaúma, no litoral do Sul do Rio Grande do Norte. Entre os principais aspectos, buscaremos realizar um diagnóstico do ensino na escola de Sibaúma. Escola Municipal Padre Armando de Paiva que atua no ensino fundamental Anos iniciais e anos finais. Com finalidade de entender as narrativas envolvendo professores e gestores da escola, e as perspectivas para o futuro e os principais problemas atualmente Neste sentido, é importante compreender que Historicamente o processo educacional esteve caracterizado pelo distanciamento de grupos sociais mais fragilizados, como os grupos étnicos (quilombolas), em todas as instâncias educacionais do país. A ausência de políticas de educação voltadas para as especificidades dos grupos trouxe consequências nas vidas da população quilombola. A pesquisa visa: perceber a contribuição da educação para as questões étnicos-raciais, no que diz respeito à formação escolar e a construções identitárias; conhecer os modos de vida e fazeres quilombolas para que os estudantes despertem pelo sentimento de pertença; identificar se os elementos da cultura quilombola são vivenciados no âmbito das práticas pedagógicas e do cotidiano escolar da comunidade de Sibaúma.. Considerando contextualmente a luta pelo enfrentamento do racismo e ao analfabetismo pela dimensão identitária e pela garantia do território em diálogo com os governos municipais e estadual. Desta forma, nossa preocupação é compreender como são construídas as ferramentas de conscientização e valorização da população quilombola, assim como o combate ao racismo dentro da escola. Palavras-Chave: Sibaúma, Educação Escolar Quilombola, grupos étnicos e Território.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661463795_ARQUIVO_8b9a40ff776c074282e84ce1a2ed6bf6.pdf

Apresentação Oral

Antropologia e Educação: Experiências etnográficas com mulheres quilombolas em defesa de uma educação quilombola nos quilombos de Capoeiras e Sítio Grossos no Rio Grande do Norte.

IVANILDO ANTONIO DE LIMA

Este artigo tem a intenção de dialogar sobre a luta encabeçada por mulheres quilombolas em defesa da educação nas comunidades quilombolas de Capoeiras e Grossos localizadas no Rio Grande do Norte, tendo como fio condutor pensar os sentidos das práticas educativas voltadas para a diversidade e dando conta da aproximação entre as perspectivas históricas e as vivências cotidianas das comunidades quilombolas e a busca por uma educação de qualidade. O referido texto promove um diálogo entre antropologia e educação, tendo como base entrevistas com mulheres dessas comunidades remanescentes de quilombos do estado, pontuando alguns direcionamentos e demandas referentes ao debate sobre o acesso de políticas públicas que garantam uma educação diferenciada como reza as normas, leis e decretos para as comunidades quilombolas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661257873_ARQUIVO_405ae078842480acfb52896a1a84914a.pdf

Apresentação Oral

UMA EDUCAÇÃO DUPLAMENTE DIFERENCIADA: o exemplo do Colégio Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro (CEITP)

Nathalie Genevieve Anna Le Bouler Santos

Além de ser diferenciado em decorrência da sua proposta pedagógica étnica voltada para os interesses indígenas e, especialmente, para os interesses Tupinambá, o Colégio Estadual Indígena Tupinambá Serra do Padeiro (CEITSP) tem a particularidade de acolher também os "Outros", ou seja, estudantes não indígenas provenientes de acampamentos e assentamentos de sem-terra, bem como famílias de trabalhadores rurais que vendem sua força de trabalho por "empreita" em fazendas da região. Nesse sentido, estaríamos diante de uma proposta de educação escolar interétnica que se propõe a incluir não índios em situação social estruturalmente próxima à dos índios, um Outro próximo (AGIER; CARVALHO, 1994: 111). Trata-se de uma proposta que parece contemplar, complementar e relacionar, questões afetas aos conceitos de etnicidade e de classe social, e que podem, de forma inovadora, apontar para alternativas de convívio étnico-social pouco mais abrangentes e generosas. Outras experiências similares, nacionais e internacionais, são conhecidas. A educação escolar, entre os Tupinambá, similarmente a outros povos indígenas, é considerada como um ato político. Nesta apresentação, veremos de que forma esses estudantes são formados e capacitados à luz da chamada luta indígena uma vez que estão recebendo uma educação escolar indígena.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661471389_ARQUIVO_a22b9a797934e88b3de4df924dc6e5c.pdf

GT18: Antropologia e Estudos Ciganos: perspectivas etnográficas, desafios teóricos-metodológicos e mediações nas esferas públicas

Muitas áreas de estudos, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas, têm realizado pesquisas sobre ciganos no Brasil e em outros países, sobretudo da América e da Europa. Assim, a Antropologia tem se voltado à realização crescente e profícua de estudos etnográficos, históricos ou documentais sobre os grupos Romani/Ciganos no Brasil. Observamos a produção de pesquisas etnográficas que muito nos informam sobre as situações sociais em que vivem tais grupos, bem como as pautas de reivindicação, a criação de políticas públicas, as relações de gênero, os processos de estigmatização, as demandas por direitos e as relações entre ciganos e não ciganos em diferentes contextos. Diante da crescente quantidade e qualidade das produções antropológicas, faz-se necessário estabelecer diálogos entre pesquisadores de diferentes regiões e formações, priorizando o exercício comparativo entre famílias, grupos e comunidades de ciganos no Brasil. Nesse sentido, a proposta deste Grupo de Trabalho é propor que pesquisadores da temática encontrem aqui um espaço de debate e de diálogo, visando ampliar o esforço comparativo entre as produções de diferentes contextos etnográficos e aprofundar a discussão sobre abordagens teóricas e metodológicas das pesquisas em curso; refletindo, ainda, sobre o papel da antropologia na mediação entre grupos ciganos/Romani e as esferas públicas e governamentais.

Palavras chave: Ciganos, Antropologia, Etnografia

Patrícia Lopes Goldfarb, Felipe Berocan Veiga

Apresentação Oral

A imagem dos ciganos do Brasil nos textos clássicos: dos pioneiros até a década de 1980

José Aclecio Dantas, Patrícia Lopes Goldfarb

Este artigo apresenta uma parte dos resultados de uma pesquisa que versa sobre os ciganos no Brasil, mais especificamente sobre a produção teórica desenvolvida sobre o tema desde os primeiros trabalhos até a década de 1980. Uma pesquisa vinculada ao GEC- Grupo de Estudos Culturais, CNPq/UFPB, área de Antropologia, que se voltou para os estudos dos grupos

ciganos como minorias étnicas brasileiras. Realizamos um levantamento bibliográfico sobre os estudos ciganos no Brasil e seus contextos históricos e culturais de produção, a partir da análise crítica dessa produção científica e literária, verificando se tais textos colaboraram na construção das representações sociais que até hoje circulam sobre os grupos ciganos no Brasil. Utilizando a Análise de conteúdo de Bardin buscamos identificar os discursos e imagens construídos a respeito dos ciganos e as categorizações que foram acionadas nas narrativas. O recorte metodológico foi do tipo exploratório e constituiu-se numa pesquisa de caráter histórico-crítico bibliográfico. Durante a pesquisa os textos foram divididos entre: os ciganos em documentos coloniais, as literaturas de viagem no Brasil e os textos contemporâneos de Melo Moraes Filho, entre outros. Os resultados indicam que os autores se preocuparam em determinar um "tipo antropológico" para os ciganos, marcado por alguns biotipos com características comportamentais, psíquicas e temperamentais, a partir da determinação de um conjunto de fenótipos e de debates que eram influenciados pela medicina, genética, criminologia e pelas perspectivas raciais de cada época.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660686264_ARQUIVO_b6018ce198a6d2d91fe85389874c021f.pdf

GT19: Antropologia e pesquisas no continente africano: diálogos críticos contemporâneos

A proposta deste GT é estimular debates advindos de pesquisas antropológicas em e sobre contextos etnográficos no continente africano. Os estudos realizados nas últimas décadas por pesquisadores brasileiro/as têm se caracterizado por uma variedade enorme de temas, propostas analíticas e perspectivas teórico-metodológicas e epistemológicas inovadoras. O diálogo da antropologia com a história (colonial e pós-colonial) tem se mostrado particularmente profícuo para a compreensão das complexas transformações políticas pelas quais passam as sociedades africanas contemporâneas, o que inclui as dimensões de gênero e étnico-raciais. As interfaces com outros campos disciplinares têm tornado a antropologia feita em interlocução com sujeitos africanos uma via privilegiada de apreensão das dinâmicas do/no continente. Nosso objetivo é reunir um conjunto de trabalhos preocupados em entender etnograficamente dinâmicas diversas em contextos africanos específicos e promover um debate qualificado sobre questões atuais que se impõem nesse universo de pesquisa. São bem-vindos estudos que abordem os seguintes temas: relações raciais em contextos coloniais e pós-coloniais; patrimônio cultural; festivais culturais; fluxos de pessoas e de objetos; práticas comerciais; gênero e sexualidade; sociedade civil; formação do Estado e da nação; práticas de cooperação internacional; cultura popular

africana; dinâmicas familiares e de parentesco; epidemias e pandemias; conflitos armados; juventude.

Palavras chave: Pesquisas; contexto africano; diálogos críticos

Gilson Rodrigues Jr, Sara Morais

Apresentação Oral

Santuários e saúde. Peregrinações da Espanha ao Norte da África.

Alejandra Martínez Gandolfi, Javier Rodríguez Mir

As populações Rif das zonas rurais de Ávila organizam uma ou duas vezes por ano viagens terapêuticas a Marrocos em busca da tão esperada baraka dos santos marroquinos para diversos fins, incluindo a cura de vários problemas de saúde. Este trabalho analisa os significados dessas viagens terapêuticas e valoriza as terapias praticadas pelas populações do Rif. Nesse sentido, o trabalho é orientado para os espaços sagrados que compõem mais uma etapa dentro dos itinerários terapêuticos. Em toda a geografia marroquina existem santuários conhecidos pelo nome de marabus que contêm uma elevada carga simbólica e terapêutica. Os peregrinos consideram a flora e a fauna dos santuários como seres sagrados. É notável, especialmente nas áreas do Rif, Médio e Atlas Sul da costa marroquina até Aayún, como eles contribuíram para a criação e preservação de uma reserva de patrimônio natural. Entre as características que uma paisagem terapêutica deve ter é que deve ter árvores centenárias ou milenares e uma árvore sagrada formando um bosque entre elas, a existência de um espelho de água em forma de nascente, poço ou rio e que o santuário seja localizado em uma colina perto de uma cidade. Quanto à cura divina da paisagem, requer o enterro de santos, líderes espirituais, políticos ou militares. As curas nesses espaços sagrados referem-se às doenças mentais, ao exorcismo dos possuídos pelos jnûn (seres espirituais do mal), ao mau-olhado, à magia e à feitiçaria. As peregrinações podem ser acompanhadas por cânticos em que o ritmo e a música permitem ao doente mental expressar a sua libertação da opressão da possessão e iniciar os transes. Nesses espaços sagrados, destaca-se o protagonismo feminino, pois cabe às mulheres diagnosticar as diversas doenças, de origem nervosa e as relacionadas à fertilidade, sexualidade e casamento. Todos estes componentes dotados de forte carga simbólica fazem parte da identidade e religiosidade riffiana, e permanecem associados a determinadas áreas geográficas que ligam o território, a religiosidade, o gênero e a saúde.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661471047_ARQUIVO_a38f64f884b5dc742bbf99ba22f2c977.pdf

Apresentação Oral

"O retorno precisa ser empírico?": Turismo afrodiaspórico em Dacar, Senegal.

Carla Brito Sousa Ribeiro

Partindo da pergunta "o retorno precisa ser empírico?", feita pela Professora Renata Menezes (PPGAS/UFRJ) a mim, quando tratamos do meu objeto de pesquisa, procuro debater a noção de "viagens de retorno" e a ideia de turismo diaspórico praticado por afrodescendentes na cidade de Dacar, no Senegal. No contexto de pesquisa que venho aprofundando, tais visitas são empíricas, mas o retorno possui dimensões plurais. Percebê-lo em seu caráter ritual, e até de "peregrinação", para utilizar um termo empregado por Paulla Ebron, ajuda a traçar considerações sobre a diáspora africana e as construções coletivas de um passado comum, mas também de futuros possíveis. Meu argumento é que as ideias de retorno e futuro caminham associadas, e que a prática desta vertente de turismo age como resposta à desmaterialização das populações negras historicamente, à negação de sua constituição familiar, patrimonial, dos usos do território e de seu culto. Em vista disso, minha pesquisa consiste na observação participante, em conversas informais e entrevistas em três atrações turísticas, escolhidas por serem elementos indiciários e construções do patrimônio cultural pan-africano e afrodiaspórico. Entendo que a partir da aproximação de tais destinos será possível depreender a busca pela materialidade e concretização de acesso a um passado ancestral. São eles a Ilha de Gorée (Île de Gorée); o Monumento da Renascença Africana (Monument de la Renaissance Africaine) e o Museu das Civilizações Negras (Musée des Civilisations Noires), todos localizados em Dacar. A partir desses locais pretendo acessar as narrativas históricas e construções de futuro, além das reações e relações dos visitantes com o materialismo deste patrimônio. Desejo pensar como as visitas agem sobre a subjetividade dos turistas e as suas noções sobre diáspora e identidade africana, para além da dimensão representacional de como visitantes se identificam ou não com os discursos de formatação desses espaços.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475955_ARQUIVO_5d61715871ef851764e817e894e3efd1.pdf

Apresentação Oral

Dança tufo e os ritos de iniciação: espirais sobre dançar e criar mulheres

Jaqueline de Oliveira e Silva

Neste texto, meu olhar se concentra sobre as danças realizadas nos ritos de iniciação femininos da puberdade na região norte de Moçambique, chamados em idioma makua de emwali, e nas associações comunitárias femininas. Nas associações, a dança tufo foi a principal performance investigada. Nestes locais dançar é o ato. O que se faz. As mulheres dançam nos ritos de iniciação para os mais diversos fins: brincar, educar, juntar dinheiro, fazer uma roupa nova e

se divertir. Ser dançada é receber, ação supostamente passiva. Aprende-se como agir com as mais velhas, como cuidar do futuro marido, como e para onde direcionar o olhar. As participantes observam e escutam atentamente com todo o corpo, colocam-se em modo de atenção para garantir uma integração esperada com os músicos, os tambores, movimentos do corpo e articulações vocais expressas pelos gritos de "ululu". Entre as mulheres makuas, o corpo se desenvolve a partir de redes de coletividade que sustentam modos de forjar outras perspectivas de corpo. Leio os ritos de iniciação e a dança tufo como performances do tempo espiralar no sentido que nos apresenta Leda Maria Martins, no qual movimentos, ações, sons e palavras se conectam em simultaneidade, num tempo que se move em diversas direções, do passado para presente, e do presente para o futuro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461271_ARQUIVO_e40f3a0701f0c741ffa3be541c3a977c.pdf

Apresentação Oral

Ausentes da história, presentes no cotidiano: a pesca artesanal em Cabo Verde como mote para uma discussão sobre o poder

João Paulo Araújo Silva

Realizo pesquisa junto aos pescadores artesanais e peixeiras de Cabo Verde desde 2016. Fiz pesquisa etnográfica junto à comunidade de pesca da ilha do Maio com o objetivo de compreender como se estrutura o cenário de escassez do pescado vivido numa das ilhas mais ricas em peixe do arquipélago. Meus resultados me encaminharam para um contexto de competição desigual pelo peixe que opõe pescadores artesanais a grandes embarcações europeias que "varrem" o mar da região autorizados por um protocolo de pesca assinado com o governo das ilhas. Encontrado inabitado em 1460, Cabo Verde cumpriu papel central para o avanço português nos mares do sul, principalmente em função de sua localização estratégica no atlântico que o transforma, rapidamente, no maior mercado de escravizados do mundo. Com a desobrigação das escalas do tráfico negreiro nas ilhas já em fins do século XVI e o consequente abandono do arquipélago pelos primeiros colonizadores, Cabo Verde será cenário da ascensão de uma das primeiras elites crioulos do mundo colonial. Esta reorganização do poder irá impactar nas estratégias de mobilização da força de trabalho que passam de um modelo clássico de escravidão a uma mobilização de rendeiros e meeiros ligados aos que ficaram conhecidos como brancos da terra. Apesar de não ser possível falarmos na eliminação de hierarquias sociais rígidas, há uma nítida desarticulação do sistema econômico anterior, sendo que a proximidade maior entre estas elites proprietárias e a população em geral produzirá tanto uma certa quebra da ordem escravocrata como também alianças estreitas entre esta elite e a coroa portuguesa. Este arranjo político funciona até o

tumultuado século XIX. Após a independência do Brasil, Portugal sente a necessidade de voltar-se para suas possessões africanas na tentativa de reverter os prejuízos causados pela perda de seu território mais lucrativo. Uma série de reformas administrativas vão impactar profundamente a organização do poder nas ilhas. Um dos principais marcos desta época, o investimento de Portugal em escolas para formação de quadros para atuarem como administradores coloniais em suas possessões praticamente abandonadas até então se dará, em parte, articulado com esta elite. Neste breve passeio pela história do arquipélago não nos encontramos com os pescadores, mas aqui acredito que Venna Daas tenha um papel fundamental em nos chamar a atenção para o que ocorre na vida dos sujeitos como consequência de todos estes grandes movimentos. A ausência dos pescadores da história contrasta com sua onipresença no cotidiano das ilhas e ouvi-los de forma engajada e atenta é uma maneira privilegiada de conhecer o percurso social e político deste importante arquipélago tão representativo das potências e vicissitudes do Atlântico Negro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661438013_ARQUIVO_1a83cc01fadec19e803480b2509f93e8.pdf

Apresentação Oral

Quando Estado e Igreja se encontram: reflexões sobre racismo e separação a partir de debates sobre a criminalização do casamento inter-racial na África do Sul.

Laura Moutinho

Mamphela Ramphele, ativista da luta contra o apartheid, intelectual e médica, argumenta que ao destruir as famílias de múltiplas formas, os arquitetos e executores do regime de segregação produziram um largo e multifacetado espectro de violência, abusos de todos os tipos e a desmobilização das redes de solidariedade e trocas. Algumas famílias foram removidas de suas áreas de moradia duas ou três vezes; outras viveram em situações de êxodo no qual as noções de alteridade e distância sofriam profundas alterações. Condições insalubres de vida foram impostas nos townships e nos bantustões aliados a inúmeros rituais de subordinação social. Não são poucas as etnografias que evidenciam os efeitos de políticas e instituições do apartheid sobre os corpos e as biografias dos sujeitos. Entretanto, ainda não foi suficientemente explorada relação entre igreja e Estado na construção do aparato legal que regulou a separação racial, através da gestão da sexualidade e do gênero. O propósito dessa comunicação é analisar a atuação das igrejas nas comissões de inquérito e debates das décadas de 1930 e 1940, que precederam não somente a instalação do regime do apartheid, mas de modo mais específico, a primeira lei do regime de exceção, aquela que criminalizou os casamentos inter-raciais, a Mixed Mariage Act.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1664470059_ARQUIVO_4f1273c40b07bbff1de39027ae1c1599.pdf

Apresentação Oral

Autoritarismos de Estado, juventudes desesperançadas: conexões PUNK

Luana Piveta de Moura Luz

Brasil e África do Sul costumam ser colocados em posições opostas quanto à questão racial: "democracia racial" e "apartheid", são eixos que dificultam a identificação de conexões (Moutinho, 2004). Nesta pesquisa, que faz parte de um projeto maior: "Bacharéis, empregados e clérigos: um estudo sobre a dinâmica das interações sociais numa cidade sul-africana", coordenado por Laura Moutinho, busco refletir nas brechas dessa perspectiva e mapear conexões. Para isso, investigo a trajetória de André Fredrick Pretorius, africânder, que mudou-se para Brasília com o pai embaixador em 1978, aos 17 anos. A identidade africânder articula raça com nacionalismo, militarismo e religião. Os africânderes criaram a base ideológica do que viria a ser o regime autoritário de base racial que esteve no poder na África do Sul entre 1948 e 1994: o apartheid. Quando chegou ao Brasil, André Pretorius era punk e, ao se encontrar com os poucos punks que havia em Brasília, iniciou o "Aborto Elétrico", uma das primeiras bandas brasileiras do estilo, no contexto da ditadura militar (1964 e 1985), junto a Renato Russo e Fê Lemos. Isso aconteceu no contexto de surgimento do movimento punk na Inglaterra. O trânsito internacional a que tinham acesso favoreceu este encontro, já que o grupo conhecido como Turma da Colina recebia informações, discos e fitas punks que eram enviadas pelos amigos que estavam no exterior, o que era muito comum; e importava instrumentos musicais diretamente através das cotas de importações dos consulados, onde trabalhavam os pais de alguns deles, como o pai de Pretorius trabalhava na Embaixada da África do Sul, onde o Aborto Elétrico fez seus primeiros ensaios. Em 1980, André foi forçado a retornar para a África do Sul para, como todo jovem africânder, servir o exército do apartheid, regime autoritário de base racial que esteve no poder entre 1948 e 1994. A bibliografia aponta o quanto o militarismo está enraizado na sociedade sul-africana, principalmente entre os africânderes, organizando as relações e o cotidiano. O serviço militar era obrigatório para todo jovem africânder, impactando sobre a construção das masculinidades, como mostra Nyameka Mankayi (2010), definindo o ser soldado como uma personificação das práticas sexuais masculinas tradicionais, apesar de também proporcionar um ambiente homossexual e masculinidades não-hegemônicas. Dessa forma, Pretorius possibilitou o contato destes jovens brasileiros com a ditadura sul-africana, de modo que seu retorno ao país foi muito impactante não só para ele, mas também para seus amigos da Turma da Colina, que conheceram o apartheid a partir da experiência de um jovem africânder que teve que servir a uma causa na qual não acreditava.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1664470111_ARQUIVO_77513c277a9d151f86246b34e3e5cc44.pdf

GT20: ANTROPOLOGIA ENGAJADA: relatos de pesquisa sob as perspectivas teórico-metodológicas e éticas

No Brasil, a Antropologia ainda procura ampliar sua visibilidade através do aumento crescente em enfoques no envolvimento da pesquisa na prática das transformações do mundo social. Esse forte apelo tem sido envolvido em questões teórico metodológicas denominadas de antropologia engajada, antropologia aplicada, antropologia prática, entre outros. Na antropologia americana, que tem orientado essas reflexões, os autores distinguem uma série de formas de envolvimento: partilha e apoio nos cotidianos das interações do trabalho de campo; ensino e educação pública; crítica social; participação e liderança colaborativa durante o trabalho de campo; em ações judiciais como testemunha especializada; e o ativismo que tem como base a ideia de que o antropólogo tem compromissos como cidadão quando confrontado com as violações ou sofrimento de outros (Low; Merry, 2010). Nos casos das pesquisas antropológicas reconhecidamente engajadas, os dilemas da ciência antropológica brasileira, em tempos de decolonialidades, emergem com novas questões em discussão. O GT busca analisar consensos e particularidades que envolvem pesquisas de campo engajadas na antropologia brasileira. A interação entre pesquisador e seus interlocutores na pesquisa etnográfica é, por vezes, muito prolongada e envolve afinidades significativas aos sujeitos do processo, quando e como podemos chamar nossos estudos antropológicos de "engajados" na atualidade?

Palavras chave: Antropologia engajada; relatos de pesquisa; particularidades.

Fernanda Valli Nummer, Maria Cristina C de C França

Apresentação Oral

Tecer-pensar redes de solidariedade: reflexões teórico-metodológicas sobre pesquisa e militância junto à Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as

Ana Clara Klink de Melo

O presente trabalho tem por objetivo discutir o estatuto e as implicações do conhecimento que tem sido produzido em uma etnografia realizada, desde a segunda metade de 2021, junto à Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as, associação localizada na zona leste paulistana voltada ao ativismo na pauta anticarcerária e ao apoio, acolhimento e orientação de pessoas afetadas direta ou indiretamente pelo sistema de justiça criminal. A pesquisa segue os

fiões de trajetórias urbanas de indivíduos e famílias que gravitam ao redor do coletivo e olha para a produção de espaços liminares entre a rua e a prisão. Isto é, o que significa viver no "entre" a prisão e a liberdade e como se articulam e operam as forças e dispositivos que acionam a circulação de um lugar a outro. Ao mesmo tempo em que a entrada em campo significou ter de enfrentar as dificuldades de aproximação de um universo marcado pelo estigma e pela desconfiança (GODOI, 2015), lidar com pessoas, suas dores e urgências colocou questões sobre como responder às implicações políticas emergentes do trabalho etnográfico (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Por isso, nos últimos meses, além de acompanhar o cotidiano da associação, passei a construir ações de ativismo e militância e a atuar em sua frente de orientação jurídica - em função de ter também formação em direito -, dividindo no campo o "tempo acadêmico" com o "tempo da urgência" (MALVASI et al, 2018). Me proponho então a refletir sobre uma ordem de questões político-epistemológicas que não apenas são consequência dos caminhos que escolhi para estar lá, como também refletem as implicações do meu lugar no campo sobre as trajetórias de vida que tenho acompanhado. Em um primeiro momento, discutirei as limitações, potencialidades e o alcance de um olhar situado nas fronteiras entre o ser pesquisadora, militante e advogada. Em seguida, me proponho a pensar sobre práticas de cuidado e afeto no campo (LOW; MERRY, 2010, p. 207) como produtoras de conhecimento, e sobre como meu lugar de participação e engajamento é também constituinte das redes de solidariedade que têm se mostrado capazes de prospectar e fortalecer linhas de fuga dos circuitos de exclusão que parecem sempre em vias de levar à prisão. Partindo de reflexões sobre os significados de uma "antropologia engajada", olho para como se colocam diante de um campo em que redes de cuidado e apoio - seja na forma de escuta, amparo, seja na forma de tradução do universo jurídico, tão determinante quanto inacessível para pessoas atravessadas pela justiça criminal -, são centrais para contrapor forças de violência e coerção e possibilitar outras formatações de vida.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1664819744_ARQUIVO_0a76c6cc7cf760cd224879f7329f32e8.pdf

Apresentação Oral

De um ponto de vista assumidamente engajado: bissexualidade, academia e ativismo

Danieli Klidzio

Partindo de reflexões pertinentes à dissertação de mestrado da primeira autora, no presente trabalho refletimos sobre o fazer etnográfico considerando questões éticas e teórico-metodológicas desde uma perspectiva engajada na qual a pesquisadora é também parte de seu campo. Por meio de uma etnografia a partir das mídias digitais, a referida pesquisa pensa a bissexualidade enquanto identidade sexual e política e as produções brasileiras em torno desta.

Nos últimos anos movimentos ativistas e referências acadêmicas vêm se expandindo por meio de iniciativas coletivas como o GAEBI (Grupo Amazônica de Estudos sobre Bissexualidade) e a Frente Bissexual Brasileira. Por se identificar enquanto bissexual, pesquisar sobre bissexualidade e integrar tais movimentos, a autora tem feito seu trabalho de campo enquanto sujeito "de dentro". A pesquisa é construída em um movimento de: voltar-se para tal campo de pesquisa por inserir-se e identificar-se pessoal e politicamente como bissexual; ao mesmo tempo em que a própria posição de pesquisadora do tema produz condições de acesso a determinados grupos bissexuais. Nesse sentido, mesmo que inevitavelmente ainda se faz presente uma autoridade etnográfica, a ideia de "objeto" de pesquisa deixa de fazer sentido na medida em que são borradas as fronteiras entre sujeito e objeto como localizações opostas e não agenciadas. Também, uma perspectiva "de dentro" impacta a noção de campo de pesquisa como sendo um deslocamento para o outro, para o diferente e exótico na medida em que exige também um olhar para si e um "estranhamento do familiar". Desde as motivações para a escolha do tema, o exercício etnográfico compreende o engajamento na pesquisa, a pesquisa é construída visando ser útil na crítica à bifobia e na construção de uma memória bissexual. Diante do apagamento dessa identidade no ativismo LGBTQIAP+ e nos estudos sobre sexualidade e gênero, de um ponto de vista assumidamente bissexual e engajado a pesquisa busca suprir uma necessidade de dados sobre esses sujeitos e suas vulnerabilidades, sendo, portanto, ela mesma um produto visado pelos sujeitos interlocutores da pesquisa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661447510_ARQUIVO_0229241f77657df36bdabd4b06f30d81.pdf

Apresentação Oral

O corpo da pesquisadora na "pista" e os desafios da antropologia engajada: vivendo experiências com torcedores organizados da Força Jovem do Vasco.

Elisa Cardoso

O objetivo deste trabalho é considerar como a presença do meu corpo em campo afeta e produz uma postura social que se reflete em um fazer etnográfico e uma escrita engajada. Abordarei minha experiência corporal enquanto mulher branca, pesquisadora e moradora de favela, acompanhando torcedores organizados de "pista" da Força Jovem do Vasco (FJV) no Estado do Rio de Janeiro que são, em sua maioria, homens negros e/ou favelados. Me refiro há dois anos de vivências com torcedores organizados em territórios de "pista" - categoria analítica que se compreende como deslocamento das torcidas organizadas pelas ruas e contextos urbanos. Essa perspectiva situa o corpo torcedor radicalmente instrumentalizado, pronto para o conflito, às lições de aprendizagem da rua, guerras no interior da própria torcida e com organizadas rivais, além das disposições obrigatórias e vontades que revelam o pertencimento

nesses agrupamentos. Em suma, as manifestações e representações na pista fazem das torcidas organizadas modelos de sociabilidades masculinas faveladas. Assim, a "pista" oferece uma análise detalhada da economia das torcidas organizadas como sistema de troca e obrigatoriedade entre o capital corporal e capital moral. Dentro desse quadro de análise meu corpo evidencia marcadores sociais relevantes, possibilitando o engajamento no fazer antropológico a partir de relações de proximidade, confiança e conflito com os torcedores organizados da FJV. Desse modo abordarei os desafios de uma Antropologia engajada que combinada com uma etnografia política implicada, tenta agenciar novas problemáticas e possíveis contribuições para o fenômeno das torcidas organizadas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461357_ARQUIVO_cf7283e5c8cad8f82ea3d354528ded73.pdf

Apresentação Oral

"Por moradia não temos medo": uma ocupação urbana no Centro do Rio de Janeiro como um ritual insurgente popular

Isabela Baptista Moraes Arruda de Oliveira

O trabalho tem como objetivo analisar, a partir de uma etnografia engajada, a Ocupação Urbana Almirante João Cândido. Organizada pelo Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas a ocupação levou para um prédio centenário 150 famílias que reivindicavam "moradia digna" no Centro do Rio de Janeiro em junho de 2021. Analisado enquanto um drama social, no sentido definido por Victor Turner, debateremos aqui as etapas identificadas por Turner deste conceito e a percepção enquanto ritual insurgente popular. Por fim, falaremos sobre o processo de gentrificação que ocorre na mesma região a partir do Programa Reviver Centro, da Prefeitura do Rio de Janeiro, traçando os objetivos do projeto e os impactos do projeto.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477476_ARQUIVO_b214e232a77c638e52ed0ad8c95e97a8.pdf

Apresentação Oral

Vozes de Encruzilhadas Indianas

Marcos Silva da Silveira

Meu desafio é como incorporar "vozes subalternas" (Spivak:2010) dentro de uma produção de conhecimento antropológico. Durante a minha formação em pós graduação em Antropologia, nos anos 90, realizei, na UNB, mestrado sobre a História das Umbandas e Candomblés no DF e um doutorado sobre o centenário do fundador do movimento Hare

Krishna, acompanhando a delegação brasileira deste Movimento religioso até à Índia, em 1996. Durante o meu campo com os devotos Hare Krishna, entre 1994 e 1997, acabei me tornando o "Bhakta Marcos de Brasília", simultaneamente um tipo de etnógrafo e um tipo de devoto, possíveis e necessários neste campo. Entre as duas pesquisas havia uma outra presença. Para a Umbanda, o meu guia espiritual é o líder da falange do "Povo da Índia". Reconhecendo-o como uma outra consciência, externa a minha, em seus próprios termos, entendo que estive na Índia sob sua orientação nessa pesquisa do Doutorado, o que me coloca, neste momento, na intenção de trazer essas vozes, num movimento fundamental para o entendimento destas experiências junto a esse enorme universo cultural, onde o reconhecimento dos sujeitos simbólicos se faz necessário. Só pude pensar todas estas questões a partir do atual debate Decolonial. Neste sentido, uma das abordagens mais frutíferas surgidas no Brasil, vem a ser a de dois autores Umbandistas, Luís Rufino e Luiz Antonio Simas, sintetizada na ideia da "pedagogia das encruzilhadas" (2019). Partindo da força simbólica de Exu, senhor dos caminhos e das encruzilhadas, eles propõem uma visão decolonial desta religiosidade e da experiência afro indígena no Brasil. Uma força que desloca e dissocia os cânones consagrados do pensamento ocidental que também informam a antropologia brasileira. Pois é nas encruzilhadas onde tudo se cruza e pode se cruzar: a Antropologia com a Umbanda; A Índia com o Brasil; Exu com Shiva, a Makumba com o Trantrismo. Trazendo a noção de Rita Segato (2021) de uma "Antropologia por demanda", para este traçado, posso entender essa "demanda", a partir das Religiões de Matriz Africana, como uma necessidade de reconstituir identidades fragmentadas, num processo intelectual de reparação em seus termos simbólicos. O ponto a ser trabalhado é o que Luena Nunes Pereira (2020) problematiza sobre a posição de antropólogos/as negros/as na antropologia brasileira. Para além de um modelo abstrato de antropólogo universal, branco e ocidental, não está em jogo apenas reivindicar outras identidades, mas redefinir o que se entende por alteridade e propor novas formas de conhecimento, novas epistemologias. A partir de Luiz Rufino (2019) é possível afirmar que os saberes, como os "encantados", são forças cósmicas que incorporam novas possibilidades de vida, também através de seus autores.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661275521_ARQUIVO_e78a109ed92e836394b16699eda80a04.pdf

GT21: Antropologia(s) Contemporânea(s) e Sofrimento Psíquico

Nossa proposta de Grupo de Trabalho parte do pressuposto de que a Antropologia, de longa data, tem contribuído significativamente para a compreensão dos fenômenos associados aos

processos de saúde e adoecimento. Apesar da diversidade de perspectivas no interior da disciplina, é possível vislumbrar certo consenso no entendimento de que mudanças ocorridas nas últimas décadas ocasionadas sobretudo por questões de ordem social, política, econômica e tecnológica, e mais recentemente acentuadas pelo complexo cenário político-pandêmico, têm impactado diferentes âmbitos da vida social, de modo geral, e subjetiva, de modo particular. Nesse escopo, desejamos constituir um espaço de diálogo vinculadas/os/es a diferentes áreas disciplinares interessadas/os na compreensão e desnaturalização dos mecanismos de opressão contemporâneos produtores de sofrimento psíquico, cujas causas e efeitos estão longe se esgotarem em um debate biologizante e/ou medicalizante. A premissa aqui adotada é de que a saúde mental é um campo pluridisciplinar e de caráter psicossocial, e, portanto, não circunscrita apenas aos campos psis (psicologia, psiquiatria e/ou psicanálise) e/ou biomédico. Deste modo, serão bem-vindas investigações etnográficas e reflexões teórico-analíticas que estejam interessadas no diálogo entre as Antropologias contemporâneas e o campo psi, comprometidas com uma concepção de saúde mental e sofrimento psíquico como um fenômeno complexo, multifatorial e histórica e culturalmente situados.

Palavras chave: Antropologia da Saúde; Etnografia; Sofrimento

Anaxsuell Fernando, Esmael Alves de Oliveira

Apresentação Oral

A racionalidade neoliberal como gestora e geradora do sofrimento psíquico universitário: uma análise interseccional do sofrimento psíquico na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP)

Felipe Paes Piva

Esta proposta trata do sofrimento psíquico no meio universitário. Com pesquisa empírica junto aos alunos de graduação e pós-graduação da FFLCH-USP, a pesquisa visa entender: por um lado, em que medida há uma interação específica entre saúde mental e a experiência de discriminação associada aos marcadores sociais da diferença (raça, classe, gênero, sexualidade, dentro outros). Deseja-se apreender o caráter relacional desses sofrimentos que ocorrem no ambiente universitário e as formas complexas como os marcadores sociais se entrelaçam nessas narrativas; por outro, as consequências das mudanças estruturais da USP e do ensino superior brasileiro e global nas últimas décadas diante do neoliberalismo, pelas transformações do trabalho acadêmico, as consequências da "cultura da avaliação" (Strathern, 1999), do "produtivismo acadêmico" (Sguissardi, 2010), nos controles feitos por agências de fomento, dentre outros. Como a neoliberalização da academia gerou sujeitos que precisam se automonitorar, ser flexíveis, criativos e internalizar novas formas de auditoria e cálculo (Gill, 2009). Procurando os elos entre as mudanças políticas, econômicas e estruturais locais e

globais advindas do neoliberalismo no meio acadêmico e como tudo isso se faz presente na vivência e na saúde mental de discentes da FFLCH. Em 2017, a Faculdade de Medicina da USP registrou ao menos seis tentativas de suicídio. Naquele mesmo ano foram registrados dois suicídios consumados em outras unidades da universidade, um deles foi de um aluno de doutorado se suicidou no laboratório no qual trabalhava, deixando, numa lousa que havia no local, uma mensagem em que relatava estar cansado de tentar, de ter esperança, de viver. A mensagem terminava com a expressão em inglês "I'm just done". Entre os meses de maio e junho de 2018, mais quatro casos de suicídio de alunos foram registrados. No primeiro semestre de 2021, cinco estudantes de graduação da FFLCH tiraram suas próprias vidas. Um deles foi o caso emblemático de Ricardo, um aluno negro da Geografia que se jogou do alto da moradia estudantil, onde era morador. Parte-se do entendimento de que o sofrimento não se estabelece de forma homogênea entre os alunos. As junções de determinados marcadores apontam uma maior suscetibilidade de sofrimento psíquico derivado de condições precárias (Butler, 2015) de determinados grupos sociais em contraposição a outros no contexto universitário e da precariedade nas estruturas de inclusão e permanência. Por mais que todo aluno possa estar condicionado a sofrer em decorrência das relações dentro e fora da universidade, tal sofrimento não é vivido ou reconhecido da mesma maneira. O neoliberalismo nos leva a sofrer de uma forma que retira dele a consciência potencial da violência a qual estamos submetidos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661402409_ARQUIVO_f0b957b5d00904d36ec140a374367fae.pdf

Apresentação Oral

Trajatória, risco e resiliência: situando o sofrimento na experiência acadêmica entre estudantes de graduação

Igor Holanda Vaz Arcoverde

A partir dos dados etnográficos coletados entre 2019-2020 com estudantes de graduação em uma universidade federal brasileira (Holanda, 2021), pretendo analisar como a experiência do sofrimento psíquico e adoecimento mental são marcadas por trajetórias onde o risco e a resiliência se tornam aspectos fundamentais da vida acadêmica, essa que se percebe constantemente atravessada pelas interseccionalidade entre classe, raça, gênero e geração (Crenshaw, 1989). Busco nesse artigo reconhecer a experiência acadêmica a partir dos conceitos de saúde e doença mental como uma forma de produção do conhecimento científico em contextos sócio-históricos situados (Haraway, 1988; Toren, 2014), enfatizando o conhecimento subjetivo sobre o corpo, mente e Pessoa como determinantes muitas vezes negligenciados pelo modelo biomédico hegemônico vigente, esse que de tradição positivista

se sobrepõe à uma compreensão (e resolução) holística dos fenômenos psíquicos. Essa discussão contribui para pensar os dualismos dicotômicos presentes no cerne das discussões de teoria antropológica e metodológica, especificamente a divisão entre individualismo e holismo (Duarte, 1986; Dumont, 1997), onde compreendemos o surgimento dos conhecimentos psi como entrelaçado ao modelo biomédico, e ao advento do individualismo contemporâneo nas sociedades ocidentais. A trajetória na graduação apresenta um horizonte distante, difícil e custoso para grande parte dos indivíduos que buscam a carreira acadêmica. Tendo realizado trabalho de campo com estudantes em um curso de ciências humanas recém saídos do colegial, esses temas eram constantes nas queixas e dificuldades que eles percebiam em sua área profissional, com poucas oportunidades a longo prazo e menos ainda no curto prazo, diante de uma competitividade acirrada entre colegas de classes abastadas, sem falar nas frustrações e angústias que derivam da ideologia do mérito implementada na vida acadêmica, frustrando até mesmo estudantes abastados, que ao longo da pesquisa se consideravam menos merecedores que suas contra-partes das classes populares. Nesse sentido, busco problematizar a saúde mental a partir dos temas da branquitude, diversidade de gênero e a transição da juventude para a vida adulta, reconhecendo os fatores que atravessaram a categoria de classe nas narrativas biográficas coletadas no trabalho de campo, demonstrando a multiplicidade de contextos que promovem o sofrimento acadêmico, e em última instância, o adoecimento mental clínico, onde pretendo analisar outra matriz de problemas de caráter biomédico, notadamente o acesso ao tratamento psicológico e a variedade de usos que os psicofármacos possuem na vida desses interlocutores (Geest et al., 1996; Davies, 2013).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661804590_ARQUIVO_54bcb456880dcfcc0191dea02f9642ef.pdf

Apresentação Oral

Sou vista, logo existo: a visibilidade enquanto condição de realização do sujeito contemporâneo

Júlia Fleury Ferreira

Este trabalho trata da condição ambígua de visibilidade e invisibilidade de pessoas que faleceram e que perderam entes queridos para novo coronavírus. Assume-se a urgência contemporânea de ser visto e falar de si enquanto partes estruturantes da subjetividade. Estas se constituem circunstâncias necessárias para a posse da plena condição de sujeito e, quando não atendidas, produzem sofrimento. No caso da Covid-19, percebe-se que, ao mesmo tempo que o vírus causador da doença e as suas consequências tem mobilizado notícias, conversas, pesquisas científicas e diversas nações ao redor do globo, as pessoas que ficam à beira da morte, que morrem e que perdem familiares e amigos pelo vírus não são enxergadas. Elas se

transformam em estatísticas (como número de recuperados ou de mortos), ou sofrem pela própria dinâmica de isolamento do doente. Propõe-se olhar para a dimensão do sofrimento psíquico de pessoas que se sentiram invisibilizadas pelos números. A análise é focada no poder dos números e quantificações em geral de mostrar e esconder, apresentando sua forte presença produtiva da realidade pandêmica, bem como no estudo de se 3 projetos de memoriais virtuais nos quais pessoas relatam sobre seus entes queridos, perdidos em decorrência da covid-19. Nessas plataformas advoga-se por uma eternidade "em prosa", complexidade e densidade; o apagamento subjetivo das pessoas em números redondos e gráficos mostra-se motivo de indignação e sofrimento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468564_ARQUIVO_48a1202786707278130d3eebb1d601b0.docx

Apresentação Oral

Tornar-se negro/a: recentes acionamentos da obra de Neusa Santos Souza (1983) e sua pertinência para se pensar o racismo e seus efeitos psicossociais no presente

Luiza Freire Nasciutti

Este trabalho parte da pesquisa de doutorado que analisa os atuais acionamentos da obra da psicanalista negra Neusa Santos Souza (1948-2008), *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983), em relação à sua atualidade e relevância para os campos acadêmico e político no presente. *Tornar-se negro* tematiza o racismo brasileiro a partir do ponto de vista da vida psíquica de pessoas negras em processo de ascensão social, assinala os efeitos emocionais da violência racial, que institui a introjeção do ideal de brancura, produzindo o desamparo e o sofrimento psíquico (SOUZA, 1983). A pesquisa reflete sobre como a mais conhecida obra de Neusa Souza vem sendo revisitada e incorporada no presente e de que forma seus usos e atualizações informam sobre as relações raciais no Brasil no contexto atual e sobre os debates fomentados em torno da relação entre raça e subjetividade e das dimensões psicossociais implícitas na reprodução do racismo. O racismo, entendido não apenas como fenômeno social, mas como um processo relativo também ao inconsciente e a impasses do desejo humano (MBEMBE, 2018), como um processo defensivo narcísico do Ego (KILOMBA, 2019), ou como a sintomática que caracteriza a nossa neurose brasileira (GONZALEZ, 1984), produz efeitos sociais devastadores, como a necropolítica (MBEMBE, 2018), mas também mais sutis e menos perceptíveis, como o adoecimento emocional. Busco, assim, introduzir perspectivas psicanalíticas recentes (BRAGA, 2015; SOUZA, 2020; DIAS E SILVA, 2018; GUERRA, 2020; BRAGA & ROSA, 2018), que compreendem que as esferas do singular/indivíduo e coletivo/social não traduzem universos impermeáveis, mas contaminados, e que, em respeito

à clínica psicanalítica, interpretam a possibilidade de dimensionar o singular sem que se abandone uma escuta ao social. Ainda que uma discussão que provém do campo da psicanálise, podemos extrair dela significativas contribuições para a Antropologia, na medida em que este campo, ao pensar a raça, muitas vezes alocou as questões da subjetividade, singularidade e sofrimento psíquico a posições pouco relevantes para a análise das relações raciais e dos efeitos do racismo. O olhar contemporâneo para o livro *Tornar-se negro* (1983) nos permite reconhecer que as saídas para o problema social do racismo podem partir das esferas política e social, mas que há inúmeros movimentos, menos visíveis, operados no plano da subjetividade. Estas releituras possibilitam compreender que as respostas a um sofrimento que é coletivo e de origem social serão também respostas singulares, discutindo os limites (e as potencialidades) de se pensar em uma “psicopatologia do negro brasileiro em ascensão social” na forma como aparece formulada em *Tornar-se negro* (1983).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/449_16654298_440284.pdf

Apresentação Oral

Reforma Psiquiátrica no Brasil: os desafios dos cuidados em saúde mental na Atenção Básica em Campinas-SP e São Paulo-SP

Maycon Leandro da Conceição, Nathália Gonçalves Zapparoli

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios contemporâneos da Reforma Psiquiátrica no Brasil, visando compreender os sentidos, os signos e percepções do cuidado em saúde mental por meio de diálogos entre desinstitucionalização e os múltiplos conflitos socioculturais das experiências do sofrimento psíquico. Nesta seara, a pesquisa propõe reflexões e debates das disputas da liberdade no que cerne as transformações do fechamento das "instituições totais" e a autogestão e cuidado nos serviços de base comunitária, sendo pressupostos cruciais para a garantia dos direitos fundamentais e impactando as subjetividades e coletividades. Para fazê-lo, empregou-se um estudo etnográfico, incluindo observação participante e aplicação de entrevistas semiestruturada com usuários, trabalhadores, familiares e gestores nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), nos municípios de São Paulo-SP e Campinas-SP. No Brasil, o protagonismo do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial desde os anos 1980 constituiu-se por mudanças vinculadas à luta antiproibicionista, transformações das instituições psiquiátricas, da proteção social e da assistência do campo da saúde mental, ocasionando significativos desdobramentos na vida subjetiva e práticas de poder. Descarte, os dados sistematizados a partir dos discursos e das experiências dos interlocutores, evidenciam um movimento de contrarreforma psiquiátrica, vinculadas pelas novas diretrizes das ações do Estado desde 2016, viabilizando mudanças na Política Nacional de Saúde Mental, responsável por implementação e agenciamentos no âmbito da política de saúde mental e de álcool e outras drogas. Nesse sentido, acompanhadas

também do acirramento do enfrentamento à pandemia de Covid-19, do sucateamento e desmonte do Sistema Único de Saúde e, especialmente, os investimentos e da expansão dos dispositivos de lógica manicomial, mediante do retorno das instituições de privação de liberdade, com reabertura de leitos em hospitais psiquiátricos, avanços das Comunidades Terapêuticas, extinção de programas de desinstitucionalização e sob interesses hegemônicos do neoliberalismo. Para tanto, serão trazidos primeiramente os dados de uma etnografia multilocal em interface com as necessidades cotidianas reais dos sujeitos e dos serviços, as singularidades do sofrimento, os mecanismos de resistências, articulações da ressignificação à loucura contemporâneas e da construção de possibilidades dos conflitos do direito à cidade, vigilância e controle. Posteriormente, apresentaremos as continuidades, rupturas e desafios das políticas públicas de saúde mental. Nesta parte, serão ponderados os documentos oficiais a partir de um olhar interdisciplinar do campo psicossocial.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479232_ARQUIVO_57d9a9fddd02dc4ad9d78579d4030027.pdf

Apresentação Oral

"O certo era o psiquiatra ouvir mais os seus pacientes": Reflexões entre a Antropologia e Saúde Mental

Milenna Jordana de Sousa Andrade, Gilliard de Oliveira Justino

As noções do que vem sendo considerado de "saúde" e "doença" nas práticas sociais, estão inseridas em uma dimensão social e histórica, através de um modelo biomédico que foi atribuindo noções de "normalidade" e "patologias" no que se refere aos comportamentos sociais, a partir de representações produzidas e reproduzidas ao longo da história, seguindo os mesmos sistemas de valores e significados da sociedade de uma determinada época. Entendemos que, conforme as mudanças dessa relação ter aberto as portas para outros diálogos, estamos diante de duas realidades distintas, uma que lida com a objetividade empírica de pesquisas realizadas "em" seres humanos (com saber biomédico), por outro lado, a dimensão simbólica de pesquisas realizadas "com" os sujeitos num campo de negociação e a construção do saber (com o viés antropológico) (ANDRADE, 2020). No que se refere aos desafios nos estudos que envolvem os contextos das vidas de sujeitos que constroem as suas experiências nesse campo de pesquisa, em particular, na saúde mental, se apresenta para as ciências sociais e, em particular, para a antropologia, um campo de estudos e reflexões que nos apresentam possibilidades no contexto em que essa expansão, proporciona novos diálogos entre os saberes sobre o campo da Saúde nas interfaces das Ciências Humanas e Sociais. Autores como, Maluf (2010), Sarti (2010), Velho (2003), ressaltam a importância da interdisciplinaridade nas interfaces entre a antropologia e a psiquiatria, assim como, os próprios

desafios encontrados durante a realização do trabalho do antropólogo nesse cenário de pesquisa. As reflexões que compõem este trabalho, retoma esse debate sobre os apontamentos históricos em relação às experiências sociais que, receberam respostas de tratamento por uma ciência que delinea o adoecimento do indivíduo, como também nos direciona ao contexto atual e emergente, a partir das mudanças sociais ocorridas no sistema terapêutico na contemporaneidade, e de como foram-se legitimando novas práticas de atenção e cuidado para com os sujeitos e as suas singularizações de adoecimento. A partir dessas considerações, poderemos construir um espaço de debate, partindo sobre as investigações etnográficas que nortearam esta pesquisa, ressaltando a importância do papel do trabalho do antropólogo que, está inserido no contexto de um espaço institucional do campo de pesquisa da saúde, nos possibilitando pensar sobre a relação dos diversos olhares presentes sobre o mesmo fenômeno social, como também, nos perguntarmos, qual é o nosso lugar, em particular, da saúde mental e das ciências sociais nesse debate.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482419_ARQUIVO_4a7243bd94582018c08e1b72ef57f99e.pdf

Apresentação Oral

Saúde Mental e Militância: Os mortos e os alimentos como linguagens de saúde mental no Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no estado do Ceara

Rafael de Mesquita Oliveira Ferreira Freitas

Pretendo trazer para este GT algumas hipóteses de uma pesquisa em andamento. Neste trabalho trato da saúde mental de militantes engajados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Partindo de uma pesquisa realizada junto a militantes deste movimento no estado do Ceará, busco investigar quais são os idiomas para falar de saúde mental e de cuidado dentro deste grupo. Considero a pergunta de pesquisa relevante devido a se tratar de pessoas que vivem sob o constante diálogo com símbolos e práticas de "luta" e "sacrifício". O que mantém estas pessoas dentro deste movimento social? O que as afasta? De que formas os militantes dotam de sentido suas ações e quais os mecanismos de cuidado tecidos em suas práticas? A partir de uma pesquisa que se iniciou em setembro de 2020 busco debater algumas hipóteses para responder as perguntas apresentadas. Apresento dois eixos de aproximação ao tema. O primeiro é a constituição das figuras e memórias dos militantes que faleceram "na luta". Intento compreender qual o peso que essas mortes têm sobre os militantes que se mantêm engajados, considerando que o potencial para prejudicar ou para fortalecer a integridade física e mental é objeto de intervenções diversas. O segundo eixo de análise é a investigação dos alimentos como forma de falar sobre saúde mental. Muitas das apresentações do movimento dizem respeito a importância da alimentação como uma condição de luta contra

a precariedade. Proponho, portanto, verificar a possibilidade de falar dos alimentos como agentes de saúde mental também.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661465714_ARQUIVO_025211f49420e902bb3219d602ecf1fe.docx

Apresentação Oral

ESCUTANDO OS MORTOS COM OS OLHOS: interfaces entre saúde indígena, colonização religiosa e produção de sofrimento mental entre povos originários da ilha do Amapá

Ramiro Esdras Carneiro Batista, Daniel da Silva Miranda, Peti Mama Gomes

Desde meados do século XX que uma modalidade de sofrimento psíquico vem sendo identificada entre diferentes comunidades pertencentes aos povos Karipuna e Galibi-Marworno, territorializados na fronteira franco-brasileira do Baixo rio Oiapoque, em município homônimo (Amapá/Brasil). Como atestam estudos acadêmicos realizados junto a Secretaria de Saúde Indígena do Amapá (SESAI/AP), a terapêutica ocidentalizada que trata da saúde mental de pessoas indígenas pelo viés medicalizante tem sido pouco produtiva. (Rosalen, 2017) É assim que partindo de uma etnografia de papéis intentamos estabelecer um diálogo que nos permita contemplar outras explicações e possibilidades para o entendimento desta identificada modalidade de sofrimento psíquico entre pessoas indígenas no Oiapoque. Para tanto, lançamos mão do diário pessoal de um falecido agente de saúde Marworno, que nos legou uma memória da "entrada dos brancos" no território indígena, bem como dos impactos inaugurados pelo indigenismo militarizado do estado brasileiro a exemplo da modalidade de sofrimento psíquico que passou a vitimizar especialmente as jovens-mulheres a partir do que foi descrito como uma nova "doença" de fundo "nervoso", fenômeno também nominado como "crise" ou "acesso", dependendo da comunidade consultada. Os manuscritos em diálogo com os relatos sobre a suposta anomalia apontam para as interfaces entre saúde, práticas culturais e colonização religiosa, uma vez que a conversão religiosa dos indígenas engendra explicações para o estado das pessoas mentalmente adoecidas. Uma leitura fanoniana nos sugere que o distúrbio psicossomático pode ser entendido como uma adaptação fisiológica do sujeito colonizado a uma situação histórica particular e, nesse caso, a hipótese de que se trata de uma "doença de brancos" ganha forma, a partir de interpretações que se pretendem autóctones. É sabido que a colonização racista da subjetividade das pessoas produzem patologias, que podem ser tomadas como loucura ou insanidade, de uma perspectiva ocidental. Nesse sentido, faz-se necessário dialogar sobre as múltiplas causas para as "crises" ou "acessos" que afligem comunidades inteiras, uma vez que urge encontrar soluções no âmbito de políticas públicas de saúde que ultrapassem as simples ilações sobre

possíveis agressões xamânicas, ou a conhecida medicalização. Entre "doença de branco" e "doença de índio" o paradoxo da colonização epistêmica e religiosa seguem com as possibilidades de análise em aberto, para que finalmente se possa propor itinerários terapêuticos interculturais que viabilizem a vida das pessoas atingidas pela ausência de saúde física e mental.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1655668334_ARQUIVO_e36176b5b0d5e6fda4b41e8aace5a556.pdf

Apresentação Oral

Do adoecimento psíquico à cadeira da recuperação: uma etnografia dos grupos familiares Al-anon em tempos de pandemia e retomada.

Victoria Puntriano Zuniga de Melo

O alcoolismo apesar de ser considerada uma doença de cunho orgânico e mental os indivíduos afetados ainda precisam lidar com o estigma social que que repercute na família. Os grupos familiares Al-anon enquanto associação de parentes e amigos de alcoólicos segue os mesmos princípios dos Alcoólicos Anônimos (12 passos, tradições e lemas) considerando o alcoolismo como "doença da família" se mostrando como alternativa terapêutica para trabalhar a recuperação dos seus membros independente da trajetória do/a alcoólico/a estando sóbrio ou na ativa, partindo do reconhecimento que está doente em sofrimento psíquico e as vezes sofrendo abusos. A pandemia provocada pela disseminação do SARS- Cov2, ou novo coronavírus responsável pela doença Covid-19 foi decretada pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020. As medidas adotadas para conter a propagação do vírus como: distanciamento e isolamento social, uso de máscaras e de álcool gel para higienização de mãos e superfícies se tornou a nova realidade que provoca uma reorganização nas diversas esferas da vida ocasionando sofrimento psíquico na sociedade e ainda mais naqueles sujeitos que já tinham alguma doença, transtorno ou contexto sociocultural desfavorável a saúde mental. O Al-anon enquanto grupo organizado em nível mundial recomendou que procurassem outras formas de continuar com as reuniões do grupo como as plataformas virtuais. O grupo Al-anon de pesquisado está localizado em uma cidade da região nordeste do Brasil e precisou se reinventar diante dos desafios impostos pela pandemia utilizando inicialmente o Whatsapp e posteriormente o google meet. Diante do exposto o objetivo deste artigo é compreender como os membros dos grupos familiares Al-anon realizam a sua recuperação em formato virtual e presencial e os impactos que tiveram na pandemia. prosseguir com a sua recuperação..... Quanto a metodologia foi realizada observação participante nas reuniões do grupo e de área (nível estadual), grupo focal em plataformas virtuais durante o período de pandemia de oito meses, bem como a análise da

literatura produzida exclusivamente pelo Al-anon (boletins, folhetos e livros) com perspectiva de análise etnográfica. Após o retorno das reuniões presenciais continuou a pesquisa por três meses. Os resultados apontam para o anonimato como princípio que possibilita o compartilhar de suas experiências que funcionam como terapia que possibilita a recuperação a partir da (re)construção da identidade do membro do grupo, do autocuidado em uma reconfiguração do individualismo contemporâneo. A adoção da plataforma virtual requereu uma adaptação dos rituais e princípios como o do anonimato utilizados no processo de recuperação e a estranheza do retorno presencial à sala e seus espaços como a cadeira da recuperação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661501071_ARQUIVO_ad742f4124b076d5fd9bd69a731088a1.docx

GT22: As Festas na pandemia de Covid-19

A COVID-19 abalou profundamente o calendário cíclico das festas populares tradicionais. Porém, contrapondo-se ao caos e à desordem pandêmicas, a festa respondeu com a concretude de processos rituais particulares, mobilizando também sentidos cosmológicos amplos do viver coletivo. Desde a preparação à realização das festas, a pandemia afetou as mobilizações, congraçamentos e encontros, pois independentemente da sua dimensão, todas foram atingidas pelo medo, inseguranças e perdas de vidas. Alterando o trânsito festivo pelos espaços e territórios, a COVID-19 interferiu no turismo e na economia de muitas cidades - pois as festas também envolvem trabalho, emprego e o sustento de muitas pessoas, famílias e grupos. Este GT pretende reunir pesquisas que abordem como as festas tradicionais da cultura popular contemporânea - carnaval, semana santa, festejos juninos, celebrações do Divino, festas de santo, romarias, procissões e cantorias, entre outras - têm enfrentado a suspensão da presença física tão determinante na experiência ritual. Queremos debater as adversidades, a adaptação e a capacidade de resiliência das festas (e festeiros) nesse período excepcional que impediu a ocupação dos espaços característicos de sua preparação e celebração, apontando, ao mesmo tempo, para uma propulsão criativa, como, por exemplo, nas mobilizações virtuais. Em "tempos de cólera", como a experiência festiva se reconfigura através de novas práticas, dinâmicas e ordenamentos?

Palavras chave: festas; pandemia; cultura popular

Hugo Menezes Neto, Luciana Chianca

| Apresentação Oral

Os sentidos da Festa de São Benedito em Ituiutaba/MG: criatividade, resistências e estratégias na pandemia

Amanda Moura Souto

As práticas congadeiras estão relacionadas aos grupos que realizam festejos em devoção a santos e santas católicos/as e não católicos/as, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, utilizando-se de danças, cantos, toque de instrumentos, bandeiras e outros objetos e performances para afirmarem seu comprometimento festivo e devocional. Neste trabalho, busco apresentar as estratégias e ações realizadas pela Irmandade de São Benedito em Ituiutaba/MG para não permitir que o festejo dedicado a São Benedito "passasse em branco", visto que a pandemia da Covid-19 interrompeu um ciclo festivo que acontecia desde 1951 na cidade. Nesse sentido, procuro analisar e acompanhar as adaptações e a criatividade ritual, mediante a imposição do isolamento social, em que as práticas congadeiras sofreram alterações em suas formas de execução. Enfatizo que realizar o registro etnográfico deste período ressalta a maneira como esses/as praticantes compreenderam a ruptura do tempo festivo-ritual e como elaboraram estratégias para que, de alguma maneira, houvesse a continuidade da "tradição congadeira" na cidade de Ituiutaba/MG.

Apresentação Oral

Um Folia por Whatsapp

Caetano Pires Tossulino

O presente trabalho é fruto de minha pesquisa e trabalho de campo (remoto) realizados durante a pandemia de coronavírus, anos de 2020 e 2021, e busca acompanhar e analisar as mudanças ocorridas na sociabilidade das populações caiçaras e na organização e realização da Folia do Divino Espírito Santo da Ilha dos Valadares em decorrência da COVID-19. A partir da análise da Folia, e da percepção da importância da corporificação do Santo e das trocas realizadas através da intermediação da pessoa do alferes, busquei compreender quais implicações a "ausência do corpo" (imposta pela pandemia) trouxe para esta prática religiosa. As populações caiçaras do litoral do Paraná vêm passando por transformações em seu modo de vida desde o século XX, e nesse contexto, é identificada dois âmbitos construídos historicamente na região, o rural (mencionado como sítio e composto pelas atuais comunidades que residem no entorno e interior do Parque Nacional do Superagui), e o urbano (a cidade de Paranaguá), compreendendo a Ilha dos Valadares (ambiente peri-urbano, próximo à cidade de Paranaguá) um dos ambientes de intermediação e conexão entre esses diversos espaços e tempos. Desse modo, a Folia do Divino Espírito Santo da Ilha dos Valadares se insere nessa relação entre sítio/cidade, ao sair da Ilha e percorrer os antigos sítios. Nessa relação as práticas culturais próprias assumem importância para a constituição tanto da identidade dessa população como da noção sobre seu próprio território. Noções essas que, como pude notar, vão orientar a

realização da Folia por meio virtual, sendo possível identificar um modo próprio pelo qual as populações caiçaras se utilizaram da internet, dos aparelhos móveis e das redes sociais para manter suas relações (principalmente de parentesco), trânsitos e trocas, durante a pandemia. Neste trabalho apresento o problemas enfrentados para a realização de tal Folia através do aplicativo de mensagens Whatsapp, e as alternativas desenvolvidas pelos próprios foliões para contorná-los, alternativas essas que, como mostro, cruzam as fronteiras das dualidades que percorrem o universo caiçara no século XXI, tais como sítio/cidade, online/offline, real/virtual, humano/natureza.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661464411_ARQUIVO_82e007e9cc0ca04bf0d5f247f4c03a3f.pdf

Apresentação Oral

Na pandemia tem carnaval? Notas etnográficas sobre festas e a ocupação dos espaços públicos na Cidade Baixa

Joanna Munhoz Sevaio

O coração da vida boêmia de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, historicamente fica no bairro Cidade Baixa. Lá foi o nascedouro do samba e do carnaval porto-alegrenses, sendo para isso fundamental a influência da população negra que habitava a região e que foi, ao longo do século XX, gradualmente sendo expulsa para lugares menos centrais da cidade. Foi lá também onde realizei o trabalho de campo de minha dissertação, uma etnografia sobre as práticas e sociabilidades dos jovens que frequentam o bairro e sobre controvérsias envolvendo os moradores incomodados com sua presença nas ruas. O carnaval de 2020 foi catalisador de uma série discussões sobre o direito a ocupar os espaços públicos para a realização de festas e encontros, havendo inclusive repressão policial para controlar os foliões. Os defensores da realização do carnaval de rua no bairro reivindicavam sua tradição carnavalesca, enquanto parte dos moradores, ancorados no poder público, buscavam controlar e dispersar a festa. Logo depois, a chegada da pandemia mudou drasticamente o cotidiano na Cidade Baixa, com bares, casas noturnas e restaurantes fechados, sendo a segurança sanitária um elemento a mais nas controvérsias que envolvem a vida noturna. Neste trabalho, meu objetivo é discutir sobre os fluxos e arranjos da vida noturna do bairro a partir da pandemia de COVID-19, considerando os diferentes momentos e medidas de restrição e, sobretudo, as saídas de alguns blocos de carnaval em 2022, a despeito da decisão estatal de proibir aglomerações no período. O carnaval de rua, nesse caso, aparece como maneira de praticar a Cidade Baixa e também como reivindicação de ocupação dos espaços públicos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482859_ARQUIVO_fdbab06a950a18a7abbded3ee016fec8.pdf

Apresentação Oral

"Vamos rezar para que chegue ao final do ano completo": notas sobre movimentos de morte e vida na Festa de Nossa Senhora do Rosário do Quilombo de Pinhões

Lúnia Costa Dias

A frase entre aspas que dá abertura ao título desta proposta de comunicação, foi proferida por uma amiga, interlocutora de pesquisa, quilombola de Pinhões (Santa Luzia/MG), em conversa por telefone em 2020, quando do falecimento de seu tio - ancião mais antigo do Quilombo. Ela se remetia à completude das famílias lamentando as perdas insistentes. Não tardou muito, alguns meses adiante, o anúncio do falecimento de um "compadre" de seu tio e no ano seguinte seu pai, "dançante mais antigo da Guarda de Catopé da Irmandade de N. Senhora do Rosário de Pinhões". Escuto da filha do compadre, também em conversa telefônica, que "os dois estão juntos rindo até lá da situação aqui embaixo, falando do padre e vendo o modo da festa. Este ano não vai ter festa, vai ser diferente". Noutra conversa, agora em 2021, também em circunstância de um falecimento, novamente a "festa" e "as risadas" alinhavam encontros entre os que se foram: "agora ela tá lá, juntinha com Doralice, rindo até, cuidando da coroa da promessa, que era função de Doralice né?" É sabido que a pandemia da covid-19 alargou vertiginosamente as desigualdades e acelerou a marcha dos arranjos racistas que sustentam o capitalismo e suas alianças com o Estado e, conseqüentemente com as políticas públicas (GOMES, 2020). Em 2020 a "festa aconteceu diferente", teve reza do terço em grupos pequenos, a novena foi transmitida online, teve carreata com a imagem de N. S. R. e "a guarda de catopé dançou na igreja com poucas pessoas, nem foi divulgado". Mas não se pode dizer que teve festa, "os festeiros não tiveram oportunidade, então ano que vem são eles de novo". Pretendemos, nesta comunicação, a partir de uma revisita às conversas telefônicas (2020, 2021) e de algumas visitas presenciais pontuais (2021, 2022) realizar um primeiro exercício de aproximação dos modos como a festa de N.S.R. de Pinhões, mobiliza encontros e afetos entre arranjos de morte e vida, almejando assim a produção de registros e alguma compreensão das propulsões criativas e de resiliência constitutivas das festas no Quilombo evocadas na condição da pandemia de covid-19.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661473541_ARQUIVO_707e798ca0107dc54ec5563b27b32daf.pdf

Apresentação Oral

A Festa do Rosário de Catalão durante a pandemia: etnografia entre o distanciamento social e o digital

Mara Ribeiro

A pandemia de Covid-19, entre tantas alterações na vida, suspendeu atividades culturais, econômicas, religiosas e outras dimensões, colocando o distanciamento social na ordem do dia. Em consequência, aglomerações foram proibidas. Esse é o contexto mundial-local refletido e reflexivo do trabalho desenvolvido entre os congadeiros de Catalão, no sudoeste de Goiás, nos anos de 2020 e 2021. A presente comunicação trata das problemáticas do fazer etnográfico diante da crise pandêmica, da criatividade e das reinvenções na/da congada de Catalão e na Festa do Rosário. A Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário existe oficialmente em Catalão há 146 anos. Até 2019 era uma das maiores festas de congada do Brasil, mobilizando altas cifras na economia local e regional através do turismo religioso, cultural e de consumo, ocupando a cidade com corpos em movimento, com comércio itinerante, com batuques e ritmos, danças, "tradições" e "folclore". É uma dinâmica cultural-religiosa que extrapola os dez dias da Festa em outubro e se constitui essencialmente de aglomerações. As imposições colocadas pela pandemia restringiram formas essenciais da expressão congadeira e forçou reinvenções para que não faltassem os elementos centrais e a Festa do Rosário foi realizada da forma que pôde: rituais religiosos fixos (missas e terços) com restrição de pessoas presentes e transmitidos através das redes sociais; rituais "folclórico-religiosos" móveis (que demandam passagem pelas ruas) imprescindíveis foram adaptados para que o distanciamento social fosse respeitado, através de carreatas. Houve, portanto, inovações e aprofundamento de tendências locais e gerais, em construção e vivência mútua e situada, como a "plataformização" da vida social (mais geral) e as carreatas como expressão coletiva (mais local). Noções como "tradição" e "folclore" são acionadas com certa diversidade de sentido pelos(as) congadeiros(as), tanto como formas de explicar a constituição da congada e como as adaptações possíveis na pandemia, indicando a capacidade do tradicional em absorver a novidade sem deixar de sê-lo. Esta comunicação reflete, além da mobilização desses conceitos de forma situada, lançando mão da historiografia local e da memória dos(as) congadeiros(as), o próprio fazer etnográfico em contexto de crise e necessidade de distanciamento social. Nesse sentido, a etnografia digital aportou para o trabalho de campo - que apesar de não ser enquadrado exclusivamente nessa "modalidade", foi - realizado em larga medida através das mídias digitais, assim como para as reflexões sobre a utilização dessas mídias como forma de manter a coletividade e obrigatoriedade dos rituais cíclicos, percebidos como elementos centrais essenciais da congada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477164_ARQUIVO_54ddce1f6aca2724dd81aefe04a553c1.pdf

Apresentação Oral

A resiliência cultural do Dia dos Mortos no México em tempos de narco-violência, pandemia, e guerra colonial

Olof Kjell Oscar Ohlson

Esta apresentação analisa a resiliência cultural da famosa festa religiosa do México, o Dia dos Mortos, que ocorre anualmente em 1º e 2 de novembro, no que no resto do mundo católico é conhecido como "Dia de Todos os Santos" e "Finados", em tempos extremos. A festa comunitária é celebrada com oferendas de comida oferecidas em altares lindamente decorados em todo o México, mas com diferenças importantes dependendo do local e da etnia, pois diz-se que as almas dos falecidos retornam nessas noites e dias para ficar perto dos seus parentes. Os altares são feitos em casas, em espaços públicos e em cemitérios. A celebração do Dia dos Mortos ganhou destaque no México durante um período de genocídio e guerra colonial brutal contra a população local. Essas comunidades insistiam em tornar seus mortos mais visíveis na esfera pública no exato momento em que as elites procuravam esconder a destruição. Como tal, o Dia dos Mortos é, desde a sua própria concepção, tanto um ritual de rebelião que responde à gestão estatal da morte quanto uma ilustração da resiliência cultural, pois as relações sociais das classes populares foram mantidas na vida póstuma e receberam um papel de destaque na comunidade. Ao longo dos anos, a festa desenvolveu um humor político sombrio e mórbido, que muitas vezes zomba dos poderosos. Nas últimas duas décadas, muitos altares públicos sustentam o que chamo de "vidas póstumas políticas" das muitas vítimas de violência do país, criticando a gestão estatal da guerra do narcotráfico em curso. San Andrés Mixquic, uma comunidade Nahuatl descendente asteca e um dos principais pontos turísticos do país localizada ao sul da Cidade do México, possui um grande programa público realizado durante vários dias para celebrar o retorno dos mortos. Na celebração, o cemitério local é especialmente importante, pois é onde fazem uma vigília conhecida como "la Alumbrada" com milhares de velas iluminando os caminhos para que as almas voltem para sentir o aroma dos alimentos presentes. As comunidades Nahuatl também celebram um terceiro dia, conhecido como o "dia dos que morreram por acidentes ou assassinatos." A gestão do atual governo do COVID-19 tem sido controversa e a celebração deste ano, quando as festividades públicas retornam, pode ser uma saída para mostrar a frustração da população. No geral, a festa ilustra como o calendário ritual local pode ajudar a lidar com as vidas perdidas na pandemia. O Dia dos Mortos é uma comemoração feliz que exemplifica a reciprocidade intergeracional de cuidado e a continuidade do amor ao longo das gerações.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661450310_ARQUIVO_7202c0e1f365701023ed970348ef6bb3.pdf

Apresentação Oral

Nos tempos da COVID-19: análise dos rearranjos das romarias ao Padre Cícero do Juazeiro do Norte durante o período de isolamento social

Renata Marinho Paz, Yslia Batista Alencar

Engendradas em fins do século XIX, as romarias a Juazeiro do Norte-CE atraem, a cada ano, milhares de pessoas que afluem à localidade a fim de realimentar a sua fé e a sua devoção ao Padre Cícero e à Mãe das Dores. Secas, crises econômicas, epidemias, nenhum desses eventos constituiu-se em obstáculo para o fiel que considera Juazeiro uma terra santa, espaço onde se rende graças, e se obtém refrigério e salvação. A romaria possui um caráter central na experiência religiosa do devoto, devendo ser realizada, idealmente, pelo menos uma vez por ano. Entretanto, o cenário pandêmico fez com que essa relação tão crucial fosse diretamente afetada devido à suspensão da realização das romarias. Diante deste quadro atípico, entre os meses de setembro de 2020 e março de 2021 desenvolvemos uma pesquisa com o objetivo de analisar as reconfigurações construídas em torno do universo das romarias ao Padre Cícero. Para tanto, acompanhamos grupos de romeiros no Facebook e Whatsapp, buscando verificar e analisar as publicações referentes às romarias de Juazeiro veiculadas nesses espaços durante o período assinalado. De maneira associada, a partir de contatos estabelecidos nessas redes, realizamos entrevistas de forma síncrona e assíncrona a fim de obter informações acerca dos impactos provocados pela COVID - 19 em suas vidas, em seus cotidianos, em suas formas de expressão de piedade e práticas religiosas, sobretudo aquelas vinculadas aos exercícios devocionais relacionados, direta ou indiretamente, às romarias. Também acompanhamos as atividades institucionais realizadas pela Igreja Católica de Juazeiro, especificamente através da Basílica de Nossa Senhora das Dores, em seus canais oficiais na internet. Considerando esses elementos, neste trabalho daremos ênfase a dois aspectos: 1) aos rearranjos encetados tanto por parte dos devotos quanto da Igreja Católica no sentido de enfrentar o período de isolamento social; e 2) às percepções dos agentes sobre o processo constante de recriação das romarias, agudizado neste cenário pandêmico, e que apontam para a ressignificação de práticas devocionais por parte dos devotos do "Padim Ciço", ao passo que mobilizam e concatenam suas percepções individuais sobre a pandemia e o discurso institucional da Igreja. Nesse sentido, se destacam as celebrações diárias, as romarias virtuais e as lives, que permitiram aos romeiros vivenciar de outro modo as romarias fazendo com que, nos dizeres da Igreja, o santo Juazeiro fosse transportado aos lares dos devotos, transformando cada casa em uma extensão da Igreja.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661460771_ARQUIVO_accbf0a9a5fee95afc64d36291a2c395.pdf

GT23: As migrações e a perspectiva antropológica em contextos de mobilidades e imobilidades

Este GT, ativo nas Reuniões da ABA desde 2006, tem buscado refletir sobre os diferentes contextos das mobilidades, tanto nas dimensões históricas como contemporâneas, nacionais e internacionais. Nas últimas décadas, observa-se a mudança dos fluxos de mobilidade, com novas categorias jurídicas (migrante, refugiado, visto humanitário, solicitante de refúgio, asilado, entre outros) e nativas sendo atividades nos processos de trânsitos das fronteiras internas e internacionais. Pensando nos Estados (Estado-nação), mas também nas transnacionalidades e nas diferentes escalas de análise, propomos um GT que reflita acerca das possibilidades de diálogo entre essas dinâmicas e as perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia. Com a pandemia mundial de Covid 19, observaram-se mudanças nas mobilidade e também nas imobilidades nacionais e internacionais, com fronteiras sendo fechadas por questões de segurança sanitária, o que gerou, e tem gerado, novas formas e mecanismos de vivência dos projetos migratórios e de mobilidade, em diferentes escalas. A proposta deste GT é agregar trabalhos que tenham como perspectiva refletir e analisar processos e políticas migratórias, considerando que raça, gênero, classe, geração, etnia, religiosidade e outros marcadores influenciam as vivências cotidianas dos sujeitos em mobilidade, bem como as formas de acolhida e de interações interculturais.

Palavras chave: MIGRAÇÕES; MOBILIDADES; IMOBILIDADES

Maria Catarina Chitolina Zanin, Gláucia Assis

Apresentação Oral

Uma etnografia da "gestão pública" da migração Warao no Ceará em tempos pandêmicos.

Arthur Felipe Lins de Souza Pontes, Leonardo Damasceno de Sá

Nas últimas décadas, os Warao estão sendo impelidos a migrar através do espaço nacional da Venezuela e mais recentemente transnacional. O Brasil se tornou um destino para muitos de seus grupos, que geralmente adentram o país pela região Norte, e, por vezes, se difundem pelas demais regiões. Algumas características socioculturais dos Warao, como suas redes familiares, atividades econômicas, seus costumes alimentares e seus modos de cuidado de si e da saúde vêm sendo objeto de conflitos com as leis, diretrizes, serviços impostos ou fornecidos pelas práticas de estatização dos agentes públicos brasileiros, demandando destes um enquadramento com as supostas particularidades apresentadas por esses povos e, por conseguinte, o direcionamento de suas ações de gestão pública para o acompanhamento dessas

populações. O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir alguns dos dispositivos institucionais cearenses para gerir as relações com os migrantes Warao entre 2021 e 2022. Interagimos, por um lado, com os agentes do Programa Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ceará, que está associado à Coordenadoria de Cidadania da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos desse estado, e é composto pelo Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e pelo Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante; e, por outro lado, com um grupo de migrantes Warao composto por sete redes familiares, 41 pessoas, residentes em Fortaleza desde 2021. A atenção etnográfica se volta para uma das "frentes" do Programa Estadual, as suas "formações", voltadas tanto aos agentes públicos do Ceará, quanto às populações migrantes que são o "público" da gestão desses agentes. Os funcionários da Habitafor, responsável pela concessão de moradia popular em Fortaleza, e os funcionários dos postos de saúde, por meio dessas formações, foram orientados, respectivamente, a considerarem a forma de organização domiciliar e doméstica desses migrantes, na qual convive um grande número de pessoas segundo os padrões dos agentes, e a respeitarem os seus costumes em torno da cura espiritual e da concepção sagrada do sangue. Já aos migrantes Warao, foram expostas representações do Estado brasileiro, como o mapa geográfico do país, e, nele, a reprodução gráfica dos percursos traçados pelo grupo ao longo de diferentes estados e regiões, assim como foram apontados "quem era o Estado", quais eram os seus "fluxos e hierarquias" e os "poderes que podem acionar", além de lhes ter sido defendida a ideia de se "lutar pelos seus direitos". Tudo indica que a etnografia dos Warao passa pela antropologia da administração pública brasileira e vice-versa, pelo menos no acesso etnográfico que nos foi possível construir até o momento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661465555_ARQUIVO_8f15ffb49f5c625251cf1a5635e67724.pdf

Apresentação Oral

Habitar a cidade: as experiências dos migrantes venezuelanos em situação de rua e a utilização e ressignificação dos espaços urbanos

Ayanara

Habitar a cidade, faz parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, categoria "PIBIC- CNPq", edição 2021-2022 da Universidade Federal de Roraima com a orientação da Professora Lilian Leite Chaves e desenvolvido pela aluna Ayanara Costa Monteiro. A iniciação do projeto desencadeou dado ao fluxo massivo de imigrantes venezuelanos para Roraima devido à crise política, econômica e humanitária pela qual passa a Venezuela, desde 2016. A grande maioria desse fluxo desloca-se para a capital Boa Vista

em busca de auxílios relativos à documentação, trabalho, alimentação, abrigo e entre outros. Parte desse fluxo, mesmo que de forma provisória, acaba se inserindo na capital e vivendo em situação de rua. É possível observar, que a presença desse fluxo de migrantes venezuelanos dentro da cidade de Boa Vista, alteram a paisagem da cidade devido às suas ações nas ruas, ocupando espaços como terminais, praças, edifícios públicos e privados desativados, e demais espaços. O projeto, a partir da observação, da construção de cartografias do cotidiano e da escuta engajada, visa compreender como os migrantes venezuelanos utilizam e ressignificam os espaços urbanos, mostrando as suas estratégias de sobrevivência e as suas reflexões sobre a cidade e a forma como se inserem nela. Com isso, é importante compreender como os migrantes venezuelanos utilizam e ressignificam os espaços urbanos, por onde circulam e onde ocupam para se abrigarem ou pernoitar. Dentro das observações feitas pela bolsista e pela orientadora, percebemos e entendemos quais são as estratégias utilizadas pelos migrantes para se inserirem na cidade e suas formas práticas para sobreviverem dentro da cidade de Boa Vista. Além das observações feitas e com base nas discussões teóricas levantadas tanto pela bolsista quanto pela orientadora, mostraremos as reflexões dos migrantes desabrigados sobre as tentativas de alcançar os aspectos da casa nas ruas e nos demais espaços da cidade. O projeto está sendo executado através da observação dos migrantes em situação de rua nos espaços da Rodoviária de Boa Vista, nas principais avenidas que percorrem e são próximas à rodoviária como, por exemplo, Av. Venezuela, Av. Mário Homem de Melo e Av. Brigadeiro Eduardo Gomes. Por meio de conversas e entrevistas, com algumas pessoas que se mostrarem dispostas a compartilhar sobre as suas vivências na cidade, sem a realização de um recorte de gênero e nem mesmo de faixa etária, o projeto tem como objetivo alcançar a heterogeneidade presente nas ruas e demais espaços urbanos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1654275245_ARQUIVO_bcd78f9013a598e728513f59f5bb7c65.pdf

Apresentação Oral

Sexualidade, gênero e diferença nas (i)mobilidades de brasileiros LGBTI+ nos Estados Unidos

Bruno Nzinga Ribeiro

Nos últimos anos, as disputas, crises e alianças na geopolítica global têm provocado um progressivo endurecimento das políticas anti-imigratórias. No contexto das rotas que envolvem deslocamentos de brasileiros para os Estados Unidos, tais políticas têm operado por meio da restrição de concessão de vistos e do status de asilo e refúgio, da elevação das detenções nas fronteiras e da política de deportação por meio de cooperação bilateral. Nesse cenário, o mercado matrimonial, o turismo, os programas educacionais e de trabalho, as

políticas humanitárias ou mesmo a burla às barreiras legais compõem um amplo conjunto de elementos acionados pelos sujeitos em meio aos seus projetos migratórios. Este é o pano de fundo da minha pesquisa de doutorado, ainda em fase inicial, em que eu intento explorar como sexualidade e gênero articulam-se a raça, classe e nação na constituição de (i)mobilidades vividas por brasileiros no contexto da migração para os Estados Unidos, com vistas a compreender como essas múltiplas diferenças atravessam essas experiências. O recorte empírico da pesquisa recai sobre migrantes "LGBT", dando seguimento a redes de interlocutores identificadas durante meu mestrado e estágio de pesquisa no exterior (processos FAPESP: 2018/02183-9; 2019/14435-5). Assim, tenho como estratégia de pesquisa a produção de uma etnografia multissituada, por meio da qual acompanharei os sujeitos a partir de diferentes redes, com foco na gestação e desenvolvimento dos projetos migratórios, na circulação por diferentes regimes de mobilidade e em como tais experiências se situam numa paisagem transnacional. Nesta apresentação pretendo discutir as fases iniciais da pesquisas, enfocando a literatura sobre migrações e diferenças e mobilizando material de trabalho de campo que está sem realizado neste momento, em um contexto de cooperação brasileira para a deportação de seus cidadãos indocumentados dos Estados Unidos e de efeitos importantes do aumento das políticas securitárias durante a pandemia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661381354_ARQUIVO_6b8e8615f03531f13d0ec60d1bb36fea.pdf

Apresentação Oral

Explicando deslocamentos, escolhendo o "mal menor": partilhas como modos de gestão de mobilidades, fronteiras e populações

David Danziger Regenberg

Historicamente, partilhas, como as da Índia (1947) e da Palestina (1947), são eventos de intensa violência coletiva, produzindo deslocamentos populacionais forçados e refugiados numa escala massiva a partir do estabelecimento de novas soberanias, novas fronteiras e novas relações de pertencimento nacional. Neste processo, propostas de partilhas pressupõem e engendram relações naturalizadas entre populações, atribuições de nacionalidade/religião/etnicidade, territórios, fronteiras e Estados. Ou seja, articulam uma relação imediata, transparente e unívoca entre estes elementos numa tentativa de reorganizar o tecido político-social. Políticas de partilha implicam, então, movimentos migratórios que tensionam sua classificação entre transferência populacional e limpeza étnica, deslocamentos forçados e migrações legítimas. Assim, intensifica-se o sentido político da construção da distinção entre refugiados, migrantes e nacionais, ao mesmo tempo em que condições de possibilidade de permanecer ou de migrar são transformadas com base nestas

distinções. Esta análise parte de uma etnografia ancorada na circulação de categorias da violência da partilha por múltiplos espaços, tempos e materialidades, focando mais especificamente na Partilha da Índia, na Partilha da Palestina e nas propostas de Partilha da Bósnia no começo dos anos 1990. Neste gesto, observo as relações fundamentais entre práticas de nomeação e formas de gestão internacional e imperial de territórios, populações e mobilidades, atentando em especial para as múltiplas capacidades de inscrição da violência através diferentes níveis, escalas e temporalidades, assim como para seus modos de oclusão, justificação e suas valências afetivas e morais. Gostaria, portanto, de contribuir com uma reflexão que coloque em jogo as relações entre modos de gestão de mobilidades e imobilidades populacionais e as tensões envolvidas em suas práticas de nomeação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482374_ARQUIVO_f3e65f3e7582f5218830c33b6123218b.pdf

Apresentação Oral

A (DES) configuração do espaço e o poder de acolher, controlar e esconder

Denise Figueiró Mendes, Regina de Paula Medeiros

O fluxo migratório venezuelano para o Brasil teve expressivo aumento a partir de 2017, fazendo com que o governo federal se posicionasse em relação a uma política que tanto atendesse ao acolhimento desses imigrantes, quanto gerenciasse o caos que acometeu o estado de Roraima. Esse artigo tem por objetivo evidenciar os abrigos construídos e geridos, na sua maioria, pelo Exército brasileiro em Roraima, focando nos que se concentram na capital Boa Vista que, ao mesmo tempo que tem a propriedade de acolher aquele que chega numa situação vulnerável, tem, nos seus espaços, características que robustecem a estigmatização e a segregação desses imigrantes e refugiados venezuelanos na sociedade boa-vistense. Isso é evidenciado pelas normas e controle que estorvam a acessibilidade e a livre circulação desses imigrantes nos espaços públicos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1656017217_ARQUIVO_09c566175e782ff733487656a176d95b.pdf

Apresentação Oral

Idas-e-vindas de nordestinos pelo território nacional: uma diáspora brasileira?

Iara Lalesca Calazans de Almeida

O presente resumo é resultado de trabalho de dissertação. Durante o mestrado, o tempo para que possamos responder questões que vão surgindo é exíguo. Ainda que, em muitos

momentos, as dúvidas sejam trabalhadas de forma solitária pelos pesquisadores, as respostas precisam ser construídas em diálogo com outros — no plural. Assim sendo, o objetivo da submissão deste trabalho é, através das colaborações que possam surgir no GT, pensar o fenômeno dos deslocamentos nordestinos em território nacional sob o conceito da diáspora ou, ao menos, com a colaboração da literatura destinada a pensar a diáspora. Tivemos como locus empírico de análise a cidade de Américo Brasiliense, localizada na região central do estado de São Paulo e conhecida como "Cidade Doçura" por conta de a atividade canavieira aparecer, predominantemente, por muito tempo, como a principal fonte de renda do município. Condição essa que a tornou o destino de um grande contingente de migrantes vindos especialmente da região nordeste da Bahia. Por intermédio da categoria "baiano", articulada pelos moradores de Américo Brasiliense, e que aparece durante o trabalho de campo como uma categoria de identificação desses grupos de migrantes imbuída de teor preconceituoso, norteamos o nosso trabalho. Os "baianos" em Américo Brasiliense, os "paraíba" no Rio de Janeiro, os "candangos" em Brasília, os "cabeças chatas", cearenses ou maranhenses, estão presentes nas narrativas preconceituosas que cercam grupos diversos que se retiraram do nordeste do país para ocupar múltiplos espaços em território nacional. A concepção no imaginário nacional de que para cima é tudo igual ou é tudo o Norte, é mais um sintoma de homogeneização desses indivíduos e que são enquadrados em categorias fechadas, orgânicas, como se fosse uma tentativa de excluir qualquer condição de singularidade humana. Qualidades selecionadas, ancoradas em possíveis traços originários dos grupos, são essencializadas não considerando nenhum processo de dinamicidade e transformação, como se fossem elementos de uma cultura orgânica. Tendo como referência trabalhos de intelectuais diaspóricos e pós-coloniais, como Stuart Hall, Edward Said e Hommi Babba, podemos encontrar condições para compreender os fluxos migratórios nordestinos com características que se aproximam do conceito de diáspora. Nesse cenário, a formação de identidades em contextos de hibridez cultural, os impactos na vida social dos sujeitos envolvidos no fenômeno aqui analisado, decorrentes de uma dispersão, muitas vezes, caracterizada por um desenraizamento, bem como o processo de construção do outro, sustentado em narrativas dominantes em contextos de disputas, são aspectos que merecem destaque.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661370352_ARQUIVO_50f64a8f74acb3bde61e8796ef5d4c78.pdf

Apresentação Oral

O "refúgio LGBTI" na esfera pública brasileira: dilemas contemporâneos a partir da imigração venezuelana na Região Norte

Lucas Odilon

Este artigo analisa a construção discursiva do "refúgio LGBTI" na esfera pública brasileira vis-à-vis práticas concretas de produção e gestão de imigrantes cis-hétero dissidentes no contexto da Operação Acolhida (iniciativa do governo federal em parceria com ONGs e agências humanitárias para gerir o fluxo de imigração venezuelana na região norte do país). Para tanto, descrevo como ideias, retóricas e práticas dos processos de formação de Estado e construção de nação no Brasil contemporâneo se combinam na produção de um grupo vulnerável: os "refugiados LGBTI". O refúgio motivado pela perseguição por orientação sexual e/ou identidade de gênero ganha contornos de problema internacional a partir da década de 1990, quando surgem os primeiros casos de refugiados reconhecidos nestas bases em países do norte global. Desde então, a relação entre gênero, sexualidade e migração forçada consolidou-se como um campo de produção teórica e prática articulado, sobretudo, à linguagem dos direitos humanos e difundido por agências multilaterais e ONGs transacionais, tornando a proteção internacional de sujeitos cis-hétero dissidentes um elemento estratégico em relações de poder globais historicamente assimétricas. O sistema de refúgio brasileiro não esteve imune a esta tendência. Nos últimos anos, o Comitê Nacional para os Refugiados e o Acnur Brasil deram atenção especial ao tema, promovendo eventos acadêmicos, lançando uma cartilha (ACNUR, 2017) e um levantamento quantitativo sobre as solicitações de refúgio com base em orientação sexual e identidade de gênero no país (ACNUR, CONARE, 2018). A maior publicidade dada a acolhida brasileira a "refugiados LGBTI" cumpre um papel importante na manutenção do alinhamento estratégico do país com valores "progressistas" em meio ao avanço local do que tem sido chamado de neoconservadorismo. No entanto, como aponta o trabalho de campo realizado nas cidades de Manaus (AM) e Boa Vista (RR), os dados oficiais sobre "refúgio LGBTI" no Brasil mostram um retrato limitado da presença de imigrantes cis-hétero dissidentes em território nacional. Primeiro, porque não capturaram o movimento de dezenas de milhares de imigrantes venezuelanos que se estabeleceram no norte do país, onde solicitaram refúgio ou residência temporária. Segundo, porque a complexa realidade dos fluxos mistos de imigração nessa região e as alternativas de regularização migratória disponíveis para nacionais venezuelanos no país dificultam a identificação desses sujeitos com a categoria "refugiado LGBTI", não obstante sua importância para as instituições imersas na rede de gestão humanitária de imigrantes ditos vulneráveis.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661483002_ARQUIVO_f0c04aeb3cfb96932e3a4b5519b00030.pdf

Apresentação Oral

Circuitos transfronteiriços; movimentações mbya-guarani entre Brasil e Argentina

Luna Mendes

Desenvolvo neste trabalho observações sobre a intensa movimentação do povo mbya-guarani pelo território latino-americano, atentando para nuances desse movimentar e descrevendo algumas concepções indígenas sobre território, cercas e fronteiras. Este trabalho deriva de minha pesquisa de doutorado realizada em comunidades mbya-guarani em Misiones na Argentina. Apesar de alguns atravessamentos específicos das relações com empreendimentos turísticos e da organização estatal argentina, me deparei com uma espécie de continuum entre parentes e aldeias argentinas e brasileiras, com um trânsito constante de pessoas (vindas também de países como Paraguai) que circulavam para realizar visitas ou mesmo mudanças mais estáveis. De modo que falar em mobilidade também é falar em parentesco, da presença ou da memória de relações entre pessoas que ativam um repertório de deslocamentos possíveis; procuro explorar o modo como este território é atravessado e constituído por essas redes de relações. Esses deslocamentos evidenciam comparações entre questões específicas dos modos como se vive em diferentes aldeias (modos de falar, práticas, questões políticas, ambientais, etc). A decisão pelas localidades com as quais se alinhar e por onde transitar envolve um debate sobre moralidades. Exploro aqui questões relativas ao debate sobre autonomia/ vontade pessoal, no sentido de que são as pessoas que decidem elas próprias quando e para onde vão, mas o deslocamento é informado por questões de gênero, de parentesco, de alianças, dos cuidados por onde e como se pode andar (no sentido cosmológico dos seres que habitam as paisagens) e da onomástica mbya (fazer algo porque é uma característica do tipo de pessoa que se é).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661469422_ARQUIVO_042b741642c2238948d74838a57be26d.pdf

Apresentação Oral

A língua como barreira para a cidadania: reflexões sobre as dificuldades para a comprovação do conhecimento em língua portuguesa no processo de naturalização brasileira

Mariana Eunice Alves de Almeida

Guerras, perseguições e violações aos direitos humanos estão entre as principais razões de deslocamentos forçados no mundo, que fazem com que milhões de pessoas, todos os anos, busquem refúgio em locais diferentes da sua residência original. O Brasil, apenas nos anos de 2019 e 2020, recebeu mais de cem mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado. Como forma de acolher e proporcionar a reconstrução de suas vidas, o país que recebe essas pessoas em situação de refúgio deve prover as condições para sua integração local. Vista como um processo complexo, que demanda esforços tanto do migrante quanto do governo e da sociedade de acolhimento, a integração deve proporcionar ao migrante a

possibilidade de exercer seus direitos mais básicos em condição de igualdade aos nacionais. Entretanto, a partir do momento que o migrante quer se naturalizar brasileiro, surgem algumas dificuldades. O processo de naturalização ordinária no Brasil exige a comprovação do conhecimento em língua portuguesa. Tido como um dos fatores fundamentais do migrante no processo de integração, o ensino da língua portuguesa para esse público é ainda insuficiente no Brasil, o que coloca a exigência da comprovação de conhecimento da língua e a falta de oferta de cursos no país em xeque. Desta forma, o objetivo deste trabalho é refletir, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, sobre as dificuldades que os migrantes (em especial aqueles em situação de refúgio) enfrentam para comprovar seu conhecimento em língua portuguesa como requisito para o processo de naturalização brasileira. Concluímos que existe uma contradição ao se exigir (para que o migrante conquiste a total integração, ao menos do ponto de vista jurídico, e se torne um cidadão brasileiro) a comprovação do conhecimento da língua portuguesa falada no Brasil, já que as iniciativas de ensino de língua para esse público não fazem parte das prioridades das políticas públicas de migração do país.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659632831_ARQUIVO_0c1c2d4de853e324a06417dca806e26a.pdf

Apresentação Oral

Disputas e conflitos no espaço urbano do Centro Histórico de Florianópolis/SC: notas sobre o trabalho informal e a imigração.

Paula Cruz Pimentel

Resumo: Os grupos de imigrantes de vendedores ambulantes presentes no espaço urbano no Centro de Florianópolis/SC, têm gerado inúmeras situações de tensões e disputas pelo espaço público entre os catarinenses e os que vêm "de fora", com isso se torna evidente a relevância de temas que estão ligados ao mundo do trabalho e a ausência de políticas públicas com foco no acolhimento dos imigrantes no Brasil. A situação de vulnerabilidade social que enfrentam esses trabalhadores empurram-os para o trabalho informal, principalmente, no contexto de sucessivas crises econômicas globais. Contudo, o fluxo migratório se manteve entre os países emergentes, como o caso do Brasil e Haiti. O Haiti, situado geograficamente na América Central, possui uma instabilidade política, ausência de direitos sociais e políticos. O fenômeno migratório é considerado um "fato social total" e esses deslocamentos acontecem mundialmente, nesse sentido, realizei algumas entrevistas com migrantes e utilizei a plataforma RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), utilizada como auxílio para a fonte de dados quantitativos no que se refere aos índices de migração, renda e emprego em Florianópolis/SC com objetivo de mapear a realidade social.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1657593165_ARQUIVO_77dea9c3a8fa64868810c7dca3a280f5.pdf

Apresentação Oral

Waraos em Tinguá (Nova Iguaçu - RJ) e sua relação com a educação: registros etnográficos em curso

Priscila Alantino

Este trabalho tem como objetivo, observar a vivência de uma família Warao que vive em Tinguá - Nova Iguaçu (RJ) e perceber como se organizam e lidam com a inserção das crianças e adolescentes na escola, dando ênfase a percepção e narrativa das mesmas. Como metodologia, foi utilizada revisão bibliográfica, entrevistas e observação participante, possibilitando a percepção de como tem se dado a integração e socialização deste grupo na sociedade e na escola e também, os problemas que envolvem este processo. Como parte de uma pesquisa ainda em fase inicial, muitos aspectos apresentados ainda serão aprofundados. O ano de 2015 deu início a entrada de venezuelanos no Brasil, na história recente, ainda com pouca expressividade, pois o número de entradas ainda era considerado baixo, entretanto, isto rapidamente mudou ao longo dos anos que se seguiram, devido, principalmente, à intensificação da crise econômica na Venezuela. Dentre os venezuelanos que chegaram ao Brasil, estão as etnias indígenas, das quais 65% são Warao, uma das mais antigas etnias da Venezuela, sendo até mesmo citada em registros pré-hispânicos. A vinda dos Warao, para o Brasil, assim como as demais, foi afetada pela COVID-19, a qual influenciou diretamente sua dinâmica migratória. Desmistificando a ideia do nomadismo indígena, a história dos Warao nos mostra que seus deslocamentos são forçados, servindo como estratégia de sobrevivência e manutenção da sua cultura. Parte desta estratégia também envolve o apagamento temporário de aspectos culturais, como forma de interação com a sociedade de acolhida, até que seja possível retornar ao local de origem. Esta estratégia é aprendida desde cedo, pelas crianças e adolescentes - devido a sua permanência durante longo período com as mães que são também suas primeiras educadoras -, o que facilita, de certa forma, a interação com eles, principalmente quando se trata da inserção das crianças e adolescentes na escola.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661386972_ARQUIVO_1dd2d19951292b6ad31593dbd54c706f.pdf

Apresentação Oral

Perspectivas políticas sobre migração e imagem: olhares a partir da antropologia visual

Suzana Ramos Coutinho

O tema da mobilidade humana tem sido uma discussão central nas ciências humanas. Ainda que a proliferação e aceleração de migrantes transnacionais e a questão do que eles representam para diferentes pessoas e sociedades tenha se tornado uma questão central nos últimos anos, o advento da "era das migrações" ainda se constitui um desafio para o campo das ciências humanas, uma vez que suscita novos problemas epistemológicos e a demanda por novas metodologias e formas de representação. A proposta aqui é discutir, a partir de elementos teóricos, como se dá a construção das retóricas visuais em torno da experiência migrante. A imagem aqui se apresenta como objeto de reflexão sobre a responsabilidade de desconstruir estereótipos, buscando novas e transformadoras formas de visibilidade que não reproduzam meramente o discurso visual do governo ou dos meios de comunicação de massa, mas "desafiar a ordem política estabelecida revelando o que propositadamente e deliberadamente escondido, articulando o que ainda não foi dito e sugerindo alternativas viáveis ao status quo". (KÖHN 2016, p. 4).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661454178_ARQUIVO_66dd9947c31b4f73608fac06023bedee.pdf

Apresentação Oral

Fluxos e Representações na Fronteira: O caso das gestantes haitianas que buscam atendimento médico em uma zona rural da República Dominicana.

Teresa Amalia Garcia

Las relaciones entre la República Dominicana y Haití han sido desde siempre conflictivas. Desde los comienzos de la penetración francesa por el oeste de la isla en el siglo XVI, hasta nuestros días. Muchos estudiosos de diferentes áreas de las ciencias sociales se han dedicado a estudiar el origen y la naturaleza de esos conflictos. Entre ellos sobresalen los economistas que analizan los intercambios comerciales, sociólogos, algún que otro antropólogo, así como también ecologistas que enfocan sus estudios sobre el manejo de los recursos naturales que necesariamente tienen que compartir ambos países. Dado que la frontera es el límite de la nación, allí donde se encuentra el otro diferente, es el lugar de la isla donde esos conflictos se hacen más visibles. Sobre esta frontera existen muchos estudios realizados, mayoritariamente, por sociólogos trabajando para instituciones de desarrollo extranjeras o ONGs. Existen trabajos etnográficos, pero no son abundantes. Debido a que las condiciones materiales de vida son muy precarias en los villorrios haitianos próximos a la frontera, hacer trabajo de campo en esa zona de Haití es muy difícil y esto incide en las investigaciones, que enfocan mucho más el lado dominicano que el haitiano. No existen muchas etnografías sobre esta frontera, y dentro de los estudios realizados por otros científicos sociales, no hay casi nada

sobre las zonas rurales. El trabajo que quiero presentar es una etnografía, realizada en una zona geográfica rural de la frontera dominico-haitiana, ubicada en el centro de la isla, que abarca ambos países. La zona se encuentra entre la provincia de Elías Piña, República Dominicana y el departamento Centre, Haití. El propósito fue analizar, a partir de las prácticas y, sobre todo, las representaciones empleadas por los participantes de la investigación, creencias, valores e ideas que orientan las relaciones entre dominicanos y haitianos en el contexto en cuestión. Tal análisis era necesario ya que si, por un lado, estas creencias, valores e ideas tienen sus raíces en un pasado relativamente distante y turbulento, por otro lado, siguen impactando directa e indirectamente los procesos de construcción social de la realidad en los tiempos actuales. El estudio fue realizado a través de los casos del flujo de mujeres embarazadas, que, viviendo en Haití, cruzan la frontera buscando asistencia médica en el país vecino, y del personal médico y administrativo del hospital que los proporciona. Las opciones que ellas tienen en su país fueron también estudiadas: tipo, calidad y gama de servicios médicos ofertados. Tan importante como los servicios en sí mismos, es la viabilidad de acceder a ellos, por lo que ese aspecto fue también incluido en la pesquisa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660583948_ARQUIVO_294e0b2651a0d84fc2de998590c0f64d.pdf

GT24: Assentamentos rurais e o combate à fome: desafios e resistência.

As forças hegemônicas que dominam a política agrícola brasileira têm se caracterizado por relações de poder estabelecidas pelo agronegócio na esfera da produção de mercadorias, da financeirização da agricultura, do comércio de terras e dos recursos naturais. Os investimentos de grandes corporações transnacionais com apoio ativo do Estado, favorece o modelo agroexportador e afeta diretamente a produção de alimentos e a agricultura familiar, causando desabastecimento e elevação dos preços, comprometendo a renda familiar de grande parte da população assalariada. No contexto da pandemia causada pela covid-19 e com o desmonte das políticas agrárias, aumentaram os conflitos de terras e a violência no campo, atingindo o campesinato, populações indígenas e tradicionais, forçando-os a novos enfrentamentos e formas de resistência em seus territórios. As experiências de produção e doação de alimentos realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, criou espaços coletivos e solidários de combate à fome principalmente em áreas de vulnerabilidade social urbanas. Esses assentamentos praticam a agricultura de base agroecológica e defendem uma política agrária para a soberania alimentar, se opondo ao modelo tecnológico baseado no produtivismo do agronegócio e da concentração fundiária.

Palavras chave: assentamentos rurais; pandemia; combate à fome.

Bernadete Aparecida C. Castro, Sueli Pereira Castro

Apresentação Oral

Diante da brutalidade do capitalismo: a pertinência da atuação de Mulheres do MST no contexto da COVID-19

Priscila Fazio Rabelo

Dado o contexto de brutalidade e complexidade na economia global (SASSEN, 2016) conectado ao novo formato de guerra neocolonial (FEDERICI, 2019) e diante das especificidades dos processos de territorialização na América Latina (SVAMPA, 2019; KOROL, 2016), busca-se com este artigo, a partir de uma abordagem interdisciplinar no campo das ciências sociais, esboçar um breve panorama dos mecanismos de expulsão e destruição que afetam sistematicamente os povos originários e as comunidades tradicionais no território latino-americano, sobretudo no Brasil. Destaca-se como contrapartida desse processo o crescente protagonismo de diferentes feminismos do Sul global nas lutas ecoterritoriais. A fim de evidenciar esse protagonismo elucida-se o caso das mulheres rurais do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) no Brasil, principalmente em relação à atuação no combate e enfrentamento da pandemia da COVID-19

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661430094_ARQUIVO_bdbcc6ce5570fe2882aff142f91b4481.pdf

GT25: Atos de Estado, conflitos e resistências quilombolas em tempos extremos

O comitê quilombos da aba propõe reunir pesquisas realizadas em diversas regiões do país que reflitam sobre "atos de estado" e a intensificação de conflitos territoriais, acirrados pelo avanço dos chamados megaempreendimentos (mineração, agronegócio, imobiliário, infraestrutura, entre outros) nos territórios quilombolas ocorridos sobretudo durante o contexto de pandemia da covid-19. busca-se analisar os retrocessos e as ameaças eminentes em face aos processos de flexibilização da legislação ambiental, desmonte das instituições e paralisação dos processos de regularização fundiária das terras quilombolas pelo estado brasileiro, bem como avaliar os impactos causados pelas ações promovidas por agentes antagonistas aos direitos quilombolas e à desconstrução dos direitos. as formas de resistência, mobilização e organização política em torno da defesa dos territórios, os registros das memórias dos guardiões e das formas de

transmissão dos saberes e da cultura quilombola, diante do descaso e abandono dos poderes públicos, serão também temas de interesse neste espaço.

Palavras chave: quilombos; conflitos; resistência;

Raquel Mombelli, Osvaldo Martins de Oliveira

Apresentação Oral

Comunidade Quilombola de Braço Forte: fluxos, deslocamentos e o processo de regularização fundiária do território ancestral

Aderval Costa Filho, Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior

Preende-se apresentar e problematizar a situação da comunidade quilombola de Braço Forte, localizada a cerca de 19 km de distância da sede do município de Salto da Divisa/MG. Sua história remonta ao século XIX, quando ocupava a antiga fazenda Santana do Poço. A propriedade "pertencia" à família de fazendeiro e seus herdeiros que, segundo os braço-fortenses, escravizou e vem perpetuando, historicamente, a exploração do povo tradicional da região. Com a expulsão das famílias e expropriação de suas terras no passado, estas passaram a ocupar a região periurbana de Salto da Divisa, até 1997, quando da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itapebi - BA. Após anos de luta subsistindo diante do avanço gradativo dos efeitos nocivos da UHE iniciou-se um processo de retorno às terras ancestrais, tendo como marco recente a reocupação/retomada, em 05 de setembro de 2015, de parte de seu território na Fazenda Talismã, que faz parte da antiga fazenda Santana do Poço, culminando em batalha judicial com liminar favorável à permanência das famílias. A comunidade segue em direção à regularização do seu território, com laudo antropológico em fase de conclusão pelos autores, passo fundamental para garantia de direitos e manutenção da vida dos comunitários braço-fortenses.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479560_ARQUIVO_521ef849427758ffb0c743168f3b5f8a.pdf

Apresentação Oral

Quilombos na Quarta Colônia (RS): territorialidade, ancestralidade e resistência

BEATRIZ SANTOS PONTES, Maria Catarina Chitolina Zanin

A Quarta Colônia, localizada na região central do Rio Grande do Sul (Brasil), apresenta conhecimentos ancestrais que são reproduzidos em vários grupos étnicos que fizeram parte do processo de formação histórica da região. Considerada região de colonização italiana, contudo, tem no seu território, a presença de comunidades remanescentes de quilombolas.

Partindo dessa premissa, a presente proposta busca fazer uma análise cartográfica e (auto) biográfica dos quilombos existentes na região da Quarta Colônia, na qual o objetivo principal é compreender como se constituem os sujeitos nestas territorialidades, suas historicidades e inserção numa cultura majoritariamente considerada branca. Procurando compreender como os remanescentes dos quilombolas vivem e se organizam em seus territórios. Observa-se que há forte colonialidade do ser, do saber, do poder e da natureza que se perpetuam, dentro de uma visão histórica das relações étnico raciais.

Apresentação Oral

Guardiões da floresta: Manejo sustentável do território quilombola do Médio Vale do Ribeira pela Rede de Sementes do Vale do Ribeira como resistência aos atos de Estado e suas restrições ambientais

Bianca Cruz Magdalena, Toshio

A presente proposta tem como objetivo discutir as ameaças sofridas por comunidades tradicionais quilombolas do Estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, que são criminalizadas ou têm suas práticas e modos de vida limitados ou proibidos diante de políticas ambientais impostas pelo Estado, a partir da ótica do racismo ambiental, com a imposição de modelos de conservação unilaterais, sem consultas prévias e informadas. Apesar dos direitos assegurados e a proteção de seus territórios coletivos, desde a Constituição de 1988 e a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, bem como a Resolução 189, da Secretaria de Meio Ambiente, do Estado de São Paulo, de 2018, que garante a exploração de espécies nativas, e o reconhecimento pelo governo federal, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do sistema agrícola tradicional quilombola como patrimônio, diversas circunstâncias colocaram e ainda põem em risco a permanência e manutenção do espaço. Exemplo disso temos a luta travada e vencida, por três décadas, diante da construção da hidrelétrica de Tijuco Alto, entre outras, no Rio Ribeira de Iguape; as Pequenas Centrais Hidrelétricas; a mineração e, atualmente, a Concessão do Parque Estadual do Alto Ribeira. Em contraponto, temos a experiência exitosa da Rede de Sementes do Vale do Ribeira, que desde 2017, através do manejo sustentável do território, coleta e comercializa sementes florestais para restauração ecológica, em plantios por semeadura direta, com muvuca de sementes, possibilitando geração de renda, trabalho e autonomia aos coletores e coletoras, cujas dinâmicas de transformação na paisagem, ao longo das centenas de anos de ocupação, podem demonstrar que os povos da floresta vêm exercendo sobre a natureza uma inter-relação composta de sociobiodiversidade responsável pela conservação. O trabalho, por fim, pretende resgatar e contar a história dessa trajetória e os resultados desses embates por meio de levantamento bibliográfico e de reflexões sobre as vivências pelos/as próprios/as autores/as, adotando, com relação ao procedimento de investigação, a metodologia etnográfica da observação participante e da pesquisa-ação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662077200_ARQUIVO_8ec9c604e59d006a84b8e68280ebd0cc.pdf

Apresentação Oral

A intensificação de conflitos em tempos de pandemia

Cynthia Carvalho Martins

A presente comunicação têm como objetivo analisar a intensificação dos conflitos sociais em territórios quilombolas com ênfase nas medidas institucionais direcionadas ao retardamento da desapropriação dos territórios. Analisaremos os dispositivos institucionais - Portarias, Resoluções, Decretos, Instruções Normativas - de modo a demonstrar a restrição dos direitos conquistados e o reforço à lógica privada. Ampliam-se os empreendimentos da mineração, do agronegócio e das obras de infraestrutura e tal ampliação resulta em uma intensificação dos conflitos territoriais, dos atos de violência e das mortes de quilombolas. O debate envolve uma discussão sobre a prática antropológica e as estratégias de deslegitimar a relevância desses estudos para a concretização dos direitos de povos e comunidades tradicionais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661351496_ARQUIVO_0e3cbc87b146bb08bf492adb366f39c8.pdf

Apresentação Oral

ATOS DE ESTADO E MEGAPROJETOS DE INFRAESTRUTURA: a intrusão de territórios etnicamente configurados

Emmanuel Farias Júnior, Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira, Tacilvan Silva Alves, Eliydy Sousa de Menezes, Maryane Monroe Martins, Maria Heloísa Alves Crispim Ci, Geovana Alves Rocha

A feição autoritária do Estado pode ser analisada a partir de atos antidemocráticos para a implantação de megaprojetos de infraestrutura, tais como rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia ou hidrelétricas. Mesmo em contexto no qual o mundo está sendo assolado pela pandemia do coronavírus (COVID-19), doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, o Estado brasileiro reiniciou a duplicação da BR-135. A argumentação de que "as obras de duplicação da BR-135 são reconhecidamente imprescindíveis para a concreção do desenvolvimento econômico local e regional" tem feito frente às reivindicações territoriais das comunidades quilombolas, como também de suas preocupações com a saúde, para que o reinício das obras não provocasse o aumento dos números de casos de COVID-19. Tal obra de infraestrutura provocará efeitos sociais imediatos, como também a médio e longo prazo sobre as comunidades que se localizam nas suas margens, dentre elas, as centenas de

comunidades quilombolas num raio de 40 quilômetros. Diante da repentina ameaça à integridade territorial e à saúde das comunidades quilombolas, o Comitê Quilombola de Santa Rita e a Coordenação Nacional de Articulações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), emitiram uma nota repúdio às ações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que mesmo com decisão judicial para a realização de estudo do componente quilombola e de consulta livre previa e informada, em janeiro de 2020, o DNIT deu prosseguimento na obra no trecho entre as sedes dos municípios de Bacabeira e Santa Rita. Enquanto isso o Comitê Quilombola de Santa Rita tem articulado junto às comunidades impactadas a realização do Protocolos autônomos de consulta e consentimento livre, prévio e informado. Este trabalho pretende analisar tais "Atos de Estado" para a implantação de megaprojeto de infraestrutura no estado do Maranhão, em especial, as obras de duplicação da BR-135.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661568277_ARQUIVO_afd098b8a085d29688dcaddb0af0fa8.pdf

Apresentação Oral

Bem longe da gente: resistências a uma linha de transmissão de energia por comunidades quilombolas no Portal do Sertão-Bahia

Emmanuel Oguri Freitas, Flávia Almeida Pita, Luciéte Duarte Araujo

Na proposta de artigo submetida, apresentamos os resultados de pesquisa e extensão relacionados a conflitos envolvendo comunidades quilombolas situadas no entorno da cidade de Feira de Santana e de Antônio Cardoso na Bahia com um empreendimento de instalação de linha de transmissão de alta tensão com impactos diretos e indiretos sobre os territórios quilombolas. Os dados foram coletados durante ação extensionista popular em que se produziram reflexões com base em pesquisa-ação. O conflito tem início no ano de 2019, quando uma liderança quilombola da comunidade de Subaé, que era estudante do curso de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana, denuncia um processo de licenciamento ambiental que corria silenciosamente na autarquia responsável (IBAMA) sem a devida consulta à sua comunidade, que se encontra no trajeto da linha de transmissão denominada LT 500 KV Porto Sergipe-Olindina-Sapeaçu. A partir da denúncia pública, foi articulada uma rede de solidariedade e ação por instituições de educação públicas localizadas na cidade de Feira de Santana (UEFS, UFRB e IFBA constituíram um grupo de trabalho denominado GT Conflitos Socioambientais) e as comunidades atingidas pelo empreendimento. Foram realizadas diversas reuniões e visitas de acompanhamento, bem como a assessoria das comunidades em momentos de contato com as empresas envolvidas no conflito: São Francisco Transmissão de Energia S.A. e Sterlite Brazil Participações S.A., que são a mesma

empresa e respondem pela obra e; a Dossel Ambiental, contratada para realizar o licenciamento ambiental do empreendimento. As comunidades quilombolas identificadas e que passaram a ser assessoradas pelo GT Conflitos socioambientais foram as de Lagoa Grande, Subaé, Cavaco, Santo Antônio, Paus Altos e demais localidades do entorno rural de Feira de Santana. Destacamos que a zona rural de Feira de Santana, que também é impactada pelo empreendimento, mas que não goza de garantias específicas que são exclusivas das populações tradicionais e povos originários em razão de compromissos internacionais como a Convenção nº169 da OIT, também foi assessorada pelo referido GT. A organização da rede acadêmica de apoio e a própria auto-organização das comunidades no enfrentamento das ilegalidades cometidas no processo de licenciamento da linha de transmissão têm produzido estratégias de resistências importantes que resultaram na proibição judicial, via decisão liminar em Ação Civil Pública, do início das obras no território das comunidades quilombolas Santo Antônio e Subaé. Além disso, a visibilidade produzida pela ação coletiva tem possibilitado o processo de consulta das comunidades tradicionais e o debate local sobre desenvolvimento e os usos do território diante do cenário de devastação imposto na atual conjuntura.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482845_ARQUIVO_60f4219ae3d4f2dba850e76bc7546068.pdf

Apresentação Oral

Regularização fundiária, reforma agrária e conflito: compreensões sobre os atos e procedimentos de Estado nas margens do rio São Francisco

Fernando Soares Gomes, Roberta Brangioni Fontes

O objetivo deste trabalho é analisar as práticas e os relatos por meio dos quais os habitantes da Comunidade Vazanteira e Pesqueira da Venda e do Acampamento Terra Prometida II manifestam suas compreensões sobre os atos e procedimentos de Estado que incidem sobre essas comunidades no contexto do atual conflito agrário que enfrentam. Em termos metodológicos, utilizamos a observação participante e a história oral, a partir de dois trabalhos de campo iniciais. Recorremos também à análise documental de processos judiciais e à revisão bibliográfica, dialogando sobretudo com o pensamento de Das & Poole (2004). Tanto a Comunidade quanto o Acampamento estão localizados em territórios próximos um ao outro, às margens do rio São Francisco, no município de Pedras de Maria da Cruz, no Norte de Minas Gerais. Apesar das especificidades de cada território, enfrentam histórias e dilemas comuns na luta pela terra. A Comunidade é composta por pessoas que se auto identificam como pescadores e vazanteiros, e se dedicam à pesca artesanal e à agricultura realizada nas terras de vazante do São Francisco. Remetem sua ancestralidade a remanescentes de quilombos,

como o Quilombo Alegre, e buscam atualmente o reconhecimento do direito ao seu território tradicional. O Acampamento é resultado da ocupação da Fazenda Arapuim, efetuada a partir de 2015 por ex-funcionários de duas empresas, antigos posseiros e integrantes do MST. As empresas em questão atuaram entre 1970 e 1990 na Fazenda Arapuim, desenvolvendo negócios agropecuários, mas abandonaram as atividades em função de débitos fiscais. Em 2015, uma das empresas ajuizou uma ação de reintegração de posse, com o intuito de reaver a posse da antiga Fazenda Arapuim. Um ano depois, outro processo foi protocolado por uma herdeira de imóvel inserido no conflito. Ambas as ações ainda não foram sentenciadas, mas, no caso da primeira, já provocou a concessão de uma ordem liminar de reintegração de posse. Em nossas análises, compreendemos que o contexto estudado compõe o que é frequentemente referenciado como margens do Estado, seja pela inércia dos procedimentos de regularização fundiária e de reforma agrária requeridos pela Associação que representa os moradores da Comunidade e do Acampamento; ou por força da violência simbólica e material vivenciada há muitas décadas no conflito, inclusive por meio de legitimações do Judiciário. No entanto, longe de ratificarmos uma noção contratualista e especializada das margens, gostaríamos de evidenciar as maneiras pelas quais os sujeitos estudados experienciam o reconhecimento de direitos e o acesso à justiça, percebendo que muitas vezes o Estado é representado por meio de dinâmicas sociopolíticas ambíguas e contraditórias, que transitam entre legalidade-dependência e extralegalidade-exclusão.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/404_53774163_065490.pdf

Apresentação Oral

Racismo ambiental e quilombolas. Subsistência, saúde e territorialidades

Javier Rodríguez Mir

O modelo de desenvolvimento do capitalismo atual está em constante conflito com a ecologia e o cuidado com os recursos naturais. Isso afeta principalmente as sociedades mais vulneráveis, cuja subsistência depende do meio ambiente. Este artigo tem como objetivo analisar a persistência do racismo em comunidades afrodescendentes. O racismo é visto a partir de uma perspectiva histórica que se projeta e atinge três grandes áreas: territorialidade, subsistência comunitária e saúde ambiental e comunitária. Historicamente, as comunidades quilombolas eram autossuficientes e conquistavam sua permanência por meio do uso do meio ambiente. Os processos globais contemporâneos priorizam a economia de mercado gerando sérios problemas ecológicos. Nesse contexto, os quilombolas devem enfrentar novos desafios que lhes permitam a continuidade de suas comunidades, preservando seu legado e memória histórica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659628703_ARQUIVO_e9aca7466d8f92660fd411c8031e0dc4.pdf

Apresentação Oral

Revisitando a comunidade quilombola do Talhado-Paraíba: Mudanças, permanências e novas lutas em tempos difíceis

JOSÉ VANDILO DOS SANTOS, Lara Amorim, Maristela Oliveira de Andrade

Este artigo busca analisar o impacto das mudanças no território quilombola do Talhado na cidade de Santa Luzia-PB em 2022, a partir de minha pesquisa de mestrado realizada nos anos de 1997-98, ao revisita-la em estadia de estágio pós-doutoral. Objetivando conhecer as condições atuais de vida da comunidade e a política exercida pela comunidade frente as novas lutas identitárias e territoriais, um diálogo com novas lideranças permitiu acessar memórias individuais e coletivas das antigas lideranças pesquisadas. A metodologia uniu a pesquisa bibliográfica com uma incursão empírica ao território e a realização de entrevistas e fotografias para uma avaliação das mudanças na comunidade nas últimas duas décadas. O território quilombola encontra-se dividido entre o Talhado rural e o Talhado urbano, no bairro São José em Santa Luzia. No Talhado rural os moradores vivem da agricultura, enquanto no Talhado urbano predomina o trabalho com as louças de barro. Segundo entrevistados, após o reconhecimento em 2003, a comunidade viveu várias mudanças: a construção de uma igreja e uma praça na comunidade rural, além da construção de cisternas, barragem e poços, a criação de uma associação e a construção de uma escola quilombola na cidade. Outras mudanças na paisagem local têm provocado conflitos, como a instalação de aerogeradores de uma empresa de energia eólica, com impactos ambientais e a titulação definitiva da terra, provocando novas lutas na atualidade. Vale salientar que a efetivação da titulação da terra e o atendimento a outras reivindicações das comunidades tradicionais têm encontrado dificuldades, tendo em vista que a política do governo atual não é favorável às demandas dessas comunidades. Palavras-chave: comunidade quilombola; reconhecimento; políticas públicas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661255404_ARQUIVO_591da0386304beaf6a02de5989e3d0f0.docx

Apresentação Oral

Conflitos e percepções do processo de titulação de uma comunidade quilombola na Paraíba: o caso de Caiana dos Crioulos

Marina Prado

Neste artigo percorreremos o processo de certificação, titulação e restituição das terras da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos, na região do Brejo paraibano, município de Alagoa Grande - precursora em seu estado na luta pela legitimação dos direitos quilombolas. Refletiremos, a partir desse processo pioneiro no Estado da Paraíba, sobre a potência de tais instrumentos na restituição do sentido de seus comportamentos e ações. Cientes que para além das questões territoriais, tais sujeitos são atravessados por questões ontológicas que, nas estruturas racistas com as quais ainda vivemos, podem resultar em conflitos de percepções negativas ou estereotipadas sobre si, geradas a partir dessa relação com o outro. Percepções as quais pretendemos compartilhar por meio de suas falas e da observação participante, registradas durante a realização do trabalho de campo. A partir das reflexões de Lucchesi (2019), O'Dwyer (2005), Ferreira (2012), Candau (2011) e Carneiro (2005), teceremos as encruzilhadas entre memória, identidade e o processo de titulação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476480_ARQUIVO_120158f287c7b3bb915e0dff70d06941.pdf

Apresentação Oral

Tecendo as redes dos conflitos e Racismo Ambiental no quilombo Dom João e Monte Recôncavo

Naiane Jesus Pinto, Ana Paula Comin de Carvalho

Neste artigo, pretende-se tecer as redes dos conflitos, racismo ambiental e violação de direitos no território pesqueiro das comunidades quilombolas de Dom João e Monte Recôncavo em São Francisco do Conde. Uma vez que compreendemos que as injustiças sociais persistem por muito tempo e estão diretamente associadas ao processo hegemônico de colonização articulado pelo sistema escravocrata. As comunidades quilombolas Dom João e Monte Recôncavo vêm enfrentando desde os seus primórdios uma série de racismo e conflitos territoriais, dentre eles a expropriações, negação e violação dos seus direitos que durante o processo pandêmico se intensificou através da falta da assistência. Haja vista que tais conflitos envolvem interesses variados, um deles é das empresas petrolíferas bem como poder público municipal e, sobretudo fazendeiros. Estes por sua vez constroem literalmente cercas nas águas, utilizando formas hegemônicas para proibir a entrada de pescadores no território pesqueiro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1666022871_ARQUIVO_2f1303c9cb0e2ad7cdb76f07a699a9ee.pdf

Apresentação Oral

Quilombos: território, memória e reexistência

Oswaldo Martins de Oliveira

Essa comunicação tem por objetivo debater diferentes processos de reconstrução da existência em territórios de comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo. Esses processos envolvem conflitos decorrentes de expropriações dos territórios por grandes empreendimentos transnacionais das monoculturas de eucaliptos e de cana-de-açúcar e de invasões recentes de agentes externos não quilombolas aos territórios tradicionalmente ocupados e reivindicados por essas comunidades. Em tais disputas pelas terras e patrimônios culturais estão implicados outros bens como memórias, saberes e cosmologias sobre a construção do ser e do modo de existir dos quilombolas e suas formas de uso e apropriação dos territórios. Desses conflitos surgiram movimentos dos próprios quilombolas de reações e reocupações de seus territórios expropriados e reivindicados. Nessas reocupações, as lideranças têm nomeado e renomeado lugares internos aos seus territórios e suas organizações e associações com nomes de seus ancestrais, que podem ser considerados personagens de memórias quilombolas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661496101_ARQUIVO_40e9af3234da739c43f75c9ce0cfcb5.pdf

Apresentação Oral

Nosso território não tem preço, nosso território tem valor: uma reflexão sobre o Mercado de carbono

Rosenilda Botelho Gomes

O território quilombola na sociedade contemporânea vem sendo visto nas suas múltiplas dimensões, tais como: política, cultural e econômico. Podemos perceber isso após a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em 2021, representando a 26.^a conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), a qual apresentou como meta alcançar o zero líquido nas emissões globais, com a estratégia de compensação, através do Mercado de Carbono. Essa discussão chega até as comunidades quilombolas das Ilhas de Abaetetuba, através da Associação dos Remanescentes dos Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) e a empresa Amazon Carbon. Diante desse contexto, o presente texto tem por objetivo compreender a arena de discussão sobre o mercado internacional de carbono, a partir do tripé: os quilombolas, a associação dos quilombolas e a empresa Amazon Carbon, nos territórios quilombolas das ilhas de Abaetetuba. Dente os objetivos específicos, buscamos descrever como está ocorrendo às negociações, trâmites legais sobre essa "nova" forma de mercado dos bens naturais nas comunidades quilombolas; identificar os desafios dos quilombolas em relação a autonomia

territorial, frente ao Mercado Internacional de Crédito de Carbono. Como procedimento metodológico partimos de um estudo etnográfico, utilizando a observação participante e a entrevista semi-estruturada, com base Oliveira (1998); Albert (2014); Strathen (2014) Guertz (1989). Dessa forma trazemos para a discussão autores que discutem e conceituam etnicidade Fredrik Barth (2000), território quilombola, O'Dwyer (2010; 2011); Almeida (2002; 2008); Arena Pública, DE SARDAN (1995) etc. Para a empresa os quilombolas não precisariam fazer muito esforço, já que estes tem uma relação de certa forma sustentável com a natureza. Por outro lado, os quilombolas apresentam algumas preocupações no debate e uma delas é autonomia dos seus territórios, em relação aos seus fazeres culturais, que estão relacionados aos saberes tradicionais no modo de produção. Além disso, para os quilombolas, receber valores pelo Mercado de Carbono das empresas, é tornar-se apoiadores para que estas continuem agindo ambientalmente incorreto. Portanto, podemos perceber que na arena pública está presente a resistência dos quilombolas diante a assinatura do Contrato do Crédito de Carbono; Os conflitos internos e as relações de poder no território em relação à implantação desse "projeto". E os discursos vantajosos de melhorias na vida dos quilombolas. Palavras chaves: Território, quilombola, Arena pública.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476318_ARQUIVO_61b8a79b946e84a4fb9e8837189ac8aa.pdf

Apresentação Oral

Luta e resistência frente aos danos socioambientais: As mulheres de Degredo e o desastre no Rio Doce

Rosimery Soares Loiola

O presente trabalho propõe compreender a relação das mulheres do quilombo de Degredo frente ao rompimento da barragem de Fundão em 2015. O estudo sugere a necessidade de abrir o diálogo mais profundo entre a luta dessas mulheres e a diversidade de proposições do processo de reparação aos danos socioambientais. No decorrer deste trabalho que tem caráter preliminar e exploratório, destaca-se o protagonismo das mulheres no processo de escolha da acessória técnica independente e do enfrentamento ao racismo. Ressaltando-se diante do movimento de auto-representação dos quilombolas de Degredo pela escolha de criar a própria acessória técnica neste processo através da Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo de Degredo (ASPERQD). A barragem de fundão era propriedade das mineradoras Samarco S/A, Vale S/A e BHP Billiton Ltda, o rompimento ocasionou 19 mortes, pessoas desaparecidas, e inúmeros impactos na vida do Rio Doce e de toda a vegetação e população que estava em torno dele. Vamos observar a partir da filosofia Ameríndia de Ailton Krenak (2015) como o processo de ocupação de empresas no território

quilombola de Degredo contribui para a agenda de "empobrecimento" dos territórios tradicionais. E a partir da pandemia da Covid-19 os processos em andamento para a reparação dos danos socioambientais no quilombo de Degredo sofrem novamente uma tentativa de retrocessos e ameaças. Segundo Antônio Bispo Dos Santos (2019) as famílias negras nos quilombos são condicionadas através dos massacres das empresas a situações de insegurança e vulnerabilidade, contudo, os mesmo, seguem construídos métodos e meios de re-existência individual e coletiva ao racismo. Longe de pensar esses territórios como no "mito da natureza intocada" (Diegues, 2000), ou como um todo, mas pensando a partir de um fluxo que está em disputa, de modo que os megaempreendimentos intensificam os conflitos territoriais. Assim, os processos de mobilizações vão sendo construídos e liderados por mulheres frente às inúmeras tentativas de retrocessos, como aponta Selma dos Santos Dealdina (2020) as mulheres quilombolas são territórios de existência femininas construindo historicamente perspectivas próprias para as narrativas dos seus territórios.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661483954_ARQUIVO_9c1cf7a208dfbdb162433fb1c36c8d11.pdf

GT26: Biodiversidade, territorialidade e saúde nas terras indígenas da Amazônia

Nos últimos anos, tornou-se evidente que as terras indígenas na região amazônica são espaços para a proteção da biodiversidade. Frente a posições preservacionistas, diversos estudos mostram que a diversidade cultural e os conhecimentos tradicionais das populações indígenas que habitam a região amazônica são uma garantia para a sua existência. Esses coletivos contribuem para a continuidade e renovação da biodiversidade por meio de seus modos específicos de habitar, num sentido ingoldiano, mas também por meio de suas lutas contra os projetos extrativistas e de desenvolvimento de infraestruturas em grande escala. As rupturas drásticas que estes provocam nos mundos sociais indígenas são, igualmente, uma ameaça à biodiversidade. Por outro lado, a conservação da biodiversidade, estreitamente conectada com seus direitos à terra, é crucial para o bem-viver e a saúde das populações indígenas. Durante a recente pandemia da COVID19 a possibilidade de controle das fronteiras territoriais e de manter um certo grau de autonomia graças aos recursos existentes nos seus territórios foi crítica para muitas comunidades. Propomos nesse GT abordar, desde um posicionamento decolonial, uma reflexão que aponte para a transversalidade entre biodiversidade, territorialidade e bem-estar entre as populações indígenas, convidando a submissão de trabalhos etnográficos e teóricos que discutam aspectos diversos desse assunto. A autoria indígena e a coautoria com estudiosos indígenas são incentivadas

Palavras chave: Povos indígenas, biodiversidade, saúde.

Laura Pérez Gil, Pirjo Kristiina Virtanen

Apresentação Oral

Saberes, coragem e ancestralidade: a experiência das mulheres indígenas de Oiapoque no enfrentamento à Covid-19

Rita Becker Lewkowicz, Claudia Renata Lod Moraes

Neste trabalho pretendemos abordar a experiência das mulheres indígenas dos povos Galibi Kali"na, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur no enfrentamento à pandemia da Covid-19, nas Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, localizadas no município de Oiapoque, no extremo norte do estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa. O medo da chegada do vírus nas aldeias, as restrições sanitárias e a falta de infraestrutura da saúde nas aldeias provocaram um processo de ampliação e fortalecimento de práticas tradicionais de cuidado com a saúde, especialmente dos remédios à base de plantas, raízes, cascas e óleos, os banhos, os resguardos e os cuidados com a alimentação das famílias. Nos relatos das parteiras, elas mencionaram que da mesma forma que precisam ter coragem para fazer um parto, também precisaram ter muita coragem para enfrentar o desconhecido, superar o medo da pandemia, pela necessidade e vontade de ajudar os doentes em suas comunidades. Buscaram em seus conhecimentos ancestrais, associados às formas com que conhecem e vivem o território, meios para enfrentar a covid-19 nas suas aldeias. Se, por um lado, a atuação dessas mulheres foi no cuidado em seus domicílios e famílias, por outro lado, assumiram também uma dimensão política e de articulação entre comunidades e instituições. Neste caso, analisamos a atuação da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão - AMIM na realização de ações de enfrentamento à pandemia em diferentes eixos, no apoio à segurança alimentar, na valorização dos conhecimentos tradicionais das mulheres e parteiras, e no fortalecimento de iniciativas de geração de renda sustentáveis protagonizadas pelas mulheres. Por fim, refletimos sobre os impactos da pandemia no território, considerando a aceleração e multiplicação de atividades ilícitas, como o garimpo dentro das terras indígenas. Atribuímos este fato à ausência das reuniões e ações coletivas de vigilância realizadas pelo movimento indígena local, à redução da presença das instituições governamentais e não governamentais nos territórios e à conjuntura política nacional, estimulando ações predatórias na Amazônia. As mulheres têm tido um papel importante no enfrentamento a estas ações predatórias, tanto na política cotidiana do âmbito doméstico-familiar, quanto na política institucional - ocupando cargos de liderança nas organizações indígenas do Oiapoque e até mesmo na Câmara Legislativa Municipal, procurando colocar em pauta as reivindicações do movimento indígena. A autoria deste trabalho é fruto de uma parceria entre Renata Lod, indígena Galibi

Kali"nã coordenadora da AMIM e graduada pela Licenciatura Intercultural Indígena, e Rita Lewkowicz, antropóloga e coordenadora do Programa Oiapoque do Iepé.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461552_ARQUIVO_96372e13c18ef9631fce60ef4f529d5e.pdf

GT27: Como morrem as políticas públicas: etnografia de transições de governo e de (des) montagens políticas

Transições de governo se caracterizam pela escolha de políticas públicas a serem ou não continuadas. Porém, a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência do país tem radicalizado esse processo. Mais do que o enfraquecimento, está em curso o desmonte de políticas públicas consolidadas em governos anteriores. E, embora mais evidentes e abrangentes no âmbito federal, também ocorrem nas outras esferas de governo (municipal e estadual), a depender de dinâmicas locais e articulações com a gestão federal. Mas, se esse processo pode ser atestado e denunciado - como muito se tem feito -, pouco se reflete de modo etnográfico sobre como morre uma política pública. Como se desmonta/monta um programa de governo? Como se erguem políticas sobre as que foram destituídas ou ajustadas às novas prioridades e programas de governo? Quais atores, técnicas, tecnologias e redes envolvidas nesse processo? Quais os campos de resistência e tensão? Como se verificam os desdobramentos do que foi interrompido? Que novas montagens se observam? Que continuidades se notam nesses processos? Como descrevê-los? Este GT convida trabalhos que, a partir de temas e pesquisas específicas, dedicaram atenção etnográfica a essas questões. Interessa-nos abordagens de políticas indigenistas, de saúde, educação, assistência social, segurança pública, gestão prisional, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outras comprometidas com a descrição desses processos e inseridas no contexto dos últimos anos.

Palavras chave: Políticas públicas; Antropologia do Estado/Política; Rupturas/Continuidades

Taniele Rui, Flávia Melo

Apresentação Oral

Estratégias, entusiasmos e frustrações: a implementação do Previde Brasil em Sobral/CE.

Alana Aragão Ávila

Considerando o avanço de políticas de restrição orçamentária no campo da saúde, entendidas aqui como reflexo do emparelhamento de governos com formas de racionalidade neoliberal, busca-se neste artigo elaborar discussões sobre os primeiros meses da implementação do Previne Brasil no município de Sobral/CE. Partindo de pesquisa etnográfica, com base na Teoria Ator-Rede, busca-se compreender as formas de organização da Atenção Primária à Saúde (APS) em Sobral frente às novas demandas inauguradas pelo Previne Brasil, em suas metas, indicadores e burocracias. Assim, com o auxílio de entrevistas com profissionais que atuam na APS discute-se quais as estratégias de gestores e funcionários tem utilizado para contornar o desfinanciamento dos serviços e a transformação da APS a partir de novas formas de burocratização, precarização e produtivismo. Tornando visível parte da rede sociotécnica que é produzida continuamente na relação entre a APS e o Previne Brasil é também nas resistências e descontentamentos que se explora os efeitos das tentativas de esvaziamento do Estado brasileiro em sua responsabilidade de oferta de saúde em caráter universalidade, equidade e integralidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660141712_ARQUIVO_bf9efcac3c566d0c025346153c2246db.pdf

Apresentação Oral

" Viver como uma bolsa, dá?: uma etnografia das trajetórias de mulheres do Programa Bolsa Família em Santa Luzia, Ceará

Antonio Jefferson Lopes Martins

Este artigo busca compreender as possíveis mudanças, e também permanências, nas trajetórias de vida de cinco mulheres residentes em um bairro periférico de uma cidade cearense com o recebimento do Programa Bolsa Família (PBF). Sendo uma política focalizada, voltada para as famílias pobres e extremamente pobres, as mulheres são consideradas como prioritárias na concessão desse auxílio financeiro. Para compreender essas trajetórias, tomei como referência os documentos produzidos pela gestão local da referida política no Centro de Referência da Assistência Social Família Cidadã (CRAS), onde essas usuárias realizaram seus cadastros e acessaram esse programa, entrevistas com os (as) profissionais envolvidos (as) na implementação do PBF no município e na realização de entrevistas com essas usuárias nos seus domicílios. Todas as entrevistadas residem no bairro Santa Luzia, local com precário acesso aos serviços públicos de saúde, educação, lazer e saneamento básico. Mesmo não sendo uma política de gênero, o Bolsa Família tem como prioridade a concessão de um auxílio financeiro para as mulheres enquanto responsáveis por seus familiares. A depender da dinâmica familiar elas acumulam atividades de cuidado e proteção mesmo com a presença do seu companheiro. Nessa perspectiva, as mulheres entrevistadas sentem-se "donas de seus

lares", ganham uma certa autonomia em suas vidas, no sentido que Rego e Pinzani (2014) usa esse termo, mas não há alterações das atividades tidas para "mulheres" e "homens" no âmbito doméstico com o recebimento dessa bolsa por elas. Dada a importância dessa política até mesmo para a sobrevivência familiar, identifiquei maiores dificuldades de superar a condição de penúria para as mulheres chefes de família de lares monoparentais, sobretudo, quando essas são negras e pobres.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475202_ARQUIVO_9e5d08e6c97230b3fea7fa47991b468f.pdf

Apresentação Oral

OÁSIS POLÍTICO EM MEIO AO DESERTO CONSERVADOR: Uma etnografia da ocupação da Casa da Mulher Brasileira de São Luís

Maynara Costa

A Casa da Mulher Brasileira de São Luís/MA é um espaço público que concentra tanto serviços do poder judiciário, quanto atendimento psicossocial, além de programas que visam incluir mulheres vítimas de violência no mercado de trabalho. A construção da Casa da Mulher Brasileira em São Luís aconteceu em um momento de transição do governo da Presidenta Dilma Rousseff e Michel Temer, possibilitando que o poder público (maranhense) se transformasse a partir das ações das suas administradoras e dos seus órgãos, intervindo no cotidiano das pessoas e como elas atuam com e pelo Estado (DAS & POOLE, 2008). A Casa, deste modo, não se basta em existir enquanto serviço público, tatuado em um decreto. Ela teve que ser habitada e habitar o Estado a partir das suas intervenções, vivências, dos relacionamentos do serviço com as usuárias; das usuárias com os profissionais dos órgãos; dos órgãos com os movimentos de mulheres e de famílias das mulheres vítimas de homicídio qualificado por feminicídio. Assim, essa comunicação pensa, a partir de uma perspectiva etnográfica, como se deu a criação e a ocupação do serviço, a plasticidade do trabalho dos seus administradores no uso das novas leis e de novas formas de servir, além de discorrer sobre como as redes de enfrentamento e atendimento são construídas, mantidas e organizadas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/730_72312210_987394.pdf

Apresentação Oral

Uma política do agressor externo

Natã Souza Lima

Este trabalho surge como um excerto e minha pesquisa de doutorado sobre violências sexuais intrafamiliares no Amazonas, principalmente contra crianças e adolescentes. Um dos pontos

de partida da pesquisa é a etnografia sobre como Estado e Comunidade lidam com os agressores sexuais, distinguindo-os a partir dos contextos e relações onde/contra quem as violências possam ter ocorrido. Entre meus registros, noto maior recorrência de agressões, linchamentos e assassinatos contra homens acusados de violências sexuais fora da família (ou seja, sem vínculo de parentesco com as vítimas). Contudo, os dados nacionais (Ministério da Saúde em 2018 e MMDFH em 2020), assim como os registros locais em órgãos da justiça e assistência social, demonstram que pelo menos 80% das violências sexuais ocorrem em família - com vínculos de parentesco entre agressores e vítimas. Com a posse de Bolsonaro em 2018, e a nomeação de Damares Alves para gerir o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), houve um apagamento das formas de registro dos dados estatísticos sobre violências sexuais, e principalmente, do registro dos vínculos entre agressores e vítimas, ao passo que houve maior investimento em cartilhas, diretrizes e operações que privilegiam a família como lugar da proteção e instauram uma "política do agressor sexual externo", na figura do "pedófilo" e produção de pânico morais (Lowenkron, 2015). É no exame das diferenças e aparentes contradições sobre quem são os "agressores sexuais", entre dados oficiais dos órgãos de justiça e assistência social, práticas cotidianas e políticas de gestão do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que se insere a presente proposta.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661463944_ARQUIVO_5a9726e9e8b0a0c62b0f80e01089065f.pdf

Apresentação Oral

Do governo Bolsonaro ao SUS "da ponta": política de morte, pandemia e usuários

Otávio Fabrício Lemos Corrêa Maia

Qual é a relação entre política e morte? Qual é a repercussão da gestão em saúde do governo Bolsonaro, quanto ao SUS "da ponta"? Dito de outra maneira, como os estilhaços do poder, e aqui eu me refiro ao poder político em sua organização e formas de ocupação do Estado, têm alcançado corpos pretos e sem renda nas suas experiências concretas com o SUS? O Estado mata. Mas mata a quem? No presente artigo, tenho como foco analisar os efeitos que a gestão em saúde do governo Bolsonaro tem causado sobre o serviço de Atenção Primária à Saúde, do bairro Parque das Torres, localizado no município de Juiz de Fora, Minas Gerais. A discussão apresentada no artigo fundamenta-se na etnografia da pesquisa do curso de doutorado, em andamento, realizado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo, em que estudo a área de tensão entre o SUS legislado e o SUS vivido. Nesta pesquisa, tenho acompanhado a rotina de funcionamento da Secretaria de Saúde de Juiz de Fora, entrevistando gestores de saúde e também investigando usuários e

profissionais de saúde que vivenciam o SUS "da ponta". A partir da experiência que tive como agente comunitário de saúde, entre 2003 e 2009, no bairro Parque das Torres, lanço mão de um duplo posicionamento e uma dupla temporalidade, ora falando do lugar de pesquisador, ora recorrendo a memórias do trabalho de agente comunitário de saúde, para então discorrer sobre a temática em pauta, o SUS vivido e os efeitos da gestão em saúde do governo Bolsonaro. O contexto da pandemia de Covid-19, no Brasil, colocou em destaque o SUS, o SUS que veio a público, principalmente por conta da importância do sistema público de saúde no processo de vacinação. Entretanto, a postura do governo federal em relação à pandemia, seja panfletando o seu negacionismo, ou pela sua incapacidade técnica na gestão da doença, teve repercussões sobre o SUS, efeitos que propusemos discutir neste trabalho, ao etnografar os caminhos e os fluxos existentes entre a política do governo federal e o posto de saúde do bairro Parque das Torres, o SUS "da ponta".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661308700_ARQUIVO_ed16abbc431b2cf5fa786b39b9c6d72.pdf

Apresentação Oral

Lei Rouanet: Disputas e moralidades em torno do financiamento à cultura no Brasil

Pâmela de Souza Costa

O fazer cultural foi posto em questão no Brasil desde 2016. O financiamento da cultura por meio de leis de incentivo, especialmente a Lei Rouanet, tem sido alvo de intensa controvérsia na arena pública. Diante disso, discuto a relação entre o ataque à Lei Rouanet e o crescimento de um discurso criminalizador do fazer cultural por parte de grupos neoconservadores. Seguindo a proposta, busca-se destacar que a relação entre esses dois tipos de acontecimentos se organizam em permanentes disputas e tensões, que apontam para a definição de formas "corretas" de utilizar a Lei em relação a "outras" formas particulares de usos, ancorados em valores morais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661294784_ARQUIVO_45cbb186998754908324d076569e1562.pdf

Apresentação Oral

ENTRE A LUTA E O SER FAMÍLIA: Desmonte Das Visitas E Assistência Familiar Ao Internos Do Complexo Penitenciária Da Mata Escura Em Salvador

Rebeca de Souza Vieira

Diante do contexto de pandemia da covid-19 iniciado no Brasil no primeiro semestre de 2020 diversas dinâmicas sociais foram sendo alteradas, mas em alguns contextos, como no prisional e em seu entorno as restrições sanitárias ampliaram cóleras pré existentes e criaram novas formas de violações. O presente trabalho abordará as experiências vivenciadas por familiares de pessoas em restrição de liberdade no Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador, ativistas contra o encarceramento que enfrentam bloqueios de acesso e de manutenção assistencial básica a seus parentes neste período. As visitas, expressam as manifestações dos vínculos afetivos e a manutenção da vida dos presos. Os bloqueios e a falta de diálogo com os familiares foram ampliados desde março de 2020 até agosto de 2021, porém após um mês dessa abertura, os diretores das instituições prisionais do Complexo criaram novas restrições de acesso baseados na propagação do vírus da covid-19, gerando uma insegurança sobre as visitas com o apoio operacional da Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização (SEAP). Assim, a partir do questionamento sobre como o contexto pandêmico tem influenciado na ampliação e manutenção de uma políticas de bloqueios e violações contra os familiares e seus assistidos nessa unidade prisional. Com o objetivo de observar, descrever e analisar as consequências das violações por trás de uma suposta segurança sanitária a partir da visão dos familiares.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482794_ARQUIVO_538430b10c2099b8f81252c68786d703.pdf

Apresentação Oral

Etnografia de um índice de pobreza multidimensional

Rogério Schmidt Campos

Em 2011, poucos meses após o início do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) foi lançado com a promessa de erradicar a pobreza extrema no país até o ano de 2014. O Plano foi desenhado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e gerido pela recém criada Secretaria Extraordinária de Combate à Extrema Pobreza (SESEP/MDS). Concomitante à implementação do BSM, em 2011 um grupo de técnicos governamentais incitava o debate para a implementação de um índice de pobreza multidimensional brasileiro. Os índices de pobreza multidimensionais são representações numéricas sobre uma parcela da população, em sua maioria calculadas a partir da média de dimensões relacionadas à pobreza, não necessariamente agregando dimensões de renda ou consumo, mas priorizando acessos à serviços estatais como saúde, educação, bem como abarcando outras dimensões mais subjetivas e relacionadas a padrões de vida. A dificuldade da sua implementação deriva da complexidade em definir o conceito de pobreza agenciado entre seus idealizadores e as dimensões que dizem respeito a essa definição. Este

trabalho versa sobre a tecelagem de um índice brasileiro de pobreza multidimensional. Um indicador social inacabado e em constante disputa por tratar de um dos temas de maior apelo político para governos nacionais, qual seja, o delineamento de uma parcela da população em situação de pobreza. Um índice aparentemente simples em conceito e forma, mas possivelmente revelador de uma complexa malha tecida por sujeitos e documentos em suas ideias conceituais. Uma representação que pretende sintetizar formas de vida, ao passo que aparenta produzir sua escassez. Pretendo refletir sobre esse processo, entendendo o índice como uma tecnologia de governo, por meio da compreensão das técnicas de cálculo, aspectos morais e associações sociotécnicas envolvidas entre esses sujeitos e seus conhecimentos, os documentos que produzem, e linguagem que os diferencia na produção dessa diferença. De que maneira os sujeitos traduzem os aspectos morais compartilhados sobre uma alteridade - pobreza - em fórmulas e medições dentro de uma linguagem especializada que produz uma divisão social entre pobres e não-pobres? Como essa linguagem se movimenta conforme o contexto político-econômico das gestões que articulam e produzem essas discussões? Quais conhecimentos e percursos técnicos são necessários e disseminados entre esses sujeitos? Quais as moralidades envolvidas nessas técnicas? Quais efeitos esse processo produz? A partir dessas inquietações apresento minha versão sobre o desenho de um indicador em disputa, apesar da sua interrupção.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475466_ARQUIVO_1bf47d0acb9c65b6b804602f0f22f104.pdf

GT28: Corpo, reprodução e moralidades: disputas de direitos e resistência à onda conservadora

O país está sob impacto do avanço do conservadorismo no Estado e na sociedade. O discurso da defesa da família, restrita a um único modelo, é associado à defesa de certas liberdades individuais, como a de crença religiosa, ou de recusa à vacinação, ao mesmo tempo que desmonta políticas públicas voltadas para o segmento LGBT, inclui o país no acordo de Genebra para restringir o acesso a direitos reprodutivos, além de limitar o debate público sobre questões referentes a gênero e sexualidade, englobado na categoria de acusação "ideologia de gênero". Agentes religiosos envolvidos no aparelho de Estado e no Legislativo têm mobilizado essa discussão, além de empreendedores morais, especialmente do campo religioso, buscando influir na opinião pública e nas políticas de governo. O valor da liberdade individual é acionado de formas distintas, para defender o direito da liberdade religiosa a fim de impor posições LGBTfóbicas e contra os direitos das mulheres, alegando a defesa da família. Nosso GT pretende debater esse cenário complexo acolhendo trabalhos que problematizam as articulações

entre diferentes moralidades, discursos religiosos e pânicos morais. Aborto, reprodução assistida, adoção por casais de mesmo sexo, transgeneridade, reconhecimento do nome social, parto humanizado, são algumas questões de interesse. O objetivo é lançar luz sobre percepções de sexo, gênero e família, sustentados no interior de tais tensões e impactos no acesso a direitos e às políticas públicas.

Palavras chave: Reprodução; religião; moralidades

Rozeli Porto, Naara Luna

Apresentação Oral

Por uma "cultura da paz nas maternidades": disputas entre a legitimação e a supressão do termo violência obstétrica.

Ariene Almeida Gomes

Em 2019, o Ministério da Saúde proibiu o uso da expressão violência obstétrica em seus documentos e ações, e desde então vem reiterando seu posicionamento contrário ao uso, buscando promover uma "cultura da paz nas maternidades" (Ministério da Saúde, 2022). Em contrapartida, o termo é cada vez mais abordado em discussões em mídias sociais por mulheres, ativistas da humanização do parto e profissionais da área da saúde. Considerando isso, neste trabalho apresento observações a respeito de disputas e tensões no campo obstétrico em torno do debate -ou da recusa do mesmo por determinados setores - sobre violência obstétrica. A metodologia utilizada tem como referência o uso de pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; e de pesquisa netnográfica, analisando-se mídias sociais de adeptos do movimento pelo parto humanizado, e apresentando-se matérias jornalísticas com a cobertura do cenário obstétrico brasileiro. Os discursos apresentados por categorias profissionais e adeptos da humanização do parto mobilizam noções de corpo; natureza e cultura; tradição e ciência; e critérios de classificação de pessoas, hierarquias e assimetrias de poder, como relações raciais e de classe social. Esses discursos apontam diferentes modos de pensar a gestação, o parto e a maternidade, assim como os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, estruturando o modelo de assistência obstétrica brasileira e o problema da violência obstétrica. Palavras-chave: violência obstétrica; parto humanizado; direitos sexuais e reprodutivos

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661464174_ARQUIVO_8c1eb488bc59cc869984b189e4a5dc43.pdf

Apresentação Oral

Maternidade como experiência do cuidado: vivência das mães de crianças com microcefalia diante da pandemia de COVID-19

Fernanda Gabriele de Moura, Rozeli Porto

Nos últimos cinco anos, o Brasil enfrentou duas crises sanitárias de grande proporção que afetaram diretamente as mulheres e trouxeram discussões acerca dos paradigmas em torno do conceito de cuidado. As ações políticas de enfrentamento à epidemia do Zika Vírus, que atingiu principalmente o Nordeste Brasileiro, e a pandemia de coronavírus são fenômenos que, relacionados principalmente às desigualdades socioeconômicas, invisibilizam as políticas públicas favoráveis aos direitos reprodutivos e sociais que as mulheres alcançaram ao longo dos anos. Nessa pesquisa, buscamos acompanhar os itinerários de cuidado das mães de crianças com microcefalia que foram atingidas pelo vírus Zika no estado do Rio Grande do Norte, compreendendo suas articulações durante a pandemia de Covid-19. A pesquisa está sendo construída de maneira remota através da realização de entrevistas e da observação-participante pelos aplicativos do Instagram e Whatsapp. Com base nas reflexões de Denise Pimenta (2020) que relata a figura da mulher como o elo responsável pela articulação das mais diversas formas de cuidado, é consolidada a visão da pandemia enquanto coisa de mulher. Essa ligação do cuidado com a doença que se expande pelo contágio do vírus por todo o país evidencia as narrativas de cuidado focadas na mulher e nos duplos/triplos papéis sociais que adquirem em situações emergenciais e de vulnerabilidade. Palavras-chave: Zika vírus, Cuidado, Gênero, Covid-19.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661517437_ARQUIVO_ed51295fed1021adcaa8389d4cc83elf.docx

Apresentação Oral

"Trans de direita"?: moralidade, acusação e política na trajetória de uma mulher trans do interior de Minas Gerais

Jinx Vilhas

Há uma expectativa geral, especialmente por parte de pessoas que se declaram "de esquerda", de que pessoas LGBT tenham suas pautas identificadas com a esquerda, ou, ainda, que sua atuação política e posicionamento sejam alinhados com a esquerda. Isso se deve, em partes, em virtude da aproximação histórica dos movimentos LGBT a esse espectro político, ainda que essa aproximação tenha se dado de forma conflituosa desde o princípio. Neste trabalho, pretendo abordar o fenômeno da acusação no embate político público, especialmente quando direcionada às pessoas LGBT que não correspondem a uma imagem pública ideal. Partindo de uma etnografia do caso de uma mulher trans do interior de Minas Gerais, ex-vereadora, que se declara como uma pessoa "de direita" e "conservadora", analiso o fenômeno da

utilização de categorias de acusação moral direcionadas a ela por pessoas autodeclaradas de esquerda. Levo em conta, ainda, a maneira com que a forma dela se apresentar politicamente se insere nesse mesmo fenômeno. Apesar de compreender esse fenômeno acusatório a partir do seu direcionamento a uma mulher trans "de direita", defendo que esse jogo de acusações ocorre de maneira recíproca e independe de posição política. Dito de outro modo, tanto pessoas autodeclaradas de esquerda quanto pessoas autodeclaradas de direita ou de outras posições no espectro político tomam parte nele, e a amplitude do fenômeno transcende as categorias de acusação política, se estendendo às formas de acusação mais diversas e que envolvem desde relações de dominação/subordinação, até condições de saúde mental e moralidade sexual. Não se trata, aqui, de operar uma (re)moralização sobre os processos de acusação, apontando-os de forma valorativa e definindo se constituem uma conduta negativa ou positiva, mas de compreender as especificidades e a relevância desse fenômeno a partir do caso estudado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661474492_ARQUIVO_aa7cd291d06446eb5de70e620a939c5a.pdf

Apresentação Oral

Governabilidades conservadoras e as questões de gênero

Keo Silva

Na última década, as cruzadas anti-gênero avançam nos contextos políticos na América Latina. Tal movimento ganha espaço de modo global, percebemos as interferências do conservadorismo no desenvolvimento dos estudos de antropologia, gênero e sexualidade na Hungria, por exemplo. No tocante a tais disputas, os embates chegam a tomar conta do espaço visual de grandes cidades, como em Paris. No Brasil, essas questões ganharam maior evidência nas disputas educacionais desde 2014. Atualmente, o PL 2578/2020 e o PL 5248/2020 correm na câmara dos deputados provocando mais embates. Nos EUA, o debate ganha notoriedade, após o projeto de lei chamado por ativistas da comunidade LGBTQIA+ de "Don't Say Gay". No Uruguai em 2019 reabriu-se o projeto de lei que visa o controle de conteúdo sobre gênero e sexualidade na educação. Observamos, portanto, temas correlatos entre conservadorismo e discursos específicos sobre família e infância. Assim, nos interessa entender quais são, como se organizam e onde tem se localizado tais disputas e suas correlações com os cenários políticos e de governabilidade nos contextos atuais e como isso interfere diretamente no debate público em relação a noções como gênero, corpo, sexualidade, parentesco, infância.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482131_ARQUIVO_65ef2410abb133a36179391ead1a4ae5.pdf

Apresentação Oral

Os nossos corpos dissidentes e o silêncio "santo" do púlpito da igreja Assembleia de Deus

Thaís de Oliveira Costa

Este texto é parte da minha pesquisa de mestrado e centra-se nas discussões referentes à liderança de mulheres na igreja evangélica Assembleia de Deus. A instituição, fundada em 1911, em Belém do Pará e que atualmente está presente em todos os estados brasileiros, reserva às mulheres papéis colaborativos não permitindo que estas ascendam na hierarquia eclesiástica. Esse fator endossa a postura androcêntrica da igreja que, em seus 110 anos de fundação, nunca consagrou mulheres aos cargos de liderança eclesiástica, mesmo tendo uma mulher como pioneira e um público de maioria feminina. Buscando desenvolver uma escrevivência, como propõe Conceição Evaristo, delimitou-se como campo de pesquisa etnográfica a comunidade cristã da qual fui membra por doze anos, cuja sede fica em Boa Esperança, na zona rural do município de Santarém, no Oeste do Pará. Mais especificamente, o trabalho desenvolve-se por meio do diálogo com integrantes do círculo de oração, composto pelas mulheres casadas da igreja, e os "achados etnográficos" são analisados à luz do referencial teórico dos estudos de gênero e pentecostalismo na antropologia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481277_ARQUIVO_aaf98e91dce9ba80ed17a6ba55b31d8a.pdf

Apresentação Oral

MONOCULTURA DE NÚCLEOS FAMILIARES: entre corpos, formações, tradições e transgressões.

Thiago da Silva Santana

Esse artigo tem como objetivo debruçar-se sobre como o conceito de família tradicional imbricado nas relações sociais e institucionais do país, vem interferindo diretamente em decisões judiciais que buscam justapor e penalizar àqueles que não se enquadram nas estruturas de sua idealização, mas em outras concepções de família, impetrando assim um sistema de moralidade, tanto na esfera judicial, quanto na sociedade civil, que denomino de monocultura de núcleos familiares. Assim, o Estado impõe a essas famílias, um status de uma "não-família", sendo essas simbolicamente colocadas numa categoria inferior (uma subcategoria), o que facilita as instituições a, juridicamente, desconstituir as diversas

configurações familiares, uma vez que, esses tipos de família são àquelas onde se pode modificar, retirar, apagar e destruir os indivíduos; em consequência do desvio que elas fizeram do conceito colonial que o conservadorismo brasileiro adotou: a família de bem, a qual irão fazer de tudo em sua defesa. Destarte, neste artigo ainda busco repensar o conceito de tradicionalidade associado à família, como ele se perpetuou em nossa sociedade e como impera ainda em nossa realidade contemporânea atuando como excludente moral e religioso que, sobretudo, atingem os corpos negros, LGBTQIPA+, de comunidades tradicionais ou que transgridam as regras sociais impostas por eles. Por fim, esse artigo buscar analisar como raça, gênero e classe são decisivos para garantir que as famílias ocupem lugares hierárquicos de importância dentro de nossa sociedade que irá arbitrar sobre qual núcleo familiar pode ser considerado família. Palavras-chave: famílias; núcleos familiares; tradicional; conservadorismo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475134_ARQUIVO_601e98829bcc186c459ee7b88c513117.pdf

GT29: Deficiência e Antropologias: perspectivas críticas e contemporâneas

O tema da deficiência oferece uma perspectiva crítica, disruptiva e densa ao trabalho antropológico, da teoria à técnica, da ética à metodologia. O objetivo deste GT é reunir pesquisas, em andamento ou concluídas, que se dedicam à complexidade e multiplicidade da deficiência enquanto experiência e categoria, a partir de variadas abordagens que têm emergido na investigação antropológica e etnográfica: articulações entre deficiência, raça, etnia, gênero, sexualidade, classe, religião, geração, idade e nacionalidade; deficiência nos ativismos e movimentos sociais, em suas interfaces e relações com o Estado e as políticas públicas, as cidades, territorialidades e redes sociais; produções culturais e artísticas contra-hegemônicas; narrativas biográficas, narrativas de si e autoetnografias; analíticas e teorias dos Estudos da Deficiência, da Teoria Crip e outras vertentes associadas, como os estudos feministas e os estudos decoloniais; práticas, políticas e redes sociotécnicas de cuidado que mobilizam e ampliam o alcance das reflexões sobre "autonomia" e "(inter)independência"; pessoas com deficiência no mercado de trabalho e no campo educacional; articulações e desarticulações entre deficiência e saúde, com especial atenção aos debates sobre epidemias e pandemias; disputas de fronteira no campo da deficiência, como no caso dos autismos, surdez, cronicidades, dentre outros.

Palavras chave: Deficiência; Marcadores Sociais da Diferença; Antropologias

Pedro Lopes, Anahi Guedes de Mello

Apresentação Oral

Gêneses insurgentes: perspectivas antropológicas sobre deficiência física, vivacidades e volúpias nas noites curitibanas

Deiler Raphael Souza de Lima, Cláudia Liliane Viana, José Ricardo Pacheco

Este artigo decorre de uma etnografia realizada entre os meses de setembro de 2018 e março de 2019, delineada pelo acompanhamento de um rapaz com deficiência física em estabelecimentos de lazer noturnos, especificamente, três casas noturnas da cidade de Curitiba-PR. A priori, tendo como objetivo, compreender como se dá o usufruto de sua vida social, bem como, as relações de sociabilidades e entrelaçamentos que se estabelecem com e nesses ambientes. Em síntese, entende-se que esses estabelecimentos, denotam para uma circularidade assídua de seus frequentadores, de modo que, a permanência do interlocutor no local, reverbera uma intersecção entre o usufruto da vida social e as garantias e efetivações de Políticas Públicas que possibilitem a participação e contribuam para a inclusão de pessoas com deficiência em estabelecimentos de lazer públicos e privados, haja visto, que o Direito Social ao Lazer está salvaguardado sob a égide dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o que se almeja, ainda que, de maneira sucinta, é a construção de uma política emancipatória e/ou uma "Cultura dos Direitos Humanos" efetiva, que para além do diálogo intercultural, seja entre sociedades distintas ou em sua própria, não avenge para Universalismos a priori, mas que, garanta a existência da multiplicidade humana, o que inclui, as subjetividades e intersubjetividades de seus constituintes. Por sua vez, no que se refere as pessoas com deficiências corresponde as guias para experenciação de suas corporeidades com os ambientes, isto é, a postulação do direito de ser diferente, o que corrobora para avultar as potencialidades humanas, em suas profusas formas de Ser/Estar e Habitar o mundo. Palavras-chave: Deficiência física; Lazer; Direitos Humanos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661435160_ARQUIVO_e2d9f6d57617e465707bd3f8a2bceddb.pdf

Apresentação Oral

A prática de escanteamento de corpos: dos interesses de mercado ao capacitismo estrutural

Gabriel Lima Simões

Este estudo é parte de um conjunto de reflexões sobre minha própria história enquanto uma pessoa que nasceu com uma deficiência física no sertão da Bahia e hoje vive no Rio de Janeiro trabalhando como profissional do SUS e com um título de doutorado. Esse olhar para o

espelho me faz recordar os tantos desafios que me foram impostos pelas forças repressoras que formulam o conceito de normalidade e escanteiam todos os corpos que não se assemelham aos padrões estabelecidos. Os atravessamentos que moldaram aquele menino que já na adolescência se envolvia em debates sobre políticas públicas para a juventude foram fundamentais para constituir o adulto que hoje se dedica a trabalhar e pesquisar o modo como a vida dos moradores de favelas é também atravessada por produções subjetivas que se pautam em políticas racistas, violentas e segregadoras. Hoje compreendo que a minha indignação com as diversas formas de preconceito e subjetivação está associada à minha experiência de ter estado sempre em um lugar de estranhamento e de anormalidade, por possuir forma física diferente do padrão. Pouco se discute o modo como a lógica capitalista-produtivista determina quais corpos devem ser considerados saudáveis a partir do nível de eficiência que esses corpos apresentam no atendimento às demandas de mercado. Nesse universo, os corpos desejáveis passam a ser os corpos mecanicamente mais adaptáveis e com melhores resultados diante de certas funções que lhes são atribuídas. Corpos que destoam desse perfil estético, como o das pessoas com alguma deficiência, são automaticamente classificados como corpos limitados, ineficientes ou incapazes. Tal como no termo jurídico da "inversão do ônus da prova", cabe à pessoa com deficiência provar suas capacidades para ir conquistando um lugar de aceitação entre as pessoas padronizadas como "normais". A divisão da população entre normais e anormais sempre fez parte das políticas de governo, ou mesmo de Estado, e tem se intensificado com o avançar das práticas neoliberais. As próprias políticas de saúde, assistência social, previdência e educação tendem a instituir medidas de proteção que operam por mecânicas de segregação, como no caso do dilema entre manter alunos com deficiência na mesma turma dos alunos considerados normais ou apartá-los em escolas e turmas exclusivas. Trata-se de um conjunto de políticas pautadas na norma como parâmetro para definir o incapaz e, nessa perspectiva, aceitar a sua participação como uma concessão. O tema da inclusão não pode, contudo, se resumir à mera "permissão" para que estas pessoas frequentem o mesmo ambiente que as demais. É essa produção subjetiva de categorias de normalidade que torna estrutural a prática do capacitismo e o conseqüente escanteamento de corpos ditos anormais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661284161_ARQUIVO_ba546d65f9e8a9130d99a9f749696257.pdf

Apresentação Oral

A Relação das Mulheres com Deficiência Intelectual com o Centro Helena Holanda

Iêda Maria Cordeiro Moura

A proposta desse artigo é tecer algumas considerações das observações preliminares em relação a minha pesquisa do mestrado em Antropologia que se encontra em andamento. A pesquisa busca compreender como a sexualidade da mulher com deficiência intelectual é apreendida por elas, por seus pais e ou responsáveis e serão utilizadas as seguintes técnicas: observação participante, entrevistas e grupos focais. No momento tenho acompanhado o universo de seis mulheres adultas com deficiência intelectual; posteriormente pretendo entrevistar seus pais ou responsáveis. As minhas interlocutoras são mulheres adultas com deficiência intelectual, que freqüentam o Centro Helena Holanda, uma ONG que atende Pessoas com Deficiência (PcD) através da dança, música, atendimento clínico com equipe multiprofissional e oficinas, situada no Bairro Pedro Gondim na Cidade de João Pessoa - PB. Estas mulheres frequentam a instituição há alguns anos o que possibilita algumas informações já serem conhecidas. Neste trabalho pretendo tecer uma discussão que terá como fio condutor, o que as mulheres que frequentam a Instituição relatam para continuarem frequentando a instituição, também me interessa ouvir as motivações dos familiares. São questionamentos que me chegam através das observações do cotidiano da instituição e que me parecem de extrema relevância para conhecermos o significado e a importância da Instituição para estas mulheres e também para seus pais e ou responsáveis. Palavras chave: Deficiência, Mulher, Instituição.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661470174_ARQUIVO_59d097a13af7cb158f49923f3ae39a21.pdf

GT30: Desenvolvimento, Etnicidade e Mega Empreendimentos na Amazônia e no Cerrado

Este GT visa aprofundar conhecimentos e analisar os discursos sobre desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. Focalizar tanto as políticas públicas, quanto os resultados da interação entre os agentes dessa intervenção. E, ainda analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. A proposta é dá ênfase aos fundamentos políticos e antropológicos das interpretações, debatendo de que maneira os processos políticos e sociais caracterizados como atos e ações de intervenção, aprofundando as questões relacionadas a defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e outros agentes sociais, frente as situações político-sociais da atualidade. Destacando, no caso dos mega projetos, que um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de

interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades. De forma interdisciplinar, pretende-se análise dos procedimentos de intervenção como atos de poder.

Palavras chave: Povos e comunidades tradicionais, Conflito sociais, território

Claudina Maximiano, Patrícia Portela Nunes

Apresentação Oral

Fronteiras étnicas e territorialidades: por uma genealogia do extrativismo pesqueiro

Amanda Nascimento Gaspar

O presente trabalho procura expor de forma reflexiva os resultados de pesquisa acerca dos agentes sociais designados extrativistas, com foco no extrativismo pesqueiro. Para tanto foi realizada uma etnografia documental, de forma a contemplar uma arqueologia dos saberes junto a genealogia a partir de Foucault. Com foco no debate sobre a construção de regímenes de verdades, poder e atos de Estado. O campo dos saberes passou a constituir um tema central na análise das questões ligadas expressão oral dessa cultura. Imersa em uma conjuntura ligada as políticas direcionadas ao desenvolvimento socioambiental que incidem na temática ambiental que contempla as áreas protegidas no Brasil. Palavras-chave: extrativismos; política ambiental; Estado;

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661448781_ARQUIVO_cd49c911507c3df2806c9d2f010226ea.pdf

Apresentação Oral

Conflitos sociais, desmatamento e cercamento em comunidades quilombolas de Anajatuba-MA.

Elieyd Sousa de Menezes, Emmanuel Farias Júnior, Tomas Paoliello Pacheco de Oliveira, Maria Heloísa Alves Crispim Ci, Maryane Monroe Martins

"Tá tudo cercado, o cara pra atravessar o arame tem que se curvar", assim inicia a fala de uma liderança quilombola do município de Anajatuba-MA sobre o seu território que foi cercado, desmatado e devastado por ações de projetos de desenvolvimento do Estado como o linhão e grilagens de terra por fazendeiros. Objetiva-se nesta proposta identificar os conflitos sociais que atingem as comunidades quilombolas neste município e analisar de que forma tais conflitos trazem prejuízos à vida das comunidades, tanto nas questões físicas, quanto nas

questões culturais e sociais. Foram realizadas três oficinas de mapas com as lideranças das 27 comunidades quilombolas de Anajatuba entre 2021 e 2022, da qual os agentes sociais construíram croquis representando seus territórios e os conflitos presentes nele, assim também depuseram sobre essas situações sociais de conflito e formas de resistências nesse contexto. Com o aumento dos cercamentos e usurpações de seus territórios, estas comunidades tem suas formas de vidas tradicionais inviabilizadas, assim como sua integridade física, visto que as ameaças de morte se fazem presente no cotidiano destas comunidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661491934_ARQUIVO_9d388f525b6252f131ca3f568ede6baa.pdf

Apresentação Oral

Resistência indígena e extrativista frente ao processo de apropriação de territórios na bacia hidrográfica do Ituxi na Amazônia ocidental

Marcelo Horta Messias Franco

No presente trabalho a proposta é analisar os desafios colocados aos povos indígenas e às populações tradicionais do município de Lábrea, especificamente as populações residentes e usuárias do rio Ituxi e seus afluentes, frente ao avanço de empreendimentos de infraestrutura capitalista sobre os seus territórios. O estudo está focado na ameaça posta pela construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos rios Endimari e Ituxi, trazendo impactos irreversíveis ao meio ambiente e à reprodução física e cultural dessas populações. Como metodologia de análise para o desenvolvimento desse estudo etnográfico em diálogo estreito com a Geografia, privilegiaremos as entrevistas com moradores, além da análise documental, bem como técnicas de mapeamento participativo. Lábrea é o 10º município em extensão territorial do Brasil (IBGE, 2020). São quase 70 mil km² dentro do qual se expressam as contradições inerentes ao seu processo de instalação como ente político e administrativo dentro do estado nacional, e a um processo de expansão do capital chegando com mais força a partir da segunda metade do século XIX com a consolidação da ocupação seringalista (GALVÃO, 2012). Violência e autoritarismo certamente são as marcas desses tempos e os territórios dos povos indígenas assim como das populações extrativistas foram reconhecidos pelo Estado apenas duas décadas depois da promulgação da constituição de 1988, carta promulgada no âmbito de intenso processo de participação social que finalmente reconheceu tais direitos e garantiu com clareza a proteção do Meio Ambiente. O rio Ituxi é um dos principais afluentes do rio Purus, em cuja margem se sedia a cidade de Lábrea. É um curso de água de coloração escura que corta o território municipal desde a sua porção central, nascendo desde a sua parte sul. Suas cabeceiras, assim como as nascentes dos seus afluentes, os rios

Punicici, Curequetê e Siriquiqui, se localizam em áreas rochosas e mais elevadas, formando cachoeiras, áreas bastante cobiçadas por empreendimentos energéticos e minerários.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660913229_ARQUIVO_50551213edbb674f63f0407212308a86.pdf

GT31: Diálogos antropológicos com o fazer científico, literário, artístico ameríndio

A proposta do GT busca dialogar com a ciência, a literatura, o cinema e a arte ameríndia com o intuito de compreender sua repercussão no fazer antropológico. No contexto atual, em que o saber acadêmico continua (re)produzindo determinado modelo de escrita, vemos o surgimento de escritores indígenas, que sugerem, ao mesmo tempo em que elaboram suas reflexões num estilo mais técnico, que o debate científico deve incorporar filmes, música e arte (de autores) indígenas, que são motivados a partir de sua herança sociocultural, situada na oralidade. Esta via de mão dupla reafirma a importância de análises já realizadas na disciplina, nas quais linguagens não escritas constituem o próprio potencial da produção antropológica (ver Gallois & Carelli 1992; Ingold, 2015). Interessa-nos reunir trabalhos que permitam refletir sobre estas manifestações e produções indígenas, seja demonstrando suas interações e inserções no contexto universitário, especialmente no que se refere a participação e/ou elaboração de processos seletivos, projetos didáticos, publicações, entre outras práticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, seja extrapolando os muros da universidade, considerando diversas expressões contemporâneas em cybercultura, nas pinturas de murais nas cidades, nas instalações e manifestações artísticas em eventos, bienais, feiras, shows de música, que adquirem cada vez mais relevância em âmbito nacional e internacional.

Palavras chave: etnologia; intelectuais; saberes.

Alexandre Aquino, Diego Soares

Apresentação Oral

A beleza Mebêngôkre n(d)os Filmes da Aldeia A'Ukre

Amilton Rosa de Lima

A troca envolvendo artefatos faz parte do contato entre brancos e ameríndios desde seu início. Materiais de agricultura, de pesca, utensílios de cozinha, eletrodomésticos, assim como os equipamentos audiovisuais. A possibilidade do registro, seja como documento histórico para salvaguardar memórias, ou distribuir entre os outros grupos imagens de seus costumes, seja

como documento político, como prova sobre promessas feitas para pressionar autoridades, atesta suas potencialidades para utilização. Desse interesse foi-se consolidando uma vasta produção cinematográfica indígena e esse trabalho busca explorar esse fazer cinema, focando a produção da aldeia mebêngôkre A"Ukre, atentando, ainda, para os agentes que participam dessa construção e de sua transformação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480827_ARQUIVO_22e1e15d4ecc1374a483751bf5548938.pdf

Apresentação Oral

O processo de demarcar a escrita, a antropologia e a universidade a partir das existências coletivas de mulheres Karipuna

Ana Manoela Primo dos Santos Soares

Esta proposta de comunicação é realizada por uma indígena do povo Karipuna do Amapá, que realiza pesquisas em antropologia com um grupo de "indígenas mulheres" de seu povo origem. Estas pesquisas passam por relações que envolvem gênero, geração, parentesco, ritual, território, oralidade, memória, escrita e desenhos. Este grupo de mulheres com quem realizo as pesquisas são "parentas" muito próximas, pesquiso com minha mãe, minhas tias maternas e com a memória de minha avó. Enquanto as primeiras ainda estão vivas, esta última já se ancestralizou e foi morar em um "mundo invisível, o mundo dos karuãna". Todas estas mulheres são originárias da aldeia Santa Isabel, na Terra Indígena Uaçá (Oiapoque - Amapá). Nesta comunicação pretendo explicar como são os processos para a realização destas pesquisas, que já envolveram a realização de apresentações, artigos, tcc, dissertação, fotografias e desenhos. Busco responder como as histórias e conhecimentos das mulheres Karipuna de minha família formam a tecitura e a materialização destas pesquisas? Quais são seus sentimentos com relação a estes estudos e quais são os meus sentimentos para com as pesquisas e estas parentas? Quais são os retornos que já foram realizados e quais os possíveis retornos que ainda podem ocorrer com relação a estes estudos para nossas comunidades? Como ocorrem as escolhas das oralidades, memórias e bibliografias que compõem as pesquisas? Quais são os afetos, as afinidades, as dessemelhanças, as tensões e as disputas para realização de pesquisas com "indígenas mulheres" dentro dos territórios de nosso povo e dentro dos territórios acadêmicos? Pois nas universidades se existem aliados, alianças, mundos e territórios indígenas, também existem teorias, narrativas e territórios que estão em disputas. Além do racismo e violências que as universidades também podem produzir e reproduzir com relação aos povos originários. Este é um caminhar pelos anos de pesquisa que já realizei. É uma reflexão de como estou trazendo para a universidade as existências de mulheres que me formam como parenta e mulher Karipuna, mas também como trago a minha

própria existência, pois somos coletividade, somos mulheres povo. Porém, compreendendo que as pesquisas também são um meio que me tece como Karipuna, pois a partir do que as mulheres foram me narrando e realizando para as pesquisas, também fui me apropriado das histórias, filosofias, ciências, antropologias e artes Karipuna. Neste território de pesquisa parto de minhas próprias experiências com o que vem dos "corpos-territórios" das mulheres de minha família e como vamos demarcando a universidade com nossas existências ancestrais e coletivas. Palavras-chaves: Karipuna do Amapá; Indígenas Mulheres; Demarcar a universidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661450703_ARQUIVO_319b517ea5357c3c5b20413e0cf11d17.pdf

Apresentação Oral

Onde começa o parentesco Mbyá-guarani? Notas sobre Ayvu Rapyta e os parentes fundadores

Kauana Maria Santos Neves

León Cadogan, reconhecido pesquisador paraguaio, teve seu texto "Ayvu Rapyta" parcialmente publicado pela primeira vez em 1953. Esse trabalho é fruto de anos de convivência entre os Mbyá-guarani, os quais lhe confiaram suas sagradas narrativas de fundação do mundo, revelando parte principal de sua cosmologia. Tal narrativa possui problemáticas de tradução que aqui não serão abordadas³, entretanto, na sua versão traduzida para o espanhol, disponibilizada em 1959 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP) é possível identificar vários elementos que são ditos e realizados pelos Mbyá-guarani e expostos quando cruzam os caminhos dos etnógrafos. Os Mbyá-guarani contam com uma complexa cosmologia, onde revelam que este tempo, espaço e matéria que se vive, é apenas uma cópia imperfeita e perene de um mundo perfeito. Nesse patamar perfeito do cosmos, estão assentadas as fundações do mundo por Nhanderú Pa-pa Tenonde (Nosso Pai último-último primeiro), que se desdobra em outros deuses, estes que se desdobram em suas devidas criações, proporcionando aos Mbyá-guarani desta Terra o conhecimento da origem de todos os elementos que constituem suas vidas. Aqui, proponho fazer como bem ensinam os Mbyá-guarani, guata (caminhar) em companhia do leitor pelas palavras contidas nos primeiros capítulos de Ayvu Rapyta e junto da teoria de parentesco, identificar os elementos que se configuram neste patamar mítico que dá sentido e continuidade às famílias extensas⁴ que caminham na Terra. Importante destacar esse caminhar, que é um dos principais elementos da cosmologia e da práxis Mbyá-guarani (aqui diferencio ambos conceitos não por estarem em oposição, mas pela possibilidade de encontrar nesta práxis esse manifestar mítico), muitas vezes observado de maneira desatenta como relacionado apenas a

uma cosmologia falada/narrada. Entre os Mbyá-guarani essa narrativa acontece, ao passo que acontecem também o caminhar, o transformar-se, como condição de chegar-se um dia, quem sabe, a perfeição.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661465030_ARQUIVO_e6f98d8e272380ccf7eb520a3d4801c2.pdf

Apresentação Oral

Uma Antropologia Simétrica do Parto Indígena Amazônico: o caso das parteiras do Alto Rio Negro (AM)

Linda Luz

Apresento neste trabalho os delineamentos iniciais de uma pesquisa de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFU, tendo como objetivo realizar uma etnografia de técnicas manuais praticadas por parteiras indígenas das etnias Baré e Baniwa, na realização de partos tradicionais em comunidades da região do Alto Rio Negro (AM). Busca-se estabelecer uma relação entre as técnicas manuais associadas ao ato de "partejar" e os conceitos indígenas de corpo e pessoa, contrapondo essa perspectiva aos conceitos que orientam as práticas e técnicas de parto da biomedicina, conforme realizadas em clínicas e hospitais. A pesquisa visa produzir um registro etnográfico dessas técnicas e saberes das parteiras indígenas, contribuindo para a salvaguarda deste importante patrimônio imaterial. Em diálogo com a etnologia ameríndia, a Teoria Ator-Rede e a antropologia simétrica, busco apresentar o arcabouço teórico-metodológico da pesquisa a partir de um diálogo com autores como Tim Ingold, Viveiros de Castro e Márcio Goldman (entre outros), buscando uma aproximação com os conceitos e o pensamento ameríndio. Tendo em vista que essas práticas de parto ocorrem associadas ao uso de outras substâncias - como plantas medicinais, alimentos específicos e defumação, por exemplo - intento analisar como o toque e a esfregação de determinadas regiões do corpo se relacionam com o agenciamento de outras forças e energias que podem promover um "bom parto", tendo como finalidade refletir sobre a relação entre humanos e não-humanos e a configuração sociopolítica da agência terapêutica em contextos etnológicos específicos. Ao final, trataremos de delinear os contornos iniciais de um estudo comparativo mais amplo sobre as técnicas de parto entre os povos indígenas amazônicos e as possibilidades de diálogo com outras práticas alternativas de fisioterapia obstétrica, incluindo uma reflexão sobre as possibilidades de traduções interculturais envolvendo a promoção do que tem se denominado de "parto humanizado".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661441180_ARQUIVO_b7d08656f05298c95016a80ca83a80eb.pdf

Apresentação Oral

Cerâmica Wauja: arte e eficácia estética no Museu do Índio da UFU

Mariana Elisa Gonçalves

O estudo que originou este artigo foi realizado com o objetivo de compreender a prática ceramista milenar do grupo indígena denominado Wauja e relatar as experiências vividas em exposição etnográfica realizada no Museu do Índio da Universidade Federal de Uberlândia em 2019. Este artigo traz reflexões sobre a cosmologia Wauja e sua relação com a arte ceramista, a vida social e ritual deste grupo. Conduz a pensar também sobre a história do colecionamento de artefatos indígenas em museus e a potência agentiva desses objetos no contexto da promoção das práticas de ações educativas e mediações de público. Por fim, oferece argumentação sobre a importância da integração entre povos indígenas e museus etnográficos para o fortalecimento do protagonismo dos artistas indígenas nas instituições museais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661882530_ARQUIVO_4b752fcbfe37e5d8892e407fbcf8cb08.pdf

GT32: Diálogos entre Antropologia e Educação: Perspectivas sobre a Formação de Professores em debate.

Desde o século passado, a educação latino-americana vive intenso conflito: por um lado, sistemas nacionais educacionais cresceram e ampliaram sua cobertura, incluindo parcelas da população historicamente sem acesso às instituições escolares; por outro, sistemas intensificaram sua tendência à discriminação, reproduzindo persistentes formas de segregação que marcaram seu desenvolvimento. Dentre os desafios, destacamos a existência de dilemas de natureza filosófica, teórica e metodológica nas políticas educacionais, sobretudo naquelas voltadas para a formação e o trabalho docente em realidades estruturadas pelas mais diversas alteridades. A proposta deste GT objetiva acolher e debater pesquisas comparadas e /ou etnográficas, preferencialmente, que abordem como a interface Antropologia e Educação se constituem nos diálogos de conhecimentos interdisciplinares presentes em projetos políticos/pedagógicos de formação de professores para a educação básica. Algumas indagações nos parecem importantes para este debate: a compreensão teórico-metodológica da cultura está presente nessa formação? Como isto se evidencia? Que referências embasam essa conversa? Intuímos que tais estudos possam servir de solo empírico e teórico para ampliar a interpretação sobre os processos de educação escolar e contribuir para a qualificação do trabalho dos

professores, além de trazer elementos que aprofundem a sensibilidade pedagógica da antropologia e o campo educacional.

Palavras chave: Antropologia; Educação; Formação e Trabalho docente.

Sandra Pereira Tosta, Tatiana Cipiniuk

Apresentação Oral

Antropologia, educação para às relações e valores civilizatórios ancestrais afro-brasileiros e indígenas na formação docente

Fátima Regina A. de Freitas

Os movimentos indígenas e negros têm transformado a sociedade brasileira, segundo a antropóloga Nilma Lino Gomes e o educador Daniel Munduruku, estes movimentos exercem um caráter educativo. Uma das formas de educar é a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros e indígenas, sistematizados por Azoilda Trindade e Gersem Luciano Baniwa. Estes princípios, quando levados para as escolas, podem contribuir para a educação das relações étnico-raciais (ERER), assim como na implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que criaram a obrigatoriedade do ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena no país, em busca da promoção da educação antirracista e que foque em descolonizar/contracolonizar o currículo escolar. Entre os desafios encontrados para que essa visão se concretize estão: a ausência do debate sobre ERER na formação inicial e continuada; e a falta de conhecimento sobre materiais didáticos e paradidáticos para subsidiar estes debates nas escolas. Ensinar/aprender estes valores/saberes é um dever da/os professora/es, que buscam a construção de uma sociedade justa e democrática, na qual se valorize todas as identidades étnico-raciais. É também um direito de todas as crianças, independente de seu pertencimento, e como antropóloga e pedagoga acredito que os diálogos que desenvolvemos são fundamentais nestes processos. A partir do diálogo com intelectuais destes dois grupos, como Azoilda Trindade, Nilma Lino Gomes, Petronilha Silva, Daniel Munduruku, Edson Kayapó e Gersem Baniwa, construo uma reflexão sobre a formação continuada de docentes de educação básica, assentada nos saberes ancestrais indígenas e nos valores civilizatórios afro-brasileiros. Parto de alguns cursos de extensão que tenho realizado há alguns anos no Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro (Proafro), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO), instituição na qual atuo como professora, e oferecidos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661380358_ARQUIVO_7472f2845d86ae16ddcbdb126b6bc5af.pdf

Apresentação Oral

Antropologia, educação para às relações e valores civilizatórios ancestrais afro-brasileiros e indígenas na formação docente

Fátima Regina A. de Freitas

Os movimentos indígenas e negros têm transformado a sociedade brasileira, segundo a antropóloga Nilma Lino Gomes e o educador Daniel Munduruku, estes movimentos exercem um caráter educativo. Uma das formas de educar é a partir dos valores civilizatórios afro-brasileiros e indígenas, sistematizados por Azoilda Trindade e Gersem Luciano Baniwa. Estes princípios, quando levados para as escolas, podem contribuir para a educação das relações étnico-raciais (ERER), assim como na implementação das Leis Federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que criaram a obrigatoriedade do ensino de cultura e história afro-brasileira e indígena no país, em busca da promoção da educação antirracista e que foque em descolonizar/contracolonizar o currículo escolar. Entre os desafios encontrados para que essa visão se concretize estão: a ausência do debate sobre ERER na formação inicial e continuada; e a falta de conhecimento sobre materiais didáticos e paradidáticos para subsidiar estes debates nas escolas. Ensinar/aprender estes valores/saberes é um dever da/os professora/es, que buscam a construção de uma sociedade justa e democrática, na qual se valorize todas as identidades étnico-raciais. É também um direito de todas as crianças, independente de seu pertencimento, e como antropóloga e pedagoga acredito que os diálogos que desenvolvemos são fundamentais nestes processos. A partir do diálogo com intelectuais destes dois grupos, como Azoilda Trindade, Nilma Lino Gomes, Petronilha Silva, Daniel Munduruku, Edson Kayapó e Gersem Baniwa, construo uma reflexão sobre a formação continuada de docentes de educação básica, assentada nos saberes ancestrais indígenas e nos valores civilizatórios afro-brasileiros. Parto de alguns cursos de extensão que tenho realizado há alguns anos no Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro (Proafro), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO), instituição na qual atuo como professora, e oferecidos em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661380358_ARQUIVO_7472f2845d86ae16ddcbdb126b6bc5af.pdf

Apresentação Oral

Arte-Educação e Diversidade Cultural na Formação de Professores

Gilmar Rocha

O texto apresenta o projeto de extensão "Artes, Diversidade Cultural e Educação", desenvolvido desde 2019, e, remodelado atualmente em razão da pandemia do COVID 19. Trata-se de projeto de extensão, desenvolvido como disciplina optativa, voltado para a

formação continuada de educadores(as) das redes municipais de Rio das Ostras e de Macaé/RJ, e que conta com a participação dos discentes do curso de Produção Cultural de Rio das Ostras, da Universidade Federal Fluminense. A combinação de discentes da graduação e docentes da rede de ensino municipal têm possibilitado a pesquisa e o desenvolvimento de produtos digitais de apoio didático com ênfase em aspectos voltados à diversidade cultural tendo as artes e a educação como meios de promover a reflexão dos envolvidos na ação. Experiencia essa que tem auxiliado na reflexão sobre a creditação da extensão no currículo da graduação da Produção Cultural.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1652840223_ARQUIVO_25208c58a4919c6c99a46802e95fecca.pdf

Apresentação Oral

Arte-Educação e Diversidade Cultural na Formação de Professores

Gilmar Rocha

O texto apresenta o projeto de extensão "Artes, Diversidade Cultural e Educação", desenvolvido desde 2019, e, remodelado atualmente em razão da pandemia do COVID 19. Trata-se de projeto de extensão, desenvolvido como disciplina optativa, voltado para a formação continuada de educadores(as) das redes municipais de Rio das Ostras e de Macaé/RJ, e que conta com a participação dos discentes do curso de Produção Cultural de Rio das Ostras, da Universidade Federal Fluminense. A combinação de discentes da graduação e docentes da rede de ensino municipal têm possibilitado a pesquisa e o desenvolvimento de produtos digitais de apoio didático com ênfase em aspectos voltados à diversidade cultural tendo as artes e a educação como meios de promover a reflexão dos envolvidos na ação. Experiencia essa que tem auxiliado na reflexão sobre a creditação da extensão no currículo da graduação da Produção Cultural.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1652840223_ARQUIVO_25208c58a4919c6c99a46802e95fecca.pdf

Apresentação Oral

A Antropologia e a formação de professores/as indígenas em Pernambuco

MARIA DA PENHA DA SILVA, Vânia Fialho

O presente trabalho tem como objetivo situar a contribuição da Antropologia para a formação de professores/as indígenas como parte de um cenário mais amplo que inclui os debates sobre os processos de escolarização dos povos indígenas no Brasil. Nesse movimento constatou-se

a existência de ampla produção acadêmica a respeito do diálogo entre os campos da Antropologia e da Educação a partir da década de 1990. A educação dos povos indígenas como preocupação da antropologia brasileira teve início em estudos publicados no meado do século XX. Naquele período, o olhar antropológico voltado para essa parte da população brasileira procurava compreender "a cultura", e suas normas e formas de organizações, incluindo a educação das crianças e jovens. Nesse mesmo período registrava-se a publicação de um trabalho etnológico sobre aspectos da escolarização do povo Fulni-ô, habitantes no interior de Pernambuco. Foi na década de 1970 que os debates acerca da educação formal para os povos indígenas se avolumaram, sobretudo no que se refere à crítica à atuação de instituições missionárias evangélicas. Tais debates corroboraram a garantia do direito a uma educação escolar específica e diferenciada perante a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Nesse sentido, antropólogos/as atuaram diretamente na formulação e implementação de políticas públicas para a formação de professores/as indígenas, dentre essas está o PROLIND - O Programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, sob a responsabilidade do MEC. Nesse caso, em Pernambuco houve a participação e colaboração de antropólogos/as nas discussões sobre a organização do curso e também para ministrar aulas. Atualmente, o Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE conta com um estudo de doutorado sobre os protagonismos indígenas na educação superior, o qual identificou que anteriormente ao PROLIND essa população frequentava os cursos de Licenciaturas nas Autarquias municipais de formação de professores, um fenômeno que ainda ocorre. E também buscam os cursos de Licenciaturas nos Institutos Federais de Educação e Tecnologia - IFPE e IF/Sertão-PE. Palavras-chave: Povos indígenas; formação de professores; educação superior.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661466892_ARQUIVO_9e929222fa0c914f218518317f30c56d.pdf

Apresentação Oral

A Antropologia e a formação de professores/as indígenas em Pernambuco

MARIA DA PENHA DA SILVA, Vânia Fialho

O presente trabalho tem como objetivo situar a contribuição da Antropologia para a formação de professores/as indígenas como parte de um cenário mais amplo que inclui os debates sobre os processos de escolarização dos povos indígenas no Brasil. Nesse movimento constatou-se a existência de ampla produção acadêmica a respeito do diálogo entre os campos da Antropologia e da Educação a partir da década de 1990. A educação dos povos indígenas como preocupação da antropologia brasileira teve início em estudos publicados no meado do século XX. Naquele período, o olhar antropológico voltado para essa parte da população

brasileira procurava compreender "a cultura", e suas normas e formas de organizações, incluindo a educação das crianças e jovens. Nesse mesmo período registrava-se a publicação de um trabalho etnológico sobre aspectos da escolarização do povo Fulni-ô, habitantes no interior de Pernambuco. Foi na década de 1970 que os debates acerca da educação formal para os povos indígenas se avolumaram, sobretudo no que se refere à crítica à atuação de instituições missionárias evangélicas. Tais debates corroboraram a garantia do direito a uma educação escolar específica e diferenciada perante a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Nesse sentido, antropólogos/as atuaram diretamente na formulação e implementação de políticas públicas para a formação de professores/as indígenas, dentre essas está o PROLIND - O Programa de apoio à formação superior de professores que atuam em escolas indígenas de educação básica, sob a responsabilidade do MEC. Nesse caso, em Pernambuco houve a participação e colaboração de antropólogos/as nas discussões sobre a organização do curso e também para ministrar aulas. Atualmente, o Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFPE conta com um estudo de doutorado sobre os protagonismos indígenas na educação superior, o qual identificou que anteriormente ao PROLIND essa população frequentava os cursos de Licenciaturas nas Autarquias municipais de formação de professores, um fenômeno que ainda ocorre. E também buscam os cursos de Licenciaturas nos Institutos Federais de Educação e Tecnologia - IFPE e IF/Sertão-PE. Palavras-chave: Povos indígenas; formação de professores; educação superior.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661466892_ARQUIVO_9e929222fa0c914f218518317f30c56d.pdf

Apresentação Oral

Multiplicidade e reificação: reflexões antropológicas sobre escola e o trabalho docente

Samuel Douglas Farias Costa

As instituições escolares contemporâneas emergem em uma paradoxal relação de leituras e composições. Por um lado, a escola é fruto de um modelo ocidental de educação, caracterizada pela disciplina (FOUCAULT, 1985) e reificação (própria das lógicas de pensamentos das sociedades e instituições ocidentais, cf. WAGNER, 2014). Por outro, é atravessada por múltiplas diferenças, constituindo-se em uma das suas principais características contemporâneas (TOSTA, 2011; GUSMÃO, 2011, PEREIRA, 2017). Neste sentido, este texto propõe refletir sobre o trabalho docente na educação básica na intersecção com estas duas perspectivas. Ao mesmo tempo que professores e professoras estão imersos em diversas relações de alteridade no espaço escolar, também precisam lidar com normativas, documentos e burocracias que modelam formas restritas para o exercício de seus trabalhos. Para tal reflexão, serão feitos diálogos teóricos sobre antropologia e educação, diferença, burocracia

e docência, bem como mobilizarei as minhas próprias experiências como professor do ensino médio e pesquisador em antropologia. O efeito esperado é apontar para caminhos profícuos de reflexão antropológica sobre a escola e a docência.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661469598_ARQUIVO_62b6707a30b63168f8d25cc93be16c65.pdf

Apresentação Oral

Multiplicidade e reificação: reflexões antropológicas sobre escola e o trabalho docente

Samuel Douglas Farias Costa

As instituições escolares contemporâneas emergem em uma paradoxal relação de leituras e composições. Por um lado, a escola é fruto de um modelo ocidental de educação, caracterizada pela disciplina (FOUCAULT, 1985) e reificação (própria das lógicas de pensamentos das sociedades e instituições ocidentais, cf. WAGNER, 2014). Por outro, é atravessada por múltiplas diferenças, constituindo-se em uma das suas principais características contemporâneas (TOSTA, 2011; GUSMÃO, 2011, PEREIRA, 2017). Neste sentido, este texto propõe refletir sobre o trabalho docente na educação básica na intersecção com estas duas perspectivas. Ao mesmo tempo que professores e professoras estão imersos em diversas relações de alteridade no espaço escolar, também precisam lidar com normativas, documentos e burocracias que modelam formas restritas para o exercício de seus trabalhos. Para tal reflexão, serão feitos diálogos teóricos sobre antropologia e educação, diferença, burocracia e docência, bem como mobilizarei as minhas próprias experiências como professor do ensino médio e pesquisador em antropologia. O efeito esperado é apontar para caminhos profícuos de reflexão antropológica sobre a escola e a docência.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661469598_ARQUIVO_62b6707a30b63168f8d25cc93be16c65.pdf

GT33: Direito à cidade: engajamentos, resistências e lutas por direitos sociais em espaços urbanos.

O GT se propõe discutir práticas, valores, sentidos e representações que, associados à noção de cidadania, se expressam em lutas por direitos sociais na cidade e incorporam processos de demandas materiais e imateriais mormente vinculados à proposição de uma vida digna. São bem-vindos trabalhos etnográficos que expressem análises da dimensão política, moral, jurídica, burocrático-administrativa e pedagógica de tais processos, bem como da consequente

produção de subjetividades e práticas de intervenção, cujos sujeitos demandantes de direitos podem ser representados ou mediados por movimentos sociais, associações, organizações comunitárias, ONGs, entidades filantrópicas de maneira geral e/ou agentes estatais. Pontuamos que as desigualdades sociais, fundadas historicamente em um regime de cidadania no país profundamente desigual em sua distribuição, que impõe limites ao acesso a direitos sociais por diversos segmentos e grupos sociais subalternizados na sociedade brasileira, têm se agravado no contexto da pandemia da Covid-19 e da política de austeridade fiscal, ressignificando instrumentos e recursos de acesso a estes direitos. Diante de tal conjuntura desafiadora, propomos debater as diferentes formas de engajamento, de luta e de resistência em espaços urbanos que podem conformar a organização de sujeitos demandantes de direitos sociais (direito à moradia, à educação, à saúde, entre outros), assim como a regulação de relações sociais que pressupõem a cidadania como valor.

Palavras chave: direito à cidade; cidadania; direitos sociais

Michelle Lima Domingues, Priscila Tavares

Apresentação Oral

Práticas discursivas no cenário das audiências públicas sobre a revisão do Plano Diretor da cidade de São Luís

Aerica Souza Malheiros

Este trabalho analisa as audiências públicas da revisão do Plano Diretor da cidade de São Luís. Trata-se de audiências públicas reivindicadas pelos movimentos sociais e aprovadas pela câmara municipal da cidade. Nesse cenário político, observa-se práticas discursivas proferidas por diferentes segmentos sobre o uso do solo urbano e rural da cidade. As diferentes narrativas apresentadas no âmbito das audiências públicas tanto na zona rural como na zona urbana ressaltavam as noções sobre o Plano Diretor e sua possível aprovação. A prática dos discursos ramifica a cidade em diferentes propostas e modelos de cidade que visa alterações sobre o espaço urbano. A partir disso, identifico os segmentos que estão atuando em alianças. Segmentos articulados em coalizões construídas durante o processo de revisão moldam alianças favoráveis a estratégias de cada grupo envolvido nesse jogo político. Cada segmento aliado com agentes, grupos sociais, movimentos sociais que estão em defesa do mesmo interesse para a cidade. Os segmentos aliam com seus pares e transitam em união para provocar e questionar os vereadores a novos diálogos e ao debate sobre a situação social e política. O primeiro segmento aliado dos movimentos sociais luta contra o detrimento de comunidades rurais e incentivam o poder público sobre a necessidade de políticas públicas de cunho urbano. O segmento contrário é composto por empresários que lutam pelo desenvolvimento urbano em defesa da especulação imobiliária e concordam que a cidade

precisa de novas modificações para ser atrativa economicamente. A partir dessa ótica, utilizo o conceito de segmentariedade (GOLDMAN, 2001) analisando a política urbana e as formações dos segmentos que visam a luta por modificações do espaço urbano. Conforme Foucault(2013), analisa o discurso como objeto de desejo de quem defende, ou seja, os agentes que estão lutando pelos seus ideais os quais pretendem implantar ou projetar. Os discursos emitidos em cada fala representava a narrativa dos agentes e seus ideais e pretensões sobre o projeto.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661434808_ARQUIVO_ac42dec25c2837c34c9b67f60532480f.pdf

Apresentação Oral

Práticas discursivas no cenário das audiências públicas sobre a revisão do Plano Diretor da cidade de São Luís

Aerica Souza Malheiros

Este trabalho analisa as audiências públicas da revisão do Plano Diretor da cidade de São Luís. Trata-se de audiências públicas reivindicadas pelos movimentos sociais e aprovadas pela câmara municipal da cidade. Nesse cenário político, observa-se práticas discursivas proferidas por diferentes segmentos sobre o uso do solo urbano e rural da cidade. As diferentes narrativas apresentadas no âmbito das audiências públicas tanto na zona rural como na zona urbana ressaltavam as noções sobre o Plano Diretor e sua possível aprovação. A prática dos discursos ramifica a cidade em diferentes propostas e modelos de cidade que visa alterações sobre o espaço urbano. A partir disso, identifico os segmentos que estão atuando em alianças. Segmentos articulados em coalizões construídas durante o processo de revisão moldam alianças favoráveis a estratégias de cada grupo envolvido nesse jogo político. Cada segmento aliado com agentes, grupos sociais, movimentos sociais que estão em defesa do mesmo interesse para a cidade. Os segmentos aliam com seus pares e transitam em união para provocar e questionar os vereadores a novos diálogos e ao debate sobre a situação social e política. O primeiro segmento aliado dos movimentos sociais luta contra o detrimento de comunidades rurais e incentivam o poder público sobre a necessidade de políticas públicas de cunho urbano. O segmento contrário é composto por empresários que lutam pelo desenvolvimento urbano em defesa da especulação imobiliária e concordam que a cidade precisa de novas modificações para ser atrativa economicamente. A partir dessa ótica, utilizo o conceito de segmentariedade (GOLDMAN, 2001) analisando a política urbana e as formações dos segmentos que visam a luta por modificações do espaço urbano. Conforme Foucault(2013), analisa o discurso como objeto de desejo de quem defende, ou seja, os agentes que estão lutando pelos seus ideais os quais pretendem implantar ou projetar. Os discursos

emitidos em cada fala representava a narrativa dos agentes e seus ideais e pretensões sobre o projeto.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661434808_ARQUIVO_ac42dec25c2837c34c9b67f60532480f.pdf

Apresentação Oral

O quilombo urbano da Liberdade frente a negação de direitos em tempos de pandemia de Covid - 19

ANGELA DE CASSIA COSTA, Jairo Linhares, Ivanilde

O estudo se propõe a fazer uma análise crítica baseada nos registros de casos contabilizados por infecção de COVID-19 entre os quilombolas urbanos do bairro da Liberdade, e o acionamento por parte dos moradores, de direitos garantidos pela certificação de área de Quilombo Urbano dada pela Fundação Palmares em 2019, ao acesso prioritário garantido nos termos do disposto no Plano Nacional de Imunização. O estudo frizar o da fato da prefeitura municipal de São Luís não ter cumprido com o que dispõe o Plano Nacional de Imunização no que se refere aos critérios de elegibilidade dos grupos prioritários, não reconhecendo o direito a vacinação dos quilombolas do bairro da Liberdade. O estudo esta dividido em três parte. A primeira trata sobre o histórico do quilombo urbano da Liberdade, que se remete a surgimento do bairro, e como ele foi certificado com Quilombo Urbano, e segunda fala sobre o quilombo urbano da Liberdade no mapa das desigualdades socioespaciais dos bairros de são Luís - MA, e a terceira relata sobre o quilombo urbano da Liberdade e a negação de direitos em tempos de pandemia, que diz sobre a situação de Negação de Vacinação a uma área quilombo, e acontecendo porque essa área está na zona urbana, o que não desobrigada o Estado a não priorizar essa região merece uma reflexão ampla, pois se percebe que os direitos dessas pessoas foram usurpados e estas foram deliberadamente expostas vários riscos, inclusive à morte. Para nortear a análise em tela operaremos com a noção de Necropolítica e biopoder de Achille Mbembe, bem como pela noção de outros autores como por exemplo Foucault, que fortemente nos fundamenta para fazer a referida análise.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662645372_ARQUIVO_1acd2f929efdf44c0f507a665b4fb33c.pdf

Apresentação Oral

O quilombo urbano da Liberdade frente a negação de direitos em tempos de pandemia de Covid - 19

ANGELA DE CASSIA COSTA, Jairo Linhares, Ivanilde

O estudo se propõe a fazer uma análise crítica baseada nos registros de casos contabilizados por infecção de COVID-19 entre os quilombolas urbanos do bairro da Liberdade, e o acionamento por parte dos moradores, de direitos garantidos pela certificação de área de Quilombo Urbano dada pela Fundação Palmares em 2019, ao acesso prioritário garantido nos termos do disposto no Plano Nacional de Imunização. O estudo frizar o da fato da prefeitura municipal de São Luís não ter cumprido com o que dispõe o Plano Nacional de Imunização no que se refere aos critérios de elegibilidade dos grupos prioritários, não reconhecendo o direito a vacinação dos quilombolas do bairro da Liberdade. O estudo esta dividido em três parte. A primeira trata sobre o histórico do quilombo urbano da Liberdade, que se remete a surgimento do bairro, e como ele foi certificado com Quilombo Urbano, e segunda fala sobre o quilombo urbano da Liberdade no mapa das desigualdades socioespaciais dos bairros de São Luís - MA, e a terceira relata sobre o quilombo urbano da Liberdade e a negação de direitos em tempos de pandemia, que diz sobre a situação de Negação de Vacinação a uma área quilombo, e acontecendo porque essa área está na zona urbana, o que não desobrigada o Estado a não priorizar essa região merece uma reflexão ampla, pois se percebe que os direitos dessas pessoas foram usurpados e estas foram deliberadamente expostas vários riscos, inclusive à morte. Para nortear a análise em tela operaremos com a noção de Necropolítica e biopoder de Achille Mbembe, bem como pela noção de outros autores como por exemplo Foucault, que fortemente nos fundamenta para fazer a referida análise.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662645372_ARQUIVO_1acd2f929efdf44c0f507a665b4fb33c.pdf

Apresentação Oral

Apelos ao direito à cidade: sobre uma utopia cidadina

Giancarlo Machado

O trabalho apresenta, num primeiro momento, as implicações em torno do conceito de direito à cidade, tal como originalmente proposto por Henri Lefebvre (1968), na condição de uma utopia experimental, isto é, de uma reivindicação que fomenta resistências diante as forças que se estabelecem na produção capitalista das cidades. Em seguida é feita uma ponderação em torno das contradições do conceito, o qual tem sido tanto um denominador comum de lutas sociais quanto também cooptado por agentes vinculados ao gerenciamento neoliberal dos espaços urbanos. Apesar do caráter multifacetado do direito à cidade, o trabalho chama a atenção para perspectivas cidadinas que permitem preencher um suposto significativo vazio que permeia o conceito em tela. Dialoga-se, assim, com Michel Agier (2015), autor que pontua a importância de se considerar o fazer-cidade, ou seja, os movimentos que são incitados pelos impactos causados pelo gerenciamento da cidade como mercadoria e que, por conseguinte,

são impulsionados por um apelo: o da cidade como um mito perdido, um horizonte inatingível. O trabalho finaliza com descrições etnográficas sobre os movimentos do fazer-cidade a fim de revelar como certas práticas e experiências urbanas - como a prática do skate de rua - constituem-se como uma utopia cidadina frente aos gerenciamentos e governanças que são feitas dos espaços públicos e privados de São Paulo, cidade onde foram realizadas as investigações.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661349537_ARQUIVO_766a44e52fcdf0a9f751f72cca908f87.pdf

Apresentação Oral

Apelos ao direito à cidade: sobre uma utopia cidadina

Giancarlo Machado

O trabalho apresenta, num primeiro momento, as implicações em torno do conceito de direito à cidade, tal como originalmente proposto por Henri Lefebvre (1968), na condição de uma utopia experimental, isto é, de uma reivindicação que fomenta resistências diante as forças que se estabelecem na produção capitalista das cidades. Em seguida é feita uma ponderação em torno das contradições do conceito, o qual tem sido tanto um denominador comum de lutas sociais quanto também cooptado por agentes vinculados ao gerenciamento neoliberal dos espaços urbanos. Apesar do caráter multifacetado do direito à cidade, o trabalho chama a atenção para perspectivas cidadinas que permitem preencher um suposto significativo vazio que permeia o conceito em tela. Dialoga-se, assim, com Michel Agier (2015), autor que pontua a importância de se considerar o fazer-cidade, ou seja, os movimentos que são incitados pelos impactos causados pelo gerenciamento da cidade como mercadoria e que, por conseguinte, são impulsionados por um apelo: o da cidade como um mito perdido, um horizonte inatingível. O trabalho finaliza com descrições etnográficas sobre os movimentos do fazer-cidade a fim de revelar como certas práticas e experiências urbanas - como a prática do skate de rua - constituem-se como uma utopia cidadina frente aos gerenciamentos e governanças que são feitas dos espaços públicos e privados de São Paulo, cidade onde foram realizadas as investigações.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661349537_ARQUIVO_766a44e52fcdf0a9f751f72cca908f87.pdf

Apresentação Oral

CEDENPA É QUILOMBO: reflexões sobre organização política e ancestralidade negra em Belém-Pará

Ivonete Pinheiro

Com quarenta e dois anos de existência o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) é a entidade institucionalizada de articulação negra mais antiga da região norte e da Amazônia brasileira. O CEDENPA se autointitula uma entidade negra, inter-religiosa, sem fins lucrativos e sem vínculos políticos partidários (CEDENPA, 1997). Com quatro décadas de existência, se autodesigna o primeiro movimento negro organizado (institucionalizado) da região norte e da Amazônia brasileira (CEDENPA, 2010). Ao longo de sua existência o CEDENPA tem se dedicado ao enfrentamento do racismo atuando em várias frentes, espaços e com diversas articulações com instituições, pessoas e outros movimentos de dentro e de fora da região. Neste texto busco mostrar como se constrói o Quilombo da República, um dos locais de atuação do CEDENPA, e como a militância negra do CEDENPA se utiliza da noção de "quilombo" em diversos sentidos e contextos, mas sempre relacionado às questões de ancestralidade e organização política negra. As reflexões aqui propostas são resultado das minhas primeiras investidas nesse campo de pesquisa, quando se afrouxaram as medidas restritivas de encontros e circulação de pessoas impostas pela pandemia de covid 19. Nessas primeiras inserções pude observar que a ocupação do espaço na Praça da República para a criação de um Quilombo é um ato reivindicatório de território e ao mesmo tempo um grito reivindicatório de existência da presença e contribuição negra para formação social de Belém, uma vez que os processos de construção do imaginário amazônida tendem a invisibilizar as contribuições negras para sua formação social em detrimento de uma formação social exclusivamente branca, migratória e indígena. Palavras chave: Movimento negro; Amazônia, Cedenpa

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661489230_ARQUIVO_051213660ab85f2c482de671a81d621b.pdf

Apresentação Oral

CEDENPA É QUILOMBO: reflexões sobre organização política e ancestralidade negra em Belém-Pará

Ivonete Pinheiro

Com quarenta e dois anos de existência o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) é a entidade institucionalizada de articulação negra mais antiga da região norte e da Amazônia brasileira. O CEDENPA se autointitula uma entidade negra, inter-religiosa, sem fins lucrativos e sem vínculos políticos partidários (CEDENPA, 1997). Com quatro décadas de existência, se autodesigna o primeiro movimento negro organizado (institucionalizado) da região norte e da Amazônia brasileira (CEDENPA, 2010). Ao longo de sua existência o CEDENPA tem se dedicado ao enfrentamento do racismo atuando em

várias frentes, espaços e com diversas articulações com instituições, pessoas e outros movimentos de dentro e de fora da região. Neste texto busco mostrar como se constrói o Quilombo da República, um dos locais de atuação do CEDENPA, e como a militância negra do CEDENPA se utiliza da noção de "quilombo" em diversos sentidos e contextos, mas sempre relacionado às questões de ancestralidade e organização política negra. As reflexões aqui propostas são resultado das minhas primeiras investidas nesse campo de pesquisa, quando se afrouxaram as medidas restritivas de encontros e circulação de pessoas impostas pela pandemia de covid 19. Nessas primeiras inserções pude observar que a ocupação do espaço na Praça da República para a criação de um Quilombo é um ato reivindicatório de território e ao mesmo tempo um grito reivindicatório de existência da presença e contribuição negra para formação social de Belém, uma vez que os processos de construção do imaginário amazônida tendem a invisibilizar as contribuições negras para sua formação social em detrimento de uma formação social exclusivamente branca, migratória e indígena. Palavras chave: Movimento negro; Amazônia, Cedenpa

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661489230_ARQUIVO_051213660ab85f2c482de671a81d621b.pdf

Apresentação Oral

#OcupeEstelita: direito à cidade, conflitos urbanos e o patrimônio cultural.

Luiz Eduardo Pinheiro Sarmiento

O objetivo deste trabalho é analisar e interpretar as diferentes tensões, práticas e expressões (conflitos, lutas e resistências) que os diversos sujeitos, sobretudo localizados nos movimentos sociais urbanos, empreenderam no contexto da implantação de um "megaprojeto" imobiliário, denominado "Novo Recife", localizado no Cais José Estelita, Centro Histórico da cidade do Recife. A ideia é, partir do exemplo do movimento #OcupeEstelita, verificar as iniciativas e ativações articuladas em alternativa ao modelo de desenvolvimento ou de projeto de cidade, iluminando, especificamente, o lugar em que as artes, as festas, o audiovisual e o patrimônio cultural ocuparam nos discursos, nas práticas e nos debates sobre os destinos da cidade, fazendo convergir, assim, novas agendas, atores e centralidades urbanas. Ao tratar, portanto, o #OcupeEstelita enquanto uma experiência coletiva-criativa de luta pela democratização do espaço urbano, meu interesse reside em interpretar como as ações foram direcionadas não apenas à redistribuição de recursos, mas, principalmente, aos modos de vida, ou seja, de pensar a cidade não mais como um conjunto de propriedades, mas, observada pelas lentes do Patrimônio Cultural, como um lugar pulsante, vivo, desigual e multiforme, com forte expressão cultural. A tentativa, desse modo, é demonstrar como o #OcupeEstelita funcionou

como fonte de inovação e matriz geradoras de saberes, de outras gramáticas urbanas, em seu agir comunicativo e reivindicativo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662405834_ARQUIVO_58612c14ef0aa2874602de0dbfbd43a.pdf

Apresentação Oral

#OcupeEstelita: direito à cidade, conflitos urbanos e o patrimônio cultural.

Luiz Eduardo Pinheiro Sarmiento

O objetivo deste trabalho é analisar e interpretar as diferentes tensões, práticas e expressões (conflitos, lutas e resistências) que os diversos sujeitos, sobretudo localizados nos movimentos sociais urbanos, empreenderam no contexto da implantação de um "megaprojeto" imobiliário, denominado "Novo Recife", localizado no Cais José Estelita, Centro Histórico da cidade do Recife. A ideia é, partir do exemplo do movimento #OcupeEstelita, verificar as iniciativas e ativações articuladas em alternativa ao modelo de desenvolvimento ou de projeto de cidade, iluminando, especificamente, o lugar em que as artes, as festas, o audiovisual e o patrimônio cultural ocuparam nos discursos, nas práticas e nos debates sobre os destinos da cidade, fazendo convergir, assim, novas agendas, atores e centralidades urbanas. Ao tratar, portanto, o #OcupeEstelita enquanto uma experiência coletiva-criativa de luta pela democratização do espaço urbano, meu interesse reside em interpretar como as ações foram direcionadas não apenas à redistribuição de recursos, mas, principalmente, aos modos de vida, ou seja, de pensar a cidade não mais como um conjunto de propriedades, mas, observada pelas lentes do Patrimônio Cultural, como um lugar pulsante, vivo, desigual e multiforme, com forte expressão cultural. A tentativa, desse modo, é demonstrar como o #OcupeEstelita funcionou como fonte de inovação e matriz geradoras de saberes, de outras gramáticas urbanas, em seu agir comunicativo e reivindicativo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662405834_ARQUIVO_58612c14ef0aa2874602de0dbfbd43a.pdf

Apresentação Oral

Festa, resistência e o direito à cidade: a produção de vida e saúde nas políticas das ruas

Marcos Aurélio da Silva

O isolamento e o confinamento experimentados por grande parte da população nos últimos dois anos ainda terão seus efeitos por um longo futuro, mas nos fazem pensar no quanto o direito de ir e vir, de circular, de estar nas ruas é também um direito coletivo à saúde. Se para

muitas pessoas esse cerceamento da liberdade, que se tornou necessário no contexto da pandemia de Covid-19, era algo inusitado e novo em suas vidas e lhes fez pensar no quanto a falta de circulação afeta sobretudo a saúde mental, para muitas pessoas em segmentos significativos de nossas coletividades sociais, tal liberdade nunca foi plena, uma vez que circular pelas ruas sempre foi um exercício de resistência e pode ser vista como re-existência. Me refiro a pessoas marcadas socialmente por gênero, sexualidade cor e classe, mais especificamente mulheres, pessoas negras e LGBTs. São sujeitos historicamente deslegitimados em sua circulação pela cidade que, ao marcarem presença na paisagem urbana e enfrentarem situações de violência e opressão, não apenas resistem mas re-existem, ou seja, produzem suas existências, num exercício diário de produzir lugares não apenas de fala, mas de vidas possíveis, vivíveis e não matáveis. Entendendo tal produção de vida como produção de saúde, na medida em que a saúde não é pensada como ausência de doença, nem pode ser restrita ao acesso a serviços de saúde, podemos elencar uma série de vivências urbanas na perspectiva da produção de saúde, como as paradas LGBTs, as marchas de mulheres (indígenas, agricultoras, "vadias") e até mesmo os desfiles de escolas de samba, estes últimos tão presentes na cultura brasileira. São manifestações que colocam esses sujeitos em evidência em locais-chave da cidade, podendo até ter destaque na mídia e nos calendários turísticos - caso das paradas e carnavais -, contrapondo cotidianos de violência e alijamento do espaço público em que esses sujeitos estão mais suscetíveis às violências sexuais e de gênero e a toda sorte de racismos. A ideia é pensar nestas situações, principalmente as mais festivas, como formas de dialogar com a cidade, deixando de ser apenas festa e podendo ser entendidas como políticas de vida e de produção de saúde.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661485660_ARQUIVO_58598d506db79cbc11a0d3ff59efb8f7.pdf

Apresentação Oral

Festa, resistência e o direito à cidade: a produção de vida e saúde nas políticas das ruas

Marcos Aurélio da Silva

O isolamento e o confinamento experimentados por grande parte da população nos últimos dois anos ainda terão seus efeitos por um longo futuro, mas nos fazem pensar no quanto o direito de ir e vir, de circular, de estar nas ruas é também um direito coletivo à saúde. Se para muitas pessoas esse cerceamento da liberdade, que se tornou necessário no contexto da pandemia de Covid-19, era algo inusitado e novo em suas vidas e lhes fez pensar no quanto a falta de circulação afeta sobretudo a saúde mental, para muitas pessoas em segmentos significativos de nossas coletividades sociais, tal liberdade nunca foi plena, uma vez que circular pelas ruas sempre foi um exercício de resistência e pode ser vista como re-existência.

Me refiro a pessoas marcadas socialmente por gênero, sexualidade cor e classe, mais especificamente mulheres, pessoas negras e LGBTQs. São sujeitos historicamente deslegitimados em sua circulação pela cidade que, ao marcarem presença na paisagem urbana e enfrentarem situações de violência e opressão, não apenas resistem mas re-existem, ou seja, produzem suas existências, num exercício diário de produzir lugares não apenas de fala, mas de vidas possíveis, vivíveis e não matáveis. Entendendo tal produção de vida como produção de saúde, na medida em que a saúde não é pensada como ausência de doença, nem pode ser restrita ao acesso a serviços de saúde, podemos elencar uma série de vivências urbanas na perspectiva da produção de saúde, como as paradas LGBTQs, as marchas de mulheres (indígenas, agricultoras, "vadias") e até mesmo os desfiles de escolas de samba, estes últimos tão presentes na cultura brasileira. São manifestações que colocam esses sujeitos em evidência em locais-chave da cidade, podendo até ter destaque na mídia e nos calendários turísticos - caso das paradas e carnavais -, contrapondo cotidianos de violência e alijamento do espaço público em que esses sujeitos estão mais suscetíveis às violências sexuais e de gênero e a toda sorte de racismos. A ideia é pensar nestas situações, principalmente as mais festivas, como formas de dialogar com a cidade, deixando de ser apenas festa e podendo ser entendidas como políticas de vida e de produção de saúde.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661485660_ARQUIVO_58598d506db79cbc11a0d3ff59efb8f7.pdf

Apresentação Oral

"Quando a gente está na rua, a rua é nossa": reflexões sobre manifestações de rua no Rio De Janeiro.

Marcos Vinícius Sales

Ocupar às ruas, tradicionalmente, faz parte do repertório dos movimentos sociais. Apropriar-se do espaço público, enquanto corpo coletivo, é uma maneira de visibilizar e significar os antagonismos e conflitos na sociedade e enfrentar às questões do tempo presente. Nesse sentido, os espaços públicos correspondem à dimensão espacial da política e possuem relação direta com a vida pública, são os lugares do discurso político e estão intimamente ligados com um agir comunicativo (HABERMAS, 2012). A ocupação do espaço público tem a ver com o direito a cidade e o exercício da cidadania. É claro que o exercício da cidadania e as possibilidades de participação são influenciadas por marcadores de gênero, raça, classe, geração, escolaridade, ocupação profissional e etc. Além disso, questões como a distribuição de renda, as relações imperialistas travadas no globo, o racismo ambiental, crises de representação política, as escassas possibilidades de autodeterminação e assim por diante colocam a cidadania em horizontes mais distantes para alguns sujeitos e grupos. Harvey

(2015) pontua que o tipo de cidade em que desejamos viver é inseparável do tipo de pessoa que desejamos ser. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades é um dos mais preciosos de todos os direitos humanos. A partir dessas ideias, esta proposta objetiva pensar quais são as sensações/sentimentos/afetos provocadas em participantes de manifestações públicas de rua no Rio de Janeiro durante esses acontecimentos. Mesmo diante de toda diversidade que compõe um ato de rua, se objetiva refletir qual é o elemento comum entre os atores que se aglutinam por uma causa. É imprescindível considerar que, apesar da ocupação do espaço público ser a metodologia de ação da militância, a realização de eventos neste formato enfrenta diversos tipos de hostilidade, seja do próprio espaço urbano, da polícia, da mídia, dos adversários e etc. Para dar cabo desta reflexão, foram realizadas entrevistas com participantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, Conclat. O movimento social possui ressonância em todo território nacional, fazendo-se presente na maioria nas manifestações e atos de rua no Rio de Janeiro. Atualmente, as lutas da CUT incorporam reflexões profundas sobre as situações particulares de trabalhadoras mulheres, trabalhadores negros, trabalhadores LGBTQIA+, trabalhadores informais e trabalhadores em situação de rua. Palavras-chave: Manifestação. Cidade. Espaço Público. Movimentos Sociais. Participação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472875_ARQUIVO_90861094c620ac704da0b501c996b20d.pdf

Apresentação Oral

"Quando a gente está na rua, a rua é nossa": reflexões sobre manifestações de rua no Rio De Janeiro.

Marcos Vinícius Sales

Ocupar às ruas, tradicionalmente, faz parte do repertório dos movimentos sociais. Apropriar-se do espaço público, enquanto corpo coletivo, é uma maneira de visibilizar e significar os antagonismos e conflitos na sociedade e enfrentar às questões do tempo presente. Nesse sentido, os espaços públicos correspondem à dimensão espacial da política e possuem relação direta com a vida pública, são os lugares do discurso político e estão intimamente ligados com um agir comunicativo (HABERMAS, 2012). A ocupação do espaço público tem a ver com o direito a cidade e o exercício da cidadania. É claro que o exercício da cidadania e as possibilidades de participação são influenciadas por marcadores de gênero, raça, classe, geração, escolaridade, ocupação profissional e etc. Além disso, questões como a distribuição de renda, as relações imperialistas travadas no globo, o racismo ambiental, crises de representação política, as escassas possibilidades de autodeterminação e assim por diante

colocam a cidadania em horizontes mais distantes para alguns sujeitos e grupos. Harvey (2015) pontua que o tipo de cidade em que desejamos viver é inseparável do tipo de pessoa que desejamos ser. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades é um dos mais preciosos de todos os direitos humanos. A partir dessas ideias, esta proposta objetiva pensar quais são as sensações/sentimentos/afetos provocadas em participantes de manifestações públicas de rua no Rio de Janeiro durante esses acontecimentos. Mesmo diante de toda diversidade que compõe um ato de rua, se objetiva refletir qual é o elemento comum entre os atores que se aglutinam por uma causa. É imprescindível considerar que, apesar da ocupação do espaço público ser a metodologia de ação da militância, a realização de eventos neste formato enfrenta diversos tipos de hostilidade, seja do próprio espaço urbano, da polícia, da mídia, dos adversários e etc. Para dar cabo desta reflexão, foram realizadas entrevistas com participantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, Conclat. O movimento social possui ressonância em todo território nacional, fazendo-se presente na maioria nas manifestações e atos de rua no Rio de Janeiro. Atualmente, as lutas da CUT incorporam reflexões profundas sobre as situações particulares de trabalhadoras mulheres, trabalhadores negros, trabalhadores LGBTQIA+, trabalhadores informais e trabalhadores em situação de rua. Palavras-chave: Manifestação. Cidade. Espaço Público. Movimentos Sociais. Participação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472875_ARQUIVO_90861094c620ac704da0b501c996b20d.pdf

Apresentação Oral

Mulheres Indígenas em Boa Vista/RR: gênero, associativismo e resistência no contexto urbano

Nathalia Bianca da Silva Martes

A cidade de Boa Vista, capital de Roraima, é um lugar marcado por uma grande diversidade cultural e étnica, e de tal forma, se torna um local de lutas por visibilidade social dos grupos ali existentes. Nesse cenário, os povos indígenas também procuram se afirmar perante a sociedade envolvente, e de modo particular, as mulheres indígenas utilizam-se de várias estratégias de luta contra as problemáticas relacionadas ao gênero e raça. Diante disso, o trabalho proposto tem como objetivo mostrar, a partir das trajetórias de mulheres indígenas, as experiências de luta e resistência desenvolvidas na busca por visibilidade, acesso à direitos e afirmação no contexto urbano de Boa Vista. São mulheres das etnias Macuxi e Wapichana que se deslocaram de suas comunidades de origem em busca melhores condições de vida, e que, ao se fixaram na cidade, passaram por transformações das relações de gênero, superando

a barreira da língua, o preconceito e as poucas e mal remuneradas oportunidades de trabalho, porém, para superar estes obstáculos contaram com o apoio de parentes que já residiam na cidade, facilitando a inserção delas no contexto urbano e em organizações indígenas. Encontrou-se no associativismo uma estratégia de luta coletiva, com a reprodução das manifestações culturais no contexto urbano, ao qual se destaca a produção artesanal, que se tornou tanto uma alternativa de afirmação da identidade étnica quanto um complemento de renda, dando às mulheres indígenas a oportunidade de autonomia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480999_ARQUIVO_082c6f9f8d96d162e517717352ec9bd7.pdf

Apresentação Oral

Mulheres Indígenas em Boa Vista/RR: gênero, associativismo e resistência no contexto urbano

Nathalia Bianca da Silva Martes

A cidade de Boa Vista, capital de Roraima, é um lugar marcado por uma grande diversidade cultural e étnica, e de tal forma, se torna um local de lutas por visibilidade social dos grupos ali existentes. Nesse cenário, os povos indígenas também procuram se afirmar perante a sociedade envolvente, e de modo particular, as mulheres indígenas utilizam-se de várias estratégias de luta contra as problemáticas relacionadas ao gênero e raça. Diante disso, o trabalho proposto tem como objetivo mostrar, a partir das trajetórias de mulheres indígenas, as experiências de luta e resistência desenvolvidas na busca por visibilidade, acesso à direitos e afirmação no contexto urbano de Boa Vista. São mulheres das etnias Macuxi e Wapichana que se deslocaram de suas comunidades de origem em busca melhores condições de vida, e que, ao se fixaram na cidade, passaram por transformações das relações de gênero, superando a barreira da língua, o preconceito e as poucas e mal remuneradas oportunidades de trabalho, porém, para superar estes obstáculos contaram com o apoio de parentes que já residiam na cidade, facilitando a inserção delas no contexto urbano e em organizações indígenas. Encontrou-se no associativismo uma estratégia de luta coletiva, com a reprodução das manifestações culturais no contexto urbano, ao qual se destaca a produção artesanal, que se tornou tanto uma alternativa de afirmação da identidade étnica quanto um complemento de renda, dando às mulheres indígenas a oportunidade de autonomia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480999_ARQUIVO_082c6f9f8d96d162e517717352ec9bd7.pdf

Apresentação Oral

Fortal in burn: notas de uma etnografia com juventudes negras na cidade de Fortaleza

Paulo Henrique Ferreira de Freitas

A cidade de Fortaleza é uma cidade "ocupada" em seu sentido demográfico/populacional. Para algumas dessas populações que ocupam o território da capital cearense, como a classe trabalhadora negra que chegava em Fortaleza vindas de diversos outros lugares do estado do Ceará e continuaram a ocupar a cidade, viram a cidade tornar-se uma metrópole em um pequeno contexto temporal. No entanto, a ocupação de partes da infraestrutura da cidade de Fortaleza constitui os espaços chamados favela-comunidade, espaços legados de precariedade e abandono do poder público, mas produtores de sensibilidades comunitárias que nos ajudarão a compreender esses espaços urbanos. Tomamos algumas notas que envolvem contextos e conceitos-vivências de juventudes negras na cidade de Fortaleza, através de "sensibilidades analíticas" de gerações marcadas por interseccionalidades entre "raça, gênero, sexualidades e território". As abordagens policiais nas cidades ligam-se efetivamente com a construção de padrões de busca que ganham status de institucionalização, quando se é tomada como prática sistêmica quanto às abordagens letais registradas pelos relatórios de segurança pública. No entanto, fatores como seletividade racial (SINHORETO, 2014), que podem ser um fio condutor dessa discussão, como diz, Lélia Gonzáles (1982, p.15) "aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar". Essa ideia de divisão racial do espaço, pode ser bem aplicada ao contexto dessa interlocução. Entretanto, ainda assim buscamos nesse investimento extrapolar noções restritas e enclausuradas na produção de violência por parte do estado, podendo assim, nos permitir alcançar repertórios e estratégias próprias desses sujeitos/as quanto aos problemas identificados nesse percurso. Pretendemos, portanto, alcançar novas perspectivas e posturas do saber de/para/com essas populações, bem como também na elaboração de contra narrativas que são constantemente relegadas à narrativas de estereótipos de controle social urbano, impostas pela marginalidade do corpo-negro e jovem.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661443375_ARQUIVO_360b6577e9fcc9bbdcf9fd4cf5b54dd3.pdf

Apresentação Oral

Fortal in burn: notas de uma etnografia com juventudes negras na cidade de Fortaleza

Paulo Henrique Ferreira de Freitas

A cidade de Fortaleza é uma cidade "ocupada" em seu sentido demográfico/populacional. Para algumas dessas populações que ocupam o território da capital cearense, como a classe trabalhadora negra que chegava em Fortaleza vindas de diversos outros lugares do estado do Ceará e continuaram a ocupar a cidade, viram a cidade tornar-se uma metrópole em um

pequeno contexto temporal. No entanto, a ocupação de partes da infraestrutura da cidade de Fortaleza constitui os espaços chamados favela-comunidade, espaços legados de precariedade e abandono do poder público, mas produtores de sensibilidades comunitárias que nos ajudarão a compreender esses espaços urbanos. Tomamos algumas notas que envolvem contextos e conceitos-vivências de juventudes negras na cidade de Fortaleza, através de "sensibilidades analíticas" de gerações marcadas por interseccionalidades entre "raça, gênero, sexualidades e território". As abordagens policiais nas cidades ligam-se efetivamente com a construção de padrões de busca que ganham status de institucionalização, quando se é tomada como prática sistêmica quanto às abordagens letais registradas pelos relatórios de segurança pública. No entanto, fatores como seletividade racial (SINHORETO, 2014), que podem ser um fio condutor dessa discussão, como diz, Lélia Gonzáles (1982, p.15) "aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar". Essa ideia de divisão racial do espaço, pode ser bem aplicada ao contexto dessa interlocução. Entretanto, ainda assim buscamos nesse investimento extrapolar noções restritas e enclausuradas na produção de violência por parte do estado, podendo assim, nos permitir alcançar repertórios e estratégias próprias desses sujeitos/as quanto aos problemas identificados nesse percurso. Pretendemos, portanto, alcançar novas perspectivas e posturas do saber de/para/com essas populações, bem como também na elaboração de contra narrativas que são constantemente relegadas à narrativas de estereótipos de controle social urbano, impostas pela marginalidade do corpo-negro e jovem.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661443375_ARQUIVO_360b6577e9fcc9bbdcf9fd4cf5b54d3.pdf

GT34: Direitos e Patrimônios culturais em tempos extremos

O GT Direitos e Patrimônios culturais em tempos extremos é proposto no âmbito das atividades do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA e pretende acolher pesquisas etnográficas que tematizem a relação entre patrimônios e direitos em seu cruzamento com os campos cultural, político, histórico e ambiental. Nos últimos anos, a grave crise sanitária que enfrentamos, grandes projetos econômicos, crimes ambientais e a descontinuidade de programas patrimoniais ameaçam patrimônios vitais a diferentes populações marginalizadas. A intenção é a de inserir o "campo do patrimônio" na confluência da reflexão sobre direitos patrimoniais, políticos, históricos e ambientais. O GT objetiva ainda refletir sobre as contribuições e os desafios do fazer Antropologia em tempos extremos.

Palavras chave: patrimônio cultural; direitos culturais; políticas culturais

Renata de Sá Gonçalves, Patricia Silva Osorio

Apresentação Oral

O (quase) fechamento de um museu: a salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil atual

Leonardo Leal Esteves

Neste trabalho, irei discutir as ações e mobilizações sociais que foram realizadas por artistas, coletivos e instituições frente ao atual cenário de reconfiguração e/ou desmonte de instituições e políticas culturais. Em particular, tomo como referência empírica os protestos que foram realizados frente ao iminente fechamento de um museu dedicado ao frevo, após o seu registro como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN e sua inscrição na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Com isso, procuro compreender os significados do patrimônio nas arenas políticas e no cotidiano de seus titulares, bem como as possibilidades e limites das políticas patrimoniais em nível nacional e internacional no contexto atual. Diante do cenário político atual no Brasil, a ascensão ao poder de setores conservadores da sociedade e de segmentos defensores de políticas neoliberais passou a estar acompanhada de um movimento crescente de diminuição de investimentos em áreas como cultura e de repressão à liberdade de expressão e credos de minorias segmentos. Nesse sentido, procuro salientar os desafios e perspectivas relacionados ao campo do patrimônio hoje, bem como compreender os efeitos das mudanças recentes nos processos de institucionalização das políticas culturais em nível local.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661361343_ARQUIVO_5970e390708980913626c2a0daace31d.pdf

Apresentação Oral

O (quase) fechamento de um museu: a salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil atual

Leonardo Leal Esteves

Neste trabalho, irei discutir as ações e mobilizações sociais que foram realizadas por artistas, coletivos e instituições frente ao atual cenário de reconfiguração e/ou desmonte de instituições e políticas culturais. Em particular, tomo como referência empírica os protestos que foram realizados frente ao iminente fechamento de um museu dedicado ao frevo, após o seu registro como Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN e sua inscrição na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela UNESCO. Com isso, procuro

compreender os significados do patrimônio nas arenas políticas e no cotidiano de seus titulares, bem como as possibilidades e limites das políticas patrimoniais em nível nacional e internacional no contexto atual. Diante do cenário político atual no Brasil, a ascensão ao poder de setores conservadores da sociedade e de segmentos defensores de políticas neoliberais passou a estar acompanhada de um movimento crescente de diminuição de investimentos em áreas como cultura e de repressão à liberdade de expressão e credos de minorias segmentos. Nesse sentido, procuro salientar os desafios e perspectivas relacionados ao campo do patrimônio hoje, bem como compreender os efeitos das mudanças recentes nos processos de institucionalização das políticas culturais em nível local.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661361343_ARQUIVO_5970e390708980913626c2a0daace31d.pdf

Apresentação Oral

Reflexões sobre o acesso aos direitos culturais e patrimoniais e o desenvolvimento sustentável: o patrimônio cultural imaterial e a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável

Luciana de Araujo Aguiar

A comunicação tem por objetivo refletir sobre como o acesso aos direitos culturais e patrimoniais contribuem para o desenvolvimento sustentável. A análise será feita a partir da contribuição do patrimônio cultural imaterial para a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 é um conjunto de ações e práticas aprovadas pelos países-membros das Nações Unidas em setembro de 2015 que consiste em 17 objetivos a serem atingidos até 2030 de desenvolvimento sustentável. A perspectiva de desenvolvimento sustentável defendida pela ONU abarca três dimensões deste conceito: a econômica, a social e a ambiental. Trata-se de um novo modelo que busca promover os direitos humanos a nível global, reduzir a pobreza e as desigualdades, favorecer a educação para todos, promover o crescimento econômico por meio de trabalho decente, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. O patrimônio cultural imaterial pode ser considerado como motor e viabilizador da sustentabilidade na medida em que contribui para a redução da pobreza, a criação de empregos, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável através do conhecimento e práticas locais tradicionais. Neste sentido, o acesso aos direitos culturais e patrimoniais são condições essenciais para a sustentabilidade, tal como definida na Agenda 2030, na medida em que eles são imprescindíveis para a liberdade, a dignidade humana, a construção da cidadania e para a inclusão social, além de serem fundamentais para a vinculação entre os sujeitos, a promoção da diversidade cultural e da identidade coletiva. A reflexão proposta nesta comunicação será feita a partir de textos produzidos pela UNESCO e

pela ONU e de uma análise teórica sobre os direitos culturais. Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial, Agenda 2030, Desenvolvimento sustentável, direitos culturais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660833041_ARQUIVO_77438185512bc55ffdb1105f6c8d62b0.pdf

Apresentação Oral

Reflexões sobre o acesso aos direitos culturais e patrimoniais e o desenvolvimento sustentável: o patrimônio cultural imaterial e a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável

Luciana de Araujo Aguiar

A comunicação tem por objetivo refletir sobre como o acesso aos direitos culturais e patrimoniais contribuem para o desenvolvimento sustentável. A análise será feita a partir da contribuição do patrimônio cultural imaterial para a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável. A Agenda 2030 é um conjunto de ações e práticas aprovadas pelos países-membros das Nações Unidas em setembro de 2015 que consiste em 17 objetivos a serem atingidos até 2030 de desenvolvimento sustentável. A perspectiva de desenvolvimento sustentável defendida pela ONU abarca três dimensões deste conceito: a econômica, a social e a ambiental. Trata-se de um novo modelo que busca promover os direitos humanos a nível global, reduzir a pobreza e as desigualdades, favorecer a educação para todos, promover o crescimento econômico por meio de trabalho decente, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas. O patrimônio cultural imaterial pode ser considerado como motor e viabilizador da sustentabilidade na medida em que contribui para a redução da pobreza, a criação de empregos, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável através do conhecimento e práticas locais tradicionais. Neste sentido, o acesso aos direitos culturais e patrimoniais são condições essenciais para a sustentabilidade, tal como definida na Agenda 2030, na medida em que eles são imprescindíveis para a liberdade, a dignidade humana, a construção da cidadania e para a inclusão social, além de serem fundamentais para a vinculação entre os sujeitos, a promoção da diversidade cultural e da identidade coletiva. A reflexão proposta nesta comunicação será feita a partir de textos produzidos pela UNESCO e pela ONU e de uma análise teórica sobre os direitos culturais. Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial, Agenda 2030, Desenvolvimento sustentável, direitos culturais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660833041_ARQUIVO_77438185512bc55ffdb1105f6c8d62b0.pdf

Apresentação Oral

Bixiga (SP) em disputa: as potencialidades antropológicas diante de um bairro tombado e sob ataque

Michel Françoso

Este projeto aponta para uma premente necessidade de registro etnográfico de um bairro da cidade de São Paulo, conhecido como Bixiga, que mesmo sob proteção de legislação de tombamento tem seus bens e o modo de vida da comunidade ameaçado pela especulação imobiliária. De um modo mais geral, o caso é referencial, ao demonstrar como os processos de tombamento extrapolam o caráter técnico e são permeados por forças políticas e econômicas que impõem interesses de diversos grupos da cidade e fora dela por sobre comunidades locais e órgãos governamentais. O projeto propõe ainda a reflexão sobre como a imersão etnográfica ao posicionar o antropólogo no interior de organizações comunitárias num contexto de disputa, convida a refletir sobre as possibilidades de interação entre pesquisador e comunidade a partir da dupla condição em campo, de observador e participante. Considera-se ainda, que o estudo do caso do Bixiga é emblemático para a cidade de SP, na medida em que suas habitações coletivas, bem como sua geomorfologia, esculpida por agentes humanos e não-humanos são um dado histórico que denota uma forma, particular e criativa, de ocupação não verticalizada a poucos passos da Avenida Paulista. O Bixiga, enfim, como encruzilhada cravada no centro de SP, terra de várzea, lugar de resistência e de encontro de fluxos migrantes que perfilam o mosaico multiétnico da cidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481561_ARQUIVO_412773e7458607b6655464ed13f4d916.pdf

Apresentação Oral

Bixiga (SP) em disputa: as potencialidades antropológicas diante de um bairro tombado e sob ataque

Michel Françoso

Este projeto aponta para uma premente necessidade de registro etnográfico de um bairro da cidade de São Paulo, conhecido como Bixiga, que mesmo sob proteção de legislação de tombamento tem seus bens e o modo de vida da comunidade ameaçado pela especulação imobiliária. De um modo mais geral, o caso é referencial, ao demonstrar como os processos de tombamento extrapolam o caráter técnico e são permeados por forças políticas e econômicas que impõem interesses de diversos grupos da cidade e fora dela por sobre comunidades locais e órgãos governamentais. O projeto propõe ainda a reflexão sobre como a imersão etnográfica ao posicionar o antropólogo no interior de organizações comunitárias num contexto de disputa, convida a refletir sobre as possibilidades de interação entre pesquisador e comunidade a partir da dupla condição em campo, de observador e participante.

Considera-se ainda, que o estudo do caso do Bixiga é emblemático para a cidade de SP, na medida em que suas habitações coletivas, bem como sua geomorfologia, esculpida por agentes humanos e não-humanos são um dado histórico que denota uma forma, particular e criativa, de ocupação não verticalizada a poucos passos da Avenida Paulista. O Bixiga, enfim, como encruzilhada cravada no centro de SP, terra de várzea, lugar de resistência e de encontro de fluxos migrantes que perfilam o mosaico multiétnico da cidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481561_ARQUIVO_412773e7458607b6655464ed13f4d916.pdf

Apresentação Oral

A Praça é Nativa: uma etnografia sobre a luta dos nativos e nativas de Encantadas pela retomada da Praça de Alimentação do Mar de Fora, na Ilha do Mel.

RENATA

A Baía de Paranaguá, no litoral do Paraná, guarda em seu interior ilhas, rios, mangues, restingas, gentes, bichos e o porto que carrega seu nome. Na boca da Baía há a Ilha do Mel, território de povos e comunidades tradicionais que se autodenominam nativos e nativas. Essas pessoas, no entanto, pouco foram abordadas nas pesquisas acadêmicas e nos documentos oficiais, que historicamente trataram a Ilha por temas ambientais e turísticos. Não por acaso 95% do território insular é salvaguardado por áreas de conservação que acabaram por impactar os modos dos nativos se relacionarem com o seu território. Gerida desde a década de 80 pelo, hoje, Instituto Água e Terra, a Ilha do Mel tornou-se ao longo dos últimos 30 anos símbolo do conservacionismo paranista. Porém, se nos 70 e 80 sua gestão foi marcada por políticas de salvaguarda da natureza e do patrimônio, nos atuais dias a Ilha é rota dos projetos do governo do Paraná para a exploração turística. Ao sul da Ilha do Mel fica o vilarejo de Encantadas. Segundo estimativas nativas, é o mais populoso da Ilha com cerca de 5 mil pessoas, sendo 1500 nativos e nativas, que por sua vez, situam-se entre as águas calmas do Mar de Dentro e o mar bravo do Atlântico do Mar de Fora. É na Praia do Mar de Fora que ocorre a pesca da tainha e a catação de mariscos e onde os nativos aprendem a mergulhar nos costões para pescar badejos e lagostas. É a praia que nos últimos 10 anos dobrou de tamanho e transformou-se em uma floresta, fruto dos impactos das campanhas de dragagens feitas há 40 anos no leito da Baía de Paranaguá para transformá-la no canal de acesso ao Porto. Dragagens essas que têm deformado os territórios ilhéus e impactado e extinguido a fauna local. É também na Praia do Mar de Fora que fica a Praça de Alimentação, casa das festas da tainha, dos casamentos, da cultura, do teatro e da economia nativa. Contudo, sob argumentos administrativos e ambientais a Praça do Mar de Fora foi interditada em 2018 pelo Poder Público do Paraná. É na busca pela motivação do embargo que os nativos se deparam com os projetos elaborados

pelo governo do Paraná para a Ilha do Mel. Diante disso, com o objetivo de participar das decisões de gestão da Ilha, bem como de garantir e afirmar seus direitos, seu território e seus patrimônios, os nativos e nativas de Encantadas organizam-se e constroem o seu Protocolo de Consultas da OIT 169. A Praça de Alimentação torna-se então símbolo da luta dos nativos de Encantadas pelos seus direitos. Isso posto, esse artigo tem como objetivo pensar as relações entre o estado do Paraná e os nativos de Encantadas a partir do conflito vigente pela retomada da Praça de Alimentação do Mar de Fora, patrimônio vital e central aos nativos e nativas de Encantadas, ainda não reconhecido pelo estado do Paraná.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482583_ARQUIVO_f4a3fd673aab2667cc90ddd23c9db6b8.pdf

Apresentação Oral

A Praça é Nativa: uma etnografia sobre a luta dos nativos e nativas de Encantadas pela retomada da Praça de Alimentação do Mar de Fora, na Ilha do Mel.

RENATA

A Baía de Paranaguá, no litoral do Paraná, guarda em seu interior ilhas, rios, mangues, restingas, gentes, bichos e o porto que carrega seu nome. Na boca da Baía há a Ilha do Mel, território de povos e comunidades tradicionais que se autodenominam nativos e nativas. Essas pessoas, no entanto, pouco foram abordadas nas pesquisas acadêmicas e nos documentos oficiais, que historicamente trataram a Ilha por temas ambientais e turísticos. Não por acaso 95% do território insular é salvaguardado por áreas de conservação que acabaram por impactar os modos dos nativos se relacionarem com o seu território. Gerida desde a década de 80 pelo, hoje, Instituto Água e Terra, a Ilha do Mel tornou-se ao longo dos últimos 30 anos símbolo do conservacionismo paranista. Porém, se nos 70 e 80 sua gestão foi marcada por políticas de salvaguarda da natureza e do patrimônio, nos atuais dias a Ilha é rota dos projetos do governo do Paraná para a exploração turística. Ao sul da Ilha do Mel fica o vilarejo de Encantadas. Segundo estimativas nativas, é o mais populoso da Ilha com cerca de 5 mil pessoas, sendo 1500 nativos e nativas, que por sua vez, situam-se entre as águas calmas do Mar de Dentro e o mar bravo do Atlântico do Mar de Fora. É na Praia do Mar de Fora que ocorre a pesca da tainha e a catação de mariscos e onde os nativos aprendem a mergulhar nos costões para pescar badejos e lagostas. É a praia que nos últimos 10 anos dobrou de tamanho e transformou-se em uma floresta, fruto dos impactos das campanhas de dragagens feitas há 40 anos no leito da Baía de Paranaguá para transformá-la no canal de acesso ao Porto. Dragagens essas que têm deformado os territórios ilhéus e impactado e extinguido a fauna local. É também na Praia do Mar de Fora que fica a Praça de Alimentação, casa das festas da tainha, dos casamentos, da cultura, do teatro e da economia nativa. Contudo, sob argumentos administrativos e

ambientais a Praça do Mar de Fora foi interditada em 2018 pelo Poder Público do Paraná. É na busca pela motivação do embargo que os nativos se deparam com os projetos elaborados pelo governo do Paraná para a Ilha do Mel. Diante disso, com o objetivo de participar das decisões de gestão da Ilha, bem como de garantir e afirmar seus direitos, seu território e seus patrimônios, os nativos e nativas de Encantadas organizam-se e constroem o seu Protocolo de Consultas da OIT 169. A Praça de Alimentação torna-se então símbolo da luta dos nativos de Encantadas pelos seus direitos. Isso posto, esse artigo tem como objetivo pensar as relações entre o estado do Paraná e os nativos de Encantadas a partir do conflito vigente pela retomada da Praça de Alimentação do Mar de Fora, patrimônio vital e central aos nativos e nativas de Encantadas, ainda não reconhecido pelo estado do Paraná.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482583_ARQUIVO_f4a3fd673aab2667cc90ddd23c9db6b8.pdf

GT35: Drogas, saberes e direitos

Essa proposta é uma nova edição do GT que se encontra desde 2013. O GT visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais e políticos, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexiste em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/liberação/legalização.

Palavras chave: Drogas; saberes; direitos

Frederico Policarpo, Bia Labate

| Apresentação Oral

Maricaúá, liamba e Diriço: A maconha no Amazonas (1950-1960)*Aline Ribeiro*

Nas proximidades do Lago Cururu, quase findava o dia quando seu Tarquínio Oliveira voltava do seu roçado. Agricultor que era, vinha puxando de cabeça seus versos como de costume. Mário Ypiranga, atento, anotava tudo. Afinal, estava pela segunda vez no Manaquiri atrás dessa tal "cultura da maconha". Além dos versos, algo capturava sua atenção: o "diriço" que Tarquínio fumava. Usada para curar o fastio, ajudar a ter paciência na hora da pescaria, melhorar o humor ou para animar uma comemoração. É assim que diversas comunidades na Amazônia deram sentido ao uso da maconha. O nome científico, *Cannabis Sativa L.*, se perde em meio a tantas nomenclaturas: Liamba, djamba, fumo de negro, dona liamba, diriço, dirijinho, fumo de Angola e Maricaúá, esse, especialmente no Amazonas, no município de Manaquiri. Apesar de presente em diversos ambientes e esferas sociais, o que temos sobre a maconha é um duradouro silêncio sobre a lacuna historiográfica existente sobre o seu uso no Amazonas. Longe de preencher tal lacuna, a problemática em torno da maconha, foi o centro da etnografia de Mário Ypiranga Monteiro, encomendada pelo INPA e publicada na Revista Brasileira de Folclore em 1966, e é sobre ela que me detive para apreender os sentidos acionados na investigação do tema, entre os anos de 1957 a 1962, no Amazonas. Apesar do silenciamento e da interdição, em minha dissertação de mestrado (Ribeiro, 2022) busquei recuperar esses debates, a fim de apreender as matrizes discursivas acionadas nas interpretações em torno dos usos da maconha, por meio da obra "O Folclore da Maconha" (Monteiro, 1966) e compreender, o quanto possível, os sentidos atribuídos ao uso da maconha e o modo como pessoas que o praticavam foram constituídas como objetos de saberes e poderes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661458448_ARQUIVO_9debce9daa21d43adeb401b1da0582e2.pdf

Apresentação Oral

Maricaúá, liamba e Diriço: A maconha no Amazonas (1950-1960)*Aline Ribeiro*

Nas proximidades do Lago Cururu, quase findava o dia quando seu Tarquínio Oliveira voltava do seu roçado. Agricultor que era, vinha puxando de cabeça seus versos como de costume. Mário Ypiranga, atento, anotava tudo. Afinal, estava pela segunda vez no Manaquiri atrás dessa tal "cultura da maconha". Além dos versos, algo capturava sua atenção: o "diriço" que Tarquínio fumava. Usada para curar o fastio, ajudar a ter paciência na hora da pescaria, melhorar o humor ou para animar uma comemoração. É assim que diversas comunidades na Amazônia deram sentido ao uso da maconha. O nome científico, *Cannabis Sativa L.*, se perde

em meio a tantas nomenclaturas: Liamba, djamba, fumo de negro, dona liamba, dirijo, dirijinho, fumo de Angola e Maricauá, esse, especialmente no Amazonas, no município de Manaquiri. Apesar de presente em diversos ambientes e esferas sociais, o que temos sobre a maconha é um duradouro silêncio sobre a lacuna historiográfica existente sobre o seu uso no Amazonas. Longe de preencher tal lacuna, a problemática em torno da maconha, foi o centro da etnografia de Mário Ypiranga Monteiro, encomendada pelo INPA e publicada na Revista Brasileira de Folclore em 1966, e é sobre ela que me detive para apreender os sentidos acionados na investigação do tema, entre os anos de 1957 a 1962, no Amazonas. Apesar do silenciamento e da interdição, em minha dissertação de mestrado (Ribeiro, 2022) busquei recuperar esses debates, a fim de apreender as matrizes discursivas acionadas nas interpretações em torno dos usos da maconha, por meio da obra "O Folclore da Maconha" (Monteiro, 1966) e compreender, o quanto possível, os sentidos atribuídos ao uso da maconha e o modo como pessoas que o praticavam foram constituídas como objetos de saberes e poderes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661458448_ARQUIVO_9debce9daa21d43adeb401b1da0582e2.pdf

Apresentação Oral

Estudos

Ana Paula Pimentel Jacob

Com a emergência da declaração de uma pandemia, há diversos movimentos que interseccionam a política, saúde e ciência. Esses são expressos por meio de depoimentos públicos, fragmentos de publicações científicas e protocolos que buscam respostas e formas de lidar com a pandemia. Neste trabalho, o objetivo está em refletir a partir de uma etnografia de documentos feita por meio de artigos de jornais (majoritariamente a Folha de São Paulo, CNN Brasil e Piauí), declarações públicas de agentes estatais, documentos oficiais (notas técnicas, protocolos do ministério da saúde, dentre outros) publicadas desde 2020 até maio de 2022 e que mostram como as medicações presentes no conhecido Kit Covid passam constantemente por órgãos de aval técnico (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sus - CONITEC, Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA) e permanecem em uso. As medicações não tem comprovação científica (CASTRO, 2021), mas apresentam um status de estudos "promissores". Por isso, a frase que leva o título deste trabalho foi retirada de uma expressão dentro de uma Nota Técnica nº 2/2022 publicada em janeiro de 2022 pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, que se referia ao tratamento de Hidroxicloroquina para COVID-19. Ela mostra o quanto o status de promessa dessas medicações consegue fazer com que elas

ultrapassem normas, protocolos e se tornem automaticamente parte deles, ainda com críticas e questionamentos sobre os estudos que indicam o uso desse tratamento para o COVID-19. Nesse sentido, percebemos que os medicamentos fazem percursos, trajetórias tais como: políticos propagandeando o seu uso; estudos questionados sobre a sua metodologia; desenho de políticas públicas para esses medicamentos com pressa para avaliar ou cancelar os medicamentos. Por isso, fez-se um recorte de três medicações (CASTRO, 2018) (WHYTE E GEEST, 2011) neste estudo para conseguir alcançar entre as substâncias que aparecem mais popularmente no discurso de políticos, a mais vendida e uma menos conhecida, mas com grande repercussão no tratamento de COVID: Hidroxicloroquina, Ivermectina e Proxalutamida, respectivamente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/341_20900546_696028.docx

Apresentação Oral

Estudos "altamente promissores": reflexões sobre o uso e a permanência do discurso sobre a de Hidroxicloroquina, Ivermectina e Proxalutamida na pandemia de COVID-19 no Brasil

Ana Paula Pimentel Jacob

Com a emergência da declaração de uma pandemia, há diversos movimentos que interseccionam a política, saúde e ciência. Esses são expressos por meio de depoimentos públicos, fragmentos de publicações científicas e protocolos que buscam respostas e formas de lidar com a pandemia. Neste trabalho, o objetivo está em refletir a partir de uma etnografia de documentos feita por meio de artigos de jornais (majoritariamente a Folha de São Paulo, CNN Brasil e Piauí), declarações públicas de agentes estatais, documentos oficiais (notas técnicas, protocolos do ministério da saúde, dentre outros) publicadas desde 2020 até maio de 2022 e que mostram como as medicações presentes no conhecido Kit Covid passam constantemente por órgãos de aval técnico (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sus - CONITEC, Agência de Vigilância Sanitária - ANVISA) e permanecem em uso. As medicações não tem comprovação científica (CASTRO, 2021), mas apresentam um status de estudos "promissores". Por isso, a frase que leva o título deste trabalho foi retirada de uma expressão dentro de uma Nota Técnica nº 2/2022 publicada em janeiro de 2022 pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde, que se referia ao tratamento de Hidroxicloroquina para COVID-19. Ela mostra o quanto o status de promessa dessas medicações consegue fazer com que elas ultrapassem normas, protocolos e se tornem automaticamente parte deles, ainda com críticas e questionamentos sobre os estudos que indicam o uso desse tratamento para o COVID-19. Nesse sentido, percebemos que os medicamentos fazem percursos, trajetórias tais como: políticos propagandeando o seu uso; estudos questionados sobre a sua metodologia; desenho

de políticas públicas para esses medicamentos com pressa para avaliar ou cancelar os medicamentos. Por isso, fez-se um recorte de três medicações (CASTRO, 2018) (WHYTE E GEEST, 2011) neste estudo para conseguir alcançar entre as substâncias que aparecem mais popularmente no discurso de políticos, a mais vendida e uma menos conhecida, mas com grande repercussão no tratamento de COVID: Hidroxicloroquina, Ivermectina e Proxalutamida, respectivamente.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475370_ARQUIVO_c210bc5aefdf18d1daa9067ac9e48eea.docx

Apresentação Oral

Pessoas em situação de rua usuárias de psicoativos em Volta Redonda/RJ: o início de uma pesquisa

Lucas Senna de Brito Pires

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma proposta de análise das políticas públicas e do consumo de substâncias psicoativas por pessoas que estão em situação de rua em Volta Redonda/RJ. Essas pessoas são o tema central desse trabalho, e proponho compreender tanto as práticas de quem elabora e implementa essas políticas públicas, quanto a de quem as usa, assim como o papel das instituições e a influência de suas normatividades no cotidiano destes atores. A intenção desta pesquisa, ainda em estágio inicial, é contribuir para a formulação de políticas públicas que levem em consideração as experiências e o contexto social vivido por pessoas em situação de rua que fazem uso de psicoativos. A produção do artigo se deu a partir do emprego da metodologia antropológica, em especial da etnografia, no qual o trabalho de campo é o principal recurso para construção dos dados aqui apresentados.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660257461_ARQUIVO_555b26eacce1df7c28fbff287a3e4989.pdf

Apresentação Oral

Pessoas em situação de rua usuárias de psicoativos em Volta Redonda/RJ: o início de uma pesquisa

Lucas Senna de Brito Pires

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar uma proposta de análise das políticas públicas e do consumo de substâncias psicoativas por pessoas que estão em situação de rua em Volta Redonda/RJ. Essas pessoas são o tema central desse trabalho, e proponho

compreender tanto as práticas de quem elabora e implementa essas políticas públicas, quanto a de quem as usa, assim como o papel das instituições e a influência de suas normatividades no cotidiano destes atores. A intenção desta pesquisa, ainda em estágio inicial, é contribuir para a formulação de políticas públicas que levem em consideração as experiências e o contexto social vivido por pessoas em situação de rua que fazem uso de psicoativos. A produção do artigo se deu a partir do emprego da metodologia antropológica, em especial da etnografia, no qual o trabalho de campo é o principal recurso para construção dos dados aqui apresentados.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660257461_ARQUIVO_555b26eacce1df7c28fbff287a3e4989.pdf

Apresentação Oral

Redes morais de usufruidores cultivadores de Cannabis para fins psicoativos

Marco Vinicius de Castro, Paulo Cesar Pontes Fraga

Este trabalho partiu do objetivo compreender como os atores que cultivam a própria maconha para uso psicoativo se relacionam com as regras formais e informais. A questão cerne do estudo foi a seguinte: Porque mesmo passíveis de punições, tanto formais quanto informais, alguns atores ainda se arriscam a plantar a própria maconha? Para abordar este problema, a pesquisa seguiu os critérios do desenho de uma pesquisa de cunho qualitativo para investigar como esses atores tecem o mundo à sua volta. Partindo de um trabalho de campo pautado por interações e entrevistas semiestruturadas, buscamos mapear as perspectivas dos atores envolvidos na prática do cultivo da própria maconha. Plantar Cannabis para o consumo próprio no Brasil, quando não é permitido via habeas corpus, esses que geralmente são exclusivamente voltados para o uso medicinal da planta, é considerado crime, e como qualquer outro ato de tal natureza, invocam-se contra seus autores reações punitivas por parte da sociedade, sejam essas reações formais ou informais. Foi observado que esses atores configuram uma moralidade singular por meio de suas práticas extralegais. Do ponto de vista deles, mapeado em entrevistas qualitativas, observamos que esses atores têm suas próprias perspectivas morais e configuram conflitos com regras formais e informais. Portanto, os cultivadores da própria maconha para fins psicoativos apresentam uma série de argumentos para justificar por que eles estão certos e seus julgadores estão errados sobre suas práticas. Nessa perspectiva, observamos que a tentativa de controle através das leis e de suas imposições sugere que os estágios de imposição e conformação a elas são conflituosos, pois certos valores morais que permeiam determinadas leis formais geralmente podem ser guias insatisfatórios para as práticas de redes morais específicas. Do ponto de vista desses atores morais, plantar a própria Cannabis não é errado, e é a lei que está errada ao não permitir o

plantio da própria maconha para fruição pessoal. Uma boa lei de drogas, segundo esses atores morais, seria uma que permitisse o cultivo da própria maconha para fins psicoativos. Portanto, esses atores demandam uma lei de drogas menos demagógica e moralista para motivar a aceitação moral e o reconhecimento jurídico de suas práticas. Logo, esses atores consideram o cultivo da própria maconha como algo legal, não no sentido de conformidade com a lei, mas no sentido informal de que é a coisa certa a fazer, conotando suas qualidades positivas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661264428_ARQUIVO_2eb8fcd410efaa27b66756d9442cc332.pdf

Apresentação Oral

Redes morais de usufruidores cultivadores de Cannabis para fins psicoativos

Marco Vinicius de Castro, Paulo Cesar Pontes Fraga

Este trabalho partiu do objetivo compreender como os atores que cultivam a própria maconha para uso psicoativo se relacionam com as regras formais e informais. A questão cerne do estudo foi a seguinte: Porque mesmo passíveis de punições, tanto formais quanto informais, alguns atores ainda se arriscam a plantar a própria maconha? Para abordar este problema, a pesquisa seguiu os critérios do desenho de uma pesquisa de cunho qualitativo para investigar como esses atores tecem o mundo à sua volta. Partindo de um trabalho de campo pautado por interações e entrevistas semiestruturadas, buscamos mapear as perspectivas dos atores envolvidos na prática do cultivo da própria maconha. Plantar Cannabis para o consumo próprio no Brasil, quando não é permitido via habeas corpus, esses que geralmente são exclusivamente voltados para o uso medicinal da planta, é considerado crime, e como qualquer outro ato de tal natureza, invocam-se contra seus autores reações punitivas por parte da sociedade, sejam essas reações formais ou informais. Foi observado que esses atores configuram uma moralidade singular por meio de suas práticas extralegais. Do ponto de vista deles, mapeado em entrevistas qualitativas, observamos que esses atores têm suas próprias perspectivas morais e configuram conflitos com regras formais e informais. Portanto, os cultivadores da própria maconha para fins psicoativos apresentam uma série de argumentos para justificar por que eles estão certos e seus julgadores estão errados sobre suas práticas. Nessa perspectiva, observamos que a tentativa de controle através das leis e de suas imposições sugere que os estágios de imposição e conformação a elas são conflituosos, pois certos valores morais que permeiam determinadas leis formais geralmente podem ser guias insatisfatórios para as práticas de redes morais específicas. Do ponto de vista desses atores morais, plantar a própria Cannabis não é errado, e é a lei que está errada ao não permitir o plantio da própria maconha para fruição pessoal. Uma boa lei de drogas, segundo esses atores morais, seria uma que permitisse o cultivo da própria maconha para fins psicoativos. Portanto,

esses atores demandam uma lei de drogas menos demagógica e moralista para motivar a aceitação moral e o reconhecimento jurídico de suas práticas. Logo, esses atores consideram o cultivo da própria maconha como algo legal, não no sentido de conformidade com a lei, mas no sentido informal de que é a coisa certa a fazer, conotando suas qualidades positivas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661264428_ARQUIVO_2eb8fcd410efaa27b66756d9442cc332.pdf

Apresentação Oral

O papel da produção do conhecimento científico no processo político de legalização da maconha medicinal no Brasil

Roberta Custodio Cavedini

Cannabis sativa, ou maconha, tem seu uso para fins terapêuticos há milênios e por todo mundo. A partir de 1920, baseado em eventos como a II Conferência Internacional do Ópio, a maconha passa a ser "demonizada", colocando o psicotrópico enquanto substância ilegal, no Brasil, a partir do Decreto-lei nº 891 do Governo Federal em 1938 (CARLINI, 2006). Apesar de mudanças na legislação brasileira da política de drogas e, também, na reclassificação do Canabidiol pela Anvisa em 2015, passando o composto da lista de substâncias proibidas para a de substâncias sujeitas a controle especial (OLIVEIRA, 2016), ainda não há uma legislação/regulação que trate a respeito do uso terapêutico da maconha (BARBOSA, 2020). Pautado no direito à saúde e em discursos antiproibicionistas, apresenta-se o Projeto de Lei nº 399 de 2015 (BRASIL, 2015) propondo a comercialização de medicamentos oriundos de partes ou da Cannabis em sua formulação. Com análise de documentos da tramitação do Projeto no Congresso Nacional, como Projeto de Lei 399/2015 e a ata da 56^a Sessão Extraordinária-comissão geral (virtual) de 26 de maio de 2021, a pesquisa busca compreender como a questão da maconha medicinal envolve uma multiplicidade de controvérsias (OLIVEIRA, 2016), que por sua vez, envolve diversos argumentos e actantes (CAETANO, 2021); buscando refletir, ainda, o local da maconha enquanto "droga" e "medicamento" e de seus componentes, como os canabinóides THC e Canabidiol. O estudo tem permitido uma maior reflexão sobre o papel da ciência frente à questão de drogas no Brasil e uma aproximação com discussões sobre ciência e política. BARBOSA, Luciana C. de Campos. Usos medicinais de maconha, ativismo e produção do conhecimento: experiências no Brasil e no Chile. In: 32. Reunião Brasileira de Antropologia, 2020. BRASIL, Projeto de Lei Nº 399-A de 2015 (Do Sr. Fábio Mitidieri), Altera o art. 2^o da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham extratos, substratos ou partes da planta Cannabis sativa em sua formulação. CAETANO, Hellen Monique dos Santos. "Com mais técnica, com mais ciência": controvérsias em torno dos procedimentos

regulatórios e científicos com cannabis no Brasil. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Maceió, 2021. CARLINI, Elisaldo. A história da maconha no Brasil. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* [online]. 2006, v. 55, n. 4, pp. 314-317. Disponível em: . OLIVEIRA, Monique Batista de. O medicamento proibido: Como um derivado da maconha passou a ser permitido e receitado no Brasil. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, 2016.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/731_09906343_696028.pdf

GT36: Ensinar e aprender Antropologia

Até recentemente, foi notável a expansão que a Antropologia alcançou no Brasil, tanto pelo incremento de cursos de formação de antropólogos em nível de pós-graduação e de graduação, quanto pela sua inserção em outros contextos educacionais. Esse quadro exige uma reflexão cada vez mais consistente sobre as transformações e as especificidades do ensino e do aprendizado da nossa disciplina. Tal reflexão passa pela análise do processo formativo, em termos pedagógicos e didáticos, por exemplo, mas também por assuntos centrais na configuração da própria disciplina, como a relação entre teoria, métodos e história da antropologia. A discussão proposta por este GT é fundamental para compreendermos os rumos da Antropologia como ciência e como prática profissional na atualidade. Os trabalhos aqui reunidos visam analisar a formação em Antropologia a partir de sua inserção em diversos espaços educacionais, bem como os desafios postos para sua realização. Também interessa aprofundar nos fundamentos históricos, epistemológicos, teóricos e pedagógicos do ensino e da aprendizagem de antropologia, no intuito de promover desenvolvimentos didáticos que redundem no aperfeiçoamento da formação não apenas de antropólogos e cientistas sociais, mas também de outros profissionais que se beneficiam do conhecimento antropológico. Igual atenção merece o ensino e a aprendizagem da disciplina na educação básica e, eventualmente, em outros contextos, inclusive não escolares.

Palavras chave: Ensino e aprendizagem da antropologia; história da antropologia; teoria antropológica

Guillermo Vega Sanabria, Amurabi Oliveira

Apresentação Oral

Aprendendo a ensinar antropologia em tempos pandêmicos: compartilhando experiências e metodologias de ensino a partir do Estágio Docência

Ana Paula Marcelino da Silva, Maysa Carvalho de Souza, Vinícius Gabriel da Silva

A pandemia da Covid-19, que teve início no Brasil em março de 2020, impactou de forma direta o setor da educação no país, impondo novos desafios tanto para os discentes quanto para os docentes, sobretudo no Ensino Público. Esses novos desafios, marcados pela impossibilidade do "estar lá", isto é, de estar em sala de aula de forma presencial, especificamente durante os períodos mais extremos da pandemia indicam, conseqüentemente, a necessidade de novas estratégias para a continuidade das atividades acadêmicas de Ensino Superior (referentes não somente ao ensino, mas também a pesquisa e a extensão, por exemplo) mesmo que de forma remota. Desta forma, este trabalho trata da nossa experiência de Estágio Docência ocorrida no primeiro semestre do ano de 2021, realizada na disciplina obrigatória de Antropologia da Saúde II para o curso de Nutrição, ministrada pela docente Mônica Franch (PPGA/PPGS - UFPB) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse sentido, tanto ensinar, aprender e aprender a ensinar antropologia estão envolvidos nas discussões que permearam toda a experiência vivenciada na sala de aula virtual, desde o planejamento das aulas, atividades e dinâmicas, até a execução dos trabalhos de pesquisa etnográfica realizados pelos alunos e alunas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661371677_ARQUIVO_7b3dfe1e2ac1034f5a6df7367709737f.pdf

Apresentação Oral

Aprendendo a ensinar antropologia em tempos pandêmicos: compartilhando experiências e metodologias de ensino a partir do Estágio Docência

Ana Paula Marcelino da Silva, Maysa Carvalho de Souza, Vinícius Gabriel da Silva

A pandemia da Covid-19, que teve início no Brasil em março de 2020, impactou de forma direta o setor da educação no país, impondo novos desafios tanto para os discentes quanto para os docentes, sobretudo no Ensino Público. Esses novos desafios, marcados pela impossibilidade do "estar lá", isto é, de estar em sala de aula de forma presencial, especificamente durante os períodos mais extremos da pandemia indicam, conseqüentemente, a necessidade de novas estratégias para a continuidade das atividades acadêmicas de Ensino Superior (referentes não somente ao ensino, mas também a pesquisa e a extensão, por exemplo) mesmo que de forma remota. Desta forma, este trabalho trata da nossa experiência de Estágio Docência ocorrida no primeiro semestre do ano de 2021, realizada na disciplina obrigatória de Antropologia da Saúde II para o curso de Nutrição, ministrada pela docente Mônica Franch (PPGA/PPGS - UFPB) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nesse sentido, tanto ensinar, aprender e aprender a ensinar antropologia estão envolvidos nas discussões que permearam toda a experiência vivenciada na sala de aula virtual, desde o

planejamento das aulas, atividades e dinâmicas, até a execução dos trabalhos de pesquisa etnográfica realizados pelos alunos e alunas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661371677_ARQUIVO_7b3dfe1e2ac1034f5a6df7367709737f.pdf

Apresentação Oral

A Antropologia pelas lentes dos materiais didáticos: a construção teórica e prática a partir da educação

Andréa Lúcia da Silva de Paiva

A Antropologia vem se firmando em diferentes frentes no campo profissional. Não obstante seu papel universitário é preciso também se perguntar a respeito de sua entrada na educação básica, sobretudo no Ensino Médio, a partir do ensino de Sociologia. No Brasil, a inserção da Sociologia nesta área educacional foi capaz de trazer algumas interrogações que permanecem até hoje: a inserção da disciplina na educação básica, inicialmente, antes da criação das universidades de Ciências Sociais a partir da década de 30. Contudo, o que podemos extrair deste processo? Quais são os pontos de aproximações e distanciamentos da Antropologia, ao longo deste processo, frente à educação? Como, através da Antropologia da Educação, podemos trazer o debate em questão na área do ensino? A prática educativa e os estágios, somado aos programas de formação docente como ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica vêm contribuir para repensar, teoricamente, o status da disciplina no Brasil pelo viés educacional. Outro fator que assume uma relevância quanto à arte de ensinar e aprender Antropologia via educacional está nas análises dos materiais didáticos. É sobre eles que o presente trabalho centra maior destaque. Pensar nestes documentos, sobretudo, a partir de um novo contexto social apresentado com o Novo Ensino Médio e com a implementação da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no presente ano de 2022, nos sinaliza momentos de desafios e perspectivas. Neste conjunto, onde e como a Antropologia vem se posicionando? Neste atual contexto, há alguns fatores que precisam ser apresentados e problematizados. Dentre eles, podemos apontar: 1- A problematização da Sociologia escolar não mais como disciplinas, mas como estudos e práticas. Há de se pensar melhor sobre estas duas categorias: como serão efetivadas enquanto teoria e prática; 2 - A segunda questão se refere à inserção de uma nova área de estudos, as Ciências Humanas e sociais aplicadas, que aparece como uma espécie de "substituta" das disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Neste sentido, nos dois pontos apresentados, vale analisar qual é o lugar que os conteúdos da Antropologia passam a ocupar juntamente com a Sociologia escolar. Como teorias, temas e conceitos estão sendo representados (ou ressignificados)? Neste sentido, analisar e descrever materiais didáticos no

atual contexto contribuem para pensar a identidade teórica e prática da Antropologia enquanto ciência escolar. Como ela se encontra entre o campo da teoria e prática e como tais mudanças impactam na teorização sobre a Antropologia da/e/com Educação?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476850_ARQUIVO_4953535b6fa8581bd6d46e91aafd93e4.pdf

Apresentação Oral

A Antropologia pelas lentes dos materiais didáticos: a construção teórica e prática a partir da educação

Andréa Lúcia da Silva de Paiva

A Antropologia vem se firmando em diferentes frentes no campo profissional. Não obstante seu papel universitário é preciso também se perguntar a respeito de sua entrada na educação básica, sobretudo no Ensino Médio, a partir do ensino de Sociologia. No Brasil, a inserção da Sociologia nesta área educacional foi capaz de trazer algumas interrogações que permanecem até hoje: a inserção da disciplina na educação básica, inicialmente, antes da criação das universidades de Ciências Sociais a partir da década de 30. Contudo, o que podemos extrair deste processo? Quais são os pontos de aproximações e distanciamentos da Antropologia, ao longo deste processo, frente à educação? Como, através da Antropologia da Educação, podemos trazer o debate em questão na área do ensino? A prática educativa e os estágios, somado aos programas de formação docente como ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a Residência Pedagógica vêm contribuir para repensar, teoricamente, o status da disciplina no Brasil pelo viés educacional. Outro fator que assume uma relevância quanto à arte de ensinar e aprender Antropologia via educacional está nas análises dos materiais didáticos. É sobre eles que o presente trabalho centra maior destaque. Pensar nestes documentos, sobretudo, a partir de um novo contexto social apresentado com o Novo Ensino Médio e com a implementação da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no presente ano de 2022, nos sinaliza momentos de desafios e perspectivas. Neste conjunto, onde e como a Antropologia vem se posicionando? Neste atual contexto, há alguns fatores que precisam ser apresentados e problematizados. Dentre eles, podemos apontar: 1- A problematização da Sociologia escolar não mais como disciplinas, mas como estudos e práticas. Há de se pensar melhor sobre estas duas categorias: como serão efetivadas enquanto teoria e prática; 2 - A segunda questão se refere à inserção de uma nova área de estudos, as Ciências Humanas e sociais aplicadas, que aparece como uma espécie de "substituta" das disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia. Neste sentido, nos dois pontos apresentados, vale analisar qual é o lugar que os conteúdos da Antropologia passam a ocupar juntamente com a Sociologia escolar. Como teorias, temas e conceitos estão sendo

representados (ou ressignificados)? Neste sentido, analisar e descrever materiais didáticos no atual contexto contribuem para pensar a identidade teórica e prática da Antropologia enquanto ciência escolar. Como ela se encontra entre o campo da teoria e prática e como tais mudanças impactam na teorização sobre a Antropologia da/e/com Educação?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476850_ARQUIVO_4953535b6fa8581bd6d46e91aafd93e4.pdf

Apresentação Oral

Tecendo narrativas de campo: reflexões sobre escritas e entrevistas

Franciele Alves da Silva

A formação em Ciências Sociais, em especial, no campo da antropologia tem como um de seus temas fundamentais o estudo das principais atividades do pesquisador ou melhor dizendo, do tornar-se um ou uma pesquisadora nesta área do conhecimento. Um dos textos clássicos abordados nesse processo de aprendizagem é do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1988) "O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever". Esses "atos cognitivos", como denomina Cardoso o olhar, o ouvir e o escrever, são tidos como três formas de apreender os fenômenos sociais no processo de pesquisa e de produção do conhecimento e, como tal, devem ser problematizados. As reflexões desenvolvidas pelo autor sobre o desnaturalizar o olhar e o ouvir, demonstram a importância do arcabouço conceitual e epistemológico para observar a realidade e apreender o "mundo do nativo". Estas duas etapas consideradas como essenciais ao trabalho de campo se desenvolvem em um contexto problemático, uma vez que o encontro dos mundos do nativo com o do pesquisador se dá por meio de relações assimétricas. Ou seja, aqui podemos indagar sobre a posição do pesquisador em campo e as relações de poder que se imbricam nessa interação social. Haveria um caminho para construir processos mais dialógicos? Essa é uma questão que se impõe não apenas para cientistas sociais e antropólogas em formação, mas que se refaz continuamente no "ser" pesquisador e pesquisadora e fazer antropologia. Finalmente, se juntarmos o terceiro ato cognitivo acionado por Roberto Cardoso de Oliveira, o escrever, como sendo o momento em que a experiência de campo é textualizada e o conhecimento sobre os fenômenos socioculturais é produzido, acrescentamos mais alguns fios nesse tear antropológico. Esses fios, misturam-se e por vezes parecem um emaranhado de uma coisa só - o campo, as interações entre pesquisador e interlocutores, a escrita como produto do processo de produção de conhecimento. É possível desenrolar os fios? Podemos entrelaçá-los de diferentes formas? Essas proposições colocam em cena o pensar sobre a construção das narrativas etnográficas, assim o "estar lá" em campo e o "estar aqui" tecendo a escrita desse campo podem se combinar de forma mais dialógica, não como momentos cindidos, mas como fios que se complementam. Este ensaio tem como objetivo apresentar

algumas reflexões sobre trabalho de campo e as vivências construídas nesses encontros e nos diferentes contextos de pesquisa etnográfica. Nesse sentido, movimentos de partilha podem fortalecer estratégias metodológicas e aprofundar concepções, encontrar contradições e novos caminhos, em suma, tomar as relações próprias do ser antropóloga como dinâmicas porque se fazem de interações sociais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661391194_ARQUIVO_d590e43b22c9241031125927ba66353f.pdf

Apresentação Oral

Tecendo narrativas de campo: reflexões sobre escritas e entrevistas

Franciele Alves da Silva

A formação em Ciências Sociais, em especial, no campo da antropologia tem como um de seus temas fundamentais o estudo das principais atividades do pesquisador ou melhor dizendo, do tornar-se um ou uma pesquisadora nesta área do conhecimento. Um dos textos clássicos abordados nesse processo de aprendizagem é do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1988) "O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever". Esses "atos cognitivos", como denomina Cardoso o olhar, o ouvir e o escrever, são tidos como três formas de apreender os fenômenos sociais no processo de pesquisa e de produção do conhecimento e, como tal, devem ser problematizados. As reflexões desenvolvidas pelo autor sobre o desnaturalizar o olhar e o ouvir, demonstram a importância do arcabouço conceitual e epistemológico para observar a realidade e apreender o "mundo do nativo". Estas duas etapas consideradas como essenciais ao trabalho de campo se desenvolvem em um contexto problemático, uma vez que o encontro dos mundos do nativo com o do pesquisador se dá por meio de relações assimétricas. Ou seja, aqui podemos indagar sobre a posição do pesquisador em campo e as relações de poder que se imbricam nessa interação social. Haveria um caminho para construir processos mais dialógicos? Essa é uma questão que se impõe não apenas para cientistas sociais e antropólogas em formação, mas que se refaz continuamente no "ser" pesquisador e pesquisadora e fazer antropologia. Finalmente, se juntarmos o terceiro ato cognitivo acionado por Roberto Cardoso de Oliveira, o escrever, como sendo o momento em que a experiência de campo é textualizada e o conhecimento sobre os fenômenos socioculturais é produzido, acrescentamos mais alguns fios nesse tear antropológico. Esses fios, misturam-se e por vezes parecem um emaranhado de uma coisa só - o campo, as interações entre pesquisador e interlocutores, a escrita como produto do processo de produção de conhecimento. É possível desenrolar os fios? Podemos entrelaçá-los de diferentes formas? Essas proposições colocam em cena o pensar sobre a construção das narrativas etnográficas, assim o "estar lá" em campo e o "estar aqui" tecendo a escrita desse campo podem se combinar de forma mais dialógica, não como momentos

cindidos, mas como fios que se complementam. Este ensaio tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre trabalho de campo e as vivências construídas nesses encontros e nos diferentes contextos de pesquisa etnográfica. Nesse sentido, movimentos de partilha podem fortalecer estratégias metodológicas e aprofundar concepções, encontrar contradições e novos caminhos, em suma, tomar as relações próprias do ser antropólogo como dinâmicas porque se fazem de interações sociais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661391194_ARQUIVO_d590e43b22c9241031125927ba66353f.pdf

Apresentação Oral

Docência de Antropologia na Pandemia de COVID-19: desafios, estratégias e aprendizados de três experiências de estágio-docência

Francine Costa, Carolina Giordano Bergmann, Pâmela Laurentina Sampaio Reis

As limitações impostas pela pandemia do COVID-19 ao ensino universitário levanta desafios pertinentes ao ensino de Antropologia. Este trabalho visa relatar três experiências de estágio-docência, que aconteceram de forma remota entre 2020 a 2022 nas seguintes disciplinas: Métodos de Pesquisa em Antropologia, Antropologia da Política e, Antropologia e Feminismo, ofertadas nos cursos de graduação em Antropologia Social e Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Partimos das seguintes perguntas: Como conseguir o engajamento das/os estudantes no ensino remoto? Que estratégias pedagógicas pode-se desenvolver? Como lidar com as dificuldades materiais e emocionais provocadas pelo contexto político e sanitário no país? Que condições tornam crítica a permanência dos estudantes durante a pandemia? Quais são as mudanças nas funções da equipe docente no contexto de pandemia? Para responder a estas questões refletimos sobre as possibilidades, alcances e limitações do ensino e do aprendizado no ensino remoto, através da análise de escolhas metodológicas e estratégias pedagógicas desenvolvidas por nós nesta modalidade de ensino. Seis serão as questões analisadas: as dinâmicas de ensino usadas em sala de aula virtual e como elas proporcionaram maior ou menor participação e engajamento; as estratégias utilizadas para evitar a evasão e garantir a permanência dos e das estudantes nas disciplinas; os processos desenvolvidos para acompanhar as trajetórias de aprendizado e crescimento intelectual individual das/os estudantes no ensino remoto; as principais dificuldades para a permanência das/os estudantes nas disciplinas; nosso papel enquanto estagiárias no contexto do ensino remoto e pandemia. Nossas experiências, ocorridas em momentos distintos do ensino remoto na universidade, nos evidenciou que mesmo em meio a limitações, é possível dar ênfase ao desenvolvimento de habilidades centrais no ensino de Antropologia, tais como o "ser afetado" (FAVRET-SAADA, 2005), a identificação dos aspectos subjetivos e objetivos

das observações (GROSSI, 2018) e a descrição etnográfica (SILVA, 2009). As dificuldades nas condições materiais e emocionais enfrentadas pelo coletivo da turma aparecem como um desafio importante para o desenvolvimento da docência durante a pandemia. Constatamos que é preciso um acompanhamento das/os estudantes que seja próximo, flexível e adaptado às circunstâncias pessoais para garantir engajamento com o processo de aprendizagem. Destacamos também a importância do trabalho pedagógico construído em equipe. Acreditamos que tais reflexões podem se tornar fonte de engajamento e inspiração para práticas pedagógicas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661451284_ARQUIVO_f7349d5e1f9f154d59fb1be17fd576b1.pdf

Apresentação Oral

Docência de Antropologia na Pandemia de COVID-19: desafios, estratégias e aprendizados de três experiências de estágio-docência

Francine Costa, Carolina Giordano Bergmann, Pâmela Laurentina Sampaio Reis

As limitações impostas pela pandemia do COVID-19 ao ensino universitário levanta desafios pertinentes ao ensino de Antropologia. Este trabalho visa relatar três experiências de estágio-docência, que aconteceram de forma remota entre 2020 a 2022 nas seguintes disciplinas: Métodos de Pesquisa em Antropologia, Antropologia da Política e, Antropologia e Feminismo, ofertadas nos cursos de graduação em Antropologia Social e Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Partimos das seguintes perguntas: Como conseguir o engajamento das/os estudantes no ensino remoto? Que estratégias pedagógicas pode-se desenvolver? Como lidar com as dificuldades materiais e emocionais provocadas pelo contexto político e sanitário no país? Que condições tornam crítica a permanência dos estudantes durante a pandemia? Quais são as mudanças nas funções da equipe docente no contexto de pandemia? Para responder a estas questões refletimos sobre as possibilidades, alcances e limitações do ensino e do aprendizado no ensino remoto, através da análise de escolhas metodológicas e estratégias pedagógicas desenvolvidas por nós nesta modalidade de ensino. Seis serão as questões analisadas: as dinâmicas de ensino usadas em sala de aula virtual e como elas proporcionaram maior ou menor participação e engajamento; as estratégias utilizadas para evitar a evasão e garantir a permanência dos e das estudantes nas disciplinas; os processos desenvolvidos para acompanhar as trajetórias de aprendizado e crescimento intelectual individual das/os estudantes no ensino remoto; as principais dificuldades para a permanência das/os estudantes nas disciplinas; nosso papel enquanto estagiárias no contexto do ensino remoto e pandemia. Nossas experiências, ocorridas em momentos distintos do ensino remoto na universidade, nos evidenciou que mesmo em meio a limitações, é possível

dar ênfase ao desenvolvimento de habilidades centrais no ensino de Antropologia, tais como o "ser afetado" (FAVRET-SAADA, 2005), a identificação dos aspectos subjetivos e objetivos das observações (GROSSI, 2018) e a descrição etnográfica (SILVA, 2009). As dificuldades nas condições materiais e emocionais enfrentadas pelo coletivo da turma aparecem como um desafio importante para o desenvolvimento da docência durante a pandemia. Constatamos que é preciso um acompanhamento das/os estudantes que seja próximo, flexível e adaptado às circunstâncias pessoais para garantir engajamento com o processo de aprendizagem. Destacamos também a importância do trabalho pedagógico construído em equipe. Acreditamos que tais reflexões podem se tornar fonte de engajamento e inspiração para práticas pedagógicas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661451284_ARQUIVO_f7349d5e1f9f154d59fb1be17fd576b1.pdf

Apresentação Oral

QUANDO COMEÇA UMA ETNOGRAFIA?: reflexões iniciais sobre aprendizagens não escolares e gênero

Natália de Oliveira Melo

Com essa comunicação propõe-se perguntar: quando começa a pesquisa etnográfica? Considerando a trajetória de uma pesquisadora que se desloca geograficamente para iniciar sua pesquisa de Doutorado, apostamos que ela começa pelos emaranhados/enredamentos desconhecidos (TSING, 2019). O movimento, próprio de uma etnografia (MIZRAHI, 2014), envolve a pesquisa e o pesquisador/a nos entrelaçamentos anteriores ao campo de fato. Nesse texto, propomos que um primeiro movimento da pesquisa etnográfica começa na imersão literária, e esse enredamento abre um mundo de diálogos teóricos que já se relacionam com a pesquisa e com a pesquisadora. Qual o lugar da subjetividade do/a pesquisador/a que está aprendendo a fazer etnografia nesse processo de pesquisa (VEGA SANABRIA, 2019)? Da Matta (1978) sugere que o anthropological blues é característico da terceira fase da pesquisa antropológica - o campo, diferenciando-a da primeira, de imersão na literatura. O caso da presente comunicação ajuda a embaralhar uma e outra fase. Não apenas pelo deslocamento que propomos, mas pela imersão na literatura antropológica que uma de nós experimenta. As chaves analíticas nos sugerem fazer uma etnografia acerca das aprendizagens que se desenham com os processos de subjetivação de jovens mulheres (TOREN, 2021), principalmente no que diz respeito à identidade "natural" de ser mulher (BUTLER, 2001, 2019; DELEUZE; PARNET, 1998; GUATARRI; ROLNIK, 1996; HARAWAY, 2019; WITTING, 2019). Esse é assim um primeiro (literalmente) ensaio textual de uma pesquisa etnográfica que se pretende realizar num futuro próximo. Estamos em momento de campo

exploratório, delineando nosso objeto com vias a investigar processos de subjetivação feminina juvenil junto ao funk carioca. Nosso problema de pesquisa reside no potencial que as aprendizagens não escolares (Mead, 2015; Lave e Wenger, 1991; Tassinari, 2009; Ingold, 2011, 2015) podem oferecer para e o a discussão sobre gênero. Com a comunicação proposta, de perspectiva feminista, recorreremos a etnografias que nos inspiram, para discutir sobre a aprendizagem na antropologia, a formação da pesquisadora e a produção de subjetividade no processo de pesquisa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661262600_ARQUIVO_4ca185b6a867b55a6d4324ef31609517.pdf

Apresentação Oral

QUANDO COMEÇA UMA ETNOGRAFIA?: reflexões iniciais sobre aprendizagens não escolares e gênero

Natália de Oliveira Melo

Com essa comunicação propõe-se perguntar: quando começa a pesquisa etnográfica? Considerando a trajetória de uma pesquisadora que se desloca geograficamente para iniciar sua pesquisa de Doutorado, apostamos que ela começa pelos emaranhados/enredamentos desconhecidos (TSING, 2019). O movimento, próprio de uma etnografia (MIZRAHI, 2014), envolve a pesquisa e o pesquisador/a nos entrelaços anteriores ao campo de fato. Nesse texto, propomos que um primeiro movimento da pesquisa etnográfica começa na imersão literária, e esse enredamento abre um mundo de diálogos teóricos que já se relacionam com a pesquisa e com a pesquisadora. Qual o lugar da subjetividade do/a pesquisador/a que está aprendendo a fazer etnografia nesse processo de pesquisa (VEGA SANABRIA, 2019)? Da Matta (1978) sugere que o anthropological blues é característico da terceira fase da pesquisa antropológica - o campo, diferenciando-a da primeira, de imersão na literatura. O caso da presente comunicação ajuda a embaralhar uma e outra fase. Não apenas pelo deslocamento que propomos, mas pela imersão na literatura antropológica que uma de nós experimenta. As chaves analíticas nos sugerem fazer uma etnografia acerca das aprendizagens que se desenham com os processos de subjetivação de jovens mulheres (TOREN, 2021), principalmente no que diz respeito à identidade "natural" de ser mulher (BUTLER, 2001, 2019; DELEUZE; PARNET, 1998; GUATARRI; ROLNIK, 1996; HARAWAY, 2019; WITTING, 2019). Esse é assim um primeiro (literalmente) ensaio textual de uma pesquisa etnográfica que se pretende realizar num futuro próximo. Estamos em momento de campo exploratório, delineando nosso objeto com vias a investigar processos de subjetivação feminina juvenil junto ao funk carioca. Nosso problema de pesquisa reside no potencial que as aprendizagens não escolares (Mead, 2015; Lave e Wenger, 1991; Tassinari, 2009; Ingold,

2011, 2015) podem oferecer para e o a discussão sobre gênero. Com a comunicação proposta, de perspectiva feminista, recorreremos a etnografias que nos inspiram, para discutir sobre a aprendizagem na antropologia, a formação da pesquisadora e a produção de subjetividade no processo de pesquisa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661262600_ARQUIVO_4ca185b6a867b55a6d4324ef31609517.pdf

GT37: Ensino e aprendizagem da antropologia na educação básica

Embora seja notória a presença e o reconhecimento da Antropologia no debate público, bastando, para tal, que se note a atenção dedicada pela sociedade civil a temáticas caras ao campo antropológico, como identidade, racismo, gênero, cultura etc., bem como sua expansão como área de formação em nível de graduação e pós-graduação, chama atenção o pequeno número de pesquisas e os poucos espaços de reflexão e debate sobre o papel da Antropologia na educação básica. A presença de educadores com formação na área atuando desde o ensino fundamental foi observada, por exemplo, no Grupo de Discussão "Antropologia na sala de aula da Educação Básica: conteúdos, metodologias e recursos didáticos", realizado virtualmente dentro do IV Congresso Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, em 2020. Com o intuito de ampliar a visibilidade destes profissionais, bem como de criar um fórum permanente de discussão sobre a atuação de antropólogos no contexto da educação básica, este grupo de trabalho tem como objetivo acolher propostas de comunicação preocupadas com a história do ensino de Antropologia na educação básica, a Antropologia no currículo e nos espaços escolares, a Antropologia nos livros didáticos, Antropologia e formação de professore(a)s para a educação básica, ensino de Antropologia na Educação Técnica e Profissional, aprendizagem da Antropologia por meio da etnografia e materiais, métodos e estratégias de transposição didática da Antropologia na educação básica.

Palavras chave: antropologia; educação-básica; ensino-aprendizagem

Breno Alencar, Gekbede Dantas Targino, Marcelo Araujo

Apresentação Oral

Fórum maranhense de sociologia: uma experiência do ensino de Sociologia e Antropologia nas escolas públicas estaduais do ensino médio no Estado do Maranhão.

Andréa Joana Sodré de Sousa Garcia, Ana Carolina Torrente Pereira

O presente trabalho aborda a experiência do Fórum Maranhense de Sociologia, evento criado em 2018 e que vem sendo desenvolvido no Estado do Maranhão, e efetivado por professores de sociologia da rede pública de educação básica estadual. A proposta tem como objetivo proporcionar, aos estudantes da etapa da educação básica do ensino médio, um momento de discussão de temas da área de antropologia e sociologia para além da sala de aula, evidenciando-os como protagonistas juvenis, portanto, agentes do processo de ensino-aprendizagem. É proposto aos estudantes que interajam com temáticas antropológicas e sociológicas, e que os mesmos busquem apropriação sobre o assunto a partir de pesquisa, estudos, criando assim um olhar crítico sobre suas vivências cotidianas. O Fórum possibilita aos estudantes o experimentar o conhecimento científico em sua realidade, proporcionando o sentido de pertencimento amplo ao território do saber. Além desse objetivo, há ainda a marcação da discussão acerca da disciplina, apontando sua importância na formação integral dos estudantes, as incertezas sobre sua permanência no currículo e os desafios que vem sendo enfrentado com a implementação do novo ensino médio. O desenvolvimento do Fórum é marcado por um planejamento estabelecido em consonância a valorização da Sociologia, aos recursos e possibilidades de trabalho dos professores com esta formação em específico. Esta estrutura é marcada pelo convite à professores Cientistas Sociais da Rede de Educação Básica do Estado do Maranhão, que selecionam na escola em que trabalham de 8 a 12 de seus estudantes, dependendo do número de temáticas propostas para a edição do evento. O número de temáticas é estabelecido pela possibilidade de recurso concedido pela Secretaria de Educação do Estado - Seduc, que a partir do projeto dispõe de apoio estrutural e financeiro para a efetivação do evento. O evento é sediado pelas escolas das quais um dos professores compõe o Fórum, e a escolha da sede ocorre mediante possibilidade física do local em acomodar os estudantes e as atividades do evento. O Fórum tem se apresentado como uma experiência valorosa no processo de fortalecimento da disciplina junto aos estudantes e nas escolas, demonstrando uma importância significativa na formação integral dos estudantes participantes, por proporcionar aos mesmos orientação nos aspectos científicos das ciências sociais, a integração e protagonismo dos jovens diante a pesquisa e suas vivências cotidianas, engajamento em posicionamento questionador diante as perspectivas das sociedade em que estão inseridos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461606_ARQUIVO_76a01acb9848f91fa80a6bb03a777488.pdf

Apresentação Oral

Fórum maranhense de sociologia: uma experiência do ensino de Sociologia e Antropologia nas escolas públicas estaduais do ensino médio no Estado do Maranhão.

Andréa Joana Sodré de Sousa Garcia, Ana Carolina Torrente Pereira

O presente trabalho aborda a experiência do Fórum Maranhense de Sociologia, evento criado em 2018 e que vem sendo desenvolvido no Estado do Maranhão, e efetivado por professores de sociologia da rede pública de educação básica estadual. A proposta tem como objetivo proporcionar, aos estudantes da etapa da educação básica do ensino médio, um momento de discussão de temas da área de antropologia e sociologia para além da sala de aula, evidenciando-os como protagonistas juvenis, portanto, agentes do processo de ensino-aprendizagem. É proposto aos estudantes que interajam com temáticas antropológicas e sociológicas, e que os mesmos busquem apropriação sobre o assunto a partir de pesquisa, estudos, criando assim um olhar crítico sobre suas vivências cotidianas. O Fórum possibilita aos estudantes o experimentar o conhecimento científico em sua realidade, proporcionando o sentido de pertencimento amplo ao território do saber. Além desse objetivo, há ainda a marcação da discussão acerca da disciplina, apontando sua importância na formação integral dos estudantes, as incertezas sobre sua permanência no currículo e os desafios que vem sendo enfrentado com a implementação do novo ensino médio. O desenvolvimento do Fórum é marcado por um planejamento estabelecido em consonância a valorização da Sociologia, aos recursos e possibilidades de trabalho dos professores com esta formação em específico. Esta estrutura é marcada pelo convite à professores Cientistas Sociais da Rede de Educação Básica do Estado do Maranhão, que selecionam na escola em que trabalham de 8 a 12 de seus estudantes, dependendo do número de temáticas propostas para a edição do evento. O número de temáticas é estabelecido pela possibilidade de recurso concedido pela Secretaria de Educação do Estado - Seduc, que a partir do projeto dispõe de apoio estrutural e financeiro para a efetivação do evento. O evento é sediado pelas escolas das quais um dos professores compõe o Fórum, e a escolha da sede ocorre mediante possibilidade física do local em acomodar os estudantes e as atividades do evento. O Fórum tem se apresentado como uma experiência valorosa no processo de fortalecimento da disciplina junto aos estudantes e nas escolas, demonstrando uma importância significativa na formação integral dos estudantes participantes, por proporcionar aos mesmos orientação nos aspectos científicos das ciências sociais, a integração e protagonismo dos jovens diante a pesquisa e suas vivências cotidianas, engajamento em posicionamento questionador diante as perspectivas das sociedade em que estão inseridos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461606_ARQUIVO_76a01acb9848f91fa80a6bb03a777488.pdf

Apresentação Oral

Discutindo o conceito antropológico de cultura na sala de aula no ensino médio: um relato de experiência

Eliana Barretto de Menezes Lopes

Introdução: Os conteúdos de Sociologia na educação tecnológica e profissional, ainda que abarquem enfoques e temas da Ciência Política e Antropologia, preponderam. Os livros didáticos reproduzem esse quadro, e contribuem para a sua estruturação, dados os seus vieses sociológicos. O conceito de cultura, categoria central no campo Antropológico, e com grande relevância também nas outras áreas das Ciências Sociais, é exemplar nesse sentido, dado que, com algumas exceções, é comumente abordado nos livros didáticos em termos sociológicos. Mesmo quando há uma definição antropológica, as discussões e exemplos utilizados sociologicamente se justificam. Nesse sentido, para a abordagem do conceito de cultura em termos antropológicos, no ensino médio integrado, é necessário um deslocamento do docente, ancorando-se em matrizes teóricas desse campo. **Objetivos:** O objetivo deste artigo é compartilhar um relato de experiência, com estudantes da educação técnica profissionalizando em nível médio em um instituto federal, na abordagem do conceito de cultura, em seu sentido antropológico, articulando-o com o modo de vida e lutas indígenas na contemporaneidade. **Metodologia:** Durante um semestre, com duas aulas de Sociologia por semana, em duas turmas do segundo ano em um curso técnico integrado de Eletrônica, discutiu-se o livro "Cultura: um conceito antropológico", relacionando-o com outros referenciais e suportes, como aporte teórico-metodológico para a construção de discussões contemporâneas relacionadas aos povos indígenas. Suas produções artísticas recentes em espaços de exposição como a Pinacoteca, disputas em torno da demarcação de terras, e os seus processos educacionais escolares, foram os eixos dos debates. **Discussão e resultados:** Mudanças anteriores na legislação inseriram as temáticas indígena e afro-brasileira como obrigatórias no currículo escolar, porém, nem sempre em diálogo com os conhecimentos antropológicos, em suas referências teóricas e em seu instrumental. Em sala de aula, foram constatados conhecimentos anteriores qualitativamente diferenciados sobre essas temáticas, por parte dos estudantes, com alguns deles expressando lacunas nesse campo. **Conclusões:** Além das questões objetivas relacionadas a currículos e diretrizes, com os desafios se expandindo e se aprofundando na atualidade - com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em fase de implementação, por exemplo -, é essencial, para a discussão antropológica se efetivar na sala de aula da educação profissional, a implicação teórico-metodológica dos docentes nesse processo, a busca de materiais para a sua utilização no cotidiano, e a troca de experiências. **Palavras-chave:** Cultura; Povos indígenas; Antropologia; Sociologia; educação profissional

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479446_ARQUIVO_434b347143fda931406062c5ddcde6ad.pdf

Apresentação Oral

Discutindo o conceito antropológico de cultura na sala de aula no ensino médio: um relato de experiência

Eliana Barretto de Menezes Lopes

Introdução: Os conteúdos de Sociologia na educação tecnológica e profissional, ainda que abarquem enfoques e temas da Ciência Política e Antropologia, preponderam. Os livros didáticos reproduzem esse quadro, e contribuem para a sua estruturação, dados os seus vieses sociológicos. O conceito de cultura, categoria central no campo Antropológico, e com grande relevância também nas outras áreas das Ciências Sociais, é exemplar nesse sentido, dado que, com algumas exceções, é comumente abordado nos livros didáticos em termos sociológicos. Mesmo quando há uma definição antropológica, as discussões e exemplos utilizados sociologicamente se justificam. Nesse sentido, para a abordagem do conceito de cultura em termos antropológicos, no ensino médio integrado, é necessário um deslocamento do docente, ancorando-se em matrizes teóricas desse campo. **Objetivos:** O objetivo deste artigo é compartilhar um relato de experiência, com estudantes da educação técnica profissionalizando em nível médio em um instituto federal, na abordagem do conceito de cultura, em seu sentido antropológico, articulando-o com o modo de vida e lutas indígenas na contemporaneidade. **Metodologia:** Durante um semestre, com duas aulas de Sociologia por semana, em duas turmas do segundo ano em um curso técnico integrado de Eletrônica, discutiu-se o livro "Cultura: um conceito antropológico", relacionando-o com outros referenciais e suportes, como aporte teórico-metodológico para a construção de discussões contemporâneas relacionadas aos povos indígenas. Suas produções artísticas recentes em espaços de exposição como a Pinacoteca, disputas em torno da demarcação de terras, e os seus processos educacionais escolares, foram os eixos dos debates. **Discussão e resultados:** Mudanças anteriores na legislação inseriram as temáticas indígena e afro-brasileira como obrigatórias no currículo escolar, porém, nem sempre em diálogo com os conhecimentos antropológicos, em suas referências teóricas e em seu instrumental. Em sala de aula, foram constatados conhecimentos anteriores qualitativamente diferenciados sobre essas temáticas, por parte dos estudantes, com alguns deles expressando lacunas nesse campo. **Conclusões:** Além das questões objetivas relacionadas a currículos e diretrizes, com os desafios se expandindo e se aprofundando na atualidade - com a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em fase de implementação, por exemplo -, é essencial, para a discussão antropológica se efetivar na sala de aula da educação profissional, a implicação teórico-metodológica dos docentes nesse processo, a busca de materiais para a sua utilização no cotidiano, e a troca de experiências. **Palavras-chave:** Cultura; Povos indígenas; Antropologia; Sociologia; educação profissional

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479446_ARQUIVO_434b347143fda931406062c5ddcde6ad.pdf

Apresentação Oral

Antropologia e Educação: uma reflexão sobre o lugar da Antropologia no ensino médio.

Michael

Neste trabalho pretendo refletir sobre o campo educacional, especificamente, as aulas de sociologia no ensino médio em escolas públicas da rede estadual de ensino. A intenção é pensar a antropologia enquanto um campo do conhecimento das ciências sociais, a contribuição de seus conceitos e categorias na formação dos sujeitos. Tendo em vista que as ciências sociais são estruturadas em três grandes áreas: sociologia, antropologia e ciência política e que no ensino médio se convencionou chamar de sociologia, generalizando o campo das ciências sociais, meu argumento é que os conteúdos da antropologia são "minimizados" ou discutidos de forma "estereotipada". A análise ocorrerá a partir de minha experiência como docente da disciplina de Antropologia da Educação em cursos superiores de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Piauí - UFPI (2017-2019), de Sociologia no ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso - IFMT (2021-2022) e no trabalho de campo, no depoimento dos professores que ministram aulas de Sociologia e na sua prática pedagógica, com a intenção de compreender como esses conceitos podem instruir os estudantes, dando-lhes ferramentas para reflexões que permitam desnaturalizar pré-conceitos e discriminações que são nocivos a vida em sociedade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661378735_ARQUIVO_6bec66e5f4a926cfd0f98541e6dffffc.pdf

Apresentação Oral

Antropologia e Educação: uma reflexão sobre o lugar da Antropologia no ensino médio.

Michael

Neste trabalho pretendo refletir sobre o campo educacional, especificamente, as aulas de sociologia no ensino médio em escolas públicas da rede estadual de ensino. A intenção é pensar a antropologia enquanto um campo do conhecimento das ciências sociais, a contribuição de seus conceitos e categorias na formação dos sujeitos. Tendo em vista que as ciências sociais são estruturadas em três grandes áreas: sociologia, antropologia e ciência política e que no ensino médio se convencionou chamar de sociologia, generalizando o campo das ciências sociais, meu argumento é que os conteúdos da antropologia são "minimizados" ou discutidos de forma "estereotipada". A análise ocorrerá a partir de minha experiência como docente da disciplina de Antropologia da Educação em cursos superiores de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Piauí - UFPI (2017-2019), de Sociologia no ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso - IFMT (2021-

2022) e no trabalho de campo, no depoimento dos professores que ministram aulas de Sociologia e na sua prática pedagógica, com a intenção de compreender como esses conceitos podem instruir os estudantes, dando-lhes ferramentas para reflexões que permitam desnaturalizar pré-conceitos e discriminações que são nocivos a vida em sociedade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661378735_ARQUIVO_6bec66e5f4a926cfd0f98541e6dffd.c.pdf

GT38: Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas

Em continuidade às reflexões desenvolvidas em Grupos de Trabalho da RBA e da RAM e em Simpósios Temáticos do Encontro Anual da ANPOCS, esta proposta tem como foco práticas e sujeitos sociais que operam nos interstícios entre arte e política. No cenário antropológico contemporâneo, são constantes as investigações que buscam analisar ações sociais que se processam através de imagens, sons, materialidades, objetos, performances e formas expressivas que, não raro, se coadunam em processos de organização coletiva e mobilizações sociais que apontam o rico potencial transformativo de agências que são, simultaneamente, artísticas e políticas. Por outro lado, pelo menos desde os anos 2000, tem se intensificado, em nossa disciplina, o que podemos caracterizar como "virada artística" e que aponta para uma aproximação entre arte e antropologia do ponto de vista de suas práticas e fazeres, enfatizando novos caminhos etnográficos possíveis para exprimir os resultados de nossas pesquisas, bem como atentando para outras possibilidades metodológicas de construção das mesmas. Nesse sentido, buscamos acolher tanto pesquisas que, ao se debruçarem sobre o campo artístico, enfatizam suas potencialidades políticas (e vice-versa) quanto aquelas nas quais o fazer etnográfico opera a partir de produções que mesclam antropologia e práticas artísticas.

Palavras chave: Artes; Políticas; Agência

Vi Grunvald, Glauco Ferreira

Apresentação Oral

Poéticas e políticas negras: uma etnografia sobre o Movimento Negro no campo artístico e acadêmico

Amanda Santos Silveira

Através de um diálogo entre Antropologia da Educação e Dança, este trabalho tem como objetivo apresentar dados parciais de um estudo etnográfico com dois coletivos negros,

artísticos e vinculados a graduações em Dança no Rio Grande do Sul. O campo de pesquisa é composto pelo Coletivo Corpo Negra, de Porto Alegre/RS, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Coletivo Negressencia, coletivo multiterritorial que foi criado vinculado aos cursos de Dança Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Trata-se de um recorte de uma pesquisa pautada na presença de coletivos negros no campo acadêmico, que tem como objetivo investigar as formas de aquilombamento entre sujeitos negros e negras na universidade e como o Movimento Negro aparece no campo universitário. Para tanto, mobilizo o conceito de aquilombamento a partir de Beatriz Nascimento (1989) e de Alex Ratts (2006) e a discussão sobre Movimento Negro a partir de Nilma Lino Gomes (2018). O Coletivo Negressencia e o Coletivo Corpo Negra são grupos formados por jovens negros/as intelectualizados/as e conscientes racialmente que reivindicam o acesso à educação e ao mercado de trabalho; o direito de circular e permanecer plenamente em espaços públicos; a criação de lugares ligados a religiosidades e o acesso aos direitos civis. As ações destes grupos são realizadas através do corpo e do movimento, proporcionando um diálogo entre dança, educação, arte, antropologia e política. Os coletivos, entendidos como grupos políticos produtores de experiências (de arte e de educação, principalmente), ressignificam a questão étnico-racial dentro e fora do meio universitário. Nesse estudo, além de artistas negros/as inseridos em grupos de militância, os/as integrantes dos coletivos são reconhecidos também como sujeitos de conhecimento. Adoto o pressuposto de que esses grupos - enquanto forma de organização política, artística e pressão social - têm se constituído como mediadores entre a comunidade negra, a sociedade e a Universidade. A importância do presente estudo está na necessidade de aprofundar a reflexão sobre a organização de coletivos negros que possuem caráter artístico. O cerne deste trabalho diz respeito aos saberes políticos produzidos pelas ações do Coletivo Corpo Negra e do Coletivo Negressencia. Pelo trabalho de campo realizado entre 2020 e 2022, estes grupos constroem saberes e aprendizados não só políticos mas também identitários e, como se trata de Dança, saberes artísticos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661437359_ARQUIVO_103f0c90d1ed448878366920f575ba8d.pdf

Apresentação Oral

Poéticas e políticas negras: uma etnografia sobre o Movimento Negro no campo artístico e acadêmico

Amanda Santos Silveira

Através de um diálogo entre Antropologia da Educação e Dança, este trabalho tem como objetivo apresentar dados parciais de um estudo etnográfico com dois coletivos negros,

artísticos e vinculados a graduações em Dança no Rio Grande do Sul. O campo de pesquisa é composto pelo Coletivo Corpo Negra, de Porto Alegre/RS, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Coletivo Negressencia, coletivo multiterritorial que foi criado vinculado aos cursos de Dança Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Trata-se de um recorte de uma pesquisa pautada na presença de coletivos negros no campo acadêmico, que tem como objetivo investigar as formas de aquilombamento entre sujeitos negros e negras na universidade e como o Movimento Negro aparece no campo universitário. Para tanto, mobilizo o conceito de aquilombamento a partir de Beatriz Nascimento (1989) e de Alex Ratts (2006) e a discussão sobre Movimento Negro a partir de Nilma Lino Gomes (2018). O Coletivo Negressencia e o Coletivo Corpo Negra são grupos formados por jovens negros/as intelectualizados/as e conscientes racialmente que reivindicam o acesso à educação e ao mercado de trabalho; o direito de circular e permanecer plenamente em espaços públicos; a criação de lugares ligados a religiosidades e o acesso aos direitos civis. As ações destes grupos são realizadas através do corpo e do movimento, proporcionando um diálogo entre dança, educação, arte, antropologia e política. Os coletivos, entendidos como grupos políticos produtores de experiências (de arte e de educação, principalmente), ressignificam a questão étnico-racial dentro e fora do meio universitário. Nesse estudo, além de artistas negros/as inseridos em grupos de militância, os/as integrantes dos coletivos são reconhecidos também como sujeitos de conhecimento. Adoto o pressuposto de que esses grupos - enquanto forma de organização política, artística e pressão social - têm se constituído como mediadores entre a comunidade negra, a sociedade e a Universidade. A importância do presente estudo está na necessidade de aprofundar a reflexão sobre a organização de coletivos negros que possuem caráter artístico. O cerne deste trabalho diz respeito aos saberes políticos produzidos pelas ações do Coletivo Corpo Negra e do Coletivo Negressencia. Pelo trabalho de campo realizado entre 2020 e 2022, estes grupos constroem saberes e aprendizados não só políticos mas também identitários e, como se trata de Dança, saberes artísticos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661437359_ARQUIVO_103f0c90d1ed448878366920f575ba8d.pdf

Apresentação Oral

Fricções e ficções de imagens no norte de Moçambique

Eduardo Vargas

Resumo: Aberto na década de 1950, em pleno período colonial, um caminho de ferro corta o norte de Moçambique. De maneira intermitente por conta da guerra de Independência e da guerra dos 16 anos que a seguiu, ele conecta o oceano Índico, a leste, às férteis regiões de

Cuamba e Lichinga, a oeste. Por ele passa há décadas um comboio que leva gente, sobretudo macuas, de Nampula a Cuamba. É o principal meio de transporte das pessoas e dos produtos de machamba entre os inúmeros povoados da região, a mais populosa do país. Este caminho de ferro foi refeito e estendido há uma década como parte de megaprojetos de exploração de carvão mineral e de agronegócio, que têm impactado severamente a região. Hoje é conhecido como o Corredor de Nacala. Este trabalho apresenta e discute imagens produzidas por diferentes agentes que cruzam este caminho de ferro, ou cujos caminhos este de ferro cruza, sejam elas feitas pelas instituições interessadas, sejam elas contrafeitas pelas populações envolvidas, numa particular guerra de imagens. Este trabalho também relata e discute experiências etnográficas em curso que envolvem a produção e a circulação de imagens fotográficas entre pessoas e instituições da região, notadamente a exposição fotográfica “Olhos Passageiros – Todos os Olhos” tal como ocorrida no início de 2020 no norte de Moçambique < https://youtu.be/U_7AaH3MbL0 >, quando foram expostas nas paredes externas dos vagões do comboio de passageiros uma centena e meia de retratos de utentes do mesmo comboio tirados em viagem realizada em 2016 e desta vez impressos e expostos em grande formato. Em todos os casos trata-se de saber o que (se) passa e o que não (se) passa nos caminhos que cortam de leste a oeste o norte de Moçambique; em que medida estes caminhos de gentes e entes se friccionam e se ficcionam reciprocamente, enfim, como transportar isso de um momento a outro, de um canto a outro, de uma associação a outra, de um mundo a outro reconhecendo e respeitando as armadilhas próprias aos modos de passagem, às palavras e às imagens, bem como aquelas que enredam quem as porta.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/264_14201746_111466.pdf

Apresentação Oral

"Buona Sera Turin! Good evening Europe!": Performance e política no Eurovision Song Contest 2022.

Fernanda Marcon, Rebecca Ramos Dias

O evento "Eurovision Song Contest" é uma competição musical anual realizada em contexto europeu desde 1956. O projeto inicial do evento envolveu o discurso de união do continente europeu através da música dado o fim da 2^a Guerra Mundial. Atualmente, possui uma série de pré-seleções nacionais que culminam em duas semifinais e uma grande final, tendo como slogan revelar a "nova voz da Europa". Além disso, o país que tem sua composição representante premiada recebe o valor do prêmio para sediar a edição seguinte do festival, configurando um revezamento de anfitriões entre os países do continente. A comunicação pretende refletir sobre as performances das canções concorrentes no evento, tendo em vista o horizonte político estabelecido pelo Eurovision desde sua primeira edição. Entende-se que os grandes festivais musicais competitivos mobilizam e constituem diferentes discursos

identitários sobre os espaços sociais e geopolíticos em que se realizam ou de onde partem os participantes. No caso do Eurovision, há muito se articulam noções de "europeidade" que hierarquizam e organizam as relações entre os países que participam da competição. Portanto, pretende-se observar como as performances das canções que competem no Eurovision 2022 dialogam e constituem modos de "cantar" a Europa, mas também os conflitos e questões geopolíticas da contemporaneidade a partir da observação do evento de forma online e acompanhamento de suas páginas oficiais em redes sociais. A etnografia virtual se insere como metodologia importante nesse contexto, haja vista que a produção do festival é particularmente pensada a partir da mediação do espaço virtual em que se divulgam as composições concorrentes de cada país, a veiculação de vídeos de inscrição e a transmissão ao vivo das performances nas etapas eliminatórias. A partir dos estudos de performance, mas também de perspectivas teóricas que iluminam o diálogo da arte com a política no próprio fazer antropológico, o trabalho busca refletir sobre uma Europa pandêmica e que constrói uma vez mais um discurso sobre a ameaça de guerra, desta vez por seu Leste (guerra da Ucrânia). Um fronteira civilizacional móvel e constituída internamente, a partir da qual se acionam símbolos políticos, como a nação e o continente, e se desdobram os conflitos latentes através das performances musicais competitivas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661274069_ARQUIVO_af201290c3d82d83715c4e8a16f8ed47.pdf

Apresentação Oral

"Buona Sera Turin! Good evening Europe!": Performance e política no Eurovision Song Contest 2022.

Fernanda Marcon, Rebecca Ramos Dias

Resumo: O evento "Eurovision Song Contest" é uma competição musical anual realizada em contexto europeu desde 1956. O projeto inicial do evento envolveu o discurso de união do continente europeu através da música dado o fim da 2^a Guerra Mundial. Atualmente, possui uma série de pré-seleções nacionais que culminam em duas semifinais e uma grande final, tendo como slogan revelar a "nova voz da Europa". Além disso, o país que tem sua composição representante premiada recebe o valor do prêmio para sediar a edição seguinte do festival, configurando um revezamento de anfitriões entre os países do continente. A comunicação pretende refletir sobre as performances das canções concorrentes no evento, tendo em vista o horizonte político estabelecido pelo Eurovision desde sua primeira edição. Entende-se que os grandes festivais musicais competitivos mobilizam e constituem diferentes discursos identitários sobre os espaços sociais e geopolíticos em que se realizam ou de onde partem os participantes. No caso do Eurovision, há muito se articulam noções de

“europeidade” que hierarquizam e organizam as relações entre os países que participam da competição. Portanto, pretende-se observar como as performances das canções que competem no Eurovision 2022 dialogam e constituem modos de “cantar” a Europa, mas também os conflitos e questões geopolíticas da contemporaneidade a partir da observação do evento de forma online e acompanhamento de suas páginas oficiais em redes sociais. A etnografia virtual se insere como metodologia importante nesse contexto, haja vista que a produção do festival é particularmente pensada a partir da mediação do espaço virtual em que se divulgam as composições concorrentes de cada país, a veiculação de vídeos de inscrição e a transmissão ao vivo das performances nas etapas eliminatórias. A partir dos estudos de performance, mas também de perspectivas teóricas que iluminam o diálogo da arte com a política no próprio fazer antropológico, o trabalho busca refletir sobre uma Europa pandêmica e que constrói uma vez mais um discurso sobre a ameaça de guerra, desta vez por seu Leste (guerra da Ucrânia). Um fronteira civilizacional móvel e constituída internamente, a partir da qual se acionam símbolos políticos, como a nação e o continente, e se desdobram os conflitos latentes através das performances musicais competitivas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/41_60835216_111466.pdf

Apresentação Oral

Funk e Covid-19: notas antropológicas sobre contágio, fluxos e sobrevivências

Guilherme Vieira Bertollo

O presente trabalho objetiva apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa sobre funk e pandemia, desenvolvida no âmbito das discussões do grupo Cultura e Covid, promovido pelo projeto Arte, Política e Experimentação Etnográfica, sob coordenação de Vi Grunvald (PPGAS/UFRGS). O funk brasileiro, também chamado de "funk carioca", é um gênero de música eletrônica dançante (PALOMBINI, 2009) que enfrenta ampla criminalização, assim como ocorreu com o samba, a capoeira, dentre outras práticas com origens nas tradições culturais da diáspora africana. A perspectiva de artistas periféricos com relação às ações do Estado são temas frequentes nas produções musicais do funk, constituindo-se como contra-narrativas sobre a violência urbana e reproduzindo muitos dos problemas enfrentados cotidianamente pelas pessoas pertencentes a grupos marginalizados. No contexto da pandemia global de covid-19, foi indicado pelas autoridades de saúde pública (tanto no âmbito nacional quanto internacional), a necessidade do distanciamento social como principal atitude a ser tomada para evitar o contágio em grande escala. Pela mídia hegemônica, e também através de redes sociais como Twitter e Instagram, foram noticiados bailes funk e outras festas que causaram aglomerações nos centros urbanos e nas periferias de cidades brasileiras. A ampla repercussão através de canais midiáticos favorece o fortalecimento de preconceitos a respeito do funk, ao mobilizar noções estereotipadas sobre a cultura das periferias no imaginário social

da classe média branca. O uso (ou não) de máscara foi identificado como um demarcador social (SOUZA, 2021), sendo muitas vezes dispensado pelas pessoas que moram em favelas, como um ato de transgressão. Em contextos periféricos, a relação dos sujeitos com a vida e a morte é diferenciada. Também a maneira como a periferia significa o Estado e suas intervenções é diversa da percepção das elites urbanas. Contudo, mesmo nos setores mais privilegiados, que, via de regra, têm maior acesso à informação e às estatísticas epidemiológicas, como índices de mortalidade, grande parte não se importava em desrespeitar os protocolos de saúde pública. Com as festas populares (de rua) proibidas, emerge o fenômeno da privatização do lazer. Nas periferias, os bailes funk resistem como uma "cultura de sobrevivência" (FACINA, 2021). Enquanto promove a repressão violenta às formas de resistência cultural e política de grupos periféricos, o Estado garante a manutenção de privilégios de classe. Nesta conjuntura, o movimento funk têm conseguido não apenas fazer a sua política de conscientização acerca da importância da vacinação da população brasileira, mas têm também nos ajudado a pensar a criação de políticas de cuidado diferencial para os grupos socialmente vulneráveis.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482647_ARQUIVO_211f8690c5ebcf7235637e4150deef56.pdf

Apresentação Oral

Funk e Covid-19: notas antropológicas sobre contágio, fluxos e sobrevivências

Guilherme Vieira Bertollo

O presente trabalho objetiva apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa sobre funk e pandemia, desenvolvida no âmbito das discussões do grupo Cultura e Covid, promovido pelo projeto Arte, Política e Experimentação Etnográfica, sob coordenação de Vi Grunvald (PPGAS/UFRGS). O funk brasileiro, também chamado de "funk carioca", é um gênero de música eletrônica dançante (PALOMBINI, 2009) que enfrenta ampla criminalização, assim como ocorreu com o samba, a capoeira, dentre outras práticas com origens nas tradições culturais da diáspora africana. A perspectiva de artistas periféricos com relação às ações do Estado são temas frequentes nas produções musicais do funk, constituindo-se como contra-narrativas sobre a violência urbana e reproduzindo muitos dos problemas enfrentados cotidianamente pelas pessoas pertencentes a grupos marginalizados. No contexto da pandemia global de covid-19, foi indicado pelas autoridades de saúde pública (tanto no âmbito nacional quanto internacional), a necessidade do distanciamento social como principal atitude a ser tomada para evitar o contágio em grande escala. Pela mídia hegemônica, e também através de redes sociais como Twitter e Instagram, foram noticiados bailes funk e outras festas que causaram aglomerações nos centros urbanos e nas periferias de cidades brasileiras. A ampla

repercussão através de canais midiáticos favorece o fortalecimento de preconceitos a respeito do funk, ao mobilizar noções estereotipadas sobre a cultura das periferias no imaginário social da classe média branca. O uso (ou não) de máscara foi identificado como um demarcador social (SOUZA, 2021), sendo muitas vezes dispensado pelas pessoas que moram em favelas, como um ato de transgressão. Em contextos periféricos, a relação dos sujeitos com a vida e a morte é diferenciada. Também a maneira como a periferia significa o Estado e suas intervenções é diversa da percepção das elites urbanas. Contudo, mesmo nos setores mais privilegiados, que, via de regra, têm maior acesso à informação e às estatísticas epidemiológicas, como índices de mortalidade, grande parte não se importava em desprezar os protocolos de saúde pública. Com as festas populares (de rua) proibidas, emerge o fenômeno da privatização do lazer. Nas periferias, os bailes funk resistem como uma "cultura de sobrevivência" (FACINA, 2021). Enquanto promove a repressão violenta às formas de resistência cultural e política de grupos periféricos, o Estado garante a manutenção de privilégios de classe. Nesta conjuntura, o movimento funk têm conseguido não apenas fazer a sua política de conscientização acerca da importância da vacinação da população brasileira, mas têm também nos ajudado a pensar a criação de políticas de cuidado diferencial para os grupos socialmente vulneráveis.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482647_ARQUIVO_211f8690c5ebcf7235637e4150deef56.pdf

Apresentação Oral

Arte e vulnerabilidade travesti: considerações acerca de uma performance em caos paradoxal

Iago Marichi Costa

A partir de uma investigação a qual o principal objetivo é a identificação de formas potentes de resistência e agenciamento exercidos através da criação artística de pessoas trans* e travestis, apresento um recorte etnográfico de pesquisa que se refere à execução da performance "(r)e_c0l3t4: C40S P4R4D0XAL", interpretada por Guma Joana. Com eixo temático cravado na vulnerabilidade existencial do corpo travesti em território nacional, a prática opera em um ambiente de risco que nos remete igualmente ao descarte residual inadequado da produção de lixo brasileira. A análise culmina na verificação de contínuas manifestações imagéticas capazes de produzir laços e afetos, mas também na decorrente possibilidade de sobrevivência de sujeitos que agenciam coletivamente a contramão da política de morte e despejo desde a arte.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661465912_ARQUIVO_e9ff8f20dd8f1ba9c2a27ff0890ae090.pdf

Apresentação Oral

Arte e vulnerabilidade travesti: considerações acerca de uma performance em caos paradoxal

Iago Marichi Costa

A partir de uma investigação a qual o principal objetivo é a identificação de formas potentes de resistência e agenciamento exercidos através da criação artística de pessoas trans* e travestis, apresento um recorte etnográfico de pesquisa que se refere à execução da performance "(r)e_c0l3t4: C40S P4R4D0XAL", interpretada por Guma Joana. Com eixo temático cravado na vulnerabilidade existencial do corpo travesti em território nacional, a prática opera em um ambiente de risco que nos remete igualmente ao descarte residual inadequado da produção de lixo brasileira. A análise culmina na verificação de contínuas manifestações imagéticas capazes de produzir laços e afetos, mas também na decorrente possibilidade de sobrevivência de sujeitos que agenciam coletivamente a contramão da política de morte e despejo desde a arte.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661465912_ARQUIVO_e9ff8f20dd8f1ba9c2a27ff0890ae090.pdf

Apresentação Oral

Ceilândia, Cidade Aberta: A Periferia Como Presença Insurgente Em A Cidade É Uma Só? (Adirley Queirós, 2011)

João Paulo Campos

A tarefa deste ensaio é construir uma discussão interdisciplinar sobre o cinema como uma prática que se configura entre a arte e a política a partir da análise do filme *A cidade é uma só?* (2011), de Adirley Queirós. Partimos da hipótese de que esta obra elabora um pensamento estético-político em que as cisuras do Distrito Federal são postas em cena criticamente, gesto que revela aspectos da relação entre Brasília (Plano Piloto) e seus outros (Cidades-Satélites). Um dos motivos mais importantes do filme é a perambulação de personagens subalternizados entre Brasília e Ceilândia, cidades vizinhas cuja relação tecida na obra desvela a paisagem desigual do Distrito Federal. Saltando à origem histórica do conflito espacial em questão e desenvolvendo um jogo dramático que coloca personagens em movimento entre o centro e a periferia, o filme de Queirós constrói um registro que mistura documentário e ficção em cena, além de confrontar passado e presente através da montagem, com o objetivo de subverter a

história oficial ou as "narrativas do progresso" (TSING, 2015) que narram a criação da cidade radiosa à brasileira. Levando a sério os recursos estéticos agenciados pelo cineasta, chegamos à conclusão de que este filme figura a periferia brasiliense como uma "presença insurgente" (ADERALDO, 2018) capaz de questionar a utopia modernista que serve como um "manto mito-poético" (HOLSTON, 1993) de Brasília, ofuscando suas origens históricas e os conflitos de classe que explodiram neste processo. Ceilândia é mostrada na obra, portanto, como as entranhas da cidade modernista - uma aventura estética que critica a história violenta, tão utópica quanto distópica, de construção e fundação da capital federal.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661368932_ARQUIVO_9befba3796989b76bc9e3cc8a466c9a7.pdf

Apresentação Oral

Ceilândia, Cidade Aberta: A Periferia Como Presença Insurgente Em A Cidade É Uma Só? (Adirley Queirós, 2011)

João Paulo Campos

A tarefa deste ensaio é construir uma discussão interdisciplinar sobre o cinema como uma prática que se configura entre a arte e a política a partir da análise do filme *A cidade é uma só?* (2011), de Adirley Queirós. Partimos da hipótese de que esta obra elabora um pensamento estético-político em que as cisuras do Distrito Federal são postas em cena criticamente, gesto que revela aspectos da relação entre Brasília (Plano Piloto) e seus outros (Cidades-Satélites). Um dos motivos mais importantes do filme é a perambulação de personagens subalternizados entre Brasília e Ceilândia, cidades vizinhas cuja relação tecida na obra desvela a paisagem desigual do Distrito Federal. Saltando à origem histórica do conflito espacial em questão e desenvolvendo um jogo dramático que coloca personagens em movimento entre o centro e a periferia, o filme de Queirós constrói um registro que mistura documentário e ficção em cena, além de confrontar passado e presente através da montagem, com o objetivo de subverter a história oficial ou as "narrativas do progresso" (TSING, 2015) que narram a criação da cidade radiosa à brasileira. Levando a sério os recursos estéticos agenciados pelo cineasta, chegamos à conclusão de que este filme figura a periferia brasiliense como uma "presença insurgente" (ADERALDO, 2018) capaz de questionar a utopia modernista que serve como um "manto mito-poético" (HOLSTON, 1993) de Brasília, ofuscando suas origens históricas e os conflitos de classe que explodiram neste processo. Ceilândia é mostrada na obra, portanto, como as entranhas da cidade modernista - uma aventura estética que critica a história violenta, tão utópica quanto distópica, de construção e fundação da capital federal.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661368932_ARQUIVO_9befba3796989b76bc9e3cc8a466c9a7.pdf

Apresentação Oral

Un delirio lleno de tacos, glitter y amor: aproximaciones etnográficas a los modos de hacer de la colectiva Tarde Marika (Córdoba, Argentina)

Maria Lucia Tamagnini

Tarde Marika es una colectiva artística/activista de inspiración drag situada en la ciudad de Córdoba, Argentina. Sus integrantes se proponen "celebrar las disidencias de género y sexualidad" a través de acciones colectivas públicas, tales como: ciclos de cine, clases de danza, pequeños festivales, pasarelas (o runway) en el espacio callejero y encuentros vespertinos en los que ponen a disposición de los asistentes maquillajes, vestuarios y pelucas para que cada quien pueda "dragarse", "montarse" y crear un personaje a través del cual explorar lúdicamente la maleabilidad de las construcciones genéricas. Denominadas "Tardes Marikas", este tipo de encuentro dio origen y nombre al colectivo en febrero de 2017. En este trabajo realizo una primera aproximación etnográfica a esta colectiva, focalizando en modos de hacer con el drag que transitan entre arte y política. Para ello, describiré de qué manera llevan a cabo el "trabajo colectivo", cómo y con quiénes se vinculan en el marco de dichos procesos organizativos, qué reivindicaciones construyen y de qué manera articulan su "compromiso" con causas sociales más amplias, como la legalización del aborto o la implementación de Educación Sexual Integral. Como hipótesis exploratoria, propongo que estos modos de hacer se sostienen en base a tecnologías de la amistad, esto es, formas sociales de producción, gestión y circulación artística que involucran personas, afectos y deseos compartidos. Encaro esta aproximación desde un doble posicionamiento, como etnógrafa/investigadora y como integrante de la colectiva. Lo que pueda decir sobre Tarde Marika entonces es resultado, en parte, de una participación activa en una red constituida por vínculos que se desplazan en un continuum entre amistad y trabajo artístico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477318_ARQUIVO_7cedcf6d1fcfd7f239f08eabdca3304b.pdf

Apresentação Oral

Un delirio lleno de tacos, glitter y amor: aproximaciones etnográficas a los modos de hacer de la colectiva Tarde Marika (Córdoba, Argentina)

Maria Lucia Tamagnini

Tarde Marika es una colectiva artística/activista de inspiración drag situada en la ciudad de Córdoba, Argentina. Sus integrantes se proponen "celebrar las disidencias de género y sexualidad" a través de acciones colectivas públicas, tales como: ciclos de cine, clases de danza, pequeños festivales, pasarelas (o runway) en el espacio callejero y encuentros vespertinos en los que ponen a disposición de los asistentes maquillajes, vestuarios y pelucas para que cada quien pueda "dragarse", "montarse" y crear un personaje a través del cual explorar lúdicamente la maleabilidad de las construcciones genéricas. Denominadas "Tardes Marikas", este tipo de encuentro dio origen y nombre al colectivo en febrero de 2017. En este trabajo realizo una primera aproximación etnográfica a esta colectiva, focalizando en modos de hacer con el drag que transitan entre arte y política. Para ello, describiré de qué manera llevan a cabo el "trabajo colectivo", cómo y con quiénes se vinculan en el marco de dichos procesos organizativos, qué reivindicaciones construyen y de qué manera articulan su "compromiso" con causas sociales más amplias, como la legalización del aborto o la implementación de Educación Sexual Integral. Como hipótesis exploratoria, propongo que estos modos de hacer se sostienen en base a tecnologías de la amistad, esto es, formas sociales de producción, gestión y circulación artística que involucran personas, afectos y deseos compartidos. Encaro esta aproximación desde un doble posicionamiento, como etnógrafa/investigadora y como integrante de la colectiva. Lo que pueda decir sobre Tarde Marika entonces es resultado, en parte, de una participación activa en una red constituida por vínculos que se desplazan en un continuum entre amistad y trabajo artístico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477318_ARQUIVO_7ccdcf6d1fcfd7f239f08eabdca3304b.pdf

Apresentação Oral

"Tudo que nós têm é nós": pesquisa ativista, metodologias informadas por arte, lugares da negritude e práticas político pedagógicas de coletivos negros na universidade

Tamiris Pereira Rizzo, Osmar Santos, Alexandre Brasil Fonseca

Como o movimento negro se torna um educador coletivo das relações étnico-raciais em uma universidade pública? Na pesquisa que deu origem a este trabalho, assumimos a orientação teórico-metodológica da pesquisa ativista de Hale et al. (2008) para o trabalho de campo e das metodologias informadas por arte de Knowles e Coles (2008) para organização e apresentação dos resultados. Após análise de diário de campo, entrevistas e materiais audiovisuais produzidos pelos próprios coletivos, o trabalho foi estruturado a partir da análise de um poema de uma estudante; da composição de uma galeria de imagens feitas na UFRJ e, da elaboração de três contos literários ilustrados. Buscamos por meio deles, acessar e captar, por meio de

outras chaves e linguagens, a politicidade, a ética e a estética presentes nas práticas educativas, nas estratégias político-pedagógicas e nas produções de novos conhecimentos em ciências e saúde por parte desses coletivos. Segundo Knowles e Coles (2008), as pesquisas informadas por arte buscam redefinir as formas e a representação da pesquisa, de tal modo, a criar novos entendimentos sobre processo, espírito, propósito, subjetividade, emoção, responsividade e compromisso ético, de modo a romper o distanciamento entre o conhecimento acadêmico e a comunidade. Todos os contos literários foram apreciados, em primeira mão, pelos ativistas dos coletivos. Este processo foi fundamental na partilha dos achados da pesquisa e na finalização dos contos em si. Essas escolhas teórico-metodológicas propiciaram reduzirmos às distâncias entre o fazer político-cultural e artístico dos coletivos negros universitários e as formas convencionais de retratá-los nas pesquisas etnográficas. Assim, por meio da arte, enfatizamos a percepção desses coletivos negros como lugares da negritude, atuando enquanto uma matriz formadora, conferindo especificidade aos saberes identitários, políticos e estético corpóreos que subsidiam novos conhecimentos, práticas educativas e estratégias político-pedagógicas de discentes negras/os. Este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa que deu origem à tese "Tudo que nós têm é nós: lugares da negritude e práticas político pedagógicas de coletivos negros na universidade", cujas ilustrações foram escolhidas para concorrer ao I Prêmio Pierre Verger de Desenho da ABA e para a qual foi desenvolvida pesquisa etnográfica em que refletimos sobre arte, política e a atuação de coletivos negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro. HALE, C. Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship. Berkeley: University of California Press, 2008. KNOWLES, J. G; COLE, A, L. Handbook of the arts in qualitative research: perspectives, methodologies, examples, and issues. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662656253_ARQUIVO_5e551418a48d53e02824a29060a4ed36.pdf

Apresentação Oral

"Tudo que nós têm é nós": pesquisa ativista, metodologias informadas por arte, lugares da negritude e práticas político pedagógicas de coletivos negros na universidade

Tamiris Pereira Rizzo, Osmar Santos, Alexandre Brasil Fonseca

Como o movimento negro se torna um educador coletivo das relações étnico-raciais em uma universidade pública? Na pesquisa que deu origem a este trabalho, assumimos a orientação teórico-metodológica da pesquisa ativista de Hale et al. (2008) para o trabalho de campo e das metodologias informadas por arte de Knowles e Coles (2008) para organização e apresentação dos resultados. Após análise de diário de campo, entrevistas e materiais audiovisuais

produzidos pelos próprios coletivos, o trabalho foi estruturado a partir da análise de um poema de uma estudante; da composição de uma galeria de imagens feitas na UFRJ e, da elaboração de três contos literários ilustrados. Buscamos por meio deles, acessar e captar, por meio de outras chaves e linguagens, a politicidade, a ética e a estética presentes nas práticas educativas, nas estratégias político-pedagógicas e nas produções de novos conhecimentos em ciências e saúde por parte desses coletivos. Segundo Knowles e Coles (2008), as pesquisas informadas por arte buscam redefinir as formas e a representação da pesquisa, de tal modo, a criar novos entendimentos sobre processo, espírito, propósito, subjetividade, emoção, responsividade e compromisso ético, de modo a romper o distanciamento entre o conhecimento acadêmico e a comunidade. Todos os contos literários foram apreciados, em primeira mão, pelos ativistas dos coletivos. Este processo foi fundamental na partilha dos achados da pesquisa e na finalização dos contos em si. Essas escolhas teórico-metodológicas propiciaram reduzirmos às distâncias entre o fazer político-cultural e artístico dos coletivos negros universitários e as formas convencionais de retratá-los nas pesquisas etnográficas. Assim, por meio da arte, enfatizamos a percepção desses coletivos negros como lugares da negritude, atuando enquanto uma matriz formadora, conferindo especificidade aos saberes identitários, políticos e estético corpóreos que subsidiam novos conhecimentos, práticas educativas e estratégias político-pedagógicas de discentes negras/os. Este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa que deu origem à tese "Tudo que nós têm é nós: lugares da negritude e práticas político pedagógicas de coletivos negros na universidade", cujas ilustrações foram escolhidas para concorrer ao I Prêmio Pierre Verger de Desenho da ABA e para a qual foi desenvolvida pesquisa etnográfica em que refletimos sobre arte, política e a atuação de coletivos negros na Universidade Federal do Rio de Janeiro. HALE, C. Engaging contradictions: theory, politics, and methods of activist scholarship. Berkeley: University of California Press, 2008. KNOWLES, J. G; COLE, A, L. Handbook of the arts in qualitative research: perspectives, methodologies, examples, and issues. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662656253_ARQUIVO_5e551418a48d53e02824a29060a4ed36.pdf

Apresentação Oral

O lugar onde meus pés pisam neste momento

Valentina Paz Bascur Molina

No presente texto articulo uma discussão em torno da forma como se constituiu o sujeito moderno e os seus desdobramentos na atualidade. A partir dos postulados da pensadora Denise Ferreira da Silva (2019) sobre a questão da Diferença enquanto descritor do humano e, em interlocução com autoras como a antropóloga Els Lagrou (2009), teço um diálogo sobre

as possibilidades outras da existência humana e não-humana. Junto das autoras, apresento a obra da artista indígena mapuche Paula Baeza Pailamilla para refletir em torno do corpo e da Diferença. Proponho pensar como as artes indígenas contemporâneas oferecem formas para habitar estas possibilidades. Introduzo o texto me situando enquanto autora e pesquisadora que habita um território em resistência, com antecedentes históricos que são visíveis na cotidianidade. O lugar onde meus pés pisam neste momento, é uma forma de construir conhecimento desde um lugar situado, numa tentativa por colocar em diálogo não apenas impressões do intelecto, mas também aquelas que provêm do corpo. Tomando como referência o que Donna Haraway (1995) conceitua como Saberes Localizados, enquanto caminho metodológico para questionar a forma em que as nossas visões de mundo têm sido constituídas. Coloco especial ênfase nas obras da artista Paula Baeza Pailamilla, a saber: *Mi cuerpo es un museo* [Meu corpo é um museu] (2019), e o registro audiovisual da performance chamada *Kütral - Cuerpos* (2020). Busco identificar a forma em que estas obras questionam aquele sujeito moderno que Denise Ferreira da Silva (2019) também propõe desmontar.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661448385_ARQUIVO_b58d7417df686a4233a43ee44cfb879c.docx

Apresentação Oral

O lugar onde meus pés pisam neste momento

Valentina Paz Bascur Molina

No presente texto articulo uma discussão em torno da forma como se constituiu o sujeito moderno e os seus desdobramentos na atualidade. A partir dos postulados da pensadora Denise Ferreira da Silva (2019) sobre a questão da Diferença enquanto descritor do humano e, em interlocução com autoras como a antropóloga Els Lagrou (2009), teço um diálogo sobre as possibilidades outras da existência humana e não-humana. Junto das autoras, apresento a obra da artista indígena mapuche Paula Baeza Pailamilla para refletir em torno do corpo e da Diferença. Proponho pensar como as artes indígenas contemporâneas oferecem formas para habitar estas possibilidades. Introduzo o texto me situando enquanto autora e pesquisadora que habita um território em resistência, com antecedentes históricos que são visíveis na cotidianidade. O lugar onde meus pés pisam neste momento, é uma forma de construir conhecimento desde um lugar situado, numa tentativa por colocar em diálogo não apenas impressões do intelecto, mas também aquelas que provêm do corpo. Tomando como referência o que Donna Haraway (1995) conceitua como Saberes Localizados, enquanto caminho metodológico para questionar a forma em que as nossas visões de mundo têm sido constituídas. Coloco especial ênfase nas obras da artista Paula Baeza Pailamilla, a saber: *Mi cuerpo es un museo* [Meu corpo é um museu] (2019), e o registro audiovisual da performance

chamada Küttral - Cuerpos (2020). Busco identificar a forma em que estas obras questionam aquele sujeito moderno que Denise Ferreira da Silva (2019) também propõe desmontar.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661448385_ARQUIVO_b58d7417df686a4233a43ee44cfb879c.docx

GT39: Espiritualidade na Cidade

Há algum tempo, os cientistas sociais da religião têm chamado a atenção para o fato de que o campo religioso está se tornando cada vez menos o campo das religiões. Tornou-se recorrente, nos meios escolarizados urbanos, a afirmação de pessoas que se reconhecem como espiritualizadas, mas não religiosas. Neste mesmo sentido, a interpretação dos dados do Censo/2010, relativos aos 8% dos que se declaram sem religião, tem destacado que esta porcentagem pode abrigar muitas pessoas que têm práticas espirituais fora do enquadramento institucional das religiões estabelecidas. A experiência que temos nos campos da antropologia urbana e da religião mostra que têm sido recorrentes pesquisas etnográficas sobre práticas espirituais e rituais de indivíduos e grupos que se definem em oposição às formas institucionalizadas de presença da religião na sociedade ou que se reproduzem, incorporando o mínimo de organização institucional. Reunir e pôr em diálogo algumas destas pesquisas e estimular o debate sobre a incidência e implicação destas experiências na reconfiguração do campo religioso na cidade, é o objetivo deste GT.

Palavras chave: Espiritualidade; antropologia urbana; religião

José G Magnani, Carlos Steil

Apresentação Oral

Corporalidades e socialidades nas experiências e práticas de Yoga em espaços públicos

Camila Sissa Antunes

Este trabalho procura analisar as articulações entre saúde, espaços públicos e espiritualidade, a partir de um olhar sobre as práticas de yoga no contexto urbano, descrevendo as socialidades e mútuas construções de corpos e de lugares em eventos nos quais dezenas ou centenas de praticantes se reúnem para compartilhar e expressar sua corporalidade, suas crenças e modos de ser e estar no mundo a partir de práticas coletivas de yoga. O espaço público é eleito como lugar privilegiado para estas expressões justamente por ser este cenário de visibilidade e significados, mas que pode, ao mesmo tempo, ser concebido como um espaço inconsistente, instável, fluido, com a característica de estar sempre se estruturando (Delgado, 1999; 2007).

Enquanto prática "globalizada" o Yoga vem passando por um processo de patrimonialização, com sua inclusão nos espaços políticos globais e institucionalizados que a reconhecem e a celebram como expressão e ferramenta transcendental para a busca da paz mundial e da sustentabilidade. O Yoga foi incluído na lista de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO em 2016 e desde 2015 vem sendo celebrado no dia 21 de junho o Dia Internacional do Yoga. No mundo inteiro, e incluindo o Brasil, este dia é marcado por eventos em espaços públicos, geralmente reunindo muitos praticantes para aulas de Yoga em locais de destaque nos centros urbanos, repercutindo com seu impacto visual e que destoa da rotina destes locais, criando um evento/situação que traz não apenas novas perspectivas sobre este próprio espaço como engendra dinâmicas relacionais, sensoriais e cognitivas que nos interessam analisar. Os corpos dos praticantes sincronizados em posturas e movimentos, os silêncios, os sons, a organização do ambiente, são alguns dos elementos que são analisados. Apesar de sua ampla definição como uma atitude, um sistema filosófico, um conjunto de práticas, um modo de estar no mundo, cada experiência em Yoga se define em especificidades, localizadas dentro contextos históricos particulares, atravessados e adjetivadas por outros marcadores sociais relevantes. Nossa intenção assim é apresentar uma leitura desses eventos em espaços públicos como contextos que produzem corpos, subjetividades, socialidades e agências, através de práticas, sentidos e discursos (orais, visuais, corporais) dos sujeitos, e para tal são analisados os significados e os circuitos (Magnani, 2014) estabelecidas na experiência da prática de Yoga em espaços públicos. Serão analisados os eventos realizados no dia Dia Internacional do Yoga (no período de 2018 a 2022), propondo olhar para as interações entre humanos, não humanos, objetos, sons, meio ambiente, emoções, sentidos, corpos, que ocupam as cidades de maneira transitória, e ao mesmo tempo potente e significativa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482769_ARQUIVO_f30b1ea45b31e851a7dfaf3af1f55886.pdf

Apresentação Oral

Corporalidades e socialidades nas experiências e práticas de Yoga em espaços públicos

Camila Sissa Antunes

Este trabalho procura analisar as articulações entre saúde, espaços públicos e espiritualidade, a partir de um olhar sobre as práticas de yoga no contexto urbano, descrevendo as socialidades e mútuas construções de corpos e de lugares em eventos nos quais dezenas ou centenas de praticantes se reúnem para compartilhar e expressar sua corporalidade, suas crenças e modos de ser e estar no mundo a partir de práticas coletivas de yoga. O espaço público é eleito como lugar privilegiado para estas expressões justamente por ser este cenário de visibilidade e

significados, mas que pode, ao mesmo tempo, ser concebido como um espaço inconsistente, instável, fluido, com a característica de estar sempre se estruturando (Delgado, 1999; 2007). Enquanto prática "globalizada" o Yoga vem passando por um processo de patrimonialização, com sua inclusão nos espaços políticos globais e institucionalizados que a reconhecem e a celebram como expressão e ferramenta transcendental para a busca da paz mundial e da sustentabilidade. O Yoga foi incluído na lista de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO em 2016 e desde 2015 vem sendo celebrado no dia 21 de junho o Dia Internacional do Yoga. No mundo inteiro, e incluindo o Brasil, este dia é marcado por eventos em espaços públicos, geralmente reunindo muitos praticantes para aulas de Yoga em locais de destaque nos centros urbanos, repercutindo com seu impacto visual e que destoa da rotina destes locais, criando um evento/situação que traz não apenas novas perspectivas sobre este próprio espaço como engendra dinâmicas relacionais, sensoriais e cognitivas que nos interessam analisar. Os corpos dos praticantes sincronizados em posturas e movimentos, os silêncios, os sons, a organização do ambiente, são alguns dos elementos que são analisados. Apesar de sua ampla definição como uma atitude, um sistema filosófico, um conjunto de práticas, um modo de estar no mundo, cada experiência em Yoga se define em especificidades, localizadas dentro contextos históricos particulares, atravessados e adjetivadas por outros marcadores sociais relevantes. Nossa intenção assim é apresentar uma leitura desses eventos em espaços públicos como contextos que produzem corpos, subjetividades, socialidades e agências, através de práticas, sentidos e discursos (orais, visuais, corporais) dos sujeitos, e para tal são analisados os significados e os circuitos (Magnani, 2014) estabelecidas na experiência da prática de Yoga em espaços públicos. Serão analisados os eventos realizados no dia Dia Internacional do Yoga (no período de 2018 a 2022), propondo olhar para as interações entre humanos, não humanos, objetos, sons, meio ambiente, emoções, sentidos, corpos, que ocupam as cidades de maneira transitória, e ao mesmo tempo potente e significativa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482769_ARQUIVO_f30b1ea45b31e851a7dfaf3af1f55886.pdf

Apresentação Oral

Observar o sagrado entre mulheres na cidade

Hannah L. A. de Vasconcellos

Há um movimento crescente entre mulheres jovens e urbanas. Elas se reúnem em torno de práticas naturais de autocuidado, especialmente com o útero, a vagina e a vulva. Pensando este grupo, o presente trabalho é fruto de uma pesquisa que venho desenvolvendo em torno de jovens no contexto urbanizado que estão reelaborando essas práticas, organizando-se nas

redes sociais e promovendo encontros pagos para compartilhar e ensinar. Elas usam o que chamam de medicina ancestral para cuidarem de si em rituais em grupo ou sozinhas em seus apartamentos na cidade, território que exige adaptações como a substituição de quintais por vasos e da colheita pela compra de insumos em erveiros. Dessas práticas, surgem cruzamentos com a espiritualidade: é possível observar que elas frequentemente evocam ideias que transcendem o tangível, como sagrado, cura e bruxaria. Com a crescente desses grupos, alguns tensionamentos estão surgindo: críticas à "espiritualidade fast food" e às dinâmicas raciais estabelecidas estão cada vez mais no centro da observação. Uso a netnografia como ferramenta metodológica para construção das redes de contato. Enquanto pesquisadora, chego até esses grupos através, primordialmente, do Instagram, onde eles estão concentrados e são bastante ativos, divulgando informações, reflexões e também criando público para encontros pagos e consultorias. Além disso, é nas redes sociais que tal movimento estabelece também um estilo de vida atraente através de imagens marcantes e conceitos-chave como sexualidade sagrada, ancestralidade feminina e autoconhecimento. Nessa dinâmica, a algoritmização da vida e, portanto, do sagrado se faz presente na pesquisa. A partir dessa aproximação, participei dos encontros, observando e participando ativamente dos rituais, e estabelecendo contato, mantendo conversas com mulheres que lideram e organizam esses grupos, além de algumas de suas participantes. Ao me aproximar dessas mulheres enquanto uma pesquisadora negra, os tensionamentos raciais são compartilhados para explicar desconfortos, distanciamentos e até mesmo a criação de grupos focados em mulheres racializadas, com estratégias próprias de acolhimento e distribuição do que é arrecadado nos encontros pagos. Ao observar o sagrado na cidade entre mulheres, a pergunta que emerge é: como os cruzamentos entre sagrado, raça e cidade surgem na produção dessa espiritualidade praticada por essas mulheres?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661436731_ARQUIVO_e1e3965968535cb30a3df43d3cd3763e.pdf

Apresentação Oral

Observar o sagrado entre mulheres na cidade

Hannah L. A. de Vasconcellos

Há um movimento crescente entre mulheres jovens e urbanas. Elas se reúnem em torno de práticas naturais de autocuidado, especialmente com o útero, a vagina e a vulva. Pensando este grupo, o presente trabalho é fruto de uma pesquisa que venho desenvolvendo em torno de jovens no contexto urbanizado que estão reelaborando essas práticas, organizando-se nas redes sociais e promovendo encontros pagos para compartilhar e ensinar. Elas usam o que chamam de medicina ancestral para cuidarem de si em rituais em grupo ou sozinhas em seus apartamentos na cidade, território que exige adaptações como a substituição de quintais por

vasos e da colheita pela compra de insumos em erveiros. Dessas práticas, surgem cruzamentos com a espiritualidade: é possível observar que elas frequentemente evocam ideias que transcendem o tangível, como sagrado, cura e bruxaria. Com a crescente desses grupos, alguns tensionamentos estão surgindo: críticas à "espiritualidade fast food" e às dinâmicas raciais estabelecidas estão cada vez mais no centro da observação. Uso a netnografia como ferramenta metodológica para construção das redes de contato. Enquanto pesquisadora, chego até esses grupos através, primordialmente, do Instagram, onde eles estão concentrados e são bastante ativos, divulgando informações, reflexões e também criando público para encontros pagos e consultorias. Além disso, é nas redes sociais que tal movimento estabelece também um estilo de vida atraente através de imagens marcantes e conceitos-chave como sexualidade sagrada, ancestralidade feminina e autoconhecimento. Nessa dinâmica, a algoritmização da vida e, portanto, do sagrado se faz presente na pesquisa. A partir dessa aproximação, participei dos encontros, observando e participando ativamente dos rituais, e estabelecendo contato, mantendo conversas com mulheres que lideram e organizam esses grupos, além de algumas de suas participantes. Ao me aproximar dessas mulheres enquanto uma pesquisadora negra, os tensionamentos raciais são compartilhados para explicar desconfortos, distanciamentos e até mesmo a criação de grupos focados em mulheres racializadas, com estratégias próprias de acolhimento e distribuição do que é arrecadado nos encontros pagos. Ao observar o sagrado na cidade entre mulheres, a pergunta que emerge é: como os cruzamentos entre sagrado, raça e cidade surgem na produção dessa espiritualidade praticada por essas mulheres?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661436731_ARQUIVO_e1e3965968535cb30a3df43d3cd3763e.pdf

Apresentação Oral

"WitchTok": reflexões sobre bruxaria e práticas ocultistas virtuais na pandemia

Raisa Sagredo

O contexto pandêmico inaugurou um tempo de desafios, novas experiências e crises materiais e psicológicas que abalaram os seres humanos em escala global. Essa nova crise foi fenômeno sanitário e também da subjetividade humana, uma crise que pode ser interpretada como um momento de expansão da "consciência de totalidade global" (Robertson, 2000). Para alguns, nessas experiências de redescoberta do voltar-se para si e para a natureza, a busca por experiências de espiritualidade ganhou destaque. Práticas ocultistas e bruxaria ressurgiram com força e com uma nova roupagem: virtualmente, através do popular aplicativo de vídeos curtos TikTok. O boom dos temas bruxólicos e ocultistas na plataforma popularizou-se a partir do uso da #WitchTok, onde feitiços, rituais, ensinamentos, oráculos e outros conhecimentos de diferentes tradições neopagãs e ocultistas são compartilhados em poucos segundos ou

minutos. Logo, o trabalho objetiva primeiramente se debruçar sobre a #WitchTok buscando definir e delimitar este novo fenômeno de espiritualidade urbana e virtual, para em seguida trazer reflexões sobre o porquê da emergência dessas manifestações de espiritualidade, indagando como se configuram essas práticas e quais os desdobramentos desse fenômeno internacional no Brasil, localidade em que o chamado fenômeno da WitchTok explodiu, a partir dos Estados Unidos, ganhando cada vez mais popularidade. As reflexões são feitas à luz das contribuições de Roland Robertson, Edgar Morin, Mircea Eliade e Sabina Magliocco. A metodologia proposta consiste em analisar a hashtag como uma fonte histórica, e na ausência de material acadêmico específico até o momento sobre seu uso no Brasil, analisar com base em dados observacionais, como a #WitchTok é utilizada em alguns dos perfis populares do segmento, bem como analisar também as notícias recentes vinculadas ao termo, em busca de responder os seguintes questionamentos: no Brasil, como se configura a fronteira entre as tradições neopagãs e outras religiosidades que se identificam com esse marcador? Como os temas do tarô, bruxaria, magia e astrologia são trabalhados nesse novo segmento de experiência espiritual? A final, o fenômeno é parte de um processo de "mediatização do Neopaganismo" (RENSER; TIIDENBERG, 2020), mas parece ir para além dele, englobando reflexões acerca do tempo na produção desse conteúdo virtual e principalmente do sincretismo religioso que se apresenta sob essa hashtag em nosso país, tão diverso e plural em termos de religiosidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661485892_ARQUIVO_fed7f9d71bcebd445986331ab126fb68.pdf

Apresentação Oral

"WitchTok": reflexões sobre bruxaria e práticas ocultistas virtuais na pandemia

Raisa Sagredo

O contexto pandêmico inaugurou um tempo de desafios, novas experiências e crises materiais e psicológicas que abalaram os seres humanos em escala global. Essa nova crise foi fenômeno sanitário e também da subjetividade humana, uma crise que pode ser interpretada como um momento de expansão da "consciência de totalidade global" (Robertson, 2000). Para alguns, nessas experiências de redescoberta do voltar-se para si e para a natureza, a busca por experiências de espiritualidade ganhou destaque. Práticas ocultistas e bruxaria ressurgiram com força e com uma nova roupagem: virtualmente, através do popular aplicativo de vídeos curtos TikTok. O boom dos temas bruxólicos e ocultistas na plataforma popularizou-se a partir do uso da #WitchTok, onde feitiços, rituais, ensinamentos, oráculos e outros conhecimentos de diferentes tradições neopagãs e ocultistas são compartilhados em poucos segundos ou minutos. Logo, o trabalho objetiva primeiramente se debruçar sobre a #WitchTok buscando

definir e delimitar este novo fenômeno de espiritualidade urbana e virtual, para em seguida trazer reflexões sobre o porquê da emergência dessas manifestações de espiritualidade, indagando como se configuram essas práticas e quais os desdobramentos desse fenômeno internacional no Brasil, localidade em que o chamado fenômeno da WitchTok explodiu, a partir dos Estados Unidos, ganhando cada vez mais popularidade. As reflexões são feitas à luz das contribuições de Roland Robertson, Edgar Morin, Mircea Eliade e Sabina Magliocco. A metodologia proposta consiste em analisar a hashtag como uma fonte histórica, e na ausência de material acadêmico específico até o momento sobre seu uso no Brasil, analisar com base em dados observacionais, como a #WitchTok é utilizada em alguns dos perfis populares do segmento, bem como analisar também as notícias recentes vinculadas ao termo, em busca de responder os seguintes questionamentos: no Brasil, como se configura a fronteira entre as tradições neopagãs e outras religiosidades que se identificam com esse marcador? Como os temas do tarô, bruxaria, magia e astrologia são trabalhados nesse novo segmento de experiência espiritual? A final, o fenômeno é parte de um processo de "mediação do Neopaganismo" (RENSER; TIIDENBERG, 2020), mas parece ir para além dele, englobando reflexões acerca do tempo na produção desse conteúdo virtual e principalmente do sincretismo religioso que se apresenta sob essa hashtag em nosso país, tão diverso e plural em termos de religiosidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661485892_ARQUIVO_fed7f9d71bcebd445986331ab126fb68.pdf

Apresentação Oral

Movimentações em torno de um feminino sagrado: os Círculos de Mulheres em Fortaleza (Ceará) e as novas espiritualidades

Raquel Guimarães Mesquita, Cristian S. Paiva

Na cidade de Fortaleza, no nordeste brasileiro, observa-se a partir da década de 2010, uma movimentação em torno de uma espiritualidade feminina que busca resgatar a "força" de um feminino ancestral, ocultado pelo estilo de vida moderno. As mulheres participantes, no geral, brancas, escolarizadas e da classe média, reúnem-se em "Círculos de Mulheres", espaços de fala e escuta que podem se estruturar de modo mais vivencial e ritualístico, com cânticos e danças ou mais "mentais", funcionando como uma espécie de grupo de leitura e estudo. Independente do formato, a noção de que o feminino moderno está ferido e precisa ser curado se repete, marcando esses espaços com a noção de "cura". Além disso, essa espiritualidade também gira em torno das noções de autoconhecimento, expansão da consciência e práticas terapêuticas (esotéricas e tradicionais). No ano de 2019, acompanhou-se seis círculos de mulheres, além de eventos, cursos e workshops relacionados à temática, notando-se que

nesses espaços a "religião" é eclipsada pela noção de "espiritualidade", deslocando o sagrado de espaços institucionais para uma vivência mais fluida e extremamente individualizada. Para Guerriero (2006), é notório que as religiões estão em um processo de transformação e um novo campo religioso vem se configurando de modo muito distinto da visão tradicional da religião, ligada à noção de Igreja. Esse novo campo religioso é mais amplo, agrupando expressões e práticas que buscam uma expansão da consciência e uma elevação espiritual, podendo ser identificado como "religiosidade", "espiritualidade", "nova era", "religiões alternativas" ou mesmo "Novos Movimentos Religiosos", como o autor defende. As modificações por que a religião passa não se configura como um movimento organizado e único, mas antes se remete à ideia de mudança como fluidez e contínuo movimento. Na medida que o número de religiões cresce, o sujeito "livre" tem a possibilidade de escolher qual experiência religiosa vivenciar, quais valores aderir, podendo -ele mesmo- fazer múltiplas colagens de crenças e práticas, de modo que dê conta de suas inquietações pessoais. É nesse amplo espectro religioso que situamos as atividades em torno de uma Espiritualidade Feminina que reivindica uma retomada do poder pessoal através do autoconhecimento, do acolhimento da sua natureza sagrada e da cura de um feminino ferido por uma cultura linear e masculina.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481630_ARQUIVO_19bd65e963af5276d68092fc309b7115.pdf

Apresentação Oral

Movimentações em torno de um feminino sagrado: os Círculos de Mulheres em Fortaleza (Ceará) e as novas espiritualidades

Raquel Guimarães Mesquita, Cristian S. Paiva

Na cidade de Fortaleza, no nordeste brasileiro, observa-se a partir da década de 2010, uma movimentação em torno de uma espiritualidade feminina que busca resgatar a "força" de um feminino ancestral, ocultado pelo estilo de vida moderno. As mulheres participantes, no geral, brancas, escolarizadas e da classe média, reúnem-se em "Círculos de Mulheres", espaços de fala e escuta que podem se estruturar de modo mais vivencial e ritualístico, com cânticos e danças ou mais "mentais", funcionando como uma espécie de grupo de leitura e estudo. Independente do formato, a noção de que o feminino moderno está ferido e precisa ser curado se repete, marcando esses espaços com a noção de "cura". Além disso, essa espiritualidade também gira em torno das noções de autoconhecimento, expansão da consciência e práticas terapêuticas (esotéricas e tradicionais). No ano de 2019, acompanhou-se seis círculos de mulheres, além de eventos, cursos e workshops relacionados à temática, notando-se que nesses espaços a "religião" é eclipsada pela noção de "espiritualidade", deslocando o sagrado

de espaços institucionais para uma vivência mais fluida e extremamente individualizada. Para Guerriero (2006), é notório que as religiões estão em um processo de transformação e um novo campo religioso vem se configurando de modo muito distinto da visão tradicional da religião, ligada à noção de Igreja. Esse novo campo religioso é mais amplo, agrupando expressões e práticas que buscam uma expansão da consciência e uma elevação espiritual, podendo ser identificado como "religiosidade", "espiritualidade", "nova era", "religiões alternativas" ou mesmo "Novos Movimentos Religiosos", como o autor defende. As modificações por que a religião passa não se configura como um movimento organizado e único, mas antes se remete à ideia de mudança como fluidez e contínuo movimento. Na medida que o número de religiões cresce, o sujeito "livre" tem a possibilidade de escolher qual experiência religiosa vivenciar, quais valores aderir, podendo -ele mesmo- fazer múltiplas colagens de crenças e práticas, de modo que dê conta de suas inquietações pessoais. É nesse amplo espectro religioso que situamos as atividades em torno de uma Espiritualidade Feminina que reivindica uma retomada do poder pessoal através do autoconhecimento, do acolhimento da sua natureza sagrada e da cura de um feminino ferido por uma cultura linear e masculina.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481630_ARQUIVO_19bd65e963af5276d68092fc309b7115.pdf

Apresentação Oral

Liberdade e alienação nas práticas mindfulness: notas de um itinerário antropológico por entre exercícios espirituais na urbe contemporânea

Sérgio Gonçalves de Amorim

Pierre HADOT afirma que desde o advento da modernidade, os sujeitos têm se esquecido de viver. O tempo é feito escasso, e em geral as pessoas têm se desvinculado do momento presente: o único tempo em que a vida se processa de fato, situação reconhecida em vários sistemas meditativos e outras formas de exercícios espirituais, estes conceituados por HADOT como meios de transformação pessoal e coletiva, criados pela humanidade. Nas sociedades ocidentais, e em particular, na sociedade brasileira, nos últimos 50 anos, há uma emergência de técnicas meditativas, o que parece ser uma reação de segmentos da população à "falta de tempo para viver", acentuada na atual "condição pós-moderna" (David HARVEY) e na sociedade do cansaço (Byung-Chul HAN). Desde os anos de 1970, há uma confluência entre Ciência e Religião que tem resultado nas denominadas práticas mindfulness, traduzidas como "atenção plena", oriundas, sobretudo, do zen, do budismo e hinduísmo, e adaptadas clinicamente para situações diversas das sociedades contemporâneas urbanizadas, preconizando certo estilo de vida de se "estar no momento presente" como fundamento para

saúde física e mental (Jon KABAT-ZINN). Trata-se, nesta pesquisa, de um caminhar antropológico em torno às maneiras de viver que têm caracterizado, em parte, as figuras místicas em diversas culturas, atuais e passadas, mas que têm em comum certos usos do corpo, da mente e emoções, que configuram uma totalidade que Richard SHUSTERMAN denomina de soma, e para qual propõe uma filosofia mindfulness como exercício, autorreflexão e instrumento de pesquisa. Expõe-se alguns dos resultados de um itinerário antropológico por entre grupos de praticantes de mindfulness, que têm como fulcro o desfrutar do momento presente, e tudo que a vida nele contém, o que forma um modo típico de existir a partir de uma reflexão sistemática orientada a melhor viver, ou uma filosofia de vida, por vezes tida como religiosa, por outras como espiritualista ou ainda laica. Os diversos sistemas culturais que preconizam uma vida vivida no momento presente, e que se amalgamam nas atuais práticas urbanas de mindfulness, apontam para determinada forma de viver a totalidade da vida disponível ao soma. Há que ser crítico, no entanto, pois que ainda que popularizadas tais práticas de atenção plena, têm sido poucos os praticantes a compreender a riqueza dessas como ação libertária, e muitos os que tentam subvertê-las às formas de sujeição às condições de exploração capitalista, em afirmação do status quo, particularmente das classes altas e médias urbanas brasileiras, como verificou-se no percurso antropológico desta pesquisa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661387648_ARQUIVO_56771d6e453ac6a42c7b5780569d552d.pdf

Apresentação Oral

Liberdade e alienação nas práticas mindfulness: notas de um itinerário antropológico por entre exercícios espirituais na urbe contemporânea

Sérgio Gonçalves de Amorim

Pierre HADOT afirma que desde o advento da modernidade, os sujeitos têm se esquecido de viver. O tempo é feito escasso, e em geral as pessoas têm se desvinculado do momento presente: o único tempo em que a vida se processa de fato, situação reconhecida em vários sistemas meditativos e outras formas de exercícios espirituais, estes conceituados por HADOT como meios de transformação pessoal e coletiva, criados pela humanidade. Nas sociedades ocidentais, e em particular, na sociedade brasileira, nos últimos 50 anos, há uma emergência de técnicas meditativas, o que parece ser uma reação de segmentos da população à "falta de tempo para viver", acentuada na atual "condição pós-moderna" (David HARVEY) e na sociedade do cansaço (Byung-Chul HAN). Desde os anos de 1970, há uma confluência entre Ciência e Religião que tem resultado nas denominadas práticas mindfulness, traduzidas como "atenção plena", oriundas, sobretudo, do zen, do budismo e hinduísmo, e adaptadas clinicamente para situações diversas das sociedades contemporâneas urbanizadas,

preconizando certo estilo de vida de se "estar no momento presente" como fundamento para saúde física e mental (Jon KABAT-ZINN). Trata-se, nesta pesquisa, de um caminhar antropológico em torno às maneiras de viver que têm caracterizado, em parte, as figuras místicas em diversas culturas, atuais e passadas, mas que têm em comum certos usos do corpo, da mente e emoções, que configuram uma totalidade que Richard SHUSTERMAN denomina de soma, e para qual propõe uma filosofia mindfulness como exercício, autorreflexão e instrumento de pesquisa. Expõe-se alguns dos resultados de um itinerário antropológico por entre grupos de praticantes de mindfulness, que têm como fulcro o desfrutar do momento presente, e tudo que a vida nele contém, o que forma um modo típico de existir a partir de uma reflexão sistemática orientada a melhor viver, ou uma filosofia de vida, por vezes tida como religiosa, por outras como espiritualista ou ainda laica. Os diversos sistemas culturais que preconizam uma vida vivida no momento presente, e que se amalgamam nas atuais práticas urbanas de mindfulness, apontam para determinada forma de viver a totalidade da vida disponível ao soma. Há que ser crítico, no entanto, pois que ainda que popularizadas tais práticas de atenção plena, têm sido poucos os praticantes a compreender a riqueza dessas como ação libertária, e muitos os que tentam subvertê-las às formas de sujeição às condições de exploração capitalista, em afirmação do status quo, particularmente das classes altas e médias urbanas brasileiras, como verificou-se no percurso antropológico desta pesquisa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661387648_ARQUIVO_56771d6e453ac6a42c7b5780569d552d.pdf

GT40: Esportes, autoritarismo e pandemia: problematizações e resistências em tempos extremos

Este Grupo de Trabalho amplia os debates iniciados na Mesa Redonda ocorrida na última RBA (2020). Nosso objetivo é acolher trabalhos (em andamento ou concluídos) que abordem como as práticas esportivas (no Brasil e no mundo) lidam com o atual giro político à direita. Temos vivido retrocessos políticos, aumento do autoritarismo, aumento de violências (de gênero, étnico-raciais e/ou LGBTfobia) e, mais recentemente, a Pandemia de Covid-19. Neste cenário as práticas esportivas e seus(uas) participantes sofreram duros impactos, afinal sabemos que os esportes devem ser compreendidos como fenômenos sociais que conectam esferas da vida pública e privada. Receberemos pesquisas que evidenciem como os esportes e suas práticas são inteseccionados por questões como: política, gênero, raça, etnicidade, sexualidade, deficiência, saúde, pandemia, dentre outras. Incentivamos que as(os) proponentes enviem suas reflexões tendo como base diferentes modalidades: futebol, volei, rugby, dança, basquete, boxe, atletismo e/ou outros. Ou mesmo tendo como pano de fundo os megaeventos como Jogos Olímpicos,

Jogos Olímpicos de Inverno, Copa do Mundo (masculina e feminina). A partir destes diferentes cenários evidenciaremos como os esportes tem sido palco de disputas políticas, identitárias e sanitárias. Logo não podem e não devem ser compreendidos como arenas alienantes, uma vez que são disputados e podem ser apropriados tanto por pautas progressistas, quanto por perspectivas totalitárias.

Palavras chave: Antropologia dos Esportes; Política; Pandemia

Mariane da Silva Pisani, Luiz Rojo

Apresentação Oral

Outra vez o "sexo biológico": o PL-346/2019 e o esporte como mais uma nova arena da ofensiva antigênero

Maurício Rodrigues Pinto

Este trabalho trata da controvérsia pública em torno do PL-346/2019, protocolado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em abril de 2019 e que tem por objetivo restringir a participação de pessoas trans em competições esportivas oficiais. O projeto de lei, de autoria do deputado estadual Altair Moraes (Republicanos - SP), visa estabelecer o "sexo biológico" como o parâmetro único e definidor da elegibilidade esportiva no estado de São Paulo e tornou-se base para outros projetos de lei de semelhante teor que foram protocolados em casas legislativas municipais, estaduais e mesmo na Câmara Federal. Atualmente, há uma única atleta trans brasileira que atua em competições esportivas oficiais, a jogadora de vôlei Tiffany Abreu. Em um contexto marcado pelo avanço do conservadorismo, em especial após as eleições de 2018, parte-se da hipótese de que o PL-346 alinha-se a um movimento de ofensiva antigênero e faz parte de uma série de disputas políticas em torno do gênero. Tal alinhamento a esta ofensiva não se daria apenas pelo cerceamento do direito de pessoas trans acessarem o esporte de alto rendimento, contrapondo-se às mais recentes normativas e consensos sobre a elegibilidade esportiva de entidades esportivas internacionais, como o Comitê Olímpico Internacional (COI). Neste trabalho, por meio das vozes de diferentes atores envolvidos nessa controvérsia, busco também mostrar que os argumentos em defesa de projetos que visam restringir a participação de pessoas trans em competições esportivas, por meio do acionamento de pânico morais, mobilizam repertórios e gramáticas que respaldam discursos favoráveis à rebiologização das diferenças sexuais e à institucionalização da transfobia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661473195_ARQUIVO_6d8e03dc7ad4679d3f2ebc0148c53bab.pdf

Apresentação Oral

Outra vez o "sexo biológico": o PL-346/2019 e o esporte como mais uma nova arena da ofensiva antigênero

Maurício Rodrigues Pinto

Este trabalho trata da controvérsia pública em torno do PL-346/2019, protocolado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em abril de 2019 e que tem por objetivo restringir a participação de pessoas trans em competições esportivas oficiais. O projeto de lei, de autoria do deputado estadual Altair Moraes (Republicanos - SP), visa estabelecer o "sexo biológico" como o parâmetro único e definidor da elegibilidade esportiva no estado de São Paulo e tornou-se base para outros projetos de lei de semelhante teor que foram protocolados em casas legislativas municipais, estaduais e mesmo na Câmara Federal. Atualmente, há uma única atleta trans brasileira que atua em competições esportivas oficiais, a jogadora de vôlei Tiffany Abreu. Em um contexto marcado pelo avanço do conservadorismo, em especial após as eleições de 2018, parte-se da hipótese de que o PL-346 alinha-se a um movimento de ofensiva antigênero e faz parte de uma série de disputas políticas em torno do gênero. Tal alinhamento a esta ofensiva não se daria apenas pelo cerceamento do direito de pessoas trans acessarem o esporte de alto rendimento, contrapondo-se às mais recentes normativas e consensos sobre a elegibilidade esportiva de entidades esportivas internacionais, como o Comitê Olímpico Internacional (COI). Neste trabalho, por meio das vozes de diferentes atores envolvidos nessa controvérsia, busco também mostrar que os argumentos em defesa de projetos que visam restringir a participação de pessoas trans em competições esportivas, por meio do acionamento de pânico morais, mobilizam repertórios e gramáticas que respaldam discursos favoráveis à rebiologização das diferenças sexuais e à institucionalização da transfobia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661473195_ARQUIVO_6d8e03dc7ad4679d3f2ebc0148c53bab.pdf

Apresentação Oral

Os protestos em defesa da democracia: Um estudo sobre a ação das torcidas antifascistas em junho de 2020

Robson Vasconcelos Carvalho

Os protestos em defesa da democracia: Um estudo sobre a ação das torcidas antifascistas em junho de 2020 O objeto empírico deste trabalho se encontra no espaço dos grupos autodeclarados como coletivos antifascistas brasileiros, no âmbito das torcidas organizadas de futebol e foco na pioneira e líder: Democracia Corinthians. A pretensão é colaborar com uma visão sobre o papel desempenhado por elas em seu reaparecimento no cenário político

brasileiro, nos protestos de junho de 2020, ao empunhar uma bandeira em comum - Somos Democracia, contra, entre outras pautas, o autoritarismo do governo Bolsonaro e seus seguidores que defendiam, inclusive, "intervenção militar com Bolsonaro". O Somos Democracia reuniu nas principais capitais do país e especialmente em São Paulo, coletivos antifascistas de diversas torcidas organizadas de futebol, inclusive rivais entre si. Após uma revisão analítica dos principais fatos históricos que relembram as conexões entre a política e o futebol, o contexto contemporâneo será aprofundado por meio de entrevista com um jovem líder da torcida antifascista corinthiana. O desafio é tentar compreender à luz da teoria da democracia participativa, o contexto e o porquê desses coletivos terem ido às ruas. Haveria semelhanças e/ou diferenças entre esses coletivos antifascistas e os movimentos que ocorreram no período da ditadura? Como esses coletivos se articularam em plena pandemia e quais foram as principais adaptações? Qual foi o papel das redes e mídias sociais digitais durante o período? A teoria da democracia participativa reconhece legitimidade democrática nas formas amplas de participação política extra-institucionais, que contemplam tipos de protestos e ações políticas, como as realizadas por esses coletivos em junho de 2020 no Brasil.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479376_ARQUIVO_107444df3d47d33a05d8fbbfe675fb81.pdf

Apresentação Oral

Os protestos em defesa da democracia: Um estudo sobre a ação das torcidas antifascistas em junho de 2020

Robson Vasconcelos Carvalho

Os protestos em defesa da democracia: Um estudo sobre a ação das torcidas antifascistas em junho de 2020 O objeto empírico deste trabalho se encontra no espaço dos grupos autodeclarados como coletivos antifascistas brasileiros, no âmbito das torcidas organizadas de futebol e foco na pioneira e líder: Democracia Corinthiana. A pretensão é colaborar com uma visão sobre o papel desempenhado por elas em seu reaparecimento no cenário político brasileiro, nos protestos de junho de 2020, ao empunhar uma bandeira em comum - Somos Democracia, contra, entre outras pautas, o autoritarismo do governo Bolsonaro e seus seguidores que defendiam, inclusive, "intervenção militar com Bolsonaro". O Somos Democracia reuniu nas principais capitais do país e especialmente em São Paulo, coletivos antifascistas de diversas torcidas organizadas de futebol, inclusive rivais entre si. Após uma revisão analítica dos principais fatos históricos que relembram as conexões entre a política e o futebol, o contexto contemporâneo será aprofundado por meio de entrevista com um jovem líder da torcida antifascista corinthiana. O desafio é tentar compreender à luz da teoria da democracia participativa, o contexto e o porquê desses coletivos terem ido às ruas. Haveria

semelhanças e/ou diferenças entre esses coletivos antifascistas e os movimentos que ocorreram no período da ditadura? Como esses coletivos se articularam em plena pandemia e quais foram as principais adaptações? Qual foi o papel das redes e mídias sociais digitais durante o período? A teoria da democracia participativa reconhece legitimidade democrática nas formas amplas de participação política extra-institucionais, que contemplam tipos de protestos e ações políticas, como as realizadas por esses coletivos em junho de 2020 no Brasil.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479376_ARQUIVO_107444df3d47d33a05d8fbbfe675fb81.pdf

Apresentação Oral

Mulheres no futebol e a permanente busca por reconhecimento: avanços, lutas e resistências

Thaís Rodrigues de Almeida, Caroline Soares de Almeida

Futebol e misoginia parecem ter encontrado um espaço comum no Brasil, afinal, além da modalidade ter ficado proibida por quase quarenta anos às brasileiras, os ofícios que permeiam a organização, direção e produção de conteúdos, têm sido desestimulado desde o início dessa prática às mulheres. Apesar de atualmente estarmos em um contexto em que as mulheres obtiveram avanços no universo futebolístico - igualdade de prêmios e salários entre as seleções, mais árbitras nos quadros das federações, espaço de visibilidade em canais da televisão aberta a jogos, maior incentivo aos campeonatos, entre outros fatores -, ainda acompanhamos comportamentos agressivos contrários a esse processo. São casos de assédio, xingamentos, agressões físicas, menosprezos que tomam maior volume em situações extremas, como as que vivemos durante a pandemia por Covid-19, mais propriamente, em junho de 2020. Na ocasião, o presidente do Esporte Clube Vitória (BA), Paulo Carneiro, havia se negado a repassar o valor encaminhado pela Confederação Brasileira de Futebol às jogadoras do clube. A justificativa era que a verba, mesmo como auxílio às futebolistas, seria mais bem empregada para sanar dívidas do futebol masculino. Paulo Carneiro ainda declarou que o incentivo ao futebol feminino era demagogia, o associando a uma "politicagem" comunista. A partir dos elementos apresentados, o objetivo desta proposta é discutir as representações de mulheres profissionais do futebol no decorrer do desenvolvimento desse esporte no país, assim como o reflexo dessa construção e desafios presentes na atualidade. Para tanto, sustentamos nossas análises no olhar antropológico para as práticas esportivas e na perspectiva dos estudos de gênero. Pontuamos que, apesar do futebol de mulheres ter obtido avanços e visibilidade, permanece enquanto um território de lutas e vigilância por reconhecimento, valorização e resistência, ante as diferentes formas de violência direcionadas às mulheres envolvidas neste universo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661439346_ARQUIVO_2eb8fcd410efaa27b66756d9442cc332.pdf

Apresentação Oral

Mulheres no futebol e a permanente busca por reconhecimento: avanços, lutas e resistências

Thaís Rodrigues de Almeida, Caroline Soares de Almeida

Futebol e misoginia parecem ter encontrado um espaço comum no Brasil, afinal, além da modalidade ter ficado proibida por quase quarenta anos às brasileiras, os ofícios que permeiam a organização, direção e produção de conteúdos, têm sido desestimulado desde o início dessa prática às mulheres. Apesar de atualmente estarmos em um contexto em que as mulheres obtiveram avanços no universo futebolístico - igualdade de prêmios e salários entre as seleções, mais árbitras nos quadros das federações, espaço de visibilidade em canais da televisão aberta a jogos, maior incentivo aos campeonatos, entre outros fatores -, ainda acompanhamos comportamentos agressivos contrários a esse processo. São casos de assédio, xingamentos, agressões físicas, menosprezos que tomam maior volume em situações extremas, como as que vivemos durante a pandemia por Covid-19, mais propriamente, em junho de 2020. Na ocasião, o presidente do Esporte Clube Vitória (BA), Paulo Carneiro, havia se negado a repassar o valor encaminhado pela Confederação Brasileira de Futebol às jogadoras do clube. A justificativa era que a verba, mesmo como auxílio às futebolistas, seria mais bem empregada para sanar dívidas do futebol masculino. Paulo Carneiro ainda declarou que o incentivo ao futebol feminino era demagogia, o associando a uma "politicagem" comunista. A partir dos elementos apresentados, o objetivo desta proposta é discutir as representações de mulheres profissionais do futebol no decorrer do desenvolvimento desse esporte no país, assim como o reflexo dessa construção e desafios presentes na atualidade. Para tanto, sustentamos nossas análises no olhar antropológico para as práticas esportivas e na perspectiva dos estudos de gênero. Pontuamos que, apesar do futebol de mulheres ter obtido avanços e visibilidade, permanece enquanto um território de lutas e vigilância por reconhecimento, valorização e resistência, ante as diferentes formas de violência direcionadas às mulheres envolvidas neste universo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661439346_ARQUIVO_2eb8fcd410efaa27b66756d9442cc332.pdf

GT41: Estudos Etnográficos sobre Cidadania

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre "direitos", "cidadania", "igualdade" e "justiça". Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica tradicional. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a "cidadania" é significada em diversos contextos etnográficos e por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre "cidadania".

Palavras chave: cidadania; direitos; etnografia

Marcus Cardoso, Luís R. Cardoso de Oliveira

Apresentação Oral

Nas margens da cidadania urbana: as nuances da cidadania no contexto das expulsões forçadas em Recife.

alice moura

Os sujeitos marginalizados desempenham um papel fundamental na ampliação dos direitos e na transformação da definição de cidadania nas cidades do Sul global. Suas demandas diferem em muitos aspectos, mencionamos aqui duas: as demandas por condições materiais mínimas (moradia adequada, etc.) e a reivindicação de participação no processo deliberativo (direito de representação, etc.). Os resultados dessas demandas levam a um duplo fenômeno: a criação de novos direitos e uma mudança no significado dos direitos e da cidadania. Nas suas origens, a partir de Marshall, o conceito de cidadania restringia-se ao pertencimento nacional e ao status jurídico. Porém, com a ampliação dos direitos ao longo dos anos, a ideia de cidadania também se ampliou. Nas últimas décadas, é mais adequado entender a cidadania como uma experiência socialmente construída, influenciada por múltiplos fatores que moldam a relação das pessoas com o Estado. Esses fatores referem-se em particular a camadas de relações de poder entrelaçadas, como colonialismo, raça, classe e gênero. Um olhar antropológico sobre cidadania não visa estabelecer definições a priori de cidadania, mas compreender em

profundidade o emaranhado de discursos que são contestados e a natureza constitutiva dessas lutas (Paley, 2002). Vários autores argumentam que a maioria das abordagens da cidadania são normativas. Mesmo o trabalho da sociologia política sobre "cidadãos" se limita às práticas eleitorais, entre outras coisas, sem questionar a forma como os cidadãos definem a cidadania. Ao se afastar dessa visão estatutária, Neveu e Das propõe pensar a cidadania como um processo e analisar sua dinâmica ao invés de partir de definições a priori. A cidadania é fabricada política e socialmente. Em vez de perguntar o que é cidadania, a antropóloga pergunta o que é chamado de cidadania em diferentes contextos e países. Esse olhar antropológico é fundamental para compreensão dos significados da cidadania vivenciada a partir da narrativa dos sujeitos. Essa abordagem teórica nos permite escapar de uma interpretação contratualista e institucionalista da cidadania, que historicamente a considera simplesmente como um acordo baseado em direitos e deveres. Ao ir além da ideia de cidadania como status individualizado, podemos abarcar uma infinidade de formas de vivenciar a cidadania. Esse trabalho é baseado em dez anos de pesquisa acadêmica com sujeitos em situação de remoção forçada em Recife. Especificamente, uma pesquisa etnográfica feita entre 2012 e 2015 com as famílias do Loteamento São Francisco em Pernambuco, que tiveram suas casas demolidas por causa das obras realizadas para a Copa do Mundo de 2014 (durante meu mestrado) e minha pesquisa atual para o doutorado com diversas comunidades ameaçadas de remoção em Recife.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468624_ARQUIVO_009adc54eb93deda0e58ee51a4313053.pdf

Apresentação Oral

Nas margens da cidadania urbana: as nuances da cidadania no contexto das expulsões forçadas em Recife.

alice moura

Os sujeitos marginalizados desempenham um papel fundamental na ampliação dos direitos e na transformação da definição de cidadania nas cidades do Sul global. Suas demandas diferem em muitos aspectos, mencionamos aqui duas: as demandas por condições materiais mínimas (moradia adequada, etc.) e a reivindicação de participação no processo deliberativo (direito de representação, etc.). Os resultados dessas demandas levam a um duplo fenômeno: a criação de novos direitos e uma mudança no significado dos direitos e da cidadania. Nas suas origens, a partir de Marshall, o conceito de cidadania restringia-se ao pertencimento nacional e ao status jurídico. Porém, com a ampliação dos direitos ao longo dos anos, a ideia de cidadania também se ampliou. Nas últimas décadas, é mais adequado entender a cidadania como uma experiência socialmente construída, influenciada por múltiplos fatores que moldam a relação

das pessoas com o Estado. Esses fatores referem-se em particular a camadas de relações de poder entrelaçadas, como colonialismo, raça, classe e gênero. Um olhar antropológico sobre cidadania não visa estabelecer definições a priori de cidadania, mas compreender em profundidade o emaranhado de discursos que são contestados e a natureza constitutiva dessas lutas (Paley, 2002). Vários autores argumentam que a maioria das abordagens da cidadania são normativas. Mesmo o trabalho da sociologia política sobre "cidadãos" se limita às práticas eleitorais, entre outras coisas, sem questionar a forma como os cidadãos definem a cidadania. Ao se afastar dessa visão estatutária, Neveu e Das propõe pensar a cidadania como um processo e analisar sua dinâmica ao invés de partir de definições a priori. A cidadania é fabricada política e socialmente. Em vez de perguntar o que é cidadania, a antropóloga pergunta o que é chamado de cidadania em diferentes contextos e países. Esse olhar antropológico é fundamental para compreensão dos significados da cidadania vivenciada a partir da narrativa dos sujeitos. Essa abordagem teórica nos permite escapar de uma interpretação contratualista e institucionalista da cidadania, que historicamente a considera simplesmente como um acordo baseado em direitos e deveres. Ao ir além da ideia de cidadania como status individualizado, podemos abarcar uma infinidade de formas de vivenciar a cidadania. Esse trabalho é baseado em dez anos de pesquisa acadêmica com sujeitos em situação de remoção forçada em Recife. Especificamente, uma pesquisa etnográfica feita entre 2012 e 2015 com as famílias do Loteamento São Francisco em Pernambuco, que tiveram suas casas demolidas por causa das obras realizadas para a Copa do Mundo de 2014 (durante meu mestrado) e minha pesquisa atual para o doutorado com diversas comunidades ameaçadas de remoção em Recife.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468624_ARQUIVO_009adc54eb93deda0e58ee51a4313053.pdf

Apresentação Oral

CIDADANIA COMO ETICIDADE ENCARNADA: Etnografia da Patrulha Maria da Penha de Natal-RN

Andressa Morais-Lima

O presente trabalho toma como ponto de partida as experiências sensoriais de mulheres em situação de violência doméstica assistidas pela Patrulha Maria da Penha de Natal-RN durante a pandemia de Covid-19. Busquei inicialmente apreender os sentidos e sentimentos morais que expressam experiências de sofrimento, mas também de solidariedade e reconhecimento intersubjetivo entre mulheres assistidas pela PMP. Ao longo da pesquisa etnográfica a reflexão antropológica baseada nas histórias das mulheres em situação de violência permitiu ampliar o conhecimento acerca dos impactos e do crescimento desse tipo de violência durante

o isolamento social de forma tão expressiva, como destacado em outro lugar (Morais-Lima; Moraes, 2020). Considero que além daqueles danos mais diretamente ligados à saúde física da mulher, a violência doméstica deixa marcas subjetivas negativas na autocompreensão que elas têm de si mesmas impingindo um "continuum sofrimento social" (Morais-Lima, 2020). Com efeito, os maus-tratos físicos ferem a autonomia corporal da mulher, resultando em sérios danos emocionais na autoconfiança elementar de uma pessoa (Honneth, 2003). Se soma aos danos na autoconfiança pessoal, um segundo conjunto de danos causados pelas experiências de rebaixamento expressas em termos ofensivos dirigidos contra a mulher que é vítima de violência doméstica. Esses termos que podem ser agrupados nas categorias ofensa e degradação, violam a pessoa em sua dignidade e deixam sérias lesões naquela dimensão subjetiva que constitui a sua autoestima, o que resultaria na incapacidade emocional de se referir a si mesma como alguém dotada de valor junto aos outros, comprometendo a "substância moral da pessoa digna" (Cardoso de Oliveira, 2011). Agora, orientada pela "virada afetiva" (Clough, 2007; Von der Weid, 2018), submeto a categoria cidadania a uma investida etnográfica que explora a relação intersubjetiva entre mulheres assistidas pela PMP e mulheres patrulheiras procurando evidenciar o sentido prático (corpóreo) de cidadania que emerge dessa relação. E assim exploro uma análise das moralidades compartilhadas que não se encerram na dimensão de uma "eticidade corporificada", isto é, institucional, mas conforme veremos essa experiência relacional se realiza numa interação intersubjetiva que pode ser lida nos termos de uma "cidadania como eticidade encarnada". Nesses termos, a assistência pode ser compreendida por aquelas que vivenciam como um enraizamento carnal da cidadania.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482473_ARQUIVO_929a17c0109fb32cf7b58cc9d344022c.pdf

Apresentação Oral

CIDADANIA COMO ETICIDADE ENCARNADA: Etnografia da Patrulha Maria da Penha de Natal-RN

Andressa Moraes-Lima

O presente trabalho toma como ponto de partida as experiências sensoriais de mulheres em situação de violência doméstica assistidas pela Patrulha Maria da Penha de Natal-RN durante a pandemia de Covid-19. Busquei inicialmente apreender os sentidos e sentimentos morais que expressam experiências de sofrimento, mas também de solidariedade e reconhecimento intersubjetivo entre mulheres assistidas pela PMP. Ao longo da pesquisa etnográfica a reflexão antropológica baseada nas histórias das mulheres em situação de violência permitiu ampliar o conhecimento acerca dos impactos e do crescimento desse tipo de violência durante o isolamento social de forma tão expressiva, como destacado em outro lugar (Morais-Lima;

Moraes, 2020). Considero que além daqueles danos mais diretamente ligados à saúde física da mulher, a violência doméstica deixa marcas subjetivas negativas na autoconcepção que elas têm de si mesmas impingindo um "continuum sofrimento social" (Morais-Lima, 2020). Com efeito, os maus-tratos físicos ferem a autonomia corporal da mulher, resultando em sérios danos emocionais na autoconfiança elementar de uma pessoa (Honneth, 2003). Se soma aos danos na autoconfiança pessoal, um segundo conjunto de danos causados pelas experiências de rebaixamento expressas em termos ofensivos dirigidos contra a mulher que é vítima de violência doméstica. Esses termos que podem ser agrupados nas categorias ofensa e degradação, violam a pessoa em sua dignidade e deixam sérias lesões naquela dimensão subjetiva que constitui a sua autoestima, o que resultaria na incapacidade emocional de se referir a si mesma como alguém dotada de valor junto aos outros, comprometendo a "substância moral da pessoa digna" (Cardoso de Oliveira, 2011). Agora, orientada pela "virada afetiva" (Clough, 2007; Von der Weid, 2018), submeto a categoria cidadania a uma investida etnográfica que explora a relação intersubjetiva entre mulheres assistidas pela PMP e mulheres patrulheiras procurando evidenciar o sentido prático (corpóreo) de cidadania que emerge dessa relação. E assim exploro uma análise das moralidades compartilhadas que não se encerram na dimensão de uma "eticidade corporificada", isto é, institucional, mas conforme veremos essa experiência relacional se realiza numa interação intersubjetiva que pode ser lida nos termos de uma "cidadania como eticidade encarnada". Nesses termos, a assistência pode ser compreendida por aquelas que vivenciam como um enraizamento carnal da cidadania.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482473_ARQUIVO_929a17c0109fb32cf7b58cc9d344022c.pdf

Apresentação Oral

Processos estruturais de exclusão discursiva no cárcere

Carolina Lemos, Marcus Cardoso

Neste trabalho, apresentamos o material etnográfico e nossas interpretações acerca dos significados que as pessoas em situação de privação de liberdade no Distrito Federal davam a suas experiências cotidianas, com especial foco nas situações, relatos e percepções desses atores sociais relacionados àquilo que classificamos como processos estruturais de exclusão discursiva no âmbito desse contexto. A partir de nossos dados de campo, sustentamos que estes processos são uma dimensão central do puxar pena, não apenas configurando uma forma em si de violência, como também a própria condição necessária para a manutenção de um quadro estrutural de violações a direitos no cárcere. Os dados apresentados são o resultado de uma pesquisa de campo, realizada entre os anos 2014 e 2018, com mulheres e homens que cumpriam pena no Distrito Federal.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661455381_ARQUIVO_4b4069fa86c09ff448563e52b69ac86d.docx

Apresentação Oral

Processos estruturais de exclusiva discursiva no cárcera

Carolina Lemos, Marcus Cardoso

Neste trabalho, apresentamos o material etnográfico e nossas interpretações acerca dos significados que as pessoas em situação de privação de liberdade no Distrito Federal davam a suas experiências cotidianas, com especial foco nas situações, relatos e percepções desses atores sociais relacionados àquilo que classificamos como processos estruturais de exclusão discursiva no âmbito desse contexto. A partir de nossos dados de campo, sustentamos que estes processos são uma dimensão central do puxar pena, não apenas configurando uma forma em si de violência, como também a própria condição necessária para a manutenção de um quadro estrutural de violações a direitos no cárcere. Os dados apresentados são o resultado de uma pesquisa de campo, realizada entre os anos 2014 e 2018, com mulheres e homens que cumpriam pena no Distrito Federal.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661455381_ARQUIVO_4b4069fa86c09ff448563e52b69ac86d.docx

Apresentação Oral

Hipossuficiência para pensar cidadania no Brasil e o ato de levar a sério o interlocutor para o encontro etnográfico: uma análise da perspectiva tutelar da atuação do Ministério Público brasileiro.

CAROLINA PENNA NOCCHI

A categoria hipossuficiência é apontada por Mota (2005, 2009) e por Mouzinho (2007) como pressuposto fundador da atuação do Ministério Público na defesa de direitos de cidadania no Brasil. As etnografias desses autores, examinadas à luz de provocações de ordem interpretativa, isto é, referentes às condições de possibilidade de produção de conhecimento com pretensão de validade nas ciências sociais, com enfoque no ato de levar a sério a pessoa interlocutora como atitude do pesquisador necessária para tanto, indicam as limitações da categoria hipossuficiência para a efetivação de direitos de cidadania no Brasil. Cabe registrar a opção metodológica, aqui, da análise dos trabalhos de Mota e Mouzinho por provocações de ordem interpretativa, as quais devem, de fato, ocupar papel central da pesquisa, uma vez que tais condições de construção do conhecimento representam o conhecimento em si, não se afigurando como meros instrumentos para se chegar a ele. A categoria hipossuficiência,

segundo Mota e Mouzinho, respalda a perspectiva tutelar do Ministério Público perante determinados grupos sociais, legitimando sua atuação para a defesa de direitos de cidadania desses grupos, tidos como vulneráveis e incapazes de responderem por si. A hipossuficiência parece se opor, assim, ao ato de levar a sério a pessoa interlocutora, pressuposto essencial para o encontro com a alteridade, seja esse encontro nas interações sociais em geral, seja na pesquisa etnográfica. No que se refere à pesquisa, a atitude interpretativa de levar a sério a pessoa interlocutora, conforme apontam Cardoso de Oliveira (1993, 1995, 2018) e Favret-Saada(1981), é indispensável para viabilizar o encontro etnográfico. O ato de levar a sério a pessoa interlocutora é que permite compreender sua realidade ou o sentido do que é por ela enunciado. A atuação estatal pautada na ideia de hipossuficiência dos sujeitos a quem suas políticas públicas se direcionam parece concretizar atitude interpretativa que não leva a sério o interlocutor, na medida em que não o considera capaz de expressar suas demandas. E pode inviabilizar, igualmente, a compreensão adequada das demandas de direito de cidadania desses sujeitos, os silenciando e negando possibilidades emancipatórias. Como indica Cardoso de Oliveira, a hipossuficiência leva a situações de exclusão discursiva no Brasil (2018). Para além da correlação entre a hipossuficiência, o ato de levar a sério o interlocutor e a exclusão discursiva no Brasil, as reflexões ora desenvolvidas sugerem caminhos de pesquisa que podem levar à formulação de novas compreensões e desdobramentos dessas categorias, cujo potencial elucidativo da realidade será tanto maior quanto mais profunda for a interseção gráfica entre os mundos socioculturais do pesquisador e do pesquisado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479431_ARQUIVO_c87c5cebaeddc6f68aab107d0eb53fc9.pdf

Apresentação Oral

Hipossuficiência para pensar cidadania no Brasil e o ato de levar a sério o interlocutor para o encontro etnográfico: uma análise da perspectiva tutelar da atuação do Ministério Público brasileiro.

CAROLINA PENNA NOCCHI

A categoria hipossuficiência é apontada por Mota (2005, 2009) e por Mouzinho (2007) como pressuposto fundador da atuação do Ministério Público na defesa de direitos de cidadania no Brasil. As etnografias desses autores, examinadas à luz de provocações de ordem interpretativa, isto é, referentes às condições de possibilidade de produção de conhecimento com pretensão de validade nas ciências sociais, com enfoque no ato de levar a sério a pessoa interlocutora como atitude do pesquisador necessária para tanto, indicam as limitações da categoria hipossuficiência para a efetivação de direitos de cidadania no Brasil. Cabe registrar a opção metodológica, aqui, da análise dos trabalhos de Mota e Mouzinho por provocações

de ordem interpretativa, as quais devem, de fato, ocupar papel central da pesquisa, uma vez que tais condições de construção do conhecimento representam o conhecimento em si, não se afigurando como meros instrumentos para se chegar a ele. A categoria hipossuficiência, segundo Mota e Mouzinho, respalda a perspectiva tutelar do Ministério Público perante determinados grupos sociais, legitimando sua atuação para a defesa de direitos de cidadania desses grupos, tidos como vulneráveis e incapazes de responderem por si. A hipossuficiência parece se opor, assim, ao ato de levar a sério a pessoa interlocutora, pressuposto essencial para o encontro com a alteridade, seja esse encontro nas interações sociais em geral, seja na pesquisa etnográfica. No que se refere à pesquisa, a atitude interpretativa de levar a sério a pessoa interlocutora, conforme apontam Cardoso de Oliveira (1993, 1995, 2018) e Favret-Saada(1981), é indispensável para viabilizar o encontro etnográfico. O ato de levar a sério a pessoa interlocutora é que permite compreender sua realidade ou o sentido do que é por ela enunciado. A atuação estatal pautada na ideia de hipossuficiência dos sujeitos a quem suas políticas públicas se direcionam parece concretizar atitude interpretativa que não leva a sério o interlocutor, na medida em que não o considera capaz de expressar suas demandas. E pode inviabilizar, igualmente, a compreensão adequada das demandas de direito de cidadania desses sujeitos, os silenciando e negando possibilidades emancipatórias. Como indica Cardoso de Oliveira, a hipossuficiência leva a situações de exclusão discursiva no Brasil (2018). Para além da correlação entre a hipossuficiência, o ato de levar a sério o interlocutor e a exclusão discursiva no Brasil, as reflexões ora desenvolvidas sugerem caminhos de pesquisa que podem levar à formulação de novas compreensões e desdobramentos dessas categorias, cujo potencial elucidativo da realidade será tanto maior quanto mais profunda for a interseção gráfica entre os mundos socioculturais do pesquisador e do pesquisado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479431_ARQUIVO_c87c5cebaeddc6f68aab107d0eb53fc9.pdf

Apresentação Oral

Entre liberdades e prisões: a desigualdade jurídica no tratamento dos pedidos de Habeas Corpus no período da pandemia

Fernanda Duarte, BÁRBARA LUPETTI, RAFAEL MARIO IORIO FILHO

Partindo da afirmação de que a sociedade brasileira se estrutura de forma hierarquizada, reproduzindo um ethos aristocrático em contraposição a uma ordem republicana, podemos reconhecer que, no plano jurídico, a desigualdade se opera em dois níveis: no aspecto normativo - por meio da elaboração das leis - e na administração dos conflitos, quando da aplicação das leis, especialmente pelo Judiciário. Neste texto, pretendemos problematizar o modo como as instituições judiciárias no Brasil internalizam e (re)produzem desigualdades

jurídicas - o que se tornou mais evidente com a pandemia de Covid-19 - e suas consequências para a esfera de direitos dos brasileiros. Para tanto, pretendemos descrever uma categoria de casos (os casos de pedidos de liberdade de réus presos em razão da pandemia da Covid-19), que ajudam a revelar essa chave da desigualdade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660836722_ARQUIVO_4c311bd8b45d31a392b326111c6cb424.docx

Apresentação Oral

Entre liberdades e prisões: a desigualdade jurídica no tratamento dos pedidos de Habeas Corpus no período da pandemia

Fernanda Duarte, BÁRBARA LUPETTI, RAFAEL MARIO IORIO FILHO

Partindo da afirmação de que a sociedade brasileira se estrutura de forma hierarquizada, reproduzindo um ethos aristocrático em contraposição a uma ordem republicana, podemos reconhecer que, no plano jurídico, a desigualdade se opera em dois níveis: no aspecto normativo - por meio da elaboração das leis - e na administração dos conflitos, quando da aplicação das leis, especialmente pelo Judiciário. Neste texto, pretendemos problematizar o modo como as instituições judiciárias no Brasil internalizam e (re)produzem desigualdades jurídicas - o que se tornou mais evidente com a pandemia de Covid-19 - e suas consequências para a esfera de direitos dos brasileiros. Para tanto, pretendemos descrever uma categoria de casos (os casos de pedidos de liberdade de réus presos em razão da pandemia da Covid-19), que ajudam a revelar essa chave da desigualdade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660836722_ARQUIVO_4c311bd8b45d31a392b326111c6cb424.docx

Apresentação Oral

O universo da violência doméstica como espaço de disputa de moralidades

IRIS FÁTIMA ALVES CAMPOS, Virginia Vecchioli

Este artigo tem um caráter etnográfico e busca compreendermos quais as moralidades que estão em jogo quando se evoca a aplicação da Lei 11.340/2006, conhecida como lei Maria da Penha. O objeto desta pesquisa, em fase de construção, é oriundo do acompanhamento, há dez anos, do trâmite das denúncias desde a Delegacia de Polícia Civil até o Juizado de Violência Doméstica de uma comarca do interior do Rs. A Lei Maria da Penha foi criada a partir das ações do movimento feminista brasileiro articulado com os movimentos feministas internacionais e o de direitos humanos, a fim de reconhecer os direitos à justiça e reparação

às mulheres vítimas de violência de gênero. A introdução da lei, com uma série de dispositivos jurídicos inovadores (medidas de proteção às vítimas e punição aos agressores com pena em meio fechado), intenta produzir uma nova forma de relação de entre homens e mulheres, ou seja, se faz um espaço de ação política pela destruição da ordem patriarcal de gênero, possibilitando que as mulheres atinjam a plena cidadania. Na efetivação/aplicabilidade da lei vemos, no entanto, que mesmo o Juizado da Violência Doméstica obedece a preceitos que podem relativizar a condição de agressor a ser punido e a condição de vítima a ser reparada e protegida, uma vez que registrar a situação de violência, representar contra o agressor e solicitar medidas protetivas, na maioria das situações denunciadas, depende da livre escolha das mulheres. Por meio das notas de campo, a análise fará foco nas posições adotadas por vítimas, agressores e operadores do direito diante da penetração do discurso da igualdade entre homens e mulheres e pelo fim da violência doméstica. O que se busca é entender as diversas formas em que a lei Maria da Penha é utilizada na prática já que as mulheres, mesmo quando acionam o sistema de justiça, podem não procurar punição para o homem levando em conta dimensões como a honra familiar e as lutas de poder no interior da família. A análise evidencia que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Palavras-chave: Violência doméstica. Vítima. Moralidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480386_ARQUIVO_1d03e1c616dbff9f8da680968e47c9aa.pdf

Apresentação Oral

O universo da violência doméstica como espaço de disputa de moralidades

IRIS FÁTIMA ALVES CAMPOS, Virginia Vecchioli

Este artigo tem um caráter etnográfico e busca compreendermos quais as moralidades que estão em jogo quando se evoca a aplicação da Lei 11.340/2006, conhecida como lei Maria da Penha. O objeto desta pesquisa, em fase de construção, é oriundo do acompanhamento, há dez anos, do trâmite das denúncias desde a Delegacia de Polícia Civil até o Juizado de Violência Doméstica de uma comarca do interior do Rs. A Lei Maria da Penha foi criada a partir das ações do movimento feminista brasileiro articulado com os movimentos feministas internacionais e o de direitos humanos, a fim de reconhecer os direitos à justiça e reparação às mulheres vítimas de violência de gênero. A introdução da lei, com uma série de dispositivos jurídicos inovadores (medidas de proteção às vítimas e punição aos agressores com pena em meio fechado), intenta produzir uma nova forma de relação de entre homens e mulheres, ou seja, se faz um espaço de ação política pela destruição da ordem patriarcal de gênero, possibilitando que as mulheres atinjam a plena cidadania. Na efetivação/aplicabilidade da lei

vemos, no entanto, que mesmo o Juizado da Violência Doméstica obedece a preceitos que podem relativizar a condição de agressor a ser punido e a condição de vítima a ser reparada e protegida, uma vez que registrar a situação de violência, representar contra o agressor e solicitar medidas protetivas, na maioria das situações denunciadas, depende da livre escolha das mulheres. Por meio das notas de campo, a análise fará foco nas posições adotadas por vítimas, agressores e operadores do direito diante da penetração do discurso da igualdade entre homens e mulheres e pelo fim da violência doméstica. O que se busca é entender as diversas formas em que a lei Maria da Penha é utilizada na prática já que as mulheres, mesmo quando acionam o sistema de justiça, podem não procurar punição para o homem levando em conta dimensões como a honra familiar e as lutas de poder no interior da família. A análise evidencia que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Palavras-chave: Violência doméstica. Vítima. Moralidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480386_ARQUIVO_1d03e1c616dbff9f8da680968e47c9aa.pdf

Apresentação Oral

Cadeia, substantivo negro e feminino (ato III): as familiares de presos na sobrevivência e resistência à prisão.

Isadora de Assis Bandeira

A presente proposta trata-se de uma pesquisa etnográfica em andamento que consiste em observar e etnografar questões que envolvem a tríade mulheres, cadeia e violência de Estado. Essa inspiração surge de um longo período de trabalho de campo em uma cadeia pública mista na região da Tríplice Fronteira, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. Atualmente, os esforços voltam-se à compreensão das dinâmicas dessa mesma tríade, todavia realocando o olhar para "fora" da prisão, em especial às mulheres visitantes da malha carcerária da Ilha de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis. Tendo nas famílias visitantes, sobretudo na figura das mulheres, as principais interlocutoras da pesquisa, pretendo compreender as práticas, rotinas e dinâmicas às quais estão sujeitas enquanto familiares da população encarcerada, levando em consideração a violência estatal e seus impactos sobre essas vidas. Apropriando-me do conceito de violência enquanto insulto moral (Oliveira, 2008), o interesse central se baseia em compreender de que maneiras essas famílias experimentam e resistem à punição extensa. Portanto, o objetivo é, junto ao GT, refletir a respeito das experiências de vida das familiares da população encarcerada as quais estou observando e dialogando em trabalho de campo. À vista disso, pretendo analisar as múltiplas constituições de "cidadanias" que coexistem nesse coletivo de mulheres frente ao estigma de "mulher/familiar de preso" e os impactos e

atravessamentos a partir das relações com as instituições estatais e demais segmentos da sociedade. Ademais, a pesquisa enquanto afetada pelos efeitos da pandemia de Covid-19 toma esse contexto como questão central para pensar através de suas reconfigurações e efeitos na prisão, além de seus impactos tanto na execução do projeto de pesquisa quanto em relação à realidade pesquisada, bem como na gestão estatal sobre essas instituições e pessoas seletas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480618_ARQUIVO_ffdaea6ad739b7b5c3c12bcd8c0cb7cc.pdf

Apresentação Oral

Cadeia, substantivo negro e feminino (ato III): as familiares de presos na sobrevivência e resistência à prisão.

Isadora de Assis Bandeira

A presente proposta trata-se de uma pesquisa etnográfica em andamento que consiste em observar e etnografar questões que envolvem a tríade mulheres, cadeia e violência de Estado. Essa inspiração surge de um longo período de trabalho de campo em uma cadeia pública mista na região da Tríplice Fronteira, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. Atualmente, os esforços voltam-se à compreensão das dinâmicas dessa mesma tríade, todavia realocando o olhar para "fora" da prisão, em especial às mulheres visitantes da malha carcerária da Ilha de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis. Tendo nas famílias visitantes, sobretudo na figura das mulheres, as principais interlocutoras da pesquisa, pretendo compreender as práticas, rotinas e dinâmicas às quais estão sujeitas enquanto familiares da população encarcerada, levando em consideração a violência estatal e seus impactos sobre essas vidas. Apropriando-me do conceito de violência enquanto insulto moral (Oliveira, 2008), o interesse central se baseia em compreender de que maneiras essas famílias experimentam e resistem à punição extensa. Portanto, o objetivo é, junto ao GT, refletir a respeito das experiências de vida das familiares da população encarcerada as quais estou observando e dialogando em trabalho de campo. À vista disso, pretendo analisar as múltiplas constituições de "cidadanias" que coexistem nesse coletivo de mulheres frente ao estigma de "mulher/familiar de preso" e os impactos e atravessamentos a partir das relações com as instituições estatais e demais segmentos da sociedade. Ademais, a pesquisa enquanto afetada pelos efeitos da pandemia de Covid-19 toma esse contexto como questão central para pensar através de suas reconfigurações e efeitos na prisão, além de seus impactos tanto na execução do projeto de pesquisa quanto em relação à realidade pesquisada, bem como na gestão estatal sobre essas instituições e pessoas seletas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480618_ARQUIVO_ffdaea6ad739b7b5c3c12bcd8c0cb7cc.pdf

Apresentação Oral

"Resgatar a universidade dos comunistas" conflitos de moralidades e concepções de cidadania em um ambiente acadêmico

Tayná Santos Conceição, Jussara Freire

Neste trabalho, propõe-se apresentar um recorte de uma observação de inspiração etnográfica realizada em uma universidade pública brasileira de 2017 a 2020. Mais especificamente, o presente trabalho tem como objetivo analisar os recursos cognitivos e morais acionados por estudantes pertencentes a um grupo de extrema direita. Desde 2014, este movimento conhecia uma crescente expansão nacional e, logo, chegou rapidamente às universidades brasileiras. Pouco tempo depois, este grupo apresentava-se, em público, como empreendedor moral de uma "nova" concepção de "democracia": condenava publicamente diversas supostas condutas e práticas julgadas imorais na "universidade pública". Discentes deste movimento acusaram docentes de serem "autoritários", "antidemocráticos", e de desviar suas funções de funcionalismo público para implementar "um projeto comunista". Em busca de prova de flagrante, alunos membros ou próximos deste movimento participavam de aulas escondendo celulares que filmavam aulas. Alguns deambulavam pelos espaços universitários tirando fotos de cenas que poderiam, segundo eles, comprovar as verdades do próprio movimento em relação ao que seria a universidade pública: um recanto de "comunistas". Estas "provas" eram compartilhadas em redes sociais e estas últimas unificavam, por sua vez, um crescente grupo nacional em diferentes pontos do país. As redes sociais transformaram-se numa espécie de palco de tribunal no qual reforçava-se a verdade que este movimento procurava construir. A universidade em análise neste trabalho é um laboratório "bom para pensar" este processo. A partir da etnografia deste caso, apresentaremos algumas das situações que contribuem para a compreensão de construções de verdades que, nos últimos anos, tencionam a ordem universitária e, mais amplamente, a ordem social. Em outros termos, analisaremos a construção de um repertório político fundamentado em uma lógica do contraditório. Esta última orienta um plano de ação voltado para uma modalidade de dissenso que acentua a cisma entre os membros deste grupo e os "universitários", em particular em torno da categoria "comunista".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482443_ARQUIVO_f40dd51bbf98043f4dfa999a8ea8621f.pdf

Apresentação Oral

"Resgatar a universidade dos comunistas" conflitos de moralidades e concepções de cidadania em um ambiente acadêmico

Tayná Santos Conceição, Jussara Freire

Neste trabalho, propõe-se apresentar um recorte de uma observação de inspiração etnográfica realizada em uma universidade pública brasileira de 2017 a 2020. Mais especificamente, o presente trabalho tem como objetivo analisar os recursos cognitivos e morais acionados por estudantes pertencentes a um grupo de extrema direita. Desde 2014, este movimento conhecia uma crescente expansão nacional e, logo, chegou rapidamente às universidades brasileiras. Pouco tempo depois, este grupo apresentava-se, em público, como empreendedor moral de uma "nova" concepção de "democracia": condenava publicamente diversas supostas condutas e práticas julgadas imorais na "universidade pública". Discentes deste movimento acusaram docentes de serem "autoritários", "antidemocráticos", e de desviar suas funções de funcionalismo público para implementar "um projeto comunista". Em busca de prova de flagrante, alunos membros ou próximos deste movimento participavam de aulas escondendo celulares que filmavam aulas. Alguns deambulavam pelos espaços universitários tirando fotos de cenas que poderiam, segundo eles, comprovar as verdades do próprio movimento em relação ao que seria a universidade pública: um recanto de "comunistas". Estas "provas" eram compartilhadas em redes sociais e estas últimas unificavam, por sua vez, um crescente grupo nacional em diferentes pontos do país. As redes sociais transformaram-se numa espécie de palco de tribunal no qual reforçava-se a verdade que este movimento procurava construir. A universidade em análise neste trabalho é um laboratório "bom para pensar" este processo. A partir da etnografia deste caso, apresentaremos algumas das situações que contribuem para a compreensão de construções de verdades que, nos últimos anos, tencionam a ordem universitária e, mais amplamente, a ordem social. Em outros termos, analisaremos a construção de um repertório político fundamentado em uma lógica do contraditório. Esta última orienta um plano de ação voltado para uma modalidade de dissenso que acentua a cisma entre os membros deste grupo e os "universitários", em particular em torno da categoria "comunista".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482443_ARQUIVO_f40dd51bbf98043f4dfa999a8ea8621f.pdf

GT42: Experiências contra-hegemônicas em Memória Social e Patrimônio Cultural

O GT pretende reunir trabalhos que focalizem experiências contra-hegemônicas no campo da Memória Social e do Patrimônio Cultural construídas à margem e em dissonância com o neocolonialismo. A intenção é abordar propostas, caminhos e perspectivas que coloquem em cena diferentes paradigmas culturais e de outros processos civilizatórios, com seus sistemas de conhecimento e práticas de memorização que foram e são invisibilizados. Especial atenção será

conferida a referências de memória coletiva e social entre populações quilombolas e indígenas, comunidades tradicionais, coletivos emergentes, coletivos de mulheres, movimentos sociais, entre outros segmentos, expressas pelos sistemas singulares de produção agrícola, de conhecimento medicinal e ambiental, de visões de mundo, de cartografias sociais, culturais e de lugares de memória, de fabulação em torno do mágico e do sagrado, de mitos e rituais. Procuraremos perceber a atualidade de formas expressivas de relacionamento com diferentes concepções de tempo e de patrimônios, onde habitam seres humanos e não humanos, nos quais são partilhadas diferentes formas de ordenação do pensamento, da memória social e da relação com a terra e o meio ambiente, como em eventos alusivos à memória de movimentos sociais, em feiras de troca de sementes crioulas, em iniciativas de hortas e farmácias comunitárias, em processos de autodemarcação territorial, em reivindicações de propriedade intelectual, entre outros.

Palavras chave: Memória Social; Experiências Contra-Hegemônicas; Patrimônio Cultural

Regina Abreu, José Maria da Silva

Apresentação Oral

Tecituras e emaranhados criativos: A "fotrica" como malha e possibilidade de reemergência da memória coletiva

Aline de Jesus Maffi

Este texto busca propor alguns apontamentos sobre a fotrica, como uma malha relacional e um movimento de composição que articula memórias e trajetórias, partindo de reflexões mobilizadas por fotografias na medida que esses dispositivos podem movimentar relatos orais de mulheres que compartilham o mesmo contexto comunitário. Nesse sentido, apresento correlações teóricas iniciais que fundamentam o que estou denominando como fotrica, a qual começa a se constituir como uma abertura caracterizada pela possibilidade de tensionar a ideia de futrica - recorrentemente entendida como fofoca, intriga, mexerico e fuxico -, por meio do pressuposto comunicacional que essa terminologia carrega, a fim de buscar elementos à proposição da noção de fotrica. Inserida em uma pesquisa fotobiográfica, fundamentada na perspectiva de Bruno (2007), a fotrica é pensada como um movimento relacional e metodológico de criação que se expressa no cruzamento de trajetórias de mulheres, interlocutoras da pesquisa "À margem do visível: processos de identificação, ruralidades, memórias e as trajetórias de mulheres em fotobiografias", em curso na Zona Rural de Londrina/PR, no Distrito de Maravilha. A instituição e anexação desse distrito ao território de Londrina ocorre na década de 1970, entretanto já havia a organização de um povoado nessa região desde meados de 1940. A história oficial das/os moradoras/es de Maravilha, contudo, é vinculada à narrativa hegemônica sobre a história de Londrina, associando-se a uma

perspectiva historiográfica repleta de silenciamentos e invisibilidades. Nesse sentido, ao propor o cruzamento de trajetórias de mulheres, com faixa etária entre 60, 70 e 80 anos, na composição conjunta de histórias de vida, a fotrica se constitui como uma tecitura - ou seja, como uma reunião de fios entrelaçados - que pode possibilitar caminhos que visibilizem os sentidos de uma memória coletiva e práticas de memoração, até aqui invisibilizadas, construídas e mobilizadas por mulheres que partilham uma territorialidade, na medida que essas histórias de vida estão inseridas em um conjunto de relações (KOFES, 2015). Para isso, em um primeiro momento, trarei alguns apontamentos filosóficos e antropológicos sobre a terminologia gossip, isto é, fofoca ou futrica. Para, em um momento subsequente, propor um diálogo com Deleuze e Guattari (2001) e Ingold (2012; 2019), a fim de buscar, na articulação das categorias outrem, relação, coisa e malha, fundamentos à proposição da noção de fotrica. Nessa perspectiva, a fotrica é composta como uma possibilidade contra-hegemônica de articulação de fotobiografias, buscando possibilitar a reemergência de uma memória coletiva sobre uma territorialidade compartilhada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661400138_ARQUIVO_9037155f845f2c77c9be9bb7bdff60e8.pdf

Apresentação Oral

Tecituras e emaranhados criativos: A "fotrica" como malha e possibilidade de reemergência da memória coletiva

Aline de Jesus Maffi

Este texto busca propor alguns apontamentos sobre a fotrica, como uma malha relacional e um movimento de composição que articula memórias e trajetórias, partindo de reflexões mobilizadas por fotografias na medida que esses dispositivos podem movimentar relatos orais de mulheres que compartilham o mesmo contexto comunitário. Nesse sentido, apresento correlações teóricas iniciais que fundamentam o que estou denominando como fotrica, a qual começa a se constituir como uma abertura caracterizada pela possibilidade de tensionar a ideia de futrica - recorrentemente entendida como fofoca, intriga, mexerico e fuxico -, por meio do pressuposto comunicacional que essa terminologia carrega, a fim de buscar elementos à proposição da noção de fotrica. Inserida em uma pesquisa fotobiográfica, fundamentada na perspectiva de Bruno (2007), a fotrica é pensada como um movimento relacional e metodológico de criação que se expressa no cruzamento de trajetórias de mulheres, interlocutoras da pesquisa "À margem do visível: processos de identificação, ruralidades, memórias e as trajetórias de mulheres em fotobiografias", em curso na Zona Rural de Londrina/PR, no Distrito de Maravilha. A instituição e anexação desse distrito ao território de Londrina ocorre na década de 1970, entretanto já havia a organização de um povoado nessa

região desde meados de 1940. A história oficial das/os moradoras/es de Maravilha, contudo, é vinculada à narrativa hegemônica sobre a história de Londrina, associando-se a uma perspectiva historiográfica repleta de silenciamentos e invisibilidades. Nesse sentido, ao propor o cruzamento de trajetórias de mulheres, com faixa etária entre 60, 70 e 80 anos, na composição conjunta de histórias de vida, a fotrica se constitui como uma tecitura - ou seja, como uma reunião de fios entrelaçados - que pode possibilitar caminhos que visibilizem os sentidos de uma memória coletiva e práticas de memoração, até aqui invisibilizadas, construídas e mobilizadas por mulheres que partilham uma territorialidade, na medida que essas histórias de vida estão inseridas em um conjunto de relações (KOFES, 2015). Para isso, em um primeiro momento, trarei alguns apontamentos filosóficos e antropológicos sobre a terminologia gossip, isto é, fofoca ou futrica. Para, em um momento subsequente, propor um diálogo com Deleuze e Guattari (2001) e Ingold (2012; 2019), a fim de buscar, na articulação das categorias outrem, relação, coisa e malha, fundamentos à proposição da noção de fotrica. Nessa perspectiva, a fotrica é composta como uma possibilidade contra-hegemônica de articulação de fotobiografias, buscando possibilitar a reemergência de uma memória coletiva sobre uma territorialidade compartilhada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661400138_ARQUIVO_9037155f845f2c77c9be9bb7bdff60e8.pdf

Apresentação Oral

Patrimônio e decolonialidades: As coleções de arte popular e africana do MNBA.

Ana Teles, Danielle Maia Cruz

A presente comunicação propõe uma problematização sobre o lugar da arte popular e da arte não europeia em museus de arte no Brasil, focalizando a discussão no Museu Nacional de Belas Artes, cujo processo de aquisição das coleções de arte popular e africana ocorreu a partir da década de 1960. Essas aquisições ocorreram num contexto social e político de questionamento dos cânones artísticos ocidentais que reverberaram no campo artístico brasileiro, naquele momento, levando a transformações que motivaram a aquisição destas coleções pelo MNBA. O MNBA, cuja história é euro centrada, iniciada com a missão artística francesa, tem seu acervo caracterizado pela arte erudita. Pretende-se a partir da análise da trajetória destas coleções no MNBA, ao longo desses quase sessenta anos, discutir o significado de uma coleção de arte popular e arte africana num museu de arte erudita. Considerando que o MNBA narra a história das artes visuais brasileiras seria então de seu domínio guardar somente as artes eruditas? Que valores são engendrados com a separação ou junção de diferentes fazeres artísticos num museu que faz parte das instancias legitimadoras da arte? Muito mais do que alocar simbolicamente tais coleções a museus de arte erudita ou

de arte popular interessa-nos aqui entender o que está em jogo na disputa hierarquica entre tipos de museus e tipos de fazeres artísticos. Lança-se mão para isso das discussões atuais sobre patrimônio e decolonialidade e sobre os sujeitos do fazer artístico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477730_ARQUIVO_288e12dfcc147fb48b2028da618e859d.docx

Apresentação Oral

Patrimônio e decolonialidades: As coleções de arte popular e africana do MNBA.

Ana Teles, Danielle Maia Cruz

A presente comunicação propõe uma problematização sobre o lugar da arte popular e da arte não europeia em museus de arte no Brasil, focalizando a discussão no Museu Nacional de Belas Artes, cujo processo de aquisição das coleções de arte popular e africana ocorreu a partir da década de 1960. Essas aquisições ocorreram num contexto social e político de questionamento dos cânones artísticos ocidentais que reverberaram no campo artístico brasileiro, naquele momento, levando a transformações que motivaram a aquisição destas coleções pelo MNBA. O MNBA, cuja história é euro centrada, iniciada com a missão artística francesa, tem seu acervo caracterizado pela arte erudita. Pretende-se a partir da análise da trajetória destas coleções no MNBA, ao longo desses quase sessenta anos, discutir o significado de uma coleção de arte popular e arte africana num museu de arte erudita. Considerando que o MNBA narra a história das artes visuais brasileiras seria então de seu domínio guardar somente as artes eruditas? Que valores são engendrados com a separação ou junção de diferentes fazeres artísticos num museu que faz parte das instancias legitimadoras da arte? Muito mais do que alocar simbolicamente tais coleções a museus de arte erudita ou de arte popular interessa-nos aqui entender o que está em jogo na disputa hierarquica entre tipos de museus e tipos de fazeres artísticos. Lança-se mão para isso das discussões atuais sobre patrimônio e decolonialidade e sobre os sujeitos do fazer artístico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477730_ARQUIVO_288e12dfcc147fb48b2028da618e859d.docx

Apresentação Oral

Memoração e contra-hegemonia no muralismo zapatista: o patrimônio indígena desde "abajo y a la izquierda"

Bianca Rihan Pinheiro Amorim

O objetivo desta proposta se trata de defender/apresentar os murais coloridos, confeccionados pelo movimento zapatista em seu território autônomo, no sudeste do México, como patrimônio indígena. Patrimônio, no entanto, definido não via chancela do Estado - como pretensão marcador da memória hegemônica nacional - mas pela organicidade dos grupos que produzem e se apropriam de tais artefatos como patrimônio sócio-histórico, dialético e dialógico, sobre os quais ainda é possível atuar e encaminhar a luta social. Permeando tanto o complexo material como o complexo mágico e poético, ou seja, simbólico, de criação, afeto e devir, as reflexões a serem desenvolvidas na comunicação se voltam para a mediação e a "memoração" de diferentes agentes técnicos, sociais e culturais que participam da experiência muralista nos "caracóis" de Chiapas. Contudo, para além das tantas camadas constituintes do saber-fazer coletivo, a proposta sublinha as estruturas de violência que atravessam o território indígena zapatista. Os murais, por sua vez, passam a ser compreendidos não apenas como zonas de prosa coletivas, mas como registros disseminados a partir de comunidades em "resistência e rebeldia", em um zoneamento de guerrilha. Atualiza-se, pois, a dimensão do patrimônio como fruto de ações intersubjetivas, produzidas como (contra)ataques às superestruturas e às estruturas que operam como máquinas de pasteurização e opressão de corpos e epistemologias "desviantes". A atenção a essa condição me faz observar os murais como espaços permanentes de (re)construção da memória, pautada na vida prática e na defesa de indígenas e de outros grupos sociais subalternizados. Permite-se, pois, a alteração e/ou apagamento de imagens e mensagens na medida em que se atualizam as experiências e expectativas de tais coletividades, em dada conjuntura. Neste momento em que a América Latina sofre os efeitos mais agressivos de mercados e Estados praticamente autocráticos e seus dispositivos sociais legitimadores de práticas racistas e neocoloniais que avançam a olhos vistos contra as populações pobre, negra e indígena, a disputa pelos índices sociais nos murais se faz presente em todo o processo de observação da pesquisa. Desse modo, o enquadramento da memória coletiva pela memória oficial dá lugar a um "patrimônio vivo", ou espaços de interação em que diferentes comunidades discursivas, membros de diferentes etnias indígenas e realidades sócio-políticas apresentam a si e ao movimento zapatista e literalmente criam e recriam as possibilidades de um "outro mundo possível" pela mobilização de artefatos para a luta. Isto é, pela mobilização do patrimônio muralista indígena desde "abajo y a la izquierda".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476776_ARQUIVO_25997137e858c2bb95a6a78c1252359b.docx

Apresentação Oral

Memoração e contra-hegemonia no muralismo zapatista: o patrimônio indígena desde "abajo y a la izquierda"

Bianca Rihan Pinheiro Amorim

O objetivo desta proposta se trata de defender/apresentar os murais coloridos, confeccionados pelo movimento zapatista em seu território autônomo, no sudeste do México, como patrimônio indígena. Patrimônio, no entanto, definido não via chancela do Estado - como pretensão marcador da memória hegemônica nacional - mas pela organicidade dos grupos que produzem e se apropriam de tais artefatos como patrimônio sócio-histórico, dialético e dialógico, sobre os quais ainda é possível atuar e encaminhar a luta social. Permeando tanto o complexo material como o complexo mágico e poético, ou seja, simbólico, de criação, afeto e devir, as reflexões a serem desenvolvidas na comunicação se voltam para a mediação e a "memoração" de diferentes agentes técnicos, sociais e culturais que participam da experiência muralista nos "caracóis" de Chiapas. Contudo, para além das tantas camadas constituintes do saber-fazer coletivo, a proposta sublinha as estruturas de violência que atravessam o território indígena zapatista. Os murais, por sua vez, passam a ser compreendidos não apenas como zonas de prosa coletivas, mas como registros disseminados a partir de comunidades em "resistência e rebeldia", em um zoneamento de guerrilha. Atualiza-se, pois, a dimensão do patrimônio como fruto de ações intersubjetivas, produzidas como (contra)ataques às superestruturas e às estruturas que operam como máquinas de pasteurização e opressão de corpos e epistemologias "desviantes". A atenção a essa condição me faz observar os murais como espaços permanentes de (re)construção da memória, pautada na vida prática e na defesa de indígenas e de outros grupos sociais subalternizados. Permite-se, pois, a alteração e/ou apagamento de imagens e mensagens na medida em que se atualizam as experiências e expectativas de tais coletividades, em dada conjuntura. Neste momento em que a América Latina sofre os efeitos mais agressivos de mercados e Estados praticamente autocráticos e seus dispositivos sociais legitimadores de práticas racistas e neocoloniais que avançam a olhos vistos contra as populações pobre, negra e indígena, a disputa pelos índices sociais nos murais se faz presente em todo o processo de observação da pesquisa. Desse modo, o enquadramento da memória coletiva pela memória oficial dá lugar a um "patrimônio vivo", ou espaços de interação em que diferentes comunidades discursivas, membros de diferentes etnias indígenas e realidades sócio-políticas apresentam a si e ao movimento zapatista e literalmente criam e recriam as possibilidades de um "outro mundo possível" pela mobilização de artefatos para a luta. Isto é, pela mobilização do patrimônio muralista indígena desde "abajo y a la izquierda".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476776_ARQUIVO_25997137e858c2bb95a6a78c1252359b.docx

Apresentação Oral

"Eram os caboclos brabos que tinham cavado aquele poço": Salvaguardando Memórias Tapuias no Vale do Sabugi, PB.

Bismark Karuá Tapuia-Tarairiú, María Elena Martínez-Torres

Essa comunicação apresentará os avanços obtidos através da construção do acervo audiovisual da cultura indígena do Vale do Sabugi (PB), o Memórias Tapuias. Norteadas pelas discussões históricas e antropológicas voltadas as formas de esquecer e lembrar, especialmente no que tange a situação colonial no nordeste indígena (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998), tenho buscado estratégias de salvaguarda da memória junto a construção de museus indígenas no campo virtual (ATHIAS, 2019). Com apoio financeiro da premiação de projetos culturais da Lei Aldir Blanc (14.017/2020) no Estado da Paraíba (Edital Parrá/PB), junto a uma equipe composta por mim, graduando em ciências sociais e produtor cultural; por um museólogo; uma educadora; um motorista e uma articuladora regional, temos realizado uma série de entrevistas de cunho etnográfico e documental junto à conhecedores tradicionais do semiárido. Como recorte inicial de pesquisa tenho me voltado a investigação com senhores e senhoras originários dos territórios que atualmente comportam o município de São Mamede/PB, partindo do meu próprio contexto familiar. Os diálogos se dão com moradores mais antigos da cidade, mestres e mestras dos saberes da caatinga que evidenciam em suas narrativas a permanência familiar desde tempos imemoriais nos sítios perpassados pelo Rio Sabugi - como é o caso dos Balduinos, nome com o qual parte de minha família materna é conhecida popularmente. Como produto do Memórias Tapuias temos construído um acervo baseado em fotografias, áudios e vídeos, retratando as memórias-práticas atreladas ao meu território. Esses documentos tem permitido a construção de um panorama sobre as formas de vivência no semiárido, a exemplo dos usos das medicinas tradicionais, dinâmicas de alimentação e cultivo, práticas de cura por meio de rezas e benzimentos, dentre outros. Sendo esses alguns exemplos de formas de conhecimento quase sempre atreladas aos povos indígenas, como é o caso do trecho que dá título a este trabalho, onde um parente próximo relata a reabertura de um poço de pedras cavado pelos caboclos brabos nos arredores do Rio Sabugi, região marcada pela presença Tapuia Tarairiú. Abrindo caminho em meio as nossas memórias, este projeto culminará no lançamento de um site, lugar escolhido para publicização inicial do nosso acervo, com previsão para lançamento em Junho de 2022, bem como irá compor minha monografia de conclusão de curso. Ademais, tem em seu escopo uma série de oficinas educativas que estão sendo realizadas na Escola Estadual Seráfico Nobrega, pautando estratégias de educação patrimonial e ensino de temática indígena (Lei 11.645/08), tendo como público alvo apenas alunos residentes na zona rural do município de São Mamede/PB.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482423_ARQUIVO_569e7f6046ca2e180ceb78e34ae00cda.pdf

Apresentação Oral

"Eram os caboclos brabos que tinham cavado aquele poço": Salvaguardando Memórias Tapuias no Vale do Sabugi, PB.

Bismark Karuá Tapuia-Tarairiú, María Elena Martínez-Torres

Essa comunicação apresentará os avanços obtidos através da construção do acervo audiovisual da cultura indígena do Vale do Sabugi (PB), o Memórias Tapuias. Norteado pelas discussões históricas e antropológicas voltadas as formas de esquecer e lembrar, especialmente no que tange a situação colonial no nordeste indígena (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998), tenho buscado estratégias de salvaguarda da memória junto a construção de museus indígenas no campo virtual (ATHIAS, 2019). Com apoio financeiro da premiação de projetos culturais da Lei Aldir Blanc (14.017/2020) no Estado da Paraíba (Edital Parrá/PB), junto a uma equipe composta por mim, graduando em ciências sociais e produtor cultural; por um museólogo; uma educadora; um motorista e uma articuladora regional, temos realizado uma série de entrevistas de cunho etnográfico e documental junto à conhecedores tradicionais do semiárido. Como recorte inicial de pesquisa tenho me voltado a investigação com senhores e senhoras originários dos territórios que atualmente comportam o município de São Mamede/PB, partindo do meu próprio contexto familiar. Os diálogos se dão com moradores mais antigos da cidade, mestres e mestras dos saberes da caatinga que evidenciam em suas narrativas a permanência familiar desde tempos imemoriais nos sítios perpassados pelo Rio Sabugi - como é o caso dos Balduinos, nome com o qual parte de minha família materna é conhecida popularmente. Como produto do Memórias Tapuias temos construído um acervo baseado em fotografias, áudios e vídeos, retratando as memórias-práticas atreladas ao meu território. Esses documentos tem permitido a construção de um panorama sobre as formas de vivência no semiárido, a exemplo dos usos das medicinas tradicionais, dinâmicas de alimentação e cultivo, práticas de cura por meio de rezas e benzimentos, dentre outros. Sendo esses alguns exemplos de formas de conhecimento quase sempre atreladas aos povos indígenas, como é o caso do trecho que dá título a este trabalho, onde um parente próximo relata a reabertura de um poço de pedras cavado pelos caboclos brabos nos arredores do Rio Sabugi, região marcada pela presença Tapuia Tarairiú. Abrindo caminho em meio as nossas memórias, este projeto culminará no lançamento de um site, lugar escolhido para publicização inicial do nosso acervo, com previsão para lançamento em Junho de 2022, bem como irá compor minha monografia de conclusão de curso. Ademais, tem em seu escopo uma série de oficinas educativas que estão sendo realizadas na Escola Estadual Seráfico Nobrega, pautando estratégias de educação patrimonial e ensino de temática indígena (Lei 11.645/08), tendo como público alvo apenas alunos residentes na zona rural do município de São Mamede/PB.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482423_ARQUIVO_569e7f6046ca2e180ceb78e34ae00cda.pdf

Apresentação Oral

Patrimônio cultural e povos indígenas no Alto Uruguai: reflexões a partir do processo de identificação dos sítios arqueológicos Goj Veso I e II (RS e SC)

Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias, Jhonatan de Paula Pereira

Este trabalho parte de reflexões oriundas da nossa atuação como técnico-antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Caetano Sordi) e assessor jurídico voluntário da retomada kaingang Goj Veso (Jhonatan de Paula Pereira) em um processo de identificação e cadastramento de um sítio arqueológico pré-colonial na Região do Alto Uruguai, divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2019, ao iniciarem uma obra de escavação para silagem, empregados de uma propriedade rural do município de Iraí se depararam com vestígios de um sepultamento de tradição tupiguarani, composto por artefatos de cerâmica e uma ossada. Estabelecidos a poucos metros do achado, do outro lado de uma rodovia federal, os membros da comunidade Goj Veso passaram a zelar pela segurança do sítio arqueológico e tomaram a dianteira na interlocução com o poder público e a imprensa para sua devida identificação e cadastramento junto aos bancos de dados oficiais. A partir dessa experiência e seus desdobramentos locais e institucionais, procuraremos refletir sobre os usos e limites dos instrumentos patrimoniais para o reconhecimento e a garantia dos direitos culturais dos povos indígenas, especialmente em territórios marcados por conflitos fundiários e processos de expropriação de longa duração. Em especial, procuraremos destacar as distintas arenas de tradução que foram acionadas sobre este caso particular, envolvendo lideranças indígenas, operadores do judiciário e diferentes áreas técnicas do patrimônio cultural, como arqueologia e antropologia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481864_ARQUIVO_9e3124caec21dbdbb71410ef94db6df3.pdf

Apresentação Oral

Patrimônio cultural e povos indígenas no Alto Uruguai: reflexões a partir do processo de identificação dos sítios arqueológicos Goj Veso I e II (RS e SC)

Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias, Jhonatan de Paula Pereira

Este trabalho parte de reflexões oriundas da nossa atuação como técnico-antropólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Caetano Sordi) e assessor jurídico voluntário da retomada kaingang Goj Veso (Jhonatan de Paula Pereira) em um processo de identificação e cadastramento de um sítio arqueológico pré-colonial na Região do Alto Uruguai, divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Em 2019, ao iniciarem uma obra de escavação para silagem, empregados de uma propriedade rural do município de Iraí se depararam com vestígios de um sepultamento de tradição tupiguarani, composto por artefatos de cerâmica e uma ossada. Estabelecidos a poucos metros do achado, do outro lado

de uma rodovia federal, os membros da comunidade Goj Veso passaram a zelar pela segurança do sítio arqueológico e tomaram a dianteira na interlocução com o poder público e a imprensa para sua devida identificação e cadastramento junto aos bancos de dados oficiais. A partir dessa experiência e seus desdobramentos locais e institucionais, procuraremos refletir sobre os usos e limites dos instrumentos patrimoniais para o reconhecimento e a garantia dos direitos culturais dos povos indígenas, especialmente em territórios marcados por conflitos fundiários e processos de expropriação de longa duração. Em especial, procuraremos destacar as distintas arenas de tradução que foram acionadas sobre este caso particular, envolvendo lideranças indígenas, operadores do judiciário e diferentes áreas técnicas do patrimônio cultural, como arqueologia e antropologia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481864_ARQUIVO_9e3124caec21dbdbb71410ef94db6df3.pdf

Apresentação Oral

A ação das coisas subjaz as coisas: agência humana e não humana em uma instalação arqueológica in situ no Paço da Liberdade - Manaus (AM)

Camila Garcia Iribarrem

Essa abordagem enfoca uma análise sobre a perspectiva de agências humana e não humana como potência de materialização de redes de intencionalidades emanadas a partir da produção social de cultura material, inserida em uma etnografia sobre a ação das coisas como cocriadoras que refletem um universo de interações visíveis e invisíveis onde se incluem a cosmovisão das sociedades tradicionais e suas práticas xamânicas e ritualísticas, que entram nesse diálogo a partir da força, ação, agência que essas cosmologias carregam frente as reivindicações e movimentos indígenas. Essa visão é elucidada a partir da solicitação de tutela de artefatos arqueológicos funerários encontrados no centro histórico de Manaus pelo movimento indígena (COIAB) e o desdobramento que essas ações atingiram sobre as questões políticas relativas ao patrimônio cultural e as práticas arqueológicas empreendidas para produção de um formato de musealização in situ, nessa pesquisa conceituado como instalação arqueológica in situ, paradoxalmente produzida no interior de um espaço de arquitetura colonial, o Paço da Liberdade, em Manaus (AM). PALAVRAS CHAVES INSTALAÇÃO ARQUEOLÓGICA; AGÊNCIA: XAMANISMO

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661452327_ARQUIVO_9e56547a9158c359f090bf9c309125c5.pdf

Apresentação Oral

A ação das coisas subjaz as coisas: agência humana e não humana em uma instalação arqueológica in situ no Paço da Liberdade - Manaus (AM)

Camila Garcia Iribarrem

Essa abordagem enfoca uma análise sobre a perspectiva de agências humana e não humana como potência de materialização de redes de intencionalidades emanadas a partir da produção social de cultura material, inserida em uma etnografia sobre a ação das coisas como cocriadoras que refletem um universo de interações visíveis e invisíveis onde se incluem a cosmovisão das sociedades tradicionais e suas práticas xamânicas e ritualísticas, que entram nesse diálogo a partir da força, ação, agência que essas cosmologias carregam frente as reivindicações e movimentos indígenas. Essa visão é elucidada a partir da solicitação de tutela de artefatos arqueológicos funerários encontrados no centro histórico de Manaus pelo movimento indígena (COIAB) e o desdobramento que essas ações atingiram sobre as questões políticas relativas ao patrimônio cultural e as práticas arqueológicas empreendidas para produção de um formato de musealização in situ, nessa pesquisa conceituado como instalação arqueológica in situ, paradoxalmente produzida no interior de um espaço de arquitetura colonial, o Paço da Liberdade, em Manaus (AM). PALAVRAS CHAVES INSTALAÇÃO ARQUEOLÓGICA; AGÊNCIA: XAMANISMO

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661452327_ARQUIVO_9e56547a9158c359f090bf9c309125c5.pdf

Apresentação Oral

Lugar, gesto e memória: persistências no fazer das loiças Xokó

Larousse Soares Magalhães

A proposta em questão é resultado da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ-UFS). O trabalho, inspirado em abordagens etnoarqueológicas, foi realizado junto às mulheres loiceiras (ceramistas) do povo indígena Xokó, que vive na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro (SE), localizada na região do baixo São Francisco. O território tradicionalmente ocupado pelos Xokó se tornou alvo de disputa ainda nas primeiras décadas da invasão do colonizador europeu e a violência desencadeada desde então está expressa nos séculos de silenciamento e invisibilização do povo indígena em questão. A loiça de barro, historicamente reconhecida como marca identitária do povo, contribuiu e viabilizou a ressurgência étnica dos Xokó na década de 1970, depois de séculos de prevalência de um discurso que negava a ancestralidade do povo. No presente, a história das loiças permanece como pilar indispensável à memória coletiva, constantemente recordada em rodas de conversas dentre as diferentes gerações, embora o número de loiceiras já não seja tão expressivo dentre as mais novas. Dos períodos

que antecederam a retomada do território até a homologação da Terra Indígena, o fazer da loiça passou por diversos processos de mudanças, que constituíram estratégias indígenas de manutenção desta prática ancestral. Contudo, algumas escolhas relacionadas ao fazer das loiças se mostraram irredutíveis: o barreiro utilizado no presente é o mesmo das histórias contadas pelas mais velhas; os gestos indicam um processo produtivo de longa data; as histórias das mulheres são (re)contadas por diversas vozes. Estes aspectos indicam que as mudanças e continuidades na produção cerâmica são faces de um mesmo fenômeno: a persistências da identidade Xokó materializada nas vasilhas de barro. Acessar essas permanências requer exercitar a escuta, mas também revisitar os discursos hegemônicos que tentaram as invisibilizar por tanto tempo. A memória Xokó, experienciada de modo particular, evidencia um contraponto ao discurso oficial ao lançar luz sobre as mesmas histórias a partir de um outro prisma.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662644803_ARQUIVO_092ddc7ba60b589adba5d9e4e23ee140.pdf

Apresentação Oral

Lugar, gesto e memória: persistências no fazer das loiças Xokó

Larousse Soares Magalhães

A proposta em questão é resultado da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (PROARQ-UFS). O trabalho, inspirado em abordagens etnoarqueológicas, foi realizado junto às mulheres loiceiras (ceramistas) do povo indígena Xokó, que vive na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro (SE), localizada na região do baixo São Francisco. O território tradicionalmente ocupado pelos Xokó se tornou alvo de disputa ainda nas primeiras décadas da invasão do colonizador europeu e a violência desencadeada desde então está expressa nos séculos de silenciamento e invisibilização do povo indígena em questão. A loiça de barro, historicamente reconhecida como marca identitária do povo, contribuiu e viabilizou a ressurgência étnica dos Xokó na década de 1970, depois de séculos de prevalência de um discurso que negava a ancestralidade do povo. No presente, a história das loiças permanece como pilar indispensável à memória coletiva, constantemente recordada em rodas de conversas dentre as diferentes gerações, embora o número de loiceiras já não seja tão expressivo dentre as mais novas. Dos períodos que antecederam a retomada do território até a homologação da Terra Indígena, o fazer da loiça passou por diversos processos de mudanças, que constituíram estratégias indígenas de manutenção desta prática ancestral. Contudo, algumas escolhas relacionadas ao fazer das loiças se mostraram irredutíveis: o barreiro utilizado no presente é o mesmo das histórias contadas pelas mais velhas; os gestos indicam um processo produtivo de longa data; as

histórias das mulheres são (re)contadas por diversas vozes. Estes aspectos indicam que as mudanças e continuidades na produção cerâmica são faces de um mesmo fenômeno: a persistências da identidade Xokó materializada nas vasilhas de barro. Acessar essas permanências requer exercitar a escuta, mas também revisitar os discursos hegemônicos que tentaram as invisibilizar por tanto tempo. A memória Xokó, experienciada de modo particular, evidencia um contraponto ao discurso oficial ao lançar luz sobre as mesmas histórias a partir de um outro prisma.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662644803_ARQUIVO_092ddc7ba60b589adba5d9e4e23ee140.pdf

Apresentação Oral

As Annas de Sant'Anna: um Barão e outras histórias

Leticia Marques Camargo

Pelo menos cinco mulheres escravizadas são mantidas em uma espécie de "harém" privado de um Barão do café, no Vale do Paraíba Fluminense por pelo menos 30 anos. Antes de falecer, no ano de 1876, este homem se apressa em assumir os 25 filhos que teve com Floriana Paulina, Manoela Agostina, Semiana Florentina, Emília Dorotheia e Geralda. Nomeando como testamenteiro o farmacêutico com quem casou a filha mais velha de seu relacionamento com Floriana Paulina, Rosina, o tal Barão de Juparanã garantiu que uma de suas fazendas, a fazenda de Sant'Anna em Vassouras, fosse herdada por suas filhas e filhos mulatos. Antecipando a política heugenista, o Barão, que nunca se casou oficialmente ou teve qualquer relação com mulheres brancas, não esperava muito para casar suas filhas negras com homens brancos e velhos. Era inevitável que ficassem viúvas muito jovens. A rede entre as irmãs da fazenda de Sant'Anna era antes de mais nada uma questão de sobrevivência delas mesmas e de suas filhas e filhos. Estavam parcialmente isoladas em Sant'Anna, fazendo comunicação com a vila de Desengano, em Valença, por uma trilha beirando o Rio Paraíba do Sul, ou atravessando o mesmo rio de canoa à remo, chegando à Demétrio Ribeiro, vila pertencente à Barra do Piraí. Por conta das redes entre as mulheres e a criação coletiva entre seus filhos, o casamento entre primos se tornou comum principalmente nas primeiras gerações criadas em Sant'Anna. Com o avanço da linha férrea Pedro II pela região, muitos parentes foram arrumando empregos e se espalhando entre Afonso Arinos, Barra Mansa, Barra do Piraí, Mendes, Valença e até mesmo Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Porém, parte da família continuou em Sant'Anna e todos se encontravam durante as festas da Santa Ana, no dia 26 de Julho, que acontecia na capelinha da fazenda. Ouvi essas histórias principalmente de mulheres, primeiro de minha bisavó quando eu ainda era criança, Dona Anna - Anita. Durante minha pesquisa vieram muitas outras 'Annas', e entendi que eram tantas mulheres com o

mesmo nome na mesma família não apenas por conta da santa, mas também pelo nome do território em que viviam. As narrativas eram sempre centradas em mulheres, nas tias, tia-avós, avós, bisavós. As transmissões focadas nos gestos, olhares, nomes, segredos, fórmulas, receitas, e mediadas por histórias e territórios.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661264801_ARQUIVO_d491431ca2d8c8b2958e117bf39e776f.pdf

Apresentação Oral

As Annas de Sant'Anna: um Barão e outras histórias

Leticia Marques Camargo

Pelo menos cinco mulheres escravizadas são mantidas em uma espécie de "harém" privado de um Barão do café, no Vale do Paraíba Fluminense por pelo menos 30 anos. Antes de falecer, no ano de 1876, este homem se apressa em assumir os 25 filhos que teve com Floriana Paulina, Manoela Agostina, Semiana Florentina, Emília Dorotheia e Geralda. Nomeando como testamenteiro o farmacêutico com quem casou a filha mais velha de seu relacionamento com Floriana Paulina, Rosina, o tal Barão de Juparanã garantiu que uma de suas fazendas, a fazenda de Sant'Anna em Vassouras, fosse herdada por suas filhas e filhos mulatos. Antecipando a política heugenista, o Barão, que nunca se casou oficialmente ou teve qualquer relação com mulheres brancas, não esperava muito para casar suas filhas negras com homens brancos e velhos. Era inevitável que ficassem viúvas muito jovens. A rede entre as irmãs da fazenda de Sant'Anna era antes de mais nada uma questão de sobrevivência delas mesmas e de suas filhas e filhos. Estavam parcialmente isoladas em Sant'Anna, fazendo comunicação com a vila de Desengano, em Valença, por uma trilha beirando o Rio Paraíba do Sul, ou atravessando o mesmo rio de canoa à remo, chegando à Demétrio Ribeiro, vila pertencente à Barra do Piraí. Por conta das redes entre as mulheres e a criação coletiva entre seus filhos, o casamento entre primos se tornou comum principalmente nas primeiras gerações criadas em Sant'Anna. Com o avanço da linha férrea Pedro II pela região, muitos parentes foram arrumando empregos e se espalhando entre Afonso Arinos, Barra Mansa, Barra do Piraí, Mendes, Valença e até mesmo Rio de Janeiro e Baixada Fluminense. Porém, parte da família continuou em Sant'Anna e todos se encontravam durante as festas da Santa Ana, no dia 26 de Julho, que acontecia na capelinha da fazenda. Ouvi essas histórias principalmente de mulheres, primeiro de minha bisavó quando eu ainda era criança, Dona Anna - Anita. Durante minha pesquisa vieram muitas outras 'Annas', e entendi que eram tantas mulheres com o mesmo nome na mesma família não apenas por conta da santa, mas também pelo nome do território em que viviam. As narrativas eram sempre centradas em mulheres, nas tias, tia-avós,

avós, bisavós. As transmissões focadas nos gestos, olhares, nomes, segredos, fórmulas, receitas, e mediadas por histórias e territórios.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661264801_ARQUIVO_d491431ca2d8c8b2958e117bf39e776f.pdf

Apresentação Oral

Tecelãs de Memórias e o Encontro de Saberes da Caatinga

Marília Nepomuceno

Marília Nepomuceno Pinheiro PPGA/UFPE Palavras Chaves: Memória, Patrimônio, Saberes da Caatinga Saber da Caatinga através da vida dos comuns e das mulheres da Chapada do Araripe é saber de um profundo poço de saberes vivos de nossos Brasis. Alargando os nossos horizontes e nos convidando a perceber as "agricultoras da subsistência do mundo", ou as "tecelãs da memória", como sugere Silvia Federici em sua obra "Reencantando o Mundo", sobre sujeitas sociais populares e comuns de nossos mundos, somos, neste Encontro, convidadas a olhar ou a nos re(en)cantar para a política dos comuns, a comunidade e os saberes e fazeres que detém as mulheres e os comuns deste território. Olhar, pensar, ouvir, conversar ou (en)cantar em coro, como sugere Federici sobre as estratégias que devemos nos munir, não para o passado, e sim para futuro, desemboca na mola propulsora que tece o Encontro de Saberes da Caatinga e seu desejo de salvaguardar nossos saberes e práticas tradicionais de cura e cuidado entre nós e o ambiente, enquanto estratégia de reencantamento coletivo do mundo e ferramenta da ciência de um poço profundo em meio a eventos críticos, crises, catástrofes, traumas, e emergência climática e ambiental, como nos faz pensar Silvanete Maria Lermen: "Eu sempre digo que quem faz a nossa história somos nós, desde que a gente conte, que a gente registre. Nós precisamos registrar isso. Por isso que eu estou aqui, agradecendo a vocês por estarem nesse espaço socializando. E aqui são os meninos e as meninas que vão estar nos ajudando a fazer esse relato. Na verdade, nós vamos contando pra elas, e elas vão escrevendo, já que a gente não tem essa habilidade tão boa de escrever com uma facilidade maior. Então, eu gostaria que cada uma de vocês dissesse o nome, quantos filhos tem e se pudesse quantos anos mora aqui, então isso é muito interessante para elas poderem saber que somos filhas daqui mesmo. Porque falar dos Paus Dóias é dizer que aqui nós temos um berço de saberes ancestrais muito profundo, que muitas vezes nós que estamos aqui e nem nos tocamos que temos isso é tão profundo, tão histórico e é o que faz a nossa resistência e nossa continuidade." Maria Silvanete, em conversa coletiva junto a sua comunidade da Serra dos Paus Dóias, em Novembro de 2021.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661953536_ARQUIVO_baefa4de4e510369bef5b9dc7f5c3e0b.pdf

Apresentação Oral

Tecelãs de Memórias e o Encontro de Saberes da Caatinga

Marília Nepomuceno

Marília Nepomuceno Pinheiro PPGA/UFPE Palavras Chaves: Memória, Patrimônio, Saberes da Caatinga Saber da Caatinga através da vida dos comuns e das mulheres da Chapada do Araripe é saber de um profundo poço de saberes vivos de nossos Brasis. Alargando os nossos horizontes e nos convidando a perceber as "agricultoras da subsistência do mundo", ou as "tecelãs da memória", como sugere Silvia Federici em sua obra "Reencantando o Mundo", sobre sujeitas sociais populares e comuns de nossos mundos, somos, neste Encontro, convidadas a olhar ou a nos re(en)cantar para a política dos comuns, a comunidade e os saberes e fazeres que detém as mulheres e os comuns deste território. Olhar, pensar, ouvir, conversar ou (en)cantar em coro, como sugere Federici sobre as estratégias que devemos nos munir, não para o passado, e sim para futuro, desemboca na mola propulsora que tece o Encontro de Saberes da Caatinga e seu desejo de salvaguardar nossos saberes e práticas tradicionais de cura e cuidado entre nós e o ambiente, enquanto estratégia de reencantamento coletivo do mundo e ferramenta da ciência de um poço profundo em meio a eventos críticos, crises, catástrofes, traumas, e emergência climática e ambiental, como nos faz pensar Silvanete Maria Lermen: "Eu sempre digo que quem faz a nossa história somos nós, desde que a gente conte, que a gente registre. Nós precisamos registrar isso. Por isso que eu estou aqui, agradecendo a vocês por estarem nesse espaço socializando. E aqui são os meninos e as meninas que vão estar nos ajudando a fazer esse relato. Na verdade, nós vamos contando pra elas, e elas vão escrevendo, já que a gente não tem essa habilidade tão boa de escrever com uma facilidade maior. Então, eu gostaria que cada uma de vocês dissesse o nome, quantos filhos tem e se pudesse quantos anos mora aqui, então isso é muito interessante para elas poderem saber que somos filhas daqui mesmo. Porque falar dos Paus Dóias é dizer que aqui nós temos um berço de saberes ancestrais muito profundo, que muitas vezes nós que estamos aqui e nem nos tocamos que temos isso é tão profundo, tão histórico e é o que faz a nossa resistência e nossa continuidade." Maria Silvanete, em conversa coletiva junto a sua comunidade da Serra dos Paus Dóias, em Novembro de 2021.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661953536_ARQUIVO_baefa4de4e510369bef5b9dc7f5c3e0b.pdf

Apresentação Oral

O projeto ArticulaFito e as cadeias de valor em plantas medicinais como experiências de memória social

Nina Lys Nunes, VALCLER RANGEL FERNANDES, Joseane Costa

O projeto "ArticulaFito - Cadeias de Valor em Plantas Medicinais", desenvolvido em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e o Ministério da Agricultura, visa fortalecer sistemas produtivos de plantas medicinais, condimentares e alimentícias, alinhado com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e o Programa Bioeconomia Brasil-Sociobiodiversidade. Envolvendo um conjunto de pesquisadores, em diálogo interdisciplinar, o projeto envolve mapeamento, capacitação, articulação e governança. As ações mais relevantes consistem no mapeamento das cadeias produtivas, na sistematização do conhecimento tradicional, no estímulo ao uso das espécies endêmicas dos biomas brasileiros, no manejo consciente das espécies usadas e na valorização do modo como as atividades são estruturadas, gerando renda e benefícios sociais. A qualificação de produtos oriundos de plantas medicinais, aromáticas, condimentares e alimentícias é um fator preponderante para promover a inclusão produtiva, promoção da saúde e da qualidade de vida dos agricultores familiares, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Um ponto importante que o Projeto ArticulaFito enseja relaciona-se à valorização dos conhecimentos tradicionais associados ao uso e manejo dos recursos florestais. Esses conhecimentos tradicionais são mantidos e transmitidos através das gerações, constituindo-se numa das principais fontes de informação e experiências de memória social. A conservação da biodiversidade requer também a valorização deste patrimônio de saberes e fazeres fundamentais para a sobrevivência das populações florestânicas. Observa-se uma relação estreita entre natureza e cultura por parte destas populações, sendo que suas moradias, alimentos, medicamentos, e também suas ferramentas e objetos de adorno são obtidos diretamente dos recursos naturais, por meio de agenciamentos a partir de saberes milenares. É exatamente esta imbricação entre natureza e cultura que prevê o uso sustentável dos recursos naturais e finitos do planeta.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661357453_ARQUIVO_6550f09fcce91ea2076d79270e626db3.pdf

Apresentação Oral

O projeto ArticulaFito e as cadeias de valor em plantas medicinais como experiências de memória social

Nina Lys Nunes, VALCLER RANGEL FERNANDES, Joseane Costa

O projeto "ArticulaFito - Cadeias de Valor em Plantas Medicinais", desenvolvido em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e o Ministério da Agricultura, visa fortalecer sistemas produtivos de plantas medicinais, condimentares e alimentícias, alinhado com a Política

Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) e o Programa Bioeconomia Brasil-Sociobiodiversidade. Envolvendo um conjunto de pesquisadores, em diálogo interdisciplinar, o projeto envolve mapeamento, capacitação, articulação e governança. As ações mais relevantes consistem no mapeamento das cadeias produtivas, na sistematização do conhecimento tradicional, no estímulo ao uso das espécies endêmicas dos biomas brasileiros, no manejo consciente das espécies usadas e na valorização do modo como as atividades são estruturadas, gerando renda e benefícios sociais. A qualificação de produtos oriundos de plantas medicinais, aromáticas, condimentares e alimentícias é um fator preponderante para promover a inclusão produtiva, promoção da saúde e da qualidade de vida dos agricultores familiares, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. Um ponto importante que o Projeto ArticulaFito enseja relaciona-se à valorização dos conhecimentos tradicionais associados ao uso e manejo dos recursos florestais. Esses conhecimentos tradicionais são mantidos e transmitidos através das gerações, constituindo-se numa das principais fontes de informação e experiências de memória social. A conservação da biodiversidade requer também a valorização deste patrimônio de saberes e fazeres fundamentais para a sobrevivência das populações florestânicas. Observa-se uma relação estreita entre natureza e cultura por parte destas populações, sendo que suas moradias, alimentos, medicamentos, e também suas ferramentas e objetos de adorno são obtidos diretamente dos recursos naturais, por meio de agenciamentos a partir de saberes milenares. É exatamente esta imbricação entre natureza e cultura que prevê o uso sustentável dos recursos naturais e finitos do planeta.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661357453_ARQUIVO_6550f09fcce91ea2076d79270e626db3.pdf

Apresentação Oral

Práticas laborais e agenciamentos cotidianos entre mulheres camponesas em Rincão dos Alves (RS)

Renata Piecha, Maria Catarina Chitolina Zanin

A presente proposta parte de uma etnografia realizada entre os anos de 2018 e 2020 com mulheres camponesas da comunidade de Rincão dos Alves, interior do município de Jaguari, na região central do Rio Grande do Sul. Em um contexto rural cada vez mais modernizado e regido pela lógica do agronegócio, nos últimos 20 anos, a fumiicultura se insere em Rincão dos Alves, impondo-se como a atividade produtiva viável e lucrativa nesse dado momento. Essa inserção tem acarretado mudanças nas lógicas produtivas, nas relações sociais e de trabalho, nas normas, costumes e paisagens, exacerbando e precarizando a jornada laboral, minando, assim, a autonomia dessas famílias camponesas. Baseando-se na exploração de sujeitos e corpos subalternos, esse agronegócio volta-se à esfera de trabalho reconhecida como

masculina. Porém, privilegiamos nesta proposta, as visões (e ações) das mulheres sobre as suas sociedades, de acordo com a antropóloga palestino-americana Lila Abu Lughod (1990). Partindo disso, apresentamos as "quitandas", isto é, um compilado de produtos, como o queijo "colonial", pães, compotas e outros que advém, exclusivamente, do trabalho dito feminina, sendo "saberes-fazer" resguardados na memória, transmitidas de geração em geração por/entre mulheres, entrelaçando temporalidades, conhecimentos e práticas. Comercializados pela via da informalidade em circuitos curtos pelas agricultoras de Rincão dos Alves, essa produção se estende a vizinhos, parentes, trabalhadores urbanos, mantendo relações de reciprocidade, e à intermediários, que revendem, em seguida, esses produtos nos seus estabelecimentos comerciais urbanos. Esses produtos são consumidos, majoritariamente por cidadãos citadinos, que (re)conhecem a procedência e origem desses produtos e lhes atribuem valor simbólico e econômico, visto que Jaguari, em sua constituição histórica, é fruto do processo de colonização europeia iniciado no Brasil no século XIX. Por sua produção e consumo se relacionarem com as identidades vigentes neste contexto, compreendemos as quitandas camponesas como patrimônios materiais e imateriais. Ademais, mediante esse trabalho, as agricultoras de Rincão dos Alves, acessam um ganho que lhes proporciona uma melhoria de vida, que tende a se estender ao núcleo familiar, prezando, ainda, pela manutenção dos saberes tradicionais camponeses, atrelado às origens familiares, ao trabalho na terra e à produção de alimentos, representando, ainda, agenciamentos cotidianos que se contrapõem a homogeneizadora lógica do agronegócio.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661434208_ARQUIVO_fdddd1185a12cea3e166c3a6ba8a2acb.pdf

Apresentação Oral

Práticas laborais e agenciamentos cotidianos entre mulheres camponesas em Rincão dos Alves (RS)

Renata Piecha, Maria Catarina Chitolina Zanin

A presente proposta parte de uma etnografia realizada entre os anos de 2018 e 2020 com mulheres camponesas da comunidade de Rincão dos Alves, interior do município de Jaguari, na região central do Rio Grande do Sul. Em um contexto rural cada vez mais modernizado e regido pela lógica do agronegócio, nos últimos 20 anos, a fomicultura se insere em Rincão dos Alves, impondo-se como a atividade produtiva viável e lucrativa nesse dado momento. Essa inserção tem acarretado mudanças nas lógicas produtivas, nas relações sociais e de trabalho, nas normas, costumes e paisagens, exacerbando e precarizando a jornada laboral, minando, assim, a autonomia dessas famílias camponesas. Baseando-se na exploração de sujeitos e corpos subalternos, esse agronegócio volta-se à esfera de trabalho reconhecida como

masculina. Porém, privilegiamos nesta proposta, as visões (e ações) das mulheres sobre as suas sociedades, de acordo com a antropóloga palestino-americana Lila Abu Lughod (1990). Partindo disso, apresentamos as "quitandas", isto é, um compilado de produtos, como o queijo "colonial", pães, compotas e outros que advém, exclusivamente, do trabalho dito feminina, sendo "saberes-fazer" resguardados na memória, transmitidas de geração em geração por/entre mulheres, entrelaçando temporalidades, conhecimentos e práticas. Comercializados pela via da informalidade em circuitos curtos pelas agricultoras de Rincão dos Alves, essa produção se estende a vizinhos, parentes, trabalhadores urbanos, mantendo relações de reciprocidade, e à intermediários, que revendem, em seguida, esses produtos nos seus estabelecimentos comerciais urbanos. Esses produtos são consumidos, majoritariamente por cidadãos citadinos, que (re)conhecem a procedência e origem desses produtos e lhes atribuem valor simbólico e econômico, visto que Jaguari, em sua constituição histórica, é fruto do processo de colonização europeia iniciado no Brasil no século XIX. Por sua produção e consumo se relacionarem com as identidades vigentes neste contexto, compreendemos as quitandas camponesas como patrimônios materiais e imateriais. Ademais, mediante esse trabalho, as agricultoras de Rincão dos Alves, acessam um ganho que lhes proporciona uma melhoria de vida, que tende a se estender ao núcleo familiar, prezando, ainda, pela manutenção dos saberes tradicionais camponeses, atrelado às origens familiares, ao trabalho na terra e à produção de alimentos, representando, ainda, agenciamentos cotidianos que se contrapõem a homogeneizadora lógica do agronegócio.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661434208_ARQUIVO_fddd1185a12cea3e166c3a6ba8a2acb.pdf

Apresentação Oral

A experiência do patrimônio através da partilha virtual: uma perspectiva do/sobre o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste

Sabrina Dinola, Íria de Carvalho e Borges, Rafael Rodrigues Felix

O Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste observatoriodopatrimonio.com.br é uma plataforma digital criada para ser um dispositivo de acompanhamento da dinâmica das ações patrimoniais na região Sudeste, tendo como foco principal pesquisas realizadas nas Universidades. O Observatório conta atualmente com a participação de diversos colaboradores, que trazem relatos e reflexões de suas experiências de campo e disponibilizam materiais de pesquisa. Para a composição da plataforma, este material foi organizado em torno das manifestações culturais: Jongo (no Sudeste); Capoeira; Folia de Reis; Congado; Fandango Caiçara; Literatura de Cordel; "Pequena África do Rio de Janeiro"; Ofício das Baianas de Acarajé/RJ; Dança de Salão; Ofício das Paneleiras

de Goiabeiras/ES. Além desses, estão sendo organizados os conteúdos referentes à "Pequena África Paulistana" e às "Mulheres Passistas de Escolas de Samba". O objetivo é fornecer, dentro do campo patrimonial, um instrumental teórico e prático com vistas à renovação e solução de questões advindas dos processos de patrimonialização, sobretudo no que tange aos processos de transmissão dos saberes e construção das memórias coletivas e sociais. Conjugando os pontos de vista de três pessoas diferenciadamente envolvidas no funcionamento e atuação do Observatório, este trabalho se propõe a articular uma leitura transversal da plataforma, deslocando o foco: a partir das manifestações e de seus documentos (por meio dos mecanismos de atualização e de movimentação de conteúdos nas redes sociais), direcionar a atenção numa postura de exercício, não às manifestações e aos grupos em si mesmos, e sim aos impactos iniciais da formação desta rede de pesquisadores parceiros, à medida que as contribuições ao repositório e à difusão das pesquisas vão se acompanhando de diálogos ou interações, dentro e fora do universo acadêmico. Partindo da observação de que há uma interlocução colaborativa, que já não é temporária nem provisória, entre pesquisadores e os chamados "detentores" nos processos de construções de conhecimento (cada vez mais permeados por ações de "engajamento" também por parte dos pesquisadores), nossa proposta é produzir, em diálogo com os relatos e experiências, aquilo que denominamos provisoriamente "território de memória" e de construção de uma "memória de resistência" destes grupos. Como membros da equipe que compõem o Observatório, a nossa ideia é de avaliar, levando em conta o "boom" de plataformas que se intensifica em meio a pandemia de Covid-19, o potencial destas ferramentas digitais na construção de novas formas de circulação e de produção de vínculos, não os pautados pela lógica da mercadoria, mas os que podem ser traçados a partir destes registros das experiências de se "partilhar o tempo do outro"

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661387792_ARQUIVO_b41d6d698fc1b1e84cd2fbc583bd93a3.pdf

Apresentação Oral

A experiência do patrimônio através da partilha virtual: uma perspectiva do/sobre o Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste

Sabrina Dinola, Íria de Carvalho e Borges, Rafael Rodrigues Felix

O Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste observatoriodopatrimonio.com.br é uma plataforma digital criada para ser um dispositivo de acompanhamento da dinâmica das ações patrimoniais na região Sudeste, tendo como foco principal pesquisas realizadas

nas Universidades. O Observatório conta atualmente com a participação de diversos colaboradores, que trazem relatos e reflexões de suas experiências de campo e disponibilizam materiais de pesquisa. Para a composição da plataforma, este material foi organizado em torno das manifestações culturais: Jongo (no Sudeste); Capoeira; Folia de Reis; Congado; Fandango Caiçara; Literatura de Cordel; "Pequena África do Rio de Janeiro"; Ofício das Baianas de Acarajé/RJ; Dança de Salão; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras/ES. Além desses, estão sendo organizados os conteúdos referentes à "Pequena África Paulistana" e às "Mulheres Passistas de Escolas de Samba". O objetivo é fornecer, dentro do campo patrimonial, um instrumental teórico e prático com vistas à renovação e solução de questões advindas dos processos de patrimonialização, sobretudo no que tange aos processos de transmissão dos saberes e construção das memórias coletivas e sociais. Conjugando os pontos de vista de três pessoas diferenciadamente envolvidas no funcionamento e atuação do Observatório, este trabalho se propõe a articular uma leitura transversal da plataforma, deslocando o foco: a partir das manifestações e de seus documentos (por meio dos mecanismos de atualização e de movimentação de conteúdos nas redes sociais), direcionar a atenção numa postura de exercício, não às manifestações e aos grupos em si mesmos, e sim aos impactos iniciais da formação desta rede de pesquisadores parceiros, à medida que as contribuições ao repositório e à difusão das pesquisas vão se acompanhando de diálogos ou interações, dentro e fora do universo acadêmico. Partindo da observação de que há uma interlocução colaborativa, que já não é temporária nem provisória, entre pesquisadores e os chamados "detentores" nos processos de construções de conhecimento (cada vez mais permeados por ações de "engajamento" também por parte dos pesquisadores), nossa proposta é produzir, em diálogo com os relatos e experiências, aquilo que denominamos provisoriamente "território de memória" e de construção de uma "memória de resistência" destes grupos. Como membros da equipe que compõem o Observatório, a nossa ideia é de avaliar, levando em conta o "boom" de plataformas que se intensifica em meio a pandemia de Covid-19, o potencial destas ferramentas digitais na construção de novas formas de circulação e de produção de vínculos, não os pautados pela lógica da mercadoria, mas os que podem ser traçados a partir destes registros das experiências de se "partilhar o tempo do outro"

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661387792_ARQUIVO_b41d6d698fc1b1e84cd2fbc583bd93a3.pdf

GT43: Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos poderes executivo e legislativo

A participação indígena em processos eleitorais tem recebido ainda tímida atenção por parte da etnologia indígena e das Ciências Sociais de modo geral. Quando o tema vem à baila, é comum menções ao mandato do deputado federal Mário Juruna Xavante (1983-1987) ou, mais recentemente, à candidatura indígena de Sonia Guajajara à vice-presidência da República em 2018 ou ao mandato da deputada federal Joenia Wapichana, eleita em 2018. Por outro lado, estudos recentes demonstram que nos últimos 45 anos o número de mandatos indígenas em nível municipal passou de 600. (De Paula 2017; Verdum & De Paula 2020a, 2020b; Verdum 2022). Diante desse contexto, o interesse desse GT é o de dar continuidade a reunião de pesquisadores/as indígenas e não-indígenas que têm se dedicado a investigar essa temática nos últimos anos. Interessa-nos trabalhos que descrevam e analisem: a agência e a agenda indígena individual e coletiva em processos eleitorais; a dinâmica da relação entre indígenas (candidatos ou eleitos) e o movimento indígena; os processos de construção de candidaturas e mandatos indígenas e sua relação com os partidos políticos; a participação do eleitorado indígena e não-indígena nas candidaturas e nos mandatos indígenas conquistados; as conquistas e limites da participação e autodeterminação indígena no sistema eleitoral; biografias e trajetórias de indígenas que conquistaram mandatos; o debate sobre sistema de quotas indígenas em espaços eleitorais institucionais. Dossiê em preparação.

Palavras chave: Povos Indígenas; eleições; representação política

Ricardo Verdum, Luís Roberto de Paula

Apresentação Oral

Candidaturas indígenas no extremo sul da Bahia

Cinthy Valéria Nunes Motta Kós

Neste trabalho iremos focar a aproximação, inserção e desenvolvimento de grupos indígenas com as instituições políticas do Estado, mais especificamente na participação em pleitos eleitorais para ocupação de cargos tanto do sistema proporcional como do majoritário. Subcampos científicos, como antropologia política, antropologia do Estado e etnologia indígena tem apresentado diversas interpretações sobre o fenômeno político entre os povos indígenas e tribais. No século XIX os evolucionistas social, acreditavam que estas sociedades eram "sem Estado" por não terem complexidade para organizar instituições em tais moldes.

Pierre Clastres (1974) defendia que na verdade não havia interesse por parte dos indígenas, por organizações políticas desse tipo e que eram contra um poder centralizado. Nem incluídos, nem completamente alheios aos processos políticos estatais, os povos indígenas, tornaram-se dependentes do Estado para suplantar as desvantagens assimétricas em relação a outros grupos, é o que defende antropólogos interacionistas brasileiros. Neste contexto, o antagonismo, típico dos povos tribais, é substituído por estratégias de negociações com representantes, agentes e instituições do Estado para mitigar os efeitos de ações negativas (do Estado contra os povos indígenas) e possibilitar a reprodução social e persistência étnica. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre Estado e sociedades indígenas através da política eleitoral, expondo a trajetória de tais interação e seus desenlaces. Para operacionalizar tal estudo tomaremos como exemplo a participação do povo Pataxó em processos eleitorais em nível local e regional. Os municípios do extremo sul da Bahia apresentam um evidente descompasso, entre a porcentagem da população indígenas versus a representação parlamentar ou a ocupação no posto majoritário. Diante deste quadro pretende-se elucidar os obstáculos para a representação a nível local e as estratégias e mobilização para suplantar tais obstáculos. É de interesse ainda, saber como a etnicidade aparece nestes contextos e se a forma de fazer política do "branco" influencia na forma de fazer política no âmbito interno. Nos guiaremos por uma abordagem interacionista e mobilizacionista. Metodologicamente dispomos, como ponto de partida, de pesquisa bibliográfica; entrevistas semiestruturadas com candidatos e análise de material disponível na internet (matérias de jornais, lives, redes sociais, materiais de campanha e dados do TSE).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472696_ARQUIVO_1aeae4a8beb6c0df6904de2a96cf3256.pdf

Apresentação Oral

Candidaturas indígenas no extremo sul da Bahia

Cinthy Valéria Nunes Motta Kós

Neste trabalho iremos focar a aproximação, inserção e desenvolvimento de grupos indígenas com as instituições políticas do Estado, mais especificamente na participação em pleitos eleitorais para ocupação de cargos tanto do sistema proporcional como do majoritário. Subcampos científicos, como antropologia política, antropologia do Estado e etnologia indígena tem apresentado diversas interpretações sobre o fenômeno político entre os povos indígenas e tribais. No século XIX os evolucionistas social, acreditavam que estas sociedades eram "sem Estado" por não terem complexidade para organizar instituições em tais moldes. Pierre Clastres (1974) defendia que na verdade não havia interesse por parte dos indígenas, por organizações políticas desse tipo e que eram contra um poder centralizado. Nem incluídos,

nem completamente alheios aos processos políticos estatais, os povos indígenas, tornaram-se dependentes do Estado para suplantar as desvantagens assimétricas em relação a outros grupos, é o que defende antropólogos interacionistas brasileiros. Neste contexto, o antagonismo, típico dos povos tribais, é substituído por estratégias de negociações com representantes, agentes e instituições do Estado para mitigar os efeitos de ações negativas (do Estado contra os povos indígenas) e possibilitar a reprodução social e persistência étnica. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre Estado e sociedades indígenas através da política eleitoral, expondo a trajetória de tais interação e seus desenlaces. Para operacionalizar tal estudo tomaremos como exemplo a participação do povo Pataxó em processos eleitorais em nível local e regional. Os municípios do extremo sul da Bahia apresentam um evidente descompasso, entre a porcentagem da população indígenas versus a representação parlamentar ou a ocupação no posto majoritário. Diante deste quadro pretende-se elucidar os obstáculos para a representação a nível local e as estratégias e mobilização para suplantar tais obstáculos. É de interesse ainda, saber como a etnicidade aparece nestes contextos e se a forma de fazer política do "branco" influencia na forma de fazer política no âmbito interno. Nos guiaremos por uma abordagem interacionista e mobilizacionista. Metodologicamente dispomos, como ponto de partida, de pesquisa bibliográfica; entrevistas semiestruturadas com candidatos e análise de material disponível na internet (matérias de jornais, lives, redes sociais, materiais de campanha e dados do TSE).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472696_ARQUIVO_1aeae4a8beb6c0df6904de2a96cf3256.pdf

Apresentação Oral

Podem matar um Kretã, mas mil voltarão: o retorno de um nome político Kaingang

Patrick Leandro Baptista

Resumo: Fala atribuída a Ângelo Kretã, um dos primeiros indígenas eleitos para um mandato eletivo no Brasil, no ano de 1976, para o cargo de vereador na cidade de Manguaerinha, que é localizada no sudoeste do Paraná. O seu sucesso é lembrado pelos Kaingang da TI Manguaerinha, como o reconhecimento do mundo não indígena (fog) e da primazia que seu líder possuía entre os seus e, por meio das eleições, reconhecido entre o fog. Romancil Kretã herda de seu pai as pegadas que não apenas Ângelo Kretã trilhou, mas seus ancestrais. Como Kaingang e pré-candidato a deputado federal pelo Partido Rede Sustentabilidade do Paraná (REDE-PR), mobiliza apoiadores: ambientalistas, estudantes, indigenistas e membros dos movimentos indígenas. Esta comunicação oral pretende seguir as pegadas da campanha eleitoral e seus desdobramentos entre comunidades Kaingang (Jê), no sul do Brasil. Busca, assim, refletir sobre os efeitos que esse processo político gera na terra natal de um candidato

indígena, a partir da TI Manguueirinha, que conta com perto de 300 famílias (SESAI, 2010). O objetivo é perceber se a mobilização eleitoral realizada pelos apoiadores consegue influir e angariar votos em suas redes de parentesco. Do mesmo modo, é importante inferir sobre as eleições municipais e seus arranjos políticos das cidades ao entorno da TI Manguueirinha, as quais poderão potencializar ou arrefecer a candidatura indígena. É sabido que as eleições foram incorporadas ao fazer político indígena de diversos modos e instâncias, enquanto um método simbólico para aferir o prestígio e a legitimidade do líder na TI Manguueirinha (Fernandes, 2003; Gibran, 2021). Existem eleições para as associações que gerenciam recursos do ICMS Ecológico[1], que requerem um leque de alianças intaaldeias. Essas alianças podem se confirmar ou se reconfigurar para as eleições de cacique que possui um caráter supraldeias. Essas eleições influenciam de modo direto a concorrência interna para o lançamento de candidaturas a vereador e na configuração dos apoios para os candidatos a prefeito. Portanto, é imperioso acompanhar como essas alianças na TI se comportarão ao longo do pleito estadual e federal com as candidaturas indígenas, se prevalecerão os interesses locais com vistas a reverberar em emendas parlamentares ou se o parentesco e capital político do nome Kretã, no movimento indígena potencializado pelo legado do seu pai - Ângelo Kretã, agregará esse apoio. [1] O ICMS Ecológico destina-se aos municípios que forma de compensação das áreas indígenas. Ver <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=927&indice=1&totalRegistros=1&dt=2.1.2022.16.24.57.252> acesso dia 09-05-2022.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/295_09696493_065278.pdf

Apresentação Oral

O conceito de domicílio eleitoral para os indígenas: um percurso de obstáculos e incompreensões

volgane oliveira carvalho

A Resolução-TSE nº 23.659/21 nasceu com o objetivo de assegurar o exercício dos direitos políticos em plenitudes por vítimas de infortúnios sociais, expressão que engloba todos os grupos que sofrem com diferentes formas de adversidades sociais decorrentes de preconceitos, questões de saúde, precariedade financeira, temas relacionados à educação, à moralidade etc. Nesse caminho, os indígenas foram contemplados com concessões necessárias à concretização dos seus direitos políticos, em especial, com a dilatação do conceito de domicílio eleitoral e do rol de exigências para a sua comprovação. Essa foi uma mudança significativa, mas insuficiente para resolver algumas questões importantes que envolvem a própria identidade cultural dos povos indígenas. Um dos temas carentes de enfrentamento e solução diz respeito a necessidade de criação de seções eleitorais com base em critérios etnoterritoriais que possam ser instaladas em locais de votação geograficamente localizados

fora da Zona Eleitoral. Esse é um caminho necessário para adaptar os conceitos de Direito Eleitoral à tradição e cultura dos povos indígenas e efetivamente dotar o dispositivo constitucional que assegura a universalidade do direito de voto. O presente trabalho pretende analisar esta questão e para tanto utilizará o método de interpretação de sentidos, articulando a hermenêutica (cunho interpretativo) e a dialética (caráter crítico) para estabelecer um confronto entre a legislação eleitoral acerca do domicílio eleitoral do indígena e a sua natureza de medida reparatória.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1652906807_ARQUIVO_eb6d63d7237c60e13fdc9147cc440de5.pdf

GT44: Gênero, geração e saúde: experiências, narrativas e itinerários

Os processos de saúde, adoecimento e cuidado estão atravessados pelas dimensões de gênero e geração, no que diz respeito aos modos de atenção, estilos de vida, relações de trabalho, políticas e respostas institucionais às ameaças à saúde e ao tipo de adoecimento que acomete as pessoas. No entanto, é raro encontrar análises, e também políticas, que se proponham a compreender a interação existente entre gênero, geração e as dinâmicas de adoecimento e cuidado em diferentes contextos sociais e culturais. No campo das políticas de saúde a incorporação de gênero e geração costuma ocorrer de forma diferenciada. Muitos estados e municípios possuem programas e políticas voltadas à saúde das mulheres (e mais recentemente a saúde dos homens), e à saúde LGBTQIA+, frequentemente como resposta às demandas do movimento feminista e do movimento LGBTQIA+. Embora essa incorporação não seja garantia de boas práticas, trata-se de uma situação que contrasta com a pouca visibilidade que os aspectos geracionais possuem na atenção à saúde, que está muito mais limitada aos extremos da vida (infância e velhice) ou que, no caso específico das mulheres, limita a compreensão do curso da vida aos aspectos reprodutivos. Nesta proposta, partimos de uma abordagem feminista da saúde, que busca articular as dimensões biológica, social e cultural na compreensão dos processos de adoecimento e cuidado, levando em consideração ainda as relações de poder, diversidades regionais e desigualdades neles envolvidas.

Palavras chave: Gênero; Direitos; Políticas Públicas

Madiana Rodrigues, Mónica Franch

| Apresentação Oral

Mulher-máquina, Máquina-mulher: reflexões etnográficas sobre os modos de uso dos "corpos" pelas mulheres costureiras em Boa Vista, Roraima.

Arancha Micaelle dos Santos Pereira, Madiana Rodrigues

Essa reflexão faz parte de pesquisa de mestrado ainda em andamento, cujo objetivo é analisar, a partir da teoria e metodologia da antropologia, como o trabalho e o ofício da costura se interseccionam na vida de mulheres que trabalham em grupos femininos na cidade de Boa Vista, capital de Roraima. O foco empírico são mulheres que são ou já foram pertencentes aos Centros de Produção Comunitária (CPC). Esses espaços estão ligados às políticas governamentais, sobretudo aos setores que englobam o Bem-Estar Social e do Trabalho, nos quais foram cristalizadas em meados dos anos de 1990, no Extremo-Norte do Brasil. Tal demanda se centralizou em dois momentos: pela consolidação de investimentos para indústrias se instalarem no solo regional (OLIVEIRA, 2013) e apenas, em segundo plano, para formar mulheres no mercado de trabalho com atividades que pudessem ser apreendidas no espaço doméstico. Para isso, o investimento nos trabalhos de costurar dessas mulheres estariam nos maquinários - máquina de costura de todos os tipos e usos, mesas e cadeiras, ferros de passar a vapor, armarinhos, entre outros. Em decorrência de mudanças de governos, a falta dos investimentos e ações estatais, os grupos femininos foram se desfazendo ao longo dos anos, e nesse contexto, as máquinas de costura como estratégia para o suprimento de necessidades mais básicas foram vendidas. Mediante o trabalho de campo etnográfico realizado em 2021 nos Centros de Produções Comunitárias ainda existentes, observamos que as máquinas de costura fazem parte da extensão dos usos dos corpos das interlocutoras-costureiras no cotidiano. Assim, nos termos de Donna Haraway (1985) o Ciborgue pode ser uma simbiose entre mulher e máquina. O domínio de conhecimento das mulheres acerca dos artefatos é percebido nos ditos e feitos: é preciso que haja harmonia de ambas as partes para o bom funcionamento, e ainda mais, para um bom trabalho. Nesse cenário laboral, os movimentos repetitivos que fazem com as mãos e os pés em postura sentada e ereta por longas horas, além do esforço da visão são motivos de adoecimento do corpo das mulheres na faixa etária dos sessenta anos, embora as mulheres mais jovens também sofram com dores em diversas partes do corpo. Desta forma, nesta apresentação temos como proposta discutir, a partir do trabalho etnográfico, a simbiose corpo-mulher e corpo-máquina. As perguntas que pretendemos responder giram em torno de: a) quais são os encontros e os limites entre elas e as máquinas; b) como individualizam e coletivizam os usos do corpo-máquina; c) quais são as estratégias que fazem para cuidar dos seus "corpos" no trabalho.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661459664_ARQUIVO_e11e646f42422b313845a4232d61a192.pdf

Apresentação Oral

Mulher-máquina, Máquina-mulher: reflexões etnográficas sobre os modos de uso dos "corpos" pelas mulheres costureiras em Boa Vista, Roraima.

Arancha Micaelle dos Santos Pereira, Madiana Rodrigues

Essa reflexão faz parte de pesquisa de mestrado ainda em andamento, cujo objetivo é analisar, a partir da teoria e metodologia da antropologia, como o trabalho e o ofício da costura se interseccionam na vida de mulheres que trabalham em grupos femininos na cidade de Boa Vista, capital de Roraima. O foco empírico são mulheres que são ou já foram pertencentes aos Centros de Produção Comunitária (CPC). Esses espaços estão ligados às políticas governamentais, sobretudo aos setores que englobam o Bem-Estar Social e do Trabalho, nos quais foram cristalizadas em meados dos anos de 1990, no Extremo-Norte do Brasil. Tal demanda se centralizou em dois momentos: pela consolidação de investimentos para indústrias se instalarem no solo regional (OLIVEIRA, 2013) e apenas, em segundo plano, para formar mulheres no mercado de trabalho com atividades que pudessem ser apreendidas no espaço doméstico. Para isso, o investimento nos trabalhos de costurar dessas mulheres estariam nos maquinários - máquina de costura de todos os tipos e usos, mesas e cadeiras, ferros de passar a vapor, armarinhos, entre outros. Em decorrência de mudanças de governos, a falta dos investimentos e ações estatais, os grupos femininos foram se desfazendo ao longo dos anos, e nesse contexto, as máquinas de costura como estratégia para o suprimento de necessidades mais básicas foram vendidas. Mediante o trabalho de campo etnográfico realizado em 2021 nos Centros de Produções Comunitárias ainda existentes, observamos que as máquinas de costura fazem parte da extensão dos usos dos corpos das interlocutoras-costureiras no cotidiano. Assim, nos termos de Donna Haraway (1985) o Ciborgue pode ser uma simbiose entre mulher e máquina. O domínio de conhecimento das mulheres acerca dos artefatos é percebido nos ditos e feitos: é preciso que haja harmonia de ambas as partes para o bom funcionamento, e ainda mais, para um bom trabalho. Nesse cenário laboral, os movimentos repetitivos que fazem com as mãos e os pés em postura sentada e ereta por longas horas, além do esforço da visão são motivos de adoecimento do corpo das mulheres na faixa etária dos sessenta anos, embora as mulheres mais jovens também sofram com dores em diversas partes do corpo. Desta forma, nesta apresentação temos como proposta discutir, a partir do trabalho etnográfico, a simbiose corpo-mulher e corpo-máquina. As perguntas que pretendemos responder giram em torno de: a) quais são os encontros e os limites entre elas e as máquinas; b) como individualizam e coletivizam os usos do corpo-máquina; c) quais são as estratégias que fazem para cuidar dos seus "corpos" no trabalho.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661459664_ARQUIVO_e11e646f42422b313845a4232d61a192.pdf

Apresentação Oral

Entre a espera e o isolamento: Itinerários, narrativas e estratégias de homens trans brasileiros durante a pandemia de covid-19

Camilo Braz

Este trabalho pretende interpretar antropologicamente narrativas de homens trans brasileiros a respeito dos desafios impostos pela pandemia de covid-19 em variadas áreas, tais como acesso à saúde, enfrentamento do desemprego e da diminuição da renda e intensificação de processos relacionados ao que foi chamado de isolamento social. Pretende-se refletir, a partir de um diálogo com bibliografia sobre a pandemia e as experiências de pessoas marcadas por dimensões de gênero e sexualidade, sobre aspectos que tornam desafios potencialmente ampliados a partir da identidade de gênero transmasculina, em intersecção com outros marcadores sociais de diferença, sobretudo relacionados a raça e classe social. E analisar os itinerários e as estratégias mobilizadas por tais sujeitos para lidar com tais questões, apontando assim para uma possível discussão acerca de suas expectativas de vida e projetos de futuro. O material empírico foi produzido a partir de entrevistas para o projeto de pesquisa "Transmasculinidades, Saúde e Espera: antropologia do curso da vida entre homens trans", contemplado com Bolsa de Produtividade em Pesquisa Nível 2 do CNPq em 2018. A intenção dessa investigação era reencontrar colaboradores de uma pesquisa anterior, em sua maioria residentes na região metropolitana de Goiânia, no Brasil, entrevistados entre 2015 e 2016. A pandemia afetou profundamente os planos da investigação. A partir do segundo semestre de 2021, alguns dos colaboradores aceitaram dialogar por meio de ferramentas remotas de comunicação. Tais entrevistas permitem analisar aspectos não previstos no projeto, que dizem respeito aos itinerários desses sujeitos frente aos desafios impostos pela pandemia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661545430_ARQUIVO_4abd6fe8f0fe9d5a03db458fff9c5b70.pdf

Apresentação Oral

Entre a espera e o isolamento: Itinerários, narrativas e estratégias de homens trans brasileiros durante a pandemia de covid-19

Camilo Braz

Este trabalho pretende interpretar antropologicamente narrativas de homens trans brasileiros a respeito dos desafios impostos pela pandemia de covid-19 em variadas áreas, tais como acesso à saúde, enfrentamento do desemprego e da diminuição da renda e intensificação de processos relacionados ao que foi chamado de isolamento social. Pretende-se refletir, a partir de um diálogo com bibliografia sobre a pandemia e as experiências de pessoas marcadas por dimensões de gênero e sexualidade, sobre aspectos que tornam desafios potencialmente

ampliados a partir da identidade de gênero transmasculina, em intersecção com outros marcadores sociais de diferença, sobretudo relacionados a raça e classe social. E analisar os itinerários e as estratégias mobilizadas por tais sujeitos para lidar com tais questões, apontando assim para uma possível discussão acerca de suas expectativas de vida e projetos de futuro. O material empírico foi produzido a partir de entrevistas para o projeto de pesquisa "Transmasculinidades, Saúde e Espera: antropologia do curso da vida entre homens trans", contemplado com Bolsa de Produtividade em Pesquisa Nível 2 do CNPq em 2018. A intenção dessa investigação era reencontrar colaboradores de uma pesquisa anterior, em sua maioria residentes na região metropolitana de Goiânia, no Brasil, entrevistados entre 2015 e 2016. A pandemia afetou profundamente os planos da investigação. A partir do segundo semestre de 2021, alguns dos colaboradores aceitaram dialogar por meio de ferramentas remotas de comunicação. Tais entrevistas permitem analisar aspectos não previstos no projeto, que dizem respeito aos itinerários desses sujeitos frente aos desafios impostos pela pandemia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661545430_ARQUIVO_4abd6fe8f0fe9d5a03db458fff9c5b70.pdf

Apresentação Oral

Percepções das juventudes sobre o envelhecimento

Daiany Cris Silva

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983) defendeu que a fronteira entre a juventude e a velhice é razão de disputa em todas as sociedades e, portanto, definir que alguém é jovem ou é velho significa impor limites e criar ordens (COSTA, LIMA e SILVA, 2017), no entanto, considerando que esses limites já estão postos socialmente e eles organizam a nossa sociedade tal como a conhecemos, o movimento de perceber como os agentes de um determinado grupo, as juventudes, nesse caso, elabora e projeta o seu curso da vida, nos permite compreender os fluxos geracionais presentes na atualidade. Desse modo, em busca de possibilitar essa compreensão, a presente comunicação propõe uma investigação sobre as percepções das juventudes brasileiras sobre ao envelhecimento. Para tanto, coloca-se como principal questão a compreensão de como as juventudes elaboram suas perspectivas sobre o envelhecimento, ou seja, como elas pensam e se pensam nesta fase considerada a última do ciclo da vida, considerando as condições sociais que possibilitam a sua longevidade na sociedade brasileira. Amparada pelo campo de estudos geracionais e as contribuições do sociólogo Karl Mannheim (1982), a presente discussão apresenta como principal norteador teórico o conceito de geração, que é considerado pelo autor como uma formação estrutural dos grupos etários diante de um compartilhamento histórico, que é atravessado por diversos

elementos como: raça, classe, gênero, orientação sexual, posicionamentos políticos, dentre outros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1664225431_ARQUIVO_1052849e1430d55a4c1dc324da0695e5.pdf

Apresentação Oral

Percepções das juventudes sobre o envelhecimento

Daiany Cris Silva

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983) defendeu que a fronteira entre a juventude e a velhice é razão de disputa em todas as sociedades e, portanto, definir que alguém é jovem ou é velho significa impor limites e criar ordens (COSTA, LIMA e SILVA, 2017), no entanto, considerando que esses limites já estão postos socialmente e eles organizam a nossa sociedade tal como a conhecemos, o movimento de perceber como os agentes de um determinado grupo, as juventudes, nesse caso, elabora e projeta o seu curso da vida, nos permite compreender os fluxos geracionais presentes na atualidade. Desse modo, em busca de possibilitar essa compreensão, a presente comunicação propõe uma investigação sobre as percepções das juventudes brasileiras sobre ao envelhecimento. Para tanto, coloca-se como principal questão a compreensão de como as juventudes elaboram suas perspectivas sobre o envelhecimento, ou seja, como elas pensam e se pensam nesta fase considerada a última do ciclo da vida, considerando as condições sociais que possibilitam a sua longevidade na sociedade brasileira. Amparada pelo campo de estudos geracionais e as contribuições do sociólogo Karl Mannheim (1982), a presente discussão apresenta como principal norteador teórico o conceito de geração, que é considerado pelo autor como uma formação estrutural dos grupos etários diante de um compartilhamento histórico, que é atravessado por diversos elementos como: raça, classe, gênero, orientação sexual, posicionamentos políticos, dentre outros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1664225431_ARQUIVO_1052849e1430d55a4c1dc324da0695e5.pdf

Apresentação Oral

Cicatrizes da beleza e da dor: Sobre as mulheres que convivem com alopecia androgenética e suas variantes.

Eduardo Monteiro

A Alopecia Androgenética (AAG) constitui-se como a rarefação gradual e permanente dos bulbos capilares do couro cabeludo, gerando gradualmente o que se conhece comumente como "calvície" ou a perda definitiva dos fios de cabelo. A calvície se desenvolve em homens e mulheres em todo o mundo, por diversos fatores, podendo ser desencadeada por fatores genéticos, emocionais, hormonais, acidentes de tração capilar etc. Entretanto, muito se foca na masculinidade e sua relação com a alopecia enquanto fator da construção da identidade. O cabelo é, para algumas categorias do feminino, um elemento essencial da construção do corpo e da identidade. Visando essa problemática da relação corpo-identidade, objetiva-se fazer um levantamento do perfil identitário e social de mulheres que convivem com a alopecia androgenética e suas variantes, para melhor entender a relação da AAG e a forma que ela é refletida nos corpos e identidades de tais interlocutoras e se as mesmas a enxergam como um problema. Para identificar tais interlocutoras se busca fazer o uso de formulários eletrônicos para uma maior abrangência e web-chamadas para entender suas narrativas e vivências, para então, entender se a falta de cabelo se constitui como um problema. Entender como se interligam suas construções corporais e identitárias, os seus entraves sociais, formas de tratamento e enfrentamento, as alternativas que tais interlocutoras usam para driblar tal problema e entender, como a calvície afeta o corpo de mulheres e como reflete socialmente em suas feminilidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482759_ARQUIVO_83b223c42204d8948db3e6d34cdce_d45.pdf

Apresentação Oral

Cicatrizes da beleza e da dor: Sobre as mulheres que convivem com alopecia androgenética e suas variantes.

Eduardo Monteiro

A Alopecia Androgenética (AAG) constitui-se como a rarefação gradual e permanente dos bulbos capilares do couro cabeludo, gerando gradualmente o que se conhece comumente como "calvície" ou a perda definitiva dos fios de cabelo. A calvície se desenvolve em homens e mulheres em todo o mundo, por diversos fatores, podendo ser desencadeada por fatores genéticos, emocionais, hormonais, acidentes de tração capilar etc. Entretanto, muito se foca na masculinidade e sua relação com a alopecia enquanto fator da construção da identidade. O cabelo é, para algumas categorias do feminino, um elemento essencial da construção do corpo e da identidade. Visando essa problemática da relação corpo-identidade, objetiva-se fazer um levantamento do perfil identitário e social de mulheres que convivem com a alopecia androgenética e suas variantes, para melhor entender a relação da AAG e a forma que ela é refletida nos corpos e identidades de tais interlocutoras e se as mesmas a enxergam como um

problema. Para identificar tais interlocutoras se busca fazer o uso de formulários eletrônicos para uma maior abrangência e web-chamadas para entender suas narrativas e vivências, para então, entender se a falta de cabelo se constitui como um problema. Entender como se interligam suas construções corporais e identitárias, os seus entraves sociais, formas de tratamento e enfrentamento, as alternativas que tais interlocutoras usam para driblar tal problema e entender, como a calvície afeta o corpo de mulheres e como reflete socialmente em suas feminilidades.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482759_ARQUIVO_83b223c42204d8948db3e6d34cdce_d45.pdf

Apresentação Oral

Iniquidades na saúde: uma análise da literatura acerca do acesso e acessibilidade de mulheres quilombolas à serviços de saúde no Brasil

Karoline Beatriz Oliveira Barroso

A Organização Mundial da Saúde compreende a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Sob este prisma, a partir da articulação desta categoria com marcadores sociais da diferença como racismo, gênero e campo/rural mostra-se pertinente um estudo acerca da saúde da mulher quilombola que, além de contar com a segregação espacial e estigmatização territorial presentes no espaço rural, somam-se o racismo no acesso ao tratamento de saúde e opressão de gênero como mecanismos de exclusão social. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente a produção científica sobre o acesso à saúde por mulheres em comunidades quilombolas em literatura. A pesquisa tem caráter pesquisa qualitativa, com revisão integrativa da literatura. Buscou-se nos artigos publicados nos últimos 10 anos em português, as bases utilizadas foram SciELO, LILACS e portal da Biblioteca Virtual em Saúde Brasil com auxílio de operadores booleanos, palavras-chave e termos livres: Grupos com ancestrais Afrodescendentes, saúde, mulher e seus sinônimos. A seleção foi realizada a partir de título, resumo e leitura completa de artigos que abordassem a temática e estejam disponíveis integralmente nas plataformas online. A partir dos critérios de exclusão e inclusão, identificaram-se 31 artigos, todos publicados em periódicos nacionais, sendo a maioria publicado na área de saúde (80%), especialmente por enfermeiros; os artigos apresentam dados acerca da atenção à saúde materna, acesso a exames preventivos- em especial de contracepção e prevenção ao câncer de colo uterino. Os resultados foram agrupados em três categorias temáticas de atenção à saúde materna e primária; Acesso e acessibilidade aos serviços de saúde e Doenças das mulheres quilombolas. Dessa forma, constatou-se a predominância de pesquisas voltadas para o processo de doença e não de promoção à saúde integral, bem como a escassez de propostas de análise intercultural,

limitando-se a estudos de cunho clínico e biológico. À vista disso, observa-se uma insuficiência de medidas voltadas para a promoção da saúde deste grupo, possuindo o racismo na saúde como mecanismo de exclusão e a opressão de gênero como elementos que invisibilizam e inviabilizam o acesso à saúde, mostrando-se urgente a elaboração de políticas públicas efetivas embasadas na interseccionalidade presente nas iniquidades na saúde e a partir de sua base multidimensional com racismo, sexismo e estigmatização territorial como categorias de opressão interagindo de forma múltipla e simultaneamente.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479707_ARQUIVO_4a9bf1bb16ebaefd49698d314186689c.pdf

Apresentação Oral

Iniquidades na saúde: uma análise da literatura acerca do acesso e acessibilidade de mulheres quilombolas à serviços de saúde no Brasil

Karoline Beatriz Oliveira Barroso

A Organização Mundial da Saúde compreende a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Sob este prisma, a partir da articulação desta categoria com marcadores sociais da diferença como racismo, gênero e campo/rural mostra-se pertinente um estudo acerca da saúde da mulher quilombola que, além de contar com a segregação espacial e estigmatização territorial presentes no espaço rural, somam-se o racismo no acesso ao tratamento de saúde e opressão de gênero como mecanismos de exclusão social. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar criticamente a produção científica sobre o acesso à saúde por mulheres em comunidades quilombolas em literatura. A pesquisa tem caráter pesquisa qualitativa, com revisão integrativa da literatura. Buscou-se nos artigos publicados nos últimos 10 anos em português, as bases utilizadas foram SciELO, LILACS e portal da Biblioteca Virtual em Saúde Brasil com auxílio de operadores booleanos, palavras-chave e termos livres: Grupos com ancestrais Afrodescendentes, saúde, mulher e seus sinônimos. A seleção foi realizada a partir de título, resumo e leitura completa de artigos que abordassem a temática e estejam disponíveis integralmente nas plataformas online. A partir dos critérios de exclusão e inclusão, identificaram-se 31 artigos, todos publicados em periódicos nacionais, sendo a maioria publicado na área de saúde (80%), especialmente por enfermeiros; os artigos apresentam dados acerca da atenção à saúde materna, acesso a exames preventivos- em especial de contracepção e prevenção ao câncer de colo uterino. Os resultados foram agrupados em três categorias temáticas de atenção à saúde materna e primária; Acesso e acessibilidade aos serviços de saúde e Doenças das mulheres quilombolas. Dessa forma, constatou-se a predominância de pesquisas voltadas para o processo de doença e não de promoção à saúde integral, bem como a escassez de propostas de análise intercultural,

limitando-se a estudos de cunho clínico e biológico. À vista disso, observa-se uma insuficiência de medidas voltadas para a promoção da saúde deste grupo, possuindo o racismo na saúde como mecanismo de exclusão e a opressão de gênero como elementos que invisibilizam e inviabilizam o acesso à saúde, mostrando-se urgente a elaboração de políticas públicas efetivas embasadas na interseccionalidade presente nas iniquidades na saúde e a partir de sua base multidimensional com racismo, sexismo e estigmatização territorial como categorias de opressão interagindo de forma múltipla e simultaneamente.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479707_ARQUIVO_4a9bf1bb16ebaefd49698d314186689c.pdf

Apresentação Oral

Mulheres na ciência, a perspectiva das mulheres que constroem uma ciência do Zika na Região Metropolitana de Recife.

Mariana Esteves Petruceli

A epidemia de Zika trouxe alarde não somente entre moradoras e moradores da principal região afetada, o Nordeste brasileiro, mas também entre médicos, especialistas e o restante do país que temiam uma ameaça global (Diniz, 2016). Após a descoberta da ligação entre os casos de infecção por Zika Vírus (ZV) e o aumento no número de nascimentos de crianças com microcefalia por uma médica pernambucana, ficou claro que o estado de Pernambuco, e mais especificamente a Região Metropolitana de Recife (RMR), configuraram o epicentro da chamada Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). As mães das crianças afetadas pela SCZV se tornaram agentes importantes para o que chamamos de ciência do Zika, se organizando em busca de atenção midiática, tratamento e diagnóstico médico, ou seja, cuidado para seus filhos. A mobilização também ocorreu por parte dos biocientistas, cientistas especializados nas áreas convocadas para responder à essa crise sanitária como fisioterapeutas, neurologistas, pediatras e terapeutas ocupacionais que se debruçaram na busca por informações sobre o vírus e seus desdobramentos, bem como por um atendimento e assistência efetivos para as famílias afetadas. Entre os anos de 2015 e 2018, havia mais de 90 projetos de pesquisa relacionados ao Zika apenas na Região Metropolitana de Recife (Aissa Simas, 2020). Em 2022, anos após o decreto do fim da emergência sanitária decorrente do Zika Vírus, ao entrevistar especialistas que atuaram nesses projetos, na assistência ou na pesquisa, notamos padrões do que seria uma ciência feita por mulheres. As quebras das barreiras das áreas de conhecimento, a coordenação horizontal de projetos e a interdisciplinaridade é algo narrado por essas especialistas. Como a neuropediatra pernambucana que relatou a emergência sanitária para as autoridades, as mulheres parecem protagonizar mudanças importantes, deixando um legado concreto para a resposta científica

em meio a crises sanitárias. Durante as entrevistas foi possível notar também o engajamento —ou falta dele —entre biocientistas em relação ao Covid-19. As motivações, as preocupações e as reformulações no fazer científico são investigados e relatados nesse trabalho que procura destrinchar a ação dessas mulheres na construção das ciências da saúde e, em especial, a ciência do Zika.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661460882_ARQUIVO_9933c63b42140f74a3e3dfdb87aa748d.pdf

Apresentação Oral

Mulheres na ciência, a perspectiva das mulheres que constroem uma ciência do Zika na Região Metropolitana de Recife.

Mariana Esteves Petruceli

A epidemia de Zika trouxe alarde não somente entre moradoras e moradores da principal região afetada, o Nordeste brasileiro, mas também entre médicos, especialistas e o restante do país que temiam uma ameaça global (Diniz, 2016). Após a descoberta da ligação entre os casos de infecção por Zika Vírus (ZV) e o aumento no número de nascimentos de crianças com microcefalia por uma médica pernambucana, ficou claro que o estado de Pernambuco, e mais especificamente a Região Metropolitana de Recife (RMR), configuraram o epicentro da chamada Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV). As mães das crianças afetadas pela SCZV se tornaram agentes importantes para o que chamamos de ciência do Zika, se organizando em busca de atenção midiática, tratamento e diagnóstico médico, ou seja, cuidado para seus filhos. A mobilização também ocorreu por parte dos biocientistas, cientistas especializados nas áreas convocadas para responder à essa crise sanitária como fisioterapeutas, neurologistas, pediatras e terapeutas ocupacionais que se debruçaram na busca por informações sobre o vírus e seus desdobramentos, bem como por um atendimento e assistência efetivos para as famílias afetadas. Entre os anos de 2015 e 2018, havia mais de 90 projetos de pesquisa relacionados ao Zika apenas na Região Metropolitana de Recife (Aissa Simas, 2020). Em 2022, anos após o decreto do fim da emergência sanitária decorrente do Zika Vírus, ao entrevistar especialistas que atuaram nesses projetos, na assistência ou na pesquisa, notamos padrões do que seria uma ciência feita por mulheres. As quebras das barreiras das áreas de conhecimento, a coordenação horizontal de projetos e a interdisciplinaridade é algo narrado por essas especialistas. Como a neuropediatra pernambucana que relatou a emergência sanitária para as autoridades, as mulheres parecem protagonizar mudanças importantes, deixando um legado concreto para a resposta científica em meio a crises sanitárias. Durante as entrevistas foi possível notar também o engajamento —ou falta dele —entre biocientistas em relação ao Covid-19. As motivações, as preocupações

e as reformulações no fazer científico são investigados e relatados nesse trabalho que procura destrinchar a ação dessas mulheres na construção das ciências da saúde e, em especial, a ciência do Zika.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661460882_ARQUIVO_9933c63b42140f74a3e3dfdb87aa748d.pdf

Apresentação Oral

A experiência corporal do câncer de mama: narrativas a partir das perspectivas de gênero, geração e sexualidade na percepção da doença

Nathália Caroline Dias

No Brasil, o câncer de mama destaca-se como o tipo de maior incidência e mortalidade entre as mulheres. Sendo um tipo de câncer raramente encontrado em homens cisgêneros - representando somente 1% dos casos no país -, de acordo com a perspectiva biomédica, o câncer de mama não possui uma única causa, mas sim fatores de risco. Apesar de fatores ambientais, comportamentais, hormonais, genéticos e hereditários estarem relacionados ao surgimento da doença, a idade apresenta-se como um dos mais importantes, com cerca de 80% dos casos ocorrendo com mulheres acima dos 50 anos. Nesse sentido, uma das estratégias do Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde, é seguir a recomendação internacional de realizar a mamografia de rastreamento a cada dois anos em mulheres com idade entre 50 e 69 anos, a fim de identificar o câncer antes da existência de sinais e sintomas. Para as mulheres fora desta faixa etária, por sua vez, é necessário haver indicação médica a partir de alguma alteração suspeita na mama. Conforme este exemplo, é possível perceber como o processo de saúde-doença do câncer de mama no país encontra-se permeado pelas dimensões de gênero e geração no que se refere, particularmente, às políticas públicas de prevenção e tratamento. Entretanto, em estudos anteriores dedicados a um olhar próprio às humanidades acerca do câncer em geral e do câncer de mama em particular, fortuitos são os aprofundamentos analíticos sobre as implicações de gênero, geração e, sobretudo, sexualidade na percepção de pessoa e subjetividade daquelas que vivenciam a doença. Sendo assim, nesta pesquisa, a proposta é analisar a experiência de saúde-doença do câncer de mama a partir de uma abordagem feminista localizada, buscando apreender e interpretar como o lugar ocupado na sociedade pelas mulheres que vivenciam a doença em/atraves de seus corpos - sejam estes corpos cis, trans, de sexualidades diversas, de diferentes raças e etnias - atua na sua construção enquanto sujeitos no mundo. Para tanto, esta pesquisa explora algumas etnografias que realizaram trabalho com mulheres com câncer de mama, lendo-as à luz de debates teóricos acerca das noções de pessoa/indivíduo nas sociedades ocidentais modernas, evidenciando-se,

especialmente, a valoração da interioridade e as relações entre subjetividade, gênero, geração e sexualidade no processo de percepção da doença.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475880_ARQUIVO_8f0dfb33a5a394be7bd994830b10f28f.pdf

Apresentação Oral

A experiência corporal do câncer de mama: narrativas a partir das perspectivas de gênero, geração e sexualidade na percepção da doença

Nathália Caroline Dias

No Brasil, o câncer de mama destaca-se como o tipo de maior incidência e mortalidade entre as mulheres. Sendo um tipo de câncer raramente encontrado em homens cisgêneros - representando somente 1% dos casos no país -, de acordo com a perspectiva biomédica, o câncer de mama não possui uma única causa, mas sim fatores de risco. Apesar de fatores ambientais, comportamentais, hormonais, genéticos e hereditários estarem relacionados ao surgimento da doença, a idade apresenta-se como um dos mais importantes, com cerca de 80% dos casos ocorrendo com mulheres acima dos 50 anos. Nesse sentido, uma das estratégias do Ministério da Saúde, através do Sistema Único de Saúde, é seguir a recomendação internacional de realizar a mamografia de rastreamento a cada dois anos em mulheres com idade entre 50 e 69 anos, a fim de identificar o câncer antes da existência de sinais e sintomas. Para as mulheres fora desta faixa etária, por sua vez, é necessário haver indicação médica a partir de alguma alteração suspeita na mama. Conforme este exemplo, é possível perceber como o processo de saúde-doença do câncer de mama no país encontra-se permeado pelas dimensões de gênero e geração no que se refere, particularmente, às políticas públicas de prevenção e tratamento. Entretanto, em estudos anteriores dedicados a um olhar próprio às humanidades acerca do câncer em geral e do câncer de mama em particular, fortuitos são os aprofundamentos analíticos sobre as implicações de gênero, geração e, sobretudo, sexualidade na percepção de pessoa e subjetividade daquelas que vivenciam a doença. Sendo assim, nesta pesquisa, a proposta é analisar a experiência de saúde-doença do câncer de mama a partir de uma abordagem feminista localizada, buscando apreender e interpretar como o lugar ocupado na sociedade pelas mulheres que vivenciam a doença em/atraves de seus corpos - sejam estes corpos cis, trans, de sexualidades diversas, de diferentes raças e etnias - atua na sua construção enquanto sujeitos no mundo. Para tanto, esta pesquisa explora algumas etnografias que realizaram trabalho com mulheres com câncer de mama, lendo-as à luz de debates teóricos acerca das noções de pessoa/indivíduo nas sociedades ocidentais modernas, evidenciando-se, especialmente, a valoração da interioridade e as relações entre subjetividade, gênero, geração e sexualidade no processo de percepção da doença.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475880_ARQUIVO_8f0dfb33a5a394be7bd994830b10f28f.pdf

Apresentação Oral

A ética do cuidado entre gerações nos Círculos de Mulheres: aproximações empíricas em Salvador e região metropolitana

Thainá Soares Ribeiro

Pesquisa no Doutorado o movimento denominado como Círculos de Mulheres. Estes Círculos são difíceis de ser definidos, devido seu possível enquadramento em diversos movimentos como Nova Era, Ecofeminismo e Espiritualidades Femininas. Mas, ainda que sem uma definição estanque, podem ser compreendidos como grupos organizados por mulheres e para mulheres, na grande maioria cisgênero, que se encontram em espaços não-institucionais, articulando-se a partir de referências que emergiram na contracultura, bem como as que emergem vinculadas a região do encontro, com bricolagem de religiões e saberes sobre o corpo. Na contramão das perspectivas dominantes em relação aos corpos das mulheres, bem como sobre o sagrado na perspectiva das mulheres, os Círculos buscam uma nova relação com o corpo e com a saúde. Neste trabalho, trago algumas reflexões sobre as minhas percepções iniciais no campo - num círculo na cidade de Salvador, outro na região metropolitana, refletindo sobre os agenciamentos do corpo e do cuidado nesses círculos - entre gerações de mulheres, por meio de uma ginecologia denominada autônoma. As participantes dos Círculos de Mulheres apropriam-se de vários "conhecimentos tradicionais" (em tópicos como o uso de ervas para a saúde das mulheres, ciclo menstrual, menopausa etc.) e munem-se da experiência de compartilhar "corpos semelhantes", ou seja, de viver empiricamente todos esses processos. A ideia do que é "ser mulher" é uma questão central - as participantes reivindicam um cuidado com a saúde sexual a partir da perspectiva das mulheres, ou seja, uma busca por autonomia em relação ao conhecimento do próprio corpo. Além disso, a diversidade de concepções sobre o corpo pode não estar ancorada na normatividade do corpo biológico, como algumas percepções do campo me indicaram. A ética do cuidado nesses Círculos se estabelece a partir de performances sobre o feminino, a ideia de útero não apenas como órgão biológico, mas como um espaço de energia feminina que existe no corpo de todos os seres.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661466046_ARQUIVO_a42b71950be8fa377149878f3c5989f3.pdf

Apresentação Oral

A ética do cuidado entre gerações nos Círculos de Mulheres: aproximações empíricas em Salvador e região metropolitana

Thainá Soares Ribeiro

Pesquisa no Doutorado o movimento denominado como Círculos de Mulheres. Estes Círculos são difíceis de ser definidos, devido seu possível enquadramento em diversos movimentos como Nova Era, Ecofeminismo e Espiritualidades Femininas. Mas, ainda que sem uma definição estanque, podem ser compreendidos como grupos organizados por mulheres e para mulheres, na grande maioria cisgênero, que se encontram em espaços não-institucionais, articulando-se a partir de referências que emergiram na contracultura, bem como as que emergem vinculadas a região do encontro, com bricolagem de religiões e saberes sobre o corpo. Na contramão das perspectivas dominantes em relação aos corpos das mulheres, bem como sobre o sagrado na perspectiva das mulheres, os Círculos buscam uma nova relação com o corpo e com a saúde. Neste trabalho, trago algumas reflexões sobre as minhas percepções iniciais no campo - num círculo na cidade de Salvador, outro na região metropolitana, refletindo sobre os agenciamentos do corpo e do cuidado nesses círculos - entre gerações de mulheres, por meio de uma ginecologia denominada autônoma. As participantes dos Círculos de Mulheres apropriam-se de vários "conhecimentos tradicionais" (em tópicos como o uso de ervas para a saúde das mulheres, ciclo menstrual, menopausa etc.) e munem-se da experiência de compartilhar "corpos semelhantes", ou seja, de viver empiricamente todos esses processos. A ideia do que é "ser mulher" é uma questão central - as participantes reivindicam um cuidado com a saúde sexual a partir da perspectiva das mulheres, ou seja, uma busca por autonomia em relação ao conhecimento do próprio corpo. Além disso, a diversidade de concepções sobre o corpo pode não estar ancorada na normatividade do corpo biológico, como algumas percepções do campo me indicaram. A ética do cuidado nesses Círculos se estabelece a partir de performances sobre o feminino, a ideia de útero não apenas como órgão biológico, mas como um espaço de energia feminina que existe no corpo de todos os seres.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661466046_ARQUIVO_a42b71950be8fa377149878f3c5989f3.pdf

Apresentação Oral

O cuidado ao longo de muitas vidas: gênero, geração e tecnologias na experiência com doenças raras hereditárias

Waleska Aureliano

Essa comunicação analisa como cuidado, gênero e geração se articulam na experiência de famílias afetadas por doenças raras hereditárias, considerando ainda como o uso (ou não uso) de tecnologias interferem nessa relação. Por tecnologias estou considerando desde testes

genéticos a tratamentos medicamentosos, mas também as tecnologias usadas no cotidiano que interferem nas dinâmicas de cuidado dentro da família, como as relacionadas à disposição física da casa, à alimentação ou ao trabalho. A análise baseia-se em pesquisa etnográfica que vem sendo realizada ao longo dos últimos 10 anos com pessoas e famílias afetadas por doenças raras de forma geral, e com recorte especial para aquelas que são hereditárias. Na atual definição utilizada no Brasil, são consideradas raras doenças que afetam 65 pessoas a cada 100 mil. Estima-se que 8% da população mundial tem alguma doença rara, o que no caso brasileiro significa cerca de 13 milhões de pessoas. 80% das doenças raras tem origem genética, sendo parte delas hereditárias. Esse dado traz implicações importantes para se pensar aspectos ligados à reprodução e parentesco, as percepções que emergem ligadas às ideias de risco e responsabilidade e, principalmente, as dinâmicas de cuidado relacionada a doenças de longa duração que podem atravessar gerações de uma mesma família. Embora nem toda doença rara hereditária seja incapacitante, a maioria delas é em algum grau, sendo muitas degenerativas, com comprometimento das funções motoras e/ou cognitivas sendo agravadas com o passar dos anos. Tendo em consideração que apenas 3-5% das doenças raras possuem algum tipo de tratamento específico que pode alterar seu curso, a maioria das famílias afetadas por uma doença rara hereditária precisa lidar com condições que terão quando muito tratamentos paliativos para os sintomas. Em qualquer dos casos, estes tratamentos costumam ser de alto custo, o que no Brasil tem se traduzido na crescente judicialização da saúde, inserindo no itinerário terapêutico dessas famílias o sistema judiciário. Nesse cenário, percebe-se por um lado a presença significativa de mulheres, tanto como agentes políticos na esfera pública na demanda por direitos relacionados à saúde, assim como cuidadoras de filhos, maridos e pais adoentados. Por outro lado, nota-se a falta de uma agenda política que pense o acesso à saúde atrelado ao direito ao cuidado, e menos ainda uma discussão sobre a distribuição do cuidado que envolva a sociedade e o Estado, o que continua a circunscrever as práticas de cuidado à família e, dentro delas, às mulheres que, a despeito de suas próprias condições de saúde e do envelhecimento, seguem sendo as principais cuidadoras.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661350404_ARQUIVO_6da36b92444d79bd4aaa74b00eb2b_ea.pdf

Apresentação Oral

O cuidado ao longo de muitas vidas: gênero, geração e tecnologias na experiência com doenças raras hereditárias

Waleska Aureliano

Essa comunicação analisa como cuidado, gênero e geração se articulam na experiência de famílias afetadas por doenças raras hereditárias, considerando ainda como o uso (ou não uso)

de tecnologias interferem nessa relação. Por tecnologias estou considerando desde testes genéticos a tratamentos medicamentosos, mas também as tecnologias usadas no cotidiano que interferem nas dinâmicas de cuidado dentro da família, como as relacionadas à disposição física da casa, à alimentação ou ao trabalho. A análise baseia-se em pesquisa etnográfica que vem sendo realizada ao longo dos últimos 10 anos com pessoas e famílias afetadas por doenças raras de forma geral, e com recorte especial para aquelas que são hereditárias. Na atual definição utilizada no Brasil, são consideradas raras doenças que afetam 65 pessoas a cada 100 mil. Estima-se que 8% da população mundial tem alguma doença rara, o que no caso brasileiro significa cerca de 13 milhões de pessoas. 80% das doenças raras tem origem genética, sendo parte delas hereditárias. Esse dado traz implicações importantes para se pensar aspectos ligados à reprodução e parentesco, as percepções que emergem ligadas às ideias de risco e responsabilidade e, principalmente, as dinâmicas de cuidado relacionada a doenças de longa duração que podem atravessar gerações de uma mesma família. Embora nem toda doença rara hereditária seja incapacitante, a maioria delas é em algum grau, sendo muitas degenerativas, com comprometimento das funções motoras e/ou cognitivas sendo agravadas com o passar dos anos. Tendo em consideração que apenas 3-5% das doenças raras possuem algum tipo de tratamento específico que pode alterar seu curso, a maioria das famílias afetadas por uma doença rara hereditária precisa lidar com condições que terão quando muito tratamentos paliativos para os sintomas. Em qualquer dos casos, estes tratamentos costumam ser de alto custo, o que no Brasil tem se traduzido na crescente judicialização da saúde, inserindo no itinerário terapêutico dessas famílias o sistema judiciário. Nesse cenário, percebe-se por um lado a presença significativa de mulheres, tanto como agentes políticos na esfera pública na demanda por direitos relacionados à saúde, assim como cuidadoras de filhos, maridos e pais adoentados. Por outro lado, nota-se a falta de uma agenda política que pense o acesso à saúde atrelado ao direito ao cuidado, e menos ainda uma discussão sobre a distribuição do cuidado que envolva a sociedade e o Estado, o que continua a circunscrever as práticas de cuidado à família e, dentro delas, às mulheres que, a despeito de suas próprias condições de saúde e do envelhecimento, seguem sendo as principais cuidadoras.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661350404_ARQUIVO_6da36b92444d79bdaaaa74b00eb2beca.pdf

GT45: Gênero, sexualidade e subjetividade em contextos transnacionais

Este simpósio discutirá gênero, sexualidade e interseccionalidade nos fluxos transnacionais. Compreendendo fluxos globais de modo amplo, nos referimos à circulação de pessoas, objetos,

ideias, símbolos e capital. No primeiro eixo, Política, Gênero, Sexualidade e Globalização, a proposta é debater temas como política, gênero, sexualidade e globalização, principalmente aqueles de enfoque interseccional. A proposta é debater sobre ativismos nas suas diversas facetas e relações com gênero e sexualidade, tanto em esfera nacional quanto transnacional, particularmente, pesquisas com enfoque em como distintos eixos de diferenciação se relacionam na constituição de sujeitos políticos, bem como análises sobre a constituição de redes locais, nacionais e transnacionais de advocacy, trajetórias ativistas e relações entre distintas formas de ativismo. No segundo eixo, Mobilidade, Desejo, Gênero e Sexualidade, a proposta é debater temas como desejo, erotismo, migrações e mobilidades, especialmente a dimensão transnacional desses processos em intersecção com gênero e sexualidade. É de particular interesse pesquisas com enfoque nos mercados transnacionais do sexo, nas economias sexuais transnacionais e na indústria sexual daí advinda. Nos interessa pensar as redes que se estabelecem, nesse campo, a partir das questões que atravessam os processos de subjetivação, interseccionando gênero, sexualidade, afetos e trocas econômicas em contextos transacionais.

Palavras chave: Gênero e Sexualidade; Fluxos Transnacionais; Deslocamentos

Vinícius Zanoli, Guilherme Passamani

Apresentação Oral

Damas de espadas: travestis em assembleias reivindicam a defesa de direitos humanos

Amadeu Cardoso do Nascimento

Esta pesquisa consiste em uma etnografia informada pela perspectiva transfeminista que procura compreender as alianças, resistências e ativismos de travestis na busca pela garantia de seus direitos sociais, civis e políticos. O universo estudado é a cidade de Fortaleza, CE, especificamente os espaços de alianças nos quais as travestis resistem e atuam. O trabalho se debruça tanto sobre as trajetórias de vida de ativistas como Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Andrea Rossati e Dediane Souza e de suas herdeiras, quanto sobre a descrição de atos políticos diversos que perfazem os movimentos sociais dos quais fazem ou fizeram parte. Tendo por inspiração fundamental as obras Nascimento (2021), Jesus (2019) Oliveira (2018) e aportes teóricos como a teoria queer de Butler (2019, 2020, 2021), além dos estudos decoloniais e pós-coloniais, recorre-se à análise de documentos, à observação participante e às entrevistas de tal forma a promover uma descrição da constituição e da configuração presente do movimento no estado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660561281_ARQUIVO_2aa65b1b8f7d1c373461cd506073e61f.pdf

Apresentação Oral

Damas de espadas: travestis em assembleias reivindicam a defesa de direitos humanos

Amadeu Cardoso do Nascimento

Esta pesquisa consiste em uma etnografia informada pela perspectiva transfeminista que procura compreender as alianças, resistências e ativismos de travestis na busca pela garantia de seus direitos sociais, civis e políticos. O universo estudado é a cidade de Fortaleza, CE, especificamente os espaços de alianças nos quais as travestis resistem e atuam. O trabalho se debruça tanto sobre as trajetórias de vida de ativistas como Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Andrea Rossati e Dediane Souza e de suas herdeiras, quanto sobre a descrição de atos políticos diversos que perfazem os movimentos sociais dos quais fazem ou fizeram parte. Tendo por inspiração fundamental as obras Nascimento (2021), Jesus (2019) Oliveira (2018) e aportes teóricos como a teoria queer de Butler (2019, 2020, 2021), além dos estudos decoloniais e pós-coloniais, recorre-se à análise de documentos, à observação participante e às entrevistas de tal forma a promover uma descrição da constituição e da configuração presente do movimento no estado.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660561281_ARQUIVO_2aa65b1b8f7d1c373461cd506073e61f.pdf

Apresentação Oral

NEGOCIANDO A SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: estratégias tecnológicas e biotecnológicas

Amanda Raquel da Silva

Essa pesquisa, que está em andamento, objetiva compreender diferentes dimensões da vivência da sexualidade na velhice. Se propõe a entender os efeitos das práticas discursivas sobre corpo, sexualidade e envelhecimento na vida de homens e mulheres de mais de 60 anos de idade, moradores de Natal e algumas cidades vizinhas. Além dos efeitos de diversos discursos (biomédicos, midiáticos, familiares, farmacêuticos etc.) a pesquisa se propõe a investigar etnograficamente como a sexualidade desses sujeitos está mediada pelo uso de mecanismos tecnológicos e biotecnológicos como smartphones, redes sociais e aplicativos de paquera; assim como pelo consumo de fármacos e outros procedimentos que auxiliam no desempenho sexual e indaga, ainda, pelas negociações para os usos desses mecanismos. Aqui,

se privilegia uma perspectiva biográfica que permita, a partir da narração de cada uma das pessoas que participam na pesquisa, identificar o papel que desempenha a sexualidade na sua vida e os vínculos que ela tem com outros aspectos, com destaque para a classe, a raça e o gênero. Na vida cotidiana das pessoas enquadradas ou auto reconhecidas como idosas temos visto que frequentemente elas também enfrentam visões e discursos aparentemente contraditórios e que cada uma os recebe, significa e traduz com as ferramentas concretas que têm à mão. Vemos atualmente mais pessoas dispostas a aderir às práticas e valores de um "envelhecimento ativo". Ou seja, ao invés de se recolherem na solidão, isolamento, depressão, esses sujeitos parecem mais engajados em fazer dessa etapa mais avançada da vida um terreno de múltiplas e distintas possibilidades criativas. Contudo, isso não anula o peso dos estigmas que são associados à velhice, as dificuldades (especialmente das pessoas mais pobres) para se adequar aos padrões de sexualidade, beleza e a estética ou com as normas morais familiares, religiosas e de vizinhança que patologizam o desejo das pessoas mais velhas ou o tornam uma piada. Ainda, aparecem os desafios associados às negociações indiretas com a indústria farmacêutica que insiste na função erétil; com os parceiros sexuais para o uso do preservativo ou de outras formas de proteção de IST's, com as tecnologias que virtualizaram as paqueras, com os tempos dedicados ao cuidado de si e ao cuidado dos outros, com à cobrança de atividades sexuais para mulheres que querem se livrar dessa obrigatoriedade ou dos homens que tentam que não seja percebido ou nomeado o uso de Viagra, entre outros muitos exemplos de como se manifestam os paradigmas mencionados no dia a dia das pessoas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661470297_ARQUIVO_159c0237e6810ce2a58648fcbe1bd18c.pdf

Apresentação Oral

NEGOCIANDO A SEXUALIDADE NA TERCEIRA IDADE: estratégias tecnológicas e biotecnológicas

Amanda Raquel da Silva

Essa pesquisa, que está em andamento, objetiva compreender diferentes dimensões da vivência da sexualidade na velhice. Se propõe a entender os efeitos das práticas discursivas sobre corpo, sexualidade e envelhecimento na vida de homens e mulheres de mais de 60 anos de idade, moradores de Natal e algumas cidades vizinhas. Além dos efeitos de diversos discursos (biomédicos, midiáticos, familiares, farmacêuticos etc.) a pesquisa se propõe a investigar etnograficamente como a sexualidade desses sujeitos está mediada pelo uso de mecanismos tecnológicos e biotecnológicos como smartphones, redes sociais e aplicativos de paquera; assim como pelo consumo de fármacos e outros procedimentos que auxiliam no desempenho sexual e indaga, ainda, pelas negociações para os usos desses mecanismos. Aqui,

se privilegia uma perspectiva biográfica que permita, a partir da narração de cada uma das pessoas que participam na pesquisa, identificar o papel que desempenha a sexualidade na sua vida e os vínculos que ela tem com outros aspectos, com destaque para a classe, a raça e o gênero. Na vida cotidiana das pessoas enquadradas ou auto reconhecidas como idosas temos visto que frequentemente elas também enfrentam visões e discursos aparentemente contraditórios e que cada uma os recebe, significa e traduz com as ferramentas concretas que têm à mão. Vemos atualmente mais pessoas dispostas a aderir às práticas e valores de um "envelhecimento ativo". Ou seja, ao invés de se recolherem na solidão, isolamento, depressão, esses sujeitos parecem mais engajados em fazer dessa etapa mais avançada da vida um terreno de múltiplas e distintas possibilidades criativas. Contudo, isso não anula o peso dos estigmas que são associados à velhice, as dificuldades (especialmente das pessoas mais pobres) para se adequar aos padrões de sexualidade, beleza e a estética ou com as normas morais familiares, religiosas e de vizinhança que patologizam o desejo das pessoas mais velhas ou o tornam uma piada. Ainda, aparecem os desafios associados às negociações indiretas com a indústria farmacêutica que insiste na função erétil; com os parceiros sexuais para o uso do preservativo ou de outras formas de proteção de IST's, com as tecnologias que virtualizaram as paqueras, com os tempos dedicados ao cuidado de si e ao cuidado dos outros, com à cobrança de atividades sexuais para mulheres que querem se livrar dessa obrigatoriedade ou dos homens que tentam que não seja percebido ou nomeado o uso de Viagra, entre outros muitos exemplos de como se manifestam os paradigmas mencionados no dia a dia das pessoas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661470297_ARQUIVO_159c0237e6810ce2a58648fcbe1bd18c.pdf

Apresentação Oral

Eu travesti de nós sobre nós: Produção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza, um recorte do caso Dandara no jornal O Povo

Dediane Souza

Partindo das minhas experiências enquanto sujeita travesti e das vivências no ativismo em defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), bem como motivada pela possibilidade de articulação de pensamentos, debates e embates emergentes, proponho, nesta pesquisa, levantar as seguintes reflexões: quais as narrativas produzidas pelos veículos de comunicação sobre o assassinato de Dandara? Quais as repercussões do caso Dandara na centralidade do debate sobre assassinatos de travestis e quais as categorias antropológicas, sociológicas e filosóficas atravessam o contexto de violência vivenciada pelas travestis no Brasil? A metodologia seguirá, dentre outras, a seguinte fase: a leitura bibliográfica de autores que dialogam com a centralidade do tema da pesquisa, levando

em consideração autoras travestis e negras, feministas negras. O "Eu travesti: de nós sobre nós" é uma proposta de escrita inspirada no exercício de uma construção textual em primeira pessoa articulada com trajetórias coletivas de vidas das travestis, pensando numa construção identitária e permeada pelo ativismo. O caso Dandara exemplifica a luta pela vida das travestis e as violências a que estão sujeitas. Tendo por objetivo analisar as categorias êmicas e éticas apresentadas nas narrativas humanidades produzidas e veiculadas no jornal O Povo e seus desdobramentos das notícias do assassinato de Dandara em Fortaleza no ano de 2017.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661204150_ARQUIVO_a8dab6d9162579cce68965a7b8e20c06.pdf

Apresentação Oral

Eu travesti de nós sobre nós: Produção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza, um recorte do caso Dandara no jornal O Povo

Dediane Souza

Partindo das minhas experiências enquanto sujeita travesti e das vivências no ativismo em defesa dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), bem como motivada pela possibilidade de articulação de pensamentos, debates e embates emergentes, proponho, nesta pesquisa, levantar as seguintes reflexões: quais as narrativas produzidas pelos veículos de comunicação sobre o assassinato de Dandara? Quais as repercussões do caso Dandara na centralidade do debate sobre assassinatos de travestis e quais as categorias antropológicas, sociológicas e filosóficas atravessam o contexto de violência vivenciada pelas travestis no Brasil? A metodologia seguirá, dentre outras, a seguinte fase: a leitura bibliográfica de autores que dialogam com a centralidade do tema da pesquisa, levando em consideração autoras travestis e negras, feministas negras. O "Eu travesti: de nós sobre nós" é uma proposta de escrita inspirada no exercício de uma construção textual em primeira pessoa articulada com trajetórias coletivas de vidas das travestis, pensando numa construção identitária e permeada pelo ativismo. O caso Dandara exemplifica a luta pela vida das travestis e as violências a que estão sujeitas. Tendo por objetivo analisar as categorias êmicas e éticas apresentadas nas narrativas humanidades produzidas e veiculadas no jornal O Povo e seus desdobramentos das notícias do assassinato de Dandara em Fortaleza no ano de 2017.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661204150_ARQUIVO_a8dab6d9162579cce68965a7b8e20c06.pdf

Apresentação Oral

Refletindo transvestigeneridades negres-natives no cis-tema patriarcal capitalista supremacista branco imperialista

ewa niara

O trabalho se propõe a refletir questões interseccionais em posição de diálogo e crítica às teorias e conceitos sobre as relações entre marginalização dentro das estratificações sociais de raça, gênero e classe, e pretende investigar dimensões simbólicas de identidade, performance e política, com enfoque em corpos transvestisgêneres negres-natives na atualidade. Subsequentemente, perceber de que formas estas categorias se articulam politicamente para defender seus interesses, projetos e acesso às políticas públicas, partindo amplamente de metodologias qualitativas. Apresentando percepções acerca da operacionalização da burocracia enquanto arma do genocídio de populações marginalizadas socialmente. As tecnologias criadas dentro das estratificações de gênero, raça e classe são ficções políticas encarnadas, que tomam uma posição de naturalidade através de dispositivos de controle do conhecimento e narrativa. Tais tecnologias são perpetuadas por diferentes aparatos de regulação engendrados em nossas culturas, bem como ensinada diariamente pelas mídias que nos cercam. O desenvolvimento capitalista e o avanço tecnológico exponencial trazem mudanças rápidas, cada uma com suas implementações como também suas profundas falhas éticas, que impactam diretamente na nossa forma de nos entendermos enquanto pessoas. Assim, com o passar dos anos vamos transicionando cada segundo mais de seres reais —de matéria e espírito —para seres virtuais, com definições e atributos ainda em questionamento. A pesquisa é principalmente de abordagem qualitativa, se atendo na relevância da análise bibliográfica. Metodologicamente, o trabalho se dá pela fundamentação teórica e discussão com autores. Estabelecendo os conceitos já existentes academicamente em relação ao recorte temático a fim de propor um embasamento conceitual de profundidade histórica necessário para se tratar temáticas que vêm sendo debatidas há décadas, tanto academicamente quanto socialmente, relacionando com momentos mais atuais. Ainda se nota uma lacuna tratando a relação entre transgeneridade e negritude partindo de pensadoras que fazem parte dessas interseccionalidades, o que coloca em evidência um histórico de violência e marginalização. Sugiro então que este trabalho venha encorpar uma epistemologia travesti preta, pois urge transnegrecer o meio acadêmico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661462420_ARQUIVO_b94fc5c26ff1fdb38aaabdd8cb283fc6.pdf

Apresentação Oral

Refletindo transvestigeneridades negres-natives no cis-tema patriarcal capitalista supremacista branco imperialista

ewa niara

O trabalho se propõe a refletir questões interseccionais em posição de diálogo e crítica às teorias e conceitos sobre as relações entre marginalização dentro das estratificações sociais de raça, gênero e classe, e pretende investigar dimensões simbólicas de identidade, performance e política, com enfoque em corpos transvestisgêneres negres-natives na atualidade. Subsequentemente, perceber de que formas estas categorias se articulam politicamente para defender seus interesses, projetos e acesso às políticas públicas, partindo amplamente de metodologias qualitativas. Apresentando percepções acerca da operacionalização da burocracia enquanto arma do genocídio de populações marginalizadas socialmente. As tecnologias criadas dentro das estratificações de gênero, raça e classe são ficções políticas encarnadas, que tomam uma posição de naturalidade através de dispositivos de controle do conhecimento e narrativa. Tais tecnologias são perpetuadas por diferentes aparatos de regulação engendrados em nossas culturas, bem como ensinada diariamente pelas mídias que nos cercam. O desenvolvimento capitalista e o avanço tecnológico exponencial trazem mudanças rápidas, cada uma com suas implementações como também suas profundas falhas éticas, que impactam diretamente na nossa forma de nos entendermos enquanto pessoas. Assim, com o passar dos anos vamos transicionando cada segundo mais de seres reais —de matéria e espírito —para seres virtuais, com definições e atributos ainda em questionamento. A pesquisa é principalmente de abordagem qualitativa, se atendo na relevância da análise bibliográfica. Metodologicamente, o trabalho se dá pela fundamentação teórica e discussão com autores. Estabelecendo os conceitos já existentes academicamente em relação ao recorte temático a fim de propor um embasamento conceitual de profundidade histórica necessário para se tratar temáticas que vêm sendo debatidas há décadas, tanto academicamente quanto socialmente, relacionando com momentos mais atuais. Ainda se nota uma lacuna tratando a relação entre transgeneridade e negritude partindo de pensadoras que fazem parte dessas interseccionalidades, o que coloca em evidência um histórico de violência e marginalização. Sugiro então que este trabalho venha encorpar uma epistemologia travesti preta, pois urge transnegrecer o meio acadêmico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661462420_ARQUIVO_b94fc5c26ff1fdb38aaabdd8cb283fc6.pdf

Apresentação Oral

Um "corpo realidade como arma": Ocupação, resistência e a corpolítica transvestigênera de Indianarae Siqueira e da CasaNem

Fabricio Campos Longo da Silva

Este trabalho é produto da minha dissertação de mestrado, que investigou a relação entre o ativismo de Indianarae Siqueira e a experiência de formação política vivida pelas pessoas acolhidas na CasaNem, um abrigo para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social que é o mais importante legado delu. A casa é uma das múltiplas causas que motivam Indianarae, que passam pela moradia, acesso à saúde, assistência jurídica e psicológica, emprego, direitos trabalhistas e sexuais e direitos dos animais, além do reconhecimento das identidades não-binárias. Nesse sentido, seu ativismo está mais ligado a um pluralismo queer marginalizado e anticapitalista do que à agenda assimilacionista do movimento LGBT tradicionalmente estabelecido no ocidente. Entretanto, esses 30 anos de luta estão marcados em seu corpo e o tempo apresenta o desafio de planejar uma "aposentadoria" da militância que possibilite a continuidade de seus projetos através do trabalho de outras pessoas. Assim, a pesquisa buscou iluminar a construção de seu capital político enquanto liderança no movimento social e a possibilidade de transferência desse capital para outros ativistas e/ou projetos, e também o impacto de suas realizações. A produção de dados se deu através da minha participação em reuniões e eventos políticos, tanto presenciais quanto online, com as análises complementadas por entrevistas e pelas interações em grupos de comunicação virtual. Através da ocupação de imóveis e de "protestos performance" que colocam a materialidade de seu corpo transvestigênera como argumento, Indianarae está finalmente colhendo os frutos de seu trabalho e testemunhando a mudança de leis e políticas públicas para a população LGBTQIA+.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661459098_ARQUIVO_2dfd1d8ecce7820e656da9e1f408a60d.pdf

Apresentação Oral

Um "corpo realidade como arma": Ocupação, resistência e a corpolítica transvestigênera de Indianarae Siqueira e da CasaNem

Fabricio Campos Longo da Silva

Este trabalho é produto da minha dissertação de mestrado, que investigou a relação entre o ativismo de Indianarae Siqueira e a experiência de formação política vivida pelas pessoas acolhidas na CasaNem, um abrigo para pessoas LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social que é o mais importante legado delu. A casa é uma das múltiplas causas que motivam Indianarae, que passam pela moradia, acesso à saúde, assistência jurídica e psicológica, emprego, direitos trabalhistas e sexuais e direitos dos animais, além do reconhecimento das identidades não-binárias. Nesse sentido, seu ativismo está mais ligado a um pluralismo queer marginalizado e anticapitalista do que à agenda assimilacionista do movimento LGBT tradicionalmente estabelecido no ocidente. Entretanto, esses 30 anos de luta estão marcados

em seu corpo e o tempo apresenta o desafio de planejar uma "aposentaria" da militância que possibilite a continuidade de seus projetos através do trabalho de outras pessoas. Assim, a pesquisa buscou iluminar a construção de seu capital político enquanto liderança no movimento social e a possibilidade de transferência desse capital para outros ativistas e/ou projetos, e também o impacto de suas realizações. A produção de dados se deu através da minha participação em reuniões e eventos políticos, tanto presenciais quanto online, com as análises complementadas por entrevistas e pelas interações em grupos de comunicação virtual. Através da ocupação de imóveis e de "protestos performance" que colocam a materialidade de seu corpo transvestigênera como argumento, Indianarae está finalmente colhendo os frutos de seu trabalho e testemunhando a mudança de leis e políticas públicas para a população LGBTQIA+.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661459098_ARQUIVO_2dfd1d8ecce7820e656da9e1f408a60d.pdf

Apresentação Oral

Do norte do Equador?: a recepção da categoria "bissexual" no Brasil

Inácio dos Santos Saldanha

Nos discursos políticos e científicos sobre a sexualidade, a bissexualidade ainda é um ponto que recebe pouca atenção e aprofundamento. Os processos históricos de trânsito e incorporação dessa categoria associada à fluidez e à indefinição, especialmente, ainda uma bibliografia nesse sentido tenha sido acumulada sobre a homossexualidade, principalmente na antropologia. Este estudo tem como objetivo analisar o processo de emergência da categoria "bissexual" nesse campo no Brasil durante a crise da Aids, momento em que a bissexualidade assumiu um lugar de destaque no debate público. Analiso, para isso, a literatura antropológica sobre sexualidade e HIV/Aids das décadas de 1980 e 90. Essa literatura se expandia para a grande imprensa, pesquisas sociodemográficas e movimentos sociais, apontando para uma "exterioridade" da categoria "bissexual" no país, mas negociando seu uso com a imprensa e o campo científico internacional. Concluo que o trânsito da categoria para dentro e por dentro do Brasil seguia tendências múltiplas conforme eixos como região, classe e escolaridade revelados pela mesma literatura.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482726_ARQUIVO_06ef385d101ee80670f84c76453a646a.pdf

Apresentação Oral

Do norte do Equador?: a recepção da categoria "bissexual" no Brasil

Inácio dos Santos Saldanha

Nos discursos políticos e científicos sobre a sexualidade, a bissexualidade ainda é um ponto que recebe pouca atenção e aprofundamento. Os processos históricos de trânsito e incorporação dessa categoria associada à fluidez e à indefinição, especialmente, ainda uma bibliografia nesse sentido tenha sido acumulada sobre a homossexualidade, principalmente na antropologia. Este estudo tem como objetivo analisar o processo de emergência da categoria "bissexual" nesse campo no Brasil durante a crise da Aids, momento em que a bissexualidade assumiu um lugar de destaque no debate público. Analiso, para isso, a literatura antropológica sobre sexualidade e HIV/Aids das décadas de 1980 e 90. Essa literatura se expandia para a grande imprensa, pesquisas sociodemográficas e movimentos sociais, apontando para uma "exterioridade" da categoria "bissexual" no país, mas negociando seu uso com a imprensa e o campo científico internacional. Concluo que o trânsito da categoria para dentro e por dentro do Brasil seguia tendências múltiplas conforme eixos como região, classe e escolaridade revelados pela mesma literatura.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482726_ARQUIVO_06ef385d101ee80670f84c76453a646a.pdf

Apresentação Oral

Prazeres digitais: uma breve introdução à plataformização do trabalho sexual

Marcelo Chaves Soares

O senso comum costuma qualificar a prostituição como o trabalho mais antigo do mundo, ela ultrapassou séculos e sua prática ganhou nova roupagem a cada transformação que a sociedade passava. O advento da internet, possibilitou a circulação de informações e a comunicação de pessoas de modo acelerado. Com isso, o avanço da Web 2.0 trouxe nova roupagem às relações sociais, produzindo novas subjetividades e sociabilidades, além de ressignificar as diversas formas de trabalho, incluindo o trabalho sexual. Para além da busca de prazer na internet por meio do pornô tradicional, a plataformização criou um novo comércio sexual, que se traduz em proletários sexuais virtuais. Assim considerando, o presente trabalho discute o impacto da plataformização no trabalho sexual, a partir da narrativa de uma garota de programa. Para tanto, apontaremos, historicamente, as principais transformações no trabalho sexual na sociedade e a consolidação das plataformas digitais como infraestruturas. Movimenta-se os estudos de plataformização de Poell, Nieborg e Dijck (2020). Quanto à metodologia, o trabalho adquire caráter qualitativo com técnica de coleta de dados por meio de revisão de literatura e entrevista semi-estruturada. Observa-se como resultados que as plataformas têm ressignificado a maneira como as pessoas buscam prazer, do mesmo modo que exploram essas

trabalhadoras (es), enquanto elas compreendem a plataforma como uma forma de libertação das produtoras de filmes pornográficos é independência financeira.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660766673_ARQUIVO_51c4e856826914a58c11c95cdf03d532.pdf

Apresentação Oral

Prazeres digitais: uma breve introdução à plataformização do trabalho sexual

Marcelo Chaves Soares

O senso comum costuma qualificar a prostituição como o trabalho mais antigo do mundo, ela ultrapassou séculos e sua prática ganhou nova roupagem a cada transformação que a sociedade passava. O advento da internet, possibilitou a circulação de informações e a comunicação de pessoas de modo acelerado. Com isso, o avanço da Web 2.0 trouxe nova roupagem às relações sociais, produzindo novas subjetividades e sociabilidades, além de ressignificar as diversas formas de trabalho, incluindo o trabalho sexual. Para além da busca de prazer na internet por meio do pornô tradicional, a plataformização criou um novo comércio sexual, que se traduz em proletários sexuais virtuais. Assim considerando, o presente trabalho discute o impacto da plataformização no trabalho sexual, a partir da narrativa de uma garota de programa. Para tanto, apontaremos, historicamente, as principais transformações no trabalho sexual na sociedade e a consolidação das plataformas digitais como infraestruturas. Movimenta-se os estudos de plataformização de Poell, Nieborg e Dijck (2020). Quanto à metodologia, o trabalho adquire caráter qualitativo com técnica de coleta de dados por meio de revisão de literatura e entrevista semi-estruturada. Observa-se como resultados que as plataformas têm ressignificado a maneira como as pessoas buscam prazer, do mesmo modo que exploram essas trabalhadoras (es), enquanto elas compreendem a plataforma como uma forma de libertação das produtoras de filmes pornográficos é independência financeira.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660766673_ARQUIVO_51c4e856826914a58c11c95cdf03d532.pdf

Apresentação Oral

Putá, travesti e brasileira: traduções (im)possíveis nos trânsitos econômico-afetivo-sexuais entre Brasil e Itália

tita

Neste paper adentro as especificidades da realização do trabalho sexual na cidade de Bolonha (Itália) para propor um debate metodológico sobre as (im)possibilidades de tradução e de

discussões transnacionais em termos de trabalho sexual. Se no Brasil minha trajetória acadêmica dialogava com produções sócio-antropológicas sobre prostituição e criminalização de travestis, na Itália me exigem explicações (categóricas) sobre os termos do debate. A partir de uma inserção etnográfica e ativista junto ao MIT - Movimento Identità Trans - primeira organização pelos direitos trans na Itália, fundada em 1988, proponho discutir trânsitos de pessoas, de discursos e agenciamentos interseccionais. A ONG realiza um duplo trabalho de redução de danos junto a profissionais do sexo trans: atuando nas ruas com distribuição de camisinhas (que não são ampla e gratuitamente encontradas na Itália) e com telefonemas junto a profissionais do sexo que trabalham "indoor", oferecendo serviço jurídico e psicológico gratuitos. Também atende a maior demanda, que é por regularização de visto, em sintonia com toda população sex worker na Itália, que é majoritariamente migrante. "Cafetinas", "travestis", "mapô", são termos intraduzíveis com uma única palavra para o italiano. Assim como "sex worker", "zooning", "indoor" - não por acaso termos em inglês, completamente incorporados nos debates italianos - exigem uma contextualização de seu uso para o debate brasileiro. Nesse sentido, pretendo estabelecer pontes entre as diferenças legislativas, ativistas e de políticas públicas - observáveis também na diversa gestão da pandemia - para discutir a realização do trabalho sexual em contextos igualmente não regulamentados. Se uma identidade ou um corpo não é compreendido nos termos em que se propõe ou é filtrado pelo imaginário de outra forma, que efeitos isso produz? O que se perde nesta tradução? Quais agenciamentos de marcadores sociais da diferença são possíveis e atuados por esses corpos? Corpos que atravessam e exigem um reconhecimento, nem que seja uma mínima compreensão de suas existências para que se enquadrem em projetos sociais e políticas públicas locais de acolhimento de migrantes (SABA, 2021). Sugiro que a terminologia desvela justamente enquadramentos (BUTLER, 2015), possibilidades de mundo, de forma que a incompreensão cultural de corpos e categorias identitárias autoafirmadas é frutífera para análise etnográfica e interseccional. Não é somente uma questão de tradução de termos, mas implica um trabalho de descrição, tradução e mediação de mundos como parte fundante da ficção e da escrita etnográfica. E nessa tradução a abordagem interseccional se demonstra prática de análise e intervenção política decolonial.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661447832_ARQUIVO_b925fab2b664f2be2d3115b15ee7ea11.pdf

Apresentação Oral

Putá, travesti e brasiliana: traduções (im)possíveis nos trânsitos econômico-afetivo-sexuais entre Brasil e Itália

tita

Neste paper adentro as especificidades da realização do trabalho sexual na cidade de Bolonha (Itália) para propor um debate metodológico sobre as (im)possibilidades de tradução e de discussões transnacionais em termos de trabalho sexual. Se no Brasil minha trajetória acadêmica dialogava com produções sócio-antropológicas sobre prostituição e criminalização de travestis, na Itália me exigem explicações (categóricas) sobre os termos do debate. A partir de uma inserção etnográfica e ativista junto ao MIT - Movimento Identità Trans - primeira organização pelos direitos trans na Itália, fundada em 1988, proponho discutir trânsitos de pessoas, de discursos e agenciamentos interseccionais. A ONG realiza um duplo trabalho de redução de danos junto a profissionais do sexo trans: atuando nas ruas com distribuição de camisinhas (que não são ampla e gratuitamente encontradas na Itália) e com telefonemas junto a profissionais do sexo que trabalham "indoor", oferecendo serviço jurídico e psicológico gratuitos. Também atende a maior demanda, que é por regularização de visto, em sintonia com toda população sex worker na Itália, que é majoritariamente migrante. "Cafetinas", "travestis", "mapô", são termos intraduzíveis com uma única palavra para o italiano. Assim como "sex worker", "zooning", "indoor" - não por acaso termos em inglês, completamente incorporados nos debates italianos - exigem uma contextualização de seu uso para o debate brasileiro. Nesse sentido, pretendo estabelecer pontes entre as diferenças legislativas, ativistas e de políticas públicas - observáveis também na diversa gestão da pandemia - para discutir a realização do trabalho sexual em contextos igualmente não regulamentados. Se uma identidade ou um corpo não é compreendido nos termos em que se propõe ou é filtrado pelo imaginário de outra forma, que efeitos isso produz? O que se perde nesta tradução? Quais agenciamentos de marcadores sociais da diferença são possíveis e atuados por esses corpos? Corpos que atravessam e exigem um reconhecimento, nem que seja uma mínima compreensão de suas existências para que se enquadrem em projetos sociais e políticas públicas locais de acolhimento de migrantes (SABA, 2021). Sugiro que a terminologia desvela justamente enquadramentos (BUTLER, 2015), possibilidades de mundo, de forma que a incompreensão cultural de corpos e categorias identitárias autoafirmadas é frutífera para análise etnográfica e interseccional. Não é somente uma questão de tradução de termos, mas implica um trabalho de descrição, tradução e mediação de mundos como parte fundante da ficção e da escrita etnográfica. E nessa tradução a abordagem interseccional se demonstra prática de análise e intervenção política decolonial.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661447832_ARQUIVO_b925fab2b664f2be2d3115b15ee7ea11.pdf

GT46: História(s) da(s) Antropologia(s): temas e tendências

O interesse pela história da antropologia renovou-se nas últimas décadas, o que não se deve apenas às críticas pós-modernas e pós-coloniais das décadas de 1970 a 1990, e que suscitaram uma autocrítica sobre a autoridade etnográfica e a participação em empreendimentos coloniais, pois dinâmicas próprias desenvolveram-se. Assim, estudos sobre a origem da antropologia e da etnografia, as bases filosóficas de suas epistemologias e a constituição de diversas tradições nacionais com suas genealogias contribuem para um entendimento mais heterogêneo da disciplina, colocando em xeque as narrativas mainstream sobre sua história. Destacam-se ainda os esforços decoloniais de visibilizar biografias silenciadas e superar os efeitos do epistemicídio, isto é, a marginalização dos trabalhos de intelectuais que não se enquadraram em padrões sociais e étnicos predominantes, além da reconstituição das histórias das antropologias não hegemônicas, e pelas relações entre elas e antropologias outrora hegemônicas, como a alemã. Portanto, este GT busca contribuir para as diversas histórias das antropologias no Brasil e em outros contextos nacionais e transnacionais. O painel se situa num campo interdisciplinar, entre história, antropologia e historiografia das ciências, e está aberto a contribuições que enfocam estudos de caso ou das tradições nacionais e transnacionais, estudos biográficos ou arquivísticos, análises de teorias e métodos e reflexões metodológicas em historiografia das antropologias.

Palavras chave: História da Antropologia; História da Antropologia no Brasil; Historiografia da Antropologia

Peter Schröder, Erik Petschelis

Apresentação Oral

À respeito de uma outra história: a viagem das imagens fotográficas de Claude Lévi-Strauss (1908-2009)

Carolina de Castro Barbosa

Proponho-me nessa comunicação oral apresentar alguns resultados de minha pesquisa de doutorado ainda em desenvolvimento sobre as imagens fotográficas de Claude Lévi-Strauss (1908-2009). De forma mais específica, o objetivo é reconstruir o percurso realizado pelas imagens fotográficas produzidas no campo etnográfico no Brasil no começo do século XX entre alguns grupos indígenas. Essas imagens, enquanto objetos sociais, têm uma trajetória própria, no tempo e no espaço, que busco traçá-la considerando que sua incompletude está presente nessa caminhada. Considero também, como uma espécie de fio condutor, a própria história de Lévi-Strauss, tentando aproximar o itinerário das imagens com os rumos acadêmico e pessoal desse antropólogo, relacionando-se ainda com a história da Antropologia. Da produção no campo, essas imagens percorreram e ainda se movimentam por artigos, livros, exposições, arquivos, websites, entre outros. Para tal proposta, tendo como perspectiva de que

os arquivos podem propiciar conhecimentos antropológicos a partir do entendimento de seus contextos sociais e simbólicos de produção (Cunha, 2004), foi realizada uma pesquisa presencial em parte dos arquivos de Lévi-Strauss que se encontra sob a guarda da Biblioteca Nacional da França (BNF), no qual pude acessar documentos pessoais, fotos, notas de expedição, fichas de leituras, entre documentos. Também tive acesso ao arquivo digital do Museu Du Quai Branly, no qual estão alguns arquivos fotográficos. Ainda no âmbito da pesquisa de campo, outras conexões foram realizadas com a finalidade de reconstruir a história das imagens produzidas no campo etnográfico até sua configuração atual, dispersa por vários espaços distintos. Desse modo, pretende-se contribuir para contar uma outra história da experiência etnográfica de Lévi-Strauss no Brasil tendo como mola propulsora o percurso de suas imagens.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661361529_ARQUIVO_41ed1a7ef0630f58f57c80e6e79f8732.pdf

Apresentação Oral

À respeito de uma outra história: a viagem das imagens fotográficas de Claude Lévi-Strauss (1908-2009)

Carolina de Castro Barbosa

Proponho-me nessa comunicação oral apresentar alguns resultados de minha pesquisa de doutorado ainda em desenvolvimento sobre as imagens fotográficas de Claude Lévi-Strauss (1908-2009). De forma mais específica, o objetivo é reconstruir o percurso realizado pelas imagens fotográficas produzidas no campo etnográfico no Brasil no começo do século XX entre alguns grupos indígenas. Essas imagens, enquanto objetos sociais, têm uma trajetória própria, no tempo e no espaço, que busco traçá-la considerando que sua incompletude está presente nessa caminhada. Considero também, como uma espécie de fio condutor, a própria história de Lévi-Strauss, tentando aproximar o itinerário das imagens com os rumos acadêmico e pessoal desse antropólogo, relacionando-se ainda com a história da Antropologia. Da produção no campo, essas imagens percorreram e ainda se movimentam por artigos, livros, exposições, arquivos, websites, entre outros. Para tal proposta, tendo como perspectiva de que os arquivos podem propiciar conhecimentos antropológicos a partir do entendimento de seus contextos sociais e simbólicos de produção (Cunha, 2004), foi realizada uma pesquisa presencial em parte dos arquivos de Lévi-Strauss que se encontra sob a guarda da Biblioteca Nacional da França (BNF), no qual pude acessar documentos pessoais, fotos, notas de expedição, fichas de leituras, entre documentos. Também tive acesso ao arquivo digital do Museu Du Quai Branly, no qual estão alguns arquivos fotográficos. Ainda no âmbito da pesquisa de campo, outras conexões foram realizadas com a finalidade de reconstruir a

história das imagens produzidas no campo etnográfico até sua configuração atual, dispersa por vários espaços distintos. Desse modo, pretende-se contribuir para contar uma outra história da experiência etnográfica de Lévi-Strauss no Brasil tendo como mola propulsora o percurso de suas imagens.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661361529_ARQUIVO_41ed1a7ef0630f58f57c80e6e79f8732.pdf

Apresentação Oral

Afrocentricidade: outra história da antropologia através de antropólogos(as) negros(as) do séc. XIX e XX

Elizabeth Lima da Silva

O presente trabalho busca estabelecer um campo de possibilidades para o diálogo na Antropologia Clássica com outros pensadores, etnólogos e antropólogos africanos, europeus, norte-americanos e brasileiros com produções que não obtiveram visibilidade e o título de "clássicas" por antropologia branca e hegemônica da época, mas que possuem enorme valor teórico e epistemológico para instrumentação analítico-metodológica de uma escrita antropológica contemporânea noutras bases. Dentre esses que discutiam sobre seus contextos e faziam críticas ao projeto colonial, colocando como desafio outros valores e práticas civilizatórias, podemos destacar antropólogos/as negros e negras como Joseph-Anténor Firmin (Haiti, 1850-1911), Cheikh Anta Diop (Senegal, 1923-1986) Manuel Raymundo Querino (Brasil, 1851-1923), Zora Neale Hurston (EUA, 1891-1960), Manoel Zapata Oliveiralla (Columbia, 1920-2004), Jean Price-Mars (Haiti, 1876-1969) Lélia González (Brasil, 1935-1994) e Edison Carneiro (Brasil, 1912-1972). Portanto, busco compreender sobre o silenciamento dessas contribuições na formação da Antropologia e Ciências Sociais, mas também apresentar as potentes produções acadêmicas trazidas por tais intelectuais no séc. XIX e XX. Palavras-chave: Antropologia Clássica; História; Biografia; Estudos Decoloniais; Raça.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661550533_ARQUIVO_8f52e3a9e8fc287745263a6024aaa000.pdf

Apresentação Oral

Afrocentricidade: outra história da antropologia através de antropólogos(as) negros(as) do séc. XIX e XX

Elizabeth Lima da Silva

O presente trabalho busca estabelecer um campo de possibilidades para o diálogo na Antropologia Clássica com outros pensadores, etnólogos e antropólogos africanos, europeus, norte-americanos e brasileiros com produções que não obtiveram visibilidade e o título de "clássicas" por antropologia branca e hegemônica da época, mas que possuem enorme valor teórico e epistemológico para instrumentação analítico-metodológica de uma escrita antropológica contemporânea noutras bases. Dentre esses que discutiam sobre seus contextos e faziam críticas ao projeto colonial, colocando como desafio outros valores e práticas civilizatórias, podemos destacar antropólogos/as negros e negras como Joseph-Anténor Firmin (Haiti, 1850-1911), Cheikh Anta Diop (Senegal, 1923-1986) Manuel Raymundo Querino (Brasil, 1851-1923), Zora Neale Hurston (EUA, 1891-1960), Manoel Zapata Oliveiralla (Columbia, 1920-2004), Jean Price-Mars (Haiti, 1876-1969) Lélia González (Brasil, 1935-1994) e Edison Carneiro (Brasil, 1912-1972). Portanto, busco compreender sobre o silenciamento dessas contribuições na formação da Antropologia e Ciências Sociais, mas também apresentar as potentes produções acadêmicas trazidas por tais intelectuais no séc. XIX e XX. Palavras-chave: Antropologia Clássica; História; Biografia; Estudos Decoloniais; Raça.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661550533_ARQUIVO_8f52e3a9e8fc287745263a6024aaa000.pdf

Apresentação Oral

Do parentesco à intersemiotividade: as mil folhas dos objetos estruturais

Erick Nascimento Vidal

Esta comunicação tem por objetivo mostrar como, na história dos estudos de parentesco, especialmente na primeira metade do século XX, um tipo de problema se formulou que tem relevância contemporânea, mas em outro campo: aquele das chamadas formas expressivas ou da chamada antropologia da arte. Trata-se da interação entre formas ou níveis de comunicação distintos. Aqui, será esboçada uma demonstração de como a obra de Lévi-Strauss formulou este problema num campo e permite ainda abordá-lo no outro. A narrativa tradicional - que tem, sem dúvida, sua validade - quanto à abordagem estruturalista do parentesco reserva um lugar de honra a Mauss e ao problema da reciprocidade. A ênfase nesta, no entanto, levou a questionamentos sobre até que ponto a troca é um modelo pertinente, na medida em que ela suporia uma abstrata igualdade entre os polos. O problema real estaria nas desigualdades reais supostas e reproduzidas por ela. Ocorre que, como Bourdieu certa vez salientou, a acusação de "panlogismo" ou de uma "visão puramente semiológica" não se aplica perfeitamente às análises do próprio Lévi-Strauss. Isso nos lança na via de um outro tipo de questionamento e, para resgatá-lo, é útil retornar a história dos estudos de parentesco. De fato, já a disputa entre

Morgan e McLennan supunha um conflito entre duas teorias simbólicas e inaugurava, com a própria antropologia, o campo tenso do logocentrismo: disputa entre a ênfase sobre a linguagem e outros sistemas de signo. Autores como Rivers e Kroeber, Malinowski e Hocart enfrentaram, à sua maneira, dilemas comparáveis, como será indicado. Sobretudo a relação entre práticas relacionais e terminologia de parentesco opôs Kroeber e Radcliffe-Brown, mas ambos buscaram, em formulações diferentes, enfatizar o caráter parcial da integração entre elas. O que fez Lévi-Strauss foi não só reelaborar esse nexos, mas inseri-lo numa teoria mais ampla dos sistemas de comunicação (endossada por Jakobson) incluindo o parentesco, a economia e a linguagem verbal (mas também a arte) - uma teoria, no entanto, que, longe de supor que esses diferentes níveis ou campos se encaixam perfeitamente, oscila entre a busca de um código comum capaz de traduzir a todos e a análise dos seus múltiplos desencontros. Ora, este é precisamente o tipo de problema enfrentado atualmente por estudiosos de práticas semióticas complexas como a música do Alto Xingu ou as múltiplas tradições de desenho na areia em Vanuatu. Indicá-lo, ainda que esquematicamente, permitirá formular uma indagação sobre a própria essência dos sistemas semióticos em sua potência de transformação e conexão com outros. Ademais, sugerirá uma releitura da história da disciplina do ponto de vista deste problema dito "intersemiótico" que parece novo apenas por uma ilusão historiográfica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662735068_ARQUIVO_27cb7ebb00330a49ea2c1478714012fc.pdf

Apresentação Oral

Do parentesco à intersemiotividade: as mil folhas dos objetos estruturais

Erick Nascimento Vidal

Esta comunicação tem por objetivo mostrar como, na história dos estudos de parentesco, especialmente na primeira metade do século XX, um tipo de problema se formulou que tem relevância contemporânea, mas em outro campo: aquele das chamadas formas expressivas ou da chamada antropologia da arte. Trata-se da interação entre formas ou níveis de comunicação distintos. Aqui, será esboçada uma demonstração de como a obra de Lévi-Strauss formulou este problema num campo e permite ainda abordá-lo no outro. A narrativa tradicional - que tem, sem dúvida, sua validade - quanto à abordagem estruturalista do parentesco reserva um lugar de honra a Mauss e ao problema da reciprocidade. A ênfase nesta, no entanto, levou a questionamentos sobre até que ponto a troca é um modelo pertinente, na medida em que ela suporia uma abstrata igualdade entre os polos. O problema real estaria nas desigualdades reais supostas e reproduzidas por ela. Ocorre que, como Bourdieu certa vez salientou, a acusação de "panlogismo" ou de uma "visão puramente semiológica" não se aplica perfeitamente às análises do próprio Lévi-Strauss. Isso nos lança na via de um outro tipo de questionamento e,

para resgatá-lo, é útil retornar a história dos estudos de parentesco. De fato, já a disputa entre Morgan e McLennan supunha um conflito entre duas teorias simbólicas e inaugurava, com a própria antropologia, o campo tenso do logocentrismo: disputa entre a ênfase sobre a linguagem e outros sistemas de signo. Autores como Rivers e Kroeber, Malinowski e Hocart enfrentaram, à sua maneira, dilemas comparáveis, como será indicado. Sobretudo a relação entre práticas relacionais e terminologia de parentesco opôs Kroeber e Radcliffe-Brown, mas ambos buscaram, em formulações diferentes, enfatizar o caráter parcial da integração entre elas. O que fez Lévi-Strauss foi não só reelaborar esse nexos, mas inseri-lo numa teoria mais ampla dos sistemas de comunicação (endossada por Jakobson) incluindo o parentesco, a economia e a linguagem verbal (mas também a arte) - uma teoria, no entanto, que, longe de supor que esses diferentes níveis ou campos se encaixam perfeitamente, oscila entre a busca de um código comum capaz de traduzir a todos e a análise dos seus múltiplos desencontros. Ora, este é precisamente o tipo de problema enfrentado atualmente por estudiosos de práticas semióticas complexas como a música do Alto Xingu ou as múltiplas tradições de desenho na areia em Vanuatu. Indicá-lo, ainda que esquematicamente, permitirá formular uma indagação sobre a própria essência dos sistemas semióticos em sua potência de transformação e conexão com outros. Ademais, sugerirá uma releitura da história da disciplina do ponto de vista deste problema dito "intersemiótico" que parece novo apenas por uma ilusão historiográfica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662735068_ARQUIVO_27cb7ebb00330a49ea2c1478714012fc.pdf

Apresentação Oral

A difusão do evolucionismo haeckeliano no Brasil

Erik Petschelies

As razões pelas quais o zoólogo e filósofo alemão Ernst Haeckel (1834-1919) alcançou reputação intelectual internacional no século XIX devem-se tanto à sua defesa enfática do evolucionismo darwinista e a uma interpretação específica, especialmente a teoria da recapitulação, quanto pela sua contribuição ao fenecimento das fronteiras entre ciência e arte. No século XIX, Haeckel não foi o único intérprete do evolucionismo, e ao seu lado, além do próprio Charles Darwin (1809-1882), Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), e Herbert Spencer, responsável por cunhar o malfadado darwinismo social, figuram entre pensadores fundamentais. O objetivo desta apresentação é apontar para a influência exercida por Haeckel entre cientistas naturais e antropólogos brasileiros na virada do século XIX ao XX, especialmente àqueles ligados ao Museu Paulista e ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, no que tange estudos de história natural, antropologia e etnografia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661246065_ARQUIVO_2f1383144cba5f1bc6d167cff03eadcb.docx

Apresentação Oral

A difusão do evolucionismo haeckeliano no Brasil

Erik Petschelies

As razões pelas quais o zoólogo e filósofo alemão Ernst Haeckel (1834-1919) alcançou reputação intelectual internacional no século XIX devem-se tanto à sua defesa enfática do evolucionismo darwinista e a uma interpretação específica, especialmente a teoria da recapitulação, quanto pela sua contribuição ao fenecimento das fronteiras entre ciência e arte. No século XIX, Haeckel não foi o único intérprete do evolucionismo, e ao seu lado, além do próprio Charles Darwin (1809-1882), Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), e Herbert Spencer, responsável por cunhar o malfadado darwinismo social, figuram entre pensadores fundamentais. O objetivo desta apresentação é apontar para a influência exercida por Haeckel entre cientistas naturais e antropólogos brasileiros na virada do século XIX ao XX, especialmente àqueles ligados ao Museu Paulista e ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, no que tange estudos de história natural, antropologia e etnografia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661246065_ARQUIVO_2f1383144cba5f1bc6d167cff03eadcb.docx

Apresentação Oral

Entre rastros e indícios: a atuação de Karla Kozák na constituição de coleções etnográficas em museus do Paraná

Gabriela Freire, Gabriela Freire, Ana Elyze Santos Martins de Gois

A comunicação tem como objetivo apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa sobre a contribuição de Karla Kozák para a constituição de coleções etnográficas de museus paranaenses e, conseqüentemente, para os estudos sobre arte e materialidades de populações indígenas. Karla (1896-1960) era irmã de Vladimir Kozák (1897-1979), cinegrafista tcheco que se tornou conhecido por suas expedições a diversas populações indígenas (como os Xetá, Iny-Karajá, Ka"apor e Wauja), que deram origem a coleções etnográficas, fotográficas e audiovisuais que estão guardadas principalmente no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE-UFPR) e no Museu Paranaense. As contribuições de Karla, por sua vez, não são tão conhecidas pelos pesquisadores atuais quanto as de seu irmão. Embora suas aquarelas já tenham sido expostas pelo Museu Paranaense, instituição que recebeu a herança jacente de Vladimir Kozák em 1990, seu papel central em algumas expedições de seu irmão (em que ela

coletava peças que depois passariam a compor coleções museológicas, realizava a feitura de registros imagéticos de pinturas corporais e a viabilização das viagens, ao cuidar dos preparativos burocráticos e de subsistência para estas), não é suficientemente reconhecido, por vezes ignorado, tanto pelas instituições que guardam suas coleções quanto pelos pesquisadores que as estudam. Nessa fala, apresentaremos o histórico das coleções de peças e fotografias dos povos Wauja e Karajá que foram constituídas por Karla e seu irmão, e que estão atualmente no MAE-UFPR. A documentação que fundamentará a apresentação - diários, cartões postais e outras correspondências - faz parte do acervo do Museu Paranaense, ressaltando o trânsito que as coleções que dizem respeito à Karla e seu irmão têm e tiveram entre os museus do estado do Paraná. Espera-se, com a pesquisa apresentada, questionar o processo de silenciamento da voz e das ações de Karla, e de visibilizar o trabalho de pesquisa e coleta daquela que é conhecida, até hoje, como a "irmã do Kozák".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661456077_ARQUIVO_a7ad23afca62a42a9f70c38a71f1e240.pdf

Apresentação Oral

Entre rastros e indícios: a atuação de Karla Kozák na constituição de coleções etnográficas em museus do Paraná

Gabriela Freire, Gabriela Freire, Ana Elyze Santos Martins de Gois

A comunicação tem como objetivo apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa sobre a contribuição de Karla Kozák para a constituição de coleções etnográficas de museus paranaenses e, conseqüentemente, para os estudos sobre arte e materialidades de populações indígenas. Karla (1896-1960) era irmã de Vladimir Kozák (1897-1979), cinegrafista tcheco que se tornou conhecido por suas expedições a diversas populações indígenas (como os Xetá, Iny-Karajá, Ka"apor e Wauja), que deram origem a coleções etnográficas, fotográficas e audiovisuais que estão guardadas principalmente no Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR (MAE-UFPR) e no Museu Paranaense. As contribuições de Karla, por sua vez, não são tão conhecidas pelos pesquisadores atuais quanto as de seu irmão. Embora suas aquarelas já tenham sido expostas pelo Museu Paranaense, instituição que recebeu a herança jacente de Vladimir Kozák em 1990, seu papel central em algumas expedições de seu irmão (em que ela coletava peças que depois passariam a compor coleções museológicas, realizava a feitura de registros imagéticos de pinturas corporais e a viabilização das viagens, ao cuidar dos preparativos burocráticos e de subsistência para estas), não é suficientemente reconhecido, por vezes ignorado, tanto pelas instituições que guardam suas coleções quanto pelos pesquisadores que as estudam. Nessa fala, apresentaremos o histórico das coleções de peças e fotografias dos povos Wauja e Karajá que foram constituídas por Karla e seu irmão, e que

estão atualmente no MAE-UFPR. A documentação que fundamentará a apresentação - diários, cartões postais e outras correspondências - faz parte do acervo do Museu Paranaense, ressaltando o trânsito que as coleções que dizem respeito à Karla e seu irmão têm e tiveram entre os museus do estado do Paraná. Espera-se, com a pesquisa apresentada, questionar o processo de silenciamento da voz e das ações de Karla, e de visibilizar o trabalho de pesquisa e coleta daquela que é conhecida, até hoje, como a "irmã do Kozák".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661456077_ARQUIVO_a7ad23afca62a42a9f70c38a71f1e240.pdf

Apresentação Oral

Wanda Hanke nos interstícios do establishment

Josiéli Andréa Spenassatto

Wanda Hanke, uma etnógrafa de origem germânica que atuou por 25 anos na América do Sul durante a primeira metade do século XX, formou uma das mais volumosas e importantes coleções do Museu Paranaense, em Curitiba. Um dos objetivos aqui é tornar visível uma figura outsider à história da antropologia, que ficou esquecida por muitos anos e que tem em sua trajetória mesma pontos que chamam atenção pela especificidade frente às experiências de outras mulheres no mesmo período. Mas também, junto com isso, a história cruzada entre Hanke e Museu Paranaense magnetiza o histórico de relações desta instituição com outros agentes germânicos da época, figuras masculinas em circunstâncias de vida e de pesquisa relativamente parecidas. As estratégias de atuação do Museu Paranaense, um dos mais antigos museus do Brasil, de agir ativamente na captação de know-how e de coleções de agentes estrangeiros, com maior ou menor grau de amorosismo, e em situações de fragilidade civil no Brasil, visavam incrementar o volume e diversidade de coleções para suas prateleiras, e consequentemente o seu prestígio nas redes políticas e intelectuais nacionais e internacionais. Os contrastes de trajetória de Wanda Hanke, Gunther Tessmann e Reinhard Maack ajudam a levantar possibilidades para os sentidos e as recepções da atuação de Hanke, para discutir uma abordagem sobre a sua marginalidade, para trazer à tona sujeitos e instituição concretos em interação, sob circunstâncias específicas, que versam sobre a criação e a reprodução de redes que burlam o establishment, embora na busca por fazer parte dele.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661128113_ARQUIVO_be3ede07b4129a4f0ae851e5b74c14b9.pdf

Apresentação Oral

Wanda Hanke nos interstícios do establishment

Josiéli Andréa Spenassatto

Wanda Hanke, uma etnógrafa de origem germânica que atuou por 25 anos na América do Sul durante a primeira metade do século XX, formou uma das mais volumosas e importantes coleções do Museu Paranaense, em Curitiba. Um dos objetivos aqui é tornar visível uma figura outsider à história da antropologia, que ficou esquecida por muitos anos e que tem em sua trajetória mesma pontos que chamam atenção pela especificidade frente às experiências de outras mulheres no mesmo período. Mas também, junto com isso, a história cruzada entre Hanke e Museu Paranaense magnetiza o histórico de relações desta instituição com outros agentes germânicos da época, figuras masculinas em circunstâncias de vida e de pesquisa relativamente parecidas. As estratégias de atuação do Museu Paranaense, um dos mais antigos museus do Brasil, de agir ativamente na captação de know-how e de coleções de agentes estrangeiros, com maior ou menor grau de amorosismo, e em situações de fragilidade civil no Brasil, visavam incrementar o volume e diversidade de coleções para suas prateleiras, e consequentemente o seu prestígio nas redes políticas e intelectuais nacionais e internacionais. Os contrastes de trajetória de Wanda Hanke, Gunther Tessmann e Reinhard Maack ajudam a levantar possibilidades para os sentidos e as recepções da atuação de Hanke, para discutir uma abordagem sobre a sua marginalidade, para trazer à tona sujeitos e instituição concretos em interação, sob circunstâncias específicas, que versam sobre a criação e a reprodução de redes que burlam o establishment, embora na busca por fazer parte dele.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661128113_ARQUIVO_be3ede07b4129a4f0ae851e5b74c14b9.pdf

Apresentação Oral

Roberto Cardoso de Oliveira: Entre a Antropologia, a Filosofia e a História

Kaléo de Oliveira Tomaz

Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) é um importante antropólogo, sendo que suas contribuições teóricas e sua trajetória de vida tiveram fortes impactos sobre a Antropologia Brasileira. Já em seus últimos anos de vida o autor buscou propor uma espécie de etnografia da ciência, concentrando parte de seus esforços em discutir a História da Antropologia. Neste sentido, o presente trabalho busca debater a relação existente entre este esforço do antropólogo com suas pesquisas em relação ao lugar da Hermenêutica dentro da Antropologia. Para tanto o texto busca fazer uma análise de diferentes autores cujas "vozes" estão presentes nos escritos de Cardoso de Oliveira. Portanto se procura adentrar nos campos de discussão aos quais o antropólogo faz referência para captar aqueles que mais o influenciam em seus escritos. Após este processo pretende-se discutir: I) a maneira pela qual Cardoso de Oliveira desenvolve sua historiografia da Antropologia; II) as críticas que este autor faz aos pesquisadores que ele

denomina como pós-modernos; III) a coesão na Antropologia enquanto disciplina. Ademais busca-se dissertar também as implicações de se fazer pesquisa antropológica e etnográfica sobre Livros e Documentos, levando-se em conta a Polifonia e a Multivocalidade que estes tipos de papéis apresentam. Este trabalho provém de uma Pesquisa de Iniciação Científica, produzida e financiada pelo CNPQ/Unicamp, durante os anos 2019/2020, orientada pelo Prof. Christiano Key Tambascia e com o título "Entre a Antropologia, a Filosofia e a História: uma análise da perspectiva teórica de Roberto Cardoso de Oliveira". Desta forma o estudo é um aprofundamento e desenvolvimento de um Paper mais curto apresentado no XXVIII Congresso de Iniciações Científicas da UNICAMP. A pesquisa seria dividida em dois momentos: A primeira através dos livros escritos por Cardoso de Oliveira, sendo estes: "O Trabalho do Antropólogo" (2000) e "Sobre o Pensamento Antropológico" (1988); A segunda nos Arquivos do próprio Roberto Cardoso de Oliveira que estão em posse do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Entretanto, a segunda parte da pesquisa sofreu alguns impactos devido a pandemia de Covid-19 e por isso teve seu tempo reduzido. Como resultados foi alcançado um entendimento sobre o lugar da Hermenêutica dentro da antropologia na visão do autor. Sendo que esta se manifestava por um processo compreensivo que se flexionava dentro da intersubjetividade da própria disciplina. É através de uma compreensão da construção dessa intersubjetividade que Cardoso de Oliveira descreve o desenvolvimento da História da Antropologia. Para o antropólogo essa história não se dava em uma substituição de um paradigma por outro, mas pela permanência e tensão destes diferentes modos de se pensar a teoria antropológica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661467624_ARQUIVO_435eac7ec63c1d912999bde136a68c4.pdf

Apresentação Oral

Roberto Cardoso de Oliveira: Entre a Antropologia, a Filosofia e a História

Kaléo de Oliveira Tomaz

Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) é um importante antropólogo, sendo que suas contribuições teóricas e sua trajetória de vida tiveram fortes impactos sobre a Antropologia Brasileira. Já em seus últimos anos de vida o autor buscou propor uma espécie de etnografia da ciência, concentrando parte de seus esforços em discutir a História da Antropologia. Neste sentido, o presente trabalho busca debater a relação existente entre este esforço do antropólogo com suas pesquisas em relação ao lugar da Hermenêutica dentro da Antropologia. Para tanto o texto busca fazer uma análise de diferentes autores cujas "vozes" estão presentes nos escritos de Cardoso de Oliveira. Portanto se procura adentrar nos campos de discussão aos quais o antropólogo faz referência para captar aqueles que mais o influenciam em seus escritos. Após

este processo pretende-se discutir: I) a maneira pela qual Cardoso de Oliveira desenvolve sua historiografia da Antropologia; II) as críticas que este autor faz aos pesquisadores que ele denomina como pós-modernos; III) a coesão na Antropologia enquanto disciplina. Ademais busca-se dissertar também as implicações de se fazer pesquisa antropológica e etnográfica sobre Livros e Documentos, levando-se em conta a Polifonia e a Multivocalidade que estes tipos de papéis apresentam. Este trabalho provém de uma Pesquisa de Iniciação Científica, produzida e financiada pelo CNPQ/Unicamp, durante os anos 2019/2020, orientada pelo Prof. Christiano Key Tambascia e com o título "Entre a Antropologia, a Filosofia e a História: uma análise da perspectiva teórica de Roberto Cardoso de Oliveira". Desta forma o estudo é um aprofundamento e desenvolvimento de um Paper mais curto apresentado no XXVIII Congresso de Iniciações Científicas da UNICAMP. A pesquisa seria dividida em dois momentos: A primeira através dos livros escritos por Cardoso de Oliveira, sendo estes: "O Trabalho do Antropólogo" (2000) e "Sobre o Pensamento Antropológico" (1988); A segunda nos Arquivos do próprio Roberto Cardoso de Oliveira que estão em posse do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Entretanto, a segunda parte da pesquisa sofreu alguns impactos devido a pandemia de Covid-19 e por isso teve seu tempo reduzido. Como resultados foi alcançado um entendimento sobre o lugar da Hermenêutica dentro da antropologia na visão do autor. Sendo que esta se manifestava por um processo compreensivo que se flexionava dentro da intersubjetividade da própria disciplina. É através de uma compreensão da construção dessa intersubjetividade que Cardoso de Oliveira descreve o desenvolvimento da História da Antropologia. Para o antropólogo essa história não se dava em uma substituição de um paradigma por outro, mas pela permanência e tensão destes diferentes modos de se pensar a teoria antropológica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661467624_ARQUIVO_435eac7ec63c1d912999bde136a68c4.pdf

Apresentação Oral

Práticas biográficas no campo de Antropologia: perspectivas etnográficas minoritárias e seus desdobramentos na história da disciplina

Leandro de Oliveira

A Antropologia, desde sua institucionalização como disciplina científica no século XIX, aderiu a perspectivas coletivistas que priorizava conceitos totalizantes - tais como "cultura", "sociedade", "grupo" - como ferramentas para produção de conhecimento sobre a alteridade. Um dos efeitos desta abordagem foi a tendência a relegar a reflexão sobre a experiência pessoal a um estatuto residual ou marginal nas pesquisas etnográficas, dando pouco espaço para o registro e teorização sobre trajetórias e narrativas biográficas. Este estatuto periférico

se manteve até, aproximadamente, os anos 1970 - a despeito da existência de alguns experimentos teórico-metodológicos bastante criativos desenvolvidos em período anterior, tais como a proposta de "autobiografia nativa" de Paul Radin (1920) e as pesquisas desenvolvidas no meio urbano na tradição da escola sociológica de Chicago. Nos últimos 50 anos, contudo, práticas biográficas vêm sendo progressivamente reconhecidas como estratégias pertinentes à construção de etnografias e do conhecimento no campo de Ciências Humanas, de modo geral. Isto inclui ampla gama de procedimentos: histórias de vida, histórias de família, etnobiografias, autoetnografias, etc. Paralelamente a escrita biográfica sobre o outro, emergem estratégias de escrita de si que constroem o antropólogo como uma personagem ativa no texto - seja através de sua inscrição em cenas de interação com interlocutores da pesquisa, seja pela explicitação seletiva de certos aspectos da trajetória e vida pessoal do antropólogo, contextualizados como parte de processos coletivos mais amplos que impactam sua entrada em campo e/ou estão vinculados a seus posicionamentos político-epistemológicos (com forte potencial como instrumentos para a crítica ao presente etnográfico e à autoridade etnográfica). Estes processos parecem sugestivas de mudanças nos regimes de verdade em que o conhecimento antropológico está situado, remetendo a dinâmicas político-culturais mais abrangentes. Esta comunicação se dedicará a uma exposição, de caráter exploratório, sobre este cenário de transformações nas práticas da disciplina. Neste sentido, ela visa colaborar para a construção de historiografias alternativas da disciplina, resgatando estas contribuições minoritárias e considerando sua potencialidade na proposição de novas formas de fazer antropológico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661483141_ARQUIVO_fbf866317b85d9e81120bc30db6aa_fab.pdf

Apresentação Oral

Práticas biográficas no campo de Antropologia: perspectivas etnográficas minoritárias e seus desdobramentos na história da disciplina

Leandro de Oliveira

A Antropologia, desde sua institucionalização como disciplina científica no século XIX, aderiu a perspectivas coletivistas que priorizava conceitos totalizantes - tais como "cultura", "sociedade", "grupo" - como ferramentas para produção de conhecimento sobre a alteridade. Um dos efeitos desta abordagem foi a tendência a relegar a reflexão sobre a experiência pessoal a um estatuto residual ou marginal nas pesquisas etnográficas, dando pouco espaço para o registro e teorização sobre trajetórias e narrativas biográficas. Este estatuto periférico se manteve até, aproximadamente, os anos 1970 - a despeito da existência de alguns experimentos teórico-metodológicos bastante criativos desenvolvidos em período anterior,

tais como a proposta de "autobiografia nativa" de Paul Radin (1920) e as pesquisas desenvolvidas no meio urbano na tradição da escola sociológica de Chicago. Nos últimos 50 anos, contudo, práticas biográficas vêm sendo progressivamente reconhecidas como estratégias pertinentes à construção de etnografias e do conhecimento no campo de Ciências Humanas, de modo geral. Isto inclui ampla gama de procedimentos: histórias de vida, histórias de família, etnobiografias, autoetnografias, etc. Paralelamente a escrita biográfica sobre o outro, emergem estratégias de escrita de si que constroem o antropólogo como uma personagem ativa no texto - seja através de sua inscrição em cenas de interação com interlocutores da pesquisa, seja pela explicitação seletiva de certos aspectos da trajetória e vida pessoal do antropólogo, contextualizados como parte de processos coletivos mais amplos que impactam sua entrada em campo e/ou estão vinculados a seus posicionamentos político-epistemológicos (com forte potencial como instrumentos para a crítica ao presente etnográfico e à autoridade etnográfica). Estes processos parecem sugestivas de mudanças nos regimes de verdade em que o conhecimento antropológico está situado, remetendo a dinâmicas político-culturais mais abrangentes. Esta comunicação se dedicará a uma exposição, de caráter exploratório, sobre este cenário de transformações nas práticas da disciplina. Neste sentido, ela visa colaborar para a construção de historiografias alternativas da disciplina, resgatando estas contribuições minoritárias e considerando sua potencialidade na proposição de novas formas de fazer antropológico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661483141_ARQUIVO_fbf866317b85d9e81120bc30db6aa_fab.pdf

Apresentação Oral

Darcy Ribeiro e a Antropologia da Educação no Brasil

Luiz Otávio Pereira Rodrigues

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um antropólogo, educador, político e escritor mineiro que alçou o status de figura pública a partir da década de 1950. A sua trajetória confunde-se com a própria história da relação das Ciências Sociais e Educação no Brasil. Em razão disso, após a sua inserção no aparato estatal, o teor das suas obras antropológicas foi marcado pelo compromisso de transformar a realidade brasileira. Por essa razão, a ideia de uma ciência neutra poderia ser sacrificada pelo cumprimento de uma agenda política. Desta forma, a instância que melhor atendia os anseios de Darcy era o campo educacional, sobretudo, a reforma e ampliação das instituições escolares e universitárias. No seu ideário, elas são as instituições capazes de prover a "aceleração evolutiva" necessária para tirar o país da condição de atraso e dependência cultural e econômica. Portanto, o objetivo deste trabalho reside em analisar as obras que Darcy Ribeiro discutiu educação; sendo elas: "A Universidade

Necessária. Estudos Sobre o Brasil e a América Latina" (1969); "UnB: Invenção e descaminho" (1978); "Nossa escola é uma calamidade" (1984); "O livro dos CIEPs" (1986) e "Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei n° 3.998 de 15 de dezembro de 1961" (2011). Com isto, buscamos responder a seguinte hipótese: Darcy Ribeiro pode ser posto enquanto um pioneiro da Antropologia da Educação brasileira? O método utilizado neste trabalho foi a etnografia documental. Pois, ao destacar a centralidade que os registros podem assumir na construção das narrativas procurou-se evidenciar como as auto-representações são idealizadas, ao passo que tem a sua importância minimizada quanto postas em um contexto mais amplo. A escolha deste recurso analítico justifica-se pelo fato que Darcy, ao perceber a fragilidade da própria saúde e, desprovido de filhos e discípulos, imprimiu uma grande urgência em projetos autobiográficos. Porque ele desejava que após seu falecimento sua contribuição intelectual também fosse lembrada, e não somente os seus projetos político-administrativos. Assim, as suas utopias se manteriam vivas graças a condução de colaboradores, e ele poderia superar a morte e o tempo. Diversos estudos continuam a ser realizados sobre a vida e obra de Darcy Ribeiro, contudo, poucos são os trabalhos que buscam aproximar Antropologia e Educação em uma perspectiva não-biográfica. Cabe ressaltar que ele também queria ser lembrado por suas ideias. Portanto, a relevância deste trabalho reside em prover um ganho analítico da interpretação dos escritos de Darcy Ribeiro no centenário do seu nascimento. Tarefa de suma importância, pois o antropólogo mineiro ocupa uma posição central na constituição das Ciências Sociais e Educação brasileira.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661440732_ARQUIVO_5485ffca20be722eabf1d50e9e9e6e30.pdf

Apresentação Oral

Darcy Ribeiro e a Antropologia da Educação no Brasil

Luiz Otávio Pereira Rodrigues

Darcy Ribeiro (1922-1997) foi um antropólogo, educador, político e escritor mineiro que alçou o status de figura pública a partir da década de 1950. A sua trajetória confunde-se com a própria história da relação das Ciências Sociais e Educação no Brasil. Em razão disso, após a sua inserção no aparato estatal, o teor das suas obras antropológicas foi marcado pelo compromisso de transformar a realidade brasileira. Por essa razão, a ideia de uma ciência neutra poderia ser sacrificada pelo cumprimento de uma agenda política. Desta forma, a instância que melhor atendia os anseios de Darcy era o campo educacional, sobretudo, a reforma e ampliação das instituições escolares e universitárias. No seu ideário, elas são as instituições capazes de prover a "aceleração evolutiva" necessária para tirar o país da condição

de atraso e dependência cultural e econômica. Portanto, o objetivo deste trabalho reside em analisar as obras que Darcy Ribeiro discutiu educação; sendo elas: "A Universidade Necessária. Estudos Sobre o Brasil e a América Latina" (1969); "UnB: Invenção e descaminho" (1978); "Nossa escola é uma calamidade" (1984); "O livro dos CIEPs" (1986) e "Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei n° 3.998 de 15 de dezembro de 1961" (2011). Com isto, buscamos responder a seguinte hipótese: Darcy Ribeiro pode ser posto enquanto um pioneiro da Antropologia da Educação brasileira? O método utilizado neste trabalho foi a etnografia documental. Pois, ao destacar a centralidade que os registros podem assumir na construção das narrativas procurou-se evidenciar como as auto-representações são idealizadas, ao passo que tem a sua importância minimizada quanto postas em um contexto mais amplo. A escolha deste recurso analítico justifica-se pelo fato que Darcy, ao perceber a fragilidade da própria saúde e, desprovido de filhos e discípulos, imprimiu uma grande urgência em projetos autobiográficos. Porque ele desejava que após seu falecimento sua contribuição intelectual também fosse lembrada, e não somente os seus projetos político-administrativos. Assim, as suas utopias se manteriam vivas graças a condução de colaboradores, e ele poderia superar a morte e o tempo. Diversos estudos continuam a ser realizados sobre a vida e obra de Darcy Ribeiro, contudo, poucos são os trabalhos que buscam aproximar Antropologia e Educação em uma perspectiva não-biográfica. Cabe ressaltar que ele também queria ser lembrado por suas ideias. Portanto, a relevância deste trabalho reside em prover um ganho analítico da interpretação dos escritos de Darcy Ribeiro no centenário do seu nascimento. Tarefa de suma importância, pois o antropólogo mineiro ocupa uma posição central na constituição das Ciências Sociais e Educação brasileira.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661440732_ARQUIVO_5485ffca20be722eabf1d50e9e9e6e30.pdf

Apresentação Oral

Etnologia indígena na Alemanha: das tradições bastianas e boasianas até o cenário atual

Peter Schröder

O objetivo deste trabalho é mostrar como se entende a prática acadêmica da etnologia indígena no contexto institucional da antropologia na Alemanha e como as políticas indigenistas dos estados-nação americanos entraram em suas pautas de pesquisa. Na antropologia alemã há uma longa tradição de etnologia indígena que remonta até os inícios da institucionalização da área em espaços museais no século XIX. Na Alemanha, a etnologia indígena não existe com esta denominação, mas suas pesquisas tradicionalmente fazem parte das especializações

regionais, ou seja, são expressões dos diversos americanismos etnológicos com suas subdivisões. O Geist das pesquisas etnológicas focalizadas nos indígenas americanos nunca era contribuir, indiretamente, para as ideologias ou políticas do nation-building dos estados-nações americanos, mas geralmente tinha objetivos bastante idealistas, pautados, principalmente, em ideais que podem ser vinculados às tradições que se manifestam nas obras de Bastian e Boas. As políticas indigenistas dos estados-nações americanos inicialmente entraram nos estudos etnográficos alemães apenas como informações complementares, na segunda metade do século XX. A partir dos anos 70, porém, começou uma mudança lenta, mas coerente: a atenção dada às políticas indigenistas nas Américas virou assunto de pesquisas antropológicas e até entrou nas pautas de diálogos entre a antropologia acadêmica e as agências e organizações de cooperação internacional, tirando a etnologia indígena praticada na Alemanha um pouco de sua marginalização nos cenários acadêmicos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661302513_ARQUIVO_02a946aa96a07db067727155def957c1.pdf

Apresentação Oral

Etnologia indígena na Alemanha: das tradições bastianas e boasianas até o cenário atual

Peter Schröder

O objetivo deste trabalho é mostrar como se entende a prática acadêmica da etnologia indígena no contexto institucional da antropologia na Alemanha e como as políticas indigenistas dos estados-nação americanos entraram em suas pautas de pesquisa. Na antropologia alemã há uma longa tradição de etnologia indígena que remonta até os inícios da institucionalização da área em espaços museais no século XIX. Na Alemanha, a etnologia indígena não existe com esta denominação, mas suas pesquisas tradicionalmente fazem parte das especializações regionais, ou seja, são expressões dos diversos americanismos etnológicos com suas subdivisões. O Geist das pesquisas etnológicas focalizadas nos indígenas americanos nunca era contribuir, indiretamente, para as ideologias ou políticas do nation-building dos estados-nações americanos, mas geralmente tinha objetivos bastante idealistas, pautados, principalmente, em ideais que podem ser vinculados às tradições que se manifestam nas obras de Bastian e Boas. As políticas indigenistas dos estados-nações americanos inicialmente entraram nos estudos etnográficos alemães apenas como informações complementares, na segunda metade do século XX. A partir dos anos 70, porém, começou uma mudança lenta, mas coerente: a atenção dada às políticas indigenistas nas Américas virou assunto de pesquisas antropológicas e até entrou nas pautas de diálogos entre a antropologia acadêmica e as

agências e organizações de cooperação internacional, tirando a etnologia indígena praticada na Alemanha um pouco de sua marginalização nos cenários acadêmicos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661302513_ARQUIVO_02a946aa96a07db067727155def957c1.pdf

Apresentação Oral

Um culturalista brasileiro em Honduras: a antropologia "deslocada" de Ruy Coelho

Rodrigo Ramassote

Esta proposta tem como objetivo abordar a recepção crítica da obra do antropólogo brasileiro Ruy Coelho (1920-1990) em Honduras, país em que ela recebeu uma larga acolhida e se tornou uma referência bibliográfica obrigatória. Ao contrário do que sucede no Brasil, onde sua produção intelectual jamais foi objeto de especial interesse para antropólogos, em Honduras a tradução de sua tese de doutorado sobre os garífunas (etnônimo pelo qual atualmente se designam os caraíbas negros) em 1981 lhe garantiu consagração e renome, sendo ela ainda hoje citada, lida e influente. Como compreender tal dissonância? Quais circunstâncias teriam interferido na recepção diferenciada de seu legado intelectual? Como explicar a influência de sua contribuição em Honduras? Por meio do caso de Ruy Coelho, pretendo qualificar o debate sobre a circulação internacional de ideias, ao indicar que sua dinâmica não ocorre em espaços vazios, mas é filtrada tanto por condições institucionais objetivas - especializações disciplinares, linhas de pesquisa e hierarquias temáticas - quanto por circunstâncias histórico-políticas específicas. Pretendo ainda refletir sobre a distinção entre "autores menores" e "maiores" na história da antropologia. Como situar a posição ocupada por Ruy Coelho (1920-1990) no interior da história da antropologia no Brasil? Como lidar com um autor de difícil classificação e, em alguns aspectos, ultrapassado? Se não é o caso, propriamente, de resgatar a obra de Ruy Coelho do esquecimento, do ostracismo ou da invisibilidade - afinal, como indiquei acima, sua monografia segue influente em Honduras - trata-se, antes, de avaliar a maneira mais adequada de reassentar sua contribuição no interior de parte do debate antropológico contemporâneo no Brasil.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661537345_ARQUIVO_45410afc263ee868e1c58d13e4ab26ac.docx

Apresentação Oral

Um culturalista brasileiro em Honduras: a antropologia "deslocada" de Ruy Coelho

Rodrigo Ramassote

Esta proposta tem como objetivo abordar a recepção crítica da obra do antropólogo brasileiro Ruy Coelho (1920-1990) em Honduras, país em que ela recebeu uma larga acolhida e se tornou uma referência bibliográfica obrigatória. Ao contrário do que sucede no Brasil, onde sua produção intelectual jamais foi objeto de especial interesse para antropólogos, em Honduras a tradução de sua tese de doutorado sobre os garífunas (etnônimo pelo qual atualmente se designam os caraíbas negros) em 1981 lhe garantiu consagração e renome, sendo ela ainda hoje citada, lida e influente. Como compreender tal dissonância? Quais circunstâncias teriam interferido na recepção diferenciada de seu legado intelectual? Como explicar a influência de sua contribuição em Honduras? Por meio do caso de Ruy Coelho, pretendo qualificar o debate sobre a circulação internacional de ideias, ao indicar que sua dinâmica não ocorre em espaços vazios, mas é filtrada tanto por condições institucionais objetivas - especializações disciplinares, linhas de pesquisa e hierarquias temáticas - quanto por circunstâncias histórico-políticas específicas. Pretendo ainda refletir sobre a distinção entre "autores menores" e "maiores" na história da antropologia. Como situar a posição ocupada por Ruy Coelho (1920-1990) no interior da história da antropologia no Brasil? Como lidar com um autor de difícil classificação e, em alguns aspectos, ultrapassado? Se não é o caso, propriamente, de resgatar a obra de Ruy Coelho do esquecimento, do ostracismo ou da invisibilidade - afinal, como indiquei acima, sua monografia segue influente em Honduras - trata-se, antes, de avaliar a maneira mais adequada de reassentar sua contribuição no interior de parte do debate antropológico contemporâneo no Brasil.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661537345_ARQUIVO_45410afc263ee868e1c58d13e4ab26ac.docx

GT47: Igualdade Jurídica e de tratamento: etnografias de narrativas, produção de provas, processos decisórios e construção de verdades

A proposta deste GT é acolher pesquisas empíricas, de inspiração etnográfica, a fim de promover discussões teórico-metodológicas principalmente voltadas para concepções de igualdade jurídica e de tratamento no sistema de administração de conflitos brasileiro, em especial no sistema judicial. A utilização do método comparativo em análises de diferentes sistemas nacionais e/ou internacionais será bem-vinda. Pesquisas em antropologia do direito têm identificado que é frequente, em tribunais brasileiros, a utilização de distintos critérios na condução de procedimentos semelhantes, bem como que não são raras instabilidades semânticas em relação a aspectos processuais centrais, como a produção e a análise de provas.

Elas têm constatado confrontos entre diferentes concepções de igualdade e percebido que eles acentuam a percepção de arbitrariedades nos desfechos das causas, fazendo com que o sistema de justiça seja questionado ao apresentar e impor seus resultados. Assim sendo, este GT privilegiará trabalhos de inspiração etnográfica voltados para a descrição densa de práticas e concepções de atores sociais engajados em dinâmicas tais como: 1) produção de provas judiciais, 2) construção narrativa de fatos e seu registro em peças judiciais, 3) formação da convicção de juízes(as) e/ou jurados(as), 4) disputas argumentativas em que sentidos e juízos morais compõem decisões judiciais, 5) práticas judiciais e extrajudiciais operantes em diferentes instâncias do sistema de justiça.

Palavras chave: igualdade jurídica e de tratamento; etnografias de narrativas, produção de provas e processos decisórios; construção de verdades judiciais

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, Regina Lúcia da Fonseca

Apresentação Oral

Justiçamento popular e os sentidos (in) visíveis nos processos penais: dois casos em revista

A. L. Lobato

Este trabalho busca identificar os sentidos empregados e/ou obliterados sobre a noção de justiça por meio da análise de dois processos judiciais relacionados a casos de linchamento cuja repercussão na imprensa nacional foi bastante significativa nos últimos anos, a saber o caso de Fabiana Maria de Jesus, morta no Guarujá em 2014 e Cledenilson Pereira da Silva morto em São Luis em 2015. Importa destacar que a prática de linchamento não dispõe de correspondente algum no Código Penal Brasileiro, de modo que tais casos uma vez denunciados pelo Ministério Público são enquadrados como casos de homicídio e, portanto, tratados individualmente ainda que em processos apensados. A literatura sociológica brasileira sobre violência cuja produção é extensa desde os anos 80, parece ter focado mais detidamente nas violências tipificadas como crime e, após a redemocratização, no aperfeiçoamento institucional da justiça e das políticas públicas de enfrentamento a elas. Dentre os principais trabalhos brasileiros, que versaram sobre linchamento até o presente momento, a grande maioria deles, deu atenção, sobretudo, a notícias de jornais. Tal fato se justifica em parte, por reportagens figurarem como o principal meio de tomar conhecimento sobre um caso, mas também, pela invisibilidade deste fenômeno em dados administrativos ou documentos oficiais, uma vez que tais práticas não estarem tipificadas criminalmente no código penal brasileiro. Dentre os enquadramentos explicativos oferecidos, portanto, há dois grupos importantes. O primeiro deles caracteriza o evento pela sua aparente irracionalidade enquanto o segundo, entende tais atos com o resultado de diferentes formas de desigualdade,

opressão, ausência e ineficiência do Estado, implicando numa certa racionalidade coletiva e socialmente constituída (BENEVIDES, 1982; SOUZA, 1999; SINHORETO, 2001; SINGER, 2003; NATAL, 2013). Com efeito, estes estudos circunscrevem o linchamento como uma estratégia de justicamento popular, ou seja, uma forma de "fazer justiça pelas próprias mãos". Buscarei identificar os sentidos e juízos morais empregados pelos diferentes atores jurídicos atuantes nestes dois processos, seguindo a trilha metodológica proposta por Mariza Corrêa de observar os elementos de que se utilizam os diferentes atores jurídicos para apresentação dos acusados e das vítimas de modo a obter aceitação dos julgadores.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472888_ARQUIVO_01a19a2ac205161a0fdd2f6f9159099b.pdf

Apresentação Oral

Justicamento popular e os sentidos (in) visíveis nos processos penais: dois casos em revista

A. L. Lobato

Este trabalho busca identificar os sentidos empregados e/ou obliterados sobre a noção de justiça por meio da análise de dois processos judiciais relacionados a casos de linchamento cuja repercussão na imprensa nacional foi bastante significativa nos últimos anos, a saber o caso de Fabiana Maria de Jesus, morta no Guarujá em 2014 e Cledenilson Pereira da Silva morto em São Luis em 2015. Importa destacar que a prática de linchamento não dispõe de correspondente algum no Código Penal Brasileiro, de modo que tais casos uma vez denunciados pelo Ministério Público são enquadrados como casos de homicídio e, portanto, tratados individualmente ainda que em processos apensados. A literatura sociológica brasileira sobre violência cuja produção é extensa desde os anos 80, parece ter focado mais detidamente nas violências tipificadas como crime e, após a redemocratização, no aperfeiçoamento institucional da justiça e das políticas públicas de enfrentamento a elas. Dentre os principais trabalhos brasileiros, que versaram sobre linchamento até o presente momento, a grande maioria deles, deu atenção, sobretudo, a notícias de jornais. Tal fato se justifica em parte, por reportagens figurarem como o principal meio de tomar conhecimento sobre um caso, mas também, pela invisibilidade deste fenômeno em dados administrativos ou documentos oficiais, uma vez que tais práticas não estarem tipificadas criminalmente no código penal brasileiro. Dentre os enquadramentos explicativos oferecidos, portanto, há dois grupos importantes. O primeiro deles caracteriza o evento pela sua aparente irracionalidade enquanto o segundo, entende tais atos com o resultado de diferentes formas de desigualdade, opressão, ausência e ineficiência do Estado, implicando numa certa racionalidade coletiva e socialmente constituída (BENEVIDES, 1982; SOUZA, 1999; SINHORETO, 2001; SINGER,

2003; NATAL, 2013). Com efeito, estes estudos circunscrevem o linchamento como uma estratégia de justicamento popular, ou seja, uma forma de "fazer justiça pelas próprias mãos". Buscarei identificar os sentidos e juízos morais empregados pelos diferentes atores jurídicos atuantes nestes dois processos, seguindo a trilha metodológica proposta por Mariza Corrêa de observar os elementos de que se utilizam os diferentes atores jurídicos para apresentação dos acusados e das vítimas de modo a obter aceitação dos julgadores.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661472888_ARQUIVO_01a19a2ac205161a0fdd2f6f9159099b.pdf

Apresentação Oral

A urgência da perícia antropológica na defesa criminal e no desencarceramento de pessoas indígenas

Caroline Dias Hilgert

Este trabalho busca analisar os desafios da perícia antropológica em processos de criminalização e/ou prisão de pessoas indígenas frente o advento das Resoluções nº 287, de 25/06/2019, e nº 454, de 22/04/2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Contextualiza-se que o sistema de justiça criminal continua calcado no colonialismo, opera uma política assimilacionista corriqueiramente aplicando o superado critério integracionista para negar a identidade indígena e os direitos que dela decorrem. Isso decorre mesmo após a quebra da tutela orfanológica do Estado e as conquistas expressas na Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, bem como, dos avanços dos conceitos antropológicos e reivindicações do movimento indígena. No âmbito judiciário criminal, a disputa argumentativa é latente, especialmente, sobre a dinâmica da cultura, a organização social, e autodeterminação dos povos indígenas, os atores judiciais em geral não assimilam tais conceitos para a compreensão da pessoa indígena acusada ou presa, porém, quando o fazem, através da utilização dos laudos antropológicos, nota-se efeitos inovadores no desfecho do caso. A nova Resolução 454/2022, do CNJ, recomenda expressamente que a perícia antropológica criminal não seja descartada com base em suposto grau de integração. Para além da perspectiva criminal, espera-se que, com essa resolução, os antropólogos sejam mais requisitados pelo Poder Judiciário para esclarecer contornos socioculturais como condição de garantia do acesso à justiça pelos povos indígenas. Por seu turno, a orientação dada pela Resolução 287/2019 tem sido acolhida em alguns processos criminais e em execuções penais, sendo inédita no campo criminal porque organiza legislações de direitos fundamentais da pessoa indígena acusada/presa e inaugura expressamente a possibilidade de realização de perícia antropológica para compreensão dos contornos socioculturais, em especial, sobre o entendimento da comunidade sobre os fatos e

de formas próprias de resoluções de conflito. Frise-se que os dados sobre o encarceramento de pessoas indígenas no Brasil são subestimados, no entanto, segundo pesquisa via Lei de Acesso à Informação, realizada pelo Instituto das Irmãs da Santa Cruz e Conselho Indigenista Missionário, pelo menos 1038 pessoas indígenas estavam presas em 2021. No presente trabalho, a partir de dois casos concretos, analisarei as possibilidades e desafios da perícia antropológica em processos criminais e/ou de prisão envolvendo pessoas indígenas diante do discurso jurídico colonial criminalizante colonial vigente, visando contribuir com antropólogos requisitados pelo sistema criminal, com a autodeterminação dos povos e o desencarceramento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476769_ARQUIVO_142e9c8d83c34b3a48d82d85cb364777.pdf

Apresentação Oral

A urgência da perícia antropológica na defesa criminal e no desencarceramento de pessoas indígenas

Caroline Dias Hilgert

Este trabalho busca analisar os desafios da perícia antropológica em processos de criminalização e/ou prisão de pessoas indígenas frente o advento das Resoluções nº 287, de 25/06/2019, e nº 454, de 22/04/2022, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Contextualiza-se que o sistema de justiça criminal continua calcado no colonialismo, opera uma política assimilacionista corriqueiramente aplicando o superado critério integracionista para negar a identidade indígena e os direitos que dela decorrem. Isso decorre mesmo após a quebra da tutela orfanológica do Estado e as conquistas expressas na Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, bem como, dos avanços dos conceitos antropológicos e reivindicações do movimento indígena. No âmbito judiciário criminal, a disputa argumentativa é latente, especialmente, sobre a dinâmica da cultura, a organização social, e autodeterminação dos povos indígenas, os atores judiciais em geral não assimilam tais conceitos para a compreensão da pessoa indígena acusada ou presa, porém, quando o fazem, através da utilização dos laudos antropológicos, nota-se efeitos inovadores no desfecho do caso. A nova Resolução 454/2022, do CNJ, recomenda expressamente que a perícia antropológica criminal não seja descartada com base em suposto grau de integração. Para além da perspectiva criminal, espera-se que, com essa resolução, os antropólogos sejam mais requisitados pelo Poder Judiciário para esclarecer contornos socioculturais como condição de garantia do acesso à justiça pelos povos indígenas. Por seu turno, a orientação dada pela Resolução 287/2019 tem sido acolhida em alguns processos criminais e em execuções penais, sendo inédita no campo criminal porque organiza

legislações de direitos fundamentais da pessoa indígena acusada/presa e inaugura expressamente a possibilidade de realização de perícia antropológica para compreensão dos contornos socioculturais, em especial, sobre o entendimento da comunidade sobre os fatos e de formas próprias de resoluções de conflito. Frise-se que os dados sobre o encarceramento de pessoas indígenas no Brasil são subestimados, no entanto, segundo pesquisa via Lei de Acesso à Informação, realizada pelo Instituto das Irmãs da Santa Cruz e Conselho Indigenista Missionário, pelo menos 1038 pessoas indígenas estavam presas em 2021. No presente trabalho, a partir de dois casos concretos, analisarei as possibilidades e desafios da perícia antropológica em processos criminais e/ou de prisão envolvendo pessoas indígenas diante do discurso jurídico colonial criminalizante colonial vigente, visando contribuir com antropólogos requisitados pelo sistema criminal, com a autodeterminação dos povos e o desencarceramento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476769_ARQUIVO_142e9c8d83c34b3a48d82d85cb364777.pdf

Apresentação Oral

Adolescentes em conflito com a lei: sujeitos de quais direitos?

Flávia de Freitas Cabral

O objetivo deste ensaio é analisar a lacuna existente entre a legislação brasileira, que conferiu o status de sujeito de direito a todas as crianças e adolescentes com base na doutrina de proteção integral, e a fundamentação utilizada pelos operadores de justiça nos processos de apuração de atos infracionais que resultaram no decreto de privação de liberdade dos adolescentes. A argumentação terá como base os dados coletados em pesquisa na Vara Regional de Atos Infracionais da Infância e da Juventude - VRAIJ do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em relação às apreensões em flagrante que resultaram na internação provisória de adolescentes pela prática de atos infracionais no ano de 2018. Os dados apontam que no ano de 2018, foram apreendidos em flagrante 3.291 adolescentes no Distrito Federal, sendo que 1.591 tiveram a internação provisória decretada, o que corresponde a 48,34% do total. Os dados da VRAIJ apontam que no ano de 2018, as apreensões de adolescentes as quais culminaram na decretação de internação provisória pelos atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de tráfico de drogas foram de 55% e 18,4%, respectivamente. Em contraponto, os atos infracionais análogos aos crimes de homicídio e latrocínio corresponderam apenas a 4,7% e 4,5%, respectivamente. Observa-se, portanto, que a maior parte dos atos infracionais cometidos por adolescentes é constituída por roubo e tráfico de drogas, delitos que, em tese, não atentam contra a vida e, portanto, não deveriam ensejar no decreto de medida gravosa como a restrição de liberdade. Apesar disso, o judiciário ainda

adota a privação de liberdade como decisão majoritária na solução de conflitos de jovens infratores. O livre convencimento motivado do juiz no processo decisório relativo às internações provisórias dos adolescentes acusados pela prática de atos infracionais possibilita aos magistrados a aplicação de medidas mais gravosas pela prática de atos simples, sob os argumentos de "garantia de segurança pessoal" e "manutenção da ordem pública" (ECA, art. 174). Mesmo que os atos infracionais mais cometidos pelos adolescentes não envolvam uso de violência física ou grave ameaça à vida, a decretação de internação provisória tem se mostrado uma prática comum nas decisões proferidas após as apreensões. Isso resulta no encarceramento de jovens pobres e negros cada vez mais notório no país e nos remete ao período do antigo Código de Menores, nas vezes em que o judiciário se utiliza do mecanismo de privação de liberdade "em nome de sua proteção, não de sua responsabilização".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661453255_ARQUIVO_43187cc0a998e1f3fc8747aaa52f037a.pdf

Apresentação Oral

Adolescentes em conflito com a lei: sujeitos de quais direitos?

Flávia de Freitas Cabral

O objetivo deste ensaio é analisar a lacuna existente entre a legislação brasileira, que conferiu o status de sujeito de direito a todas as crianças e adolescentes com base na doutrina de proteção integral, e a fundamentação utilizada pelos operadores de justiça nos processos de apuração de atos infracionais que resultaram no decreto de privação de liberdade dos adolescentes. A argumentação terá como base os dados coletados em pesquisa na Vara Regional de Atos Infracionais da Infância e da Juventude - VRAIJ do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em relação às apreensões em flagrante que resultaram na internação provisória de adolescentes pela prática de atos infracionais no ano de 2018. Os dados apontam que no ano de 2018, foram apreendidos em flagrante 3.291 adolescentes no Distrito Federal, sendo que 1.591 tiveram a internação provisória decretada, o que corresponde a 48,34% do total. Os dados da VRAIJ apontam que no ano de 2018, as apreensões de adolescentes as quais culminaram na decretação de internação provisória pelos atos infracionais análogos aos crimes de roubo e de tráfico de drogas foram de 55% e 18,4%, respectivamente. Em contraponto, os atos infracionais análogos aos crimes de homicídio e latrocínio corresponderam apenas a 4,7% e 4,5%, respectivamente. Observa-se, portanto, que a maior parte dos atos infracionais cometidos por adolescentes é constituída por roubo e tráfico de drogas, delitos que, em tese, não atentam contra a vida e, portanto, não deveriam ensejar no decreto de medida gravosa como a restrição de liberdade. Apesar disso, o judiciário ainda adota a privação de liberdade como decisão majoritária na solução de conflitos de jovens

infratores. O livre convencimento motivado do juiz no processo decisório relativo às internações provisórias dos adolescentes acusados pela prática de atos infracionais possibilita aos magistrados a aplicação de medidas mais gravosas pela prática de atos simples, sob os argumentos de "garantia de segurança pessoal" e "manutenção da ordem pública" (ECA, art. 174). Mesmo que os atos infracionais mais cometidos pelos adolescentes não envolvam uso de violência física ou grave ameaça à vida, a decretação de internação provisória tem se mostrado uma prática comum nas decisões proferidas após as apreensões. Isso resulta no encarceramento de jovens pobres e negros cada vez mais notório no país e nos remete ao período do antigo Código de Menores, nas vezes em que o judiciário se utiliza do mecanismo de privação de liberdade "em nome de sua proteção, não de sua responsabilização".

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661453255_ARQUIVO_43187cc0a998e1f3fc8747aaa52f037a.pdf

Apresentação Oral

**PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA E AS BARREIRAS NO CAMPO
ETNOGRÁFICO: reflexões sobre disputas no jogo das ações de alienação parental**

Gláucia Fernanda Oliveira Martins Batalha

Este trabalho é fruto de inquietações surgidas durante a pesquisa de campo em meio a processos de alienação parental, objeto do trabalho de tese ainda em desenvolvimento. Na pesquisa antropológica quando o campo escolhido é o sistema de justiça invariavelmente o trabalho empírico recorrerá aos processos. É o caso dos processos de alienação parental onde os documentos envolvidos são tecnologias de produção de verdades e de categorização de indivíduos, pois objetiva identificar a figura do alienador que supostamente interferiria de forma promovida ou induzida "na formação psicológica da criança ou do adolescente para que repudie o genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este" (art. 2º da Lei 12.318/2010). Nesta perspectiva, nos interessa investigar se os documentos envolvidos nesses processos contribuem para a produção de sujeitos generificados por meio de disputas em torno da produção de verdades. Nos interessa analisar se o processo de alienação parental se desenha demarcando lugares sociais do gênero e contribuindo para a manutenção das relações de poder, da dominação do masculino sobre o feminino e do viés heteronormativo. Contudo, alguns entraves à nossa investigação etnográfica se apresentam de maneira enfática e desafiadora e vão além da desconfiança do judiciário quando a pesquisa se relaciona às questões de gênero. Dentre eles o fato dos documentos produzidos nesses processos serem permeados pelo segredo de justiça decorrente do direito à intimidade das famílias. Entretanto, cabe problematizar tal "confidenciabilidade" a partir da constatação de que as decisões judiciais tomadas em segunda instância - aquelas

produzidas pelos desembargadores de forma monocrática ou colegiada - são publicizadas pelos bancos de dados dos Tribunais de Justiça, sendo preservado apenas os nomes dos menores em iniciais, mas os nomes dos demais membros da família são visíveis. Isto é, a instituição que "guarda" o segredo é a mesma que, paradoxalmente, expõe. Ademais, hoje os documentos jurídicos de primeira instância -aqueles produzidos nas varas de família- não são mais "arquivados" fisicamente, mas por meio do Processo Judicial Eletrônico- PJe, o que torna o acesso aos processos de alienação parental complexo e dependente de uma rede de vínculos prévios como credenciais de permissividade. Os pontos elencados, são alguns dos entraves encontrados nesse campo de estudo, que estão permeados de disputas de poder. Considerando que há poucos aportes na bibliografia clássica que versem sobre as possibilidades analíticas e metodológicas de etnografias com/dos documentos em segredo de justiça, entendemos que evidenciar as barreiras nas investigações antropológicas é uma forma de encontrar caminhos teórico-metodológicos alternativos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480408_ARQUIVO_8674fdcc8f5b9a8a14613b001e21e005.pdf

Apresentação Oral

**PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA E AS BARREIRAS NO CAMPO
ETNOGRÁFICO: reflexões sobre disputas no jogo das ações de alienação parental**

Glaucia Fernanda Oliveira Martins Batalha

Este trabalho é fruto de inquietações surgidas durante a pesquisa de campo em meio a processos de alienação parental, objeto do trabalho de tese ainda em desenvolvimento. Na pesquisa antropológica quando o campo escolhido é o sistema de justiça invariavelmente o trabalho empírico recorrerá aos processos. É o caso dos processos de alienação parental onde os documentos envolvidos são tecnologias de produção de verdades e de categorização de indivíduos, pois objetiva identificar a figura do alienador que supostamente interferiria de forma promovida ou induzida "na formação psicológica da criança ou do adolescente para que repudie o genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este" (art. 2º da Lei 12.318/2010). Nesta perspectiva, nos interessa investigar se os documentos envolvidos nesses processos contribuem para a produção de sujeitos generificados por meio de disputas em torno da produção de verdades. Nos interessa analisar se o processo de alienação parental se desenha demarcando lugares sociais do gênero e contribuindo para a manutenção das relações de poder, da dominação do masculino sobre o feminino e do viés heteronormativo. Contudo, alguns entraves à nossa investigação etnográfica se apresentam de maneira enfática e desafiadora e vão além da desconfiança do judiciário quando a pesquisa se relaciona às questões de gênero. Dentre eles o fato dos

documentos produzidos nesses processos serem permeados pelo segredo de justiça decorrente do direito à intimidade das famílias. Entretanto, cabe problematizar tal "confidenciabilidade" a partir da constatação de que as decisões judiciais tomadas em segunda instância - aquelas produzidas pelos desembargadores de forma monocrática ou colegiada - são publicizadas pelos bancos de dados dos Tribunais de Justiça, sendo preservado apenas os nomes dos menores em iniciais, mas os nomes dos demais membros da família são visíveis. Isto é, a instituição que "guarda" o segredo é a mesma que, paradoxalmente, expõe. Ademais, hoje os documentos jurídicos de primeira instância - aqueles produzidos nas varas de família - não são mais "arquivados" fisicamente, mas por meio do Processo Judicial Eletrônico- PJe, o que torna o acesso aos processos de alienação parental complexo e dependente de uma rede de vínculos prévios como credenciais de permissividade. Os pontos elencados, são alguns dos entraves encontrados nesse campo de estudo, que estão permeados de disputas de poder. Considerando que há poucos aportes na bibliografia clássica que versem sobre as possibilidades analíticas e metodológicos de etnografias com/dos documentos em segredo de justiça, entendemos que evidenciar as barreiras nas investigações antropológicas é uma forma de encontrar caminhos teórico-metodológicos alternativos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480408_ARQUIVO_8674fdcc8f5b9a8a14613b001e21e005.pdf

Apresentação Oral

"Você pode mentir em casa, mas aqui deve falar a verdade": uma etnografia da Delegacia de Estelionato - PR

Joelcyo Véras Costa

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o modo de produção da verdade em uma delegacia especializada no combate ao estelionato, situada em Curitiba - Paraná. A partir da observação das atividades diárias, determinou-se uma grande diversidade de ocorrências comunicadas e encaminhadas ao órgão. Assim, parte do fazer dos policiais-plantonistas e escrivães consistia em classificar quais relatos e ocorrências deveriam ou não ser registrados e investigados pela especializada. Em meio a isso, verificou-se que, por vezes, a concepção local do que era estelionato conflitava com a das pessoas que procuravam o órgão para noticiar uma ocorrência, bem como com as concepções de outras delegacias especializadas em crimes contra o patrimônio, resultando em conflitos de competência. Nesse sentido, a presente pesquisa busca refletir sobre os modos nativos de determinação do estelionato, da competência do órgão e suas as implicações na produção da materialidade do crime e determinação da verdade. Por essa via, pretende-se analisar problemáticas advindas dessa dinâmica, especialmente com relação à determinação da fronteira entre vítima e estelionatário,

ilícito civil e ilícito penal, furto mediante fraude e estelionato, casa e delegacia, empatia e desconfiança. Dentre as conclusões, destaca-se as implicações das noções nativas sobre gênero e moralidade na produção da materialidade do crime e no fazer cotidiano do órgão.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478480_ARQUIVO_3e6b0a922744f387b2fba88f5b21c792.pdf

Apresentação Oral

"Você pode mentir em casa, mas aqui deve falar a verdade": uma etnografia da Delegacia de Estelionato - PR

Joelcyo Véras Costa

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o modo de produção da verdade em uma delegacia especializada no combate ao estelionato, situada em Curitiba - Paraná. A partir da observação das atividades diárias, determinou-se uma grande diversidade de ocorrências comunicadas e encaminhadas ao órgão. Assim, parte do fazer dos policiais-plantonistas e escrivães consistia em classificar quais relatos e ocorrências deveriam ou não ser registrados e investigados pela especializada. Em meio a isso, verificou-se que, por vezes, a concepção local do que era estelionato conflitava com a das pessoas que procuravam o órgão para noticiar uma ocorrência, bem como com as concepções de outras delegacias especializadas em crimes contra o patrimônio, resultando em conflitos de competência. Nesse sentido, a presente pesquisa busca refletir sobre os modos nativos de determinação do estelionato, da competência do órgão e suas as implicações na produção da materialidade do crime e determinação da verdade. Por essa via, pretende-se analisar problemáticas advindas dessa dinâmica, especialmente com relação à determinação da fronteira entre vítima e estelionatário, ilícito civil e ilícito penal, furto mediante fraude e estelionato, casa e delegacia, empatia e desconfiança. Dentre as conclusões, destaca-se as implicações das noções nativas sobre gênero e moralidade na produção da materialidade do crime e no fazer cotidiano do órgão.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478480_ARQUIVO_3e6b0a922744f387b2fba88f5b21c792.pdf

Apresentação Oral

Linchamentos e processos de justiça no Amazonas

KAROLLINE DE ANDRADE PORTO, Flávia Melo

Buscando entender os linchamentos a partir de processos de justiça, procedimentos administrativos e de reportagens sobre o assunto, desenvolvemos pesquisa documental no

Estado do Amazonas (Porto, 2021), com vistas a identificar as características de linchamentos, aqui considerados como vários fenômenos distintos entre si (Sinhoretto, 2002). Para isso, a partir de estudo de caso de um jovem negro, identificamos e descrevemos a relação entre racismo e práticas de linchamento, geralmente, desencadeados em regiões segregadas e marginalizadas, o perfil dos atores envolvidos no processo, fazendo uma descrição moral e física, assim como, a forma como são repercutidos nos meios de comunicação, com destaque a programas de televisão com temática policial, os quais costumam veicular prisões e imagens de pessoas envolvidas em crimes e ocorrências nas periferias, diversamente quando se trata de operações/prisões realizadas em bairros nobres da capital Manaus. Foram analisados dados qualitativos levantados e o caminho percorrido para obtê-los no Sistema Administrativo do Estado e em processos do Sistema e-Saj, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, examinando-se os procedimentos e a construção dos acontecimentos pelos agentes de Estado. Conforme Mariza Corrêa (1983), os inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência gerados a partir dos registros (ou demais hipóteses do art. 5º, CPP) têm em si incorporados os fatos e extraídos deles uma versão. O procedimento "já é um afastamento (do fato) e uma interferência sobre ele na medida em que há uma ordenação pelos agentes policiais que selecionam quem estará presente, com direito a palavra, e o que deve ou não constar como prova nos autos" (idem, 1983, p. 35). E, identificado elevado índice de atos de linchamentos, verificamos uma racionalidade permeada por motivações de vingança privada, justicamento imediato e moralidades estruturantes da comunidade envolvida, como o racismo, motivando, nesses casos, atos com maior violência. Posto isso, demonstrou-se a necessidade do exame do fenômeno e início do pensamento sobre alterações das relações de poder, sobretudo, na atuação das instituições oficiais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661463775_ARQUIVO_f375299ad034c30a49d05b566293ec77.pdf

Apresentação Oral

Linchamentos e processos de justiça no Amazonas

KAROLLINE DE ANDRADE PORTO, Flávia Melo

Buscando entender os linchamentos a partir de processos de justiça, procedimentos administrativos e de reportagens sobre o assunto, desenvolvemos pesquisa documental no Estado do Amazonas (Porto, 2021), com vistas a identificar as características de linchamentos, aqui considerados como vários fenômenos distintos entre si (Sinhoretto, 2002). Para isso, a partir de estudo de caso de um jovem negro, identificamos e descrevemos a relação entre racismo e práticas de linchamento, geralmente, desencadeados em regiões segregadas e marginalizadas, o perfil dos atores envolvidos no processo, fazendo uma descrição moral e

física, assim como, a forma como são repercutidos nos meios de comunicação, com destaque a programas de televisão com temática policial, os quais costumam veicular prisões e imagens de pessoas envolvidas em crimes e ocorrências nas periferias, diversamente quando se trata de operações/prisões realizadas em bairros nobres da capital Manaus. Foram analisados dados qualitativos levantados e o caminho percorrido para obtê-los no Sistema Administrativo do Estado e em processos do Sistema e-Saj, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, examinando-se os procedimentos e a construção dos acontecimentos pelos agentes de Estado. Conforme Mariza Corrêa (1983), os inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência gerados a partir dos registros (ou demais hipóteses do art. 5º, CPP) têm em si incorporados os fatos e extraídos deles uma versão. O procedimento "já é um afastamento (do fato) e uma interferência sobre ele na medida em que há uma ordenação pelos agentes policiais que selecionam quem estará presente, com direito a palavra, e o que deve ou não constar como prova nos autos" (idem, 1983, p. 35). E, identificado elevado índice de atos de linchamentos, verificamos uma racionalidade permeada por motivações de vingança privada, justicamento imediato e moralidades estruturantes da comunidade envolvida, como o racismo, motivando, nesses casos, atos com maior violência. Posto isso, demonstrou-se a necessidade do exame do fenômeno e início do pensamento sobre alterações das relações de poder, sobretudo, na atuação das instituições oficiais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661463775_ARQUIVO_f375299ad034c30a49d05b566293ec77.pdf

Apresentação Oral

Entre Vítima e Herói: Pensando a mobilização de discursos e narrativas produzidos por políticos e instituições em relação a morte de policiais no estado do Rio de Janeiro

Luciano Puccini

Esse trabalho é a sistematização de algumas reflexões que vêm sendo construídas no âmbito do projeto "De vidas e mortes: etnografias sobre moralidades, justiça e direitos humanos", associado ao subprojeto "Conflitos, Moralidades e Justiça" inserido no INCT- InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos) e desenvolvido por membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades, o GEPADIM, coordenado pelas professoras Dra. Lucía Eilbaum (UFF) e Dra. Flávia Medeiros (UFSC). O contexto político no qual essa pesquisa se insere é de inúmeras críticas a Academia, a Defensores dos Direitos Humanos, à Mídia e à população de uma forma geral. Essas críticas mobilizam um discurso acusatório que pressupõe que esses setores se "interessam" mais pela vida de criminosos do que dos policiais, alegando que o criminoso é visto como uma vítima social e o policial enquanto agente repressor do Estado. Sendo assim

este trabalho tem como finalidade mostrar como a morte de policiais no Estado do Rio de Janeiro é mobilizada politicamente em detrimento as situações contextuais em que os agentes estão envolvidos, de modo a serem classificados dentro da categoria nativa "Herói" ou da categoria política "Vítima". Visando mostrar a partir do trabalho de campo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com ênfase nos discursos de políticos de diferentes partidos e ideologias em Audiências Públicas e posteriormente na análise de documentos produzidos pelo próprio estado em relação a vitimização policial e mobilizações de casos de violência contra o policial que geraram mobilizações e repercussões nas redes sociais de políticos, instituições de segurança pública e simpatizantes das organizações policiais. Dessa maneira se tenta demonstrar os problemas encontrados na corporação e nas políticas de segurança pública do estado que afetam não só a população como também os agentes e as divergências políticas dos partidos quanto sua resolução, tentando corroborar com os referenciais teóricos, o jeito de fazer política a partir da publicitação do sofrimento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660765980_ARQUIVO_73029d8214ed02680466caacd5d31ca9.pdf

Apresentação Oral

Entre Vítima e Herói: Pensando a mobilização de discursos e narrativas produzidos por políticos e instituições em relação a morte de policiais no estado do Rio de Janeiro

Luciano Puccini

Esse trabalho é a sistematização de algumas reflexões que vêm sendo construídas no âmbito do projeto "De vidas e mortes: etnografias sobre moralidades, justiça e direitos humanos", associado ao subprojeto "Conflitos, Moralidades e Justiça" inserido no INCT- InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos) e desenvolvido por membros do Grupo de Estudos e Pesquisa em Antropologia do Direito e das Moralidades, o GEPADIM, coordenado pelas professoras Dra. Lucía Eilbaum (UFF) e Dra. Flávia Medeiros (UFSC). O contexto político no qual essa pesquisa se insere é de inúmeras críticas a Academia, a Defensores dos Direitos Humanos, à Mídia e à população de uma forma geral. Essas críticas mobilizam um discurso acusatório que pressupõe que esses setores se "interessam" mais pela vida de criminosos do que dos policiais, alegando que o criminoso é visto como uma vítima social e o policial enquanto agente repressor do Estado. Sendo assim este trabalho tem como finalidade mostrar como a morte de policiais no Estado do Rio de Janeiro é mobilizada politicamente em detrimento as situações contextuais em que os agentes estão envolvidos, de modo a serem classificados dentro da categoria nativa "Herói" ou da categoria política "Vítima". Visando mostrar a partir do trabalho de campo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro com ênfase nos discursos de políticos de diferentes partidos e

ideologias em Audiências Públicas e posteriormente na análise de documentos produzidos pelo próprio estado em relação a vitimização policial e mobilizações de casos de violência contra o policial que geraram mobilizações e repercussões nas redes sociais de políticos, instituições de segurança pública e simpatizantes das organizações policiais. Dessa maneira se tenta demonstrar os problemas encontrados na corporação e nas políticas de segurança pública do estado que afetam não só a população como também os agentes e as divergências políticas dos partidos quanto sua resolução, tentando corroborar com os referenciais teóricos, o jeito de fazer política a partir da publicitação do sofrimento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660765980_ARQUIVO_73029d8214ed02680466caacd5d31ca9.pdf

Apresentação Oral

El principio de igualdad como estructurador social y formador de derecho

Maria Laura Moreno Fernandez, Antônio

Este trabajo propone una línea teórica jurídica de corte psico-antropológica por medio del cual se expone y fundamenta al principio de igualdad como formador del derecho dentro del orden ideal formal. Y también se expone y fundamenta que dentro del orden psico-antropológico este principio de igualdad estructura las relaciones sociales otorgándoles seguridad. El principio de igualdad es un elemento psíquico que nace del instinto de auto-conservación identificado por Freud (2015) dentro de las pulsiones "yoicas". Este instinto de auto-conservación exige que el entorno físico sea seguro, en este sentido se expresa dentro del orden antropológico como principio de seguridad, pero también exige en términos sociales la seguridad en las relaciones sociales. Esto se exige y expresa en un orden ideal y abstracto el cual permite relacionarnos de forma simbólica, y es aquí donde domina el principio de igualdad. Toda relación social es segura en términos ideales simbólicos, si se reconoce en el otro la igualdad ideal, abstracta y simbólica que permite la integración social en un marco de estabilidad. El derecho como rector de la expresión social de un orden simbólico, se termina de formar bajo este principio de igualdad respondiendo a la necesidad del instinto de auto-conservación que dentro del orden social y jurídico se denomina principio de seguridad.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1654868983_ARQUIVO_420e26a38040a4e5d081ffe5a3dc6692.docx

Apresentação Oral

El principio de igualdad como estructurador social y formador de derecho

Maria Laura Moreno Fernandez, Antônio

Este trabalho propõe uma linha teórica jurídica de corte psico-antropológica por meio do qual se expõe e fundamenta al principio de igualdad como formador del derecho dentro del orden ideal formal. Y también se expone y fundamenta que dentro del orden psico-antropológico este principio de igualdad estructura las relaciones sociales otorgándoles seguridad. El principio de igualdad es un elemento psíquico que nace del instinto de auto-conservación identificado por Freud (2015) dentro de las pulsiones "yoicas". Este instinto de auto-conservación exige que el entorno físico sea seguro, en este sentido se expresa dentro del orden antropológico como principio de seguridad, pero también exige en términos sociales la seguridad en las relaciones sociales. Esto se exige y expresa en un orden ideal y abstracto el cual permite relacionarnos de forma simbólica, y es aquí donde domina el principio de igualdad. Toda relación social es segura en términos ideales simbólicos, si se reconoce en el otro la igualdad ideal, abstracta y simbólica que permite la integración social en un marco de estabilidad. El derecho como rector de la expresión social de un orden simbólico, se termina de formar bajo este principio de igualdad respondiendo a la necesidad del instinto de auto-conservación que dentro del orden social y jurídico se denomina principio de seguridad.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1654868983_ARQUIVO_420e26a38040a4e5d081ffe5a3dc6692.docx

Apresentação Oral

Processos de vitimização em disputa: Analisando o lugar dos réus na judicialização da Violência contra a Mulher no Brasil

Matilde Quiroga Castellano

A partir do presente artigo pretende-se analisar os processos de vitimização que atravessam a judicialização da Violência de Gênero no contexto brasileiro. Esta proposta faz parte de reflexões mais amplas que estão sendo elaboradas durante a escrita da Tese de Doutorado em Antropologia Social da autora. Particularmente, o presente texto tem como objetivo analisar falas e narrativas dos réus e sua defesa, extraídas de processos de judicialização da violência contra a mulher. Trata-se principalmente de refletir em relação a como em busca da estabelecer uma verdade jurídica, esses sujeitos atravessam, vivenciam e disputam essa verdade movimentando o que se denomina processos de vitimização. O embasamento para tais reflexões está ancorado no trabalho de campo realizado durante o ano 2019, que foi contemplado pelo Projeto "Estudos da judicialização da "violência de gênero" e difusão de práticas alternativas numa perspectiva comparada entre Brasil e Argentina" (Chamada CNPq nº 22/2016), e que consistiu em etnografar mais de cem audiências que envolviam principalmente fatos tipificados na Lei Maria Da Penha (Lei 11.340/06) e na denominada Lei de Feminicídio (Lei 13.104/15), num Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica e

Familiar contra a Mulher em uma das áreas Metropolitanas de Santa Catarina, Brasil. A partir da presença em campo, participando e observando as audiências, foi possível identificar três eixos através dos quais os réus e aqueles que os defendem, disputam de maneira preponderante o lugar de vítima nos processos nos quais estão envolvidos. Assim, os três discursos principais que atravessam as falas dos réus e suas defesas se referem ao consumo problemático de substâncias, a questões ligadas à saúde mental do réu e, por último, situações em que a vítima apreço como alvo de críticas, situações principalmente baseadas em avaliações de papéis de gênero e códigos de honra. Estes discursos se misturam entre falas de réus que negam os fatos, seja parcial o totalmente, réus que os reinterpretam gerando novas versões e réus que admitem e se responsabilizam dos fatos que estão sendo denunciados. Nesse sentido, foi possível identificar momentos em que os réus no processo, através das arguições em sua defesa, podem pleitear o lugar de vítima, colocando em movimentação certas estratégias apresentadas frente a "agentes vitimadores", que convalidam ou não esses discursos que se desenvolvem numa "lógica do contraditório", própria do espaço jurídico local.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478290_ARQUIVO_43fbb33ab7b96d462344cf51c286be76.pdf

Apresentação Oral

Processos de vitimização em disputa: Analisando o lugar dos réus na judicialização da Violência contra a Mulher no Brasil

Matilde Quiroga Castellano

A partir do presente artigo pretende-se analisar os processos de vitimização que atravessam a judicialização da Violência de Gênero no contexto brasileiro. Esta proposta faz parte de reflexões mais amplas que estão sendo elaboradas durante a escrita da Tese de Doutorado em Antropologia Social da autora. Particularmente, o presente texto tem como objetivo analisar falas e narrativas dos réus e sua defesa, extraídas de processos de judicialização da violência contra a mulher. Trata-se principalmente de refletir em relação a como em busca da estabelecer uma verdade jurídica, esses sujeitos atravessam, vivenciam e disputam essa verdade movimentando o que se denomina processos de vitimização. O embasamento para tais reflexões está ancorado no trabalho de campo realizado durante o ano 2019, que foi contemplado pelo Projeto "Estudos da judicialização da "violência de gênero" e difusão de práticas alternativas numa perspectiva comparada entre Brasil e Argentina" (Chamada CNPq nº 22/2016), e que consistiu em etnografar mais de cem audiências que envolviam principalmente fatos tipificados na Lei Maria Da Penha (Lei 11.340/06) e na denominada Lei de Feminicídio (Lei 13.104/15), num Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em uma das áreas Metropolitanas de Santa Catarina, Brasil. A partir

da presença em campo, participando e observando as audiências, foi possível identificar três eixos através dos quais os réus e aqueles que os defendem, disputam de maneira preponderante o lugar de vítima nos processos nos quais estão envolvidos. Assim, os três discursos principais que atravessam as falas dos réus e suas defesas se referem ao consumo problemático de substâncias, a questões ligadas à saúde mental do réu e, por último, situações em que a vítima aparece como alvo de críticas, situações principalmente baseadas em avaliações de papéis de gênero e códigos de honra. Estes discursos se misturam entre falas de réus que negam os fatos, seja parcial o totalmente, réus que os reinterpretem gerando novas versões e réus que admitem e se responsabilizam dos fatos que estão sendo denunciados. Nesse sentido, foi possível identificar momentos em que os réus no processo, através das arguições em sua defesa, podem pleitear o lugar de vítima, colocando em movimentação certas estratégias apresentadas frente a "agentes vitimadores", que convalidam ou não esses discursos que se desenvolvem numa "lógica do contraditório", própria do espaço jurídico local.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478290_ARQUIVO_43fbb33ab7b96d462344cf51c286be76.pdf

Apresentação Oral

Quem pode investigar e produzir verdades sobre as mortes decorrentes da intervenção policial? Conflitos de competência investigativa e letalidade policial racializada em Minas Gerais.

Mayara Ferreira Mattos

A polícia militar mineira considera a investigação das mortes praticadas por seus agentes contra civis como de sua competência, sendo as mesmas investigadas por meio de um IPM (Inquérito Policial Militar). Valendo-se dos Código Penal Militar (CPM) e Código de Processo Penal Militar (CPPM), a corporação instaura procedimentos investigativos próprios, até mesmo negando e dificultando os procedimentos investigativos operacionalizados pela Polícia Civil do estado, que fica condicionada às provas produzidas pela PMMG para produção do seu inquérito. Assim, essa disputa pela dimensão cartorial (produção burocrática da verdade e do registro) contraria tanto diretrizes internacionais quanto normativas e resoluções produzidas pelo Ministério Público de Minas Gerais que recomenda a investigação dos casos de letalidade policial por órgão ou entidade externa à qual pertencem os agentes envolvidos nos fatos. Esse conflito de competência gera uma "blindagem da polícia que mata" (FERREIRA, 2020), pois são os IPMs produzidos pela corporação que definem se o homicídio foi doloso ou culposo. Apenas os casos em que se constata o dolo seguirão para a Justiça Comum e talvez julgados pelo Tribunal do Júri. De acordo com a Nota Técnica 004/2014 elaborada pelo MPMG, a realização de investigações concomitantes e totalmente

independentes por parte das polícias militar e civil gera prejuízo à apuração dos fatos e à coleta de provas. No relatório final "Letalidade e vitimização policial em Minas Gerais" produzidos pela Fundação João Pinheiro em cooperação técnica com o MPMG, foi sugerido que o IPM produzido tem por finalidade endossar a narrativa policial de legítima defesa por injusta agressão (excludente de ilicitude). Nesse sentido, a vida pregressa da vítima se sobrepõe a ação policial que ensejou a morte. Essa dimensão moral atravessa muitos agentes públicos envolvidos nesses processos e procedimentos, assim como parte da sociedade, orientada moralmente pela lógica racial do extermínio de sujeitos construídos historicamente como perigosos, violentos e indesejados, produzindo, conseqüentemente, sujeitos matáveis. Desse modo, o objetivo dessa proposta é refletir etnograficamente a partir de dispositivos legais e administrativos (tais como: leis, decretos, códigos penais, normativas e resoluções nacionais e internacionais) como esse conflito de competência "blinda" a PMMG em casos de jovens negros assassinados no Aglomerado da Serra/Belo Horizonte/MG. Para tal compreensão serão analisados dois casos ocorridos no território em questão, visando trazer ainda para o debate que apesar de não ser a polícia que mais mata no país, a PMMG produz uma matabilidade racial específica e singular definida por uma alta padronização jurídica dos seus atos e procedimentos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659558461_ARQUIVO_2332dede279aed878783da7130e4c6d1.pdf

Apresentação Oral

Quem pode investigar e produzir verdades sobre as mortes decorrentes da intervenção policial? Conflitos de competência investigativa e letalidade policial racializada em Minas Gerais.

Mayara Ferreira Mattos

A polícia militar mineira considera a investigação das mortes praticadas por seus agentes contra civis como de sua competência, sendo as mesmas investigadas por meio de um IPM (Inquérito Policial Militar). Valendo-se dos Código Penal Militar (CPM) e Código de Processo Penal Militar (CPPM), a corporação instaura procedimentos investigativos próprios, até mesmo negando e dificultando os procedimentos investigativos operacionalizados pela Polícia Civil do estado, que fica condicionada às provas produzidas pela PMMG para produção do seu inquérito. Assim, essa disputa pela dimensão cartorial (produção burocrática da verdade e do registro) contraria tanto diretrizes internacionais quanto normativas e resoluções produzidas pelo Ministério Público de Minas Gerais que recomenda a investigação dos casos de letalidade policial por órgão ou entidade externa à qual pertencem os agentes envolvidos nos fatos. Esse conflito de competência gera uma "blindagem da polícia que mata"

(FERREIRA, 2020), pois são os IPMs produzidos pela corporação que definem se o homicídio foi doloso ou culposo. Apenas os casos em que se constata o dolo seguirão para a Justiça Comum e talvez julgados pelo Tribunal do Júri. De acordo com a Nota Técnica 004/2014 elaborada pelo MPMG, a realização de investigações concomitantes e totalmente independentes por parte das polícias militar e civil gera prejuízo à apuração dos fatos e à coleta de provas. No relatório final "Letalidade e vitimização policial em Minas Gerais" produzidos pela Fundação João Pinheiro em cooperação técnica com o MPMG, foi sugerido que o IPM produzido tem por finalidade endossar a narrativa policial de legítima defesa por injusta agressão (excludente de ilicitude). Nesse sentido, a vida pregressa da vítima se sobrepõe a ação policial que ensejou a morte. Essa dimensão moral atravessa muitos agentes públicos envolvidos nesses processos e procedimentos, assim como parte da sociedade, orientada moralmente pela lógica racial do extermínio de sujeitos construídos historicamente como perigosos, violentos e indesejados, produzindo, conseqüentemente, sujeitos matáveis. Desse modo, o objetivo dessa proposta é refletir etnograficamente a partir de dispositivos legais e administrativos (tais como: leis, decretos, códigos penais, normativas e resoluções nacionais e internacionais) como esse conflito de competência "blinda" a PMMG em casos de jovens negros assassinados no Aglomerado da Serra/Belo Horizonte/MG. Para tal compreensão serão analisados dois casos ocorridos no território em questão, visando trazer ainda para o debate que apesar de não ser a polícia que mais mata no país, a PMMG produz uma matabilidade racial específica e singular definida por uma alta padronização jurídica dos seus atos e procedimentos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659558461_ARQUIVO_2332dede279aed878783da7130e4c6d1.pdf

Apresentação Oral

Do "dever ser" ao "ser": uma análise sociojurídica da audiência de conciliação na comarca de barbalha/ce

Natália Viana Nogueira

O presente estudo busca realizar uma análise do instrumento processual chamado "audiência de conciliação", previsto no ordenamento jurídico brasileiro e ainda mais evidenciado a partir do Código de Processo Civil. A partir dele, diversos debates sobre a melhor forma de manejo, implementação e institucionalização desse mecanismo foram intensificados, que pese a forte cultura brasileira de judicialização e litigiosidade dos conflitos (WATANABE, 2007). Não obstante, diversas compreensões se dispõem a observar esse instituto a partir de uma perspectiva apenas legalista. Abordagens que proporcionam questionamentos e discussões quanto ao "fazer judicial" em si, sendo realizadas pelos próprios membros do meio jurídico,

ou seja, a ausência da aplicação de um caminho científico sociojurídico para compreensão desse recurso pode constituir uma falha limitadora quanto à perspectiva de identificação, implementação e melhoria. Por essa razão, objetiva-se, identificar, qual o desenho que o meio conciliatório da audiência ganha durante a sua realização através da perspectiva dos seus atores participantes. O Centro Judiciário de Resolução de Conflitos da comarca de Barbalha - CE servirá como campo para essa execução. É preciso, então, evidenciar as especificidades, individualidades e olhares que esses membros possuem sobre eles e sobre o próprio instrumento jurídico que estão se valendo, movimento que é indispensável para repensar esse fazer judicial a partir de uma óptica que considere não apenas o "dever ser", mas também o "ser". Buscar-se, ressaltar as trajetórias e experiências que fazem com o que cada agente desse ritual (SCHRITZMEYER, 2001) possua uma identidade e não seja referenciado apenas por um número processual (MAUSS, 2003). Nesse sentido, para além de uma explanação de como a conciliação é retratada por meio das obras jurídicas dogmáticas, também se valerá da compreensão sociojurídica do instituto processual. Diante da aplicação metodológica de uma observação participante será possível notar circunstâncias, atos e espaços que permeiam a sua realização e que não são identificados pelo primeiro caminho anteriormente apontado, que se funda, tão logo, apenas no "dever ser" (VASCONCELLOS; NUÑEZ, 2020). Esses pontos dialogam e interferem na construção e na forma de identificação da audiência frente aos seus interlocutores, evidenciando, para além de uma análise estritamente normativa, problemáticas e questões estruturais desse fazer. Através da observação participante (VALLADARES, 2007) e com a aplicação de entrevistas não-diretivas, se busca permear e vivenciar o espaço em que a audiência ocorre e ganha vida. Dentro dessa dinâmica, também pretende-se compreender quem são esses interlocutores, como eles interpretam esse recurso conciliatório.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468748_ARQUIVO_edb8a5fdd0468c54c7ce0a7fb2fb6d67.pdf

Apresentação Oral

Do "dever ser" ao "ser": uma análise sociojurídica da audiência de conciliação na comarca de barbalha/ce

Natália Viana Nogueira

O presente estudo busca realizar uma análise do instrumento processual chamado "audiência de conciliação", previsto no ordenamento jurídico brasileiro e ainda mais evidenciado a partir do Código de Processo Civil. A partir dele, diversos debates sobre a melhor forma de manejo, implementação e institucionalização desse mecanismo foram intensificados, que pese a forte cultura brasileira de judicialização e litigiosidade dos conflitos (WATANABE, 2007). Não obstante, diversas compreensões se dispõem a observar esse instituto a partir de uma

perspectiva apenas legalista. Abordagens que proporcionam questionamentos e discussões quanto ao "fazer judicial" em si, sendo realizadas pelos próprios membros do meio jurídico, ou seja, a ausência da aplicação de um caminho científico sociojurídico para compreensão desse recurso pode constituir uma falha limitadora quanto à perspectiva de identificação, implementação e melhoria. Por essa razão, objetiva-se, identificar, qual o desenho que o meio conciliatório da audiência ganha durante a sua realização através da perspectiva dos seus atores participantes. O Centro Judiciário de Resolução de Conflitos da comarca de Barbalha - CE servirá como campo para essa execução. É preciso, então, evidenciar as especificidades, individualidades e olhares que esses membros possuem sobre eles e sobre o próprio instrumento jurídico que estão se valendo, movimento que é indispensável para repensar esse fazer judicial a partir de uma óptica que considere não apenas o "dever ser", mas também o "ser". Buscar-se, ressaltar as trajetórias e experiências que fazem com o que cada agente desse ritual (SCHRITZMEYER, 2001) possua uma identidade e não seja referenciado apenas por um número processual (MAUSS, 2003). Nesse sentido, para além de uma explanação de como a conciliação é retratada por meio das obras jurídicas dogmáticas, também se valerá da compreensão sociojurídica do instituto processual. Diante da aplicação metodológica de uma observação participante será possível notar circunstâncias, atos e espaços que permeiam a sua realização e que não são identificados pelo primeiro caminho anteriormente apontado, que se funda, tão logo, apenas no "dever ser" (VASCONCELLOS; NUÑEZ, 2020). Esses pontos dialogam e interferem na construção e na forma de identificação da audiência frente aos seus interlocutores, evidenciando, para além de uma análise estritamente normativa, problemáticas e questões estruturais desse fazer. Através da observação participante (VALLADARES, 2007) e com a aplicação de entrevistas não-diretivas, se busca permear e vivenciar o espaço em que a audiência ocorre e ganha vida. Dentro dessa dinâmica, também pretende-se compreender quem são esses interlocutores, como eles interpretam esse recurso conciliatório.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468748_ARQUIVO_edb8a5fdd0468c54c7ce0a7fb2fb6d67.pdf

Apresentação Oral

**""Você interpretava esses gestos dele como assédio ou era...?"; "Não, estava explícito!"
": Etnografando um processo de estupro de vulnerável pelo viés de gênero das práticas de justiça**

Patricia Marcondes Amaral da Cunha

Na esteira dos debates sobre as práticas institucionais e as economias morais em jogo na atuação dos operadores do Direito, esse trabalho descreve e analisa os documentos escritos e as gravações audiovisuais de um processo judicial estupro de vulnerável que durou sete anos,

e culminou com o arquivamento dos autos devido ao falecimento do acusado antes da promulgação da sentença. Mesmo sem conhecer seus possíveis desfechos, a tramitação do processo traz questões relevantes sobre formas de instruí-lo, de valorar as provas, identificar fatos e interpretar e aplicar o direito, etapas essas que são invariavelmente atravessadas por marcadores de gênero e geração, sobretudo tendo em mente o enquadre institucional de um Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica onde o mesmo transcorreu. Observa-se que as provas periciais produzidas (exame de conjunção carnal, entrevista psicológica, perícia em telefones celulares ou análise grafológica de correspondências escritas) pouco elucidaram do caso, restando como prova central a oitiva da vítima e de outras testemunhas. Pretende-se, portanto, discutir como o peso da prova testemunhal da vítima, em termos de como seu caráter de "verdade", é balizado pelo Ministério Público e pela Defesa; como os institutos legais acionados - Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal - são articulados para analisar a vitimidade de uma criança/adolescente/jovem do gênero feminino diante de um crime sexual e a suposta autoria do crime por parte do pai; e problematizar se (e como) os impactos da denúncia sob os planos econômico, afetivo e familiar são levados em consideração na hora de instruir o processo e valorar as provas. Apesar da lógica adversarial envolvida no processo judicial, haveria algo que Ministério Público e Defesa compartilham na leitura do caso? Mesmo sem a sentença, quais as manifestações do magistrado? Em suma, conclui-se que o viés reprodutor de desigualdades e preconceitos de gênero no exercício jurisdicional diante de crimes sexuais, já evidenciado em pesquisas antropológicas no Brasil desde a década de 1990, ainda se faz presente no caso em tela. Entretanto, a contribuição deste trabalho reside não em propor um "dever ser" das práticas de Justiça, mas explicitar como suas lógicas se reatualizam no cotidiano, a partir, por exemplo, daquilo que incorporam das mudanças no âmbito legislativo e institucional quanto à proteção das mulheres adultas e crianças / adolescentes (tais como a aplicação de medidas protetivas e prisão em caso de descumprimento) e dos impasses que se mantêm no processo de produção de justiça em crimes de estupro de vulnerável. Busca-se, ainda, nesse sentido, apontar alternativas debatidas no espaço acadêmico e judicial brasileiro e de outros países.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661474458_ARQUIVO_3b0b3be22b736341764c4e519f91dc28.doc

Apresentação Oral

**""Você interpretava esses gestos dele como assédio ou era...?"; "Não, estava explícito!"
": Etnografando um processo de estupro de vulnerável pelo viés de gênero das práticas de justiça**

Patricia Marcondes Amaral da Cunha

Na esteira dos debates sobre as práticas institucionais e as economias morais em jogo na atuação dos operadores do Direito, esse trabalho descreve e analisa os documentos escritos e as gravações audiovisuais de um processo judicial estupro de vulnerável que durou sete anos, e culminou com o arquivamento dos autos devido ao falecimento do acusado antes da promulgação da sentença. Mesmo sem conhecer seus possíveis desfechos, a tramitação do processo traz questões relevantes sobre formas de instruí-lo, de valorar as provas, identificar fatos e interpretar e aplicar o direito, etapas essas que são invariavelmente atravessadas por marcadores de gênero e geração, sobretudo tendo em mente o enquadre institucional de um Juizado Especial Criminal e de Violência Doméstica onde o mesmo transcorreu. Observa-se que as provas periciais produzidas (exame de conjunção carnal, entrevista psicológica, perícia em telefones celulares ou análise grafológica de correspondências escritas) pouco elucidaram do caso, restando como prova central a oitiva da vítima e de outras testemunhas. Pretende-se, portanto, discutir como o peso da prova testemunhal da vítima, em termos de como seu caráter de "verdade", é balizado pelo Ministério Público e pela Defesa; como os institutos legais acionados - Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Penal - são articulados para analisar a vitimidade de uma criança/adolescente/jovem do gênero feminino diante de um crime sexual e a suposta autoria do crime por parte do pai; e problematizar se (e como) os impactos da denúncia sob os planos econômico, afetivo e familiar são levados em consideração na hora de instruir o processo e valorar as provas. Apesar da lógica adversarial envolvida no processo judicial, haveria algo que Ministério Público e Defesa compartilham na leitura do caso? Mesmo sem a sentença, quais as manifestações do magistrado? Em suma, conclui-se que o viés reprodutor de desigualdades e preconceitos de gênero no exercício jurisdicional diante de crimes sexuais, já evidenciado em pesquisas antropológicas no Brasil desde a década de 1990, ainda se faz presente no caso em tela. Entretanto, a contribuição deste trabalho reside não em propor um "dever ser" das práticas de Justiça, mas explicitar como suas lógicas se reatualizam no cotidiano, a partir, por exemplo, daquilo que incorporam das mudanças no âmbito legislativo e institucional quanto à proteção das mulheres adultas e crianças / adolescentes (tais como a aplicação de medidas protetivas e prisão em caso de descumprimento) e dos impasses que se mantêm no processo de produção de justiça em crimes de estupro de vulnerável. Busca-se, ainda, nesse sentido, apontar alternativas debatidas no espaço acadêmico e judicial brasileiro e de outros países.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661474458_ARQUIVO_3b0b3be22b736341764c4e519f91dc28.doc

Apresentação Oral

Facções criminosas em Centros Socioeducativos da cidade de Fortaleza, Ceará: surgimento, moralidades e conflitos violentos.

Renan Santos Pinheiro

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma interpretação antropológica sobre o surgimento de coletivos criminais conhecidos socialmente como facções criminosas em unidades de internação (destinadas a adolescentes e jovens privados de liberdade) da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, suas moralidades e conflitos. A pesquisa se constrói a partir do método etnográfico, por meio de observações de campo e entrevistas individuais com pessoas que, de algum modo, tiveram suas vidas atravessadas pelo sistema socioeducativo. Após análise dos dados etnográficos coletados, o estudo argumenta que a existência de adolescentes pertencentes a facções criminosas no interior das unidades de internação implicam em grandes problemáticas às vidas das pessoas que circundam o sistema socioeducativo (adolescentes, familiares e profissionais), que começa a funcionar por meio de uma rede de moralidades internas que enseja rivalidades, conflitos e violências.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661437106_ARQUIVO_a0507b3fd871dbc45eee638a46bcc_a4a.pdf

Apresentação Oral

Facções criminosas em Centros Socioeducativos da cidade de Fortaleza, Ceará: surgimento, moralidades e conflitos violentos.

Renan Santos Pinheiro

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma interpretação antropológica sobre o surgimento de coletivos criminais conhecidos socialmente como facções criminosas em unidades de internação (destinadas a adolescentes e jovens privados de liberdade) da cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, suas moralidades e conflitos. A pesquisa se constrói a partir do método etnográfico, por meio de observações de campo e entrevistas individuais com pessoas que, de algum modo, tiveram suas vidas atravessadas pelo sistema socioeducativo. Após análise dos dados etnográficos coletados, o estudo argumenta que a existência de adolescentes pertencentes a facções criminosas no interior das unidades de internação implicam em grandes problemáticas às vidas das pessoas que circundam o sistema socioeducativo (adolescentes, familiares e profissionais), que começa a funcionar por meio de uma rede de moralidades internas que enseja rivalidades, conflitos e violências.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661437106_ARQUIVO_a0507b3fd871dbc45eee638a46bcc_a4a.pdf

Apresentação Oral

"Justiça não é para nós": etnografia e possibilidades da pesquisa documental em confrontos entre punks e skinheads em Curitiba

Tatiana de Oliveira

"Tribunal de Justiça anula julgamento que condenou skinheads por morte de punk em Curitiba". A notícia de 08 de outubro de 2021 traz à tona uma questão que permeia o punk brasileiro desde o seu surgimento, em meados da década de 1980, e em Curitiba se faz presente cotidianamente entre uma parcela das pessoas que se reconhecem e são reconhecidas como punks. Em meu projeto de pesquisa contemplo, no âmbito da cultura punk, integrantes que se distinguem de outros principalmente em relação principalmente à classe. São os autointitulados punks das ruas, punks do subúrbio, punks maloqueiros, punks sujos ou punks de verdade. Tal distinção implica numa série de entendimentos e práticas que são alvo de críticas por parte dos comumente chamados punks de pub, punks burgueses, punks de final de semana, falsos punks ou apenas simpatizantes. Almejando qualificar minha inserção junto aos punks das ruas, realizei, em fase preliminar ao campo, pesquisa documental em processos judiciais e notícias veiculadas em diferentes meios de comunicação. Encontrei menções a ocorrências policiais, ações penais e episódios relatados que nem sempre chegaram a ser alvo de registro formal, desde 1986. Procurei ainda refletir sobre a influência das fontes documentais no campo e a própria ideia de trabalho de campo. Neste trabalho, após traçar uma breve contextualização do surgimento da cultura skinhead e sua relação com o punk, descrevo os confrontos a céu aberto que envolvem skinheads na cidade de Curitiba, de 1986 a 2005 e menciono outros, ocorridos após 2005. Descrevo ainda os percursos etnográficos que tornaram a pesquisa documental, antes compreendida como plano de fundo, à componente central na pesquisa. Finalmente, indico que a narrativa policial reforça o punk das ruas como corpo abjeto e, portanto como uma vida menos passível de luto - em sintonia com depoimentos de defesa de familiares ou dos próprios skinheads. As falas dos delegados negando a motivação racista dos homicídios, o descaso no pagamento de pensão para a mãe de um jovem assassinado, os famosos e caríssimos advogados de defesa dos skinheads, a demora dos julgamentos, a prescrição dos crimes, o ingresso de alguns skins no poder judiciário e no corpo policial e a vida empresarial bem sucedida de outros parecem operar na produção de verdades e discursos de modo que os punks sejam vistos como uma ameaça à paz e segurança de um sujeito adaptado ao sistema político e econômico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1652453359_ARQUIVO_8bda24111607d8916c0989af19dc8b69.pdf

Apresentação Oral

"Justiça não é para nós": etnografia e possibilidades da pesquisa documental em confrontos entre punks e skinheads em Curitiba

Tatiana de Oliveira

"Tribunal de Justiça anula julgamento que condenou skinheads por morte de punk em Curitiba". A notícia de 08 de outubro de 2021 traz à tona uma questão que permeia o punk brasileiro desde o seu surgimento, em meados da década de 1980, e em Curitiba se faz presente cotidianamente entre uma parcela das pessoas que se reconhecem e são reconhecidas como punks. Em meu projeto de pesquisa contemplo, no âmbito da cultura punk, integrantes que se distinguem de outros principalmente em relação principalmente à classe. São os autointitulados punks das ruas, punks do subúrbio, punks maloqueiros, punks sujos ou punks de verdade. Tal distinção implica numa série de entendimentos e práticas que são alvo de críticas por parte dos comumente chamados punks de pub, punks burgueses, punks de final de semana, falsos punks ou apenas simpatizantes. Almejando qualificar minha inserção junto aos punks das ruas, realizei, em fase preliminar ao campo, pesquisa documental em processos judiciais e notícias veiculadas em diferentes meios de comunicação. Encontrei menções a ocorrências policiais, ações penais e episódios relatados que nem sempre chegaram a ser alvo de registro formal, desde 1986. Procurei ainda refletir sobre a influência das fontes documentais no campo e a própria ideia de trabalho de campo. Neste trabalho, após traçar uma breve contextualização do surgimento da cultura skinhead e sua relação com o punk, descrevo os confrontos a céu aberto que envolvem skinheads na cidade de Curitiba, de 1986 a 2005 e menciono outros, ocorridos após 2005. Descrevo ainda os percursos etnográficos que tornaram a pesquisa documental, antes compreendida como plano de fundo, à componente central na pesquisa. Finalmente, indico que a narrativa policial reforça o punk das ruas como corpo abjeto e, portanto como uma vida menos passível de luto - em sintonia com depoimentos de defesa de familiares ou dos próprios skinheads. As falas dos delegados negando a motivação racista dos homicídios, o descaso no pagamento de pensão para a mãe de um jovem assassinado, os famosos e caríssimos advogados de defesa dos skinheads, a demora dos julgamentos, a prescrição dos crimes, o ingresso de alguns skins no poder judiciário e no corpo policial e a vida empresarial bem sucedida de outros parecem operar na produção de verdades e discursos de modo que os punks sejam vistos como uma ameaça à paz e segurança de um sujeito adaptado ao sistema político e econômico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1652453359_ARQUIVO_8bda24111607d8916c0989af19dc8b69.pdf

Apresentação Oral

Fluxos de Processos, Fluxos de Sentidos, Fluxos dos Sujeitos : A Produção do Inimputável Através de Movimentações Jurídicas e Psiquiátricas

Victória Mello Fernandes

O presente resumo refere-se a um recorte da pesquisa exploratória de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa tem como escopo de análise a produção do tipo social "louco-criminoso", o inimputável no cruzamento dos saberes jurídicos e psiquiátricos nos processos de execução criminal no estado do Rio Grande do Sul. A investigação qualitativa tem como metodologia e estratégia pesquisa a etnografia documental aliada ao estudo de caso, buscando compreender como as movimentações dentro do processo de execução criminal formam sentido, verdade jurídica sobre os sujeitos. Os processos de execução criminal, ao contrário dos processos dos presos imputáveis, estão em constante movimentação, especialmente no período da Pandemia da Covid-19, sendo o espaço-tempo de consulta das partes - defesa e acusação. Nesse sentido, processos, que atualmente fazem parte de um sistema virtual de acesso, são também a trajetória - escrita - jurídico psiquiátrica dos sujeitos. Aqueles que ainda correm, sujeitos que ainda vivem em manicômios-judiciários, são recorrentemente movimentados nesses sistemas de acessos. Nesse momento, traz-se análises preliminares sobre esses dados, fluxos rastreados através da imersão no campo, nos processos. Aponta-se para uma múltipla autoria na constituição desse tipo social, que não está circunscrita ao campo jurídico. Os sujeitos são inimputados de seus atos e tornam-se inimputáveis, por avaliação de um perito psiquiatra e pela decisão de um juiz de direito de uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas. Mas esse tornar-se inimputável, ser capturado por esses saberes, assim como outras sentenças, necessita de um processo de execução criminal, no qual múltiplos atores estão relacionando-se, mediando e mediados por tecnologias como papéis, computadores, doutrinas, manuais psiquiátricos, laudos, etc. Essa gama de atores é essencial para que os fluxos funcionem, para que as informações cheguem e partam, para que diligências e determinações sejam tomadas, para que o processo ocorra, a medida de segurança seja cumprida e o inimputável exista.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661351297_ARQUIVO_91c6d4160ff1c53d2509ba69619e4853.docx

Apresentação Oral

Fluxos de Processos, Fluxos de Sentidos, Fluxos dos Sujeitos : A Produção do Inimputável Através de Movimentações Jurídicas e Psiquiátricas

Victória Mello Fernandes

O presente resumo refere-se a um recorte da pesquisa exploratória de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do

Sul. A pesquisa tem como escopo de análise a produção do tipo social "louco-criminoso", o inimputável no cruzamento dos saberes jurídicos e psiquiátricos nos processos de execução criminal no estado do Rio Grande do Sul. A investigação qualitativa tem como metodologia e estratégia pesquisa a etnografia documental aliada ao estudo de caso, buscando compreender como as movimentações dentro do processo de execução criminal formam sentido, verdade jurídica sobre os sujeitos. Os processos de execução criminal, ao contrário dos processos dos presos imputáveis, estão em constante movimentação, especialmente no período da Pandemia da Covid-19, sendo o espaço-tempo de consulta das partes - defesa e acusação. Nesse sentido, processos, que atualmente fazem parte de um sistema virtual de acesso, são também a trajetória - escrita - jurídica psiquiátrica dos sujeitos. Aqueles que ainda correm, sujeitos que ainda vivem em manicômios-judiciários, são recorrentemente movimentados nesses sistemas de acessos. Nesse momento, traz-se análises preliminares sobre esses dados, fluxos rastreados através da imersão no campo, nos processos. Aponta-se para uma múltipla autoria na constituição desse tipo social, que não está circunscrita ao campo jurídico. Os sujeitos são inimputados de seus atos e tornam-se inimputáveis, por avaliação de um perito psiquiatra e pela decisão de um juiz de direito de uma Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas. Mas esse tornar-se inimputável, ser capturado por esses saberes, assim como outras sentenças, necessita de um processo de execução criminal, no qual múltiplos atores estão relacionando-se, mediando e mediados por tecnologias como papéis, computadores, doutrinas, manuais psiquiátricos, laudos, etc. Essa gama de atores é essencial para que os fluxos funcionem, para que as informações cheguem e partam, para que diligências e determinações sejam tomadas, para que o processo ocorra, a medida de segurança seja cumprida e o inimputável exista.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661351297_ARQUIVO_91c6d4160ff1c53d2509ba69619e4853.docx

GT48: Infraestruturas na antropologia: perspectivas teóricas, etnográficas e políticas

Desde que a noção de infraestrutura adentrou a discussão antropológica, passando a ser progressivamente submetida à perspectiva etnográfica, muitos debates se abriram num processo continuamente renovado. Geralmente pensadas como interligadas ao mundo urbano, as infraestruturas mediam fluxos e escalas translocais e transnacionais colocando pessoas, objetos e práticas em espaços de contato sob os quais sistemas políticos, econômicos e sociais operam. Há uma multiplicidade de agentes que produzem infraestruturas e mostram o caráter cotidiano de suas relações com o Estado, agentes corporativos privados, comunidades e outros grupos. Além disso, infraestruturas podem ser consideradas artefatos com formas específicas, que a

análise antropológica pode explorar não só como representações do mundo, mas também como uma costura material na qual a dimensão estética está intimamente ligada à política. A discussão antropológica sobre infraestruturas traz o debate para a chave teórico-metodológica, ressaltando como sua definição depende de escolhas, de um foco e de recortes, configurando um processo reflexivo que pressupõe uma análise cultural, perspectivas econômicas, compromissos epistemológicos e políticos. O objetivo deste GT é mapear este campo em expansão, destacando e refletindo sobre etnografias e contribuições teóricas que, a partir de epistemologias e posicionamentos que remetem ao sul global, dialoguem com a mais ampla literatura antropológica produzida sobre infraestruturas.

Palavras chave: Infraestrutura; teoria; etnografia.

Alex Giuliano Vailati, Maria Raquel Passos Lima

Apresentação Oral

Aplicativo de corrida, Instagram e WhatsApp: As infraestruturas que mobilizam antropólogo/as e motoristas

Álvaro Prado Aguiar Tavares

Neste trabalho pretendo oferecer reflexões a partir de algumas de minhas experiências etnográficas com motoristas de Uber que circulam pela região metropolitana de Recife, bem como com as infraestruturas que (n)os interpelam. Assim, além daquelas que mediam os movimentos desses motoristas através do espaço urbano, de modo a conduzi-los aos bairros nobres ao mesmo tempo que os mantém afastados dos mais violentos e/ou de difícil acesso, são também fundamentais aquelas infraestruturas que permitem ao antropólogo ter interlocução com um grupo de trabalhadores que tem poucos momentos a se dedicar aos interesses de um pesquisador/a. Nesse sentido, somados aos requisitos de distanciamento social impostos pela pandemia de Covid-19, infraestruturas como WhatsApp e Instagram permitem que antropólogas e antropólogos possam ter acesso às racionalidades sociais, as lógicas de movimentação e as precariedades que constituem o ir e vir desses sujeitos, mesmo que condicionadas às quedas operacionais típicas de tais infraestruturas de comunicação. De fato, a maneira como estas possibilitam a movimentação do pesquisador por uma série de ambientes (sejam eles virtuais ou não) acabam por influenciar na própria forma com a qual o motorista elabora narrativas sobre seu próprio processo de movimentação urbana e das simbologias que as dão corpo. Desse modo, demonstro, por exemplo, que a necessidade de um áudio de WhatsApp ser gravado mais de uma vez por um motorista que tinha colocado suas mãos no microfone de captação de som de seu smartphone, acaba por levar à alterações na forma com a qual ele mesmo descreve seu cotidiano. Às vezes fornecendo informações antes omitidas, às vezes revelando perspectivas contraditórias àquelas expostas nos áudios

iniciais, tais defeitos operacionais parecem induzir a repetições que se traduzem em mudanças discursivas ou até mesmo em uma maior (ou menor) capacidade do interlocutor em descrever as minúcias de seu cotidiano. Por fim, sugiro que, a partir de uma abordagem como essa, é possível fornecer uma perspectiva sobre o fenômeno da uberização que não parta da cisão moderna entre, de um lado, o mundo da corporeidade física e de suas materialidades e, de outro, o das ideologias, dos símbolos e dos discursos. Assim, os/as motoristas de Uber são compreendidos através da forma com a qual se associam com aplicativos, asfaltos, ideologias, discursos, sinais de trânsito, subjetividades, regiões de difícil acesso e redes sociais. Aqui, são as infraestruturas que parecem conduzir a circulação desse conjunto híbrido de actantes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660593085_ARQUIVO_f9435c210c0f7290c8392ccded484328.pdf

Apresentação Oral

Aplicativo de corrida, Instagram e WhatsApp: As infraestruturas que mobilizam antropólogo/as e motoristas

Álvaro Prado Aguiar Tavares

Neste trabalho pretendo oferecer reflexões a partir de algumas de minhas experiências etnográficas com motoristas de Uber que circulam pela região metropolitana de Recife, bem como com as infraestruturas que (n)os interpelam. Assim, além daquelas que mediam os movimentos desses motoristas através do espaço urbano, de modo a conduzi-los aos bairros nobres ao mesmo tempo que os mantém afastados dos mais violentos e/ou de difícil acesso, são também fundamentais aquelas infraestruturas que permitem ao antropólogo ter interlocução com um grupo de trabalhadores que tem poucos momentos a se dedicar aos interesses de um pesquisador/a. Nesse sentido, somados aos requisitos de distanciamento social impostos pela pandemia de Covid-19, infraestruturas como WhatsApp e Instagram permitem que antropólogas e antropólogos possam ter acesso às racionalidades sociais, as lógicas de movimentação e as precariedades que constituem o ir e vir desses sujeitos, mesmo que condicionadas às quedas operacionais típicas de tais infraestruturas de comunicação. De fato, a maneira como estas possibilitam a movimentação do pesquisador por uma série de ambientes (sejam eles virtuais ou não) acabam por influenciar na própria forma com a qual o motorista elabora narrativas sobre seu próprio processo de movimentação urbana e das simbologias que as dão corpo. Desse modo, demonstro, por exemplo, que a necessidade de um áudio de WhatsApp ser gravado mais de uma vez por um motorista que tinha colocado suas mãos no microfone de captação de som de seu smartphone, acaba por levar à alterações na forma com a qual ele mesmo descreve seu cotidiano. Às vezes fornecendo informações antes omitidas, às vezes revelando perspectivas contraditórias àquelas expostas nos áudios

iniciais, tais defeitos operacionais parecem induzir a repetições que se traduzem em mudanças discursivas ou até mesmo em uma maior (ou menor) capacidade do interlocutor em descrever as minúcias de seu cotidiano. Por fim, sugiro que, a partir de uma abordagem como essa, é possível fornecer uma perspectiva sobre o fenômeno da uberização que não parta da cisão moderna entre, de um lado, o mundo da corporeidade física e de suas materialidades e, de outro, o das ideologias, dos símbolos e dos discursos. Assim, os/as motoristas de Uber são compreendidos através da forma com a qual se associam com aplicativos, asfaltos, ideologias, discursos, sinais de trânsito, subjetividades, regiões de difícil acesso e redes sociais. Aqui, são as infraestruturas que parecem conduzir a circulação desse conjunto híbrido de actantes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660593085_ARQUIVO_f9435c210c0f7290c8392ccded484328.pdf

Apresentação Oral

Infraestruturas em ruínas: megaprojetos e destruição como projetos no Sul Global

Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte

No topo de uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro repousa uma gigantesca cisterna que abasteceria de água o morro inteiro, porém nunca foi ativada. Ela está interligada a canos que não se conectam, formando uma rede de encanamentos completamente funcional por onde nunca circulou água. Ano após ano essas estruturas se degradam contando com os vãos esforços dos moradores que tentam repará-la para um dia ser utilizada. O morro conta com uma subestação da empresa de água, porém no topo da favela diversas famílias sofrem com a cotidiana falta de água. Nesse local, "o cara da água", um morador que é também trabalhador da empresa, é o único responsável por fazer a água chegar na torneira dessas famílias. O manobreiro todos os dias tem que redirecionar água para esse local, onde portanto só há abastecimento em determinadas horas do dia, as vezes só em alguns dias da semana, ou simplesmente quando o "cara da água" pode. O topo do morro também sofre com a falta de coleta de lixo e constantes deslizamentos de casas quando chove muito, e seus moradores são frequentemente responsabilizados pelo Estado pela sua situação e instigados a deixarem a área, considerada "de risco". A aparente ilógica de propor projetos de urbanização, porém permitir que em determinados locais estruturas e serviços possam ser inativos, cortados ou abandonados pode ser compreendida a partir de determinadas racionalidades de governo em que materialidades são ao mesmo tempo produto e produtoras destes regimes. A proposta deste trabalho é refletir a partir de etnografias realizadas em processos de urbanização e renovação urbana no Rio de Janeiro em diálogo com a abordagem da antropologia das infraestruturas para compreender especificidades locais e regionais dos processos do fazer e desfazer cidade no Sul Global. Nas favelas, periferias e ocupações do Rio de Janeiro parece

haver um continuum em que práticas de governo perpetuadas através da violência policial se estendem também pela violência infraestrutural, onde um regime de exclusão social é mantido sobre e através das infraestruturas. Propõe-se pensar como megaprojetos de urbanização andam lado a lado a processos de abandono e degradação na cidade e se é possível entender a própria destruição infraestrutural como um projeto e modo de urbanização no Sul Global.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660307134_ARQUIVO_33798cb60837e445736a5fdf44d545d3.pdf

Apresentação Oral

Infraestruturas em ruínas: megaprojetos e destruição como projetos no Sul Global

Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte

No topo de uma favela da Zona Norte do Rio de Janeiro repousa uma gigantesca cisterna que abastece de água o morro inteiro, porém nunca foi ativada. Ela está interligada a canos que não se conectam, formando uma rede de encanamentos completamente funcional por onde nunca circulou água. Ano após ano essas estruturas se degradam contando com os vãos esforços dos moradores que tentam repará-la para um dia ser utilizada. O morro conta com uma subestação da empresa de água, porém no topo da favela diversas famílias sofrem com a cotidiana falta de água. Nesse local, "o cara da água", um morador que é também trabalhador da empresa, é o único responsável por fazer a água chegar na torneira dessas famílias. O manobreiro todos os dias tem que redirecionar água para esse local, onde portanto só há abastecimento em determinadas horas do dia, as vezes só em alguns dias da semana, ou simplesmente quando o "cara da água" pode. O topo do morro também sofre com a falta de coleta de lixo e constantes deslizamentos de casas quando chove muito, e seus moradores são frequentemente responsabilizados pelo Estado pela sua situação e instigados a deixarem a área, considerada "de risco". A aparente ilógica de propor projetos de urbanização, porém permitir que em determinados locais estruturas e serviços possam ser inativos, cortados ou abandonados pode ser compreendida a partir de determinadas racionalidades de governo em que materialidades são ao mesmo tempo produto e produtoras destes regimes. A proposta deste trabalho é refletir a partir de etnografias realizadas em processos de urbanização e renovação urbana no Rio de Janeiro em diálogo com a abordagem da antropologia das infraestruturas para compreender especificidades locais e regionais dos processos do fazer e desfazer cidade no Sul Global. Nas favelas, periferias e ocupações do Rio de Janeiro parece haver um continuum em que práticas de governo perpetuadas através da violência policial se estendem também pela violência infraestrutural, onde um regime de exclusão social é mantido sobre e através das infraestruturas. Propõe-se pensar como megaprojetos de urbanização

andam lado a lado a processos de abandono e degradação na cidade e se é possível entender a própria destruição infraestrutural como um projeto e modo de urbanização no Sul Global.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660307134_ARQUIVO_33798cb60837e445736a5fdf44d545d3.pdf

Apresentação Oral

Gestão de resíduos sólidos no Recife: relações entre antropoceno, políticas públicas e práticas inovadoras

Caroline Soares de Almeida

Tendo em vista o desafio global de se estabelecer diretrizes que possibilitem o desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas criou, em setembro de 2015, uma agenda socioambiental que instituiu metas - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) - para que cada país pudesse desfrutar "de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos". Todos os países-membros da ONU foram signatários, incluído o Brasil. Os resíduos sólidos, ou que comumente chamamos de "lixo", consistem em um problema ambiental que implica na poluição dos solos e das águas, no risco de proliferação de doenças, também no agravamento das mudanças climáticas devido às emissões de CO₂ provenientes da deposição indevida nos aterros sanitários. Seguindo diretrizes nacionais alinhadas aos ODS e estabelecidas, por exemplo, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife têm criado políticas públicas e convênios com o setor privado a fim de mitigar esses efeitos tão característicos do que tem sido chamado de antropoceno. Tais políticas incluem a construção de centros de reciclagem de materiais sólidos, seja através do retorno à produção industrial ou mesmo no incentivo à construção de usinas de biogás. Existem também ações comunitárias que atuam na gestão local de resíduos, autônomas e em parceria com outros órgãos, que procuram minimizar essa problemática, além de gerar renda local. Esta proposta apresenta um panorama de narrativas e concepções engendradas por diferentes atores sociais - catadores, agentes comunitários, moradores e poder público - sobre gestão de resíduos sólidos e sustentabilidade na cidade do Recife. Cabe ressaltar que a cidade é considerada área altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas com base nos relatórios produzidos pelo Intergovernmental Panel on Climate Change, além de estar na 378^o posição no ranking do desenvolvimento sustentável, produzido pelo Instituto Cidades Sustentáveis entre 770 municípios brasileiros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482815_ARQUIVO_b82cc9d3882c7928c3dd3ff332a88dc8.pdf

Apresentação Oral

Gestão de resíduos sólidos no Recife: relações entre antropoceno, políticas públicas e práticas inovadoras

Caroline Soares de Almeida

Tendo em vista o desafio global de se estabelecer diretrizes que possibilitem o desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas criou, em setembro de 2015, uma agenda socioambiental que instituiu metas - Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS/ONU) - para que cada país pudesse desfrutar "de um crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável e de trabalho decente para todos". Todos os países-membros da ONU foram signatários, incluído o Brasil. Os resíduos sólidos, ou que comumente chamamos de "lixo", consistem em um problema ambiental que implica na poluição dos solos e das águas, no risco de proliferação de doenças, também no agravamento das mudanças climáticas devido às emissões de CO₂ provenientes da deposição indevida nos aterros sanitários. Seguindo diretrizes nacionais alinhadas aos ODS e estabelecidas, por exemplo, no Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife têm criado políticas públicas e convênios com o setor privado a fim de mitigar esses efeitos tão característicos do que tem sido chamado de antropoceno. Tais políticas incluem a construção de centros de reciclagem de materiais sólidos, seja através do retorno à produção industrial ou mesmo no incentivo à construção de usinas de biogás. Existem também ações comunitárias que atuam na gestão local de resíduos, autônomas e em parceria com outros órgãos, que procuram minimizar essa problemática, além de gerar renda local. Esta proposta apresenta um panorama de narrativas e concepções engendradas por diferentes atores sociais - catadores, agentes comunitários, moradores e poder público - sobre gestão de resíduos sólidos e sustentabilidade na cidade do Recife. Cabe ressaltar que a cidade é considerada área altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas com base nos relatórios produzidos pelo Intergovernmental Panel on Climate Change, além de estar na 378^o posição no ranking do desenvolvimento sustentável, produzido pelo Instituto Cidades Sustentáveis entre 770 municípios brasileiros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482815_ARQUIVO_b82cc9d3882c7928c3dd3ff332a88dc8.pdf

Apresentação Oral

Do cano de fuzil ao cano d'água: uma análise generificada da violência infraestrutural na Palestina

Giovanna Lucio Monteiro

Pensar a Palestina, tradicionalmente, significa pensar em guerra e terrorismo. De forma interdisciplinar, a questão Palestina tem sido analisada a partir de suas irrupções de violência e da forma como estas produzem a guerra. Ainda, são pautados os efeitos disso na política e na sociabilidade israelense e palestina ao longo de quase oito décadas, tendo como temas centrais a militarização e o fluxo de refugiados produzidos. Já pensar mulheres na Palestina se traduz usualmente em pensar resistências e os atravessamentos que o conflito produz. Os principais trabalhos de campo são centrados na análise da vida de mulheres refugiadas, na forma como o medo afeta a vida cotidiana e nas resistências, armadas ou não, destas mulheres. Na literatura de guerra há uma lacuna em pensar a forma como esta se traduz no cotidiano e na construção de políticas públicas e das cidades palestinas. Sendo um conflito de décadas se entremeou na vida e se confundiu com a própria constituição do Estado palestino, que teve a sua infraestrutura construída em uma imbricação da colonização de Israel e auxílios de instituições internacionais, como o Banco Mundial. Nesse sentido, a guerra na Palestina é analisada a partir da sua forma enquanto estado de excessão, não de seu cotidiano. Os outros trabalhos que tratam sobre mulheres, gênero e a questão Palestina fazem uma importante análise dos impactos do conflito sobre a vida das mulheres, mas possuem pouco diálogo com os estudos citados anteriormente. Considerando essa lacuna de pesquisa proponho analisar a violência infraestrutural em uma perspectiva generificada, observando o conflito a partir da sua tradução nas infraestruturas de guerra que afetam diretamente a vida de mulheres. Partindo de uma análise sobre a vida cotidiana de três mulheres em Ramallah, Palestina, e produzindo um diálogo entre o debate sobre infraestrutura (Anand, 2017; Larkin, 2020; Von Schnitzler, 2016; Pierobon, 2021) e violência (Das, 2007; 2004; Das & Poole, 2004; Cavalcanti, 2008) observo que o conflito diluiu a sua situação de excessão em infraestruturas, que só poderiam ser observadas como algo central na questão palestina a partir da fala de mulheres. Isso porque essa forma de violência tem a sua invisibilidade como um princípio, ela é escondida, entremeada em canos, redes de esgoto, elétrica, rodovias e postos de controle. Em sua grande maioria, essa violência faz parte do ambiente doméstico, não é espetacular, não chama atenção da mídia e é muitas vezes percebida como um problema relacionado à pobreza e não necessariamente à guerra. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva generificada das infraestruturas é possível observar violências que são construídas para não serem vistas e para desmobilizar todo um grupo social.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/980_05245957_904091.docx

Apresentação Oral

Do cano de fuzil ao cano d'água: uma análise generificada da violência infraestrutural na Palestina

Giovanna Lucio Monteiro

Resumo: Pensar a Palestina, tradicionalmente, significa pensar em guerra e terrorismo. De forma interdisciplinar, a questão Palestina tem sido analisada a partir de suas irrupções de violência e da forma como estas produzem a guerra. Ainda, são pautados os efeitos disso na política e na sociabilidade israelense e palestina ao longo de quase oito décadas, tendo como temas centrais a militarização e o fluxo de refugiados produzidos. Já pensar mulheres na Palestina se traduz usualmente em pensar resistências e os atravessamentos que o conflito produz. Os principais trabalhos de campo são centrados na análise da vida de mulheres refugiadas, na forma como o medo afeta a vida cotidiana e nas resistências, armadas ou não, destas mulheres. Na literatura de guerra há uma lacuna em pensar a forma como esta se traduz no cotidiano e na construção de políticas públicas e das cidades palestinas. Sendo um conflito de décadas se entremeou na vida e se confundiu com a própria constituição do Estado palestino, que teve a sua infraestrutura construída em uma imbricação da colonização de Israel e auxílios de instituições internacionais, como o Banco Mundial. Nesse sentido, a guerra na Palestina é analisada a partir da sua forma enquanto estado de exceção, não de seu cotidiano. Os outros trabalhos que tratam sobre mulheres, gênero e a questão Palestina fazem uma importante análise dos impactos do conflito sobre a vida das mulheres, mas possuem pouco diálogo com os estudos citados anteriormente. Considerando essa lacuna de pesquisa proponho analisar a violência infraestrutural em uma perspectiva generificada, observando o conflito a partir da sua tradução nas infraestruturas de guerra que afetam diretamente a vida de mulheres. Partindo de uma análise sobre a vida cotidiana de três mulheres em Ramallah, Palestina, e produzindo um diálogo entre o debate sobre infraestrutura (Anand, 2017; Larkin, 2020; Von Schnitzler, 2016; Pierobon, 2021) e violência (Das, 2007; 2004; Das & Poole, 2004; Cavalcanti, 2008) observo que o conflito diluiu a sua situação de exceção em infraestruturas, que só poderiam ser observadas como algo central na questão palestina a partir da fala de mulheres. Isso porque essa forma de violência tem a sua invisibilidade como um princípio, ela é escondida, entremeada em canos, redes de esgoto, elétrica, rodovias e postos de controle. Em sua grande maioria, essa violência faz parte do ambiente doméstico, não é espetacular, não chama atenção da mídia e é muitas vezes percebida como um problema relacionado à pobreza e não necessariamente à guerra. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva generificada das infraestruturas é possível observar violências que são construídas para não serem vistas e para desmobilizar todo um grupo social.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/892_56501388_904091.docx

Apresentação Oral

Habitando o tempo das infraestruturas urbanas: promessas e imaginários de futuro nas obras de esgotamento sanitário na Barra Olímpica (1980-2020).

Júlia Kovac Machado

Este trabalho trata da relação entre tempo e infraestruturas urbanas a partir de uma etnografia com artigos de jornal sobre o caso das obras de esgotamento sanitário na região hoje conhecida como "Barra Olímpica". A região é um entroncamento entre os bairros de Curicica, Camorim e Jacarepaguá e localiza-se na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Meu objetivo é analisar como a partir das promessas das obras de esgotamento sanitário podemos acessar representações, imaginários e projetos de futuro sobre esta região, que versam sobre modernidade, progresso e preservação ambiental. Ou seja, a partir da análise do que é prometido quando se promete o acesso a essa infraestrutura, analiso que tipos de projetos e imaginários de futuro estão em jogo na região, além de representações sociais sobre este território. Parto da concepção de infraestrutura como projeto espaço-temporal (APPEL, ANAND e GUPTA, 2018), isto é, conceitualizo a infraestrutura não só em termos dos espaços que ela conecta, mas também dos diferentes tempos que são conectados em sua rede. A escolha pelas promessas como categoria central de análise justifica-se não só em termos empíricos, por aparecer como uma categoria nativa entre meus interlocutores, mas também pela capacidade da categoria de unir passado, presente e futuro, sendo elas instâncias concretas de visões de futuro (GUPTA, 2018) e permitindo uma análise processual e histórica. Como resultados preliminares do trabalho, destaco a ideia de preservação ambiental como um imaginário chave para compreender o que significa modernização e progresso na Barra da Tijuca. Além disso, a identificação de uma forma específica de experienciar e habitar o tempo na região, a partir da produção e não produção das obras de esgotamento sanitário. Em termos metodológicos, este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento para a minha dissertação de mestrado. Ele é um primeiro esforço de análise do material que reuni quando era bolsista de iniciação científica do projeto "Para ver a Barra de outro ângulo: Um projeto de pesquisa sobre mercados imobiliários, mercados de serviços e sociabilidades urbanas na "Barra Olímpica"". O projeto é coordenado pelas professoras Julia O'Donnell (DAC/IFCS) e Marcella Araujo (DS/IFCS) no âmbito do Urbano - Laboratório de Estudos da Cidade. Nesta pesquisa, reuni mais de 800 artigos de jornal do acervo digital do jornal O Globo, a partir da palavra-chave "Região Autódromo" (uma forma de denominação anterior à alcunha de "Barra Olímpica"), em um recorte temporal que vai dos anos de 1980 até 2020. Para a pesquisa de mestrado, estou utilizando uma parte dele, em uma aposta na etnografia com artigos de jornal como metodologia para a análise de processos de transformação urbana (O'DONNELL, 2013; TEIXEIRA ALVES, 2020).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660575452_ARQUIVO_bfa6ddb7f9827627ffe0bc441bd9ec5c.pdf

Apresentação Oral

Habitando o tempo das infraestruturas urbanas: promessas e imaginários de futuro nas obras de esgotamento sanitário na Barra Olímpica (1980-2020).

Júlia Kovac Machado

Este trabalho trata da relação entre tempo e infraestruturas urbanas a partir de uma etnografia com artigos de jornal sobre o caso das obras de esgotamento sanitário na região hoje conhecida como "Barra Olímpica". A região é um entroncamento entre os bairros de Curicica, Camorim e Jacarepaguá e localiza-se na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Meu objetivo é analisar como a partir das promessas das obras de esgotamento sanitário podemos acessar representações, imaginários e projetos de futuro sobre esta região, que versam sobre modernidade, progresso e preservação ambiental. Ou seja, a partir da análise do que é prometido quando se promete o acesso a essa infraestrutura, analiso que tipos de projetos e imaginários de futuro estão em jogo na região, além de representações sociais sobre este território. Parto da concepção de infraestrutura como projeto espaço-temporal (APPEL, ANAND e GUPTA, 2018), isto é, conceitualizo a infraestrutura não só em termos dos espaços que ela conecta, mas também dos diferentes tempos que são conectados em sua rede. A escolha pelas promessas como categoria central de análise justifica-se não só em termos empíricos, por aparecer como uma categoria nativa entre meus interlocutores, mas também pela capacidade da categoria de unir passado, presente e futuro, sendo elas instâncias concretas de visões de futuro (GUPTA, 2018) e permitindo uma análise processual e histórica. Como resultados preliminares do trabalho, destaco a ideia de preservação ambiental como um imaginário chave para compreender o que significa modernização e progresso na Barra da Tijuca. Além disso, a identificação de uma forma específica de experienciar e habitar o tempo na região, a partir da produção e não produção das obras de esgotamento sanitário. Em termos metodológicos, este trabalho faz parte de uma pesquisa em andamento para a minha dissertação de mestrado. Ele é um primeiro esforço de análise do material que reuni quando era bolsista de iniciação científica do projeto "Para ver a Barra de outro ângulo: Um projeto de pesquisa sobre mercados imobiliários, mercados de serviços e sociabilidades urbanas na "Barra Olímpica"". O projeto é coordenado pelas professoras Julia O'Donnell (DAC/IFCS) e Marcella Araujo (DS/IFCS) no âmbito do Urbano - Laboratório de Estudos da Cidade. Nesta pesquisa, reuni mais de 800 artigos de jornal do acervo digital do jornal O Globo, a partir da palavra-chave "Região Autódromo" (uma forma de denominação anterior à alcunha de "Barra Olímpica"), em um recorte temporal que vai dos anos de 1980 até 2020. Para a pesquisa de mestrado, estou utilizando uma parte dele, em uma aposta na etnografia com artigos de jornal como metodologia para a análise de processos de transformação urbana (O'DONNELL, 2013; TEIXEIRA ALVES, 2020).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660575452_ARQUIVO_bfa6ddb7f9827627ffe0bc441bd9ec5c.pdf

Apresentação Oral

Refletindo sobre a Rota Perimetral 102 ¿Eixo estruturante urbana do nordeste de Montevidéu?

Lucía Abbadie

Propomos esta apresentação ao GT pra discutir, a partir do caso da rota perimetral 102, em que medida as infraestruturas são suportes e meios para fluxos nas escalas local, nacional e transnacional, colocando em contato e em tensão pessoas, objetos e práticas de o mundo do trabalho, o capital e o mercado, bem como as práticas da vida cotidiana (Lefebvre, 1979; Delgado, 2004). Partindo do pressuposto de que essas infraestruturas são produto e resultado dos sistemas políticos, econômicos e sociais que nelas se articulam e operam, abordaremos e refletiremos sobre o caso da Rota Perimetral 102, localizada no nordeste de Montevidéu, Uruguai. Fazendo uma análise em torno da sua projeção e construção, pretendemos poder refletir em que medida a construção da rota gerou a base para o crescimento populacional na área. Embora sua construção seja recente, em 2008 foi inaugurado o primeiro trecho da Rota 8 a 101, e foram iniciadas as obras do segundo trecho, que é denominado Rota do Perímetro, também conhecido como Anel Perimetral, já havia uma proposta desenhada na década de 1950. Sua função atual é unir diferentes rotas nacionais, que ligam Montevidéu com diferentes áreas do norte e nordeste do Uruguai, bem como bairros periféricos da cidade e sua região metropolitana. A Rota 102 liga o aeroporto ao porto de Montevidéu, possibilitando o transporte de mercadorias por áreas de baixa densidade urbana e ainda relativamente baixa intensidade de transporte, mas também reduziram o tempo de transporte de pessoas entre áreas distantes da cidade. Esta proposta se baseia em uma análise maior, que faz parte de minha tese de doutorado, e que tem como foco a expansão da cidade de Montevidéu em direção ao nordeste metropolitano. Poder trocar com outro/as antropólogo/as em torno do papel da rota perimetral como infraestrutura que pode estar permeando tanto do ponto de vista material, como artefato, quanto do ponto de vista simbólico, como gerador de diferentes valores: valor de uso, valor de troca, valor semântico (significado) e deôntico (moralidade) (Kockelman, 2016), me ajudam na enunciação de algumas perguntas. Que impacto teve a rota perimetral no crescimento da cidade de Montevidéu em direção ao nordeste metropolitano? Existe uma inter-relação entre as infra-estruturas da rota 102 enquanto artefacto, com os efeitos de valorização da terra que esta produz, produzidos tanto pelo Estado, quanto pelas demandas das comunidades de bairros organizadas, que lutam pelo seu direito a uma cidade digna? Essas perguntas ajudam a pensar a instalação de uma infraestrutura material, e sua contrapartida na

valorização (Kockelman, 2013; Graeber, 2001; Narotzky e Bresnier, 2020) (tanto no sentido econômico quanto simbólico) gerada a partir da construção de uma infraestrutura.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661113481_ARQUIVO_0bb9659b110aca346020e7a8860b548d.pdf

Apresentação Oral

Refletindo sobre a Rota Perimetral 102 ¿Eixo estruturante urbana do nordeste de Montevideú?

Lucía Abbadie

Propomos esta apresentação ao GT pra discutir, a partir do caso da rota perimetral 102, em que medida as infraestruturas são suportes e meios para fluxos nas escalas local, nacional e transnacional, colocando em contato e em tensão pessoas, objetos e práticas de o mundo do trabalho, o capital e o mercado, bem como as práticas da vida cotidiana (Lefebvre, 1979; Delgado, 2004). Partindo do pressuposto de que essas infraestruturas são produto e resultado dos sistemas políticos, econômicos e sociais que nelas se articulam e operam, abordaremos e refletiremos sobre o caso da Rota Perimetral 102, localizada no nordeste de Montevideú, Uruguai. Fazendo uma análise em torno da sua projeção e construção, pretendemos poder refletir em que medida a construção da rota gerou a base para o crescimento populacional na área. Embora sua construção seja recente, em 2008 foi inaugurado o primeiro trecho da Rota 8 a 101, e foram iniciadas as obras do segundo trecho, que é denominado Rota do Perímetro, também conhecido como Anel Perimetral, já havia uma proposta desenhada na década de 1950. Sua função atual é unir diferentes rotas nacionais, que ligam Montevideú com diferentes áreas do norte e nordeste do Uruguai, bem como bairros periféricos da cidade e sua região metropolitana. A Rota 102 liga o aeroporto ao porto de Montevideú, possibilitando o transporte de mercadorias por áreas de baixa densidade urbana e ainda relativamente baixa intensidade de transporte, mas também reduziram o tempo de transporte de pessoas entre áreas distantes da cidade. Esta proposta se baseia em uma análise maior, que faz parte de minha tese de doutorado, e que tem como foco a expansão da cidade de Montevideú em direção ao nordeste metropolitano. Poder trocar com outro/as antropólogo/as em torno do papel da rota perimetral como infraestrutura que pode estar permeando tanto do ponto de vista material, como artefato, quanto do ponto de vista simbólico, como gerador de diferentes valores: valor de uso, valor de troca, valor semântico (significado) e deôntico (moralidade) (Kockelman, 2016), me ajudam na enunciação de algumas perguntas. Que impacto teve a rota perimetral no crescimento da cidade de Montevideú em direção ao nordeste metropolitano? Existe uma inter-relação entre as infra-estruturas da rota 102 enquanto artefacto, com os efeitos de valorização da terra que esta produz, produzidos tanto pelo Estado, quanto pelas demandas

das comunidades de bairros organizadas, que lutam pelo seu direito a uma cidade digna? Essas perguntas ajudam a pensar a instalação de uma infraestrutura material, e sua contrapartida na valorização (Kockelman, 2013; Graeber, 2001; Narotzky e Bresnier, 2020) (tanto no sentido econômico quanto simbólico) gerada a partir da construção de uma infraestrutura.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661113481_ARQUIVO_0bb9659b110aca346020e7a8860b548d.pdf

Apresentação Oral

Relações entre cotidiano e infraestruturas urbanas antes, durante e após o "apagão" no Amapá

Newan Acacio Oliveira de Souza, Alicia N.G.de Castells

Em novembro de 2020, o estado do Amapá passou pela maior crise de distribuição de energia elétrica de sua história. O "apagão" se desenrolou em diferentes vertentes da vida cotidiana da população. Desse momento em diante, muitas outras crises instalaram-se no estado, a de falta de água, falta de comida e de comunicação, por exemplo. Momentos sufocantes e desesperadores definem muitos dos relatos. Passados quase dois anos, vejo-me dentro desse "acontecimento" ao produzir uma etnografia sobre uma região de ressaca na cidade de Santana, no Amapá, e perceber que se instalou uma verdadeira cisão na relação (já calejada) entre sujeitos e infraestruturas ligadas a energia elétrica. Este trabalho tem como intuito pensar as dinâmicas produzidas pelo "apagão" na vida das pessoas, trazendo à tona temporalidades que auxiliem a construir um cenário antes, durante e pós apagão. Com esse objetivo apresento uma análise sobre os dados e informações produzidas sobre o "apagão" durante 2020 na rede social Twitter, a partir de minha inserção e trocas na plataforma. Além disso, as narrativas sobre o advento de infraestruturas urbanas (fornecimento de água, eletricidade e esgoto) na área de ressaca aterrada que compõem parte das minhas reflexões atuais sobre urbanização e cidade. Assim, as infraestruturas são interpretadas aqui como materializações da vida na cidade - que são geridas e constituídas a partir de aparatos do Estado ou da iniciativa privada - e que no seu processo de surgimento e interrupção provocam mudanças no cotidiano de diversas famílias, bairros e de uma cidade inteira.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659635616_ARQUIVO_0d5a8ca00ba0e28bc27ad112c85d5f7d.pdf

Apresentação Oral

Relações entre cotidiano e infraestruturas urbanas antes, durante e após o "apagão" no Amapá

Newan Acacio Oliveira de Souza, Alicia N.G.de Castells

Em novembro de 2020, o estado do Amapá passou pela maior crise de distribuição de energia elétrica de sua história. O "apagão" se desenrolou em diferentes vertentes da vida cotidiana da população. Desse momento em diante, muitas outras crises instalaram-se no estado, a de falta de água, falta de comida e de comunicação, por exemplo. Momentos sufocantes e desesperadores definem muitos dos relatos. Passados quase dois anos, vejo-me dentro desse "acontecimento" ao produzir uma etnografia sobre uma região de ressaca na cidade de Santana, no Amapá, e perceber que se instalou uma verdadeira cisão na relação (já calejada) entre sujeitos e infraestruturas ligadas a energia elétrica. Este trabalho tem como intuito pensar as dinâmicas produzidas pelo "apagão" na vida das pessoas, trazendo à tona temporalidades que auxiliem a construir um cenário antes, durante e pós apagão. Com esse objetivo apresento uma análise sobre os dados e informações produzidas sobre o "apagão" durante 2020 na rede social Twitter, a partir de minha inserção e trocas na plataforma. Além disso, as narrativas sobre o advento de infraestruturas urbanas (fornecimento de água, eletricidade e esgoto) na área de ressaca aterrada que compõem parte das minhas reflexões atuais sobre urbanização e cidade. Assim, as infraestruturas são interpretadas aqui como materializações da vida na cidade - que são geridas e constituídas a partir de aparatos do Estado ou da iniciativa privada - e que no seu processo de surgimento e interrupção provocam mudanças no cotidiano de diversas famílias, bairros e de uma cidade inteira.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659635616_ARQUIVO_0d5a8ca00ba0e28bc27ad112c85d5f7d.pdf

Apresentação Oral

Fazendo infraestruturas: uma etnografia das práticas cotidianas e negociações em torno dos manejos e dos acessos à água em Florianópolis

Priscila dos Anjos

Florianópolis é composta pela Ilha de Santa Catarina e uma região continental. A cidade possui 508 mil habitantes e cerca de 75% deles residem na ilha. Os dois principais mananciais para o abastecimento de água em Florianópolis estão situados em Santo Amaro da Imperatriz (Município a 38 km de Florianópolis). São eles: o Rio Cubatão e o Rio Vargem do Braço. A água é levada até a ilha catarinense por meio de canos instalados nas Pontes Pedro Ivo e Colombo Salles. Na ilha também há outros mananciais, de menor vazão, onde é captada água para distribuição. Há em Florianópolis dezenas de sistemas independentes de água, ou seja, de formas de abastecimento de água que não são administrados pela CASAN, empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento em Santa Catarina. Estão entre eles o sistema da Costa de Dentro, um bairro localizado no

extremo-sul da ilha. O Sistema Independente de Água da Costa de Dentro atende 196 residências. Os sistemas independentes de água não são regulamentados, ou seja, são vistos pelo estado como sistemas irregulares. No Plano Municipal de Saneamento Básico (um instrumento de planejamento que estabelece diretrizes para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento em Florianópolis), fica evidente que essas infraestruturas independentes de água estão em disputa na cidade. Em 2000, a CASAN ampliou a capacidade de distribuição de água a fim de possibilitar o fornecimento do recurso para os moradores da Costa de Dentro. Até então o sistema independente era a única forma de abastecimento de água da localidade. Todavia, os moradores decidiram por não migrar para o sistema. Desde então, a CASAN reivindica o fornecimento do serviço na região, com a premissa de que há a necessidade de controle público nos sistemas independentes. É neste cenário que busco descrever as práticas cotidianas e comunitárias que fazem o sistema independente de água da Costa de Dentro distribuir água para 196 famílias do extremo-sul de Florianópolis. O trabalho de campo que venho realizando na comunidade desde 2021, vem mostrando uma diversidade de abordagens possíveis e necessárias para a pesquisa que estou desenvolvendo, desde as técnicas cotidianas na gestão da água, como a captação e tratamento da água, a produção de cobranças para os usuários até os conhecimentos desenvolvidos pelos moradores sobre a paisagem que habitam, a sazonalidade e a atuação política necessária para barrar construção de grandes empreendimentos no bairro. Neste sentido, buscarei compartilhar neste grupo de trabalho o que venho compreendendo e refletindo sobre a construção e manutenção comunitária de uma infraestrutura de água, durante o trabalho de campo que realizo na comunidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661462864_ARQUIVO_eea83c6eb7e5e464b2725c7ccee500b6.pdf

Apresentação Oral**Fazendo infraestruturas: uma etnografia das práticas cotidianas e negociações em torno dos manejos e dos acessos à água em Florianópolis**

Priscila dos Anjos

Florianópolis é composta pela Ilha de Santa Catarina e uma região continental. A cidade possui 508 mil habitantes e cerca de 75% deles residem na ilha. Os dois principais mananciais para o abastecimento de água em Florianópolis estão situados em Santo Amaro da Imperatriz (Município a 38 km de Florianópolis). São eles: o Rio Cubatão e o Rio Vargem do Braço. A água é levada até a ilha catarinense por meio de canos instalados nas Pontes Pedro Ivo e Colombo Salles. Na ilha também há outros mananciais, de menor vazão, onde é captada água para distribuição. Há em Florianópolis dezenas de sistemas independentes de água, ou seja,

de formas de abastecimento de água que não são administrados pela CASAN, empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento em Santa Catarina. Estão entre eles o sistema da Costa de Dentro, um bairro localizado no extremo-sul da ilha. O Sistema Independente de Água da Costa de Dentro atende 196 residências. Os sistemas independentes de água não são regulamentados, ou seja, são vistos pelo estado como sistemas irregulares. No Plano Municipal de Saneamento Básico (um instrumento de planejamento que estabelece diretrizes para a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento em Florianópolis), fica evidente que essas infraestruturas independentes de água estão em disputa na cidade. Em 2000, a CASAN ampliou a capacidade de distribuição de água a fim de possibilitar o fornecimento do recurso para os moradores da Costa de Dentro. Até então o sistema independente era a única forma de abastecimento de água da localidade. Todavia, os moradores decidiram por não migrar para o sistema. Desde então, a CASAN reivindica o fornecimento do serviço na região, com a premissa de que há a necessidade de controle público nos sistemas independentes. É neste cenário que busco descrever as práticas cotidianas e comunitárias que fazem o sistema independente de água da Costa de Dentro distribuir água para 196 famílias do extremo-sul de Florianópolis. O trabalho de campo que venho realizando na comunidade desde 2021, vem mostrando uma diversidade de abordagens possíveis e necessárias para a pesquisa que estou desenvolvendo, desde as técnicas cotidianas na gestão da água, como a captação e tratamento da água, a produção de cobranças para os usuários até os conhecimentos desenvolvidos pelos moradores sobre a paisagem que habitam, a sazonalidade e a atuação política necessária para barrar construção de grandes empreendimentos no bairro. Neste sentido, buscarei compartilhar neste grupo de trabalho o que venho compreendendo e refletindo sobre a construção e manutenção comunitária de uma infraestrutura de água, durante o trabalho de campo que realizo na comunidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661462864_ARQUIVO_eea83c6eb7e5e464b2725c7ccee500b6.pdf

Apresentação Oral

Condução algorítmica de condutas: notas sobre as tecnologias empresariais privadas de governo

Renan Giménez Azevedo

Neste texto, proponho pensar as modalidades de tecnologia de governo em plataformas de prestação de serviços, a partir da minha experiência de campo em Porto Alegre, RS, enquanto ciclo-entregador por uma plataforma de entrega alimentos. Ao recuperar esta literatura que propõe pensar no Estado como o resultado de uma série de relações, quero refletir quais os

processos que permitem o funcionamento e a existência de empresas cujo principal ativo é uma mescla de coleta de dados e logística. Proponho, assim, pensar nestas empresas como detentoras de formas privadas de condução das condutas de seus colaboradores. Devo apontar que estas plataformas se fazem mais ou menos presentes no cotidiano, conforme seus serviços, sempre ofertados por meio de seus aplicativos; são, então, demandados. Por serem empresas, as tomadas de decisão dos usuários e dos algoritmos seguem uma lógica que busca a maximização dos lucros. Sugiro a que há um modelo de gestão das ofertas de trabalho e de remunerações, delegada aos algoritmos codificados em aplicativos. Ao delegar as correções das taxas de entregas aos algoritmos embebidos no aplicativo, estas empresas conseguem articular uma forma de "keynesianismo privado" (Morozov e Bria, 2020), um modelo de urbanidade pautado em decisões automatizadas pelo gigantesco volume de dados fornecidos pelos cidadãos para agentes privados capazes de coletar e tratar estas informações. Analisar os dados produziria uma realidade informacional que os usuários acreditam ter autonomia. Entretanto, observa-se uma assimetria no fluxo de informações. Do leque de dados coletados, aqueles sobre remunerações de todas as partes envolvidas são profundamente desconhecidas (Woodcock, 2020), o que reiterando certas posturas mercadológicas. Noutros termos, tais cálculos seriam infraestruturantes destas relações sociais, produzindo os modos de organização social, naturalizando-os (Akrich, 2014).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659573026_ARQUIVO_5062b38cad7b0e75c0fad7a742652e65.pdf

Apresentação Oral

Condução algorítmica de condutas: notas sobre as tecnologias empresariais privadas de governo

Renan Giménez Azevedo

Neste texto, proponho pensar as modalidades de tecnologia de governo em plataformas de prestação de serviços, a partir da minha experiência de campo em Porto Alegre, RS, enquanto ciclo-entregador por uma plataforma de entrega alimentos. Ao recuperar esta literatura que propõe pensar no Estado como o resultado de uma série de relações, quero refletir quais os processos que permitem o funcionamento e a existência de empresas cujo principal ativo é uma mescla de coleta de dados e logística. Proponho, assim, pensar nestas empresas como detentoras de formas privadas de condução das condutas de seus colaboradores. Devo apontar que estas plataformas se fazem mais ou menos presentes no cotidiano, conforme seus serviços, sempre ofertados por meio de seus aplicativos; são, então, demandados. Por serem empresas, as tomadas de decisão dos usuários e dos algoritmos seguem uma lógica que busca a maximização dos lucros. Sugiro a que há um modelo de gestão das ofertas de trabalho e de

remunerações, delegada aos algoritmos codificados em aplicativos. Ao delegar as correções das taxas de entregas aos algoritmos embebidos no aplicativo, estas empresas conseguem articular uma forma de "keynesianismo privado" (Morozov e Bria, 2020), um modelo de urbanidade pautado em decisões automatizadas pelo gigantesco volume de dados fornecidos pelos cidadãos para agentes privados capazes de coletar e tratar estas informações. Analisar os dados produziria uma realidade informacional que os usuários acreditam ter autonomia. Entretanto, observa-se uma assimetria no fluxo de informações. Do leque de dados coletados, aqueles sobre remunerações de todas as partes envolvidas são profundamente desconhecidas (Woodcock, 2020), o que reiterando certas posturas mercadológicas. Noutros termos, tais cálculos seriam infraestruturantes destas relações sociais, produzindo os modos de organização social, naturalizando-os (Akrich, 2014).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659573026_ARQUIVO_5062b38cad7b0e75c0fad7a742652e65.pdf

Apresentação Oral

Do Joá pra lá: Túneis, pontes e infraestruturas construindo o(s) futuro(s) do Rio de Janeiro

Rodrigo Agueda

O Elevado do Joá, um complexo infraestrutural composto por quatro túneis e pontes de dois níveis, se estende por 1,25 km entre os bairros de São Conrado e Barra da Tijuca. Construído em 1971, o porte e a complexidade técnica da então mais cara obra urbana do Estado do Rio de Janeiro foi sem precedentes. Encurralada entre uma montanha de 844 metros de altura e o vasto Oceano Atlântico, essa infraestrutura ligava não só a Zona Sul da cidade à sua Zona Oeste, mas também conectou ideias de progresso e modernidade com imaginários de natureza, bucolismo e um "passado a-histórico". Essas conexões contraditórias moldaram a recente expansão e circulação urbana do Rio de Janeiro, bem como as promessas de futuro que circulavam ao lado dos carros, pessoas e infraestruturas rumo ao "sertão carioca" da Barra da Tijuca. Através da construção do Elevado do Joá, podemos investigar as várias circulações, promessas e imaginários contraditórios que ajudaram a criar o futuro da expansão da cidade. Da perspectiva da "virada infraestrutural" da antropologia, analisar historicamente a construção do complexo infraestrutural do Joá nos ajuda a compreender a construção das promessas de futuro que estavam sendo criadas no bairro em construção da Barra da Tijuca, e, assim, a expansão urbana recente do Rio de Janeiro e de seu mercado imobiliário. As tantas infraestruturas - como água, cimento, eletricidade e linhas telefônicas -, cuja circulação se tornou possível com a construção do Joá, atravessaram a ponte e os túneis por entre as muitas promessas e imaginários que foram essenciais para a expansão do mercado imobiliário. Entre

peçoas, carros e caminhões, ideias contraditórias se entrelaçaram para vender o bairro recém-nascido. A valorização de um isolamento da cidade aliada a promessa de conexão e proximidade com a mesma, ideais de modernidade e de futuro associados à imaginários nostálgicos e bucólicos, são algumas das contradições que as composições sócio-técnicas das pontes e dos túneis possibilitaram coexistir. Como "materialidade que possibilita o movimento de outras materialidades", o Joá representa o entrelaçamento entre natureza e técnica, onde o moderno se estende em meio a uma exuberante natureza "intocada". Por meio de uma pesquisa histórica em artigos de jornal, este trabalho investiga as construções entrelaçadas do Joá, da Barra da Tijuca, e de promessas de futuro. Anunciado nos jornais como "a estrada mais bela" ao mesmo tempo que era comparada com o túnel Yerba Buena, na Califórnia, o Joá aparece como uma grande infraestrutura que é também essencial para a provisão de tantas outras infraestruturas, possibilitando movimentos visíveis e invisíveis e sendo uma peça fundamental para compreender as transformações urbanas das décadas de 1960 a 1980 na cidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660603649_ARQUIVO_0d4c5bbc826e0bfd02563d8a84e37fac.docx

Apresentação Oral

Do Joá pra lá: Túneis, pontes e infraestruturas construindo o(s) futuro(s) do Rio de Janeiro

Rodrigo Agueda

O Elevado do Joá, um complexo infraestrutural composto por quatro túneis e pontes de dois níveis, se estende por 1,25 km entre os bairros de São Conrado e Barra da Tijuca. Construído em 1971, o porte e a complexidade técnica da então mais cara obra urbana do Estado do Rio de Janeiro foi sem precedentes. Encurralada entre uma montanha de 844 metros de altura e o vasto Oceano Atlântico, essa infraestrutura ligava não só a Zona Sul da cidade à sua Zona Oeste, mas também conectou ideias de progresso e modernidade com imaginários de natureza, bucolismo e um "passado a-histórico". Essas conexões contraditórias moldaram a recente expansão e circulação urbana do Rio de Janeiro, bem como as promessas de futuro que circulavam ao lado dos carros, pessoas e infraestruturas rumo ao "sertão carioca" da Barra da Tijuca. Através da construção do Elevado do Joá, podemos investigar as várias circulações, promessas e imaginários contraditórios que ajudaram a criar o futuro da expansão da cidade. Da perspectiva da "virada infraestrutural" da antropologia, analisar historicamente a construção do complexo infraestrutural do Joá nos ajuda a compreender a construção das promessas de futuro que estavam sendo criadas no bairro em construção da Barra da Tijuca, e, assim, a expansão urbana recente do Rio de Janeiro e de seu mercado imobiliário. As tantas infraestruturas - como água, cimento, eletricidade e linhas telefônicas -, cuja circulação se

tornou possível com a construção do Joá, atravessaram a ponte e os túneis por entre as muitas promessas e imaginários que foram essenciais para a expansão do mercado imobiliário. Entre pessoas, carros e caminhões, ideias contraditórias se entrelaçaram para vender o bairro recém-nascido. A valorização de um isolamento da cidade aliada a promessa de conexão e proximidade com a mesma, ideais de modernidade e de futuro associados à imaginários nostálgicos e bucólicos, são algumas das contradições que as composições sócio-técnicas das pontes e dos túneis possibilitaram coexistir. Como "materialidade que possibilita o movimento de outras materialidades", o Joá representa o entrelaçamento entre natureza e técnica, onde o moderno se estende em meio a uma exuberante natureza "intocada". Por meio de uma pesquisa histórica em artigos de jornal, este trabalho investiga as construções entrelaçadas do Joá, da Barra da Tijuca, e de promessas de futuro. Anunciado nos jornais como "a estrada mais bela" ao mesmo tempo que era comparada com o túnel Yerba Buena, na Califórnia, o Joá aparece como uma grande infraestrutura que é também essencial para a provisão de tantas outras infraestruturas, possibilitando movimentos visíveis e invisíveis e sendo uma peça fundamental para compreender as transformações urbanas das décadas de 1960 a 1980 na cidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660603649_ARQUIVO_0d4c5bbc826e0bfd02563d8a84e37fac.docx

GT49: Integrando biologia e cultura: história, pesquisas atuais e perspectivas futuras

Desde suas primeiras investigações, na primeira metade do século XIX, até os dias atuais, a Antropologia Biológica brasileira tem se apresentado multifacetada, com uma profusão de estudos com reconhecida inserção na comunidade antropológica internacional. Não obstante, são ainda escassos os espaços de discussão que abordem as interfaces entre Biologia e as Ciências Humanas no país, marca da Bioantropologia contemporânea, incluindo em um mesmo fórum pesquisas realizadas em Etnobiologia, Antropologia Ecológica, evolução biocultural, Antropologia Forense, Bioarqueologia, Antropologia Genética, Socioecologia da Saúde, Primatologia, entre outros campos correlatos. Sempre orientado pelas recentes e cada vez mais proeminentes discussões em torno do que se tem chamado internacionalmente de uma Antropologia Integrada, em que perspectivas teórico-metodológicas de mais de um campo da Antropologia e áreas afins são postas em diálogo, este GT, nesta segunda edição, mantém os objetivos da anterior. Segue com o propósito de se consolidar como um espaço aberto, dentro das RBAs, a investigações de natureza teórica, experiências em trabalho de campo, bem como relatos de iniciativas institucionais, que contemplem os aspectos históricos, os múltiplos temas

atuais, as perspectivas futuras e, sobretudo, as possibilidades de diálogo entre biologia e cultura no e a partir do Brasil.

Palavras chave: Natureza e Cultura; Antropologia Integrada; Antropologia Biológica e Arqueologia

Velan Neto, Pedro da Glória

Apresentação Oral

"Uma abordagem promissora": os transplantes de células-tronco para a cura do HIV

Nas últimas quatro décadas, diferentes biotecnologias têm sido experimentadas em busca da prevenção, do controle, da imunidade e da cura para a infecção pelo HIV, que afeta aproximadamente 40 milhões de pessoas em todo o mundo. Dentre essas abordagens, encontram-se os transplantes de células-tronco hematopoiéticas - células adultas (portanto, não embrionárias) que possuem a capacidade de se tornarem células especializadas do tecido sanguíneo e do sistema imune -, realizados desde os primeiros anos da epidemia de HIV/aids para o tratamento de cânceres e infecções associadas à progressão da doença. O primeiro caso de cura da infecção pelo HIV foi alcançado através desse procedimento terapêutico há pouco mais de uma década, no "paciente de Berlim" (como ficou amplamente conhecido). Nesse caso, contudo, as células transplantadas apresentavam uma diferença considerada central para a cura: o doador possuía uma mutação genética, chamada CCR5-delta-32, que conferia resistência à infecção pelo HIV. Germinava, de acordo com os médicos e cientistas responsáveis, "uma abordagem promissora" para a cura do HIV. Desde então, outros experimentos biomédicos têm sido realizados nesse sentido. Até o momento, transplantes de células-tronco com a mutação promoveram a cura em outros dois homens (em Düsseldorf e Londres) e, mais recentemente, foi anunciado o possível primeiro caso de cura em uma mulher (em Nova York). Tendo em vista este cenário, no presente trabalho pretendo discutir como diferentes agentes, agenciamentos e devires se emaranham e transbordam aos procedimentos experimentais. Para tanto, recorro a materiais heteróclitos - textos jornalísticos, cartas, entrevistas concedidas e artigos científicos -, coletados durante pesquisa de doutorado em andamento. E, em termos conceituais, proponho diálogos com a antropologia da ciência e da tecnologia aliados aos estudos em HIV/aids, às filosofias da diferença e às epistemologias feministas e queer. Afinal, como a cura adquire materialidade e é performada nestes casos?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661267434_ARQUIVO_dade3021f0eb21bf2cd2de67187ffac.pdf

Apresentação Oral

A Ancestralidade na Antropologia Forense e seu contexto no Brasil

A Antropologia Forense analisa o corpo humano em um contexto jurídico, envolvendo cadáveres em avançado estado de decomposição e impossibilitados de serem reconhecidos. A Antropologia Forense poderá viabilizar a identificação positiva por meio de informações provenientes dos ossos. O processo de identificação é feito por meio da criação de um perfil biológico que envolve a avaliação de quatro parâmetros, entre os quais a ancestralidade, também designada por afinidade populacional. A ancestralidade é controversa dentro da Antropologia Forense e, especialmente no Brasil, onde essa área das ciências forenses não é regulamentada e a população é miscigenada. Dessa forma, o objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento dos métodos de análise de ancestralidade empregados nas perícias criminais realizadas no Brasil. Para isso, desenvolveu-se um questionário direcionado aos respectivos profissionais das 27 Unidades Federativas do Brasil (tendo obtido um retorno de 13) sobre os métodos de análise da ancestralidade aplicados nos casos forenses. Foi possível observar a disparidade entre os procedimentos utilizados nas diferentes regiões, tanto quanto à realização da pesquisa da ancestralidade, quanto ao método utilizado, sendo o mais aplicado o Método Hefner (2009). Isso demonstra a falta de padronização e uniformidade da Antropologia Forense no Brasil, sendo também um indicativo da falta e necessidade de métodos que se adaptem à grande mistura populacional que é a maior característica dos brasileiros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660918642_ARQUIVO_6d54603f072db87103f213e8887c77dd.pdf

Apresentação Oral

Flora e fauna ressignificadas em sítios rupestres do Paraná: entrelaçando bioarqueologia, etnobiologia e identidades regionais

No estado do Paraná, sul do Brasil, já foram documentados 400 sítios arqueológicos com pinturas rupestres e 50 com gravuras, alguns com as duas manifestações estéticas, além de sobreposições. Em alguns abrigos, especialmente no Campos Gerais, foram documentados grandes painéis bem como cenas isoladas, possivelmente relacionados a narrativas míticas, com rica diversidade faunística e florística. Aparecem áreas manejadas de árvores nativas, como pinheirais de araucárias e espécies consorciadas, além de plantas domesticadas, o milho e a mandioca, entre outras. Muitas representações mostram cenas de animais e plantas associadas a figuras humanas, algumas com seres sobrenaturais, híbridos, e a presença de máscaras e instrumentos musicais. Parte dos animais parece apresentar identificações e/ou marcas clânicas, com sequências de círculos e pontos, revelando assimetrias e a importância de integrar discussões antropológicas. Os pigmentos das pinturas, e que ocorrem em algumas

gravuras, orgânicos e inorgânicos, possuem avermelhadas, amarelas, marrons e pretas. Em vários sítios com arte rupestre, no Paraná, datados entre 9 mil anos AP (antes do presente) e 300 anos AP, foram caracterizadas estruturas funerárias, tanto de sepultamentos primários, fletidos e estendidos, como secundários, algumas vezes em conjuntos e em fardos funerários, e ainda de cremação. Esses sítios rupestres são relacionados a vários povos originários, de paleoíndios a ceramistas, e a diferentes paisagens e litologias, ocorrendo da costa litorânea até o oeste paranaense. A ampliação das pesquisas, com filtros teóricos e novas tecnologias, possibilita caracterizar a diversidade da arte rupestre no Brasil. Muitos abrigos estão sendo impactados, devido a fragilidades multiplicadas por mudanças nas políticas públicas e na diminuição da aplicação de normativas ambientais e patrimoniais, sendo urgente a implementação de estratégias de gestão de longa duração e aproximação das comunidades locais. Entrelaçar dados de arte rupestre com a arqueologia da morte, a cultura material e as cronologias, que evidenciem territórios, podem colaborar na discussão de identidades regionais. Diferentes povos pintavam e gravavam nas rochas buscando delimitar o território, expressar a complexidade das culturas, evidenciar as relações com o ambiente que ocupavam e marcar elementos míticos presentes no imaginário social, e somente os estudos sistemáticos podem trazer novos horizontes. Uma gestão eficiente de sítios é fundamental para conservar essa rica memória estética e simbólica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482851_ARQUIVO_31a4a8cfd1e27444d25dedcc64fa16b.pdf

Apresentação Oral

Representações geográficas da Ilha do Maranhão e regiões circunvizinhas no século XVII retratadas na obra do missionário Claude D'Abbeville: um olhar antropológico

Claude D'Abbeville, desembarcou no Maranhão em 1612, acompanhando a expedição comandada por La Ravardière, e realizou vários apontamentos referentes a geografia (relevo, clima, fauna, flora) e antropologia local, resultando na obra de sua autoria, "História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas". O objetivo deste estudo consistiu em analisar referências geográficas contidas na obra, e a partir do conjunto desses registros, compreender a lógica dessa cartografia colonialista. Como estratégia para obtenção de informações relativas a geografia, os franceses catequizaram e ofereciam proteção contra inimigos aos índios convertidos que eram transformados em súditos da coroa francesa, para assim estreitar laços e deste modo, impor a sua cultura dominante para obtenção de notas geográficas de seu interesse

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659802390_ARQUIVO_1c0cce7598c60f6f5cf7c3c200b0a9a6.pdf

GT50: Jê no Sul: estudos, pesquisas e atuações com os Kaingang e Laklanõ/Xokleng

Os estudos sobre os grupos Jê do Sul ou Jê Meridionais, notadamente, os Kaingang e os Xokleng/Laklaño, tiveram impulso nos anos 1990, com a realização de pesquisas nas principais universidades do Sul do Brasil. Essas pesquisas enfocaram temas clássicos da etnologia, tais como: ritual, diversidade religiosa e organização social. A renovação dos estudos acompanhou movimentos identitários desenvolvidos pelos próprios indígenas em reivindicações territoriais frente ao Estado brasileiro. A consolidação dos estudos Jê do Sul se deu através de dissertações, teses, monografias, artigos, audiovisual e dos encontros nos principais eventos científicos, como a RBA e a ABA, entre 1995 e 2007. Além dos resultados acadêmicos, destaca-se a formação de novos profissionais, indígenas e não indígenas, que renovam as pesquisas sobre as múltiplas dimensões da condição indígena no Sul do Brasil. Entre 2020 e 2021, através do Ciclo de Debates Virtuais Estudos Jê no Sul, promovido pela PPGAA/UFPR e PPGANT/UFPEL, estiveram reunidos pesquisadores de diferentes gerações, incluindo intelectuais indígenas além de profissionais de outras universidades e instituições (FUNAI, MPF, IPPOL e Associações Indígenas, dentre outras). A proposta do GT "Jê no Sul: estudos, pesquisas e atuações com os Kaingang e Laklanõ/Xokleng" consiste na apresentação de trabalhos acadêmicos que amplifiquem essas relações de pesquisa e intercâmbio estabelecidas.

Palavras chave: Jê no Sul; Kaingang; Laklaño/Xokleng

Rogério Reus Gonçalves da Rosa, Ricardo Cid Fernandes

Apresentação Oral

A mata Kaingang da Terra Indígena Xapecó/SC: o uso e o manejo das plantas Kamē e Kanhru

O presente estudo tem como finalidade, analisar o uso e manejo das plantas Kamē e Kanhru que se encontram na mata Kaingang da Terra Indígena Xapecó/SC. Pretende-se destacar o estudo sobre o surgimento das marcas Kamē e Kanhru, a partir da história oral com os Kófas, mais velhos e sábios Kaingang, o que envolve a cosmologia das marcas exogâmica em relação à história de origem do povo. Também destaco o uso e manejo destas plantas feitas pelos especialistas em curas Kaingang, como os Kujás, Benzedores (as), Remedieiros (as), que

usam para fins medicinais, além de preservarem e manterem os espaços onde as plantas Kamē e Kanhru estão localizadas, ou seja, dentro da mata Kaingang, no espaço territorial que se encontra a Terra Indígena Xaçecó, este território onde muitos de nós Kaingang também manejamos os espaços onde as plantas se encontram em meio à mata. Bem como, o manejo em lugares como as hortas, onde ficam no chamado "espaço limpo", que é na aldeia, perto das casas, ao redor delas, onde não há a mata fechada. Este universo das plantas que possuem marcas, desta relação de comunicação entre o mundo dos humanos e não-humanos envolvendo o Kujá e os especialistas que utilizam muitas plantas para fazerem os chás, os remédios do mato para a população indígena e também não indígena. A comunicação com este universo dos não-humanos antes de entrar na mata, é como um acordo entre as partes para poder encontrar a planta que deseja, retirando do seu espaço com todas as suas propriedades e poder que ela possui. Compreender algumas das plantas encontradas na Terra Indígena Xaçecó, o uso delas de diferentes formas, seja como remédio, madeira, lenha, alimento, artesanato, purificação, armadilhas de caça, rituais, e festas da comunidade em geral, onde algumas plantas estão presentes. Além de possuírem marcas Kaingang, as plantas possuem vida, forma, cheiro, espessura e poderes que fazem sua existência ser única e especial no mundo cosmológico e espiritual, cultural do povo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476023_ARQUIVO_fc72133c5a7a215e4d2e97154aac755f.pdf

Apresentação Oral

Novos olhares interdisciplinares sobre a cerâmica Jê Meridional em Santa Catarina

A presente exposição reúne dados da minha pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi revisitar a tecnologia da cerâmica arqueológica associada aos povos Jê Meridionais em Santa Catarina. Essa pesquisa propôs um olhar interdisciplinar sobre esse tipo de vestígio a partir de: a) um levantamento bibliográfico e documental envolvendo dados etno-históricos, etnográficos e arqueológicos sobre as populações Jê Meridionais no sul do Brasil (atuais Kaingang e Laklãnõ/Xokleng) focalizando suas formas próprias de fazer, usar e significar a cerâmica.; b) uma análise tecnológica da coleção cerâmica do sítio arqueológico Rio Platê I (SC-VI-19), localizado no Alto Vale do Itajaí (SC); e c) uma experimentação arqueológica de reprodução dos tratamentos de superfície comuns à cerâmica Jê Meridional. Os resultados obtidos permitem situar a cerâmica do Alto Vale do Itajaí no contexto catarinense e repensar aspectos fundamentais de sua cadeia operatória.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661476925_ARQUIVO_1c0f276102690b5f5e3d3c45898fb84a.pdf

GT51: Materialidades do Sagrado: ambivalências e ambiguidades entre

As discussões sobre materialidades, objetos ou coisas conformam uma subárea temática em crescimento. Nela, os estudos que abordam materialidades socialmente qualificadas de "religiosas" revelam-se estratégicos. Materialidades "religiosas" em ação, isto é, tomadas em situações ou configurações em que as pessoas as usam, as disputam, as incorporam, a partir de determinadas práticas, articulando-se ao seu redor, demarcam um campo particularmente frutífero para repensar oposições como as de sujeito / objeto; real / virtual; vivo / morto; todo / parte; corpo / pessoa, religioso / secular; espírito / matéria. Nesse GT, pretendemos reunir trabalhos de pesquisa, em andamento ou de recente conclusão, que explorem as ambivalências e ambiguidades entre as materialidades "religiosas" e a categoria "cultura". Não apenas pensando em "usos da religião" e "usos da cultura", mas em situações de redefinição mútua, de combinação ou de oposição, recuperadas a partir de material etnográfico. A presença do "religioso" em coleções etnográficas, em exposições, nos patrimônios material e imaterial, em performances e arquivos pode provocar tensões em classificações hegemônicas e causar o estranhamento de epistemologias consolidadas. No sentido inverso, ou complementar, a presença do "cultural" em rituais, templos e eventos religiosos pode demarcar ou dissolver domínios da vida social, e mesmo (re)definir o que é religião e o que é cultura. São questões como essas que exploraremos no GT.

Palavras chave: religião; cultura; materialidades

Renata Menezes, Raquel Sousa Lima

Apresentação Oral

"Nesse terreiro tem axé e tem viado": Alguns apontamentos entre materialidades, dissidências sexuais e sagrado no terreiro de umbanda.

"Esse Terreiro tem axé e tem viado". Frase dita por um dos interlocutores da pesquisa, resume bem a relação entre o sagrado e as experiências das sexualidades dissidentes no Terreiro Mina Nagô Cabocla Mariana e Tapinaré das Matas, na cidade de Igarapé Açu, nordeste paraense. As vivências, tensionamentos e experiências (re)construídas entre as entidades denominadas como caboclos, exus, pombagiras, juntamente com as sexualidades dissidentes são atravessados pelas "coisas do terreiro", seja como os assentamentos, as vestimentas, as velas, as guias, as imagens de santo, dentre inúmeros objetos, que, longe de apenas "representarem" o sagrado, são a própria força e axé das entidades, e a partir dos corpos homoafetivos mediúnicos, se fazem presente no terreiro. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo

compreender as materialidades, o lugar e as experiências das sexualidades dissidentes no terreiro citado, identificando as negociações e também conflitos entre as entidades e os corpos não heteronormativos. Para isso, o percurso metodológico tem como base a etnografia, que não visa estabilizar as complexidades do objeto pesquisado, mas buscar caminhos de interpretá-lo; além disso, as entrevistas semiestruturadas também servirão de base como ponte para a compreensão das trajetórias dos sujeitos e das entidades, e assim traçam caminhos entre a memória dos interlocutores. Por fim, aponto como que as materialidades, ao serem tecidas e também tecerem as experiências do/no terreiro, novas interlocuções que envolvem o sagrado são moldadas, nas quais as entrelinhas que mediam as entidades e as sexualidades dissidentes são (re)afetadas em cada ritual.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660552991_ARQUIVO_2031be7199c4f0df488e3b94a81cfb51.pdf

Apresentação Oral

Ambientações religiosas: locomoção extensiva da rabeca bragantina

Este artigo compõe resultados das pesquisas desde 2017 (mestrado em Ciências da Religião - PPGCR-UEPA) até o atual momento (2022) nas etnografias do doutoramento no programa de Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFPA. A pesquisa analisa relatos de mestres luthiers e músicos rabequeiros da cidade de Bragança-Pará-Brasil envolvidos tanto na Festa da Marujada - parte da festividade religiosa ao Glorioso São Benedito - como em festividades cülticas de igrejas e congregações da Assembleia de Deus. Pondera assim, a locomoção da rabeca (instrumento precursor do violino) entre ambientações religiosas no cenário do cristianismo - católico e pentecostal. A pesquisa já acompanhou a fabricação de uma rabeca (biocultural); sua gênese e localidades dos materiais: Ipê Amarelo - centro de Bragança; Cedro Vermelho - Comunidade Jararaca a 22km de Bragança; e Manilha - Ananas sp. da família Bromeliaceae - Ramal do Cupu de Baixo, em Vila Fátima, na reserva Mirasselvas. Alguns resultados desvelam a locomoção da rabeca para diversos ambientes religiosos por intermédio de rabequeiros que a fabricam e a tocam nas festividades tanto católica, quanto evangélica. Palavras-chave: Biocultural. Antropologia. Rabeca. Ambientes Religiosos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482074_ARQUIVO_32668d847fdda26f23cac77ca61abe9c.pdf

Apresentação Oral

Com santos e encantados: Produção e incorporação de entes materiais e espirituais no terecô de Codó (Maranhão)

O terecô é considerado a religião afro-brasileira tradicional de Codó e sem dúvida é uma das expressões religiosas mais fortes desse lugar. Muitos de seus rituais, como a gira, são marcados pelo o toque de tambores e cabaças, acompanhados por doutrinas que levam à incorporação de entidades espirituais conhecidas como encantados. Os espaços nos quais os terecozeiros realizam seus rituais são chamados de tendas. A maioria das tendas é identificada por nomes de santos católicos, como, por exemplo: a tenda espírita de umbanda Santa Helena e tenda espírita de umbanda São Domingos. Além da composição do nome social das tendas, os santos católicos estão envolvidos em outras práticas no terecô. Muitas das imagens presentes nos altares dos espaços religiosos foram solicitadas pelos encantados dos pais e mães de santo. Dependendo da popularidade do santo, algumas imagens são mais difíceis de encontrar do que outras, e por isso, os terecozeiros criam estratégias ou acionam suas redes de relações para obtê-las. Em outros casos uma imagem de santo é adquirida por meio de herança de obrigações ou promessas entre parente. A partir dessas vivências, este trabalho tem objetivo pensar os trânsitos, agências e sentidos dos santos na vida dos brincantes de terecô, na cidade de Codó.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480822_ARQUIVO_ad953627f72f70b572a27b22f97b40fd.pdf

Apresentação Oral

Entre religião e política: As estratégias de legitimação de campanhas femininas no interior do Cariri cearense

Apresento nesse texto reflexões acerca das disputas locais de representação, tendo como base as performances femininas no espaço da política formal e suas estratégias de legitimação. que nesse contexto específico, perpassa o agenciamento do ritual religioso de carregar o andor de Santo Antônio nas festas do Padroeiro. Nesse espaço, tensiono os conceitos de uma suposta identidade de gênero fixa a partir de um entendimento de gênero enquanto plural (BENTO, 2014), e do campo da política como espaço de censura ao limitar e prescrever discursos que estruturam aquilo que é pensável politicamente (ARENDDT, 2007), fazendo desse espaço segundo Bourdieu (2006) "Um dos menos livres que existe". O Trabalho de campo foi realizado durante as campanhas eleitorais de 2016, na região do Cariri cearense, tecnicamente, foram feitas observações em convenções, reuniões, comícios e eventos (como os religiosos) que de alguma forma eram relevantes para a consolidação de uma campanha, em diversas cidades da região. As relações e personagens aqui descritas são referentes a uma dessas cidades investigadas, de onde inferimos, que apesar de o campo da política dificultar a entrada a permanência de corpos entendidos como femininos em seu interior, essas mulheres têm encontrado estratégias para participarem do espaço público da política formal; uma delas, é

fazer uso das brechas nas estruturas simbólicas e culturais para construir outros espaços e lugares a serem ocupados.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1656462863_ARQUIVO_9ba270e6522a477b8e1eda2b6d9541bd.pdf

Apresentação Oral

Fotografias no Terecô

O complexo campo da religiosidade afro-brasileira tem se apropriado cada vez mais das visualidades como uma narrativa importante no cenário nacional, seja na luta pelo acesso das políticas públicas ou na divulgação das práticas ritualísticas nas redes sociais. O campo da antropologia visual tem sido importante na construção teórica da pesquisa. Nesse sentido, a fotografia tem possibilitado perceber narrativas de temporalidades, afetos e reciprocidades. O presente trabalho busca elencar o complexo e criativo enlace entre pessoas, entidades e fotografias no Terecô. Vale ressaltar que o Terecô é uma das religiões afro-brasileiras difundidas pelo estado do Maranhão com entidades organizadas em famílias, tendo muitas festas com toques de tambores nos terreiros. Trato do terreiro da minha família de sangue e de santo, localizado o terreiro na cidade de Bacabal (MA).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661196083_ARQUIVO_4a71c690dc52171abec20a1e400e170.pdf

Apresentação Oral

Nossa Senhora da Conceição Aparecida, a Rainha do Brasil: uma análise da institucionalização das devoções e narrativas populares.

No presente trabalho apresento uma proposta de reflexão sobre o desenvolvimento e a afirmação do espaço religioso da cidade de Aparecida/SP no contexto de transição entre os séculos XIX e XX. Na História da Igreja Católica no Brasil, este período ficou marcado pelo processo de afirmação da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida como Rainha do Brasil, movimento que se concretizou com o júbilo de coroação da imagem da Virgem no ano de 1904. Neste interim, a elite eclesiástica brasileira se esforçava para dar continuidade ao processo de reforma institucional iniciado em meados do século XIX e que tinha como objetivo a moralização das práticas religiosas e a ruptura com manifestações externalizadas de devoções (beijamento de fitas; folguetórios; teatralização). A Reforma Ultramontana objetivava a valorização de uma fé mais internalizada, com base em um comprometimento sacramental dos fiéis. Do ponto de vista político, o Brasil vivia a transição do Império para a República; a afirmação do Estado laico e os primeiros anos do trabalho livre, pós abolição da

escravidão. Destaca-se que o contexto político conduziu a Igreja a adotar um posicionamento em defesa e afirmação da instituição no cenário político nacional. A realidade descortinada aponta para a afirmação de um espaço religioso que dialoga diretamente com as memórias e devoções populares, destacando as narrativas devocionais e distanciando-se do rigorismo reformista da Igreja ultramontana. Tal movimento tem início com o esforço da Igreja em coletar, registrar e filtrar as narrativas de milagres relacionadas à Virgem e rerepresentá-las à sociedade sob a ótica institucional, o que foi feito por meio de narrativas escritas, orais e imagéticas. É justamente este movimento que pretendo analisar no trabalho apresentado. O farei por meio de um estudo dos livros de registros da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá e da preparação da Basílica Histórica de Aparecida para a coroação da imagem da Virgem em 1904. Como base teórica da pesquisa utilizo os conceitos de memória de Michael Pollak (1989) e Paul Ricœur (2007) e os apontamentos sobre a História Cultural das Religiões propostos por Nicola Gasbarro (2013).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661389808_ARQUIVO_56389d1d272438e9beb50adc76eb0ada.pdf

Apresentação Oral

O cachimbo barroco: materialidades arqueológicas entre o sagrado, o artístico e a vida vivida

O barroco é um estilo artístico que, no Brasil, atingiu seu auge em arquiteturas eclesiásticas do século XVIII, associado a elementos rococó (Bazin, 1964; Panofsky, 1995, Bastide, 2006, 2018). Fez parte dos principais templos religiosos setecentistas, em uma exuberância decorativa. O objetivo ornamentalista barroco, que remete à decoração absoluta, deliberadamente gerava deslumbre e confusão vertiginosa, que, associados aos motivos religiosos e intensa sentimentalidade psicológica, desempenharam função cristã de persuasão (Wölfflin, 2018; Adorno, 1982). No entanto, o barroco não se limitou a espaços eclesiásticos. Ele permeou todos âmbitos da vida. Vale lembrar que a própria sociedade setecentista não separava vivências sagradas e profanas; a festa religiosa era catarse profana. Bastide (2006) observou em estudo sobre portadas que os motivos barrocos empregados na arquitetura eclesiástica e na secular não se distinguem, podendo apresentar elementos santos e pagãos. Considerando o próprio gosto do espírito barroco pela justaposição de atributos potencialmente contraditórios (Wölfflin, 2018), não havia incoerência em inserir símbolos intensa e exclusivamente cristãos em espaços e suportes materiais seculares. Há uma categoria de cachimbos feitos e utilizados no Brasil entre os séculos 17 e 19 que foi denominada barroca desde a década de 1940 (Barata, 1944, 1951; Brancante, 1981; Agostini, 1998, 2018; Souza, 2000, 2018; Hissa, 2017, 2022). O presente trabalho aborda esses cachimbos a partir da Arqueologia, disciplina — antropológica segundo o modelo boasiano dos quatro campos —

que tradicionalmente trata de materialidades. Várias peças compõem a discussão, compiladas por meio de levantamento direto em coleções museológicas e arqueológicas e indireto, em fontes secundárias. Múltiplas questões podem ser colocadas a partir dessas peças, tão dispersas no território brasileiro, entre elas: As pessoas que fizeram esses cachimbos teriam sido as mesmas que elaboravam os retábulos e púlpitos das igrejas barrocas? O que teria significado para os fumantes o uso de cachimbos decorados com motivos semelhantes àqueles dos grandes templos religiosos? Teria sido fumar, em alguma medida, um ato sagrado? A fumaça, entendida como materialidade em si mesma, teria sido parte essencial da composição barroca (Souza, 2000), da prática fumageira (Hissa, 2017) e/ou de um ato sagrado de fumar (Hissa, 2022)? A discussão tocará nessas questões, a partir da materialidade dos cachimbos, bem como do etos barroco e características da sociedade setecentista. Espera-se evidenciar algumas insuficiências de e/ou permeabilidades entre oposições duais entre sagrado e profano, arte e artesanato, erudito e popular, material x inconcretude, entre outros aspectos que evocam os cachimbos barrocos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660849606_ARQUIVO_21577d7ee6bbaa723f7f3baa8a64ee34.pdf

Apresentação Oral

O culto e a cultura: disposições espirituais e fluxos tradutórios em interação nas performances afro-diaspóricas

Historicamente, o conceito de "religião" foi compreendido enquanto uma diversidade de práticas relacionadas ao sobrenatural, que ao serem agrupadas sob um único conceito foram interrogadas ao espelho do cristianismo (HARDING, 2019; ASAD, 2020; REINHARDT, 2020). Ao pensar a categoria de religião enquanto uma força no mundo, pretendo traçar algumas possibilidades que ela encerra enquanto categoria transhistórica, reconhecendo também o que está embutido e o que está envolvido no processo de tradução. Neste trabalho, refletirei sobre os deslocamentos operados em um conjunto de práticas e disposições espirituais afro-brasileiras, que apontam uma reelaboração da conceitualização e das possibilidades analíticas de abordagens das interações tradutórias (SANTANA, 2019) entre "religião" e "cultura" (CUNHA, 2009). Nesse sentido, abordarei as possibilidades de encontros e confluências (BISPO, 2015) entre cosmovisões africanas na diáspora e indígenas em (r)existência à colonização, configurando modos de vida que foram, por diversos processos, segmentados e reconhecidos como religião. A prática dos atos "religiosos", em contextos de performances e "projetos culturais", produz materialidades que se articulam aos modelos pensados para a gestão e execução físico e financeira da "cultura" e tensionam relações com os conhecimentos e modos de fazer tradicionais, ainda que em alguns casos viabilize as suas realizações. A partir de uma pesquisa etnográfica em terreiros e comunidades

de tradição ancestral de matriz africana da região do recôncavo baiano, abordo a consolidação de um repertório performático, inspirado nos saberes e fazeres dos terreiros, mas expresso através de técnicas artísticas em trabalhos de arte e educação e a realização de "projetos culturais", que performam a cultura como "produto cultural", investigando assim as oposições religioso-secular e sujeito-objeto nas socialidades e performances afro-diaspóricas. Referências ASAD, TALAL. "Thinking about Religion, Belief, and Politics", in Robert Orsi (org.), *The Cambridge Companion to Religious Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 36-57, 2012. HARDING, Susan. 2019. "Religion: It's Not What It Used To Be". In. (MacClancy, Jeremy (org.). In. *Exotic No More, Second Edition*. Chicago: Chicago University Press. 43-59. [tradução para fins didáticos de Bruno Reinhardt] REINHARDT, Bruno. "Os estudos críticos da religião e do secularismo: virada ou paradigma?". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.123, pgs 97-120, 2020. SANTANA, Tiganá. Tradução, *Interações E Cosmologias Africanas*. Cad. Trad., Florianópolis, v. 39, n° esp., p. 65-77, set-dez, 2019 SANTOS, Antônio Bispo dos (Nêgo Bispo). *Colonização, Quilombos - modos e significações*. Brasília: INCT, 2015.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478906_ARQUIVO_a56ce59e7d899c86c7522fb664c08547.pdf

Apresentação Oral

O povo de Deus, no deserto andava - símbolos, corpos e gestos para celebrar o Senhor morto

Este trabalho trata-se de uma análise acerca das celebrações da sexta-feira santa, realizadas na cidade de Itumbiara - Goiás durante a semana santa. Com destaque à procissão do Senhor morto, o olhar volta-se aos elementos advindos da religiosidade popular. O termo rito, adotado neste trabalho, evoca tanto as práticas católicas inscritas em um ritual com normas pré-estabelecidas quanto manifestações provenientes da piedade popular, tais como os terços, bênçãos, folgedos, procissões, dentre outros, carregados de significados. Para tanto, optou-se por analisar os símbolos, gestos e corpos presentes na procissão do Senhor morto e na celebração da Paixão do Senhor, utilizando-se da observação atenta dos elementos sensoriais e sonoros: cheiros, sons, altares, plantas e gestos. A performance vicejante na procissão do Senhor Morto consiste em uma demonstração de ritos coletivos, os quais são vivenciados por meio de ações e gestos: ao trazer em mãos suas velas, cantando, rezando e caminhando, os participantes vivenciam ativamente o rito.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1652718764_ARQUIVO_12fb25fca71df2a0792aaa532a0e041b.pdf

Apresentação Oral

Quilombo de Palmeira e suas espiritualidades

Este artigo busca dialogar com a questão religiosa a partir do catolicismo na comunidade quilombola de Palmeira, situada na cidade de Piatã-BA, na Chapada Diamantina. As discussões acerca de comunidades quilombolas têm sido de grande valia para identificarmos a importância da resistência negra no território brasileiro. Diante disso, analisar os efeitos do catolicismo a partir da antropologia e na região elencada é de suma importância para que se valorizem a cultura, a tradição e a consciência patrimonial dos grupos sociais que são a base da vida no Brasil. A partir disso, identificar quais, as influências do catolicismo popular no quilombo de Palmeira, norteará o artigo para que possamos entender que tipo de catolicismo popular é exercido principalmente porque a comunidade religiosa católica no quilombo é gerida por leigos que cuidam das atividades religiosas da paróquia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660506913_ARQUIVO_1c7e2c66757cf523e53e4ec2fe7b0187.pdf

GT52: Memória e reconstrução de mundos: práticas etnográficas frente às situações limite

Desde a obra de autores como Michael Pollak, a relação entre as situações limite e as dinâmicas da memória, do esquecimento e do silêncio se tornou incontornável. Atualmente, as ciências sociais e a filosofia têm conferido crescente atenção às rupturas do cotidiano por meio de diversas nomenclaturas conceituais - eventos críticos, crises, catástrofes, traumas, desastres patrimoniais e ambientais - em que a memória aparece frequentemente ao lado das demandas por verdade, justiça e/ou reparação histórica. O colonialismo, o autoritarismo, as ditaduras militares, a violência de Estado e o neoliberalismo surgem frequentemente como cenários privilegiados dessas reflexões. Na presente conjuntura sanitária, a pandemia de covid-19 é narrada como um "trauma coletivo" que deixará um legado marcante para a humanidade, de sofrimento, luto, mas também de luta - duas dimensões inseparáveis. A partir de situações etnográficas diversas, este GT propõe um diálogo sobre as modalidades de construção de memória frente a trajetórias e mundos estilhaçados pela violência e pela exploração e precarização capitalistas. Trata-se aqui de compreender como se dá a redefinição das identidades sociais quando a ordem naturalizada do mundo habitual é quebrada - e a quebra incorporada no ordinário. Como matéria prima dessa reflexão, pode-se elencar distintas modalidades de enunciação dos acontecimentos, envolvendo testemunhos orais ou escritos, imagens, objetos, inscrições corporais e expressões artísticas.

Palavras chave: Situações Limite; Eventos Críticos; Memória

Felipe Magaldi, Carolina Castellitti

Apresentação Oral

"Já podaram seus momentos, desviaram seus destinos": a pandemia de Covid 19 como evento crítico entre estudantes formandos de Cursos Técnicos de Nível Médio

Este trabalho se propõe, a partir da pandemia de Covid-19 vivenciada desde março de 2020, a refletir a situação vivenciada por estudantes formandos de Cursos Técnicos de Nível Médio. Estes estudantes tinham em comum uma série de expectativas em relação ao seu último ano no Ensino Médio - expectativas estas frustradas pelo isolamento social forçado, que de forma abrupta e inegociável, substituiu as experiências inerentes ao término de sua formação básica pela desgastante novidade do ensino remoto. São tomados como material empírico, os registros pessoais que os estudantes foram convidados a desenvolver sobre o conjunto de suas experiências com a pandemia, ao final do ano de 2020 - principalmente sobre as principais dificuldades enfrentadas para concluir o Ensino Médio durante uma pandemia e desenvolvendo estudos sem contato direto com professores ou colegas. Para o trabalho com os relatos recolhidos, serão alocadas as categorias de evento crítico / situação-limite, experiência, história e memória. Dentre os múltiplos enquadramentos possíveis para tais relatos, é possível acessar a angústia provocada pela ameaça à própria vida e à de entes queridos de estudantes que foram obrigados a uma existência privada do cotidiano seguro de antigas rotinas, imersos em um turbilhão de tarefas, provas e atividades advindas do ensino remoto. Esta escrita pode ser tomada como tradução da violência física e simbólica imposta pelo evento crítico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661474901_ARQUIVO_b52605b7d396bee8348016cae05543a5.pdf

Apresentação Oral

(Po)éticas das águas

pensando no(s) contexto(s) de crise(s) do Mundo como o conhecemos, parto da Oceanografia enquanto um campo de práticas fundamentadas e circunscritas a uma performatividade da (suposta) neutralidade do conhecimento científico que, fixada aos pilares onto-epistemológicos da Modernidade - fortalecidos por estruturas e aparatos bélico-militares nos contextos de guerras - e a uma ética cisheterogenerificada, (re)produz e faz (re)produzir discursos e condutas que autorizam, perpetuam, e fortalecem estruturas colonizadas e colonizadoras do Mundo Ordenado no campo das águas - especialmente (mas não só) no âmbito acadêmico-profissional -, immanentemente silenciando outras (possíveis) narrativas. a

partir da quebra (tanto em termos onto-epistemológicos quanto lingüísticos e/ou metafóricos) como espaço e rota de fuga dos mecanismos de captura, busco, com base na composição de um (sempre fluido) arquivo oceânico, mergulhar ativamente rumo às memórias aquáticas que operam, na superfície, como fâcies do evento moderno-colonial fundamentado na repetição das configurações fractais da violência capital racial, mas que, aqueles em profundezas, subsistem como formas tentaculares (ctuhucênicas) de memórias naufragadas que, submergidas (como violência, ou como fuga), propagam-se (como trauma) na con/seqüência das ondas (de esteira) da escravização, inscrita historicamente entre os séculos XVI ao XIX. trabalhando a partir de um exercício (po)ético junto à metodologia da iluminação por luz negra (que permite aos objetos-sujeitos que brilhem por si próprios), busco (re)pensar prosas (sempre-já existentes) entre as Ciências do Mar e as Sociais e Humanas, especulando e investigando - na mesma medida em que busco aberturas (rasgáveis) da/matriz de dominação - a respeito de outra(s) possibilidade(s), em relação profundamente implicada nos/com os ambientes aquáticos, costeiros, oceânicos, (re)direcionando o fluxo das águas para outros caminhos (possíveis e possantes) para além dos sistemas de exploração, exploração, expropriação, e des-envolvimento em hipnose da linearidade moderno-colonial.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482811_ARQUIVO_73c3d6075090c4f87f03016bd57b6c01.pdf

Apresentação Oral

A ausência do pai e a presença da mãe: o luto e a luta por jovens assassinados pelo Estado.

O objetivo deste artigo é provocar uma reflexão acerca do lugar da maternidade e da paternidade a partir da ausência de filhos assassinados pelo Estado. Desse modo, o que busco pensar é: como o gênero designa o papel da mãe e do pai diante o luto e a luta por justiça. Em meu trabalho de campo, feito durante a dissertação de mestrado, com a Rede de Mães e Familiares de Vítimas de Violência do Estado na Baixada Fluminense, analiso que a morte de um filho não implica em uma abdicação da maternidade, além disso, ao entrarem para o coletivo ainda existe uma "adoção" dos filhos de outras mães que também foram assassinados. A Rede é formada apenas por mulheres, incluindo majoritariamente mães, mas também irmãs e tias. Desse modo, essa pesquisa parte do feminino e da categoria "mães de vítimas de violência" para pensar o lugar do masculino e da paternidade nesses grupos. Este trabalho conta com análises feitas durante a minha pesquisa de mestrado e com o referencial teórico que parte do tema da parentalidade na antropologia. Busco refletir o seguinte: se a maternidade é aditiva, mesmo que após a morte, visto que as mães tendem a adotar os "filhos da Rede", seria a paternidade subtrativa, já que vejo pouquíssimos pais na luta?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1658174006_ARQUIVO_9ab5e12c341b309b0ad9c50d9983e72e.pdf

Apresentação Oral

A morte e o luto como via de acesso do evento ao ordinário: uma etnografia de vivências pandêmicas

A transmissão do vírus COVID-19 foi classificada em janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), sendo que gradativamente a COVID-19 tomou contornos globais. No Brasil, os impactos da pandemia foram vários, um dos mais significativos diz respeito às vidas que foram perdidas. Desde o início da pandemia no Brasil até meados de abril de 2022, foram mais de 660 mil vidas perdidas tendo como causa confirmada a COVID-19. Outro impacto compreende o luto engendrado por essas mortes. Se estimarmos o quantitativo de pessoas que foram enlutadas, temos um cenário de "trauma coletivo" incrustado na memória social, utilizando a abordagem teórica de Pollak (1992). A proposta desse artigo é abordar narrativas de duas mulheres nortistas, mães e chefes de família, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que tiveram as suas vivências de luto iniciadas durante a pandemia. Contudo, somente uma delas tem o seu luto decorrente da COVID-19. Essa diferença torna os dois processos de luto qualitativamente diferentes quando relacionados à pandemia. Porém, em ambos os casos a memória aparece como uma via pela qual o evento, entendido aqui como acontecimento extraordinário nos moldes do que postula Veena Das (2020), desce ao ordinário. É por meio do exercício da memória, sem prejuízo de outros meios, que o evento opera modificações no cotidiano dessas mulheres. Foram realizadas entrevistas quinzenais e, posteriormente, mensais à distância com o uso do aplicativo WhatsApp pelo período de um ano, entre 2021 e 2022. As interlocutoras fazem parte da pesquisa "Efeitos das políticas de isolamento e distanciamento social relacionadas à Covid-19 na vida de famílias vulneráveis no Brasil". Assim, o objetivo do artigo é verificar por meio das narrativas das mulheres entrevistadas quais as implicações da pandemia no processo de elaboração da perda e sofrimento decorrentes do luto. Uma das seções refletirá sobre o exercício etnográfico digital, largamente utilizado durante a pandemia, que apresenta limitações e possibilidades (Lins, Parreiras e Freitas, 2020). Por um lado, tornou viável o acesso quase imediato às interlocutoras via redes sociais, mas, por outro, houve dificuldades de realização das entrevistas no cotidiano modificado, tendo em vista o desemprego, o cuidado dos filhos e idosos. Referências: DAS, Veena. Vidas e Palavras. A violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Unifesp, 2020. LINS, B. A.; PARREIRAS, C e FREITAS, E. T.. Estratégias para pensar o digital. Cadernos de Campo (São Paulo, online), vol. 29, n.2, USP 2020 POLLAK, M. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660842595_ARQUIVO_a9b08d0476aa82fd542f7990dd61a20c.pdf

Apresentação Oral

Antes Era A Veroca: Memórias Sobre Um Processo De Transformação Da Paisagem

Onde antes era situada uma das praias de mais fácil acesso à população da cidade de Santarém, a Praia da Vera Paz, popularmente chamada de "Veroca", lugar de lazer, pesca e campeonatos de futebol, agora é conhecido como "Bosque da Vera Paz". O local foi alvo de grande disputa territorial quando este patrimônio de inestimável valor sociocultural se viu impactado pela instalação do Terminal Fluvial de Granéis Sólidos, da multinacional Cargill. Hoje o que vemos no local é um complexo de estruturas portuárias e de armazenamento situados à margem do Rio Tapajós. Nesse processo, famílias ribeirinhas foram retiradas de suas moradas à beira do rio, onde plantavam e pescavam seus alimentos e empurradas para a periferia, enquanto a paisagem que temos hoje do lugar se construía. Nos anos 90, na praia, se via banhistas, areia branca, muitas árvores frutíferas e barracas de venda das mais diversas. Aos fins de semanas, era palco de campeonatos das famosas peladas de futebol. Ao longo dos anos, a areia mudou de cor, Santarém passou por um processo de crescimento, a área em torno da praia foi aterrada para dar lugar à construção de bairros, ruas e casas, o campo sumiu. Devido às nuvens de fuligem de soja e do milho, já não se enxerga ou respira como antes. Nesse período, de cerca de duas décadas, os fluxos e as linhas de vida que ali habitam foram reorganizadas e constituíram novas tramas e relações. Neste trabalho, busco seguir as reflexões e fazer uso das ferramentas conceituais, principalmente acerca da ideia de paisagem, de Tsing (2019) no que tange ao entendimento que as paisagens constroem suas histórias por meio de perturbações. Na sua perspectiva, seguir essas histórias de perturbação seria uma maneira de fazer da paisagem um protagonista dinâmico da vida social e uma prática de coordenações multiespécies. Dessa maneira, pretendo trazer o conceito de "paisagem em perturbação" para esse diálogo e refletir sobre as transformações ocorridas nas últimas décadas no Bosque da Vera Paz a partir dele. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo principal reconstituir parte desse processo, e dos impactos trazidos pela instalação da Cargill, por meio das memórias e dos relatos de vida dos moradores do bairro do Laguinho. Partindo desses relatos, busco perceber como tais acontecimentos impactaram não somente as populações humanas do bairro, mas também as demais formas de vida que ali habitam e suas múltiplas relações.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661392576_ARQUIVO_417ea3120c191dd15ac759812938dbd7.pdf

Apresentação Oral

As vastas ruínas da memória: pessoa, self e interioridade frente ao Alzheimer

Verdade, vontade e interioridade. Eis os três elementos fundamentais da categoria de pessoa moderna e que conjuntamente sustentam a imagem do self como a temos desenhado no último século. Mas o que acontece quando uma destas dimensões parece se romper? Como as duas outras se articulam? Qual a possibilidade de sustentação de um self diante deste processo de esfacelamento? A presente proposta busca se aprofundar nestas estas questões a partir de materiais etnográficos construídos através da experiência da família do próprio autor frente ao processo de esquecimento que a avó da família sofre em decorrência do Alzheimer. Dona Cida possui o diagnóstico há aproximadamente 4 anos e durante este período, suas memórias foram se perdendo e com elas também houveram alterações no seu comportamento e personalidade. Com isso, frequentemente emergem dúvidas sobre a essência e a verdade que habita aquele corpo. Será que Dona Cida perdeu quem era? Ou talvez o afrouxamento de suas memórias e normas sociais que foram calcadas em seu psiquismo durante toda sua vida agora possibilita a ela se mostrar como realmente era? A doença destrói a verdade antiga ou ergue sobre si uma nova verdade? A presente proposta parte do pressuposto de que um self só pode emergir quando em processo relacional com o Outro. Portanto, é cabal para a presente proposta investigar as possibilidades relacionais e comunicativas de Dona Cida durante o seu processo de perda de memórias e, conseqüentemente, de abalo de um dos tripés do que julgamos como epistemologicamente fundamental para a constituição do self no contexto das ciências do espírito (Geisteswissenschaften) na primeira metade do século XX. Munindo-se dos desenvolvimentos mais recentes da teoria antropológica, em particular das contribuições de Michelle Rosaldo e Gananath Obeyesekere, a presente fala busca tensionar o material etnográfico de modo apresentar possibilidades outras de constituição do self e da noção de pessoa sob o estatuto do Alzheimer. Entre os cuidados levados a cabo pela família que envolvem não somente Dona Cida, mas a memória coletiva da família sobre ela, o presente trabalho busca analisar as estratégias de manutenção de memórias comuns e tenciona-las com permanentes rearranjos que constroem o entendimento de Dona Cida como pessoa dotada de interioridade, verdade e vontade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461990_ARQUIVO_20c16ac7818a81cb11d8c7cf3b218135.pdf

Apresentação Oral

Colhendo os cacos dos corações no olho do furacão: mães enlutadas sobrevivendo a pandemia e vivendo o black lives matter

O Rio Grande do Norte nos últimos anos esteve entre os estados brasileiros com a maior taxa de homicídios contra jovens, sendo as pessoas assassinadas majoritariamente homens, negros e pobres. Partindo desse problema social e considerando que são as mulheres as principais responsáveis pelos cuidados desses sujeitos, buscando cotidianamente formas de salvaguardá-los do risco de morte, na minha pesquisa de mestrado procurei compreender quais as percepções de segurança pública e as estratégias de manutenção da vida de jovens negros que "mães" que já tinham perdido um "filho" adotam para que outros tutelados com o mesmo perfil não morram. Para realizar a dissertação, foi feita uma etnografia da relação de maternagem de seis mulheres que moram em uma região da cidade de Parnamirim-RN com problemas de violência urbana desde o final da década de 90. Um dos movimentos que fiz para atingir esse objetivo foi compreender como as mães lidam com tal configuração social, recebendo especial destaque as recentes transformações do mundo devido à pandemia de coronavírus e à luta internacional pela vida das pessoas negras. Neste trabalho me proponho a aprofundar as reflexões sobre como essas mulheres estavam reconstruindo o mundo delas e de suas famílias em meio ao luto da perda de um filho e os dois eventos de grande impacto internacional acima citados.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660589965_ARQUIVO_c94e5cb85556e76d98c57a1bdaf32b4d.pdf

Apresentação Oral

Crise, memórias e materialidades no museu das remoções

Este trabalho analisa de modo correlacional processos de crise, construção de memórias e materialidades tendo por objeto o Museu das Remoções, projeto de museologia social criado na comunidade Vila Autódromo, no município do Rio de Janeiro, em meio aos processos de remoção e reurbanização sofridos pela comunidade ao logo das preparações para os megaeventos esportivos transcorridos no Brasil (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). Por meio do exemplo fornecido pelo Museu das Remoções, mobilizo uma reflexão antropológica para analisar formas e meios de produzir memórias e gerar sentidos para a vida após um evento crítico, com destaque às formas de intervenção no espaço físico e na disputa política e simbólica sobre os sentidos da memória da violência, acentuando as disputas pela memória como formas de acessar e garantir direitos sociais, tais como o direito à moradia digna. Ademais, por meio da noção de memória como uma disputa política trabalhada ao longo do artigo, visio fornecer exemplos de mecanismos e processos para lidarmos, coletivamente, com as memórias das muitas crises que nos atravessam hodiernamente, sejam elas sanitária, política, econômica, dentre outras.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1652626235_ARQUIVO_349a4fa3a1a77bc8e77ec76bcc994a30.docx

Apresentação Oral

De lama, vida e fragmentos: compondo o Museu Virtual Mariana Território Atingido

O rompimento da barragem de Fundão (Samarco/Vale e BHP Billiton) colocou as comunidades rurais de Mariana em evidência, as quais passaram a ocupar um lugar na mídia, academia e sociedade de forma mais ampla justamente pela sua devastação. Durante os últimos cinco anos, a Assessoria Técnica Independente (Cáritas Regional Minas Gerais) desenvolveu, em diálogo com os atingidos e atingidas do município, metodologias em diversas linguagens com o objetivo de levantar da forma mais completa as perdas e danos que essas famílias vivenciam. As informações primárias produzidas, portanto, estão inscritas em pesquisa prática cujo propósito central foi o registro detalhado para fins de instrumental ao pleito indenizatório e de restituição do direito à moradia adequada. Há que se considerar que esses sujeitos foram profundamente atravessados pelo desastre-crime de grandes proporções, o que torna os relatos, desenhos e percepções rememorados a partir desse evento crítico. O museu virtual recria os territórios atingidos no município de Mariana, representando plantios, criações, moradias, caminhos e referências comunitárias georreferenciadas. É na sobreposição dessas informações com imagens, textos, vídeos e outras poéticas elaborados e produzidos a partir do experienciado cotidianamente junto aos sujeitos centrais de nossa atuação que compusemos este site. Assim, a plataforma integra prática de pesquisa, fundamental para um contorno sistemático dos dados, e ação política, necessária para dar espaço de voz e escuta das narrativas subalternas. Os dados aportam a devastação produzida pela mineração no território e denunciam o descaso com as comunidades que ainda anseiam pela reparação integral e lutas por justiça. Contudo, representá-las nesse território virtual não é repetir as violências impostas a essas pessoas, mas fazer perdurar os modos de fazer, as práticas, as celebrações e as memórias dos atingidos e atingidas sem, contudo, determiná-las pelo desastre-crime. Impedidos de viver nas comunidades de origem, essas famílias insistem em defender a posse da terra, expressando sempre o pertencimento ao local e a não disposição em deixá-lo para ocupações alheias à sua vontade. Como forma de disponibilizar essas informações e constituir um instrumental para as disputas de narrativas, o Museu Virtual Mariana Território Atingido elabora os sentidos de comunidade, tecendo os fragmentos obtidos a partir do esforço em escutar o indizível e registrar todo o irrestituível.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661177012_ARQUIVO_10301c8a7b197de83374b33d78b03825.pdf

Apresentação Oral

Nito Alves, o herói inimigo de Angola: reflexões sobre fontes, arquivos e versões históricas

Com a independência de Angola, em 1975, pelo partido MPLA, estabeleceu-se o novo governo e Nito Alves foi nomeado Ministro da Administração Interna. Seu destaque deveu-se, em parte, ao prestígio da luta anticolonial, onde foi um dos líderes da guerrilha numa região bastante complexa do conflito, o que fez com que muitos combatentes despontassem como heróis. Durante esse período, vários dos líderes do MPLA estavam no exílio, afastados da luta e da população. No pós-independência, o novo governo se constituía à luz de antigas controvérsias, evidenciando disputas internas pelo projeto de nação. De um lado, Nito e uma rede de aliados, do outro, uma ala representada por membros da antiga elite nativa. Nito foi acusado de fraccionismo, expulso do partido e responsabilizado por uma tentativa de golpe de estado em 27 de Maio de 1977. Seguiu-se um período de repressão e expurgos amparados pelo Estado. A disputa entre as duas correntes opostas no interior do MPLA teve como efeito a consagração de certos dirigentes como representantes legítimos do partido, apoiados sobretudo na figura do presidente Agostinho Neto. Essa definição contribuiu com a consolidação do MPLA como governo oficial de Angola no cenário local e internacional, com impactos, inclusive, na guerra civil. As diferentes versões do 27 de Maio levantam questões sobre suas formas de produção, na medida em que essas narrativas são construídas a partir das posições que seus narradores assumem. Não proponho aqui a busca pela versão real dos fatos, como se isso fosse possível, mas observar como se forjaram narrativas históricas contrapostas cuja versão vencedora legitimou a história da nação angolana. É nela que, ao longo de sua trajetória, Nito ocupa posições de prestígio, de acusador, de acusado e de inimigo. Etnografar essa virada tornou-se meu tema de pesquisa e para responder às minhas questões, propus-me buscar nos discursos documentais - oficial e de Nito - a articulação das categorias usadas para acusar o outro. Trago para essa comunicação algumas de minhas inquietações neste processo, pois a desproporção de disponibilidade e acesso às fontes que tratam da versão nitista do 27 de Maio nos contam também sobre as formas de produção da história e da memória, em direção à legitimação do saber (e do poder). Esses meandros apontam que há muito a ser apreendido para além do documentado. Há uma relação constituída entre as versões, que, no limite, também as constituíram. Não raro podemos observar as formas como as narrativas que privilegiam a história dos vencedores se materializam em livros didáticos, museus e patrimônios. Pretendo refletir sobre a desigualdade da possibilidade de expressão dos envolvidos que nos coloca o desafio de entender e explicitar o modo de produção de tais documentos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661471013_ARQUIVO_0bba0f83523eae46c22b8838ee1a34bd.pdf

Apresentação Oral

O pertencimento à terra e a questão indígena na ditadura militar

O presente artigo tem por objetivo expor e contextualizar as graves violações de direitos humanos praticadas contra indígenas no período da ditadura militar (1964-1985), levando em consideração o caráter sistemático da utilização da tortura no período. O artigo será dividido primeiramente com a contextualização e as motivações da instauração de um regime militar, em seguida as graves violações de direitos humanos perpetradas contra indígenas e finalizado explicitando a relação entre indígenas e a terra, considerando que a questão indígena é antes de tudo uma questão agrária e a forma com que o retiro forçado de suas terras, transformando indígenas em empecilhos para o desenvolvimento do país no contexto do milagre econômico.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1656618046_ARQUIVO_877c10c0aea2c7d6c5d7f83ee6da7e59.pdf

Apresentação Oral

Tecendo redes, (re)criando mundos: a ação cotidiana das mulheres nas periferias da cidade de São Paulo.

Esta apresentação tem por fim trazer algumas reflexões de minha pesquisa de doutorado, em fase de conclusão, relacionadas à tarefa cotidiana de mulheres moradoras das periferias da cidade de São Paulo, de (re)construir mundos devastados após casos de violências, sobretudo assassinatos e prisões, envolvendo pessoas de suas famílias, normalmente homens. Tive como objetivo observar os efeitos produzidos pela "guerras de homens" que se infiltram no cotidiano das famílias que neles moram. A partir de um longo trabalho de campo junto às lutas e à vida doméstica dessas famílias, argumento que dos conflitos, tensões e negociações protagonizados por homens do crime e por agentes do Estado decorrem impactos generificados. Enquanto são os homens que sofrem diretamente com agressões, assassinatos e prisões, às mulheres recaem a dor da perda, as sobrecargas financeiras e do cuidado e a tarefa cotidiana de reconstruir mundos devastados. Aproximei-me de famílias constituídas por mulheres onde o cuidado é prática e gramática de produção de relações, sobretudo entre mulheres. Mães, filhas, avós, irmãs, tias tecem redes de solidariedade com parentes, vizinhança, amigas e ativistas buscando mitigar os efeitos da precariedade econômica e da violência que recaem sobre suas famílias. Contudo, argumento que essas ações não figuram apenas como reação frente às opressões, mas são produzidas a partir de um processo criativo sustentado na experiência de mulheres moradoras desses territórios que articula gênero, raça e classe social. Acompanhando o

cotidiano dessas mulheres e ouvindo suas histórias de vida, percebi que o cuidado é central e assume contornos específicos em suas experiências. Focando nas relações familiares, a díade mãe e filha se destacou. Em contextos em que as mulheres se veem sobrecarregadas com a tarefa do cuidado e com a manutenção da família, o peso do trabalho cotidiano é compartilhado por mães, avós e filhas. O lugar de cuidadora é vivido desde muito cedo por meninas produzindo ressentimentos e adoecimentos que se imiscuem na própria produção de si. Porém, os casos que acompanhei revelam também como o cuidado, como experiência generificada, é elemento a partir do qual agenciamentos, lutas e curas são (re)produzidas. Aprendizados cotidianos, histórias de vida e memórias são compartilhadas entre gerações servindo de alimento para produção de certa feminilidade. Assim, a experiência do cuidado é vivida tanto como uma forma de opressão, mas também como uma possibilidade de produção de si, de relações, de lutas, enfim, do próprio território. Neste sentido, argumento que não apenas as "guerras de homens" produzem as margens, mas também uma ação contínua e silenciosa a partir do cuidado faz das mulheres também produtoras desses territórios e de seus mundos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468813_ARQUIVO_4a910895eb455c61e67a597ef4b1231e.pdf

GT53: Mercados culturais e trabalho: desafios e fazeres etnográfico

Nas últimas décadas a relação entre mercado cultural e trabalho têm mudado significativamente. A divisão moderna entre trabalho e lazer foi se desfazendo enquanto que a esfera do trabalho e a "vida por projetos" se expandiu. As noções de mercado e de trabalho se transformam, adquirindo novos sentidos que vão além dos debates clássicos da indústria cultural. Os mercados culturais emergem a partir de novas relações entre os produtores culturais e os diversos circuitos alternativos de produção e consumo de bens culturais. As relações de trabalho também se alteram e discursos que valorizam a lógica empreendedora, as novas formas de contratação e a centralidade das redes profissionais ganham espaço e passam a impactar a subjetividade e as identidades laborais dos trabalhadores culturais. Este GT propõe debater as relações entre mercados culturais e trabalho, sem apegar-se a uma definição, mas a partir de trabalhos etnográficos que explorem os diversos sentidos emergentes. Interessa em particular o aporte de trabalhos que se focam na vida cotidiana, nas subjetividades e nos processos de construção de mercados culturais e trabalho, problematizando algum dos seguintes eixos: - Mercados culturais e formas coletivas de produção da arte; - Novas práticas de trabalho na cultura e suas organizações laborais; - Dimensão do projeto e do sonho na construção de

carreiras na cultura; - Mercados culturais e as relações com o poder público; - Mercados culturais e usos das mídias sociais.

Palavras chave: mercados culturais; trabalho; vida cotidiana

Marina Frydberg, Victoria Irisarri

Apresentação Oral

As políticas culturais, a burocratização e a profissionalização do popular: Refletindo "Mercados culturais" e as relações com o poder público na formação do profissional da cultura.

Por cultura popular, de um modo geral, se faz possível compreender as práticas, costumes e tradições dos sujeitos que fazem parte da classe trabalhadora em oposição à classe mais abastada dentro da organização social. Dito isto, a cultura popular se caracteriza por sua diversidade e dentro desse universo, existem vários grupos, conhecidos também como brinquedos populares, cada um com sua história e razão de existir. Na maioria das vezes essas manifestações tiveram origem no trabalho, na lida pelo sustento e se caracterizavam enquanto tradição, sendo passadas de uma geração para outra através da oralidade e da prática dentro de determinados locais e organizações socioculturais. Nesse sentido, a partir da hipótese de que o capitalismo e o sistema burocrático influencia o modo como se organizam os grupos de cultura popular, a presente proposta busca refletir a categoria trabalho levando em consideração que os trabalhadores da cultura, estão se profissionalizando cada vez mais para lidar com as políticas públicas de cultura disponibilizadas pelo Estado, bem como passando a se dedicar de forma exclusiva a cuidar do processo gerencial e burocrático em relação ao desenvolvimento dos grupos. Buscando identificar no fazedor de cultura, um trabalhador que depende dos eventos públicos (por meio de editais e convocatórias) e privados para a garantia de seu sustento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661456378_ARQUIVO_1dba498b3212f67a83133d91897914d5.pdf

Apresentação Oral

Cultura como direito: práticas de Estado, sentimentos e políticas de reconhecimento na região metropolitana do RJ.

Nesta comunicação, proponho analisar os modos de regulação social do trabalho na "cultura", a partir da experiência de elaboração e desenvolvimento de propostas em conjunto aos moradores de um quilombo urbano, situado na região metropolitana do RJ, no âmbito das nomeadas políticas culturais. Se considerarmos o acesso a auxílios e editais emergenciais de

fomento, é possível dizer que tais políticas ganharam contornos específicos no contexto da pandemia do COVID-19. Nesse sentido, cabe destacar os efeitos da atuação do Estado no reconhecimento das atividades musicais ligadas ao samba, mas também a outras práticas locais como o artesanato, jongo, capoeira e percussão, quando elas passam a ser lidas e reconhecidas como objeto de "políticas culturais", o que inclui a destinação de recursos públicos para a sua realização. Por um lado, nota-se o peso de certas práticas de Estado, com suas respectivas rotinas e saberes administrativos e, por outro lado, a relevância de narrativas que giram em torno da ideia da "cultura como direito" ou da concepção de "cidadania cultural". Ao longo do trabalho de campo, principalmente no contexto da pandemia, entre 2020 e 2021, passei a lidar com dinâmicas de financiamento, mas também com uma linguagem e práticas de governo inscritas nesse universo semântico e de atuação. Ainda que a gestão do atual governo federal na área da cultura seja caracterizada pelo desmantelamento de mecanismos e estruturas administrativas - as quais consolidaram um campo fértil de atuação do Estado nos últimos vinte anos - foi possível observar articulações políticas e dinâmicas participativas, tais como fóruns e conselhos de cultura. Ao participar de reuniões e atividades online, interagi com gestores públicos, parlamentares e aqueles que se apresentavam e eram reconhecidos como "trabalhadores" e "fazedores" da cultura, ao mesmo tempo que observei performances, discursos e a expressão de sentimentos em torno da noção da "cultura como direito". Busca-se, então, descrever e analisar como práticas de Estado imprimem ritmos e sentidos ao trabalho artístico e cultural e, de modo correlato, como os diferentes atores lidam com tais aparatos administrativos e simbólicos, considerando os processos e as políticas de reconhecimento que tem a "cultura" como campo privilegiado de atuação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661562909_ARQUIVO_ab81805920d109a767d979a1f607d13a.pdf

Apresentação Oral

Fazer cultura dá trabalho - breve estudo de caso sobre o Clube do Violeiro Caipira

O Clube do Violeiro Caipira é uma entidade criada em 1993 com o intuito de oferecer um espaço de convivência para artistas profissionais, amadores e admiradores em geral da música caipira no Distrito Federal. Nos quase 30 anos de existência, a entidade vem atualizando suas formas de atuar, em um constante agenciamento de capital, seja financeiro ou simbólico. São cerca de 80 associados, capitaneados por Volmi Batista, um dos fundadores da entidade e presidente emérito, com maioria dos associados sendo do sexo masculino, entre 30 e 60 anos, moradores de cidades satélites do DF e que possuem alguma atividade laboral pouco especializada. Alguns iniciaram a vida artística no próprio Clube e hoje são atrações importantes nos eventos promovidos pela entidade. A partir de pequenos eventos realizados

com fundos próprios enquanto momentos de lazer e convivência, iniciou-se uma relação com artistas, produtores e políticos da cidade, no que foi-se ampliando aos poucos o alcance e o porte das atividades. Nos anos 2000 inicia-se a "era dos projetos", com tímida captação de recursos e o surgimento de uma dimensão técnico-burocrática ainda mal compreendida. Entre 2010 e 2022, amplia-se significativamente a captação de recursos, em especial pelo Fundo de Apoio à Cultura do Distrito Federal e por emendas parlamentares. Tais modalidades de financiamento, por aprofundarem a dimensão técnico-burocrática e administrativa, exigem estrutura de gestão, monitoramento e relatoria, criando novas áreas de atuação. Dada a crescente competitividade em editais de financiamento cultural, as atividades do Clube são ampliadas, também, para um campo político, com crescente relação com a Câmara Legislativa do DF e com o Congresso Nacional, seja pleiteando emendas parlamentares para os projetos, seja como "lobistas" da viola caipira, como exemplo, a instituição do Dia Nacional da Viola Caipira, no dia 13 de julho, atualmente em tramitação no Senado. Como dito acima, Volmi Batista é o principal interlocutor com a arena do poder político formal, sendo o capitalizador e capitaneador da força coletiva e tradicional que o Clube possui. Transitando em espaços privilegiados, se destaca no papel de fazer política e fazer cultura. Nem sempre as relações são bem fadadas, havendo sempre a possibilidade de uma "dívida" política ser trazida à tona, especialmente em época de eleição. Todo este processo é fonte de êxitos e possui uma dimensão de sonhos concretizados, porém, não deixa de pesar aos participantes mais antigos do Clube o rumo institucional e, de alguma maneira, corporativista que os processos sociopolíticos coordenados pelo Estado vão exigindo da entidade. Para além de um campo de lazer e identificação coletiva, torna-se também um lugar de trabalho - com suas virtudes e vicissitudes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468941_ARQUIVO_19d6ae7573b1b32878d49c3c4526e497.pdf

Apresentação Oral

Feiras livres cariocas: uma etnografia situada entre o trabalho e o lazer

O presente artigo discorre sobre as práticas de espaço (CERTEAU, 2014) possibilitadas pelo ato de "fazer a feira" (SATO, 2012, VEDANA, 2013) inscrito no contexto da metrópole carioca. A feira livre, no contexto do presente artigo, se situa como um potente espaço público para o trabalho e o lazer, tendo o comércio como mediação entre as modalidades descritas, possibilitando a produção de subjetividades e sociabilidades. A partir da observação participante, entrevistas, registros fotográficos e acompanhamento de páginas em redes sociais de duas das três feiras analisadas entre os anos de 2021 e 2022, a saber, a Feira Livre do Grajaú, a Feira da Glória e a Feira do Lavradio, analiso como se dão essas relações e suas significações para a construção de relações sociais nos espaços públicos da cidade do Rio de

Janeiro, inscrevendo ainda essa análise no contexto da pandemia do Covid-19 e no que ela impactou nas formas de ser e estar nas feiras livres da cidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1655467371_ARQUIVO_7f9aac68de734406ccfab537199c3f34.pdf

Apresentação Oral

Mercado, Políticas Públicas e Teatro de Grupo na Cidade de São Paulo

Este trabalho tem como objetivo investigar as políticas públicas para classe teatral e seus impactos no teatro de grupo na cidade de São Paulo. As políticas públicas ao mercado das artes do palco ocorrem majoritariamente via editais públicos com orçamento direto ou com necessidade de captação de recursos. Tal fato impõe a esta pesquisa etnográfica desafios de examinar as políticas culturais em tempos em que o neoliberalismo toma a cultura como um alvo de sua racionalidade. O neoliberalismo enquanto tecnologia móvel (ONG,2007) se dissemina e opera por meio da redefinição das práticas entre mercado, Estado e sociedade civil, o que afeta as relações entre os artistas e estas instâncias. Pretende-se investigar como os sujeitos lidam com essas esferas em seu cotidiano, em particular com os editais, no dia-a-dia do trabalho cênico, considerando as condições atuais de produção teatral, caracterizadas pela informalidade, instabilidade, precariedade e competitividade, dentro e em conflito com uma governamentalidade (FOUCAULT, 2008) alinhada aos anseios neoliberais. Três dimensões, separadas aqui apenas heurísticamente, são centrais na proposta analítica deste artigo: as influências das políticas públicas na produção do teatro de grupo e do artista, os impactos na produção estético-político teatral e as capturas e fugas envolvidas nas tecnologias de condução da conduta estatais e neoliberais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1654719297_ARQUIVO_cd7975d26eacf7c859f3a68bd4012290.pdf

Apresentação Oral

Retalhando o que nos fere - Discurso de resistência das mulheres no Poetry Slam

Este trabalho se propõe a analisar a narrativa das mulheres presente em versos de poesias das competições de poetry slam que apresentam uma realidade de dor, sofrimento que não lhes gera um silenciamento, no entanto se torna uma munição para resistir e prosseguir. A partir da contribuição dos pensadores Walter Benjamin, Gilberto Velho, Conceição Evaristo e Chimamanda Ngozi apresentaremos como a dor e a sobrevivência estão presentes nos versos bem como na vida cotidiana de cada uma dessas poetisas. No ano de 2018 houve um grande destaque para essa competição no Brasil, e apesar desse "boom" acontecer em 2018, o poetry

slam já acontece desde os anos 1980 na cidade de Chicago nos Estados Unidos. Embora seja conhecida como uma competição, esse encontro poético surgiu com uma proposta subversiva de ter um espaço para os poetas que escreviam, mas não tinha um público para compartilhar os textos. Marc Kelly Smith era um trabalhador da construção civil e foi o idealizador da competição, apesar de não ter uma experiência acadêmica em relação à literatura, encontrou nesse evento a possibilidade de romper as normas acadêmicas e fazer circular aqueles versos. Além disso, o título slam é muito utilizado para se referir a vitória de um mesmo atleta durante torneios de baseball e tênis. Ao chegar no Brasil o slam é acolhido pela juventude pobre, preta e periférica. Acontecendo em ruas e praças públicas por meio da ocupação desses espaços, os encontros poéticos têm circulado em todo o país acontecendo de norte a sul, por meio de uma arte unida ao desejo de transformar a sociedade. Essa juventude tem produzido riscos poéticos de sobrevivência por meio de suas narrativas, dentre estes destacamos as narrativas das mulheres que expressam suas vivências por meio de poesias na competição. Nos últimos cinco anos da competição nacional de slam, o Slam BR encaminhou pelo menos quatro representantes do país para a competição mundial de poesia que acontece na França anualmente. As representantes foram Bell Puã no ano de 2017, Kimani em 2019, Jessica Campos em 2020 e no ano de 2021 a poeta Joice Zau. Diante dessa participação das mulheres na competição desejamos aprofundar a discussão sobre essas narrativas e suas lutas pelo direito de estarem vivas e ser ouvidas. BIBLIOGRAFIA ADICHIE, Chimamanda N. 2019. O perigo da história única. São Paulo: Companhia das Letras. BENJAMIN, Walter. 1993. Magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense. EVARISTO, Conceição. 2017. Becos da Memória. 200p. Rio de Janeiro: Pallas. SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte, UFMG, 2010. VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação nas sociedades complexas. In: Individualismo e Cultura - notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro, Zahar, 1981

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661452711_ARQUIVO_06c940b03bb4d958621d9610a398af62.pdf

GT54: Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor

de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate, para um "fazer antropológico em tempos extremos".

Palavras chave: povos indígenas; fronteiras; direitos;

Antonio Urquiza, Joana A. Fernandes Silva

Apresentação Oral

"Llegamo en otra ciudad, amigo": um estudo de caso sobre mobilidades e solidariedade realizado por um grupo Warao

O objetivo principal desse trabalho é o de compreender os deslocamentos espaciais e as ações de solidariedade realizadas por um grupo indígena Warao no estado da Paraíba, tendo como fio condutor as narrativas produzidas por esse grupo étnico que vive num abrigo criado e sob responsabilidade de uma instituição religiosa na cidade de João Pessoa, capital paraibana. Posto isso, o enfoque central são as mobilidades e as estratégias de ação entre outros grupos de parentes, desembocando numa rede de solidariedade. Além disso, busco através das relações interétnicas construídas e observação participante compreender o porquê (e como) ocorrem essas mobilidades por outras cidades da região Nordeste, tendo como recorte para este estudo a rota de mobilidade entre os estados da Paraíba, Pernambuco e Bahia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481948_ARQUIVO_33d8b114225a8c3df32b5ac3b07e4f5f.pdf

Apresentação Oral

Pademia e o Aprofundamento da Lógica Integracionista na Política do Governo Brasileiro para os Povos Indígenas

Diversas reportagens jornalísticas apresentam um quadro de elevação dos riscos sociais sobre as populações indígenas do Brasil nos últimos anos. Este crescimento coincide com o retorno de políticos de direita e conservadores ao governo do país, que tem retomado políticas pretéritas inspiradas em ideias e interesses elitistas. No contexto da pandemia do Covid-19, essa situação se agravou consideravelmente, pois houve um crescimento acelerado das

ameaças sobre as populações indígenas. O objetivo deste estudo é analisar, a título de apontamentos gerais, o contexto do atual agravamento destes riscos/ameaças sobre as populações indígenas brasileiras, considerando suas possíveis causas, os atores envolvidos, os interesses subjacentes, as ideias e as ações práticas que dão conteúdo a este processo. A base teórica do estudo é a teoria crítica, de viés marxista, por possibilitar explicar e compreender os processos históricos com base na análise das relações e dos interesses conflitantes entre agentes sociais coletivos -classes, grupos, corporações sociais. Como metodologia, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental, cujas fontes são artigos científicos, matérias de jornais e documentos elaborados por organizações oficiais ou da sociedade civil. Os levantamentos bibliográficos preliminares indicam que está havendo um retorno a um modelo que autores como Meliá (1981), Grizzi e Silva (1981), D'Angelis (2001), Tommasino (2003), Luciano (2006) e Oliveira e Nascimento (2012) caracterizam como integracionista e assimilacionista: "assimilacionista (do ponto de vista cultural) e integracionista (do ponto de vista econômico)" (TOMMASINO, 2003, p. 80). Os principais atores envolvidos, além dos próprios índios, são o Governo Federal, acadêmicos indigenistas, ONGs, movimentos ambientais, movimento indigenista, empresários do agronegócio e da área de mineração, trabalhadores pobres e de baixa qualificação, além de setores religiosos, protestantes e católicos, conservadores e progressistas. As causas principais estão associadas à negligência e conivência do governo com interesses elitistas predatórios das riquezas indígenas, ao agravamento dos problemas e injustiças sociais no Brasil, que pressionam trabalhadores pobres e de baixa qualificação a buscar oportunidades ocupacionais na exploração de recursos existentes em terras indígenas, aos interesses do médio e grande capital, nacional e estrangeiro, do agronegócio e da mineração, aos interesses de grupos religiosos evangélicos e à fragilização dos movimentos sociais progressistas. Conclui-se que somente o enfrentamento político articulado das bases sociais indígenas pode reverter este processo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661475442_ARQUIVO_0ea40657941cd51a73e412081d554606.pdf

Apresentação Oral

Uma cidade indígena? Mobilidade, lazer, comércio e política nas relações entre indígenas e não-indígenas, em Barra do Corda-MA

O ensaio aqui proposto, se reflete em um conjunto de observações e dados arguidos na minha experiência de pesquisa de campo, em Barra do Corda do Maranhão, junto ao povo indígena Tentehar-Guajajara, durante o mestrado. Através de aspectos gerais relacionados às práticas políticas, comerciais, de lazer e os diversos fluxos entrelaçados, será possível perceber a complexa rede de relações, da qual o indígena não apenas integra e participa, mas antes de tudo, são agentes históricos de sua construção e transformações. Momentos vivenciados com

diferentes pessoas da etnia Tentehar-Guajajara, como o carnaval, as eleições, o dia do índio, as feiras de artesanato, gêneros agrícolas, etc. serão objetos aos quais deterei o meu olhar, neste trabalho.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661434172_ARQUIVO_b262ef112bc7af7d2d764e1250a93caf.pdf

GT55: Monumentos e espaço público: abordagens antropológicas

A vida dos monumentos é marcada por um dilema: eles seguem sendo construídos e integrados à paisagem urbana ao mesmo tempo em que se observa uma crescente desconfiança em relação a sua presença no espaço público. Tradicionalmente elaborados com a finalidade de demarcar espaços ou celebrar a memória de eventos e personagens históricos, nos últimos anos eles têm sido alvo de uma renovada atenção, sendo questionados, derrubados e reinterpretados criticamente. Muitas das ações contra monumentais recentes se vinculam a movimentos de caráter antirracista e decolonial, como no caso paradigmático do movimento Black Lives Matter (EUA e Inglaterra) e dos ataques a imagens de Bandeirantes (Brasil). Apesar da grande visibilidade alcançada pelas controvérsias públicas que esses e outros casos geraram, ainda são poucos os espaços de discussão antropológica sobre monumentos. O presente GT visa contribuir nesse sentido, agregando pesquisadoras/es interessadas/os em debater a própria noção de monumento, seus usos e desdobramentos políticos, materiais e estéticos. São bem-vindos estudos que pensem etnograficamente essas questões a partir de marcos, arquiteturas e imagens figurativas ou não-figurativas, logradouros, memoriais, espaços de memória, iniciativas contra estatais e subalternas, intervenções de arte urbana, etc. colocando em foco o papel dos monumentos nas reconfigurações do espaço público.

Palavras chave: monumentos; espaço público; paisagem urbana

Edilson Pereira, Thaís Waldman

Apresentação Oral

Cidade e agência: o imaginário urbano em disputa por meio de museus e monumentos

Inspirado pela proposta de Alfred Gell em que retoma o foco no objeto para a antropologia e pela ideia de que a cidade não é apenas cenário de práticas sociais mas também agente, busca-se um olhar para disputas em torno de alguns monumentos e museus da cidade de São Paulo a fim de compreender como por meio da materialidade o imaginário urbano é reconfigurado.

O objetivo não é somente afirmar que monumentos e museus (vistos também na dimensão de monumentos) agem sobre os cidadãos, mas investigar de que maneira isso acontece e quais as implicações para processos de mudança social. Esta apresentação pretende salientar a influência de ações de caráter decolonial ou ligados a grupos subalternizados na produção de imagens sobre a cidade e, assim, no imaginário urbano. Para isso, baseia-se em uma investigação de abordagem etnográfica multissituada em dois museus paulistanos (Museu do Ipiranga e Masp), no âmbito de uma pesquisa de doutorado, e em análise de intervenções em dois monumentos representativos da cidade (o Monumento às Bandeiras e a estátua em homenagem a Borba Gato). O pressuposto é de que intervenções em museus e monumentos, permitidas (como exposições ou projeções) ou não (como pixação ou incêndios provocados), são momentos de interferência no imaginário social - visto como um protótipo gelliano - em que se busca sua manipulação e transformação. No caso de São Paulo, modelos idealizados oriundos do modernismo e do bandeirantismo são contestados e reelaborados no espaço público, promovendo novos enquadramentos e permitindo o surgimento de novas referências culturais, estéticas, políticas, entre outras. Dessa forma, símbolos pretensamente unificadores (como os bandeirantes) são questionados em prol de referências mais plurais. A produção de imagens resultante desse enfrentamento com monumentos ou mesmo acolhida - e matizada - de forma institucionalizada por museus algumas vezes ganha desdobramentos e alcance imprevisíveis mediante a circulação pelas redes sociais. Portanto, o caráter performático de tais enfrentamentos também é analisado na perspectiva da disputa pelo imaginário urbano.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480018_ARQUIVO_9c8f2ac43d719838a26135133a26b5d1.pdf

Apresentação Oral

Marielle Franco e os suportes de contra memória : centelhas a partir do fogo em Borba Gato

Em julho de 2021, manifestantes atearam fogo em pneus espalhados nas proximidades da estátua do bandeirante Borba Gato, em São Paulo, envolvendo-o em uma aura de fogo e fumaça. Dias depois, na mesma cidade, o painel em homenagem à Marielle Franco, situado no "Escadão" atualmente conhecido pelo nome da vereadora, amanheceu manchado de tinta vermelha e pichado com a inscrição "Viva Borba Gato", o número "666" e o desenho de um pênis. Ainda no contexto de resposta ao ataque ao bandeirante, o antimonumento em homenagem ao líder comunista Carlos Marighella foi coberto por tinta vermelha. Como pode ser visto, centelhas do incêndio provocado na estátua do bandeirante atingiram outras homenagens feitas em diferentes suportes no espaço público. O contexto mais imediato do ato no monumento de Borba Gato foi o de manifestações contrárias ao presidente do Brasil, realizadas no mesmo dia em diversos estados do país. As ações envolvendo monumentos,

contudo, inserem-se em tecido mais amplo, marcado pela contestação de celebrações que exaltam personagens da colonização de povos africanos, indígenas e outros não brancos. A trama de tal tecido é formada por iniciativas internacionais e tem sido bastante mobilizada na esteira dos movimentos #BlackLivesMatter (#VidasNegrasImportam), deflagrados no contexto de luta contra a violência policial direcionada a pessoas afro-estadunidenses. Diante do exposto, a presente comunicação tem como propósito analisar conflitos de memória no espaço público, evidenciando como e quais objetos eles colocam em conexão. Para tanto, observamos homenagens em suportes diversos e as ações que as têm colocado no centro do debate sobre a presença de figuras públicas no meio urbano. Nossa atenção se voltará principalmente às intervenções que transformam muros, estátuas e outras superfícies em suportes de contra memória, entendidos em nossa proposta como aqueles que dão a ver histórias diversas daquelas corporificadas por estátuas de homens brancos, militares, fardados e seus correlatos. Em continuidade à reflexão já iniciada (Lânes e Gomes, 2021) acerca do protagonismo de outros sujeitos na produção do espaço urbano, pretendemos dar prosseguimento à análise sobre objetos, imagens e eventos memoriais que homenageiam Marielle Franco. Estes têm se pluralizado pelas ruas de diferentes cidades desde o assassinato da vereadora e ativista dos direitos humanos em 2018. Interessamo-nos ainda pelos processos de viralização, no ambiente digital, das ações, aparentemente efêmeras, em torno de monumentos e objetos afins. Desse modo, buscaremos evidenciar suportes, processos e narrativas que se inserem em embates políticos contemporâneos, modulados por violências e resistências resultantes da atualização de relações coloniais de raça, gênero e de classe.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480272_ARQUIVO_7ca041403c2bc885df33c0b9e63707ba.pdf

GT56: Museu Afro-Digital, Cultura e Educação

O Grupo de Trabalho Museu Afro-Digital, Cultura e Educação pretende reunir pesquisadores inseridos nos museus Afro-Digitais, que contribuem para o fortalecimento da Lei 10.639/03, que define a obrigatoriedade do ensino de culturas afro-brasileiras e africanas nas Escolas. Assim, o presente grupo de trabalho envolve pesquisadoras e pesquisadores inseridos na criação e manutenção dos museus Afro-digitais, organizados originalmente a partir do projeto Arquivo e Museu Digital da Memória Negra e Africana no Brasil, apoiado em 2011 pela CAPES e outras instituições, com o objetivo de formar acervo sobre questões de resgate e conservação da memória negra e africana no Brasil. Entre essas instituições estão Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Universidade Federal da Bahia/UFBA; Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Universidade Federal do R. Grande do Norte/UFRN, Universidade do

Estado do Rio de Janeiro/UERJ, que criaram seus respectivos museus afro-digitais. Neles desenvolvem-se atividades de pesquisa etnográfica, histórica e antropológica, seu acervo artístico, cultural e etnográfico é uma importante ferramenta metodológica para abordar o estudo de culturas afro-brasileiras e africanas. O referido GT justifica-se, assim, pela necessidade de troca de experiências, debates e diálogos entre os museus afro-digitais e suas articulações com os temas educação e culturas. Busca-se, assim, manter o diálogo entre esses museus e, ainda com outras experiências de Museus Digitais.

Palavras chave: museu afro-digital, cultura, educação.

Marilande Martins Abreu, Julie A Cavignac

Apresentação Oral

O Acervo Memorável do Casal Ferretti e o Museu Afrodigital do Maranhão: caminhos e desafios para a memória.

Durante quase 50 anos o casal de antropólogos Sérgio Ferretti e Mundicarmo Rocha Ferretti dedicaram suas vidas a realizar e orientar pesquisas sobre a cultura popular e as religiões de matriz africana no Maranhão. Escreveram livros e centenas de artigos; coletaram e organizaram documentos; realizaram registros fílmicos, sonoros e fotográficos de festas e entrevistas em mais de 10 das mais antigas casas de tambor de mina de São Luís, em tendas de pajelança em Cururupu e de terecô em Codó e viagens ao Benin, na África e a Cuba. A partir de 2012, com a criação do Museu Afrodigital do Maranhão (MAD), apoiado pelo CNPq, através do vínculo com o Grupo de Pesquisa Religião e Cultura Popular (GPMINA) da UFMA, e como um dos resultados do projeto interinstitucional Arquivo e Museu Digital da Memória Negra e Africana no Brasil, de 2011, apoiado pela CAPES; parte das fotografias de pesquisa do casal Ferretti foi digitalizada para as galerias de fotos do site do MAD, com registros do tambor de mina, terecô, pajelança, festa Divino Espírito Santo, bumba-boi, tambor de crioula. Em 2018, ano do falecimento do professor Sergio Ferretti, o site do MAD, hospedado no servidor da UFMA, foi retirado do ar por vírus, o que provocou perda de sua estrutura original, comprometendo as galerias de fotos e vídeos publicadas. No ano pandêmico de 2021, integrantes do GPMINA iniciaram os trabalhos de reestruturação do Museu Afrodigital do Maranhão. Neste artigo, escrito a partir da minha vinculação com o GPMINA, como membro da equipe do projeto de extensão Museu Afrodigital da UFMA e da entrevista realizada com a professora Mundicarmo Ferretti, destaco a importância para o Museu Afrodigital do Maranhão do Acervo Memorável constituído pelo casal de antropólogos, as preocupações, demandas e desejos de que ele não se perca e tenha um lugar público. Para que as pesquisas, o ensino e os participantes das religiões e da cultura popular afro-maranhense resgatem suas memórias e promovam retomadas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661459212_ARQUIVO_72a0854273fe7e4480bb586189973872.pdf

GT57: O papel da antropologia nos estudos sobre o turismo no Brasil: desafios e possibilidades

Os anos 2000 foram marcados por um esforço de Estado visando a expansão do turismo no Brasil. Esta perspectiva teve seu ápice com as promessas de retorno dos investimentos realizados pelo país nos megaeventos esportivos e a ampliação do acesso a bens e serviços para as classes populares. Eventos que abrangeram dinâmicas sociais, políticas, culturais e econômicas com efeitos sentidos até os dias atuais nos mais diversos âmbitos do mundo social. Porém, diferente de processos tais como remoções de comunidades, protestos, políticas de inclusão social ou categorizações das mudanças sócio-demográficas, o fenômeno turístico permaneceu pouco debatido na antropologia brasileira. Este GT objetiva contribuir para preencher esta lacuna. Este debate já acontece em intersecções temáticas, como é o caso dos estudos sobre turismo e comunidades pobres locais; turismo e etnicidade; turismo e religião; turismo e meio ambiente; turismo e pesca. No entanto, estes e outros investimentos em pesquisa, no campo do turismo, permanecem em uma situação, em certa medida, fragmentária. Diante da pandemia de COVID-19, o turismo foi um dos setores da economia mais afetados, globalmente. Houveram alterações nas dinâmicas de (i)mobilidade e no conjunto de atividades relacionadas ao turismo, com destaque para o avanço da digitalização e da "plataformização". O GT pretende valorizar trabalhos de cunho etnográfico. Com isso, esperamos contribuir para a compreensão deste fenômeno.

Palavras chave: Antropologia, turismo, Brasil

Felipe Comunello, Lea Rodrigues

Apresentação Oral

Entre o bairro e a roça: práticas econômicas dos moradores da foz do Rio de Contas em Itacaré - BA em contexto de expansão turística

O presente artigo explora os impactos e mudanças econômicas e culturais ocorridas na cidade de Itacaré (Bahia) nas últimas décadas, em especial a partir da pavimentação da rodovia estadual BA 001 concluída em 1998 e a conseqüente ampliação e consolidação da indústria turística na região. O foco de observação se concentra, de um lado, no processo de produção de uma imagem pública de "paraíso natural da costa Atlântica" que sustenta o novo mercado

e, de outro, nas especificidades dos modos de viver da população autodenominada nativa. Esta é constituída em sua maioria por moradores dos bairros quilombolas localizados na foz do Rio de Contas e das roças que se espalham em suas margens. Trata-se de uma população que habita, ao mesmo tempo, bairro e roça. O objetivo é apresentar uma reflexão sobre as práticas econômicas dos moradores ribeirinhos de Itacaré a partir de etnografia realizada em dois de seus bairros mais antigos: Marimbondo e Porto de Trás. O foco da observação concentra-se na intensa circulação de alimentos produzidos nas roças quilombolas e capturados no rio e nos seus mangues, com destaque para a relevância que esses produtos têm tanto na manutenção de um modo tradicional de vida em meio a um contexto no qual as relações se tornam cada vez mais monetarizáveis, quanto na criação de estratégias de participação econômica desses moradores na nova indústria turística, que cada vez mais se expande e consolida em toda a região baiana da Costa do Cacau. Palavras-Chave: Turismo. Quilombolas. Ribeirinhos. Itacaré-BA

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661379866_ARQUIVO_ed6be2071bb2fbb1327fa0cda6b95d67.pdf

Apresentação Oral

Fazendo antropologia no extremo-oeste cearense: um estudo etnográfico da expansão turística na vila de Jericoacoara.

A partir das observações de Rodrigues (2014), sabe-se que os estudos sobre turismo no Brasil no campo das ciências sociais são discutidos como um tema periférico, tendo em vista que a presença do tema no corpo de pesquisas possui objetivos díspares, dessa forma, se faz necessário "o enfrentamento deste fenômeno social de forma direta e não tangencial" (ibid., p. 46). Nesta perspectiva, apresentaremos a abordagem teórica metodológica que vimos adotando nos estudos sobre o processo de mudanças na organização do turismo praticado na vila de Jericoacoara, situada no extremo-oeste da costa cearense no município de Jijoca de Jericoacoara. O foco são as mudanças que vêm ocorrendo na Vila, em decorrência das disputas a respeito do gerenciamento do Parque Nacional de Jericoacoara (PARNA Jeri) criado em 2002 e no desenvolvimento da atividade turística na região. As pesquisas em Jericoacoara iniciaram-se em 2013, resultando em monografias e apresentações de eventos científicos. Desde então, vem sendo realizada a coleta de dados etnográficos na Vila, assim como a prática do exercício da observação in loco com a realização de viagens periódicas à vila. Contudo, em decorrência da pandemia, no período de 2020 a coleta de dados ficou restrita aos dados disponíveis on-line, realizando o levantamento de dados em sites jornalísticos, comunitários, institucionais e o acompanhamento das redes sociais e noticiários sobre o processo de reabertura do turismo na localidade. Em 2021, foi realizada uma visita na localidade no período de reabertura do turismo, com a intenção de observar as mudanças que ocorreram na

retomada das atividades turísticas na região dentro de um novo contexto de turismo pós-pandemia regrado por medidas sanitárias, através de entrevistas com moradores e representantes de diversos segmentos; pousadas, caminhoneiros, trabalhadores informais, representantes da gestão de turismo e dos equipamentos de saúde no município. Como recurso metodológico nos valem da articulação entre etnografia e ecologia política efetuada por Little (2006) para identificar os atores, estratégias, argumentos e os interesses dos sujeitos envolvidos nos conflitos. Concluiu-se pela crescente elitização do turismo na localidade, sem resolução dos problemas ambientais e com perdas significativas para os trabalhadores ambulantes, os mais vulneráveis frente aos interesses do capital turístico, das instâncias governamentais e dos grupos políticos locais.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480503_ARQUIVO_b5c4ec58e4fd655ba7b103a8803300a6.pdf

Apresentação Oral

O turismo como ritual de passagem: uma experiência etnográfica com turistas no Pantanal Sul

Considerando as discussões da Antropologia do Turismo a respeito do turismo como ritual de passagem e das tipologias do turista com suas diferentes motivações apresenta-se uma breve experiência etnográfica realizada pela pesquisadora na condição de turista em relação com outros turistas na sub-região do Abobral, no Pantanal de Mato Grosso do Sul, em uma pousada que oferta serviços de Ecoturismo. Constatou-se que as sensações de alternância e inversão do ritual do turismo, além de gradativas são relativas, pois estão condicionadas também aos interesses e desejos particulares de cada turista, as características do local visitado e das relações criadas com os funcionários e demais turistas ao longo da estadia. Assim, mesmo vivenciando a condição por si só liminar em que o turismo os colocam, os turistas sentem a imersão nas etapas, eventos e sensações típicas do ritual do turismo em maior e menor grau, tal como aponta Graburn (1983) quando afirma que quanto às inversões proporcionadas pelo ritual do turismo em relação às práticas e ações cotidianas dos turistas, há influência das escolhas destes quanto aos aspectos da vida "normal" que desejam modificar ou inverter. Sendo assim, busca-las na experiência pessoal e turística pode fornecer indícios de suas motivações, interesses e intenções, bem como os diferentes modos de vivenciar essa experiência turística, auxiliando na caracterização dos turistas que buscam praticar o Ecoturismo no ambiente pantaneiro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461823_ARQUIVO_f1891171a8c5438c32881e5f44571867.docx

Apresentação Oral

O Turismo e a Covid-19 na Costa do Cacau: Evidências etnográficas

Pretende-se aqui discutir as possíveis relações entre a ocorrência de Covid-19 e a atividade turística na Costa do Cacau, sul da Bahia. Com base nos relatórios epidemiológicos fornecidos pela Universidade Estadual de Santa Cruz (Ilhéus), foi feita a tabulação e sistematização da ocorrência de casos de Covid-19 e de óbitos de Covid-19 no período de maio de 2020 a janeiro de 2021 na microrregião Itabuna-Ilhéus, onde se insere o território turístico denominado Costa do Cacau. Os dados secundários foram combinados com pesquisa participante com vistas à descrição etnográfica na tentativa de esquadrihar evidências a respeito das relações entre turismo e Covid-19 no terreno.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661279500_ARQUIVO_0e3d38ea87d0afadb967893e325f4347.pdf

GT58: Pandemia silenciosa: o impacto do novo coronavírus na saúde mental em tempos de pandemia e pós-pandemia de Covid-19

Este GT visa a reunir pesquisas que abordem práticas, políticas e discursos no campo da saúde mental nos contextos de enfrentamento à pandemia de Covid-19 e de pós-pandemia. Apresentada como uma outra pandemia, subjacente e paralela à de Covid, as questões de saúde mental têm aparecido como problemas emergentes nas políticas de saúde no país e em nível global. Torna-se premente a compreensão antropológica dos impactos específicos que esses contextos trouxeram para a saúde mental; a análise sobre o quanto a saúde mental se torna uma linguagem e um modelo explicativo para questões mais amplas de sofrimento social; o escrutínio sobre quais são os caminhos futuros para políticas de saúde mental e para a emergência de novas práticas, experiências e saberes sobre esse tema. A proposta comporta, de um lado, práticas e saberes locais, tradicionais e/ou dissidentes de sujeitos e coletividades em relação a saúde/adoecimento/sofrimento mental; e, de outro, políticas públicas, serviços e ações do Estado nesse campo, envolvendo redes de atendimento, dispositivos epidemiológicos, políticas e biopolíticas pretensamente universais e seus modos desiguais de distribuição de direitos. A intenção é ampliar a compreensão das questões atinentes aos processos de sofrimento, aflição, perturbação e/ou adoecimento, práticas, políticas e discursos a partir de um olhar antropológico sobre esta pandemia silenciosa e sobre o impacto dos contextos de pandemia e pós-pandemia de Covid-19 na saúde mental.

Palavras chave: saúde mental; Estado; pandemia e pós-pandemia de Covid-19

Érica Quinaglia, Sônia W. Maluf

Apresentação Oral

"Temos que lidar com excesso de trabalho, agravamento do estresse, ansiedade, insônia...": os abalos na saúde mental de professoras de escolas públicas de Porto Alegre durante a pandemia de Covid-19

A pandemia da Covid-19 exigiu que as práticas educativas presenciais fossem interrompidas e novas formas de ensino, realizadas remotamente, fossem inseridas no cotidiano das escolas. Neste contexto, todos os atores foram surpreendidos: tanto estudantes e seus familiares, quanto os professores, as coordenações pedagógicas, as equipes diretivas e até mesmo as mantenedoras e os órgãos estatais, como as Secretarias de Educação. No âmbito de uma pesquisa que se direcionava a uma abordagem comparativa entre uma escola pública e uma escola privada no contexto de ensino remoto emergencial, foi possível ter contato com os relatos de professoras de variadas escolas públicas estaduais de Porto Alegre. Em uma perspectiva etnográfica que reacendeu as discussões sobre a realização de etnografias em contextos digitais, foram realizadas entrevistas exploratórias e observações em aulas síncronas online de uma escola estadual. Os relatos escancararam as realidades dessas educadoras e elencaram as diversas questões responsáveis pelo abalo de sua saúde mental. A distância dos estudantes, a carga de trabalho excessiva, as dificuldades financeiras, as duplas e triplas jornadas, as ameaças por parte da Secretaria de Educação, a dificuldade de inserção no ambiente digital e as incertezas sobre a propagação do vírus e a duração da pandemia foram alguns dos pontos que causaram os abalos citados pelas professoras. Em uma das conversas, uma professora descreveu este cenário: "tivemos que nos adaptar a uma nova rotina de trabalho, com novas ferramentas e demandas, além dos ataques à educação e à carreira, dessa forma é humanamente impossível manter uma boa condição de saúde mental". Para a maioria delas, o aumento das situações de estresse, a sobrecarga e a frustração trouxeram na bagagem muita ansiedade, insônia, cansaço e depressão. Além da falta de estrutura e orientações para a realização das aulas virtuais por parte da Secretaria da Educação, as professoras estaduais gaúchas vêm enfrentando aproximadamente oito anos de salários congelados e 20 meses de salários parcelados. A crise sanitária expôs um sistema que já caminhava para o colapso, devido à falta de investimentos e de diálogo com a comunidade escolar. Diante da falta de uma política pública de assistência psicológica aos educadores, ganha espaço a discussão sobre a Lei Federal nº 13.935/2019, que trata da obrigatoriedade de psicólogos e assistentes sociais nas equipes multiprofissionais de ensino-aprendizagem das escolas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478982_ARQUIVO_bc8ec23db7bb032e8d4f361e4c307b3d.pdf

Apresentação Oral

Caminhos reflexivos de uma Trabalhadora-pesquisadora com pessoas em situação de rua em Porto Alegre/RS no contexto pandêmico

Este trabalho pretende relatar e desenvolver reflexões sobre a vivência como trabalhadora-pesquisadora no Serviço de Abordagem Social, na política de Assistência Social em Porto Alegre/RS com a população em situação de rua na região do bairro Partenon ao longo destes dois anos pandêmicos. O fazer antropológico é um grande desafio, uma imersão no espaço do que não é conhecida, a estranheza é cotidianamente enfrentada com a simples ação de conviver e coexistir. Diversos questionamentos foram e ainda são feitos ao longo desta pandemia de COVID 19 no processo do dia a dia do trabalho desta política pública. Alguns serviços passaram a trabalhar em regime de tele trabalho, o distanciamento ficou realmente imenso. No entanto, na rua a vida seguiu. Como ficar em casa, se já não havia casa? Como lavar as mãos se não havia torneiras públicas? Os banheiros públicos localizam-se na região central da cidade e nem sempre estão abertos. Como fazer para cuidar de quem esta rua e é grupo prioritário se ainda não sabíamos o que fazer? Para onde levar quem adoecia? Como levar? A equipe também estaria em risco? Qual o protocolo para população de rua nas unidades de saúde da região? E os trabalhadores também do grupo de risco, como fazer? E como seria o processo de vacinação dos/as trabalhadores e da população de rua? Ambos seriam prioritários? Trabalhar e pesquisar grupos conceituados como vulneráveis, diante do cenário de agravamento das condições sociais e econômica em meio à crise sanitária e humanitária em que vivemos, torna-se uma das ferramentas para desenvolver estratégias de manutenção da existência para todes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481364_ARQUIVO_dff127ecc44cb700c264edd65e173b0a.pdf

Apresentação Oral

Impactos para a saúde mental de profissionais da saúde no enfrentamento à pandemia em Santa Catarina

Esse estudo analisa o impacto da pandemia do coronavírus nos/nas profissionais de saúde, focando a saúde mental. O enfrentamento à pandemia provocou uma mudança radical nas suas rotinas. Foram realizadas entrevistas aprofundadas, por meio virtual, em diferentes momentos da pandemia, com interlocutores/as chave - gestores/as, profissionais de saúde do interior e da capital de Santa Catarina - para entender os impactos na saúde mental e nas

relações sociais. Segundo os relatos, as primeiras capacitações dos/as profissionais ocorreram de forma rápida, havendo novas pactuações de protocolos à medida que conhecimentos sobre a doença eram gerados - processo permeado por incertezas e medos em relação aos riscos, especialmente no primeiro ano da pandemia. A experiência subjetiva deste processo foi vivenciada em diferentes momentos: desde os picos com lotações dos serviços até a vacinação em massa e o aumento de leitos; do caos ao enfrentamento, até à naturalização dos casos. Pesquisar durante a pandemia possibilitou identificar situações que, em momentos de estabilidade, provavelmente não seriam possíveis. Por exemplo, a falta de profissionais, seja porque alguns precisaram entrar em licença por serem grupo de risco ou porque se infectaram com o vírus e/ou tiveram sua saúde mental afetada, sobrecarregou o grupo que se manteve atuando nos serviços. Essa situação gerou conflitos internos entre as equipes. A sobrecarga de trabalho e o medo de contaminação foram preocupações constantes entre os participantes. A maior parte das equipes nos espaços hospitalares contava com profissionais da psicologia e do serviço social, mas essas trabalhadoras centravam suas intervenções de cuidado junto às famílias dos pacientes graves por Covid-19. Enquanto isso, o apoio para dar suporte às demandas de saúde mental dos/as profissionais foi mantido quase que exclusivamente pelas relações entre as equipes e o apoio familiar, por vezes, em contatos remotos. Além do medo da contaminação, a saúde mental desses/as trabalhadores/as foi negativamente afetada, principalmente devido à crescente precarização do trabalho, como perda de direitos trabalhistas, o que agravou os adoecimentos entre profissionais. A manutenção da saúde mental não pode ser entendida no âmbito individual. Por isso, é necessário desenvolver práticas que recuperem as perspectivas de humanização do trabalho interdisciplinar nos serviços de saúde e garantir suporte de forma contínua. Os/as profissionais de saúde são sempre os/as primeiros/as a comporem a linha de frente no processo de controle de uma pandemia. Portanto, é fundamental uma revisão das garantias trabalhistas, para que continuem enfrentando os desafios em saúde com o fortalecimento de suas redes produtoras de cuidados.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661473833_ARQUIVO_aa168418892941defe3ded8c045d2a2f.pdf

Apresentação Oral

Os impactos do trabalho remoto entre os docentes do magistério superior do nordeste brasileiro

Este trabalho busca apresentar os resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo analisar os principais impactos do trabalho remoto, adotado durante os dois primeiros anos da pandemia de COVID-19 nas vidas dos(as) docentes do magistério superior da região nordeste do Brasil. A análise se constrói a partir da compreensão das características dos(as) participantes da pesquisa, da apreensão de suas experiências em relação à pandemia, da

compreensão das mudanças em suas rotinas de trabalho, da avaliação que fazem do trabalho remoto, bem como das perspectivas que apresentam com relação a esse momento de transição para o retorno às atividades presenciais. O trabalho é subsidiado pelo desenvolvimento de um levantamento, cuja coleta de dados contou com um formulário digital disposto na plataforma "Google Forms", entre os meses de abril e maio de 2022, através do qual foram alcançadas 793 respostas, até o momento. Os resultados parciais da pesquisa indicam que para a maioria dos(as) respondentes houve aumento no tempo de dedicação às atividades acadêmicas durante o trabalho remoto, o que acarretou em uma precarização do trabalho docente, uma diminuição - qualitativa e quantitativa de suas produtividades, além do prejuízo em diferentes dimensões de suas vidas pessoais, como a familiar e a saúde física e psíquico-emocional. Apesar de contarem com certo otimismo com relação ao retorno das atividades presenciais e restabelecimento de uma melhor administração da rotina pela separação entre esfera pública e privada, as respostas subjetivas apresentadas pelos(as) respondentes indicam a vivência de sofrimentos diversos e intensos ao longo dos dois últimos anos, o que tende a gerar desafios para as instituições, com vistas a promover o acolhimento necessário à readaptação das atividades após um período permeado por medos, perdas, mudanças e pressões diversas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661199637_ARQUIVO_a98ff5b48e5cedafb11ff51b42a201b0.pdf

Apresentação Oral

Pueblo Originários y COVID 19: salud mental, gobierno y el Runa andino

El presente artículo se inscribe en el desarrollo de la salud pública con énfasis en la salud mental de los pueblos Originários desde una mirada política, social y cultural del contexto Andino. Su objetivo es el de problematizar e interpretar el desempeño de los sistemas de gobierno y sus políticas públicas para el tratamiento de la salud mental de los pueblos Originários Andinos. Se ha utilizado el método descriptivo observacional directo, utilizando la técnica etnográfica digital y la revisión bibliográfica en profundidad. El resultado de la investigación permite explicar desde la realidad andina, los impactos en la salud mental post COVID19.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661465381_ARQUIVO_a8dab6d9162579cce68965a7b8e20c06.pdf

Apresentação Oral

Quando o tratamento não cura: relatos e trajetórias terapêuticas no contexto da pandemia de COVID-19 em Belém/PA

Este trabalho visa analisar, sob uma perspectiva da antropologia da saúde, a trajetória de pessoas acometidas pela COVID-19, mais especificamente aquelas que apresentam a chamada Síndrome Pós-COVID-19 na capital paraense. Por meio de entrevistas semiestruturadas, busca-se investigar como se constitui a rede de cuidados dessas pessoas, seja pela rede de saúde pública ou privada, quais as formas de tratamento, como convivem com sequelas da doença e de que forma isso afeta o cotidiano desses interlocutores. Isso porque o olhar e a compreensão sobre as experiências pessoais, bem como a elaboração de seus cuidados, desenhando trajetórias em diferentes redes que lhe proporcionem algum suporte, são muito importantes. A noção de sofrimento, causado pela enfermidade, faz alusão a uma trajetória adotada em busca de tratamento. A doença, por sua vez, como indicam Rodrigues e Caroso (1999), trata-se de uma experiência física e subjetiva, envolvida em complexa rede de sentimentos que orientam os indivíduos em suas buscas por significados. Trata-se de uma relação que vai além do caráter biológico dos cuidados com o corpo doente, estendendo-se ao caráter das interações sociais. Nesse contexto pandêmico, os relatos de experiências pessoais e familiares, bem como o modo que elaboram seus cuidados, desenhando trajetórias em diferentes redes que lhe proporcionem algum suporte, mostra-se relevante. Assim, é importante compreender a forma como as pessoas processam e compartilham as informações acerca da doença, assim como trazer à perspectiva os impactos que a mesma traz às suas vidas. Palavras-chave: Covid-19, trajetória, tratamento, experiência.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661364005_ARQUIVO_58a80358ed5f06cb5c52c98caab130cd.pdf

Apresentação Oral

Ser linha de frente: vivências de profissionais da saúde do RN em tempos de pandemia

O trabalho é pautado por um estudo acerca das experimentações de mundo de profissionais da saúde atuantes na linha de frente no enfrentamento à Covid-19 no Rio Grande do Norte. Partindo de uma discussão teórica que se interessa nas temáticas relativas ao pesquisar na pandemia, interseccionalidades, governança, necropolítica e cuidado de si e do outro, ocorre a problematização do que é construir a saúde no Brasil. O presente escrito tem como objetivo central compreender as perspectivas de avaliação dessas/es trabalhadoras/es sobre presenças, vivências e ausências no sistema de saúde brasileiro, como também investigar a possível existência de uma renovação de práticas nesse campo social, sejam elas já em curso ou de elaboração ainda necessária. Nesse sentido, o trabalho contribui com uma apreensão de demandas e necessidades dessa categoria diante de um cenário de transformações sociais, culturais e políticas que expressam desigualdades já em curso no sistema capitalista. Através de uma metodologia quali-quantitativa, expressa em um survey via Google Forms, foram verificadas 48 respostas no intervalo de 2 meses. Como resultados, a pesquisa conta com uma

presença massiva de mulheres e de moradores de grandes cidades do estado como parte da amostragem estudada: ambos recortes equivalentes ao percentual de 89,6% cada. Dentre este grupo, 62,5% narraram a existência de uma mudança na relação com o paciente. Ademais, nos depoimentos, apresenta-se a existência de uma pandemia do medo e da construção de uma coletividade entre o grupo da linha de frente, com base na identificação e compartilhamento de afetividades como medo, culpa, ansiedade e estresse. Nesse cenário de análises, é verificada uma potencialização do adoecimento mental dentro do público-alvo. De acordo com este, o futuro da profissão demonstra um cenário de alterações e incertezas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661178712_ARQUIVO_a775d82e89c005d93c0582b764fc81a5.pdf

Apresentação Oral

Volta à escola com a Covid-19: tensionando a ideia de "geração perdida"

Neste 2022, crianças e adolescentes estão retornando ao "chão da escola", ainda com a Covid-19 entre nós, depois de dois anos de ensino remoto em virtude da pandemia. Na esfera pública, uma ideia ventila nesse contexto: de que haveria no Brasil, como em outros países menos privilegiados geopoliticamente, uma "geração perdida" de estudantes, uma vez que a crise sanitária delimitou, também, uma crise educacional, com supostos déficits irrecuperáveis de aprendizagem. Esta comunicação argumenta sobre a necessidade de se empregar a noção de "geração perdida" com enorme responsabilidade. Estudiosas(os) já vêm alertando para o perigo de uso dessa expressão em favor de processos iníquos de financeirização da vida. Não fora desse contexto, quer-se chamar a atenção mais detida ao risco de utilização leviana desse termo no que diz respeito a repercussões sobre disposições existenciais e de saúde mental em meio a crianças e jovens, especialmente - mas não somente - entre àquelas(es) que encontram maiores obstáculos em seus percursos formais de educação, devido a desigualdades. A fala se alicerça em dados, observações, interlocuções e análises reunidos a partir do projeto "Escola em quarentena: um registro antropológico de memórias educacionais", coordenado pela autora em parceria com duas outras pesquisadoras e educadoras. Essa iniciativa se caracteriza a um só tempo como um exercício de pesquisa, um esforço de extensão e um experimento de ciência aberta. O projeto integra hoje o "Coronarquivo" do Centro de Humanidades Digitais da Unicamp, espaço dedicado a reunir arquivos virtualizados de memória da pandemia de Covid-19, sob a preocupação de contar uma história equânime de uma catástrofe que é multifacetada - simultaneamente sanitária, geopolítica, econômica e sociológica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1658943557_ARQUIVO_a4013541c24e84cd9953731a3263bd90.pdf

GT59: Patrimônio cultural imaterial para além da institucionalidade: apropriações, ressignificações, usos e efeitos

Reuniremos pesquisas que considerem o patrimônio imaterial (PI) e que permitam refletir sobre apropriações e ressignificações de processos de registro, pesquisa ou salvaguarda por sujeitos e coletivos reconhecidos como detentores. Interessa-nos tratar de sentidos, efeitos e resultados inesperados, secundários ou paradoxais que surgem quando olhamos para além dos limites institucionais mais visíveis das políticas de PI e quando consideramos a popularização dos debates e do vocabulário do "patrimônio". Após 20 anos de uma política federal de PI (Decreto 3.551/2001), contamos com um significativo arcabouço de experiências e análises que permitem avaliar como conceitos, vocabulário e práticas institucionais do PI foram apropriados, disputados e instrumentalizados por atores como grupos de culturas populares e tradicionais, povos indígenas, coletivos artísticos, produtores e agentes de cadeias produtivas da cultura, etc. Convidamos trabalhos sobre bens (potencial ou efetivamente) patrimonializados no Brasil (qualquer das três esferas da federação) ou alhures que contribuam para essa avaliação, tratando de casos como: (re)configurações de grupos e comunidades; espetacularização das culturas populares; desenvolvimento de novos modos de relação entre comunidades e Estado; criação de formas situadas de pensar e operacionalizar o patrimônio; disputas por status e recursos, e pela definição de legitimidades e narrativas; usos do PI em conflitos políticos e territoriais; entre outros.

Palavras chave: patrimônio cultural imaterial; patrimonialização; detentores de saber

Lorena Avellar de Muniagurria, Caio Csermak

Apresentação Oral

Santa Messa in Talian e Filò: iniciativas de associações étnicas para valorização do patrimônio cultural imaterial em Colombo/PR

Diego Gabardo

Este artigo visa analisar duas iniciativas de associações étnicas italianas em Colombo, Região Metropolitana de Curitiba - Paraná, voltadas ao Talian, língua de imigração. Essa cidade teve sua formação a partir da emancipação de antigas colônias italianas, nos arredores da capital paranaense, no final do século XIX. Na década de 1940, a sua população, como a de várias cidades que acolheram imigrantes dessa etnia, também foi alvo da Campanha de Nacionalização do Governo Vargas, que vetou o uso da língua italiana, assim como o alemão

e o japonês. As marcas dessa repressão se refletiram no silenciamento dos falantes, que limitaram a transmissão da língua para as novas gerações. (CUNHA & GABARDO, 2020). Os movimentos de valorização da cultura imaterial, a partir dos anos 2000, possibilitaram o início de uma mudança neste cenário, que em 2014 repercutiu no reconhecimento do Talian como Referência Cultural Brasileira pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em novembro de 2021, Colombo recebeu da Assembleia Legislativa do Paraná, o título de Capital do Talian. Nesse município, duas entidades se destacam na promoção de ações voltadas a esta língua: a Associação Italiana Padre Alberto Casavecchia e a Associazione Veneti nel Mondo-Colombo. Para além da institucionalidade formalizada por esse título, o artigo busca analisar dois eventos promovidos por essas associações: a Santa Messa in Talian e o Filò, realizados desde 2006, principalmente durante a Settimana Italiana di Colombo. O objetivo deles é o de sensibilizar a comunidade local sobre a importância da manutenção do Talian, cujas raízes remontam à formação do município. Ao esmiuçar essas práticas, percebe-se que essas associações se utilizaram da Santa Messa in Talian, enquanto tática e estratégia (CERTEAU, 2014), para chancelar a valorização desse patrimônio cultural imaterial perante a comunidade, tendo em vista o capital simbólico (BOURDIEU, 1987) que a prática religiosa católica para ela representa. Assim como a missa em Talian, a promoção do Filò pode ser também entendida como uma invenção das tradições (HOBSBAWN, 2020), na qual uma prática comum de imigrantes se visitarem é reinterpretada como um encontro de descendentes e interessados pela cultura para falar a sua língua de herança (ORTALE, 2016) e fazer memória de seus antepassados. Por fim, constata-se que essas apropriações e ressignificações de eventos públicos reforçaram a importância do Talian em Colombo e contribuíram, de certa forma, para galgar o reconhecimento pelo Governo Estadual.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/900_63707995_404096.pdf

Apresentação Oral

Quando o campo é patrimônio cultural imaterial: produção de relatório técnico e algumas questões teórico-metodológicas e práticas do fazer antropológico institucionalizado

Gilda Conceição Silva

O campo de patrimônio cultural está em constante formação e mudança, entre outros motivos, devido a resultados de experiências práticas da produção técnica cotidiana, resultante, quase sempre, do saber teórico e metodológico da antropologia e/ ou de áreas afins, bem como do debate decorrente desta produção. Neste artigo, apresento como ocorreu, na Bahia, no âmbito da esfera pública estadual, a instrução dos três primeiros processos de revalidação dos patrimônios culturais Festa de Santa Bárbara (Salvador), Festa da Boa Morte (Cachoeira) e Carnaval de Maragogipe (Maragogipe). Estes patrimônios estão salvaguardados pelo

instrumento protetivo jurídico Registro Especial de Patrimônio Imaterial, título dado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC-BA). Assim, entre outras discussões, abordo a metodologia, contexto e resultados que envolveram os processos de preservação destes patrimônios e a emissão de seus primeiros relatórios técnicos de revalidação. As instruções destes processos constituem-se em marco relevante e pioneiro, não apenas para os patrimônios salvaguardados e seus detentores/ produtores, mas, também, para o campo do patrimônio cultural imaterial, sendo norteador para futuros trabalhos de revalidação de patrimônios culturais imateriais produzidos por profissionais de antropologia e áreas afins.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481498_ARQUIVO_8977ba3d5bece8ad2cb2601d850cc374.pdf

Apresentação Oral

"Entra na roda menino não se acanhe": Coco das Goiabeiras da Rainha do Mar.

Joel Oliveira de Araújo

O presente trabalho, tem como proposta estudar os cocos a partir do grupo "Coco das Goiabeiras da Rainha do Mar", localizado no bairro da Barra do Ceará em Fortaleza (CE). Os cocos é uma manifestação cultural do nordeste brasileiro, podendo ser encontrada em todos os estados do nordeste. No Ceará, os cocos estão presentes no Cariri cearense e em grande parte do litoral do estado. A brincadeira surge de uma tradição afro-indígena e tem como pilar o canto, o batuque e a dança. O grupo "Coco das Goiabeiras da Rainha do Mar", nos últimos anos vem fomentando a cena cultural dos cocos na cidade Fortaleza (CE), mesclando tradição, espiritualidade e militância política. A partir de uma pesquisa etnográfica, o trabalho vem refletir como determinado grupo executa, experimenta e ressignifica a tradição da brincadeira dos cocos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661430126_ARQUIVO_cd7062148b2da0ce83e8a73dc80c7096.pdf

Apresentação Oral

Patrimonio inmaterial y colectividad italiana: asociaciones de inmigrantes en Villa María, Córdoba, Argentina.

Manuel Blanda

Resumen del trabajo a presentar en el 33º encuentro brasileño de antropología (28 de agosto al 3 de septiembre de 2022) "Patrimonio inmaterial y colectividad italiana: asociaciones de

inmigrantes en Villa María, Córdoba, Argentina." Palabras claves: asociaciones, colectividad, patrimonio inmaterial. Keywords: association, community, intangible heritage. Manuel Blanda- Universidad Nacional de Villa María El fenómeno social de la patrimonialización es conceptual, empírico e interdisciplinario. Metodológicamente, un patrimonio es material o inmaterial. Haciendo foco en este último, Gili (2019) plantea que "identidad, memoria y patrimonio cultural son conceptos entrelazados" (3). Dicha afirmación surge de entender que el patrimonio cultural se manifiesta cuando un grupo de personas le otorga significado, se apropia de él dándole valor cultural y social a determinados elementos culturales de sus sociedades. Esto sucede con los recuerdos de un pasado colectivo, vivido o imaginado, propio o generacional. Este acervo de múltiples historicidades, se reconstruye socialmente y es la memoria histórica de los grupos que constituye en sí misma un patrimonio inmaterial. En cuanto a esa reconstrucción social, la premisa es comprender a los marcos espaciales de estudio desde su dinamismo propio, sujeto a cambios constantes. La llegada de oleadas inmigratorias al país en diferentes períodos de los siglos XIX y XX materializan un ejemplo de ello. Devoto (2007) pregunta cuáles fueron los cambios fehacientes en la sociedad argentina desde entonces. Los interrogantes se resuelven empíricamente mediante la investigación. Mi análisis se acota a la ciudad de Villa María, que tiene características propias y cuatro asociaciones que representan la colectividad italiana local. Referencias bibliográficas - Blanda, M. (2020). "La colectividad italiana de Villa María (Córdoba, Argentina). Abordaje sociológico de sus experiencias asociativas actuales". Trabajo Final de Grado. Licenciatura en Sociología. Instituto Académico Pedagógico de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Villa María. - Cottom, B. (2007). El patrimonio cultural como problema interdisciplinario. En Red Patrimonio. Revista Digital de Estudios en Patrimonio Cultural. Disponible en: www.colmich.edu.mx/publicaciones/electronicas/redpatrimonio - Devoto, F. (2007). La integración de los inmigrantes europeos. En Torrado, S. (comp): "Población y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario". Tomo I. Buenos Aires: Edhasa. 549-569. - Gili, M.L. (2019). Expresiones culturales, herencia social y registro patrimonial. En Pérez Zavala, G. y Gili, M.L. (Comps.). (2019). Historias en voz alta. Narraciones de inmigrantes italianos en Villa María (Provincia de Córdoba, Argentina). Villa María: El Menso

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661384941_ARQUIVO_d59871144fdf0ec4ad6f238c9df8eba3.pdf

Apresentação Oral

Modernização da tradição ou a tradição modernizada: imagem e representação do Carimbó

Pierre de Aguiar Azevedo

O Carimbó, manifestação cultural tradicional da região amazônica paraense, foi consagrado com o título de patrimônio cultural imaterial brasileiro pelo IPHAN, no ano de 2014. De lá pra cá, diversas ações para a salvaguarda deste bem têm sido realizadas com o uso de recursos tecnológicos da imagem, como fotografias, vídeos e produções audiovisuais. Deste modo, as representações imagéticas constituídas sobre este patrimônio revelam uma série de embates e conflitos sociopolíticos em meio às relações comunitárias e institucionais, que levam em conta também um processo de (re)invenção de sua tradição diante da modernidade contemporânea. Este procedimento perpassa a constituição histórica desta manifestação, apresentando-se como um campo de permanente reflexão antropológica e patrimonial quando se pretende examinar as referências culturais assumidas e atribuídas a este bem patrimonial. Sendo assim, este trabalho analisa como o uso das imagens e suas representações influenciam e são influenciadas pela dinâmica existente entre tradição e modernidade do e no Carimbó, e como esta problemática pode repercutir nas ações de salvaguarda do bem cultural e nas políticas públicas voltadas ao patrimônio imaterial. Para isso, foram verificadas as narrativas e discursos dos detentores do bem e de instituições, públicas e privadas, reunidas em uma coleta episódica de casos vivenciados, diálogos informais e entrevistas abertas junto a pessoas, grupos e comunidades carimbozeiras. Portanto, foi possível compreender a complexidade da relação discursiva presente no campo das representações imagéticas de um patrimônio imaterial, que se propõe impermanente, em transformação constante. O que, por sua vez, evidencia a dinâmica de uma tradição cultural que se reelabora na modernidade e provoca importantes debates para o campo das políticas públicas orientadas a preservação e salvaguarda das culturas populares. Palavras-chave: Carimbó. Tradição e Modernidade. Imagem e Representação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661367922_ARQUIVO_772a6a21525dd5092c943934369d5162.pdf

Apresentação Oral

Políticas culturais e as casas sagradas de Timor-Leste: a construção de um patrimônio

Renata N. Silva

Baseado numa pesquisa etnográfica realizada entre setembro de 2016 e novembro de 2017, em diferentes comunidades leste-timorenses, este trabalho busca, de um lado, discutir os dispositivos legais que estão sendo elaborados em Timor-Leste para a identificação e proteção de bens culturais (em especial, aqueles relativos às casas sagradas), e, do outro, compreender os modos pelos quais vem ocorrendo a transposição de elementos do complexo de governança local, chamado de cerimônia kultura (Silva, 2014) para contextos de ação do Timor-Leste pós-colonial. Em termos historiográficos, estou entendendo Timor-Leste pós-colonial aqui como

coincidindo com o período pós-ocupação indonésia e restauração da independência (pós-1999) - definição importante, dada a complexidade dos encontros e desencontros coloniais. O trabalho se desenvolve a partir de uma antropologia dos processos de apropriação, espetacularização, ampliação/redução da vida social, de elementos dos complexos locais de governança, organizados muitas vezes nas/pelas Casas, analisando ainda as suas implicações na elaboração de políticas de preservação de bens culturais. Tomo por base a análise do campo das políticas culturais leste-timorenses e dois eventos organizados para eficácia de projetos de governo: festival de comemoração do dia da cultura em Maubisse, no ano de 2016, e a celebração do lançamento da pedra fundamental da Biblioteca Nacional, em 2017. Argumento que a patrimonialização é uma construção social e política e, no caso de Timor-Leste, elementos extraídos do complexo local de governança, relacionados à Casa, nomeados kultura, vêm sendo apropriados e ressignificados em diferentes contextos e com finalidades variadas. Minha análise (tanto do campo das políticas culturais, quanto dos eventos acionados como exemplos de objetificação da cultura) é pautada em artigos que venho produzindo ao longo de dez anos e na minha tese de doutorado (Silva, 2019). Os processos de seleção e apropriação de elementos dos complexos locais de governança (kultura), vêm sendo transpostos dos seus espaços originários de produção para outros contextos, em especial para a cidade de Díli, para atender demandas relacionadas ao desenvolvimento do Estado. Os fenômenos mobilizados neste trabalho indicam transformações do sentido da vida social das casas sagradas e de outros elementos dos complexos locais de governança, que estão sendo capturados pelo Estado a fim de figurarem como símbolos, representações de uma cultura nacional.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661951632_ARQUIVO_5e47fa1b9928a6083b7e8df49936f126.pdf

GT60: Patrimônio, conflitos e ressignificações

A crescente demanda por registros de bens de natureza imaterial, efeito de mudanças na concepção de patrimônio advinda da adoção de noções mais abrangentes de cultura, assim como da influência de fatores externos, como o turismo e o consumo, chocam-se com circunstâncias divergentes, reforçando a importância e a urgência de reflexões no campo da patrimonialização. De um lado, assiste-se à valorização de identidades, saberes e fazeres expressos sob a forma de culturas e de memórias. De outro, o reconhecimento dessas demandas acontece em meio a diálogos tensos e conflituosos, seja com agentes do mercado, do turismo e do Estado, mas também decorrente do embate decolonial, que tende a confrontar as narrativas da patrimonialização, fazendo aflorar outros protagonismos e significados acerca de bens e

práticas patrimoniais. Este GT busca reunir reflexões que abordem experiências dessa natureza, que valorizem o diálogo e as disputas advindos de processos de patrimonialização de caráter imaterial. Nesse sentido, abre-se espaço para discutir o patrimônio imaterial, expresso nos modos de fazer, nos saberes tradicionais e populares, nas manifestações festivas, celebrações e rituais, a partir de sua dinâmica interna e da lógica de seus detentores e no diálogo com agentes externos, que atuam no sentido de valorizar ou de promover interferências simbólicas e desestabilizadoras nos domínios do popular, induzindo novas destinações e usos daquilo que foi ou está em vias de ser patrimonializado.

Palavras chave: Patrimônio imaterial; conflito; festas

Euler David de Siqueira, Álvaro Banducci

Apresentação Oral

Nas fronteiras do patrimônio: conflito e negociações em torno do Uaicarajé em Juiz de Fora, Minas Gerais

Euler David de Siqueira

A partir da ideia de que a realidade é uma construção social cujos sentidos e significados são negociados no curso de sucessivas interações, nos propomos a analisar a polêmica envolvendo o petisco Uaicarajé. Nosso recorte metodológico, qualitativo, se vale da pesquisa bibliográfica, exploratória e compreensiva (GEERTZ, 1978, 1992; MINAYO, 1994). Teoricamente lançamos mão dos conceitos de patrimônio, drama, midiatização e imaginário (SAHLINS, 1979; AMIROU, 2000; GONÇALVES, 2005; SANTOS, 2009). O Uaicarajé é um petisco produzido pelo restaurante Reza Forte, de Juiz de Fora, MG, para a competição anual "Comida di Buteco" 2022. Anunciado no Instagram no dia 07 de abril de 2022, o Uaicarajé rapidamente despertou a atenção de usuários da rede social pela referência ao ofício das baianas do Acarajé, patrimônio imaterial registrado no livro de saberes do IPHAN, em 2005. Importante referência cultural e identitária das mulheres que o produzem e o vendem nas ruas da Bahia e de todo o Brasil, a polêmica envolvendo o Uaicarajé acionou um campo cujas tensões e disputas que colocam no centro a própria categoria patrimônio.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477296_ARQUIVO_ef2384f1e9f3605478c036ad32981566.pdf

Apresentação Oral

Processo de patrimonialização: experiências com o dossiê do Banho de São João de Corumbá e Ladário.

Luciana Scanoni Gomes, Álvaro Banducci

O Banho de São João de Corumbá e Ladário - cidades banhadas pelo rio Paraguai e localizadas na fronteira com a Bolívia - foi reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, inscrito no Livro de Registro das Celebrações em maio de 2021, constituindo o primeiro patrimônio imaterial exclusivo de Mato Grosso Sul a obter certificação do Iphan. Das providências iniciais da comunidade de festeiros e do poder público local, passando pelas negociações políticas, a formação de grupos de investigadores, a pesquisa bibliográfica e etnográfica até, finalmente, o registro, foram 11 anos de trabalho. É essa trajetória que o presente trabalho pretende expor, bem como os efeitos da patrimonialização de um bem tão presente no cotidiano da vida local como São João, considerado por muitos devotos o Santo da família. Assim sendo, o objetivo deste trabalho é revelar esse percurso e refletir sobre o processo de pesquisa do Dossiê do Banho de São João de Corumbá e Ladário, a partir dos procedimentos teórico metodológicos adotados para o desenvolvimento da investigação; dos desafios enfrentados por ocasião dos levantamentos de dados; bem como, das estratégias adotadas a fim de alcançar seus propósitos, tendo como parâmetro as demandas e expectativas trazidas pela comunidade e pelas agências parceiras.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661464085_ARQUIVO_71023e804e0f6723fa5f888b342fe86d.pdf

Apresentação Oral

Disputas Narrativas em torno

Paulo da Costa Pereira Neto

Baseado em pesquisa de campo levada a cabo entre fevereiro e junho de 2013, meu objetivo é apresentar um panorama das disputas narrativas que giravam em torno dos significados históricos e políticos do Forte de Samaipata, patrimônio material localizado nas terras baixas bolivianas e que, em 1998, foi reconhecido pela UNESCO. O lugar foi palco da presença de culturas pré-incaicas ("Moxo-collas" e Chanés), de Incas e espanhóis, cada uma tendo deixado seus registros materiais naquilo que, segundo os guias locais, seria a "maior pedra talhada do mundo". Ao mesmo tempo, minha pesquisa revelou disputas entre duas escolas historiográficas principais: de um lado, uma que tendia a focar sua atenção, sobretudo, na presença dos Incas no lugar; de outro, uma que pretendia resgatar os elementos anteriores à ocupação incaica. O que primeiro parecia uma discussão puramente acadêmica logo foi se revelando uma questão diretamente associada a conflitos políticos atuais da vida boliviana: de um lado, a historiografia "incaica" era associada aos interesses dos "altiplanos" e das regiões onde o apoio ao MAS, partido do então presidente, Evo Morales, se revelava mais forte; de outro, a historiografia das "terras baixas", região de forte oposição a Morales,

buscava construir uma narrativa temporal que dissociasse os povos daquela região da influência "andina". Em outros termos: enquanto estes últimos argumentavam que Morales teria a intenção de fazer "ressurgir" o império Inca - para tanto, se utilizando da história e da arqueologia como uma de suas ferramentas ideológicas -, aqueles contra-argumentavam que a presença incaica não poderia ser ignorada. Diversas questões entravam em jogo: o que seria "mais relevante", estudar a presença de povos que estiveram presentes "por milênio" no Fuerte, ou de um "império" que esteve "apenas" por alguns séculos na região? E as culturas pré-incaicas, de onde teriam se originado? Não teriam elas vindo, também, dos altiplanos, como atestava a presença de simbolismos muito semelhantes àqueles encontrados entre culturas andinas? Ou teriam elas se originado da floresta amazônica (portanto, de terras baixas)? Em ambos os lados, estava presente o esforço por construir um discurso anti-hegemônico: a historiografia "andina", que visava se desvencilhar da narrativa eurocêntrica, e a historiografia das terras baixas, que queria se emancipar do novo "império nacional" que julgavam estar emergindo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482826_ARQUIVO_e4d4902f6ba4e3f9d16f90d805c96561.pdf

GT62: Perspectivas decoloniais na antropologia dos patrimônios

Os recentes debates e performances culturais em torno da restituição de objetos, resignificação de monumentos públicos e reparação dos crimes contra a humanidade promovidos pelo empreendimento colonial, apontam para a centralidade emergente das perspectivas decoloniais na antropologia dos patrimônios. Os patrimônios culturais são constituídos a partir de conflitos, tensões e jogos de força que expressam não só a sua polissemia, como também profundas estruturas de dominação. Espera-se observar os processos de patrimonialização e os conflitos que os atravessam, chamando a atenção para persistentes estruturas de dominação e mecanismos de silenciamento de grupos não hegemônicos, seja no plano interno nacional, seja no plano internacional. Pretende-se refletir sobre os patrimônios que marcam histórias e memórias de dor e sofrimentos como a escravidão, as guerras, os genocídios e a tortura. Como a herança colonial, escravocrata e violenta se faz sentir nos mais diversos tipos de patrimônios: coleções, sítios arqueológicos, centros históricos, museus, monumentos? Quais as ações desenvolvidas pelos próprios grupos subalternizados em suas lutas por reconhecimento, reparação e justiça? Como se expressam as suas formas de contestações, emoções e sofrimentos? Qual papel têm os patrimônios nos processos de reparação dos crimes contra a humanidade e na garantia dos direitos humanos, cidadania e democracia?

Palavras chave: Patrimônios em Disputa; Decolonização dos Patrimônios; Emoções Patrimoniais

Izabela Tamasso, Simone Vassallo

Apresentação Oral

Espaços sagrados, territórios de axé e fé: apontamentos metodológicos para uma política de patrimonialização de casas e terreiros de matriz afrorreligiosa de Minas Gerais.

Ana Belone, Nicole Faria Batista

Esta comunicação toma como matéria para reflexão a experiência de desenvolvimento do desenho metodológico que vem orientando a ação de Identificação de Casas e Terreiros de Matriz Afrorreligiosa de Minas Gerais, no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, órgão da administração pública voltado às políticas de patrimônio cultural do estado, onde as autoras atuam. Por meio dela buscaremos evidenciar os paradoxos e as potencialidades das metodologias de mapeamento, cadastramento e identificações no âmbito das políticas públicas para comunidades tradicionais, de maneira geral, e nos processos de patrimonialização, de maneira particular, em especial de grupos historicamente invisibilizados pelo estado. Esta ação de identificação compõe um dos eixos do chamado "Programa de Proteção à Cultura Afro em Minas Gerais", e pretendemos apresentar a construção dessa política em curso, dando destaque para a ideia da participação social que torna-se premissa do processo, por meio da tentativa de construção coletiva da política junto aos detentores, além da ideia que a acompanha que é a da dimensão educativa antirracista da sociedade quando se trata de povos e comunidades de terreiro, especialmente no atual contexto de tensionamento sociopolítico no cenário brasileiro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661467032_ARQUIVO_9d2d0a43c98bbf180e306a766e0d8457.pdf

Apresentação Oral

Patrimônio Cultural Religioso de Matriz Afro-Brasileira

Gabriela Silva Fraga

Este trabalho visa a pesquisa dos patrimônios materiais e imateriais inerentes às religiões de matriz afro-brasileira. Com o intuito de analisar o valor que é agregado à cultura africana no território brasileiro, usa como base os patrimônios religiosos, tendo em vista que as religiões são parte importante da cultura de uma sociedade. Acredita-se não ser possível fazer uma boa análise sobre o tema focando apenas em patrimônios materiais, sendo assim, patrimônios

materiais e imateriais são levados em consideração nesta pesquisa, que parte do primeiro tombamento de templo de tradições religiosas afro-brasileiras que como é sabido, foi o do Terreiro da Casa Branca, sendo aprovado pelo Iphan em 1986. Esse Terreiro é considerado a primeira casa de candomblé aberta em Salvador, com edificações, árvores e principais objetos sagrados. É também um dos mais antigos e respeitados santuários da religião dos Orixás e foi através dele que centenas de outros terreiros se originaram por todo o País. Seu tombamento incentivou que fosse feito o mesmo com outros tombamentos de origem afro-brasileira. Por meio desse tombamento é possível perceber que a valorização da cultura afro-brasileira através de patrimônios não é um processo fácil, mas é um processo de valorização decolonial, afinal, a cultura afro-brasileira foi criminalizada por anos. Diversas religiões de matriz afro-brasileira tiveram seus ritos silenciados pelo estado, seus fiéis não tinham a liberdade para cultuar a sua religião, que além de criminalizada foi demonizada. Sendo assim, a patrimonialização de bens materiais e imateriais inerentes as religiões afro-brasileiras é, também, uma reparação histórica, é um processo necessário para a construção de um Brasil que luta por justiça social e por democracia plena.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661438681_ARQUIVO_9a58c1926d2447d0d8d73f43abd2e3a8.pdf

Apresentação Oral

Prática de coletar água mineral: patrimônio imaterial dos povos das águas.

Mariana Gravina Prates Junqueira, Lucas Canestri de Oliveira, Ana Paula Lemes de Souza

O ato de coletar água mineral nas fontes de Caxambu, no sul de Minas Gerais, tornou-se patrimônio cultural e imaterial do município, em uma iniciativa inédita no Brasil. Essa foi a primeira vez que a prática de coletar água nas fontes ganhou esse status. A pesquisa que fundamentou o registro da coleta de água mineral como patrimônio imaterial foi desenvolvida no âmbito de um programa de pós graduação e defendida como tese. A pesquisa analisou como a prática cultural de coletar água mineral pode refletir horizontes consensuais herdados culturalmente. A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, observação participante e entrevista semiestruturada. A pesquisa de campo foi realizada entre setembro de 2018 a março de 2019 nos municípios de Cambuquira, Lambari e Caxambu, e foram entrevistados 108 coletores de água mineral, além da pesquisa qualitativa realizada em 2020 e 2021 pela diretoria de cultura de Caxambu. O dia a dia e as conversas informais com outros coletores e não coletores, foram anotadas no caderno de campo. As informações coletadas foram sistematizadas e submetidas à análise de conteúdo. Após a tipificação e análise comparativa de cinco períodos históricos, bem como da análise qualitativa de cinco situações

colhidas durante a imersão no campo, concluiu-se que a prática da coleta de água mineral reflete pelo menos cinco horizontes consensuais históricos que vão se acumulando no mundo da vida. O primeiro consenso social caracteriza-se por um subjetivismo animista, o segundo caracteriza-se por uma racionalidade mística-religiosa, o terceiro pela racionalidade pré-científica mercantilista, o quarto pela racionalidade naturalista-positivista e o quinto possui características ecológicas, científicas e afetivas. Apesar desse estoque de saberes que caracteriza o patrimônio imaterial e do trabalho social acumulado que originou e ainda preserva o patrimônio material, os subsistemas econômicos e burocrático insistem na colonização do mundo da vida e mantem excluídas as comunidades das tomadas de decisão, impondo critérios e procedimentos que desqualificam outras formas de compreensão da realidade natural e humana, para continuar drenando os recursos gerados pelo extrativismo mineral para a elite de plantão.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661377541_ARQUIVO_0be42d7112f1c5bfa5797c9596622067.pdf

Apresentação Oral

O Brasil Imperial que vive nas fazendas turísticas do "Vale do Café": entre representações sociais que a branquitude mantém e novas estruturas de sentimento

Nathalia Pereira da Silva

O turismo em locais de valor histórico faz emergir espaços carregados de uma pluralidade de sentidos (Bruner, 1994) e, com isso, permite entrever disputas por versões históricas e demandas por autenticidade. Ao longo do Vale do Paraíba fluminense - o "Vale do Café" -, dezenas de fazendas oitocentistas foram recuperadas com propósitos comerciais e formam hoje um circuito que atrai visitantes em busca de uma imersão no passado. Transformadas em complexos turísticos, essas fazendas históricas se valem do acionamento de objetos de cultura material e dos edifícios antigos para veicular uma determinada versão da história e, sendo assim, se assumem como espaços atravessados por uma determinada memória cultural (Assmann, 2011) da nação. Ali, as dinâmicas turísticas se valem do conhecimento em circulação sobre a história e, por meio de suas atividades, as fazendas passam a integrar elas mesmos circuitos de informação que, no caso, transmitem imaginários sobre o século XIX no Brasil e reverberam uma "nostalgia imperial" (Salles, 2013). Baseando-se em métodos móveis (Sheller e Urry, 2004; Büscher e Veloso, 2018), é possível entrecruzar fluxos de imagens, discursos e materialidades que compõem essas fazendas, e as produzem continuamente enquanto estruturas físicas e simbólicas associadas à história nacional. Para tanto, uma análise etnográfica de fontes visuais e conteúdos publicados pelas páginas de três fazendas turísticas na plataforma Instagram será articulada a relatos em entrevistas e artigos de publicações

jornalísticas. A partir desse material, é possível explorar como as narrativas produzidas para o turismo informam sobre a contínua (re)produção de um imaginário hegemônico sobre a história, aqui considerado como descendente direto do colonialismo e de referências próprias da branquitude. Tal imaginário se materializa em representações sociais derivadas de um sistema baseado em referenciais do Ocidente (Hall, 2019) e constitutivo da comunidade imaginada nacional (Anderson, 2008). Ainda que algumas fazendas tentem incorporar histórias e personagens que contem sobre o legado afrodescendente, tais iniciativas esbarram em sensibilidades que não logram ampliar de maneira considerável os olhares possíveis sobre as dinâmicas sociais vividas naquele período. Por outro lado, algumas expressões de contestação aos modos de apresentação do passado nessas fazendas vem sendo realizadas, tanto por meio de ações jurídicas quanto falas públicas. Tais posturas apontam para uma nova estrutura de sentimento em formação, nos termos de Raymond Williams (2011), ou seja, uma nova cultura que responde criativa e emocionalmente de maneira a questionar padrões limitantes nas representações raciais e reivindicar narrativas antirracistas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661485103_ARQUIVO_6a86c77b898fd5fc32e0dd35aeb0c673.pdf

GT63: Pesquisas sociais no mundo dos psicoativos

Nos últimos anos, o campo do estudo do uso de substâncias psicoativas, até recentemente apanágio quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito, vem também se desenvolvendo de forma muito rápida na antropologia. A nova, mas não inédita, atenção dada aos seus aspectos culturais traz uma série de implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas. Destacam-se aí conflitos entre abordagens teóricas baseadas no interacionismo simbólico e as norteadas pela teoria ator-rede e as questões metodológicas relacionadas a uma maior ou menor participação nas práticas pesquisadas e na militância de diferentes movimentos sociais. Surgem diversas indagações. Pode/deve o pesquisador usar substâncias psicoativas em campo junto com seus interlocutores? Qual o lugar da autoetnografia? Tampouco podem ser deixadas de fora questões éticas relacionadas ao estudo de populações com práticas ilícitas ou socialmente estigmatizadas. Que proteção se oferece aos sujeitos da pesquisa? E aos pesquisadores? Pensando nestas, propõe-se um grupo de trabalho para refletir sobre instrumentos metodológicos-teóricos-éticos que possibilitam a compreensão dos contextos sociais onde pesquisadores investigam distintas práticas de uso de psicoativos, sejam eles lúdicos, espirituais ou terapêuticos possam trazer à discussão os vários dilemas encontrados em seus estudos.

Palavras chave: substâncias psicoativas; metodologia qualitativa; ética

Roca Alencar, Regina de Paula Medeiros

Apresentação Oral

Os "parceiros" e o uso de crack no velho centro de Belém-PA: cenas de uso, trajetos e pessoas em situação de desfiliação social

Alan Pereira Dias

O presente artigo tem por objetivo relatar a experiência etnográfica com pessoas que integram cenas abertas de uso de crack e/ou similares no velho centro de Belém, interações estabelecidas no segundo semestre de 2019 até meados de março de 2020, onde foi possível identificar as formas de sociabilidade (SIMMEL, 1983) e tipificações (SCHUTZ, 1979) empregadas por indivíduos que integram as cenas de uso da droga, em situação de rua ou que passam boa parte do tempo em espaços públicos, em contextos de precariedade e desfiliação social (CASTEL, 1997). Resultados que compõe a dissertação "A experiência espacial de pessoas que usam crack e/ou similares no Centro Histórico de Belém-PA: territorialidade e lugaridade no espaço público" (DIAS, 2021). A partir disso, intento focar os modos de abordagem dos interlocutores, o cotidiano para além do uso de crack e esboçar o posicionamento ético-político fornecido pela fenomenologia existencial (SIPAHI; VIANNA, 2001) atrelada à redução de danos (SODELLI, 2010), na pesquisa em contextos de uso problemático de drogas e vulnerabilidade social.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661496681_ARQUIVO_df87a1199fd7f70f987bcd76dff02949.pdf

Apresentação Oral

"Vou abrir minha Jurema": Vivências Terapêuticas em Sergipe

Aparecida Santana de Jesus

Este trabalho tem como tema central o uso da Jurema em contextos terapêuticos. Com este trabalho, busquei compreender as práticas e sentidos associados ao uso da Jurema no contexto dos rituais neoxamânicos urbanos, tomando como referência um espaço terapêutico localizado em Sergipe. Para isso, realizei a pesquisa no período de 2019 a 2021, utilizando diversas estratégias metodológicas. Em um primeiro momento, fiz trabalho de campo, observação participante, e tive a oportunidade de estabelecer diálogo direto com alguns interlocutores. Para isso, utilizei também parte de minhas experiências enquanto participante deste universo e das redes de contato que estabeleci ao longo de minha própria caminhada, bem como interações. No início de 2020, no entanto, em razão das medidas preconizadas pelas autoridades sanitárias para distanciamento social frente à Pandemia da Covid19, passei a realizar a pesquisa utilizando o meio virtual. Com isto, realizei entrevistas de forma on-line

com alguns informantes chave, participei do grupo de WhatsApp dos integrantes, acompanhei lives, vídeos e outras atividades ligadas ao centro terapêutico. Percebi que o elo central dessas vivências terapêuticas gira em torno da Jurema. Os integrantes buscam superar as atribuições diárias da vida por meio do uso desta planta de poder. Para eles, a Jurema parece trazer clareza e entendimento para o que cada um necessita, mas também mostra o que se precisa melhorar, resolver.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661470942_ARQUIVO_a22926f93728580b26df0e3b9a14c408.pdf

Apresentação Oral

**Desenhos produzidos durante cerimônia transreligiosa na Arca da Montanha Azul:
intersecções em arte e o processo de cura**

Frederico Romanoff do Vale

Este trabalho objetiva apresentar ao GT os avanços obtidos nos últimos anos através da pesquisa de mestrado que teve como objeto de estudo os desenhos produzidos durante cerimônia transreligiosa na Arca da Montanha Azul. Uma casa autointitulada "círculo holístico", que faz uso de plantas medicinais durante as suas cerimônias, notadamente a ayahuasca e o rapé. O trabalho objetiva então observar a relação entre a produção desses desenhos e o chamado "processo de cura". Considerando essa categoria tanto do ponto de vista nativo quanto do ponto de vista da bibliografia que informa o campo da antropologia da saúde e da arte. Será apresentada também a posição do investigador enquanto praticante da casa em estudos. Quais as possibilidades de estudar os "outros" em processo de cura, quando, em verdade, o pesquisador também pode ser considerado o outro? Quais mecanismos são possíveis aqui para estranhar o familiar e assim produzir uma antropologia da alteridade?

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661378414_ARQUIVO_b6bbe47eec05eaa8dafd33a41e05e5a5.pdf

Apresentação Oral

Experiências na tenda do suor

Karina Rachel Guerra Braga

Palavras chaves: antropologia da técnica, rituais, espiritualidade No mestrado em Antropologia Social investiguei as atividades de alguns dos atores que fazem parte do circuito neo-xamânico na América Latina, redes globais que ligam nativos das aldeias de diferentes etnias, e interessados que vivem em centros urbanos intercambiando saberes práticos e

simbólicos. Particpei de cerimônias de lua cheia e tendas do suor focalizadas por neo-xamãs, em Pium/RN, João Pessoa, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, até o vale sagrado dos Incas no Peru. Uma das práticas mais presente nos eventos é a tenda do suor, sauna sagrada ou Temascal, feita de varas flexionadas unidas em formato de iglu e revestida de cobertores, tendo em seu interior um espaço cavado onde eram colocadas, de forma cerimonial, pedras incandescentes recebidas como avozinhas pelos participantes em seu interior. Os encontros são realizados com o objetivo de proporcionar ao participante vivenciar a "cosmologia indígena" através de saunas sagradas, buscas da visão, ou cerimônias com bebidas sagradas tornando global o local. Nos eventos o uso de psicoativos como ayahuasca era recorrente, principalmente durante a busca da visão e em rituais de lua oferecidos com ou sem tenda do suor. Participando do evento integralmente optei por fazer uso dos psicoativos, pela possibilidade de uma experiência mais completa do campo. O uso da ayahuasca e a participação na tenda do suor além de intensificar a vivência no campo me levaram a refletir sobre memórias pessoais que emergiam a cada experiência. Algumas reflexões surgiram durante e a pesquisa: Além de não poder gravar e estar afetada com a vivência, como distinguir o que era meu e o que era do outro? No contexto, minha posição era de cliente e pesquisadora, enquanto cliente eu tinha meu estado psicológico e fisiológico sensível com reações como vomitar e ter visões, além da atuação do xamã, suas palavras suas observações a respeito do meu estado naquele momento. Enquanto pesquisadora buscava discernimento poder observar além de mim mesma e o dilema de estar ou não na situação de ser afetado e quanto poderia confiar nas minhas observações? e o quanto eu estaria dando conta do como estava afetada ou não naquele momento? considerando o contexto terapêutico o quê poderia ser descrito que não comprometesse a minha privacidade e a dos participantes,? Questões metodológicas sobre o que deveria estar ou não descritas, e como e onde deveriam estar no texto acadêmico permearam o trabalho.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661384325_ARQUIVO_fb3ad84ee9adf52596017f01b502ee_f5.pdf

Apresentação Oral

Narrativas sobre a "maconha medicinal": experiências a partir de um coletivo canábico

Rebeca Sophia Lima Azeredo

Este trabalho tem como objetivo principal descrever o papel desempenhado pela sociedade civil no Brasil com relação à utilização da maconha para fins terapêuticos. Através da observação das atividades realizadas por um coletivo canábico, proponho demonstrar como se dá o auxílio a pacientes e familiares/responsáveis para acessarem esse tipo de tratamento.

O grupo em questão conta com uma rede de apoio médica, jurídica e técnica de cultivo que tem como finalidade amparar pessoas que buscam esse tipo de tratamento para diversas doenças e patologias, como Parkinson, autismo, Alzheimer, câncer, ansiedade, depressão, entre outras. A metodologia utilizada nesta pesquisa é baseada na observação participante que venho realizando junto ao coletivo. Participo voluntariamente enquanto colaboradora na organização e no suporte das atividades de atendimento e acompanhamento médico do coletivo e conseqüentemente no auxílio às demandas burocráticas e jurídicas que surgem a partir disso para utilização da cannabis. A participação ativa enquanto colaboradora me permite estabelecer interlocução tanto com a equipe, como com os próprios pacientes e familiares/responsáveis, construindo relações afetivas e de confiança com os atores do campo. Isso me garante a circulação por espaços de construção de saberes médicos, jurídicos e populares, campos de disputa, interação e acolhimento. Dessa maneira, tenho como objetivo principal observar a busca pelo acesso à maconha como via de tratamento, através de um coletivo pautado no apoio a pacientes e familiares. Durante a minha pesquisa, procuro colocar em primeiro plano esses indivíduos e suas estratégias de acesso, explicitando a relação entre questões morais, de saúde e de justiça, além de categorias acionadas durante este percurso.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662134253_ARQUIVO_dce4634ff7cc987e5d7d1aac89198372.pdf

GT65: Políticas reprodutivas: imperativos, violação de direitos e antropologia em tempos extremos

Vemos nos últimos anos, no Brasil, o crescimento de um campo de debates antropológicos que discute temas como gravidez, parto e criação de filhos/as. Trata-se de pesquisas que, conduzidas pela perspectiva de gênero, e em diálogo com reflexões mais amplas como corpo e saúde, abordam diferentes aspectos ligados à reprodução e ao cuidado. Um dos esforços de pesquisa observados, é a atenção às prescrições e imperativos morais que são produzidos tanto pelos saberes médico-científicos, como em contraponto a eles, e que se expressam em modelos "ideais" de gestar, parir, amamentar, maternar. O que tais ideais invisibilizam, e o que trazem à tona? Como diferentes perspectivas feministas têm tentado responder aos dilemas que tais temáticas nos trazem? Tais imperativos se viram impactados pela pandemia de Covid-19, quando muitos dos direitos sexuais e reprodutivos foram violados, com ausência de serviços de saúde e descaso com a vida de mulheres cis e trans. O peso e a invisibilidade do trabalho reprodutivo foi escancarado, assim como o adoecimento dele decorrente. Partindo desses pressupostos, neste GT, inspiradas na ideia de que "toda política é reprodutiva" (Briggs 2017), procuramos reunir trabalhos que pensem práticas de maternagem dissidentes e hegemônicas;

sobre gestação, parto e pós-parto; cuidado e adoecimento psíquico de mulheres; sobre quem não quer ser mãe e abortos, de maneira atravessada ou não pela pandemia, mas de modo a atualizar uma "antropologia da reprodução" brasileira.

Palavras chave: gênero; reprodução; cuidado

Marina Nucci, Rosa Carneiro

Apresentação Oral

Antropologia e a Geração "NoMo": transformações da identidade de gênero ligada à maternidade no Brasil

Arantxa Santos

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as mudanças de comportamento e dos discursos sociais relacionados ao papel de gênero das mulheres, onde a identidade feminina, fortemente ligada à maternidade e inerente à vivência da mulher, vem sendo questionada. No entanto, por efeito das pesquisas em Ciências Sociais sobre as relações de gênero, além da noção de que os papéis de gênero são socialmente construídos, o movimento feminista se apresenta como uma proposta de análise sob a perspectiva de gênero, com novos pontos de vista e sob novos conceitos, possibilitando a análise do papel da mulher na sociedade contemporânea. Em meio a esse debate, surgiu a Geração "NoMo" (do inglês, Not Mothers) com o intuito de abranger as mulheres que não se identificam com os valores ligados à relação intrínseca da mulher com a maternidade. Dessa maneira, de modo a exemplificar essa temática, será considerado o contexto do Brasil e analisado o comportamento das brasileiras nos últimos 50 anos, utilizando os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao registro civil de nascimentos, além dos dados do Banco Mundial sobre a taxa de fecundidade, ou seja, a média de filhos por cada mulher brasileira. Para isso, foram selecionadas e coletadas informações específicas dos anos de 1980, 1990, 2000, 2010 e 2020, com o intuito de visualizar a evolução histórica do comportamento das mulheres no que se refere à maternidade no país. Ademais, com o auxílio teórico obtido da pesquisa bibliográfica, a expectativa é compreender como ocorreu o desenvolvimento da visão de maternidade entre as brasileiras, se caracterizando como uma mudança de valores e uma de transição de pensamento por parte das próprias mulheres, fomentando a atuação da uma Antropologia de Gênero, ou ainda de uma Antropologia Reprodutiva, para analisar essas novas práticas sociais. É pertinente considerar que a mentalidade brasileira ligada ao modelo feminino indivisível de "mulher-mãe" sofreu modificações ao longo das últimas cinco décadas, onde a mulher está agora desatrelada do seu papel reprodutivo e sua identidade não se resume apenas à maternidade enquanto seu destino natural. Entretanto, muito ainda precisa mudar para que a

mulher possa rejeitar as representações culturais do seu gênero, sem ser alvo das pressões sociais, oportunizando a ela o direito de escolher, se tornar ou não, mãe.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1658521361_ARQUIVO_eb9f932567c43d8604e7c9acb68e71d3.pdf

Apresentação Oral

Mulheres, imagens e o Essure: uma reflexão etnográfica sobre direitos reprodutivos

Caroline Silveira Sarmiento

O objetivo deste texto é aprofundar uma reflexão etnográfica sobre o Essure, um dispositivo anticoncepcional permanente da Bayer, que foi altamente recomendado no SUS e que compõe o quadro empírico de minha tese de doutorado. Como alternativa à laqueadura tubária, o Essure é composto por molas de aço inoxidável que, após inserção nas trompas, forma um tecido em torno das molas e cria uma barreira que impede o acesso dos espermatozoides aos óvulos. Logo após iniciado seu uso, o Essure se tornou foco de inúmeras reclamações quanto aos seus efeitos adversos (dor crônica, perfuração do útero, sangramento vaginal, erupções cutâneas, etc.) e usuárias passaram a realizar mobilizações contra o dispositivo. A partir de narrativas de mulheres com trajetória de rua, desenvolvidas em minha dissertação (SARMENTO, 2020), observei os diferentes modos pelos quais a contracepção era mobilizada pelo poder público de acordo com marcadores sociais como raça e classe. Em minha atual pesquisa de doutorado, investigo as formas de gestão dos corpos de mulheres no que se refere à reprodução e me chamou a atenção a ampla prescrição médica do Essure no Brasil mesmo já repercutindo as reclamações em diversos outros países, como Estados Unidos e Espanha. A biomedicina, aliada a noções moralizantes, define o que é melhor para as mulheres e promove práticas verticalizadas que ferem seus direitos reprodutivos. Outros exemplos dessas práticas são os muitos casos de laqueadura tubária sem consentimento e o Termo de Cooperação entre prefeitura de Porto Alegre/RS e Bayer para inserção de DIU hormonal em adolescentes abrigadas. Ao passo que corpos negros atravessados por classe trazem consigo histórias de controle reprodutivo compulsório, percebi que são colocados obstáculos para mulheres brancas e de diferentes classes sociais, entre as quais me incluo, quando pretendemos fazer uso de métodos contraceptivos permanentes (laqueadura) ou "ultrapassados" (DIU de cobre, diafragma). Tanto no posto de saúde, em consultas particulares ou por convênio médico, somos desencorajadas a adotar essas formas de contracepção e fortemente incitadas ao uso de métodos hormonais. Assim, busco elaborar uma discussão acerca do Essure enquanto um problema de saúde pública a partir de imagens de protestos feitos por usuárias para questionar o dispositivo. Acompanhar este caso permite compreendê-lo como parte do "círculo vicioso" composto com a retirada de filhos de mulheres

com trajetória de rua, práticas embasadas em noções de eugenia, disfarçadas de "livre escolha" da mulher e com discursos de empoderamento feminino, que exemplificam ações de violação dos direitos reprodutivos e podem ser lidas como atualização de mecanismos de esterilização em massa de populações específicas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661382064_ARQUIVO_6eab23e97766ea51c07cba00dd5651e8.pdf

Apresentação Oral

A invisibilidade das mulheres dos Ipês em contexto de pandemia

Elizangela Ferreira Silva Paz

O texto a seguir propõe a reflexão sobre a condição de invisibilidade da mulher da comunidade dos Ipês que foi agravada em contexto de pandemia da covid-19, a partir da convivência e dos relatos on-line com um grupo de 19 mulheres através das aulas remotas ministradas aos seus respectivos filhos na turma virtual do ensino fundamental - séries iniciais de uma escola pública de João Pessoa - PB. (Martin, 2006) Dialogando sobre questões complexas de 'naturalização' da exploração feminina em suas relações sociais na família, no trabalho e enquanto membro de uma minoria social passível de constantes silenciamentos. O trabalho tem como base uma pesquisa realizada entre abril a agosto de 2021, de forma totalmente virtual, por ocasião do período remoto das aulas através dos serviços e ferramentas disponibilizados pelo aplicativo do whatsapp. Tratava-se de aulas remotas ministradas a uma turma do ensino fundamental numa escola municipal de João Pessoa. No corpo do trabalho é apresentado o perfil socioeconômico das mulheres que compõem a pesquisa e o contexto no qual estão inseridas. Trata também a importância da expectativa de gênero da mulher para manutenção das atividades sociais, como também a invisibilidade delas na sociedade, na família e para si mesmas. Serão abordados os temas de distinção de gênero, trabalho feminino e discriminação, naturalização das desigualdades entre homem e mulher e o papel da mulher na manutenção das atividades na sociedade, a partir das contribuições de Emily Martin (2006), Adriana Piscitelli (2009), Sueli Carneiro (2011) e Patrícia Hill Collins (2019). As mulheres da pesquisa são aquelas que possuem uma tripla jornada ou como nos lembra Martin (2006, p. 280) são mulheres triplamente oprimidas, (...) com sua consciência formada por suas experiências de trabalhadora, como membro de um grupo minoritário e como mulher que está no cerne da resistência. Palavras-chave: Mulheres dos Ipês, invisibilidade, pandemia.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661469943_ARQUIVO_1f87e0d71aaa30d81d2fecfd1965797de.pdf

Apresentação Oral

#maesemfiltro. O Instagram como palanque para a desromantização da maternidade

Fernanda Ribeiro de Lima

Há muito a maternidade compulsória é pauta dos diversos feminismos. Há pouco o movimento pela desromantização da maternidade leva este e outros temas relacionados a maternidade e a maternagem a um número cada vez maior de mulheres fora do ambiente acadêmico e da militância, através das redes sociais, principalmente do Instagram. Já são dezenas de perfis, como por exemplo, @maesolo, @maearrependida, @mulhernaomae, @laqueadurassemfilhossim, @felizessemfilhos. Este texto é uma reflexão sobre a importância da internet na popularização da não maternidade. Ao discutir o uso da Internet enquanto espaço de contestação popular, faz-se necessário falar sobre o paradoxo "individação" e conexão. Individação - não confundir com individualismo - "[...] é a tendência cultural que enfatiza os projetos do indivíduo como supremo princípio orientador de seu comportamento" (CASTELLS, 2017, p. 198). Ou seja, um projeto pessoal que pode ser levado ao coletivo. Ao mesmo tempo, é necessário que as pessoas com projetos semelhantes se encontrem, compartilhem projetos e ações que tomarão corpo na rede, ou seja, é preciso conexão entre indivíduos para que a indignação saia da esfera pessoal e passe a ser vista como um movimento, que também podemos conceituar de net-ativismo. A titular do perfil @malternidade, não tinha certeza sobre a vontade de ser ou não mãe, engravidou sob pressão das conhecidas ameaças: "O seu tempo está esgotando", "Você vai se arrepender", "Todos os seus amigos já tem filhos", "Quem vai cuidar de você na velhice". Depois que a criança nasceu, com os primeiros anos de uma maternagem atípica, se descobriu uma mãe arrependida. Mas ao contrário da maioria das mulheres neste mesmo contexto, ela não se calou. Usou o Instagram para compartilhar sua experiência e além de além de alertar mulheres que tem dúvidas sobre a maternidade, acabou iniciando uma rede de apoio emocional, a outras mulheres que também enfrentam dificuldades com a maternidade. Ainda segundo Castells (2017), a mobilização pela Internet tem vários aspectos positivos, um deles diz respeito à segurança dos participantes. Principalmente quando a contestação diz respeito a assuntos caros ao conservadorismo do Estado e da sociedade, como é o caso da maternidade compulsória e do modelo familiar tradicional, o contra-ataque não acontece apenas por parte das instituições de poder, mas dos pares que pensam contrariamente a esta contestação. As retaliações são ferozes (críticas, xingamentos e até mesmo ameaças, injúrias, calúnias e difamação), e não raramente intimida e silencia quem ousa questionar as estruturas sociais vigentes. Situação relatada por todas as responsáveis por perfis que questionam este modelo ocidental de maternidade romantizada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1658785957_ARQUIVO_796903b3ce09c8ab3b052ca8f4d626b3.pdf

Apresentação Oral

Por uma antropologia da reprodução racializada. Compondo laços ético-epistemológicos no horizonte da justiça reprodutiva

Giovana Acacia Tempesta

A presente proposta consiste em um convite para racializar o debate sobre políticas reprodutivas a partir de um diálogo com doulas e educadoras perinatais que entendem seu ofício como saber fazer contra-hegemônico, voltado para a construção da justiça reprodutiva; este é um referencial ético-político que traz para o centro das discussões sobre reprodução a problemática da justiça social (Ross & Solinger, 2017) e se vale da abordagem interseccional (Collins & Bilge, 2021). A ideia é pensar as políticas reprodutivas como conjuntos de experiências relacionais (contracepção, esterilização, gestação, parto, aborto, amamentação, maternagem) situadas num contexto social que se configurou, ao longo da história, como um contexto estruturalmente racista. Nesse sentido, inspirada nas proposições de autoras feministas negras e/ou decoloniais como Lélia Gonzalez, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Deirdre Cooper Owens, Loretta Ross, Rickie Solinger, María Lugones e Françoise Vergès, mas também levando em consideração alguns insights da antropologia simétrica (R. Wagner, B. Latour, D. Haraway), eu gostaria de articular o conceito de hierarquias reprodutivas (Mattar & Diniz, 2012), em circulação no campo da Saúde Coletiva, ao conceito de racismo obstétrico, elaborado pela antropóloga Dána-Ain Davis (2018, 2019). Acredito que dessa articulação conceitual emergirão elementos relevantes para complexificarmos e desdobrarmos a "antropologia da reprodução" brasileira, pois, se "toda política é reprodutiva" (Briggs, 2017), talvez possamos avançar no argumento de que toda política reprodutiva é racializada. Isso porque os novos modelos ideais de gestar, parir, amamentar e maternar, experimentados por segmentos da classe média urbana, parecem tanto gerar novas exclusões, aprofundando as hierarquias reprodutivas, como também acabam por multiplicar as possibilidades dessas experiências relacionais, "culturalizando", por assim dizer, uma temática comumente associada à Natureza. Talvez abordar o pressuposto cultural segundo o qual as mulheres negras são "mais fortes" (menos sensíveis à dor de parto, por exemplo) em articulação com o seu destino social de cuidadoras (mantenedoras da reprodução da vida das pessoas brancas) seja uma via epistemológica interessante para apreendermos a imbricação fundamental da materialização de gênero e raça no campo da reprodução.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/887_67908409_289247.pdf

Apresentação Oral

Marcas da violência obstétrica: uma análise etnográfica de experiências e desafios a serem alcançados para uma assistência humanizada ao parto na região Centro-Oeste.

Maiara Ricalde Machado Avanci

O presente ensaio visa realizar uma reflexão antropológica de relatos de experiências de mulheres que passaram pela violência obstétrica. A violência obstétrica é uma violência de gênero de caráter institucional, e diversas são suas facetas. Pretende-se trazer uma prévia coleta de vozes de interlocutoras que passaram por partos violentos, assim como minha experiência pessoal como enfermeira, dentro do cenário local da maternidade na qual atuei durante 6 meses no período de estágio obrigatório para a formação como especialista em obstetrícia, a fim de refletir sobre como estas vivências de partos violentos desvelam a dominação de corpos, as questões de violência institucional e os mecanismos que caracterizam tais conceitos. Palavras-chave: violência obstétrica; dominação de corpos; violência de gênero.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660227726_ARQUIVO_cd1caeabe1c130a93d87559b896b9b28.pdf

Apresentação Oral

"Eu não me sentia preparada": a relação entre a existência de um ideal de gestação e maternidade e a decisão pela interrupção da gravidez

Mariana Taranto Reynier de Abreu

Resultado da pesquisa para a minha dissertação de mestrado, ainda em andamento, que analisa o aborto provocado no Brasil a partir das narrativas de mulheres sobre suas experiências de aborto, este artigo possui o objetivo de investigar a relação da existência de "ideais de maternidade e gestação" com a decisão de algumas mulheres por abortar, ao se deparar com uma gravidez inesperada. Tal associação apareceu a partir de pesquisa bibliográfica sobre o tema do aborto na produção antropológica e outros campos como a psicologia, comunicação e saúde e a realização de entrevistas de profundidade com nove interlocutoras. Nas entrevistas, chamou a atenção a semelhança nas motivações alegadas para a decisão por abortar. Entre os motivos apareceu: a idade, relacionamento ruim ou instável com o reprodutor homem, instabilidade financeira, vida profissional desfavorável, querer terminar o ensino superior, não ter desejo de ser mãe e receio do julgamento que sofreria perante a sociedade. Uma interlocutora também expressou "eu não me sentia nem um pouco preparada para ser mãe". Diante de tal explanação surgiu o questionamento: o que é estar preparada para ser mãe? Segundo a narrativa das mulheres entrevistadas, a maternidade ideal inclui possuir um relacionamento longo e estável com o pai, ter estabilidade financeira, assim como a vida profissional, equilíbrio emocional, estrutura familiar, não ser muito nova, mas também não

ser muito velha e já ter concluído a formação acadêmica. Assim, a percepção de se encontrar em uma maternidade que não se encaixa no modelo ideal, por não possuir as características corretas de idade, relacionamento, vida profissional, ou como resumiu Taís "não estar no momento certo da vida para ser mãe", aparece nas entrevistas como uma das principais razões para a escolha por abortar. Portanto, a análise da relação entre a existência de um modelo de maternidade hegemônico e a decisão de algumas mulheres por interromper uma gravidez não planejada, constitui eixo central deste trabalho.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482198_ARQUIVO_3415828da529064070600088b1aab582.pdf

Apresentação Oral

O trabalho invisível do cuidado e a emancipação das mulheres no cerne da discussão lactivista: notas sobre amamentação e direitos sexuais e reprodutivos

Raquel Vieira de Castro Braga

A partir de uma investigação sobre o lactivismo no Brasil, desenvolvi no Departamento de Estudos Latino-Americanos, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, uma dissertação sobre amamentação e ativismo de mulheres mães. Analiso a atuação de onze mulheres brasileiras através de postagens, imagens e discursos veiculados na rede social Instagram, propondo uma reflexão sobre como as mulheres vivenciam a experiência da amamentação, elaborando narrativas sobre maternidade, subjetividade e direitos. Argumento que, a partir do ativismo, elas tecem relações entre sua prática enquanto lactantes e a desigualdade de direitos imposta às mulheres de forma abrangente. O escopo teórico evoca trabalhos de Ciências Sociais e áreas correlatas, sobre feminismo, ativismo materno, economia do cuidado, trabalho do cuidado e direitos reprodutivos, à luz de Ester Massó Guijarro, Francesca Sanz Vidal, Nuria Calafell Sala, Rosamaria Carneiro, Natalia Quiroga Diaz, Karina Batthyány, Helena Hirata, Yuderkys Miñoso, Rita Segato, dentre outras, a partir de breve análise da história da amamentação no Brasil. As lactivistas questionam prescrições e imperativos morais do sistema vigente, refletindo sobre modelos "ideais" de práticas relacionadas ao trabalho reprodutivo e do cuidado, contribuindo para a discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos. Sua proposta acentua a necessidade de pensar o cuidado e a amamentação sob um viés anticapitalista e antipatriarcal, a partir da visibilização do trabalho exercido pelas mulheres. A luta das mulheres pelo reconhecimento de sua prática questiona a tradicional divisão sexual do trabalho, o paradigma pessoal/privado/doméstico vs. público/político, o paradigma natureza-cultura, o sistema produtivo capitalista e construções ideológicas sobre o corpo feminino e a maternidade, operando uma politização do cuidado e um questionamento sobre autonomia no que tange corpos e práticas das mulheres. Na rede

social, as mulheres encontram espaço para ativismo, diálogo e união com outras mulheres, o que se intensificou em virtude da pandemia de covid-19 ao longo de 2020 e 2021. Ao defender a "cultura da amamentação", denunciam a "cultura do desmame" dominante, presente em múltiplas - e aparentemente inofensivas - práticas, crenças e hábitos que acabam por minar a autonomia das mulheres e seu "poder de escolha". Em minha investigação, proponho refletir sobre em que consiste a autonomia para as mulheres numa sociedade patriarcal, sob o jugo da falta de apoio institucional, falta de educação sexual, não regulamentação do direito ao aborto, bem como considerando a maternidade compulsória e o sistema exploratório capitalista em crise.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661461331_ARQUIVO_fda6612e281955cd4c51e379764efd97.pdf

GT66: Povos indígenas isolados e de recente contato contra a aliança governo/agronegócio/missões: desafios perante a retomada da ideologia de integração e o desmonte da política de proteção

Ao longo da história do país o "cerco" imposto aos inúmeros povos indígenas que, conscientemente, não participam da lógica nacional são muitos: o estímulo desenvolvimentista na execução de grandes empreendimentos devastadores; o avanço incessante do agronegócio; a ânsia pela extração de minérios, madeira e demais recursos naturais; a busca por novas almas para a conversão, mediante persuasão praticada por determinadas agências missionárias; a grilagem, etc. Atualmente, a retomada da ideologia de integração e o desmonte da política de proteção contradizem direitos consolidados pela Constituição há mais de trinta anos, impulsionando práticas de extermínio e negligência. Diante do avanço destes contextos e da vivência de experiências genocidas, diversos coletivos optaram por formas de vida que têm sido referidas por termos como "isolamento". Este GT reunirá investigadoras, investigadores e analistas dedicados a discutir os desafios impostos nos diversos contextos em que se encontram esses povos. São também bem vindas reflexões sobre de que forma o rechaço ou evitação das relações de troca com o entorno podem ser entendidos como ação política ou busca por autonomia destes coletivos indígenas. Conflitos de interesses, agência em relação à autodeterminação sobre sua existência e desafios da garantia de seus direitos compõem algumas das temáticas discutidas pelo GT.

Palavras chave: Povos indígenas isolados e de recente contato; Proteção; Isolamento

Miguel Aparicio, Fábio Augusto Nogueira Ribeiro

Apresentação Oral

A (re)existência da Referência: Ituna-Itatá no impasse da política de localização de indígenas isolados

Guilherme Augusto Gomes Martins

A Terra Indígena Ituna-Itatá (PA), inicialmente estabelecida como área interdita para concluir os estudos de localização do povo indígena isolado ali referenciado, hoje se encontra em nível crítico de desmatamento e invasão. O furor da grilagem na região vem esfacelando a proteção da área e dificultando cada vez mais os trabalhos de localização da referência do grupo em isolamento, impossibilitando a consolidação dos dados necessários para a confirmação deste registro de povo indígena isolado pelo Estado —e, conseqüentemente, a garantia da demarcação de seu território. A complexidade em torno de Ituna-Itatá a torna centro de debates fundamentais acerca da política para indígenas isolados no Brasil. A Terra Indígena é palco da maior disputa fundiária atualmente em curso envolvendo as figuras administrativas de "Referência em Estudo de Povo Indígena Isolado" e de "Área de Restrição de Uso". Mesmo diante do avanço desenfreado do esbulho territorial em curso, indigenistas expedicionários da Funai vêm corroborando dados etnohistóricos, arqueológicos e antropológicos sobre a presença do povo isolado —consolidando a "Referência em Estudo de Povo Indígena Isolado nº 110 - Igarapé Ipiaçava" (como é designado oficialmente o Registro de Povo Indígena Isolado pela Funai). Contudo, o lobby ruralista pressiona o Estado brasileiro para refutar os dados coletados, a fim de não mais renovar as portarias que interditam a Terra Indígena e assim liberar a área para os invasores. Este trabalho pretende analisar os vestígios, relatos e paisagens que integram os dados da presença de isolados em Ituna-Itatá a partir de "contextos sócio-ecológico-territoriais específicos" (Mura, 2011). A partir desta proposta, será destacada as múltiplas causas e intencionalidades políticas que envolvem os vestígios e dados sobre a presença dos isolados, para além de uma abordagem que se limite apenas aos atos e lógicas de produção de objetos. A análise partirá também das reflexões acerca da teoria da ação, tal qual a "política da consideração" (Kelly & Matos, 2019), a fim de pensar as relações que compõe o status de reconhecimento (ou não) deste sujeito anfibológico que se traduz pelo Estado como "Referência em Estudo". Diante disso, algumas questões instigam essa reflexão: se por um lado o Estado reconhece apenas parcialmente a existência desses indígenas, como se estabelece as dinâmicas de consideração enquanto conjunto de relações ambientais e históricas de interação encontradas nos vestígios e relatos sobre os isolados? Neste contexto, cabe-nos perguntar ainda: quais são os direitos (e o infortúnio) daqueles a quem o Estado classifica como "Referência em Estudo"?

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/331_83929349_510492.pdf

Apresentação Oral

"Os 'isolados' são uma relação entre espécies": o isolamento como política e ação de vida dos povos isolados nas florestas e rios do interflúvio Purus-Juruá

Juliana Bentes

Este trabalho aborda a relação dos "povos indígenas isolados" Hi-merimã, no Sul do Amazonas - com as florestas multiépecies como condição maior de vida. Busca-se, para tanto, refletir os modos de vida desses coletivos atrelados à manutenção das florestas indigeinizadas cada vez mais ameaçadas pela epidemia de desmatamento que avança pelo sul do Amazonas nos últimos anos. Desse modo, trazendo à luz uma antropologia da vida em suas diversas e possíveis conceituações para a paisagem, alinho-me a discussão de repensar a relação de "isolamento" atribuída a esses coletivos com as políticas e ações de morte incentivadas pelos Estados-nações como resposta às concepções de vida materializados nas paisagens construídas e transitadas por esses coletivos, em um exercício especulativo junto as etnografias multiespécies. Uma revisão bibliográfica em torno de uma antropologia da paisagem percorrendo a ecologia histórica, as malhas sociais ingoldianas, as coordenações multiespécies de Anna Tsing bem como a literatura etnográfica dos coletivos Arawá, e os relatórios indigenistas de investigação de vestígios de povos isolados, etc. suscitam à especulação de que o "isolamento" se inscreve enquanto uma relação social e cosmológica com a paisagem multiespécie que subverte não só a noção de isolado, uma vez que estes povos se encontram continuamente fabricando relações com agentes não-humanos diversos, como também implicam ações políticas de direito à vida e negação da morte, sendo esta última, representadas pelo contato forçado com as sociedades envolventes durante o advento do seringalismo no passado e atualmente pelo desmatamento propiciado pela expansão do agronegócio que ameaça destruir as paisagens amazônicas para a implementação de monoculturas e outros empreendimentos modernistas. Neste paradigma, as paisagens de florestas em suas malhas e coordenações simbióticas são a vida mesma, onde o desmatamento implica diretamente numa ação de extermínio desses povos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477103_ARQUIVO_a59e4900d061aed606afc753268b3927.pdf

Apresentação Oral

Os Ava-Canoeiro isolados do Médio Araguaia

Kamutaja Silva Āwa, Patrícia de Mendonça Rodrigues

Descrever a situação atual de alta vulnerabilidade e invisibilidade histórica dos Ava Canoeiro "isolados" da Ilha do Bananal. O grupo vive hoje no que restou de uma mata no Parque Nacional do Araguaia, depois de dois grandes incêndios em 2019 e 2020. Oito pessoas foram

avistadas de um helicóptero do IBAMA durante o incêndio, mas até hoje o Estado brasileiro não tomou nenhuma providência efetiva. Os Avá Canoeiro contatados à força pela Funai em 1973 acompanham com grande preocupação e solidariedade a situação de seus prováveis parentes "isolados". O trabalho será apresentado por Kamutaja Awa, neta do líder histórico do grupo contatado, e Patrícia Rodrigues, antropóloga responsável pela identificação da Terra Indígena Taego Awa.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661076210_ARQUIVO_0cba5603a97cd4f68f785117e71e5f80.pdf

GT67: Reduções, missões e aldeamentos indígenas nas américas: um percurso entre a antropologia e a história

A proposta deste grupo de trabalho é reunir pesquisadores cujos trabalhos girem em torno ou tenham como foco o contexto ameríndio reducional e missionário (América espanhola) e de aldeamentos (no caso da América portuguesa). Os paradigmas analíticos em torno dos quais pretendemos debater envolvem de um lado a antropologia histórica concebida como uma proposta de compreender o sentido dos discursos e das ações dos atores do passado no próprio contexto em que foram produzidas, i.e., tratar-se-á, acima de tudo, de indagar sobre os sentidos que esses atores deram ao seu próprio presente. De outro lado, empregaremos o que se tornou conhecido como "crítica etnográfica": uma releitura das fontes documentais com base na experiência etnográfica do pesquisador, sem, no entanto, realizar uma simples projeção. Esperamos contribuições cujas análises estimulem reflexões sobre as transformações e ressignificações enfrentadas pelos diversos coletivos indígenas em contexto de aldeamento ou missionário entre os séculos XVI e XIX, principalmente no que diz respeito às dinâmicas destes coletivos, sua autonomia, identidade, resistência, alianças, padrões de residência, epidemias, guerras interétnicas e intertribais, a poligamia, o canibalismo, a noção de pessoa, variações demográficas e o xamanismo.

Rafael Mendes Júnior, Vicente Cretton Pereira

Apresentação Oral

O nome e os rastros: uma análise do uso das classificações sociais no apagamento da presença dos indígenas do antigo aldeamento da Jacoca, na Paraíba.

Amanda Figueiredo

A Sesmaria da Jacoca foi concedida como recompensa aos indígenas identificados como da nação tabajara, por auxiliarem os portugueses nas Guerras de Conquista da Paraíba, sendo o grupo lá aldeado no início do século XVII (MURA et al., 2010; TAVARES, 1910). Após as Legislações Pombalinas (século XVIII), o aldeamento da Jacoca foi elevado à Vila do Conde, uma vila de índios que recebeu intenso fluxo de colonos que se instalaram nas terras do patrimônio indígena (CARVALHO, 2008). Na segunda metade do século XIX, sob a justificativa de que os indígenas estavam miscigenados à população regional, as terras do aldeamento foram loteadas e vendidas à elite agrária que ali se consolidava. Foram concedidos a alguns dos índios que viviam aldeados 58 lotes individuais de aproximadamente 30 hectares cada (MURA et al., 2010; MARQUES, 2015). Tomando a relação nominal desses indígenas como bússola no labirinto documental (GINZBURG e PONI, 1991) das paróquias e cartórios da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Jacoca e da Cidade da Parahyba, atual João Pessoa, para onde alguns migraram em fins do século XIX, analiso o desaparecimento da categoria de índio após 1860 dos registros de algumas famílias que viviam aldeadas, cujos membros passam a ser classificados como pardos ou morenos. Desde 2006 descendentes de um dos proprietários dos lotes iniciaram uma mobilização étnica que objetiva o reconhecimento identitário e a demarcação territorial de parte das terras do antigo aldeamento. Assim, o método onomástico (GINZBURG e PONI, 1991; SILVA, 2016) permitiu a reescrita de fragmentos da história desse povo sem história (GINZBURG e PONI, 1991; WOLF, 2005), de modo a refazer alguns dos caminhos de seu desaparecimento. O trabalho divide-se em três partes: na primeira discuto o método da micro-história, a construção do social e a pesquisa onomástica (GINZBURG e PONI, 1991; REVEL, 1998); na segunda apresento o contexto histórico do período no qual a documentação foi produzida; por fim, na terceira parte analiso o uso das classificações sociais (BOURDIEU, 1989; PACHECO DE OLIVEIRA, 1997) que possibilitaram o ocultamento da presença desses indígenas nos registros e, conseqüentemente, no imaginário social paraibano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/237_24909006_531540.pdf

Apresentação Oral

Notas comparativas sobre as terminologias de parentesco guarani nos séculos XVII, XVIII e contemporâneas.

Rafael Fernandes Mendes Júnior

O presente trabalho tem o propósito de retornar a dois catecismos dos séculos XVII e XVIII para realizar uma análise comparativa da terminologia de parentesco guarani aí presentes e a terminologia contemporânea. O primeiro catecismo foi escrito pelo padre Antônio Ruiz Montoya, em 1639, intitulado *Aba retã*; o segundo, por Nicolas Yapuguai, catecúmeno guarani, sob a supervisão do padre Pablo Restivo, em 1724, intitulado *Explicacion de el*

Catechismo em lengua guarani. Para o contexto atual, utilizarei a terminologia compilada em minha experiência de campo. Espera-se, neste exercício, sinalizar as permanências e as transformações tanto em face dos termos empregados quanto em relação às categorias que estes termos mobilizam.

Apresentação Oral

A sesmaria dos índios de São Pedro (RJ): de aldeia à cidade

Vicente Cretton Pereira

A proposta deste grupo de trabalho é reunir pesquisadores cujos trabalhos girem em torno ou tenham como foco o contexto ameríndio reducional e missioneiro (América espanhola) e de aldeamentos (no caso da América portuguesa). Os paradigmas analíticos em torno dos quais pretendemos debater envolvem de um lado a antropologia histórica concebida como uma proposta de compreender o sentido dos discursos e das ações dos atores do passado no próprio contexto em que foram produzidas, i.e., tratar-se-á, acima de tudo, de indagar sobre os sentidos que esses atores deram ao seu próprio presente. De outro lado, empregaremos o que se tornou conhecido como “crítica etnográfica”: uma releitura das fontes documentais com base na experiência etnográfica do pesquisador, sem, no entanto, realizar uma simples projeção. Esperamos contribuições cujas análises estimulem reflexões sobre as transformações e ressignificações enfrentadas pelos diversos coletivos indígenas em contexto de aldeamento ou missionário entre os séculos XVI e XIX, principalmente no que diz respeito às dinâmicas destes coletivos, sua autonomia, identidade, resistência, alianças, padrões de residência, epidemias, guerras interétnicas e intertribais, a poligamia, o canibalismo, a noção de pessoa, variações demográficas e o xamanismo.

GT68: Reflexões e práticas sobre a restituição de dados da pesquisa antropológica

Há uma etapa no trabalho antropológico que, embora traduza aspectos éticos, teóricos, metodológicos, políticos e epistemológicos da disciplina, é pouco relatado pela comunidade acadêmica: "devolver", "restituir", "compartilhar", "entregar", "divulgar", "retornar" os dados. Durante a realização de uma pesquisa ou depois que ela termina, pouco se registra e reflete sobre as estratégias, os desafios e os desdobramentos dos rituais de apresentação de seus resultados. Assim, é pertinente nos questionarmos: Que termo tem sido adotado e quais as implicações de seu uso para a prática de compartilhar resultados? Para quem, em que situação, em que momento e em qual formato isso acontece? De volta ao campo, como é a recepção das interpretações feitas pela Antropologia? Teme-se as reações, sobretudo, mal-entendidos, constrangimentos, distorções, adaptações ou usos políticos inesperados por parte das

interlocutoras e outras pessoas implicadas na pesquisa? O silêncio sobre essa etapa de nosso exercício profissional implica estarmos diante de um tabu na Antropologia ou sinaliza outras nuances da área? Esse GT pretende reunir relatos e reflexões a partir de diferentes experiências de devolução de dados e resultados de projetos de pesquisa, docência e extensão na Antropologia e a recepção dos mesmos pelas interlocutoras de pesquisa. O principal objetivo do GT é ampliar e adensar o debate sobre essa etapa de trabalho em nossa área.

Palavras chave: retorno de dados; pesquisa antropológica; dados antropológicos

Jaqueline Ferreira, Soraya Fleischer

Apresentação Oral

"Nem precisa ler o que tá escrito, mas olha as fotos de mãe aí!": notas etnográficas sobre devolução em campo e família

Ana Clara Damásio

Com etnografia e trabalho de campo realizados entre minhas parentes-interlocutoras de 2019 à 2022, algumas reflexões acerca de devoluções em campo começaram a emergir. Ao enviar um ensaio visual publicado sobre minha avó Anita (75 anos) para minha mãe Analice (54 anos), essa última pegou o arquivo em que estava contido o ensaio visual publicado e enviou para todas minhas tias no WhatsApp dizendo: "Olha o ensaio da Clara que saiu! Nem precisa ler o que tá escrito, mas olha as fotos de mãe aí!". Como assim minha mãe indicava que não era preciso ler o ensaio, mas sim ver as fotografias? Por que o texto e a imagem estavam tendo impactos diferentes nessa devolução? A partir desse momento passei a considerar como as devoluções em campo que eu fazia circulavam dentro da minha família. Ao mostrar minhas publicações que vinham em forma de dissertação, artigos, ensaio visuais, vídeos e desenhos, diferentes reações eram geradas entre minhas parentes-interlocutoras. Com alguns materiais como dissertação, artigos e desenhos as reações eram poucas, quase não havia reverberação dentro da família. Já as fotografias e vídeos que foram feitos por mim inicialmente enquanto material para a pesquisa, acabaram virando também "fotos de família". As "fotos de família" que estavam dentro de publicações acadêmicas reverberavam de outras formas entre minhas parentes-interlocutoras. Funcionavam como mecanismo de gerar prestígio dentro da família, como lembranças e material para publicações pessoais em redes sociais. Nesse sentido, pretendo com o ensaio aqui posto considerar como diferentes materiais de pesquisas devolvidos em família-campo produzem diferentes efeitos na família (e na pesquisa).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661263493_ARQUIVO_ed23eab4a1ffe60f2f747699b34491d0.docx

Apresentação Oral

Devolver, se (envolver) e construir: divulgação científica de campo islâmico nem sempre fácil, mas sempre necessária.

Francirosy Campos Barbosa

A proposta dessa comunicação é sobretudo falar dos desafios que é tratar de um campo islâmico há mais de duas décadas e como divulgar conhecimento gera confronto, reações adversas, dentro e fora do campo. O quanto tem sido promissor a divulgação, mas também desafiante nos tempos em que a mídia (TV, Jornais, etc) constroem um muçulmano como terrorista, e uma muçulmana como oprimida. Dentro do campo as reações são positivas, mas também trazem dúvida do papel que uma antropóloga-muçulmana executa. O lugar de diálogo é sempre tenso, mas traz ganhos, como o reconhecimento da pesquisa atual sobre Islamofobia como uma das mais importantes do departamento de psicologia/USP em 2021, e pela possibilidade de ter garantido uma bolsista para administrar as redes sociais do GRACIAS (Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes) no Instagram e Twitter, a divulgação do que produzimos ficou mais dinâmico e não centralizada na coordenadora do grupo. Entretanto, são muitos os desafios a serem enfrentados, porque não se trabalha apenas com a devolutiva de grupos pesquisados, mas com a universidade, imprensa e vários outros grupos que ao acompanhar o trabalho desenvolvido se interroga e nos interroga.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661085879_ARQUIVO_af18d64bbfd4c786738ed95e4cd24c9a.pdf

Apresentação Oral

Conversando sobre grilagem através de um podcast

Irene do Planalto Chemin, Chico Sousa

Chico: Em campo com os Kalunga, perdi a conta de quantas vezes escutei sobre o receio que os quilombolas tinham com pesquisadores: uma gente que vem, come, dorme, enche de pergunta e nunca mais dá notícia. Em entrevista com Vercilene Dias, ouvi que ela estava cansada de ter que explicar o "juridiquês" dos processos envolvendo a comunidade, quando o "afamado" juiz poderia escrever de uma forma mais simples e direta. Além disso, em muitas comunidades tradicionais, principalmente entre os mais velhos, "a letra" (a habilidade de escrita e leitura) ainda é pouco difundida. Questões como essas influenciaram a escrita da minha monografia, "Se o grileiro vem, pedra vai". Com os interlocutores da pesquisa, cheguei na ideia de gravar a leitura do texto na íntegra. Convidei três colegas da UnB, Irene Chemin, Laísa Fernanda Alves e Álex Nogueira, para executar o projeto, que ganhou o formato de podcast. Mas essa discussão eu deixo pra autora que me acompanha nessa escrita, a Irene Chemin. Irene: Pois então, refletimos sobre a melhor forma para transmitir o conteúdo da

monografia via áudio. Sobre a música tema, não havia dúvida: "Se o grileiro vem, pedra vai", canção do Centro de Cultura Popular, disponível em domínio público. A duração do episódio prontamente foi definida: episódios curtos, de no máximo 15 minutos, para facilitar o download e adentrar a rotina e conversas cotidianas das pessoas, especialmente dos interlocutores do Chico. Nos dividimos em três para a leitura dos capítulos e subcapítulos da monografia, que resultaram em 30 episódios. Lançamos o podcast em abril, e aí começou a melhor parte: a interação com o público. Chico: Logo nos primeiros dias, comentários e retornos chegaram dos próprios Kalunga, a exemplo de Dona Antônia e Valdir - que me receberam em suas casas quando fui à campo -, Dona Dulce e Damião, moradores na beira do Prata ou do Paranã; além de pesquisadores e profissionais de diversas áreas relacionadas ao tema, como da procuradora federal Gilda Diniz - uma das avaliadoras da monografia - e do professor da FUP e amigo, Antonio Nobre. Irene: Criamos o "momento pedrada dos ouvintes" no podcast, onde respondemos comentários e perguntas, isso tem sido muito legal. Assim, nossa ideia nesse trabalho é refletir e analisar os retornos, especialmente dos Kalunga, à monografia. E ao mesmo tempo perceber de que maneira o podcast colabora para manter aquecido o diálogo entre interlocutores e pesquisadores, mesmo quando não estão juntas fisicamente. Ah, e como vocês podem ver, já estamos escrevendo nosso texto em formato de roteiro, pois ele estará também disponível em áudio, fazendo jus à nossa proposta de divulgar nossas pesquisas e, especialmente, compartilhar com os Kalunga os resultados de nossas reflexões e práticas conjuntas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480285_ARQUIVO_e78df277f1a6222416e4b8f3e6d35a93.pdf

GT69: Regimes de alteridade e construção de antropologias nacionais: Um exercício de antropologia histórica

Este GT propõe como tema o encontro entre duas áreas de investigação que tem operado de forma independente. O estudo das identidades tem sido em geral associado à modos de dominação, processos econômicos e políticos, formas religiosas e mágicas com seus reflexos em ontologias próprias. Por sua vez a construção de antropologias é narrada usualmente como um capítulo da história das ciências, algo universal que se desloca no tempo e no espaço somente com alterações exteriores. Enquanto o primeiro parece assentado na escala nacional, a segunda é claramente transnacional. Se focalizarmos tais assuntos em sua íntima interrelação, iremos descobrir novos sentidos e potentes dinamismos. Os regimes de alteridade são produtos

de um saber erudito, embasados em teorias científicas e representações artísticas, as quais legitimam igualmente as políticas públicas setoriais. A antropologia, pelos temas que trata, tem raízes e aplicabilidade social maior que outras disciplinas, sendo analiticamente instigante concebê-la não apenas como produto final (tese/livro), mas como resultado de múltiplas construições que regulam a possibilidade das pesquisas, determinam a estrutura da situação etnográfica e controlam a circulação e uso dos seus produtos. Ao invés da normatividade de paradigmas científicos, ela se desvendará como artefato social e histórico permeado por regimes de alteridade. Explorar em termos etnográficos a interrelação entre estas duas áreas de pesquisa é o objetivo deste GT.

Palavras chave: Regimes de alteridade; antropologias nacionais; tradições etnográficas

João Pacheco de Oliveira, Stephen G. Baines

Apresentação Oral

A polissemia dos "grandes projetos de desenvolvimento": o que dizem indígenas Tentehar?

Anderson Augusto Mota Serra, Elizabeth Maria Beserra Coelho

Pretendo fazer uma reflexão a partir das experiências de vida e dos discursos produzidos por indígenas do povo Tentehar, nos últimos anos, sobre o que consideram "grandes projetos de desenvolvimento" situados em terras ocupadas por eles na Amazônia maranhense. Até a década de 1960, no Maranhão, a implantação de grandes projetos de desenvolvimento envolvia empreendimentos como rodovias e hidrelétricas (COELHO, 1986; 1987; 2014). Posteriormente, entre as décadas de 1970 e 1980, a mineradora Vale iniciou a instalação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), ligada ao Programa Grande Carajás (PGC), através da construção de 892Km de trilhos ferroviários para realizar o transporte de minérios explorados na Serra dos Carajás, localizada no Sudeste do Estado do Pará, até o Porto do Itaqui, na cidade maranhense de São Luís. A implantação da EFC foi responsável por desencadear, nas últimas décadas, a atração de produtores rurais provenientes do Sul e Sudeste do Brasil, vinculados ao agronegócio, que se estabeleceram na região Sul do Estado (SERRA, 2021). Essas breves considerações são necessárias para situarmos o avanço dos grandes projetos de desenvolvimento, no Maranhão, no contexto mais amplo de expansão espacial do capitalismo na Amazônia brasileira, nos moldes colocados por Silva & Sobreiro (2018), e suas consequências nocivas para sobrevivência dos povos indígenas e biodiversidade não-humana. Por volta de 2019 a 2020, vivenciei experiências junto a três Tentehar, situados nas TI Araribóia, Rio Pindaré e Canabrava/Guajajara. Ao me aproximar deles, minha primeira abordagem foi direcionada pela indagação acerca do que chamam "grandes projetos de desenvolvimento". O diálogo estabelecido com eles poderia ser definido, segundo Cardoso de

Oliveira (2001), como um "diálogo intolerante", caracterizado por uma lacuna semântica. Um deles, ressalta os efeitos negativos do que considera grandes projetos de desenvolvimento e a outra interlocutora aponta para uma concepção positiva, que desenha grandes projetos como algo produzido por indígenas, para indígenas. Um dos interlocutores assume os dois posicionamentos fazendo uso de uma classificação que distingue grandes projetos elaborados por indígenas de grandes projetos feitos por brasileiros. Os discursos construídos sobre projetos e suas repercussões foram analisados na perspectiva do Olhar, Ouvir, Escrever (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996) - como três etapas estratégicas do métier do antropólogo. De posse dos dados construídos, analisei os discursos, considerando a necessidade de examinar a parte que cabe às palavras na construção das "coisas sociais" e tomar como objeto de discussão saberes produzidos pelos Tentehar a partir de suas próprias experiências de vida.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/890_24345636_071579.pdf

Apresentação Oral

E seremos nós que falaremos sobre nós? Antropologias indígenas: de "objetos de estudo" à antropólogos profissionais - miragens encantadas nas encruzilhadas de um debate político-epistêmico ainda pendente.

Awamirim Tupinambá, Kowawa Kapukaja Apurinã

Esse trabalho procura desvelar as encruzilhadas de tensões e disputas no campo político-epistêmico a partir de miragens encantadas, reflexões, contradições e desafios que se apresentam para a reprodução do campo disciplinar e profissional da antropologia feita no Brasil, sobretudo com a visibilidade da chegada dos indígenas antropólogo@s nesse campo, e principalmente a partir da problematização histórica e de incursões genealógicas sobre os processos e condições concretas que construíram, marcaram e rasuraram colonialmente as sociedades indígenas e seus saberes e práticas (racismo epistêmico) muito antes de sua idealização/normalização como "objeto de estudo" na constituição do campo disciplinar da antropologia feita no Brasil. "Negros da terra" como indígenas escravizados, "Índios-línguas" como tradutores, mateiros, guias, remadores, mão-de-obra servil pelo sistema de aviamento do barracão, "informantes" dos primeiros etnógrafos e viajantes no século XIX e na segunda metade do século XX, inúmeros foram as formas de extrativismo e escravismo epistêmicos (os indígenas Tomacaúna Tupinambá, Kuêk Botocudo, Irimã Apurinã, dentre outros, são alguns casos exemplares retirados da história para análise nesse trabalho. Nossa chave de leitura parte da escravidão indígena para chegar ao regime do "escravismo epistêmico" ancorado nos imaginários discursivos que vai do índio como selvagem, bárbaro, gentio, chegando as formas atualizadas do índio exótico, ecológico, puro e purificado que além de negar a agência política e histórica das sociedades indígenas, seguem reforçando o estereótipo da metafísica do selvagem e da existência de sociedades incomensuráveis, portanto passíveis

da tutela política-epistêmica. Buscamos assim tencionar o lugar colonial dos povos indígenas como "objetos de estudo", apontando possíveis caminhos político-epistêmicos para múltiplas formas de fazer antropologia ("etnografias encantadas"/"pajelanças críticas") a partir de outros referenciais epistêmicos, teóricos, éticos, linguísticos, filosóficos e intelectuais indígenas, ancorados em contextos sociopolíticos e experiências históricas específicos, e de documentos-manifestos dos encontros entre antropólogos e indígenas ocorridos em Barbados, no Caribe na década de 1970 na "Primeira Declaração de Barbados: pela libertação do indígena", em 1971, e a "Segunda Declaração de Barbados", em 1977, elaborada exclusivamente pelos indígenas presentes naquele encontro, e insistir na necessidade de ruptura com o racismo epistêmico e com a tutela político-epistêmica, buscando afinal uma crítica indígena (Apuriná e Tupinambá) dos colonialismos encobertos ainda persistentes nas antropologias hegemônicas feitas no Brasil e que segue informando a institucionalidade científica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478146_ARQUIVO_e57663254fd34f574fdb25dfb4fd31a.pdf

Apresentação Oral

Etnografia e Histórias de vida: As Relações entre indígenas e missionários católicos em Roraima

Emanuel de Araújo Rabelo

Neste trabalho analisaremos as narrativas das relações interétnicas e de contato entre os indígenas da etnia Macuxi e os missionários católicos. Partiremos da construção de uma etnografia das atividades das missões religiosas católicas de caráter sociopolítico. Explicaremos os processos de alteridade, agenciamentos e conflitos existentes na formação da organização sociopolítica e da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nesse entendimento, diante a esse contexto de pesquisa faremos uso da etnografia com base nas discussões que fundamentam esse modo de pesquisar. Segundo Da Matta (1978), durante anos a Antropologia Social esteve preocupada em estabelecer com precisão cada vez maiores suas rotinas de pesquisa, ou, como é também chamado o exercício do ofício na sua prática mais imediata, do trabalho de campo. Portanto, a prática etnográfica não tem uma norma técnica específica, vai depender em qual contexto antropológico o pesquisador estará, e quais tipos de ferramentas ele pode recorrer na atividade de campo, que, na maior parte, podem ser revistas, reinterpretadas e compreendidas de acordo com o grupo ou sujeito em que o antropólogo está pesquisando. Além disso, o processo deste terceiro capítulo é a identificação e análise das narrativas que foram colocadas pelos interlocutores. De um aporte documental sobre uma ata de assembleia dos povos indígenas recente, que está em constante diálogo com missionários católicos, mas com alta autonomia sociopolítica e étnica em especial a partir da

pré-homologação nos anos de 1980 e no pós-homologação depois de 2005 na TI Raposa Serra do Sol.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661200620_ARQUIVO_f08ea35657217443dadcf966a3f7bc6.pdf

Apresentação Oral

RELENDO OS ÍNDIOS: a produção Antropológica sobre os índios Tembé.

José Rondinelle Lima Coelho

Este ensaio foi uma ideia que surgiu a época do Doutorado em Antropologia Social que cursei na Universidade Federal do Amazonas. Nas inquietações que seguem abaixo analiso a relevância de algumas obras antropológicas para a visão que se tem hoje de populações indígenas como os Tembé do alto rio Guamá. Faço isto, apontando questões como a lacuna em um determinado período do século XX no que tange a escrita sobre índios Tembé, considerando que esta situação pode ter relação com a própria visão essencialista que obras como as de Charles e Wagley e Eduardo Galvão reforçam. Assim, este artigo desponta como uma contribuição e sugestão para pesquisadores que buscam estudar a sociedade indígena que se organizou as margens do alto rio Guamá, os índios Tembé.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1663697987_ARQUIVO_f8d08091401507070c8da2fe138fc5a.PDF

Apresentação Oral

A Caminhada dos Mártires, a primavera Tupinambá

Kowawa Kapukaja Apurinã

A Caminhada Tupinambá - A Caminhada dos Mártires, acontece anualmente na última semana de setembro, tornando-se um momento e movimento político e ritualístico para os Tupinambá do Sul da Bahia. Os preparativos dos festejos são iniciados no mês anterior ao evento. As conversas entre as comunidades, acertos, reuniões e planejamentos são a plataforma de atividades que se desdobram até a data da caminhada, quando se tem os atos finais daquele ano, as variações culturais (BARTH, 2000). E entre muitas atividades coletivas e demandas que se acertam nas reuniões noturnas entre as lideranças e a comunidade está a Caminhada Tupinambá, que acontece todos os anos, quando recontam a história dos índios nadadores, a carta de Mem de Sá, a traição do outro grupo étnico, os corpos estendidos na praia, os que fugiram para a serra e a força de Marcelino que encantou, a ponte amaldiçoada e os esbulhos que sofreram e ainda estão em processo de resistência contemporânea. A

narrativa é constantemente lembrada, reafirmação do lugar, de como ocorreram todos os processos do passado e a contemporaneidade, e a constituição da identidade na luta pelos territórios (PACHECO DE OLIVEIRA, J.1999). Uma vez que podemos entender que estes rituais ocorrem a afirmativa indenitária para um contexto de retomadas de territórios e lutas por políticas públicas, no qual o Estado envolvente torna-se eterno devedor. Isto é, pertencemos ao Estado, mas é uma inclusão precária e um espaço de lutas por dignidade e cidadania. "Os povos indígenas são nossos contemporâneos, não vivem em outra temporalidade radicalmente diferente "(PERES, s/d). Os povos e as terras que ocupam ou reivindicam fazem parte do Estado. A Caminhada Tupinambá dentro do processo de ritual do Poracin determina os passos adiante das articulações políticas e sociais das comunidades Tupinambá , não somente pelo fortalecimento da Terra, mas por uma identidade capaz de transpor os fenótipos coloniais/colonizadores do lugar do selvagem, o índio genérico , da tutela; imposto aos corpos, que é reificado de outros modos, no entanto, o esqueleto colonial permanece, o que muda são os corpos que alimentam as estruturas e as novas palavras que falam sobre.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661453891_ARQUIVO_f481782abd40ff2810b6f68b75f68686.pdf

Apresentação Oral

Alteridade e Modernidade: por uma arqueologia dos zoológicos humanos e arquivos da exotização

Marina Cavalcante Vieira, Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque

Os zoológicos humanos se desenvolveram, ao longo do século XIX, como entretenimentos de massa voltados para o público branco europeu, diante do qual se faziam exibir grupos de pessoas de culturas supostamente "primitivas" e exóticas —com reconstrução de cenografia e habitat, muitas vezes elaborados em meio à fauna e flora de zoológicos. Exibições do poder colonial, essas formas de entretenimento tinham características liminares: eram mostras ao mesmo tempo científicas e de sensacionalismo popular. De caráter pedagógico em sentido lato, ofereciam ao seu público a oportunidade de conhecer o mundo sem sair de casa, ao mesmo tempo em que construíam e "ensinavam" hierarquias raciais. Os zoológicos humanos foram extensivamente utilizados por antropólogos físicos, etnólogos e linguistas, servindo como campos transpostos para a Europa. A pesquisa investiga as extensas relações entre as exibições de pessoas ao longo do século XIX e a formação das ciências sociais (sociologia e antropologia) diante das modalidades discursivas da modernidade e seus outros. O tema dos zoológicos humanos aponta para uma revisão crítica da história da antropologia, da teoria social e da modernidade, a partir de uma teoria que reflete sobre alteridade e diferença. Os

zoológicos humanos recontam não apenas uma história sombria ou que se queria esquecer da antropologia, mas também guardam uma arqueologia da modernidade e, portanto, esclarecem as interligações e fronteiras estabelecidas entre antropologia e sociologia no século XIX, a divisão colonial entre os campos de saberes: a sociologia como a ciência que estuda sociedades modernas e a antropologia como a ciência que estuda sociedades ditas primitivas, ágrafas e sem história. Convém agora borrar esses limites disciplinares. A modernidade funda a si mesma ao instituir-se em relação de diferença com seus "outros", ditos "primitivos". Seguindo a trilha de Foucault, que afirma que, para estudar os discursos sobre a normatividade, devemos olhar para a loucura e o desvio, para fazer uma arqueologia da modernidade, proponho-me a olhar para o exótico, a investigar os discursos modernos de exotização em zoológicos humanos, deixando claro que noções como moderno/primitivo e selvagem/civilizado nunca existiram em separado (Derrida, 1991). As imagens dos outros circulam nas grandes cidades europeias do século XIX, em museus, feiras, cinemas, exposições universais, literatura, teatro e descrições etnográficas. As imagens passam a fazer parte de uma modalidade de imaginação (Didi-Huberman, 2013) sobre o outro. O trabalho apresenta uma discussão sobre modernidade e alteridade, e faz tensionar as relações entre arte, ciência e entretenimento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661391629_ARQUIVO_33b550ea7e2c5868d7cdb59bba251cf4.pdf

Apresentação Oral

Antropologia, ciência estrangeira: reflexões éticas sobre os clássicos da antropologia a partir da experiência sul-africana

rodrigo ferreira barros

Estudar os clássicos da teoria antropológica é para os estudantes de ciências sociais, não apenas uma tarefa necessária de embasamento teórico essencial para o debate, pesquisa e extensão científica, mas de reflexão sobre a construção de princípios éticos e metodológicos que hoje consideramos fundamentais para qualquer investigação antropológica que pretenda produzir conhecimento útil à comunidade acadêmica, e à sociedade em geral. Neste sentido, muitos programas de graduação e pós-graduação em antropologia social trabalham com um referencial teórico comum quando nos referimos aos clássicos da teoria antropológica, geralmente divididos em Teoria Antropológica 1 e 2, buscando apresentar a história de formação da disciplina, analisando escolas ou 'paradigmas' teóricos (STOCKING, 2006) que se ramificam e se transformam. Independente do tema de pesquisa do antropólogo, as primeiras discussões e hipóteses acerca dos comportamentos sociais da espécie humana são requisitos importantes, e para alguém que faz pesquisa em um país estrangeiro, neste caso um

brasileiro pesquisando na África do Sul, permitem uma reflexão sobre o papel desses autores clássicos no desenvolvimento da disciplina em diferentes contextos, ampliando perspectivas políticas e acadêmicas. Motivado por questionamentos de alunos de graduação e mestrado em antropologia acerca da relevância de autores canonizados nos contextos atuais, este artigo busca apresentar alguns aprendizados importantes dentro da disciplina a partir da atuação profissional e acadêmica de autores clássicos como Malinowski e Radcliffe-Brown no continente africano, especialmente na África do Sul, concluindo com comentários gerais sobre a importância de conhecer autores clássicos para a formação de profissionais éticos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659624691_ARQUIVO_7f7e70ad07c278cd99d8ab3b403b7513.pdf

Apresentação Oral

O Médio Rio Negro, Eduardo Galvão e os estudos de mudança: antropologias, histórias e povos indígenas.

Sidnei Peres

Entre as malocas do Alto Rio Negro e a cidade de Manaus o antropólogo Eduardo Galvão vislumbrou, nos anos 1950, a formação de uma sociedade mestiça e cabocla, com o concomitante surgimento de um ethos regional. O principal fator de acomodação dos grupos indígenas a sociedade cabocla em formação seria a economia extrativista que isolava as famílias indígenas em pequenos assentamentos rurais em uma existência simbiótica com a população não indígena, em vez de "resultar em retração da população tribal remanescente para as malocas, num sistema tipo 'reserva indígena". Três décadas depois irrompe um processo de etnogênese e ativismo indígena em moldes associativistas no Rio Negro que se ampliou na década seguinte. Apesar das limitações do modelo aculturativo de Galvão, ele percebeu a relevância do "cativeiro da dívida" para entender os processos de mudança que observava e registrava. Ele consolidou, codificando em uma versão erudita (o efeito Galvão), uma topologia imaginária da indianidade rio negrinha, que foi incorporada na atuação local das agências de intervenção. Pretendo situar historicamente o trabalho de campo de Galvão, no Rio Negro, (ícone maior da junção entre antropologia e indigenismo, ao lado de Darcy Ribeiro), a partir de minha experiência de pesquisa e atuação na região, para refletir sobre as conexões entre ciência e política (incluindo as perspectivas e os obstáculos epistemológicos) no desenvolvimento de uma antropologia histórica no Brasil.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661480862_ARQUIVO_8bb1868b1caa0afd49ad3a5c978ff64.pdf

Apresentação Oral

Uma Reflexão sobre a construção de antropologias nacionais no Brasil, Canadá, Austrália e Argentina.

Stephen G. Baines

Examinamos os regimes de alteridade e construção de antropologias nacionais em dois países de colonização britânica (Austrália) e britânica e francesa (Canadá), e dois países da América Latina de colonização portuguesa (Brasil) e espanhola (Argentina), todos com histórias muito diferentes e processos diversos de construção da nação. Ao examinar as histórias da antropologia nestes quatro países, evidenciam-se as particularidades da Antropologia com as populações indígenas, sobre as quais os Estados nacionais se expandem, o que lança luz sobre as identidades nacionais, em uma disciplina que se pretende ser universal, ao mesmo tempo em que seus contextos nacionais moldam suas trajetórias. Roberto Cardoso de Oliveira resalta a importância de lembrar que "teorias e paradigmas são pensados e ativados por comunidades de profissionais de carne e osso" (2006, p. 108), e, ainda, alerta sobre o perigo de "nacionalizar nossas antropologias" (2006, p. 114). As representações que os antropólogos fazem acerca de si mesmos surgem em diversas formas, revelando uma perspectiva de membros de Estados nacionais imperialistas no caso dos países de centro (STOCKING JR., 1982). Essa maneira de se apresentar surgiu, também, para os antropólogos em nações de colonização europeia que pensavam seus países como extensões dos países de centro, o que pode ser postulado para o caso da Austrália na primeira metade do século XX (BAINES, 1995). Os antropólogos podem se identificar como membros de Estados nacionais ex-colônias de países europeus que veem seus países como colonizados e têm uma postura crítica à hegemonia, o que molda o estilo de pensar da intelligentsia nacional (RAMOS, 1990). Podem, também, se identificar como membros de nações minoritárias que reivindicam a independência do Estado (muitos quebequenses francófonos ao criticar a hegemonia anglófona no Canadá), e como membros de nações autóctones minoritárias dentro dos Estados nacionais, alguns dos quais reivindicam autonomia limitada, enquanto outros aspiram a uma autonomia radical (alguns antropólogos indígenas na Austrália e no Canadá).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661366282_ARQUIVO_d232d7d368ccfbb216008f87bc9d47f0.pdf

Apresentação Oral

Regimes de alteridade na construção de histórias nacionais: a mulher indígena como um duplo Outro

Suelen Siqueira Julio

A comunicação apresenta algumas reflexões desenvolvidas na tese de doutorado defendida recentemente pela autora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Intitulada "Gentias da terra: gênero e etnia no Rio de Janeiro colonial", a pesquisa se beneficiou do diálogo com a Antropologia, disciplina que tem impulsionado a historiografia a se voltar para aspectos como os comportamentos, crenças e pontos de vista de sujeitos antes pouco considerados, a exemplo das mulheres indígenas. Conforme observado por alguns trabalhos, para além de constituírem categorias utilizadas para descrever os nativos americanos, os rótulos utilizados pelos europeus desde os primeiros contatos fizeram parte de um processo de hierarquização e construção do "outro". Assim, a atribuição de denominações como índia, índio e gentio da terra às pessoas da América expressou uma divisão que as colocava como um "outro" radicalmente diferente dos europeus. Tal ideia de alteridade radical não esteve destituída de intenções, servindo de justificativa para a dominação desse outro, visto como inferior e necessitado da fé, ordem e civilização a serem outorgadas pelos colonizadores. Nesse processo de formação de alteridades, nativos e outros grupos foram diferenciados, hierarquizados e classificados de acordo com múltiplos aspectos, como a procedência, a origem religiosa e os traços fenotípicos. Acrescente-se a essa lista o gênero, que, no caso das índias, colocou-as como um duplo Outro, enquanto mulheres e indígenas, constantemente olhadas, registradas e dirigidas por homens brancos. Longe de problematizar essa alteridade, a construção de uma história nacional brasileira - desde a obra oitocentista de Varnhagen até certas abordagens da atualidade, passando por autores consagrados do século XX - envolveu a consolidação dessa imagem da índia como um Outro, ainda que fosse um Outro que deu origem ao Nós. Trata-se da imagem da mulher indígena como "mãe do Brasil", ventre gerador do povo brasileiro, ideia presente não só em livros de história, mas no imaginário social. Problematizar essas imagens redutoras da experiência histórica das mulheres indígenas e apontar o seu protagonismo como sujeitos são os objetivos desta comunicação.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661371408_ARQUIVO_ddeefe35244c25b7f46856dbe201de1f.pdf

GT70: Remoções forçadas: povos indígenas desterrados no Brasil contemporâneo

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade, concluído em 2014, constavam dez povos indígenas que sofreram remoção forçada durante o período compreendido entre setembro de 1946 e outubro de 1988. Contudo, como é sabido, muitos outros povos foram removidos de suas terras, mas, infelizmente, não puderam ter suas histórias registradas naquele importante

documento. Aqui, sem estabelecermos marcos temporais, pretendemos voltar ao assunto, buscando reunir pesquisas sobre casos de remoções forçadas de grupos indígenas, sabendo que esse foi um expediente crônico em diferentes períodos da história brasileira. A remoção dos povos originários de suas terras há muito se estabeleceu como uma alternativa factível aos governos em diferentes ocasiões. Fossem para ter suas terras alagadas para construção de hidrelétricas (a UHE de Itaipu ou a UHE Belo Monte são exemplares nesse sentido) ou atravessadas por estradas (BR230, BR364 e BR163 são apenas três delas) ou simplesmente invadidas por colonizadores Brasil afora, povos inteiros viram suas terras usurpadas e suas vidas arrasadas. Muitos desses povos atualmente vivem desterrados, improvisando suas vidas em terras que não são suas; outros reafirmam e lutam para reaver o que foi perdido - ou ambas as alternativas ao mesmo tempo. Tencionamos aqui reunir iniciativas de pesquisa que deem conta dessas histórias, pensando com esses povos sobre as alternativas que criaram para tentar superar o violento processo colonizador que os alcançou.

Palavras chave: povos indígenas; remoções forçadas; genocídio

Edilene Coffaci de Lima, Jorge Eremites de Oliveira

Apresentação Oral

Novos percursos, velhos caminhos: processos de territorialização kinikinau entre os séculos XX e XXI

AILA VILLELA BOLZAN

O povo indígena kinikinau, filiado à família linguística aruák, ao longo dos séculos XX e XXI rememora a violenta expulsão de seus territórios/moradias tradicionais nas cercanias de Miranda e Aquidauana (no MS) na região do córrego Agachi. Diante disso, famílias Kinikinau incorporaram à sua trajetória uma política de territorialização e permanências provisórias em territórios reconhecidos pelo Estado brasileiro como pertencentes aos Kadiwéu e Terena. Com os últimos teceram históricas relações de simbiose e parentesco. Um dos capítulos deste processo durou aproximadamente cem anos na Terra Indígena Kadiwéu, especificamente na aldeia São João, sede do antigo Posto Indígena de Alfabetização São João do Aquidavão, local em que se formou uma comunidade de famílias Kinikinau a qual permaneceu com a sua identidade étnica subsumida dos escritos etnográficos dos anos 50 e 60 do século XX de antropólogos como Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira. Em tais referências, parentes das famílias Kinikinau com as quais venho realizando pesquisas de campo há mais de dez anos foram apontadas como Terena ou "terenizados", assim como os demais representantes dos subgrupos Chané-Guaná (Echoaladi e Laiana) grupo do qual descendem. Nos arquivos do antigo SPI existem menções a pessoas Kinikinau vivendo em tal posto indígena, referenciados com notável disposição para o "trabalho", sobretudo para a agricultura

e uma boa relação com indígenas e não indígenas do entorno. Posteriormente com a criação da FUNAI, são apontadas situações de recusa por parte de seus servidores sobre o registro de nascimento indígena de filhos com filiação ao referido etnônimo Kinikinau. Ao final dos anos 90 do século passado, supostamente extintos pela bibliografia antropológica e pelo órgão indigenista, homens e mulheres Kinikinau emaranham-se em novas relações e irrompem uma batalha através da educação, da língua, da arte e da política agindo em direção ao reconhecimento de sua identidade étnica com a retomada de elementos importantes para sustentar a sua singularidade frente aos vizinhos Kadiwéu e Terena. A partir de então, um novo processo de desterritorialização envolve suas famílias o que lhes rende, inclusive, um novo percurso por um velho caminho: parte dos Kinikinau participam de retomadas de seus territórios tradicionais e iniciam a sua reterritorialização provisória em outras aldeias, sobretudo pertencentes aos Terena. O objetivo do presente trabalho é discorrer a respeito de como tais eventos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do povo indígena Kinikinau vêm sendo significadas por seus representantes, sobretudo partindo da pesquisa de campo realizada por mim durante o ano 2022 com pessoas da comunidade Kinikinau.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662485886_ARQUIVO_f73f43022ab177050d924f371950e569.pdf

Apresentação Oral

As estratégias de luta e de resistência dos Tupinikim e Guarani Mbya (Norte do Espírito Santo) contra a empresa Aracruz Celulose S/A, os governos militares (1964-1985) e os governos biônicos locais

Joana D`Arc Fernandes Ferraz, Caio Mattos Santos, Caroline Soares de Andrade Caldas, João Pedro Cavalcanti

Este artigo tem como objetivo discorrer sobre as estratégias de luta e resistência das comunidades indígenas Tupinikim e Guarani Mbya (localizadas no Norte do Espírito Santo) contra a empresa Aracruz Celulose S/A (atual Grupo Suzano S/A), que atuou em cumplicidade com os governos militares (1964-1985) e os governos biônicos locais. Durante todo o período da ditadura, esta empresa obteve um crescimento rápido e intenso, tornando-se uma das maiores do mundo neste setor e se mantendo até hoje nesse patamar. O território tupinikim, "ainda na pré-conquista, se fixou na região entre Espírito Santo e Bahia. Desde então, estabelece uma relação histórica - física e simbólica - com o seu território, hoje reduzido a uma área de dezoito mil hectares no Estado capixaba." (BARCELLOS, 2008, pp. 145,146) A instalação da Aracruz, em 1967, levou a uma redução drástica desse território. Inicialmente, a empresa comprou três mil hectares "diretamente do Estado, e outros 27 mil hectares,

‘ adquiridos’ das mais variadas formas”. (BARCELLOS, 2008, p.136) A morte sociocultural de muitas dessas aldeias é uma demonstração da violência a que foram submetidas desde a ditadura. Em 1967, os Guarani Mbya chegam ao município de Aracruz e foram fundamentais para a resistência Tupinikim na luta pela terra, contra a Aracruz Celulose. Os Guarani se caracterizam pela sua mobilidade, vivendo em processo constante de desterritorialização e reterritorialização. No imaginário Guarani, seus antepassados passaram por todas estas terras. Em 1967, a Aracruz e a FUNAI tentaram deslocar a população guarani e alguns tupiniquins da região para a Fazenda Guarani em Minas Gerais (conhecida como Presídio Guarani), numa clara estratégia de despovoamento da região, a fim de facilitar a instalação da Aracruz Celulose. Não conseguem, dentro de cinco anos os indígenas retornam ao Espírito Santo (CICCARONE, 1998, p.1). Mas, obtém da FUNAI uma "certidão negativa" para os Tupinikim, que comprovaria que as terras não são habitadas por esse povo indígena, liberando aquelas áreas para plantio de eucalipto. Aos poucos, depois de intensas lutas, essas comunidades têm conseguido retomar seus territórios. Eram mais de 30 aldeias, hoje, foram reduzidos a sete: Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil, Comboios, Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-Açu (aldeia criada recentemente para impedir a instalação, em área indígena, de uma empresa exploradora de algas calcárias, a Tothan). A conquista mais recente dessas comunidades indígenas foi a oficialização, por meio de duas Portarias do Governo Federal, do reconhecimento de 10.966 ha. de terra sob o controle da Aracruz Celulose S/A. como terras indígenas, totalizando 18.027 ha. de terras indígenas no Espírito Santo. (CDDH, 2010, p. 274)

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661464005_ARQUIVO_cd1caeabe1c130a93d87559b896b9b28.pdf

Apresentação Oral

Ação e omissão do Estado brasileiro no processo de esbulho das terras do povo Kajkhwakratxi (Tapayuna)

Marcos de Miranda Ramires, Levi Marques Pereira

Autodenominados como povo Kajkhwakratxi (Tapayuna), também conhecidos como "Beißos-de-pau", "Suyá Ocidentais", "Ivetin" e "Tapayuna", somam atualmente cerca de 250 indivíduos residentes majoritariamente na aldeia Kawêrêtxikô, da Terra Indígena (TI) Capoto/Jarina, território dos Kayapó, e nas aldeias Ngôtxire e Tyrykhô, TI Wawi, do povo Kisêdjê. A língua falada pertence à família Jê, do tronco linguístico Macro-Jê, muito próxima da língua falada pelos Kisêdjê, também conhecidos como Suyá Orientais. Esses povos possuem um passado comum, quando teriam habitado a região dos formadores do Tapajós, entre fins do século XVIII e início do século XIX, época em que os Tapayuna teriam chegado às microbacias dos rios Sangue e Arinos, formadores do rio Juruena. Instalados na região

desde então, mesmo com a Constituição Federal (CF) de 1946 garantindo a posse de suas terras, tiveram seu território titulado pelo Estado de Mato Grosso a partir de 1957. Só em 1968 a Reserva Indígena Tapaiuna (RIT) foi criada, menos de um ano depois do "contato" oficial, realizado em 1967, depois de décadas de renitente resistência ao contato pacífico com não índios vindos inicialmente em busca de seringa e, depois, da apropriação da própria terra. Em maio de 1969, cerca de sete meses depois da criação da RIT, a gripe e o sarampo chegaram às aldeias kajkwakratxi devido a atos da Fundação Nacional do Índio (Funai), dizimando boa parte da população. Devido às doenças, envenenamentos e ataques de não índios, teriam sido reduzidos a aproximadamente 10% da população anterior ao contato. Com sua organização social esfacelada, foram removidos contra sua vontade da RIT para o Parque Indígena do Xingu (PIX), em 1970, onde foram forçados a permanecer, não obstante a CF de 1967 lhes garantisse o direito à posse permanente e ao usufruto das terras que habitavam. Em 1976, embora o Art. 198, da Emenda Constitucional n. 1 de 1969, determinasse a posse permanente e o usufruto exclusivo de suas terras, a RIT foi extinta. O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento que objetiva lançar luz sobre o processo de esbulho das terras tapayuna, com destaque aos atos e responsabilidades de Estado em seus âmbitos estadual e federal. A violação dos direitos dos kajkwakratxi envolveu ações de remoção perpetradas pelo próprio Estado, omissão nos casos de violências sofridas pelas frentes de expansão, imprudência nos casos de epidemias e convivência com a expropriação do território, fatos que pretendemos melhor situar e entender.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661471151_ARQUIVO_286f5a0f1b3ccdcb092592ceecd6b71c.pdf

GT71: Retomadas e autodemarcações de terras indígenas: processos de luta, memória e ritual

Na acepção guarani kaiowá, jeike jey significa entrar, ocupar, enfrentar, afrontar; trata-se da designação utilizada por esse povo para classificar seus processos de recuperação territorial (Benites, 2014). Assim como os Guarani Kaiowá, indígenas de todo o país têm levado a cabo intrincadas estratégias de luta pela terra. A proposta deste GT é reunir trabalhos que discutam retomadas de terras e autodemarcações como ações de enfrentamento ao esbulho. A partir de nossas pesquisas e de trabalhos de outros antropólogos, observamos como esses processos se revestem de complexidades que ultrapassam análises instrumentais, que veem na ocupação do território o fim último. As mobilizações para recuperação territorial engendram o retorno de pessoas e encantados, articulações entre famílias extensas, complexos rituais, reavivamento de memórias e novos arranjos na organização social. A maneira como os povos têm refletido sobre

seus processos históricos e cosmológicos também está pautada na luta pela terra. Assim, delineia-se um novo desafio para a antropologia: como pensar a conceituação desses processos sem deixar de considerar as particularidades de cada contexto? Acreditamos que a boa descrição etnográfica é o caminho mais potente para a não homogeneização e, por isso, priorizaremos trabalhos pautados em etnografia.

Palavras chave: retomadas, autodemarcações, território

Jurema Machado, Daniela Alarcon

Apresentação Oral

Protagonismo feminino às margens do rio São Francisco: Narrativas, saberes e resistência

Ana Carolina de Assis Marinho da Silva

Entre as mulheres indígenas situadas no Nordeste, dinâmicas de intersecção as colocam em uma encruzilhada complexa interseccionando etnia/raça, gênero, classe e regionalidade. No contexto antropológico, "o lugar destinado às mulheres nas produções etnográficas" era de "sub-representação, silenciamento e invisibilidade" (BONETTI, 2009, p.107). É somente a partir da década de 1970, que novas formas de estudo ampliam as tentativas de levar o "gênero a sério" (MCCALLUM, 1999, p.157). As demandas das mulheres atravessam os limites da luta pela terra e colocam em pauta as especificidades, expondo questões como autonomia, articulação, participação, organização, violência, corpo, reprodução, parentesco, matrimônio e poder. Apesar de renomadas e qualificadas pesquisas existentes sobre o povo Xokó, que vivem na Terra Indígena Caiçara/Ilha de São Pedro, localizada no Município de Porto da Folha, no Semiárido sergipano, não foi verificada, até o momento, uma pesquisa etnográfica que incluísse o protagonismo feminino Xokó, desde as narrativas dos processos de retomada até as articulações políticas atuais agenciadas por elas dentro e fora do território indígena. Atualmente, elas são representadas pela Associação Indígena das Mulheres Xokó da Comunidade Ilha de São Pedro (AMIX) e uma das representantes da Associação e Comunicadora da APOINME, Karine Xokó, mencionou a dificuldade em reunir as mulheres para falar sobre as pautas políticas devido às demandas da rotina que destina a atenção das indígenas para o lar, a família e os estudos. Essa conversa despertou os questionamentos que alicerçam a pesquisa: Quais são as narrativas históricas, políticas e sociais das mulheres Xokó, desde o processo de retomada; como essas narrativas as constituem enquanto mulheres Xokó e a relação com os feminismos; e como se dá, então, a agência feminina Xokó, atualmente, na articulação sociopolítica dentro e fora do território? Através de uma etnografia, a pesquisa, ainda em fase embrionária, pretende identificar memórias de luta feminina Xokó, a partir da retomada das terras; compreender como se auto identificam enquanto mulheres Xokó e as

relações com os feminismos; analisar como se dão as redes de apoio das mulheres Xokó dentro e fora do território e examinar a organização e articulação política das mulheres Xokó com os movimentos sociais indígenas. Em um relato da pesquisadora Creuza Prumkwyj Krahô, habitante na Aldeia Nova, no Tocantins, ela afirma que a maioria dos antropólogos que pesquisam só falam com os homens. Não conversam com as mulheres. "Ao pesquisar, vi que a maioria das coisas não é do jeito que estão registradas, porque são as mulheres que fazem e os homens que contam." (KRAHÔ, 2017, p.112). Por isso se torna necessário também ouvir a outra metade do povo Xokó.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661298507_ARQUIVO_fff3b40b21ba512969bd6ce6b43c02e1.pdf

Apresentação Oral

Kunhun Gá j̄ykre: Os projetos de futuro na retomada Konhun Mág (Canela, RS)

Clémentine, Mauricio Salvador

Em janeiro de 2020, um grupo Kaingang decidiu iniciar um processo de recuperação do seu território do qual seus antepassados foram expulsos no final do século XIX e início do século XX, sendo uma parte massacrada pelas investidas madeireiras. Foram os espíritos desses antepassados violentados no território esbulhado que, através dos kujá (lideranças políticas-espirituais) e dos seus sonhos, chamaram de volta os Kaingang para o seu território cuja aldeia se encontra dentro da FLONA de Canela (RS). Guiados pelos iangré (animais guias), os Kaingang lutam e resistem contra repetidas reintegrações de posse, perseguição política, ameaças e violências diretas de parte da instituição. Esse trabalho colaborativo entre o cacique da comunidade e a antropóloga, busca apresentar os projetos de futuro que nascem no processo de recuperação territorial, sendo esses frutos da reflexão coletiva orientada pelos saberes e ensinamentos dos kujá. Abordaremos assim a importância que as lideranças político-espirituais têm e mantêm nesse processo de construção da autonomia coletiva sendo que uma das primeiras iniciativas da comunidade de Konhun Mág foi a construção de uma casa de cura dedicada à realização de rituais de fortalecimento do povo Kaingang. Este relato etnográfico nos ajudará a entender os três conceitos chaves enraizados na política kaingang que se (re)cria em Konhun Mág: vãn, a coragem, kinhróg, a sabedoria e tár, a força como interligados com a participação dos kujá nesse processo de retomada.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478040_ARQUIVO_00d3fae61a3d6cac6d02d578f1d64c2a.pdf

Apresentação Oral

Povos indígenas em retomada no Maranhão: estratégias de mobilização, visibilidade e reconhecimento.

Daisy Damasceno Araújo, Ana Caroline Amorim Oliveira

Os Akroá Gamella, Anapuru Muypurá, Kariú-Kariri, Tremembé da Raposa, Tremembé do Engenho e Tupinambá, localizados no estado do Maranhão, são povos indígenas que estão em processo de retomada ou levante, traçando estratégias de luta pela garantia de direitos e pela demarcação de seus territórios, usurpados ao longo do violento processo de colonização, ainda em andamento (OLIVEIRA, 2020). A demanda por reconhecimento tem levado esses povos a um processo protagonizado e denominado por eles de retomada ou levante, um tipo de ação política que busca por direitos territoriais, identitários e pelo acesso à justiça como um todo, baseados na reprodução específica de seus modos de vida, caracterizada pela retomada de seus territórios e pela visibilidade de sua (r)existência, historicamente silenciada. Para além da luta pela demarcação de seus territórios, existe um processo contínuo de acesso à justiça, uma luta por direitos coletivos indígenas, como educação e saúde. Nesse processo contínuo de (r)existência, os povos têm traçado uma pedagogia própria para se reafirmar tanto culturalmente quanto territorialmente, frente à sociedade não indígena e suas instituições que, também em processo contínuo, traçam estratégias de negação e contestação da existência e da indianidade dos povos. No contexto da pandemia da Covid-19, esses povos sofreram mais uma violência: a falta de atendimento à saúde de forma específica pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), através do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI/MA), que se deu tanto no contexto do atendimento aos casos da Covid-19 quanto durante a vacinação, iniciada no início do ano de 2021. A justificativa dada pelo órgão de saúde indígena era a de que estes são povos “não aldeados” e, enquanto tais, deveriam ser atendidos pelos municípios na rede SUS, de acordo com o Plano de Contingência da SESAI divulgado em março de 2020. Os resultados da pesquisa que apresentamos nesta pesquisa foram desenvolvidos pelo coletivo Mururu, na execução do Projeto Rede (CO)Vida de Mapeamento da Covid-19 entre Povos Indígenas no Maranhão, do qual as duas autoras fazem parte. Desta forma, o presente trabalho busca refletir acerca das estratégias de mobilizações, visibilidade e reconhecimento traçadas pelos povos em retomada/levante no Maranhão, que tem ganhado força desde o início da pandemia da Covid-19, envolvendo a situação sanitária destes povos e suas constantes mobilizações. Buscamos refletir, ainda, sobre como as dinâmicas das ações traçadas por eles, no processo de interlocução com as instâncias públicas (estadual e federal) foram fundamentais para a garantia de direitos.

Apresentação Oral

Gênero, mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia

Daniela Alarcon

Em 2004, os Tupinambá da Serra do Padeiro, no sul da Bahia, deram início ao processo de recuperação do território que tradicionalmente ocupam, realizando retomadas de terras. Como resultado dessas ações diretas - estratégia que mantiveram ao longo do tempo, a despeito de serem alvo de intensa violência estatal e paramilitar -, hoje eles detêm a posse de cerca de dois terços da aldeia, apesar de o procedimento demarcatório ainda não ter sido concluído. Apoiada na reconstituição de trajetórias de mulheres envolvidas na luta pela terra, combinando pesquisa etnográfica e documental, esta apresentação focaliza algumas imbricações entre gênero e mobilização, a partir do contexto da Serra do Padeiro. Debruçando-me sobre memórias do esbulho e da diáspora, meu intuito é descrever e analisar como as experiências traumáticas vividas por crianças e mulheres antes do início das retomadas - em um período marcado pela exploração da mão de obra indígena, por violência sexual e outros sofrimentos - têm sido enquadradas, contemporaneamente, em um mesmo idioma mobilizatório. Examinarei ainda como determinadas mulheres foram cruciais na manutenção de vínculos de parentesco na diáspora, mediando entre os vivos, os mortos e os encantados, estes últimos, entidades não humanas centrais na cosmologia tupinambá. Finalmente, discutirei em linhas gerais algumas das formas pelas quais as mulheres da aldeia têm contribuído para a manutenção da mobilização cotidiana, envolvendo parentes na luta, e atuando para resolver conflitos e construir consensos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661458084_ARQUIVO_78928c1316593cd9521096e049416747.pdf

Apresentação Oral

"Pisando em terra Tabajara": Conflitos e retomadas no processo de territorialização dos Tabajara da Paraíba.

Estêvão Palitot, Amanda Figueiredo

Desde o ano de 2006 que o povo indígena Tabajara vem buscando a demarcação das terras do antigo aldeamento da Jacoca, sua área de ocupação tradicional no litoral sul da Paraíba. Na expectativa de reconstituir um território minimamente viável para o reagrupamento das famílias que foram dispersadas por efeito de décadas de domínio patronal sobre as terras da Jacoca os Tabajara tem construído uma organização social dinâmica e flexível através da qual vem logrando a ampliação das áreas sob seu controle. Atualmente, são três aldeias organizadas, sendo duas em áreas de retomada. Nesses processos, a dimensão conflitiva tem sido elemento principal. Se não são os conflitos pelas retomadas, são as disputas em torno da ocupação das praias como pescadores e barraqueiros ou os enfrentamentos com o poder municipal e o projeto de reordenamento territorial da cidade do Conde. Ao lado dessas

disputas, o esforço para reunir os parentes em torno de projetos de vida comunitária nas três aldeias também é uma marca característica do atual processo de territorialização dos Tabajara. Nesse trabalho, pretendemos discutir esses temas em diálogo com outros estudos sobre processos de territorialização, a forma retomada e o retorno dos parentes em contextos indígenas.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661450345_ARQUIVO_b2eb8559b7bdd65f5706447f849f0260.pdf

Apresentação Oral

A Retomada Xokó: Território E Renascimento Cultural De Um Povo

Ianara Apolonio Rosa Lima

RESUMO A presente proposta de pesquisa trata-se de uma análise dos processos de retomada territorial e de renascimento cultural entre os Xokó de Sergipe. Localizados no município de Porto da Folha (SE), os índios Xokó possuem uma população de aproximadamente 333 pessoas, de acordo com censo publicado pelo IBGE em 2010. O território indígena é composto por duas áreas: a ilha de São Pedro (96,75 ha), onde reside a maioria dos Xokó, e a Caiçara (4.316,7768 ha), parte continental anexada posteriormente à Terra Indígena, onde ficam as roças e onde se realiza o ritual sagrado do Ouricuri. O projeto de pesquisa proposto tem como objetivo apresentar as retomadas da Caiçara e ilha de São Pedro, realizadas entre as décadas de 1970 e 1980, como parte fundamental do processo contemporâneo de renascimento cultural dos índios Xokó, implicando em retomadas da língua, de costumes, hábitos e de elementos da organização social. Partindo dessa prerrogativa, analisaremos o contexto histórico em que se deram as primeiras retomadas e como elas influenciaram a vida dos índios Xokó de Sergipe. Desse modo, buscaremos através da pesquisa de campo identificar esses momentos tão marcantes na vida desse povo. De início abordaremos a retomada territorial como sendo um fator que marcou a vida dos Xokó e determinou o futuro dos "caboclos da Caiçara", que a partir de então se identificariam como índios. A reflexão proposta acerca das retomadas dos índios Xokó, justifica-se pela importância e impacto que tal fenômeno tem sobre a vida social desse povo, mas também pelo interesse, em parte pessoal, em conhecer os processos de reconquista da terra e também da cultura dos índios Xokó. Os índios Xokó de Sergipe traçam sua história por meio de longos processos de idas e vindas dentro de seu território. Oscilando entre o índio e o mestiço, a mestiçagem fora uma forma de justificar a expropriação dos territórios por parte da elite agrária. Os processos de retomada Xokó marcam o recobrar de sua consciência e o despertar de sua essência. À medida que se reconhecem como índios, os Xokó tomam para si uma luta de seus antepassados e levantam uma questão morta no estado de Sergipe: a invisibilização dos "índios remanescentes" que, não tendo sucumbido como

coletivos específicos permaneceram como caboclos em seus antigos territórios, agora expropriados, mantendo o forte desejo de retornarem às suas origens indígenas. Esta pesquisa será desenvolvida na comunidade indígena Xokó, localizada no município de Porto da Folha/SE, em uma faixa de terra que fora a antiga Missão de São Pedro de Porto da Folha, missão essa liderada pelos capuchinhos e situada à margem direita do baixo Rio São Francisco.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661382244_ARQUIVO_ab274a8136cd05f01abc20e288554450.pdf

Apresentação Oral

Recuperação territorial no território indígena de Salitre- Costa Rica: matrilinealidade e luta pela terra

Louise Caroline Gomes Branco

O presente trabalho é resultado da dissertação de mestrado: " Mujeres indígenas como recuperadoras del Territorio en Salitre- Costa Rica" apresentado na Universidade da Costa Rica (UCR) e que documentou e analisou a participação das mulheres bribris nos processos de recuperação territorial que começaram em 2010 até 2019, no território indígena de Salitre, localizado em Buenos Aires, província de Puntarenas, Zona Sul da Costa Rica. Desta maneira, apresentaremos a sistematização da luta do povo bribri de Salitre, que de 2010-2019 que tem sido os protagonistas dessa luta na Costa Rica. Além disso, buscamos contribuir e visibilizar a participação das mulheres nesses processos de luta pela terra, já que elas aparecem como defensoras centrais dos direitos territoriais e indígenas. A metodologia adotada foi revisão bibliográfica sobre os aspectos sociais, econômicos e históricos do pacífico Sul e especificamente de Buenos Aires, com a finalidade de evidenciar o abandono histórico da região por parte do Estado, também com o objetivo de identificar algumas expressões de racismo contra os povos originários exercidas pela população não indígena que mora nesta área. E também trabalho de campo de 2016-2018, partindo da observação participante e também a realização de uma oficina sobre cartografia social, " cartografando o territorio cuerpo, territorio tierra". Como resultados, apresentamos a discussão sobre como a matrilinealidade além de ser um fator diacrítico dos bribris de Salitre, também se converte em um fator determinante nos caminhos políticos da disputa de terras, e os resultados da oficina sobre cartografia do territorio-cuerpo-tierra (CABNAL, 2010). Ressaltamos que as recuperações em Salitre e em outros territórios indígenas da Costa Rica não acabaram, a luta continua e é uma experiência latino-americana que dialoga muito com a realidade de outros grupos étnicos no Brasil e que pretendemos relacionar também nesse artigo.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1662117049_ARQUIVO_8900ea4c5b19eb717cd4f9cd18f86da8.pdf

GT72: Retomadas e tessituras no fazer antropológico

Visamos reunir neste espaço, estudos que abordem propostas de pesquisadores(as) que se deslocam deste lugar do "outro" e constroem uma narrativa de subjetividade implicada com epistemologias êmicas na feitura da teoria antropológica e na construção das ciências humanas, a partir da perspectiva de sujeitos que existem em diferentes contextos que outrora foram locais centrais para a reflexão sobre alteridade. Hoje, estes contextos passam a ser lócus participativos num processo de transformação social ocorrido na última década (Munanga, 2016; Gomes; 2012; Benites, 2018). Partindo da ideia de que as/os intelectuais que agora constroem suas propostas teóricas são pessoas que experienciaram seus cotidianos de vida nos contextos historicamente conhecidos como locais de "trabalho de campo" da antropologia brasileira, visamos expandir o debate a partir das reflexões propostas por estes/as pesquisadores/as, partindo de suas produções, vivências, experiências e grafias em reflexões antropológicas. Objetivamos assim, construir espaços que fomentem o debate sobre esses processos de retomada no fazer antropológico por esses sujeitos, como forma de expansão de suas lutas na produção de conhecimentos e reivindicações por direitos, localizadas no campo acadêmico. A proposta é ampliar e aprofundar o debate sobre as produções e as/os intelectuais, traçando cruzos (Rufino, 2018) que emergem do reposicionamento desses saberes e fazeres dentro da antropologia brasileira.

Palavras chave: retomadas; teoria; antropologia

Alexandra Alencar, Edilma Nascimento

Apresentação Oral

Transe dos tambores: etnografia, antropologia e liminaridade na pesquisa de campo

Felipe Nunes

O reposicionamento do lugar do antropólogo é um fato irreversível. Aquela imagem construída do antropólogo que sai da cidade e percorre milhares de quilômetros até uma comunidade desconhecida funciona mais como alegoria fundacional do que a representação do atual estado da disciplina, sobretudo das Epistemologias do Sul. Nas últimas décadas, a antropologia passou por profundas transformações, as quais foram capazes de fissurar as estruturas das antigas ordens de representação, principalmente daquelas que arquitetaram

cânones, até outrora, intocáveis, tais como a imprescindível "distância" como pré-requisito a objetividade científica no trabalho antropológico. A formação de antropólogos negros, indígenas, feministas, LGBTQIA+, possibilitaram o surgimento de distintas abordagens discursivas e metodológicas capazes de produzir novas camadas as tessituras antropológicas a partir de trabalhos realizados dentro das suas próprias comunidades. O presente artigo pretende promover uma reflexão a partir da minha experiência enquanto antropólogo negro realizando uma pesquisa intragrupo. Durante três anos, desenvolvi uma investigação de campo com a Nação de maracatu que faço parte, a Nação Zambêracatu. Divididos em dois momentos, construí as atividades de campo, primeiramente, enquanto participante da performance, ou seja, batuqueiro. Em outro momento, acompanhei de forma "externa", isto é, sem desempenhar funções no batuque durante a apresentação do grupo. A partir da experiência dessa pesquisa intragrupo, delinhei conjecturas em torno dos limites e possibilidades imbricadas neste tipo de investigação, ademais, suscitarei outros apontamentos importantes envolvendo as discussões seminais em torno do projeto ético construído pela antropologia e a possibilidade de pensar reelaborações epistêmicas a partir desses lugares da produção do conhecimento, e assim, contribuir na construção de uma antropologia polifônica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661478143_ARQUIVO_1d24d206f79f7b1cc581fce587ca0408.pdf

Apresentação Oral

Famílias negras e a escola no Território Quilombo Urbano Liberdade

Karine Cristine Costa, Carlos Benedito R da Silva

Este artigo trata da pesquisa em curso no Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão que investiga no Território Quilombo Urbano Liberdade, São Luís - Maranhão especificamente na Escola Centro de Ensino Professor Luiz Alves Ferreira as Implicações raciais e sociais de fazer parte de um território quilombola e estudar na escola do bairro para as relações das famílias e seus filhos com a escolarização. A socialização não acontece apenas no contexto escolar, ou seja, além das escolas existem outros espaços de socialização, como a família e outras instâncias. Os intelectuais negros pensam que a escola também tem responsabilidade na perpetuação das desigualdades raciais. Tradicionalmente o sistema de ensino brasileiro ensinou, e ainda ensina, uma educação pautada no embranquecimento cultural em sentido amplo. A educação formal brasileira foi pensada em moldes eurocêntricos, onde desqualifica o continente africano e inferioriza os negros, quer sejam brasileiros, quer sejam africanos. A análise se insere na preocupação das trajetórias escolares e familiares de estudantes negros, uma vez que raça é uma categoria que mantém o povo preto na situação de exclusão e vulnerabilidade quando se trata do processo de

escolarização. A pesquisa tem como referencial teórico- metodológico a perspectiva de autores e autoras negros(as). A centralidade na educação e nos processos das desigualdades em nossa sociedade , nos faz perceber, a precariedade das trajetórias escolares de negros comparados a não negros.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661273941_ARQUIVO_a00d6aa1451d79aea928f69ffebbb460.pdf

GT74: Ritmos da Identidade: Música, Juventude e Identidade

Socialização e discussão de pesquisas concluídas ou em andamento, enfocando a música e ritmos como elementos de mobilização coletiva, definição de linguagens e códigos de comunicação: enfoques sobre construção de performances e linguagens corporais entre grupos de juventude nas diversas regiões brasileiras ou mesmo em outros países, a partir das tendências rítmicas veiculadas pelos sistemas midiáticos. Estamos diante um fenômeno bastante interessante, pois é cada vez maior as expressões artísticas que eram assumidas como simplesmente formas de lazer, passarem a serem compreendidas como formas de se expor posições políticas e construções de identidade étnicas. A arte sempre foi vista como muito perigosa, principalmente pelos governos autoritários, mas ela era entendida como uma extensão, uma maneira a mais dos órgãos especializados em políticas (Partidos Políticos principalmente) tinham para demonstrar suas posições. Atualmente existem vários trabalhos acadêmicos que procuram demonstrar que a música, a dança, o cinema, o teatro, têm uma grande autonomia política. Nossa intenção, com a instituição deste GT, é dar espaço para conhecermos pesquisas desenvolvidas em todo o território nacional ou estrangeiros, sobre formas de se construir assumir posturas políticas e se construir identidades através da música, da dança e do lazer.

Palavras chave: Música, Juventude e Identidade

João Batista J Felix, Carlos Benedito R da Silva

Apresentação Oral

O Grito das Garotas

Fernanda Gomes Rodrigues

Proponho apresentar dissertação de mestrado, escrita em 2006, na qual se lançou um olhar antropológico sobre uma manifestação identitária, musical e política de jovens mulheres ou

"garotas". O trabalho pretendeu discutir especialmente aspectos das construções de gênero, identidade e representação abordadas a partir de uma leitura das colocações de garotas que integram bandas de hardcore em Brasília-DF. Bandas estas que estavam inseridas em um movimento mundial de afirmação da potência feminina chamado Riot Grrrl. Buscou-se apreender as motivações das garotas que se unem para formar estas bandas, que tipo de transformação esta experiência traz ou deveria trazer, de acordo com as expectativas/experiências das garotas. A partir de entrevistas, observação participante e pesquisa documental em diversos Zines, físicos e digitais, foram se desvelando diversos aspectos desse movimento social e, na mesma medida, foi sendo acionado um referencial teórico a partir do qual se buscou realizar uma "descrição densa" do movimento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661468439_ARQUIVO_f330c2a6c66630e896b083621c160c00.docx

Apresentação Oral

Sobre rede e música: notas preliminares acerca da crítica sobre a bossa nova

Henrique Martins

Em trabalhos de natureza acadêmica ou literária, a Bossa Nova aparece comumente associada às ideias de "sofisticação", "evolução", "bom gosto", "modernidade", "renovação", etc. Assumindo com essas produções o lançamento do disco "Chega de Saudade" de João Gilberto como marco inicial daquilo que viria se estabilizar como Bossa Nova, propõe-se aqui rastrear parte da formação da rede composta por este LP, artigos jornalísticos, críticos musicais e músicos. As ambiguidades presentes em interlocuções jornalísticas bem como em entrevistas com alguns músicos realizadas entre 1959 e 1966 permitem recompor a formação deste coletivo e expõem o processo de objetivação daquilo que veio a ser considerado Bossa Nova através das performances de músicos, críticos, amantes da música e artigos jornalísticos atuando sobre a construção do gosto e conferindo determinada forma à referida prática musical. Para esta exposição, abordaremos a interlocução entre dois grupos de críticos musicais que estabeleceram duas posições claramente delineadas: uma versão que enxergava a Bossa Nova como música cosmopolita, moderna, antropofágica, e de outro lado, a vertente que pugnava pela tradição popular, aviltada pela música feita por uma classe média alienada. A primeira corrente foi protagonizada no período por nomes como o musicólogo Brasil Rocha Brito, o poeta e teórico concretista Augusto de Campos, e o maestro Júlio Medaglia, entre outros. A segunda, encontrou sua expressão máxima nos escritos da época do historiador marxista José Ramos Tinhorão. Os artigos foram publicados entre 1960 e 1966 e foram posteriormente reunidos nos livros "O balanço da bossa e outras bossas" (CAMPOS, 2012), e "Música Popular: um tema em debate" (TINHORÃO, 1966). No caso da Bossa Nova, esses

trabalhos parecem reconstituir os eixos de representação social que Antoine Hennion (2007) descreve respectivamente como linear (ou aquele que pugna pela autonomia e verdade intrínseca ao objeto musical) e circular (ou aquele que vê a música como forma de representação do grupo para si próprio). Mais do que correntes de pensamento antagônicas, os dois modos de representação parecem ter constituído o suporte interno de autodefinição e estabilização (HENNION, 2007: 503) da Bossa Nova.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661429632_ARQUIVO_a65d1a6266054f3966bffd7813a91979.pdf

Apresentação Oral

Classificando o lugar do outro: entre falsos e verdadeiros no Heavy Metal

Muryel Moura dos Santos

Ao longo de nossa pesquisa de Mestrado em Ciências Sociais, observamos a prática social dos indivíduos que se identificam com a música do Heavy Metal, mais especificamente, no lócus de pesquisa da cidade de Campina Grande-PB. Ao atentarmos a prática de jovens e adultos (na condição de músicos ou audiência), destacamos as performances em palco realizadas pelos músicos como dramas sociais vividos por esses indivíduos na cidade contra o conservadorismo. Historicamente, o estilo musical do Heavy Metal surge no pós-guerra, em meados dos anos 1980, momento pelo qual muitos artistas criticaram o status quo e suas instituições. Os artistas dessa música estavam inspirados nas reminiscências do punk para desferir agulhadas no establishment, por meio de seus discursos, estéticas e comportamento em palco, algo que se ampliou e tornou-se possível de observar isso sendo praticado por aqueles que se identificam com a música ainda na contemporaneidade, ainda mais com aqueles que desejam integrar sem envolvimento com a causa do Metal. Aqui, atentaremos de que maneira a sociabilidade ocorre, traçando uma linha de análise que contempla o jogo de categorias do grupo (como poser: destinada aquele que falseia ser do grupo e truer: aquele que superenfatiza sua adesão) para mensurar o pertencimento dos membros ao grupo. A partir desses enunciados percebemos que há disputas morais em jogo, conotando apreço e despreço em suas relações sociais. Assim, pretendemos apresentar de que maneira os jovens e adultos adeptos dessa música nos eventos e fora desses espaços agenciam as referidas categorias de exclusão e pertencimento nas interações e analisaremos quais são os custos disso às imagens dos membros envolvidos. A metodologia utilizada para apresentar esses dados advém de um trabalho de campo nosso iniciado em 2015, por meio da observação participante em shows e no cotidiano (inclui-se também aqui as redes sociais), o que nos possibilitará apresentar e discutir esse mundo artístico e social.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661488937_ARQUIVO_d3ce8a15755b0ffc5f70457ae28a3d1b.pdf

Apresentação Oral

"Hoje tem viu?!": uma autoetnografia sobre a socialização a partir do encontro produzido pelo ritmo do forró romântico

Mylena Serafim da Silva

Socialização e cultura são duas categorias fundamentais para a compreensão antropológica da sociedade. Assim, chamamos aqui esses dois conceitos para nortear a observação participante em contextos que envolvem a reunião de pessoas que escutam e/ou dançam forró romântico, tendo como campo a cidade de João Pessoa-PB e indagando de que forma esse estilo musical produz um encontro. O forró romântico, também conhecido enquanto forró das comunidades e/ou forró de favela é um ritmo dançante muito escutado na região do Nordeste, contudo se diferenciando de outros tipos de forró como o eletrônico e pé de serra. Dito isto, o público também se distingue, e podemos notar sua aproximação com ritmos como brega, por exemplo. Os encontros aqui em destaque são os shows que ocorrem em casas de festas, e que desde o início de 2022 propõe semanalmente eventos que participam pessoas de toda a cidade. A reflexão aqui proposta é perceber como que esse ritmo musical movimenta e mobiliza um grupo para além de uma diversão, mas promovendo encontros e fortalecendo uma cultura que existe e perpassa gerações, chegando a operar em um campo social, aqui com recorte para a cidade, e construindo uma identidade cultural dentro desse espaço, sendo um movimento que existe e persiste mesmo sob um contexto tido como a margem. Enquanto metodologia, faço uso da autoetnografia na medida em que ocupo esses espaços há pelo menos 15 anos, sendo um estilo musical que faz parte da minha realidade, do qual gosto. A teoria bourdieusiana nos auxilia a pensarmos de como esse grupo existe e de que modo o habitus dos agentes contribui para a permanência desses vínculos, sendo o gosto enquanto um distintivo dentro da sociedade. Nesse sentido, é válido ainda ressaltar o quanto que não somente os espaços que propõem a diversão a partir do forró romântico, mas também as pessoas que gostam do mesmo são estigmatizadas, sendo muitas vezes agentes classificados sob um entendimento de "cultura inferior" ou mesmo "sem cultura". Reconhecendo então que o forró romântico é uma cultura e que culturas não podem ser classificáveis em termos de níveis, fazemos a defesa aqui de um grupo que existe, se identifica e que, a partir do lazer, são proponentes de encontros que viabilizam um movimento dentro do campo social. A proposta é descrever, a partir de um relato de experiência em um show de forró romântico no ano de 2022 na cidade de João Pessoa-PB, como esses encontros produzem afetação e vínculos na cidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661477801_ARQUIVO_1d3be23879ba087817131e21edd4e1d8.pdf

Apresentação Oral

Reencontrar-se no som: experiências da diáspora nordestina no Sul do Brasil

Tatiane Silva Cerqueira Santos

A proposta de trabalho que venho apresentar neste espaço de debate é referente ao meu projeto de pesquisa do doutorado intitulado: Reencontrar-se no som: experiências da diáspora nordestina no sul do Brasil. A pretensão é estudar as experiências de mulheres e homens de origem nordestina que vivem na região da Grande Florianópolis. Com o objetivo de conhecer a diversidade de formas de produção de corpos/sujeitos e a organização de coletivos por meio de artes performáticas que envolvem a música e a dança. Assim, são pesquisados os espaços de entretenimento e a participação em manifestações artístico-culturais associadas à cultura afro-brasileira por parte desses migrantes. Pensando estas migrações como mais um desdobramento da diáspora afro-brasileira, busca-se a compreensão do papel da música, da dança e de outras artes performáticas na sociabilidade de mulheres e homens nordestinos no novo contexto de vida. Observa-se que, apesar do preconceito que sofrem neste contexto, é por meio de práticas artístico-culturais que essas pessoas podem enfrentar a lógica imposta sobre seus corpos. Portanto, essas manifestações são entendidas como formas de resistência à imposição de padrões morais, políticos e subjetivos eurocêntricos. Palavras-chave: migrantes nordestinos; expressões culturais; música; dança.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481973_ARQUIVO_3f59fc0ff18ddf231354f2607ca33216.pdf

GT75: Sobre comer e viver na Amazônia: memórias, afetos e territorialidades

Esse GT pretende receber trabalhos e pesquisas que discutem a alimentação na Amazônia e que têm objetivos ancorados nas memórias e nos afetos dos territórios amazônicos. As discussões sobre alimentação têm reconhecido a comida e o ato de comer como marcador das identidades coletivas, comunicando, assim, vivências alimentares com conceitos de pertencimento e de afetividades a um território. Ainda pensando em territorialidade temos um fenômeno mais específico que dialoga com as memórias e com os afetos. Dois temas ligados que ancoram a territorialidade às memórias alimentares (de infância, de sabores, de temporalidade, de família,

de narrativas etc.) e também aos mais diversos afetos, os quais apontam para o alimento não apenas como nutriente do corpo, mas como ativador de relações interpessoais, de memórias e narrativas sobre um lugar e sobre a sua história.

Palavras chave: ALIMENTAÇÃO, AMAZÔNIA, TERRITORIALIDADES

Carlos Dias Júnior, Miguel Picanço

Apresentação Oral

Sabores, encontros e memórias que conectam diferentes tempos vividos em territórios amazônicos

Andréia Meinerz

Esta comunicação tem por objetivo entrelaçar memórias de parte da infância vivida em meio à floresta amazônica, em Rondônia, evocadas, recentemente, em visita ao Pará. Os quintais percorridos trazem a diversidade típica de quem vive da e na água/terra/floresta. Do quintal de minha infância, recordo os poucos pés de café, em meio a outras árvores, suficientes para abastecer a demanda familiar. O ritual abarcava acompanhar a floração e maturação dos frutos, colher, secar ao sol, descascar, torrar, bater no pilão, armazenar, ferver, adoçar, coar e beber. Era minha tarefa bater o café no pilão que consistia num grande tronco de madeira, deitado, com um buraco no meio, esculpido pelas habilidosas mãos de meu pai. No município, nome de árvore cobiçada pelos madeireiros da ocasião, Cerejeiras, viviam migrantes de várias regiões do país, que carregavam consigo além da esperança de vida nova, modos de se alimentar e acolher. Em frente a escolinha rural multisseriada, ponto de encontro e de festas comunitárias, havia a casa de vizinhos vindos de Minas Gerais, onde compunha o cenário um engenho puxado por bois e em uma das mangueiras do quintal, um bicho-preguiça, atração da criançada. Eles produziam caldo de cana que era fervido no fogão à lenha para coar o café de sabor inigualável. Hoje, aquele território é campo de pecuária e soja. As famílias venderam suas terras para os mais abastados e migraram novamente. O que era diversidade reduziu-se à monocultura que atravessa o chão e as mentes dos que a cultivam. O êxodo rural nos anos 80 nos levou do Sul ao Norte e a precariedade do acesso à saúde e à educação nos trouxe de volta para o sul. Da Amazônia, nos anos da infância, restaram lembranças, memórias que agora percebo como marcas de minha identidade, que afloraram junto às vivências nas Ilhas de Cameté, no Pará. Em meio aos ramais - trilhas que conectam as casas e as comunidades - encontro com castanheiras e igarapés. Eis que uma criança me conta sobre um bicho preguiça que havia sido recentemente abatido, que lágrimas escorriam de seus olhos e que ele era fofinho de abraçar. E, ao sabor do café fervido com bastante açúcar, entre tantas distâncias dos muitos mundos que existem no mundo amazônico, encontro o comum no lamento de humanos e mais que humanos, pela desflorestação que nos atinge a todes. E também formas

de resistência em manter vivo e ativo os modos de vida de comunidades tradicionais. É o caso da Dona Raimunda e família, que viajam mais de 30 km de ônibus para chegar à Feira Agroecológica local, com vários produtos, dentre eles o café com erva doce, uma especiaria. E assim, ao sabor do café, (re)encontro no modo de vida da população ribeirinha, elementos que atualizam memórias de minha infância Amazônica.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482481_ARQUIVO_c6c5279aae83c7b86ab6027329e074c8.pdf

Apresentação Oral

'Pâad Xaa' ou uma teoria dâw da história à luz do engajamento com as plantas

João Vitor Fontanelli Santos

Essa comunicação busca refletir sobre as formas engajamento do povo Dâw com o mundo vegetal em suas dimensões alimentares, históricas e políticas. Tal engajamento - e suas transformações - é elucidado pelas pessoas mais velhas desse coletivo através de sua história de migração. Ao longo da segunda metade do século XX, os Dâw experienciaram uma sucessão de (des)encontros com diferentes gentes humanas e não-humanas nas florestas interfluviais do noroeste da Amazônia brasileira, entre os rios Téa, Marié e Curicuriari, afluentes da margem direita do rio Negro em seu médio curso; até se estabelecerem em comunidade na década de 1980, nessa mesma margem de rio. Os eventos mito-históricos que se sucederam ao longo do percurso feito pelos antigos apresentam um profundo envolvimento dos Dâw com diferentes paisagens socioecológicas. Em meio a florestas densas de terra firme, pelos pequenos e grandes cursos d' água às campinaranas alagadas e às serras, os 'dâw tuuw' (caminhos dâw) acessam e atravessam varadouros, bosques de frutas, capoeiras, clareiras de roça, brejos incultos, cursos de rios e igarapés, sítios e comunidades de outras gentes. A história de migração dos Dâw é uma história sobre o engajamento com essas paisagens e seus viventes, fundamentais para a vida social do coletivo até os dias de hoje. As narrativas das pessoas dâw mais velhas são delineadas por percepções acerca da história que oscilam entre um tom de sofrimento transcorrido em diferentes momentos da migração - e motivado por diferentes razões - à fartura e vitalidade do modo de vida dos antepassados. Além disso, o engajamento recente dos Dâw com uma antiga capoeira em processo de tornar-se sítio, lugar recém-denominado 'Pâad Xaa', coloca para o coletivo ambas as percepções vividas no passado, isto é, as experiências traumáticas de exploração e fome assim como a sabedoria e afluência da floresta, apreendidas com os ancestrais. Para entender o sentido de 'Pâad Xaa' para o povo Dâw, assim como seu engajamento com o mundo vegetal - sobretudo no que tange à alimentação, à história e à política -, busca-se apresentar essa reflexão intercalando-a

com narrativas de uma anciã desse coletivo; pela qualidade e detalhes de sua fala e por ela dar o tom do pensamento e engajamento socioecológicos do povo Dâw.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661479082_ARQUIVO_4c7db641b698d0684a129821833ad7ab.pdf

Apresentação Oral

Sociabilidades, comensalidades e agenciamentos: uma análise da afinidade amazônica nas relações entre indígenas e não-indígenas

Marcos Flávio Portela Veras

Esta comunicação apresenta uma abordagem etnográfica que retrata sociabilidades mediadas por comensalidades entre indígenas e não-indígenas na Amazônia Central. Na recepção de turistas, o ato de convidar a comer juntos é muito valorizado nesta comunidade. A mesa posta no centro da palhoça é um convite a ser ‘de casa’, onde os afins são consanguinizados, cabendo aqui fazer referência a comensalidade de Fausto (1999) quando este analisa a questão da alimentação como forma da produção de parentes. Em outras palavras, para se referir ao convite para comer juntos e em seguida fazer parte de uma rede de trocas e alianças. Contudo, a posição de ‘de casa’ logo após a visita pode mudar para a de estranhos e ‘inimigos’ por não atenderem às expectativas dos indígenas de comprarem artesanatos e fazerem doações. Esse processo contínuo de mudança da posição que se ocupa, é um elemento constitutivo da afinidade potencial, princípio geral da teoria da afinidade (VIVEIROS DE CASTRO, 2013) onde o tema da guerra e predação estão sempre latentes.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661474287_ARQUIVO_34fbc3f6fe8cbef042d983d7f7e2ff6f.pdf

Apresentação Oral

Sobre a vida social do camapu nas territorialidades paraenses

Miguel Picanço

Este ensaio, que é de cunho etnográfico, se inscreve no campo da antropologia da alimentação e constitui-se em um recorte do projeto Comida Cabocla, o qual se propõe a estudar e descrever por meio de narrativas textuais e imagéticas as experiências de sociabilidades mediadas por comensalidades que contam sobre os modos de comer e viver dos sujeitos que povoam os territórios da Amazônia paraense. No contexto do referido projeto, o Camapu, que é um fruto, objeto deste trabalho, toma centralidade, conforme apontam os dados que foram

coletados por meio das redes sociais: facebook, instagram e whatsapp. Palavras-chave- Comida. Memória. Afeto

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661283956_ARQUIVO_01a2196b452dca2f75e48fd0e5c7741b.pdf

GT76: Sujeito e religiosidade: práticas, representações e experiências

No início do século XIX, Hegel inovou ao postular que toda consciência resulta de um processo de formação histórico-cultural, posição também assumida por Marx que, juntamente com Freud e Nietzsche, viria a assumir indelével influência na obra de Foucault. Uma das mais renomadas referências no debate acerca das relações entre o sujeito e o poder, o filósofo francês notabilizou-se ao elaborar uma perspectiva teórica invulgar na qual a noção de insubmissão da liberdade ocupa um lugar privilegiado. Partindo dessa perspectiva - sem, contudo, nos atermos a ela -, interessa-nos refletir sobre a relevância da religiosidade na produção de modos de ser/estar no mundo, enfocando, em especial, as práticas, representações e experiências que orientam as estratégias de luta empregadas por diferentes sujeitos para fazer frente às relações de poder que se lhes impõem nas múltiplas e variadas esferas da vida social. Em linhas gerais, o GT pretende constituir um espaço de diálogo e reflexão em torno de fenômenos como: ações rituais coletivas, controvérsias públicas, modos de engajamento disciplinar, mobilizações políticas etc., cuja análise servirá de subsídio a uma problematização mais ampla do papel desempenhado pela religiosidade na produção da consciência e, por conseguinte, na construção de sujeitos nas sociedades contemporâneas.

Palavras chave: Religiosidade; Construção de sujeitos

Bruno Bartel, Edilson Márcio A. Silva

Apresentação Oral

Adorem a Allah em suas casas: Cyber Islam e pandemia

Felipe Freitas de Souza, Isabella Macedo de Lucas

Este trabalho é uma derivação da investigação sobre a islamofobia em espaços virtuais, levando a dois movimentos dos pesquisadores: a observação não-participante das expressões islamofóbicas online e a vivência nas redes observando grupos islâmicos distintos e suas reações a diferentes eventos. Considerando que a pandemia de Covid-19 impactou na pesquisa e nos grupos observados, levando a reconfigurações dos espaços e dos tempos virtuais e de

seus usos, a comunidade muçulmana brasileira encontrou na virtualidade, por diferentes contingências decorrentes da pandemia, uma projeção de sua própria imagem e prática. Tal ocupação do espaço virtual levou ao surgimento de grupos de pesquisa e de ativismo, à exposição da identidade árabe-islâmica, à transmissão de rituais de ordens sufis, à criação de grupos de aplicativos de comunicação para compra e venda de produtos islâmicos e demais iniciativas para lidar com as restrições de aglomeração e com as intenções de agirem junto a outros muçulmanos. Frente à restrição de aglomeração de pessoas, por exemplo, circularam diferentes narrativas do Profeta Muhammad abordando desde os cuidados ao se lidar com uma peste, a higiene das pessoas muçulmanas, a modificação do "chamado para a oração" (adhan), que passaria a dizer "reze em suas casas" ao invés de "venha para a oração", bem como a utilização de plataformas de streaming para a transmissão de ritualísticas islâmicas tendo em vista a mitigação da contaminação - são exemplos que demonstram uma predisposição a adaptar-se às situações de adversidade que as fontes tradicionais da religião já relatavam no exemplo do Profeta e de seus companheiros. Buscando uma perspectiva teórico-metodológica que evidencie essas reorganizações nos espaços virtuais, frutos também da obediência à religião islâmica, este trabalho propõe descrever e analisar algumas dessas iniciativas, descrevendo movimentos da comunidade muçulmana em redes sociais. A proposta é mapear no Brasil um campo internacionalmente explorado por autores como Gary Bunt ("Hashtag Islam: How Cyber Islamic Environments are Transforming Religious Authority") e Robert Rozehnal ("Cyber-Sufis: Virtual Expressions of the American Muslim Experience") e que pode ser identificado como Cyber Islam brasileiro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481267_ARQUIVO_01c5ec028567f23c15b0078c9e5d98dd.pdf

Apresentação Oral

Representações identitárias da homossexualidade campinense

Francisco Jomário Pereira

Neste artigo, apresenta-se uma análise do processo de construção das representações da homossexualidade a partir da doutrina espírita brasileira e da percepção de homens gays praticantes do espiritismo, a partir de dados coletados entre os anos de 2016 e 2019 na cidade de Campina Grande na Paraíba. Os resultados apresentados foram frutos de análises realizadas inicialmente da obra de Allan Kardec, bem como de discursos e publicações de médiuns brasileiros contemporâneos, para então se alargar o debate, valendo-se de entrevistas com homens gays praticantes do espiritismo. Levou-se em consideração também a Análise do Discurso de linha francesa enquanto vertente teórico-metodológica. Observa-se que as representações apresentadas pelos interlocutores coadunam, em parte, com aquelas pensadas

pelos doutrinadores espíritas, mas existem resistências, mostrando que a subjetividade do indivíduo interfere e ajuda a ressignificar conceitos e práticas religiosas. Por meio deste trabalho, portanto, busca-se contribuir para o alargamento do debate em torno da sociologia da religião em interface com a sexualidade e, por fim, expandir o debate em torno do espiritismo brasileiro.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1656884498_ARQUIVO_60c8c0ae9041554ea1a7586a20f869d5.pdf

Apresentação Oral

Samba, feijoada e música gospel: Outras faces do Pentecostalismo, nas periferias fluminenses

Frederico Felipe Souza de Assis

O presente trabalho tem por objetivo investigar a relação entre religião, cultura, mídia e as (re) formulações do secular (Asad, 2003) a partir dos "ministérios" pentecostais e neopentecostais presentes nas periferias urbanas do Rio de Janeiro. Nas últimas décadas, com o crescimento do campo evangélico e a consequente intensificação de sua presença e agência nas periferias urbanas fluminenses, pesquisas sobre esta temática se tornaram cada vez mais relevantes para melhor compreender as especificidades deste campo religioso em expansão, bem como os efeitos deste fenômeno, nestes territórios. Para viabilizar tal proposta, pretendo analisar as interações do pentecostalismo com o samba, a partir da "Féjojada do Waguinho". Trata-se de uma roda de samba com feijoada, produzida por pentecostais, evento com a participação musical dos pagodeiros do Ministério 100% fé e do pastor e cantor de ' ' samba gospel' ' (categoria nativa), Waguinho. Realizado em Duque de Caxias, Baixada Fluminense, este evento nos permite investigar de que modo elementos da "cultura gospel" tem disputado, ocupado e reconfigurado subjetividades, corporeidades e sociabilidades nas periferias urbanas do Rio de Janeiro, e de que maneira as práticas sociais recorrentes nestas periferias também alteram os modos de vida pentecostais. Faz-se necessário, ainda, considerar a centralidade das mídias sociais e sua relevância para a materialidade da religião neste contexto. Para o desenvolvimento da análise deste material etnográfico, dialogo com a literatura sobre religião e mídia (Meyer, 2018); identidade e mediações culturais (Hall, 2003); música gospel (Cunha, 2007; Sant' Ana, 2014; Bandeira, 2017 e Guerreiro, 2018); música e as periferias urbanas (Oosterbaan, 2008); religiões afro brasileiras (Silva, 2005); laicidade e secularismo no Brasil (Asad, 2003, Montero, 2006; 2018 e Giumbelli, 2008); samba (Cabral, 1996; Moura 1995; 2004); samba e evangélicos (Oliveira Júnior e Cruz Júnior, 2020); Funk, pentecostalismo e periferias urbanas (Pereira, 2019 e Paz, 2018) e samba gospel (Machado, 2020). As conclusões iniciais desta pesquisa apontam para uma abordagem da

música gospel e, sobretudo, do "Samba Gospel" não apenas como prática proselitista ou apropriação indébita de uma determinada Cultura; ainda que isto possa ocorrer, em diversos níveis. Adoto a perspectiva de que, muito além de um mero artefato de entretenimento ou parte acessória nos ritos e experiências religiosas, a música gospel é, assim como o samba e o funk, parte integrante da vida nas margens da cidade; e uma poderosa formulação cultural para (re) mediar a dor, reencantar a vida e encarar a realidade.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661450360_ARQUIVO_aebbf9bbd4dbe4901575872273e45201.pdf

Apresentação Oral

Espaços LGBTI+ na Igreja Católica: o caso das "pastorais da diversidade sexual"

Jeferson Batista da Silva

A questão central deste trabalho é refletir sobre a criação, nos anos de 2016 e 2017, das chamadas "pastorais da diversidade sexual" na Arquidiocese de Belo Horizonte (BH) e na Diocese de Nova Iguaçu (RJ), espaços institucionalizados no interior da Igreja Católica Romana no Brasil formados por pessoas LGBTI+ católicas, aliadas e familiares. Estas iniciativas se forjam contraponto certo senso comum nos cristianismos e em outros espaços de que dissidências da norma binária cis-heterossexual são incompatíveis e inconciliáveis com uma pertença religiosa, sobretudo a cristã. Assim, lança-se um olhar para os processos que permitiram o surgimento dessas iniciativas inéditas no contexto brasileiro e mapeia-se controvérsias envolvendo tais empreendimentos pastorais por partes de grupos "conversadores" ligados ao catolicismo que utilizam diversas categorias de acusação contra sacerdotes, religiosas(os) e pessoas leigas fundadoras das já mencionadas pastorais. Para tanto, este trabalho adota uma abordagem etnográfica, que inclui participação em eventos diversos, entrevistas e análises de documentos e outros materiais, incluindo incursões de campo em Nova Iguaçu (RJ), Belo Horizonte (BH), São Paulo (SP), Campinas (SP) e Brasília (DF), entre os anos de 2016 e 2020. Com isso, é possível demonstrar que os chamados "católicos LGBTI+" enfrentam a oposição de religiosos e não religiosos em diferentes frentes. Atores que exercem um ativismo contra a diversidade sexual e de gênero e contra a diversidade religiosa e, diversas vezes, são classificados genericamente pelos ativistas desta pesquisa como "conversadores". Tais "conservadores" podem ser atores tradicionalistas ou carismáticos e, em alguns casos, até mesmo outros homossexuais católicos ligados a grupos que pregam a castidade celibatária. Contudo, essa oposição parece não impedir o crescimento de grupos católicos LGBTI+ mais ou menos institucionalizados pelo Brasil. Todo este processo se faz dentro de transformações mais amplas e estruturais de sentidos e tensões em torno de direitos e sujeitos de direitos, que vão além dos muros do catolicismo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/33rba_870_51206173_530025.pdf

Apresentação Oral

O Parque das Dunas do Abaeté e o "Monte Santo Deus Proverá": dimensões do conflito entre neopentecostais e afroreligiosos em Salvador/BA

Lidia Bradymir

Em março de 2022, o povo de santo de Salvador foi surpreendido com a aprovação do projeto de urbanização das Dunas do Abaeté - região turística e de grande importância cultural de Salvador - pela Câmara Municipal de Salvador. A urbanização dessa região, reivindicação de grupos neopentecostais que realizam cultos no local, causou revolta pela falta de diálogo com os candomblés que também atuam tradicionalmente naquela região da cidade. Além disso, estava em debate um projeto proposto pelo vereador Isnard Araújo, que reivindicava que na duna onde ocorrem os cultos evangélicos fosse posta a placa que a nomeava como "Monte Santo Deus Proverá". Ao circular nas redes sociais o vídeo do Apóstolo Roque Soares - presidente do Restaura Verde, projeto da comunidade evangélica que promove a preservação das dunas -, já com a placa nomeando o território como "Monte Santo", lideranças afro-religiosas convocaram manifestações que contaram com apoio de ambientalistas e movimentos indígenas. Como resultado das reivindicações, a placa com nome de "Monte Santo" foi removida e o projeto do vereador foi revogado. Contudo, até o momento continuam as mobilizações contra as obras de urbanização, que não foram paralisadas. Nessa comunicação, tomo o conflito religioso envolvendo as Dunas do Abaeté como base para aprofundar as dimensões do conflito entre neopentecostais e afroreligiosos na cidade, que vem sendo conceituado como "racismo religioso", distanciando-se do uso mais difundido do conceito de "intolerância". Essa controvérsia traduz a dimensão atual que manifesta o conflito entre afroreligiosos e pentecostais no espaço público de Salvador - objeto de minha dissertação de mestrado - em que se entrecruzam disputas territoriais e símbolos patrimonializados. Em relação ao território, as pesquisas ressaltam a dimensão pública dos rituais das religiões afro-brasileiras na cidade e a forma pela qual os neopentecostais reivindicam presença no espaço público. Já com relação aos símbolos culturais patrimonializados, pesquisadores apontam para o processo de construção ideológica da "identidade" baiana por meio da presença dos símbolos afroreligiosos.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661484106_ARQUIVO_40be45754031556e2410ccad47f88550.pdf

Apresentação Oral

Elas afirmam: há uma mesa no reino dos céus para nós! Reflexões sobre aproximações entre as saficrentes e teologias feministas e queer.

Louise Tavares Oliveira

Resumo O grupo online no WhatsApp, com nome Igreja Vale das Bênçãos, é um espaço onde mulheres sáficas buscam trocar experiências e promover webcultos. As saficrentes, como se denominam, buscam defender uma fé afirmativa da diversidade, uma maneira de elaborar a religiosidade de um modo não tradicional. Ou seja, aparecem em um quadro em que as representações e o discurso se mostram por uma outra perspectiva. Por meio da observação do grupo é possível defender que os elementos da teologia feminista e queer estão em proximidade com o que grupo faz. Diante disso, este trabalho tem por intuito discutir como as categorias elaboradoras pelas saficrentes se relacionam com a teologia queer e feminista produzidas por Odja Barros Santos e Ana Ester, no sentido de notar como o campo religião, fé, sexualidade e gênero estão se manifestando no presente. Portanto, esse trabalho busca investigar essas possibilidades de religiosidade que aparece de forma marginal, que parece ser múltipla no sentido de produzir um novo sentido sobre o cristianismo, que se diz libertador e subversivo. Desse modo, é importe salientar que na tradição ocidental a sexualidade e a política seriam terrenos movediços, com zonas de exclusão, portanto um território disputado, sexo é político (Rubin, 2017). Portanto, é importante notar a oposição que a IVB e essas teologias fazem aos sistemas de exclusão e opressão. Principalmente frente à onda de conservadorismo entre cristãos e evangélicos, sobretudo em alinhamento com grupos fascistas. Existe um questionamento colocado pelas saficrentes sobre o aspecto moral da religião, onde elas se situam, por quais estratégias discursivas é possível afirmar posições, e se diferenciar dos campos conservadores. Percebe-se que esses pensamentos e a IVB se situa numa fronteira, então dizer e experienciar todos esses aspectos da fé afirmativa se constitui com uma estratégia política. Palavras-chave: Saficrente. Queer. Feminismo. Religião

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1654650300_ARQUIVO_45f93f21c0ea05bd500d734d7f874beb.docx

Apresentação Oral

**SUBJETIVIDADE E AGÊNCIA ENTRE MULHERES EVANGÉLICAS -
Considerações breves sobre sexualidade e gênero sob a perspectiva religiosa.**

Magnólia Oliveira de Almeida Santos

Resumo: este trabalho pretende abordar os atravessamentos entre sexualidade e religião, relações/conflito de gênero e poder na construção da subjetividade das mulheres no âmbito religioso, sua teia de afinidades e contrastes, os reflexos sociais e as condutas através da análise de dois casos - o consumo de sextoys por evangélicas num bairro da periferia

fluminense e a busca pela afirmação da autoridade pastoral feminina a partir das estratégias utilizadas pela esposa de um pastor - considerando moralidade e reputação como fio condutor. Palavras-chave: sexualidade - religião - moralidade

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1660344116_ARQUIVO_e6b72c23c05ff2770be9e55feb5d7d3a.pdf

Apresentação Oral

Os agentes de 'literacia' no Candomblé: contra o risco de as tradições de conhecimento religioso virem a "tornar-se nada"

Tânia de Souza Fernandes

O trabalho apresentado pretende apontar o quanto o protagonismo de determinados personagens que tenho denominado "agentes de literacia" (VIANNA, 1999), organizados num movimento político-religioso (ASAD, 1996), têm contribuído, ao longo das décadas, para a construção e sedimentação das "tradições de conhecimento" (BARTH, 2002) cultivadas pelas Casas de Candomblé, inclusive aquelas que se estabeleceram no Rio de Janeiro e que se consideram ligadas a suas 'matrizes' fundadas na Bahia, Pernambuco e Maranhão. Sujeitos sociais considerados como grandes sábios/sábias sempre desempenharam um papel resguardador e disseminador de conhecimentos absolutamente necessários para a continuidade religiosa do Candomblé (MATORY, 1999; CASTILLO, 2012). Isto foi assim num passado mais ou menos recente, onde a fixação desses saberes para se tornarem acessíveis aos contemporâneos e às gerações futuras tinha como mídias principais a memória dos seres humanos mais idosos e sua oralidade (BARTH, 1995) seja após o advento e proliferação dos suportes e mídias digitais, que têm sido utilizados pelos agentes de literacia da atualidade (FERNANDES, 2020). Em cada contexto e momento histórico estes agentes têm articulado modos de intervenção que carregam intencionalidades específicas junto aos iniciados do Candomblé. A partir de minhas interlocuções de pesquisa com candomblecistas do Rio de Janeiro, entre 2018/2020, argumento que os agentes de literacia com quem tenho dialogado em campo protagonizam um projeto interventor junto ao "povo de santo" que objetiva influenciar os seus "modos de ser", vislumbrando que os iniciados do Candomblé se tornem cada mais capacitados para lutar contra o racismo religioso nas arenas públicas e para conquistar maior respeitabilidade social e espaço de representação política. As transformações pretendidas configuram, segundo os pesquisados, "O Candomblé do futuro". E, desta forma, serem capazes de impedir que suas tradições de conhecimento religioso venham a "tornar-se nada" (BARTH, 1995). Palavras-chave: Candomblé. Movimento político-religioso. Agentes de literacia. Tradições de conhecimento. Mídias.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661458026_ARQUIVO_518bb50edbc8deab3051fa4d56acd65.pdf

GT77: Técnica, emoção e poder: uma abordagem processual

O presente GT busca reunir trabalhos que enfoquem os processos sociotécnicos, levando em consideração fatores emocionais e consequentes relações de poder que emergem em seu seio. O intuito é de considerar estes fatores emocionais, bem como aqueles sociais e simbólicos, como sendo constitutivos destes processos, buscando-se assim evitar a produção de análises dicotômicas, principalmente aquelas oriundas da estéril oposição Natureza/Cultura. Nestes termos, em uma ótica processual, considerando as relações e as interações entre humanos e não humanos, interessa-nos compreender como estados emocionais (confiança, medo, coragem, ira, tristeza, alegria, vergonha etc.) contribuem (e ao mesmo tempo são gerados) na definição de ritmos, gestos técnicos, cadeias operatórias, bem como na formação de habilidades e aptidões, permitindo a geração de status sociotécnicos, relações de força, manifestação de intencionalidades e produção de simetrias e assimetrias relacionais (cooperação, competição, dominação, controle, resistência). A partir destes pressupostos, busca-se apreender construções identitárias, dinâmicas territoriais, aproximação e distanciamento socioespaciais, traçando ontogêneses de objetos técnicos, configurações sociotécnicas, moralidades e tradições de conhecimento. Serão privilegiados trabalhos que apresentem resultados de pesquisa etnográfica nos mais diversos contextos das práticas sociotécnicas, tanto em espaços urbanos quanto rurais.

Palavras chave: Técnica; Emoção; Poder

Fabio Mura, Jesus Marmanillo

Apresentação Oral

Graças a Deus e fé no time: etnografando culturas morais-emotivas marginais e corporalidades estigmatizadas na Praça do Nova Vida, em Mossoró/RN

Ângelo Gabriel Medeiros de Fre, Raoni Borges Barbosa

O presente trabalho tem como proposição o estudo etnográfico do Lugar Público da Praça do Nova Vida, em Mossoró/RN, objetivando os usos cotidianos que se apropriam daquela região moral. Destaca, assim, performances de lazer e esporte de corporalidades estigmatizadas que ritualizam fé e momentos de sacralidade no contexto moral-emotivo marginalizado. O artigo enfatiza reflexões antropológicas sobre a observação das partidas de futebol amador ocorridas

no Campo O Luizão durante a realização do Campeonato organizado pela Liga Mossoró, em 2019, e do Campeonato Aberto Nova Vida, em 2021. Problematisa, nesse sentido, as técnicas corporais dos jogadores e torcedores dentro e fora do campo, bem como as ritualizações pré-jogo de masculinidades viris e guerreiras; as moralidades cristãs populares e neopentecostais acionadas para a construção da pertença; e os afetos marginalizados e estigmatizados performatizados em orgulho e fé no time e domínio do lugar. As emoções construídas pelos torcedores e jogadores, - a partir de encontros e desencontros, apresentações de papéis e fachadas dentro de um encaixe interacional do cotidiano da praça, - são problematizadas desde a expressão técnico-corporal e dos idiomas morais que assumem. Desde 2019 vêm se realizando uma etnografia junto aos personagens que compõem a Praça do Nova Vida, sendo possível observar atividades que, - apesar das diferentes moralidades, afetos, tecnicidades, ritualidades e sacralidades envolvidas, - compartilham e disputam o mesmo espaço físico. Essas atividades organizam a distribuição espacial e simbólica dos usuários na praça, cuja teia social é interpretada com base na observação do cotidiano da praça, em etnografia virtual e mediante a construção de um banco de imagens do etnógrafo e de outras agências que fotografam as atividades da praça.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661467304_ARQUIVO_6309789afe8ad8eca9663c53fa6efb45.pdf

Apresentação Oral

¿Cómo nos cuidamos entre todes? La construcción de conocimientos fundamentales para la incorporación y permanencia de los participantes de la Cooperativa Esquina Libertad

Camila Pérez

Durante el año 2021 realicé trabajo de campo en una cooperativa de trabajo integrada por familiares de detenidos y personas liberadas de instituciones penitenciarias. Esta organización comenzó a pensarse en el año 2010 a partir de un taller de periodismo radial en una cárcel ubicada en la Ciudad de Buenos Aires. En el 2021 la Cooperativa contaba con cinco áreas productivas: serigrafía, encuadernación, diseño, comunicación y cultura y con cuatro asesorías: salud, género, legales y niñeces. Es sabido que las cárceles funcionan como campos de exterminio y que en el momento de salir muchas veces se profundiza el abandono del Estado. Esto se debe a la ausencia de políticas públicas y a las exigencias punitivas de determinados organismos que solo controlan que las personas no se fuguen en lugar de realizar un acompañamiento integral. En las diversas narrativas de las personas liberadas emergen múltiples emociones asociadas a las violencias del sistema carcelario además de la desesperación por conseguir un lugar dónde vivir y un trabajo que les permita mantenerse.

Por los efectos extendidos del encierro, aun cuando la cooperativa parece ser una opción capaz de brindar un acompañamiento integral, para muchas de las personas liberadas es muy difícil permanecer. En esta ponencia me interesa reconstruir distintos conocimientos y estrategias que en la trayectoria de la cooperativa lograron sistematizarse para poder acompañar y cuidar a las personas que salen de la cárcel y recuperan su libertad, a les familiares de las personas detenidas y a les cooperativistas que sostienen el proyecto desde hace varios años.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661481534_ARQUIVO_8ec14c19ec25dcb382e12f9088f79acb.pdf

Apresentação Oral

TRABALHO DE ARTESANATO INDÍGENA GUAJAJARA: repertório de resistências e transformações no contexto urbano de Imperatriz-MA

Clayton Marinho dos Santos

O presente texto visa analisar os modos como os indígenas Tenetehára/Guajajara, que ocupam uma área do Parque Amazonas na periferia da cidade de Imperatriz-MA, em relação a prática de produção de artesanato. De modo mais específico, explicar como as diferenças contextuais urbanas possibilitam determinados tipos de habilidades (INGOLD, 2015), ritmos e estéticas (GOURHAN, 2002) que se acomodam em um contexto sócio-ecológico-territorial (MURA, 2006). Para tanto, nos valem de uma proposta metodológica de cunho etnográfico através de registros fotográficos e relatos de interlocutores, observando como a aquisição de objetos, o emprego das técnicas de uso e produção de artesanato por aquele grupo podem ser vistas como ações políticas, e por consequência atos transformadores que permitem uma mudança na dinâmica dos relacionamentos nesta fronteira interétnica (BARTH, 2011).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661008298_ARQUIVO_43daaec5ca8d90608ecdcc3cb2a488c.pdf

Apresentação Oral

Antropologia da Técnica e rituais no Candomblé

Diego Vartuli Cavanellas

O Candomblé possui cosmologias distintas dependente da nação (Angola, Ketu, Jeje, Nagô Ebá e outras variações) que determina o culto a seres ancestrais divinizados (Nkisis, Orixás, Voduns) portadores da técnica e do controle sobre a natureza e dos materiais que a própria natureza fornece. Porém, a relação do emprego da técnica e da transformação dos materiais é perpassada por esses ancestrais divinizados e é um fato em comum nas nações do candomblé

e em seus rituais. Por meio da oralidade, é transmitida a utilização religiosa, tecnológica e ritualística desses materiais. O candomblé da nação Ketu, em pluralidade atual de culto, é o responsável pelo culto aos Orixás e disseminado no Brasil por povos étnico-linguístico Iorubá oriundos da África ocidental, principalmente da atual Nigéria. Esses povos foram escravizados e utilizados como mão de obra centrípeta da economia mercantilista escravista. Através do "itan", narrativas cosmológicas iorubás transmitidas pela oralidade, os objetivos desta pesquisa são explorar, descrever e explicar a relação entre a cosmovisão iorubá a partir da metodologia da antropologia da técnica, enfatizando o recorte do ritual de ipadê que tem como um dos propósitos invocar o Orixá Exú (Èṣù em iorubá).

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1659229166_ARQUIVO_0a59c99fe1ec88e9dafbfb841d8d3a2c.pdf

Apresentação Oral

Técnica e tradição de conhecimento: Uma abordagem sobre a capoeira angola.

Luís Felipe Cardoso Mont'mor

Este trabalho objetiva abordar a capoeira angola a partir da antropologia da técnica e como uma tradição de conhecimento. Tal tradição é uma luta que surge no Brasil através do tráfico negreiro, para onde milhares de africanos foram trazidos, na condição de escravos. Com isso busco, a princípio, apresentar algumas noções da antropologia da técnica através de teóricos que a introduzem, como Marcel Mauss e seu discípulo Leroi-Gourhan, articulando posteriormente com a tradição de conhecimento e os modos de sua transação - conforme Barth propõe. Procuo, além disso, tentar especificar as características gerais que configuram tecnicamente a capoeira angola. Ela aparece com uma personalidade étnica, uma estética funcional e figurativa e sentido político específico; segundo Leroi-Gourhan, quanto aos gestos e produtos técnicos, que pretendo narrar, no caso específico, experiencialmente. Com isso as autoetnografias e etnografias dos treinamentos, pensando na formação das técnicas do corpo, são locus importantes para a observação em que se forma a estética da capoeira angola. Portanto, o trabalho relacionando a antropologia da técnica com a antropologia do conhecimento, procura oferecer elementos analíticos que permitam uma maior profundidade na compreensão da formação da manifestação da capoeira angola. Palavras-chave: Técnica; Capoeira angola; Tradição de conhecimento.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661427855_ARQUIVO_0ee3117fc024cf6f6d250ca141d90fe3.pdf

Apresentação Oral

Técnicas, emoções e panemice nas relações de pesca de pirarucu em uma comunidade amazônica (Ipiranga, Prainha-PA)

Myrian Sá Leitão Barboza, Roberta Sá Leitão Barboza, Gerlan Silva Da Gama

A pesca de pirarucu (*Arapaima gigas*) representa uma importante fonte de renda para muitas comunidades amazônicas e requer complexidade de saberes e de técnicas, e habilidade corporal para o sucesso na captura do animal. Além disso, na comunidade Ipiranga do município de Prainha, oeste do Pará, há um repertório de medidas de proteção simbólicas para evitar ou curar a panemice. A categoria panema é utilizada para descrever os episódios de insucesso na pesca, quando o pescador não consegue capturar peixes em subsequentes atividades de pescaria. A panemice também provoca estado de preguiça ao pescador que costuma apresentar comportamento de fadiga, sonolência e indisposição, e assim diminui o ritmo de suas atividades. A prevenção do estado de panemice é realizada por meio de cuidados com os apetrechos de pesca que são organizados em uma canoa que passará por um processo de proteção. Já a cura do estado de panemice envolve técnicas de preparos terapêuticos com uso de plantas medicinais em banhos especiais no pescador. Também existe o ritual secreto, denominado localmente de judiaria, para o repasse da "felicidade" de um pescador exitoso ao outro sem "felicidade", mal sucedido nas pescarias. Assim, o pescador que realiza judiaria obterá sucesso nas pescarias, causando, no entanto, panemice a quem perdeu a "felicidade". A judiaria é realizada através da defumação de escamas do pirarucu sobre objetos de pesca e o corpo do pescador que pretende melhorar seu desempenho na captura pesqueira. O procedimento de judiaria é realizado de forma sigilosa, envolvendo apenas o núcleo familiar, pois a troca do estado de panemice pode provocar sentimentos de raiva e desconfiança a quem recebeu. Todavia, apesar das suspeitas existentes acerca dos causadores da judiaria, com grande difusão da informação nos bastidores da comunidade, não ocorre enfrentamento direto, o que provocaria constrangimento. Nesse grupo de trabalho, iremos abordar os sentimentos - preguiça, "felicidade" (sorte), injúria e inveja - relacionados à proteção e à cura que abarcam o repertório de técnicas contra a panemice nas pescarias de pirarucu. Inspirados em Marcel Mauss, nossa pesquisa discute os processos técnicos e seus efeitos na moralidade local e na produção de assimetrias relacionais, como a competição, entre pescadores de pirarucu da comunidade de Ipiranga.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661470078_ARQUIVO_d212207b049db58ba80b463701c2852f.pdf

GT78: Visualidades Indígenas

Esta proposta retoma a experiência dos GTs Visualidades Indígenas realizados nas RBA"s de 2016 e 2018, visando reunir pesquisas recentes que analisem as produções audiovisuais feitas por povos indígenas ou sobre eles. O escopo das investigações a serem apresentadas deve agregar reflexões sobre as concepções de imagem do ponto de vista das cosmologias de distintos povos indígenas, mas também reflexões sobre a apropriação das técnicas de produção de imagens, análises de processos de socialização da linguagem do cinema e do vídeo por meio de oficinas e seus paradoxos e experiências correlatas. O objetivo das sessões será analisar as novas visualidades que se colocam para dentro e para fora dos grupos indígenas, o protagonismo dos jovens indígenas na produção de discursos audiovisuais a partir de dentro das lógicas culturais; relações entre imagem e xamanismo; circulação de pontos de vista indígena e sua recepção acadêmica, apropriação do audiovisual em processos de transmissão de conhecimento, seus limites e possibilidades. Os temas gerais que serão acolhidos no GT tratam de comunicação intercultural, relações entre imagem e política, questões de autoria, tecnologias nativas do tornar visível, jovens indígenas e apropriação das técnicas do vídeo, transmissão oral e o audiovisual.

Palavras chave: Cinema Indígena; Ponto de vista; Imagens e Política.

Ana Lúcia Ferraz, Edgar Teodoro da Cunha

Apresentação Oral

Imagens da terra - práticas de conhecimento na licenciatura indígena

Amilton Pelegrino de Mattos

Esta apresentação busca refletir e problematizar os regimes de visualidade envolvidos nos processos de escrita das pesquisas de acadêmicos de uma licenciatura indígena. Trata-se da licenciatura indígena da Ufac-Floresta, sediada em Cruzeiro do Sul, Acre, em que venho atuando como docente, com orientação de pesquisas, e pesquisador desde 2008, quando o curso iniciou suas atividades. Pretendo tratar de experiências fílmicas convencionais realizadas em colaboração com os pesquisadores do curso, tais como os filmes *O espírito da floresta* (2012) e *O sonho do nixi pae* (2015), bem como o projeto *A fala da terra* (2017), mas também pensar o audiovisual em outros termos, a partir da relação de coplanaridade com outros regimes de imagem e conhecimento. Desse modo, momento exemplar de coplanaridade entre regimes de conhecimento-imagem a ser considerado nesse processo é a colaboração com o pesquisador Ibã Huni Kuin que se iniciou em 2009 com a realização de vídeo-cantos como forma de escrita para sua pesquisa dos cantos de ayahuasca de seu povo. Nessa experimentação dois regimes de imagens e conhecimento são colocados em relação. Ibã define tais cantos de seu povo como a "língua da jiboia", termo fundamental para que, alguns anos depois, os acadêmicos dessa licenciatura elaborem a noção de "fala da terra", segundo

exemplo de coplanaridade que aqui servirá de referência. "Fala da terra" consiste no esforço dos acadêmicos e de suas comunidades em elaborar uma concepção de linguagem baseada em suas práticas de conhecimento visando problematizar, a partir de tal concepção, além do projeto de curso dessa licenciatura indígena e suas práticas de pesquisa acadêmica, a própria concepção moderna de linguagem vigente na instituição. A noção de "fala da terra" tem conduzido nossas experimentações em torno das possibilidades de escrita de tais pesquisas. A partir de então, outras práticas adotadas podem ser consideradas como tecnologias de produção de imagens e corpos sensíveis. Essas tecnologias resultam da combinação de práticas acadêmicas e saberes indígenas, articulando, por meio da pesquisa, entrevistas/encontros, oficinas, filmes, com relações de parentesco, rituais, a ayahuasca e a terra (floresta). Nessa problematização dos regimes de conhecimento e linguagem que se confrontam em uma licenciatura indígena, tem nos interessado, portanto, debater a questão dos diferentes "regimes de terra" e sua articulação com os regime de linguagem, "regimes de terra-linguagem". Com "regimes de terra" me refiro principalmente ao contraste entre os modos como os distintos regimes de conhecimento e de linguagens em jogo nas pesquisas desses acadêmicos, no caso o contraste entre modernos e indígenas, concebem a terra.

Trabalho completo:

https://www.abant.org.br/files/1661482450_ARQUIVO_064a09e85ebb77bfccc8a2bef96d0721.docx

Apresentação Oral**"Nossa palavra é bem mais que turística": um sobrevoo pelas narrativas dos vídeos do Coletivo de cinema Mbya-Guarani**

Karina Lilith Moreira Sanchez

Este texto pretende compreender as narrativas dos vídeos do Coletivo de cinema Mbya da aldeia Tekoa Ko"enju, que tem como intenção ressignificar o passado missioneiro, trazendo à tona a performance do cotidiano que implica o Nhande reko (modo de ser guarani). O trabalho busca analisar os discursos, ora pela enfática relação com o passado missioneiro, ora pela transmissão de conhecimentos (por meio da oralidade) que se referem ao Nhande reko. Nesse sentido, uma maneira de compreender a relação entre os guaranis e as missões pode ser delineada pela constituição autoritária e escravocrata do contexto colonial, o qual, todavia, reverbera na atual região das Missões. Segundo Jesus (2015), a maneira como o passado guarani é representado em São Miguel das Missões, por meio dos comportamentos dos turistas, do Movimento Tradicional Gaúcho (MTG) e até mesmo dos moradores do município, denota uma obliteração dos Mbya contemporâneos. Desse modo, a produção do coletivo Mbya-Guarani de cinema/VNA concebe uma inserção que mostra a sua interpretação da história, dialogando com representações não-indígenas e com as diversas apropriações que se

fazem da identidade Guarani. A produção é uma maneira de circular informações sobre cosmologia, sobre relações com Estados Nacionais e com sociedade jurua (não-indígena). Esta é desenvolvida pela ONG Vídeo nas Aldeia (Vna) junto ao Coletivo Mbya-Guarani de cinema. Os Coletivos Indígenas são estruturados a partir das oficinas exercidas pela ONG Vídeo nas Aldeia e integrados por criadores indígenas, que recebem da Vna assistência financeira e técnica para as produções audiovisuais.

Apresentação Oral

Dialogando com Marcelo Tingüi: "O Audiovisual é uma Ferramenta de Resistência e Existência."

Marcelo de Campos, Sílvia Aguiar Carneiro Martins

Dialogando com Marcelo Tingüi: "...o audiovisual é uma ferramenta de resistência e existência" Marcelo Tingüi e Silvia A. C. Martins No evento realizado dentro da disciplina Práticas de Extensão em Ciências Sociais (<https://www.youtube.com/watch?v=ElcjN5cEiQI>), Marcelo Tingüi se apresenta como cineasta indígena. O objetivo aqui é dar continuidade a esse diálogo, aprofundando dados da sua experiência de inserção nesse campo de estudo e uso do audiovisual enquanto "ferramenta de luta", "de produção etnográfica" que dá "visibilidade às práticas tradicionais dos povos." Assim, é um espaço aberto para conhecermos melhor sua trajetória contada por ele mesmo, destacando suas realizações, como por exemplo: o Coletivo Tingüi Filmes (<https://www.youtube.com/channel/UCDAN8VYTX5ry5vqNqDRG94Q>); a criação da plataforma Narrativas Indígenas do Nordeste (<https://narrativasindigenas.ensp.fiocruz.br/quem-somos/>) que é uma rede audiovisual indígena; suas experiências de expansão de conhecimento do audiovisual através de oficinas realizadas em áreas indígenas (como entre os Mundurucu-AM); filme realizado sobre Maninha Xucuru-Kariri com o cineasta Celso Brandão e historiador Aldemir Barros. É, portanto, um artigo escrito em coautoria, mas que o protagonista principal é o próprio Marcelo Tingüi que nos apresenta sua trajetória e experiência de vida em que o audiovisual é ferramenta fundamental de articulação e expressão política entre povos indígenas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/726_50688136_998028.pdf

Mesas Redondas

MR01: 150 anos de Marcel Mauss: uma obra em constante desdobramento

Em 2022, comemora-se um século e meio de nascimento de Marcel Mauss. Aproveitando a efeméride, esta mesa pretende explorar algumas possibilidades de desdobramento de sua obra, quanto à questão das técnicas, da religião, e da relação entre pessoas e coisas. E também, considerar como sua forma de trabalhar e de articular vida acadêmica e participação pública podem ser inspiradoras. Se Mauss é apresentado em muitos manuais de Antropologia de forma sucinta, como o "pai da etnologia francesa", ou o autor de "O ensaio sobre a dádiva", sabe-se que seu impacto no desenvolvimento da Antropologia foi muito mais amplo, tanto quanto ao conteúdo e forma de seus textos, como quanto à sua maneira - coletiva e experimental - de processar o conhecimento. A amplitude de interesses acionados em seus trabalhos, bem como o caráter programático de muitos deles, têm permitido que diferentes gerações de pesquisadoras e pesquisadores os revisitem, produzindo novos conhecimentos. Assim, a mesa assume o duplo registro de homenagem e de demonstração da vitalidade da obra maussiana. E, ao reconhecer sua capacidade "gerativa", pretende também formular uma possível resposta quanto ao lugar dos clássicos na formação antropológica atual.

Palavras chave: Marcel Mauss; teoria antropológica; antropologia francesa

Coordenação: Renata Menezes (UFRJ)

Participantes: Carlos Sautchuk (UnB), Daniel Bitter (UFF), Oberta Campos (UFPE), Renata Menezes (UFRJ)

Apresentação Oral

As montagens antropológicas do ateliê de Marcel Mauss: modos de produzir conhecimento e maneiras de estar no mundo

Renata Menezes

Em minha intervenção, pretendo seguir pistas abertas por autores como Roberto Cardoso de Oliveira, Camille Tarot, Keith Hart, David Graeber e Jean-François Bert, que consideram que as contribuições de Marcel Mauss à Antropologia não estão apenas no conteúdo de seus textos, mas em sua forma de processar o conhecimento. Se as dimensões "abertas" de sua obra - programáticas, fragmentárias, experimentais - serviram de ponto de partida ou de inflexão em várias linhas de pesquisa e debates antropológicos ao longo da história da disciplina, seu

modo de produzir também pode ser inspirador. Assim, procurarei destacar algumas características de seu modo de fazer antropologia, explorando a ideia de "ateliê" de Mauss, inicialmente proposta por Bert (2012), em todos os seus sentidos dicionarizados: como local de trabalho de artista ou de quem trabalha em seu nome; como local de trabalho de artesão ou operário; e como aula ou curso prático sobre uma atividade ou um assunto específico. É, portanto, como uma combinação singular entre arte, artesanato e experiência didática aplicada à realidade instável e crítica que pretendo apresentar a Antropologia de Marcel Mauss.

Palavras chave: .

MR02: A colonialidade da escrita: Antropologias não textuais na América Latina

A introdução das tecnologias da informática e da comunicação tanto na prática de pesquisa antropológica quanto na divulgação de suas produções para além dos muros acadêmicos tem possibilitado refletir acerca da presença das novas narrativas imagéticas. A participação dos grupos e o horizonte de uma antropologia compartilhada colocou em xeque o estatuto da representação etnográfica e de seus efeitos na formação do campo da produção antropológica de conhecimento. A mesa A colonialidade da escrita: Antropologias não textuais na América Latina propõe-se contribuir para o debate em torno das narrativas antropológicas que conformam a tradição da pesquisa antropológica ao problematizar as políticas da escrita contidas no espaço livresco que o configuraram classicamente como lugar de realização da obra etnográfica. A mesa A colonialidade da escrita: Antropologias não textuais na América Latina, procura analisar as contribuições da produção audiovisual e da imagem à inovação de "micropráticas" discursivas que vem configurando a matriz disciplinar da Antropologia Visual nas Américas.

Palavras chave: Antropologia visual; Antropologia latino-americana; crítica decolonial

Coordenação: Gabriel O. Alvarez (UFG)

Debatedor/a: Iván Gerardo Deance Bravo (UIEP),

Participantes: Gisela Cánepa K. (Pontificia Universidad Católica del Perú), Mauricio Sánchez-Álvarez (CIESAS), Gabriel O. Alvarez (UFG)

Apresentação Oral

Antropologia Plurimodal

Gabriel O. Alvarez

A antropologia, assim como outras tradições se renova num processo de constante interpelação. Entre as interpelações que atualizaram a antropologia discutimos: a virada reflexiva; a antropologia visual compartilhada; a crítica decolonial; as performances culturais e as propostas de antropologia multimodal. Como resultado deste processo, enxergamos uma etnografia mais próxima da arte que da ciência positivista; uma etnografia que se desloca da descrição para formas dramáticas, performances; produtos multimídia que transcendem canais tradicionais de distribuição e legitimação acadêmica; a inclusão de novos atores como parceiros e autores da narrativa antropológica. Uma antropologia plural na modalidade de apresentar a etnografia e plural na autoria participativa e nos canais de distribuição.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

Texto, imagen y sonido en la Antropología Visual peruana

Gisela Cánepa K.

La antropología visual en el Perú inicia su institucionalización disciplinar como subcampo de la antropología, a partir de la creación, en el 2009, del programa de Maestría en Antropología Visual (MAV) en la PUCP. En parte debido a los formatos de tesis de la curricula y por la conformación interdisciplinar de su alumnado, el programa ha contribuido a reflexionar sobre las posibilidades que la producción documental y multimedial ofrecen para innovar la práctica etnográfica, tanto en su dimensión metodológica como en la comunicación de los hallazgos de la investigación de campo. A partir de la revisión de una selección de trabajos de alumnos y docentes de la MAV, me propongo compartir algunas reflexiones sobre los aportes de la antropología visual en el Perú a la apuesta por la creación de imágenes como una forma de producción de conocimiento. Además de la producción de imágenes en distintos formatos (documental, instalaciones y exposiciones, plataformas digitales) consideraré la producción de materiales sonoros.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

La enseñanza por proyectos de la antropología audiovisual: una visión reflexiva y pragmática

Mauricio Sánchez-Álvarez

Se propone aquí una enseñanza de la antropología audiovisual basada en la realización de proyectos, fundada en una visión pragmática tanto de la disciplina y su pedagogía como de la cultura misma, en el sentido de que ésta consiste en el despliegue simultáneo de prácticas, estrategias y saberes. Se desplaza así el eje de la reflexión antropológica de la discusión en torno a y la producción de textos escritos (actividad formativa de indudable importancia) hacia

la formación y desenvolvimiento del estudiante como sujeto y actor social deliberante y creativo. Esta postura se funda en diferentes perspectivas teórico-metodológicas y experiencias etnográficas, institucionales y personales. Entre las perspectivas figuran: el aprendizaje significativo de Pichón-Riviere y Paulo Freire y el aprender haciendo de (entre otros) María Bertely y Jürgen Gasché, el diálogo de saberes de Boaventura Santos de Souza, la investigación-acción de Orlando Fals Borda y la pedagogía, basada en proyectos, utilizada en el nivel pre-primaria en la educación pública de México. Entre las experiencias institucionales figura la frecuente frustración de estudiantes, sobre todo en pregrado, que tras varios semestres de, primordialmente, asistir al aula, se enfrentan a la realización de una investigación sin la formación para realizarla (aún cuando hayan efectuado prácticas de campo). Y entre las experiencias personales e institucionales figuran la investigación y realización de formas de enseñanza teórico-prácticas en, respectivamente, universidades interculturales de México, y como docente en varias universidades del país.

Palavras chave: antropología audiovisual; pedagogía por proyectos; reflexividad pragmática

MR03: A Descolonização do Conhecimento na Antropologia

O aperfeiçoamento teórico, epistemológico, metodológico, profissional e político da antropologia, pressupõe um alerta permanente e cambiante quanto às diferentes formas de reproduzir a disciplina em todos estes planos. Após décadas de críticas pós-coloniais, decoloniais e do projeto das antropologias mundiais, a disciplina volta a enfrentar o problema dos colonialismos e como estes violentos processos de longa duração continuam afetando nossas práticas. O que significa descolonizar a antropologia no Brasil e fora dele? Ao tratar de responder essa pergunta ampla, nossa Mesa Redonda pretende contribuir para um debate central para o presente e futuro antropológicos.

Palavras chave: Descolonização;

Coordenação: Gustavo Lins Ribeiro (UAM-L, UnB)

Debatedor/a: Antonádia Monteiro Borges (UFRRJ)

Participantes: João Pacheco de Oliveira (MN/UFRRJ), Cristiana Bastos (Universidade de Lisboa), Gustavo Lins Ribeiro (UAM-L, UnB)

Apresentação Oral

A vida e a política dos conceitos

Cristiana Bastos, -

Para esta Mesa-Redonda vou trazer algumas reflexões críticas sobre os usos, contestações e experimentações, por parte de pesquisadores, mídia, ativistas e públicos, de conceitos como raça, etnia, cultura, racializações, etnicidades, colonialismo, colonos, impérios, indígenas, nações, nativismos, etc. Para além de uma breve retrospectiva das flutuações destes conceitos na antropologia e disciplinas vizinhas, vou usar referências empíricas de largo espectro, incluindo Hawaii, Guiana, Suriname, Angola, estudados no contexto do projeto "The Colour of Labour - the racialized lives of migrants", e ainda, se o tempo o permitir, trazer referências de estudos anteriores na Europa, Estados Unidos e Brasil.

Palavras chave: teoria; colonialismo; trabalho conceptual

Apresentação Oral

Descolonização do conhecimento e Pós-imperialismo

Gustavo Lins Ribeiro

Colonialismo e imperialismo são duas faces de antigos processos históricos de expansões demográficas, econômicas, políticas e culturais. Eles foram impulsionados pelo desenvolvimento do sistema mundial capitalista após seu início no século XVI. Em consequência, o que hoje é chamado de Américas tornou-se uma enorme colônia de povoamento, invadida por espanhóis, portugueses, ingleses e franceses. A resistência nativa e afro-diaspórica ao empreendimento colonial tem sido comum desde então e inclui conflitos armados, bem como formulações discursivas de intelectuais e líderes políticos. A descolonização deveria significar o fim do colonialismo com o advento da independência política. No entanto, poderosas estruturas coloniais continuam afetando a vida pós-colonial. Mencionarei alguns esforços latino-americanos para descolonizar o conhecimento e a política, como a colonialidade do poder, o Buen Vivir/Vivir Bien e o esforço teórico da comunalidad. Também mencionarei a necessidade de descolonizar ainda mais o pensamento das ciências sociais e em especial o antropológico, uma disciplina que surgiu da necessidade de pensar as zonas de contato conflitivas criadas pelo colonialismo/imperialismo moderno. Terminarei apresentando a noção de pós-imperialismo como um instrumento heurístico utópico destinado a desestabilizar o par colonialismo/imperialismo.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

'Tão invisível quanto o ar que se respira': O enraizamento histórico e social do debate sobre a descolonização da antropologia

João Pacheco de Oliveira

O debate quanto a descolonização da antropologia pode ser enriquecido com o seu enraizamento histórico e social. Em um país como o Brasil, em que o poder desde a sua fundação se assentou sobre a escravidão, o exercício do trabalho compulsório e sobre o monopólio dos recursos naturais, os preconceitos étnico-raciais são tão invisíveis na produção científica e artística quanto o ar que se respira. Há poucas décadas a palavra descolonização pouco uso e significado tinha, à diferença por exemplo do contexto da Europa Ocidental, Índia e da África. Nos últimos anos tornou-se uma bandeira importante para os debates no interior da academia e nas pesquisas em andamento. Que fatores motivaram tal mudança de atitude? Trata-se somente de reflexo do giro decolonial nas antropologias hegemônicas? Que usos sociais e políticos contrastantes a temática da descolonização pode inspirar e quais são os seus reflexos na Antropologia praticada no Brasil e na América Latina? Essas são as questões que buscarei discutir nesta breve comunicação.

Palavras chave: .

MR04: A vida em questão: conflitos que atravessam fronteiras

São conhecidos os esforços empreendidos por democracias recentes em países devastados por ditaduras ou regimes totalitários, para, por meio de tecnologias sociais e políticas (comissões de verdade e outros instrumentos transicionais), reparar os danos e sofrimentos causados pela violência. Sabe-se igualmente dos limites das ações estatais de reparação, diante de violações que transcendem momentos de exceção e, oscilando entre modos "racionais e mágicos", impregnam o tecido social, produzindo e reproduzindo incessantemente redes desiguais de relações. Interconectadas por vários eixos de diferenciação social, são relações marcadas por uma economia moral que coloca gênero e raça/etnia como operadores fundamentais na produção da desigualdade, evidenciando seus efeitos no contexto atual da pandemia de Covid 19. Esta mesa tem por objetivo discutir essas formas de produção de desigualdade e sofrimento, buscando compreender como os sujeitos atingidos e suas famílias vêm reocupando esses signos de violação. Não se trata de analisar os eventos, mas as formas como se inscreve a violência na vida de quem as experiencia. Como a desigualdade afeta o valor da vida? Como se vive quando a vida é afetada por intenso colapso de sentido? Buscamos explorar os sentidos da "vida precária" em diferentes contextos, Brasil, Guiné, África do Sul, ali onde eles podem ser percebidos, na vida cotidiana, em suas formas variadas de expressão, nos interstícios burocráticos, morais, sociais e econômicos.

Palavras chave: Violência; Desigualdade; sofrimento

Coordenação: Laura Moutinho (USP)

Participantes: Fiona Ross (UCT), Patrícia Godinho Gomes (UFBA), Cynthia Sarti (UNIFESP)

MR05: Acervos de antropologia: experiências institucionais e possibilidades de uso

O objetivo da mesa é dar a conhecer e discutir experiências de instituições que abrigam acervos de antropologia, sejam eles conjuntos de entrevistas com antropólogos, arquivos pessoais ou institucionais. Esses acervos documentais colocam desafios de vários tipos: como localizá-los, recebê-los, organizá-los e disseminá-los? Que características específicas apresentam? Que contribuição podem dar para a história da disciplina, quer como material a ser utilizado no ensino, quer como insumo para a investigação ou para produções técnicas ou artísticas de diferentes tipos? Buscamos, desse modo, trocar experiências e estimular a reflexão sobre o tema.

Palavras chave: arquivos; documentação; entrevistas

Coordenação: Celso Castro (FGV CPDOC)

Participantes: Amurabi Oliveira (UFSC), Renato Athias (UFPE), Silvia Monnerat (FGV), Celso Castro (FGV CPDOC)

Apresentação Oral

Arquivos de cientistas sociais: a experiência do CPDOC

Celso Castro

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC), criado em 1973, constituiu desde então um acervo de mais de 200 arquivos pessoais. A principal linha de acervo, desde a criação, tem sido centrada em arquivos da elite política brasileira pós-1930. A partir de 2016, contudo, o CPDOC abriu uma nova linha de acervo que inclui arquivos de cientistas sociais. Já recebemos, desde então, os arquivos de Yvonne Maggie, Gilberto Velho, Alba Zaluar, Roberto DaMatta, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Ellen e Klaas Woortmann. A apresentação comenta a novidade que esses arquivos trouxeram para o acervo e que impacto possível podem ter para pesquisadores em Ciências Sociais, em Antropologia em particular.

Palavras chave: .

MR06: Agenciamentos coletivos e pluralismo terapêutico nas redes de cuidado

A Estratégia Saúde da Família (ESF) enquanto territorialização das redes de cuidado biomédicas, no âmbito do SUS, precisa "conviver" com redes de cuidados intersticiais que tensionam, complementam e transformam o trabalho das equipes de saúde. Esta Mesa Redonda busca lidar com alguns desses desafios no agenciamento cotidiano da ESF por meio da apresentação de contextos etnográficos diferenciados, como periferias urbanas e quilombos, e temáticas diferenciadas, saúde mental, violência, trauma, cuidado e migrações. Nosso ponto de partida é suspeitar de clivagens que separam os cuidados médicos dos cuidados "tradicionais" - populares, religiosos e/ou etnicamente situados - para investir em novas formas de conceituar a pluralidade contemporânea do cuidado. Para isso, precisamos de: 1- reconhecer a capilaridade do processo de medicalização da sociedade contemporânea, mas suspeitar que seus resultados sejam os esperados pelos setores envolvidos com essas políticas; 2- não estabilizar as relações entre biomedicina e outras formas de cura não biomédica e 3- suspeitar da diversidade terapêutica como um dado autoevidente e, assim, fazê-la "emergir" enquanto resultado de processos de uma configuração do social. Esta perspectiva permitirá explicitar e visualizar as controvérsias, diálogos e agenciamentos coletivos nos quais estão implicados mediadores muitos diversos como o Estado, a ciência biomédica, as políticas públicas, os movimentos sociais e os grupos religiosos.

Palavras chave: pluralismo terapêutico; redes de cuidado; controvérsias

Coordenação: Octavio Bonet (UFRJ)

Debatedor/a: Octavio Bonet (UFRJ)

Participantes: Fátima Tavares (UFBA), Natália Fazzioni (Fiocruz), Eugenia Brage (Centro de Estudos da Metrópole, USP, CEBRAP)

Apresentação Oral

"É assim que a covid se cura": Pragmatismo terapêutico e "saber-fazer" popular durante a pandemia da Covid-19 entre imigrantes bolivianxs em São Paulo.

Eugenia Brage

Neste trabalho apresento reflexões que emergem de uma etnografia desenvolvida no contexto da pandemia da COVID-19 com mulheres (cis) bolivianas no Bairro de Bom Retiro, na região central de São Paulo, no período de agosto de 2020 e dezembro de 2021. A etnografia teve como principais cenários uma Unidade Básica de Saúde, uma cooperativa têxtil criada durante a pandemia e integrada por mulheres bolivianas e, por último, as casas particulares destas

mulheres, as quais tive acesso nas visitas domiciliárias realizadas junto a uma agente comunitária de saúde, também boliviana. O objetivo é refletir sobre o que aqui chamo de "pragmatismo terapêutico" e "saber-fazer popular", duas categorias que extrapoladas ao campo da saúde, me permitem mostrar que as ações cotidianas desenvolvidas para resolver problemas específicos em contexto de crise estão ancoradas à uma memória longa de sobrevivência e resistência. Levando em consideração estas questões, assim como o papel central da estratégia saúde da família no acesso à saúde destas populações, cabe a pergunta sobre quais articulações se entrecem no cotidiano, quais tensões emergem e quais soluções as pessoas encontram diante de diversos problemas que percebem afetando à saúde.

Palavras chave: "Pragmatismo terapêutico", "Saber-fazer popular"; "migração boliviana"; Estratégia saúde da família"

Apresentação Oral

Racismo terapêutico em contextos quilombolas

Fátima Tavares

O trabalho toma como ponto de partida a crescente visibilização da diversidade terapêutica contemporânea como um problema conceitual (antropológico), isto é, não como um ponto de partida (a diversidade como fato), mas para transformá-la naquilo que se pretende compreender (a diversidade como cosmopolítica). O foco recai nos limites na "formatação" universalizante das políticas públicas de saúde, que atravessam o cotidiano das demandas diferenciadas, tendo como contexto etnográfico a diversidade terapêutica em comunidades quilombolas no município de Cachoeira, Bahia, atravessadas por demandas universalizantes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e por movimentos moleculares que desestabilizam as orientações medicalizantes. Por meio da conceituação do racismo terapêutico pretendo situar as assimetrias em torno da "especificidade" quilombola no contexto das políticas universalizantes em saúde, que restringem seu reconhecimento à dimensão "cultural" daqueles agenciamentos.

Palavras chave: Quilombo; Religiões afro-brasileiras; Pluralismo Terapêutico

Apresentação Oral

A experiência de estudantes de medicina na Atenção Primária à Saúde em áreas de favela no Rio de Janeiro: saberes e agenciamentos em reflexão

Natália Fazzioni

O trabalho busca refletir sobre a experiência de estudantes de medicina durante o internato em Atenção Primária à Saúde, realizado em áreas de favelas no Rio de Janeiro. Como supervisora destes alunos durante este período, também busco refletir sobre os lugares possíveis do conhecimento antropológico na formação de profissionais na área da saúde.

Tenho como ponto de partida a relativa democratização do acesso aos cursos de medicina nos últimos anos - a partir de políticas de ações afirmativas e de um período de maior estabilidade econômica no Brasil - que diversificaram em termos de classe, raça, religião e outros marcadores, o perfil predominante de alunos em universidades públicas. Considerando este cenário, analiso um conjunto de discussões feitas com alunos que revelam de que maneira estes mobilizam em sua prática formativa elementos que derivam de suas origens, crenças e experiências de vida, conferindo novos sentidos e agenciamentos às práticas terapêuticas que realizam. O pluralismo terapêutico aqui então emerge não enquanto uma espécie de atributo médico, tal como a "competência cultural" (categoria própria da Medicina de Família e Comunidade), mas no entendimento de que os marcadores sociais da diferença são também elementos mediadores da relação que estabelecem com o espaço e as pessoas que atendem. Finalizo, refletindo sobre os desafios da participação de antropólogos na formação profissional médica, onde mesmo nos campos que se contrapõe ao determinismo biomédico, há uma difícil entrada de reflexões que buscam desconstruir a hegemonia do privilégio epistêmico.

Palavras chave: Medicina, Educação, Epistemologias, Pluralismo Terapêutico

MR07: Antropologia digital: etnografia e tensionamentos teóricos, éticos e políticos

Desde a década de 90, os complexos processos de incorporação e corporificação da internet no cotidiano - além de eventos e experiências individuais e coletivas por eles desencadeados - têm gerado uma série de angústias e produzido impactos significativos sobre as formas como os antropólogos conduzem suas pesquisas. A intenção desta MR é intensificar o debate acerca dos desafios enfrentados pela antropologia para lidar com o caráter cotidiano das tecnologias e da internet, bem como com as desigualdades que produz e/ou reproduz, a partir de processos que têm recebido nomes como datificação e algoritmização. Neste sentido, propõe discutir formas de realização de etnografias e a própria reavaliação de categorias teóricas a partir dos tensionamentos e provocações colocados pela Antropologia Digital. A proposta é tematizar dilemas recorrentes ao ofício daqueles que fazem pesquisas para o digital, mas não se restringindo a este subcampo, uma vez que as tecnologias, plataformas e recursos digitais são elementos presentes em qualquer tipo de pesquisa antropológica atualmente. Dentre as questões a serem abordadas, estão: 1) a incorporação de recursos e ferramentas digitais nas pesquisas; 2) os impactos das tecnologias digitais em processos culturais e de constituição de subjetividades; 3) os impactos das novas tecnologias digitais na pesquisa em suas dimensões ontológicas, epistemológicas e éticas; 4) os impactos das tecnologias digitais na etnografia em termos práticos e teóricos.

Palavras chave: Internet; antropologia digital; etnografia

Coordenação: Carolina Parreiras (Unicamp)

Debatedor/a: Patrícia Pavesi (UFES)

Participantes: Renato de Lyra Lemos (UFPE), Maria Elisa Máximo (Faculdade Ielusc), Vlad Schüler-Costa (The University of Manchester)

Apresentação Oral

Desinstalando o determinismo racial digital: outras considerações sobre as relações entre pessoas negras e internet

Renato de Lyra Lemos

A grande maioria das pesquisas que historicamente referenciaram os usos da internet por pessoas negras, especialmente entre as décadas de 1990 e 2000, foram pensadas a partir de duas linhas de pensamento: ou por meio de uma ideologia cyberutópica da internet, como constituída por um espaço sem corpos, em que as relações de raça e gênero seriam apagadas, ou então através da aplicação das teorias da divisão digital, uniformizando os usos da internet por pessoas negras como estando restritas unicamente a uma experiência de lacunas infraestruturais mediada por falhas, reparos e colapsos. Essa delimitação dual, no entanto, acaba não levando em consideração os diversos tipos de vivências que vão para além dessas lógicas, apagando, assim, quaisquer contribuições que pessoas negras tenham realizado para o avanço na criação e uso dessas tecnologias. Desse modo, essa intervenção tem por objetivo debater as contribuições teóricas sobre tecnologias que vêm sendo propostas nos últimos anos por uma série de intelectuais negras, com o intuito de desconstruírem as configurações das narrativas dominantes brancas sobre tecnologia e reivindicarem uma agência tecnológica para as comunidades negras, além de denunciarem a existência e manutenção de práticas racistas nas infraestruturas digitais.

Palavras chave: Internet; Raça; Gênero

Apresentação Oral

Antropologia (pós-)digital: desafios e oportunidades

Vlad Schüler-Costa

Minha intervenção nesta mesa-redonda toma como partida a provocação de Florian Cramer e Petar Jandrić (Cramer & Jandrić, 2021), de que vivemos em sociedades cada vez mais pós-digitais (em que a mera distinção entre o "digital" e o "analogico" se torna progressivamente obsoleta), para interrogar o que isso nos pode dizer sobre a (ainda nascente) subdisciplina da antropologia digital. Em um mundo em que cerca de 80% da população global possui um smartfone (O'Dea, 2021), em que governos e empresas tomam decisões baseadas em

algoritmos (Peters, 2017), em que automação torna-se um fator essencial na organização de capital e trabalho no capitalismo (Acemoglu & Restrepo, 2019), e em que boa parte da população global viu-se obrigada a deslocar sua vida para o universo online durante diversos lockdowns durante a pandemia de COVID-19 (Feldmann et al., 2021), tratar a "antropologia digital" como algo separado da "antropologia analógica" torna-se cada vez mais difícil. Portanto, se somos todos (pós-)digitais - ainda que alguns mais que outros -, desafios e oportunidades (metódicos e teóricos) são impostos à antropologia. Baseado em diversos trabalhos de campo realizados ao longo dos últimos quinze anos, nesta intervenção eu argumentarei que uma visão pós-digital é mais útil à antropologia do que visões que reforcem barreiras entre o digital e o analógico.

Palavras chave: Antropologia digital; Metodologia; Etnografia

MR08: Antropologia e Curadoria: Dilemas e Derivas da Tradução

Curadores de exposições e museus potencializam obras, dão a ver e entrever para além do visual, operando não apenas com o corpo das obras, mas também com sua presença e potência, seus afetos, magia e agência. Curadores selecionam, interpretam e conectam. Atuam como tradutores, produzem a translocução de saberes e contextos. Sua tradução é produtora de diferenciações e encantamentos artísticos. Podemos aproximar a curadoria do ofício do antropólogo, mas também do feiticeiro. O antropólogo é alguém simultaneamente aquém e além, situado entre mundos: sua vocação é evocar equivocações. Essa mesa se interessa pelas convergências e tensões entre as atuações do curador e do antropólogo e suas interseções. Há exposições de arte que abarcam questões, métodos e objetos caros à antropologia; exposições etnográficas que experimentam novas formas de conceber a curadoria, por exemplo o diálogo com aqueles que serão ali representados; antropólogos que atuam profissionalmente também como curadores; curadores que pautam suas escolhas por autores e debates da antropologia. Os trabalhos dessa mesa apresentam reflexões e experiências relacionadas aos cruzamentos entre os dois campos, se interessam pelas problemáticas dos espaços expositivos, das políticas de aquisição das instituições, do estatuto dos objetos e da materialidade, assim como das curadorias compartilhadas na construção do discurso antropológico e curatorial entre mundos com lógicas singulares e não raro intransponíveis.

Palavras chave: Antropologia, Curadoria, Tradução.

Coordenação: Ilana Goldstein (UNIFESP)

Debatedor/a: Leonardo Bertolossi (UNIVERITAS)

Participantes: Clarissa Diniz (Escola de Artes Visuais do Parque Lage), Alex Ungprateeb Flynn (UCLA), Alexandre Araujo Bispo (Coletivo ASA)

Apresentação Oral

Seria o fim do monopólio da Antropologia?: Prática curatorial e o dialogo com outro

Alex Ungprateeb Flynn

Sobre a aproximação do campo das artes visuais em direção a antropologia, já na década de 1990 o crítico de arte Hal Foster escrevia sobre a dita "virada etnográfica", na qual apontava para o crescente interesse de artistas e curadores por questões relacionadas a identidade e a representação. Passados 30 anos, como podemos re-pensar esta relação? Este artigo propõe uma análise especulativa sobre a característica do engajamento entre a prática antropológica e a prática curatorial, abordada através de suas diferentes formas, seja por tangenciamentos, atravessamentos, ou, por vezes, pura incompreensão mútua. Num primeiro momento serão observados pontos de conexão, tais como: desenvolvimento de relações afetivas, através da natureza presencial e processual do trabalho, na qual um artista / curador / antropólogo convida o outro a acompanhar sua prática cotidiana; um campo de trabalho com múltiplos agentes, no qual cada um tem esferas de práticas únicas e responsabilidades diversas; e, por fim, construção de um narrativa conceitual, incluindo múltiplos agentes e posicionalidades num mesmo corpo de trabalho. Na segunda parte do artigo serão abordados pontos de contraste, ou seja, diferenças nas dinâmicas processuais entre ambas as práticas. Na medida que curadores compartilham com antropólogos o compromisso de acompanhar, mediar, negociar e, finalmente, sintetizar, há, porém, na prática curatorial um compromisso distinto, o de deixar uma comunicação em aberto. Por meio de recursos da linguagem textual, visual e espacial, busca construir uma narrativa - respeitando a intenção do artista - enquanto visa estimular o visitante/leitor a participar num campo subjetivo "open-ended". Desta forma, este artigo se propõe a analisar as práticas antropológicas e curatoriais através de suas posicionalidades, motivações e éticas próprias, apontando para as diferentes formas de criação e comunicação do conhecimento.

Palavras chave: conhecimento; epistemologia; curadoria

Apresentação Oral

Abundância e vulnerabilidade: curadoria além da exposição

Alexandre Araujo Bispo

O conflito no Masp envolvendo ingerência na curadoria do núcleo Retomadas dentro da exposição Histórias Brasileiras desnudou a farsa do museu diverso, interessado, aberto às diferenças étnicas e preocupado com a transformação social. O episódio revela o quanto discutir a história (das mulheres, crianças, sexualidade, afro-atlânticas e de artistas não

brancos individualmente) tem servido para domesticar e acalmar lutas concretamente transformadoras. Nesta comunicação gostaria de explorar a minha experiência híbrida como antropólogo, crítico, curador artístico e curador educativo a partir das noções de abundância e vulnerabilidade termos que tem me ajudado a pensar sobre algumas mudanças que vem acontecendo a menos de uma década. Desde meados de 2016, apesar do Golpe de Estado, as "artes negras" vem sendo mais assimiladas seguindo tendência que se verifica também na publicidade, no audiovisual, na qual se verifica a presença de maior diversidade racial. Nesse cenário, a escolha de curadores antropólogos parece útil porque a antropologia "sabe" lidar com as diferenças culturais. Talvez por isso, a curadoria de feição antropológico ajude a "fazer" uma tradução do problema da diferença. Os efeitos desse esforço pela diversificação racial das artes e histórias que não é exclusivo do Masp, embora a instituição pareça escrever sozinha essa história, ajuda a esquecer a pesada destruição de direitos básicos no Brasil desde o Golpe até o presente. Tanto para o meio artístico negro, quanto mais recentemente também para o meio artístico indígena, parece haver muito mais possibilidades de criação e exibição, fato que, porém não reduz a precariedade a que artistas e obras estão sujeitos no interessado mercado em expansão. Quero explorar como, desde 2008, venho fazendo curatorias vulneráveis, marcadas por pouquíssimo recurso, ausência de registro documental de qualidade, ingerência das instituições, ausência de catálogo, dificuldade de acessar obras de artistas galerizados e ou internacionalizados em função do valor do seguro das obras. Assim parece produtivo pensar que antropologia e curadoria é possível de ser feita quando não se tem vínculos institucionais. Se é verdade que antropólogos-curadores "selecionam, interpretam e conectam" para quem o fazemos quando os recursos são escassos? Em função das dificuldades postas, a antropologia tem me ajudado a ampliar a noção de curadoria para além da construção expositiva, ou seja, tem me mostrado que a exposição é apenas um uma forma do fazer antropológico com curadoria, também a crítica e a educação devem entrar nessa discussão.

Palavras chave: abundância, vulnerabilidade, antropologia sem vínculo institucional, curadoria sem vínculo institucional

MR09: Antropologia, Estado e Mediação de Conflitos em perspectiva comparada

Esta mesa tem por objetivo refletir sobre as relações entre Antropologia, Estado e Mediação de Conflitos a partir das etnografias comparativas entre Brasil e Argentina. Partimos das indagações sobre a emergência e afirmação deste campo de pesquisa em ambos os países que ao mesmo tempo atravessa políticas públicas estatais no âmbito judicial, pré-judicial e comunitário. De que maneira o movimento de mediação se articula com os esforços de

autonomização do seus atores sociais em distintos níveis governamentais e não-governamentais? Quais as características que especificam a estatalidade que constitui este campo? Como a Antropologia pode contribuir para a compreensão dos processos de consolidação da mediação e o que esses processos dizem sobre a natureza das sociedades latino-americanas em que ocorrem? Observamos que ao longo de mais de 30 anos na Argentina e 20 no Brasil, sua malha institucional se estende a outros campos de governo em diferentes níveis como também às universidades e às organizações sociais e comunitárias. Diferentes redes conectaram espaços fora e dentro dos muros governamentais, articulando diferentes disputas, alianças, atores, linguagens, interesses e processos que inauguram novas formas de ativismo e participação política e demandam atenção antropológica. Buscamos compreender também a maneira como o trabalho antropológico pode avançar por meio de alianças que envolvem diferentes atores sociais em disputa no campo das Alternative Dispute Resolution (ADR).

Palavras chave: Antropologia, Estado e Mediação

Coordenação: Kátia Sento Sé Mello (UFRJ)

Debatedor/a: Carlos Giménez Romero (UAM)

Participantes: Juan Pablo Matta (CONICET/UNICEN-INCT-InEAC/UFF), Mariana Inés Godoy (CONICET)

Apresentação Oral

Los Métodos Alternativos de Resolución de Conflictos en la Argentina. Expansión institucional en contexto de transformaciones socioculturales más amplias.

Juan Pablo Matta

Desde hace algo más de 30 años, la Argentina asiste un potente proceso de creación, ampliación y consolidación de un conjunto de métodos, ideas, espacios institucionales y actores vinculados a los denominados Métodos Alternativos de Resolución de Conflictos (MARC). Distintas versiones de esta propuesta se introducen y afianzan en los más diversos órdenes institucionales y campos conflictivos más o menos emergentes (jóvenes acusados de delitos; conflictos de tierras, demandas de viviendas; convivencia vecinal; violencia doméstica; entre muchos otros) impulsando y demandando innovaciones de distinta naturaleza que buscan modificar modalidades previas de actuación estatal con el objeto de despunitivizar; desjudicializar; desburocratizar los sistemas tradicionales de justicia o de gestión del conflicto y de ampliar las posibilidades de acceso a la justicia a distintas poblaciones. El análisis antropológico del desarrollo de este proceso resulta revelador de distintos aspectos vinculados a las coyunturas latinoamericanas en las que se inscriben. Por una parte, y en sentido amplio, muestran el papel que la idea de crisis de los sistemas tradicionales de administración de justicia ocupa en la proliferación de estas alternativas. El

desarrollo de este campo no puede ser adecuadamente comprendido por fuera de esta convicción generalizada y compartida en el marco de la cual el primero se legitima y proyecta. Pero al mismo tiempo, la expansión de los MARC en Argentina es reveladora de un cambio que va más allá de los límites de la agencias de administración de justicia y/o conflicto relativas a transformaciones profundas sobre las formas de concebir lo estatal, el sistema democrático y las relaciones ciudadanas a este asociadas y que se traduce en las formas concretas de su instrumentación en distintos contextos. Las ideologías que operacionalizan e impulsan la mediación de conflictos en la Argentina desbordan sus límites y son inidentificables más allá de este. Para desarrollar estas hipótesis presentaremos una serie de observaciones alcanzadas en el marco de un proyecto de investigación colectivo y en curso que indaga comparativamente los modos en que los MARC se implementan a modo de innovaciones institucionales en distintos contextos locales de la Argentina. Exploramos, a partir de casos concretos, en qué consisten esos cambios socioculturales mas amplios en el marco de los cuales los MARC encuentran terreno fértil para su desarrollo, expansión y consolidación.

Palavras chave: MARC; Expansión Institucional; Argentina

Apresentação Oral

Mediación, activismo institucional y estatalidad en la emergencia de los Conflictos Públicos Complejos en Salta-Argentina

Mariana Inés Godoy

En esta presentación nos ocuparemos del análisis del proceso de emergencia y progresiva estatalidad de la categoría novedosa de Conflictos Públicos Complejos en el campo de la mediación penal, siguiendo una experiencia situada en la provincia de Salta. Procuraremos describir entonces el proceso en el que dicha noción termina transformándose en categoría legítima de la administración pública, operativa en este subsistema y a la vez volviéndose significativa para clasificar una amplia variedad de conflictos. Es así que esta iniciativa de la política pública, al menos inicialmente, articula a actores estatales pero también no estatales, no habiendo una única institución que pueda encapsularla completamente. Sin embargo, tal concepto, que proviene entonces de ese movimiento de mediación amplio termina por ser absorbida de manera sistemática por un Centro de Mediación específico, introduciéndose administrativamente bajo la forma de memorándums, trámites de personal y modos de hacer del Centro de Mediación penal y en su vinculación con el Ministerio Público. Nos gustaría entonces analizar las condiciones de posibilidad de este hecho, el lugar que ocupa la persistencia de cierta conflictividad social en Salta (como las demandas de tierras de comunidades indígenas), los rasgos institucionales donde se inserta la mediación - caracterizado por una fuerte jerarquía pero también posibilidades de autonomía-, y distintos compromisos y motivaciones de los propios mediadores en ese espacio, en una suerte de

ativismo institucional que actualiza un rasgo sobresaliente del campo de la Mediación: la innovación y expansión permanente.

Palavras chave: Mediación de conflictos; estatalidad; activismo institucional

MR10: As emoções em processos judiciais e seus rendimentos analíticos

Esta proposta de mesa-redonda surge da interlocução iniciada com o Grupo de Trabalho Antropologia das Emoções da Associação Latinoamericana de Antropologia, formalizado em 2021. Neste grupo, exploramos, por meio de diversas atividades, os rendimentos de construção das emoções como objeto da investigação antropológica. Na presente proposta de mesa-redonda, buscamos examinar o trabalho político das emoções em fenômenos da chamada “esfera pública”, em particular em processos judiciais em torno da reparação, de direitos à saúde e das relações de trabalho. Distanciando-nos da visão dos sentimentos como experiências individuais e privadas, pretendemos realçar o potencial das emoções como meio de análise das dinâmicas de relações e estratégias mobilizadas na judicialização de arenas diversas. Interessamos compreender como a concepção sobre o que é “justo” é produzida na articulação com moralidades e afetos, diante de relações assimétricas entre sujeitos e/ou instituições envolvidos em processos judiciais, com exemplos do Brasil e da Espanha. Com isso, queremos enfatizar a capacidade das emoções de dramatizar, fortalecer e/ou modificar relações de poder e hierarquia.

Palavras chave: emoções; judicialização; moralidades

Coordenação: Claudia Barcellos Rezende (UERJ)

Participantes: Waleska Aureliano (UERJ), Sílvia Bofill-Poch (Universitat Barcelona), Ceres Gomes Víctora (UFRGS)

Apresentação Oral

"Vamos lembrar que os responsáveis também têm família": o recurso das cartas psicografadas no julgamento dos réus da boate Kiss

Ceres Gomes Víctora, Monalisa Dias de Siqueira

Nesta comunicação pretendo apresentar uma análise sobre os recursos emocionais mobilizados pelas equipes de advogados de acusação e defesa durante o julgamento dos réus do incêndio da boate Kiss, nove anos após a tragédia ocorrida na cidade de Santa Maria em 2013. Baseada em pesquisa etnográfica de longa duração junto a familiares de vítimas e em análise específica do julgamento ocorrido em dezembro de 2021, tomo como foco a tentativa da advogada de defesa de comprovar a inocência de um dos réus, o então proprietário da boate,

através do uso de uma carta psicografada recebida pela família de um dos jovens falecidos no incêndio que consta de um livro coletivo publicado por uma comunidade Kardecista. Sentimentos de justiça dos homens e justiça de Deus entram em conflito e mobilizam de formas diferentes familiares, jurados, advogados e público em geral em torno não apenas do emprego por parte da defesa da carta não autorizado pelos familiares, como também da narração performática do texto durante o julgamento. Embora não seja inédito na história jurídica do Brasil o recurso a cartas psicografadas em tribunais de júri, trata-se de um recurso bastante controverso do ponto de vista institucional. No caso do júri da boate Kiss, a gravação da leitura da carta realizada por narrador profissional com uma voz que evocava o sobrenatural e o misterioso na última sessão do júri, colocou em jogo moralidades e afetos que se dividiram entre o reconhecimento da legitimidade do uso "depoimentos póstumos" e a ilegitimidade do uso de uma "carta consoladora", como são conhecidas no meio espírita, produzida originalmente para outros fins.

Palavras chave: Emoções; cartas psicografadas; boate kiss

Apresentação Oral

Direito, emoções e moralidades: experiências judiciais de empregadas domésticas migrantes na Espanha

Sílvia Bofill-Poch

Esta comunicação faz parte de um estudo mais amplo sobre o acesso à justiça para mulheres imigrantes na Espanha que trabalham no setor do emprego doméstico. Analisamos como a falta de proteção jurídica sofrida pelas trabalhadoras em termos de emprego se estende à esfera judicial, violando o direito fundamental de acesso à justiça. Na linha dos recentes trabalhos antropológicos sobre litígios judiciais que analisam a articulação entre as dimensões jurídica e moral da lei, mostramos os pressupostos morais que estão subjacentes às narrativas judiciais, bem como os antecedentes socioculturais (preconceitos, estereótipos...) que influenciam a práxis judicial. Aqui a linguagem das emoções mostra-se muito relevante para iluminar a dinâmica de exclusão a que as trabalhadoras estão sujeitas, bem como as estruturas desiguais que sustentam o sistema de cuidados.

Palavras chave: acesso à justiça; emoções; emprego doméstico

Apresentação Oral

Direito, justiça e moralidades: as emoções na judicialização da saúde no Brasil

Waleska Aureliano

Reflico nessa apresentação como as emoções (esperança, medo, raiva e indignação) são mobilizadas no debate sobre a judicialização da saúde no Brasil, por diferentes atores, em articulação com as ideias de "escassez" e "direito à saúde" que orientam historicamente a

construção do nosso sistema público de saúde. Em nosso passado recente, as ações judiciais passaram a se constituir como pretensa forma de acesso aos direitos em saúde, especialmente para pacientes com doenças que demandam tratamentos considerados de alto custo ou ainda não aprovados no país, como é o caso das pessoas vivendo com algumas doenças raras, foco deste trabalho. Governo, sociedade civil e indústria farmacêutica têm se articulado em torno do poder judiciário em disputas que envolvem o direito constitucional à saúde, os limites orçamentários do Estado e os interesses comerciais do mercado. Nesse cenário, pacientes com doenças raras e suas famílias afirmam suas demandas em termos de acesso à saúde e direito à vida, buscando sensibilizar gestores e sociedade para suas especificidades. No entanto, se por um lado vêm suas pautas sendo bem acolhidas e dando visibilidade ao tema das doenças raras, por outro consideram que são moralmente criminalizados nas disputas discursivas que marcam o debate sobre a judicialização da saúde no Brasil, principalmente entre 2016-2017 quando duas ações sobre o fornecimento de medicamentos de alto custo chegaram ao STF. A análise ancora-se em pesquisa etnográfica realizada ao longo de quase seis anos, envolvendo trabalho de campo em hospitais, associações de pacientes, participação em eventos científicos e entrevistas realizadas com pacientes, familiares, profissionais de saúde e agentes do governo federal. Também foram utilizados materiais de internet/documentos, principalmente matérias jornalísticas publicadas em 2016-2017 sobre o tema.

Palavras chave: Judicialização da saúde; Emoções; Doenças raras

MR11: Astronomia cultural e patrimônio: questões em torno da base espacial em terras quilombolas em Alcântara

Parte-se aqui da pergunta “patrimônio para quem?” Sendo assim, existem diferentes esferas de apropriação patrimonial: pela “humanidade”, por estados nacionais, por grupos de interesse locais e que podem produzir embates sobre os direitos territoriais e culturais herdados por grupos determinados, tais como minorias sociais e étnicas. Os conceitos de direitos humanos e culturais são fundamentais à noção de humanidade que define patrimônio mundial. Após 20 anos de tramitações em janeiro de 1922 a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) recebeu a denúncia de violação de direitos de 312 famílias de comunidades quilombolas de Alcântara, deslocadas em proveito da base espacial. Cabe indagar sobre a legitimidade de instalações astronômicas em detrimento de interesses de populações dessas comunidades organizadas e reconhecidas como quilombolas. Entre as recomendações não atendidas pelo Brasil estão a titulação do território, a consulta prévia em relação ao acordo firmado junto aos Estados Unidos, a reparação financeira dos removidos compulsoriamente e um pedido de desculpas público. O Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (Mabe) espera

que o Brasil, condenado pela Corte, deva reparar as comunidades afetadas. Envolvendo relações céu-terra, a abordagem de problemas assim configurados abrange a articulação de linhas de pensamento comuns à antropologia, ao patrimônio e à astronomia cultural.

Palavras chave: patrimônio cultural; antropologia e astronomia cultural; direitos patrimoniais

Coordenação: Priscila Faulhaber (Museu de Astronomia e Ciências Afins)

Debatedor/a: Marcio D'Olne Campos (Unicamp)

Participantes: Davi Pereira Junior (University of Texas at Austin), Alejandro M. López (CONICET-UBA), Dorinete Serejo Morais (Mabe)

Apresentação Oral

Cadenas celestiales: Un marco general para pensar los conflictos entre instalaciones astronómicas y poblaciones locales

Alejandro M. López

La siguiente presentación busca plantear un marco general para comprender los conflictos recurrentes entre instalaciones astronómicas y poblaciones locales, a partir de la perspectiva de la astronomía cultural. Esta área interdisciplinar, consolidada a partir de los años 1990 (Iwaniszewski, 1991; Ruggles & Saunders, 1993), busca comprender la producción, usos y circulación de conocimientos y prácticas sobre el cielo en tanto productos socio-culturales, históricamente situados. En este sentido, y más allá de la creciente producción de trabajos de investigación, la astronomía cultural se ha ido transformando en un componente clave en el impulso de procesos de reflexión crítica al interior de la astronomía académica. Ello ya comenzó a partir de 2009, cuando en ocasión del año internacional de la astronomía, la Unión Astronómica internacional y UNESCO comenzaron a colaborar en la elaboración de la categoría de "patrimonio astronómico". En dicho proceso varios expertos en astronomía cultural, como Clive Ruggles o el propio autor, han jugado un rol, buscando impulsar una reflexión crítica. Por otra parte, y a raíz de los conflictos recientes en torno a varios observatorios, como el proyecto del TMT en Mauna Kea, Hawai'i, se conformó -en 2020- el Committee for Culturally Sensitive Sites (CSS). Se trata de un emprendimiento conjunto entre el Working Group for Astronomy in Culture (WGAC) de la Unión Astronómica Internacional, la Royal Astronomical Society, la American Astronomical Society (AAS), con el apoyo de la International Society for Archaeoastronomy and Astronomy in Culture (ISAAC) y la Sociedad Interamericana de Astronomía en la Cultura (SIAC). Este comité busca crear conciencia y formar a los astrónomos profesionales sobre las complejidades que implica desde el punto de vista social y cultural la instalación de grandes instrumentos astronómicos y las formas coloniales en que estos procesos se han desarrollado habitualmente. El autor forma

parte de los mencionados organismos y se dedica desde hace varios años a investigar sobre este tipo de conflictos. Desde esa experiencia y en el marco de este contexto general, su exposición buscará aportar a la comprensión del conflicto sobre la base espacial en las tierras quilombolas en Alcântara. Bibliografía Iwaniszewski, S. (1991). Astronomy as a Cultural System. *Interdisciplinari izsledvaniya*, 18, 282-288. Ruggles, C. L. N., & Saunders, N. J. (1993). The study of cultural astronomy. In C. L. N. Ruggles & N. J. Saunders (Eds.), *Astronomies and Cultures* (pp. 1-31). Niwot: University Press of Colorado

Palavras chave: patrimônio; astronomía; conflictos

MR12: Atos do Estado, grandes projetos e conflitos territoriais

A proposta do Comitê quilombos da ABA é reunir e analisar situações de pesquisa desenvolvidas em diversas regiões do país que abordem à implantação dos denominados grandes projetos, "atos de estado", e a intensificação de conflitos territoriais ocorridos durante a pandemia da COVID 19. Apresentaremos estudos relacionados ao avanço dos projetos de mineração, agronegócio, imobiliário e de infraestrutura nos territórios quilombolas. Busca-se também com a realização desta mesa refletir sobre os retrocessos dos direitos conquistados, a flexibilização da legislação ambiental, as formas de resistências que incluem a organização coletiva pela reversão dos retrocessos políticos, o desmonte das políticas públicas e a paralisação dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas.

Palavras chave: Quilombos; conflitos; direitos

Coordenação: Raquel Mombelli (UFSC)

Debatedor/a: Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB)

Participantes: Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Cynthia Carvalho Martins (UEMA)

Apresentação Oral

Os desafios das comunidades quilombolas em tempos de pandemia

Cynthia Carvalho Martins

A proposta da mesa consiste em apresentar as situações de entrave à regularização das comunidades quilombolas, assim como aquelas referidas ao acirramento de conflitos sociais em tempos de pandemia. A ênfase será em uma análise sobre a expansão dos megaempreendimentos que tem resultado em ato violentos contra quilombolas tais como impedimento e repressão às denominadas retomadas dos territórios; intimação policial às lideranças; assassinatos e impedimento em adentrar seus territórios.

Palavras chave: .

MR13: Avaliação da implementação e resultados das políticas de inclusão racial nas Universidades Federais do Sul do Brasil

O cenário político tem posto em evidência a avaliação dos resultados das políticas de inclusão rediscutindo sua validade e potencialidades. É oportuno pensar numa mesa onde estas políticas passem por uma avaliação acadêmica, praticamente 20 anos depois do início das discussões que levaram à sua implantação. Como foram promovidas e acompanhadas por antropólogas e antropólogos, entre outros cientistas sociais e educadores, é possível construir um olhar antropológico sobre os resultados das mesmas, que contribua para o debate atual em torno da sua continuidade e dificuldades, tanto quanto sobre outras políticas inclusivas, como as cotas para negros no serviço público. A região sul do Brasil é conhecida por ser a única região de expressiva maioria branca do País, com um quadro étnico racial *sui generis*. Sendo assim, questões que as políticas de inclusão racial procuraram equacionar, como o racismo estrutural, a lógica da branquitude normativa, o acesso ao mercado de trabalho formal, a ascensão social, a formação de quadros, devem ter, à princípio, características distintivas, quando vistas a partir das principais Universidades da Região. A esta mesa foram convidadas pesquisadoras com muita experiência prática nos desafios que a execução dessas políticas tem enfrentado, em cada uma das suas Universidades. A ideia é ouvi-las em conjunto para que seja possível formar uma visão regional dos resultados obtidos, e apontar para questões mais abrangentes e de relevância nacional.

Palavras chave: relações raciais; políticas afirmativas; universidade federal.

Coordenação: Marcos Silva da Silveira (UFPR)

Debatedor/a: Maria Nilza da Silva (UEL)

Participantes: Denise Jardim (UFRGS), Judit Gomes (UFPR), Alexandra Alencar (UFSC)

Apresentação Oral

Saberes afirmativos no fazer universitário: uma perspectiva antropológica sobre as experiências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Alexandra Alencar

As políticas de ações afirmativas no contexto da UFSC foram implementadas em 2008 frente à um contexto de herança colonial catarinense na qual constituiu um espaço universitário

voltado majoritariamente para a elite branca deste Estado . Nas últimas décadas, essas políticas afirmativas implementadas por força da luta dos movimentos sociais e nova legislação brasileira promoveram o acesso ao ensino superior por setores populares historicamente marginalizados neste país. Contudo as iniciativas administrativas e pedagógicas mobilizadas pela instituição tem ainda alcance preliminar, considerando seu período de existência e atuação. Assim a presença das diversidades indígena, negra, de mulheres, deficientes, quilombolas e LGBTQ+ no contexto universitário brasileiro, e em específico na UFSC, nos convida ao exercício reflexivo crítico das experiências plurais provenientes das relações constituídas entre a educação intercultural e a universidade. Desta maneira nosso objetivo, por meio de várias experiências de observação e produção de conhecimentos antropológicos sobre as políticas de ações afirmativas na UFSC, é partilhar e refletir de que forma tais saberes e fazeres afirmativos tem propiciado mudanças nos próprios saberes e fazeres universitários no que tange suas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Palavras chave: Ações afirmativas; saberes e fazeres; diversidade

Apresentação Oral

Entre jogos de cena e pulsões de justiça: um olhar antropológico sobre as comissões de heteroidentificação na UFRGS.

Denise Jardim

Este trabalho versa sobre as práticas jurídico-administrativas e a implementação de ações afirmativas na graduação da UFRGS longo de 15 anos. Focalizo a introdução de novas tecnologias e rotinas na instituição de ensino superior visando a implementação de reserva de vagas. O trabalho pretende refletir sobre o que aprendemos e como lidamos, como antropólogos e antropólogas, quando estamos imersos na implementação das cotas e na reformulação de práticas institucionais rotinizadas. Destaco alguns exemplos que permitem examinar jogos de cena e pulsões por justiça que impulsionaram novas rotinas administrativas. O objetivo é problematizar os discursos genéricos sobre procedimentos e os modos de implementação das comissões de verificação para o ingresso na modalidade de autodeclarados negros e negras na UFRGS. Com base na experiência direta na coordenação e elaboração de equipes para capacitação e trabalho de comissões de ingresso, apresento os dilemas administrativos e jurídicos que não são imediatamente visíveis, próprios do campo administrativo e institucional, em contraste com temas que ganham repercussão política e tendem a dominar o debate público.

Palavras chave: Comissões de heteroidentificação, ações afirmativas, tecnologias de controle

Apresentação Oral

As políticas afirmativas na UFPR e as transformações na estrutura institucional

Judit Gomes

O objetivo deste texto é apresentar o panorama atual das políticas afirmativas na Universidade Federal do Paraná (UFPR) implementadas a partir de 2004, em específico as de corte racial. E, concomitantemente, demonstrar como a emergência de uma estrutura institucional para tratar da diversidade dessas políticas possibilitaram em 2017 o estabelecimento da Superintendência de Inclusão Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD/UFPR). A pesquisa toma como referências as pesquisas de Ciméa Bevilaqua (2005); Paulo Vinícius Baptista da Silva (2008, 2022); Liliana Porto (2011) e Emerson CERVI (2011). E também relatos de servidoras e servidores responsáveis por diferentes áreas e ações da SIPAD.³ O material etnográfico revela que para a consolidação das políticas afirmativas para pessoas negras na graduação, na pós-graduação e no serviço público federal é preciso um esforço coletivo das diferentes instâncias e segmentos da comunidade universitária.

Palavras chave: Políticas Afirmativas, Cotas Raciais, UFPR

MR14: Circuitos de criminalização: refletindo com gênero, sexualidade e raça

Diante da progressão de políticas de encarceramento em massa e de violência letal, bem como do desmonte de direitos, presenciamos um momento de acirramento de tensões que atualizam contextos de precariedade de determinadas populações. Partindo de experiências de pesquisa pautadas por teorias feministas interseccionais, essa Mesa Redonda propõe um debate sobre diferentes circuitos de criminalização vividos em contextos urbanos sudestinos, especificamente nas cidades de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, pensando a continuidade analítica entre esses territórios. Nosso intuito é refletir sobre diferentes tecnologias de controle e vigilância de corpos e territórios — assim como seus agenciamentos e formas de resistência — tomando como foco central a articulação de marcadores de gênero, sexualidade e raça. Considerando interlocuções-chave para o desenvolvimento de trabalhos de campo atentos a estas categorias de diferenciação, compartilharemos também os desafios inerentes aos percursos etnográficos realizados junto a pessoas construídas historicamente como indesejáveis, cujos itinerários cotidianos são atravessados por obstáculos políticos que não podem ser considerados menores por quem pretende seguir desenvolvendo uma antropologia interessada nas assimetrias de poder.

Palavras chave: criminalização; interseccionalidade; tecnologias de controle

Coordenação: Juliana Farias (Unicamp)

Debatedor/a: Rachel Barros (Cidades)

Participantes: Vanessa Sander (Unicamp), Everton Rangel (MN/UFRJ)

MR15: Criando gentes e antropologias: maternidades dentro e fora das universidades

As maternidades têm ocupado cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas, mobilizando pesquisas, publicações e articulações variadas nos diferentes campos das Ciências Sociais. Esse cenário se acentuou no contexto da pandemia de COVID-19, com o escancaramento da centralidade das tarefas reprodutivas na organização da vida social. A sobrecarga materna expõe a relação do trabalho reprodutivo com o trabalho acadêmico e convida novos diálogos sobre o trabalho em antropologia. Trabalhos de campo prolongados, imersão em contextos perigosos, rotinas de trabalho e estudo incompatíveis com o cuidado de crianças, ambientes universitários despreparados para o acolhimento de lactantes, financiamentos de pesquisa que não consideram as especificidades das dinâmicas familiares. Esses e outros tantos cenários são recorrentes no fazer antropológico e têm sido aceitos como universais, servindo como parâmetro para a organização da disciplina. Esta Mesa Redonda tem o objetivo de discutir sobre como as antropólogas articulam o trabalho acadêmico e intelectual com o manejo das redes de cuidado em que estamos inseridas. Buscamos refletir sobre o que significa ser mãe e antropóloga, considerando as particularidades (ou lugares comuns) que o campo da antropologia traz para essas experiências da vida e identificando os desafios enfrentados pelas pesquisadoras-mães em um cenário político que promove a precarização do trabalho com pesquisa.

Palavras chave: Maternidades; Trabalho acadêmico; Trabalho reprodutivo

Coordenação: Renata Albuquerque (FCL)

Participantes: Dayana de Cordova (UFSCar), Marina Novo (Unicamp), Tatiane Duarte (UnB)

Apresentação Oral

Maternidade: condições e perspectivas de trabalho na antropologia

Dayana de Cordova

A maternidade pode ser uma experiência radical que altera (em diferentes modos e níveis) o feixe de relações e as conexões que constituem a vida de uma pessoa. É notório para nós, pessoas antropólogas, o quanto em sociedades ocidentais o cuidado, o fazer e suportar vidas,

é um trabalho tido como menor, não reconhecido e mal remunerado, quando remunerado - e, não por acaso, relegado às mulheres. Mas o que se passa em relação a isso nos meandros da antropologia, um campo de estudos onde nos percebemos como progressistas? Em que medida questões dadas mundo afora, como a exclusão de mulheres mães do mercado de trabalho, se passam também na antropologia? Considerando o campo acadêmico como sendo, hoje, o principal espaço para a atuação da pessoa antropóloga no Brasil, quais são as dificuldades impostas às mulheres que se tornam mães já estando institucionalizadas? E para aquelas que se tornam mães antes da entrada na academia como docentes e pesquisadoras, há um depois dentro da antropologia? A presente fala se construiu a partir de conversas com diferentes mulheres mães antropólogas e suas experiências sobre a prática profissional atravessada pela maternidade.

Palavras chave: maternidade; trabalho; antropologia

Apresentação Oral

Mães em campo: sobre fazer etnografia pós-maternidade

Marina Novo

A antropologia enquanto disciplina tem, na etnografia, um de seus principais diferenciais metodológicos e críticos. A combinação do processo de imersão em campo com a posterior imersão textual compõem uma prática que alimenta e é alimentada pela teoria, criando um corpus bastante robusto que dá substância à disciplina. Ao longo das últimas décadas, muito já se debateu acerca do fazer etnográfico e seus desafios e peculiaridades, especialmente no que diz respeito à presença (ou não) do autor no texto, bem como à própria ideia de autoria. Todavia, muito pouco (ou nada) se falou sobre as condições de produção desse conhecimento, quando se trata de pesquisadoras que são ou que se tornam mães ao longo de suas pesquisas. Quais as implicações dessa transformação na condição de vida dessas pesquisadoras em suas práticas de pesquisa e produção de textos? De que forma a maternidade impacta ou não, nas relações de pesquisa e nas etnografias produzidas? A intenção desta fala será, a partir do relato de pesquisadoras-mães, refletir, por um lado, sobre a invisibilidade e as dificuldades impostas pela maternidade nos espaços acadêmicos e, por outro lado, sobre os potenciais impactos positivos dessa experiência de criar gente no processo de produção de etnografias.

Palavras chave: Maternidade; Etnografia; Antropologia

Apresentação Oral

Esconderijos e subterrâneos das maternidades na antropologia

Tatiane Duarte

Esta comunicação se inspira na retomada da história da antropologia considerando a produção intelectual e a contribuição de mulheres para a formação da nossa disciplina (CORREA,

2003). Sabemos que sua fundação tem referência colonial e a definição de seus cânones e clássicos foram constituídos hegemonicamente por homens do norte global construindo um quadro epistêmico com assento para bem poucos. Diante de fundadoras e de referências teóricas faltantes e de não-ditos sobre as contribuições teóricas de mulheres para a antropologia (BRANCO et al., 2018), alocamos as maternidades como mais um marcador de ausência e de exclusão. Contemporaneamente, antropólogas mães continuam enquanto posicionalidades presentes nas construções de pesquisa, nas escritas etnográficas, nos aportes teóricos e nas posições ocupadas, mas pouco reveladas, menos ainda se evidencia como muitas de nós não ocupamos cargos efetivos nas universidades ou quando ocupamos possuímos condições de trabalho mais precarizadas. Considerando as maternidades encobertas em nossas antropologias, dialogamos com o debate feminista e as discussões públicas atuais que reconhecem os enfrentamentos a serem feitos para a concretização de igualdade e de direitos. Até por que, mesmo que mães e crias existam, diversamente, em todos os grupamentos sociais que estudamos, não são ainda reconhecidamente vozes epistêmicas, são corpos objetificados e subalternizados. Para as mães, os tempos parecem ter sido sempre extremos, inclusive entre nós, antropólogas. Diante desse desafio, consideramos a maternidade enquanto fato social e composição possível às mulheres pesquisadoras, mas que apresenta novos princípios e limites ao nosso tempo de trabalho exclusivo. E que, de modo pungente, contribui para novos olhares epistemológicos e perspectivas metodológicas porque provoca, literalmente, a repovoação de nossos fazeres antropológicos e de nossos agenciamentos políticos como intelectuais em uma sociedade estruturalmente desigual.

Palavras chave: história da antropologia; antropólogas mães; outras antropologias

MR16: Desafios contemporâneos sobre a ética em pesquisa: o plural em questão em tempos inquietantes!

A proposta da presente Mesa Redonda consiste em desenvolver uma discussão sobre as diferentes formas emprestadas à regulação e governança científica no domínio da ética em pesquisa. Tomando como foco os diferentes campos de conhecimento das Ciências Sociais e Humanas, tal proposição tem como interesse olhar contrastivamente esses modelos de controle da pesquisa, seja do ponto de vista dos contextos socioculturais, seja quanto às distinções internas entre as áreas do conhecimento no que diz respeito às múltiplas compreensões do que possa ser a "ética" da pesquisa. Essa Mesa é produto das atividades do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da Associação Brasileira de Antropologia, que tem como objetivo difundir o debate sobre o tema da ética em pesquisa e, simultaneamente, da produção de reflexões que possam culminar em possíveis medidas e caminhos para a conformação de uma governança científica da ética em pesquisa pautada por princípios democráticos,

republicanos, correspondentes à diversidade de práticas dos pares das suas respectivas áreas do conhecimento e aberta ao diálogo entre perspectivas plurais.

Palavras chave: governança, científica, pesquisa

Coordenação: Fabio Reis (UFF)

Debatedor/a: Hully Falcão (Fiocruz)

Participantes: Alexandre Martins (Instituto Politécnico de Portalegre), Monica Savedra (UFF), Mariano Daniel Perelman (UBA-CONICET)

Apresentação Oral

Instituciones, ética y validación del conocimiento en Argentina

Mariano Daniel Perelman

La presentación busca dar cuenta del modo en que el sistema científico son centrales para comprender los modos de producción. Para ello, la presentación se centra en el caso argentino, más específicamente en la implicancias de ser investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Por otro lado, también interesa discutir el modo en que producimos conocimiento, el modo en que se valida ese conocimiento y la ética en el proceso de investigación

Palavras chave: Argentina; Investigación; CONICET

MR17: Desafios éticos e metodológicos enfrentados por pesquisadores nos estudos sobre os usuários de substâncias psicoativas.

Mudanças vêm ocorrendo no campo dos estudos sobre o uso de substâncias psicoativas. Antropólogos focam suas atenções sobre um campo considerado apanágio quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito. A atenção dada aos aspectos culturais da questão traz uma série de implicações teóricas, metodológicas, políticas e éticas. Muita atenção deve ser, e é dada aos cuidados necessários para com a segurança e o respeito à dignidade humana dos sujeitos das pesquisas. Nesse escopo, surgem questões: a garantia da sua própria segurança, pois, sua presença em determinados contextos ou situações, pode comprometê-lo e colocá-lo em risco de ser acusado de apologia e auxílio ao crime ou sua participação em redes de tráfico de drogas; as mulheres pesquisadoras estão vulneráveis a assédios ou violências sexuais: a segurança e sigilo dos dados dependem da inviolabilidade de seus documentos, apontamentos, gravações, fotografias; os cientistas sociais não gozam do direito legal para garantir o sigilo de suas fontes;

a responsabilidade do pesquisador em relação às populações estudadas e das maneiras de devolver os resultados obtidos; os entraves burocráticos na academia em torno de pesquisas antropológicas, ao se propor que sigam os critérios dos estudos nas ciências da saúde; os prazos curtos e rígidos para a conclusão de pesquisas, limitando ao que se pode pesquisar. São esses alguns, os mais importantes, dos temas que esta mesa redonda pretende abordar.

Palavras chave: Desafios éticos metodológicos; Pesquisas antropológicas; substâncias psicoativas.

Coordenação: Regina de Paula Medeiros (PUC-Minas), Edward MacRae (UFBA)

Debatedor/a: Regina de Paula Medeiros (PUC-Minas)

Participantes: Claudia Girola (PF), Oriol Romaní (URV), Luana Malheiro (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA)

MR18: Deslocamentos, apropriações e disputas ao redor dos

Essa Mesa Redonda busca discutir a relação entre a categoria de “direitos humanos” e os sentidos que a mesma evoca, provoca e/ou suscita em diferentes campos de intervenção social, acadêmica, política e/ou jurídica. A partir das pesquisas e reflexões dos/as palestrantes, propomos analisar como a categoria “direitos humanos” se constrói, em diferentes contextos, como um campo de disputas e tensões, bem como resulta de apropriações oriundas de momentos históricos e políticos distintos ao longo dos anos. Assim, interessa-nos também debater os modos de habitar a categoria “direitos humanos”, assim como os seus deslocamentos e efeitos nas práticas sociais. Finalmente, propomos discutir as formas de engajamento antropológico em torno do assunto e os desafios colocados à antropologia, na análise dessa problemática. A proposta da Mesa resulta também do trabalho e das parcerias nos últimos anos da Comissão de Direitos Humanos da ABA, reunindo parte de seus/suas integrantes com vistas à produção de uma reflexão a partir de diversidade temática, regional e institucional, além daquelas referidas ao perfil dos/das participantes.

Palavras chave: Antropologia; Direitos Humanos; Moralidades

Coordenação: Lucía Eilbaum (UFF)

Debatedor/a: Flávia Melo (UFAM)

Participantes: Patrice Schuch (UFRGS), Jacqueline Moraes Teixeira (USP), Diego Zenobi (UBA-CONICET)

MR20: Direitos Humanos e educação sob ataque: neoliberalismo, conservadorismo e governo de subjatividades

Desde o golpe contra Dilma Rousseff vêm adentrando com fôlego o cotidiano de universos educacionais brasileiros iniciativas de natureza neoliberal e conservadora, capitaneadas por agentes públicos, privados, não governamentais e multilaterais, não raro articulados. Nesse contexto, propagam-se o movimento Escola sem Partido, a reforma do Ensino Médio no Governo Temer, bem como o programa de escolas cívico-militares e o apoio à educação domiciliar no atual governo. Essas iniciativas têm conjugado esforços para cercear a abordagem e a aplicação de direitos humanos fundamentais, os quais pressupõem considerar nas dinâmicas educativas as diversidades e desigualdades marcantes na sociedade brasileira, destacadamente incidentes sobre suas minorias políticas, em especial étnicas, raciais, religiosas, de gênero, sexuais e pessoas com deficiência. Esta mesa discutirá essa grave conjuntura, a fim de refletir taticamente sobre medidas na contramão desse fluxo. Acolhe-se como premissa ao debate o entendimento de que temáticas enquadradas no senso comum como “identitárias” ou de “costumes” não constituem “cortina de fumaça” em prejuízo do tratamento das questões político-econômicas de monta. Pelo contrário: justamente nessa arena e notadamente nos espaços de educação estão se cristalizando duros embates entre forças progressistas e reacionárias, com repercussões importantes no campo das subjetivações e do governo de sujeitos.

Palavras chave: Educação; Direitos Humanos; Neoliberalismo.

Coordenação: Juliane Bazzo (UFGD)

Participantes: Ana Paula Morel (UFF), Cristiano das Neves Bodart (Ufal), Osmundo Pinho (UFRB)

Apresentação Oral

Para além do "positivismo estratégico": descolonização da educação em tempos de conservadorismo

Ana Paula Morel

Diante dos graves ataques negacionistas e conservadores às ciências e à educação pública, observamos que uma resposta comum tem sido o retorno a um "positivismo estratégico", baseado no status incontestável do universalismo científico. Nesta perspectiva, as ciências são vistas como separadas da política e superiores a todos os outros conhecimentos - relegados ao

posto de crenças irracionais. Tal postura acaba, muitas vezes, por silenciar os movimentos de descolonização protagonizados por mulheres, negros, indígenas que têm produzido transformações potentes em diversos âmbitos da educação pública, ao se contraporem ao sujeito unitário nos moldes da branquitude e do patriarcado. Fica, então, a questão: como defender as ciências e a educação pública da ofensiva negacionista sem ameaçar a multiplicidade dos povos e movimentos de descolonização? A afirmação zapatista de "um mundo onde caibam muitos mundos" parece nos dar pistas interessantes pois permite pensar o caráter global da crise civilizacional que vivemos sem deixar de lado a defesa pela autonomia dos povos e a composição entre saberes científicos e indígenas.

Palavras chave: Descolonização; educação; conservadorismo

Apresentação Oral

Ascensão da extrema-direita e a Educação no Brasil

Cristiano das Neves Bodart

É inegável que nas últimas décadas o campo progressista alcançou avanços importantes na esfera educacional brasileira, mais notadamente nos currículos escolares (maior distanciamento da pedagogia tradicional, inclusão de novos temas e abordagens, reintrodução da Sociologia e da Filosofia, etc.), na produção de obras didáticas e na formação de professores(as) - ainda que insuficientes para garantir a manutenção. Essas conquistas tiveram desdobramentos importantes, inserindo novos agentes sociais na disputa pelo projeto educacional. Com a ascensão da extrema-direita, notadamente a partir do Golpe de 2016, o seu projeto político de combate ao que chamam de "marxismo cultural" passa a ter condições político-institucionais de ser posto em prática, sendo o currículo, a formação docente, os livros didáticos, as universidades e as escolas e os(as) professores(as) alvos desse plano. Tal projeto, capitaneado por agentes políticos e religiosos, se ancora em ideais neoliberais, conservadores e negacionistas que operaram nas dinâmicas macro e micropolítica, sendo sentidas pelos(as) professores(as) desde as salas de aula. A exposição nessa mesa visa traçar as condições que sustentam o atual contexto de ataques à educação, seus desdobramentos e caminhos para a resistência.

Palavras chave: Brasil; Educação; Extrema-direita

Apresentação Oral

Etnografando a Antinegritude na Escola Pública: Pensamento Situado e "Counter-School Culture" no Recôncavo da Bahia

Osmundo Pinho

Nessa apresentação faremos um balanço crítico da experiência de pesquisa levada a cabo no âmbito do Projeto Brincadeira de Negão: Subjetividade e Identidade de Jovens Homens

Negros no Recôncavo da Bahia. O projeto desenvolvido em seu formato original entre 2014 e 2019, abrigou o desenvolvimento de trabalhos de conclusão de graduação, mestrado e doutorado, além do trabalho de pesquisa do próprio coordenador. Abordaremos notadamente as contradições encontradas entre a objetivação antinegra materializada institucionalmente na escola e em seu entorno e os modos vernáculos através dos quais os jovens estudantes reelaboram a própria experiência, por meio do que Paul Willis discutiu como "counter-school culture". A formação da subjetividade racializada e gendered, mediada por estruturas de sentimento, reage e se articula a própria materialidade da antinegitude no plano da violência cotidiana e da atuação do Estado em suas margens, como poderemos ver por meio da discussão de alguns resultados do projeto.

Palavras chave: Antinegitude; Recôncavo da Bahia; Masculinidades.

MR21: Do Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil aos desafios de uma rede nacional de colaboração

A iniciativa do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA para a realização do Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil se estrutura a partir de uma rede nacional de colaboração, cujos desafios são de diferentes ordens. Essa rede é constituída por pesquisadores, estudantes e voluntários (as) das mais diferentes instituições e comunidades, distribuídas nas cinco regiões do país. Iniciada em dezembro de 2018, esse mapeamento visa identificar objetos e coleções etnográficas que estejam sob a guarda de museus, centros culturais e outras iniciativas culturais comunitárias. Seu principal objetivo é congregar num único local informações gerais sobre estas coleções, cujas informações na atualidade estão dispersas e pouco sistematizadas. Futuramente tais informações poderão ter distintos usos pela comunidade acadêmica, mas principalmente pelas comunidades e populações tradicionais associadas às coleções. O propósito desta mesa é apresentar resultados preliminares, trazendo para a discussão dificuldades e avanços metodológicos, éticos, teóricos e conceituais.

Palavras chave: Mapeamento; Coleções etnográficas; Museu

Coordenação: Adriana Russi Tavares de Mello (UFF)

Debatedor/a: Marília Xavier Cury (Museu de Arqueologia e Etnologia USP)

Participantes: Lucia van Velthem (Museu Paraense Emilio Goeldi), Alexandre Gomes (UFPE), Geslline Giovana Braga (UFPR), Adriana Russi Tavares de Mello (UFF)

Apresentação Oral

Museus etnográficos: territórios de (re)significações

Adriana Russi Tavares de Mello, Lucia van Velthem

A presente comunicação se volta para os museus enquanto territórios de atuação na garantia do direito à memória de modo amplo. Em relação aos povos indígenas, a natureza histórica das coleções etnográficas amplia a compreensão das relações estabelecidas no passado com os não indígenas. Ademais, tais coleções permitem desencadear, entre esses povos e no presente, processos de (re) significação voltados para questões relativas ao patrimônio cultural, a memória social, e aos campos de atuação identitária, contribuindo de modo efetivo para o protagonismo político atual dos povos indígenas.

Palavras chave: Museus etnográficos; coleções; povos indígenas

Apresentação Oral

Muito além de objetos e coleções

Geslline Giovana Braga

O mapeamento das coleções etnográficas na Região Sul do Brasil, tem revelado além de quantidades de museus que abrigam coleções de objetos de indígenas, caiçaras, quilombolas e imigrantes, as realidades das instituições museais, principalmente no estado Paraná. Muitas das instituições municipais padecem com a ausência de políticas públicas permanentes para museus, são geridas ao sabor de administrações sem especialistas e aos poucos diante da sua própria decadência e precariedade deixam de produzir sentidos para a própria comunidade e detentores. Como o Mapeamento das Coleções Etnográficas da Associação Brasileira de Antropologia pode contribuir para pensar políticas públicas para museus municipais e comunitários serão os temas abordados nesta explanação.

Palavras chave: coleções etnográficas; museus; Região Sul

MR22: Duzentos anos do Tribunal do Júri no Brasil: gênero, mídia e direitos em disputa

Em 18/06/1822, um decreto de D. Pedro I instituiu o Tribunal do Júri no Brasil, prevendo a sua competência para julgar “causas de abuso da liberdade da imprensa” e determinando que “24 cidadãos escolhidos de entre os homens bons, honrados, inteligentes e patriotas” seriam os “Juizes de Facto”. Desde então, sua persistência e as muitas reformas pelas quais passou expressam tensões centrais pertinentes a conceitos e direitos como cidadania e liberdade, dentre muitos outros. Destacaremos questões especialmente relativas ao gênero de réus e vítimas, reportando-nos à recente lei que aprovou o feminicídio (13.104/2015) e tem levado aos plenários casos de violência doméstica e familiar, bem como debates sobre o que configura “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. A partir da análise do também recente

e em andamento caso da ex-deputada federal Flordelis, acusada de mandar matar o marido, abordaremos a relação entre Júri e imprensa, ambos responsáveis pela (des)construção de sujeitos morais e de suas imagens públicas. O tema do processo de tomada de decisão pelos jurados que, no Brasil, dentre outras peculiaridades, são submetidos ao princípio da incomunicabilidade, sendo-lhes vetado deliberar coletivamente, também será abordado. Enfim, frente a outros modelos de Júri, o brasileiro tem certas características que merecem análises acuradas, pois o que se apresenta nas arenas jurídicas é o que também está em disputa no campo sociopolítico.

Palavras chave: Tribunal do Júri; gênero; mídia4

Coordenação: Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP)

Participantes: Rochele Fellini Fachinetto (UFRGS), Luiz Eduardo de Vasconcellos (UFRJ), Danni Sales (Ministério Público do Estado de Goiás)

Apresentação Oral

Entre verdades, moralidades e práticas discursivas: o Caso Flordelis e o tribunal do júri

Luiz Eduardo de Vasconcellos

A presente apresentação tem por objeto a descrição e análise das condições de produção discursiva e o lugar dos juízos morais (julgamentos morais) nos contextos das práticas institucionais da Imprensa e da Justiça Criminal (tribunal do júri), no que se refere ao caso criminal da pastora Flordelis, acusada de ser a mandante da morte do seu esposo, o pastor Anderson (caso de repercussão midiática). Partimos da posição analítica de que as verdades jurídica e jornalística são os produtos mais acabados das lógicas de funcionamento de certas instituições. Seguindo esta afirmação, podemos dizer que a verdade é um efeito de sentido. Por outro lado, buscamos compreender o lugar dos juízos morais nas práticas institucionais. As práticas discursivas que constituem os processos de construção da notícia (Imprensa) e de documentos judiciais (no Inquérito Policial e Processo Judicial) encontram-se atravessados por avaliações/julgamentos morais dos atores envolvidos nos eventos interpretados como crimes. Todo esse conjunto de práticas desagua no palco do plenário do tribunal do júri. O julgamento moral é elemento constitutivo das práticas judiciais e jornalísticas e se encontra profundamente implicado no processo de produção da verdade.

Palavras chave: Verdade jurídica, verdade jornalística, tribunal do júri, justiça criminal

Apresentação Oral

Homicídios ou feminicídios? As disputas jurídicas e morais no Tribunal do Júri em casos de violência letal contra as mulheres

Rochele Fellini Fachinetto

A violência letal contra mulheres emerge como pauta no debate público no Brasil no final dos anos 70, a partir de um caso bastante emblemático da justiça brasileira que foi o assassinato da Ângela Diniz por seu então companheiro Raul Fernando do Amaral Street. O caso teve ampla repercussão na mídia e, em decorrência da absolvição do réu no primeiro julgamento, grupos feministas se mobilizaram e não apenas passaram a denunciar a violência contra as mulheres como se posicionaram contra o desfecho jurídico, problematizando a atuação da justiça nesses casos. Desde então, não apenas um conjunto de políticas públicas passaram a ser implementadas na sociedade brasileira visando o enfrentamento da violência contra a mulher, como também se constitui um campo de estudos muito profícuo, que analisa tanto os fenômenos de violência contra a mulher quanto a atuação do sistema de justiça criminal nestes casos. Entretanto, diante não apenas da permanência de altos índices de variadas formas de violência contra a mulher, mas sobretudo, pelo crescimento expressivo dos homicídios de mulheres no Brasil desde a década de 80, foi sancionada em 09 de março de 2015, pela então presidenta Dilma Rousseff, a Lei 13.104 que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o inclui no rol de crimes hediondos. A lei estabelece que o feminicídio ocorre contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, que ocorre quando o crime envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Essa alteração normativa tenciona mudanças nos procedimentos do sistema de justiça criminal, tanto do ponto de vista da investigação, quanto na instrução criminal e nos julgamentos pelo Tribunal do Júri, a partir do momento em que a própria categoria do feminicídio torna-se um objeto de disputa jurídica - no sentido de sustentar pelas provas apresentadas e pela configuração do crime em quais situações se aplica a qualificadora de feminicídio. Nesse sentido, a proposta desta exposição consiste em refletir como a inclusão da categoria feminicídio vem sendo recepcionada no âmbito dos julgamentos pelo Tribunal do Júri. Buscando comparar julgamentos em casos de homicídio de mulheres com aqueles nos quais a qualificadora de feminicídio foi utilizada, tencionamos aprofundar a reflexão sobre como o marcador de gênero é mobilizado nestes casos, como são sustentadas as teses em torno do "menosprezo ou discriminação à condição de mulher" e quais as disputas jurídicas e morais que tomam espaço nesses julgamentos.

Palavras chave: Feminicídios; Homicídios de mulheres; Tribunal do Júri.

MR23: E se a culpa não for só dos evangélicos?

Nos últimos anos, comentaristas políticos concluíram que evangélicos conservadores empurraram o Brasil para a extrema direita no espectro político. Apesar de indicações de que não se pode generalizar o campo evangélico, e de propensões a dar visibilidade a setores

progressistas, análises sobre Evangélicos tenderam a enfatizar uma coesão eleitoral em 2018, o que vem causando consternação a certas elites brasileiras que se apresentam como anti-bolsonaristas, sejam políticas, econômicas e/ou acadêmicas. Essa mesa se propõe a problematizar essas análises a partir de algumas questões centrais: 1) A concentração de pesquisas sobre o campo evangélico nos últimos anos, e o efeito desta nas análises mais relacionais sobre articulações políticas conservadoras e autoritárias entre campos religiosos cristãos, e em movimentos político-religiosos não cristãos; 2) Uma tendência nessas pesquisas de inferir o “comportamento dos evangélicos” (seja esse moral ou eleitoral) a partir de discursos público-midiáticos de pastores e igrejas. Pretendemos retomar a centralidade de estudos sobre evangélicos baseados em pesquisas etnográficas que assumem como central o emaranhado complexo de suas experiências cotidianas de marginalização, e as profundas mensagens de luta, perseverança, esperança e vitória vivenciadas nestes contextos. O presente debate pretende deslocar o automatismo heurístico que funde pertencimento evangélico e adesão à direita, e busca discutir melhor a agência político-religiosa.

Palavras chave: Religião, política, evangélicos

Coordenação: Carly Machado (UFRRJ)

Participantes: Mariana Côrtes (UFU), Martijn Oosterbaan (Universidade Utrecht)

MR24: Emoções, Instituições e Temporalidade

A Antropologia das Emoções é um campo que vem se expandindo no Brasil há pouco mais de duas décadas. De uma concentração inicial em temas associados à vida privada – tais como a sexualidade, o corpo ou experiências de saúde/doença -, o rol de temáticas contempladas se expandiu em direção a fenômenos da vida pública - tais como movimentos sociais, violência urbana, política, instituições e universos profissionais, entre outros. Esta mesa-redonda traz três exposições que abordam a maneira como as emoções se constituem em uma porta de entrada para a compreensão das instituições, em suas dimensões organizacionais, em seus imaginários e em seus efeitos sobre o cotidiano. Três são as emoções contempladas nas exposições: a) a nostalgia e seu papel no imaginário desenvolvimentista nas políticas de produção de energia elétrica na Argentina; b) o medo presente nas experiências de mulheres policiais argentinas vítimas de violência sexual e sua relação com a instituição policial; e c) a tensão entre frustração e esperança, tensão essa produtora de incerteza, e seu lugar em processos de mudanças legislativas em Portugal. Perpassando essa relação entre emoções e instituições, há um segundo tema correlato: a natureza do jogo que estas emoções entretêm com o tempo, interligando passados idealizados e futuros antevistos, desejados ou temidos, em uma tessitura que perpassa a vivência do presente no cotidiano.

Palavras chave: emoções; instituições; temporalidade

Coordenação: Maria Claudia Coelho (UERJ)

Debatedor/a: Vinicius Kauê Ferreira (UERJ)

Participantes: Ana Spivak L Hoste (CIS CONICET IDES), Antónia Lima (ISCTE), Mariana Sirimarco (UBA)

Apresentação Oral

**Entre a vergonha e a motivação para conseguir uma vivida que vale a pena ser vivida.
Gerir emoções e lidar com instituições**

Antónia Lima

Com base no trabalho de campo realizado em Portugal entre 2012-14, irei explorar o impacto das políticas de austeridade nos quotidianos das pessoas, nos modos de gerir as suas vidas, mas também na sua perceção de si e na experiência da existência quotidiana. Analisaremos as dimensões subjetivas e experienciais da austeridade a partir de duas perspetivas: 1) os modos colaborativos e formas de solidariedade que as pessoas desenvolveram para superar as adversidades decorrentes do decréscimo dos orçamentos familiares e diminuição das condições de vida; 2) os sentimentos de falhanço, angústia, incerteza e raiva que cresceram em Portugal quando a população viu muito diminuídas as suas possibilidades de satisfazer as necessidades quotidianas. Recorrer às instituições estatais e não governamentais é uma solução para viabilizar a subsistência que implica, no entanto, a exposição pública das privações, situação geradora de sentimentos de humilhação e vergonha. Tais sentimentos destruturantes da pessoa decorrem das formas concretas como as políticas publicas são vividas pela população, às quais não é alheia a narrativa sobre as necessidades do país e a impreparação da população promovida pelo Estado.

Palavras chave: Vergonha; esperança; cuidado

MR25: Etnografia das águas urbanas: tempos, escalas e desigualdades na produção das cidades

O manejo e a gestão das águas urbanas têm sido cada vez mais central para compreendermos os processos de produção das cidades em suas diferentes escalas e temporalidades. A maioria das cidades brasileiras nasceu no entorno de rios e mares, e as águas doce e salgada aparecem como bem vital, como meio de transporte, fonte de alimentos e possibilidade de trabalho e lazer, ao mesmo tempo em que conectam diferentes cidades, estados e meio-ambientes. No século XX, a gestão das águas urbanas passava pela construção de barragens, canalização de rios, aterramento de manguezais e pela construção de infraestruturas de abastecimento de água e

saneamento, cujos efeitos são vividos no presente. O crescimento populacional nos séculos XX e XXI fez da gestão da água um grande problema na produção da vida cidadina, que se soma à contaminação dos rios pelo esgoto produzido no espaço urbano e rural. O século XXI inicia-se com as graves consequências das mudanças climáticas, e o racionamento de água vem se tornando uma condição constante nas cidades brasileiras, produzindo efeitos de classe, raça e gênero na vida cotidiana das populações urbanas. Esta mesa redonda trata as águas urbanas como importante objeto de pesquisa etnográfica. A partir da água discutiremos problemas sociais contemporâneos urgentes. Partimos das cidades do Rio de Janeiro e de Porto Alegre para pensarmos como a produção das cidades e suas desigualdades passam pela gestão, manutenção e distribuição diferencial das águas.

Palavras chave: Água; Produção das Cidades; Infraestruturas Urbanas

Coordenação: Camila Pierobon (CEBRAP)

Debatedor/a: Alessandro Angelini (Johns Hopkins University)

Participantes: Julia O'Donnell (UFRJ), Mariana Cavalcanti (UERJ), Ranna Correa (UFRGS)

Apresentação Oral

"Água morro acima: cotidianos e infraestrutura urbana na Providência (1876-1899)"

Julia O'Donnell

A apresentação propõe uma reflexão sobre o processo de urbanização do morro da Providência, no Rio de Janeiro, a partir de testemunhos sobre o acesso à água por parte de seus moradores. Ao revisitar a história de ocupação daquele morro a partir dessa perspectiva o trabalho visa discutir, por um lado, o modo como a relação com a água moldava, de diferentes formas, o cotidiano dos moradores; e, por outro, o que as condições de abastecimento de água do Morro da Providência podem revelar sobre processos mais amplos de urbanização e produção de desigualdades. Partindo de registros de natruza distinta - tais como jornais, mapas e documentos oficiais -, a apresentação se estrutura sobre uma pesquisa ainda em andamento, que tem por objetivo analisar aspectos pouco conhecidos dos primeiros anos de ocupação dessa que é conhecida na literatura especializada como a primeira favela do Brasil. A água emerge, assim, como uma porta de entrada empírica, num exercício que evidencia o rendimento analítico das infraestruturas urbanas em estudos voltados a processos de produção e construção social das cidades.

Palavras chave: Água; Morro da Providência; Urbanização;

Apresentação Oral

Rio, cidade aterrada

Mariana Cavalcanti

Esta apresentação relata os primeiros achados de um projeto de pesquisa recém iniciado sobre a urbanização do Rio de Janeiro à luz dos entrelaçamentos históricos entre a produção da cidade e o manejo e governança das águas urbanas no cotidiano. O objetivo mais amplo da pesquisa é etnografar as múltiplas relações dos cariocas com as diversas águas da cidade ao longo do tempo. Nesta apresentação, sugiro que essa perspectiva pode trazer novas questões para uma antropologia urbana concernida não apenas com os modos de vida na cidade, mas com também com a sua produção no cotidiano e ao longo do tempo. Em um primeiro momento, faço um apanhado de estudos etnográficos recentes sobre o tema das infraestruturas urbanas para discutir como essa perspectiva permite a construir novos objetos de escalas de análise sobre temas clássicos dos estudos sobre cidades e da antropologia urbana. Em seguida, a comunicação se debruça sobre a centralidade do manejo e distribuição das águas urbanas a partir dos casos dos aterros resultante dos desmanches de morros das áreas centrais da cidade, em diferentes momentos da urbanização carioca (Morro do Senado entre 1880 e 1906, Morro do Castelo, em 1921 e o Morro de Santo Antonio, ao longo dos anos 50). Esses mega aterramentos, por sua vez, chamam a atenção para a centralidade dessa tecnologia da produção do espaço urbano carioca tal como o conhecemos.

Palavras chave: águas; urbanismo; infraestruturas;

Apresentação Oral

Quando a "peleja" da água vira a saga da luz: articulações de cuidados no Morro da Polícia.

Ranna Correa

A proposta compõe parte da minha pesquisa de doutorado focada nas articulações de mães e responsáveis em busca de vaga na educação infantil. É nesse contexto de articulações de cuidado de crianças pequenas que a pauta sobre articulações - seja na vizinhança, na esfera pública, ou seja com políticos - ganha força à medida em que o cotidiano revelava outras prioridades. Ao entender a água como um dos objetos que conectam a vida íntima à vida pública e política da cidade (Anad,2017; Schnitzler,2016), discuto a importância da água nas dinâmicas de cuidado, mas também como um elemento capaz de engajar lutas sociais no processo de fazer cidade. Portanto, esta proposta pretende discutir a partir das articulações de Teca, mãe, liderança comunitária e moradora do Morro da Polícia em Porto Alegre, como a luta pela água encanada e pela energia elétrica estão conectadas para pensar as relações de cuidado no o espaço urbano periférico em que vivem. A biografia de Teca ao mesmo tempo em que lida com a precariedade do abastecimento de água e energia elétrica em sua casa, também reivindica na esfera pública o acesso à água e à energia elétrica como um direito coletivo. Sua vida cotidiana marcada pela "peleja" é importante para refletirmos sobre a centralidade dos problemas contemporâneos relacionados à infraestrutura, bem como os emaranhados de relações sociais e políticas envolvidas (Appel, Anand e Gupta, 2015), que

revelam experiências desiguais, genereficadas e racializadas na produção da vida compartilhada na cidade.

Palavras chave: água; cuidado; raça

MR26: Etnografias do/no sistema prisional: Método, campo, reflexividade e ética

Interpelar etnograficamente a normalização da cultura do castigo, práticas (extra)legais e (extra)judiciárias de punição e controle ao longo da história constitui pauta importante na agenda de pesquisa de diferentes áreas, notadamente das Ciências Sociais e Humanas. O que significa punir/controlar, especialmente no sistema de justiça criminal brasileiro? Por que punir/controlar? Como se pune/controla? Quem pune/controla? A quem se pune/controla? Para responder a estas e outras questões pesquisadores/as têm buscado a etnografia, enquanto método focado no trabalho de campo, mas também enquanto postura e reflexividade em pesquisa empírica, considerando os aspectos éticos e seus desdobramentos. Propõe-se, neste painel, reunir pesquisadores/as e seus trabalhos sobre o campo em tela, em perspectiva local e também comparada, de maneira a visibilizar diferentes olhares etnográficos sobre as prisões e mecanismos de controle estatal em torno do modelo carcerário, dando especial atenção para questões tais como: seletividade penal, encarceramento em massa, facções prisionais, política de “guerra às drogas”, adolescentes infratores/as, mulheres encarceradas, presos/as LGBT, trabalho prisional, familiares de presos/as, egressos do sistema, alternativas penais vs. penas alternativas, usos discursivos e práticos da tortura, estado de exceção nas prisões, métrica e violência de Estado, vigilância e controles eletrônicos, governamentalidade neoliberal e monetarização da vida, entre outras.

Palavras chave: etnografia; sistema prisional; punição.

Coordenação: Juliana Melo (UFRN)

Debatedor/a: Welliton Caixeta Maciel (UnB)

Participantes: Marcus Cardoso (UNIFAP), Carolina Lemos (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), Natasha Krahn (UFBA), Juliana Melo (UFRN)

Apresentação Oral

Quando os "direitos humanos" visitam a cadeia

Carolina Lemos, Marcus Cardoso

A proposta dessa apresentação é discutir a presença, a prática e os sentidos dos "direitos humanos" em prisões. Como ponto de partida, analisaremos as concepções de direitos

humanos formuladas por mulheres e homens presos que puxavam pena no Distrito Federal e de que forma elas se associam a uma política de desumanização dessas pessoas, marcada por experiências reiteradas de violência institucional, exclusão discursiva e desconsideração nas instituições prisionais. Neste campo etnográfico, os "direitos humanos" são concebidos não como entidades universais e abstratas, mas como pessoas que visitam a cadeia e depois partem. Nesse sentido, ao contrário do regime de desumanização de pessoas privadas de liberdade no âmbito das prisões, os "direitos humanos" são humanizados, encarnados em pessoas cuja prática que se situa no plano concreto das relações intersubjetivas. A partir desse pano de fundo, aprofundaremos a reflexão sobre essa prática dos "direitos humanos" nas prisões; quem são, o que fazem e como são percebidos. Além da interlocução com pessoas privadas de liberdade desde o ano de 2013, nossa análise se baseia no diálogo próximo com familiares dessas pessoas que atuam na luta por seus direitos a partir de 2019, e da experiência de atuação como perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que teve início em setembro de 2021.

Palavras chave: Direitos humanos; prisões; desumanização.

Apresentação Oral

Circularidades: mulheres, familiares de presos e "guerra às drogas"

Juliana Melo

A proposta é refletir sobre o crescimento das taxas de aprisionamento de mulheres, sobretudo, vinculada aos crimes por tráfico de droga e/ou associação criminosa. Fundamento-me em uma pesquisa de campo na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), em que entrevistei 18 mulheres classificadas legalmente como traficantes e popularmente como mulas. Transportavam drogas dentro de seus próprios corpos para estabelecimentos prisionais quando visitavam parentes presos (majoritariamente filhos e companheiros) e foram presas nesse processo. Embora não trate de uma situação nova, o debate continua desafiador em termos acadêmicos, sendo restritos os estudos que demonstram como as mulheres circulam pelas prisões adotando diferentes posições (nesse caso, visitantes e, posteriormente, traficantes e presidiárias) e como existem elos de continuidade entre esses dois polos. A proposta é também refletir criticamente sobre o que definimos como tráfico, traficantes e discutir os impactos sociais que o encarceramento feminino produz - já que corrobora para a desestruturação de famílias já fragilizadas. Há, desse modo, um processo de transmissão intergeracional da condição de pobreza e, no limite, da própria condição de pessoas privadas de liberdade, o que evidencia a falta de proteção das mulheres no sistema de justiça criminal e a "eficácia" da política de guerra às drogas no que se refere ao controle desse grupo e manutenção de sua condição de vulnerabilidade.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

Exclusão discursiva no cárcere

Marcus Cardoso, Carolina Barreto Lemos (MNPCT)

Neste paper, apresento o material etnográfico e interpretações, elaborados por Carolina Lemos e por mim, acerca dos significados que as pessoas em situação de privação de liberdade no Distrito Federal dão a suas experiências cotidianas, com especial foco nas situações, relatos e percepções desses atores sociais relacionados àquilo que classificamos como processos estruturais de exclusão discursiva no âmbito desse contexto. A partir de nossos dados de campo, sustento que estes processos são uma dimensão central do puxar pena, não apenas configurando uma forma em si de desconsideração, como também a própria condição necessária para a manutenção de um quadro estrutural de violência e violações a direitos no cárcere.

Palavras chave: prisões; exclusão discursiva; desconsideração

Apresentação Oral

"Seu funcionário, sou residente": reincidência penal sob a ótica das interações cotidianas em unidades prisionais e narrativas de vida.

Natasha Krahn

A proposta deste paper é apresentar parte dos resultados da pesquisa de doutorado, que teve como objetivo compreender como se configuravam a vida de pessoas que tinham suas trajetórias entrecortadas por experiências de privação de liberdade desde a adolescência. Aqui me proponho a apresentar como a reincidência penal se apresenta a partir das interações cotidianas nas unidades prisionais do estado da Bahia. Ao analisar cenas do cotidiano em diálogo com as histórias de vida, busco demonstrar como a prisão, para algumas pessoas, passa a se tornar parte constituinte de suas trajetórias e redundando em dependência institucional. Discuto assim, como a prisão acaba adicionando complexidades e ambiguidades específicas a trajetórias já perpassadas por uma série de violações, violências e injustiças, desde a infância. Portanto, minha exposição se centra nas conexões entre o dentro e o fora da prisão e processos de (des)continuidades das relações sociais inclusive com o espaço institucional. Para funcionários/servidores há uma normalização desses processos de constante retorno às unidades prisionais. E essa normalização acaba invisibilizando e minimizando a dor e o sofrimento vivido por essas pessoas, ou seja, invisibilizando a vida destas enquanto vida. Em contrapartida, para as pessoas que vivem estas trajetórias há uma adaptação a essa realidade, ou seja, uma apropriação criativa das circunstâncias que as permitem navegar por esses trajetos sempre tentando sobreviver, que são permeadas de afetos, dor, sofrimento, revoltas, sentimentos de injustiça e desejo de que esta não fosse sua realidade.

Palavras chave: reincidência penal; trajetórias de vida; prisão

MR27: Genocídio encoberto: os povos indígenas isolados no Brasil

Atualmente vivemos no Brasil um aumento de práticas ilegais de exploração e expropriação dos territórios indígenas, combinadas com graves ameaças aos direitos indígenas nos âmbitos legislativo e judiciário. São várias as frentes de ataque, ao mesmo tempo promovendo um desmantelamento das políticas públicas de proteção aos territórios e direitos dos povos indígenas e a violência explícita contra esses povos. No caso dos chamados povos isolados chegamos ao extremo da vulnerabilização quando suas terras são desprotegidas e até mesmo sua existência negada pelos responsáveis pela sua proteção. Essa Mesa Redonda propõe apresentar e discutir a gravíssima situação em que se encontram os povos indígenas isolados no país. Serão também abordadas as ações de enfrentamento a essas ameaças que movimentos indígenas e indigenistas tem realizado.

Palavras chave: Povos indígenas isolados; políticas indígenas e indigenistas; direitos indígenas

Coordenação: Beatriz de Almeida Matos (UFPA)

Debatedor/a: Clarisse Jabur (UnB)

Participantes: Elias dos Santos Bigio (Operação Amazônia Nativa), Eriverto Silva Vargas (Univaja), Carolina Ribeiro Santana (OPI)

Apresentação Oral

Genocídio encoberto: os povos indígenas isolados no Brasil

Carolina Ribeiro Santana

Apresentarei um panorama do descumprimento da legislação nacional e internacional de proteção aos povos indígenas isolados e como o poder judiciário está reagindo quando demandado. Além disso, apresentarei um panorama da configuração penal do crime de genocídio, regulamentado no Estatuto de Roma explicando porquê as práticas do atual governo federal se enquadram neste tipo penal.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

Ameaças aos povos indígenas isolados no Estado de Mato Grosso

Elias dos Santos Bigio

Esta comunicação apresentará, de forma breve, as discussões realizadas no âmbito de organizações de apoio aos povos indígenas e do Estado Brasileiro visando à garantia dos direitos dos povos indígenas isolados. Esse processo resultou, no final da década de 1980 e no contexto de elaboração da atual Constituição Federal Brasileira, na institucionalização da política de proteção aos povos indígenas isolados, com a criação de normas legais e a implantação das Frentes de Proteção Etnoambiental. A análise terá como foco a situação atual de pressões e ameaças aos povos indígenas isolados e de recente contato no Estado de Mato Grosso.

Palavras chave: .

MR28: Habitar em meio a precariedades

A proposta da mesa é refletir sobre as diferentes formas de habitar a vida e a cidade por parte das populações periféricas em meio as múltiplas precariedades que atravessam o seu cotidiano. Partimos do pressuposto de que as precariedades não existem como resultado de “faltas” ou “ausências”, mas são politicamente produzidas e, sobretudo, integram a criação e o governo da vida. Destacaremos os agenciamentos manejados por moradores dessas áreas da cidade para lidar com um cotidiano permeado por destruição, incertezas, violências, opacidades e terror. Notamos que o estado de vigília é um modo que atravessa o viver nesses territórios, assim como, as formas de adoecimento, de racismo estrutural e institucional, os regimes de cuidado exaustivos (na maior parte das situações, a cargo das mulheres), as violências transgeracionais, as perdas abruptas, as incertezas e urgências. Na tarefa de garantir a existênciade si, de familiares e a continuidade do cotidiano, cálculos, “corres” e performances, por vezes complexos e idiossincráticos, são tecidos e modulados. A este cultivo da vida, somam-se os dilemas destes anos de pandemia, ou seja, em um mundo de descontinuidades e exclusões, as agências e táticas de contornamento e/ou de produção de outras linhas de vida ganharam dimensões morais, éticas e políticas ainda mais significativas.

Palavras chave: Habitação; Precariedade; Periferia

Coordenação: Adriana Fernandes (UERJ)

Debatedor/a: Adriana Vianna (UFRJ)

Participantes: Anelise Gutterres (UFRJ), Alexandre Magalhães (UFRGS), Adriana Fernandes (UERJ)

Apresentação Oral

Agências e agentes em uma periferia do Sul: neoliberalismo, pentecostalismo e ética

Adriana Fernandes

A configuração de um neoliberalismo no hemisfério Sul conjugado a um dispositivo governamental pentecostal que atua nas periferias tem nos instigado a compreender os modos como o Estado opera nas margens, assim como, as moralidades e éticas das camadas populares urbanas pobres que saltam desse quadro. Em muitas periferias da cidade do Rio de Janeiro são as relações entre a política e vida social, com agentes ligados ao Estado, a grupos de milícia e a igrejas evangélicas e pentecostais que produzem, não apenas a vida sob ameaça e em meio a violências cotidianas regulares e brutais, mas podem incluir relações de proximidade complexas, ambíguas e situacionais. No caso de minha interlocutora, que tenho chamado de Moema, a ética que a orienta é resultado do pertencimento ao território (espaço físico) em que nasceu e onde é reconhecida pelo diminutivo, em diálogo com as três irmãs que moram na mesma comunidade, pelas igrejas que frequentou/frequenta por décadas (Assembléia de Deus e IURD), por fim, pelas redes que construiu no movimento de mães e familiares de vítimas da violência estatal. No neopentecostalismo transcendentalista e pragmático que ela sustenta como um eixo fundamental de sua ética, há apropriações quanto aos repertórios morais que as igrejas veiculam. Moema produz uma ética e uma forma de vida, e fala isso utilizando casos e exemplos de seus percursos que pontuam as desigualdades de raça e gênero constituintes ao país: um padrão de maternidade específico (a mãe responsável pelos filhos), uma violência estatal direcionada aos povo negro (as mães tornam-se depositárias dessa memória), um neoliberalismo (a "era do PIX") onde cuidado e preservação dos seus se confunde a endividamentos e atenção vigilante às "ovelhas que se largaram do rebanho" . Por fim, um saber circulatório sobre as redes de assistência, comunicação e engajamento que não é banal. Na tarefa de entender como se reúnem esses elementos, a princípio incongruentes, percorreremos outros fios que Moema e sua família têm narrado. Com Moema e as irmãs, além do pentecostalismo, é preciso somar à comunidade onde vive as moralidades tecidas nos bailes, junto aos namoros e casamentos, na viração como guardadora de carros, as noitadas com um cunhado e as memórias desse tempo. No passado, a luta para cuidar dos filhos da irmã que bebia, a doença da mãe (que as irmãs julgam pelo pertencimento ao "espiritismo afro"), a batalha que travou para se separar do marido que a violentava e a que empreende para proteger o filho que esteve nas ruas. Esses percursos resultam em um território ético-existencial de muitos realces e imaginação questionadora que não apenas se combina ao dispositivo pentecostal, como surge atrelado a ele de maneira íntima.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

(Sobre)viver é habitar no/em movimento: as experiências urbanas das populações pobres e negras

Alexandre Magalhães

Em função de dificuldades de ordem material e simbólica, historicamente restou às populações pobres e negras realizarem um constante movimento, um deslocamento incessante para continuarem vivendo. Mesmo as políticas habitacionais e urbanas que lhes são direcionadas têm como pressuposto por em movimento estas populações. Isto é, tais políticas, geralmente, não representam a segurança existencial e material mínima de que uma vida possa se enraizar e consolidar durante um longo período num determinado lugar. Tendo em vista experiências anteriores e atuais de pesquisa, este trabalho propõe refletir sobre três ordens de questões: em primeiro lugar, uma distribuição desigual das circulações: quem circula, onde circula e como? Em segundo, como o fazer mover se apresenta como um dos mecanismos e aparatos de controle que constroem clivagens e desigualdades a partir desse pôr em movimento. Assim, tais mecanismos (estatais ou não) atuam na regulação dos movimentos de certos corpos, induzindo, inclusive, os ritmos de circulação e as fixações possíveis. Em terceiro, que uma das formas de contornar os efeitos perversos dessa política é justamente colocar-se em movimento. Mover-se para sobreviver. Nesse sentido, pensar o viver nas cidades como habitar no/em movimento é fundamental aqui porque circular é fazer espaço e, sobretudo, vida. Nossa cartografia de vida é feita de nossas movimentações e impossibilidades de movimentações e também de (im)possibilidades de fixação.

Palavras chave: Habitar; Movimento; Vida

Apresentação Oral

A casa na favela e a vida que corre contra o tempo

Anelise Gutterres

Reúno para esta apresentação alguns episódios narrados por uma das minhas interlocutoras de pesquisa, a qual chamarei de Nora. São testemunhos reunidos a partir de uma imersão compartilhada nas imagens dos seus álbuns de fotografia e que nos provocam a refletir sobre as múltiplas temporalidades e intensidades do seu cotidiano em uma vila no Morro Santa Teresa, localizado na cidade de Porto Alegre. Os relatos nos apresentam as diferentes formas de produzir a vida diante da "condição precária compulsória" (Gutterres, 2020) ao qual grande parte das mulheres negras e pobres estão submetidas no Brasil. No amplo debate sobre memória, temporalidade e narrativa — temas contemplados nas reflexões aqui propostas — meu objetivo no escopo desta apresentação é o de demarcar a importância dessas condições para pensarmos sobre algumas permanências na vida de Nora e o seu trabalho cotidiano de tecer a vida diante destas continuidades. Ao basear a narrativa do seu cotidiano no percurso pelo álbum de fotografia, Nora nos apresenta diversos passados possíveis a partir do presente vivido naqueles dias de inverno do ano de 2012 nos quais estivemos olhando juntas as suas fotografias. É também no percurso pelo álbum que ela reforça a centralidade da casa em sua vida, um núcleo organizador de fios de lembranças, linhas que permitem a ela percorrer, refletir, avaliar suas escolhas, feitos e êxitos. Endossando a perspectiva trazida por Marcelin

(1999:55) também compreendo aqui a casa como um centro de produção e contagem do tempo, já que ela também "se refere ao universo familiar em perpétua transformação". Tanto as diferentes casas de aluguel na qual Nora e sua família se instalam quando vem para Porto Alegre quanto a casa na Vila Gaúcha como a que morou Nora quando migra para o Morro Santa Teresa são algumas das possibilidades de morada que se oferecem nas andanças e circulações dos pobres nas cidades. Sempre apontadas pelo poder dominante como abjetas, incompletas e precárias, os adjetivos para as casas se transpõem para a população que nela vive e a fixação adjetivada assim como a condição de "trânsito incessante" marca a vida dessas famílias. Refletiremos junto do relato de Nora sobre a casa como sinônimo de fixação e na gama das moralidades e domesticacões associadas à casa, como parte do jogo entre territorialização e circulação negativa das mulheres negras e pobres. Onde a produção de circulação forçada, a produção de instabilidade e perturbações fazem parte das permanências oferecidas pelo estado em vilas, favelas e periferias.

Palavras chave: Casa; Fotografia; Gênero;

MR29: :Ilegalismos, circulações e Pandemia: etnografias possíveis em mercados instáveis

A mesa redonda veiculará comunicações que explorem etnograficamente contextos e relações de trocas em mercados nos quais a circulação de pessoas e objetos se orquestrem a partir de dinâmicas que dão relevo aos chamados ilegalismos. Interessa-nos, especialmente, compreender como no contexto da Pandemia, entre 2020 e 2022, estas circulações puderam ser conjugadas, estabelecendo cursos de ação capazes de, por um lado, manter esses contextos relacionais e, por outro, contribuir para mudanças nos status dos atores, nas percepções dos sujeitos envolvidos nas tramas ali observadas ou outras que tenham sido percebidas a partir das pesquisas realizadas no período. O período pandêmico, no qual ainda estamos imersos, tornou-se uma problemática obrigatória para as Ciências Sociais em seu conjunto, em especial pela maneira como obrigou certas lógicas instituídas a praticarem maior tolerância e flexibilidade em relação às regras de comportamento ou conduta, bem como estabelecer marcos normativos emergenciais para lidar com uma conjuntura inusitada. Do ponto de vista antropológico, parece-nos relevante indagar quais podem ser os efeitos desse alargamento das fronteiras normativas, seus impactos sobre as representações dos sujeitos nos campos estudados e se estas remodelaram, ou não, as configurações estruturalmente dadas, também a partir da percepção dos atores com os quais as etnografias são construídas.

Palavras chave: Ilegalismos; Mercados; Pandemia

Coordenação: Lenin Pires (UFF)

Debatedor/a: Daniel Hirata (UFF)

Participantes: Fernando Rabossi (UFRJ), Johanna Parra (Universidad del Rosario), Erick Serna Luna (Seminario Sobre Trabajo y Desigualdad de El Colegio de México), Sofía Belcic (ICA-UBA/CONICET), Lenin Pires (UFF)

Apresentação Oral

Extracción y comercio de esmeraldas en Colombia durante la pandemia.

Lenin Pires

La minería de esmeraldas en Colombia se ha desarrollado en medio de la inestabilidad marcada por un contexto regional condenado al monopolio de unas pocas familias. Hace poco más de una década si observa la presencia de multinacionales que se permiten sacar las esmeraldas en bruto dejando fuera de los negocios de comercio y talla a cientos de esmeralderos. Estos hechos han tenido efectos de disminución de las piedras en los mercados internos, mercados que funcionan desde hace más de sesenta años a través de ventas en veredas y en plazas de algunas ciudades. La pandemia, por supuesto, tuvo efectos directos en un país donde el confinamiento se extendió por largos meses. Los contagios en las minas y los municipios tuvieron en alerta a una población donde no hay hospitales y con una población minera expuesta a enfermedades respiratorias por la naturaleza misma del trabajo minero. Los esmeralderos no pudieron obedecer con cabalidad al confinamiento; a pesar de contagios y algunas muertes, no podía dejar de realizar un oficio que es su trabajo principal. El propósito de esta comunicación es mostrar la manera como los esmeralderos durante la pandemia hicieron uso de sus capacidades de adaptación a diferentes contextos a través de una suerte de "disposición" que desarrollan en el contexto de una sociedad estructural que es inestable y donde las instituciones no los contienen ni los respaldan.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

La venta callejera de la Ciudad de Buenos Aires (Argentina) en tiempos de pandemia: relaciones entre vendedores y agentes de control

Sofía Belcic

Esta presentación explora los efectos que ha tenido la pandemia y las decisiones gubernamentales a ella asociadas, sobre las formas en las que realizan su actividad quienes se dedican a la venta callejera en la Ciudad de Buenos Aires (Argentina). Particularmente, reconstruye las prácticas y dinámicas de relacionamiento establecidas durante la pandemia entre vendedores callejeros y los agentes que se encargan del control de la actividad (policías e inspectores) en un barrio de dicha ciudad. Para eso, se basa en las observaciones y relatos

de vendedores callejeros relevados durante el trabajo de campo realizado en pandemia pero también, recupera indagaciones previas resultantes de la investigación doctoral de carácter etnográfico que enmarca este trabajo. De esta manera, busca inscribir lo relevado durante la pandemia dentro de procesos de mayor alcance, dando cuenta de transformaciones, continuidades y vigencias en las dinámicas de relacionamiento entre vendedores y les agentes de control.

Palavras chave: Venta callejera; Policía; Pandemia

MR30: Indigenismos no tempo recente, no tempo presente: experiências e expectativas

O indigenismo enquanto ideologia e como prática política, jurídica e econômica de administrar as “populações indígenas” e seus territórios têm sido, e de longa data, objeto de análise e avaliação crítica da antropologia brasileira. No último século o indigenismo esteve orientado por distintas perspectivas: por políticas que propugnam a inclusão dos indígenas na vida nacional, mas nega a possibilidade de existir configurações socioculturais e unidades territoriais específicas no marco nacional; por políticas que se propõem a “corrigir” as ideias etnocêntricas da política anterior, introduzindo elementos de justiça social e relativismo cultural, mas sem abandonar a meta de “incluir os índios” na sociedade nacional; ou ainda pelo chamado indigenismo de “participação”, onde indivíduos e grupos étnicos se convertem em promotores da sua própria integração, e onde o “mercado” aparece como o principal meio para promover a “inclusão social” e superar a condição de “pobreza” – entre outras. A expressão “política indigenista” foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação governamental direcionada às populações indígenas, ou relacionada com a ação do “órgão indigenista”. A partir de 1988, sua utilização se expandiu para outros agentes. A Mesa visa realizar um balanço do indigenismo brasileiro do tempo recente e do tempo presente. Fazer um balanço de processos e experiências, como também sobre expectativas. Lembrando que estaremos às vésperas das eleições.

Palavras chave: indigenismos; tempo recente/tempo presente; experiências/expectativas

Coordenação: Ricardo Verдум (Laced/MN)

Participantes: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), Fernando de Luiz Brito Vianna (Fundação Nacional do Índio), José Augusto Sampaio (UNEB)

Apresentação Oral

Indigenismo(s): ainda há fôlegos

Antonio Carlos de Souza Lima

No Anuário Antropológico de 1981 (1983) João Pacheco e eu publicamos uma resenha da coletânea Antropologia e indigenismo na América Latina intitulada "Os muitos fôlegos do indigenismo", chamando atenção para o uso da categoria no Brasil. Em trabalhos posteriores, procurei dialogar com as outras definições que existiam em jogo nos campos político e intelectual no Brasil, trilhar sua migração desde o campo mexicano e indicar a forma como entendia seus uso correto. Muitas outras definições surgiram e a categoria foi usada extensivamente a muitas práticas junto a povos indígenas no Brasil contemporâneo. Essa comunicação pretende olhar o cenário contemporâneo em nosso país e indagar sobre a pertinência da continuidade de seu uso como instrumento (supostamente) analítico".

Palavras chave: .

MR31: Interculturalidade, Confluências e Narrativas Contralocacionais

Atualmente a academia brasileira presencia um processo único e revolucionário de confluências de saberes e disputa de narrativas mediante a adoção das políticas de ações afirmativas e da resistência de debates contracoloniais dos povos intitulados enquanto minorias. Apesar de comporem a maioria numérica no Brasil, povos afropindorâmicos e amarelos sofrem uma grande marginalização sociogeográfica e epistêmica. No que tange a academia, os saberes desses povos ainda são questionados enquanto epistemologias visto que frequentemente apenas são levados em consideração quando objetificados em pesquisas, sendo repudiados e, por vezes, boicotados quando são sujeitos ativos nestes trabalhos. Na antropologia um grande marco neste debate foi a criação do Coletivo de Antropólogos Negres e da Articulação Brasileira de Indígenas Antropólogos. Levando em conta este cenário, a presente mesa tem como objetivo promover o debate e a confluência intercultural de distintas epistemes marginalizadas (negra, indígena e amarela) por meio de um diálogo entre diferentes antropólogas engajadas politicamente.

Palavras chave: *Contracolonialidade; Interculturalidade; Confluências de Saberes*

Coordenação: Angela Souza (UNILA)

Participantes: Jade Alcântara Lôbo (IDAFRO), Kowawa Kapukaja Apurinã (UFF), Aline Y. Hasegawa (SESC-SP)

Apresentação Oral

Caminhos Contracoloniais: do Epistemicídio ao Engajamento

Jade Alcântara Lôbo

A proposta desta mesa é tensionar os espaços de ensino dentro da antropologia ao refletir sobre a contribuição negra-indígena à teoria e metodologia da área. Apesar da antropologia ter se debruçado ao estudo dos povos negros e indígenas no Brasil, observa-se a construção de uma problemática sobre o processo de reconhecimento da produção teórica destas populações enquanto sujeitos de pesquisa. Ao sair da condição de objeto de estudo e propor uma pesquisa "ao lado", intelectuais engajados buscam oxigenar a disciplina, buscando alternativas contracoloniais e expandindo as possibilidades de problemas de pesquisa. Ao buscar possibilidades de caminhos contracoloniais dentro da disciplina tornou-se evidente a urgência em analisar desde as políticas de ação afirmativa e reconhecimento das/os mestres de saberes nas universidades até a reforma dos planos de ensino e currículo.

Palavras chave: Contracolonialidade; Políticas de Ação Afirmativa; Mestre de Saberes

Apresentação Oral

As palavras e teoria: uma análise contracolonial :

Kowawa Kapukaja Apurinã

As palavras possuem espírito dos seus/suas autores/autoras, o lugar do/a "selvagem" é previamente estabelecido, não somente nas relações objeto da academia, mas no extrativismo epistêmico destes saberes, reificado o lugar destes "selvagens" com outras palavras, mas com o os corpos tutelados destes saberes em processo de colonização em curso. Na pesquisa social e antropológica, o lugar do selvagem (TROUILLOT, 2011), na condição de objetos de estudos, "sociedades-objetos", "informantes", seja na apropriação escravagista/extrativista de uma ampla gama de conhecimentos, artifícios, ofícios indígenas (mateiros, remeiros, guias, remadores, mão-de obra servi) que tem nos corpos indígenas o "corpo-suporte" de tais epistemes, informações e saberes, na condição de mão de obra escrava ou servilizada (APURINÃ, TUPINAMBÁ, 2020). Inúmeros foram as formas de extrativismo epistêmico e escravismo epistêmico, mas que também estruturam privilégios epistêmicos e formas de racismo epistêmicos a partir da inferiorização epistêmica, a desqualificação desses saberes e do monopólio do conhecimento que marcam como positivos os conhecimentos e saberes baseados nas experiências sociais e históricas e nas concepções de mundo oriundo dos espaços hegemônicos e racialmente brancos (moderno, cristão, ocidental, eurocentrado), desqualificando os saberes/epistemes oriundos das matrizes culturais e espirituais indígenas enquanto saberes vis, menores, que "não prestam", sem valor, marcado como hierarquicamente inferior, rasurado pela sua origem étnica e racial, considerados conhecimentos ilegítimos, subalternos. Os colonizadores, ao os generalizarem apenas "indíos", estavam aprimorando técnicas de adestramentos, se destrói um povo, quando retirando a cultura e o modo de está no mundo. Neste, adestramento, se retira o sentido dos grupos, e

os trata como uma generalização, retirando a humanidade e coisificando (SANTOS, 2016). As palavras escritas, exercem um poder de dominação, são oriundas delas todo os processo de extermínios de povos indígenas. REFERÊNCIAS SANTOS, Antonio Bispo dos . Colonização, quilombos , modos e significações. Brasília: INCTI/UNB, 2015. TROUILLOT, Michel-Rolph. Transformaciones globales. La antropologia y el mundo moderno. Traducción y presentacioón : Cristóbal Gnecco. Universidade del Cauca. CESO- Universidade de los Andes, 2011. TUPINAMBÁ, A. APURINÃ, K.K.E SEREMOS NÓS QUE FALAREMOS SOBRE NÓS? - ANTROPOLOGIAS INDÍGENAS: MIRAGENS E REFLEXÕES NAS ENCRUZILHADAS DE UM DEBATE POLÍTICO-EPISTÊMICO AINDA PENDENTE In: APURINÃ, KK. & SCANDOLA, Estela M.R. (ORGS) POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: DIREITOS, POLÍTICAS SOCIAIS E RESISTÊNCIAS. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.

Palavras chave: Contracolonialidade; Interculturalidade; Confluências de Saberes

MR32: Interfaces entre História e Etnologia Indígena: abordagens contemporâneas

A mesa redonda propõe-se a reunir antropólogos que, a partir de seus trabalhos mais recentes, apresentarão diversas perspectivas sobre as possibilidades de conexões entre esses dois campos. Pretende-se, então, criar um espaço de diálogo que colabore para que o público possa compor um panorama sobre convergências ou encruzilhadas surgidas a partir dessas pesquisas. Entendendo a história a partir de uma perspectiva benjaminiana, podemos perceber a importância da renovação constante desses diálogos, uma vez que as visões que construímos sobre o passado dos povos ameríndios e nossas análises sobre o presente influenciam-se mutuamente. Os convidados dedicam-se a contextos etnográficos diversos, mas que têm em comum intensos históricos de contatos entre os povos indígenas e as iniciativas de missionarização a partir de aldeamentos católicos. Em pauta, concretamente, teremos aqui pesquisadores que têm buscado, em fontes históricas, elementos para aprofundar a compreensão de cenários contemporâneos ao mesmo tempo em que utilizam dados etnográficos para buscar adensar as reflexões sobre a historiografia, utilizando diferentes instrumentos, como dados censitários, relatos ou documentos oficiais.

Palavras chave: história indígena; etnologia indígena; aldeamentos e reduções

Coordenação: Spensy K. Pimentel (UFSB)

Participantes: Rafael Mendes Júnior (UFF), Elizabeth Pissolato (UFJF), Maria Rosário de Carvalho (UFBA), Cristina Pompa (UNIFESP)

Apresentação Oral

Antropologia histórica e missões: bases empíricas e questões metodológicas

Cristina Pompa

O espaço das missões é um lócus privilegiado para repensar, na longa duração, a história indígena, a política indigenista, os processos de mediação e de interculturalidade. A antropologia histórica aqui proposta consiste no esforço metodológico de historização tanto de seu objeto quanto de suas categorias de análise. No primeiro caso - o objeto - se trata de entender a "história indígena" como a maneira indígena de pensar e de fazer a história, o que implica a ideia de uma maneira diferencial de interpretar o devir e de se relacionar com a alteridade. Quanto às categorias de análise, uma investigação histórica permite reconstituir a dinâmica de certos conceitos que, criados e reelaborados em determinados ambientes histórico-sociais (no caso, o debate sobre a "natureza" dos homens americanos, sua "religião" e sua possibilidade de "civilização") atravessaram o Brasil colônia, o período pombalino e o Império, entrando na própria construção da identidade nacional. Entre recuos e avanços, essas noções chegaram até as modernas ciências sociais e são hoje apropriados pela linguagem de autodeterminação dos próprios povos indígenas, em sua luta política pelo reconhecimento, tornando-se também instrumentos de políticas públicas pautadas pela etnicidade. A base empírica das reflexões apresentadas é constituída pelos resultados de duas pesquisas documentais sobre os chamados "Tapuia" do Nordeste. O primeiro trabalho, já publicado, sobre as relações entre índios e missionários no Brasil colonial (séculos XVI e XVII), procurou mostrar que a conceptualização das diferenças e as relações sociais e políticas entre diferenças se deram em termos de negociação, mediação e transformação de práticas e símbolos, no interior do quadro político extremamente instável. A segunda pesquisa, relativa aos séculos XVIII e XIX, enfocou processos históricos concretos de fusão de grupos indígena na população rural do sertão semiárido, ou, ao contrário, de manutenção e construção de autonomia cultural, o que estaria na base dos fenômenos hodiernos de "etnogênese" no Nordeste.

Palavras chave: Antropologia histórica, povos indígenas no Nordeste, Missões

Apresentação Oral

Os Kariri-Sapuyá da Pedra Branca através das lentes da História e da Etnologia

Maria Rosário de Carvalho

Tenho transitado, muito frequentemente, entre a História Indígena e a Etnologia e, mais recentemente, apoiada em um conjunto expressivo de documentos -- predominantemente oriundos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e recobrando o período 1759-1904 -- e em registros etnológicos produzidos ao longo de várias experiências de campo, elaborei o livro *Trajetórias e Histórias Insurgentes Os Kariri-Sapuyá da Pedra Branca*, recôncavo sul

baiano, ao longo do qual eu tento percorrer o trajeto desses Índios através de uma etnografia histórico-antro(etno)pológica. A exposição na MR 32 da 33^a RBA versará sobre o percurso ali efetuado mediante a relação entre a história indígena e a etnologia, buscando problematizar certas questões de ordem teórico-metodológica.

Palavras chave: Etnografia; História Indígena; Trajetória

Apresentação Oral

Reconstruindo genealogias: notas para o estudo do parentesco guarani nos Padrones espanhóis

Rafael Mendes Júnior

A Província jesuítica do Paraguai foi efetivamente fundada em 1607, por determinação do General da Companhia de Jesus Claudius Aquaviva, separando-se definitivamente da Província do Peru. Em 1609, deu-se início ao processo de instalação das reduções jesuíticas, San Inácio Guazu, na Nossa Senhora de Loreto e San Ygnacio, próximo a alguns coletivos guarani, e, mais tarde, nas províncias do Itatim, Tape e Uruguay. Desde então, até a expulsão dos Inacianos em 1768, a história da colonização espanhola na região do cone sul da América do Sul esteve intrincada com o crescimento das missões jesuíticas em face da atração, redução e conversão de índios guarani. Neste período produziu-se um volume copioso de fontes documentais como cartas anuas, catecismos e diversos documentos contábeis, administrativos e jurídicos. O objetivo dessa apresentação é retornar a um conjunto desses documentos administrativos conhecidos como Padrones, em particular aqueles referentes aos anos de 1715 e 1772 para a redução de Loreto, e buscar extrair deles elementos para uma análise antropológica acerca da organização social dos Guarani missioneiros. À primeira vista, os Padrones são listas extensas dos índios que residiam em cada redução. Apresentam, portanto, dados demográficos referentes às famílias nucleares de cada cacicado e, sobretudo, o número de tributários. Neste trabalho, deixo de lado o aspecto demográfico e tributário dos Padrones para explorar os dados sobre as relações entre sobrenomes e idades relativas das pessoas e famílias, reconstruindo assim genealogias que nos permitirão compreender determinadas dinâmicas sociais daqueles coletivos.

Palavras chave: Padrones; Genealogias; Organização Social

MR33: Interpelando a categoria de gênero a partir dos estudos africanos: Cabo Verde, Serra Leoa e Moçambique em perspectiva

Construída coletivamente no âmbito do Comitê de Estudos Africanos da ABA, esta proposta tem por objetivo colocar em debate os desafios e os questionamentos sobre os conceitos de gênero a partir de “novas” concepções teórico-metodológicas que passam a compor o campo e a dinamizá-lo. Nos últimos anos, os estudos de gênero no Brasil, e alhures, têm sido diretamente impactados por uma produção advinda de África. Autoras africanas – sociólogas, antropólogas, historiadoras e filósofas – veem questionando a construção dos discursos ocidentais sobre gênero (Oyèwùmí, 1997). As questões de gênero e seus vários conceitos formulados a partir do Ocidente veem sendo questionado, repensados e até mesmo reformulados a partir das experiências de campo e pesquisa em solo africano. Categorias tão caras ao feminismo e estudos de gênero no Ocidente veem sendo reformuladas a partir das perspectivas de senioridade e motherism. Objetivando refletir sobre estas mudanças, esta mesa intenta refletir como pesquisas em África, realizadas por africanas e não africanas, têm sido afetadas diretamente a partir deste contexto e o que têm contribuído para o debate. Para isso, buscamos pensar pesquisas realizadas em Cabo Verde, Serra Leoa e Moçambique. Esperamos desenvolver um diálogo em torno da crítica africana ao feminismo, das relações entre gênero, poder e epidemia e das interações e dinâmicas familiares na contemporaneidade.

Palavras chave: Gênero; África; Etnografia

Coordenação: Andrea Lobo (UnB)

Debatedor/a: Aline Miranda (IPHAN)

Participantes: Carmelita Silva (Uni-CV), Denise Pimenta (Fiocruz)

MR34: Lugares, paisagens e territórios em disputa: negociações e rearranjos em situações de restrições, de perdas e de desastres

Lugares, paisagens e territórios são idealizados, planejados, nutridos, geridos e vividos por diferentes agentes com grandes diferenciais de poder, em processos transpassados por tomadas de decisões que se dão em diversas escalas e envolvendo diferentes práticas-e-conhecimentos. Os trabalhos apresentados nesta mesa visam tratar sobre como esses processos se desdobram no tempo e no espaço em situações que podem ser entendidas como perpassadas por restrições, perdas e/ou por desastres, buscando refletir sobre como são negociados direitos e existências (de humanos e não-humanos) em contextos constituídos por conflitos de interesses, de valores, de percepções, bem como por diferentes saberes. Com abordagens e metodologias diversas, serão tratadas dinâmicas relacionadas às disputas pela gestão de territórios marinhos no Chile (Francisco Araos); desastres ambientais e industriais e produção de outros mundos no Haiti

(Rodrigo Bulamah); garimpo artesanal em áreas que foram atingidas por rompimento de barragens em Minas Gerais (Emmanuel Duarte Almada). Todos esses cenários nos permitem conhecer mecanismos de (re)construção da vida, no Brasil e no mundo, a partir de trabalhos etnográficos feitos por pesquisadores que atuaram de formas variadas em contextos específicos, e que nos permitem refletir crítica e conjuntamente sobre entrelaçamentos entre diferentes mundos e agenciamentos.

Palavras chave: Modos de vida; paisagens em disputa; (re)existência

Coordenação: Ana Beatriz Vianna Mendes (UFMG)

Debatedor/a: Eliana Creado (UFES)

Participantes: Emmanuel Almada (UEMG), Rodrigo C. Bulamah (UNIFESP), Francisco Araos (Universidad de Los Lagos)

Apresentação Oral

Os rejeitados do ouro: cosmopolíticas garimpeiras no Alto Rio Doce (MG)

Emmanuel Almada

O rompimento da Barragem de Fundão em 05 de novembro de 2015, liberando dezenas de milhões de toneladas de rejeitos tóxicos, provocou a destruição de comunidades e ecossistemas ao longo de toda a bacia do Rio Doce, de Bento Rodrigues, em Mariana até a Comunidade Quilombola de Degredo, na foz do rio, no Espírito Santo. Este desastre sociotécnico, teve como resposta a mobilização de diversos coletivos e comunidades em busca da reparação dos danos socioambientais e a garantia de direitos. Dentre estas, está a Comunidade dos Garimpeiros Tradicionais de Ouro do Alto Rio Doce, os quais estão, desde 2016, em um processo de autorreconhecimento como comunidade tradicional. Desde julho de 2018, tenho acompanhado as mobilizações e organização dos garimpeiros em suas lutas pela reparação e garantia de direitos, inicialmente como pesquisador, mas logo em seguida a investigação tornou-se também um processo de assessoria técnica, aos modos de uma "antropologia por demanda", me valendo da terminologia proposta por Rita Segato. Ao longo desse tempo, tenho me interessado pelas formas que a os garimpeiros tem mobilizado a categoria "comunidade tradicional" em um contexto de desastre e de conflito ambiental com a mineração industrial. Essa tarefa tornou-se ainda mais inquietante em um cenário de avanço do garimpo de fronteira na região amazônica, com graves ameaças a terras indígenas e outras comunidades tradicionais. Tanto eu como a comunidade garimpeira nos vimos em uma encruzilhada: como um grupo social marcado historicamente pela estigmatização social e (mais recentemente) ambiental pode habitar a categoria comunidade tradicional? À semelhança da apuração do ouro nas bateias, a comunidade garimpeira tem apurado direitos em meio aos rejeitos que marcam sua paisagem em ruínas. Por diferentes "frentes de trabalho",

a comunidade tem buscado uma positivação de sua identidade, acionando elementos de ancestralidade, formas próprias de sociabilidade e complexos saberes ecológicos tradicionais associados à extração do ouro. Ao mesmo tempo, destacam o claro recorte de classe e raça associado à rejeição do garimpo tradicional na região. Uma indagação frente acionada nos atos e manifestações da comunidade é "Se a Vale/Samarco/BHP podem minerar, porque os garimpeiros tradicionais não podem garimpar?". Há aí uma clara oposição entre modos comunitários de acesso ao ouro e a privatização e destruição dos territórios pelo capital organizado da mineração industrial. Tal conflito remonta ao período colonial, momento que os garimpeiros já emergem como "desclassificados do ouro" e agora novamente rejeitados, em duplo sentido. A cosmopolítica garimpeira nos convida a caminhar pelos rejeitos do Capitaloceno, atentos à diversidade de tons dourados que habitam a bateia da tradicionalidade. *Palavras chave: antropologia por demanda; etnoecologia; mineração*

Apresentação Oral

O ressurgimento dos comuns no Antropoceno Azul no Chile

Francisco Araos

As disputas e tensões para controlar o acesso e uso dos bens comuns do mar no Chile são antigas. A resolução de conflitos tem passado geralmente pela construção de arranjos institucionais que organizam o acesso e uso dos comuns através de sistemas jurídicos e/ou normas costumeiras. No Chile, o regime de exploração dos recursos marinhos funciona desde a década de 1970 por meio da privatização através do sistema de concessões marítimas, que tem sustentado o crescimento da indústria da maricultura. Apesar da riqueza produzida pelos oceanos, o modelo de mercantilização do mar gerou uma crise ambiental sem precedentes e um aumento significativo da injustiça social. Esse cenário socioambiental dos oceanos faz parte de um amplo processo de transformação planetária, que é conhecido como Antropoceno, entendido como a era geológica em que o ser humano se tornou o principal agente modelador do sistema terrestre. Há múltiplas evidências desse processo nos oceanos: sobrepesca, diminuição drástica da biodiversidade marinha, extinção de espécies, aumento do nitrogênio, concentração de micro plásticos e outros poluentes. Muitas delas presentes na zona marino-costeira do Chile. Todas as visões sobre o Antropoceno coincidem em reconhecer o papel do ser humano na transformação do planeta, embora algumas especifiquem os responsáveis, relativizando a noção de que a humanidade, no singular, é a causa de todo mal. Assim, a ênfase tem sido colocada nas relações e agenciamentos entre humanos e outros-que-humanos na evolução dos processos vitais diante da incerteza das paisagens danificadas ou arruinadas. Essa perspectiva ontológica e relacional do Antropoceno nos convida a observar as interações e associações que compõem o mundo criado na evolução conjunta dos seres que habitam o planeta e, conseqüentemente, atentar para os arranjos socioambientais e as derivações políticas que expressam essas ontologias em movimento. Diante desse cenário de crise

ambiental e desapropriação do mar, comunidades litorâneas, pescadores e pescadoras, povos indígenas, organizações locais e cidadãos em geral, tanto local quanto globalmente, têm promovido exercícios micro-políticos de recuperação dos bens comuns e regeneração da vida nos oceanos. O objetivo destes exercícios tem sido a recuperação de bens e espaços naturais como: peixes, algas, espécies ameaçadas e emblemáticas, áreas de biodiversidade, áreas de ocupação humana, bem como bens imateriais: saberes, práticas, identidades, entidades sagradas. Propomos que esses exercícios micro-políticos se expressam por meio de diversas formas de cuidado entre humanos e outros-que-humanos, num processo de composição que toma a forma de agenciamentos que derivam em arranjos institucionais emergentes e/ou na reelaboração dos já estabelecidos. Precisamente, esses valores orientam os comportamentos e ações coletivas de proteção/responsabilidade do meio ambiente.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

Paisagens de carbono: sobras, técnicas e afetos nas margens do capitalismo

Rodrigo C. Bulamah

O carvão vegetal representa a base do sistema energético haitiano. Calcula-se que 70% da demanda por energia no país é suprida por esse combustível, utilizado sobretudo em cozinhas urbanas e periurbanas. Sobre esse tema, predominam discussões que retratam a produção de carvão como irracional e responsável por um desmatamento supostamente descontrolado no país. A cadeia de carvão é, contudo, mediada por técnicas e afetos que envolvem processos vitais, diferentes regimes de propriedade e herança, cálculos econômicos e ecológicos além da agência de espíritos que habitam elementos da paisagem. A proposta desta apresentação é deslocar o nosso olhar sobre o carvão com o objetivo de trazer à vista outras dimensões da vida nos montes haitianos, particularmente o par regeneração e toxicidade. Para tanto, discutirei alguns elementos dessa cadeia produtiva, enfatizando a economia de sobras e excessos que resultam dessa atividade.

Palavras chave: .

MR35: Materialidades etnográficas: fabular com as coisas

Parafrazeando a famosa expressão de Ingold (2012), há algum tempo a antropologia vem “trazendo as coisas de volta à vida”, entrelaçando noções acerca de materialidades e matérias, agência e vida, sujeitos, coisas e objetos, no projeto de repensar o lugar que as coisas ocupam na análise social. Uma questão que tem ocupado um lugar menor emerge em uma outra tensa confluência, aquela das propostas de autores como Gell (1998), de formular abordagens não “linguágicas” para os objetos, ou de Miller (1987), que nos remete ao “modo silencioso” com

que a forma material nos ordena, ou de Ingold (2007) de que as propriedades dos materiais são histórias da experiência de sua ocorrência. Isso sugere que o “trazer as coisas de volta à vida” implica uma atenção à escuta, aos ritmos do ouvir e ao ouvir dos ritmos (Tsing e Ebron, 2015) no trabalho de campo e na escrita etnográfica. McLean (2017: xi) propõe que a antropologia seja uma “arte fabulatória”, capaz de atuar nos “interstícios entre mundos humanos” - o lugar clássico do encontro etnográfico - e nas “fronteiras do humano” - em suas múltiplas acepções de dissolução e criação. É este exercício fabulatório sobre as vidas e as coisas, sobre palavras e gestos, sobre escutas e ritmos, sobre coisas e os gestos de narrar que se pretende ensaiar nesta mesa.

Palavras chave: materialidades; fabulação; etnografia

Coordenação: Mylene Mizrahi (PUC-Rio)

Debatedor/a: Paulo Maia (UFMG)

Participantes: Vânia Z Cardoso (UFSC), Luciana Hartmann (UnB), Viviane Vedana (UFSC), Mylene Mizrahi (PUC-Rio)

Apresentação Oral

Fabulações sobre o movimento: entre esqueletos, próteses e bengalas

Luciana Hartmann

Nesta comunicação dou sequência a experimentos que venho realizando há alguns anos, em diferentes formatos (ensaios autoetnográficos, vídeos, performances, narração de histórias), nos quais procuro estabelecer uma conversa com o esqueleto imperfeito de uma mulher, que impede ou prejudica sua mobilidade. Dessa conversa emergem reflexões sobre o conceito de movimento e seus múltiplos significados, e sobre como estes reverberam tanto em minha trajetória de pesquisa etnográfica com contadores de histórias e crianças imigrantes, quanto em minha trajetória pessoal, marcada por cirurgias ortopédicas. Nas fabulações sobre o movimento, desta forma, cabem combinações entre contos tradicionais, histórias de vida, registros etnográficos, teorias antropológicas e reflexões da filosofia clássica, que pensam o movimento como mudança na realidade - Aristóteles, por exemplo, define o movimento como passagem da potência a ato. Mobilidade, movimento, atravessar fronteiras... Etimologicamente, a palavra movimento origina-se do Latim movere, que significa "colocar em marcha, mover, fazer deslocar-se". Movere também está na raiz da palavra emoção, uma junção de ex + movére: "mover para fora". Ou seja, mesmo na imobilidade, podemos nos mover, podemos nos emocionar. André Lepecki, em texto escrito durante o período pandêmico, defende que há "Movimento na Pausa" (Lepecki, 2020). Há muitas possibilidades de movimento. Fotos e vídeos etnográficos selecionam/registram/exibem movimentos. Textos

ensaísticos, disse Benjamin, apresentam o movimento das ideias. Próteses e bengalas auxiliam o movimento do corpo. Fabulações criam imagens, textos, corpos, imaginam movimentos.
Palavras chave: Movimento; performance; fabulação.

Apresentação Oral

A voz, a fala e outras partes da pessoa: a matéria do artista funk

Mylene Mizrahi

Tendo como mote episódios de criminalização do funk carioca dos quais participei argumentando a favor do ritmo em audiências públicas, eventos acadêmicos, entrevistas aos meios de comunicação, elaborarei sobre a apropriação de minha fala e voz - emitidas em entrevista ao Fantástico, programa da Rede Globo - por um grupo de artistas na composição da base da música "Funk não é crime". Argumentarei que as especificidades da lógica apropriativa funk, que evidenciarei junto à categoria nativa "rouba-rouba", encontra-se a serviço do que designo como sendo o hiper-realismo funk. Esse traço hiper-realista se faz concomitantemente a uma busca de visibilidade que, excessiva para alguns, pode permitir entender por que o funk "incomoda" tanto e é criminalizado. Ao mesmo tempo, esse tornar-se visível, que se faz acompanhar de uma estética do choque, se alimenta e é produto de partes destacadas de pessoas. Nesse caso, partes apropriadas de mim mesma e outras destacadas do artista que, como pessoa fractal, se distribui e age pelo mundo, levando longe sua mensagem. Esse distribuir-se se faz igualmente manifesto por meio da imagem, espalhando-se pelas redes e pelo meio digital. Imagem que novamente traz à cena a "realidade" do artista funk, o que me leva, por fim, a pensar sobre como relacionar a performance funk e o Afrofutursimo. Se neste último a ancestralidade é acionada para produzir narrativas de um futuro transgressor e utópico, que se realiza na ficção, o artista funk ficciona sobre o real para explicitar o presente como se desenrola à sua frente. Ao elaborar sobre o hiper-realismo funk elaboro sobre os modos apropriativos do artista pop, que são também modos políticos de agir sobre a materialidade no mundo.

Palavras chave: estética, pessoa, apropriação

Apresentação Oral

Entre gestos e palavras: (des)fazendo coisas e estórias

Vânia Z Cardoso

McLean sugere que um dos potenciais mais radicais da antropologia é o de minar as convenções que distinguem o ficcional do documental, ressaltando que isso não implica em um abdicar do real ou um ausentar-se desse em auto-absorção, sendo antes um mergulhar na viscosidade, confusão e proliferação do que é (2017). Para McLean, a ênfase em tal "arte fabulatória" (ibid) passa por um desvio de afinidades da antropologia em direção às artes e à

literatura, mas, levando a sério o que Tsing e Ebron (2015) descrevem como os "ritmos característicos do trabalho de campo" - a escuta atenta aos ritmos de outras vidas, pontuada pela surpresa da antropóloga em campo - sugiro que a arte da fabulação reflete menos uma escolha entre arte e ciência do que uma atenção aos afetos e à composição de sensibilidades implicados no campo etnográfico. Retomando recentes e antigos encontros com clientes, filhos de santo e entidades da rua em várias sessões de consulta, onde antropóloga-cambona, entidades e clientes se (des)encontram em um intenso ritmo de movimento, sonoridades e olhares, me volto para o jogo de gestos, palavras, coisas, afetos, estórias, búzios e silêncios que se desdobram no fazer da consulta enquanto encontro que não se limita espacial ou temporalmente à sessão. Busco assim mergulhar nesses atos fabulatórios e em sua tensa composição daquilo que é e do que pode (não) vir a ser.

Palavras chave: estórias; gestos; afetos

Apresentação Oral

Peixe bom, peixe fraco: movimentos e ritmos do mercado de pescado

Viviane Vedana

Nesta apresentação pretendo elaborar algumas reflexões sobre as transformações pelas quais passa o peixe no desenrolar de sua cadeia produtiva, enfatizando gestos e práticas que fazem o pescado após a captura. O que estou compreendendo aqui como "fazer o peixe" ou "fazer o pescado" se refere ao conjunto de práticas, ações e ritmos que se relacionam com essa matéria e a fazem acontecer como peixe, pescado. Me remeto ao movimento de corpos, objetos, mercadorias, mas também o movimento dos tempos, trajetórias e trocas que permitem o encontro de peixes de diferentes lugares, com empresas atacadistas, donos de restaurantes, mercados locais, varejistas, clientes, consumidores e compradores. Estes encontros transformam os peixes em pescado, mercadoria e alimento. Os fios que irei seguir para narrar estes encontros e práticas partem do trabalho de campo na CEAGESP, em São Paulo, um dos maiores entrepostos comerciais da América Latina, mais precisamente no setor de pescados, que é responsável pela comercialização de toneladas de peixes diariamente. Fala-se, na CEAGESP, de peixe bom e peixe fraco, categorias que se relacionam com índices dos deslocamentos dos peixes das águas até o mercado expressos nas qualidades sensíveis que apresentam: firmeza, cor e brilho da carne, do couro, das escamas, dos olhos, seus aromas. Estes deslocamentos tem temporalidades particulares a depender do tipo de pesca e de peixe. Peixe bom ou peixe fraco se fazem em mediações e em movimento. Caminhões frigoríficos, caixas e gelo, diferentes tipos de instrumentos, forças e gestos, mediam estas transformações dos peixes. Antes de tudo isso, ainda os barcos, iscas, pescadores participam desta transformação. Como um espaço aparentemente parado, feito de concreto, pode ganhar intensa animação ao ser preenchido por quantidades enormes de peixes, acondicionados em caixas com gelo, e por um conjunto variado de práticas que fazem emergir ali um mercado?

Aqui me encontro com as ideias de Ingold sobre movimento e animação como propriedades do vivo e da vida. Ainda que parte do pescado esteja biologicamente morto, o mercado ganha vida na força dos gestos que transportam, transferem, empurram, puxam, movimentam caixas e mais caixas de peixes. Também nos gestos que batem, cortam, separam, ordenam o pescado. No gelo constantemente derretendo e transformando as possibilidades de transitar por ali, ao encharcar o chão. Nas sonoridades das vozes e dos gestos que indicam o próximo movimento ou mesmo a interrupção dele. Caixas, peixes e gelo, ao mesmo tempo, não estão inertes, mas provocam gestos e movimentos. Se as qualidades sensíveis dos peixes - de sua matéria - nos apontam para índices táteis e olfativos, as sonoridades do mercado nos remetem aos ritmos do movimento das coisas que o animam.

Palavras chave: Ritmo; movimento; práticas

MR36: Mineração e Povos Tradicionais: as ameaças representadas pelo proposto novo Código de Mineração e o futuro dos territórios

Abordam-se as ameaças trazidas pela proposta reformulação do Código da Mineração (Decreto Lei 227/67), em trâmite no Congresso Nacional e apresentada na Câmara dos Deputados em 10/11/2021, para os direitos dos povos e comunidades tradicionais e seus territórios e, de forma geral, o meio ambiente. A proposta insere-se na pretensa flexibilização das leis para facilitar e acelerar a exploração predatória dos territórios dos povos tradicionais por grandes mineradoras, ao subordinar seus direitos constitucionais e sobrepor interesses empresariais ao direito fundamental ao meio ambiente. A partir da redução do papel regulador do Estado, transferem-se as decisões e a própria administração desses territórios às empresas privadas, e ameaça-se também a Política Nacional de Segurança de Barragens, além de mudar radicalmente as diretrizes da mineração em favor de uma nova forma de mega-exploração minerária por meio de alta tecnologia, disfarçada como mineração sustentável, explicitada no I Seminário para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração na Amazônia, em novembro de 2021, iniciativa da Suframa e da Organização Mineronegócio, que promove acordos diretos entre empresas e lideranças indígenas. Pretende-se apresentar casos que resultam de pesquisas realizadas junto a povos e comunidades tradicionais em diversas regiões do Brasil, para chamar atenção à situação crítica enfrentada diante da mineração e o novo código.

Palavras chave: povos tradicionais; mineração; novo código de mineração

Coordenação: Stephen G. Baines (UnB)

Debatedor/a: Vânia Fialho (UPE)

Participantes: Luiz Eloy Terena (APIB), Ana Flávia Santos (UFMG), Stephen G. Baines (UnB)

Apresentação Oral

As estratégias das empresas mineradoras em territórios indígenas e o novo Código de Mineração

Stephen G. Baines

Abordam-se as estratégias das empresas mineradoras em territórios indígenas desde uma perspectiva histórica. A partir do meu acompanhamento do território indígena Waimiri-Atroari, desmembrado por decreto presidencial em 1981 para favorecer a Mineração Taboca, que já havia invadido seus limites, a Taboca influenciou a própria Constituição Federal de 1988 para permitir mineração em Terras Indígenas (TIs). Desde então, a empresa vem aperfeiçoando suas estratégias para avançar sobre o que sobrou desta TI. Durante a ditadura as mineradoras invadiram TIs criando fatos consumados, As estratégias desta mineradora vêm mudando diante os novos interesses minerárias e a Constituição (1988). Não somente apoia, mas influencia a legislação que facilita seu avanço sobre TIs, entrando em acordos desmedidamente desiguais com lideranças indígenas, apresentado em discursos de suposta autodeterminação indígena. A proposta do novo Código da Mineração (Decreto Lei 227/67), em trâmite no Congresso Nacional, insere-se na pretensa flexibilização das leis para facilitar e acelerar a exploração predatória dos territórios dos povos tradicionais por grandes mineradoras, ao subordinar seus direitos constitucionais e sobrepor interesses empresariais ao direito fundamental ao meio ambiente. A partir da redução do papel regulador do Estado, transferem-se as decisões e a própria administração desses territórios às empresas privadas, além de mudar radicalmente as diretrizes da mineração para promover uma nova forma de mega-exploração por meio de alta tecnologia, disfarçada como mineração sustentável, explicitada no I Seminário para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração na Amazônia, em novembro de 2021, visando promover acordos diretos entre empresas e lideranças indígenas. O PL 571/2022 libera mineração em TIs.

Palavras chave: povos indígenas, mineração, Terras Indígenas, novo código de mineração

MR37: Mobilidades transnacionais, gênero e sexualidade: agenciamentos possíveis

Esta mesa redonda discutirá como gênero e sexualidade agenciam deslocamentos em mobilidades transnacionais desde países do “chamado sul global” em direção a Estados Unidos e Europa. Problematizaremos os atravessamentos de gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença na circulação de pessoas, objetos, ideias, símbolos e capital. As

apresentações centrar-se-ão no debate que aproxima política e globalização a partir de um enfoque interseccional, bem como o lugar do desejo e do erotismo nos processos migratórios. Tensões e negociações que são atravessadas e constituem as diferenças de gênero e sexualidade marcam os trabalhos a serem apresentados na mesa redonda. Assim, as presentes pesquisas destacam os processos de subjetivação que aproximam afetos e trocas econômicas nos deslocamentos entre erotismo e desejo em contextos transacionais. Em vista disso, o propósito da reunião das presentes pesquisas é analisar como as mobilidades e os deslocamentos têm sido impactados pelos marcadores de gênero e sexualidade em contextos transnacionais, produzindo alterações nas clássicas compreensões de assimetria nos fluxos migratórios, bem como nos modos de se organizar e atuar politicamente. Ou seja, como gênero e sexualidade, em relação com outros marcadores da diferença, constituem subjetividades, identidades políticas, redes de relações e formas de viver e atuar em fluxos locais, nacionais e transnacionais.

Palavras chave: gênero, sexualidade, mobilidades transnacionais

Coordenação: Vinícius Zanoli (Freie Universität Berlin)

Participantes: Adriana Piscitelli (Unicamp), Stephanie Schütze (Freie Universität Berlin), Guilherme Passamani (UFMS)

Apresentação Oral

"Brasil tá no DNA, pai": sexotização e agência no trabalho sexual de homens brasileiros na Europa

Guilherme Passamani

A discussão que pretendo levar a cabo nesta fala tem como grande tema o trabalho sexual de homens brasileiros em Lisboa, Portugal, e seus processos de mobilidade por outros países da Europa. Sabe-se, no entanto, que a atenção aos seus fluxos, trânsitos, relações e performances é tarefa árdua demais para uma breve exposição. Em vista disso, interessa-me aqui ressaltar as estratégias desses homens envolvidos com os mercados do sexo em contextos transnacionais, na condição de trabalhadores sexuais, para agenciar certa noção de "sexotização" associada a sujeitos brasileiros no âmbito das economias sexuais. Farei isso partir da intersecção entre gênero, sexualidade, cor/raça e nacionalidade para refletir como eles operam nas engrenagens de uma "engenharia do desejo" adequando-se a "brasilidades imaginadas" nos contextos europeus por onde transitam a fim de auferir as vantagens desejadas.

Palavras chave: trabalho sexual; homens brasileiros; Portugal;

Apresentação Oral

"Sobreviver jogando": Estratégias transculturais e de gênero em ligas de futebol de migrantes bolivianas em São Paulo

Stephanie Schütze

A apresentação se concentra nas ligas de futebol amador de migrantes bolivianos em São Paulo. As jogadoras trabalham principalmente em oficinas de costura participam no bairro de Bom Retiro. A apresentação explora as estratégias - transculturais e de gênero - de apropriação do espaço no contexto das ligas de futebol amador migrantes. Os times e ligas de futebol amador são um fenômeno bastante comum entre os migrantes em muitas partes do mundo: não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos e nas grandes cidades da Europa existem times de futebol amador de imigrantes latino-americanos. Isso pode ser interpretado como uma forma de integração na sociedade receptora e - ao mesmo tempo - como uma forma de manter ou recriar o sentimento de pertencimento ao país de origem. Para os migrantes, o futebol significa um espaço de convivência cultural e comunitária, onde expressam a origem comum de um país, de uma região ou mesmo de uma localidade. Ao mesmo tempo, essa apropriação do espaço está vinculada a estratégias transculturais e de gênero.

Palavras chave: migração, futebol, estratégias transculturais e de gênero

MR38: Mobilização Política e Resistência Quilombola Face aos Direitos Ameaçados

Nesta Mesa Redonda propomos um momento de reflexão coletiva sobre as estratégias de agentes sociais mobilizados de modo autônomo e que desenvolveram ações próprias de autoproteção comunitária, especialmente no período da pandemia de Sars-Cov 2, assim como ações de garantia dos seus territórios diante das ameaças arquitetadas no âmbito das ações institucionais e de antagonistas locais/regionais. Busca-se, ainda, discutir políticas e práticas de restrição de direitos que viabilizaram a entrada de empreendimentos diversos nos territórios e os efeitos radicais destes eventos na vida cotidiana das comunidades quilombolas. Neste contexto, analisamos as tentativas de grupos antagonísticos aos direitos quilombolas em anular procedimentos de regularização e titulação de diversos territórios, em curso ou mesmo já consolidados em todo o país, a partir de parâmetros administrativos, judiciais ou se valendo de argumentos técnicos e científicos apropriados de forma descontextualizada frente ao campo antropológico.

Palavras chave: Autoproteção Comunitária; Restrições de Direitos; Efeitos Radicais de Empreendimentos

Coordenação: Cíntia Beatriz Müller (UFBA)

Participantes: Aderval Costa Filho (UFMG), Emmanuel Farias Júnior (UEMA), Mariana Balen (CECULT/UFRB)

Apresentação Oral

Pandemia, megaprojetos e desigualdades: "atos de estado" e obras de infraestrutura no Maranhão.

Emmanuel Farias Júnior

Os chamados "megaprojetos" compreendem um gama de iniciativas público/privadas para a implantação de infraestruturas e projetos de desenvolvimento econômico. A dificuldade de classificação reside na polissemia no termo, que vem sendo utilizado vulgarmente para uma diversidade de empreendimentos. Tais usos não se preocupam em delimitar ou relacionar estes empreendimentos a contextos econômicos mais amplos. O estado do Maranhão registra inúmeros conflitos que resultam da implantação de megaprojetos sobre terras tradicionalmente ocupadas referidas à povos indígenas, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Dentre estes megaprojetos, podemos nos aludir à duplicação da Estrada de Ferro Carajás (EFC), também conhecida como "Corredor Carajás", tendo em vista a sua atual finalidade logística para o escoamento de bens, serviços e pessoas, como também a duplicação da BR-135, objetivando aumentar o transporte de commodities. A duplicação da BR-135 tem ocasionado uma série de tensões sociais, sendo paralisada em 2017, devido a mobilização das comunidades quilombolas. A Justiça Federal recomendou a realização de estudos complementares sobre o "componente quilombola", bem como a realização de Consulta Prévia, Livre e Informada, segundo a OIT. Mesmo assim, diante de uma pandemia do coronavírus (COVID-19), doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, o Estado brasileiro retomou as obras. Essa comunicação busca refletir a mobilização das comunidades quilombolas diante da situação social indicada.

Palavras chave: Megaprojetos; pandemia; conflitos

Apresentação Oral

Conflitos territoriais e a formação de redes de proteção e reciprocidades entre comunidades quilombolas e de pescadores artesanais da Bahia.

Mariana Balen

Os processos de mobilização política pelos quais passam as comunidades quilombolas da Bahia abarcam conflitos territoriais envolvendo empreendimentos vinculados ao agronegócio e, principalmente, à especulação imobiliária. Obras invadem tanto os territórios quilombolas continentais (cultivo de roças, criação de animais, espaços sagrados) quanto seus territórios

pesqueiros cujas áreas envolvem ilhas, coroas, ilhotas, manguezais, dentre outras localidades que compõem seus modos de vida vinculados ao uso tradicional dos recursos naturais. O tema ora apresentado parte das comunidades quilombolas e de pescadores artesanais das regiões do baixo Sul (Cova da Onça, Garapuá), extremo Sul (Volta Miúda) e do recôncavo baiano (Quingoma, São Braz) cujas trajetórias demonstram ondas de mobilização em cada região diante das ameaças sofridas e acirradas após a chegada da pandemia COVID-19 e atual contexto político de desmobilização e ataque aos direitos dos povos e comunidades tradicionais. Serão analisadas as formas de constituição de redes de solidariedade diante da fragilidade imposta pela presença desenfreada, respectivamente, da especulação imobiliária, cultivo de eucalipto e obras no interior dos territórios tradicionais. Situações acirradas pela pandemia (alto nível de mortalidade, impossibilidade de deslocamentos, crise na saúde e colapso nos serviços públicos de modo geral) onde violências não cessaram ainda que medidas por parte dos órgãos jurídicos de apoio às comunidades tenham sido tomadas em relação ao licenciamento ambiental, temporariamente suspenso, à época, por motivos distintos, e à regularização fundiária. Dada a impossibilidade de maior apoio por parte do Estado em função do crescente aumento da onda de violências impulsionadas pelo atual contexto político, cuja postura fere direitos conquistados legítima e coletivamente por tais grupos, as comunidades acabaram por criar mecanismos de proteção e articulação entre si com vistas à continuidade de suas ações contra a expansão dos projetos desenvolvimentistas e expropriação territorial. Em que pese as formas de articulação política e social existentes entre as diferentes categorias de povos e comunidades tradicionais no Brasil, busca-se pensar a dimensão local e as possíveis estratégias na manutenção de seus territórios a partir de regiões específicas da Bahia dando ênfase ao contexto atual de retomada das atividades ligadas aos processos administrativos e jurídicos destinados ao licenciamento ambiental e à regularização fundiária envolvendo, também, agentes do Estado e organizações da sociedade civil.

Palavras chave: Comunidades tradicionais; Redes sociais; Conflito territorial.

MR39: Morrer em tempos de pandemia Covid-19

Desde o início oficial da pandemia de Covid-19, normas sanitárias são elaboradas, com consequências sobre o contato de doentes internados e seus familiares, mudanças nos ritos funerários e nos processos de luto. As notícias divulgadas pela mídia internacional e nacional evidenciam o crescimento exponencial dos óbitos, seja por covid-19, seja por outras doenças, associadas ou não à infecção do novo coronavírus. A morte é visibilizada e exposta. Esta mesa é dedicada a debater os impactos da pandemia nas narrativas de experiências no acompanhamento do processo do morrer, por profissionais de saúde, familiares e círculo de sociabilidade do enfermo. Trata-se de refletir sobre as transformações ocorridas a partir de mudanças oficiais nos protocolos dirigidos a evitar contaminação - proibição de visitas a

doentes, caixões fechados em velórios e enterros, entre outras alterações. A produção de novas (in)sensibilidades e modos de expressão são objeto de análise e debates nessa mesa, que aborda também as novas formas de adaptação de ritos de despedida e suas consequências na elaboração da perda.

Palavras chave: Covid-19, Sociabilidade, Pandemia

Coordenação: Andreia Vicente (UNIOESTE)

Debatedor/a: Rachel Aisengart Menezes (IESC/UFRJ)

Participantes: Flavia Medeiros (UFSC), Ednalva Neves (UFPB)

Apresentação Oral

Do protocolo às vivências do possível: subversão dos ritos e sepultamentos em tempos de covid-19

Ednalva Neves

Este ensaio problematiza como as famílias têm enfrentado o protocolo de supressão do velório e da despedida derradeira diante da morte por Covid-19. Parto da ideia de que a reflexão socioantropológica tem enfatizado o anonimato da morte, a não realização do velório e a ausência do corpo como eventos que catalisam as atitudes diante da morte na contemporaneidade, buscando entender quais são os elementos do imaginário e da invenção cultural que são acionados diante da dor da perda de um ente querido em circunstâncias de ameaça à vida. Com certeza, tais aspectos têm deixado, por um lado, um vazio social e, por outro, sentimentos de obrigação para com o/a falecido/a no imaginário coletivo, especialmente no contexto familiar. É sobre como as famílias estão acomodando seus afetos ainda no processo de sepultamento, e reagindo à ausência que pretendo abordar. Ele se inspira numa conversa com uma pessoa próxima que perdeu o pai para a covid-19, um senhor de 68 anos, ativo, proprietário de um "sítio" nos arredores de uma cidade de médio porte. Para eles, a forma de conseguir superar a impossibilidade da despedida pela realização do velório foi "convidar" o agente funerário para passar com o caixão pelo "sítio" aonde o falecido vivia, antes de se encaminhar ao cemitério para o sepultamento. Desde essa escuta, comecei a pensar quais os arranjos que as famílias estão adotando para enfrentar esse protocolo da crise sanitária? Quais objetos, símbolos ou situações estão adotando para reparar e garantir a homenagem ao/à falecido/a? Quais atitudes estão sendo reordenadas para garantir a memória social do falecido? Como as famílias estão acomodando seus afetos diante da dor da perda? E as consequências para a sobrevivência da família? Além dessa dimensão microsociológica, gostaria de chamar atenção também para as muitas iniciativas de enfrentamento da necropolítica -voltada à negação da vida - e dar visibilidade à singularidade dos/as falecido/as, a exemplo do Relíquia.rum -álbum de memórias, que disponibilizam espaços em redes sociais

para homenagear e registrar as perdas e a dor, escapando do anonimato dos números, de uma métrica incontornável da pandemia. Essa inventividade subversiva da cultura transforma o ato de registro e divulgação de fotos de falecidas/os, uma instância de ação política. Não está em jogo aqui o debate sobre a necessária normatividade do protocolo, mas refletir como esses microarranjos são atos políticos de composição perante a (in)sensibilidade política da gestão da pandemia no Brasil, explicitamente do governo federal. Trata-se da aplicação da "medida do possível" diante da morte e da dor.

Palavras chave: COVID-19; MORTE E RITUAIS; ANTROPOLOGIA

MR40: Movimentos sociais na Amazônia: cenários de conflito, resistência e mudança social.

A proposta desta mesa redonda é refletir sobre os cenários de conflito e mudança social, na Amazônia, que implicam mobilizações coletivas, dinâmicas territoriais e demandas de reconhecimento que confrontam grupos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais com agências estatais, atores econômicos e empreendimentos capitalistas. O enfoque incidirá sobre contextos de antagonismo entre modalidades distintas de uso dos recursos naturais, estratégias de reprodução social e processos de reorganização econômica e política. Os regimes de dominação social, expropriação/controlar fundiários e (i)mobilização da força de trabalho são diversos, constituindo uma área de estudos antropológicos que produziram etnografias e um rico arsenal conceitual e analítico que permitem uma base sólida para formulação de reflexões em nível comparativo sobre as situações diversas de reorganização social, econômica e política em que povos e comunidades tradicionais lutam pela manutenção de suas identidades e modos de vida.

Palavras chave: Amazônia; Conflito Socioambiental; Povos Tradicionais

Coordenação: Sidnei Peres (UFF)

Debatedor/a: Bruno Rodrigues (UFAM)

Participantes: Edna Castro (UFPA), Marilene Freitas (UFAM), Sidnei Peres (UFF)

Apresentação Oral

A floresta tem sujeito, tem história: etnicidade, território e conflito na Amazônia.

Sidnei Peres

A Amazônia, essa imensa área (transnacional) de floresta tropical delimitada pela bacia hidrográfica do Rio Amazonas, remete a uma realidade complexa, caracterizada por uma enorme diversidade ecológica, política, econômica, linguística e étnica. Esta região, no século

XX, foi o terreno de políticas, processos e dinâmicas territoriais que articularam os campos do desenvolvimento, do ambientalismo e do indigenismo, inscritos em processos de formação do Estado e desenvolvimento capitalista no Brasil. Neste contexto, as múltiplas modalidades de organização social e formas de existência coletiva (sejam indígenas, camponesas, urbanas) só podem ser compreendidas em referência aos modos de dominação e resistência que resultam das contradições e antagonismos entre modalidades contemporâneas de ocupação da terra e uso dos recursos naturais. A vida do ribeirinho amazônico (às vezes designado como caboclo) sempre foi palco de conflitos, resistência e mudança. Cabe assinalar que as categorias de indígena, camponês e cidadão, enquanto formas de existência e identidade coletivas, não se excluem necessariamente, constituindo-se em referência de pertencimento em situações específicas de interação com outros agentes sociais. O temo ribeirinho abarca diferentes dinâmicas territoriais e configurações socioespaciais, também podendo se constituir em certas circunstâncias como emblema identitário. Pretendo abordar aqui a manufatura de direitos territoriais no Médio Rio Negro, envolvendo os "caboclos de Barcelos e Santa Isabel" e os fenômenos de etnogênese objetivados politicamente em associações indígenas. A região das bacias dos rios Preto-Padauri e Aracá-Demeni são ricas em piaçabais. O "fazer a comunidade" e o "fechar o rio", duas expressões que indicam os cálculos e estratégias econômicas inerentes a reprodução social das famílias indígenas, sintetizam duas modalidades antagônicas e complementares de experiência e de organização social que tem um peso relevante na configuração dos conflitos sociais e das ações de afirmação étnica. Os processos sociais e políticos aqui descritos e analisados, resumidamente, originam-se de experiência de pesquisa e de perícia, realizadas em duas décadas, na região do Rio Negro. Aproveito para propor algumas discussões teórico-metodológicas mais gerais: a) sobre modalidades de ocupação e uso dos recursos naturais e formas compulsórias de exploração do trabalho na Amazônia; b) sobre o diálogo entre antropologia e história; c) sobre a ruptura epistemológica com a dicotomia (nem sempre admitida explicitamente) entre condição camponesa e indígena.

Palavras chave: Floresta, etnicidade, território e conflito

MR41: Nas malhas da covid-19: fazendo antropologia da saúde em contexto pandêmico no Brasil e no México

O mês de março de 2022 marcou dois anos da declaração da situação de pandemia pela Organização Mundial da Saúde. Os desafios de um fenômeno que irrompeu e alterou o cotidiano, global e localmente, que impactou (e ainda impacta) diferencialmente os grupos sociais, deixando um lastro de dor e sofrimento, não deixaram a antropologia indiferente. No intento de compreender os impactos, as respostas, os rastos e os restos da pandemia de covid-19, pesquisadoras/es se organizaram em redes, num movimento que se viu potencializado pelas

possibilidades abertas pela comunicação virtual, ela própria um fenômeno estimulado na pandemia. Nesta mesa, colocamos em diálogo pesquisas desenvolvidas no marco de três dessas redes: a Rede Antropo-Covid (UFPB, UFSC, UnB, UFAM, Unicentro/PR, UFPA), a Rede Covid-19 Humanidades (UFRGS, FIOCRUZ, UFSC, UnB, UNICAMP, UFRN, UNIDAVI) e a Red Mexicana de Antropología de la Salud (REMAS). Diante de um “fato social total”, que pode ser apreendido de uma diversidade de ângulos, as pesquisas que serão discutidas nesta mesa priorizam enfoques da antropologia da saúde e dos estudos de gênero, em contextos diferenciados. Algumas das questões que mobilizam a mesa dizem respeito à singularidade e às possibilidades da pesquisa antropológica em meio a uma emergência sanitária, aos diferentes olhares que podem ser lançados sobre a covid-19 a partir de realidades nacionais e locais distintas, à articulação entre políticas, práticas e subjetividades, entre outros assuntos.

Palavras chave: Pandemia de Covid19; Antropologia da Saúde; Pesquisa em Rede.

Coordenação: Mônica Franch (UFPB)

Debatedor/a: Soraya Fleischer (UnB)

Participantes: Sônia W. Maluf (UFSC), Rozeli Porto (UFRN), María Elena Martínez-Torres (CIESAS)

Apresentação Oral

Rede Covid-19 Humanidades: Saúde, Gênero e Pan/Epidemias no Brasil e no Rio Grande do Norte

Rozeli Porto, Jean Segata, Fernanda Moura, Natália Araújo

A Rede Covid-19 Humanidades surgiu em Julho de 2020 e produz pesquisas que analisam os impactos sociais da Covid-19 no Brasil, objetivando compreender de modo situado a pandemia e subsidiar ações de respostas que considerem as suas implicações científicas, sociais, políticas, históricas e culturais. Sob o título "A Covid-19 no Brasil análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento", a rede mobiliza pesquisadoras/es de diferentes áreas das Ciências Humanas, Sociais e da Saúde do Brasil e do exterior, sendo liderada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob coordenação geral do professor Jean Segata. Participam dessa rede a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), o Instituto Brasil Plural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). Na UFRN, a pesquisa está sendo desenvolvida pelo Grupo Gênero, Corpo e Sexualidades (GCS/DAN/PPGAS), que envolve estudantes da graduação e pós-graduação, assim como professores de instituições parceiras (Escola Multicampi de

Ciências Médicas EMCM/UFRN e Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi/Santa Cruz/UFRN). O desenvolvimento da pesquisa também se alia a investigação da epidemia do zika vírus e de síndromes congênitas que atingiram centenas de famílias no estado. Para esta mesa, pretende-se apresentar alguns resultados sobre as implicações e consequências do Zika Vírus e da COVID-19 sobre a saúde física, mental e reprodutiva das mulheres "mães de micro" e das profissionais de saúde que trabalham na linha de frente dessas pan/epidemias no RN. Sob um enfoque antropológico, serão analisadas as mudanças das/nas relações laborais, de cuidado, parentesco, saúde, afetos e ou/violências do/no cotidiano dessas mulheres, seus familiares e outras/os sujeitas/os. A investigação em andamento, está sendo empreendida a partir entrevistas semiestruturadas (on-line plataforma zoom e/ou meet), surveys e trabalho de campo etnográfico, ajustado às dinâmicas sociais urbanas contemporâneas no atual contexto da pandemia do COVID-19.

Palavras chave: Rede Covid-19 Humanidades; Saúde; Gênero

Apresentação Oral

A rede Antropo-Covid: pesquisa antropológica, impactos sociais da pandemia e o futuro pós-pandêmico

Sônia W. Maluf

A antropologia brasileira tem encarado, desde março de 2020, a experiência e o desafio de realizar pesquisas e reflexões em meio e sobre uma pandemia que no país e no mundo alcançou proporções incomuns e mesmo impensáveis. Desde lá, diversas iniciativas no campo das ciências sociais, como projetos, formação de redes de pesquisa, publicações, eventos têm mostrado o vigor e o engajamento deste campo de conhecimento em compreender os impactos sociais da pandemia e produzir possíveis respostas e contribuições para seu enfrentamento. Especificamente nesta apresentação vamos trazer as pesquisas e produções da Rede Antropo-Covid, que reúne pesquisadoras de seis universidades brasileiras (UFPB, UFSC, UnB, UFAM, Unicentro/PR e UFPA) em torno do projeto de analisar as múltiplas dimensões e complexidade dos impactos sociais da pandemia e contribuir na elaboração de respostas e políticas sociais dentro desse contexto. Partimos da idéia de que antropologia e a sociologia podem oferecer um conhecimento empírico e analítico que permitem tanto respostas imediatas e de curto termo às demandas governamentais e de gestão local, quanto diretrizes de longo prazo, que podem ser acionadas para novas crises sanitárias. A pandemia produz efeitos não apenas no campo da saúde, mas atinge todos os aspectos da vida social, o que evidencia a importância de uma abordagem interdisciplinar. Além disso, passados dois anos da declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS/ONU) de que estamos em uma pandemia, questões sobre o momento e os contextos pós-pandemia também começam a ser abordadas pelas pesquisas antropológicas. Abordaremos as seguintes questões: a experiência do trabalho e pesquisa em rede; diferentes dimensões dos impactos sociais da pandemia; pandemia e outras

crises (desemprego, pobreza, ataques à democracia, conflitos e violência...); as ciências da Covid e o lugar da pesquisa antropológica; políticas sociais e respostas locais: novas políticas da vida e novos modos de viver junto.

Palavras chave: Pandemia de Covid19; Pesquisa em Rede; Impactos sociais da pandemia.

MR42: O trabalho animal e o trabalho com animais: possíveis leituras nas Ciências Sociais brasileiras

Propomo-nos nesta mesa a discutir sobre as contribuições teórico-metodológicas e etnográficas produzidas no Brasil que se preocupam em refletir sobre o que é o trabalho animal e o trabalho com animais, em cenários brasileiros e latino-americanos, e o que ele pode nos ensinar sobre o próprio trabalho humano. A temática do trabalho animal, apesar de já constituir objeto relativamente consagrado nas Ciências Sociais em outras regiões, reclama maior consideração em terras sul-americanas. A ideia deste debate surgiu justamente por conta dessa carência, que parece apontar para um não reconhecimento, nas Ciências Sociais latino-americanas, de que os animais também podem ser trabalhadores, adentrar o mundo do trabalho e mesmo, talvez, compor com a classe trabalhadora - constituindo com ela relações que podem ser tanto de antagonismo quanto de cooperação. À parte as discussões que convergem principalmente para o direito e a proteção animal, os estudos antropológicos e sociológicos a respeito das relações entre humanos e animais na América Latina, seja na etnologia, seja em contextos urbanos ou rurais, nada ou quase nada dizem sobre o trabalho que esses não humanos eventualmente executam, produzem, podem vir a produzir ou lhes é extraído. Para além de abuso, exploração e controle, trabalhar com animais também envolve comprometimento de ambas as partes e uma negociação constante, às vezes difícil, plena de múltiplos tensionamentos, mas seguramente caracterizada pela mútua afetação.

Palavras chave: Animais; Trabalho; Direitos

Coordenação: Felipe Vander Velden (UFSCar)

Debatedor/a: Ana Paula Perrota (UFRRJ)

Participantes: Edi Alves de Oliveira Neto (IFMT), Luisa Amador Fanaro (UFSCar), Marília Floôr Kosby (UNIPAMPA)

Apresentação Oral

**Sobre Cães Policiais e seus parceiros humanos: trabalho animal e sociologia
interespecie**

Edi Alves de Oliveira Neto

Esta exposição vai tratar de algumas questões que desenvolvi em minha tese de doutorado, que teve como objeto de estudo a relação entre humanos e cães no contexto do trabalho de polícias e bombeiros militares do Distrito Federal. O objetivo geral foi avançar na compreensão dessas instituições, de seus agentes e da relação entre eles e a sociedade, a partir da análise sociológica da relação humano-cão. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram observação e entrevistas semiestruturadas. A análise e a interpretação dos dados foram amparadas metodologicamente pela Teoria das Representações Sociais. Pelo discurso dos atores, denominados cachorreiros, busquei os núcleos de sentido que compõem suas representações sobre sua identidade, sobre seu trabalho, e, principalmente, sobre sua relação com os cães. A análise dos dados revelou que a relação cachorro-cão coloca os cães em posições que extrapolam sua representação como ferramenta do trabalho policial, revelou, ainda, que essa relação é permeada por ambiguidades que expressam seu contexto social. O cão policial transita entre diferentes dicotomias - como objeto-sujeito, ferramenta-trabalhador, agente ativo-agente passivo, animal de trabalho-pet, dentre outras - produzindo e reproduzindo as ambiguidades que estruturam a realidade social compartilhada por eles e seus condutores humanos, revelando -se um achado significativo para o avanço da relações polícia-sociedade. Para este momento, destacarei a formação do cão policial, como uma forma de domesticar os próprios policiais, em processos de intersubjetividade que possuem como característica convergente serem singulares para cada binômio humano-cão. Além deste, considero achados importantes da pesquisa: a) a constatação de que o cão tende a se destacar como um ator social pleno, servindo como lubrificante social na relação entre polícia, bombeiros e sociedade, integrando a identidade profissional individual e coletiva dos cachorreiros; b) a atuação do cão como mediador social das relações entre atores e entre instituições, permitindo a construção de redes de relações entre cachorreiros; c) o fato de que o trabalho desenvolvido pelos policiais cachorreiros parece caminhar para uma redução da violência resultante do uso da força, na contramão do que é verificado no restante da atividade policial.

Palavras chave: Cães policiais; relação humano-animal; sociologia das relações interespécie

Apresentação Oral

Cães de trabalho na América do Sul: reflexões sobre treinamento e genética a partir de dois contextos distintos

Luisa Amador Fanaro

Nesta apresentação, minhas intenções são refletir a respeito dos distintos modos de se fazer cães de trabalho em dois contextos na América do Sul: o primeiro diz respeito à prática turística do trenó puxado por cães em Ushuaia, Argentina; o segundo, ao cultivo e à caça de trufas no Chile central. Em Ushuaia, fazer um cão de trenó se refere, principalmente, à

manutenção dos genes "ancestrais" e do instinto dos animais. Se, por um lado, ensinar um cão a tracionar um trenó é, de certa forma, constituir com ele uma relação de codomesticação, produzida pela convivência, por outro, esses cães são geneticamente "programados" para o trabalho em questão. Para os mushers - os humanos que conduzem os trenós -, correr e tracionar são práticas que remetem os cães a um "passado ancestral", no qual, aparentemente, já eram animais domesticados e já trabalhavam com e para os humanos. Esses cães, nas suas origens, parecem já ser animais de trabalho. No Chile, por sua vez, ensinar aos cães o trabalho de buscar trufas consiste, principalmente, em ensiná-los a perseguir um aroma que "naturalmente" não perseguiriam - em outras palavras, consiste em modificar sua "natureza". Para isso, esses cães são ensinados, desde o nascimento, a caçar trufas; aprendem a associar o aroma, a rastreá-lo e, por fim, a marcar sua localização com as patas. Em todas as etapas do aprendizado, os animais devem ser premiados com petiscos quando fazem corretamente o que lhes é demandado, de forma que sejam estimulados e motivados a continuar. Para eles, a aprendizagem deve ser um jogo. Não obstante, a seleção genética também faz parte do processo do "fazer" um cão trufeiro; apesar de estes não serem cães que "nasceram" caçadores de trufas, certas características, como resistência, inteligência e capacidade olfativa, são muito valorizadas na escolha dos cruzamentos. Treinar cães de trenó com genética significa, afinal, "aperfeiçoar a natureza" desses cães, traçar um "plano", de maneira a lograr animais que são "naturalmente" puxadores de trenós; no Chile, ensinar cães a caçar trufas tem que ver, principalmente, com ensiná-los a perseguir um aroma que lhes é "antinatural", a "ir contra" sua natureza - um Terrier Chileno trufeiro, por exemplo, não deve, nunca, ser estimulado a caçar coelhos, pois isso "ativaria seu instinto". Nesse sentido, o que pretendo apresentar aqui são algumas reflexões a respeito dos modos de se fazer um cão de trenó na prática turística em Ushuaia e um cão trufeiro no contexto da truficultura no Chile, levando em conta a centralidade da genética e do processo de aprendizagem em ambos os contextos, e como estes fazeres estão relacionados aos trabalhos dos cães. Ao que tudo indica, fazer cães de trabalho tem a ver com diferentes formas de se articular treinamento e genética.

Palavras chave: Humano-animal; Trabalho animal; Cães de trabalho

MR43: Paisagem, dinâmicas territoriais, processos identitários e conflitos socioambientais

A partir das intersecções das categorias de classe, gênero, raça/etnia e trabalho, a Mesa Redonda em questão visa propor um debate sobre os imbricamentos de tais categorias nas formas de lutas/resistências/enfrentamentos coletivos que buscam tanto a defesa quanto os reconhecimentos das territorialidades/lugares de pertença e, muito especialmente, na articulação entre as lutas sociais e ambientais no Brasil contemporâneo. Neste sentido, a Mesa

Redonda visa estabelecer reflexões sobre as complexas relações presentes nas dinâmicas territoriais, conforme os diferentes contextos onde emergem, tensionalmente, os processos identitários, os conflitos socioambientais e as transformações das paisagens no contemporâneo.

Palavras chave: Processos identitários, paisagem, conflitos socioambientais.

Coordenação: Margarete F Nunes (UFRGS)

Debatedor/a: Pedro P. M. A. Soares (UFAM)

Participantes: Flávio Silveira (UFPA), Olavo Marques (UFRGS), Francine Ávila (IDEAU)

Apresentação Oral

Belém, a "cidade morena": fronteiras culturais e conflitos socioambientais na metrópole amazônica contemporânea

Flávio Silveira

A proposta desta apresentação é a de contribuir com, e para, o debate sobre as problemáticas socioambientais urbanas na cidade de Belém (PA), a partir das reflexões que tenho realizado nos últimos anos¹, mais diretamente ao que se refere às complexidades entre humanos e não-humanos nos ecossistemas urbanos-mais-que-humanos² na/da capital paraense, mediante um esforço teórico-metodológico relacionado com o que tenho chamado de Ecoantropologia Urbana (Silveira, 2020; 2021), que se apóia na etnografia de rua (Eckert; Rocha, 2013). Neste sentido, a cidade de Belém - "a cidade morena"/"a metrópole amazônica" - revela-se um complexo de (des)arranjos socioambientais atravessados por assimetrias de diversas ordens (sociais, econômicas, ambientais, ontológicas, paisageiras, entre outras), que atingem as paisagens citadinas de determinados bairros e suas ambiências, principalmente aqueles considerados pauperizados em relação a certas zonas/áreas enobrecidas. Na cidade de Belém, o tradicional se confunde com o ciborgue (Swyngedouw, 2001) na e para a conformação de paisagens urbanas tensionadas pelas diversas formas de habitá-las - vinculadas, como disse, as enormes assimetrias socioeconômicas; as naturezasculturas se imbricam contraditoriamente (no sentido de Maffesoli, 1980), gerando laços complexos/(des)ordenados, para o bem e para o mal, mediante formas de ocupação dos espaços que se desdobram na reconfiguração dos lugares de pertença - segregando, excluindo, disciplinando, mas também produzindo formas de sociabilidades intensas (geralmente, festivas).

Palavras chave: Amazônia; metrópole; identificação

Apresentação Oral

Diálogos sobre Demarcação de Território Quilombola: Palmas - Uma análise do conflito na Região da Fronteira

Francine Ávila

Debater as questões quilombolas é, diretamente, contribuir com o diálogo entre as categorias e imbricamentos propostos na Mesa Redonda apresentada, sobretudo no que diz respeito às lutas e resistências em defesa das territorialidades e existências. Por isso, a proposta desta apresentação é apresentar os fatores que sustentam o tensionamento e o conflito existentes na comunidade rural de Palmas, na cidade de Bagé/RS, comunidade em que os quilombolas se polarizaram e agiram para tentar anular judicialmente o processo demarcatório do território, buscando expor de forma geral os fatores que provocaram a cisão da comunidade quilombola e a manutenção do conflito, levantando também os temas relacionados aos processos demarcatórios das Comunidades Quilombolas e as suas peculiaridades históricas, geográficas e culturais, além da atuação dos proprietários rurais da região, dos sindicatos e das associações rurais e o reflexo disso para a situação de tensão e conflito.

Palavras chave: Quilombo. Território. Conflito.

Apresentação Oral

O Morro da Borússia: Paisagens do Litoral Norte Gaúcho;

Olavo Marques

A apresentação aborda a área do Morro da Borússia, em Osório/RS, como lócus de identidade e conflito no Litoral Norte Gaúcho, pensando-a a partir da categoria paisagem - que permite abordar processos construção humana no espaço e no tempo a partir das confluências e tensões entre naturezas e culturas -, desvelando a urbanização da cidade de Osório, crescendo ao "pé da serra" e ligando estradas e caminhos que conduzem ao mar, ao sul e ao resto do Brasil, ao norte, e a uma porção de recuperações da Mata Atlântica. As paisagens do morro, situado na escarpa do Planalto Meridional, zona de transição entre a planície litorânea e o planalto, simbolicamente dividem este território em alto e baixo. Entre a vastidão da planície litorânea e seu "Rosário de Lagoas", a franja da orla e seu núcleos urbanos enredados e outra porção do território no alto do planalto, também esta extremamente diversa, dividida em unidades mais diminutas que passam por territorialidades locais, demarcadas por um comunitarismo que tem por base os vínculos com o lugar e as relações de vizinhança. Estas paisagens remontam também ao assentamento de diversos grupos étnicos que as compõem em sua diversidade - desde a imemorial presença indígena, passando pela presença açoriana, negra, italiana, alemã e, mais recentemente, por uma diversidade de grupos que buscam a região pela natureza e qualidade de vida que oferece. A Área de Proteção Ambiental do Morro da Borússia (instituída em 1994 pela Prefeitura Municipal) tem, atualmente, seu Plano de Manejo em processo de revisão, escancarando inúmeros conflitos, perspectivas e projeções de futuro quanto a este território. Conflitos que também se evidenciam quanto à a passagem de mais uma linha de Alta Tensão para escoamento da energia elétrica pelo território da APA. Em

termos de uma memória ambiental, como propõem Devos e Ecertk & Rocha, o morro dá pistas de assentamentos populacionais, usos e processos, dinâmicas de transformação urbana e rural, bem como de investimento em perspectivas de desenvolvimento local e regional, na produção variedades agrícolas como cana-de-açúcar, banana, eucalipto e outras variedades. A encosta, profundamente alterada ao longo do tempo, hoje exuberante enquanto um conjunto complexo de paisagens, patrimônio natural-cultural-ambiental, revela-se como território plural de transformações, permanências e conflitos - de ocupação descontrolada, parcelamento irregular do solo, turistificação por vezes predatória, bem como de políticas preservacionistas, criação de redes de solidariedade, experiências de produção agroflorestal, entre outras formas de manejo sensíveis à etnobioidiversidade local.

Palavras chave: Litoral Norte Gaúcho; Morro da Borussia; Mata Atlântica;

MR44: Paisagens das águas e territórios pesqueiros

O engajamento nos manguezais, rios, igarapés e marés é central no cotidiano de comunidades pesqueiras. A partir de atividades como a pesca, a mariscagem ou a cata de caranguejos, pescadores e pescadoras artesanais percorrem caminhos nos quais interagem não apenas com humanos, mas também com um conjunto bastante variado de animais, plantas e outros seres. O movimento das marés, nesse contexto, atua na composição de ritmos e dinâmicas que só podem ser melhor compreendidas se acompanharmos as práticas que as constituem. Além disso, a luta pela garantia de seus locais de vida e trabalho tem historicamente forjado o cotidiano de quem vive da pesca no Brasil. Diante disso, o objetivo da mesa é reunir diferentes experiências que tematizem as relações de socialidade de comunidades pesqueiras em territórios costeiros e estuarinos, tendo como foco etnografias que têm se concentrado nos modos de habitar e compor paisagens e temporalidades das águas. A partir dessas experiências, a mesa visa a contribuir para as discussões contemporâneas que tratam de paisagens, ecologias políticas e socialidades mais-que-humanas.

Palavras chave: Paisagens multiespécie; antropologia das águas; territórios pesqueiros

Coordenação: Pedro Silveira (FUNDAJ)

Participantes: Lucas Coelho Pereira (UFRB), Renata Machado (IFRIS - PALOC - Muséum national d'Histoire Naturelle), Elionice Conceição Sacramento (UnB)

Apresentação Oral

Da diáspora negra ao território das águas

Elionice Conceição Sacramento

Na Comunidade Quilombola e Pesqueira de Conceição de Salinas, na Bahia, o ritmo das marés carrega histórias de resistência e ancestralidade através de uma relação transatlântica com o Continente Africano. É "com os pés na lama e o corpo imerso nas águas da Baía de Todos os Santos e do Rio Paraguaçu" que a pescadora e quilombola Elionice Sacramento faz ecoar a trajetórias de mulheres negras que lhe antecederam na consolidação de seu território tradicional. Assim, ela nos fala do cotidiano de vida e luta no engajamento com as águas, a terra e o mangue. "Da diáspora negra ao território das águas" dá título ao livro recém lançado por Elionice Sacramento, que também é mestra em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais pela Universidade de Brasília. O trabalho e a trajetória de Elionice é um convite para adentramos territórios de terras e águas a partir das intersecções entre raça, gênero e geração.

Palavras chave: Quilombos; Mulheres negras; Territórios Pesqueiros

Apresentação Oral

"Caranguejo é bicho que anda"

Lucas Coelho Pereira

Repetidas vezes meus amigos caranguejeiros diziam: "caranguejo é bicho que anda". A depender da época do ano e do seu ciclo de desenvolvimento vital, os crustáceos podem "se sumir" de certos lugares e (re)aparecerem em outros. No Delta do Parnaíba, situado entre os estados nordestinos do Piauí e do Maranhão, o comportamento errático dos caranguejos fazem seus catadores andarilharem por longas distâncias, deslocando-se, por vezes, não apenas a pé, mas também sobre lanchas, automóveis e bicicletas. No mangue, o caminhar de caranguejeiros que "sabem trabalhar" envolve a constituição de múltiplas habilidades técnicas. É caminhando, ainda, que se conhece os caminhos e as histórias dos lugares. Nesta apresentação, com base na ideia de uma "antropologia andarilha", proposta por Thiago Cardoso (2018) e nas inspirações de Tim Ingold (2002;2015), Anna Tsing (2014; 2019) e Elionice Sacramento (2019) pretendo acompanhar os modos como paisagens das águas no Delta do Parnaíba são - a um só tempo - habitadas e constituídas por movimentos continuados de caranguejeiros, caranguejos, marés e outros mais que humanos.

Palavras chave: Etnografia multiespécie; Manguezais; Pesca artesanal

Apresentação Oral

Maré: Socialidades, engajamentos e ritmos nas paisagens das águas

Renata Machado

Na Ilha de Matarandiba, na Baía de Todos os Santos (BA), a economia local gira em torno das atividades de pesca e mariscagem. Os homens estão engajados na pesca artesanal, com utilização de redes ou anzóis, e as mulheres na coleta de marisco e/ou na captura de alguns

crustáceos. A diferença entre as atividades que homens e mulheres fazem não se traduz apenas a partir das técnicas empregadas, gestos mobilizados e espécies capturadas/coletadas, mas também na temporalidade e na própria composição de paisagens. As mulheres circulam com mais frequência pelos mangues ou muito próximas a ele. Elas caminham pela lama na maré vazia, nos lugares mais afastados da água. Já os homens, ocupam as águas mais profundas, com mais frequência na maré cheia, por meio de embarcações (canoas). A minha experiência etnográfica entre as marisqueiras da vila de Matarandiba me levou a compreender a maré não apenas como um fenômeno cíclico definido pelo avanço e o recuo das águas, mas também como paisagem-tempo de vida, de afetos, o lugar de pesca/coleta de marisco e do movimento das águas e dos corpos que assegura a sobrevivência da comunidade. Assim, amplio a noção habitual de ' maré' para entender as socialidades, os engajamentos e ritmos que envolve o saber-fazer das marisqueiras. Ao definir a maré como paisagem-tempo das águas, recorro à noção da paisagem enquanto um contínuo fluxo de transformação vital que envolve a relação dos diferentes seres que a compõem e são compostos por ela (Ingold 2017; Tsing 2019). O objetivo desta proposta é tomar a mariscagem como via privilegiada para compreender as relações de vidas múltiplas entre as marisqueiras, os mariscos, os manguezais e a ' maré'. A partir de uma etnografia multiespécie (Tsing, 2019) busco compreender os modos de habitar e compor ' paisagens-tempo' das águas. Como as marisqueiras criam relações entre elas, com a maré (paisagem/tempo) e os mariscos? De que maneira as marisqueiras, no engajamento cotidiano com outros seres (os animais bivalves/crustáceos), constroem saberes sobre estas espécies biológicas com todas as suas interfaces biossociais? Estas reflexões se inscrevem em um campo amplo de discussões que tratam de paisagens (Ingold, 2011, Tsing, 2019), ecologias políticas (Ferdinand, 2021), antropologia marítima (Artaud, 2018) e socialidades mais que humanas (Tsing, 2019; Haraway, 2016; Kohn, 2013).

Palavras chave: maré; marisqueiras, paisagem, tempo, mariscos

MR45: Patrimônios mundiais em perspectiva comparada

Nas últimas décadas, o tema dos patrimônios mundiais ganhou destaque no conjunto de várias áreas disciplinares. A Antropologia está inserida nesse debate mundo afora, produzindo pesquisas, reflexões e contribuições sobre os mais diversos processos de patrimonialização. Seja na Lista do Patrimônio Mundial, seja na Lista do Patrimônio Cultural Intangível, a Unesco viu crescer sobremaneira, tanto o volume de demandas por inscrição nas Listas, como os reconhecimentos consolidados. Esta mesa-redonda visa pôr em debate três experiências antropológicas no campo dos patrimônios mundiais: os casos de Malaca (Malásia), Cidade de Goiás (Brasil) e Espanha. Objetivamos analisar similaridades e diferenças de cada contexto no que concerne (1) à democracia nos processos decisórios; (2) à recepção da categoria "patrimônio mundial" nas localidades reconhecidas; (3) à avaliação dos impactos dos

reconhecimentos pelos moradores e portadores dos bens reconhecidos; (4) ao balanço da categoria patrimônio no tempo contemporâneo, considerando-se a influência das novas epistemologias do Sul Global, o crescente debate tanto sobre o processo de desterritorialização, quanto sobre o Antropoceno.

Palavras chave: patrimônios mundiais; Unesco; Sul Global

Coordenação: Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Participantes: Izabela Tamaso (UFG), Celeste Jiménez de Madariaga (Universidad de Huelva), Ema Cláudia Ribeiro Pires (Universidade de Évora)

Apresentação Oral

Corações imperiais, cidades coloniais, músicas marginais: explorando subalternidades em Malaca (Malásia) e Évora (Portugal)

Ema Cláudia Ribeiro Pires

A que mundos sociais pertencem os patrimônios mundiais listados enquanto bens culturais? Nestes tempos extremos em que vivemos, que lugares sociais ocupam os grupos subalternos nas retóricas patrimoniais das cidades de Malaca (Malásia) e Évora (Portugal)? Partindo de experiência participante prolongada nas duas cidades, discutiremos processos de (in)visibilização e objetificação patrimonial de pessoas, grupos subalternos e suas práticas.

Palavras chave: .

MR46: Povos ciganos, contranarrativas ciganas, produção de conhecimento e perspectivas comparadas.

Os estudos interessados em compreender os povos ciganos no contexto nacional têm aumentado na antropologia brasileira nos últimos anos, trazendo questões que atravessam e demarcam novos campos epistêmicos. É com o intuito de dar continuidade ao debate tecido na última Reunião Brasileira de Antropologia que trazemos algumas percepções empíricas de um novo momento dos estudos ciganos no país, marcado pela presença mais constante dos corpos e das vozes de pessoas ciganas nos espaços acadêmicos. A introdução de olhares e perspectivas de representantes destes povos tradicionais no debate acadêmico ecoa em contranarrativas sobre seus modos de vida e sobre conceitos como liderança, política, conhecimento, relações e produção de conhecimento. A proposta desta mesa é, assim, promover um encontro entre pensadores (as) ciganos (as) e antropólogos (as) estudiosos (as) de povos ciganos para um debate em torno dessas contranarrativas e da importância da quebra de um silenciamento histórico desses povos para o crescimento contínuo da ocupação de pessoas ciganas nos espaços

de produção do conhecimento. A conversa também pretende abordar as experiências diversas de cada convidado (a) em suas respectivas vivências entre povos ciganos de diferentes lugares do Brasil, destacando questões tangenciais sobre a socialidade, na interface com temas relacionados ao conhecimento, gênero, geração, política e modos de existência.

Palavras chave: Povos ciganos. contranarrativas. produção de conhecimento.

Coordenação: Edilma Nascimento (UFMA)

Participantes: Aluizio de Azevedo (Ministério da Saúde), Marcilânia Alcântara (SEM/SOUSA-PB), Juliana Miranda Soares Campos (UFMG)

Apresentação Oral

MR46: Potenciais contribuições das mulheres ciganas para os estudos contracoloniais de gênero

Juliana Miranda Soares Campos

Resumo: A proposta desta fala é trazer, a partir de minha experiência e interlocução com calins em Minas Gerais, questões de gênero concernentes a elas que sejam capazes de suscitar possíveis diálogos com os chamados feminismos plurais emergentes: feminismos negros, indígenas, islâmicos, decoloniais. Estes múltiplos debates feministas nas últimas décadas têm se dedicado a romper com a universalidade da categoria "mulher" e confluem na defesa de que os problemas que as mulheres enfrentam tampouco são universais, assim como suas reivindicações. Nesse sentido, interessa-me colocar em relevo as concepções e narrativas próprias às minhas interlocutoras sobre relações de gênero, o lugar da mulher na socialidade cigana e na luta política por direitos específicos.

Palavras chave: mulheres ciganas, calins, feminismos plurais, gênero

MR47: Práticas antropológicas na produção audiovisual

As práticas antropológicas no campo disciplinar da Antropologia Audiovisual, na produção fílmica e fotográfica, têm sofrido profundas transformações nestas últimas décadas. Por um lado, as mudanças tecnológicas, os desenvolvimentos das tecnologias digitais e o acesso generalizado aos meios de registro de som e da imagem, software de edição e meios e modos de circulação e divulgação das produções e a consequente independência dos constrangimentos econômicos e políticos; por outro lado novos paradigmas de pesquisa e ainda as redes ou intercâmbio de pesquisadores em antropologia e cinema, o crescimento substancial de produções audiovisuais no âmbito da antropologia e de mostras e festivais de cinema etnográfico e de documentário. Interrogamo-nos até que ponto estas mudanças se inspiram em

práticas antigas e nas figuras de referência do filme etnográfico e do documentário as reconfiguram ou incluem formas espontâneas de produção emergentes nas margens do cinema e da antropologia. Esta mesa redonda, procurará debater estas práticas, vinculadas às estratégias metodológicas que ampliam o campo teórico da antropologia. Essa proposta conta com apoio do CAV/ABA e é de interesse para a antropologia, o cinema, a fotografia e a ação humanitária.

Palavras chave: antropologia, cinema, fotografia, tecnologias digitais

Coordenação: Lisabete Coradini (UFRN)

Debatedor/a: Alex Giuliano Vailati (UFPE)

Participantes: José da Silva Ribeiro (ID+), Alfonso Palazón (URJC), Emiliano Dantas (CRIA)

Apresentação Oral

O Círculo Cultural como experiência antropológica compartilhada

Emiliano Dantas

O Círculo Cultural é uma experiência antropológica compartilhada, na medida em que propõe a aproximação entre o conhecimento antropológico da/o pesquisador/a e o ponto de vista dos/as participantes. A experiência acontece em uma atividade prática que une teoria e metodologia no fazer antropológico pelo movimento, pelas habilidades (Ingold, 2011) e pela dialética (Freire, 1998). O Círculo promove a interação entre pessoas, coisas, sentidos, tempos e permite a leitura e reescrita do mundo com imagens. As/os participantes são convidadas/os a lerem os seus mundos nas imagens, com suas palavras, com suas observações e com seus sentimentos, para construir conhecimento crítico sobre suas vidas, sendo assim autoras/es das suas histórias.

Palavras chave: antropologia, cinema, fotografia, tecnologias digitais

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/33rba_683_37738329_683347.pdf

Apresentação Oral

Entre a antropologia visual e o cinema documentário

José da Silva Ribeiro

O Festival Internacional de Documentário de Melgaço organiza anualmente um curso de verão desde 2014. Em 2022 o tema é a Antropologia Visual / Antropologia e Cinema. Como se articulam estes dois temas a partir de três vetores: etnografias / metodologias audiovisuais participativas, a relação entre o olhar do Antropólogo/ olhar do Documentarista, arquivos fílmicos, memórias e autoetnografia. Abordaremos assim como novos paradigmas de pesquisa participativa e de pesquisa ação reconfigura a produção e o debate em torno da antropologia

visual. O filme etnográfico, a antropologia visual e o documentário sempre conviveram e sempre reciprocamente se questionaram de múltiplas formas e na multiplicidade das metodologias utilizadas. No centro está a observação, a construção do olhar em antropologia e no cinema "a imagem cinematográfica é essencialmente a observação de um fenômeno que se desenvolve no tempo" (Tarkovsky). Não será também esta a questão central da antropologia e das artes? É sobre esta questão que tentamos cruzar e confrontar o olhar do antropólogo e do cineasta. Finalmente os documentários realizados a partir desses arquivos procuram trazer memórias e representações a uma audiência em geral, mediadas pela edição e narração de uma autoetnografia. As situações etnográficas vividas e o trabalho de campo saem do seu contexto e são mediatizadas por uma narrativa fílmica "atualizada". O espectador pode ver, sentir e imaginar as realidades sobre os outros nos arquivos etnográficos. Os investigadores podem reviver essas experiências de relação com os outros ao se recontarem as memórias provocadas pelas imagens de acervos. Procura-se também articular e pôr em contacto experiências criativas de proveniências diversas - de cineastas, redes e associações científicas e artísticas e investigadores de universidades e produtores culturais, países e continentes diversos.

Palavras chave: "Antropologia Visual", "Documentário" "etnografias participativas" "Arquivos"

MR48: "Política de Terreiros": entre os conflitos, violações e as mobilizações por reconhecimento de direitos dos povos tradicionais de matriz africana

A atuação política dos afroreligiosos fez surgir na esfera pública um ativismo orientado pelo reconhecimento do pertencimento étnico-racial-religioso como um marcador da luta antirracista. Discutir a constituição de uma "Política dos Terreiros" está motivada pela ideia de que o terreiro é um território que se institui a partir de solidariedades e disputas intragrupoais, conformadoras de modos de vida próprios. Optamos por uma abordagem interdisciplinar para que se tenha uma perspectiva multidimensional sobre os conflitos e as formas de mobilização que envolvem os terreiros, voltados ao enfrentamento às violações dos direitos individuais, coletivos e difusos. O ativismo dos afroreligiosos tem como principais frentes de lutas a politização das demandas dos terreiros nas áreas da Educação, Segurança Pública, Saúde, Cultura, Segurança Alimentar e Nutricional, Artes, Direito etc. Destaca-se ainda as disputas inerentes à (re)produção de conhecimentos, dentro e fora das universidades, que muitas vezes negou a existência de organização política dos terreiros. A mesa pretende debater ainda como a diversidade étnico-racial-religiosa dos agentes é

influenciada pela diversidade da conformação sócio-histórica do campo das religiões afro-brasileiras, a partir da confluência dos povos oriundos do continente africano no contexto de diáspora forçada, já que muitas vezes o debate é reduzido a uma perspectiva “yorubacêntrica”, ocultando as demais tradições que compõem esse universo.

Palavras chave: política de terreiros; afrorreligiosos; reconhecimento de direitos

Coordenação: Ana Paula Miranda (UFF)

Debatedor/a: Rosiane Rodrigues de Almeida (UFF)

Participantes: Ilzver de Matos Oliveira (PUC-PR), Marlon Marcos (UNILAB), Wanderson Flor do Nascimento (UnB)

MR49: Racializar a África: reflexões, mudanças e contribuições a partir da Antropologia negra brasileira

As últimas duas décadas no Brasil foram marcadas por mudanças substanciais no que diz respeito ao estudo e ensino da África. O Movimento Negro brasileiro, por meio das leis 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino das histórias e culturas africanas, e 12.711/2012, que instituiu a política de cotas no ensino superior, possibilitou uma mudança epistemológica no olhar para o continente africano. A ideologia lusotropicalista, que insiste em reinar em alguns setores da nossa disciplina, foi fortemente contestada e novas propostas de compreensão das relações raciais no continente emergiram. É a partir desse cenário que propomos a presente MR. Nela, a partir da experiência de antropólogas/os negras/os em diferentes contextos culturais africanos, pretendemos discutir as contribuições para o aprimoramento do olhar da Antropologia brasileira para o continente africano a partir de outras perspectivas raciais. Ao fim e ao cabo, este será um espaço para ir além das críticas vazias de que antropólogas/os negras/os brasileiras/os levariam os problemas daqui para lá, demarcando como a presença negra na nossa disciplina é capaz de aprimorar os debates para além das visões racialistas que ora perpetuam uma imagem de um colonialismo cordial, ora hierarquizam modelos de racismo.

Palavras chave: Contextos africanos; racialização; colonialismos

Coordenação: Gilson Rodrigues Jr (IFRN)

Debatedor/a: Vinícius Venancio (UnB)

Participantes: Thais Tiriba (USP), Denise da Costa (UNILAB), Frederico Santos (UFSCar)

| Apresentação Oral

Pertencas traficadas, identidades em trânsito: reflexões a partir do Slave Lodge, Cape Town (África do Sul)

Thais Tiriba

Neste paper, a partir do relato de uma visita ao Slave Lodge, Cape Town (África do Sul), proponho refletir sobre as leituras sobre racismo, escravidão e opressão operacionalizadas ali que remetem à experiência da população coloured, habitante dessa região do país. Ao lado do relato, trago as falas e hesitações de amigos e novos conhecidos, recentemente entrevistados, que se identificam como coloured e discorrem sobre racismo, família e pertencimento. O Slave Lodge foi alojamento insalubre para pessoas escravizadas de propriedade da Companhia Holandesa das Índias Orientais até 1811, que hoje abriga um dos 11 museus da província de Western Cape operados pelo Ministério das Artes e Cultura. Essa região portuária do país recebeu por dois séculos sujeitos traficados da Índia, Indonésia, Leste do continente africano, Ilhas Maurício e Madagascar. O museu conta a história dessa rota menos conhecida do tráfico de pessoas escravizadas e se debruça sobre o legado da escravidão na região e no país, bem como dá espaço, em suas exposições, para as vozes, rostos e famílias da população coloured, cujas identidades, ambíguas no contexto sul-africano por denotarem opressão, mas também privilégio relativo, encontram raízes na escravidão. As reflexões que apresento nesse paper se dão a partir de meu trânsito entre São Paulo e Cape Town para a realização de minha pesquisa de doutorado, ainda em andamento. Desde o início desse processo, uma vez em solo sul-africano, sou convidada a traduzir para amigos e novos conhecidos as operações das relações raciais no Brasil e do racismo brasileiro. Meu corpo racializado é também, por vezes, objeto de escrutínio. Lida como coloured no contexto de Cape Town, explico meu pertencimento racial também a partir das articulações entre os apagamentos da escravidão, família, classe e gênero. As reflexões presentes nesse paper são, dessa forma, elaboradas tanto nesses diálogos onde aproximamos os incomparáveis para encontrar semelhanças e marcar diferenças, quanto a partir de minhas leituras e impressões enquanto corpo racializado em uma cidade fundamentalmente marcada por um histórico de segregação.

Palavras chave: Escravidão; Identidade coloured; África do Sul

MR50: Religião & Sociedade: 45 anos de pesquisas sobre religião no Brasil

A mesa aborda a importância da preservação e divulgação de patrimônios editoriais em Ciências Sociais no Brasil, a partir do caso exemplar de Religião & Sociedade. Fundada em 1977, junto ao Instituto de Estudos da Religião - ISER, a revista acompanha as transformações nos debates públicos e acadêmicos em torno do tema religião dentro e fora do país. Ao completar 45 anos, em 2022, a revista realiza o lançamento de seu site, no qual disponibiliza

artigos, resenhas, documentos e ensaios veiculados nos 30 primeiros anos de sua existência, somando-os aos já disponíveis no Scielo.br/rs, desde 2007. Com isso, volumes antes existentes somente em formato impresso (muitos dos quais, esgotados) se tornam novamente acessíveis ao grande público. Abordaremos a relevância desse acervo para diferentes gerações de pesquisadores da antropologia brasileira.

Palavras chave: periódico científico; religião e sociedade; estudos de religião

Coordenação: Edilson Pereira (UFRJ)

Participantes: Patricia Birman (UERJ), Regina Novaes (UNIRIO), Rosenilton Oliveira (USP), Paola Lins de Oliveira (UFF)

Apresentação Oral

Arte e religião na Revista *Religião e Sociedade*: debates e tendências

Paola Lins de Oliveira

Religião e Sociedade é uma das mais longevas e bem-avaliadas publicações científicas dedicadas à divulgação de pesquisas, no âmbito das Ciências Sociais e humanidades, sobre a temática da religião no Brasil, com predomínio das abordagens antropológicas e sociológicas. Desde a década de 1970, quando foi criada, a revista reúne, catalisa e norteia os principais debates sobre religião nos campos de estudos nos quais se insere. Nesta ocasião, apresento alguns resultados de um levantamento sobre artigos, resenhas e ensaios publicados em *Religião e Sociedade* que abordam as relações entre arte e religião. O objetivo é explorar preliminarmente o modo pelo qual materialidades, performances, músicas, entre outras manifestações "artísticas" foram tratadas nesta publicação, chamando a atenção para tendências e transformações no debate acadêmico acerca das interfaces entre os temas. Se, por um lado, a linha editorial da revista já opera o recorte do vetor religioso, por outro, partimos do entendimento da arte como categoria ampliada que abarcaria o conjunto de artefatos materiais utilitários ou não, visuais, musicais ou performáticos, produzidos em contextos sociais com reconhecido valor estético e cultural seja no âmbito de sua produção, "recepção" ou circulação.

Palavras chave: Arte; religião; patrimônio intelectual

Apresentação Oral

Roger Bastide: saberes religiosos e antropológicos em alguns de seus embates e combates.

Patricia Birman

As controvérsias e engajamentos da antropologia brasileira, e também, dos adeptos do candomblé, fizeram da obra de Roger Bastide uma referência quase incontornável, principalmente em relação à religião dos africanos no Brasil e na África. Foram muitos os posicionamentos e as análises das gerações posteriores sobre as reflexões de Bastide. Ele tanto foi "acusado" de encampar atitudes preconceituosas como foi elogiado por combatê-las. E assim, seja por se descobrir afinidades com suas ideias, seja por recusá-las criticamente, continua-se a reconhecer Roger Bastide como uma autoridade acadêmica sobre, principalmente, os estudos afro-brasileiros. Vamos recolocar algumas das polêmicas - a partir de textos publicados em *Religião e Sociedade* - sobre a produção de saberes no candomblé e no campo da antropologia e da sociologia. Estão presentes nesses trabalhos, direta ou indiretamente, a noção de modernidade, de cientificidade e de autoria religiosa em trabalhos antropológicos. Examinaremos, pois, certas questões compartilhadas por Roger Bastide levando em conta os contextos que as produziram. Como o nosso autor, repetimos, não podemos ficar indiferentes e exteriores às situações que compartilhamos na vida social.

Palavras chave: "cultos afrobrasileiros", "antropologia", "autoria" "cientificidade"

Apresentação Oral

Religião e Sociedade: conjunturas, campos, disputas e gerações.

Regina Novaes

Em 1977, ainda em pleno regime militar, nasceu *Religião & Sociedade*. A revista contou com a participação de vários pesquisadores do Instituto de Estudos da Religião (ISER) e do Centro de Estudos da Religião (CER), entre os quais destaco Rubem Alves, Rubem César Fernandes, Peter Fry, Alba Zaluar - então professores da UNICAMP- e Duglas Teixeira Monteiro, professor da USP. Dois anos depois, em um número profundamente marcado pelo trágico falecimento de Duglas Monteiro em 1978, encontramos um editorial no qual se explicita um (re)posicionamento da Revista no interior do assim chamado "campo acadêmico dos estudiosos da religião". "Sem negar a profundidade das reflexões elaboradas em círculos religiosos", afirmam os editores, "fazemos aqui ciência da religião. Há religiosos entre nós e muitos dos que aqui escrevem estão engajados nas disputas ideológicas que dividem o campo religioso brasileiro; mas ao entrarem no terreno das ciências, eles se submetem a regras de comunicação que são diferentes daquelas que prevalecem nas organizações eclesiais". Ao mesmo tempo, reconhecem que nos "meios científicos" existem "valores e limitações que lhes são próprios". O objetivo da presente comunicação é pensar sobre essas (e outras) afirmações presentes no editorial da Revista em 1979 (número 4) estabelecendo comparações com alguns temas que marcam hoje contribuições para Revista. Por esse caminho, podemos refletir sobre campos, conjunturas e mudanças entre diferentes gerações de "pesquisadores da religião".

Palavras chave: Religião; Sociedade; Gerações

Apresentação Oral

"Hoje eu orei, Ele é negro": a gênese do movimento negro evangélico no Brasil

Rosenilton Oliveira

Neste texto procuro descrever, de modo sintético, o processo de configuração do Movimento Negro Evangélico (MNE) no contexto brasileiro e o modo como os símbolos da herança africana no Brasil são acionados nas ações desses grupos. Com base em análise documental, entrevistas e pesquisa de campo, argumenta-se que a) é possível traçar algumas linhas gerais que balizam as ações do MNE - dentre elas o combate ao racismo; b) há uma rejeição das religiões afro-brasileiras como sendo o único lócus da "cultura negra no Brasil" sem, no entanto, difundir práticas discriminatórias; c) opera-se uma radicalização do movimento de "africanização" iniciado por alguns pais e mães de santo, a ponto de também o cristianismo ser considerado uma "religião de matriz africana".

Palavras chave: movimento negro evangélico; racismo; identidade

MR51: Religião e conflitos político-morais: (re)pensando desigualdades a partir da América Latina

Esta Mesa Redonda repensa a produção de universos político-morais em situações em que agentes religiosos envolvem-se em relações de desigualdade e diferença (sócio-econômica, de gênero, de etnicidade e raciais, entre outras). Ao enfatizar o encontro entre desigualdade e diferença, problematizamos como estas são produtoras de questionamentos e reafirmações político-morais para agentes religiosos, dando margem para novos conflitos e para a busca de soluções acerca do que é considerado "certo", "justo" e "bom". Este conjunto de três apresentações é baseado em casos provenientes da Argentina, Brasil e México, que serão discutidos e comparados de forma a gerar de conhecimento sobre e a partir da América Latina — isto é, buscaremos repensar a religião e os conflitos político-morais em sua interface com perspectivas desde o sul, tensionando as propostas pós-coloniais e decoloniais já existentes na literatura. Assim, seja a partir de ações sociais da Opus Dei na Argentina, no qual a produção de uma dimensão político-moral de gênero (feminino) é constituída na interface com a pobreza urbana, seja a partir de uma comparação entre as estratégias de governança religiosa provenientes da Europa com as do Brasil, seja a partir do conflito e da intolerância religiosa em relação às comunidades indígenas em Oaxaca no México, repensaremos a importância da religião para além do universo fechado das igrejas e comunidades, observando os efeitos sociais das suas ações e conflitos político-morais.

Palavras chave: Religião; Moralidade; América Latina

Coordenação: Eduardo Dullo (UFRGS)

Participantes: Rocío G. Bravo Salazar (UNSI), Manoela Carpenedo (Universidade de Groningen), María Bargo (EIDAES/UNSAM)

Apresentação Oral

Conflito, Governança e a Diversidade Religiosa: o caso Brasileiro em debate

Manoela Carpenedo

Inspirada pelo trabalho de Saba Mahmood (2016) sobre a governança da diferença religiosa no Egito, esta apresentação visa à problematizar a governança da diversidade religiosa no Brasil. Para tanto, examino a legislação brasileira acerca do tema, bem como as políticas públicas atuais promovidas pela 'Coordenação de Liberdade de Religião ou Crença, Consciência, Expressão e Acadêmica' junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Tais políticas são analisadas à luz dos debates atuais acerca das potencialidades e limitações do secularismo político (Bader, 2007). O secularismo político é aqui entendido como o poder do Estado em reorganizar as características da vida religiosa, ao estipular o que a religião é ou deveria ser, disseminando subjetividades, marcos éticos e práticas cotidianas (Asad, 2006). Neste debate, a apresentação propõe uma comparação das estratégias brasileiras de governança da diversidade religiosa com outros casos ao redor do mundo, tais como o caso espanhol, onde 'todas as religiões são iguais, mas algumas são mais iguais que outras' (Magazzini, 2021), o húngaro, onde a religião se tornou uma ferramenta política de governo (Vékony, 2021) e, por fim, o caso Indiano, com o desafio de ser extremamente 'plural e multicultural' (Mahajan, 2021). A análise comparativa indica a necessidade de se problematizar as estratégias correntes que alinham secularismo político, neutralidade e tolerância religiosa no Brasil. Ao definir e gerenciar algumas identidades religiosas como minorias, e proclamar igualdade entre as religiões; o secularismo político, ao invés de reduzir tensões religiosas, pode manufaturar desigualdades, exacerbar conflitos e mobilizar violências no Brasil.

Palavras chave: Conflito, Governança, Diversidade Religiosa,

Apresentação Oral

The End of the Community? Traditional Governance and Religious Conflicts in Oaxaca, Mexico

Rocío G. Bravo Salazar

This research addresses the intolerance and conflicts associated with religious divergence in indigenous communities of the Mexican south State of Oaxaca, ruled by his own traditional system (Usos y Costumbres), which emerged in a context of social, cultural, and religious homogeneity. In the last three decades, the rapid increase of parishioners from Evangelical

and Pentecostal churches all over Mexico, but especially in these indigenous communities, has been associated with the raise of religious intolerance and conflicts between Catholics and non-Catholics (Montes, 1999; Marroquín, 2007).

Palavras chave: religious conflicts, traditional governance, indgenous communities, Oaxaca

MR52: Todos no mesmo barco? Saúde e migração no contexto da Covid-19

As crises sanitárias não são novidades históricas, tampouco se configuram como objeto estranho aos estudos migratórios e antropológicos. Seus impactos são notados na reconfiguração das políticas de controle de corpos migrantes, na multiplicidade de efeitos sobre a produção de subjetividades, nas percepções sobre saúde e doença e nas respostas governamentais e não governamentais à pandemia. São erigidas não apenas políticas de saúde, ou ações estruturadas destinadas a promover ou garantir saúde, mas também políticas de doença, orientadas à suposta convivência pacífica com agentes perturbadores da comunidade, seja por meio de sua segregação, seja por meio de sua eliminação pura e simples. Esses processos - fechamentos seletivos de fronteiras, falta de dados sobre contágios e mortes da população imigrante por Covid-19, não vacinação de imigrantes indocumentados, expressões de racismo e xenofobia e assassinatos de imigrantes africanos - produziram múltiplas pandemias dentro do mesmo processo pandêmico: se o vírus era o mesmo para todos, seus efeitos, não foram democráticos como se anunciava, impactando determinados grupos com maior força. Esta Mesa Redonda, uma iniciativa do Comitê Migrações e Deslocamentos, CAI e o Observatório Saúde e Migração, visa debater os impactos desiguais da pandemia sobre diferentes grupos de migrantes racializados no Brasil, com especial atenção aos indígenas Warao da Venezuela, aos imigrantes do Senegal e refugiados da República Democrática do Congo.

Palavras chave: Saúde; Migração; Pandemia

Coordenação: Angela Facundo Navia (UFRN)

Debatedor/a: Alexandre Branco-Pereira (UEMG)

Participantes: Fanny Longa Romero (UNILAB), Elaine Moreira (UnB), Mwewa Lumbwe (UFSC)

Apresentação Oral

Mobilidades em tempos pandêmicos: desafios para os Warao e o controle do "contágio"

Elaine Moreira

O anúncio da chegada da pandemia no Brasil, em março de 2020, coincidia com a presença incontestada dos Warao em muitas cidades e estados no Brasil. A presença de indígenas Warao, naquele momento, se estendia para muito além do circuito conhecido em 2018 e 2019, quando se concentrava entre os estados de Roraima, Amazonas e Pará. Eles parecem ter visto primeiro o fechamento da fronteira com a Venezuela, antes mesmo que oficialmente isso acontecesse de fato. Viveram várias políticas frente à pandemia, conversaram sobre ela, se contaminaram, e algumas de suas vítimas, em estados como Roraima e Amazonas, foram integrados à triste contagem dos mortos, feita a partir de uma metodologia comunitária organizada pelas associações indígenas brasileiras como garantia de que as mortes indígenas não cairiam no anonimato. O anonimato, entretanto, segue sendo um desafio, não só frente à pandemia. Neste trabalho, traremos uma análise de fatos concretos diante do desafio que este povo tem vivenciado frente às políticas classificatórias de venezuelanos, indígenas, refugiados, migrantes, vulneráveis, e a política de controle pelo "contágio".

Palavras chave: .

Apresentação Oral

Lamentos de morte, luto e sofrimento social: violência política e ações coletivas de migrantes congolese e senegaleses no Brasil no contexto da pandemia de Covid-19

Fanny Longa Romero

O que significa falar de sofrimento social e letalidade nas experiências vividas de migrantes africanos, no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil? Como compreender, na concretude do dia a dia, o sofrimento social de coletivos congolese e senegaleses diante de processos de morte, luto e violência política no país? Será que estamos diante de um "encontro mortal" de contágio sanitário planetário entre pessoas infectadas pelo vírus nas ruas, aeroportos ou zonas de fronteira na mobilidade migratória? ou a letalidade advém do acirramento das mazelas da desigualdade social, racial e criminalização da mobilidade migratória que a pandemia exprime com contornos nítidos e sensíveis de violência política? Este trabalho problematiza de que modo a normalização da morte e de eventos de barbárie em um cenário de crise sanitária e política no Brasil, instaura uma falência civilizacional no país que repercute nas vidas, ações coletivas e reivindicações de sujeitos imigrantes africanos, congolese e senegaleses. A análise se concentra nos lamentos de luto, morte e violência política a partir de recentes eventos de morte matada de sujeitos imigrantes africanos e de suas reivindicações coletivas contra a violência política, nos modos perversos de como esses sujeitos têm vivenciado uma relação com a morte e com sua normalização. A metodologia da análise é qualitativa e tem como base um repertório de notícias atualizadas da mídia impressa e virtual sobre as mobilizações coletivas de sujeitos imigrantes africanos, em contexto situado.

Palavras chave: Pandemia; Sofrimento social; Migração africana

MR53: Vinte anos de diálogos: os esportes na Antropologia brasileira

Esta Mesa Redonda (MR), que tem nome homônimo ao livro publicado pela Associação Brasileira de Antropologia no ano de 2021, celebra os vinte anos dos Grupos de Trabalho (GT) que discutem de uma perspectiva antropológica os esportes, as práticas esportivas e as de lazer. Estes GTs por sua vez ocorrem anualmente e de maneira intercalada nas Reuniões Brasileiras de Antropologia e nas Reuniões de Antropologia do Mercosul. Para além de celebrar as duas décadas de atuação, pesquisas e trabalhos dos GTs, essa MR intenta apontar caminhos para as próximas etapas de construção da Antropologia dos Esportes no Brasil e no mundo. Nossos objetivos com esta MR são: a) resgatar a trajetória dos Grupos de Trabalho (GT) responsáveis por fomentar e incrementar debates e conhecimentos antropológicos a respeito dos esportes, das práticas esportivas (futebolísticas e de outras modalidades) e de lazer; b) realizar um balanço sobre as temáticas que foram abordadas nas últimas duas décadas de existência do GT; c) ressaltar a importância de algumas trajetórias acadêmicas que foram dedicadas à temática. Cabe dizer, por fim, que a realização dessa MR só é possível mediante a colaboração de muitas e muitos pesquisadoras(es) que acreditam que o esporte é um tema potente para compreender as sociedades em que vivemos.

Palavras chave: Antropologia; Esportes; Lazer

Coordenação: Mariane da Silva Pisani (UFNT), Luiz Rojo (UFF)

Debatedor/a: Carmen Rial (UFSC)

Participantes: Wagner Xavier de Camargo (UFSCar), Mariane da Silva Pisani (UFNT)

Apresentação Oral

Resgates e conexões possíveis entre Antropologia e Esportes

Mariane da Silva Pisani

Esta apresentação tem por objetivo resgatar, a partir dos Grupos de Trabalho (GT) de Antropologia e Esportes que foram hospedados nas Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), as principais temáticas debatidas nos últimos vinte anos do GT supracitado. O intuito deste resgate é apresentar os caminhos percorridos pelos/a organizadores/a da obra "Vinte anos de diálogos: os esportes na Antropologia brasileira" até a conclusão da mesma; bem como mostrar as aproximações e

conexões existentes entre metodologias e teorias que são próprias da Antropologia e as práticas esportivas.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

Muito mais do que um diálogo: os Esportes e a Antropologia (Brasileira)

Wagner Xavier de Camargo

Com minha apresentação proponho-me a narrar um pouco da trajetória que veio a termo com a publicação do compêndio "Vinte Anos de Diálogos: os Esportes na Antropologia Brasileira" e a fazer um exercício para pensar como o esporte e sua lógica de jogabilidade podem ser úteis contribuições para as Ciências Sociais, a fim de considerarem as próprias relações sociais. Neste sentido, mais do que um diálogo estrito entre "esporte" e "antropologia" (apenas tomando nominalmente dois elementos, mas também duas áreas de conhecimento), haveria a formação de uma polifonia, multiplicidade de sons, caóticos e nada ordenadores, mas potencializadores da construção de conjuntos harmônicos, independente de suas conformações instituídas.

Palavras chave: esporte; antropologia; relações sociais

MR54: Violência de gênero na academia e na pesquisa antropológica

Esta mesa redonda visa apresentar reflexões e debates recentes na antropologia sobre a temática da violência de gênero na academia, incluindo reflexões sobre a pesquisa de campo. O foco recai sobre a compreensão dos fenômenos agora nomeados como "assédio sexual", categoria de violência sexual que tem tido muita repercussão a partir de meados da década passada, em especial através de campanhas feministas no Brasil como #MeuPrimeiroAssédio e #MeuProfessorAbusador, que ganharam ampla repercussão nas universidades públicas em escrachos, páginas do Facebook, ou posts no Twitter, e mesmo denúncias formais nas instâncias universitárias ou judiciárias. O tema tem tido também forte repercussão pela força dos movimentos feministas na América Latina, com muitos grupos e redes associadas a ambientes acadêmicos. Os trabalhos desta mesa visam compreender que tipo de agressões de gênero estão em jogo no ambiente acadêmico, nas universidades e também nos trabalhos de campo. Interessa-nos particularmente aquelas nomeadas como assédio. Aqui, refletiremos sobre como os casos foram denunciados, ganharam visibilidade e demandaram a criação de novas instâncias acadêmicas para acolhimentos de vítimas, apuração de denúncias, e propostas educativas como prevenção de agressões. Em muitos dos casos conhecidos, denunciar significa também um risco

à carreira acadêmica de pessoas que foram assediadas e a permanência dessas pessoas na academia.

Palavras chave: gênero; violência; universidade

Coordenação: Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Debatedor/a: Tânia Mara Campos de Almeida (UnB)

Participantes: Fabiene Gama (UFRGS), Vivian Andrea Martínez Díaz (Universidad de Los Andes), Carolina Bezerra (UFJF), Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Apresentação Oral

Raça, Classe e Sexualidade: Consentimento e Violência de Gênero na Universidade

Carolina Bezerra

Na minha fala desejo apresentar a relevância do tema da violência de gênero no ambiente universitário, pontuando as possibilidades de análise a partir da interseccionalidade e dos marcadores sociais da diferença, para a compreensão das disputas presentes nas relações sociais, intelectuais, de poder e hierárquicas nas universidades. Pontuar sobre os padrões existentes, partindo do trabalho de campo, de escuta e acolhimento empreendido pelo Coletivo Marielle Franco/UFJF, articulados com as entrevistas em profundidade realizadas com as vítimas/denunciantes/sobreviventes de várias universidades brasileiras, me possibilitou evidenciar as disputas existentes entre os termos e conceitos utilizados para nominação dos atos praticados, mostrando que além da violência, do assédio e do consentimento não serem categorias auto evidentes, incidem de maneira diversa nos diferentes corpos que circulam, habitam e se formam nesse espaço, a partir dos seus pertencimentos. A discussão sobre consentimento deve considerar as desigualdades estruturais que perpassam as dimensões de raça, gênero, classe social, orientação sexual, geração, território e deficiências, dimensões situacionais relevantes para serem compreendidas em seus diferentes "lugares de fala" (SPIVAK, 2010) e de construção, perpetuação e articulação de subalternidades. Combinada com a reprodução das moralidades, normatividades e performatividades de gênero (BUTLER, 2019, 2014), desejamos problematizar como os marcadores sociais da diferença produzem interseções que, para além de ser uma somatória de opressões, produzem corpos puníveis nesse ambiente, passíveis de violências diversas.

Palavras chave: .

Apresentação Oral

Experiências de assédios e violências de gênero em universidades: reflexões sobre denúncias, mediações e encaminhamentos

Fabiene Gama

Nesta fala apresentarei algumas reflexões sobre experiências de assédios e violências de gênero em universidades brasileiras. Através de alguns casos e ações que ocorreram a partir de 2013, examinarei algumas dinâmicas das violências de gênero e sexuais neste contexto, seus desdobramentos e como elas se relacionam com o adoecimento mental e a evasão de estudantes no ensino superior. O objetivo é apontar para os desafios que encontramos ao nos dirigir ao problema, considerando algumas possibilidades para seu enfrentamento na universidade a partir do que tem sido proposto por diferentes professoras e pesquisadoras brasileiras. Ao comparar casos e encaminhamentos de diferentes universidades, buscarei apontar para o papel das universidades não apenas no debate, mas também no combate a essas violências.

Palavras chave: Assédios; violências de gênero; universidades.

Apresentação Oral

Precisamos falar sobre assédio na universidade?

Heloisa Buarque de Almeida

Nesta fala, busco refletir sobre a construção pública da categoria "assédio sexual" a partir de eventos que se deram em torno de algumas universidades públicas e a repercussão de casos nas mídias sociais e na imprensa. Tomando como ponto de partida a CPI na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 2015 e minha atuação junto ao movimento social feminista de docentes, denominado "Rede Não Cala USP", busco analisar aqui alguns casos de assédio sexual que pude acompanhar e os mecanismos formais e informais de apuração e negociação de conflitos no ambiente acadêmico. Nesta fala, exploro especialmente a questão dos marcadores sociais da diferença e como as hierarquias acadêmicas e institucionais afetam a repercussão, visibilidade e desdobramento dos casos.

Palavras chave: .

MR55: Vozes das indígenas mulheres: luta e cuidado em redes de mobilização

Essa Mesa apresenta como proposta reunir mulheres indígenas, de diferentes povos e regiões, engajadas com redes de mobilização que vêm ganhando visível proeminência política nos últimos anos. Trata-se de mulheres que compõem a ANMIGA - Articulação das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - e que estão diretamente associadas à organização da Marcha das Mulheres Indígenas, evento que ocorreu nos anos de 2019 e 2021 na cidade de Brasília (DF), que se apresentou como o maior encontro de mulheres indígenas já ocorrido no Brasil. Ainda que essas mulheres atuem em redes supralocais, suas trajetórias são indissociáveis dos coletivos e territórios onde habitam. Assim, os temas aqui mobilizados serão referentes aos

direitos territoriais, à luta contra a violência secular às mulheres indígenas, às políticas públicas de saúde e educação - e outros-, a partir da experiência de cada mulher com seu povo e seu território. Todos estes temas, dentro das especificidades de cada contexto, convergem para alguns objetivos comuns enfatizados pelo movimento das mulheres indígenas, quais sejam o bem viver comunitário e a garantia do futuro dos povos indígenas em seus territórios originários. Os debates agregarão reflexões de gênero e geracionais, uma vez que são fundamentais ao movimento das mulheres indígenas diferentes concepções de ancestralidade, bem como a ativação de saberes de anciãs relativos aos cuidados com o corpo, com o território e com o que cada povo concebe como "espírito".

Palavras chave: Indígenas mulheres; Movimento indígena; Políticas indígenas

Coordenação: Paola Andrade Gibram (Centro de Estudos Ameríndios / USP)

Debatedor/a: Jozileia Kaingang (UFSC)

Participantes: Rute Anacé (UnB), Jaqueline Gonçalves Porto (Kunangue Aty Guasu), Braulina Baniwa (ABIA)

Minicursos

MC01: Experimentações etnográficas: inovações, possibilidades e estilos de criatividade

Este minicurso tem como objetivo trazer como ponto principal de debate o estímulo a formas inventivas de apropriações, usos e experimentações etnográficas. Trata-se aqui de pensar a etnografia como um campo aberto de possibilidades tanto em termos de escrita e formas de narração, como também de ação “em campo”. Seja em formas colaborativas de construção de etnografias ou em trabalhos conduzidos em ambientes digitais – entre outras inúmeras e possíveis formas de encontro etnográfico –, a proposta central será a de provocar a adoção de diferentes abordagens metodológicas, com base em distintos estilos de criatividade que podem eventualmente contribuir para fomentar estratégias discursivas, narrativas e de condução do trabalho etnográfico. A proposta central gira em torno da realização de três sessões, por meio das quais esperamos explorar os seguintes eixos: a) introdução teórico-metodológica sobre a noção de experimentações etnográficas, com ênfase na apresentação de experiências contemporâneas; b) formas de construção colaborativa de narrativas etnográficas; c) tensionamentos do fazer etnográfico e outras possibilidades de construção etnográfica em diferentes linguagens.

Matheus França, Carolina Parreiras, Juliana Farias, Daniela Moreno Feriani

Apresentação Oral

Imagem, escrita, delírio e outras experimentações numa etnografia com processos demenciais

Daniela Moreno Feriani

Como ver e mostrar os materiais de campo? A proposta é investigar algumas possibilidades de fazer pesquisa através de diferentes grafias, entendidas, aqui, como modos de inscrição e expressão, em uma relação indissociável entre forma e conteúdo, narrativa e experiência, campo e teoria. O objetivo é explicitar, discutir e valorizar os processos criativos como valores heurísticos para o fazer antropológico, aproximando-o de outras áreas de conhecimento, como artes, literatura, arqueologia, design e afins. Fazer da pesquisa um “artesanato intelectual”, um ateliê, possibilita testar caminhos, tatear por significados, compor possibilidades que abrem para outros modos de ver e narrar/descrever/escrever, em uma proposta conceitual e metodológica de tomar a experimentação e a imaginação como processos de conhecimento. Como, de fato, “experimentar o pensamento do outro”, como propõe Eduardo Viveiros de

Castro? A partir da minha etnografia com pessoas em processo demencial, vou mostrar algumas estratégias e escolhas narrativas que enfrentei ao longo da pesquisa numa tentativa de atravessar o espelho e encontrar o "mundo às avessas" da demência, com outras coordenadas e referências. Assim, ao movimentar imagens e palavras a partir de cenas, conversas, fotografias, vídeos, objetos, metáforas, gestos, afetos, delírios presenciados em campo, procurei "atravessar o véu mantendo sua qualidade alucinatória" (Taussig, 1991) e me aproximar do que venho chamando de grafia-demente. Como resultados dessa busca, publiquei um site com os materiais da pesquisa (soproseassombros.com.br) e venho desenvolvendo uma graphic novel com o tema. Se é de outra realidade que estamos falando, como trazê-la para o meu mundo, como fazê-la sacudir minha própria realidade e linguagem para me abrir a outros modos de ver, fazer, descrever? Como conceber um mundo em que o chinelo é o controle remoto, a embalagem brilhante de biscoito é uma borboleta, a camisa se veste como calça? Como conferir estatuto de realidade à cena do macaco da televisão que vai invadir a sala, ao trator que anda que nem casa, aos alimentos da geladeira que vão atacar? Como mostrar esses incidentes etnográficos, tomar os vislumbres e assombros do campo como potências analíticas e inventivas? Como descrever o invisível, o delírio? Como "levar a língua a delirar" (Deleuze, 1992)? O que pode a palavra quando ela se desloca de um referente? Quando não é para ser decifrada, o que a linguagem se torna? A aposta, enfim, é de que a demência possa ser um estímulo para produzir narrativa e inventividade, e mostrar como, a partir desse outro modo de ver das pessoas com demência, eu também precisei reinventar o meu próprio modo de ver, escrever, narrar, mostrar.

MC02: Interpretação socioantropológica dos Sonhos

O minicurso A Interpretação socio-antropológica dos sonhos pretende refletir e apreender formas - teóricas e empíricas, que envolvem o Sonho, como experiência individual e coletiva. Para isso, o minicurso se fundamentará no diálogo entre antropologia e Psicanálise, se deterá em questões teóricas como o paradigmático capítulo sete, da obra A Interpretação dos Sonhos, de Freud, bem como os estudos recentes de Bernard Lahiri, A Interpretação sociológica dos sonhos, que coloca na cena do debate sociológico, a experiência dos sonhos. Essas expressões teóricas serão articuladas com relatos e experiências com sonhos em práticas e rituais tradicionais da cultura afro-brasileira. Desse modo, líderes de terreiros de mina e umbanda de São Luís, Maranhão, norte do Brasil, irão relatar experiências sobre os sonhos, em suas práticas rituais ancestrais no diálogo com as teorias modernas sobre o Sonho.

Marilande Martins Abreu, Mundicarmo Ferretti

MC03: Ritual, performance e etnografia: abordagens contemporâneas

O curso versa sobre o lugar e a contemporaneidade dos estudos antropológicos de rituais e performances tomando por ponto de partida a obra de Victor Turner, um dos protagonistas da chamada “virada performativa” ocorrida entre os anos 1970 e 1980 na antropologia. Ocupando um lugar heterodoxo no contexto da antropologia social inglesa, a etnografia realizada por Turner entre os Ndembus nos anos 1950 mobilizou de modo inovador conceitos como drama social, símbolo ritual, liminaridade e *communitas*. Mais tarde, a partir do encontro com o diretor teatral Richard Schechner, Turner elaborou uma antropologia da performance e, inspirado pela noção de comportamento restaurado de Schechner, propôs uma antropologia da experiência. Performance e experiência, palavras que remetem ao vocábulo indo-europeu *per* e à ideia de perigo, tornam-se inseparáveis na perspectiva de Turner, para quem a performance constitui expressão de uma experiência marcante, de quem corre riscos. Suas contribuições à antropologia trouxeram novo fôlego aos estudos de rituais e simbolismo e, até a atualidade, fomentam o diálogo antropológico com a linguística, a literatura, a etnomusicologia e com as artes dramáticas e plásticas, entre outras. Este minicurso abordará: a heterodoxia da obra de Turner e sua abertura para novas direções, os desdobramentos de sua relação com Schechner na constituição de uma antropologia da performance e da experiência, e, por fim, etnografias inspiradas no diálogo entre esses dois autores.

Luciana Gonçalves de Carvalho, John C. Dawsey, Maria Laura Cavalcanti

Apresentação Oral

Aula: Victor Turner e Antropologias da Experiência e Performance

John Cowart Dawsey

Nesta aula, nos deparamos com um conjunto de textos exploratórios, pouco traduzidos, onde se encontram esboços de uma antropologia da performance e da experiência. São esses possivelmente os escritos menos conhecidos de Turner. Duas possíveis leituras desse momento na obra do autor se sugerem, ambas características de um rito de transição. Por um lado, a diminuição de vitalidade do pesquisador (a experiência de *tomb*): o distanciamento em relação ao trabalho etnográfico. Por outro, um renascimento (*womb*): Turner se permite correr novos riscos. Questiona-se. Interesses que se alojam em substratos de sua experiência afloram. Ganham força. Daí, a passagem do ritual ao teatro. E o encontro de Turner com Richard Schechner. Há indícios dessa inflexão na antropologia de Turner no prefácio de *Dramas, fields and metaphors* (Dramas, campos e metáforas), publicado em 1974, onde se discute a noção do “*liminóide*”. Mas, os seus desdobramentos mais expressivos, onde se configuram a

antropologia da performance e da experiência, aparecem nos anos de 1980, com a publicação de *From ritual to theatre: the human seriousness of play* (Do ritual ao teatro: a seriedade humana da brincadeira), em 1982, e de dois textos póstumos: *The anthropology of performance* (A antropologia da performance), em 1987, e “Dewey, Dilthey and drama: an essay in the anthropology of experience” (“Dewey, Dilthey e drama: um ensaio em antropologia da experiência”), em 1986. Evidencia-se nesses trabalhos uma premissa de fundo: a antropologia da performance é uma parte essencial da antropologia da experiência (Turner 1982: 13). Através do processo de performance, o contido ou suprimido revela-se – Wilhelm Dilthey usa o termo *Ausdruck*, de *ausdrücken*, “espremer”. Citando Dilthey, Turner descreve cinco “momentos” que constituem a estrutura processual de cada *erlebnis*, ou experiência vivida: 1) algo acontece ao nível da percepção (sendo que a dor ou o prazer podem ser sentidos de forma mais intensa do que comportamentos repetitivos ou de rotina); 2) imagens de experiências do passado são evocadas e delineadas – de forma aguda; 3) emoções associadas aos eventos do passado são revividas; 4) o passado articula-se ao presente numa “relação musical” (conforme a analogia de Dilthey), tornando possível a descoberta e construção de significado; e 5) a experiência se completa através de uma forma de “expressão”. Performance – termo que deriva do francês antigo *parfournir*, “completar” ou “realizar inteiramente” – refere-se, justamente, ao momento da expressão. A performance completa uma experiência (Turner 1982: 13-14). A figura de Dilthey aqui lampeja como uma espécie de espírito ancestral. Tal como num rito de cura, Turner nela encontra formas de lidar com a crise de nossa época: a dificuldade de significar o mundo. Nesta aula pretende-se focar três obras de Victor Turner (duas delas, póstumas): *From ritual to theatre: the human seriousness of play* (1982); “Dewey, Dilthey and drama: an essay in the anthropology of experience” (1986); e *The anthropology of performance* (1987).

Apresentação Oral

Riso popular e performance

Luciana Gonçalves de Carvalho

A última sessão do minicurso explora experiências etnográficas guiadas pela noção de performance e articula contribuições teóricas de Turner, Schechner e outros estudiosos do tema como Austin, Babcock, Bateson, Bauman e Tambiah com as proposições de Bakhtin sobre o riso rabelaisiano da praça pública medieval. As pesquisas que embasam a exposição tiveram como objetos espetáculos de rua realizados no centro do Rio de Janeiro na década de 1990 e comédias apresentadas por grupos de bumba meu boi na zona rural da Baixada Maranhense, entre 2000 e 2005. Em ambos os contextos pesquisados, salienta-se o desejo de provocar o riso nos espectadores-participantes por meio de ações ritualizadas e modos especiais de comunicação considerados adequados à situação de brincadeira, instaurada com base em códigos social e culturalmente definidos, e como tais reconhecidos pelos sujeitos

comunicantes em cada contexto específico. Dessa maneira, o efeito da performance nos referidos eventos decorre, em grande medida, da competência dos atores-brincantes para estabelecer com seus interlocutores (não necessariamente plateias) uma relação de cumplicidade de modo que a compreensão não literal das mensagens comunicadas seja assegurada e seus sentidos sejam compartilhados. Tal competência envolve o domínio de repertórios de recursos de linguagem, além de códigos e fórmulas especiais, próprios de cada comunidade de interlocutores, os quais podem e devem ser empregados a fim suscitar uma situação ideal à instauração de um contexto interpretativo especial. Constitui-se, pois, a performance como uma espécie de (meta)comunicação que, embora sujeita ao insucesso, é culturalmente convencionada e eficaz. Logo, tem-se que um mecanismo básico da performance reside na reflexividade que permite experimentar o próprio self em um estado de “como se”: não como si próprio, mas como alguém que não é ou, ainda, alguém que poderia ser em “outro estado”, saindo de si mesmo, de modo que o “eu” possa ser percebido como um “não eu”. Não se trata de mero fingimento, mas de imaginação e ilusão consciente de uma ordem de realidade em que o “como se” pode ser experimentado como um “ser” de fato, ainda que momentaneamente. A situação performática, portanto, constitui um comportamento transitório caracterizado pela dupla negação que está na base das ações simbólicas e do riso. Em suma, pretende-se demonstrar como duas formas de expressão cômicas da cultura popular podem ser compreendidas com auxílio da noção de performance, à medida que ela enfatiza simultaneamente a comunicação e o comportamento dos interlocutores em especiais situações interpretativas, nas quais importa não só o que é comunicado, mas a maneira como o é.

Apresentação Oral

Drama, ritual e performance em Victor Turner

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti

Drama, ritual e performance na obra de Victor Turner Como primeira das sessões do minicurso, esta sessão aborda a obra de Victor Turner com o foco nos conceitos de drama social, símbolo ritual e performance. O ponto de partida é a noção de ritual, que serve como fio condutor a indicar o caráter heterodoxo e precursor do autor cuja trajetória intelectual se iniciou no contexto da antropologia social inglesa em meados do século XX. 1) Drama social é o conceito formulado em sua tese de doutoramento, *Schism and continuity in an African society* (1996 [1957]) e traz à cena a atuação de Turner junto ao grupo liderado por Max Gluckman na Universidade de Manchester/Inglaterra e no Instituto Rhodes-Livingstone na então Rodésia do Norte. O conceito foi saudado na época como valiosa contribuição às teorias do conflito e da vinculação social: a vinculação se dava, disse Turner, não apesar dos conflitos mas por meio deles. Buscamos indicar também sua dimensão também simbólica e performática. 2) Símbolo ritual inscreve-se no expressivo conjunto de ensaios reunidos em *Floresta de símbolos* (Turner, 2005), produzidos entre 1957 e 1967, quando de seu

deslocamento para universidades norte-americanas. Turner traz então não só o adensamento do formidável conceito de rito de passagem, de Arnold Van Gennep, como a elaboração do conceito de símbolo ritual em diálogo estreito com a psicanálise de Freud e Jung. A ênfase na dimensão vivida do ritual integra a corporalidade e a materialidade aos processos de apreensão de múltiplos sentidos e dos valores condensados nos símbolos. 3) Embora já desde cedo sugerido, o conceito de performance se individualiza na etapa final de sua carreira, tendo por base a cidade de Nova York e o encontro com o diretor teatral Richard Schechner. Turner rumo a uma antropologia da experiência que, deixada de certo modo em aberto pelo autor, tem inspirado inúmeros trabalhos e abordagens em que dialogam as áreas do teatro, das artes dramáticas e plásticas e da antropologia. Na base dessa obra cheia de desdobramentos está a densa pesquisa de campo realizada na África, em companhia de sua esposa, Edith Turner, entre os Lunda-Ndembu entre dezembro de 1950 e fevereiro de 1952, e entre maio de 1953 e junho de 1954. Nela fulgura o grande interesse dos Ndembus por seus rituais, chamados a dialogar nas demais etapas da carreira do autor com as mais diversas produções simbólicas das culturas ocidentais. Destacaremos também o diálogo do autor com a antropologia brasileira nos anos 1970/1980 e os múltiplos usos e inspirações contemporâneas trazidas por essa multifacetada obra.

MC04: Sistematização e análise de dados na pesquisa antropológica

Este minicurso tem como objetivo apresentar possibilidades e estratégias de sistematização e análise de dados na pesquisa antropológica. Muito se fala sobre a importância das entrevistas, da produção de cadernos e diários de campo. Porém, pouco tem se falado como nós lidamos com nossos dados produzidos em campo. Nosso intuito com essa proposta é desmistificar tais processos, construindo coletivamente formas de tratamento do conjunto de dados obtidos na pesquisa. Para além da lacuna que produz um salto entre o foco na produção de dados para seu produto final - os textos etnográficos, nós temos alguns novos desafios na pesquisa contemporânea. Trata-se da diversidade de fontes e materiais a serem analisados e incorporados aos dados de pesquisa. São entrevistas, relatos de observação, produções de nossos interlocutores; reportagens; filmes, hipertextos, publicações em mídias digitais e documentos variados que compõem as redes e caminhos de nossa incursão na pesquisa. Na primeira sessão, falaremos sobre a importância da organização das referências, de indexadores e a utilização de ferramentas que automatizam as citações e bibliografias. Na segunda sessão, exploraremos as nuances entre nossos roteiros de pesquisa e a sistematização dos dados produzidos. Na última sessão abordamos análise, comparação e cruzamento de dados. Quando consideramos métodos,

a ligação entre sistematização, análise e apresentação dos dados deve ser fundamental para todo o processo do fazer antropológico.

Débora Allebrandt, Hellen Caetano

Apresentação Oral

Sistematização e análise de dados na pesquisa antropológica

Débora Allebrandt

Sessão 1 -Organizando sua biblioteca de referências Você conhece as ferramentas de busca de indexadores? Sabe citar corretamente as referências utilizando normas como ABNT, APA, Chicago? Consegue extrair artigos das plataformas indexadoras? Nesta sessão iremos percorrer os indexadores e as chaves de pesquisa que permitem um maior alcance e precisão das buscas e a construção de uma biblioteca de referências e gestão de artigos através do software Mendeley Desktop. Sessão 2 - O que o roteiro da sua entrevista tem a ver com a sistematização da pesquisa? Quando você construiu seu roteiro de entrevista pensou que ele poderia ser utilizado para iniciar as categorizações da sistematização dos seus dados de campo? Nesta sessão utilizaremos o roteiro de entrevista para criar as primeiras categorias de sistematização; A partir delas iremos trabalhar com a construção de árvores de categorias e subcategorias que permitirão cruzar os dados de pesquisa e ter uma melhor dimensão de seu alcance.

Apresentação Oral

Sistematização e análise de dados na pesquisa antropológica (Hellen Caetano)

Hellen Caetano

Sessão 3 - Analisando, comparando e cruzando dados – Hellen Caetano Neste encontro apresentamos alguns softwares, especialmente de acesso livre como CATMA, que auxiliam na classificação, comparação e análise dos dados e implementamos algumas das categorias que foram desenvolvidas no encontro anterior.

Oficinas

OF01: Conversa com autores/as da Mostra de Desenhos do Prêmio Pierre Verger

O Prêmio Pierre Verger, criado pela ABA em 1996, tornou-se centelha para a produção imagética em pesquisas antropológicas, e as Mostras das obras apresentadas durante a RBA passaram a integrar um Circuito que percorre várias regiões do país e do exterior. Desde a edição de 2020, o desenho foi incorporado à Mostra e, neste ano, estará entre as categorias a serem premiadas. Nesta Oficina, propomos um espaço de debate e reflexão com os/as autores/as dos desenhos selecionados pela Comissão Organizadora. Considerando a diversidade técnica, metodológica e temática explorada, convidamos duas profissionais da área para interagir e comentar os trabalhos. Com isso, pretendemos problematizar o lugar assumido pelo desenho nestas pesquisas, seja associando a exposição a experiências etnográficas singulares, seja como lugar de pensamento e experimentação do próprio tema e das escolhas formais e narrativas do ensaio apresentado. Enquanto ritual de celebração dos trabalhos selecionados, os/as autores das obras integrantes da Mostra serão convidados a se inscreverem na Oficina na categoria de participantes. A oficina ocorrerá em duas sessões.

Aina Azevedo, Patricia Reinheimer, Karina Kuschnir

Apresentação Oral

Desenho, memória e imaginação

Karina Kuschnir

Os desenhos desta sessão serão discutidos por Karina Kuschnir, professora associada do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS/UFRJ e que trabalha com desenho etnográfico desde 2011. Ministrante: Karina Kuschnir Realizadores: Flávia Maria Silva Rieth (UFPEL) — “Lampejos da memória”: entre as linhas da vida e a doença de Alzheimer Bárbara Rossin (UFRJ) — Nos mundos da demência: memória, cotidiano e imaginação Katianne de Sousa Almeida (UFG) — Entrelaçando grafias: o desenho para ensinar, aprender e divulgar a Antropologia brasileira Adriana Nunes Souza (UFRRJ) — Estampas Antropológicas- ilustrando conceitos

Apresentação Oral

Diário de campo, fanzine e ilustração: diálogos e possibilidades

Patricia Reinheimer

Os desenhos desta sessão serão discutidos por Patrícia Reinheimer, professora da área de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ministrante: Patrícia Reinheimer Ana Pastore (USP) — Transfigurações etnográficas. Cadernos de campo com “desenhos do minuto” realizados em Tribunais do Júri na França Isa Rodrigues (UFPE) — Maracatu desenhado: de sketches e ilustrações Andrey Moraes (UFPB) e Ester Paixão Corrêa (UFRN) — Taquara de Tabajaras construções e reconstruções Osmar Santos (UFRJ), Tamiris Pereira Rizzo (Pesquisadora) e Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca (Orientador) — Tudo que nós têm é nós: ilustrando relações étnico-raciais

OF02: Mostra de Ensaios Fotográficos do Prêmio Pierre Verger: conversa com autores/as

O Prêmio Pierre Verger, criado pela ABA em 1996, tornou-se centelha para a produção imagética em pesquisas antropológicas, e as Mostras das obras apresentadas durante a RBA passaram a integrar um Circuito que percorre várias regiões do país e do exterior. Nesta Oficina, propomos um espaço de debate e reflexão com autores/as dos Ensaios Fotográficos selecionados pela Comissão Organizadora da edição de 2022. Considerando a relevância e amplitude deste Prêmio, bem como a complexidade, o investimento epistêmico, sensível, técnico, metodológico e estético envolvidos na preparação dos ensaios fotográficos concorrentes, convidamos três especialistas para discorrerem sobre as obras fotográficas e interagirem com seus/suas autores/as. Através da partilha com estes profissionais e com o público, pretendemos problematizar o lugar assumido pela imagem fotográfica nestas pesquisas, seja associando a exposição a experiências etnográficas singulares, seja como lugar de pensamento e experimentação do próprio tema e das escolhas formais e narrativas dos ensaios. Enquanto ritual de celebração dos trabalhos selecionados, os/as autores das obras integrantes da Mostra serão convidados a se inscreverem na Oficina na categoria de participantes, e cada uma das três sessões previstas contará com um/a debatedor/a convidado/a.

Claudia Turra Magni, Fabiana Bruno, Sylvia Caiuby Novaes, Daniele Borges

OF03: Podcasts e Antropologia: formas de produção, possibilidades de uso no ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica

O cenário informacional e educacional nos últimos anos tem configurado uma demanda por novas formas de construir uma relação entre o conhecimento produzido na academia como parte da agenda social e em contextos de ensino, comunicação e divulgação científica. Nesse cenário, o podcast se destaca na ampliação da produção científica e de construção de outras sensibilidades em outros contextos de ensino-aprendizagem. A partir da experiência da Rádio Kere-kere, uma rede de podcasts de Antropologia e Ciências Sociais criada em 2020, a oficina pretende estimular práticas colaborativas sobre podcasts como material didático, de pesquisa, extensão e divulgação científica. A oficina está organizada em torno de três sessões. Na primeira sessão, abordaremos aspectos da pré-produção (conceito, metodologia, roteiro, pesquisa de materiais, formato e planejamento). Na segunda, discutiremos a produção em si (gravação, edição, trilhas e ambientações sonoras, organização dos arquivos). Na terceira, teremos como foco a pós-produção (publicação, divulgação, disseminação em redes sociais, diálogos e retornos de ouvintes). Com a oficina, nosso objetivo é fomentar o debate sobre o uso de podcasts em Antropologia, bem como proporcionar um espaço coletivo de aprendizado e diálogo, que discuta formas de fazer e de criar podcasts e seus roteiros, os aspectos técnicos e tecnológicos envolvidos nesta produção e as formas de publicizar e divulgar, por meios também digitais, os produtos finais.

Soraya Fleischer, Paula Lacerda, Camilla Iumatti Freitas, Marina de Barros Fonseca, Thiago Coacci

Apresentação Oral

A pré-produção de um podcast

Camilla Iumatti Freitas

Nesta sessão iremos trazer aspectos conceituais e metodológicos a partir de nossas experiências sobre a pré produção na construção de episódios e/ou séries de um Podcast. Essa é a fase em que delineamos a narrativa que queremos oferecer ao pensarmos num tema a ser produzido. Por isso, nessa etapa é importante entendermos qual será o fio condutor da história que queremos contar, além do formato e dos recursos que iremos lançar mão para dar vida às ideias concebidas para o episódio e/ou série. Portanto, nesta sessão da oficina ofereceremos às/aos participantes modelos de planejamento que envolvem as etapas para metodologia, reuniões de planejamento, definição de materiais a serem utilizados (entrevistas, textos, músicas, poesias, entre outros), roteiros e cronograma de execução

Apresentação Oral

Produzindo sem orçamento

Marina de Barros Fonseca

A sessão será uma defesa da necessidade de Antropólogos se aventurarem no mundo da podosfera, mesmo sem manejo perfeito das etapas de produção, para povoar esse mundo sonoro com perspectivas antropológicas e não nos mantermos tão afastados do cotidiano das pessoas. Gravar um podcast é como olhar para um espelho, analisando sua própria fala e capacidade de escuta. Dito isso, a segunda oficina é um espaço de exposição e reflexão sobre como fazemos um podcast com baixo, ou melhor, nenhum orçamento. Este é o caso da maioria dos podcasts da nossa rede Kere-Kere e, por isso, vemos a importância da rede para compartilharmos e aprendermos juntas. A partir da nossa realidade no Conversas da Kata, vamos trazer uma reflexão, digamos assim, “mais técnica” do processo de produção de um podcast: quais as ferramentas? onde buscamos apoio? e depois de gravar, faz o quê mesmo? Trataremos sobre softwares gratuitos de edição, formas de upar para tocadores, produção de vírgulas sonoras e algumas dicas de como contornar a falta de equipamentos e um estúdio para gravação. Falaremos também sobre algo que é essencial tanto para a vida acadêmica como para a produção de podcast: organização.

Apresentação Oral

Estratégias de difusão

Thiago Coacci

Você já criou seu podcast, gravou os episódios, editou, mas e aí? Nessa sessão, conversaremos sobre o processo de pós-produção do podcast, que envolve a hospedagem, construção de público, divulgação, a manutenção financeira e outros assuntos. Algumas das perguntas que nortearão nossa conversa são: como construir um público? Como fazer com que seu podcast chegue até mais pessoas? Em quais redes sociais eu preciso estar e como melhor utilizá-las? E ainda mais importante, como fazer tudo isso com baixo orçamento e equipe pequena?

OF04: Ponto a ponto: a poética das agulhas no registro criativo de percursos etnográficos

Na oficina, propomos interferências capazes de avivar materiais e forças presentes no cotidiano das casas para refletir e experimentar estratégias que qualifiquem criativamente os registros nos percursos etnográficos. Linhas, objetos, panos e tramas são mobilizados experimentalmente na composição de narrativas por meio da técnica de bordado livre. Explora-se as possibilidades criativas da grafia com agulhas e linhas na perspectiva do registro, das poéticas e das imagens, evocando epistemologias femininas várias. No processo de escrita etnográfica somos interpeladas por múltiplos traçados narrativos, entendendo a rota da materialidade das formas sensíveis, anunciada pela aproximação com as artes, como um caminho promissor para qualificar criativamente os registros. Nos 3 encontros previstos, convidamos a 3 movimentos:

a) Roda de Fiar– compartilhando experiências e memórias dos registros em percursos etnográficos; b) Ponto a Ponto– experimentando a produção gráfica com linha e agulha, em sua dimensão imersiva, reunindo materiais variados em composições que incorporam gradativamente objetos na urdidura de mapas mentais e afetivos, propondo uma reflexão criativa acerca dos diários de campo, esboços e notas etnográficas de cada participante; c) Arremate– compartilhando e refletindo sobre a produção da oficina (colagens, composições, bordados) que, para além de obra acabada, valorizam o ato de cerzir e a poética do processo como via criativa nos registros em percursos etnográficos.

Ana Elisa Freitas, Rumi Regina Kubo, Vanessa Porfirio, Caroline Silvestre, Monique Andressa de Oliveira, Claudia Ribeiro

OF05: Mostra de Filmes do Prêmio Pierre Verger: conversa com autores/as

O Prêmio Pierre Verger, criado pela ABA em 1996, tornou-se centelha para a produção imagética em pesquisas antropológicas, e as Mostras das obras apresentadas durante a RBA passaram a integrar um Circuito que percorre várias regiões do país e do exterior. Nesta Oficina, propomos um espaço de debate e reflexão com autores/as dos Filmes selecionados pela Comissão Organizadora da edição de 2022. Considerando a relevância e amplitude deste Prêmio, bem como a complexidade, o investimento epistêmico, sensível, técnico, metodológico e estético envolvidos na preparação dos filmes concorrentes, convidamos especialistas para discorrerem sobre as obras fílmicas e interagirem com seus/suas autores/as. Através da partilha com estes profissionais e com o público, pretendemos problematizar o lugar assumido pela linguagem imagética nestas pesquisas, seja associando a exposição a experiências etnográficas singulares, seja como lugar de pensamento e experimentação do próprio tema e das escolhas formais e narrativas do filme. Enquanto ritual de celebração dos trabalhos selecionados, os/as autores das obras integrantes da Mostra serão convidados a se inscreverem na Oficina na categoria de participantes (com certificação), e cada uma das três sessões previstas contará com um/a debatedor/a convidado/a.

Ronaldo de Oliveira Corrêa, Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque, Ana Luisa Sallas, Fernanda Rechenberg

Prêmios

Prêmio Heloísa Alberto Torres 2022 (V Edição)

Cansei da linha mapôa, hoje gosto de chamar atenção, de ser travesti: visibilidades sociais e travestilidades em contextos rurais e interioranos

Pietra Conceição Azevedo (UFRN)

Prêmio Pierre Verger 2022

1º Lugar

Alágbedé (12'), 2021

Safira Moreira

2º Lugar

Nossos espíritos seguem chegando – Nhe'ë kuery jogueru teri (15'), 2021

Kuaray Poty (Ariel Ortega) e Bruno Huyer

3º Lugar

Cybershota (19'), 2022

Mihai Andrei Leaha

3º Lugar

Nossas Mãos são Sagradas (20'), 2021

Júlia Morim

1º Lugar

Carlos Caps Drag Race (25'), 2022

Mihai Andrei Leaha

2º Lugar

Trans Nômade – a viagem da minha vida (46'), 2021

Rossana Fraga Ferreira

3º Lugar

Afrosampas (47'), 2020

Rose Satiko Gitirana Hikiji e Jasper Chalcraft

Menção Honrosa

Lucas Coelho Pereira

Amarrado (28'), 2021

Menção Honrosa

João Paulo Araújo e Luís Evo

Maió (35'), 2022

1º Lugar

Auto de Resistência (104'), 2018

Natasha Neri e Lula Carvalho

2º Lugar

Canto de Família (74'), 2020

Paula Bessa Braz e Mihai Andrei Leaha

3º Lugar

Une maison au bord du monde (74'), 2018

Pascal Cesaro

Menção Honrosa

Nũhũ yãgmũ yõg hãm: essa terra é nossa! (71'), 2020

Roberto Romero, Isael Maxakali, Sueli Maxakali e Carolina Canguçu

1º Lugar

Nos mundos da demência: memória, cotidiano e imaginação

Bárbara Rossin

2º Lugar

Lampejos da memória: entre as linhas da vida e a doença

Alzheimer de Flávia Maria Silva Rieth

3º Lugar

Maracatu desenhado: de sketches e ilustrações

Marisa Rodrigues

1º Lugar

Nosso entes: novos vínculos e espaços

Pablo Pinheiro

2º Lugar

Pé Casado E Olho No Olho Fotoetnografia da Agarrada nos Jogos de Identidade Quilombola

Felipe Bandeira

3º Lugar

Desenquadrando | Retratos santomenses

Emiliano Dantas

Menção Honrosa

Pavilhão das Sereias

Vanessa Sander

Menção Honrosa

O Invisível fotografado: tambor de mina na abertura do serviço de croa na Tenda Nossa Senhora dos Navegantes do quilombo maranhense

Santa Rosa dos Pretos de Juliana Loureiro

Prêmio Lélia González 2022 (II Edição)

Premiado

Cês acharam que eu ia morrer cedo?": Narrativas e projetos de vida de jovens homens negros em Cachoeira

Danrlei de Oliveira Moreira (UFRB – Centro de Artes Humanidades e Letras)

Conheça mais: Sou Danrlei de Oliveira Moreira, estudante da pós graduação da UFRb em Ciências Sociais, faço parte do grupo de pesquisa Pesquisa Patrimônio Territorialidade e Violência orientado e coordenador pelo Professor Osmundo Pinho. Também sou MC, e agitador cultural dando oficinas em escolas públicas em algumas cidades do Recôncavo. Estou super feliz e honrado com o prêmio Lélia Gonzalez, um vitória coletiva e preta.

Palavras chave: Premiado

Menção Honrosa

Louça, lençol e toalha: a intimidade limitada como repertório de demarcação na relação entre diaristas e suas clientes

Julia Vargas Batista (Unicamp – Depto de Antropologia e Arqueologia/ Graduação em Antropologia)

Conheça mais: Julia é Mestranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas da Unicamp e graduada em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Faz parte do Grupo de Estudos Gênero e Sexualidades – GESEX/UFGM e seus principais interesses de pesquisa são: trabalho doméstico remunerado; relações étnico-raciais; estudos de gênero; classes médias; antropologia do trabalho. Atualmente é bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp”

Menção Honrosa

Branca é lésbica e preta é sapatona oh o erro?!”: Um estudo sobre mulheres negras lésbicas e sapatonas em um bairro de Salvador

Elaine Borges Sousa (UFRB)

Conheça mais: Elaine Borges é sapatão, soteropolitana, do bairro de Pernambués, assim como se considera santateresinhense, pelo sentimento de pertencimento adquirido pelas vivências também nesse território. É mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Bacharela em Ciências Sociais pela mesma universidade. É integrante do Coletivo Angela Davis- Grupo de Pesquisa Ativista em Gênero, Raça e Subalternidades e também do grupo de pesquisa LES- Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidade. Seu principal interesse de pesquisa é o campo de estudos sobre lesbinianidade a partir de uma perspectiva interseccional.

1º Lugar

Negra Sí! Negra Soy! Os impactos do ativismo digital negro-feminista na autodefinição de mulheres negras da Universidade Federal de Alagoas

Keren Fonseca de Lima

Conheça mais: Keren Lima é mulher negra, nordestina e lésbica. Graduada em jornalismo pela Universidade Federal de Alagoas e mestra em Antropologia Social pela mesma universidade. Seus interesses de pesquisa perpassam as temáticas de raça, gênero, teoria decolonial, feminismos e tecnologia. Atualmente está se especializando na área de tecnologia, mais especificamente em pesquisa para o desing de experiência do usuário (UX research).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/33RBA_314_58656565_15.pdf

2º Lugar

rogramas de ação afirmativa; Movimentos sociais; Interseccionalidade da Unicamp

William Paulino Rosa

Conheça mais: Bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pelo qual defendeu a dissertação intitulada “Aquilombar é o que dá força”: redes de afeto, de fazer político e produção de conhecimento em um coletivo de universitários negros de Medicina. Atualmente é doutorando no PPGAS da Unicamp e pesquisa as conexões e tensões entre ativismo antirracista, práticas e saberes médicos e saúde da população negra. Integra, como pesquisador discente, o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/33RBA_795_52273882_15.pdf

3º Lugar

Transição capilar, autoetnografia, mulher negra da Universidade Federal de Alagoas

Hellen Christina Araujo

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/33RBA_602_61971789_15.pdf

Menção Honrosa

Negritude. Moda afro. Diáspora. Afroempreendedorismo

Juliana Silva Chagas (Programa Associado de Pós-graduação em Antropologia UFC-UNILAB)

Conheça mais: Sou uma mulher cis negra nordestina, nascida na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará. Sou doutoranda em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB) desde 2021. Sou mestra em Antropologia pelo Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia das Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (2021). Sou bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (2018), com ênfase em Antropologia. Sou graduada em Hotelaria pelo IFCE (2011). Sou integrante do Coletivo Zora Hurston, coletivo de estudantes negras/es/os do PPGAS/UnB. Sou integrante do Laboratório de Estudos em Economias e Globalizações (LEEG), vinculado ao Departamento de Antropologia da UnB. Sou editora executiva da PÓS – Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Possuo interesse nas seguintes áreas: Antropologia da Arte; Antropologia Econômica; Gênero; Narrativas e Trajetórias; Antropologia das Populações Afro-brasileiras.

Menção Honrosa

Created in Cabo Verde: Discursos sobre a nação na produção de suvenires genuinamente cabo-verdianos na ilha de Santiago

Vinicius Venancio (UnB)

Conheça mais: Vinicius Venancio atua como professor voluntário na Universidade de Brasília, lecionando a disciplina de Raça, Diáspora Africana e Relações Internacionais. Doutorando e Mestre (2020) em Antropologia Social pela mesma instituição. Desde 2016 realiza pesquisas em/sobre Cabo Verde, atualmente realizando investigação sobre os processos de integração e conflito vivenciados por mulheres nacionais de outros países africanos residentes na capital cabo-verdiana. Integra o Comitê de Estudos Africanos da ABA e foi membro do Coletivo Zora Hurston de Estudantes Negras/os do PPGAS/UnB.

1º Lugar

A gente nao é só negro! Interseccionalidade, experiência e afetos na ação política de negros universitarios

Stephanie Pereira de Lima (PPG Ciências Socais/UNICAMP)

Conheça mais: Stephanie Lima é doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP, mestre em Saúde Coletiva pela UERJ (2016) e graduada em Ciências Sociais pela UFRJ (2013). Foi integrante da comissão de implementação da política de cotas sócio/étnico/raciais no Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ) (2014 e 2015). Integrante do Núcleo de Consciência Negra da UNICAMP e do Grupo de Trabalho de Implementação das Cotas Étnico/raciais na graduação da UNICAMP, (2016 e 2017). Participou do 1º Saberes em Intercâmbio, organizado pelo Instituto Latino Americano de Sexualidad y Política, Instituto de Liderazgo Simone de Beauvoir (ILSB) y CREA, realizado em 2019 na Cidade do México. Participante do Fellowship Programme for People of African Descent, oferecido pela OHCHR (ONU). Reconhecida pela lista global Most Influential People of African Descent (MIPAD) 100 Under 40 of 2022. Trabalha na ONG Criola e, também, é Fellow de Pós-Doutorado no InternetLab. Desenvolve pesquisas no tema de raça, gênero, sexualidade, movimentos sociais e ação afirmativa.

Menção Honrosa

Mulheres de Axé e Território da Universidade: Encruzilhando Epistemologias e Refundando Pedagogias

Beatriz Martins Moura (PPGAS/UNB)

Conheça mais: Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília- UnB (2021), tem mestrado em Antropologia Social pela UnB (2017) e bacharelado em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará- UFOPA (2014). Atualmente é pós-doc no Instituto Nacional de Ciência Tecnologia e Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa- INCTI/UnB e

professora orientadora na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais- FLACSO Brasil. Desenvolve trabalhos desde 2012 no campo dos estudos sobre religiões de matriz africana e comunidades tradicionais de terreiro, com foco em discussão sobre afro-religiosidade na Amazônia e sobre a interlocução terreiro-universidade. No doutorado desenvolveu pesquisa sobre a atuação de Mães de Santo na Universidade como docentes através do Projeto Encontro de Saberes. Trabalha com temáticas relacionadas às comunidades tradicionais de terreiro, aos estudos afro- religiosos, afro-religiosidade na Amazônia, relações raciais no Brasil, raça, racismo e desigualdades, interseccionalidade gênero, raça e classe, docentes negras no ensino superior, ensino superior público e antropologia econômica.

Menção Honrosa

AZUL PROFUNDO Etnografia das práticas de advocacia feminista e antirracista na Bahia da UNB

Andressa Lídiccy Morais Lima (PPGAS/UNB)

Conheça mais: Andressa Lidicy Morais Lima – Antropóloga. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2020). Mestra em Antropologia Social pela UFRN (2012). Graduada em Ciências Sociais pela UFRN (2009). Atualmente é professora colaboradora do PPGAS/UnB, onde também desenvolve estágio pós-doutoral com o projeto “Vozes e Laços da dor: a atuação da Patrulha Maria da Penha de Natal-RN no contexto da pandemia de Covid-19” (CNPq). Pesquisadora do Laboratório de Estudos da Cidadania, Administração de Conflitos e Justiça (CAJU/UnB). Pesquisadora do Instituto Nacional Ciência e Tecnologia de Estudos Comparados em Administração de Conflitos e Justiça (INCT-INEAC/UFF). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Direito, Estado e Feminismos (DEFem/UFRN). Promotora Legal Popular (UFBA).

Prêmio de divulgação científica - 2022 (I Edição)

Prêmio

Vozes Negras na Antropologia

Messias Basques (Afro-Latin American Research Institute, Harvard University)

Menção Honrosa

Enciclopédia de Antropologia

Fernanda Arêas Peixoto (USP)

Menção Honrosa

Pandemias na Amazônia: plataforma digital de narrativas e conhecimentos sobre a vida, corpo e ambiente

Thiago Mota Cardoso (UFAM)

Prêmio

Webconferências sobre Trajetórias na Antropologia Visual no Brasil

Nilson Almino de Freitas (UVA)

Prêmio

InEAC AO VIVO: Série de Lives na Pandemia (2020-2022)

Roberto Kant de Lima (UFF)

Menção honrosa

ÍRÓKÒ – Formação em Ecologias Afrodiaspóricas

Emmanuel Duarte Almada (UEMG)

Prêmio

Mundaréu: Antropologias punks para 2022

Soraya Fleischer (UnB)

Menção honrosa

Podcast Antropotretas: divulgação científica em Antropologia

Patrícia Pinheiro (UFPB)

Prêmio ABA de Ensino de Antropologia - 2022 (II Edição)

NULL

Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Vozes Negras na Antropologia

Messias Basques (Afro-Latin American Research Institute – Universidade de Harvard)

Menção Honrosa

Experimentos sônicos na pandemia de Covid-19 de uma professora de antropologia nas bordas universitárias

Juliane Bazzo (UFGD)

Menção Honrosa

Blogueiras: ensino, pesquisa, extensão e divulgação científica em Antropologia

Guilherme Rodrigues de Rodrigues (PPGAnt/UFPel); Renata Tomaz do Amaral Ribeiro (PGDR/UFRGS); Janice Alves Trajano (PPGAnt/UFPel); Renata Menasche (PPGAnt/UFPel); PGDR/UFRGS)

Prêmio Antropologia e Direitos Humanos - 2022 (X Edição)

1º Lugar

EU PAGUEI AO ESTADO A BALA QUE MATOU O MEU FILHO: gênero, raça e processos de Estado na audiência pública da ADPF 635

Murilo Cavalcanti (UFPB)

Menção Honrosa

Se o grileiro vem, pedra vai: redes de solidariedade e suborno na Fazenda Bonito, território Kalunga

Chico Sousa (UnB)

1ª Lugar

"Nossos filhos têm mães!": as agências das mães e familiares de vítimas de violência do Estado na Baixada Fluminense

Giulia Escuri de Souza (PPGCS – UFRRJ)

Menção Honrosa

Parto, Memória e Resistência: o (re)conhecimento da dor e da violência obstétrica no cotidiano de mães enlutadas e de "mães especiais"

Bruna Fani Duarte Rocha (PPGCS – UFRM)

Menção Honrosa

"Unidas pelo fervo, fervidas pelo amor": notas sobre um coletivo preto, positHIVo e LGBT+ na cidade de São Paulo

Bruno Nzinga Ribeiro (PPGAS – Unicamp)

1ª Lugar

A Ala LGBT do sistema prisional mineiro: de política modelo a política em crise

Vanessa Sander (PPGCS – Unicamp)

Menção Honrosa

Viva o SUS! Viva a ciência!: uma antropologia do esquecimento e dos imigrantes esquecidos da metrópole paulistana durante a pandemia

Alexandre Branco-Pereira (PPGAS – UFSCar)

Menção Honrosa

"Famílias fora do armário": Emoções e mobilização política em uma associação de mães e pais de filhos LGBT

Arthur Costa Novo (PPGAS – UFRN)

Prêmio Lévi-Strauss - 2022 (IX Edição)

Lutas pela igualdade na diferença: uma autoetnografia da deficiência no espaço universitário

Ádria Siane Santos Santos (UFPA)

Memórias Tapuias: acervo audiovisual da cultura indígena do Vale do Sabugi (PB)

Bismark Karuá Tapuia-Tarairiú (UFPB)

Nova Cartografia Social e a Reinvidicação Política de povos e comunidades tradicionais: comunidades quilombolas de Santa Rita e Itapecuru Mirim

Maryane Monroe Martins (UFMA)

A mitopraxis policial: uma (n)etnografia das estratégias discursivas de legitimação da violência policial em Macapá-AP

Vinícius Barriga (UNIFAP)

O adoecimento psíquico na graduação e os marcadores sociais da diferença: uma análise antropológica do sofrimento psíquico na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Felipe Paes Piva (USP)

O Dilema Policial: Entre Vítima e Herói

Luciano Puccini (UFF)

Menção Honrosa



Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

"Má escolha" de quem? Comentários indígenas acerca dos modos não-indígenas de viver e habitar a terra

Breno Duarte Castro (Ufes)

Simpósios Especiais e Rodas de Conversa

SE01: 10 anos das Ações Afirmativas no Brasil: Permanência, Continuidades e Perspectivas numa prática de uma Antropologia Antirracista - PARTE 1

A proposta deste Simpósio Especial pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, está assentada numa proposição de continuidades dos debates remetidos durante o biênio de atuação deste grupo. Nele buscamos fortalecer uma rede de pesquisadores e pesquisadoras, indígenas, negros(as), quilombolas, ciganos (as), envolvidos nos processos sociais em tela, para debaterem alguns temas que nos parecem centrais no contexto, ressaltando a importância de pensar a diversidade nos espaços de construção de saberes e ciências em temas centrais para a educação pluriépistêmica e antirracista. À implementação de cursos de licenciatura intercultural indígena em instituições estaduais e federais e das ações afirmativas, têm mostrado o efeito dessas políticas públicas na crescente presença nas universidades de populações culturalmente distintas e historicamente excluídas da academia. Deste modo compreender o lugar da Antropologia nesse processo de retomada nos diferentes modos de fazer Antropologia nos instiga a compartilhar este espaço em três sessões e uma roda de conversa, as quais têm como centralidade a Antropologia e a Lei de nº 12.711/12. Os temas da pluralidade, da diferença, do racismo e da descolonização são centrais para este debate, os quais, a partir das diversas experiências fundamentam os saberes e a ciência produzida em várias escalas na Antropologia brasileira.

Coordenação: Sônia Beatriz dos Santos (UERJ), Suzana Cavalheiro de Jesus (UNIPAMPA)

Sessão 1 - 10 Anos das Ações Afirmativas no Brasil: Impactos e Desdobramentos na Antropologia

Participante(s): Aluizio de Azevedo Silva júnior (Ministério da Saúde), Carlos Benedito Rodrigues da Silva (NEAB-UFMA), Gersem José dos Santos Luciano (UnB)

Debatedor(a): Guillermo Vega Sanabria (UFBA)

Sessão 2 - Interfaces no Ensino da Antropologia na Emancipação de uma Educação Antirracista: Educação Básica e Ensino Superior

Participante(s): Felipe Sotto Maior Cruz (UNEB), Flavia Medeiros Santos (UFSC), Tatiane Vieira Barros (IFCE)

Debatedor(a): Messias Moreira Basques Junior (ALARI Harvard University)

Sessão 3 - Novos debates e velhos dilemas: Como pensar os avanços das ações afirmativas na popularização, ensino e aprendizagem da Antropologia

Participante(s): Ana Gretel Echazú Böschemeier (UFRN), Neusa Maria Mendes de Gusmão (Unicamp), Renata Albuquerque (Faculdade Cásper Líbero), Sandra de Fátima Pereira Tosta (UFOP- MG)

**SE02: 10 anos das Ações Afirmativas no Brasil:
Permanência, Continuidades e Perspectivas numa prática
de uma Antropologia Antirracista - PARTE 2**

A proposta deste Simpósio Especial pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, está assentada numa proposição de continuidades dos debates remetidos durante o biênio de atuação deste grupo. Nele buscamos fortalecer uma rede de pesquisadores e pesquisadoras, indígenas, negros(as), quilombolas, ciganos (as), envolvidos nos processos sociais em tela, para debaterem alguns temas que nos parecem centrais no contexto, ressaltando a importância de pensar a diversidade nos espaços de construção de saberes e ciências em temas centrais para a educação pluriépistêmica e antirracista. À implementação de cursos de licenciatura intercultural indígena em instituições estaduais e federais e das ações afirmativas, têm mostrado o efeito dessas políticas públicas na crescente presença nas universidades de populações culturalmente distintas e historicamente excluídas da academia. Deste modo compreender o lugar da Antropologia nesse processo de retomada nos diferentes modos de fazer Antropologia nos instiga a compartilhar este espaço em três sessões e uma roda de conversa, as quais têm como centralidade a Antropologia e a Lei de nº 12.711/12. Os temas da pluralidade, da diferença, do racismo e da descolonização são centrais para este debate, os quais, a partir das diversas experiências fundamentam os saberes e a ciência produzida em várias escalas na Antropologia brasileira.

Coordenação: Carla Ramos Munzanzu (UFOPA), Edilma do Nascimento Souza (UNIVASF)

Sessão 1 - As construções de uma Antropologia Brasileira Antirracista: as retomadas do fazer, aprender e ensinar antropologia

Participante(s): Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC), Antônia Gabriela Pereira de Araújo (Harvard)

Debatedor(a): Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacobsen Schild (UFSC)

Sessão 2 - Antropologia no debate transversal da interdisciplinaridade na elaboração de conhecimentos

Participante(s): Celia Regina Xavier de Castro (ILÊ OMIOJUARO), Luane Bento dos Santos (SEEDUC-RJ), Marcilânia Alcântara (SEM/SOUSA-PB)

Debatedor(a): Luiz Alberto Alves Couceiro (UFMA)

Sessão 3 - Tessituras das “Antropologias” Brasileira em diálogo com propostas da Educação Antirracista: Perspectivas sobre as graduações em Antropologia

Participante(s): Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC), Kelly Emanuely de Oliveira (UFPB)

Debatedor(a): Flávia Ferreira Pires (UFPB)

SE03: 100 anos de Argonautas do Pacífico Ocidental: considerações sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano

Argonautas do Pacífico Ocidental, consagrada como a obra que inaugurou a antropologia moderna, completa 100 anos. As lições de Bronislaw Malinowski, sobretudo suas recomendações para a boa realização do trabalho de campo, são apresentadas em sua célebre introdução, leitura obrigatória em cursos introdutórios, e ecoam ainda hoje. Lá o autor preconizava a necessidade imperativa de longas temporadas em campo, domínio da língua nativa e anotações cotidianas sistemáticas, a elaboração do famoso diário de campo, entre outros tantos protocolos. Sem que seja preciso dar atenção ao fato de que a publicação de seu diário pessoal, em 1967, pôs por terra essa imagem romântica do trabalhador de campo solitário e incansável, muito mudou nesse primeiro século que agora se celebra: seja porque o mundo foi descolonizado; seja porque, em algumas situações, os nativos, de quaisquer partes, passaram a duvidar de nossos compromissos, de nossa ética; seja porque, outras vezes, nativos e pesquisadores tornaram-se parceiros e/ou amigos e alinharam-se em busca de objetivos comuns (demarcação de terras, apoio à educação escolar, ao atendimento à saúde, elaboração de livros e de projetos com objetivos variados, denúncias de arbitrariedades cometidas por toda parte e tantas outras demandas tornaram-se corriqueiras). A implicação no campo guiou e guia ativismos antropológicos, além da própria etnografia, a partir da qual se estabeleceu. Pretende-se com esse Simpósio Especial justamente debater sobre as transformações do trabalho de campo, que se mantém prevacente na definição da identidade dos profissionais de nossa disciplina.

Coordenação: Edilene Coffaci de Lima

Sessão 1

Participante(s): Levi Marques Pereira (UFGD), Mariana Ciavatta Pantoja Franco (UFAC), Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo (INRua)

Debatedor(a): Edilene Coffaci de Lima (UFPR)

Sessão 2

Participante(s): Edilene Coffaci de Lima (UFPR), Sonia Regina Lourenço (UFMT), Taisa Lewitzki (UFRN)

Debatedor(a): Levi Marques Pereira (UFGD)

Apresentação Oral

O campo na floresta, o campo nos arquivos: aproximações

Edilene Coffaci de Lima

Para além do fato óbvio de que a realização do trabalho de campo feito em meio às pessoas e em meio aos documentos (digitalizados ou não) têm diferenças absolutas, procuro explorar nessa comunicação, a partir da Etnologia Indígena, justamente a relatividade de tais diferenças, dado que, em qualquer das alternativas, estive bastante implicada com os povos estudados. Para tratar da primeira alternativa - o campo em meio às pessoas - recupero rapidamente minha experiência de campo, na virada do século passado, entre os Katukina (atuais Noke Kuin, povo de língua pano), localizados no Acre, e bastante impactados pela pavimentação da rodovia BR-364 durante meus estudos pós-graduados. Fato que acabou resultando na minha colaboração para que, naquele momento, medidas compensatórias fossem estabelecidas ao grupo em virtude dos danos socioambientais causados pela obra. Na segunda alternativa - o campo em meio aos arquivos (uma possibilidade não vislumbrada por B. Malinowski e outros antropólogos de seu tempo) - dedico-me a abordar minha pesquisa atual entre os inúmeros documentos, distribuídos entre diferentes museus em Curitiba (PR), sobre o contato dos Xetá, no noroeste do Paraná, na metade do século passado - pesquisa que foi iniciada em virtude de um convite que recebi do Ministério Público Estadual do Paraná e que é resultado da minha colaboração na Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban. Portanto, em um contexto que se insere nos processos da chamada Justiça de Transição. A partir de ambas as alternativas, sem desconsiderar suas particularidades e profundas diferenças, busco refletir sobre como estive implicada nas pesquisas e como tais implicações não apenas "fazem parte", mas chegam a ponto de definir o alcance e mesmo a qualidade dos registros etnográficos.

Apresentação Oral

Transformações na prática etnográfica a partir uso de mídias e de interação com indígenas pesquisadores

Levi Marques Pereira

Chamado de Copérnico da Antropologia, Malinowski trouxe, em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, não apenas a proposta de um método inovador sobre como realizar a pesquisa etnográfica, mas também todo um ideário sobre a realização do trabalho de campo, por muito tempo considerado como ritual de iniciação do antropólogo. Passados 100 anos desde sua primeira publicação, o livro continua sendo lido e discutido com proveito nos cursos de antropologia, mas o ideal romântico do trabalho de campo, como momento de afastamento e ruptura radical do pesquisador com seu próprio sistema cultural está cada vez mais improvável de se realizar nos múltiplos cenários onde se realizam as pesquisas atuais. A contribuição proposta para esse Seminário busca refletir sobre as transformações na prática etnográfica, tomando como referência pesquisas realizadas entre os Kaiowá e Guaraní no MS. O advento da Pandemia de COVID 19 intensificou o uso das mídias, ampliando também as possibilidades de uso desses recursos na prática etnográfica. Em cada terra indígena no MS, a exemplo do que acontece em outras regiões, existem inúmeros grupos de whatsapp reunindo e conectando evangélicos, jovens, professores, organizações indígenas, agentes de saúde, grupos de amigos, famílias extensas, etc. Do mesmo modo, acessam com avidez outras formas de mídia, como o Facebook. Os temas discutidos vão desde assuntos de interesse público e geral dos indígenas, como, por exemplo, o Marco Temporal, até temas de interesse mais restrito das famílias ou comunidades, como acusações de feitiçaria, traições matrimoniais, etc. Boa parte da comunicação nas terras indígenas passa hoje pela mídia, e mesmo as pessoas mais idosas são atualizadas pelos mais jovens sobre o que está sendo discutido. Pesquisadores que realizam suas investigações nessas comunidades, mesmo estando em outros estados ou países, podem interagir com pessoas das comunidades através destes recursos. Outro evento importante na transformação do modo de se fazer pesquisa foi a entrada de pesquisadores indígenas na pós-graduação *stricto sensu*. Só nos programas da UFGD são mais de 30 atualmente, em diversos programas. Isto coloca situações inteiramente novas, como os pós-graduandos e os professores dos programas se virem na contingência de compartilharem esses espaços com os indígenas, o que não raro gera certos constrangimentos, mas instaura um rico processo de reflexão e oportunidades de trocas de percepções e, mesmo de estabelecimento de colaboração na realização de trabalho de campo, ou em escritas compartilhadas.

Apresentação Oral

Em campo, em sala: ideias a partir de uma licenciatura indígena

Mariana Ciavatta Pantoja

Pretende-se nesta comunicação explorar a situação em que a sala de aula torna-se trabalho de campo para uma docente não indígena ao encontrar-se com discentes indígenas que, por sua vez, vão a campo justamente por nele viverem. A referência empírica é o curso de Licenciatura

Indígena da UFAC, em Cruzeiro do Sul, no Acre, onde atuo desde 2017. Os discentes participam em sua formação de disciplinas que buscam interagir com suas realidades de vida nas comunidades em que vivem, e que propõem ao mesmo tempo o olhar distanciado do pesquisador, mas também culturalmente pleno de sentido ou familiar para quem é membro da comunidade indígena. A interculturalidade, pretendida e almejada, concretiza-se na prática das relações estabelecidas em sala de aula e nas apropriações que docente e discente fazem de conceitos e teorias que trazem para a conversa. Pesquisas são realizadas, trabalhos "escritos" em linguagens várias. A docente-antropóloga conhece a realidade indígena por intermédio dos/das discentes, ela não vai pessoalmente a campo. São os discentes-pesquisadores indígenas que em estando fisicamente no campo, vão a campo; instauram seu campo de pesquisa, a conduzem e "escrevem" sobre a realidade pesquisada. À pesquisadora-docente a realidade lhe é apresentada, num contexto acadêmico, por aqueles que, lá vivendo, realizam pesquisas e as traduzem nos formatos aceitos, sob sua orientação. Pretende-se explorar este trânsito entre lugares e olhares, entre conceitos e (mais) conceitos; as relações, interações e tensões produzidas em sala de aula e no fazer acadêmico

Apresentação Oral

Encontros, riscos e agenciamentos afro-quilombolas em Mato Grosso

Sonia Regina Lourenço

A comunicação busca apresentar uma reflexão sobre os encontros e experiências etnográficas com os coletivos quilombolas localizados em Chapada dos Guimarães, no estado de Mato Grosso. No processo de identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas, os coletivos afro-quilombolas e a antropóloga, engajaram-se em encontros, diálogos, assembleias, audiências públicas e a redação de documentos dirigidos às instituições tais como Ibama, Iphan, Incra e MPF, denunciando desmatamentos das geopolíticas do agronegócio e a destruição de sítio arqueológicos em seus territórios, ou ainda, em fóruns que visaram reivindicar ações afirmativas para estudantes quilombolas no ensino superior. São encontros que buscaram, sobretudo, a produção de conhecimento objetivados em relatórios antropológicos para a identificação e demarcação de territórios, marcados por situações de riscos, responsabilidades e tensões em que a dúvida do ofício antropológico e o poder das instituições se fez presente, particularmente quando delas se duvidou do alcance e da efetividade de seus propósitos. Se todo encontro é o lugar da criação, do equívoco ou de uma certa equivocação intelectual, então, a experiência etnográfica assume não apenas a responsabilidade diante do outro com quem estabelecemos alianças, mas compromissos éticos e políticos diante de quem escrevemos. Não se trata de designar uma experiência extramuros ou engajada, mas uma antropologia implicada com a vida. Os riscos e as tensões fazem implodir a ideia canônica da observação participante que marca o trabalho de campo ou uma certa ideia de distanciamento e objetividade da ciência antropológica que sabemos é

sempre relativa, parcial e situada. Levar a sério o comprometimento com as experiências afro-quilombolas é fazer uma antropologia da vida e reencontrar as conexões e disjunções que criam aberturas para espaços relacionais que possam provocar a imaginação antropológica, reestabelecer alianças e dar vazão às intensidades por meio das quais a diferença opera como agenciamento coletivo insurgente. As cosmopolíticas afro-quilombolas atuam como forças políticas de resistência diante do confinamento e do racismo institucional, agenciando tanto a antropologia e desafiando as práticas estatais.

Apresentação Oral

"Espero que você não faça seu trabalho e suma": reflexões sobre pesquisa e engajamento militante em contextos de luta por direitos

Tomás Henrique de Azevedo Gomes Melo

É de praxe que pesquisadores sejam incitados a escrutinar suas trajetórias pessoais e as condições práticas do trabalho de campo. As assimetrias políticas e os locais de inscrição dos "outros" não é exatamente uma novidade se considerarmos que parte da tradição antropológica brasileira foi forjada no comprometimento com coletividades a quem os pesquisadores se dedicaram em seus trabalhos. Esta comunicação pretende questionar as forças e constrangimentos que, contraditoriamente, parecem fazer da participação política e do engajamento um tipo de "perigo de contaminação", em contextos políticos nos quais há uma demanda assertiva na defesa de direitos. Tratar-se-á deste contexto em que demandas por engajamento solapam tais "ficções de neutralidade", quando coletivos "pesquisados" estabelecem relações complexas e multifacetadas, em que a posição do pesquisador frente às questões concernentes aos grupos determina a relação de pesquisa. Tal reflexão estará ancorada em minha experiência durante o trabalho de campo realizado entre os anos de 2009 e 2017 com militantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e do que pude refletir a partir dos desafios que me apresentavam em suas avaliações do papel de pesquisadores e apoiadores em torno de sua agenda política e suas críticas que me ofereceram um mapa sobre como me posicionar nesse campo de disputas. O que se percebeu, portanto, é que na medida em que discursos em nome da população de rua se tornam mais requisitados por estudantes de diversas áreas de conhecimento, os militantes passam também a nutrir opiniões cada vez mais embasadas em suas experiências enquanto "interlocutores de pesquisas". Parte desta experiência resultou em ressentimentos e na elaboração crítica acerca da prática dos pesquisadores e do papel da Universidade como um todo. Por fim, frente a oportuna celebração de 100 anos desde a publicação de *Argonautas do Pacífico Ocidental*, pretende-se refletir como esta "antropologia feita em casa", não pode ser tímida ou omissa com relação às tensas disputas entre concidadãos que se sentam na mesma mesa e são confrontados em suas conclusões, desafiados em seus interesses e comprometimentos, que

cada vez mais não se pode restringir ao interesse acadêmico, relevância científica, aprovação de pares ou mesmo do tempo de uma pesquisa acadêmica.

SE04: A gente fala com quem? Desafios da comunicação e da divulgação científica no campo das Ciências Sociais brasileiras

Os últimos anos acentuaram de modo intenso um desafio já presente no campo científico há muito tempo: como comunicar e divulgar conhecimentos científicos para diferentes públicos, em plataformas variadas e utilizando diferentes linguagens. Este Simpósio Especial tem por objetivo promover uma reflexão crítica sobre projetos de comunicação e divulgação científicas desenvolvidos no campo das Ciências Sociais, e da Antropologia em particular, seus alcances e limites. Pretendemos pensar a face comunicativa e pública das Ciências Sociais a partir de suas diferentes dimensões: práticas institucionais de comunicação, presença pública de pesquisadoras/es em mídias diversificadas, usos das redes sociais como divulgação científica, reações do público aos conteúdos apresentados pelo campo das Ciências Sociais - envolvendo inclusive os riscos de ataques virtuais e ameaças -, bem como estratégias de segurança para garantir a continuidade das ações e a proteção de cientistas sociais em suas atividades públicas. Por fim, destaca-se, neste Simpósio, a intenção de promover uma troca reflexiva de experiências entre profissionais envolvidas/os em projetos diversos, valorizando as tantas ações criativas e inovadoras que existem hoje no campo, e buscando incentivar a relevância e a continuidade de práticas comunicativas de perfil público nas Ciências Sociais.

Coordenação: Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Sessão 1 - Associações científicas: práticas e desafios da comunicação institucional

Participante(s): Bruno Cesar Santos Dias (Abrasco), Carly Barboza Machado (UFRRJ), José Eduardo Leon Szwako (UERJ)

Debatedor(a): Laura Lowenkron (IMS - UERJ)

Sessão 2 - Segurança digital, defesa de direitos e enfrentamentos políticos nas redes

Participante(s): Carolina Parreiras (Unicamp), David Nemer (University of Virginia), Isabela Dias Fernandes (O Projeto Tor)

Sessão 3 - Roda de Conversa – Redes Sociais como aliadas na divulgação científica

Participante(s): Beatriz Klimeck Gouvêa Gama (IMS/UERJ), Bernardo Fonseca Machado

(Unicamp), Camilo Albuquerque de Braz (UFG), Matheus Gonçalves França (UFG), Ramon Pereira dos Reis (SEDUC-PA)

SE05: Antropologia em Tempos Extremos: desmonte ambiental, privatização das terras comuns e grandes projetos

O Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos tem acompanhado o processo de demolição das legislações e da institucionalidade referentes à proteção do meio ambiente e dos direitos coletivos e territoriais, iniciado em 2016 e potencializado a partir dos anos 2018/19. A proliferação de emendas constitucionais e projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, assim como de medidas provisórias, portarias e decretos da Presidência da República, culminam com a Portaria nº 667, de 09 de fevereiro de 2022, na qual são detalhadas as prioridades do Poder Executivo na agenda legislativa para o ano em curso. São tempos extremos, em que a violência contra os povos tradicionais e o meio ambiente estrutura o novo arcabouço legal e conforma as políticas públicas. O objetivo deste Simpósio Especial é trazer mais uma vez esta discussão para o âmbito da RBA, de modo a refletir sobre as interfaces entre o fazer antropológico e a violação de direitos dos povos e do meio ambiente. Junto a esta proposta de SE se propõe, também, uma Roda de Conversa com a participação de representantes e lideranças que vivenciam as situações concernentes. Estrutura: Sessão 1: Políticas Ambientais e Direitos Territoriais; Sessão 2: Grandes Projetos e Desastres; Sessão 3: Roda de Conversa - Afetações e Enfrentamentos.

Coordenação: Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES-MG), Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)

Sessão 1 - POLÍTICAS AMBIENTAIS E DIREITOS TERRITORIAIS (Políticas ambientais, agronegócio, concessão e mineração em UCs e terras indígenas)

Participante(s): Ana Beatriz Vianna Mendes (UFMG), Rumi Regina Kubo (UFRGS), Sineia Wapichana (Conselho Indígena de Roraima)

Debatedor(a): Caio Pompeia Ribeiro Neto (USP)

Sessão 2 - GRANDES PROJETOS E DESASTRES (usina nuclear, programa Calha Norte / Rio Branco, e Belo Monte)

Participante(s): Antonia Melo (MXVPS), Fabiano de Oliveira Bringel (PPGG/UEPA), Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (PPGA/UFPE e PROCADI/UPE)

Debatedor(a): Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)

Sessão 3 - RODA DE CONVERSA – AFETAÇÕES E ENFRENTAMENTOS

Participante(s): Adriana de Souza de Lima (União dos Moradores da Jureia), Celia Nunes Correa (TI Xakriabá), Luzia Queiroz (Comissão atingidos Mariana-MG), Maria de Fátima Alves (CODECEX/CEPCT-MG)

Debatedor(a): Andrea L. M. Zhouri (UFMG)

SE06: Antropologia nas encruzilhadas: O descarte das políticas públicas e pautas autoritárias no atual contexto político

A antropologia brasileira possui uma história de interlocução entre a produção científica do conhecimento e a situação concreta de grupos e populações que estuda. O Simpósio pretende refletir e avançar criticamente sobre os desafios enfrentados pel(a)os antropólogo(a)s face aos dilemas que se delineiam em algumas agendas de políticas públicas do Estado e como isto tem impactado questões de interesse público (conflitos ambientais, territoriais, gênero e sexualidade, raça, etnicidade, patrimônio cultural, educação, saúde, entre outros) e seus reflexos em políticas voltadas para a preservação e garantia de direitos no cenário atual e pensar em perspectivas de futuro para seus(suas) interlocutore(a)s.

Coordenação: Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE), Lia Zanotta Machado (UnB)

Sessão 1 - Questão de gênero, sexualidade e raça. Aborto e violência contra mulheres

Participante(s): Débora Diniz Rodrigues (Anis), Lia Zanotta Machado (UnB), Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Sessão 2 - Questões ambientais, indígenas e educacionais

Participante(s): Andrea L. M. Zhouri (UFMG), Carla Costa Teixeira (UnB), Rita Gomes do Nascimento (Flacso Brasil)

Sessão 3 - Questões étnicas, territoriais e patrimônio cultural

Participante(s): Aderval Costa Filho (UFMG / Comitê Quilombos-ABA), Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE), José Reginaldo Santos Gonçalves (UFRJ)

Debatedor(a): Henyo Trindade Barretto Filho (UnB)

SE07: Antropologia, Ciências Forenses e movimentos sociais: fazer política, fazer justiça

A relação entre Antropologia e Ciências Forenses tem se consolidado como fundamental na articulação com movimentos sociais diante de demandas por memória, verdade e justiça em casos de violações de direitos humanos. Por um lado, a atuação da Antropologia Forense na identificação de vítimas de desaparecimento forçado pela análise de remanescentes ósseos e de material genético na construção da verdade, no acesso à justiça e no reconhecimento da luta dessas vítimas; por outro, por etnografias em documentos e sobre práticas burocráticas e judiciais de agentes estatais em processos de administração de conflitos que permitem compreender aspectos estruturais, técnicos e morais no funcionamento das instituições responsáveis pelas demandas de familiares, sobreviventes e militantes de direitos humanos. O presente SE é uma proposta da Comissão de Direitos Humanos da ABA visando agregar pesquisadores, peritos, militantes e familiares de vítimas para dialogar sobre práticas e saberes acionados na luta por justiça. Interessa discutir práticas de fazer antropologia, a partir da sua relação com as ciências forenses e refletir experiências em defesa de direitos e promoção de acesso à justiça mediante processos políticos e sociais relacionados a práticas de violações de direitos humanos. Desde uma perspectiva ética, a participação dos sujeitos em lutas sociais contribui para as escolhas teórico-metodológicas e políticas atreladas aos compromissos e responsabilidades da própria antropologia.

Coordenação: Flavia Medeiros Santos (UFSC), Lucia Eilbaum (UFF)

Sessão 1 - Antropologia forense: vítimas, provas e construção de verdades

Participante(s): Aline Feitoza de Oliveira (Unifesp), Márcia Lika Hattori (CAAF - UNIFESP), Virginia Vecchioli (UFSM)

Debatedor(a): Flavia Medeiros Santos (UFSC)

Sessão 2 - Antropologia jurídica: documentos, práticas e lutas por direitos

Participante(s): Alexandre Giovanelli (ICCE / SEPOL), Débora Maria da Silva (Mães de Maio), Natalia Federman (EAAF)

Debatedor(a): Edson Luís de Almeida Teles (Unifesp)

Sessão 3 - Roda de conversa: Fazer justiça, fazer política: caminhos e desafios do fazer antropológico na defesa dos direitos humanos

Participante(s): Crimeia Alice Schmidt de Almeida (Comissão de Familiares), Desirée de Lemos Azevedo (Unifesp), Edson Luís de Almeida Teles (Unifesp), Lucia Eilbaum (UFF)

SE08: Antropologías Latinoamericanas y Sistemas Científicos: Entre Disciplinamiento, Circulación y Conocimientos Insumisos

Muchas de las investigaciones llevadas a cabo en Nuestra América delimitan una actitud reflexiva de responsabilidad social y una postura crítica de compromiso político que marcan las antropologías latinoamericanas. Esas antropologías han adoptado características particulares relacionadas con los contextos nacionales en los que se desarrollan. Una característica común a estas antropologías habría sido la relación entre la producción teórica y el compromiso con las sociedades estudiadas, ya que las/os investigadoras/es también participan, junto con sus interlocutoras/es, en el proceso de construcción nacional a través de la lucha por la democracia y la autonomía de las comunidades locales y contra el colonialismo insistente y las formas imponentes de los colonialismos internos. En este simposio, tratase de hacer converger reflexiones sobre la epistemopolítica de nuestras antropologías, las experiencias teórico-prácticas indisciplinadas y insumisas, las tecnologías sociales de producción de conocimiento y los encuentros de cosmovisiones desde el Sur Global para sistematizar las discusiones sobre cómo, por qué, para quién, con quién, por quién y dónde hacemos antropología en Nuestra América. Las dos sesiones de simposio son una propuesta de los Grupos de Trabajo de la Asociación Latinoamericana de Antropología "Antropologías Disidentes e Indisciplinadas", "Antropología de las Antropologías Latinoamericanas" y "Sistemas Científicos en Perspectiva Comparada", juntamente con la ABA.

Coordenação: Estêvão Rafael Fernandes (UNIR/UFMT), Fabiano de Souza Gontijo (UFPA)

Sessão 1 - Los Sistemas Científicos en Perspectivas Comparadas – Una Mirada desde las Antropologías Latinoamericanas

Participante(s): Alejandra Roca (UBA_UNPAZ), Fidel Rodriguez Velasquez (PUC-Rio), Gonzalo Díaz Crovetto (UCT / Chile)

Debatedor(a): Fabiano de Souza Gontijo (UFPA)

Sessão 2 - Antropologías Disidentes e Indisciplinadas

Participante(s): Fabiano de Souza Gontijo (UFPA), Lucía del Carmen Pellecer González (Universidad de San Carlos de G), Paola Alejandra Letona Rodríguez (USAC)

Debatedor(a): Estêvão Rafael Fernandes (UNIR/UFMT)

Sessão 3 - Roda de conversa

Participante(s): Annel Mejías Guiza (Universidad de Los Andes (ULA)), Eisamar Carolia

Ochoa Contreras (CETS IVIC / FIS DIVERSIDAD), Estêvão Rafael Fernandes (UNIR/UFMT), Maria Angela Petrizzo Páez (Universidad Nacional del Turis), Ximena Gonzalez Broquen (CETS IVIC)

SE09: Aportes de las perspectivas marxistas y feministas en Antropología en relación al contexto actual en Latinoamérica

En las últimas décadas, las crisis económicas, políticas y sociales prevaletentes en América Latina han dado como resultado una creciente necesidad de análisis feministas de distintas situaciones apremiantes por región y por país, sin dejar de lado los marcos comparativos que permiten explicar procesos estructurales generalizados. A su vez, han generado un conjunto de propuestas no sólo para salir de las crisis, sino también para hacer transformaciones profundas en las condiciones que las generan, reproducen y amplían. En esa dirección, hay un renovado interés de algunas antropólogas por revisar los aportes de las distintas posturas feministas y marxistas, que se recogerán en esta mesa para establecer un diálogo en el que se recuperen algunas experiencias significativas de movilización, análisis y elaboración, tanto en términos de praxis como de construcción teórica. Por un lado, se da una revisión de las contribuciones autoras marxistas feministas clásicas de otras latitudes, así como de pensadoras latinoamericanas que retoman conceptualizaciones marxistas pero también las cuestionan y amplían. A ellas se suman las propuestas innovadoras que retoman elementos anteriores, buscando articulaciones entre marxismo, pensamiento descolonial, antipatriarcal y antirracista. Esta mesa redonda es propuesta por el Grupo de Trabajo Antropologías Feministas y de Género de la Asociación Latinoamericana de Antropología.

Coordenação: Maria Filomena Gregori (Unicamp), Sérgio Luís Carrara (Uerj)

Sessão 1 - Assédio Institucional no setor público brasileiro: evidências de democratização

Participante(s): Frederico Augusto Barbosa da Silva (IPEA), José Celso Cardoso Jr. (AFIPEA), Monique Florencio de Aguiar (UFAL)

Debatedor(a): Carla Costa Teixeira (UnB)

Sessão 2 - Liberdade Acadêmica, Liberdade de Expressão: violações, diputas, capturas

Participante(s): Conrado Hubner Mendes (FDUSP), Fernando Cássio (UFABC)

Debatedor(a): Débora Diniz Rodrigues (Anis)

SE10: Arquitetura da destruição? Diálogos interinstitucionais sobre assédio institucional e violações às liberdades acadêmicas

O diálogo entre a Associação Brasileira de Antropologia, IPEA, Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade (SBPC) e o Observatório do Conhecimento tem gerado importantes reflexões e evidências sobre a corrosão de instituições públicas e espaços de expressão de ideias, teorias e dados científicos, caracterizando, sombriamente, os tempos atuais. Dentre as temáticas mais evidentes e aviltantes desse cenário, destacam-se o assédio institucional aos organismos públicos, bem como a captura de sentidos, os deslizamentos semânticos e as violações concretas em torno da liberdade de expressão e a liberdade acadêmica.

Coordenação: Patrícia Birman (UERJ)

Sessão 1

Participante(s): André Botelho (UFRJ e ANPOCS), Jacob Carlos Lima (UFSCar e SBS), Luciana Fernandes Veiga (UFRJ e ABCP)

SE11: As ciências Sociais em tempos extremos: desafios

O A4, articulação entre ANPOCS, ABS, ABCP e ABA, surgiu submersa em horizontes sombrios, já no atual governo. Nos últimos dois anos enfrentamos situações muito difíceis: foram imensos os desafios! No entanto, as circunstâncias nos mobilizam menos para fazer um balanço dos desmontes e mais para refletir sobre o que esses tempos extremos nos impelem a fazer em futuro próximo. Reconhecer os embates do cotidiano nos encaminha para as expectativas que podemos cultivar. Junto conosco estão todas as pós-graduações do país, os principais centros de pesquisa de todas as disciplinas em ciências sociais. Abrir uma reflexão sobre nossos desafios significa analisar os efeitos extensivos e intensivos provocados pelo desmonte financeiro, político, social e institucional desses tempos sombrios. Mas visamos apontar para o futuro. Os integrantes desse Simpósio, a saber, os presidentes da ANPOCS, ABA, SBS e ABCP desenvolverão cada qual um aspecto considerado desafiador para o fazer ciência respectivamente na antropologia, sociologia e ciência política, além das questões próprias das nossas pós-graduações que cabem à ANPOCS. Pretendemos assim contribuir, ao refletir sobre o futuro próximo, aumentar o nosso fôlego e compartilhar a nossa disposição para as dificuldades do presente.

Coordenação: Patrícia Birman (UERJ)

Sessão 1

Participante(s): André Botelho (UFRJ e ANPOCS), Jacob Carlos Lima (UFSCar e SBS), Luciana Fernandes Veiga (UFRJ e ABCP)

SE12: As grafias da antropologia e suas costuras

Nos últimos anos, estamos vivenciando na antropologia aquilo que tem sido chamado de "virada gráfica" (CAUSEY, 2013), notadamente com o retorno do desenho em nossa prática, não apenas como forma de descrição etnográfica, mas também como reflexão sobre o fazer antropológico. Ocupando um espaço "ambíguo" entre a escrita e a imagem, o desenho complexifica as relações entre esses termos e traz contribuições para pensar outras grafias, que a antropologia vem trabalhando já faz algum tempo, mas que nem sempre foram pensadas ou enfatizadas como inscrições gráficas, como a própria etnoGRAFIA, bioGRAFIA, GRAFismos indígenas, fotoGRAFIA e filme (cinematoGRAFIA), entre outras grafias. Ainda que esses modos de expressão guardem particularidades irreduzíveis, a ideia das mesas que compõem este Simpósio Especial é pensar "as grafias da antropologia e suas costuras". A costura significando aqui suas articulações na diferença, na complementaridade, em suas contraposições, justaposições e criações conjuntas. O suposto é que a multiplicação dos modos de fazer antropológico possam alargar as maneiras como percebemos e tecemos relações em campo e na difusão de nossas pesquisas na dimensão pública, caminho que nos parece imprescindível para a antropologia contemporânea. Roda de Conversa entre todos/as os/as expositores/as

Coordenação: Aina Guimarães Azevedo (UFPB), Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Sessão 1

Participante(s): Emiliano Ferreira Dantas (CRIA), Maria Suely Kofes (Unicamp), Sylvia Caiuby Novaes (USP)

Debatedor(a): Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB)

Sessão 2

Participante(s): Arissana Braz Bomfim de Souza (UFBA), Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte - Seduc/GO), Tatiana Helena Lotierzo Hirano (USP)

Debatedor(a): Mariana da Costa Aguiar Petroni (UNILAB)

Sessão 3 - Roda de Conversa entre todos/as os/as expositores/as:

Participante(s): Arissana Braz Bomfim de Souza (UFBA), Emiliano Ferreira Dantas (CRIA), Maria Suely Kofes (Unicamp), Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte - Seduc/GO), Sylvia Caiuby Novaes (USP), Tatiana Helena Lotierzo Hirano (USP)

SE13: As/Às margens do Ipiranga: o bicentenário brasileiro, a construção de Nação e as existências contra-hegemônicas

A independência do Brasil, que, ao menos oficialmente, marca o fim de uma relação colonial com Portugal e a configuração de um Estado independente, tem como mito de origem o momento no qual D. Pedro I teria gritado às margens do rio Ipiranga: “Independência ou morte”. Longe de ter sido acatada sem tensionamentos, o marco da independência, ao contrário, fez efervescer movimentos de resistência contra a continuidade das explorações por parte das elites, agora nacionais. Movimentos como a Cabanagem na Amazônia, nos dão boas pistas para entender que esses processos imprimem marcas importantes. É retomando a imagem do “grito do Ipiranga” enquanto metáfora, que desejamos focar não no rio, em si, mas justamente em suas margens, considerando que é delas que nós e nossos olhares para esses eventos advém. Assim, falar sobre o bicentenário da independência, traz o imperativo de se questionar os alicerces sobre os quais se fundam a invenção de Brasil, o conceito de Estado moderno e seu projeto civilizatório, entendendo-o como eminentemente necropolítico e etnocida. Neste sentido, será de uma perspectiva analítica que parte das margens, que, neste Simpósio Especial, estamos convidando a falar acerca da construção de Nação e de uma independência que precisa ser questionada criticamente e transformada, rompendo com padrões hierarquizantes que reconhecem a humanidade apenas de alguns grupos e corpos, enquanto a outros, mesmo na contemporaneidade, é imposto o estigma da sub-humanidade.

Coordenação: Beatriz Martins Moura (UnB), Gilson J. Rodrigues Junior (IFRN)

Sessão 1 - Olhares e representações: Quais corpos?

Participante(s): Anderson Pereira (Museu Nacional/UFRJ), Dandara Rudsan (UERJ), Maíra Samara de Lima Freire (UFRB)

Debatedor(a): Carla Ramos Munzanzu (UFOPA)

Sessão 2 - Existências e Narrativas em disputa: Qual nação?

Participante(s): Alain Kaly (Ufrj), Cacique Luiz Catu (Potiguara Catu/APOIME), Makota Kidoiale (Manzo)

Debatedor(a): Ana Cláudia Rodrigues Kalenga (UFPE)

Sessão 3 - As/Às margens da Independência: Para nós, o que fica?

Participante(s): Gana Ndiaye (Boston University), Lidiane Kariú (UFG), Messias Moreira Basques Junior (ALARI Harvard University), Raquel Raquel Sousa Chaves Tupinambá

(UnB), Tatiane Pereira Muniz (IFBA/UCL)

Debatedor(a): Edilma do Nascimento Souza (UNIVASF)

SE14: Campos de atuação da antropologia no Brasil: regulamentação, representatividades e modos de inserção profissional.

A presente proposta de Simpósio Especial visa contribuir com o debate em torno dos gargalos envolvendo as diferentes áreas de profissionais na antropologia do Brasil. A partir da articulação entre os coletivos de antropólogos/os da Rede Autônoma Brasileira de Antropologia- RABA, da Associação dos Profissionais de Antropologia – aPROA e do Comitê de Inserção Profissional de Antropólogas/os da ABA busca construir um espaço de reflexão para questões envolvendo formas distintas de contratação; os perfis profissionais exigidos; a relação entre antropólogos/os e as instituições que demandam tais profissionais dentre outras situações que implicam na necessidade de maior diálogo entre as categorias. Soma-se a isso, a realização de Roda de Conversa com membros de comunidades e movimentos sociais e estudantis, assim como do Comitê de Pesquisadores Negras e Negros e Comitê Indígena da ABA acerca da necessidade de regulamentação da profissão de antropóloga/o cujo teor suscita constante interlocução entre os pares a partir dos modos de exercício profissional - postos de trabalho no terceiro setor, no estado ou no setor privado.

Coordenação: Darllan Neves da Rocha (UFRJ), Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Sessão 1

Participante(s): Ana Elisa de Figueiredo Bersani (Unicamp), Henyo Trindade Barretto Filho (UnB), Leonardo Leocádio da Silva (MPF)

Debatedor(a): Darllan Neves da Rocha (UFRJ)

Sessão 2

Participante(s): Braulina Aurora (ABIA), Clayton de Souza Rodrigues (CTI / RABA), Widney Pereira de Lima (UFAM)

Debatedor(a): Luciano Cardenes Santos (RABA/ UFG)

Sessão 3

Participante(s): Edilma do Nascimento Souza (UNIVASF), Gabriela Crespo Gomes dos Santos (UnB), Lidiane Carvalho Amorim de Sousa Dourado (INCRA)

Debatedor(a): Guilherme Bemerguy Chêne Neto (Museu Paraense Emílio Goeldi)

SE15: Desafios do fazer antropológico: pesquisa e ensino em Brasil e Portugal

O Simpósio Especial em foco visa contribuir para a compreensão dos efeitos que as transformações no campo científico vividas nas últimas décadas têm gerado para as práticas antropológicas. Com este objetivo, foram escolhidos dois contextos nacionais, Brasil e Portugal. Tal esforço, como o próprio título já explicita, abordará a produção e a reprodução do conhecimento científico, ou seja, a pesquisa e o ensino de antropologia. A intensificação das relações entre essas duas comunidades científicas nas últimas décadas permitiu ver que tanto em Portugal quanto no Brasil as instituições de fomento à investigação, respectivamente Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), implementaram alterações organizacionais e orçamentárias que impactaram diretamente as dinâmicas do campo de conhecimento antropológico. Assim também se deu no ensino da antropologia no nível pré-universitário (nível médio ou secundário a depender do contexto nacional em tela), seja no lugar que as disciplinas de antropologia passaram a ocupar na composição do conjunto das disciplinas escolares seja na gestão e nas exigências relativas ao profissional habilitado a lecioná-las. A expectativa que orientou essa proposta reside, portanto, na aposta de que um exercício de desvelar similaridades e distinções entre ambas realidades nos permita delinear algumas hipóteses interpretativas que iluminem o complexo processo em curso.

Coordenação: Carla Costa Teixeira (UnB)

Sessão 1

Participante(s): Guillermo Vega Sanabria (UFBA), Lurdes Pequito (CRIA-ISCTE-IUL), Maria Antónia Pedroso de Lima (ICSTE-IUL / CRIA)

Debatedor(a): Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

SE16: "De dentro e de fora": pensando (sobre) a Associação Brasileira de Antropologia

Desde sua fundação, a ABA se consolidou como uma associação voltada para a discussão crítica do campo da Antropologia. Sendo a mais antiga das associações científicas no país na área de ciências sociais, ocupa hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos. No decorrer de sua história, ela tem sido atuante em defesa das minorias étnico-raciais, dos segmentos discriminados e posicionando-se consistentemente contra a injustiça social. A importância de

suas intervenções no campo científico e político é indiscutível a partir de um olhar externo, o que permitiu a uma de suas ex-presidentes refletir sobre “quem tem medo dos antropólogos” (Machado, Motta e Fachini, 2018). Tal como expresso nos temas dos GTS e MRs que constituem a programação desta 33^a RBA, muito tem se refletido sobre os dilemas e desafios da prática da antropologia em cenários contemporâneos bem como a importância das questões colocadas pela antropologia para a defesa de direitos, para a incorporação de outras epistemologias, a diversificação dos olhares, vozes e perspectivas no fazer antropológico. O que pretendemos neste ST é partir desse contexto, da centralidade da ABA e de diversificação do campo, e lançar um olhar crítico e construtivo para dentro da Associação com o objetivo de reunir reflexões sobre os desafios e as possibilidades de acolher nossa diversidade, demandas identitárias e de mercado de trabalho dos/as antropólogos/as que constituem o campo da antropologia brasileira. Assim, pensar em uma Associação que reflita, acolha e potencialize essa diversidade de trajetórias é o nosso desafio.

Coordenação: Andrea de Souza Lobo (UnB), Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Sessão 1 - Diversidades regionais em debate

Participante(s): Diogenes Egidio Cariaga (UEMS), Hippolyte Brice Sogbossi (UFS), Vera Regina Rodrigues da Silva (Unilab)

Sessão 2 - Posicionalidades diversas e a produção de "outras" antropologias

Participante(s): Chiquinha Paresi (SEDUC CEEI/MT), Francisco Cândido Firmiano Júnior (UFRN), Pietra Conceição Azevedo (UFRN)

Debatedor(a): Gilson J. Rodrigues Junior (IFRN)

Sessão 3 - Uma roda de conversa sobre a ABA que queremos

Participante(s): Ana Cláudia Gomes de Souza (UNILAB), Antônio Nego Bispo (CONAQ e CECOQ/PI), Julia Marques Dalla Costa (Incrá), Vinícius Venancio (UnB)

Debatedor(a): Gersém José dos Santos Luciano (UnB)

SE17: Dinâmicas de Internacionalização da Antropologia Brasileira

No início do século XXI o Brasil despontou como uma potência internacional em ciência. Este contexto foi marcado por um momento de internacionalização caracterizado pela exponencial circulação de pesquisadores e docentes brasileiros no exterior e de pesquisadores e docentes estrangeiros no Brasil. Na antropologia, uma característica central dessa circulação foi a internacionalização da pesquisa de campo. Tradicionalmente um país de acolhida de

pesquisadores estrangeiros, o Brasil passa nesse momento a ampliar significativamente o número e qualidade de pesquisa de campo no exterior. Ao final do século XX e início do século XXI, antropólogos brasileiros passam a pesquisar mais intensamente também processos sociais e tendências teóricas no seio de outras nações sul-americanas. Concomitantemente, antropólogos brasileiros se lançam com mais peso à pesquisa em contextos lusófonos na África (como Cabo Verde, Angola e Moçambique) e no Leste-Asiático (como Timor Leste e Macau). Muito embora os contextos Sul-Americano e lusófono sejam ainda aqueles nos quais a antropologia brasileira mais investe, eles não definem sozinhos este momento de internacionalização. Um dos exemplos mais contundentes nesse sentido é o da antropologia em contextos médio-orientais. Este simpósio propõe três sessões para discutir os três contextos etnográficos acima em face a um momento de crise política e de apoio a ciência.

Coordenação: Denise Ferreira da Costa Cruz (UNILAB), Renato Athias (NEPE/UFPE)

Sessão 1 - Etnologia Indígena e Antropologia em contextos da América do Sul

Participante(s): Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR), José Exequiel Basini Rodriguez (LEPAPIS/UFAM), Renato Athias (NEPE/UFPE)

Sessão 2 - Antropologia em contextos lusófonos africanos e afro-brasileiros

Participante(s): Denise Ferreira da Costa Cruz (UNILAB), Eduardo Viana Vargas (UFMG), Kelly Cristiane da Silva (Silva)

Sessão 3 - Antropologia em contextos Médio-Orientais

Participante(s): Amanda de Souza Araújo Dias (CeSor - EHES), Gustavo Baptista Barbosa (NEOM/UFF), Leonardo Schiocchet (Austrian Academy of Sciences)

SE18: Editando Antropologias

O Simpósio Especial Editando Antropologias é uma continuação e desdobramento da Mesa Redonda de mesmo nome ocorrida na 32^a Reunião Brasileira de Antropologia, em 2020. A principal finalidade é estabelecer um diálogo mais estreito entre a Associação Brasileira de Antropologia e os empreendimentos editoriais comerciais que publicam antropologia no Brasil. Parte constitutiva do ofício de antropólogo, a escrita e a publicação de livros com resultados de investigações, depende de uma rede de relações de cooperação do mundo acadêmico científico com o mercado editorial. Em meio a um contexto de intensas mudanças e incertezas intensificadas pelo cortes de financiamento e o desmonte de políticas governamentais, faz-se fundamental a interlocução ainda maior com empresas e mediadores culturais que investem

tempo, recursos e prestígio na construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva em direitos através da circulação da produção científica de pesquisadores brasileiros.

Coordenação: Bernardo Fonseca Machado (Unicamp), Nathanael Araujo da Silva (PPGAS/Unicamp - CELCA/ABA)

Sessão 1

Participante(s): Douglas de Souza Evangelista (Editora Telha), Flavio Moura (Editora Todavia)

Sessão 2

Participante(s): Felipe Lindoso (Editora Marco Zero), Nathanael Araujo da Silva (PPGAS/Unicamp - CELCA/ABA)

Sessão 3

Participante(s): Lilia Schwarcz (Cia das Letras / USP), Ricardo Teperman (Cia das Letras)

SE19: Estudos do Cuidado, da Deficiência e da Ciência e Tecnologia: diálogos interdisciplinares e práticas de pesquisa emancipatórias

O campo dos estudos de cuidado é essencialmente interdisciplinar e aborda desde emoções particulares à reprodução de desigualdades, passando por organização social do trabalho ao desenvolvimento de saberes e habilidades específicas. Este Simpósio propõe reflexões sobre como diversas áreas de estudo têm dialogado com as Teorias do Cuidado e da Deficiência. Em uma primeira sessão, intitulada “Estudos da ciência e tecnologia e Antropologia do cuidado: uma conversa”, refletimos sobre abordagens recentes das teorias do cuidado a partir de diálogos com os estudos da Ciência e Tecnologia, como de Annemarie Mol, Maria Puig de la Bellacasa e Donna Haraway. Falar em cuidado, nesse recorte, envolve expressar a multidão envolvida em suas criações e percebê-lo dimensionado em ecologias, infraestruturas, agregações, arranjos e emaranhados. Aqui trazemos etnografias que provocam e dão vida aos mundos mais que humanos de cuidado nas lidas com deficiência, doenças crônicas e demências. Na segunda sessão: “Cuidado e Interdependência na prática acadêmica: desafios e tensões em experiências de projetos de pesquisa-extensão emancipatórios” a categoria Cuidado adquire dimensões teórico-práticas ao ser acionada em reflexões sobre deficiência, acessibilidade e interdependência em pesquisas emancipatórias com pessoas com deficiência. Os projetos

apresentados nessa sessão têm como inspiração as posturas epistemológicas dos estudos decoloniais, assim como das práticas etnográficas do PesquisarCom.

Coordenação: Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS), Valeria Aydos (Unipampa)

Sessão 1 - Estudos da Ciência e Tecnologia e Antropologia do cuidado: uma conversa

Participante(s): Cíntia Liara Engel (UFBA), Helena Moura Fietz (Rice University), Natália Helou Fazzioni (UFRJ)

Debatedor(a): Soraya Fleischer (DAN/UnB)

Sessão 2 - Cuidado e Interdependência na Prática Acadêmica: desafios e tensões em experiências de projetos de pesquisa-extensão emancipatórios

Participante(s): Luiz Henrique Magnani (UFVJM), Marcia Moraes (UFF), Nádía Elisa Meinerz (UFAL)

Debatedor(a): Fabiene de Moraes Vasconcelos Gama (UFRGS)

Sessão 3 - Roda de conversa com ativistas e interlocutoras/es de pesquisa / trabalho

Participante(s): Dienuza da Silva Costa (Universidade Federal do Pampa), Luana Adriano Araújo (UFRJ), Wanda Ferreira da Silva (UFF)

Debatedor(a): Marco Antônio Gavério (UFSCAR-PPGSociologia)

SE20: Etnografia, compromisso e colaboração: desafios para uma antropologia contemporânea

Desde a década de 1970, a Antropologia latino-americana tem pautado severas críticas aos cânones hegemônicos de produção de conhecimento antropológico sobre os povos indígenas, que seguiam tomando-os como um "primitivo" e distanciado objeto de estudo, ignorando os processos de violência e extermínio a que estavam submetidos. Marco fundamental para um giro político e epistemológico na Antropologia foi estabelecido pelo Simpósio La fricción interétnica en América del Sur fuera de la región andina, realizado em Barbados em 1971, propondo novas perspectivas teórico-metodológicas que dessem conta dos processos de dominação e violência a que os povos indígenas estavam subjugados, e de uma relação dialógica e cooperativa com seus interlocutores de pesquisa. Embora tenha se dado em outro cenário político, seus preceitos seguem vigentes hoje, seja pela violência, despojo ou pressão sobre os recursos naturais em seus territórios que continuam, seja pelo imperativo de uma antropologia dialógica e comprometida na defesa dos povos originários por reconhecimento, direitos e bem viver. Este SE reunirá pesquisadores/as que, a partir de suas investigações, aprofundaram a discussão e trouxeram relevantes contribuições teóricas, metodológicas e éticas

ao estudo de processos socioculturais com pessoas e comunidades vivendo em contextos de violência e resistência, de disputa sociopolítica e acesso à justiça, e de construção e restabelecimento de capacidades de agência individual e coletiva.

Coordenação: Edviges Marta Ioris (UFSC), Ricardo Verдум (Laced/MN)

Sessão 1 - Etnografias situadas e compromissos na prática

Participante(s): Daniela Fernandes Alarcon (Universidade da Pensilvânia), Fabio Mura (UFPB), Katiane Silva (UFPA)

Debatedor(a): Myriam Jimeno (Universidad Nacional de Colomb)

Sessão 2 - Questões teórico-metodológicas e ético-políticas na produção do conhecimento antropológico

Participante(s): Joanne Rappaport (Georgetown University), João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ), John Ernest Gledhill (The University of

Manchester)**Debatedor(a):** Rosa Elizabeth Acevedo Marin (UFPA)

Sessão 3 - Perspectivas e questões da antropologia indígena

Participante(s): Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA), Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild (UFSC), Luana da Silva Cardoso (Luana Kumaruara), Rute Morais Souza (UNB)

Debatedor(a): Felipe Sotto Maior Cruz (UNEB)

SE21: Ex-Presidentes da ABA falam sobre a Internacionalização da Antropologia Brasileira

Neste Simpósio Especial participam os ex-presidentes da ABA para apresentar experiências e ações da ABA durante os seus mandatos sobre esta aspectos da internacionalização da antropologia brasileira, que pelo que parece sempre esteve presente nas agendas das diferentes gestões nestes últimos anos. Como sabemos a Antropologia brasileira tem ganhado um espaço internacionalmente nas últimas décadas, mas suas relações com outras antropologias no mundo são antigas. A mesa propõe ouvir ex-presidentes da ABA sobre o estado das relações da brasileira com outras antropologias no período de suas gestões. As perguntas propostas são: qual era o estado de internacionalização da Antropologia Brasileira durante o seu mandato? Com quem (quais as outras associações) se efetuavam os principais diálogos? Que convênios existiam durante a gestão que propiciava esta internacionalização? Para onde iam os antropólogos brasileiros estudar/visitar/lecionar? De que modo a ABA contribuiu para incrementar essas relações? Este simpósio não haverá debatedores, serão de depoimentos para

um registro destas falas servirá para um banco de dados de ações atividades da ABA com relação aos diversos momentos da história da ABA sobre a Internacionalização da Antropologia Brasileira.

Coordenação: Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA), João Pacheco de Oliveira Filho (Museu Nacional/UFRJ)

Sessão 1

Participante(s): Maria Manuela Carneiro da Cunha (University of Chicago), Roque Laraia (UnB)

Debatedor(a): Antônio Augusto Arantes (Unicamp)

Sessão 2

Participante(s): Gustavo Lins Ribeiro (U Autônoma Metropolitana), Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB), Miriam Grossi (UFSC)

Debatedor(a): Renato Athias (NEPE/UFPE)

Sessão 3

Participante(s): Bela Feldman-Bianco (Unicamp), Carmen Silvia de Moraes Rial (UFSC)

Debatedor(a): Ruben George Oliven (UFRGS)

SE22: Gênero e Sexualidade: desafios, transformações e agenciamentos em tempos extremos

Nas últimas décadas, lançados ao centro de uma intrincada arena de disputas, gênero e sexualidade têm atuado como linguagem capaz de articular regimes morais, políticos e formas de regulação da vida. O crescimento de reações conservadoras e a articulação entre pautas ultraliberais e mobilização de pânicos morais têm alocado, de modo privilegiado, gênero e sexualidade na reflexão sobre os desafios à democracia e aos direitos fundamentais. Dentre os ganhos teórico-analíticos, está a percepção da centralidade de gênero e sexualidade na experiência democrática, na tessitura do Estado e na própria concepção da política, confrontando lugares comuns no debate público, que lançam mão de noções como “especificidade” e “identidade”. Neste Simpósio, consideramos o caráter interdisciplinar dos estudos de gênero e sexualidade e suas articulações com outras diferenças e desigualdades, bem como a coprodução entre ativismos e conhecimento científico. Propomos olhar para o backlash a partir de categorias centrais ao debate político, como “guerra ao gênero”, “identitarismo” e “negacionismo”; nos debruçamos sobre a transformação do perfil discente e sobre as disputas políticas e epistêmicas nas universidades no contexto de ataques frontais às universidades e à

ciência; dirigimos o olhar à política, à emergência de novas bandeiras de luta e modalidades de participação eleitoral, ao crescimento da violência política e aos diversos atravessamentos entre religião, reacionarismos e política.

Coordenação: Ana Paula da Silva (UFF), Regina Facchini (Unicamp)

Sessão 1 - Backlash: “guerra ao gênero” e aos “identitarismos”

Participante(s): Beatriz Pagliarini Bagagli (Unicamp), Maria Filomena Gregori (Unicamp), Michel Gherman (Ufrj)

Debatedor(a): Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)

Sessão 2 - Transformações na Universidade em tempos extremos

Participante(s): Brume Dezebrom Iazzetti (Erasmus Mundus), Heloisa Buarque de Almeida (USP), Nilma Lino Gomes (UFMG)

Debatedor(a): Vi Grunvald (UFRGS)

Sessão 3 - Gênero, sexualidade e política: desafios e agenciamentos

Participante(s): Cristiano dos Santos Rodrigues (UFMG), Erika Santos Silva (Câmara Municipal de São Paulo), Jacqueline Moraes Teixeira (USP), Milton Ribeiro (UEPA | UFPA), Thiago Coacci (Larvas Incendiadas)

SE23: Guerras, Refúgios e Direitos Humanos: Diálogos Transnacionais

No dia 16 de fevereiro de 2022, a Folha de São Paulo anunciava que “Além de crise na Ucrânia, mundo tem 28 conflitos ativos e teme novas guerras”. Já no dia 25 de fevereiro, um dia após o ataque da Ucrânia pela Rússia, Brasil de Fato estampava a manchete “Guerras pelo Mundo: Síria, Somália e Iêmen também sofreram ataques aéreos nos últimos dias”. Mas apesar da existência de outros conflitos sangrentos, como a guerra civil no Iêmen que foi considerada pela ONU o pior desastre humanitário do mundo, é evidente o tratamento diferenciado dado à guerra na Ucrânia. Para além da ampla e diferenciada cobertura da mídia, a Ucrânia se tornou foco de extensa mobilização internacional, recebendo apoio militar, ajuda humanitária e manifestações de alianças de países que integram a NATO, especialmente dos Estados Unidos. Essas mobilizações nos remetem à reconstrução da Guerra Fria e às ameaças de uma terceira guerra mundial. Ao mesmo tempo, trazem à tona as diferenciações entre as guerras da atualidade, refletidas em seus posicionamentos desiguais na geopolítica global e nas distintas coberturas da mídia, assim como nas políticas racializadas e de gênero em relação aos refugiados e nas tensões atuais envolvendo a noção de direitos humanos e de humanitarismo numa conjuntura marcada

pela ascensão da extrema direita e de políticas de governança tecnocrata de securitização e criminalização de migrantes e refugiados. Tendo em vista o atual contexto global, esse simpósio organizado pelo WCAA (Conselho Mundial das Associações Antropológicas) reúne um conjunto de apresentações que problematizam diferentes aspectos da guerra e da paz : a espetacularização da guerra e o retorno da morte pública, os crimes contra a humanidade e a violência de gênero incluindo a relação entre guerra e estupro, as iniciativas de universidades públicas em investir no refúgio acadêmico e, portanto, nos direitos humanos e no humanitarismo, e os paradoxos enfrentados pela Comissão da Verdade da Colômbia, após longos anos de conflito armado.

Coordenação: Bela Feldman-Bianco (Unicamp)

Sessão 1

Participante(s): Clara Saraiva (Universidade de Lisboa), Francesca Declich (Università degli Studi di Urbi)

Debatedor(a): Carmen Silvia de Moraes Rial (UFSC)

Sessão 2

Participante(s): Irene Piedrahita Arcila (Universidade de Antioquia), Omar Ribeiro Thomaz (Unicamp)

Debatedor(a): Virginia Dominguez (University of Illinois at Urba)

SE24: Laicidade e Democracia em Perspectiva

Este Simpósio integra a agenda de atividades da Comissão de Laicidade e Democracia da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) cujo objetivo consiste em pensar a crescente atuação religiosa no espaço público e refletir, a partir de uma perspectiva antropológica, como pautas controversas agenciadas por sujeitos sociais e instituições religiosas que disputam o Estado, bem como, a circulação de repertórios morais e sua articulação com princípios constitucionais e jurídicos, incidem nas ações e políticas públicas impactando a democracia. Reconhecendo a centralidade de algumas modalidades específicas de engajamento político de alguns sujeitos religiosos na arena pública, essa proposta pretende discorrer sobre como grupos cristãos têm construído um lugar de reconhecimento público, difundindo a noção de conservadorismo cristão em diversos espaços sociais mediante a ocupação das redes sociais, a circulação das teologias fundamentalistas de modo a afirmar políticas, no âmbito do Estado. Assim, a primeira sessão discutirá alguns mecanismos de ocupação do Estado e o enfrentamento para o reconhecimento civil dos direitos humanos, a partir do debate sobre religião, gênero, direitos sexuais e reprodutivos, violência doméstica e o questões raciais. A segunda sessão,

analisará alguns desafios à democracia brasileira discorrendo sobre religiões e os direitos das populações indígenas, o perfil das candidaturas ao legislativo e a relação entre pentecostalismos e bolsonarismos.

Coordenação: Jacqueline Moraes Teixeira (USP), Tatiane dos Santos Duarte (UnB)

Sessão 1 - Pautas morais e os sentidos da laicidade no Brasil

Participante(s): Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ), Simony Cristina Teixeira dos Anjos (USP), Viviane Araujo da Costa (UMESP)

Debatedor(a): Fátima Weiss de Jesus (UFAM)

Sessão 2 - Ação política de grupos conservadores e desafios à democracia

Participante(s): Livia Reis Santos (Museu Nacional/UFRJ), Mariana Magalhães Pinto Côrtes (UFU), Priscilla dos Reis Ribeiro (HCTE UFRJ)

Debatedor(a): Jacqueline Moraes Teixeira (USP)

SE25: Maternidades destituídas, violentadas e violadas

Este Simpósio Especial agrega a Comissão de Direitos Humanos e os Comitês de Cidadania, Violência e Gestão Estatal; e de Gênero e Sexualidade da ABA para pensar conjuntamente o tema dos direitos sexuais e reprodutivos, enfocando situações empíricas que refletem sobre violências praticadas contra mulheres em suas diversas experiências de maternidades. Fazendo convergir pesquisadoras e militantes sociais, o simpósio está organizado em 3 seções: a primeira, maternidades destituídas, aborda casos de retirada de crianças de mulheres quilombolas, em situação de rua e de comunidades de terreiro. Alegando que seus modos de vida e/ou as condições de pobreza são inadequados, a retirada de crianças e seu envio para abrigos tem sido uma tônica presente nas decisões do judiciário brasileiro, em flagrante violação à Constituição Federal e ao Estatuto da Criança e o Adolescente (ECA). A segunda seção toca no tema das mães que tiveram as suas maternidades violentadas em decorrência da intervenção estatal em favelas e comunidades pobres, que resultaram na morte e/ou no encarceramento de seus filhos, na sua ampla maioria jovens negros e marginalizados. Sem direito ao luto, não só tiveram suas experiências de maternidade interrompidas pela violência do Estado brasileiro, como foram lançadas em condições desiguais ao labirinto jurídico. A mobilização dessas mães é crescente e representa hoje uma das vozes mais atuantes na crítica ao Estado de direito contemporâneo. A terceira seção explora a maternidade a partir da vivência da violência obstétrica. As pesquisas reunidas aqui aproximam a violência obstétrica como uma violência de gênero, atentas às facetas do racismo obstétrico e suas implicações para a governança reprodutiva, a necropolítica e a iatrogênese. Ao explicitar estas destituições, violências e

violações que se atrelam à (re)produção de profundas desigualdades sociais, debateremos o lugar do Estado para tensionar contextos em que a garantia de direitos figura como objeto de luta íntima e política ou mesmo como obstáculo ao exercício da maternidade. Por fim, também será possível refletir sobre modos distintos e alternativos de exercício da maternidade, forçados pela luta e pelo luto.

Coordenação: Débora Allebrandt (UFAL), Taniele Cristina Rui (Unicamp)

Sessão 1 - Maternidades destituídas

Participante(s): Ariana Oliveira Alves (Pagu/Unicamp), Raquel Mombelli (UFSC), Rosiane Rodrigues de Almeida (INCT-InEAC-UFF), **Debatedor(a):** Odja Barros Santos (Igreja Batista do Pinheiro)

Sessão 2 - Maternidades violentadas

Participante(s): Ana Paula Gomes de Oliveira (Mães de Manguinhos), Luciane de Oliveira Rocha (Kennesaw State University), Miriam Duarte Pereira (Amparar / UFABC)
Debatedor(a): Juliana de Farias Mello e Lima (Pagu/Unicamp)

Sessão 3 - Maternidades violadas

Participante(s): Bruna Fani Duarte Rocha (UFSC), Débora Allebrandt (UFAL), Fátima Weiss de Jesus (UFAM), Maria Paula Prates (UCL)

SE26: Migrantes (In) Desejáveis, Regimes De Fronteira E Movimentos Sociais: Pesquisadores E Ativistas Em Diálogo

A COVID intensificou o controle racializado dos atuais regimes migratórios, trazendo à tona recorrentes insurgências de imigrantes e refugiados frente às fronteiras, bem como fortes movimentos de solidariedade social, incluindo campanhas transnacionais em favor da "regularização já" e da defesa da justiça social e dos "direitos humanos". Como discernir/compreender comparativamente a conjunção entre as políticas neoliberais racializadas de securitização e criminalização que restringem a mobilidade, os processos de despossessão, o papel das redes sociais de apoio e comunicação orientando os caminhos migratórios tanto de fixação em lugares específicos quanto de partida para outros destinos e, nesse contexto, o papel dos movimentos sociais? Para abordar estas questões, esta atividade do Comitê Migrações e Deslocamentos reúne pesquisadores que estudam diferentes contextos locais/nacionais e ativistas de questões migratórias e do refúgio. Com base em perspectivas que atendem as

mudanças históricas e questões de lugar, buscamos entender e dialogar sobre as semelhanças e diferenças entre regimes migratórios, a organização social dos migrantes e refugiados, as resistências e as insurgências, o papel das redes sociais de apoio e comunicação, de solidariedade social e especialmente as possibilidades e limites dos movimentos sociais e suas campanhas em prol dos direitos humanos e da justiça social.

Coordenação: Natalia Corazza Padovani (Unicamp)

Sessão 1

Participante(s):

Alexandre Branco-Pereira (UEMG) Letícia Calderón Chelius (Instituto Mora, México), Natalia Gavazzo (CONICET - UNSAM)

Sessão 2

Participante(s): Hortense Mbuyi (CMI-SP), Natalia Corazza Padovani (Unicamp), Virginia Signorini (Investigador Independiente)

Sessão 3

Participante(s): João Freitas de Castro Chaves (DPU), Jobana Moya Rodrigues (Equipe de Base Warmis- Converg), Juan Melquiades Arellano (Emaus Piura/ Peru), Paulo Illes (SPM/CNBB)

Debatedor(a): Bela Feldman-Bianco (Unicamp)

SE27: Morte durante a Pandemia de COVID-19: luto e tragédias

Mortalidade, natalidade e migração das populações são fenômenos demográficos, a primeira variando principalmente em tempos de guerra e epidemia. A morte durante a pandemia de COVID-19 e em um momento no qual se noticia uma possível III Grande Guerra Mundial demanda uma abordagem antropológica, atenta não só às taxas como também ao conjunto de tragédias que atravessam essas primeiras décadas do século XXI no Brasil, como é o caso do incêndio na Boate Kiss em Santa Maria-RS, o assassinato de Marielle Franco e o cotidiano de órfãs/ãos e viúvas/os de pessoas que vieram a óbito por COVID-19. A proposta dessa sessão especial elaborada pelo Comitê de Antropologia e Saúde é apresentar e discutir perspectivas de antropólogas/os sobre o tema. Cercada por práticas funerárias descritas com maestria por Martin Ibáñez-Novión (2012[1970]), a morte é apontada como um rito, um mito e um tabu por José Rodrigues (2006), adjetivada de simbólica e cerebral, percorrendo estudos clássicos e contemporâneos da área de antropologia da saúde, como a morte social do internado em Erving

Goffman. Ocultada e também visibilizada (Butler, 2020), a morte suscita um debate sobre as vidas passíveis ou não de luto quando do 11 de setembro de 2001 nos EUA. E em nossa conjuntura política nacional, marcada pelo fascismo tropical (Rosa, 2019), como a morte tem sido midiaticizada? Como estamos morrendo nesse cenário composto de pandemia, luto e tragédias, protagonizado por milícias, cloroquinas e parlamentares?

Coordenação: Martinho Braga Batista e Silva (UERJ), Mónica Franch Gutiérrez (UFPB)

Sessão 1 - Tragédias

Participante(s): Ednalva Maciel Neves (UFPB), Fábio Mallart (UERJ), Rachel Aisengart Menezes (IESC/UFRJ)

Sessão 2 - Luto

Participante(s): Andreia Vicente da Silva (Unioeste), Tânia Maria Lago Falcão (FCM / UPE), Weverson Bezerra Silva (UFPB)

SE28: Múltiplos olhares sobre as Antropologias Latino-americanas : a Coleção editorial da ALA

Propomos, neste Simpósio Especial, com duas sessões, trazer à comunidade antropológica brasileira a proposta editorial da ALA - Associação Latino-americana de Antropologia, de publicações sobre antropologias produzidas em diferentes países que compõem a associação. O simpósio terá a presença dos e das organizadores das coletâneas sobre diferentes países, que trarão em suas apresentações as principais características teóricas, metodológicas, temáticas e históricas das antropologias nacionais estudadas. Esta proposta está articulada à demanda da ABA de organização de volume sobre a Antropologia feita no Brasil, que está sendo organizada por Miriam Grossi e Rodrigo Toniol.

Coordenação: Miriam Grossi (UFSC), Rodrigo Toniol (UFRJ)

Sessão 1 - Antropologias da Argentina, da Colômbia e do México

Participante(s): Axel Rojas (Universidad del Cauca), Lía Ferrero (ALA), Rosana Guber (CIS-IDES/CONICET)

Debatedor(a): Rodrigo Toniol (UFRJ)

Sessão 2 - Antropologias do Peru, do Uruguai, da Venezuela e do Chile

Participante(s): Pablo Gatti (UdelaR - CFE), Pablo Gustavo Sandoval Lopez (UNMSM)

Debatedor(a): Gonzalo Díaz Crovetto (UCT / Chile), Miriam Grossi (UFSC)

Sessão 3

Participante(s): Gregorio Tabakian (AUAS), Martha Patricia Castañeda Salgado (UNAM México), Rodrigo Toniol (UFRJ)

SE29: Nas artimanhas do poder: novas elites e produção de desigualdades no Brasil

As elites continuam um campo de estudo ainda escasso na antropologia brasileira. Quando realizados a partir de recortes etnográficos localizados, podem lançar novas perspectivas de entendimento sobre a sociedade brasileira e, assim, contribuir, de forma inovadora, como ponto de partida reflexivo e de mediação empírica para a compreensão de novos fenômenos sociais. O fato de as elites contribuírem para o aumento da exclusão e desigualdade sociais, especialmente na conjuntura política e econômica atual, é aspecto a ser considerado. Intencionando estimular este novo campo de pesquisa, propomo-nos discutir, a partir de um dossiê por nós organizado, intitulado O pacto contracivilizador e o entre-lugar das elites brasileiras: as ambíguas relações com o passado, o presente e porvir, algumas questões relativas à composição e o lugar que ocupam as novas elites ligadas ao agronegócio, setores religiosos, militares, da tecnologia da informação e prestação de serviços, entre outras. Na atual conjuntura, tais grupos controlam recursos específicos por meio dos quais adquirem poder político e vantagens materiais. Nesses termos, a proposta contempla também vislumbrar, a partir do ponto de vista de alguns desses pesquisadores, as possíveis tendências que influenciarão (ou não) os rumos do país após a disputa presidencial de 2022.

Coordenação: Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ)

Sessão 1

Participante(s): Caio Pompeia Ribeiro Neto (USP), Piero de Camargo Leirner (UFSCar), Raquel Giffoni Pinto (UFF)

Debatedor(a): Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes (UFF)

Sessão 2

Participante(s): Andrea de Souza Lobo (UnB), Caio Gonçalves Dias (MN/UFRJ)

Debatedor(a): Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

SE30: Os ataques à Antropologia, os laudos antropológicos como instrumento para a garantia de direitos e o universo dos contralaudos: um debate

Tendo em vista um acumulado de ataques a antropólogas e antropólogos realizadores de laudos antropológicos, bem como à própria Antropologia como área de produção de conhecimento e aos próprios direitos étnicos e/ou socioculturais específicos, o presente simpósio visa a instaurar um debate sistematizado acerca dos conteúdos, agentes e agências que fomentam tais ataques. Trata-se de perquirir quais são os pressupostos, interesses, estratégias e discursos formulados, bem como as redes que os sustentam. Neste movimento, serão também abordadas questões de natureza ética e teórico-metodológica basilares da nossa disciplina e, portanto, dos laudos, buscando apontar a construção, no país, de princípios de indução de juízos contrários à garantia de direitos étnicos e/ou socioculturais estabelecidos em diversos dispositivos jurídico-legais brasileiros e internacionais.

Coordenação: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Sessão 1

Participante(s): Alexandra Barbosa da Silva (UFPB), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)

Debatedor(a): Fabio Mura (UFPB)

Sessão 2

Participante(s): Cintia Beatriz Muller (PPGA/UFBA), Estêvão Martins Palitot (UFPB), Vinicius José Ribeiro da Fonseca Santos (ATI-INSEA)

Debatedor(a): Sérgio Góes Telles Brissac (Ministério Público Federal)

Sessão 3 - Roda de Conversa

Participante(s): Antonio Carlos de Souza Lima (MN/UFRJ), Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto (Ministro aposentado do STF), Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Jorge Eremites de Oliveira (UFPel), Maria Luiza Grabner (MPF), Mariana Balen Fernandes (UFRB)

SE31: Periódicos de Antropologia: Políticas de Avaliação, Citação e Divulgação

Periódicos científicos cumprem um papel fundamental na definição não apenas das dinâmicas de circulação, mas também de renovação do conhecimento antropológico. Por um lado, eles representam uma importante ferramenta de avaliação da pesquisa por pares; por outro lado, são espaços de definição de formatos de escrita e legitimação de abordagens e autores. Recentemente, os periódicos de antropologia têm lidado com transformações profundas e oblíquas envolvendo: (a) o uso do fator de impacto como ferramenta de avaliação dos periódicos, (b) a emergência de novas formas de avaliação de artigos com a emergência dos preprints; e (c) a necessária diversificação epistêmica da disciplina. Soma-se a isso as dificuldades crescentes na gestão quotidiana de periódicos em razão de cortes drásticos no seu financiamento e/ou da falta de apoio da maioria das universidades. Neste contexto, este Simpósio Especial reúne editoras e editores de periódicos de antropologia do Brasil e do exterior em torno de duas sessões temáticas e uma roda de conversa que abordam: Sessão 1 - Políticas de Avaliação e Fatores de Impacto Sessão 2 - Práticas de Publicação, Diversidade Epistemológica e Divulgação Científica Roda de Conversa - Conversa aberta com editores: desafios e perspectivas

Coordenação: Laura Moutinho (USP), Mariane da Silva Pisani (UFPI)

Sessão 1 - Sessão 1: Políticas de Avaliação e Fatores de Impacto

Participante(s): Luiz Augusto Campos (IESP-UERJ), Marie-Hélène Sa Vilas Boas (Universidade Côte d'Azur), Ruben George Oliven (UFRGS)

Debatedor(a): Vinicius Kauê Ferreira (UERJ)

Sessão 2 - Sessão 2: Práticas de Publicação, Diversidade Epistemológica e Divulgação Científica

Participante(s): Bernard Dubbeld (Stellenbosch University), Laura Moutinho (USP), Mariane da Silva Pisani (UFPI)

Debatedor(a): Vinícius Venancio (UnB)

Sessão 3 - Roda de Conversa: Conversa aberta com editores e editoras: desafios e perspectivas

Participante(s): Hellen Caetano (UFRN), Vinícius Cosmos Benvegnú (PPGAS/UFAM)

SE32: Quilombos, Meio Ambiente e Patrimônio

Tema caro à Antropologia, a indissociabilidade entre natureza e cultura perpassa a Constituição Federal de 1988 e pauta artigos voltados aos direitos das comunidades quilombolas e à manutenção de seus modos de vida. Malgrado a visão passadista das comunidades em questão,

o texto constitucional pretende, na atualidade, conferir-lhes proteção nas dimensões territorial, ambiental e cultural, reconhecendo sua inseparabilidade. Em sentido inverso, porém, a legislação infraconstitucional e as normas infralegais que orientam práticas estatais apresentam zonas de superposição e lacunas que obliteram a premissa da indissociabilidade do meio ambiente natural e cultural. Em geral, quando não levam à inação do Estado, fomentam ações contraditórias no que tange à proteção do patrimônio das comunidades dos quilombos, com prejuízo dos direitos coletivos que a Constituição pretendeu conferir-lhes. Operando a disjunção entre natureza e cultura, portanto, conduzem a razão ambiental e a razão patrimonial a paradoxos frente aos quais as comunidades são instadas a 'negociar' alternativas à efetivação de direitos territoriais, culturais e ambientais. Neste simpósio, os comitês de Quilombos e de Patrimônios e Museus da ABA reúnem pesquisadores quilombolas e não quilombolas, alguns dos quais ligados a movimentos sociais, para discutir como tais paradoxos impactam as comunidades em conflitos ocorridos em diferentes regiões do Brasil.

Coordenação: Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB) Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Sessão 1 - Quilombos e práticas patrimoniais

Participante(s): Alvatir Carolino da Silva (IFAM) Beatriz Accioly Vaz (Ministério Público Federal) Julie Antoinette Cavnac (UFRN)

Debatedor(a): Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Sessão 2 - Quilombos e conflitos ambientais e territoriais

Participante(s): Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB), Leslye Bombonato Ursini (INSTIT. DE TERRAS DO PIAUÍ/UnB), Rosinalda Correa Da Silva Simoni (UNESP)

Debatedor(a): Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Sessão 3 - Roda de Conversa - Panorama quilombola

Participante(s): Davi Pereira Junior (University of Texas at Austin), Givânia Maria da Silva (UnB), Raimundo Magno Cardoso Nascimento (UFPA)

Debatedor(a): Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB)

33^a REUNIÃO BRASILEIRA
DE ANTROPOLOGIA

CURITIBA - 2022

Anais da 34^a Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

Realização



Apoio



Organização





Anais da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia
ISBN: 78-65-87289-23-6

Contato

Endereço postal:

Caixa postal 2442, Brasília/DF
CEP: 70842-970

Endereço físico:

UNB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte
Prédio do Instituto de Ciências Sociais - ICS
Sala AT-41/29, Térreo, Brasília/DF
CEP: 70910-900

E-mail: aba@abant.org.br

Telefone: +55 61 99865-8256

CNPJ: 30.024.640/0001-00

Horário de funcionamento:

De segunda a sexta-feira, das 09h às 17hrs

Redes sociais:

Instagram: https://www.instagram.com/aba_antropologia/

Facebook: <https://www.facebook.com/ABA.antropologia>

YouTube/TV ABA: <https://www.youtube.com/tvaba>

Twitter/X: https://twitter.com/aba_antropo